



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3193

Terça-feira - 07 de Julho de 2020

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Agronômica	3	Cunha Porã	343	Laguna	746
Águas de Chapecó	5	Cunhataí	347	Lajeado Grande	747
Águas Frias	11	Curitibanos	360	Lauro Muller	749
Águas Mornas	12	Descanso	361	Lebon Regis	758
Alto Bela Vista	17	Dionísio Cerqueira	369	Leoberto Leal	759
Anchieta	26	Dona Emma	378	Lindóia do Sul	760
Angelina	43	Doutor Pedrinho	379	Lontras	765
Antônio Carlos	45	Eraldo	401	Luiz Alves	766
Arabutã	52	Faxinal dos Guedes	406	Luzerna	768
Arroio Trinta	55	Flor do Sertão	413	Macieira	771
Atalanta	72	Formosa do Sul	414	Mafrá	785
Balneário Arroio do Silva	73	Forquilha	416	Maracajá	787
Balneário Gaivota	77	Fraiburgo	430	Maravilha	792
Balneário Piçarras	124	Galvão	432	Massaranduba	794
Balneário Rincão	126	Garopaba	433	Meleiro	795
Bandeirante	128	Garuva	436	Modelo	797
Barra Bonita	129	Gaspar	439	Mondaí	801
Barra Velha	140	Governador Celso Ramos	441	Monte Carlo	803
Bela Vista do Toldo	142	Grão Pará	449	Morro da Fumaça	805
Belmonte	143	Gravatal	451	Navegantes	811
Benedito Novo	146	Guaraciaba	452	Nova Erechim	820
Biguaçu	149	Guaramirim	456	Nova Itaberaba	828
Blumenau	166	Guarujá do Sul	460	Nova Trento	838
Bom Jardim da Serra	173	Guatambú	465	Nova Veneza	841
Bom Jesus	180	Herval d'Oeste	466	Novo Horizonte	842
Bom Jesus do Oeste	181	Ibicaré	474	Orleans	843
Bom Retiro	182	Ibirama	475	Ouro	845
Botuvera	183	Ilhota	476	Ouro Verde	850
Brusque	184	Imarui	477	Palhoça	852
Caçador	197	Imbituba	488	Palma Sola	863
Camboriú	202	Indaial	492	Palmeira	866
Campo Alegre	204	Iomerê	506	Paraíso	868
Campo Erê	221	Ipira	507	Passos Maia	874
Campos Novos	250	Iporã do Oeste	509	Paulo Lopes	875
Canelinha	254	Ipumirim	510	Penha	876
Canoinhas	255	Iraceminha	512	Peritiba	892
Capão Alto	257	Iratí	513	Pescaria Brava	900
Capinzal	258	Irineópolis	514	Pinhalzinho	904
Catanduvas	264	Itaiópolis	588	Pinheiro Preto	908
Caxambu do Sul	269	Itapema	589	Piratuba	909
Chapadão do Lageado	270	Itapiranga	604	Planalto Alegre	913
Chapecó	271	Itapoá	605	Pomerode	917
Cocal do Sul	278	Ituporanga	614	Ponte Serrada	919
Concórdia	279	Jaborá	629	Porto Belo	921
Cordilheira Alta	332	Jacinto Machado	631	Porto União	924
Coronel Freitas	336	Jaraguá do Sul	632	Praia Grande	928
Coronel Martins	339	Joaçaba	664	Presidente Castello Branco	929
Correia Pinto	340	José Boiteux	716	Presidente Getúlio	931
Corupá	341	Lages	742	Presidente Nereu	934

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3193

Terça-feira - 07 de Julho de 2020

Florianópolis/SC

Sumário

Princesa	935	Santiago do Sul.....	988	Sul Brasil	1219
Quilombo.....	936	São Bento do Sul.....	990	Tigrinhos	1220
Rancho Queimado.....	941	São Bernardino	998	Tijucas	1228
Rio do Campo	943	São Bonifácio.....	1060	Timbé do Sul	1232
Rio do Oeste.....	944	São Domingos.....	1062	Timbó	1234
Rio dos Cedros.....	957	São Francisco do Sul.....	1065	Três Barras	1243
Rio do Sul.....	945	São João Batista.....	1081	Treze Tílias	1253
Rio Fortuna.....	959	São João do Oeste	1094	Tunápolis	1256
Rio Negrinho.....	960	São Joaquim	1097	União do Oeste	1258
Rio Rufino.....	961	São José.....	1100	Urussanga	1260
Rodeio.....	962	São José do Cedro.....	1114	Vargem	1278
Romelândia.....	963	São Lourenço do Oeste.....	1119	Vargem Bonita	1279
Salinho.....	966	São Miguel da Boa Vista	1123	Videira.....	1281
Salto Veloso.....	967	São Miguel do Oeste.....	1133	Vitor Meireles.....	1293
Santa Cecilia.....	970	Schroeder	1143	Xanxerê.....	1294
Santa Rosa de Lima.....	972	Seara	1197	Xavantina	1303
Santa Rosa do Sul	973	Serra Alta	1200	Xaxim.....	1304
Santa Terezinha do Progresso	975	Siderópolis.....	1201		

Consórcios

AGIR	1305
CIMVI.....	1308
CINCATARINA	1311
CIS/AMARP	1331
CIS/AMURES.....	1331
CIS/AMVI	1333
CISAM	1356
CISNORDESTE	1357



Agronômica

PREFEITURA

Nº 067/2020

Publicação Nº 2551562

DECRETO N.º 067/2020 DE 07 DE JULHO DE 2020.

Remaneja dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, no orçamento vigente do Município de Agronômica.

O Prefeito do Município de Agronômica Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do Art. 79, da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO:

- O disposto no Art. 10º da Lei nº. 1.159/2019 de 05 de dezembro de 2019, que autoriza nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº. 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, obedecido o disposto no Art. 43º desta mesma Lei;
- Que o Inciso III do Artigo 10º da Lei nº. 1.159/2019, autoriza a utilizar anulação de saldos de dotações orçamentárias;
- Que a dotação nº. 103 do Departamento Municipal de Obras, encontra-se insuficiente para atender os dispêndios orçamentários até o final do exercício financeiro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar, no orçamento geral do município, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), na seguinte modalidade de aplicação e dotação abaixo especificada:

Órgão :	6000	Departamento Municipal de Obras	
Unidade.....:	6001	Departamento Municipal de Obras	
Atividade:	26.782.0039.2.26	Manutenção Geral do Departamento de Obras	
Recursos :	100	Recursos Ordinários	
Modalidade.:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (103)	R\$ 10.000,00

Art. 2º - Fica suplementado o artigo 1º, por conta da anulação da seguinte modalidade de aplicação e dotação abaixo especificada:

Órgão :	6000	Departamento Municipal de Obras	
Unidade.....:	6001	Departamento Municipal de Obras	
Atividade:	26.782.0039.2.26	Manutenção Geral do Departamento de Obras	
Recursos :	100	Recursos Ordinários	
Modalidade.:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (101) :	R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, em 07 de julho de 2020.

 CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

Registrado e publicada na presente data

 FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO
Diretor do Departamento de Administração e Finanças

Nº 068/2020

Publicação Nº 2551687

DECRETO N.º 068/2020 DE 07 DE JULHO DE 2020.

Remaneja dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, no orçamento vigente do Município de Agronômica.

O Prefeito do Município de Agronômica Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do Art. 79, da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO:

- O disposto no Art. 10º da Lei nº. 1.159/2019 de 05 de dezembro de 2019, que autoriza nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº. 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, obedecido o disposto no Art. 43º desta mesma Lei;
- Que o Inciso III do Artigo 10º da Lei nº. 1.159/2019, autoriza a utilizar anulação de saldos de dotações orçamentárias;
- Que a dotação nº. 83 do Departamento Municipal de Planejamento, encontra-se insuficiente para atender os dispêndios orçamentários até o final do exercício financeiro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar, no orçamento geral do município, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), na seguinte modalidade de aplicação e dotação abaixo especificada:

Órgão :	5000	Departamento Municipal de Planejamento	
Unidade.....:	5001	Departamento Municipal de Planejamento	
Atividade:	04.121.0010.2.49	Manutenção do Departamento de Planejamento	
Recursos :	100	Recursos Ordinários	
Modalidade.:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (83)	R\$ 10.000,00

Art. 2º - Fica suplementado o artigo 1º, por conta da anulação da seguinte modalidade de aplicação e dotação abaixo especificada:

Órgão :	5000	Departamento Municipal de Planejamento	
Unidade.....:	5001	Departamento Municipal de Planejamento	
Atividade:	04.121.0010.2.49	Manutenção Geral do Departamento de Obras	
Recursos :	100	Recursos Ordinários	
Modalidade.:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (82) :	R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, em 07 de julho de 2020.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

Registrado e publicada na presente data

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO
Diretor do Departamento de Administração e Finanças

Águas de Chapecó

PREFEITURA

AVISO DE CONVOCAÇÃO DE 2º COLOCADO ITEM 02 PROCESSO LICITATÓRIO 05-2020

Publicação Nº 2552217

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ-SC

Processo Adm. Nº.05/2020.

Pregão Presencial p/ Registro de Preços nº01/2020

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS P/ AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS (ÓLEO DIESEL S10, GASOLINA COMUM) COM A FINALIDADE DE ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DA MUNICIPALIDADE.

Fica convocada a Empresa Auto Posto Fabris Eireli, classificada em segundo lugar do item 02 da licitação (óleo diesel s10) e já devidamente habilitada nos autos por ter arrematado outros itens do pregão, para comparecer à Sala de Licitações do Município manifestar seu interesse em fornecer o item.

Águas de Chapecó/SC, 06/07/2020.

LEONIR ANTONIO HENTGES - PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 109 - 2020, DE 06 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2551700

DECRETO Nº 109/2020 De 06 de julho de 2020	DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, em especial o art. 70, VII, e art. 90, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Municipal nº 2012/2020, e demais disposições legais vigentes;	

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar no orçamento da Entidade nº 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na seguinte dotação:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	DEPARTAMENTO DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL	6
Unidade	Fundo Municipal de Saúde	2
Função	Saúde	10
Sub-função	Atenção Básica	301
Programa	Saúde de Qualidade com responsabilidade	5
Projeto	Aquisição de Veículos, Móveis e Utensílios - FMS	1.017
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(1)	4.4.90 - Aplicação Direta	1.002 – Recursos Vinculados
Valor Total R\$:		50.000,00

Art. 2º Para a suplementação de que trata o art. 1º, serão utilizados os recursos da conta:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	DEPARTAMENTO DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL	6
Unidade	Fundo Municipal de Saúde	2
Função	Saúde	10
Sub-função	Atenção Básica	301
Programa	Saúde de Qualidade com Responsabilidade	5
Atividade	Programa de Assistência Farmacêutica	2.038
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(14)	3.3.90.00.00 - Aplicação Direta	1.002 – Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		50.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de

Águas de Chapecó/SC, em 06 de julho de 2020.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES

Prefeito Municipal

Registre e Publique-se

DECRETO Nº 110 - 2020, DE 06 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2551701

DECRETO Nº 110/2020 De 06 de julho de 2020	DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, em especial o art. 70, VII, e art. 90, da Lei Orgânica Municipal, e art. 5º § 1º, III da Lei Municipal nº 2000/2019, e demais disposições legais vigentes;	

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar no orçamento da Entidade nº 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, no valor de R\$ 23.999,55 (vinte três mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta e cinco centavos), na seguinte dotação:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	DEPARTAMENTO DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL	6
Unidade	Fundo Municipal de Saúde	2
Função	Saúde	10
Sub-função	Atenção Básica	301
Programa	Saúde de Qualidade com responsabilidade	5
Projeto	Aquisição de Veículos, M[oveis e Utensílios – FMS	1.017
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(3)	Aplicação Direta – 4.4.90.	1.063 – Recursos Vinculados
Valor Total R\$:		23.999,55

Art. 2º Para a suplementação de que trata o art. 1º, serão utilizados os recursos da conta abaixo relacionada:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	DEPARTAMENTO DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL	6
Unidade	Fundo Municipal de Saúde	2
Função	Saúde	10
Sub-função	Atenção Básica	301
Programa	Saúde de Qualidade com responsabilidade	5
Projeto	Aquisição de Veículos, M[oveis e Utensílios – FMS	1.017
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(1)	Aplicação Direta – 4.4.90.	1.002 – Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		23.999,55

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de
Águas de Chapecó/SC, em 06 de julho de 2020.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES

Prefeito Municipal

Registre e Publique-se

DECRETO Nº 111 - 2020, DE 06 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2551702

DECRETO Nº 111/2020 De 06 de julho de 2020	DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DOS EFEITOS DOS DECRETOS Nº 85/2020 E 106/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e demais disposições legais vigentes;	

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado os efeitos do Decreto nº 085, de 28 de maio de 2020, que tratava sobre abertura de crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde do município de Águas de Chapecó.

Art. 2º Fica revogado os efeitos do Decreto nº 106, de 29 de junho de 2020, que tratava sobre abertura de crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde do município de Águas de Chapecó.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de
Águas de Chapecó/SC, em 06 de julho de 2020.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre e Publique-se

DECRETO Nº 112 - 2020, DE 06 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2552227

DECRETO Nº 112/2020 De 06 de julho de 2020	DISPÕE SOBRE SUSPENSÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito do Município de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, em especial o art. 70, VII da Lei Orgânica Municipal, art. 10 §§ 2º e 3º da Lei Complementar Federal nº 173/2020, e demais disposições legais vigentes,	

DECRETA

Art. 1º Fica suspenso o prazo de validade do Processo Seletivo nº 001/2018, homologado em 13 de novembro de 2018, até o término da vigência do estado de calamidade pública estabelecida pela União.

Parágrafo único. O prazo suspenso no caput deste artigo iniciou-se em 28 de maio de 2020, por força da publicação da Lei Complementar Federal nº 173/2020, e voltará a correr a partir do primeiro dia subsequente ao término do período de calamidade pública.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de
Águas de Chapecó/SC, em 06 de julho de 2020.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre e Publique-se

DECRETO Nº 113 - 2020, DE 06 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2552228

DECRETO Nº 113/2020 De 06 de julho de 2020	DISPÕE SOBRE SUSPENSÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito do Município de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, em especial o art. 70, VII da Lei Orgânica Municipal, art. 10 §§ 2º e 3º da Lei Complementar Federal nº 173/2020, e demais disposições legais vigentes,	

DECRETA

Art. 1º Fica suspenso o prazo de validade do Processo Seletivo nº 002/2018, homologado em 27 de dezembro de 2018, até o término da vigência do estado de calamidade pública estabelecida pela União.

Parágrafo único. O prazo suspenso no caput deste artigo iniciou-se em 28 de maio de 2020, por força da publicação da Lei Complementar Federal nº 173/2020, e voltará a correr a partir do primeiro dia subsequente ao término do período de calamidade pública.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de
Águas de Chapecó/SC, em 06 de julho de 2020.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre e Publique-se

DECRETO Nº 114 - 2020, DE 06 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2552245

DECRETO Nº 114/2020 De 06 de julho de 2020	DISPÕE SOBRE SUSPENSÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito do Município de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, em especial o art. 70, VII da Lei Orgânica Municipal, art. 10 §§ 2º e 3º da Lei Complementar Federal nº 173/2020, e demais disposições legais vigentes,	

DECRETA

Art. 1º Fica suspenso o prazo de validade do Processo Seletivo nº 001/2019, homologado em 11 de junho de 2019, até o término da vigência do estado de calamidade pública estabelecida pela União.

Parágrafo único. O prazo suspenso no caput deste artigo iniciou-se em 28 de maio de 2020, por força da publicação da Lei Complementar Federal nº 173/2020, e voltará a correr a partir do primeiro dia subsequente ao término do período de calamidade pública.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de
Águas de Chapecó/SC, em 06 de julho de 2020.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre e Publique-se

DECRETO Nº 115 - 2020, DE 06 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2552246

DECRETO Nº 115/2020 De 06 de julho de 2020	DISPÕE SOBRE SUSPENSÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito do Município de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, em especial o art. 70, VII da Lei Orgânica Municipal, art. 10 §§ 2º e 3º da Lei Complementar Federal nº 173/2020, e demais disposições legais vigentes,	

DECRETA

Art. 1º Fica suspenso o prazo de validade do Processo Seletivo nº 002/2019, homologado em 03 de janeiro de 2020, até o término da vigência do estado de calamidade pública estabelecida pela União.

Parágrafo único. O prazo suspenso no caput deste artigo iniciou-se em 28 de maio de 2020, por força da publicação da Lei Complementar Federal nº 173/2020, e voltará a correr a partir do primeiro dia subsequente ao término do período de calamidade pública.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de
Águas de Chapecó/SC, em 06 de julho de 2020.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre e Publique-se

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº06/2020 PROCESSO 05-2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº03/2020 BELLAN TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA

Publicação Nº 2552368

Estado de Santa Catarina		
MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ		
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
EXTRATO CONTRATUAL		
Contrato ADM Nº	06/2020 - FMS	
Processo de Licitação nº05/2020, Pregão Presencial nº03/2020		
Contratante.:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	
Contratada.:	BELLAN TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA	
Objeto :	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO 0KM AMBULÂNCIA TIPO A - SIMPLES REMOÇÃO, ANO E MODELO MÍNIMO 2020/2020, CONFORME CONVÊNIO Nº 2020TR000056	
Valor :	R\$ 128.000,00 (Cento e vinte e oito mil reais)	
Águas de Chapecó-SC, 01 de julho de 2020		
LEONIR ANTONIO HENTGES		
Prefeito Municipal		

PORTARIA Nº 204, DE 07 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2552781

PORTARIA Nº 204/2020 De 07 de Julho de 2020	DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO DE SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o inciso I, do Art. 37 da Constituição Federal combinado com o Art. 18, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.870/2014 e inciso V, do Art. 4 da Lei Municipal nº 1.586/2007, e demais disposições legais vigentes;	

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogado até 07 de julho de 2021, o prazo de vigência do Contrato Administrativo de que trata a Portaria nº 255/2019; conforme Termo Aditivo de Contrato Administrativo de Trabalho por Prazo Determinado nº 1, da Sra. SILVANIA ZAVISTANOVICZ.

Art. 2º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 07 de julho de 2020.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

Dispõe sobre prorrogação do Contrato de Servidora para atender atividades de interesse público

Em cumprimento ao Inciso V do Art. 4º da Lei Municipal nº 1.586/2007 (Dispõe sobre Contratação por Prazo Determinado) e justificativa da Secretaria, a Prefeitura Municipal de Águas de Chapecó, representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. LEONIR ANTÔNIO HENTGES, adiante assinado, simplesmente denominado CONTRATANTE e SILVANIA ZAVISTANOVICZ, adiante assinada, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, já qualificada no Contrato principal firmado em 08 de julho de 2019, resolvem de comum acordo prorrogar o prazo do Contrato, obedecendo as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Conforme previsto na Cláusula Sexta do Contrato, celebrado entre as partes em 08/07/2019; resolvem firmar o presente 1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de Trabalho, visando atender as atividades de interesse público e ajustando o prazo de vigência do contrato de trabalho, ficando prorrogado até 07 de julho de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – As demais cláusulas ajustadas no Contrato principal, não atingidas neste Termo de Prorrogação de Contrato, permanecem em vigor, sendo ratificadas entre as partes contratadas.

CLÁUSULA TERCEIRA – E, por estarem justas e acertadas, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo a tudo presentes, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.



Águas de Chapecó – SC, em 07 de julho de 2020.

SILVANIA ZAVISTANOVICZ
Servidora

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Testemunhas:

Águas Frias

PREFEITURA

DECRETO Nº166/2020

Publicação Nº 2552237

DECRETO Nº 166/2020

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº060/2020, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE ROLIM DE MOURA DAGA, Prefeita em Exercício de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e com alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o Processo Licitatório nº 60/2020, na modalidade de "Inexigibilidade" nº 12/2020, Edital de Credenciamento nº 01/2020, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º - Fica adjudicado o objeto Aquisição de Insumos Agrícolas e Ferramentas Agrícolas no valor global de R\$ 36.478,63 (trinta e seis mil, quatrocentos e setenta e oito reais e sessenta e três centavos), proposta apresentada em favor do proponente: Cooperativa Agroindustrial Alfa - 83.305.235/0006-23 no valor de R\$ 5.274,67 (cinco mil, duzentos e setenta e quatro reais e sessenta e sete centavos), Cooperativa Agroindustrial Alfa - 83.305.235/0031-34 no valor de R\$ 10.113,19 (dez mil, cento e treze reais e dezenove centavos), Comércio de Produtos Agropecuários Nossa Senhora da Saúde Eireli no valor R\$21.090,77 (vinte e um mil, noventa reais e setenta e sete centavos) para o cumprimento do objeto desta licitação.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente Decreto serão por conta do orçamento Municipal vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Águas Frias – SC, em 06 de julho de 2020.

JANETE ROLIM DE MOURA DAGA
Prefeita em Exercício

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO
Sec. Adm. Finanças e Planejamento

EXTRATO DE EDITAL DE INEXIGIBILIDADE Nº12/2020

Publicação Nº 2552230

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 60/2020

Edital: INEXIGIBILIDADE Nº.: 12/2020

Objeto : AQUISIÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS E FERRAMENTAS AGRÍCOLAS, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº1.255/2019, DECRETO MUNICIPAL Nº226/2019 E EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº1/2020

JANETE ROLIM DE MOURA DAGA Prefeita em Exercício de Águas Frias, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que foi realizado Processo Licitatório nº60 /2020 de DISPENSA DE LICITAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE Nº12 /2020, para Aquisição de Insumos Agrícolas e Ferramentas Agrícolas.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Sete de Setembro nº 512, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo fone (049) 3332-0019.

Águas Frias -SC, 06 de julho de 2020

JANETE ROLIM DE MOURA DAGA
PREFEITA EM EXERCÍCIO

Águas Mornas

PREFEITURA

CONTRATO N. 69/2020

Publicação Nº 2551662

Publicação Resumida do Contrato nº 69/2020. Contratado: MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA. Objeto: Aquisição de 01 (uma) retroescavadeira nova, 0 Km, ano/modelo atual, e demais especificações contidas no termo de referência anexo ao edital a proposta de preço apresentada, ao valor total de R\$ 189.500,00. Processo: 43/2020. Prazo: até 31/12/2020. Águas Mornas, 01 de junho de 2020. Omero Prim – Prefeito Municipal.

CONTRATO N. 70/2020

Publicação Nº 2551666

Publicação Resumida do Contrato nº 70/2020. Contratado: PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: Contratação de empresa para a Pavimentação e Drenagem da Servidão 05 (à Rua Evaldo Antônio Wilbert) na localidade da Santa Cruz da Figueira, com lajotas sextavadas de concreto, com 143,00 m de extensão por 4,00 m de largura, conforme plano de aplicação, projetos de engenharia, memorial descritivo e Contrato Nº 0530.301 de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA, ao valor total de R\$ 48.149,60. Processo: 39/2020. Prazo: até 31/12/2020. Águas Mornas, 02 de junho de 2020. Omero Prim – Prefeito Municipal.

CONTRATO N. 71/2020

Publicação Nº 2551672

Publicação Resumida do Contrato nº 71/2020. Contratado: PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: Contratação de empresa para a Pavimentação e Drenagem da Servidão 06 (à Rua Evaldo Antônio Wilbert) na localidade da Santa Cruz da Figueira, com lajotas sextavadas de concreto, com 66,45 m de extensão por 3,40 m de largura, conforme plano de aplicação, projetos de engenharia, memorial descritivo e Contrato Nº 0530.301 de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA, ao valor total de R\$ 21.231,80. Processo: 42/2020. Prazo: até 31/12/2020. Águas Mornas, 04 de junho de 2020. Omero Prim – Prefeito Municipal.

CONTRATO N. 72/2020

Publicação Nº 2551677

Publicação Resumida do Contrato nº 72/2020. Contratado: PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: Pavimentação e Drenagem da Servidão 02 (à Rua Evaldo Antônio Wilbert) na localidade da Santa Cruz da Figueira, com lajotas sextavadas de concreto, com 67,00 m de extensão por 4,00 m de largura, conforme plano de aplicação, projetos de engenharia, memorial descritivo e Contrato Nº 0530.301 de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA, ao valor total de R\$ 23.606,40. Processo: 38/2020. Prazo: até 31/12/2020. Águas Mornas, 08 de junho de 2020. Omero Prim – Prefeito Municipal.

CONTRATO N. 73/2020

Publicação Nº 2551686

Publicação Resumida do Contrato nº 73/2020. Contratado: RF COMÉRCIO DE CAMINHÕES. Objeto: Aquisição de 01 (um) ônibus Chassi novo, 0 Km, ano/modelo atual, e demais especificações contidas no termo de referência anexo ao edital e a proposta de preço apresentada, ao valor total de R\$ 467.500,00. Processo: 45/2020. Prazo: até 31/12/2020. Águas Mornas, 09 de junho de 2020. Omero Prim – Prefeito Municipal.

CONTRATO N. 74/2020

Publicação Nº 2551690

Publicação Resumida do Contrato nº 74/2020. Contratado: SALVER CONSTRUTORA E IMCORPORADORA LTDA. Objeto: Construção de um Centro de Educação Infantil "Beija Flor" na Rua Prefeito José Higino Martins, Centro – Águas Mornas, com área total a ser edificada de 1.179,10 m² conforme projetos de engenharia, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais especificações contidas no Edital, por meio do Contrato Nº 0530.301 de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA, ao valor total de R\$ 1.666.666,66. Processo: 44/2020. Prazo: até 31/08/2021. Águas Mornas, 12 de junho de 2020. Omero Prim – Prefeito Municipal.

CONTRATO N. 75/2020

Publicação Nº 2551692

Publicação Resumida do Contrato nº 75/2020. Contratado: AÇORES EMPREITIRA DE MÃO DE OBRA LTDA. Objeto: Contratação de empresa para a Pavimentação e Drenagem da Servidão 03 (à Rua Evaldo Antônio Wilbert) na localidade da Santa Cruz da Figueira, com lajotas sextavadas de concreto, com 115,80 m de extensão por 5,50 m de largura, conforme plano de aplicação, projetos de engenharia, memorial descritivo e Contrato Nº 0530.301 de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA, ao valor total de R\$ 48.160,00. Processo: 46/2020. Prazo: até 31/08/2021. Águas Mornas, 23 de junho de 2020. Omero Prim – Prefeito Municipal.

CONTRATO N. 76/2020

Publicação Nº 2551693

Publicação Resumida do Contrato nº 76/2020. Contratado: Dirlei Heinz 10377289981. Objeto: Prestação de serviço de capina, limpeza e manutenção diversas junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos. Valor: R\$ 9.600,00. Prazo: até 31/12/2020. Águas Mornas, 24 de junho de 2020. Omero Prim – Prefeito Municipal.

CONTRATO N. 77/2020

Publicação Nº 2551697

Publicação Resumida do Contrato nº 77/2020. Contratado: Reginaldo Feliciano Machado 03578893970. Objeto: Prestação de serviço de capina, limpeza e manutenção diversas junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos. Valor: R\$ 9.600,00. Prazo: até 31/12/2020. Águas Mornas, 24 de junho de 2020. Omero Prim – Prefeito Municipal.

CONTRATO N. 78/2020

Publicação Nº 2551699

Publicação Resumida do Contrato nº 78/2020. Contratado: Valdemir Meurer 0850633936. Objeto: Prestação de serviço de limpeza, conservação e manutenções diversas junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos. Valor: R\$ 8.280,00. Prazo: até 31/12/2020. Águas Mornas, 24 de junho de 2020. Omero Prim – Prefeito Municipal.

CONTRATO N. 79/2020

Publicação Nº 2551703

Publicação Resumida do Contrato nº 79/2020. Contratado: Vilmar Luiz Danielski 4168682900. Objeto: Prestação de serviço de limpeza, conservação e manutenções diversas junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos. Valor: R\$ 8.280,00. Prazo: até 31/12/2020. Águas Mornas, 24 de junho de 2020. Omero Prim – Prefeito Municipal.

CONTRATO N. 80/2020

Publicação Nº 2551704

Publicação Resumida do Contrato nº 80/2020. Contratado: FULÔ PROJETOS DE CULTURA LTDA. Objeto: Contratação de empresa para a prestação dos serviços de elaboração do projeto de captação de recursos financeiros, segundo a Lei Federal 8313/91 (Lei Federal de Incentivo à Cultura) e ainda a elaboração do projeto e execução da reforma e restauração do CASARÃO PHILIPPI – CENTRO CULTURAL DE ÁGUAS MORNAS, situado na Rua Prefeito Germano Jose Steimbach, esquina com a Rua Maria Olinda Vieira, no Bairro Vargem Grande, neste Município, matriculado sob o 29.510, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz/SC, bem como toda infraestrutura de ajardinamento, estacionamento, sanitários e demais espaços multiusos no entorno do referido Casarão. Águas Mornas, 26 de junho de 2020. Omero Prim – Prefeito Municipal.

CONTRATO N. 81/2020

Publicação Nº 2551706

Publicação Resumida do Contrato nº 81/2020. Contratado: AÇORES EMPREITIRA DE MÃO DE OBRA LTDA. Objeto: Contratação de empresa para a construção de um Portal na comunidade de Santa Isabel, conforme projetos de engenharia, memorial descritivo e demais especificações contidas nos Anexos I, II e III parte integrante do edital, ao valor total de R\$ 54.621,20. Processo: 48/2020. Prazo: até 31/12/2020. Águas Mornas, 29 de junho de 2020. Omero Prim – Prefeito Municipal.

CONTRATO N. 82/2020

Publicação Nº 2551707

Publicação Resumida do Contrato nº 82/2020. Contratado: PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: Contratação de empresa para a Pavimentação e Drenagem da Rua Augusto Justem no Centro de Águas Mornas, com lajotas sextavadas de concreto, com 95,30 m de extensão, totalizando 551,50 m², conforme plano de aplicação, projetos de engenharia, memorial descritivo e Convênio junto ao Governo Federal, conforme especificações contidas nos Anexos I, II e III parte integrante do Edital, ao valor total de R\$ 52.444,90. Processo: 54/2020. Prazo: até 31/12/2020. Águas Mornas, 02 de julho de 2020. Omero Prim – Prefeito Municipal.

CONTRATO N. 83/2020

Publicação Nº 2551710

Publicação Resumida do Contrato nº 83/2020. Contratado: PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: Contratação de empresa para a Pavimentação e Drenagem da Rua Botafogo no Centro de Águas Mornas, com lajotas sextavadas de concreto, com 138,30 m de extensão, totalizando 1.248,50 m², conforme plano de aplicação, projetos de engenharia, memorial descritivo e Convênio junto ao Governo Federal, conforme especificações contidas nos Anexos I, II e III parte integrante do Edital, ao valor total de R\$ 95.549,30. Processo: 55/2020. Prazo: até 31/12/2020. Águas Mornas, 02 de julho de 2020. Omero Prim – Prefeito Municipal.

CONTRATO N. 84/2020

Publicação Nº 2551711

Publicação Resumida do Contrato nº 84/2020. Contratado: AÇORES EMPREITIRA DE MÃO DE OBRA LTDA. Objeto: Contratação de empresa para a Pavimentação e Drenagem da Rua José Matias no Centro de Águas Mornas, com lajotas sextavadas de concreto, com 131,50 m de extensão, totalizando 1.187,00 m², conforme plano de aplicação, projetos de engenharia, memorial descritivo e Convênio junto ao Governo Federal, conforme especificações contidas nos Anexos I, II e III parte integrante do Edital, ao valor total de R\$ 90.757,80. Processo: 56/2020. Prazo: até 31/12/2020. Águas Mornas, 02 de julho de 2020. Omero Prim – Prefeito Municipal.

CONTRATO N. 85/2020

Publicação Nº 2551712

Publicação Resumida do Contrato nº 85/2020. Contratado: PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: Contratação de empresa para a Pavimentação e Drenagem da Rua Bela Vista no Centro de Águas Mornas, com lajotas sextavadas de concreto, com 136,70m de extensão, totalizando 593,30m², conforme plano de aplicação, projetos de engenharia, memorial descritivo e Contrato Nº 0530.301 de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA, conforme especificações contidas nos Anexos I, II e III parte integrante deste Edital, ao valor total de R\$ 54.175,00. Processo: 57/2020. Prazo: até 31/12/2020. Águas Mornas, 02 de julho de 2020. Omero Prim – Prefeito Municipal.

CONTRATO N. 86/2020

Publicação Nº 2551715

Publicação Resumida do Contrato nº 86/2020. Contratado: AÇORES EMPREITIRA DE MÃO DE OBRA LTDA. Objeto: Contratação de empresa para a Pavimentação e Drenagem de um trecho da Rua Geral na localidade do Rio Salto, com lajotas sextavadas de concreto, com 229,71 m de extensão, totalizando 1.518,84 m², conforme plano de aplicação, projetos de engenharia, memorial descritivo, conforme especificações contidas nos Anexos I, II e III parte integrante deste Edital, ao valor total de R\$ 160.200,48. Processo: 47/2020. Prazo: até 31/12/2020. Águas Mornas, 06 de julho de 2020. Omero Prim – Prefeito Municipal.

CONTRATO N. 87/2020

Publicação Nº 2551717

Publicação Resumida do Contrato nº 87/2020. Contratado: BRITAGEM VOGELSANGER LTDA. Objeto: Contratação de empresa para enrocamento de pedra para proteção às margens do rio na Estrada Geral na localidade Fazenda Ressurreição, conforme projetos de engenharia, memorial descritivo e demais especificações contidas nos Anexos I, II e III parte integrante do Edital, ao valor total de R\$ 95.053,00. Processo: 50/2020. Prazo: até 31/12/2020. Águas Mornas, 07 de julho de 2020. Omero Prim – Prefeito Municipal.

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 070/2019, REFERENTE À DATA DE VENCIMENTO DO IPTU/2020.

Publicação Nº 2552789

DECRETO Nº 063/2020.

Dá nova redação ao Artigo 1º do Decreto nº 070/2019, referente à data de vencimento do IPTU/2020.

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 166 da Lei nº 443/1994, de 31/08/1994.

DECRETA:

Art. 1º O IPTU e as taxas, para o exercício de 2020, serão lançados e arrecadados em 02 (duas) parcelas mensais e consecutivas, cada uma correspondente a um DAM específico, com as seguintes datas de vencimentos:

- cota única ou
- 1ª parcela no dia 30 de novembro de 2020;
- 2ª parcela no dia 21 de dezembro de 2020;

§ Único quando o contribuinte optar pelo pagamento em cota única e efetuar-lo até a data do vencimento desta, o valor do imposto terá uma redução de 15% (quinze por cento).

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 070/2019.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas/SC, 07 de julho de 2020.

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente Decreto aos sete dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte.

Aujor Hilleshein
Responsável

PORTARIA Nº. 119/2020 DE 06 DE JULHO DE 2020.

Publicação Nº 2551178

PORTARIA Nº. 119/2020

Concede licença prêmio por tempo de serviço, indenizado, a Servidor Público Municipal aposentado

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – CONCEDER 01 (UM) MÊS DE LICENÇA PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO, indenizado, ao Servidor Público Municipal aposentado, Senhor Mário Degering, matrícula nº. 030, referente ao quinquênio de 02.05.2014 à 01.05.2019, nada ficando pendente referente ao mesmo período aquisitivo, conforme disposto na Lei Complementar nº 017/2015, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Mornas.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 06 de julho de 2020.

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos seis dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte.

DENISE DINIZ CORDEIRO
RESPONSÁVEL

TERMO ADITIVO N. 1 AO CONTRATO N. 58/2019

Publicação Nº 2552715

Publicação Resumida 1º Termo Aditivo ao contrato nº 58/2019. Contratado: Betha Sistemas Ltda. Objeto: Fica incluído no objeto contratado o licenciamento do aplicativo acessório e integrado de georreferenciamento, hospedado em ambiente cloud sob responsabilidade da contratada, ao valor mensal de R\$ 1.700,00. Processo de Licitação: nº 62/2019. Águas Mornas, 01 de junho de 2020. Omero Prim – Prefeito Municipal.

TERMO ADITIVO N. 3 AO CONTRATO N. 63/2018

Publicação Nº 2552713

Publicação Resumida 3º Termo Aditivo ao contrato nº 63/2018. Contratado: Açores Empreiteira de Mão de Obra Ltda. Objeto: Prorrogação do prazo até 31/12/2020. Processo de Licitação: nº 57/2018. Águas Mornas, 26 de junho de 2020. Omero Prim – Prefeito Municipal.

TERMO ADITIVO N. 3 AO CONTRATO N. 65/2018

Publicação Nº 2552711

Publicação Resumida 3º Termo Aditivo ao contrato nº 65/2018. Contratado: NCL Pavimentação Ltda. Objeto: Prorrogação do prazo até 31/12/2020. Processo de Licitação: nº 54/2018. Águas Mornas, 26 de junho de 2020. Omero Prim – Prefeito Municipal.

TERMO ADITIVO N. 5 AO CONTRATO N. 32/2015

Publicação Nº 2551733

Publicação Resumida 5º Termo Aditivo ao contrato nº 32/2015. Contratado: Proactiva Meio Ambiente Brasil Ltda. Objeto: Prorrogação do prazo até 29/06/2021. Processo de Licitação: nº 31/2015. Águas Mornas, 25 de junho de 2020. Omero Prim – Prefeito Municipal.

TERMO ADITIVO N. 5 AO CONTRATO N. 62/2018

Publicação Nº 2551727

Publicação Resumida 5º Termo Aditivo ao contrato nº 62/2018. Contratado: Açores Empreiteira de Mão de Obra Ltda. Objeto: Prorrogação do prazo até 31/12/2020. Processo de Licitação: nº 56/2018. Águas Mornas, 26 de junho de 2020. Omero Prim – Prefeito Municipal.

TERMO ADITIVO N. 5 AO CONTRATO N. 64/2018

Publicação Nº 2551724

Publicação Resumida 5º Termo Aditivo ao contrato nº 64/2018. Contratado: Açores Empreiteira de Mão de Obra Ltda. Objeto: Prorrogação do prazo até 31/12/2020. Processo de Licitação: nº 53/2018. Águas Mornas, 26 de junho de 2020. Omero Prim – Prefeito Municipal.

Alto Bela Vista

PREFEITURA

ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO PR40/2020

Publicação Nº 2551361



Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista

Rua do Comércio, 1015 - Centro - 89.730-000 - Alto Bela Vista/ SC
 CNPJ: 01.614.374/0001-60 Fone: (49) 3455-9022 [prefeitura@altobelavista.sc.gov.br](http://www.altobelavista.sc.gov.br)
<http://www.altobelavista.sc.gov.br>

Chave de Autenticação Digital
 1464-6124-932

Página
 1 / 3



Licitações Adjudicadas

Licitação: PR40/2020		Modalidade: Pregão	Julgamento: Por item	Registro de preço: Sim	Controla quantidade: Sim
Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de materiais elétricos, destinado as unidades administrativas municipais.					
Fornecedor: 4313 - DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA					
Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor total (R\$):
03/07/2020	1	182 - Abraçadeiras plásticas tipo "U" ¾"	UN	190,00000	21.661,30
		Marca: JANDRIQUES			45,60
03/07/2020	2	183 - Abraçadeiras plásticas tipo "U" 1"	UN	190,00000	68,40
		Marca: JANDRIQUES			
03/07/2020	3	2456 - Bucha plástica 10mm	UN	370,00000	14,80
		Marca: IVPLAST			
03/07/2020	4	2457 - Bucha plástica 6mm	UN	470,00000	14,10
		Marca: IVPLAST			
03/07/2020	5	2458 - Bucha plástica 8mm	UN	390,00000	11,70
		Marca: SHOPLUS			
03/07/2020	10	2629 - Cabo PP 4x4 mm	UN	260,00000	2.282,80
		Marca: CORFIO			356,64
03/07/2020	13	2866 - Caixa para 3 disjuntores de sobrepor	UN	24,00000	14,86000
		Marca: BRUM			
03/07/2020	15	2982 - Calhas para lâmpadas 40w	UN	58,00000	11,77000
		Marca: LUMEPETRO			682,66
03/07/2020	16	4175 - Cinta plástica 10cm branca	UN	1.170,00000	0,03000
		Marca: DECORLUX			35,10
03/07/2020	43	6805 - Fita isolante de alta fusão 20m	UN	114,00000	23,00000
		Marca: DECORLUX			2.622,00
03/07/2020	46	7887 - Interruptor com tomada SX	UN	95,00000	6,01000
		Marca: PLUZIE			570,95
03/07/2020	47	7892 - Interruptor modular 20A completo Tomada modular 20A com bastidor e tampas.	UN	106,00000	5,20000
		Marca: PLUZIE			551,20
03/07/2020	48	7893 - Interruptor modular Paralelo	UN	65,00000	6,00000
		Marca: PLUZIE			390,00
03/07/2020	49	7921 - Interruptor sistema X com Calinha	UN	76,00000	4,90000
		Marca: PLUZIE			372,40
03/07/2020	64	10932 - Parafuso rosca soberba 2,5x10mm	UN	590,00000	0,01000
		Marca: JOMARCA			5,90
03/07/2020	65	10933 - Parafuso rosca soberba 6x40mm	UN	640,00000	0,24000
		Marca: JOMARCA			153,60
03/07/2020	67	11456 - Placa + bastidor sistema modular	UN	141,00000	3,18000
		Marca: PLUZIE			448,38
03/07/2020	71	12268 - reator elet. 2x40w	UN	196,00000	33,53000
		Marca: INTRAL			6.571,88
03/07/2020	74	12619 - Relé fotoelétrico com base	UN	60,00000	14,49000
		Marca: EXATRON			869,40
03/07/2020	75	12623 - Relé sobrecarga 18A Relé obrecarga 18A	UN	46,00000	41,45000
		Marca: SOPRANO			1.906,70
03/07/2020	76	13452 - Sensor de presença infravermelho	UN	73,00000	28,35000
		Marca: QUALITROMIX			2.069,55
03/07/2020	78	14454 - Soquete porcelana base e40	UN	152,00000	5,67000
		Marca: DECORLUX			861,84
03/07/2020	79	15055 - Terminal rj 11	UN	91,00000	0,24000
		Marca: MULTITOC			21,84
03/07/2020	84	15479 - Tomada Sistema X 20 amperes	UN	151,00000	4,86000
		Marca: PLUZIE			733,86
Fornecedor: 4349 - MULTITILUZ COMERCIAL EIRELI				CPF/CNPJ: 31.128.170/0001-80	Valor total (R\$):
03/07/2020	50	8483 - lâmpada fluorescente 40W lâmpada fluorescente 40 W	UN	390,00000	4,20000
		Marca: GE			1.638,00
03/07/2020	51	8488 - Lâmpada Fluorescente 20 W	UN	85,00000	4,20000
		Marca: GE			357,00
03/07/2020	55	8523 - Lâmpada mista 250w base e27	UN	103,00000	13,15000
		Marca: NSK			1.354,45

03/07/2020	56	8561 - Lâmpada vapor metálico 400w base e40	UN	106,00000	25,76000	2.730,56
		Marca: NSK				
03/07/2020	73	12293 - Reator vapor metálico 400w	UN	30,00000	49,00000	1.470,00
		Marca: NSK				
Fornecedor: 4553 - SO LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULICOS EIRELI						
		CPF/CNPJ: 07.038.642/0001-29			Valor total (R\$):	61.955,79
03/07/2020	6	2527 - Cabo 4 par trançado (rede)	M	480,00000	1,20000	576,00
		Marca: rohldina				
03/07/2020	7	2545 - cabo coaxial	Metro	278,00000	0,80000	222,40
		Marca: STE				
03/07/2020	8	2564 - Cabo de telefonia interno	UN	280,00000	0,30000	84,00
		Marca: STE				
03/07/2020	9	2628 - Cabo PP 4x2,5mm	UN	280,00000	5,05000	1.414,00
		Marca: ULTRAFLEX				
03/07/2020	11	2630 - Cabo PP 4x6mm	UN	260,00000	11,70000	3.042,00
		Marca: ULTRAFLEX				
03/07/2020	12	2834 - Caixa de inspeção aterramento plástica redonda	UN	135,00000	10,00000	1.350,00
		Marca: GENAR				
03/07/2020	14	2874 - Caixa para um disjuntor de sobrepor	UN	30,00000	2,55000	76,50
		Marca: GENAR				
03/07/2020	17	4176 - Cinta plástica 25cm branca	UN	1.080,00000	0,12000	129,60
		Marca: rohldina				
03/07/2020	18	4520 - Conector cunha haste de terra	UN	36,00000	10,40000	374,40
		Marca: INTELI				
03/07/2020	19	4748 - Contactor 18a bobina 380	UN	46,00000	46,00000	2.116,00
		Marca: CCa				
03/07/2020	20	5126 - Curvas 180º eletrodutos ¾"	UN	50,00000	0,85000	42,50
		Marca: inpol				
03/07/2020	21	5127 - Curvas 180º eletrodutos 1"	UN	50,00000	1,30000	65,00
		Marca: inpol				
03/07/2020	22	5128 - Curvas 90º eletrodutos ¾"	UN	50,00000	0,70000	35,00
		Marca: inpol				



Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista

Rua do Comércio, 1015 - Centro - 89.730-000 - Alto Bela Vista/ SC
 CNPJ: 01.614.374/0001-60 Fone: (49) 3455-9022 prefeitura@altobelavista.sc.gov.br
<http://www.altobelavista.sc.gov.br>



Chave de Autenticação Digital
 1464-6124-932

Página
 2 / 3

Licitações Adjudicadas

03/07/2020	23	5129 - Curvas 90º eletrodutos 1"	UN	50,00000	0,83000	41,50
		Marca: inpol				
03/07/2020	24	5374 - Disjuntores modelo din 10A	UN	23,00000	5,00000	115,00
		Marca: Tramontina				
03/07/2020	25	5375 - Disjuntores modelo din 20A	UN	25,00000	5,00000	125,00
		Marca: Tramontina				
03/07/2020	26	5376 - Disjuntores modelo din 25A	UN	25,00000	5,00000	125,00
		Marca: Tramontina				
03/07/2020	27	5377 - Disjuntores modelo din 32A	UN	28,00000	5,00000	140,00
		Marca: Tramontina				
03/07/2020	28	5378 - Disjuntores modelo din 40A	UN	28,00000	6,40000	179,20
		Marca: Tramontina				
03/07/2020	29	5618 - Eletrodutos ¾" barra de 3m	UN	40,00000	3,80000	152,00
		Marca: inpol				
03/07/2020	30	5619 - Eletrodutos de 1" barra de 3m	UN	40,00000	6,20000	248,00
		Marca: inpol				
03/07/2020	31	6684 - Fio flexível 2,5mm azul	UN	970,00000	1,05000	1.018,50
		Marca: ULTRAFLEX				
03/07/2020	32	6685 - Fio flexível 2,5mm verde	M	1.030,00000	1,05000	1.081,50
		Marca: ULTRAFLEX				
03/07/2020	33	6686 - Fio flexível 2,5mm vermelho	UN	1.030,00000	1,05000	1.081,50
		Marca: ULTRAFLEX				
03/07/2020	34	6689 - Fio flexível 4,0mm azul	M	920,00000	1,57000	1.444,40
		Marca: ULTRAFLEX				
03/07/2020	35	6690 - Fio flexível 4,0mm verde	M	940,00000	1,57000	1.475,80
		Fio flexível 4,0mm verdeun				
		Marca: ULTRAFLEX				
03/07/2020	36	6691 - Fio flexível 4,0mm vermelho	M	940,00000	1,57000	1.475,80
		Marca: ULTRAFLEX				
03/07/2020	37	6694 - Fio flexível 6mm azul	M	730,00000	2,27000	1.657,10
		Marca: ULTRAFLEX				
03/07/2020	38	6695 - Fio flexível 6mm verde	M	730,00000	2,27000	1.657,10
		Marca: ULTRAFLEX				
03/07/2020	39	6696 - Fio flexível 6mm vermelho	M	730,00000	2,27000	1.657,10
		Marca: ULTRAFLEX				
03/07/2020	40	6706 - Fio paralelo 2x1,5mm	M	720,00000	1,40000	1.008,00
		Marca: ULTRAFLEX				
03/07/2020	41	6708 - Fio paralelo 2x2,5mm	Metro	890,00000	1,95000	1.771,10
		Marca: ULTRAFLEX				
03/07/2020	42	6798 - Fita isolante 20 m	UN	165,00000	2,95000	486,75
		Marca: Sibratex				
03/07/2020	44	7609 - Grampo fixa-fio (migueirão)	UN	422,00000	0,07000	29,54
		Marca: Ribeiro				
03/07/2020	45	7723 - Haste de aterramento padrão Celesc	UN	37,00000	22,80000	843,60
		Marca: OLIVO				
03/07/2020	52	8489 - Lâmpada fluorescente compacta 25w base e27	UN	130,00000	8,40000	1.092,00
		Marca: LUMI				
03/07/2020	53	8490 - Lâmpada fluorescente compacta 32w base e27	UN	250,00000	19,00000	4.750,00
		Marca: Manplex				
03/07/2020	54	8491 - Lâmpada fluorescente compacta 59w base e27	UN	105,00000	32,20000	3.381,00
		Marca: Manplex				
03/07/2020	57	8565 - Lâmpadas de emergência	UN	62,00000	13,00000	806,00
		Marca: BLUMENAU				
03/07/2020	58	8568 - Lâmpadas LED 12w	UN	305,00000	8,04000	2.452,20
		Marca: DEVI				
03/07/2020	59	8569 - Lâmpadas LED 12w base e27	UN	510,00000	7,89000	4.023,90
		Marca: DEVI				
03/07/2020	60	8570 - Lâmpadas LED 18w barra	UN	330,00000	9,99000	3.296,70
		Marca: Manplex				
03/07/2020	61	9215 - Luvas eletroduto ¾"	UN	40,00000	0,40000	16,00
		Marca: inpol				
03/07/2020	62	9216 - Luvas eletroduto 1"	UN	40,00000	0,50000	20,00
		Marca: inpol				
03/07/2020	63	9818 - Módulo cego	UN	230,00000	1,15000	264,50

03/07/2020	66	11153 - Perfil Linha (canaleta) com dupla face caixas com 25	UN	38,00000	5,00000	190,00
		Marca: Tramontina				
03/07/2020	68	11480 - Placa de saída dupla luminosa	UN	37,00000	45,00000	1.665,00
		Marca: Ilumi				
03/07/2020	69	11514 - Plafon duplo	UN	104,00000	10,00000	1.040,00
		Marca: BLUMENAU				
03/07/2020	70	11516 - Plafon simples	UN	105,00000	2,30000	241,50
		Marca: DEMI				
03/07/2020	72	12272 - Reator eletrônico 2 x 20w	UN	145,00000	29,00000	4.205,00
		Marca: ECP				
03/07/2020	77	14453 - Soquete porcelana base e27	UN	209,00000	2,00000	418,00
		Marca: Manplex				
03/07/2020	80	15056 - Terminal rj 45 fêmea	UN	91,00000	7,00000	637,00
		Marca: Tramontina				
03/07/2020	81	15057 - Terminal rj 45 macho	UN	195,00000	0,50000	97,50
		Marca: PLUG				
03/07/2020	82	15466 - Tomada modular 20A	UN	181,00000	4,80000	868,80
		Tomada modular 20A completa				
03/07/2020	83	15467 - Tomada modular 20A completa	UN	131,00000	4,80000	628,80
		Tomada modular 20A com bastidor e tampas.				
03/07/2020	85	15613 - Torneira elétrica 6000w resistência blindada	UN	12,00000	129,00000	1.548,00
		Marca: Tramontina				
03/07/2020	86	16157 - Veda calha cinza 359g	UN	65,00000	12,20000	793,00
		Marca: LORENZETTI				
03/07/2020	87	22498 - Spot Led Balizador, embutir chão/ piso 12W	unidade	10,00000	99,00000	990,00
		Marca: UNIPEGA				
03/07/2020	88	22499 - Fonte Eletrônica Chaveada 24V - 2.1 A para plataforma elevatória (02 paradas)	unidade	2,00000	199,00000	398,00
		Marca: GAYA				
		Marca: CCa				



Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista



Rua do Comércio, 1015 - Centro - 89.730-000 - Alto Bela Vista/ SC
CNPJ: 01.614.374/0001-60 Fone: (49) 3455-9022 prefeitura@altobelavista.sc.gov.br
<http://www.altobelavista.sc.gov.br>

Chave de Autenticação Digital
1464-6124-932
Página
3 / 3

Licitações Adjudicadas

03/07/2020	89 22500 - Rele acoplador 02 contatos 24V para plataforma elevatória (02 paradas)	unidade	8,00000	99,00000	792,00
			Total Adjudicado (R\$):		
			91.167,10		

Total de licitações adjudicadas: 1

Total Geral Adjudicado (R\$): 91.167,10

CATIA TESSMANN REICHERT
PREFEITA

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PR40/2020

Publicação Nº 2551358



Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista

Rua do Comércio, 1015 - Centro - 89.730-000 - Alto Bela Vista/ SC
CNPJ: 01.614.374/0001-60 Fone: (49) 3455-9022 prefeitura@altobelavista.sc.gov.br
<http://www.altobelavista.sc.gov.br>

Chave de Autenticação Digital
1167-4205-104

Página
1 / 2

Licitações homologadas

Licitação: PR40/2020 Modalidade: Pregão Registro de preço: Sim Controla quantidade: Sim
Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de materiais elétricos, destinado as unidades administrativas municipais.

Credor/Fornecedor: 4313-DELVALLE MATERIAIS ELETRICOS LTDA		
Data	Item	Un. Medida
03/07/2020	1	UN
03/07/2020	2	UN
03/07/2020	3	UN
03/07/2020	4	UN
03/07/2020	5	UN
03/07/2020	10	UN
03/07/2020	13	UN
03/07/2020	15	UN
03/07/2020	16	UN
03/07/2020	43	UN
03/07/2020	46	UN
03/07/2020	47	UN
03/07/2020	48	UN
03/07/2020	49	UN
03/07/2020	64	UN
03/07/2020	65	UN
03/07/2020	67	UN
03/07/2020	71	UN
03/07/2020	74	UN
03/07/2020	75	UN
03/07/2020	76	UN
03/07/2020	78	UN
03/07/2020	79	UN
03/07/2020	84	UN
Credor/Fornecedor: 4349-MULTILUZ COMERCIAL EIRELI		
03/07/2020	50	UN
03/07/2020	51	UN
03/07/2020	55	UN
03/07/2020	56	UN
03/07/2020	73	UN
Credor/Fornecedor: 4553-SO LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULICOS EIRELI		
03/07/2020	6	M
03/07/2020	7	Metro
03/07/2020	8	UN
03/07/2020	9	UN
03/07/2020	11	UN
03/07/2020	12	UN
03/07/2020	14	UN
03/07/2020	17	UN
03/07/2020	18	UN
03/07/2020	19	UN
03/07/2020	20	UN
03/07/2020	21	UN
03/07/2020	22	UN
03/07/2020	23	UN
03/07/2020	24	UN
03/07/2020	25	UN
03/07/2020	26	UN
03/07/2020	27	UN
03/07/2020	28	UN
03/07/2020	29	UN
03/07/2020	30	UN
03/07/2020	31	UN

03/07/2020	32	M	6685 - Fio flexível 2,5mm verde
03/07/2020	33	UN	6686 - Fio flexível 2,5mm vermelho
03/07/2020	34	M	6689 - Fio flexível 4,0mm azul
03/07/2020	35	M	6690 - Fio flexível 4,0mm verde
			Fio flexível 4,0mm verdeun
03/07/2020	36	M	6691 - Fio flexível 4,0mm vermelho
03/07/2020	37	M	6694 - Fio flexível 6mm azul
03/07/2020	38	M	6695 - Fio flexível 6mm verde
03/07/2020	39	M	6696 - Fio flexível 6mm vermelho
03/07/2020	40	M	6706 - Fio paralelo 2x1,5mm
03/07/2020	41	Metro	6708 - Fio paralelo 2x2,5mm
03/07/2020	42	UN	6798 - Fita isolante 20 m
03/07/2020	44	UN	7609 - Grampo fixa-fio (niguelão)
03/07/2020	45	UN	7723 - Haste de aterramento padrão Celesc
03/07/2020	52	UN	8489 - Lâmpada fluorescente compacta 25w base e27
03/07/2020	53	UN	8490 - Lâmpada fluorescente compacta 32w base e27
03/07/2020	54	UN	8491 - Lâmpada fluorescente compacta 59w base e27
03/07/2020	57	UN	8565 - Lâmpadas de emergência
03/07/2020	58	UN	8568 - Lâmpadas LED 12w
03/07/2020	59	UN	8569 - Lâmpadas LED 12w base e27
03/07/2020	60	UN	8570 - Lâmpadas LED 18w barra
03/07/2020	61	UN	9215 - Luvas eletroduto ¾"
03/07/2020	62	UN	9216 - Luvas eletroduto 1"
03/07/2020	63	UN	9818 - Módulo cego
03/07/2020	66	UN	11153 - Perfil Linha (canaleta) com dupla face caixas com 25
03/07/2020	68	UN	11480 - Placa de saída dupla luminosa
03/07/2020	69	UN	11514 - Plafon duplo
03/07/2020	70	UN	11516 - Plafon simples
03/07/2020	72	UN	12272 - Reator eletrônico 2 x 20w
03/07/2020	77	UN	14453 - Soquete porcelana base e27
03/07/2020	80	UN	15056 - Terminal rj 45 fêmea
03/07/2020	81	UN	15057 - Terminal rj 45 macho



Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista

Rua do Comércio, 1015 - Centro - 89.730-000 - Alto Bela Vista/ SC

CNPJ: 01.614.374/0001-60 Fone: (49) 3455-9022 prefeitura@altobelavista.sc.gov.br
<http://www.altobelavista.sc.gov.br>



Chave de Autenticação Digital
1167-4205-104

Página
2 / 2

Licitações homologadas

03/07/2020	82	UN	15466 - Tomada modular 20A
03/07/2020	83	UN	Tomada modular 20A completa
03/07/2020	85	UN	15467 - Tomada modular 20A completa
03/07/2020	86	UN	Tomada modular 20A com bastidor e tampas
03/07/2020	87	UN	15613 - Tomada elétrica 6000w resistência blindada
03/07/2020	88	unidade	16157 - Veda calha cinza 359g
03/07/2020	89	unidade	22498 - Spot Led Balizador, embutir chão/ piso 12W
03/07/2020	89	unidade	22499 - Fonte Eletrônica Chaveada 24V - 2.1 A para plataforma elevatória (02 paradas)
03/07/2020	89	unidade	22500 - Rele acoplador 02 contatos 24V para plataforma elevatória (02 paradas)

Total licitações homologadas: 1

CATIA TESSMANN REICHERT
PREFEITA

TOMADA DE PREÇO 01/2020 - CÂMARA DE VEREADORES DE ALTO BELA VISTA

Publicação Nº 2552027

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALTO BELA VISTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 01/2020
Modalidade: Tomada de Preço 01/2020

A Câmara Municipal de Vereadores de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Tomada de Preço, do tipo Menor Preço Global. Esta licitação tem por objeto a obtenção de proposta mais vantajosa para contratação de empresa para realizar os serviços de copa e limpeza em todas as dependências internas e nos acessos ao edifício da Câmara Municipal de Vereadores de Alto Bela Vista/SC, conforme detalhado no termo de referência constante no Anexo I do Edital, por um período de 12 (doze) meses, podendo ocorrer prorrogação até o limite de 60 (sessenta) meses, a partir da assinatura do contrato. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até às 14:00 horas, do dia 06 de agosto de 2020. Data em que se fará sessão pública de Julgamento, a partir das 14:30 horas, na sede da Câmara Municipal de Vereadores. Íntegra do Edital encontra-se no site oficial do município no endereço: <http://www.camaraal-tobelavista.sc.gov.br> e informações, pelo telefone (49) 3455.9155. Alto Bela Vista (SC), em 06 de Julho de 2020. Rosicler Terezinha Potrich Benincá - Presidente.

Anchieta

PREFEITURA

PORTARIA Nº 229/2020

Publicação Nº 2551173

PORTARIA nº. 229/2020
De, 01 de julho de 2020.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 77 da Lei Complementar nº. 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e,

Considerando o Decreto n. 050/2020, em que adota medidas administrativas no âmbito do município em cumprimento à ações em saúde pública emanadas dos governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19);

Considerando o direito do gozo da Licença Prêmio;

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio pelo período de 27 (vinte e sete) dias,

Art. 1º - Fica concedida Licença Prêmio pelo período de 27 (vinte e sete) dias para a servidora Pública Municipal senhora Aline de Giacometti, ocupante do cargo de Nutricionista, matrícula 2129, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, referente ao quinquênio 03/03/2013 à 03/09/2018, com todos os direitos e vantagens que a lei lhe assegura.

Art. 2º - A licença será concedida no período de 01/07/2020 à 15/09/2020, somente no turno vespertino trabalhando normalmente no turno matutino.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.
Em, 01 de julho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo

PORTARIA Nº 230/2020

Publicação Nº 2551181

PORTARIA nº. 230/2020
De, 01 de julho de 2020.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 77 da Lei Complementar nº. 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e,

Considerando o Decreto n. 050/2020, em que adota medidas administrativas no âmbito do município em cumprimento à ações em saúde pública emanadas dos governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19);

Considerando o direito do gozo da Licença Prêmio;

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio pelo período de 30 (trinta) dias,

Art. 1º - Fica concedida Licença Prêmio pelo período de 30 (trinta) dias para o servidor Público Municipal senhor Luiz Alfredo Bernardi, ocupante do cargo de Operador II, matrícula 2160, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal da Infraestrutura, com todos os direitos e vantagens que a lei lhe assegura.

Art. 2º - A licença será concedida no período de 01/07/2020 à 15/09/2020, somente no turno vespertino trabalhando normalmente no turno matutino.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.
Em, 01 de julho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo

PORTARIA Nº 231/2020

Publicação Nº 2551194

PORTARIA nº. 231/2020
De, 01 de julho de 2020.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir veículo,

Art. 1º - Fica transferido o veículo CAR/Camionete/VW/Saveiro 1.6 CE TROOP, ano de fabricação 2009/modelo 2010, placa ARZ8F98, cor Preta, recebido em doação da Receita Federal para a Secretaria Municipal da Administração e Gestão.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 01 de julho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 232/2020

Publicação Nº 2551201

PORTARIA nº. 232/2020
De, 01 de julho de 2020.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 77 da Lei Complementar nº. 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e,

Considerando o Decreto n. 050/2020, em que adota medidas administrativas no âmbito do município em cumprimento à ações em saúde pública emanadas dos governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19);

Considerando o direito do gozo da Licença Prêmio;

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio pelo período de 90 (noventa) dias,

Art. 1º - Fica concedida Licença Prêmio pelo período de 90 (noventa) dias para a servidora Pública Municipal senhora Luiza Bortolotto

Bággio, ocupante do cargo de Zeladora, matrícula 717, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Administração e Gestão, referente ao quinquênio 01/08/2002 à 01/08/2007, com todos os direitos e vantagens que a lei lhe assegura.

Art. 2º - A licença será concedida no período de 02/07/2020 à 29/09/2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 01 de julho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo

PORTARIA Nº 233/2020

Publicação Nº 2551206

PORTARIA nº. 233/2020
De, 01 de julho de 2020.

O Prefeito em Exercício do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Exonerar,

Art. 1º - Fica exonerado o senhor João Adilson Pessoa da Silva, ocupante do cargo de Motorista ACT, matrícula 2697, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura em virtude do retorno do servidor titular, senhor Cristiano Graff que se encontrava afastado em Auxílio Doença.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 01 de julho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 234/2020

Publicação Nº 2551209

PORTARIA nº. 234/2020
De, 01 de julho de 2020.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 77 da Lei Complementar nº. 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e,

Considerando o Decreto n. 050/2020, em que adota medidas administrativas no âmbito do município em cumprimento à ações em saúde pública emanadas dos governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19);

Considerando o direito do gozo da Licença Prêmio;

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio pelo período de 30 (trinta) dias,

Art. 1º - Fica concedida Licença Prêmio pelo período de 30 (trinta) dias para a servidora Pública Municipal senhora Sirlei de Oliveira Tabaldi, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, matrícula 2149, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, referente ao quinquênio 13/11/2013 à 13/11/2018, com todos os direitos e vantagens que a lei lhe assegura.

Art. 2º - A licença será concedida no período de 01/07/2020 à 30/07/2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 01 de julho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo

PORTARIA Nº 235/2020

Publicação Nº 2551212

PORTARIA nº. 235/2020
De, 01 de julho de 2020.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 77 da Lei Complementar nº. 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e,

Considerando o Decreto n. 050/2020, em que adota medidas administrativas no âmbito do município em cumprimento à ações em saúde pública emanadas dos governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19);

Considerando o direito do gozo da Licença Prêmio;

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio pelo período de 30 (trinta) dias,

Art. 1º - Fica concedida Licença Prêmio pelo período de 30 (trinta) dias para a servidora Pública Municipal senhora Gessi Fatima Meneghini, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem, matrícula 1921, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, referente ao quinquênio 02/04/2012 à 02/04/2017, com todos os direitos e vantagens que a lei lhe assegura.

Art. 2º - A licença será concedida no período de 06/07/2020 à 04/08/2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 01 de julho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo

PORTARIA Nº 236/2020

Publicação Nº 2551218

PORTARIA nº. 236/2020
De, 02 de julho de 2020.

O Prefeito em Exercício do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Exonerar,

Art. 1º - Fica exonerada a senhora Juliana Zanin, ocupante do cargo de Enfermeira ACT, matrícula 142, lotada na Autarquia Hospital Municipal Anchietaense – Unidade Pronto Atendimento, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 02 de julho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 237/2020

Publicação Nº 2551222

PORTARIA nº. 237/2020
De, 02 de julho de 2020.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o Decreto n. 050/2020, em que adota medidas administrativas no âmbito do município em cumprimento à ações em saúde pública emanadas dos governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19);

RESOLVE:

Conceder férias no período vespertino,

Art. 1º - Fica concedida 10 (dez) dias de férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Kellin Dal Ri, ocupante do cargo de Assistente Social, matrícula 2128, lotada na Secretaria Municipal da Assistência Social, relativas ao período de 2018/2019, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 06/07/2020 à 25/07/2020, somente no turno vespertino, trabalhando normalmente no turno matutino.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta, SC.
Em, 02 de julho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo

PORTARIA Nº 238/2020

Publicação Nº 2551233

PORTARIA nº. 238/2020
De, 03 de julho de 2020.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 038/2012 e,

Considerando a vacância do cargo de Enfermeira, anteriormente ocupada por contratação temporária pelo período de 01 (um) ano;
Considerando o despacho/decisão da Justiça federal n. 5001468-62.2020.4.04.7210/SC, do Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina - COREN/SC;
Considerando o resultado do Processo Seletivo nº. 002/2019;

RESOLVE:

Nomear Enfermeira ACT,

Art. 1º - Fica nomeada a senhora Ana Julia Provin, para exercer o cargo de Enfermeira - ACT – Admissão em Caráter Temporário, lotada na Autarquia Hospital Municipal Anchietaense – Unidade de Pronto Atendimento, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com escala de trabalho e plantões realizados pela Unidade, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - A presente contratação se dá de acordo com o Art. 2º., no período de 03/07/2020 a 03/07/2021.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),

Em 03 de julho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci, Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 239/2020

Publicação Nº 2551237

PORTARIA n. 239/2020
De, 03 de julho de 2020.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Conceder Licença Maternidade,

Art. 1º - Fica concedida Licença Maternidade à Servidora Pública Municipal, senhora Arieli Pulga Dal Castel, ocupante do Cargo de Professora de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, no período de 30/06/2020 à 26/12/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Em, 03 de julho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 240/2020

Publicação Nº 2551258

PORTARIA nº. 240/2020
De, 03 de julho de 2020.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 77 da Lei Complementar nº. 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e,

Considerando o Decreto n. 050/2020, em que adota medidas administrativas no âmbito do município em cumprimento à ações em saúde pública emanadas dos governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19);

Considerando o direito do gozo da Licença Prêmio;

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio pelo período de 30 (trinta) dias,

Art. 1º - Fica concedida Licença Prêmio pelo período de 30 (trinta) dias para a servidora Pública Municipal senhora Zenaide Teles Guerini, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula 2089, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Assistência Social, referente ao quinquênio 09/04/2013 à 08/04/2018, com todos os direitos e vantagens que a lei lhe assegura.

Art. 2º - A licença será concedida no período de 03/07/2020 à 01/08/2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.
Em, 03 de julho de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo

PREGÃO PRESENCIAL 006/2020-FMS

Publicação Nº 2551312

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 006/2020

O Gestor do FMS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, Menor Preço, para: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO PROTÉTICO, PARA CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS TOTAIS E PRÓTESES DENTÁRIAS PARCIAL REMOVÍVEL, DESTINADA AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA/SC, PELO PERÍODO DE ATÉ 12 MESES DA DATA DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 17/07/2020. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30hrs às 11:30hrs e das 13:00hrs às 17:00hrs, de Segunda à Sexta – Feira.

Anchieta, 06 de Julho de 2020.

MARTINHOS SCANTAMBURLO
Gestor do FMS

PREGÃO PRESENCIAL 036/2020-PM

Publicação Nº 2551744

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 036/2020

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para: Registro de Preço visando a Prestação de Serviços de Recapagem, Recauchutagem e Vulcanização de Pneus dos Veículos e Máquinas das Secretarias de Infraestrutura, Agricultura e Educação do município de Anchieta/SC, para o período de até 12 meses após a data de Homologação do Processo Licitatório. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:00 horas do dia 30/07/2020. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30hrs às 11:30hrs e das 13:00hrs às 17:00hrs, de Segunda à Sexta – Feira.

Anchieta, 06 de Julho de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

ANEXO I PRÉ OBRA DO EDITAL RETIFICADO DE LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA RUA DOMINGOS DAL RI (03-2019)

Publicação Nº 2552312

ANEXO I PRÉ-OBRA

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM C.B.U.Q. DA RUA DOMINGOS DAL RI
TRECHO ENTRE A RUA OLÍMPIO DAL MAGRO E A AVENIDA BRASIL

NOME DO CONTRIBUINTE	CODIGO DO IMÓVEL	Nº DO LOTE	Nº DA MATRÍCULA	TESTADA DO LOTE (m.l.)	ÁREA DO LOTE (m²)	VALOR DO IMÓVEL (PRÉ-OBRA)
ZONA DE INFLUÊNCIA: COMERCIAL E RESIDENCIAL						
ENIO MARTINS DE LIMA	745	402-A	1.674	20,00	440,00	R\$ 155.000,00
ITELVINO LOCATELLI E GENI BELLÉ LOCATELLI	631	PARTE DO 403	5.252	10,00	500,00	R\$ 170.000,00
IRACI STOBBE	675	PARTE DO 403	1.972	10,00	500,00	R\$ 110.000,00
DEVALDINO PIOVESANI E IRMA PIOVESANI	536	404	3.833	20,00	1.000,00	R\$ 350.000,00
ALBINO SLAVIERO E GEMA PERONDI SLAVIERO	224	PARTE DO 405	2.002	17,00	510,00	R\$ 130.000,00
GILVANI ASSOLINI E MARTA DALMORO	1314	PARTE DO 405	5.045	3,00	490,00	R\$ 185.000,00
FRANCINE RODRIGUES E EDUARDO DURIGON	614	PARTE DO 406	2.602	20,00	600,00	R\$ 158.000,00
SELVINO LOLATO E CLECI MARIA LOLATO	765/1621	PARTE DO 398	2.616	25,00	500,00	R\$ 590.000,00
SELVINO LOLATO E CLECI MARIA LOLATO	698	PARTE DO 399	1.283	12,50	500,00	R\$ 300.000,00
IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR	1164	PARTE DO 399	3.158	12,50	500,00	R\$ 198.000,00
ESTADO DE SANTA CATARINA	1163	PARTE DO 400	3.727	25,00	1.000,00	R\$ 488.000,00
MARILI MACHADO DE SOUZA	753/754	PARTE DO 401	2.402	25,00	500,00	R\$ 310.000,00
TOTAL DA RUA						R\$ 3.144.000,00

Anchieta/SC, em 05 de fevereiro de 2020.

Claudecir Paulo Viera
Servidor Público Municipal
Membro

Joanival Camargo
Corretor de Imóveis
Membro

Carlos A. Antonietti
Servidor Público Municipal
Membro

Oscar Rizzotto
Servidor Público Estadual
Membro

ANEXO II PÓS OBRA DO EDITAL RETIFICADO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DA RUA DOMINGOS DAL RI (03.2019)

Publicação Nº 2552318

ANEXO II PÓS-OBRA

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM C.B.U.Q. DA RUA DOMINGOS DAL RI
TRECHO ENTRE A RUA OLÍMPIO DAL MAGRO E A AVENIDA BRASIL

NOME DO CONTRIBUINTE	CÓDIGO DO IMÓVEL	Nº DO LOTE	Nº DA MATRÍCULA	TESTADA DO LOTE (m.l.)	ÁREA DO LOTE (m²)	VALOR DO IMÓVEL (PÓS-OBRA)
ZONA DE INFLUÊNCIA: COMERCIAL E RESIDENCIAL						
ENIO MARTINS DE LIMA	745	402-A	1.674	20,00	440,00	R\$ 185.818,00
ITELVINO LOCATELLI E GENI BELLÉ LOCATELLI	631	PARTES DO 403	5.252	10,00	500,00	R\$ 186.933,00
IRACI STOBBE	675	PARTES DO 403	1.972	10,00	500,00	R\$ 125.748,00
DEVALDINO PIOVESANI E IRMA PIOVESANI	536	404	3.833	20,00	1.000,00	R\$ 384.103,00
ALBINO SLAVIERO E GEMA PERONDI SLAVIERO	224	PARTES DO 405	2.002	17,00	510,00	R\$ 155.637,00
GILVANI ASSOLINI E MARTA DAL MORO	1314	PARTES DO 405	5.045	3,00	490,00	R\$ 192.755,00
FRANCINE RODRIGUES E EDUARDO DURIGON	614	PARTES DO 406	2.602	20,00	600,00	R\$ 188.886,00
SELVINO LOLATO E CLECI MARIA LOLATO	765/1621	PARTES DO 398	2.616	25,00	500,00	R\$ 638.022,00
SELVINO LOLATO E CLECI MARIA LOLATO	698	PARTES DO 399	1.283	12,50	500,00	R\$ 322.927,00
IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR	1164	PARTES DO 399	3.158	12,50	500,00	R\$ 218.895,00
ESTADO DE SANTA CATARINA	1163	PARTES DO 400	3.727	25,00	1.000,00	R\$ 531.619,00
MARILI MACHADO DE SOUZA	753/754	PARTES DO 401	2.402	25,00	500,00	R\$ 351.317,00
TOTAL DA RUA						R\$ 3.482.660,00

Anchieta/SC, em 07 de maio de 2020.

Claudecir Paulo Viera
Servidor Público Municipal
Membro

Joanival Camargo
Corretor de Imóveis
Membro

Carlos A. Antonietti
Servidor Público Municipal
Membro

Oscar Rizzotto
Servidor Público Estadual
Membro

ANEXO III VALORIZAÇÃO DO EDITAL RETIFICADO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DA RUA DOMINGOS DAL RI (03.2019)

Publicação Nº 2552325

ANEXO III - VALORIZAÇÃO INDIVIDUAL

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM C.B.U.Q. DA RUA DOMINGOS DAL RI
TRECHO ENTRE A RUA OLÍMPIO DAL MAGRO E A AVENIDA BRASIL

NOME DO CONTRIBUINTE	CÓDIGO DO IMÓVEL	Nº DO LOTE	Nº DA MATRÍCULA	TESTADA DO LOTE (m.l.)	ÁREA DO LOTE (m²)	VALOR VENAL (PRE-OBRA)	VALOR VENAL (POS-OBRA)	VALORIZAÇÃO INDIVIDUAL DO IMÓVEL
ZONA DE INFLUÊNCIA: COMERCIAL E RESIDENCIAL								
ENIO MARTINS DE LIMA	745	402-A	1.674	20,00	440,00	R\$ 155.000,00	R\$ 185.818,00	R\$ 30.818,00
ITELVINO LOCATELLI E GENI BELLE LOCATELLI	631	PARTI DO 403	5.252	10,00	500,00	R\$ 170.000,00	R\$ 186.933,00	R\$ 16.933,00
IRACI STOBBE	675	PARTI DO 403	1.872	10,00	500,00	R\$ 110.000,00	R\$ 125.748,00	R\$ 15.748,00
DEVALDINO PIOVESANI E IRMA PIOVESANI	536	404	3.833	20,00	1.000,00	R\$ 350.000,00	R\$ 384.103,00	R\$ 34.103,00
ALBINO SLAVIERO E GEMA PERONDI SLAVIERO	224	PARTI DO 405	2.002	17,00	510,00	R\$ 130.000,00	R\$ 155.637,00	R\$ 25.637,00
GILVANI ASSOLINI E MARTA DALMORO	1314	PARTI DO 406	5.045	3,00	490,00	R\$ 185.000,00	R\$ 192.755,00	R\$ 7.755,00
FRANCINE RODRIGUES E EDUARDO DURIGON	614	PARTI DO 406	2.602	20,00	600,00	R\$ 158.000,00	R\$ 188.886,00	R\$ 30.886,00
SELVINO LOLATO E CLECI MARIA LOLATO	765/1621	PARTI DO 398	2.616	25,00	500,00	R\$ 590.000,00	R\$ 638.022,00	R\$ 48.022,00
SELVINO LOLATO E CLECI MARIA LOLATO	698	PARTI DO 399	1.283	12,50	500,00	R\$ 300.000,00	R\$ 322.927,00	R\$ 22.927,00
IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR	1164	PARTI DO 399	3.158	12,50	500,00	R\$ 198.000,00	R\$ 218.895,00	R\$ 20.895,00
ESTADO DE SANTA CATARINA	1163	PARTI DO 400	3.727	25,00	1.000,00	R\$ 488.000,00	R\$ 531.619,00	R\$ 43.619,00
MARILI MACHADO DE SOUZA	753/754	PARTI DO 401	2.402	25,00	500,00	R\$ 310.000,00	R\$ 351.317,00	R\$ 41.317,00
TOTAL DA RUA						R\$ 3.144.000,00	R\$ 3.482.660,00	R\$ 338.660,00

Anchieta/SC, em 07 de maio de 2020.

Claudecir Paulo Viera
Servidor Público Municipal
Membro

Joanival Camargo
Corretor de Imóveis
Membro

Carlos A. Antonietti
Servidor Público Municipal
Membro

Oscar Rizzotto
Servidor Público Estadual
Membro

ANEXO IV CÁLCULO VALOR DEVIDO DO EDITAL RETIFICADO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DA RUA DOMINGOS DAL RI (03.2019)

Publicação Nº 2552332

ANEXO IV - FATOR INDIVIDUAL DE VALORIZAÇÃO E PLANO DE RATEIO DO CUSTO A SER RESSARCIDO

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM C.B.U.Q. DA RUA DOMINGOS DAL RI
TRECHO ENTRE A RUA OLÍMPIO DAL MAGRO E A AVENIDA BRASIL

ZONA DE INFLUÊNCIA COMERCIAL E RESIDENCIAL	NOME DO CONTRIBUINTE	CÓDIGO DO IMÓVEL	ÁREA DO LOTE (m²)	VALOR DO IMÓVEL (PRE-OBRA)		VALOR DO IMÓVEL (PÓS-OBRA)		VALORIZAÇÃO INDIVIDUAL DO IMÓVEL	FATOR INDIVIDUAL DE VALORIZAÇÃO	VALOR INDIVIDUAL DA CONTR. MELHORIA (*)
				VALOR DO IMÓVEL (PRE-OBRA)	VALOR DO IMÓVEL (PÓS-OBRA)	VALOR DO IMÓVEL (PÓS-OBRA)	VALOR DO IMÓVEL (PÓS-OBRA)			
ZONA DE INFLUÊNCIA COMERCIAL E RESIDENCIAL	ENIO MARTINS DE LIMA	745	20,00	R\$ 155.000,00	R\$ 185.818,00	R\$ 185.818,00	R\$ 185.818,00	9,1000%	9,1000%	R\$ 2.132,42
	ITELVINO LOCATELLI	631	10,00	R\$ 170.000,00	R\$ 186.833,00	R\$ 186.833,00	R\$ 186.833,00	5,0000%	5,0000%	R\$ 1.171,66
	IRACI STOBBE	675	10,00	R\$ 110.000,00	R\$ 125.748,00	R\$ 125.748,00	R\$ 125.748,00	4,6500%	4,6500%	R\$ 1.086,64
	DEVALDINO PIOVESANI E IRMA PIOVESANI	536	20,00	R\$ 350.000,00	R\$ 384.103,00	R\$ 384.103,00	R\$ 384.103,00	10,0700%	10,0700%	R\$ 2.359,72
	ALBINO SLAVIERO E GEMA PERONDI SLAVIERO	224	17,00	R\$ 130.000,00	R\$ 155.637,00	R\$ 155.637,00	R\$ 155.637,00	7,5700%	7,5700%	R\$ 1.773,89
	GILVANI ASSOLINI E MARTA DALMORO	1314	3,00	R\$ 185.000,00	R\$ 192.755,00	R\$ 192.755,00	R\$ 192.755,00	2,2900%	2,2900%	R\$ 536,62
	FRANCINE RODRIGUES E EDUARDO DURIGON	614	20,00	R\$ 158.000,00	R\$ 188.886,00	R\$ 188.886,00	R\$ 188.886,00	9,1200%	9,1200%	R\$ 2.137,10
	SELVINO LOLATO E CLECI MARIA LOLATO	765/1621	25,00	R\$ 590.000,00	R\$ 638.022,00	R\$ 638.022,00	R\$ 638.022,00	14,1800%	14,1800%	R\$ 3.322,82
	IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR	698	12,50	R\$ 300.000,00	R\$ 322.927,00	R\$ 322.927,00	R\$ 322.927,00	6,7700%	6,7700%	R\$ 1.586,42
	ESTADO DE SANTA CATARINA	1163	25,00	R\$ 488.000,00	R\$ 531.819,00	R\$ 531.819,00	R\$ 531.819,00	12,8800%	12,8800%	R\$ 3.018,19
	MARILIMACHADO DE SOUZA	753/754	25,00	R\$ 310.000,00	R\$ 351.317,00	R\$ 351.317,00	R\$ 351.317,00	12,2000%	12,2000%	R\$ 2.858,84
	TOTAL DA RUA			R\$ 3.144.000,00	R\$ 3.482.660,00	R\$ 3.482.660,00	R\$ 3.482.660,00	100,00%	100,00%	R\$ 23.433,14

VALOR TOTAL DA OBRA - R\$ 78.110,47 X 30% (ART. 287 DO CTM) = R\$ 23.433,14 (VINTE E TRÊS MIL, QUATROCENTOS E TRINTA E TRÊS REAIS E CATORZE CENTAVOS)

(*) O VALOR INDIVIDUAL DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA É ORIUNDO DA APLICAÇÃO DO FATOR INDIVIDUAL DE VALORIZAÇÃO (F.I.V) SOBRE O VALOR TOTAL A RESSARCIDO DE R\$ 23.433,14

Anchieta/SC, em 06 de julho de 2020.

Claudecir Paulo Viera
Servidor Público Municipal
Membro

Joanival Camargo
Corretor de Imóveis
Membro

Carlos A. Antonietti
Servidor Público Municipal
Membro

Oscar Rizzotto
Servidor Público Estadual
Membro

Emani Bonfante
Servidor Público Municipal
Membro

AUTORIZAÇÃO DE CORTE - PROTOCOLO N. 205/2020

Publicação Nº 2552242

**Estado de Santa Catarina****Município de Anchieta****AUTORIZAÇÃO DE CORTE – AuC Protocolo Nº 205/2020**

O município de Anchieta/SC em parceria técnica com o **Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional -CONDER**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Federal nº 140, de 08 de dezembro de 2011, Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009, Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981, Resolução CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997, Resolução CONSEMA nº 101, de 06 de julho de 2017, Resolução CONSEMA nº 117, de 01 de dezembro de 2017, Resoluções CONSEMA nº 98/17 e 99/17 e suas alterações, bem como as Leis Municipais Complementares ns. 080/2020, 089/2020, 092/2020, Decretos Municipais ns. 200/2019 e 201/2019, e com base no **Protocolo nº 205/2020** do CONDER, concede a presente **AUTORIZAÇÃO DE CORTE DE ÁRVORES ISOLADAS** à:

PROPRIETÁRIO/EMPREENDEDOR:

NOME: CRISTIANE REGINA CAVASINI		
ENDEREÇO: LINHA SÃO PAULO SN		
CEP: 89.970-000	MUNICÍPIO: ANCHIETA	ESTADO: SC
CPF/CNPJ: 018.566.959-05		

LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE:

ENDEREÇO: RODOVIA SC 305, SN		
CEP: 89.970-000	MUNICÍPIO: ANCHIETA	Estado: SC
COORDENADAS GEOGRÁFICAS: LATITUDE 26° 31' 51,72"S – LONGITUDE 53° 19' 41,88"W		

DADOS DO IMÓVEL:

Nº. Transcrição: 1.497	CRI: ANCHIETA/SC	Livro: 62
Área Total: 20.750 m²	Reserva Legal: XXXX	APP: XX
Área Autorizada: XXX		Área Remanescente: XXX

DADOS DA AuC:

Finalidade: Autorização de Corte de vegetação as 16 arvores nativa plantada (Araucaria angustifolia) fora da área de preservação permanente.	Válida até: 30/06/2021
Tipo de Exploração: Corte Raso	

MATÉRIA-PRIMA A SER EXTRAÍDA:

Classificação da Vegetação:	
Enquadramento: Lei Federal 12.651/12; Lei Federal 11.428/06; Decreto Federal 6.660/08; Resoluções CONAMA 04/1994; Resoluções CONSEMA 98 e 99/2017; Instrução Normativa nº 24 – IMA.	
Vol. total: 8,01 metros estéreos de lenha 14,15 m3 de madeira	ART nº. 2020/03153 e 2020/09208
Resp. Técnico: FERNANDA PAULA COSTA	Registro Prof.: BIÓLOGA

DOCUMENTOS EM ANEXO: LER O PARECER E CONDICIONANTES DO PROTOCOLO 205/2020**LOCAL, DATA E ASSINATURAS****ANCHIETA/SC, 06 DE JULHO DE 2020**

CARLOS AUGUSTO ANTONIETTI
Engenheiro Agrônomo Municipal – Matrícula 267
Responsável Técnico pelo Licenciamento Ambiental - Município de Anchieta

Av.Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC
e-mail: administracao@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.

Assinado por 1 pessoa: CARLOS AUGUSTO ANTONIETTI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://conder.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código F675-7727-5534-C455





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: F675-7727-5534-C455

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CARLOS AUGUSTO ANTONIETTI (CPF 464.208.780-04) em 06/07/2020 15:48:12 (GMT-03:00)

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://conder.1doc.com.br/verificacao/F675-7727-5534-C455>

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONCLUSÃO DE OBRA, AVALIAÇÃO, CÁLCULO E LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DA RUA DOMINGOS DAL RI- PROCESSO 03.2019

Publicação N° 2552303



**Estado de Santa Catarina
Município de Anchieta**

**1ª RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE CONCLUSÃO DE OBRA, AVALIAÇÃO
DOS IMÓVEIS, CÁLCULO E LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE
MELHORIA INDIVIDUAL.**

**ESTABELECE O PLANO DE COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO DE
MELHORIA PROCESSO N° 03/2019, REFERENTE À EXECUÇÃO DE
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM C.B.U.Q. DA RUA DOMINGOS DAL RI,
TRECHO ENTRE A RUA OLÍMPIO DAL MAGRO E AVENIDA BRASIL,
NESTA CIDADE DE ANCHIETA/SC.**

IVAN JOSÉ CANCI, Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente, em especial ao que dispõem os artigos 287 ao 308 da Lei Complementar nº 001/2005 – Código Tributário Municipal e artigos 81 e 82 do Código Tributário Nacional (CTN), FAZ SABER a quem interessar que pelo presente Edital retifica os anexos II, III e IV, fica estabelecido o plano de cobrança da Contribuição de Melhoria, referente à execução de pavimentação asfáltica da **RUA DOMINGOS DAL RI, TRECHO ENTRE A RUA OLÍMPIO DAL MAGRO E AVENIDA BRASIL**, nesta cidade de Anchieta, decorrente de valorização imobiliária, obedecendo a Legislação vigente e as seguintes normas, condições e especificações:

1 – IDENTIFICAÇÃO E CUSTO DA OBRA

Edital prévio de lançamento da obra: Tomada de Preços nº 005/2019, de 09 de outubro de 2019

Data da conclusão da obra: 26/06/2020

Descrição: Pavimentação asfáltica em C.B.U.Q.

Área total: 1.310,16m²

Endereço da obra: Rua Domingos Dal Ri, Centro da Cidade, Anchieta/SC

Valor total da obra: **R\$ 78.110,47**

Valor total a ser ressarcido pelos beneficiários dos imóveis: **R\$23.433,14**

2 – INFORMAÇÕES PRELIMINARES

O processo de cálculo da contribuição e determinação da valorização individual e total dos imóveis beneficiados, por delegação do Decreto nº 193/2019 de 29/10/2019, foi realizado pela Comissão de Avaliação, constituída por representantes do Poder Público Municipal e representantes da Sociedade Civil organizada.

**3 – DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER
FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO**

Será devida a Contribuição de Melhoria, somente no caso de valorização de imóveis de propriedade privada, desse modo, não há incidência de Contribuição de Melhoria sobre o acréscimo do valor do imóvel integrante do Patrimônio da União, dos Estados, do Distrito Federal e de outros



Estado de Santa Catarina Município de Anchieta

Municípios, bem como de suas autarquias e de suas fundações, mesmo que localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas municipais, nos termos dos artigos 290 e 291, da Lei Complementar nº 001/2005.

A parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria será equivalente a **30% (trinta por cento)** da soma total do custo da obra, ou seja, **R\$ 23.433,14 (vinte e três mil, quatrocentos e trinta e três reais e quatorze centavos)**.

4 – DA VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA

A valorização imobiliária dos imóveis beneficiados pela obra foi determinada com base na variação patrimonial dos imóveis beneficiados observando a variação ocorrida entre a situação anterior e posterior à realização da obra, conforme consta nos Anexos I, II e III e Laudos de Avaliação de Imóvel emitidos individualmente pela Comissão de Avaliação, nomeados através do Decreto nº 193/2019.

A valoração dos terrenos e benfeitorias, antes e após a realização da obra, foi realizada com base no conhecimento de mercado das pessoas que integram a Comissão de Avaliação, a visualização dos imóveis e as informações mantidas em arquivo na Prefeitura Municipal.

5 – DO CÁLCULO E LANÇAMENTO:

A Contribuição de Melhoria de cada imóvel foi calculada rateando-se, proporcionalmente, o equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do custo a ser ressarcido, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária, valores estes apurados no Anexo III.

Para efeito de cálculo e lançamento da contribuição de melhoria, considerar-se-ão, como uma só propriedade, as áreas contíguas do mesmo proprietário, ainda que provenientes de diversos títulos. Cada lote independente terá seu lançamento individual, sendo considerado, para fins de cálculo, a valorização individual do imóvel, conforme demonstrado no Anexo IV

6 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria, cujos valores estão consignados no ANEXO IV do presente Edital, deverá ser feito diretamente ao Município de Anchieta, através da instituição bancária conveniada e por ela indicada.

Poderá o contribuinte optar pelo pagamento parcelado ou em cota única, incidindo sobre o parcelamento a correção monetária anual, com vinculação do saldo devedor à UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal, considerando as seguintes condições:



Estado de Santa Catarina Município de Anchieta

a) em até 48 (quarenta e oito) prestações mensais e sucessivas, sendo que o valor de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 24,63, com vencimento inicial na data de **07 de agosto de 2020**; e,

b) Em cota única, com 15% (quinze por cento) de desconto, com vencimento no dia **07 de agosto de 2020**.

Caso o contribuinte opte pelo pagamento em cota única, deverá manifestar a opção através de requerimento dirigido à autoridade fazendária (setor de tributos) até o dia **16 de julho de 2020**. No caso de parcelamento, também é necessário requerimento para informar a quantidade de parcela desejada pelo contribuinte, até a data de **07 de agosto de 2020**.

Para o caso de atraso no pagamento, incidirão sobre os débitos os encargos previstos na legislação municipal aplicável à espécie.

O não pagamento de 02 (duas) parcelas até o vencimento da terceira parcela subsequente, implica no descumprimento do parcelamento concedido e obriga o sujeito passivo do crédito tributário às sanções legais e a antecipação do vencimento das parcelas vincendas com o vencimento em uma única parcela na data da primeira vencida, nos termos do § 4º, do artigo 102, da Lei Complementar nº 001/2005.

7 – IMPUGNAÇÕES

Os proprietários de imóveis situados na rua beneficiada pela obra de pavimentação asfáltica tratada pelo presente Edital terão o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação do presente para a impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao Impugnante o ônus da prova.

A impugnação será feita mediante petição fundamentada apresentada à repartição fazendária municipal.

O Processo Administrativo obedecerá ao disposto na Lei Complementar nº 001/2005.

8 – DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam fazendo parte do presente Edital os ANEXOS I, II, III e IV. Para conhecimento dos interessados, o Edital será publicado no Átrio da Prefeitura Municipal de Anchieta, no órgão de imprensa oficial do Município e, ainda, para demais informações poderão ser obtidas junto a Secretaria da Fazenda, pessoalmente ou através do telefone 49 3653 3200.

Anchieta, SC, 06 de julho de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

Angelina

PREFEITURA

PORTARIA Nº 097/2020

Publicação Nº 2551620

PORTARIA Nº 097/2020

CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO

GILBERTO ORLANDO DORIGON, Prefeito Municipal de Angelina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 021/2013 art. 221, e;

Considerando a necessidade da tomada de medidas administrativas no âmbito municipal em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos Governos Federal e Estadual voltadas ao enfrentamento e a eliminação dos riscos de disseminação e contágio do CORONAVÍRUS (COVID-19).

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao servidor Anézio Hammes, matrícula funcional nº 788 ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação I do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Angelina no período de 06/07/2020 à 04/10/2020, referente ao período aquisitivo de 06/03/2011 à 05/03/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Angelina, 06 de julho de 2020.

Leonardo Hammes
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 098/2020

Publicação Nº 2551613

Portaria Nº 098/2020

“CONTRATA TEMPORARIAMENTE PROFISSIONAL DE ASSISTENTE SOCIAL, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Gilberto Orlando Dorigon, Prefeito Municipal de Angelina no uso das suas atribuições, de acordo com o art. 311 e 312, III da Lei Complementar Municipal Nº 021/2013, de 23/12/2013; e,

Considerando que no corrente mês foi provida a contratação de profissional efetivo de Assistente Social, oriundo de outro município, não conhecedor ainda da realidade local e das rotinas pertinentes de ação;

Considerando a necessidade temporária/transitória e suplementar de disponibilização de profissional de Assistente Social;

Considerando o termo de compromisso firmado com o Ministério Público, por parte do CMDCA e Da Comissão Especial Eleitoral, para realização de eleição suplementar para composição plena do Conselho Tutelar, na data de 29/03/2020;

Considerando que o servidor referenciado é integrante do CMDCA e Presidente da Comissão Especial Eleitoral – Eleição do Conselho Tutelar, responsável pela operacionalização da eleição referenciada;

Considerando a sobrecarga de trabalho/funções do Presidente do CMDCA, que não terá tempo hábil para instrumentalização direta do certame eleitoral suplementar do Conselho Tutelar, nos termos providos no ano de 2019, sendo necessária a delegação de tais funções ao Presidente da Comissão Especial Eleitoral;

Considerando a necessidade instrução de processos do REURB, em operacionalização e análise pela Prefeitura Municipal, por parte de profissional de Assistente Social;

RESOLVE

Art. 1º Contratar Nizar Amin Shihadeh para exercer o cargo de Assistente Social, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas e vencimento mensal de R\$ 3.987,48 (três mil novecentos e oitenta e sete reais e quarenta e oito centavos), com início em 01/07/2020 e término em 31/12/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 01/07/2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Angelina, 06 de julho de 2020.

Leonardo Hammes
Prefeito Municipal em Exercício

Antônio Carlos**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N. 73/2020 - PREGÃO PRESENCIAL N. 45/2020**

Publicação Nº 2551730

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório n. 73/2020. Pregão Presencial n. 45/2020. Tipo: Menor preço por item. Objeto: A presente licitação tem como objeto o registro de preços para aquisição parcelada de combustível (gasolina comum e óleo diesel BS10) para utilização pelos veículos da frota de máquinas e veículos do Município de Antônio Carlos/SC, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Anexo I e nas condições previstas neste Edital. Entrega dos envelopes: Dia 16 de julho de 2020, as 12h00min, na Prefeitura de Antônio Carlos/SC. Abertura da sessão: Dia 17 de julho de 2020, as 09h00min, no Auditório da Câmara de Vereadores de Antônio Carlos/SC. Obtenção do edital e informações no Setor de Licitações Municipal, localizado na Praça Anchieta, n. 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07h00min às 13h00min, pelo telefone (48) 3272.8617 ou pelo endereço eletrônico licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos/SC, 06 de julho de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

PORTARIA N 385/2020

Publicação Nº 2551725

PORTARIA Nº 385/2020

Exonera servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar a pedido, ERIC SILVEIRA ITO do cargo efetivo de MEDICO 20H, a contar de 01 de julho de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/07/2020.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 06 de julho de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 07 de julho de 2020.

PORTARIA N 386/2020

Publicação Nº 2551732

PORTARIA Nº 386/2020

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidor efetivo.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE por 60 dias a servidora ELOIZA SCHMITT DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, a partir de 18 de junho de 2020.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18/06/2020.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 06 de julho de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 07 de julho de 2020.

PORTARIA N 387/2020

Publicação Nº 2552727

PORTARIA Nº 387/2020

Exonera cargo Comissionado.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 845/1999;

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar ANA PAULA RICHARTZ do cargo comissionado de DIRETOR DO IPREANCARLOS, a partir de 07 de julho de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 07 de julho de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

PORTARIA N 388/2020

Publicação Nº 2552728

PORTARIA Nº 388/2020

Nomeia cargo Comissionado.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 845/1999;

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear MAICON TRAJANO DA SILVA para o cargo comissionado de DIRETOR DO IPREANCARLOS, a partir de 07 de julho de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 07 de julho de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

PORTARIA N 389/2020

Publicação Nº 2552740

PORTARIA Nº 389/2020

Concede licença prêmio a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 56, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO por 30 dias a servidora MARCIA REGINA SILVA, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, referente ao período aquisitivo de 01/12/2014 a 30/11/2019, a partir de 07 de julho de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 07 de julho de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 07 de julho de 2020.

PORTARIA N 390/2020

Publicação N° 2552773

PORTARIA N° 390/2020
Concede gratificação.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o a Lei nº 1.435/2013;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder gratificação ao servidor LUIZ GUILHERME TEIXEIRA SILVA FILHO, ocupante do cargo temporário de MÉDICO PSQUIATRA, a partir de 24 de junho de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24/06/2020.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 07 de julho de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 07 de julho de 2020.

PORTARIA N 391/2020

Publicação N° 2552803

PORTARIA N° 391/2020
Dispensa servidor ACT.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

Considerando que a servidora Gabriela da Rosa, ocupante do cargo temporário de auxiliar de educação infantil, estava de licença para tratamento de saúde, conforme Portaria nº 451/2019;

Considerando que o INSS indeferiu a solicitação de prorrogação de prazo do auxílio doença, conforme comunicado de decisão;

Considerando que o prazo do seu contrato de trabalho já encerrou;

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar GABRIELA DA ROSA do cargo temporário de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, a partir de 07 de julho de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 07 de julho de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 07 de julho de 2020.

TERMO ADITIVO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N 012 2020

Publicação Nº 2551658

TERMO ADITIVO**PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 012/2020**

Primeiro termo aditivo que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ANTONIO CARLOS/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.290/0001-90, com sede na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos, Santa Catarina, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Geraldo Pauli, brasileiro, casado, portador do RG nº 983.256, inscrito no CPF sob o nº 433.221.079-49, com endereço na Rua dos Imigrantes, nº 715, Rio Farias, Antônio Carlos, Santa Catarina, CEP 88.180-000, doravante denominado de CONTRATANTE, e a empresa AW TERRAPLANAGEM E LOCAÇÃO DE MÁQUINA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 22.614.256/0001-21, com sede na Rua Beira Rio, 217, Sala 02, Centro, Antônio Carlos/SC, CEP: 88.180-000, doravante denominada CONTRATADA, ajustado mediante as cláusulas abaixo, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente termo aditivo tem por objeto aditar o quantitativo e consequente o valor da ata de registro de preços nº 012/2020, que consiste no “REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO PARCELADA DE SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, COM PESO OPERACIONAL DE 17.000KG, COM ESTEIRA ROLANTE, COM CONCHA FRONTAL E COM OPERADOR, E DE CAMINHÃO BASCULANTE (CAÇAMBA) 6X4, TRAÇADO COM MOTORISTA, POR HORA, PARA USO PELA SECRETARIA OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS/SC”, conforme Edital de Processo Licitatório n. 006/2020, Pregão Presencial n. 005/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – Fica alterado o quantitativo do item 01 conforme tabela abaixo, totalizando o valor de R\$ 20.125,00 (vinte mil, cento e vinte e cinco reais).

ITEM	DESCRIPTIVO	UND	QUANTIDADE ADITADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, COM PESO OPERACIONAL DE 17.000KG, COM ESTEIRA ROLANTE, COM CONCHA FRONTAL, COM OPERADOR, POR HORA.	HRS	125	R\$ 161,00	R\$ 20.125,00

CLÁUSULA TERCEIRA – As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, em duas vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Antônio Carlos, 26 de junho de 2020.

GERALDO PAULI PREFEITO MUNICIPAL	AW TERRAPLANAGEM E LOCAÇÃO DE MÁQUINA LTDA
Contratante	Contratada

TERMO ADITIVO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N 013 2020

Publicação Nº 2551652

**MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS**

Praça Anchieta 10, Centro

Fone/Fax: (48) 3272 8621

TERMO ADITIVO**PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 013/2020**

Primeiro termo aditivo que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE ANTONIO CARLOS/SC**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.290/0001-90, com sede na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos, Santa Catarina, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Geraldo Pauli, brasileiro, casado, portador do RG nº 983.256, inscrito no CPF sob o nº 433.221.079-49, com endereço na Rua dos Imigrantes, nº 715, Rio Farias, Antônio Carlos, Santa Catarina, CEP 88.180-000, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e a empresa **GRAMASUL TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 80.697.295/0001-36, com sede na Rua 6 de Novembro, nº 1644, Centro, Antônio Carlos/SC, CEP: 88.180-000, doravante denominada **CONTRATADA**, ajustado mediante as cláusulas abaixo, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente termo aditivo tem por objeto aditar o quantitativo e consequente o valor da ata de registro de preços nº 013/2020, que consiste no **"REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO PARCELADA DE SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, COM PESO OPERACIONAL DE 17.000KG, COM ESTEIRA ROLANTE, COM CONCHA FRONTAL E COM OPERADOR, E DE CAMINHÃO BASCULANTE (CAÇAMBA) 6X4, TRAÇADO COM MOTORISTA, POR HORA, PARA USO PELA SECRETARIA OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS/SC"**, conforme Edital de Processo Licitatório n. 006/2020, Pregão Presencial n. 005/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica alterado o quantitativo do item 02 conforme tabela abaixo, totalizando o valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais).

ITEM	DESCRIPTIVO	UND	QUANTIDADE ADITADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAMINHÃO BASCULANTE (CAÇAMBA) COM MOTORISTA, 6X4, TRAÇADO, CAÇAMBA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 10 M³ E MÁXIMA DE 12 M³, POR HORA.	HRS	125	R\$ 88,00	R\$ 11.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA - As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, em duas vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Antônio Carlos, 26 de junho de 2020.

GERALDO PAULI
PREFEITO MUNICIPAL
Contratante

GRAMASUL TERRAPLANAGEM E
TRANSPORTES LTDA
Contratada

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 007 - FÉRIAS DA MARILENE**

Publicação Nº 2551454

PORTARIA 10/2020

Dispõe sobre a concessão de férias a funcionário e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, resolve:

Art. 1º Conceder, a pedido, a MARILENE PETRI, ocupante do Cargo de ASSESSORA JURÍDICA, do Poder Legislativo Municipal, Férias Regulamentares, por 10 (dez) dias, do dia 06 ao dia 15 de julho de 2020, referente ao período de 10/01/2019 à 09/01/2020, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de julho de 2020.

Antônio Carlos, 06 de julho de 2020.

JOSÉ AIRTON DECKER
PRESIDENTE

Arabutã

PREFEITURA

PORTARIA 372/2020

Publicação Nº 2552083

PORTARIA Nº 372/2020

CESSA HORÁRIOS ESPECIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita Municipal de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art. 1º. CESSAR, a partir de 01 de julho de 2020, os horários especiais concedidos aos servidores lotados na Secretaria de Saúde, tendo em vista o retorno às atividades.

Art. 2º Os efeitos desta Portaria retroagem a data de 01 de julho de 2020.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 06 de julho de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PORTARIA 373/2020

Publicação Nº 2552241

PORTARIA Nº 373/2020

DISCIPLINA JORNADA DE TRABALHO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita Municipal de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º DISCIPLINAR, a partir de 01 de julho de 2020 a jornada de trabalho da servidora CARLA SANDRA COZER MORCHE, inscrita no CPF sob nº. 024.186.169-16, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, de segunda a sexta-feira, das 12h às 18h, pelo período de 01 a 14 de julho de 2020.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arabutã/SC, 06 de julho de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PORTARIA 374/2020

Publicação Nº 2552793

PORTARIA Nº 374/2020

CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor EDER ROQUE DOS SANTOS inscrito no CPF sob nº. 008.774.659-08, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Construção Manutenção, licença paternidade conforme art. 109 da Lei Complementar nº159/2014, a partir de 03 de julho de 2020.

Art.2º Os efeitos desta Portaria retroagem a data de 03 de julho de 2020.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 06 de julho de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PP 30.2020

Publicação Nº 2552472

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ SC, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 052/2020.
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 030/2020

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de Material de Informática (Tablet, Kit teclado, servidor, Nobrek) conforme especificações constantes no Anexo “E” do Edital

Recebimento das Propostas: até 08h45 do dia 20/07/2020.
Abertura: às 09h00 do dia 20/07/2020

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na homepage www.arabuta.sc.gov.br, link “Licitações”. Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo telefone (49) 3448-0048.

Arabutã SC, 06 de Julho de 2020.

Leani Kapp Schmitt
Prefeita

PROJEPAC 42/2020

Publicação Nº 2552022

Contratado: PROJEPAC ENGENHARIA E OBRAS EIRELI
CNPJ: 30.286.218/0001-15
Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV. ENG.
Número da Licitação: 1/2020 Número do Processo: 43/2020 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: 042/2020
Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de pavimentação em parte das ruas Adalberto Lamb, Gertrudes Schrammel Petry e Hugo Horst.

Data da Assinatura: 02/07/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 02/07/2020
Vigência: 02/07/2020 Término: 28/01/2021
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Valor: 614.140,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº. 05, DE 06 DE JULHO DE 2020**

Publicação Nº 2552440

PORTARIA Nº. 05, DE 06 DE JULHO DE 2020.

A PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ARABUTÃ, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Municipais, RESOLVE:

Nomear o servidor MÁRCIO FERNANDO KOLLING, ocupante do cargo de Secretário Geral, para exercer o ofício de ouvidor geral da Câmara Municipal de Vereadores de Arabutã, nos termos da Lei Federal nº 13460 de 25 de junho de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Arabutã - SC, 06 de Junho de 2020.

Isolde Dulce Schuch Ruppenthal
Presidente

Registrado e Publicado em 06/07/2020, devendo ficar afixado no quadro mural por 30 dias a contar da publicação.

Marcio Fernando Kolling
Secretário Geral - Responsável pelas publicações

Arroio Trinta

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO - TOMADA DE PREÇO N° 0003/2020

Publicação N° 2552444

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO N° 0003/2020 - TP
Processo Administrativo n° 0071/2020 - TP

AVISO DE SUSPENSÃO
TOMADA DE PREÇOS 0003/2020

O Município de Arroio Trinta/SC torna pública a Suspensão do Processo Licitatório N° 071/2020, na modalidade de Tomada de Preços N° 0003/2020, a qual tem por objeto: a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA CONTÁBIL PARA COORDENAR, ORGANIZAR, ORIENTAR E EXECUTAR AS ATIVIDADES RELATIVAS À CONTABILIDADE, EM RAZÃO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, TENDO EM VISTA A DESINCOMPATIBILIZAÇÃO DO CONTADOR EFETIVO, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR N° 64, DE 18 DE MAIO DE 1990 E DO ACÓRDÃO N° 14.267 – TSE., para adequações no referido Edital.

Maiores informações poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Arroio Trinta, SC, através dos e-mails: fiscaltributos@arroiotrinta.sc.gov.br ou notafiscal@arroiotrinta.sc.gov.br.

Arroio Trinta, 06 de julho de 2020.

Muriel Ferreira Da Silva Corrêa
Presidente

Fabricio Gonzatti
Membro

Marcilene de Oliveira Baldo
Membro

CONTRATO Nº 0003/2020 (F.M.S)

Publicação Nº 2551698

CONTRATO Nº0003/2020, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0020/ 2020, PREGÃO PRESENCIAL Nº0004/ 2020, AQUISIÇÃO DE PRÓTESES, QUE CELEBRAM ENTRE SI, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA E A EMPRESA JOCELITO ROSA BERNARDO.

Contrato de compra e venda que entre si celebram a **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 10.479.381/0001-97, com sede na Rua Francisco Nava, nº 57, na cidade de Arroio Trinta, estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **CLAUDIO SPRÍCIGO**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – Santa Catarina e denominada simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado à empresa **JOCELITO ROSA BERNARDO**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 34.510.058/0001-05, com sede no Calçadão Tulio Fiuza 71 ed. A Cutia, sala 206, Bairro Centro, Município de Lages, Estado de Santa Catarina, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo Senhor **JOCELITO ROSA BERNARDO**, Portador da Carteira de Identidade nº 10.198 e CPF nº 019.423.699-48, residente e domiciliado na cidade de Lages – Estado de Santa Catarina, que de acordo com o Processo Licitatório Nº 0020/2020, Pregão Presencial Nº0004/2020, doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei Complementar 123/06, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas legais celebram o presente Contrato, da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA –

1. CONSTITUI OBJETO DESTE CONTRATO a escolha da proposta mais vantajosa, objetivando a contratação de empresa especializada em odontologia, habilitada para confecção de próteses dentárias, necessárias para realizar recuperação da saúde bucal de pacientes selecionados pela equipe de saúde, de acordo com os critérios técnicos sociais, em atendimento das necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Arroio Trinta, conforme descrição abaixo:

Item	Material/Serviço
1	34601 - Confecção de Próteses Dentárias.

A contratada deverá realizar o planejamento protético e todos os procedimentos clínicos de moldagem e modelagem de acordo com os preceitos de cada tipo de prótese, confeccionar todo suporte necessário às etapas clínicas, confeccionar as próteses propriamente ditas, realizar adaptação protética com revisões quando necessárias por um período máximo de até 3 (três) meses após a instalação da prótese parcial removível ou prótese total.

Tipos de próteses:

- Prótese total inferior, rosa.
- Prótese total superior, com palato rosa.
- Prótese parcial removível - PPR.

As produções das próteses dentárias ficam sujeitas à demanda do Fundo Municipal de Saúde de Arroio Trinta/SC.

A empresa contratada deverá confeccionar próteses dentárias em resina acrílica incolor ou rosa de acordo com os seguintes critérios:

- a) Deverá ser feito os alívios de área retentivas em cera 7;
- b) A moldeira superior deverá possuir um cabo central para remoção; A moldeira inferior deverá possuir um cabo central para remoção e dois pontos de apoio elevados sobre a parte direita e esquerda para compressão.
- c) Confeção da placa base e do rolete de cera: Confeccionada em resina acrílica incolor; ou rosa; Realizar os alívios funcionais de áreas de compressão; Deve apresentar cerca de 1mm de espessura; Seguir delimitação de acordo com o recomendado pela literatura; Confeção dos roletes sobre a placa base com cera 7; Os roletes devem apresentar comprimento médio de 22mm da base de prova até a borda incisal e estarem lisos.
- d) Montagem dos dentes: Os dentes a serem utilizados nas próteses deverão cumprir os requisitos de qualidade tripla camada; O procedimento deverá ser refeito nos casos onde a prova no paciente mostrar que o resultado será insatisfatório;
- e) Acrilização das próteses com resina termopolimerizável de cor rosa; Polimento das próteses de acordo com as normas técnicas.

2. A Contratada deverá realizar os atendimentos aos pacientes, bem como a moldagem e modelagem de acordo com os preceitos de cada tipo de prótese e realizar as adaptações protéticas com revisões quando necessárias, no

consultório dentário localizado na sede Unidade Básica de Saúde do Município de Arroio Trinta, Rua Francisco Nava Nº 57.

1. A Confeção das próteses, deverão ser realizadas no laboratório da Contratada, prezando pelo trabalho de qualidade e atendendo as normas de biossegurança aplicadas a produção.

3. A contratada deverá prestar atendimento aos pacientes para retirada dos moldes e prova da prótese, diretamente na Unidade básica de Saúde do Município de Arroio Trinta, prestando minimamente os serviços 1 (uma) vez na semana.

1. O prazo para entrega das próteses confeccionadas, será de 30 (trinta) dias após coleta dos moldes.

2. O contrato inicialmente terá vigência de 12 meses, podendo ser renovado, caso o Município continue recebendo o incentivo com periodicidade de transferência mensal. O preço proposto pela licitante vencedora é fixo e irreajustável até 12 meses. No entanto, na hipótese de efetivar a prorrogação, o preço será reajustado pelo índice do I.G.P.M acumulado nos últimos 12 meses.

1.4. A Contratada deverá atender aos usuários com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, sem diferenciação no atendimento, mantendo sempre a qualidade na prestação dos seus serviços, cumprindo rigorosamente o disposto no Termo de Referência, sendo indispensável a presença de odontólogo para prestação dos serviços.

1.5. Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e outros, correrão por conta da proponente vencedora

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

2.1. O presente instrumento, independentemente de sua transcrição, encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0020/2020, Pregão Presencial nº 0004/2020 - PR

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2020, conforme segue:

119 - 2 . 3001 . 10 . 301 . 9 . 2.19 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E VALOR

4.1. O valor de cada prótese será de R\$376,00(trezentos e setenta e seis reais), totalizando o valor de R\$90.240,00(Noventa mil duzentos e quarenta reais)

4.1.1 - O pagamento será efetuado por depósito ou transferência bancária, mensalmente, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente a prestação dos serviços, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura, apresentada na Tesouraria da Prefeitura.

4.1.2. A remuneração dos serviços será de acordo com a quantidade de municípios efetivamente atendidos, ficando ao encargo do Fundo Municipal de Saúde o controle efetivo dos serviços prestados pela Contratada, em demanda acordada conforme o programa de 20 peças protéticas mês e/ou demanda reprimida.

4.2. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

4.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4. A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, atualizada.

4.5. Só haverá reajuste na ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

5.1. As obrigações da contratada são as descritas no edital.

5.2 – São atribuições e condições da contratante aquelas descritas no edital.

5.3 - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei nº 10.520/02,

Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, garantida previa e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666 de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002 a Contratada que:

6.1.2. Não assinar o contrato quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;

6.1.3. Apresentar documentação falsa;

6.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

6.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

6.1.6. Não mantiver a proposta;

6.1.7. Cometer fraude fiscal;

6.1.8. Comportar-se de modo inidôneo.

6.2. De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei n.º 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

6.3. Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

6.3.1. Advertência;

6.3.2. multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, ao recusar-se ou deixar de executar quaisquer dos itens empenhados.

6.3.3. multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, no atraso da execução dos serviços solicitados, por prazo superior a 30 dias ou em casos de rescisão contratual.

6.3.4. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

6.4. Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, à esta será aplicada multa de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) sobre o total devido, por dia de atraso, limitado ao valor máximo de 10% do valor da parcela inadimplida (considera-se parcela inadimplida a parte não executada do objeto contratado).

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotadas pelo Contratante.

7.2. A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

7.3. Ficam designadas para a fiscalização da execução contratual: Ivete Ribeiro de Freitas – Dentista e Juliana Serighelli – Diretora de atenção básica em saúde, e-mail juserighelli@gmail.com e telefone (49) 3535 6416.

7.3.1 – O Fiscal será assessorado tecnicamente, sempre que necessário, pelos profissionais do Município em suas respectivas áreas de atuação.

7.3.2 – Caberá ao Fiscal verificar se o objeto do presente certame, atende à todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

7.3.3 O fiscal do contrato deverá:

- a. Verificar o cumprimento das características e especificações constantes no edital e seus anexos, com relação aos produtos e serviços que estarão sendo entregues e prestados pelo Licitante vencedor.
- b. Confrontar a marca e fabricante do produto a ser entregue com relação à marca e fabricante do produto constante na Autorização de Fornecimento, de forma a constatar o cumprimento, por parte do Licitante Vencedor, da sua proposta de preços vencedora, habilitada, adjudicada e homologada.
- c. Anotar e documentar em registro próprio e circunstanciado todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização e correção das faltas ou defeitos observados.
- d. Cobrar, junto à licitante vencedora, o cumprimento dos prazos bem como todas as demais condições do edital e contrato.

CLAUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.2. Este contrato vige da data de sua assinatura até o período de 12 meses, podendo ser prorrogado através de termo aditivo caso o Município continue recebendo o incentivo com periodicidade de transferência mensal. O preço proposto pela licitante vencedora é fixo e irrevogável até 12 meses. No entanto, na hipótese de efetivar a prorrogação, o preço será reajustado pelo índice do I.G.P.M acumulado nos últimos 12 meses.

CLÁUSULA NONA – CESSÃO E TRANSFERÊNCIA

9.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES

10.1. As Contratadas assumem, como exclusivamente seus, as despesas decorrentes do transporte do objeto assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos seguros de Lei.

10.2. Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

10.3. O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

10.4. O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

10.5. A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

10.6. A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, sem ônus adicional à Prefeitura.

10.7. Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 06 de julho 2020.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA

CNPJ nº 10.479.381/0001-97

CLAUDIO SPRICIGO

CONTRATANTE

JOCELITO ROSA BERNARDO

CPF nº 019.423.699-48

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

MARILIA BORGIA FERRONATO

CPF Nº: 066.042.359-63

RONIVAN BRANDALISE

CPF Nº: 027.783.989-02

CONTRATO N° 0003/2020 – FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 0020/2020
PREGÃO N° 0004/2020
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRÓTESES
CONTRATADA: JOCELITO ROSA BERNARDO
VALOR: R\$90.240,00

DECRETO Nº 2014

Publicação Nº 2551681

DECRETO Nº 2014, de 06 de julho de 2020.

Dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 100, Inciso VIII da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantindo políticas sociais e econômicas que visem à redução de risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário as ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do art. 196 da Constituição Federal,

CONSIDERANDO a necessidade de implantação de medidas para resposta imediata ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19),

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual de Santa Catarina nº 506, de 12 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus,

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual de Santa Catarina nº 509, de 17 de março de 2020, que dá continuidade à adoção progressiva de medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (COVID-19),

CONSIDERANDO o Decreto de nº 630 de 1º de junho de 2020 que altera o Decreto nº 562/2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense,

CONSIDERANDO a publicação do Decreto Municipal nº 1998 de 24 de abril de 2020, que Declara Situação de Calamidade Pública no Município de Arroio Trinta,

CONSIDERANDO que em 29 de junho de 2020 foi deliberado em reunião virtual, sobre as novas medidas a serem adotadas na região da AMARP como estratégia no combate à Covid-19,

CONSIDERANDO a Avaliação do Risco Potencial para COVID-19 que visa orientar a tomada de decisão de forma regionalizada e descentralizada para contenção

da pandemia na Região da AMARP, já classificada como RISCO POTENCIAL GRAVE,

DECRETA:

Art. 1º. O Município de Arroio Trinta, diante da necessidade de enfrentamento da emergência de saúde pública ocasionada pelo coronavírus, define algumas medidas para enfrentamento ao combate do coronavírus nos termos deste Decreto:

QUANTO AO FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO:

- Horário de funcionamento até as 18:00 horas de 2ª a 6ª feira. Aos Sábados, funcionamento poderá ser até as 12:00 horas, fechando aos domingos e feriados.

QUANTO AO FUNCIONAMENTO DOS SUPERMERCADOS, AÇOUGUES E PADARIAS:

- Horário de funcionamento de segunda a segunda-feira até as 19:00 horas.

QUANTO AOS SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO:

- **Restaurantes, Lanchonetes e Food Trucks** – Fica permitido o funcionamento em todos os dias da semana até às 22:00 horas, sendo que após esse horário será disponibilizado serviço delivery, ou retirada no balcão. Considera-se como parte integrante do estabelecimento, todos os ambientes internos e anexos, ficando proibido o consumo e a permanência de pessoas nestes locais após às 22:00 horas;

- **Bares** – funcionamento todos os dias da semana até as 20:00 horas. Considera-se como parte integrante do estabelecimento, todos os ambientes internos e anexos, ficando proibido o consumo e a permanência de pessoas nestes locais após às 20:00 horas;

- **Lojas de Conveniências e similares** – As vendas de lanches, guloseimas e bebidas poderão ser realizadas durante o horário de funcionamento dos postos de combustíveis, ficando vedado o consumo dos mesmos nos ambientes pertencentes aos postos de combustíveis.

QUANTO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS:

Fica mantida a **PROIBIÇÃO** de funcionamento em qualquer modalidade que acarretam reuniões de pessoas. O Decreto Estadual nº 630, de 1º de junho de 2020, permite abertura a partir do dia 05 de julho de 2020, mas no Município de Arroio Trinta, a permissão está vinculada ao início das aulas do ensino fundamental.

QUANTO AOS EVENTOS ESPORTIVOS:

- Fica mantido a **PROIBIÇÃO**. O Decreto Estadual nº 630, de 1º de junho de 2020, permite abertura a partir do dia 05 de julho de 2020. No Município de Arroio Trinta, a permissão está vinculada ao início das aulas do ensino fundamental.

QUANTO ÀS AULAS ESPECIAIS DE ENSINO SUPERIOR:

- O Decreto Estadual nº 630, de 1º de junho de 2020, permite a partir de 08 de junho de 2020 aulas presenciais de estágios obrigatórios e as atividades práticas presenciais curriculares nos laboratórios de cursos superiores. O Município de Arroio Trinta, bem como os demais da região da AMARP, não fará o transporte escolar desses acadêmicos.

QUANTO AS AULAS NORMAIS:

- O Decreto Estadual nº 630, de 1º de junho de 2020, estabelece como início das aulas nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos, a partir de 02 de agosto de 2020. O Município de Arroio Trinta obedecerá o calendário da Secretaria de Estado da Educação.

QUANTO À EXECUÇÃO DE MÚSICA AO VIVO EM QUALQUER LOCAL:

- Fica mantido a **PROIBIÇÃO** de funcionamento em qualquer modalidade até a data de início das aulas do ensino fundamental.

QUANTO AOS ESPAÇOS DE PARQUES E ACADEMIAS AO AR LIVRE:

- Fica **PROIBIDO**, de acordo com o Decreto Municipal nº 2010, de 22 de junho de 2020 até a data de início das aulas do ensino fundamental.

QUANTO AO TRANSPORTE COLETIVO INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL:

- O Decreto Estadual nº 630, de 1º de junho de 2020, estabelece o início destas atividades a partir de 02 de agosto de 2020. O Município de Arroio Trinta não autorizará o transporte intermunicipal, vinculando a data de 02 de agosto de 2020.

QUANTO A REALIZAÇÃO DE VELÓRIOS:

- Os velórios realizados no Município de Arroio Trinta, deverão obedecer a Nota Técnica DIVS nº 011/2020 da Secretaria de Estado da Saúde.

QUANTO ÀS ATIVIDADES ESPORTIVAS COLETIVAS DE CONTATO:

- Fica **PROIBIDO**, a exemplo as práticas esportivas profissionais, amadoras e de treinamentos, ou seja, qualquer esporte coletivo de contato, vinculados à data de início das aulas do ensino fundamental

Art. 2º A fiscalização do contido neste Decreto ficará a cargo das equipes da Vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica do Município de Arroio Trinta, bem como pelas Polícias Civil e Militar.

Art. 3º O descumprimento do disposto neste Decreto, sujeitará o infrator as seguintes penalidades:

- Sendo constatado o descumprimento das normas previstas nos protocolos citados, o órgão fiscalizador deve lavrar termo próprio para abertura de processo administrativo sanitário e boletim de ocorrência (nos termos do art. 268 do código penal), determinando a suspensão imediata das atividades pela infratora (fechamento), até que a Vigilância Sanitária constate a regularização das medidas de prevenção; e,
- Multa de 05 (cinco) VRF do Município para o estabelecimento infrator.

Art. 4º As multas serão aplicadas pela Vigilância Sanitária do Município e pelas Polícias Civil e Militar, sendo processadas pelo departamento de tributação/fiscalização do Município de Arroio Trinta.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Arroio Trinta – SC, 06 de julho de 2020.

Claudio Spricigo
Prefeito Municipal

TERMO DE ADITIVO Nº 0002/2020 AO CONTRATO Nº 0053/2019

Publicação Nº 2551255

TERMO ADITIVO 0002/2020 AO CONTRATO Nº0053/ 2019, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0100/2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº0019/2019, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E PRODUTOS DE LIMPEZA, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E A EMPRESA, COMERCIAL ATACADISTA SOL MIO LTDA ME.

Termo Aditivo ao Contrato de compra e venda que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 82.826.462/000-27, com sede a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal CLAUDIO SPRÍCIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – Santa Catarina e de outro lado à empresa COMERCIAL ATACADISTA SOL MIO LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 13.687.057/0001-52, com sede na Rua Padre Anchieta, 549, Bairro Matriz, município de Videira– Estado de Santa Catarina, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Senhor OSMAR MIOZO, Portador da Carteira de Identidade nº 2.118.227 e CPF nº 737.702.059-87, residente e domiciliado na cidade de Videira – Estado de Santa Catarina, que de acordo com o Processo Licitatório Nº 0100/2019, Pregão Presencial Nº0019/2019, doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei Complementar 123/06, Lei nº 10.520/02, Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas legais em conformidade com o Art. 57, inciso II, § 1º e e Art. 65, II, “d” da Lei 8.666/93, para nele promover as seguintes alterações:

CLÁUSULA ADITIVA PRIMEIRA- Considerando que o objeto do contrato 0053/2019, não será totalmente utilizado pelo Município até 30/06/2020, fica aditivado seu prazo de vigência, por mais 06(seis) meses, com término em 31/12/2020.

CLÁUSULA ADITIVA SEGUNDA – Fica aditivado o valor do item abaixo, objetivando manter o equilíbrio econômico com a Contratada, conforme Justificativa, parte integrante deste Termo.

Item	DESCRIÇÃO	UM.	MARCA	VLR. CONTRA-TADO	VLR. REAJUSTADO	% REAJUSTE
36	27747 - Toalha de papel. Toalha de papel dupla interfolhada para uso profissional/institucional. Enquadrada como classe 1 na norma ABNT NBR 15464-7 ou 15464-8. Gramatura não inferior a 24 g/m². Quantidade de dobras:2, produzido 100% em celulose virgem, grofado, 100% branco. Dimensões aproximadas de 20,5cm x 22cm, aceitando-se variação de até 10% para + ou para -. Embalada em pacotes com 1.000 toalhas, dividida em quatro maços individuais com 250 toalhas. O rótulo da embalagem deverá conter identificação da classe, marca, quantidade de folhas, dimensão da folha, nome do fabricante. Marca de referência: Manikraft Guri Plus, Rendipel, Softpaper, Kleenex/kimberly clark.	PCT	Vipp	18,25	20,98	15 %

CLÁUSULA ADITIVA TERCEIRA – Ficam excluídos do presente Termo, os itens, - 27765 - 27742 – 27841 e 32183, face a desnecessidade do produto tendo em vista ainda existirem no estoque, abaixo destacados.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	MARCA	VALOR UNITÁRIO
14	27765 - Bobina plástico filme 1.400m. Bobina Filme plástico PVC película de PVC , transparente, atóxico, em bobina com as seguintes medidas: 40 cm x 1400 m x 12 micras. Acondicionado de forma a garantir a higiene e integridade do produto ate seu uso. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência e quantidade.	BOBINA	Guarufilmes	110,00

119	27742 - Suporte de parede para papel toalha. Dispenser para papel toalha Interfolhas (folhas 2 ou três dobras), produto feito em polipropileno de alta resistência, recomendado para ambientes com grande fluxo de pessoas. Acompanha kit de buchas e parafusos para instalação. Deve conter visor frontal para controle de substituição do papel interfolha. Medidas mínimas: profundidade 15cm, largura 25cm, altura 25cm.	Un	Bellplus	18,90
120	27841 - Saboneteira Para Sabonete Líquido Com Reservatório 900ml Acompanha Kit Para Fixação Na Parede Contendo Buchas E Parafusos. Cor predominante branca. Com fechadura e chave em plástico ABS, com tecla aperte com limite de curso, com visor central transparente.	Un	Bellplus	19,90
131	32183 - saboneteira liquida para Balcão Válvula de acionamento tipo pump, dimensões aproximadas 6 cm(c)x 6 cm (L) 19 cm (A) capacidade de pelo menos 500ml, fabricada em material de poliestireno ou plástico, apresenta superfície lisa e fácil limpeza com bom aspecto visual.	Un	Bellplus	9,79

CLÁUSULA ADITIVA TERCEIRA – As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 30 de junho 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

COMERCIAL ATACADISTA SOL MIO LTDA ME
CNPJ nº 13.687.057/0001-52
CONTRATADA
OSMAR MIOZO
CPF nº 737.702.059-87

TESTEMUNHAS

MARILIA BORG FERRONATO
CPF Nº: 066.042.359-63

CRISLAINE SCOPEL
CPF Nº: 084.392.529-94

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0018/2020 (FMS)

Publicação Nº 2551189

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Administrativo Nº 0023/2020 - DL
Dispensa por Justificativa Nº 0018/2020 - DL

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde e Prefeito de Arroio Trinta, senhor Claudio Spricigo, considerando a decisão proferida pela Comissão designada através do Decreto nº 2002, bem como o parecer favorável emitido pela assessoria jurídica, e tendo constatado que o procedimento atendeu à legislação pertinente em toda sua tramitação, com fundamento no Art. 43º, VI da Lei 8.666/93, resolve:

RATIFICAR a presente Dispensa por Justificativa, do tipo Menor preço Por valor global, embasada no Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93 e tendo como objeto Contratação de empresa especializada para prestação de serviços e fornecimento de materiais, necessários para realizar manutenção preventiva e corretiva de cadeira odontológica, pertencente a UBS (Unidade Básica de Saúde) do Município de Arroio Trinta - SC., nestes termos:

Proponentes que apresentaram o menor preço e seus respectivos itens:

2737 - ASSISTENCIA ODONTOMEDICA LTDA - ME (09.381.337/0001-60)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	34606 - Mangueira Espaguete	Un	2	10,20	20,40
2	34607 - Mangueira p/ sugador	Un	5	19,10	95,50
3	34608 - Mangueira corrugada	m	2,5	28,90	72,25
4	34609 - Mangueira PU 5,5X 1,25 água	m	2,5	14,20	35,50
5	34610 - Mangueira Sugador Externa	Un	3	18,30	54,90
6	34611 - Reparo Pedal	Un	1	23,80	23,80
7	34612 - Botão seringa	KIT	2	22,00	44,00
8	34613 - Mangueira tripla	Un	3	42,00	126,00
9	34614 - Conexão p/ água	Un	1	15,00	15,00
10	34615 - Proteção p/ refletor	Un	1	142,00	142,00
11	34616 - Lâmpada halog. H3 12V/55W	Un	1	36,00	36,00
12	34617 - Mão de Obra	h	5	90,00	450,00
13	31520 - Deslocamento de técnico	Un	1	81,00	81,00
Total				1.196,35	

Emita-se a nota de empenho ou, sendo o caso, o respectivo contrato, publicando-se em seguida.

Arroio Trinta - SC, 03 de julho de 2020.

Claudio Spricigo.
Prefeito de Arroio Trinta.
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Atalanta

PREFEITURA

PORTARIA Nº 049/2020

Publicação Nº 2551241

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 049/2020

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 65, Inciso IX da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Cessar Efeito da Portaria nº 184/2013, que designa CÁTIA SIRENE FONTANIVE DEMARCHI, a responder pelo SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), a partir de 03 de julho de 2020.

Prefeitura Municipal de Atalanta
03 de julho de 2020.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 050/2020

Publicação Nº 2551250

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 050/2020

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 2 parágrafo 1º da Lei nº 1328/2013 e artigo 54, Parágrafo único e anexo IV da Lei Complementar nº 007/2012 ,

RESOLVE:

Designar a Servidora EDUARDA MARCONCINI, responsável pelo SIC (Serviço de Informação ao Cidadão) a partir da data de 03 de julho de 2020.

Prefeitura Municipal de Atalanta
03 de julho de 2020

JUAREZ MIGUEL RODERMEL
Prefeito Municipal

Balneário Arroio do Silva

PREFEITURA

CHAMAMENTO Nº 006/2020 - PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019

Publicação Nº 2551457

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 006/2020

Data: 06 de julho de 2020.

Referente: EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2019

Ementa: Convoca Candidatos aprovados aos cargos do Processo Seletivo Público nº 001/2019.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES, Prefeito do Município de Balneário Arroio do Silva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o resultado do Processo Seletivo Público nº 001/2019, homologado pelo Decreto nº 17, de 10 de fevereiro de 2020, considerando a necessidade da Secretaria Municipal e ainda a existência de vaga temporária, convoca os candidatos adiante relacionados, aprovados e classificados no Processo Seletivo Público nº 001/2019, realizado pela Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva, para manifestar o seu interesse ou não na vaga, no período de 07 de julho de 2020 a 08 de julho de 2020, no horário das 08h às 12h, no Departamento de Pessoal da Prefeitura de Balneário Arroio do Silva.

Salientamos, ainda, que conforme o Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2019:

13. O candidato, após a publicação na imprensa oficial do município da sua convocação, terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da publicação para manifestar seu interesse na vaga ou apresentar sua carta de desistência, e, caso manifeste interesse pela vaga terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar a documentação exigida para a contratação.

13.1. A relação dos documentos admissionais será entregue no ato da convocação;

13.2. O Candidato deverá manter atualizado o seu cadastro junto ao Departamento Pessoal do Município de Balneário Arroio do Silva – SC;

13.3. O Município de Balneário Arroio do Silva – SC utilizará dos seguintes meios para convocação, nesta ordem: Publicação na Imprensa Oficial e Site do Município.

13.4. O Candidato que não comparecer no dia, hora e local de acordo com a convocação será ELIMINADO deste PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO.

Caso os candidatos convocados neste Edital não compareçam até o dia 08 de julho de 2020, no horário das 08h às 12h, serão considerados desistentes e serão automaticamente desclassificados do Processo, sem direito a recurso. Caso necessário, aplica-se ao presente chamamento, os efeitos da retroatividade.

Segue abaixo a Relação dos candidatos Convocados por este Edital:

AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE – MICRO AREA 09

Inscrição	Nome	Posição	Situação
195800	Thais Rendeiro Coroa	1º Lugar	Desistente
194305	Alceu Darski Ourique	2º Lugar	Convocado

Balneário Arroio do Silva/SC, 06 de julho de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na Secretaria de Administração e Finanças em data supra.

WANDERLEI LUCIANO NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

CHAMAMENTO Nº 008/220 - EDITAL CONCURSO PUBLICO Nº 001/2020

Publicação Nº 2551451

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 008/2020

Data: 06 de junho de 2020.

Referente: EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2020

Ementa: Convoca Candidatos aprovados aos cargos do Concurso Público nº 001/2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES, Prefeito do Município de Balneário Arroio do Silva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o resultado do Concurso Público nº 001/2020, homologado pelo Decreto nº 47, de 1º de abril de 2020, considerando a necessidade da Secretaria Municipal e, ainda, a existência de Vagas no quadro de Cargos Públicos, CONVOCA os candidatos adiante relacionados, aprovados e classificados no Concurso Público nº 001/2020, realizado pela Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva, para comparecer no período de 07 de junho de 2020 a 07 de julho de 2020, no horário das 08h00min as 12h00min, no Departamento de Pessoal na sede da Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva, sito a Av. Santa Catarina, nº 1122, Centro, Balneário Arroio do Silva/SC (Departamento de Pessoal), para tomar ciência de sua convocação e, depois de cumpridas as formalidades legais, TOMAR POSSE nos respectivos cargos.

Caso haja manifestação por escrito das candidatas de seu desinteresse na posse dos cargos, durante o período de Convocação, a Administração Municipal poderá publicar novo Edital de Convocação, até que as vagas necessárias sejam preenchidas, mesmo antes do vencimento do prazo deste Edital.

Segue abaixo a Relação dos candidatos Convocados por este Edital:
Farmacêutico Bioquímico

Inscrição	Nome	Posição
202277	Tacília Ferraz de Matos	1º Lugar

Balneário Arroio do Silva/SC, 06 de julho de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na Secretaria de Administração e Finanças em data supra.

WANDERLEI LUCIANO NAGEL
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 77/2020

Publicação Nº 2551190

Decreto nº 077, de 23 de junho de 2020.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Juscelino da Silva Guimarães, Prefeito Municipal de Balneário Arroio do Silva, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto dos Incisos I, XXII e XXVI do Artigo 58, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº 997, de 13 de dezembro de 2019 e nos termos do Inciso I, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse e necessidade administrativa,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar por anulação de dotação no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	07	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
UNIDADE	07.01	Departamento de Obras
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	03	Gestão de Obras de Infra Estrutura e Mobilidade Urbana
SUBFUNÇÃO	451	Infra Estrutura Urbana
RECURSO	0.1.5000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.015	Manutenção do Departamento de Obras
ELEMENTO	3.3.90	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	93	

Valor: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se anulação parcial da dotação do Orçamento da Prefeitura Municipal, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), conforme preceitua o Artigo 9º e Artigo 11, da Lei Municipal nº 997, de 13 de dezembro de 2019 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e de acordo com o Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	07	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
UNIDADE	07.01	Departamento de Obras
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	03	Gestão de Obras de Infra Estrutura e Mobilidade Urbana
SUBFUNÇÃO	451	Infra Estrutura Urbana
RECURSO	0.1.5000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.015	Manutenção do Departamento de Obras
ELEMENTO	3.1.90	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	92	

Valor: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva, em 23 de junho de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 23 de junho de 2020.

WANDERLEI LUCIANO NAGEL
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 86/2020

Publicação Nº 2551192

Decreto nº 086, de 03 de julho de 2020.

DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL "ANA PAULA DAMASCENO ORCELLI", OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE FISCAL DE OBRAS E SERVIÇOS, PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO URBANO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Juscelino da Silva Guimarães, Prefeito Municipal de Balneário Arroio do Silva, no uso das atribuições legais conferidas no disposto nos Incisos I, II, XXII e XXVI, do Artigo 58, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada, a partir de 03 de julho de 2020, a Servidora Pública Municipal ANA PAULA DAMASCENO ORCELLI, brasileira, maior, nascida em 08 de outubro de 1969, portadora do RG nº 8041124242 - SJS/RS, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 783.278.814-00, no exercício do Cargo de Provimento Efetivo de Fiscal de Obras e Serviços, matrícula nº 4.595, nomeada pela Portaria nº 169, de 21 de janeiro de 2014, vinculada a Secretaria de Planejamento Urbano, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretária de Planejamento Urbano, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, do Poder Executivo Municipal, com o Subsídio Mensal de R\$ 7.182,62 (sete mil, cento e oitenta e dois reais e sessenta e dois centavos), estabelecido pela Lei Municipal nº 563, de 30 de junho de 2008, que fixa o Subsídio dos Secretários Municipais de Balneário Arroio do Silva, observadas às respectivas revisões gerais da remuneração.

Art. 2º Fica designada a Agente Político, a Senhora ANA PAULA DAMASCENO ORCELLI, para além dos serviços da Secretaria de Planejamento Urbano, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, executar as atividades relacionadas a prestar assessoria aos demais órgãos da Administração, no tocante a técnicas de planejamento, controle e organização de métodos; realizar estudos e pesquisas para melhor resultado produtivo das atividades do governo municipal; promover a permanente atualização do Plano Diretor do Município; acompanhar e controlar a execução de planos de trabalhos da Administração Municipal, apurando custos de serviços e demonstrando estatísticas de resultados; fiscalizar o cumprimento de normas atinentes à estética urbana, orientando loteamentos e zoneamentos, bem como manter atualizado o sistema estatístico econômico-social, de equipamentos urbanos e de infra-estrutura; proceder à aprovação e fiscalização de quaisquer obras de construção civil, executadas no Município; organizar e manter atualizado o cadastro técnico da zona urbana, bem como o mapa rodoviário do Município; desenvolver políticas de ações que visem o apoio aos programas de iniciativas do setor privado, buscando envolver todas as atividades do Município; realizar a promoção dos motivos sócio econômicos do Município; orientar e incentivar a formação de associações, cooperativas e outras modalidades de organizações associativas, com vistas ao incremento e valorização das atividades industriais e comerciais; tomar iniciativa de articulação com os órgãos de âmbito governamental, em apoio à iniciativa privada, buscando aproveitamento de incentivos e recursos para o desenvolvimento econômico e social do Município; coordenar os projetos de incentivo à indústria, comércio e prestação de serviço, bem como coordenar a execução do licenciamento das atividades dos mesmos; articular com os órgãos competentes do Estado e da União, programas que visem a melhoria, ampliação ou implantação de infra-estrutura para energia elétrica, comunicação, informática e outros meios necessários ao desenvolvimento integrado do Município e liberação para colocação de faixas e controle dos espaços e as Ações de Meio Ambiente estabelecidas na Lei Orgânica do Município de Balneário Arroio do Silva.

Art. 3º A Servidora ora designada fará jus ao Subsídio estabelecido no caput do Artigo 1º, enquanto perdurar no Cargo até a sua revogação, sem direito a percepção de verbas rescisórias, passando automaticamente a exercer o Cargo de Provimento Efetivo de Fiscal de Obras e Serviços e suas atribuições inerentes e a perceber a remuneração correspondente.

Art. 4º A Agente Político ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Planejamento Urbano, Indústria e Comércio nomeada nos termos deste Decreto, é assegurada à filiação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, conforme legislação federal pertinente, cujas despesas correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 5º Fica o Departamento de Pessoal encarregado de proceder às anotações e a realizar os procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva/SC, em 03 de julho de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 03 de julho de 2020

WANDERLEI LUCIANO NAGEL
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 87/2020

Publicação Nº 2551461

Decreto nº 087, de 03 de julho de 2020.

NOMEIA A SENHORA AMANDA MACHADO RODRIGUEIRO DE OLIVEIRA PARA EXERCER O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO, ANÁLISE DE PROJETOS, CADASTRO IMOBILIÁRIO E ELABORAÇÃO DE PROJETOS ESPECIAIS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Juscelino da Silva Guimarães, no uso das atribuições legais conferidas no disposto dos Incisos I, II, XXII e XXVI, do Artigo 58 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora AMANDA MACHADO RODRIGUEIRO DE OLIVEIRA, brasileira, maior, nascida em 03 de março de 1996, portadora do RG nº 6964569 - SSP/SC, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 098.606.829-25, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Departamento de Planejamento Urbano, Análise de Projetos, Cadastro Imobiliário e Elaboração de Projetos Especiais para Captação de Recursos, Secretaria de Planejamento Urbano, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, do Poder Executivo Municipal, com direito a percepção do vencimento equivalente ao Código DAS-02, constantes dos Anexos XIII, da Lei Complementar Municipal nº 111, de 13 de dezembro de 2019, com Jornada de Trabalho de tempo integral, 40 horas semanal e em regime de dedicação exclusiva.

Art. 2º À Servidora Pública ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Departamento de Planejamento Urbano, Análise de Projetos, Cadastro Imobiliário e Elaboração de Projetos Especiais para Captação de Recursos nomeada nos termos deste Decreto, é assegurada à filiação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, conforme legislação federal pertinente, cujas despesas correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 3º Fica o Departamento de Pessoal encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 03 de julho de 2020.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva/SC, em 03 de julho de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 03 de julho de 2020.

WANDERLEI LUCIANO NAGEL
Secretário de Administração e Finanças

Balneário Gaivota

PREFEITURA

LEI Nº 1048-2020

Publicação Nº 2551729

LEI COMPLEMENTAR Nº 1048, DE 03 DE JULHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DO SOLO PARA FINS URBANOS E A INSTITUIÇÃO DE LOTEAMENTOS E CONDOMÍNIOS URBANÍSTICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O parcelamento do solo para fins urbanos no Município de Balneário Gaivota será regido por esta Lei, em conformidade com a Legislação Federal, Estadual e Municipal e demais leis pertinentes.

§ 1º - O disposto na presente Lei aplica-se aos desmembramentos, remembramentos, loteamentos e condomínios urbanísticos.

§ 2º - O parcelamento do solo rural observará as normas federais vigentes.

Art. 2º - O parcelamento do solo para fins urbanos observará as diretrizes gerais da política urbana, conforme dispõe o art. 2º da Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001, e os seguintes princípios:

- I - Função social da cidade e da propriedade;
- II - Garantia do direito à moradia e ao desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos;
- III - Urbanismo como função pública e respeito à ordem urbanística;
- IV - Prevalência do interesse público sobre o interesse privado;
- V - Ocupação prioritária dos vazios urbanos;
- VI - Recuperação pelo Poder Público das mais-valias urbanas decorrentes da ação do Poder Público;
- VII - Acesso universal aos bens de uso comum do povo;
- VIII - Preservação do interesse público como elemento determinante na destinação dos imóveis públicos.

Art. 3° - A presente lei, visando promover o predomínio do interesse coletivo sobre o particular, apresenta os seguintes objetivos, dentre outros:

I - Orientar o projeto e a execução de qualquer empreendimento que implique em parcelamento do solo e remembramentos para fins urbanos;

II - Possibilitar à população a facilidade de acesso aos equipamentos urbanos e comunitários para assegurar-lhe condições dignas de habitação, trabalho, lazer e circulação no espaço urbano;

III - Facilitar ao Poder Público Municipal o planejamento de obras e serviços públicos;

IV - Prevenir a instalação ou expansão de assentamentos urbanos em áreas inadequadas;

V - Ordenar o crescimento da cidade;

V - Garantir a continuidade da malha urbana, evitando ociosidade de infraestrutura;

VI - Assegurar a existência de padrões urbanísticos e ambientais de interesse da comunidade, nos processos de parcelamento do solo e remembramentos para fins urbanos.

Art. 4° - Para os fins desta lei, consideram-se as seguintes definições:

I - Alinhamento predial: linha divisória entre o lote e o logradouro público;

II - Alvará: documento expedido pelo Poder Público Municipal concedendo licença para a execução de serviços e obras ou declarando que o empreendimento foi fisicamente implantado e executado de forma regular e autorizando o funcionamento de atividades;

III - Aprovação: ato que legitima uma nova situação física/geométrica/locacional do lote;

IV - Área de arruamento: destinada à abertura de vias de circulação na gleba, feita pelo proprietário, com prévia aprovação da Prefeitura e transferência gratuita das áreas das ruas ao Município;

V - Área de domínio público: é a área ocupada pelas vias de circulação, áreas institucionais e espaços livres de uso público e outros logradouros públicos;

VI - Área de fundo de vale: ponto mais baixo de um relevo acidentado, formando uma calha por onde escorrem as águas;

VII - Área institucional: áreas destinadas à implantação dos equipamentos públicos e/ou comunitários de educação, cultura, saúde, lazer e similares;

VIII - Área loteável: área da porção de terreno passível de ser loteada;

IX - Área rural: a parcela do território cujo emprego envolve atividade de exploração extrativa agrícola, pecuária, silvícola ou agroindustrial;

X - Área urbana: parcela do território, contínua ou não, incluída no perímetro urbano por lei municipal específica por apresentar ao menos as características básicas, que não se enquadre na definição de área rural; destinada à moradia, ao comércio, a indústria; sobre ela incide o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana;

XI - Área urbana consolidada: parcela da área urbana com malha viária implantada e que tenha, no mínimo, 2 (dois) dos seguintes equipamentos de infraestrutura implantados:

- a) drenagem de águas pluviais urbanas;
- b) esgotamento sanitário;
- c) abastecimento de água potável;
- d) distribuição de energia elétrica;
- e) limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos;

XII - Áreas com características urbanas: são áreas que embora estejam localizadas em zona rural, possuem características urbanas estabelecidas pela presença de equipamentos urbanos mínimos;

XIII - Área verde: destinada aos espaços de domínio público que desempenhem função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade ambiental, funcional e estética da cidade, sendo dotados de vegetação e espaços livres de impermeabilização, admitindo-se intervenções mínimas como caminhos, trilhas, brinquedos infantis e outros meios de passeios e divertimentos leves.

XIV - Áreas destinadas a uso comum dos condôminos: aquelas referentes ao sistema viário interno e as demais áreas integrantes de condomínios não caracterizadas como unidades autônomas;

XV - Área de Preservação Permanente: florestas e demais formas de vegetação natural situada ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água, cuja faixa de preservação no Município deverá atender à legislação pertinente.

XVI - Arruamento: logradouro ou conjunto de logradouros públicos destinados à circulação viária e acesso aos lotes urbanos;

XVII - Autoridade licenciadora: ente do Poder Executivo responsável pela concessão da licença urbanística e ambiental integrada do parcelamento do solo, para fins urbanos ou do plano de regularização fundiária;

XVIII - Certidão de Viabilidade Ambiental ou Urbanística: ato administrativo vinculado pelo qual a autoridade pública certifica que o projeto apresentado atende as exigências de natureza ambiental ou urbanística para o empreendedor implantar, alterar, ampliar ou manter parcelamento do solo ou para proceder à regularização fundiária;

XIX -Comissão de representantes: colegiado formado pelos compradores de lotes ou unidades autônomas para fiscalizar a implantação do parcelamento do solo para fins urbanos;

XX - Condomínio urbanístico: modalidade de parcelamento do solo, formado pela divisão de imóvel em unidades autônomas destinadas à edificação, às quais correspondem frações ideais das áreas de uso comum dos condôminos, sendo admitida a abertura de vias de domínio privado, construção de muros, controle de acesso e vedada a abertura de logradouros públicos internamente no perímetro do condomínio;

XXI - Desdobro: parcelamento de um lote para a formação de novos lotes;

XXII - Desmembramento: subdivisão de um terreno urbano em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, sem que haja necessidade de abertura de novas vias ou logradouros públicos, nem prolongamento, modificação ou alteração das vias existentes;

XXIII - Demarcação urbanística: procedimento administrativo pelo qual o Poder Público, no âmbito da regularização fundiária de interesse social ou de interesse específico, demarca o imóvel, definindo seus limites, área, localização e confrontantes, com a finalidade de identificar seus ocupantes, qualificar a natureza e o tempo das respectivas posses;

XXIV - Empreendedor:

a) O proprietário do imóvel a ser parcelado, que responde pela implantação do parcelamento;

b) O compromissário comprador, cessionário ou promitente cessionário, desde que o proprietário expresse sua anuência em relação ao empreendimento e sub-rogue-se nas obrigações do compromissário comprador, cessionário ou promitente cessionário, em caso de extinção do contrato;

c) O poder público, quando proprietário do imóvel a ser parcelado, ou nos casos de imissão prévia na posse com o objetivo de implantação de parcelamento habitacional de interesse social ou regularização fundiária;

d) A pessoa física ou jurídica contratada pelo proprietário do imóvel a ser parcelado ou pelo poder público para executar o parcelamento ou a regularização fundiária, em forma de parceria, sob regime de obrigação solidária, devendo o contrato ser averbado na matrícula do imóvel no serviço de registro de imóveis;

e) As cooperativas habitacionais, as associações de moradores e as associações de proprietários ou compradores, que assumam a responsabilidade pela implantação do parcelamento.

XXV- Equipamentos comunitários: são as instalações públicas de educação, cultura, saúde, segurança, esporte, lazer e convívio social;

XXVI - Equipamentos públicos: são as instalações de infraestrutura urbana básica e outras de interesse público;

XXVII - Espaços livres: áreas de interesse de preservação e/ou espaços livres de uso público destinados à implantação de praças, áreas de recreação e esportivas, monumentos e demais referenciais urbanos e paisagísticos;

XXVIII - Estação de tratamento de efluentes: soluções sanitárias relativas aos efluentes gerados, construídas segundo normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e acompanhamento técnico por profissional qualificado.

XXIX - Estágios da floresta da mata atlântica:

a) Floresta ou vegetação primária: mata virgem, intocada ou aquela em que a ação humana não provocou significativas alterações das suas características originais de estrutura e de espécies. Caracteriza-se pela grande diversidade biológica, pela presença de árvores altas e grossas, pelo equilíbrio entre as espécies pioneiras, secundárias e climáticas, pela presença de grande número de bromélias, orquídeas, cactos e outras plantas ornamentais em cima das árvores;

b) Floresta ou vegetação secundária: são aquelas resultantes de um processo natural de regeneração, em áreas onde no passado houve corte raso da floresta primária, existentes em terras que foram temporariamente usadas para agricultura ou pastagem, ressurgindo espontaneamente após o abandono destas atividades;

c) Estágio de regeneração inicial: constatado após o abandono de uma área agrícola ou de uma pastagem, durando geralmente até seis anos, podendo em alguns casos durar até dez anos em função do grau de degradação do solo ou da escassez de sementes, e a altura média das árvores em geral não passa dos 4 metros e o diâmetro de 8 centímetros;

d) Estágio de regeneração médio: ocorre após os seis anos iniciais, durando até os 15 anos, sendo que as árvores atingem altura média de 12 metros e diâmetro de 15 centímetros.

e) Estágio de regeneração avançado: inicia-se geralmente depois dos 15 anos de regeneração natural da vegetação, podendo levar de 60 a 200 anos para alcançar novamente o estágio semelhante à floresta primária, sua diversidade biológica é maior e a altura média das árvores é superior a 12 metros e o diâmetro médio é superior a 14 centímetros.

XXX - Faixa não edificável (*non aedificandi*): área do terreno onde não será permitida qualquer construção;

XXXI - Fração ideal: parte inseparável de um lote ou coisa comum, considerada para fins de ocupação;

XXXII - Gleba: área de terra que não foi objeto de parcelamento urbano;

XXXIII - Habitação: moradia digna inserida no contexto urbano, provida de infraestrutura básica, de serviços urbanos e de equipamentos urbanos básicos;

XXXIV- Infraestrutura básica: equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, redes de esgoto sanitário e abastecimento de água potável, sistema de drenagem urbana e de energia elétrica pública e domiciliar e as vias de circulação pavimentadas ou não;

XXXV- Infraestrutura complementar: servidão de serviços, as redes de telefonia, de fibra ótica e outras redes de comunicação, a rede de gás canalizado e outros elementos não contemplados na infraestrutura básica;

XXXVI -Legitimação de posse: ato do Poder Público destinado a conferir título, por meio do qual fica reconhecida a posse de imóvel objeto de regularização fundiária urbana, conversível em aquisição de direito real de propriedade na forma da Lei federal no 13.465, de 11 de julho de 2017, com a identificação de seus ocupantes, do tempo da ocupação e da natureza da posse;

XXXVII - Linhas Sanitárias: projeto de sistema de esgotamento cloacal e de tratamento de esgotos; projeto de rede coletora de esgotos; projeto de abastecimento de água potável;

XXXVIII- Lote: porção de terra parcelada, resultante de loteamento ou desmembramento, inscrita no Cartório de Registro de Imóveis, com testada para via pública oficial, servida de infraestrutura básica, cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos nesta Lei.

XXXIX - Loteamento: subdivisão de um terreno urbano em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos, prolongamento, modificação ou alteração das vias existentes, respeitando-se as diretrizes de arruamento;

XL -Loteamento integrado à edificação: parcelamento em que a construção das edificações nos lotes ou unidades autônomas, é feita pelo empreendedor, concomitantemente à implantação do parcelamento e das obras de urbanização;

XLI - Parcelamento: subdivisão de glebas, áreas ou terrenos indivisos em lotes. O parcelamento do solo urbano poderá ser feito mediante loteamento, desmembramento ou condomínio, observadas as disposições das legislações federais, estaduais e municipais pertinentes;

XLII- Pista de rolamento: faixa destinada exclusivamente ao tráfego de veículos.

XLIII - Quadra: área resultante de loteamento, delimitada por vias de circulação e/ou limites deste mesmo loteamento;

XLIV - Registro: ato que legitima a propriedade do bem.

XLV - Regularização fundiária: o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visem a adequar assentamentos preexistentes, informais ou irregulares, às conformações legais, de modo a garantir o direito a cidades sustentáveis e o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana;

XLVI -Remembramento: unificação de lotes urbanos com aproveitamento do sistema viário existente.

XLVII - Testada: dimensão frontal do lote;

XLVIII- Termo de vistoria e recebimento de obra: documento expedido pelo Poder Público Municipal declarando que o empreendimento foi fisicamente implantado e executado de forma regular, com atendimento das exigências urbanísticas e ambientais estabelecidas pela legislação em vigor ou fixadas na Licença;

XLIX - Unidade autônoma: porção de terra parcelada destinada à edificação, resultante da modalidade de condomínio, inscrita no Cartório de Registro de Imóveis, com testada para arruamento interno, servida de infraestrutura básica, cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos nesta Lei.

XLX -Urbanização: processo de transformação das características de uma localidade, região, bairro ou área, com a implantação de equipamentos urbanos e aplicação das modalidades urbanísticas de parcelamento do solo.

XLXI - Vias de circulação: área destinada ao sistema de circulação de veículos e pedestres, existentes ou projetadas;

XLXII- Vias públicas: vias de circulação terrestre afeta ao trânsito público que figurem em plantas de parcelamento do solo aprovadas em loteamentos e que constituam testadas de lotes ou aquelas pavimentadas pelo poder Público Municipal.

TÍTULO II PARCELAMENTO DO SOLO URBANO

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º - O parcelamento do solo urbano poderá ser feito mediante loteamento, condomínio e desmembramento, observadas as disposições desta Lei, bem como da legislação federal e estadual vigente.

Parágrafo único. Os loteamentos, condomínios e desmembramentos subordinam-se às diretrizes municipais quanto à destinação e à utilização das áreas parceladas, de forma a garantir o desenvolvimento urbano integrado.

Art. 6º - O parcelamento do solo urbano só será permitido nas áreas inseridas nos perímetros urbanos do Município, aprovados por lei municipal.

Parágrafo único. O Município não aprovará loteamento de glebas distantes da mancha urbana cuja implantação exija a execução de obras e serviços de infraestrutura urbana, inclusive de vias de acesso, nas áreas adjacentes, salvo se:

I - tais obras e serviços forem executados pelo loteador às suas próprias custas;

II - a gleba se localizar em área propícia para urbanização, segundo as diretrizes de desenvolvimento urbano decorrentes do planejamento municipal, sem originar situações que caracterizem degradação ambiental.

Art. 7º - Para a aprovação de novos parcelamentos deverão ser priorizados os vazios urbanos e considerados os imóveis sujeitos à compulsoriedade do aproveitamento do solo urbano.

Art. 8º - O parcelamento do solo urbano poderá ser dividido em etapas de execução discriminadas no projeto completo.

Capítulo II

EXIGÊNCIAS AMBIENTAIS PARA O PARCELAMENTO

Art. 9º - Exige-se Estudo Prévio de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) para o licenciamento de parcelamento do solo para fins urbanos:

I - gleba maior que 100ha (cem hectares);

II - quando a autoridade licenciadora, com base na legislação federal, estadual ou municipal, considerar o empreendimento potencialmente causador de significativo impacto ambiental.

Parágrafo único - Nos demais casos, será exigida Estudo Ambiental Simplificado (EAS).

Art. 10 - O Estudo de Impacto de Vizinhança que trata o artigo anterior será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões:

I - adensamento populacional;

II - equipamentos urbanos e comunitários;

III - uso e ocupação do solo;

IV - valorização imobiliária;

V - geração de tráfego e demanda por transporte público;

VI - ventilação e iluminação;

VII - paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.

Parágrafo único - Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do EIV, que ficarão disponíveis para consulta, no órgão competente do Poder Público Municipal, por qualquer interessado.

Art. 11 - Não será permitido o parcelamento do solo urbano em:

I - terrenos alagadiços e em locais sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas;

II - terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados;

III - terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento); salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes;

IV - terrenos onde as condições geológicas não aconselhem a edificação por serem áreas de risco de deslizamento;

V - áreas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até sua correção;

VI - terrenos contíguos a cursos d'água, represas e demais recursos hídricos sem autorização dos órgãos competentes;

VII - áreas fora do alcance de equipamentos urbanos, especialmente das redes públicas de abastecimento de água potável, das galerias de águas pluviais e de energia elétrica;

VIII - onde não seja possível o esgotamento sanitário, seja mediante rede coletora ou fossa séptica, conforme determinação do órgão responsável;

IX - áreas que não sejam adjacentes à malha urbana existente;

X - áreas num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros no entorno de nascentes e dos "olhos d'água" perenes, seja qual for a sua situação topográfica;

XI - Áreas de Preservação Permanente (APPs), bem como fundos de vale;

XIII - em terrenos contendo jazidas, verificadas ou presumíveis de minério, pedreiras, depósito de minerais ou líquidos de valor industrial ou comercial.

Art. 12 - As Áreas de Preservação Permanente (APP) podem ser transpostas pelo sistema viário ou utilizada para a implantação e manutenção de sistemas de drenagem de águas pluviais e outras obras exigidas pelo Poder Público, e concessionários de serviços públicos, desde que a intervenção seja de baixo impacto ambiental e não descaracterize a totalidade da APP.

Art. 13 - Consideram-se atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental:

a) abertura de pequenas vias de acesso interno e suas pontes e pontilhões, quando necessárias à travessia de um curso d'água, ao acesso de pessoas e animais para a obtenção

de água ou à retirada de produtos oriundos das atividades de manejo agroflorestal sustentável;

b) implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e efluentes tratados, desde que comprovada a outorga do direito de uso da água, quando couber;

c) implantação de trilhas para o desenvolvimento do ecoturismo;

d) construção de rampa de lançamento de barcos e pequeno ancoradouro;

e) construção de decks de madeira para acesso à áreas de preservação permanente;

f) construção e manutenção de cercas na propriedade;

g) pesquisa científica relativa a recursos ambientais, respeitados outros requisitos previstos na legislação aplicável;

h) coleta de produtos não madeireiros para fins de subsistência e produção de mudas, como sementes e frutos, respeitada a legislação específica de acesso a recursos genéticos;

i) plantio de espécies nativas produtoras de frutos, sementes e outros produtos vegetais, desde que não implique supressão da vegetação existente nem prejudique a função ambiental da área;

j) exploração agroflorestal e manejo florestal sustentável, comunitário e familiar, incluindo a extração de produtos florestais não madeireiros, desde que não descaracterizem a cobertura vegetal nativa existente nem prejudiquem a função ambiental da área;

m) outras ações ou atividades similares, reconhecidas como eventuais e de baixo impacto ambiental em ato do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA ou dos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente;

Art. 14 - A APP que integre lote ou unidade autônoma resultante de parcelamento pode ser computada na área total do referido imóvel para aplicação do coeficiente de aproveitamento e definição da área máxima a construir.

Art. 15 - Em áreas urbanas, consideram-se Áreas de Preservação Permanente no entorno dos lagos e lagoas naturais, faixa com largura mínima de 30 (trinta) metros.

Parágrafo único. Em atenção ao Artigo 4º, parágrafo primeiro, da Lei nº 12.651/12, não será exigida Área de Preservação Permanente no entorno de reservatórios artificiais de água que não decorram de barramento ou represamento de cursos d'água naturais.

Art. 16 - Se necessária, a reserva de faixa não-edificável vinculada a dutos, vias e linhas de transmissão deve ser exigida no âmbito do respectivo licenciamento ambiental, observados critérios e parâmetros que garantam a segurança da população e a proteção do meio ambiente, conforme estabelecido nas normas técnicas pertinentes.

Art. 17 - A faixa de domínio público das rodovias e ferrovias deve garantir a segurança da população e a proteção do meio ambiente, conforme estabelecido nas normas técnicas pertinentes, sendo definida no âmbito do respectivo licenciamento ambiental.

Art. 18 - O parcelamento do solo para fins urbanos ou qualquer outra forma de utilização do solo urbano na Zona Costeira deve assegurar o acesso livre e desimpedido às praias, respeitadas as normas que regulam as áreas de interesse da segurança nacional e as unidades de conservação de acesso restrito criadas na forma da Lei Federal nº 9.985, de 2000.

Capítulo III

EXIGÊNCIAS URBANÍSTICAS PARA O PARCELAMENTO

Seção I

Requisitos Para Implementação

Art. 19 - Os parcelamentos devem atender ao disposto nesta lei, bem como à ordem urbanística expressa em leis municipais e aos seguintes requisitos:

I - Áreas destinadas ao sistema de circulação, à implantação de equipamentos urbano e comunitário, bem como a áreas verdes de uso público, deverão ser proporcionais à gleba e a sua soma nunca inferior a 35% da área loteável, excluindo-se a APP, dos quais:

a) Áreas institucionais destinadas a equipamentos urbanos e comunitários deverão ser, no mínimo, iguais a 4% da área loteável;

b) Áreas verdes públicas deverão ser, no mínimo, iguais a 8% da área loteável;

c) O sistema viário deverá ser feito em pavimentação asfáltica ou intertravada.

II - As áreas públicas destinadas a equipamentos urbanos e/ou comunitários a serem entregues ao Município deverão possuir no mínimo, 30% (trinta por cento) de seu total em um só perímetro e somente serão aceitas em terrenos com declividade inferior a 30% (trinta por cento);

III - A localização das áreas verdes públicas e das áreas destinadas à implantação de equipamentos urbanos ou comunitários será definida de acordo com o interesse coletivo, pela Prefeitura Municipal, não podendo estarem situadas nas faixas *non aedificandi*;

IV - Os canteiros centrais ao longo das vias não poderão ser computados como áreas verdes públicas;

V - Para fins de área verde, atendendo o disposto no Artigo 136-A, §2º, da Lei Estadual nº 14.675/09, é possível o aproveitamento da vegetação de mata atlântica de que tratam os artigos 30 e 31 da Lei federal nº 11.428, de 2006, bem como das APP's existentes no imóvel, desde que atendidos os requisitos dispostos no Artigo 8º da Resolução CONAMA nº 369/06 ou regulamentação posterior que venha a substituí-la.

VI - Após o registro do parcelamento, é vedada a mudança de destinação, a oneração e a venda de áreas verdes públicas.

Art. 20 -A ocupação do solo por meio de parcelamentos deverá ocorrer de forma a respeitar o meio ambiente, assegurando condições de acessibilidade e resolução de questões de risco geológico e inundações.

Art. 21 -Nenhum serviço ou obra pública será prestado ou executado em terreno arruado ou loteado sem prévia licença da Prefeitura Municipal.

Art. 22 - As exigências referentes a áreas livres de uso público e a áreas de equipamentos urbanos ou comunitários aplicam-se aos desmembramentos e desdobros quando estes tiverem por finalidade abrigar empreendimentos imobiliários, para fins residenciais ou mistos, gerando aumento de densidade populacional não previsto nos parâmetros iniciais do loteamento.

Art. 23 - As áreas de equipamentos urbano e comunitário, os espaços de uso público e áreas verdes deverão ser implantados pelo empreendedor, conforme diretrizes fornecidas pela Prefeitura Municipal, e deverão ser mantidas e conservadas por este até a entrega das obras.

Art. 24 - Caso o empreendimento instale estação de tratamento de esgoto, a área onde este for implementado deverá ser descontada do total da área institucional a ser doada ao Município.

Seção II

Lotes e Quarteirões

Art. 25 - Os lotes resultantes de loteamentos, desmembramentos, fracionamentos, desdobro e condomínios deverão obedecer aos seguintes padrões urbanísticos:

I - ter testada mínima de 12,00m (doze metros) e área mínima de 300,00m² (trezentos metros quadrados);

II - nos lotes residenciais, a relação máxima entre testada e profundidade será de 1:4 (um por quatro);

III -nos parcelamentos que possuírem lagoas na sua gleba ou confrontando com as mesmas, a área mínima deverá ser de 500,00m² (quinhentos metros quadrados), com testada mínima de 15,00m (quinze metros).

§ 1º - Somente serão aceitos desdobros que resultem em lotes ou unidades autônomas com dimensões inferiores às referidas nos incisos I e II se o projeto estiver acompanhado de construção de residências geminadas, respeitando a área mínima de 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados) com testada mínima de 5,00m (cinco metros);

§ 2º - Nos casos do inciso III, não serão admitidos desdobros que resultem em lotes ou unidades autônomas com dimensões inferiores às mínimas nele descritas.

Art. 26 -Os quarteirões deverão atender aos seguintes requisitos:

I - área máxima - 15.000m² (quinze mil metros quadrados);

II - extensão máxima de 250m (duzentos e cinquenta metros) e mínima de 30m (trinta metros), admitindo-se uma tolerância de 5% (cinco por cento) quando imprescindível para o aproveitamento da área loteável.

Art. 27 -Os quarteirões e lotes deverão ser demarcados com marcos, conforme padrão adotado pela Prefeitura Municipal e sua colocação e manutenção até a venda total dos lotes são encargos exclusivos do responsável pelo parcelamento.

Art. 28 - As vias projetadas e suas seções transversais deverão harmonizar-se com a topografia local.

Seção III Vias de Comunicação

Art. 29 -É de competência da Prefeitura Municipal a classificação das vias propostas nos projetos de loteamentos em vias principais, secundárias ou locais, conforme as diretrizes urbanísticas.

§1º -Via principal é aquela destinada ao tráfego de veículos pesados e circulação geral;

§2º - Via secundária é aquela destinada à canalização do tráfego para as vias principais;

§3º -Via local é aquela destinada ao simples acesso aos lotes.

Art. 30 -A largura das vias de comunicação, sua divisão em faixas de rolamento e passeio e demais especificações técnicas deverão obedecer os seguintes padrões:

TIPO DE VIA		COM CANTEIRO CENTRAL (m)	SEM CANTEIRO CENTRAL (m)	SECUNDÁRIA	LOCAL	LOCAL COM COMPRIMENTO ATÉ 2 QUARTEIÕES (m)	PASSAGEM PARA PEDESTRES	VIA INTERNA DE CONDOMÍNIO
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS								
LARGURA MÍNIMA	TOTAL	18,0	18,0	12,0	12,0	12,0	3,0	10,0
Largura mínima	Laterais	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	-	2,0
Passeios	Centr	2,0	-	-	-	-	-	-

dos	ais							
LARGURA DA FAIXA DE ROLAMENTO (incluindo estacionamento)		2 x 6,0	14,0	8,0	8,0	8,0	-	6,0
INCLINAÇÃO LONGITUDINAL	MÁXIMA	8%	8%	10%	12%	12%	12%	12%
	MÍNIMA	0.5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%

§1º- O nivelamento e a largura das vias propostas deverão ser compatibilizados com os arruamentos adjacentes;

§2º- Nas áreas com declividade superior a 30% (trinta por cento), a critério da Prefeitura Municipal, poderão ser eliminados as faixas de estacionamento ou reduzidos os passeios.

Art. 31 - Os passeios deverão apresentar declividade transversal de no mínimo 2% (dois por cento) e no máximo 3% (três por cento).

Art. 32 - As passagens para pedestres e os passeios das vias cuja inclinação longitudinal exceda a 10% (dez por cento) deverão ter degraus, em metade de sua largura, com altura máxima de 0,15 m (quinze centímetros).

Art. 33 -A altura do meio-fio não poderá ultrapassar a 0,15m (quinze centímetros).

Art. 34 -O ângulo de interseção de duas vias será no mínimo, igual a 60° (sessenta graus), salvo maiores exigências estabelecidas pela Prefeitura Municipal, quando se tratar de área com declividade acentuada.

Art. 35 -As vias sem saída deverão ter praça de retorno que permita a inscrição de um círculo com diâmetro mínimo de 18,00m (dezoito metros) e nunca inferior ao dobro da largura da pista.

Art. 36 - As faixas de domínio das rodovias não poderão ser utilizadas como vias urbanas e a construção de acessos diretos dos loteamentos às rodovias dependerá de aprovação da Prefeitura Municipal e do órgão estadual ou federal competente.

Art. 37 -As tubulações que não passarem pelas vias públicas deverão possuir faixas sanitárias não edificáveis com largura mínima conforme projeto aprovado pelo órgão competente.

Art. 38 -Quando a canalização pública for insuficiente ou não existir na rua onde o loteamento desaguar suas águas pluviais, a solução do problema será indicada pelo Município, a qual deverá ser executada pelo empreendedor.

Art. 39 - Onde não existir rede de água e esgoto, o Município somente autorizará o parcelamento se o empreendedor, com aprovação do órgão competente, elaborar e executar projeto distribuição de água e coleta de esgoto sanitário.

Art. 40 - No momento da implantação do empreendimento, não havendo fornecimento dos serviços pela concessionária na região, a solução adotada para a aprovação da implantação do loteamento será sistema individual de coleta de esgoto por fossa, filtro e sumidouro e abastecimento de água, por meio de poço artesianos, mediante viabilidade e aprovação emitida pelo órgão responsável.

Art. 41 - No caso de terrenos em nível inferior ao da rua, deverá haver rede complementar para escoamento das águas na parte mais baixa do terreno.

Seção IV Intervenção

Art. 42 - No caso de o empreendedor estar executando o parcelamento sem registro, em desacordo com o projeto aprovado ou em descumprimento ao cronograma físico, a autoridade licenciadora deve notificá-lo para, no prazo e nas condições fixadas, regularizar a situação, sem prejuízo da aplicação das devidas sanções administrativas.

Parágrafo único. Além do previsto no caput deste artigo, a autoridade licenciadora deve comunicar a irregularidade ao Ministério Público, sob pena de incorrer em improbidade administrativa.

Art. 43 - Qualquer pessoa pode comunicar ao Poder Público Municipal a existência de parcelamento irregular, devendo os agentes públicos competentes tomar imediatamente as providências cabíveis, na forma do artigo anterior, sob pena de incorrer em improbidade administrativa.

Art. 44 - Decorrido o prazo previsto no caput do artigo anterior, sem regularização e havendo risco de a irregularidade vir a causar dano à ordem urbanística, a autoridade licenciadora pode decretar a intervenção no empreendimento, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79 e alterações.

Capítulo IV CONDOMÍNIOS

Seção I Disposições Gerais

Art. 45 - Fica instituída a modalidade de Condomínio Urbanístico, definida no Artigo 4º, inciso XIX desta Lei, a qual deverá observar, além das demais disposições, as seguintes condições:

I - Atender a Legislação Municipal no que diz respeito às diretrizes urbanísticas, ambientais, de ordenamento territorial e de construção;

II - O local escolhido pelo empreendimento não venha, por qualquer motivo, ser um entrave ao desenvolvimento urbano futuro do sistema viário;

III - O empreendimento será destinado aos usos especificados na respectiva aprovação, não podendo haver mudança de sua destinação, sem a autorização expressa do município;

IV - Em nenhum caso o condomínio poderá prejudicar o escoamento normal das águas e/ou as obras necessárias de infraestrutura do Município;

Art. 46 -A implantação do condomínio poderá interromper o prolongamento das vias públicas existentes ou projetadas desde que aprovado após análise técnica do projeto pelo setor responsável.

Art. 47 -O empreendimento será admitido em todas as zonas de uso compatível, conforme constar na lei de zoneamento municipal.

Art. 48 -À cada unidade autônoma caberá como parte integrante, inseparável e indivisível, uma fração ideal de terreno e coisas comuns, proporcionais à área da unidade do terreno, expressa sob forma de decimais ou ordinárias.

Art. 49 -Os direitos ao uso das instalações comuns do condomínio também serão tratados como objeto de propriedade exclusiva, com ressalva das restrições que ao mesmo sejam impostas por instrumentos contratuais adequados, sendo vinculado à unidade habitacional ou comercial, assim como a fração ideal correspondente.

Art. 50 -O Condomínio deverá ter o registro no Ofício do Registro de Imóveis, especificando-se na respectiva matrícula o uso do imóvel somente para esta finalidade.

Art. 51 -Os Condomínios Urbanísticos deverão observar as regras de caucionamento previstas no Artigo 104 e as exigências ambientais previstas no Artigo 9º e seguintes, todos desta Lei.

Seção II

Exigências Urbanísticas Específicas

Art. 52 -É vedado o desmembramento futuro de parte ou todo do condomínio, sendo permitido, porém, a unificação a lotes lindeiros e a redefinição de divisas.

Art. 53 -A menor fração ideal do terreno corresponderá a uma área nunca inferior a área mínima da unidade autônoma, definida para a zona onde se situar o condomínio.

Art. 54 -As vias internas do Condomínio Urbanístico serão obrigatoriamente pavimentadas por sistema asfáltico ou intertravado.

Art. 55 - Nos condomínios, é permitida a construção de muros em todo o seu perímetro, podendo o acesso ficar restrito aos condôminos.

§1º - O muro em torno do Condomínio deve ser construído com altura não superior a 3,0 (três) metros de altura e devem ser construídos de forma a valorizarem a paisagem, dotá-la de animação urbana e proporcionarem segurança, sendo permitida a colocação de cercas elétricas, desde que obedecidas as normas técnicas para se evitar danos físicos a pessoas ou a animais.

§2º - O município deverá regulamentar no prazo de 12 (doze) meses a partir da aprovação desta Lei, a colocação de fios eletrificados e outros equipamentos de segurança.

§3º -A extensão máxima de muros que confrontam com vias públicas não poderá ser superior a 50% do comprimento de cada face individual de quadra. O restante da extensão deverá ser de material e solução construtiva que não ofereça bloqueio visual às vias públicas.

§4º - A restrição de acesso a que se refere o caput deste artigo não se aplica a Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, membros das Forças Armadas, e demais servidores públicos federais, estaduais e municipais, de qualquer esfera do Poder, desde que no exercício de suas funções.

§5º -Terão acesso facilitado os leituristas de consumo de luz, gás e água, os agentes fiscalizadores de Saúde Pública, recenseadores e demais agentes legais municipais, estaduais e federais que necessitem de acesso direto ao condomínio e aos condôminos, devidamente credenciados, apresentando os mesmos todos os documentos públicos de prova das condições de regularidade dos atos constatados.

Art. 56 -Para cada unidade habitacional projetada deverá ser prevista, no mínimo, uma vaga de estacionamento dentro da área da unidade autônoma e estacionamento de visitantes e serviços no interior do condomínio na proporção de uma vaga para cada 5 (cinco) unidades residenciais, podendo serem distribuídas ao longo das vias condominiais.

Art. 57 -Os Condomínios deverão apresentar a regulamentação dos seguintes Dispositivos de Controle das Edificações:

- I -Índice de Aproveitamento (IA);
- II - Quota Ideal mínima do terreno por economia;
- III - (QI), regime volumétrico;
- IV -Recuos para ajardinamento e viário;
- V - Taxa de Ocupação (TO);
- VI - Altura máxima das residências;

Art. 58 -As obras e serviços de reparos das áreas públicas situadas dentro do perímetro do condomínio somente poderão ocorrer mediante prévia aprovação e fiscalização de um profissional habilitado indicado pelo Poder Executivo Municipal.

Seção III Tributação

Art. 59 -Para efeito desta Lei, após a expedição do registro do condomínio, o Município procederá à individualização do Imposto Predial e Territorial Urbano com base na certidão do Cartório de Registro de Imóveis, devendo ser lançadas as demais taxas de serviços públicos.

Art. 60 - Os tributos municipais incidirão apenas sobre as unidades autônomas, excetuando-se as vias e logradouros de uso comum.

Capítulo V EXIGÊNCIAS PARA APROVAÇÃO DE PROJETOS DE PARCELAMENTO

Seção I Processo de Aprovação

Art. 61 - Qualquer modalidade de parcelamento do solo urbano ficará sujeita à aprovação prévia da Prefeitura, nos termos das disposições desta e de outras leis pertinentes.

Art. 62 -A tramitação dos processos de parcelamento do solo urbano compreende as seguintes etapas:

I - Consulta Prévia, onde podem ser requeridas diretrizes de parcelamento para a prefeitura, caso seja de interesse do empreendedor, devendo o Município fornecer as Diretrizes Gerais;

II - Apresentação de projeto à Prefeitura Municipal para Consulta de Viabilidade;

III - Expedição de Certidão de Viabilidade Urbanística;

IV - Expedição de Certidão de Viabilidade Ambiental;

V - Expedição de Licença Ambiental no órgão competente de acordo com as etapas: Licença Ambiental Prévia (LAP) para aprovação do projeto, Licença Ambiental de Instalação (LAI) para início das obras e Licença Ambiental de Operação (LAO) para ocupação e funcionamento do empreendimento;

VI -Prestação de garantia e Expedição de Alvará de Parcelamento;

VII - Termo de Vistoria;

VIII - Expedição de Alvará de Conclusão de Obra.

Parágrafo único. Em atenção ao disposto no Art. 8º da Lei 6.766/79, é dispensável a fase de requerimento de diretrizes neste Município.

Art. 63 -O Órgão Municipal Competente deverá obedecer aos seguintes prazos:

I - 30 (trinta) dias, para o fornecimento das diretrizes na consulta de viabilidade, a partir da data de protocolo do requerimento com todos os documentos exigidos;

II - 45 (quarenta e cinco) dias para examinar o anteprojeto, a partir do seu protocolo;

III - em caso de solicitação de modificações pelo Poder Público, 30 (trinta) dias para aprovação ou recusa do projeto definitivo, a partir do seu protocolo;

IV - quando da entrega do empreendimento, 30 (trinta) dias para a aceitação ou recusa fundamentada das obras de urbanização.

Parágrafo Único - O Órgão Municipal Competente somente ficará desobrigado do cumprimento dos referidos prazos em caso fortuito ou de força maior.

Seção II

Diretrizes para a Consulta Prévia

Art. 64 -Antes da elaboração do projeto, embora não seja uma fase obrigatória, o interessado poderá realizar Consulta Prévia que resulte em informações das Diretrizes Gerais pelo Município relativas a:

I - Uso e ocupação do solo;

II -Traçado do sistema viário e diretrizes;

III - Reserva de áreas destinadas a uso público, inclusive quanto a sua localização;

IV - Reserva de faixas não edificáveis;

V - Linhas sanitárias.

Art. 65 - O documento com as Diretrizes Gerais expedidas vigorará pelo prazo máximo de 2 (dois) anos, a contar da data de sua expedição, após o qual perderá automaticamente sua validade.

Art. 66 -Para a solicitação de diretrizes, o empreendedor deve apresentar requerimento específico e planta do imóvel à autoridade licenciadora.

§1º -O requerimento a que se refere o caput deste artigo deve ser instruído com:

I - Prova de propriedade da gleba ou lote, ou de direito para parcelar, conforme disposto nesta lei;

II - Certidão de matrícula da gleba ou lote, expedida pelo Serviço de Registro de Imóveis competente;

III - Planta do imóvel onde se pretende implantar o empreendimento.

§2º -A planta do imóvel deve estar georreferenciada e conter no mínimo:

I - As divisas da gleba ou lote, com indicação de suas medidas perimetrais e área, e das vias lindeiras ao seu perímetro;

II - As curvas de nível com espaçamento adequado à finalidade do empreendimento;

III - A localização dos cursos d`água, lagos, lagoas, reservatórios e nascentes, áreas de preservação permanente, áreas com vegetação significativa, árvores de porte isoladas e construções existentes na gleba ou lote;

IV - O tipo de uso predominante a que o parcelamento se destina e uma estimativa do número de unidades habitacionais, no caso de uso residencial.

Art. 67 -Deve ser comunicada à autoridade licenciadora qualquer alteração na situação jurídica da gleba ou lote objeto de análise para fins de formulação de diretrizes, obrigando à revisão das diretrizes formuladas.

Art. 68 -Será indeferida pela autoridade licenciadora a solicitação de diretrizes, declarando a impossibilidade de implantação do empreendimento, quando caracterizadas as seguintes situações:

I - inadequação do empreendimento com o plano diretor;

II - situação jurídica do imóvel que possa comprometer a implantação do empreendimento ou prejudicar os adquirentes de lotes ou unidades autônomas.

Art. 69 -Deferida a solicitação de diretrizes, a autoridade licenciadora deve formulá-las, indicando, no mínimo:

I - O traçado básico do sistema viário principal e diretrizes, no caso de loteamento;

II - A localização das áreas destinadas a uso público;

III - A localização das áreas com restrição ao uso e ocupação em razão da legislação federal, estadual ou municipal;

IV -As faixas não edificáveis;

V - Os usos admissíveis na gleba ou lote, com as respectivas localizações;

VI - Os requisitos a serem cumpridos para o licenciamento ambiental, se for o caso.

Art. 70 -Fica também dispensada a fase de fixação de diretrizes para casos de regularização de parcelamento consolidado.

Seção III

Projeto de Parcelamento

Art. 71 - O projeto de parcelamento deve ser elaborado em conformidade com Lei Federal nº 6.766/79 e suas alterações, e com as diretrizes formuladas pelo Município, quando solicitadas, considerando:

I - A valorização do patrimônio paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou espeleológico;

II - A previsão da execução das obras necessárias em sequência que impeça a instauração de processo erosivo e seu desenvolvimento;

III - A reposição da camada superficial do solo nas áreas que forem terraplanadas, com plantio de vegetação apropriada.

Art. 71 -O projeto pode contemplar em seu cronograma a implantação do parcelamento em etapas, as quais deverão ser fiscalizadas e vistoriadas pelo Poder Público.

Art. 72 -Os adquirentes de lotes ou unidades autônomas podem apresentar projetos de construção à autoridade municipal competente, ficando, porém, condicionada à expedição de Termo de Vistoria (total ou parcial), expedido pela Prefeitura, atestando a conclusão das obras da área total do parcelamento ou da área relativa à etapa concluída.

Art. 73 - Após a devida vistoria, é permitida a expedição de “Habite-se” nas áreas concluídas por etapas cujas obras já tenham sido concluídas.

Seção IV

Doação de Áreas Públicas ao Município

Art. 74 -Quando do interesse do Poder Público Municipal, as áreas verdes públicas e institucionais poderão ser definidas fora do perímetro da gleba onde for realizado o loteamento.

Art. 75 -As áreas públicas doadas ao Município poderão estar situadas em mais de um local, não podendo, porém, serem inferiores à área mínima de um lote conforme zoneamento.

Art. 76 -As áreas públicas a serem recebidas pelo Município deverão estar localizadas em zonas que contenham ao menos 02 (dois) dos requisitos mínimos descritos no Artigo 4º, inciso X, desta Lei;

Art. 77 -Se a zona onde for instituído o parcelamento já for suficientemente atendida, dentro de um raio de 03km (três quilômetros), por equipamentos urbanos e coletivos, as áreas de uso público poderão ser doadas em local diverso do empreendimento; ser substituídas por benfeitorias através de obras de infraestrutura; ou ser convertidas em moeda corrente nacional, desde que qualquer uma destas possibilidades seja de interesse do Município, baseando suas avaliações no valor venal do imóvel (área bruta) que seria reservado no local do empreendimento, antes da infraestrutura.

§ 1º -Consideram-se obras de infraestrutura:

- a) pavimentação asfáltica ou em bloco intertravado e meio fio;
- b) rede de iluminação pública;
- c) rede de água, esgoto cloacal e pluvial, conforme especificações do órgão competente;
- d) pavimentação de calçada em material não derrapante.

§2º - O valor a ser doado ao município deverá ser correspondente ao percentual reservado à área pública, avaliando-se a gleba no momento da aprovação do projeto em seu estado atual, sem benfeitorias.

§3º - Quando convertido em moeda corrente nacional, o pagamento poderá ser efetuado em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, com o primeiro vencimento 30 (trinta) dias após o registro do parcelamento do Cartório de Registro de Imóveis, utilizando-se o índice IGPM para a correção monetária, aplicando-se taxa de juros 1% (um por cento) ao mês em caso de inadimplemento e multa de 2% (dois por cento) por descumprimento, devendo ser firmado Termo de Compromisso para tanto.

Art. 78 - Os condomínios fechados deverão reservar o percentual mínimo de 35% (trinta e cinco por cento) da área loteável quanto à destinação de áreas públicas, consistentes da soma de arruamentos, áreas verdes e áreas institucionais, sendo que:

- I - As áreas institucionais deverão ser iguais, no mínimo, a 4% da área loteável;
- II - Áreas verdes públicas deverão ser iguais, no mínimo, a 8% da área loteável;
- III - O sistema viário deverá ser feito em pavimentação asfáltica ou intertravada.

§1º - as áreas públicas poderão ser situadas total ou parcialmente na parte interna ou externa do perímetro dos muros do condomínio, mediante aprovação do projeto paisagístico;

§2º - no caso de áreas públicas situadas externamente ao perímetro do muro do condomínio onde haja confrontação com estrada de rodagem, o início do seu cômputo se dará a partir da faixa de domínio desta;

§3º - quando as áreas públicas estiverem situadas externamente ao muro do condomínio e forem confrontantes à estrada de rodagem, o projeto do condomínio deverá contemplar

passeio nos padrões adotados pelo Município e sua manutenção deverá ser mantida pelos condôminos;

§4º - as áreas referidas no parágrafo primeiro poderão ser, total ou parcialmente, doadas ao Município em local distinto ao do empreendimento, onde haja ao menos dois dos requisitos mínimos de estrutura urbana dispostos no artigo 4º, inciso X, desta Lei, atentando-se às regras do Artigo 77, § 3º, quanto ao pagamento;

Seção IV

Conteúdo do Projeto de Loteamento

Art. 79 - O projeto urbanístico de loteamento deverá ser apresentado em 03 (três) vias impressas (conforme normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas) e 01 (uma) via digital na versão/plataforma solicitada pela Prefeitura, contemplando no mínimo:

I - Planta geral de localização, que compreenda a região onde o terreno estiver localizado, os logradouros vizinhos e o zoneamento previsto na respectiva lei;

II - Planta planialtimétrica, em escala adequada, indicando:

- a) Norte magnético e verdadeiro;
- b) Pontos de amarração ou de referência da obra;
- c) Cursos d'água, áreas alagadiças e mangues, se houver;
- d) Alinhamento das vias públicas existentes e respectivo gabarito;
- e) Edificações existentes;
- f) Subdivisão das quadras em lotes com as respectivas dimensões e numeração;
- g) Sistema de vias com a respectiva hierarquia e denominação provisória (rua a, b, etc.);
- h) Dimensões lineares e angulares do projeto, com raios, cordas, arcos, pontos de tangência e ângulos centrais das vias;
- i) Perfis longitudinais e transversais de todas as vias de circulação e praças;
- j) Marcos de alinhamento e nivelamento localizados nos ângulos das curvas e linhas projetadas;
- k) Todas as linhas de escoamento das águas pluviais e respectivas bocas de lobo, em planta e perfis;
- l) Praças e demais áreas públicas estabelecidas pela legislação vigente, observados os critérios mínimos previstos em lei;

m) Áreas de preservação permanente, faixas sanitárias e faixas não edificáveis estabelecidas pela legislação vigente;

n) Linhas de transmissão de energia e suas faixas de domínio se houver;

o) Áreas destinadas à instalação de bombas de recalque e reservatório de água, se houver;

p) Quadro resumo das diversas áreas indicadas no projeto, inclusive o número de lotes e quadras, áreas das vias públicas, dos espaços livres, dos espaços destinados a edifícios públicos e remanescentes loteáveis, e respectivos percentuais em relação à área total;

q) Coordenadas do perímetro da área total;

r) Outras informações que possam interessar a critério do órgão competente do poder executivo Municipal.

III - Memorial descritivo, especificando a destinação dos esgotos domésticos e a descrição das áreas públicas, se houver.

Art. 80 - Os projetos complementares deverão constar de:

I - Projeto detalhado de arruamento;

II - Projeto de rede de abastecimento de água aprovada pelo órgão competente;

III - Projeto de rede elétrica e de iluminação pública aprovado pelo órgão competente;

IV - Projeto de rede de esgotos e, quando necessário, de sistema de tratamento de efluentes aprovado pelo órgão competente;

V - Projeto de rede de escoamento das águas pluviais, dimensionadas conforme cálculo de vazão do trecho ou bacia contribuinte;

Art. 81 - Será necessária a apresentação de parecer do órgão público municipal competente ou sugerindo restrições, para os casos de empreendimentos que poderão gerar grandes impactos, tais como em terrenos:

I - Que resultem em lotes com área superior a 2.500,0 m² (dois mil e quinhentos metros quadrados);

II - Com presença de nascentes, cursos d'água, represas, qualquer recurso hídrico e vegetação arbórea significativa;

III - Localizados em sítios arqueológicos;

IV - Que constituam áreas alagáveis, aterradas com material nocivo à saúde pública, geomorfologicamente degradadas ou com declividade superior a 30% (trinta por cento).

Art. 82 - Todas as pranchas dos projetos deverão conter assinatura do proprietário e responsável técnico, anexada à respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

Seção V **Documentação**

Art. 83 - O interessado apresentará projeto de loteamento, que será analisado para efeito de liberação do Alvará de Parcelamento para início das obras.

Art. 84 - O pedido de aprovação de projeto de loteamento e autorização para início das obras será instruído com os seguintes documentos:

I - Requerimento solicitando autorização, assinado pelo proprietário ou pelo empreendedor;

II - Proposta de instrumento de garantia de execução das obras a cargo do empreendedor; mencionado no Artigo 104 da presente Lei que tratam da Responsabilidade do Empreendedor;

III - Certidão atualizada da matrícula da gleba, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis competente;

IV - Instrumento de alteração de uso do solo pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), quando for o caso;

V - Certidões negativas de tributos municipais;

VI - Declaração de possibilidade de abastecimento de água potável fornecida pelo órgão competente;

VII - Declaração da possibilidade de fornecimento de energia elétrica fornecida pelo órgão competente;

VIII - 03 (três) vias impressas dos projetos urbanísticos e complementares e 01 (uma) via digital na versão/plataforma solicitada pela Prefeitura, conforme estabelecido nos Artigos 79 e 80 desta Lei, caso tenham sido feitas alterações no anteprojeto;

IX - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos responsáveis técnicos pelo projeto e pela execução;

X - Autorização para corte da cobertura vegetal do terreno, expedida pelo órgão competente, quando for o caso.

Parágrafo único - Em casos de loteamento de parte do terreno, as plantas do projeto urbanístico deverão abranger a totalidade do imóvel.

Seção VI

Conteúdo do Projeto de Desmembramento

Art. 85 - O pedido de autorização para aprovação de projeto de desmembramento será instruído com os seguintes documentos:

I - Requerimento solicitando autorização, assinado pelo proprietário e/ou empreendedor;

II- Certidão atualizada da matrícula da gleba, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis competente;

III - Certidões negativas de tributos municipais, expedidos pelos órgãos competentes;

IV - 03 (três) vias impressas do projeto urbanístico em escalas adequadas (conforme normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas) e 01 (uma) via digital na versão/plataforma solicitada pela Prefeitura, contemplando no mínimo:

a) Rumos e distâncias das divisas;

b) Área resultante;

c) Indicação precisa dos lotes e vias confrontantes;

d) Indicação precisa de edificações existentes;

e) Indicação precisa da localização em relação às vias mais próximas.

V - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos responsáveis técnicos pelo projeto e pela execução;

VII - Memorial descritivo, especificando a destinação dos esgotos domésticos e a descrição das áreas públicas, se houver.

Seção VII

Conteúdo do Projeto de Condomínio Urbanístico

Art. 86 -Antes da elaboração do projeto de condomínio fechado, o interessado deverá solicitar ao Município a aprovação sob a forma de anteprojeto, apresentando para este fim, requerimento acompanhado, em duas vias, dos seguintes documentos:

I - comprovante de propriedade da gleba, acompanhado de autorização do proprietário para execução do empreendimento;

II - planta de situação/localização planimétrica e altimétrica do imóvel com a determinação exata de:

a) divisas do imóvel, com seus rumos, ângulos internos e distancias, além de estar inserido no contexto urbano;

b) curva nível com 1 (um) metro de equidistância e indicação da Referencia de Nível (RN) oficial a ser fornecida pela Prefeitura;

c)árvores frondosas, bosques, florestas e áreas de preservação;

d)nascentes, cursos d'água e locais sujeitos à erosão;

e) locais alagadiços ou sujeitos a inundações;

f) benfeitorias existentes;

g)identificação dos equipamentos comunitários e equipamentos urbanos, no local e adjacências, em um raio de 500 (quinhentos) metros partindo dos vértices do imóvel, com as respectivas distancias da área a ser utilizada;

h)servidões existentes, faixas de domínio de ferrovias e rodovias e faixas de segurança de linhas de transmissão de energia elétrica no local e adjacências, com as distancias da área a ser utilizada;

i) arruamentos adjacentes ou próximos, em todo o perímetro, com a locação exata dos eixos, larguras e rumos das vias de circulação e as respectivas distancias da área a ser utilizada;

j)cálculo da área total da gleba;

l)identificação do zoneamento existente no plano direto.

III - Para condomínios acima de 100 hectares, será exigido Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV).

Seção VIII

Aprovação dos Projetos de Loteamentos e Desmembramentos

Art. 87 - A implantação de parcelamento do solo para fins urbanos depende de análise e aprovação do projeto pelo Município, com a emissão da respectiva Licença Urbanística pela autoridade licenciadora, observando-se:

I - A exigência de licenciamento ambiental do parcelamento do solo para fins urbanos, pelo órgão ambiental competente;

II - Admite-se a exigência de renovação periódica da licença ambiental, a critério do órgão licenciador ambiental;

III - A licença ambiental do parcelamento não pressupõe a licença ambiental das obras e atividades a serem implantadas nos lotes ou unidades autônomas produzidos, a qual deve ser feita na forma da legislação ambiental, pelo órgão ambiental competente;

Art. 88 - Recebido o projeto, com todos os elementos e de acordo com as exigências desta Lei, a Prefeitura Municipal procederá ao exame das plantas e do memorial descritivo, podendo aceitar ou recusar a indicação das áreas a serem doadas ou dos lotes a serem caucionados e escolher outros, bem como exigir modificações que se façam necessárias.

Parágrafo único - A Prefeitura Municipal disporá de 45 (quarenta e cinco) dias para pronunciar-se quanto a aprovação, ou não, do projeto de loteamento, e 30 (trinta) dias para a aceitação ou recusa fundamentada das obras de urbanização.

Art. 89 - Poderá ser negada a aprovação de loteamento, subdivisão de terrenos ou abertura de via ou logradouro que se contraponham ao interesse público ou sacrifiquem o desenvolvimento e planejamento do Município.

Art. 90 - O Município poderá aprovar parcelamentos com as obras de infraestrutura incompletas ou parciais, desde que o empreendedor ofereça como garantia de sua execução, imóvel a ser caucionado, em valor correspondente ao das obras a serem executadas, conforme avaliação do órgão competente.

Art. 91 -Aprovada toda a documentação, o Setor de Projetos expedirá Certidão de Viabilidade Urbanística e o Setor de Meio Ambiente expedirá Certidão de Viabilidade Ambiental.

Seção IX

Aprovação dos Projetos de Remembramentos

Art. 92 - Nos casos de remembramento, o proprietário do imóvel deverá requerer a aprovação do respectivo projeto, devendo para tal fim anexar, em seu requerimento, os seguintes documentos:

I - Título de propriedade dos imóveis, sem cláusula restritiva quanto a sua alienabilidade, comprovada através de Certidões do Registro de Imóveis;

II - Certidão negativa da Fazenda Municipal referente aos imóveis;

III - 03 (três) vias impressas do Projeto de Remembramento em escalas adequadas (conforme normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas) e 01 (uma) via digital na versão/plataforma solicitada pela Prefeitura, contemplando no mínimo:

a) As divisas dos imóveis perfeitamente definidas e traçadas;

b) Localização de cursos d'água, lagoas e represas, áreas sujeitas à inundações, bosques, construções existentes;

c) Orientação do norte verdadeiro e magnético, dia, mês e ano do levantamento topográfico realizado;

d) Arruamento vizinho a todo imóvel, com suas respectivas distâncias;

e) Planta de situação anterior e posterior ao remembramento que pretende efetuar, contendo as identificações do(s) lote(s), dimensões lineares e angulares, raios, cordas, pontos de tangência, ângulo central, rumos e outras indicações necessárias para análise do projeto;

f) Quadro estatístico de áreas;

g) Outras informações que possam interessar, a critério do órgão competente do poder executivo municipal.

IV - Anotação de Responsabilidade Técnica perante o CREA;

V - Memoriais descritivos do(s) lote(s).

Seção X

Aprovação dos Projetos de Condomínio Urbanístico

Art. 93 -Após a análise prévia e aprovação do anteprojeto, o interessado solicitará a aprovação final do condomínio fechado de lotes à Prefeitura Municipal, anexando os seguintes documentos:

I - Projeto geométrico apresentado através dos seguintes elementos:

a) 03 (três) vias impressas em escalas adequadas (conforme normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas);

b) 01 (uma) via digital na versão/plataforma solicitada pela Prefeitura.

II - Memorial descritivo, contendo obrigatoriamente:

a) denominação do condomínio fechado;

b) descrição sucinta do condomínio com suas características e fixação das zonas a que pertence a gleba;

c) indicação das áreas comuns que passarão ao domínio dos condôminos, com suas respectivas áreas mensuradas;

d) condições urbanísticas do condomínio e as limitações que incidem sobre as unidades autônomas e suas construções;

e) limites e confrontações, área total do condomínio, área total das unidades autônomas, área do sistema viário, dos espaços livres de uso comum com suas respectivas percentagens;

f) unidades autônomas caucionadas como garantia de execução dos serviços de infraestrutura;

g) a descrição sucinta do sistema de destinação final dos esgotos sanitários;

h) projeto de pavimentação dos passeios das vias de circulação e áreas de uso comum;

i) cálculo da fração ideal da instituição do condomínio (fração da área total/unidades autônomas/áreas comuns);

j) nas áreas de uso comum destinadas a: esporte, lazer, reunião, sanitários, deslocamento (calçadas) e a serviços;

l) o projeto deverá obedecer ao previsto na NBR 9050, quanto a acessibilidade universal, inclusive a colocação do mobiliário e equipamentos urbanos.

III - Projetos complementares aprovados pelas concessionárias dos respectivos serviços públicos, apresentados em 03 (três) vias impressas em escalas adequadas (conforme normas da ABNT) e 01 (uma) via digital na versão/plataforma solicitada pela Prefeitura, a saber:

a) projeto completo, com dimensionamento, detalhes e especificações de todos os elementos do sistema de drenagem de águas pluviais e seus complementos, bem como, projeto de prevenção ou combate à erosão, quando necessário;

b) projeto completo, com dimensionamento, detalhes e especificações de todos os elementos do sistema de abastecimento de água potável e, quando necessário, com o projeto de captação, tratamento e preservação;

c) projeto completo, com dimensionamento, detalhes e especificações de todos os elementos do sistema de drenagem pluvial;

d) projeto completo, com dimensionamento, detalhes e especificações de todos os elementos do sistema de distribuição de energia elétrica e de iluminação;

e) projeto completo, com dimensionamento, detalhes e especificações de todos os elementos das obras de pavimentação dos acessos;

f) projeto completo de arborização de todo o empreendimento;

g) projeto de viabilidade do destino do esgoto sanitário e do pluvial.

IV - Licença Prévia (LP) do empreendimento, emitida pelo órgão ambiental competente;

V - Licença de Instalação (LI) do empreendimento, emitida pelo órgão ambiental competente.

VI - certidão atualizada de inteiro teor do terreno, expedida pelo Registro de Imóveis competente;

VII - certidões negativas de impostos municipais, estaduais e federais, relativos ao imóvel;

VIII - certidão negativa de ações reais referentes ao imóvel, expedida com no máximo 30 (trinta) dias;

IX - certidão negativa de ações penais relativas ao crime contra o patrimônio e contra a Administração Pública, referente ao empreendedor ou empresa empreendedora e seus sócios;

X - documentação de identificação e caracterização do proprietário do condomínio urbanístico;

XI - cronograma físico de execução dos serviços e obras de infraestrutura exigidos;

XII - orçamento dos serviços e obras de infraestrutura exigidos;

XIII - discriminação dos bens ou instrumentos oferecidos em garantia da execução dos serviços e obras de infraestrutura;

XIV - modelo do contrato de compromisso de compra e venda das unidades autônomas;

XV - comprovantes de pagamento das taxas municipais, quando exigidas.

Art. 94 -Os projetos dos equipamentos urbanos a serem executados pelo interessado, referentes a abastecimento de água, esgoto e energia elétrica, deverão estar previamente aprovados pelos órgãos competentes.

Art. 95 - A aprovação dada pelo Município ao projeto de lotes ficará condicionada à assinatura de termo de compromisso, no qual o interessado se obrigará a:

a) executar, às suas expensas, no prazo fixado pelo cronograma de obras apresentado pelo empreendedor, todas as obras constantes dos projetos aprovados, com prazo máximo de 04 (quatro) anos, o qual poderá ser anualmente renovado;

b) executar e colocar os marcos de alinhamento e nivelamento, segundo localização e padrão definidos pelo Município;

c) permitir e facilitar a fiscalização permanente da Prefeitura durante a execução das obras e serviços;

d) durante a construção do condomínio a Prefeitura admitirá a aprovação e execução de residências, condicionando a expedição de "Habite-se" ao cumprimento das exigências fixadas.

Art. 96 -Todas as obras, coletivas ou individuais, que vierem a ser edificadas no condomínio deverão ser previamente submetidas à aprovação pelo setor competente do Município, aplicando-se a elas o regime urbanístico do empreendimento e as normas válidas

para construções naquela região, seguindo o que determina o Código de Obras e legislação vigente.

Seção XI

Emissão das Certidões de Viabilidade Urbanística e Ambiental

Art. 97 - Após a aprovação do projeto, a Prefeitura Municipal expedirá Certidão de Viabilidade Urbanística, emitida pelo seu Setor de Projetos, e Certidão de Viabilidade Ambiental, emitida pelo Setor de Meio Ambiente, juntamente com cópia visada do projeto.

Seção XII

Emissão de Licença Ambiental

Art. 98 - De posse da Certidão de Viabilidade Ambiental e de cópia visada do anteprojeto urbanístico pela Prefeitura Municipal, o interessado deverá realizar o seu protocolo no órgão ambiental competente para que seja procedido o pedido de expedição de:

- I - Licença Ambiental Prévia (LAP) para aprovação do projeto;
- II - Licença Ambiental de Instalação (LAI) para início das obras;
- III - Licença Ambiental de Operação (LAO) para ocupação e funcionamento do empreendimento;

Seção XIII

Emissão de Alvará de Parcelamento

Art. 99 - Aprovado o projeto de parcelamento, a Prefeitura Municipal expedirá Alvará de Parcelamento no qual deverão constar:

- I - nome do empreendimento;
- II - nomes da(s) firma(s) executora(s) e consultora(s), se houver;
- III - localização do empreendimento;
- IV - número de quarteirões e lotes aprovados;
- V - destinação do empreendimento;
- VI - assinatura do responsável técnico pelo acompanhamento das obras e do responsável pelo órgão público municipal competente;

VII - informações detalhadas de cunho urbanístico e ambiental;

VIII - descrição de áreas verdes, públicas, de preservação permanente e arruamentos;

IX - informações detalhadas relativas às vedações urbanísticas e ambientais, se houverem, contemplando o(s) tamanho(s), espécie(s) e estágio(s) de regeneração da(s) APP(s), quando existente(s). Quando ausentes, atestar a sua inexistência;

X - informações sobre infraestrutura geral, sistemas de lazer e equipamentos urbanos, quando existentes;

XI - descrição de como se dará o caucionamento do empreendimento;

XII - informações sobre a apresentação de documentos comprobatórios da viabilidade técnica e econômica da prestação de serviço pelas concessionárias de luz, água, esgoto e coleta de lixo;

XIII - descrição de como será a doação das áreas públicas ao Município;

XIV - quando implantado por etapas, as suas descrições;

XV - prazo para conclusão;

XVI - em condomínios, autorização para construção de muros e controle de acesso à área;

XVII - identificação do órgão responsável pela fiscalização.

Art. 100 - Não serão fornecidos alvarás de licença para construção, reforma ou demolição em lotes resultantes de parcelamentos não aprovados pelo Município.

Art. 101 -Expedido o alvará de licença para o início das obras, o empreendedor poderá dar início às mesmas.

Parágrafo Único - As atualizações das aprovações do parcelamento do solo urbano deverão obedecer a legislação da época.

Art. 102 -O prazo para execução das obras do projeto será o constante no cronograma aprovado, sob pena de caducidade, não podendo este ser superior a 04 (quatro) anos, contados a partir da data da autorização, o qual poderá ser anualmente renovado.

Parágrafo único. O empreendedor que não cumprir o prazo disposto no caput deste artigo ficará sujeito à multa estabelecida no Artigo 148, inciso III desta Lei, até a conclusão da obra.

Art. 103 -O Alvará, juntamente com cópia visada do projeto pela Prefeitura, deverão ser levados a registro no Cartório de Registro de Imóveis pelo interessado no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo único - Caso o registro não seja efetuado no prazo do *caput*, a aprovação será considerada sem efeito.

Seção XIV **Caucionamento**

Art. 104 - É obrigatória, para a execução de loteamento e condomínio, a prestação de caução.

§1º- No ato de recebimento do Alvará de Parcelamento após a aprovação do projeto pela Prefeitura, o interessado assinará Termo de Compromisso, ao qual deve estar anexado proposta de instrumento de garantia de execução das obras a seu cargo.

§2º- O instrumento de garantia de execução das obras a cargo do empreendedor, referido no parágrafo anterior, correspondente ao valor orçado para as obras de implantação do empreendimento, pode ser representado por alguma das seguintes hipóteses:

I - hipoteca de lotes ou unidades autônomas no próprio empreendimento, com o devido registro na matrícula dos imóveis dados em garantia;

II - hipoteca de outros imóveis;

III - fiança bancária ou pessoal;

IV - depósito ou caução de títulos da dívida pública;

V - seguro garantia;

VI - qualquer outra espécie de garantia prevista em lei.

§3º O instrumento de caução deverá conter Cláusula de Correção Monetária e seu prazo deverá ser de mínimo o previsto no cronograma das obras, acrescido de 12 (doze) meses. Sendo necessário, na emissão do alvará de urbanização, poderá ser exigida a renovação da caução, com prazo de validade mínima ao do cronograma, acrescido de 6 (seis) meses.

§4º Ficam dispensados do instrumento de garantia os parcelamentos e desmembramentos com menos de 10 (dez) unidades.

Seção XV **Fiscalização**

Art. 105 - A fiscalização será exercida em todas as etapas, desde as discriminações dos serviços de ordem técnica, até as fases de execução e entrega das obras de infraestrutura.

Art. 106 - Todas as solicitações da fiscalização deverão ser atendidas, sob pena de embargo da obra ou serviço, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Art. 107 - A construção de equipamentos que não estiver em conformidade com o projeto aprovado acarretará no embargo das obras, as quais poderão continuar após o devido reparo de tudo que tiver sido executado irregularmente.

Art. 108 - O descumprimento das exigências contidas no termo de embargo, no prazo prescrito, implicará na aplicação de multa e interrupção da obra ou serviço.

Seção XVI **Modificações**

Art. 109 - Qualquer modificação no projeto ou na execução deverá ser submetida à aprovação do Município a pedido do interessado e acompanhada dos seguintes documentos:

- I - requerimento solicitando a modificação;
- II - memorial descritivo da modificação;
- III - três vias de cópias do projeto de modificação.

Seção XVII **Entrega das Obras e Termo de Vistoria**

Art. 110 - Uma vez realizadas as obras e estando quitados os tributos municipais, a requerimento do interessado, a autoridade licenciadora realizará a devida vistoria do empreendimento, podendo aprová-lo ou requerer exigências.

§1º - A manifestação da autoridade licenciadora deve se dar mediante expedição de Termo de Vistoria.

§2º - Todas as eventuais exigências oriundas da vistoria devem ser comunicadas pela autoridade licenciadora de uma única vez ao empreendedor.

§3º - A apresentação de exigências pela autoridade licenciadora suspende o prazo previsto para o recebimento das obras, que retoma seu fluir depois de cumpridas as exigências pelo empreendedor.

Art. 111 - Na entrega das obras, exige-se que as quadras, lotes ou as unidades autônomas do parcelamento estejam devidamente demarcadas, admitindo-se a tolerância de 5% (cinco por cento) em relação às medidas lineares previstas no projeto.

§1º - Havendo diferença de medida, ainda que dentro do limite de tolerância, o empreendedor deve providenciar a devida retificação no Serviço de Registro de Imóveis, sem prejuízo das consequências contratuais.

§2º - No caso da diferença ser superior ao limite de tolerância, a retificação depende de revisão da licença urbanística.

§3º - A Prefeitura Municipal não se responsabilizará pelas diferenças que se verificarem tanto nas áreas como nas dimensões e forma dos lotes e quarteirões indicados no projeto aprovado.

§4º - A responsabilidade pelas diferenças constatadas entre as dimensões existentes nos lotes e a planta aprovada, ou pelos custos de compatibilização das ruas com o sistema viário existente ou planejado será exclusivamente do empreendedor.

Art. 112 -Após a conclusão total das obras do parcelamento ou da etapa concluída, será emitido Termo de Vistoriacertificando a sua completa execução e declarando a habitabilidade do local do empreendimento e de seus equipamentos.

§1º -As baixas das garantias deverão ser procedidas após a conclusão total do empreendimento;

§2º - Nos parcelamentos implantados por etapas, é permitida a expedição de licenças de construção de residências ou comércios nas áreas onde já tenha sido emitido o Termo de Vistoria;

§3º - Os lotes dados em garantia da etapa concluída poderão ser substituídos por outros lotes da(s) etapa(s) seguinte(s) ou por outras formas do Artigo 104, § 2º, mediante aprovação do Município.

Art. 113 -Para emissão do Termo de Vistoria será exigida a apresentação dos seguintes documentos:

I - Termo de Recebimento das concessionárias de água, esgoto e iluminação pública;

II - Termo de Recebimento do órgão responsável pela vistoria ambiental;

III - Laudo da firma executora atestando a qualidade da obra e que a mesma foi executada conforme os respectivos projetos;

IV - Comprovante de recolhimento da Taxa de Fiscalização de Obras Particulares.

Art. 114 -O interessado deverá solicitar a averbação no Cartório de Registro de Imóveis do Termo de Vistoria e de cópia visada do projeto pela prefeitura, no prazo máximo de 720 (setecentos e vinte) dias.

Capítulo VI **RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES**

Seção I **Responsabilidades do Empreendedor**

Art. 115 - É de responsabilidade do empreendedor:

I - Executar as obras de infraestrutura de acordo com cronograma dos projetos apresentados e aprovados ou modificados pela Prefeitura Municipal;

II - Fazer constar dos compromissos de compra e venda de lotes a condição de que os mesmos só poderão receber construções depois de executadas as obras previstas no item anterior, mediante Termo de Vistoria expedido pela Prefeitura Municipal;

III - Facilitar a fiscalização permanente da Prefeitura durante a execução das obras e serviços.

Art. 116 - Será exigida, em todos os loteamentos liberados para a execução das obras de infraestrutura, a instalação de placa com dimensões mínimas de 2 (dois) por 3 (três) metros, fixada em local visível, contendo:

I - Nome do empreendimento;

II - Nome do responsável pelo empreendimento;

III - Nome e número do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) do responsável técnico;

IV - Número do alvará de licença para a execução de obras, fornecido pelo Município;

Seção II

Obrigações e Responsabilidades em Condomínios

Art. 117 -O empreendedor e os proprietários das unidades autônomas do condomínio fechado, ficarão responsáveis pela execução, manutenção e conservação das obras de infraestrutura, tais como: rede de energia elétrica, água e esgoto, pavimentação, meio-fio, portais, muros e cercas, áreas de uso comum e da infraestrutura complementar interna, e ainda, pelo pagamento da conta de consumo de energia elétrica do empreendimento.

Art. 118 -Cabe aos condôminos a manutenção do sistema de circulação, das áreas destinadas a uso comum dos condôminos e da infraestrutura complementar interna dos condomínios urbanísticos, a partir do registro da instituição do condomínio no Registro de Imóveis, responsabilizando-se o empreendedor pelos custos relativos às unidades ainda não alienadas.

Art. 119 -Será obrigatória a execução, por parte do proprietário da gleba destinada ao Condomínio Horizontal Fechado, das seguintes obras e equipamentos urbanos:

I - abertura das vias de circulação com pavimentação;

II - obras destinadas ao escoamento de águas pluviais, inclusive galerias, guias, sarjetas, bocas de lobo e canaletas, conforme normas, padrões técnicos e exigências legais;

III - construção de sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário e/ou estação compacta de tratamento de esgoto, de acordo com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, da Vigilância Sanitária e do Código de Obras e Edificações do Município;

IV - obras de contenção de taludes e aterros, destinadas a evitar desmoronamentos e o assoreamento de águas correntes, conforme normas e padrões técnicos dos órgãos competentes e exigências legais;

V - construção de rede de energia elétrica e iluminação, conforme normas e padrões técnicos exigidos pelo órgão, entidade ou empresa concessionária do serviço público de energia elétrica;

VI - obras e serviços destinados ao tratamento paisagístico das vias e logradouros, conforme normas e padrões técnicos dos órgãos competentes e exigências legais;

VII - construção de sistema de abastecimento de água potável, conforme normas e padrões técnicos exigidos pelo órgão competente;

VIII - deverá ser urbanizada a testada principal dos Condomínios.

§1º - A execução das obras previstas no *caput* bem como as obras de construção das unidades residenciais ou qualquer tipo de obra relacionada à construção civil será, necessariamente, vistoriada pela fiscalização do respectivo órgão competente.

§2º - Os equipamentos e os serviços urbanos aprovados serão mantidos exclusivamente pelo condomínio.

Art. 120 - As obras de acesso direto à entrada dos condomínios, tais como anéis, rotatórias, canteiros e alargamentos serão custeadas pelo empreendedor ou por este executadas sob licença do Poder Público.

Art. 122 - Após a aprovação e constituição jurídica do Condomínio Urbanístico, ficarão sob a sua exclusiva responsabilidade, com relação a suas áreas internas, os seguintes serviços:

I - coleta de lixo domiciliar, devendo seguir padrões de coleta seletiva em caçambas apropriadas e sua destinação final deverá ser feita em área a ser especificada pelo Município;

II - manutenção das obras para abastecimento de água potável, no caso do mesmo não ser efetuado pelo órgão competente, drenagem pluvial, esgoto sanitário, arborização, pavimentação e aterros;

III - manutenção e operação da estação de tratamento de esgoto, se for o caso;

IV - manutenção de todas as obras destinadas a implantação de área comum dentro do condomínio.

Seção III

Responsabilidades do Poder Público

Art. 123 - É responsabilidade do Poder Público ou de seus concessionários ou permissionários:

I - A implantação dos elementos de infraestrutura complementares não exigidos do empreendedor, nos loteamentos e desmembramentos;

II - A operação e a manutenção da infraestrutura básica e complementar, nos loteamentos e desmembramentos e das áreas destinadas a uso público nos parcelamentos.

§1º - A implantação, operação e manutenção dos equipamentos comunitários a cargo do Poder Público devem respeitar as orientações específicas das licenças urbanística e ambiental, bem como as diretrizes das respectivas políticas setoriais.

§2º - Passam à responsabilidade do Poder Público a partir da averbação do termo de vistoria e recebimento de obras, a operação e a manutenção da infraestrutura básica e complementar das áreas destinadas a uso público.

§3º - Passam à responsabilidade do Poder Público a partir da averbação do termo de vistoria e recebimento de obras, a operação e a manutenção da infraestrutura básica e complementar das áreas destinadas ao uso público, externas a condomínios.

§4º - É responsabilidade do Poder Público ou de seus concessionários ou permissionários disponibilizar os pontos de conexão necessários para a implantação dos elementos de infra-estrutura básica ou complementar na área interna do parcelamento, a ser efetuada pelo empreendedor.

Art. 124 -Admite-se a contratação de parceria público-privada, nos termos da lei, para o cumprimento das exigências previstas neste Capítulo.

Art. 125 - O Poder Público ou os concessionários devem reembolsar o custo de obras de sua competência se executadas pelo empreendedor, quando de sua transferência ao Poder Público, na forma do contrato.

Capítulo VII RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Art. 126 - Para efeito desta Lei, somente profissionais legalmente habilitados poderão assinar como responsáveis técnicos qualquer documento, projeto ou especificação a ser submetido ao órgão competente da municipalidade.

Parágrafo Único - A responsabilidade técnica pelos serviços de projeto cálculo e especificação caberá ao autor do projeto; e pela execução das obras ao responsável pela execução.

Capítulo VIII CONTRATOS

Art. 127 -A alienação dos lotes ou unidades autônomas pode ser contratada por qualquer uma das formas previstas em Lei Federal, sendo vedada cláusula de arrendimento nos contratos preliminares, sob pena de considerar-se não escrita.

Art. 128 -Os contratos de alienação dos lotes ou unidades autônomas são regidos por disposições específicas a cada contratação, em cláusulas padronizadas, que devem conter as seguintes indicações:

I - nome, nacionalidade, RG, CPF, e residência dos contratantes em caso de pessoa física e razão social, CNPJ e endereço, em caso de pessoa jurídica;

II - denominação e situação do loteamento, número e data da inscrição, constando o número do registro do loteamento, desmembramento ou condomínio, a matrícula do imóvel e a identificação do Cartório de Registro de Imóveis competente;

III - descrição do(s) lote(s) objeto do compromisso, sua área, confrontações e outras características;

IV - preço, prazo, vencimentos, forma e local de pagamento, bem como a importância do sinal;

V - taxa de juros incidentes sobre o débito em aberto e sobre as prestações vencidas e não pagas, se mensais ou anuais, se nominais ou efetivas, o seu período de incidência e o sistema de amortização;

VI -cláusula penal, nunca excedente a 10% (dez por cento) do débito e só exigível nos casos de intervenção judicial ou de mora superior a 3 (três) meses;

VII - os índices de correção monetária aplicáveis ao contrato e, quando houver pluralidade de índices, o período de aplicação de cada um;

VIII - indicação sobre a quem incumbe o pagamento dos impostos e taxas incidentes sobre o lote compromissado;

IX - as consequências do desfazimento do contrato, seja mediante distrato, seja por meio de resolução contratual motivada por inadimplemento de obrigação do adquirente ou do loteador, com destaque negrito para as penalidades aplicáveis e para os prazos para devolução de valores ao adquirente;

X - o valor referente à corretagem, suas condições de pagamento e a identificação precisa de seu beneficiário;

XI - declaração das restrições urbanísticas convencionais do loteamento, supletivas da legislação pertinente;

XII- as informações acerca da possibilidade do exercício, por parte do adquirente do imóvel, do direito de arrependimento previsto no art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), em todos os contratos firmados em stands de vendas e fora da sede do loteador ou do estabelecimento comercial;

XIII - o prazo para quitação das obrigações pelo adquirente após a obtenção do termo de vistoria de obras, se houver;

XIV - informações acerca dos ônus que recaiam sobre o imóvel;

XV - o termo final para a execução do projeto de parcelamento e a data do protocolo do pedido de emissão do termo de vistoria de obras.

Art. 129 - A alienação de imóvel parcelado caracteriza-se como uma relação de consumo, submetendo-se à Lei Federal 8.078, de 11 de setembro de 1990, e à Lei Federal 6.766, de 19 de dezembro de 1979 e suas alterações.

Art. 130 -Nos termos da Lei Federal, o contrato preliminar, desde que registrado, vale como título para o registro da propriedade do lote ou unidade autônoma adquiridos, quando acompanhado da respectiva prova de quitação.

Art. 131 -As questões de insolvência ou de falência, bem como cessão, são regidas pela Lei Federal nº 6.766/79 e suas alterações.

Art. 132 -O registro do compromisso de venda, cessão ou promessa de cessão só pode ser cancelado:

I - Por decisão judicial;

II - A requerimento conjunto das partes contratantes;

III - Quando houver rescisão comprovada do contrato.

Art. 133 -Com a certidão expedida pelo Serviço de Registro de Imóveis competente atestando que o contrato está quitado, o Poder Público, a requerimento do adquirente, deve fazer a transferência do lançamento dos impostos e taxas incidentes sobre o lote ou unidade autônoma para o nome do adquirente.

Capítulo IX PARCELAMENTOS ILEGAIS

Art. 134 -Serão considerados parcelamentos ilegais e sujeitos à regularização nos termos da legislação vigente:

I - Parcelamento licenciado e não registrado;

II - Parcelamento não licenciado e clandestino;

III - Parcelamento que não atenda a destinação de áreas públicas, nos termos desta lei;

Art. 135 - Ocorrendo a execução de parcelamento licenciado, mas não registrado, a localização, dimensão e finalidade das áreas destinadas a uso público não podem ser alteradas, sob pena de aplicação das sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis.

§1º - Na hipótese de execução de parcelamento não licenciado, a autoridade licenciadora deve definir, no processo de regularização fundiária, a localização, dimensão e finalidade das áreas de que trata o caput deste artigo.

§2º - Caso não seja possível alcançar o percentual de áreas destinadas a uso público exigido por lei municipal, o empreendedor deve ressarcir o Município, em área equivalente, no dobro da diferença entre o total das áreas públicas exigidas e as efetivamente destinadas ou o custo referente ser destinado ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

Art. 136 - A Prefeitura poderá promover notificação do empreendedor sobre a necessidade do registro do loteamento e, conseqüentemente, da necessidade de regularização do mesmo para torná-lo capaz de ser registrado, sendo esta notificação feita pessoalmente ao notificado, que deverá assinar comprovante do recebimento.

Art. 137 - O empreendedor que parcelar sem autorização do Município ou em desacordo com o projeto aprovado, além das multas previstas nesta lei, será obrigado a reparar os danos ambientais provenientes de escavações e quaisquer outras obras ou serviços executados no imóvel.

§1º - O órgão municipal competente estipulará o prazo que não excederá a 180 dias para o proprietário regularizar o loteamento e iniciar as obras de reparação, nos termos do caput deste artigo, após análise de cada caso concreto.

§2º - Havendo parte do loteamento ou ruas em condições de serem aprovadas, poderá ser efetuada a aprovação parcial.

§3º - Findo o prazo concedido ao loteador sem que este tenha tomado as providências exigíveis, será facultado aos adquirentes dos terrenos ou lotes irregulares fazer a regularização e solicitar a aprovação do loteamento, e as taxas devidas serão distribuídas entre os proprietários da área beneficiada e arrecadadas juntamente com o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do ano subsequente.

Art. 138 - Todos os atores envolvidos, como empreendedor, Poder Público, condôminos, autoridade licenciadora, estão obrigados a esta lei, bem como à Lei Federal pertinente, sem prejuízo das normas ambientais e de proteção ao Consumidor.

Art. 139 - A regularização fundiária efetivada nos termos da Lei, posterior ao parcelamento, ou a celebração de termo de ajustamento de conduta, não extinguem a punibilidade.

Parágrafo único - Lei Municipal específica regulamentará a Regularização Fundiária no Município, até então será atendida a Lei Federal n° 13.465/17 e demais Leis pertinentes.

Art. 140 - Não serão objeto de indenização em caso de desapropriações, as benfeitorias ou construções realizadas em parcelamentos irregulares, nem se considerarão como terrenos parcelados, ou parceláveis, para fins de indenização, as glebas parceladas sem a devida autorização.

TÍTULO III REGISTRO DO PARCELAMENTO

Art. 141 - O empreendedor deve requerer o registro do parcelamento no Cartório de Registro de Imóveis dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar a partir da data de aprovação do projeto, sob pena de caducidade das respectivas licenças, acompanhado dos seguintes documentos:

I - Título de propriedade da gleba ou lote,

II - Histórico dos títulos de propriedade do imóvel, abrangendo os últimos 20 (vinte) anos, acompanhado das respectivas certidões expedidas pelo Oficial do Registro de Imóveis;

III - Certidões negativas nos termos da Lei;

IV - Cópias autênticas de:

a) Licenças urbanísticas e ambiental do parcelamento;

b) Projeto;

c) Memorial descritivo e do cronograma físico;

d) Instrumento de garantia de execução das obras a cargo do empreendedor.

V - Cláusulas padronizadas que regem os contratos de alienação dos lotes ou unidades autônomas;

VI - Autorização do cônjuge do empreendedor ao parcelamento, salvo no caso de separação total de bens, no caso de pessoa física;

VII - Instrumento de instituição e convenção do condomínio urbanístico.

§1º - Se o empreendedor não for o proprietário do imóvel, serão exigidos:

I - Certidões de ações penais e cíveis condenatórias nos termos da lei;

II - Autorização do cônjuge do proprietário do imóvel, ou do promitente comprador, ou cessionário, ou promitente cessionário, conforme o caso;

III - Declaração do proprietário do imóvel dando anuência ao empreendimento, e responsabilizando-se, no caso de rescisão de contrato com o empreendedor, pelas obrigações assumidas;

IV - Contrato de parceria firmado nos termos desta lei;

§2º - Na hipótese de o empreendedor ser o Poder Público, fica dispensado a apresentação:

I - Das certidões e a autorização de que trata o inciso II deste artigo;

II - Dos documentos constantes nos incisos I e II deste artigo, no caso de imóvel desapropriado por interesse social com prévia imissão de posse registrada na matrícula.

Art. 142 -A partir do registro do parcelamento, as áreas destinadas ao uso público, constante do projeto, passam a integrar o domínio do Município, sem ônus para este, independentemente de qualquer instrumento de sua outorga.

§1º -O disposto no caput se aplica também aos parcelamentos do solo para fins urbanos efetuados sobre imóveis de propriedade da União ou do Estado, condicionando-se a apresentação de termo de anuência destes.

§2º - Na hipótese de o Município dar outra destinação ao imóvel, retirando-lhe o uso público, o domínio das áreas afetadas ao uso comum do povo reverte à União ou ao Estado, através do termo de reversão da titularidade dominial, expedido pela autoridade federal ou estadual.

Art. 143 -Quando da conclusão das obras, o interessado deverá solicitar a averbação no Cartório de Registro de Imóveis do Termo de Vitoria e de cópia visada do projeto pela prefeitura, no prazo máximo de 720 (setecentos e vinte) dias.

Art. 144 -O registro do parcelamento só pode ser cancelado por decisão judicial:

I - A requerimento do empreendedor, se não houver lotes ou unidades autônomas vendidos, com a anuência da autoridade licenciadora;

II - A requerimento do empreendedor, em conjunto com todos os adquirentes de lotes ou unidades autônomas, com anuência da autoridade licenciadora;

Art. 145 -Nenhum imóvel pode ser alienado sem antes estar devidamente matriculado no Serviço de Registro de Imóveis, bem como, não podem ser objeto de alienação partes destacadas de terreno, sem antes ter sido o imóvel devidamente parcelado ou regularizado nos termos desta lei.

Art. 146 -As áreas a serem transferidas ao Município passarão a integrar o domínio do Município no ato do registro do loteamento, sem ônus para este.

TÍTULO IV PENALIDADES

Art. 147 -Os infratores da presente lei estarão sujeitos às penalidades impostas por infrações administrativas contra a Ordem Urbanística, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis, em especial as previstas na Lei Federal nº 6.766/79 e suas alterações, bem como da obrigação de reparar os danos causados à ordem urbanística e a terceiros.

Parágrafo único - As multas estipuladas nesta lei serão corrigidas anualmente pelo IGPM ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo.

Art. 148 -Consideram-se infrações:

I - Dar início, de qualquer modo, ou efetuar parcelamento do solo para fins urbanos sem observância das determinações constantes da licença urbanística:

PENA - Multa de 5.000 (cinco mil) UFM (Unidade Fiscal Municipal) e embargo do empreendimento.

II - Vender lotes ou unidades autônomas antes do registro do loteamento ou do condomínio no Cartório de Registro de Imóveis competente.

PENA - Multa de 1.000 (um mil) UFM (Unidade Fiscal Municipal) por lote ou unidade autônoma vendida.

III - Deixar de cumprir, injustificadamente, o prazo de conclusão total da implementação do parcelamento.

PENA - Multa de 5.000 (cinco mil) UFM (Unidade Fiscal Municipal).

Parágrafo único - Persistindo a irregularidade, o valor passará a ser aplicado em dobro da última autuação.

Art. 149 - Sem prejuízo da punição de outros agentes públicos envolvidos e da aplicação de outras sanções cabíveis, o agente público incorre em improbidade administrativa, nos termos da Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992, quando estimular, permitir ou omitir-se em relação a:

I - Parcelamentos do solo para fins urbanos efetivados em desacordo com esta Lei;

II - Ocupações informais ou irregulares do solo urbano.

III - Expedir:

a) Licença urbanística sem a observância das disposições desta Lei;

b) Título de legitimação de posse a quem saiba não preencher os requisitos exigidos em lei:

PENA - Multa de 1.000 (um mil) UFM (Unidade Fiscal Municipal).

§1º - Incorre igualmente em improbidade administrativa o agente público que deixar de cumprir, injustificadamente, os prazos e outras determinações previstas nesta Lei para a prática dos atos de sua competência.

§2º - Comete também a infração prevista no inciso III do *caput* aquele que, mediante declaração falsa ou outro meio fraudulento, contribui para a expedição indevida do título de legitimação de posse, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

TÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 150 - Será obrigatório, conforme Lei Federal nº 10.932/04, ao longo das faixas de domínio público das rodovias estaduais, a reserva de uma faixa não-edificável de 15 (quinze) metros de cada lado, salvo maiores exigências de legislação específica.

Art. 151 - O empreendedor, ainda que já tenha vendido todos os lotes ou unidades autônomas, ou os vizinhos, são partes legítimas para promover ação judicial destinada a impedir construção e uso em desacordo com restrições legais ou contratuais, ou para promover a demolição da construção desconforme.

Art. 152 - Se o empreendedor integrar grupo econômico ou financeiro, qualquer pessoa física ou jurídica desse grupo, beneficiária de qualquer forma do parcelamento irregular, é solidariamente responsável pelos prejuízos por ele causados aos adquirentes de lotes ou unidades autônomas e ao Poder Público.

§1º - Também são solidariamente responsáveis os copossuidores e coproprietários do imóvel objeto do parcelamento, ainda que não tenham anuído com sua implantação.

§2º - Nos termos da Lei Federal, poderá ser decretada a desconsideração da pessoa jurídica e indisponibilidade dos bens necessários das pessoas referidas no caput deste artigo e § 1º, como medida liminar destinada a garantir a regularização do empreendimento ou o ressarcimento dos danos.

Art. 153 - Esta lei complementa as normas da legislação referente ao Código de Obras.

Art. 154 - Os casos omissos serão analisados e deliberados pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal em vista de Lei Federal vigente e demais Leis Municipais

Art. 155 - O Executivo poderá regulamentar esta Lei por Decreto, para sua fiel execução.

Art. 156 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Gaivota, 03 de julho de 2020.

Ronaldo Pereira da Silva
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria de Administração e Finanças na data supracitada.

Jeferson Raupp
Secretario de Administração e Finanças

PORTARIA 130/2020

Publicação N° 2551735

PORTARIA N. 130 DE 06 DE JULHO DE 2020

Nomeia CHEFE DA DIVISÃO DE CULTURA do Município de Balneário Gaivota.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA, no uso de sua competência privativa que lhe confere os incisos V e IX do Artigo 58, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei 002/97 e alterações posteriores.

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor Adelar da Veiga Oliveira, para exercer o cargo comissionado de Chefe de Cultura do Município de Balneário Gaivota, a partir de 01 de Julho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 01/07/2020.

Balneário Gaivota, 06 de Julho de 2020.

RONALDO PEREIRA DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

JEFERSON RAUPP
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA 131/2020

Publicação N° 2551737

PORTARIA N. 131 DE 06 DE JULHO DE 2020

Nomeia CHEFE DA DIVISÃO Da frota municipal do Município de Balneário Gaivota.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA, no uso de sua competência privativa que lhe confere os incisos V e IX do Artigo 58, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei 002/97 e alterações posteriores.

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor Vilmar Poma Magenis, para exercer o cargo comissionado de Chefe da Divisão da Frota Municipal do Município de Balneário Gaivota, a partir de 01 de Julho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 01/07/2020.

Balneário Gaivota, 06 de Julho de 2020.

RONALDO PEREIRA DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

JEFERSON RAUPP
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Balneário Piçarras

PREFEITURA

ERRATA PP 021/2020 PMBP

Publicação Nº 2551567

PROCESSO ADM. Nº 057/2020 PMBP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2020 PMBP
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
MULTIENTIDADES

ERRATA I
APENSO I

A Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras, torna pública a Errata nº 1, relativa ao APENSO I do Processo Administrativo nº 057/2020 PMBP - Pregão Presencial 021/2020 PMBP, em Sistema de Registro de Preços, no qual solicitamos desconsiderar a descrição a seguir para os itens de 1 a 15 do lote 1 no referido apenso.

[...RASTERIZAÇÃO DOS ARQUIVOS NA RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1200 X 1200 DPI, DE NO MÍNIMO 8 BITS DE PROFUNDIDADE DE CORES...]

Ficam mantidas as demais descrições dos supracitados itens.

Balneário Piçarras 06 de julho de 2020.

Allan Diego Eleuterio
Departamento de Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2020 – FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2020 – FMS SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2551215

PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2020 – FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2020 – FMS
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, tipo MENOR PREÇO POR ITEM para futura aquisição de motocicletas para uso dos Agente Epidemiológicos, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Valor total estimado: R\$ 32.700,00 (trinta e dois mil e setecentos reais). Recebimento dos Envelopes até: 17/07/2020 às 13h. Data da Sessão Pública: 17/07/2020 às 13h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras (SC), 06 de junho de 2020. Regiane Carolina Pereira Basso - Secretária Municipal de Saúde.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2020 – FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2020 – FMS SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2551428

PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2020 – FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2020 – FMS
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, tipo MENOR PREÇO POR LOTE para futura aquisição de insumos laboratoriais para uso do laboratório central, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Valor total estimado: R\$ 216. 079,61 (duzentos e dezesseis mil, setenta e nove reais e sessenta e um centavos). Recebimento dos Envelopes até: 22/07/2020 às 13h. Data da Sessão Pública: 22/07/2020 às 13h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras (SC), 06 de junho de 2020. Regiane Carolina Pereira Basso - Secretária Municipal de Saúde.

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE CONTRATO Nº 16/2020**

Publicação Nº 2551833

EXTRATO DE CONTRATO 16/2020

Estado de Santa Catarina	
Município de Balneário Piçarras	
Câmara Municipal De Balneário Piçarras	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato nº:	04/2020
Contratante:	Câmara de Vereadores de Balneário Piçarras
Contratado:	RK Serviços De Som e Iluminação Ltda
	CNPJ: 18.133.365/0001-50
Objeto:	Constitui o objeto do presente instrumento a contratação de empresa especializada para a instalação e configuração dos equipamentos audiovisuais que estavam no antigo plenário na atual sede da Câmara Municipal de Balneário Piçarras.
Valor:	O valor total do contrato, incluindo todos os custos é de R\$ 7.401,54 (sete mil, quatrocentos e um reais e cinquenta e quatro centavos).
Vigência:	Início: 06/07/2020 - Término: 31/12/2020
Licitação:	Processo Licitatório 09/2020 – Dispensa de Licitação 06/2020
Balneário Piçarras, 06 de julho de 2020	
JOÃO BENTO MORAES	
Presidente	

PORTARIA Nº 020/2020

Publicação Nº 2551914

PORTARIA Nº 020/2020
Concede Férias a Servidor.

JOÃO BENTO MORAES, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o inciso XIX, do artigo 30, do Regimento Interno desta Casa de Leis, RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias entre os dias 07 de julho de 2020 a 05 de agosto de 2020, ao servidor EDISON DE SOUZA BRASIL JÚNIOR, matrícula nº 370, relativas ao período aquisitivo de 27 de março de 2019 a 26 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Sala das Sessões, 06 de julho de 2020.

João Bento Moraes - Presidente

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/FMS/2020

Publicação Nº 2552669

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/FMS/2020.

Tipo: MENOR PREÇO por item

Data e horário da sessão de abertura: 17/07/2020 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.
Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para a aquisição de 01 (uma) câmara fria de medicamento, a fim de atender as necessidades da Assistência Farmacêutica do Fundo Municipal de Saúde de Balneário Rincão/SC, conforme especificações previstas no Termo de Referência (Anexo I).

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou através do endereço eletrônico: <http://balneariorincao.impactolicitacoes.com.br/#/publico/licitacoes> ou pelo site www.balneariorincao.sc.gov.br no link Licitações/Editais.

Obs: Conforme Decreto Nº. 038/2020 de 12/04/2020.

Art. 3º. O expediente do setor de licitações será das 13:00 às 19:00 horas, realizando o atendimento por agendamento e através de e-mail.

§1º As publicações legais do setor de licitação serão realizadas no mural disposto na Secretaria de Saúde do Município aberto das 08:00 às 17:00 horas, sem prejuízo da demais publicações legais quando obrigatórias por lei.

§2º Nesse período, serão permitidos o protocolo de impugnação e recursos através do seguinte e-mail: licitacao@baneariorincao.sc.gov.br, com todos os documentos definidos no edital e na legislação vigente.

§3º Será obrigatório o uso de máscaras durante a sessão de licitação, sob pena de não participação e desclassificação do certame caso a presença seja indispensável.

Balneário Rincão – SC, 06 de julho de 2020.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

AVISO DE SUSPENSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 055/PMBR/2020

Publicação Nº 2552429

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 055/PMBR/2020

O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, torna público que, por interesse público e conveniência administrativa, SUSPENDE por tempo indeterminado a abertura do edital de Pregão Presencial Nº. 055/PMC/2020, processo administrativo Nº. 072, que tem como objeto a contratação de empresa especializada na locação de equipamentos de impressão e fornecimento de serviços que compreenda a instalação de impressoras multifuncionais, software para gerenciamento, monitoramento e controle de processos envolvidos com a impressão de documentos além de todos os consumíveis, toda a manutenção e reparo necessário para o pleno funcionamento dos equipamentos e serviços, exceto papel, nas unidades de atendimento da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão e Fundo Municipal de Saúde, por não haver tempo hábil para responder ao pedido de impugnação interposto.

Balneário Rincão, 06 de julho de 2020.

GISELE FERREIRA

PREGOEIRA

(Assinado no Original)

EXTRATO DE CONTRATO DE JUNHO - PMBR

Publicação Nº 2552628

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 050/PMBR/2020; SUL PEÇAS E VEÍCULOS LTDA. OBJETO: contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de 02 (dois) veículos 0KM, tipo popular, para uso da Secretaria de Assistência Social do Município de Balneário Rincão. No valor global de: R\$ 92.700,00 (Noventa e dois mil e setecentos reais). ASSINATURA: 01/06/2020; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custodio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Saimon Alessi Lamonatto

CONTRATO Nº. 051/PMBR/2020; TEC – ENGE CONSTRUÇÕES. OBJETO: Constitui objeto do presente contrato, a execução das "Obras de

Revitalização do acesso a Orla da Av. Waldemar Carlos Petrini” – Rua Paraná, Centro do Município de Balneário Rincão, de acordo com o Contrato de Repasse Nº. 869924/2018/MTUR/CAIXA, firmado entre o Ministério do Turismo e o Município de Balneário Rincão/SC”, conforme Projeto, Memorial Descritivo e Planilha Orçamentária, que ficam fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento como se aqui estivessem transcritos. No valor global de: R\$ 479.399,62 (quatrocentos e setenta e nove mil trezentos e noventa e nove reais e sessenta e dois centavos). ASSINATURA: 05/06/2020; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custodio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr Daniel Barp Crema

CONTRATO Nº. 052/PMBR/2020; SUL PEÇAS E VEICULOS LTDA. OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de um veículo novo 0KM, tipo camionete, com tração 4x4, movida a óleo Diesel, para uso da Delegacia de Polícia Civil do Município Balneário Rincão. No valor global de: R\$ 138.000,00 (Centros e trinta e oito mil reais). ASSINATURA: 05/06/2020; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custodio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr Saimon Alessi Lamonatto

CONTRATO Nº. 053/PMBR/2020; SIDEK TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÃO LTDA. OBJETO: Constitui objeto do presente contrato, a contratação de empresa do ramo pertinente para execução das “Obras de Pavimentação com lajotas sextavadas e assentamento de meio-fio de concreto, em vias urbanas do município de Balneário Rincão/SC”. No valor global de: R\$ 282.015,00 (duzentos e oitenta e dois mil e quinze centavos). ASSINATURA: 17/06/2020; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custodio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr José Vittorassi

CONTRATO Nº. 054/PMBR/2020; INOVA SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÃO LTDA - ME. OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresa do ramo pertinente para implantação de solução completa de telefonia IP e gerenciamento de sistema baseado em PABX IP, contendo software nativo para gerenciamento da plataforma, viabilizando a integração e interligação do sistema de telefonia dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal de Balneario Rincão/SC. No valor global de: R\$ 87.000,00 (Oitenta e sete mil reais). ASSINATURA: 30/06/2020; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custodio - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr Diego Bernarda Netto

Bandeirante

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO N. 004/2020

Publicação N° 2551392

Decreto nº 004, de 05 de julho de 2020.

Decreta Luto Oficial no Poder Legislativo do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina em virtude de falecimento do Vice Prefeito Municipal e Ex Vereador Volmir José Lamb.

O Presidente da Câmara Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

Considerando o falecimento do Vice Prefeito Municipal e Ex Vereador Volmir José Lamb ocorrido em 05 de julho de 2020;

Considerando a relevância dos serviços prestados ao Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado Luto Oficial por 03 (três) dias a contar desta data no Poder Legislativo do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Em virtude do Luto Oficial, a Câmara de Vereadores do Município de Bandeirante estará fechada nos dias 06 e 07 de julho de 2020, sendo que a Secretaria terá seu atendimento por meio de plantão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Bandeirante SC, em 05 de julho de 2020.

MARCIANO PERASSOLI
Presidente da Câmara

Barra Bonita

PREFEITURA

DECRETO Nº1240/2020

Publicação Nº 2552174

DECRETO Nº.1240/2020

"DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO Nº 38/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o Poder de Império Administrativo de unilateralmente impor sua vontade para almejar o interesse público.

CONSIDERANDO o poder de a Administração revogar seus próprios atos de acordo com a oportunidade e conveniência administrativa.

DECRETA:

Art. 1º Fica cancelado o Procedimento Licitatório Tomada de Preço nº38/2020 por conveniência e interesse administrativo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 6 de julho de 2020.

MOACIR PIROCA

Prefeito de Barra Bonita/SC

DISPENA DE LICITAÇÃO Nº24/2020 FMS

Publicação Nº 2552270



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA BONITA
Av. Buenos Aires, nº 600 – Centro
Barra Bonita/SC 89909-000
CNPJ: 01.612.527/0001-30 Fone: (49)3649-0004

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA BONITA – SC

PROCESSO LICITATÓRIO N. 24/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 24/2020

OBJETO: Aquisição de kits de escovação dental para crianças de 0-3 anos para programa municipal

FORNECEDOR: FARMÁCIA BUONA VITA LTDA

ENDEREÇO: Rua Waldemar Rangrab, 36-S 02, centro São Miguel do Oeste/SC, CEP: 89900-000.

CNPJ: 72.135.338/0001-61

Valor Contratado: R\$ 5.506,20 (cinco mil quinhentos e seis reais com vinte centavos).

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	Kit de escovação dental infantil contendo: <ul style="list-style-type: none">• Estojo de polímero rígido retangular medindo 7cm largura x 21 cm de comprimento x 3,6c, de altura. Conta com sistema tampa abre fecha. Fecho plástico produzido em resina plástica branca personalizado;• Escova com cerdas macias de nylon, cabeça pequena e arredondada, com limpador de língua, cabo antiderrapante. Medindo 15,5 cm de comprimento, em cores sortidas.• Creme dental com flúor 90 gramas sabor tutti frutti;• Fio dental encerada 100mts;	Kt	460	R\$ 11,97	R\$5.506,20
				Total	5.506,20



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA BONITA
 Av. Buenos Aires, nº 600 – Centro
 Barra Bonita/SC 89909-000
 CNPJ: 01.612.527/0001-30 Fone: (49)3649-0004

FORNECEDOR: FARMÁCIA BUONA VITA LTDA

ENDEREÇO: Rua Waldemar Rangrab, 36-S 02, centro São Miguel do Oeste/SC, CEP: 89900-000.

CNPJ: 72.135.338/0001-61

Valor Contratado: R\$ 997,00 (novecentos e noventa e sete reais).

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	Kit de escovação para crianças de até 03 anos, contendo: <ul style="list-style-type: none"> • Estojo de polímero rígido retangular medindo 7cm largura x 21 cm de comprimento x 3,6cm de altura. Conta com sistema tampa abre fecha. Fecho plástico produzido em resina plástica branca personalizado; • Escova dental massageadora extra macia tipo “dedeira” 100% silicone, atóxica, lavável e que pode ser esterilizada a cada uso; • Gel dental sem flúor 50 gramas; 	Kt	50	R\$ 19,88	R\$ 997,00
				Total	R\$ 997,00

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR – Os itens foram escolhidos com base na no menor preço praticado pelos proponentes.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO: O preço ajustado para aquisição são os praticados no mercado regional.

Barra Bonita - SC, 06 de julho de 2020.

CRISTIANE ALVES DE OLIVEIRA
 Gestora FMS

PORTARIA N.217/2020

Publicação Nº 2551825

PORTARIA Nº.217/2020 DE 6 DE JULHO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO Nº10/2020 TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal em exercício de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal do Contrato nº10/2020 titular e substituto, para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato na forma e condições abaixo relacionada:

Contrato	10/2020		
OBJETO:	contratação de instituição especializada para a prestação de serviços de organização e execução de Processo Seletivo que acontecerá no dia 15 (quinze) de junho de 2019, para contratação de servidores públicos municipal, do quadro geral de servidores		
EMPRESA:	ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA – AMEOSC		
CNPJ/ CPF Nº:			
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	Leliandra Luciana Vilanova		
CARGO:	Assessora		
CPF:	057.352.069-07	057.352.069-07	
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Administração		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	DELCIRA GUBERT		
CARGO:	Auxiliar Administrativo		
CPF:	040.921.789-13	040.921.789-13	
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Administração		

Art. 2º O serviço de fiscal do Contrato nº10/2020 titular e suplente, são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei 725/2015, revogadas as disposições em contrário.

Barra Bonita/SC, 6 de julho de 2020.

MOACIR PIROCA
Prefeito Municipal**PORTARIA N.218/2020**

Publicação Nº 2551828

PORTARIA Nº.218/2020 DE 6 DE JULHO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO Nº11/2020 TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal em exercício de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal do Contrato nº11/2020 titular e substituto, para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato na forma e condições abaixo relacionada:

Contrato	11/2020		
OBJETO:	AQUISIÇÃO DE CÂMARA FRIGORÍFICA EM ISO-PAINEL CONFORME CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS ANEXA		
EMPRESA:	F&F REFRIGERAÇÃO LTDA EPP		
CNPJ/ CPF Nº:	18.634.728/0001-30		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	Leliandra Luciana Vilanova		
CARGO:	Assessora		
CPF:	057.352.069-07		
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Administração		

FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	Dirceu Bernardi		
CARGO:	Tesoureiro		
CPF:	732.789.809-30		
LOTÇÃO:	Secretaria Municipal de Administração		

Art. 2º O serviço de fiscal do Contrato nº11/2020 titular e suplente, são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei 725/2015, revogadas as disposições em contrário.

Barra Bonita/SC, 6 de julho de 2020.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

PORTARIA N.219/2020

Publicação Nº 2551832

PORTARIA Nº.219/2020 DE 6 DE JULHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO Nº12/2020 TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal em exercício de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal do Contrato nº12/2020 titular e substituto, para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato na forma e condições abaixo relacionada:

Contrato	12/2020		
OBJETO:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS NA ÁREA DE MEDICINA PARA ATUAR NA REGULAÇÃO DE ACESSO AMBULATORIAL MEDIANTE A AUTORIZAÇÃO ONLINE EM TEMPO INTEGRAL DO SISTEMA SISREG, ALÉM DA CRIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE PROTOCOLOS A NÍVEL MUNICIPAL		
EMPRESA:	VANESSA SCHMIDT EIRELI ME,		
CNPJ/ CPF Nº:	26.627.926/0001-03		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	Cristiane Alves de Oliveira		
CARGO:	Diretor de Departamento		
CPF:	066.305.859-76		
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Saúde		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	Mara Rubia Casanova		
CARGO:	Enfermeira		
CPF:	033.211.439-25		
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Saúde		

Art. 2º O serviço de fiscal do Contrato nº12/2020 titular e suplente, são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei 725/2015, revogadas as disposições em contrário.

Barra Bonita/SC, 6 de julho de 2020.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

PORTARIA N.220/2020

Publicação Nº 2551834

PORTARIA Nº.220/2020 DE 6 DE JULHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO Nº13/2020 TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal em exercício de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal do Contrato nº13/2020 titular e substituto, para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato na forma e condições abaixo relacionada:

Contrato	13/2020		
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DO MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SC, CONFORME ITINERÁRIOS		
EMPRESA:	VILMAR REIS MARTINS EIRELI		

CNPJ/ CPF Nº:	31.150.969/0001-72		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	FABIANA MICHELLE SCHAUBLE		
CARGO:	Secretária		
CPF:	081.420.269-10		
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Educação		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	Nadia Maria Ferronato Bernardi		
CARGO:	Professora		
CPF:	032.368.699-09		
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Educação		

Art. 2º O serviço de fiscal do Contrato nº13/2020 titular e suplente, são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei 725/2015, revogadas as disposições em contrário.

Barra Bonita/SC, 6 de julho de 2020.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

PORTARIA N.221/2020

Publicação Nº 2551836

PORTARIA Nº.221/2020 DE 6 DE JULHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO Nº14/2020 TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal em exercício de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal do Contrato nº14/2020 titular e substituto, para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato na forma e condições abaixo relacionada:

Contrato	14/2020		
OBJETO:	CONTRATAÇÃO EM CARÁTER EMERGENCIAL DE MÉDICO ESF PARA ATUAL NA UNIDADE BÁSICA E EQUIPE MUNICIPAL DA SAÚDE FAMILIAR		
EMPRESA:	ANDRESSA TREVIZOL		
CNPJ/ CPF Nº:	090.220.869-17		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	Cristiane Alves de Oliveira		
CARGO:	Diretor de Departamento		
CPF:	066.305.859-76		
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Saúde		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	Mara Rubia Casanova		
CARGO:	Enfermeira		
CPF:	033.211.439-25		
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Saúde		

Art. 2º O serviço de fiscal do Contrato nº14/2020 titular e suplente, são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei 725/2015, revogadas as disposições em contrário.

Barra Bonita/SC, 6 de julho de 2020.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

PORTARIA N.222/2020

Publicação Nº 2551837

PORTARIA Nº.222/2020 DE 6 DE JULHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO Nº15/2020 TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal em exercício de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal do Contrato nº15/2020 titular e substituto, para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato na forma e

condições abaixo relacionada:

Contrato	15/2020
OBJETO:	LOCAÇÃO DE IMÓVEL OBJETIVANDO O USO DE ANTENA DE TELECOMUNICAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE SINAL DE INTERNET PARA PROGRAMA INTERNET COMUNITÁRIA
EMPRESA:	JOSIANE LUCIA DRESCH
CNPJ/ CPF N°:	079.087.309-57
FISCAL TITULAR	
SERVIDOR:	Leliandra Luciana Vilanova
CARGO:	Assessora
CPF:	057.352.069-07
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Administração
FISCAL SUBSTITUTO	
SERVIDOR:	Roberto Francisco Giongo
CARGO:	Oficial Administrativo
CPF:	025.481.169-80
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Administração

Art. 2º O serviço de fiscal do Contrato nº15/2020 titular e suplente, são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei 725/2015, revogadas as disposições em contrário.

Barra Bonita/SC, 6 de julho de 2020.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

PORTARIA N.223/2020

Publicação N° 2551838

PORTARIA N.º.223/2020 DE 6 DE JULHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO Nº16/2020 TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal em exercício de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal do Contrato nº16/2020 titular e substituto, para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato na forma e condições abaixo relacionada:

Contrato	16/2020
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO AOS MUNÍCIPES NOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO PARA ATUAR NO PROGRAMA ESF, BEM COMO REALIZAR PEQUENOS PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS AMBULATORIAIS, COM CARGA HORÁRIA DE 40H/SEMANAIS, NO MESMO HORÁRIO DE EXPEDIENTE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS
EMPRESA:	ALTAMIRO BATISTA DE MELO NETO
CNPJ/ CPF N°:	32.708.641/0001-91
FISCAL TITULAR	
SERVIDOR:	Cristiane Alves de Oliveira
CARGO:	Diretor de Departamento
CPF:	066.305.859-76
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Saúde
FISCAL SUBSTITUTO	
SERVIDOR:	Mara Rubia Casanova
CARGO:	Enfermeira
CPF:	033.211.439-25
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Saúde

Art. 2º O serviço de fiscal do Contrato nº16/2020 titular e suplente, são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei 725/2015, revogadas as disposições em contrário.

Barra Bonita/SC, 6 de julho de 2020.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

PORTARIA N.224/2020

Publicação Nº 2551839

PORTARIA Nº.224/2020 DE 6 DE JULHO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO Nº17/2020 TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal em exercício de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal do Contrato nº17/2020 titular e substituto, para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato na forma e condições abaixo relacionada:

Contrato	17/2020		
OBJETO:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS NA ÁREA DE MEDICINA PARA CONSULTAS EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA NA ÁREA GINECOLÓGICA E OBSTETRICA A SEREM REALIZADAS NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO		
EMPRESA:	SERVIÇOS MÉDICOS FAMÍLIA NEME LTDA		
CNPJ/ CPF Nº:	35.778.070/0001-50		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	Cristiane Alves de Oliveira		
CARGO:	Diretor de Departamento		
CPF:	066.305.859-76		
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Saúde		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	Mara Rubia Casanova		
CARGO:	Enfermeira		
CPF:	033.211.439-25		
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Saúde		

Art. 2º O serviço de fiscal do Contrato nº17/2020 titular e suplente, são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei 725/2015, revogadas as disposições em contrário.

Barra Bonita/SC, 6 de julho de 2020.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

PORTARIA N.225/2020

Publicação Nº 2551841

PORTARIA Nº.225/2020 DE 6 DE JULHO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO Nº18/2020 TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal em exercício de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal do Contrato nº18/2020 titular e substituto, para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato na forma e condições abaixo relacionada:

Contrato	18/2020		
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO AOS MUNÍCIPES NOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO PARA ATUAR NO PROGRAMA ESF, BEM COMO REALIZAR PEQUENOS PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS AMBULATORIAIS, COM CARGA HORÁRIA DE 40H/SEMANAIS, NO MESMO HORÁRIO DE EXPEDIENTE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS		
EMPRESA:	GARDIN S SERVICOS MEDICOS LTDA		
CNPJ/ CPF Nº:	36.010.113/0001-15		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	Cristiane Alves de Oliveira		
CARGO:	Diretor de Departamento		
CPF:	066.305.859-76		
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Saúde		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	Mara Rubia Casanova		
CARGO:	Enfermeira		
CPF:	033.211.439-25		
LOTACÃO:	Secretaria Municipal de Saúde		

Art. 2º O serviço de fiscal do Contrato nº18/2020 titular e suplente, são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei 725/2015, revogadas as disposições em contrário.

Barra Bonita/SC, 6 de julho de 2020.
MOACIR PIROCA
Prefeito Municipal

PORTARIA N.226/2020

Publicação Nº 2551843

PORTARIA Nº.226/2020 DE 6 DE JULHO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO Nº19/2020 TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal em exercício de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal do Contrato nº19/2020 titular e substituto, para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato na forma e condições abaixo relacionada:

Contrato	19/2020		
OBJETO:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS NA ÁREA DE MEDICINA PARA CONSULTAS OFTALMOLÓGICAS A SEREM REALIZADAS NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO		
EMPRESA:	J.G. OFTALMOLOGIA SC LTDA		
CNPJ/ CPF Nº:	01.024.159/0001-09		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	Cristiane Alves de Oliveira		
CARGO:	Diretor de Departamento		
CPF:	066.305.859-76		
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Saúde		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	Mara Rubia Casanova		
CARGO:	Enfermeira		
CPF:	033.211.439-25		
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Saúde		

Art. 2º O serviço de fiscal do Contrato nº19/2020 titular e suplente, são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei 725/2015, revogadas as disposições em contrário.

Barra Bonita/SC, 6 de julho de 2020.

MOACIR PIROCA
Prefeito Municipal**PORTARIA N.227/2020**

Publicação Nº 2551846

PORTARIA Nº.227/2020 DE 6 DE JULHO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO Nº20/2020 TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal em exercício de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal do Contrato nº20/2020 titular e substituto, para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato na forma e condições abaixo relacionada:

Contrato	20/2020		
OBJETO:	Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.		
EMPRESA:	EVANDERSON RICARDO DRESCH; ELENIR FÁTIMA ZANTEDESCH; NESTOR ZIMMERMANN		
CNPJ/ CPF Nº:			
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	CAROLINE KUHN		
CARGO:	Nutricionista		
CPF:	069.126.249-79		
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Educação		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	FABIANA MICHELLE SCHAUBLE		
CARGO:	Secretária		
CPF:	081.420.269-10		

LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Educação
----------	----------------------------------

Art. 2º O serviço de fiscal do Contrato nº20/2020 titular e suplente, são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei 725/2015, revogadas as disposições em contrário.

Barra Bonita/SC, 6 de julho de 2020.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

PORTARIA N.228/2020

Publicação Nº 2551849

PORTARIA Nº.228/2020 DE 6 DE JULHO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO Nº21/2020 TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal em exercício de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal do Contrato nº21/2020 titular e substituto, para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato na forma e condições abaixo relacionada:

Contrato	21/2020		
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, CONFORME RELAÇÃO DE ITENS E SERVIÇOS ANEXO		
EMPRESA:	ALFA DENT SERVIÇOS DE PROTESES DENTARIAS EIRELI		
CNPJ/ CPF Nº:	34.522.626/0001-80		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	Cristiane Alves de Oliveira		
CARGO:	Secretaria de Saúde		
CPF:	066.305.859-76		
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Saúde		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	Mara Rubia Casanova		
CARGO:	Enfermeira		
CPF:	033.211.439-25		
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Saúde		

Art. 2º O serviço de fiscal do Contrato nº21/2020 titular e suplente, são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei 725/2015, revogadas as disposições em contrário.

Barra Bonita/SC, 6 de julho de 2020.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

PORTARIA N.229/2020

Publicação Nº 2551851

PORTARIA Nº.229/2020 DE 6 DE JULHO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO Nº22/2020 TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal em exercício de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal do Contrato nº22/2020 titular e substituto, para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato na forma e condições abaixo relacionada:

Contrato	22/2020		
OBJETO:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ESOFAGOGASTRODUODENOSCOPIA E TOMO- GRAFIAS CONFORME RELAÇÃO ANEXA AO EDITAL A SEREM UTILIZADAS CONFORME DEMANDA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO		
EMPRESA:	SOCIEDADE BENEFICIENTE HOSPITALAR MARAVILHA		
CNPJ/ CPF Nº:	85.197.077/0001-56		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	Cristiane Alves de Oliveira		
CARGO:	Secretaria de Saúde		

CPF:	066.305.859-76		
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Saúde		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	Mara Rubia Casanova		
CARGO:	Enfermeira		
CPF:	033.211.439-25		
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Saúde		

Art. 2º O serviço de fiscal do Contrato nº22/2020 titular e suplente, são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei 725/2015, revogadas as disposições em contrário.

Barra Bonita/SC, 6 de julho de 2020.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

PORTARIA N.230/2020

Publicação N° 2551856

PORTARIA Nº.230/2020 DE 6 DE JULHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO Nº23/2020 TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal em exercício de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal do Contrato nº23/2020 titular e substituto, para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato na forma e condições abaixo relacionada:

Contrato	23/2020		
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE REFORMA, AMPLIAÇÃO E ADAPTAÇÃO A ACES-SIBILIDADE E MELHORIAS QUANTO ÀS NORMAS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO CLUBE DE MÃES DE LINHA POMBA BRANCA CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº2020TR00304 COM O ESTADO DE SANTA CATARINA		
EMPRESA:	W PIROCA ENGENHARIA & CONSTRUÇÕES LTDA		
CNPJ/ CPF Nº:	32.046.973/0001-58		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	JEOVANA BERTI		
CARGO:	Engenheira Civil		
CPF:	090.276.929-47		
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Administração		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	Leliandra Luciana Vilanova		
CARGO:	Assessora		
CPF:	057.352.069-07		
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Administração		

Art. 2º O serviço de fiscal do Contrato nº23/2020 titular e suplente, são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei 725/2015, revogadas as disposições em contrário.

Barra Bonita/SC, 6 de julho de 2020.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

Barra Velha

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1836-GAB, DE 01 DE JULHO DE 2020.

Publicação Nº 2552222

PORTARIA Nº 1836-GAB, DE 01 DE JULHO DE 2020.

Constituir Comissão para Processo Administrativo Disciplinar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o registro dos seguintes fatos:

- a) Da denúncia de atos de improbidade e, possíveis crimes, praticados pelo conselheiro tutelar J. A. V. datado de 05 de junho de 2020, relatando diversos casos em que supostamente o referido conselheiro vem agindo de forma divergente com as atribuições da função pertinente ao seu cargo;
- b) Do Ofício 30/2020-CMDCA/BV de 08 de junho de 2020: o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tendo recebido, através de um relatório informativo do Conselho Tutelar e ainda um relato anônimo denunciando atos que envolveram o conselheiro tutelar J. A. V. que supostamente deixou de cumprir com as suas atribuições, sobretudo, as previstas no artigo 5º da Constituição Federal;
- c) Do relatório informativo subscrito pelas Conselheiras Tutelares Geanice Aparecida Correa e Patricia Kawana Moraes, o qual relata vários acontecimentos que envolveram o conselheiro tutelar J. A. V. que supostamente deixou de cumprir zelo e dedicação com as suas atribuições;
- d) Do Ofício 259/2020 de 09 de junho de 2020: a IAVGS vem através do ofício informar as irregularidades na prática inadequada do Conselheiro Tutelar Sr. J. A. V. na condução do acolhimento realizado pelo mesmo no atendimento a adolescente E. L. A. no qual supostamente consistiu em sucessivos erros das ações frente à função que é designada ao mesmo.
- e) Do Ofício nº 0368/2020/PJ/BAR de 10 de junho de 2020: a 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Barra Velha que se pronuncia sobre a Notícia de Fato nº 01.2020.0013078-7 por meio de decisão administrativa para instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos envolvendo o Conselheiro Tutelar Sr. J. A. V. no qual supostamente vem agindo em desacordo com as funções pertinentes ao cargo no atendimento a adolescentes.
- f) Do Parecer da Administração de 15 de junho de 2020: decide pela abertura de Procedimento Administrativo Disciplinar respeitando os termos da Lei nº 120/2011.

CONSIDERANDO o previsto no Art. 62 da Lei 1.725/2019 que dispõe que o procedimento administrativo disciplinar contra membro do Conselho Tutelar observará, no que couber, o regime jurídico e disciplinar dos servidores públicos vigente no Município, inclusive no que diz respeito à competência para processar e julgar o feito, e, na sua falta ou omissão, o disposto na Lei Federal nº 8.112/1990, assegurada ao investigado a ampla defesa e o contraditório.

CONSIDERANDO o disposto no artigo 87 da Lei 1.725/2019, que dispõe sobre a aplicabilidade aos membros do Conselho Tutelar, naquilo que não forem contrárias ao disposto naquela Lei ou incompatíveis com a natureza temporária do exercício da função, as disposições da Lei Municipal que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Barra Velha-SC (Lei Complementar 120 de 2011), pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais e legislação correlata.

O servidor está sendo acusado de transgressão ao artigo 154, XIII da Lei Complementar Municipal 120 de 2011, 1º/c art. 59, IX, X, da Lei Municipal 1.725/2019 por supostamente ter agido de forma desidiosa, no caso acima relatado envolvendo menor, supostamente deixando de cumprir suas atribuições prevista no artigo 136, I, IV, e V da Lei 8.609/19903.

Além dos dispositivos supracitados, o servidor está sendo acusado por supostamente ter deixado de cumprir o seu dever previsto no artigo 37, VII da Lei 1.752/20194, por supostamente ter agido de maneira contraditória em relação ao caso relatado, motivo pelo qual, supostamente deixou de desempenhar com zelo, presteza e dedicação às funções inerentes ao cargo.

RESOLVE:

Artigo 1º- Designar a Sra. SUELEN BORECK, para atuar como Presidente de comissão, matrícula funcional nº 1574, Enfermeira, do quadro de pessoal da Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, a Sra. ARACELI SILVEIRA FISCHER, para atuar como Secretária de comissão, Auxiliar Administrativa, matrícula funcional nº 1727, do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, e a Sra. DIRLENE MARIZA HESS, para atuar como Membro de comissão, Coordenadora Administrativa/Legislativa, matrícula funcional nº 997, do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Administração, sob a presidência da primeira, constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar destinada a apurar, no prazo de 60 dias (sessenta dias), os fatos de que trata a solicitação objeto do Ofício nº 30/2020/CMDCA/BV, datado de 08 de junho de 2020, referente aos serviços prestados pelo conselheiro tutelar Sr. A. J. A. V.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Barra Velha, 01 de julho de 2020.

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito Municipal

1Art. 154 Ao servidor é proibido:

XIII – proceder de forma desidiosa

2Art. 59 Constituir falta funcional e é vedado ao membro do conselho Tutelar;

IX – proceder de forma desidiosa:

X – descumprir os deveres funcionais previstos nesta Lei e na legislação local relativa aos demais servidores públicos, naquilo que for cabível;

3Art. 136. São atribuições do conselho Tutelar:

I – atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;
IV – encaminhar ao Ministério Público notpícia de fato que constitua infração administrativa opu penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V – encaminhas à autarquia judicpária os casos de sua competência;

4Art. 37 Sem prejuízo das disposições específicas contidas na legislação municipal, são deveres dos membros do Conselho tutelar:

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATOS JOZIEL COMPATIBILIZADO 035/2020

Publicação Nº 2552069

EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA

Contrato Nº 035/2020-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: JOZIEL DEMBINSKI TRANSPORTES – ME, CNPJ 26.847.222/0001-38 com endereço na Vila Serra do Lucindo, s/nº, no município de Bela Vista do Toldo- SC CEP 89478 -000

Objeto: O presente instrumento tem por objeto, contratação, sob o regime de empreitada por preço global, de empresa especializada para execução das obras de engenharia com vistas à RECUPERAÇÃO DE MALHA VIÁRIA MUNICIPAL REFERENTE AO CONTRATO DE REPASSE OGU Nº 846793/2017 – OPERAÇÃO 1.044.282-46 - PRONAT – RECUPERAÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS, com o fornecimento de mão-de-obra e materiais necessários à completa e perfeita implantação de todos os elementos definidos, em conformidade com os anexos do presente Edital e item 1.1 supramencionado.

Valor (do Contrato: R\$ 153.929,83 (Cento e Cinquenta e Três Mil Novecentos e Vinte e Nove Reais e Oitenta e Três Centavos)

Data da assinatura: 16.03.2020.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Belmonte

PREFEITURA

DECRETO N° 67/2020, DE 03 DE JULHO DE 2020

Publicação N° 2552640

DECRETO N° 67/2020, DE 03 DE JULHO DE 2020

DESDOBRAMENTO DO LOTE URBANO N° 03 DA QUADRA 25, BELMONTE-SC DE OTAVIO GOMES DE LIMA E ANTONIA MARIA DE LIMA E OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Belmonte, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 67 da Lei Orgânica do Município mais o disposto na alínea H do inciso I do artigo 110, todos da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 01º O presente memorial descritivo refere-se ao desdobramento do lote urbano n°. 03, da Quadra 25, com área de 800,00m², de propriedade do Sr.º Otavio Gomes de Lima e Antonia Maria de Lima, imóvel este situado na Avenida Presidente Getúlio Vargas, na cidade de Belmonte/SC.

Atualmente o lote n.º 03, da quadra 25, assim confronta-se:

- LOTE N.º 03 – QUADRA 25

Área = 800,00 m²

Linhas e confrontações:

- * Norte: com o lote urbano n.º 08, por linha seca, de 20,00 metros;
- * Leste: com o lote urbano n° 02, por linha seca de 40,00 metros;
- * Sul: com a Avenida Presidente Getúlio Vargas, numa extensão de 20,00 metros;
- * Oeste: com o lote urbano n.º 04, por linha seca, de 40,00 metros.

Conforme verifica-se em projeto, do lote primitivo n.º 03, será desdobrada uma área de 500,00m², que será o lote a ser constituído, lote n.º 03-A. Assim sendo, as novas áreas e confrontações seguem abaixo:

- LOTE N.º 03 (QUADRA 25)

Área = 500,00 m²

Linhas e confrontações:

- * Norte: com o lote urbano n.º 08, por linha seca, de 20,00 metros;
- * Leste: com o lote urbano n° 02, por linha seca de 40,00 metros;
- * Sul: com a Avenida Presidente Getúlio Vargas, numa extensão de 10,00 metros;
- * Oeste: com lote urbano n.º 03-A, por linha seca de 30,00 metros, e com lote urbano nº04 por linha seca de 10,00 metros.

- LOTE N.º 03-A (QUADRA 25)

Área = 300,00 m²

Linhas e confrontações:

- * Norte: com o lote urbano n° 03, por linha seca de 10,00 metros;
- * Leste: com lote urbano n° 03, por linha seca de 30,00 metros;
- * Sul: com a Avenida Presidente Getúlio Vargas, numa extensão de 10,00 metros;
- * Oeste: com parte do lote urbano nº04, numa linha seca de 30,00 metros.

Art. 2º- Como já observado a cima a situação arquitetônica final do Lote aqui mencionada esta em anexo a este projeto.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Belmonte-SC, 03 de julho de 2020.

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA DATA

DECRETO N° 68/2020, DE 06 DE JULHO DE 2020

Publicação N° 2552644

DECRETO N° 68/2020, DE 06 DE JULHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, em Exercício de Belmonte, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 67, inciso VI, XII e XXIII da lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Ficam lotadas as máquinas da municipalidade que trata o presente Decreto, para exercício 2020, para efeito de realização de controle

de serviços e despesas, conforme segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
MAQUINA	PLACA	COMBUSTÍVEL	ANO
MICROÔNIBUS VOLARE	MHX-6470	DIESEL	2005
ÔNIBUS CAMINHO DA ESCOLA ORE3	MKH – 2023	DIESEL	2014
ÔNIBUS CAMINHODA ESCOLA ORE 2	OKH-3354	DIESEL	3354
DUCATO MULTI JAEDI T	MJF 4241	DIESEL	2011
FIESTA SEDAN	ENJ 3760	ALCOOL/GASOLINA	2009
GABINETE			
COROLLA	QJI 7634	FLEX	2019
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO			
GM/ASTRA	MJK1119	ALC./GAS.	2010
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS ESTRADAS VICINAIS			
MÁQUINA	PLACA	COMBUSTÍVEL	
MOTONIVELADORA CATERPILA 12G		DIESEL	1994
MOTONIVELADORA CATERPILAR	(2013) 120K	DIESEL	2013
RETRO ESCAVADEIRA CATERPILAR(MDA) 2013 416 E		DIESEL	2013
ROLO COMPACTADOR MULLER- MODELO VAP 70 LT 125HP	11.3 TON.	DIESEL	2014
ESCAVADEIRA HIDRAULICA JCB MODELO JS 160 LC 120 HP	MIN. 16.5 TON. MAX 19 TON	DIESEL	2014
CAMINHÃO 2729 PAC 2	MML 7515	DIESEL	2014
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E	TRANSPORTES	E URBANISMO	
DOBLO	MIF-5085	GAS/ALCOOL(FLEX)	2010
GM/CELTA BRANCO	MIN -5544	GASOLINA	2001
FIAT PALIO ELX FLEX	EGD4C89	GASOLINA/ALCOOL	2010
MÁQUINA	PLACA	COMBUSTÍVEL	
FRONTIER	AVD 6047	DIESEL	
PÁ CARREGADEIRA MICHIGAN 55 C		DIESEL	1993
CAMINHÃO VOLKSVAGEM 13/13	LWS 2523	DIESEL	1984
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA			
RETROESCAVADEIRA JCB –3C PLUS		DIESEL	
SAVEIRO CL 1.6	AHW 4523	GASOLINA	1998
TRATOR MASSEY FERGUSON 4275/4 SÉRIE 4275364974		DIESEL	
FIAT/UNO MULLE SMART CIDASC	MCD 4062	GASOLINA	2001
FORD FIESTA	MGT-2922	GASOLINA	2006
TRATOR MASSEY FERGUSON MODELO MF4292/4 C/110 CV SE-RIE4292373835. (01)		DIESEL	2013
TRATOR MASSEY FERGUSON MODELO MF4292/4 C/110 CV SERIE 4292394075 .(02) 2014		DIESEL	2014
CAMINHÃO FORD CARGO 2629 6x4	MCU-4890	DIESEL	2013
CAMINHÃO IVECO/VERTIS 90V18	QHR-5773	DIESEL	2015
CAMINHÃO FORD CARGO 2629 6X4	QHT 3511	DIESEL	2015
TRATOR NEW HOLLAND TL/75E			2016
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
CHEVROLET/CORSA CLASSIC	MIO-1373	GAS/ALCOOL(FLEX)	2011
COBALT 1.8 LT	QHD 3325	ALCOOL/GASOLINA	2014
CORSA CLASSIC ANO 2015	QHJ 4482	ALCOOL/GASOLINA	2015
DUCATO MULTI JAEDI	QHB 7865	DIESEL	2014
AMBULÂNCIA	QID 5248	DIESEL	2016
FOR KA 1.5	QIS 6152	ALCOOL/GASOLINA	2017
CRONOS 1.3	QJU 7837	ALCOOL/GASOLINA	2018
FIORINO AMBULÂNCIA	QJN 6683	FLEX	2018

CHEV/SPIN 1.8L	RDV8D43	FLEX	2020
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
CORSA CLASSIC LS	MLU-9256	ALCOOL/GASOLINA	2013
VOYAGE	MKJ-2920	ALCOOL/GASOLINA	2013
AIRCROSS (CONSELHO TUTELAR)	RAD 6456	ALLCOL/GASOLINA	2018

Art.2º Caberá a cada Secretaria Municipal coordenar os serviços, controlar e requisitar junto ao Departamento de Compras as autorizações de despesas. '.

Art.3º Não serão recebidos serviços e/ou requisições de despesas contrárias ao presente Decreto.

Art.4º Fica revogado na íntegra o Decreto nº 65/2020, de 01 de julho de 2020.

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Belmonte, SC 06 de julho de 2020.

GENÉSIO BRESSIANI
Prefeito Municipal

Benedito Novo**PREFEITURA****ATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO - DP 2/2020 - CÂMARA DE VEREADORES**

Publicação Nº 2551533

ATA DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2/2020
MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 2/2020
DATA: 30/06/2020 - HORA DE INÍCIO: 10 horas.

Na data e horário supramencionados, na sala de reuniões da Prefeitura de Benedito Novo reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações nomeados pela Portaria nº 132/2020 para análise dos documentos constantes do Processo de Dispensa de Licitação acima citado, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE COMPANHIA SEGURADORA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBERTURA, POR MEIO DE SEGURO PARA O VEÍCULO DA CAMARA DE VEREADORES. Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes deste processo de dispensa. Da análise destes documentos, observa-se que a empresa PORTO SEGUROS COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, inscrita no CNPJ sob o nº 61.198.164/0001-60 se encontra com a documentação de habilitação regular. Cabe ressaltar que esta Comissão de Licitações não analisa o mérito e a motivação da contratação, limita-se apenas a analisar os documentos acostados ao processo licitatório. Nada mais havendo, o Presidente da Comissão encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI Presidente	JOICE APARECIDA COSTA Membro	MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI Membro
-------------------------------------	---------------------------------	-------------------------------------

AVISO DE LICITAÇÃO - PP 69/2020

Publicação Nº 2552264

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2020

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial. OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE ALIMENTOS DA MERENDA ESCOLAR PARA COMPLEMENTAR OS KITS DE ALIMENTOS QUE SERÃO DISTRIBUIDOS AOS ESTUDANTES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS). ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9h do dia 21 de julho de 2020. ABERTURA: às 9:05h do dia 21 de julho de 2020. LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: www.beneditonovo.sc.gov.br ou no e-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 06 de julho de 2020.
DÁRIO TONOLLI - Prefeito

PORTARIA Nº 144/2020 - DESIGNA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA E/OU INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

Publicação Nº 2552251

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--	--

PORTARIA Nº 144/2020, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

DESIGNA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA E/OU INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "f", da Lei Orgânica do Município, art. 165 e seguintes da Lei Complementar nº 004, de 22 de dezembro de 1995, e art. 149 da Lei Federal nº 8.112/1990;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, nos termos do art. 172 da Lei Complementar nº 004, de 22-12-1995, as servidoras: GABI SCHIRLEI MULLER, GISLAINE CRISTINE ROSA e HELENA DOEGE, respectivamente Enfermeira, Técnica em Enfermagem e Enfermeira, para sob a presidência da primeira, comporem a Comissão de Sindicância e/ou Inquérito Administrativo, destinada a apurar os fatos sobre a solicitação encaminhada pela Secretaria de Saúde e Assistência Social, em 09 de abril de 2020, com ausência de limpeza e higienização em veículo da Municipalidade, não sendo observados o que estabelece o inciso VI, VII do Art. 140 da Lei Complementar nº 004, de 22 de dezembro de 1995 c/c a Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, devendo a Comissão concluir os trabalhos no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 23 de junho de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--	--

CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS

Declaro que estou ciente da designação de membro da comissão de sindicância e/ou inquérito administrativo e das funções inerentes a Portaria nº 144/2020, de 23-06-2020, ora atribuídas.

GABI SCHIRLEI MULLER

GISLAINE CRISTINE ROSA

HELENA DOEGE

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº. 15/2020**

Publicação Nº 2551876

RESOLUÇÃO nº. 15/2020

Altera a Resolução nº. 12/2020, que adota medidas a serem observadas no âmbito do Poder Legislativo, na retomada de suas atividades institucionais, enquanto vigorar o Decreto n. 21, de 18 de março de 2020, que "Declara situação de emergência no município de Benedito Novo (SC) e define outras providências para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (covid-19)."

A MESA DIRETORA da Câmara de Vereadores do Município de Benedito Novo/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, incisos III e XXV da Lei Orgânica c/c o art. 7º, incisos II e III do Regimento Interno e de conformidade com a legislação em vigor:

RESOLVE:

Art. 1º O art. 7º, da Resolução nº. 12/2020, de 14 de abril de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º Até o dia 31 de agosto de 2020, em razão da necessidade de adoção de todas as medidas possíveis para prevenir o agravamento do contágio do corona vírus (covid -19), fica facultado a realização em ambiente virtual, instrumento excepcional e temporário, a realização das Reuniões Ordinárias, Extraordinárias e das Comissões Permanentes, sendo suspensa a participação pública. (NR)

§ 1º - As Reuniões Ordinárias serão realizadas nas segundas feiras, exceto nos feriados, a partir das 19:00 horas.

§ 2º - As Reuniões Extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de vinte e quatro horas (24:00) e sua convocação se dará internamente através do WhatsApp ou telefone, com publicidade do ato através de publicação no site da Câmara Municipal (www.camara-beneditonovo.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

§ 3º - A apresentação de proposições parlamentares, entre elas, projetos de lei, requerimentos, indicações, moções, emendas e substitutivos, deverão ser apresentadas à secretaria da Câmara de Vereadores até as doze horas (12:00) do dia da Sessão.

§ 4º - Serão tomadas medidas para priorizar o atendimento aos vereadores para apresentação de proposições via on-line, por mensagem ou vídeo chamada no whatsapp, ligação telefônica ou por e-mail, sendo o presencial apenas na impossibilidade da execução desses últimos."

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar do dia 01 de julho de 2020.

Benedito Novo, 06 de julho de 2020.

Marlei A. B. Floriani
Presidente

Daiani D. Wolter
1º Secretário

Almir Butzke
2º Secretário

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO 156/2020

Publicação Nº 2552684

DECRETO Nº 156/2020 DE: 06 DE JULHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE O FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E PRESTADORES DE SERVIÇOS, COM ATENDIMENTO AO PÚBLICO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica do Município de Biguaçu, e

Considerando as evidências científicas e a análise sobre as informações estratégicas em saúde, e implementadas as diversas medidas de restrição de atividades econômicas e de circulação de pessoas, inicialmente indicadas para o primeiro enfrentamento à pandemia;

Considerando a necessidade de serem traçadas estratégias de retomada gradativa das atividades não essenciais, com regras rígidas de segurança e todas as garantias sanitárias, para evitar contágio e propagação do COVID-19, no âmbito do Município de Biguaçu;

Considerando as orientações médicas acerca da relevância do reestabelecimento das atividades físicas e de esportes, por parte dos cidadãos, enquanto práticas de manutenção da saúde, física e mental, desde que respeitados os requisitos de higienização individual, não aglomeração e as regras de etiqueta respiratória;

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado os funcionamentos das quadras esportivas, campos de futebol particulares de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, campos de paintball e congêneres obedecidas as recomendações sanitárias pertinentes, observando-se um intervalo mínimo de 20 (vinte) minutos entre uma partida e outra após o término de cada atividade.

Art. 2º. As quadras poliesportivas, campos de futebol particulares, campos de paintball e congêneres poderão funcionar desde que atendam, obrigatoriamente, pelo menos as seguintes medidas:

I - realizar a medição de temperatura dos praticantes que irão utilizar as quadras ou campos de futebol, com uso de termômetro nos termos dos Decretos Municipais, sendo vedada a permanência de pessoas com temperatura corporal acima de 37,5 graus (trinta e sete graus e meio), considerado febre;

II - manter à disposição, na entrada no estabelecimento e em local de fácil acesso, álcool 70% (setenta por cento), para a utilização dos clientes e dos funcionários do local;

III - exigir que, ao entrarem no estabelecimento, todas as pessoas façam uso de álcool 70% (setenta por cento) para a higienização das mãos;

IV - os espaços de uso comuns em ambientes fechados, como salas de espera e lancherias internas, devem respeitar a capacidade máxima de lotação de 20% (vinte por cento), sendo possível a comercialização somente de alimentos e bebidas não alcoólicas e em área externa; bem como regras de funcionamento de bares e afins conforme Decretos específicos que não conflitem com este Decreto;

V - nas quadras fechadas, manter locais de circulação e áreas comuns com os sistemas de ar condicionado limpos (filtros e dutos) e, obrigatoriamente, manter todas as portas e janelas abertas, contribuindo para a renovação de ar;

VI - manter disponível "kit" completo de higiene de mãos nos sanitários de clientes e de funcionários, utilizando sabonete líquido, álcool em gel 70% (setenta por cento) e toalhas de papel não reciclado;

VII - exigir o uso obrigatório de máscaras domésticas pelos colaboradores e atletas em quando estes permanecerem no local, (ressalvado o período que estiverem realizando a prática de esporte);

VIII - não reutilizar coletes e/ou uniformes de jogos que sejam de uso coletivo sem que haja a higienização dos mesmos após cada uso;

IX - bancos de reserva/descanso deverão ter distância de, pelo menos, 2 m (dois metros) entre si;

X - bolas, equipamentos e quaisquer objetos compartilhados devem, após cada uso, ser higienizados com álcool 70% (setenta por cento);

XI - não permitir a utilização de bebedouros de esguicho, orientando cada usuário a utilizar garrafa de água individualizada e abastecida em casa;

XII - caso seja necessário, exigir o uso de toalhas de forma individual por parte dos clientes, ou que sejam oferecidas toalhas limpas;

XIII - restringir o uso dos vestiários somente aos sanitários, mantendo os chuveiros coletivos interditados, não sendo permitida a troca de

roupas nestes locais.

XIV - suspensão de torneios, competições, festividades ou qualquer outro evento que possa gerar aglomerações;

XV - atender/receber usuários por grupos/times agendados e com intervalo de, no mínimo, 20 (vinte) minutos entre eles, para que se possa realizar a limpeza e desinfecção dos objetos e para que não haja aglomeração entre os usuários;

VI - orientar que pessoas dos grupos considerados de risco, conforme determinação dos órgãos de saúde, não participem dos jogos e atividades em ambiente fechado;

XVII - higienizar, ao menos uma vez ao dia e sempre quando do início das atividades, as superfícies de toque (mesas, cadeiras, maçanetas, teclados, máquinas de cartão de crédito, balcões etc.), preferencialmente com álcool 70% (setenta por cento) ou outro produto adequado;

XVIII - não permitir qualquer aglomeração, especialmente em ambiente fechado, de praticantes antes ou após a realização de jogos ou quaisquer atividades esportivas, assegurando o distanciamento interpessoal.

XIX – os estabelecimentos devem permitir a entrada somente dos praticantes, sendo vedada entrada de espectadores.

XX - Deverá ser fixado em local visível do estabelecimento comercial, preferencialmente na vitrine ou fachada, a informação sobre o número máximo de pessoas que poderão ser atendidas, as regras de higiene e prevenção, bem como as regras de funcionamento;

XXI – Todos os atletas e/ou colaboradores que apresentarem sintomas respiratórios como tosse, Febre, dor de garganta e mal-estar geral devem ser proibidos de adentrarem no local.

Parágrafo único. O horário de funcionamento das quadras poliesportivas, campos de futebol, campos de paintball e congêneres fica restrito das 18h às 23h.

Art. 3º Não será permitido o a utilização dos espaços comuns ou áreas gourmet para realização de eventos, confraternização ou qualquer tipo de reunião que possa ocasionar aglomeração de pessoas.

Art. 4º - Fica proibido a prática de futebol amador, uso das quadras e ginásios de esportes públicos e privados, bem como quaisquer esportes coletivos, ressalvados os descritos no artigo 1º deste Decreto.

Art. 5º - Os estabelecimentos que funcionarem como escolinha de futebol somente poderão funcionar no formato "funcional", das 08:00 horas às 18:00 horas, com limite máximo de 10 (dez) atletas por quadra.

Art. 6º Este Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 06 de julho de 2020.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons

Diretoria Executiva de Legislação

e Expediente

DECRETO Nº 157/2020

Publicação Nº 2552678

DECRETO Nº 157/2020 DE: 06 DE JULHO DE 2020.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2020.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3960/2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 1.017.185,28 (Um milhão, dezessete mil, cento e oitenta e cinco reais e vinte e oito centavos) por conta do excesso de arrecadação nas fontes de recursos: 0.2.28.000277 e 0.1.71.000286, nas dotações abaixo relacionadas:

09. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0902.12.361.0003.1004	Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental	200.000,00
4.4.90.00/0.1.71.000286	Investimentos/Aplicação Direta	200.000,00

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1001.10.302.0004.2033	Manutenção do Hospital da Comarca de Biguaçu	1.017.185,28
3.3.90.00/0.2.28.000277	Outras despesas correntes/Aplicação Direta	1.017.185,28

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 06 de julho de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

DECRETO N° 158/2020

Publicação N° 2552680

DECRETO N° 158/2020 DE: 06 DE JULHO DE 2020.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3960/2019 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3968/2019 - Lei Orçamentária para 2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2020, Lei Municipal nº 3968/2019:

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

1001.10.301.0004.2032	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	871.194,95
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	871.194,95
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	871.194,95

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 06 de julho de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

DECRETO N° 159/2020

Publicação N° 2552681

DECRETO N° 159/2020 DE: 06 DE JULHO DE 2020.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2020.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3960/2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 19.634,00 (Dezenove seiscientos e trinta e quatro reais) na dotação abaixo indicada, por conta do

Superávit Financeiro de 2019, apurado em fonte de recurso:

SUPLEMENTAÇÃO

2201.04.122.0002.2087	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	19.634,00
4.4.90.00/0.3.85.000100	Investimentos/Aplicação Direta	19.634,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 06 de julho de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

EDITAL DE INTIMAÇÃO COMAT N° 006/2020

Publicação N° 2552519

EDITAL DE INTIMAÇÃO COMAT N° 006/2020

O Secretário-Geral da Comissão Municipal de Assuntos Tributários - COMAT, nos termos do art. 334, III da LC 03/2007, e nos termos do art. 26, III do Decreto nº 148/2014, FAZ SABER que por este meio INTIMA os REQUERENTES abaixo qualificados, das Decisões proferidas por esta Comissão, para que no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste, no Diário Oficial dos Municípios, possam apresentar os respectivos pagamentos ou Recursos ao Conselho Municipal de Contribuintes:

Número do Processo	Requerente	CPF/CNPJ	Assunto	Situação
2196/2019	Erondina Maria Nau	***.791.699-**	Isenção do IPTU	Indeferido
4008/2019	Filomena Czoupinski Pettres	***.170.249-**	Isenção do IPTU	Indeferido
14547/2019	Adriano Roberto Fortkamp	***.380.439-**	Revisão de Cálculo ISS	Indeferido

Biguaçu, 06 de julho de 2020.

(assinado eletronicamente)
BRUNO DIOGO MARQUES
Secretário Geral da Comissão Municipal de Assuntos Tributários
Decreto Municipal nº 46/2017

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS, ADITIVOS, APOSTILAS MÊS 06/2020- PMB, FMS E FAMABI

Publicação N° 2552530

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Biguaçu
Extrato Contratual

Contrato N°: 16/2018
Aditivo N°: 16-6/2018/2020
Tipo Aditivo: Prorrogação
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA
Licitação: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 222/2017
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE MANUTENÇÃO, MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, PROJETOS, INVENTÁRIO COM CADASTRO GEOREFERENCIADO, TELEATENDIMENTO INFORMATIZADO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA GESTÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ÁREA URBANA E RURAL DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.
Vigência: Início: 02/06/2020 Término: 05/02/2021
Assinatura: 02/06/2020
Valor R\$ 4.417.608,79 (Quatro Milhões, Quatrocentos e Dezessete Mil, Seiscentos e Oito Reais e Setenta e Nove Centavos)
Dotação: 138 - 24.001.2076.3339030260000000000.1080104000
Dotação: 138 - 24.001.2076.3339039160000000000.1080104000

Dotação: 506 - 24.001.2076.33390302600000000000.3080304000
Dotação: 506 - 24.001.2076.33390391600000000000.3080304000

Contrato Nº: 16/2018
Aditivo Nº: Apostila 4/2020
Tipo Aditivo: Apostila
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA
Licitação: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 222/2017
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE MANUTENÇÃO, MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, PROJETOS, INVENTÁRIO COM CADASTRO GEOREFERENCIADO, TELEATENDIMENTO INFORMATIZADO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA GESTÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ÁREA URBANA E RURAL DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.
Vigência: Início: 15/06/2020 Término: 31/12/2020
Assinatura: 15/06/2020
Valor R\$ 512.885,98 (Quinhentos e Doze Mil, Oitocentos e Oitenta e Cinco Reais e Noventa e Oito Centavos)
Dotação: 138 - 24.001.2076.33390302600000000000.1080104000
Dotação: 138 - 24.001.2076.33390391600000000000.1080104000
Dotação: 506 - 24.001.2076.33390302600000000000.3080304000
Dotação: 506 - 24.001.2076.33390391600000000000.3080304000

Contrato Nº: 26/2020
Aditivo Nº: Apostila 2/2020
Tipo Aditivo: Apostila
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: INDÚSTRIA E COMÉRCIO CARIMBO CENTER LTDA
Licitação: Dispensa de Licitação 26/2020
Objeto: Aquisição de Carimbos, película para uso das secretarias da Prefeitura Municipal de Biguaçu
Vigência: Início: 16/06/2020 Término: 31/12/2020
Assinatura: 16/06/2020
Valor R\$ 160,00 (Cento e Sessenta Reais)
Dotação: 116 - 26.001.2003.33390301600000000000.1000100000
Dotação: 124 - 24.001.2091.33390301600000000000.1000100000
Dotação: 128 - 03.001.2006.33390301600000000000.1000100000
Dotação: 137 - 21.001.2086.33390301600000000000.1000100000
Dotação: 280 - 10.001.2032.33390301600000000000.1020102000
Dotação: 363 - 18.001.2073.33390301600000000000.1000100000
Dotação: 412 - 10.001.2035.33390301600000000000.6670629054
Dotação: 418 - 10.001.2035.33390301600000000000.6380628273

Contrato Nº: 83/2020
Aditivo Nº: 83-1/2020
Tipo Aditivo: Objeto/Valor
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI-EPP
Licitação: Dispensa de Licitação 63/2020
Objeto: Aquisição de cestas básicas em caráter de urgência para serem distribuídas as famílias e indivíduos devido as dificuldades encontradas frente a pandemia do COVID 19, no Município de Biguaçu.
Vigência: Início: 01/06/2020 Término: 19/10/2020
Assinatura: 01/06/2020
Valor R\$ 37.285,00 (Trinta e Sete Mil e Duzentos e Oitenta e Cinco Reais)
Dotação: 152 - 23.002.2061.33390320300000000000.1000100000
Dotação: 520 - 23.002.2061.33390320300000000000.1650138200

Contrato Nº: 115/2020
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: SOCIMAQ EQUIPAMENTOS E PECAS LTDA - EPP
Licitação: Pregão Eletrônico 68/2020
Objeto: Contratação de empresa para execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva, socorro, elétrica, sistemas hidráulicos, com fornecimento de peças genuínas para a Draga do Município de Biguaçu.
Vigência: Início: 01/06/2020 Término: 01/06/2021
Assinatura: 01/06/2020
Valor R\$ 506.000,00 (Quinhentos e Seis Mil Reais)

Contrato Nº: 116/2020
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: MAGNUM LUIZ SERPA
Licitação: Inexigibilidade 82/2020
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL PARA REALIZAÇÃO DE LEILÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DO

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Vigência: Início: 04/06/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura: 04/06/2020

Valor R\$ 0,05 (Cinco Centavos)

Dotação: 148 - 22.001.2087.3339036060000000000.1000100000

Contrato Nº: 118/2020

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: BEMLOCAR SERVIÇOS E COMERCIO EIRELI

Licitação: Dispensa de Licitação 88/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS EXECUTIVOS (SEM MOTORISTA E SEM COMBUSTÍVEL), POR QUILOMETRAGEM LIVRE, PARA USO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, NO TRANSPORTE DE PESSOAS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, CUMPRINDO ASSIM, AS TAREFAS DIÁRIAS DAS SECRETARIAS SOLICITANTES.

Vigência: Início: 10/06/2020 Término: 08/08/2020

Assinatura: 10/06/2020

Valor R\$ 16.950,00 (Dezesseis Mil e Novecentos e Cinquenta Reais)

Dotação: 124 - 24.001.2091.3339039270000000000.1000100000

Dotação: 148 - 22.001.2087.3339039270000000000.1000100000

Dotação: 158 - 09.002.2020.3339039270000000000.1010101000

Dotação: 186 - 16.001.2068.3339039270000000000.1000100000

Dotação: 489 - 10.001.2034.3339039270000000000.3020302000

Contrato Nº: 119/2020

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: COOPERATIVA SABOR DA TERRA - COSAT

Licitação: Dispensa de Licitação 89/2020

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar, em caráter de urgência, para complementar as cestas básicas distribuídas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, às famílias e indivíduos do município que estão enfrentando dificuldades básicas frente a pandemia do COVID 19.

Vigência: Início: 10/06/2020 Término: 06/12/2020

Assinatura: 10/06/2020

Valor R\$ 39.564,00 (Trinta e Nove Mil e Quinhentos e Sessenta e Quatro Reais)

Dotação: 152 - 23.002.2061.3339032030000000000.1000100000

Contrato Nº: 120/2020

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: METALURGICA GR EIRELI - EPP

Licitação: Pregão Eletrônico 41/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE ELEMENTOS DE SERRALHERIA (CORRIMÕES, PORTAS, PORTÕES, TUBOS E TELAS DE AÇO) PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.

Vigência: Início: 15/06/2020 Término: 15/06/2021

Assinatura: 15/06/2020

Valor R\$ 133.636,40 (Cento e Trinta e Três Mil, Seiscentos e Trinta e Seis Reais e Quarenta Centavos)

Dotação: 3 - 15.001.1030.3449030440000000000.1000100000

Dotação: 186 - 16.001.2068.3339037040000000000.1000100000

Dotação: 390 - 15.001.1030.3449030440000000000.3000300000

Dotação: 498 - 22.004.2082.3339037040000000000.3060333000

Contrato Nº: 121/2020

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: ANA CAROLINE CARDOSO EMPREITEIRA EIRELLI

Licitação: Pregão Eletrônico 41/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE ELEMENTOS DE SERRALHERIA (CORRIMÕES, PORTAS, PORTÕES, TUBOS E TELAS DE AÇO) PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.

Vigência: Início: 15/06/2020 Término: 15/06/2021

Assinatura: 15/06/2020

Valor R\$ 139.198,00 (Cento e Trinta e Nove Mil e Cento e Noventa e Oito Reais)

Dotação: 3 - 15.001.1030.3449030440000000000.1000100000

Dotação: 186 - 16.001.2068.3339037040000000000.1000100000

Dotação: 390 - 15.001.1030.3449030440000000000.3000300000

Dotação: 498 - 22.004.2082.3339037040000000000.3060333000

Contrato Nº: 122/2020

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: CRISTIANI LOURI RODRIGUES E CIA LTDA ME

Licitação: Pregão Eletrônico 41/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE ELEMENTOS DE SERRALHERIA (CORRIMÕES, PORTAS, PORTÕES, TUBOS E TELAS DE AÇO) PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.

Vigência: Início: 15/06/2020 Término: 15/06/2021

Assinatura: 15/06/2020
Valor R\$ 49.385,70 (Quarenta e Nove Mil, Trezentos e Oitenta e Cinco Reais e Setenta Centavos)
Dotação: 3 - 15.001.1030.3449030440000000000.1000100000
Dotação: 186 - 16.001.2068.3339037040000000000.1000100000
Dotação: 390 - 15.001.1030.3449030440000000000.3000300000
Dotação: 498 - 22.004.2082.3339037040000000000.3060333000

Contrato Nº: 123/2020
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: SINAL CONSTRUÇÕES LTDA
Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 56/2020
Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços e fornecimento de material, para a reforma do CEIM Dona Virginia, localizada na Rua Treze de Maio, s/n, Prado, neste Município, de acordo com projeto, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e termo de referência, anexos ao processo.
Vigência: Início: 15/06/2020 Término: 15/02/2021
Assinatura: 15/06/2020
Valor R\$ 157.995,21 (Cento e Cinquenta e Sete Mil, Novecentos e Noventa e Cinco Reais e Vinte e Um Centavos)
Dotação: 458 - 09.002.2026.3449051980000000000.1620171275

Contrato Nº: 124/2020
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: MEDMED COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI
Licitação: Dispensa de Licitação 84/2020
Objeto: Aquisição de colchões para o Abrigo Temporário de inverno para as pessoas em situação de rua em meio a pandemia do COVID 19.
Vigência: Início: 23/06/2020 Término: 20/09/2020
Assinatura: 23/06/2020
Valor R\$ 9.450,00 (Nove Mil e Quatrocentos e Cinquenta Reais)
Dotação: 523 - 23.002.2058.3339030200000000000.1350137281

Contrato Nº: 125/2020
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: MIRIAM WAGNER CONSTRUÇÕES -ME
Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 72/2020
Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços e fornecimento de material, para a reconstrução do telhado da escola Básica Municipal Profª Olga de Andrade Borgonovo, no bairro Bom Viver, Prado, neste Município, de acordo com projeto, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e termo de referência, anexos ao processo.
Vigência: Início: 24/06/2020 Término: 24/08/2020
Assinatura: 24/06/2020
Valor R\$ 112.627,10 (Cento e Doze Mil, Seiscentos e Vinte e Sete Reais e Dez Centavos)
Dotação: 68 - 09.002.2020.3449051980000000000.1010101000

Contrato Nº: 128/2019
Aditivo Nº: 128-1/2019/2020
Tipo Aditivo: Prorrogação
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: PEDRO VALDEMIRO MENDES 37557084934
Licitação: Pregão Presencial 80/2019
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SUPORTE DE TELEFONIA E CABEAMENTO ESTRUTURADO, HACKS 40U, SWITCH POE E GERENCIÁVEL 24 E 48 PORTAS LOCALIZADOS NO CPD DA PREFEITURA DE BIGUAÇU E DEMAIS SECRETARIAS.
Vigência: Início: 11/07/2020 Término: 11/07/2021
Assinatura: 24/06/2020
Valor R\$ 36.000,00 (Trinta e Seis Mil Reais)
Dotação: 114 - 08.001.2011.3339039050000000000.1000100000
Dotação: 124 - 24.001.2091.3339039050000000000.1000100000
Dotação: 148 - 22.001.2087.3339039050000000000.1000100000
Dotação: 158 - 09.002.2020.3339039050000000000.1010101000

Contrato Nº: 128/2020
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: DIMAVE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA
Licitação: Inexigibilidade 97/2020
Objeto: Aquisição se faz necessária para atender as necessidades de reposição das pás auto adesivas descartáveis, por se tratar de um único equipamento desse, em nossa CIA de Bombeiro de Biguaçu, tendo em vista de us necessário na área operacional na 3ª CIA de Biguaçu
Vigência: Início: 26/06/2020 Término: 26/06/2021
Assinatura: 26/06/2020
Valor R\$ 6.300,00 (Seis Mil e Trezentos Reais)
Dotação: 160 - 22.004.2082.3339030360000000000.1060133000

Contrato Nº: 129/2020

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: AC2 COMERCIO SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA-ME
Licitação: Dispensa de Licitação 98/2020
Objeto: AQUISIÇÃO DE TERMÔMETRO CLÍNICO DE MEDIÇÃO POR INFRAVERMELHO PARA CONTROLE DO ACESSO DE PESSOAS NO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU EM VIRTUDE DO COVID-19.
Vigência: Início: 26/06/2020 Término: 22/12/2020
Assinatura: 26/06/2020
Valor R\$ 25.935,00 (Vinte e Cinco Mil e Novecentos e Trinta e Cinco Reais)
Dotação: 148 - 22.001.2087.33390303600000000000.1000100000
Dotação: 481 - 10.001.2043.33390303600000000000.2380228277

Contrato Nº: 130/2020
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: ADEMIR BOSQUETTI MATEUS ME
Licitação: Pregão Presencial 47/2020
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SOM VOLANTE E TENDAS PARA A PREFEITURA DE BIGUAÇU.
Vigência: Início: 30/06/2020 Término: 30/06/2021
Assinatura: 30/06/2020
Valor R\$ 38.135,00 (Trinta e Oito Mil e Cento e Trinta e Cinco Reais)
Dotação: 163 - 03.002.2007.33390399900000000000.1000100000

Contrato Nº: 131/2020
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: MOREIRA EVENTOS LTDA EPP
Licitação: Pregão Presencial 47/2020
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SOM VOLANTE E TENDAS PARA A PREFEITURA DE BIGUAÇU.
Vigência: Início: 30/06/2020 Término: 30/06/2021
Assinatura: 30/06/2020
Valor R\$ 28.700,00 (Vinte e Oito Mil e Setecentos Reais)
Dotação: 163 - 03.002.2007.33390399900000000000.1000100000

Contrato Nº: 157/2018
Aditivo Nº: 157-2/2018/2020
Tipo Aditivo: Prorrogação
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: CARLINHOS & JOACIR TERRAPLENAGEM LTDA
Licitação: Dispensa de Licitação 123/2018
Objeto: ALUGUEL PARA ESTACIONAMENTO DOS VEÍCULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE BIGUAÇU. LOCALIZADO SC 407, KM 05, VENDAVAL - BIGUAÇU/SC
Vigência: Início: 12/06/2020 Término: 12/06/2021
Assinatura: 04/06/2020
Valor R\$ 49.405,07 (Quarenta e Nove Mil, Quatrocentos e Cinco Reais e Sete Centavos)
Dotação: 174 - 09.002.2024.33390391000000000000.1360106000

Contrato Nº: 163/2017
Aditivo Nº: Apostila 6/2020
Tipo Aditivo: Apostila
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: 9MM PROPAGANDA LTDA
Licitação: Tomada de Preços para Contratação de Serviços 30/2017
Objeto: Prestação de serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade e ao direito à informação, de promover a venda de bens ou serviços, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar o público em geral. TOMADA DE PREÇOS Nº 30/2017-PMB.
Vigência: Início: 17/06/2020 Término: 13/07/2020
Assinatura: 17/06/2020
Valor R\$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais)
Dotação: 163 - 03.002.2007.33390398800000000000.1000100000
Dotação: 481 - 10.001.2043.33390398800000000000.2380228277

Contrato Nº: 192/2017
Aditivo Nº: 192-9/2017/2020
Tipo Aditivo: Prorrogação
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: ECOSYSTEM SERVICOS URBANOS LTDA
Licitação: Pregão Presencial 158/2017

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza urbana do Município de Biguaçu.

Vigência: Início: 26/06/2020 Término: 26/09/2020

Assinatura: 25/06/2020

Valor R\$ 329.926,53 (Trezentos e Vinte e Nove Mil, Novecentos e Vinte e Seis Reais e Cinquenta e Três Centavos)

Dotação: 111 - 25.001.2092.3339039780000000000.1000100000

Dotação: 391 - 25.001.2092.3339039780000000000.3000300000

Contrato Nº: 196/2017

Aditivo Nº: Apostila 24/2020

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: NEOREDE TELECOMUNICAÇÃO LTDA

Licitação: Pregão Presencial 168/2017

Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de sistema de Telecomunicações, composto de locação de infovia em fibra ótica, infraestrutura de Telefonia SIP IP com locação de telefones Ips, links Full duplex de acesso web e plano de minutagens Voip, para o atendimento da Prefeitura Municipal de Biguaçu e suas Secretarias.

Vigência: Início: 23/06/2020 Término: 28/08/2020

Assinatura: 23/06/2020

Valor R\$ 22.040,94 (Vinte e Dois Mil, Quarenta Reais e Noventa e Quatro Centavos)

Dotação: 128 - 03.001.2006.3339040010000000000.1000100000

Dotação: 148 - 22.001.2087.3339040010000000000.1000100000

Dotação: 148 - 22.001.2087.3339040040000000000.1000100000

Dotação: 150 - 22.001.2016.3339040010000000000.1000100000

Dotação: 484 - 06.001.2005.3339040010000000000.3000300000

Contrato Nº: 343/2015/2015

Aditivo Nº: 343-5/2015/2020

Tipo Aditivo: Prorrogação

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: ANTONIO LOBO DO LIVRAMENTO FILHO

Licitação: Dispensa de Licitação 195/2015

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA PAULO JOSÉ GARCIA, NO BAIRRO CACHOEIRAS, BIGUAÇU, PARA SEDIAR A CASA DO POVO DA REGIÃO NORTE DO MUNICÍPIO, PARA ATENDIMENTO À COMUNIDADE EM GERAL.

Vigência: Início: 06/07/2020 Término: 06/07/2021

Assinatura: 25/06/2020

Valor R\$ 12.609,00 (Doze Mil e Seiscentos e Nove Reais)

Dotação: 114 - 08.001.2011.3339036150000000000.1000100000

Contrato Nº: 0536962-99/2020

Contrato Nº: 07/2019

Aditivo Nº: 7-5/2019/2020

Tipo Aditivo: Prorrogação

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

Licitação: Pregão Presencial 71/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada em terceirização de serviços para atender a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Biguaçu, podendo abranger inclusive a Unidade de Pronto Atendimento 24 horas, Centro de Especialidades Odontológicas, Policlínica Municipal, Vigilância em Saúde, Centro de Atendimento Psicossocial, bem como para atender as Unidades Básicas de Saúde e demais programas de saúde.

Vigência: Início: 21/06/2020 Término: 20/07/2020

Assinatura: 19/06/2020

Valor R\$ 99.549,97 (Noventa e Nove Mil, Quinhentos e Quarenta e Nove Reais e Noventa e Sete Centavos)

Dotação: 286 - 10.001.2035.3339039050000000000.2670229054

Dotação: 304 - 10.001.2035.3339039790000000000.2380228042

Dotação: 409 - 10.001.2035.3339039790000000000.6380628240

Dotação: 514 - 10.001.2035.3339039790000000000.2380228275

Contrato Nº: 10.035/2013/2013

Aditivo Nº: 10.035-13/2013/2020

Tipo Aditivo: Prorrogação

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada: MANOEL VICENTE DA SILVA

Licitação: Dispensa de Licitação 34/2013

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL COM ÁREA DE 205,11M², LOCALIZADO NA RUA JUSTINO ADALBERTO LEAL, Nº 173, BAIRRO CENTRO, BIGUAÇU, PARA ABRIGAR AS INSTALAÇÕES DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Vigência Início: 05/06/2020 Término: 19/06/2020

Assinatura: 05/06/2020

Valor R\$ 991,66 (Novecentos e Noventa e Um Reais e Sessenta e Seis Centavos)

Dotação: 306 - 10.001.2043.3339036150000000000.2380228016

Dotação 309 - 10.001.2041.3339036150000000000.1020102000
Dotação: 429 - 10.001.2041.3339036150000000000.6380628049

Contrato Nº: 10.053/2016/2016
Aditivo Nº: 10.053-8/2016/2020
Tipo Aditivo: Valor (Equilíbrio)
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada: ONSERV SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA
Licitação: Pregão Presencial 8/2016
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DESARMADA 24 HORAS PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS.
Vigência: Início: 26/06/2020 Término: 14/03/2021
Assinatura: 26/06/2020
Valor R\$ 155.824,62 (Cento e Cinquenta e Cinco Mil, Oitocentos e Vinte e Quatro Reais e Sessenta e Dois Centavos)
Dotação: 308 - 10.001.2034.3339039050000000000.2380228015
Dotação: 312 - 10.001.2034.3339039050000000000.1020102000
Dotação: 312 - 10.001.2034.3339037030000000000.1020102000

Contrato Nº: 10.063/2016/2016
Aditivo Nº: 10.063-7/2016/2020
Tipo Aditivo: Valor (Equilíbrio)
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada: ONSERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA
Licitação: Pregão Presencial 7/2016
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEPÇÃO E HIGIENIZAÇÃO PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS.
Vigência: Início: 26/06/2020 Término: 12/04/2021
Assinatura: 26/06/2020
Valor R\$ 216.429,18 (Duzentos e Dezesesseis Mil, Quatrocentos e Vinte e Nove Reais e Dezoito Centavos)
Dotação: 308 - 10.001.2034.3339036250000000000.2380228015
Dotação: 312 - 10.001.2034.3339036250000000000.1020102000
Dotação: 308 - 10.001.2034.3339037010000000000.2380228015
Dotação: 312 - 10.001.2034.3339037020000000000.1020102000
Dotação: 308 - 10.001.2034.3339037020000000000.2380228015
Dotação: 312 - 10.001.2034.3339037010000000000.1020102000
Dotação: 481 - 10.001.2043.3339036250000000000.2380228277

Contrato Nº: 10.063/2016/2016
Aditivo Nº: 10.063-8/2016/2020
Tipo Aditivo: Objeto/Valor
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada: ONSERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA
Licitação: Pregão Presencial 7/2016
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEPÇÃO E HIGIENIZAÇÃO PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS.
Vigência: Início: 29/06/2020 Término: 12/04/2021
Assinatura: 29/06/2020
Valor R\$ 87.643,52 (Oitenta e Sete Mil, Seiscentos e Quarenta e Três Reais e Cinquenta Dois Centavos)
Dotação: 308 - 10.001.2034.3339036250000000000.2380228015
Dotação: 312 - 10.001.2034.3339036250000000000.1020102000
Dotação: 308 - 10.001.2034.3339037010000000000.2380228015
Dotação: 312 - 10.001.2034.3339037020000000000.1020102000
Dotação: 308 - 10.001.2034.3339037020000000000.2380228015
Dotação: 312 - 10.001.2034.3339037010000000000.1020102000
Dotação: 481 - 10.001.2043.3339036250000000000.2380228277

Contrato Nº: 14/2020
Aditivo Nº: Apostila 5/2020
Tipo Aditivo: Apostila
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada: SC HOSPITALR LTDA ME
Licitação: Pregão Eletrônico 50/2019
Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva, Instalação, Calibração, Qualificação, Testes de Segurança Elétrica, em equipamentos médicos hospitalares e odontológicos, pertencentes ao Município de Biguaçu.
Vigência: Início: 18/06/2020 Término: 05/02/2021
Assinatura: 18/06/2020
Valor R\$ 31.520,25 (Trinta e Um Mil, Quinhentos e Vinte Reais e Vinte e Cinco Centavos)
Dotação: 286 - 10.001.2035.3339030250000000000.2670229054
Dotação: 286 - 10.001.2035.3339039170000000000.2670229054

Dotação: 468 - 10.001.2035.33390302500000000000.2380228271
Dotação: 489 - 10.001.2034.33390302500000000000.3020302000
Dotação: 489 - 10.001.2034.33390391700000000000.3020302000
Dotação: 525 - 10.001.2041.33390302500000000000.6060681041
Dotação: 525 - 10.001.2041.33390391700000000000.6060681041

Contrato Nº: 14/2020

Aditivo Nº: Apostila 4/2020

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada: SC HOSPITALR LTDA ME

Licitação: Pregão Eletrônico 50/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva, Instalação, Calibração, Qualificação, Testes de Segurança Elétrica, em equipamentos médicos hospitalares e odontológicos, pertencentes ao Município de Biguaçu.

Vigência: Início: 25/05/2020 Término: 05/02/2021

Assinatura: 25/05/2020

Valor R\$ 50.707,41 (Cinquenta Mil, Setecentos e Sete Reais e Quarenta e Um Centavos Centavos)

Dotação: 308 - 10.001.2034.33390391700000000000.2380228015

Dotação: 309 - 10.001.2041.33390302500000000000.1020102000

Dotação: 308 - 10.001.2034.33390302500000000000.2380228015

Dotação: 424 - 10.001.2041.33390391700000000000.6670629265

Dotação: 476 - 10.001.2035.33390391700000000000.6760628237

Dotação: 476 - 10.001.2035.33390302500000000000.6760628237

Dotação: 428 - 10.001.2041.33390391700000000000.6380628104

Contrato Nº: 48/2020

Aditivo Nº: 48-3/2020

Tipo Aditivo: Prorrogação

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada: MOREIRA EVENTOS LTDA EPP

Licitação: Dispensa de Licitação 20/2020

Objeto: Contratação de locação de tenda para Unidade de Pronto Atendimento 24 horas – UPA24H m virtude Coronavírus disease (COVID-19), conforme o Decreto de Municipal Nº063/2020, Decreto Estadual 515/2020 e conforme a lei nº866 Art. 24 inciso IV.

Vigência: Início: 14/06/2020 Término: 13/07/2020

Assinatura: 10/06/2020

Valor R\$ 6.700,00 (Seis Mil e Setecentos Reais)

Dotação: 295 - 10.001.2035.33390399900000000000.1020102000

Dotação: 481 - 10.001.2043.33390399900000000000.2380228277

Contrato Nº: 51/2020

Aditivo Nº: 51-3/2020

Tipo Aditivo: Prorrogação

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada: ASSOCIAÇÃO CHC DE ADMINISTRAÇÃO E ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

Licitação: Dispensa de Licitação 22/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada em atendimento clínico para atuar junto a equipe da para Unidade de Pronto Atendimento 24 horas – UPA24H em virtude Coronavirus disease (COVID-19), conforme os Decretos de Municipais Nº063/2020 e 069/2020, Decreto Estadual 515/2020 e conforme a lei nº866 Art. 24 inciso IV, podendo ser prorrogado pelo período necessário da emergência epidemiológica.

Vigência: Início: 17/06/2020 Término: 16/07/2020

Assinatura: 16/06/2020

Valor R\$ 179.355,20 (Cento e Setenta e Nove Mil, Trezentos e Cinquenta e Cinco Reais Vinte Centavos)

Dotação: 469 - 10.001.2043.33390397900000000000.1020102000

Dotação: 481 - 10.001.2043.33390397900000000000.2380228277

Contrato Nº: 51/2020

Aditivo Nº: 51-4/2020

Tipo Aditivo: Objeto/Valor

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada: ASSOCIAÇÃO CHC DE ADMINISTRAÇÃO E ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

Licitação: Dispensa de Licitação 22/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada em atendimento clínico para atuar junto a equipe da para Unidade de Pronto Atendimento 24 horas; UPA24H em virtude Coronavirus disease (COVID-19), conforme os Decretos de Municipais Nº063/2020 e 069/2020, Decreto Estadual 515/2020 e conforme a lei nº866 Art. 24 inciso IV, podendo ser prorrogado pelo período necessário da emergência epidemiológica.

Vigência: Início: 25/06/2020 Término: 16/07/2020

Assinatura: 25/06/2020

Valor R\$ 31.372,00 (Trinta e Um Mil e Trezentos e Setenta e Dois Reais)

Dotação: 469 - 10.001.2043.33390397900000000000.1020102000

Dotação: 481 - 10.001.2043.33390397900000000000.2380228277

Contrato Nº: 55/2020
Aditivo Nº: 55-3/2020
Tipo Aditivo: Prorrogação
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada: MOREIRA EVENTOS LTDA EPP
Licitação: Dispensa de Licitação 23/2020
Objeto: Contratação de locação de tenda para Unidade de Pronto Atendimento 24 horas – UPA24H m virtude Coronavirus disease (COVID-19), conforme o Decreto de Municipal Nº063/2020, Decreto Estadual 515/2020 e conforme a lei nº866 Art. 24 inciso IV.
Vigência: Início: 20/06/2020 Término: 19/07/2020
Assinatura: 09/06/2020
Valor R\$ 8.500,00 (Oito Mil e Quinhentos Reais)
Dotação: 295 - 10.001.2035.3339039990000000000.1020102000
Dotação: 481 - 10.001.2043.3339039990000000000.2380228277

Contrato Nº: 63/2020
Aditivo Nº: 63-3/2020
Tipo Aditivo: Prorrogação
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada: MOREIRA EVENTOS LTDA EPP
Licitação: Dispensa de Licitação 31/2020
Objeto: Contratação de locação de sala (desmontagem e remontagem) para Unidade de Pronto Atendimento 24 horas – UPA24H m virtude Coronavirus disease (COVID-19), conforme o Decreto de Municipal Nº063/2020, Decreto Estadual 515/2020 e conforme a lei nº866 Art. 24 inciso IV.
Vigência: Início: 26/06/2020 Término: 25/07/2020
Assinatura: 26/06/2020
Valor R\$ 2.500,00 (Dois Mil e Quinhentos Reais)
Dotação: 385 - 10.001.2043.3339039990000000000.6380628119
Dotação: 481 - 10.001.2043.3339039990000000000.2380228277

Contrato Nº: 110/2019
Aditivo Nº: 110-1/2019/2020
Tipo Aditivo: Prorrogação
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada: NGM SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
Licitação: Inexigibilidade 18/2019
Objeto: Chamada pública para possível contratação de empresas para realização de exames de imagem e cardiológicos.
Vigência: Início: 17/06/2020 Término: 17/06/2021
Assinatura: 16/06/2020
Valor R\$ 86.400,00 (Oitenta e Seis Mil e Quatrocentos Reais)
Dotação: 289 - 10.001.2043.3339039500000000000.2380228119
Dotação: 308 - 10.001.2034.3339039500000000000.2380228015

Contrato Nº: 111/2019
Aditivo Nº: 111-1/2019/2020
Tipo Aditivo: Prorrogação
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada: M&F CLINICA E DIAGNOSTICO POR IMAGEM SS
Licitação: Inexigibilidade 18/2019
Objeto: Chamada pública para possível contratação de empresas para realização de exames de imagem e cardiológicos.
Vigência: Início: 17/06/2020 Término: 17/06/2021
Assinatura: 16/06/2020
Valor R\$ 556.200,00 (Quinhentos e Cinquenta e Seis Mil e Duzentos Reais)
Dotação: 289 - 10.001.2043.3339039500000000000.2380228119
Dotação: 308 - 10.001.2034.3339039500000000000.2380228015

Contrato Nº: 113/2019
Aditivo Nº: 113-2/2019/2020
Tipo Aditivo: Prorrogação
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Contratada: CLÍNICA MÉDICA E DE IMAGEM SANTA PAULINA LTDA
Licitação: Inexigibilidade 18/2019
Objeto: Chamada pública para possível contratação de empresas para realização de exames de imagem e cardiológicos.
Vigência: Início: 17/06/2020 Término: 17/06/2021
Assinatura: 16/06/2020
Valor R\$ 112.800,00 (Cento e Doze Mil e Oitocentos Reais)
Dotação: 289 - 10.001.2043.3339039500000000000.2380228119
Dotação: 308 - 10.001.2034.3339039500000000000.2380228015

Contrato Nº: 116/2019

Aditivo Nº 116-1/2019/2020

Tipo Aditivo: Prorrogação

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada: TL PORTO CENTRO MEDICO LTDA

Licitação: Inexigibilidade 18/2019

Objeto: Chamada pública para possível contratação de empresas para realização de exames de imagem e cardiológicos.

Vigência: Início: 19/06/2020 Término: 19/06/2021

Assinatura: 16/06/2020

Valor R\$ 295.075,00 (Duzentos e Noventa e Cinco Mil e Setenta e Cinco Reais)

Dotação: 289 - 10.001.2043.3339039500000000000.2380228119

Dotação: 308 - 10.001.2034.3339039500000000000.2380228015

Contrato Nº: 117/2020

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada: SC HOSPITALR LTDA ME

Licitação: Dispensa de Licitação 60/2020

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR PARA UPA DE BIGUAÇU, EM VIRTUDE DA COVID - 19.

Vigência: Início: 08/06/2020 Término: 04/12/2020

Assinatura: 08/06/2020

Valor R\$ 28.300,00 (Vinte e Oito Mil e Trezentos Reais)

Dotação: 392 - 10.001.2043.3449030360000000000.6330670185

Contrato Nº: 126/2020

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada: LUIZ FERNANDO DE GENARO

Licitação: Dispensa de Licitação 63/2020

Objeto: Aquisição de máscara cirúrgica tripla descartável em virtude Coronavirus disease (COVID-19).

Vigência: Início: 24/06/2020 Término: 20/12/2020

Assinatura: 24/06/2020

Valor R\$ 23.520,00 (Vinte e Três Mil e Quinhentos e Vinte Reais)

Dotação: 481 - 10.001.2043.3339030360000000000.2380228277

Contrato Nº: 127/2020

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada: CENTRO DE RECUP. DE DEPEND. DE SUB.PSICOATIVAS - KAIROS

Licitação: Dispensa de Licitação 64/2020

Objeto: Contratação de empresa para atender o abrigo Municipal (provisório) para pessoas em vulnerabilidade social (moradores de rua).

Constituído dos profissionais: Orientador Social, diurno: 02 profissionais; Orientador Social Noturno: 02 profissionais; Coordenador: 01 profissional; Abordagem de rua diurno: 01 profissional; Abordagem de rua noturno: 01 profissional; Recreador: 02 profissionais

Vigência: Início: 26/06/2020 Término: 22/12/2020

Assinatura: 26/06/2020

Valor R\$ 71.158,38 (Setenta e Um Mil, Cento e Cinquenta e Oito Reais e Trinta e Oito Centavos)

Dotação: 481 - 10.001.2043.3339039990000000000.2380228277

Contrato Nº: 244/2018

Aditivo Nº: Apostila 12/2020

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada: ATUAL MEDICA GESTAO DE SAUDE LTDA

Licitação: Pregão Presencial 47/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDER A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS BEM COMO PARA ATENDER AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E DEMAIS PROGRAMAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Vigência: Início: 02/06/2020 Término: 14/11/2020

Assinatura: 02/06/2020

Valor R\$ 378.000,18 (Trezentos e Setenta e Oito Mil Reais e Dezoito Centavos)

Dotação: 296 - 10.001.2044.3339034020000000000.2380228187

Dotação: 489 - 10.001.2034.3339034020000000000.3020302000

Dotação: 544 - 10.001.2034.3339034020000000000.1520152000

Dotação: 545 - 10.001.2034.3339034020000000000.1530153000

Biguaçu, 07 de julho de 2020

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal de Biguaçu

EXTRATO DE REEQUILÍBRIO DE ITEM DO REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2020-PMB, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 80/2020-PMB

Publicação Nº 2551885

EXTRATO DE REEQUILÍBRIO DE ITEM DO REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2020-PMB, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 80/2020-PMB

O Município de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, através da Unidade Gestora – PREFEITURA MUNICIPAL pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ nº82.892.308/0001-53, estabelecida na Praça Nereu Ramos, nº 75 - Centro – Biguaçu, aqui representado pela Secretária de Administração Sra. DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI, por delegação de competência (Decreto nº 11, de 27/01/2017 e Portaria nº 660/2019, de 19/03/2019), vem por deste instrumento, autorizar o reequilíbrio do item relacionado abaixo em decorrência do processo licitatório nº 36/2020, modalidade Pregão Eletrônico, que teve por objeto a Aquisição de combustível, através de tanque aéreo, para os veículos das Secretarias de Administração, Agricultura, Assistência Social, Educação, Receita, Obras, Cultura, Transporte, Desenvolvimento econômico, Orçamento Participativo, Defesa Civil, Gabinete do Prefeito, Procuradoria, Secretaria de Saúde e FAMABI, nos termos do artigo 65, II, “d” da Lei nº 8.666/93 e artigos 17, 18 e 19 do Decreto Federal nº 7892/13, conforme subsegue:

Alterações do item						
	Antes			Depois		
Data	Vencedor	Preço Unitário	Preço Total	Vencedor	Preço Unitário	Preço Total
24/06/2020	1092847 - WALEN-DOSKI DIST. DE COMBUSTIVEL LTDA	3,89	575720,00	1092847 - WALEN-DOSKI DIST. DE COMBUSTIVEL LTDA	4,09	605320,00

Biguaçu, 06 de julho de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI

Secretária Municipal de Administração

LEI Nº 3988/2020

Publicação Nº 2552035

LEI Nº 3988/2020 DE 24 DE JUNHO DE 2020.

DENOMINA VIA PÚBLICA “ESTRADA DIOGO FERREIRA DA COSTA” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NEI CLÁUDIO DA CUNHA, Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu-SC, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Fica denominada de “Estrada Diogo Ferreira da Costa”, a via pública com extensão de aproximadamente 1.250,00 metros, largura variando entre 5,00 e 6,00 metros. A referida rua inicia a partir da Rua Paulo Francisco de Andrade com coordenadas geográficas, latitude 27º25’51.40” S e longitude 48º45’41.07” O e termina na extrema do terreno do Srº Rui Barbosa da Costa, com latitude 27º25’25.68” S e longitude 48º45’44.42” O, bairro Três Riachos, Localidade São Matheus – Biguaçu/SC.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 24 de junho de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito MunicipalLei nº 3988/2020, de 24/06/2020
Promulgada em 24/06/2020
Reg. Publ. n/dataMarivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente**PE 96/2020 - PMB**

Publicação Nº 2551777

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 96/2020 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO.

Recebimento das Propostas: das 14:00h do dia 07/07/2020, às 14:00h do dia 20/07/2020.

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14:15h do dia 20/07/2020, no endereço eletrônico comprasbr.com.br, horário de Brasília. Local para obtenção do edital: o site da Prefeitura bigua.atende.net e site comprasbr.com.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 30944100.

Biguaçu, 02 de julho de 2020.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 1524/2020

Publicação Nº 2551893

PORTARIA nº 1524 de 01 de julho de 2020

Instaura Processo Administrativo Disciplinar de Rito Sumário, nos termos do art. 207 e 212, caput da Lei Complementar nº 53/2012 e art. 13 do Decreto 71/2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Instaura Processo Administrativo Disciplinar de Rito Sumário para apurar responsabilidade do(a) servidor(a), ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SAÚDE I, por possível infração praticada no exercício de suas atribuições, conforme Processo n.º 14413/2019, nos termos do art. 176, caput da Lei Complementar nº 53/2012.

Art. 2º Designar os(as) servidores(as) Leandro de Souza Cunha, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, Marisete da Silva Rocha, ocupante do cargo efetivo de Procurador do Município, e Giovani Rafael Gasparetto, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, nomeados pela Portaria nº 3369/2019, para que, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar de Rito Sumário, visando a apuração de suposta irregularidade disciplinar quanto ao fato do servidor se encontrar de atestado no Município de Biguaçu e laborar no Município de Governador Celso Ramos.

Parágrafo único: O prazo para conclusão do processo é de 02/07/2020 a 01/08/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 01 de julho de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1531/2020

Publicação Nº 2552494

PORTARIA nº 1531 de 06 de julho de 2020

Torna sem efeito a Portaria nº 694/2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 694 de 03 de março de 2020, que retifica a Portaria nº 535 de 20 de fevereiro de 2020, na qual admite o(a) servidor(a) Elizete Schmidt dos Santos, para desempenhar as funções do cargo de Professor II – Educação Fundamental.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/02/2020.

Biguaçu, 06 de julho de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

TP99/2020-PMB

Publicação Nº 2551713

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 99/2020- PMB

Objeto: contratação de empresa especializada com fornecimento de material e prestação de serviços para a pavimentação asfáltica, implantação de sistema de drenagem das Ruas Célio de Oliveira, Julieta Ferreira e Servidão Salum Silva, Bairro Rio Caveiras, Município de Biguaçu, de acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária, projetos, cronograma físico-financeiro, partes integrantes desse processo.

ENTREGA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Até 13:45 horas do dia 23/07/2020, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Dia 23/07/2020, às 14:00 horas no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: site da PMB: <https://biguacu.atende.net>, ou no Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 30944100.

Biguaçu, 06 de julho de 2020.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

DL65-2020-FMS

Publicação Nº 2551830

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 65/2020-FMS

OBJETO: Aquisição de medicamentos para uso nas Unidades Básicas de Saúde e UPA através de compra direta, devido a não cotação em dois pregões PE33/2020 e PE57/2020.

EMPRESA CONTRATADA: Promefarma Representações Comerciais Ltda

VALOR: R\$ 26.900,00 (vinte e seis mil e novecentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
489 10/1 2034 3339039270000000000

VIGÊNCIA: 31/12/2020, a partir da assinatura do contrato.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94. É dispensável a licitação:

V- quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas”.

JUSTIFICATIVA: Optou-se por Dispensa de Licitação, tendo em vista a falta de cotação nos Pregões Eletrônicos 33/2020 e 57/2020.

O contratado apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como a Secretaria requisitante apresentou 03 (três) orçamentos cujos documentos encontram-se acostados ao Processo. O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Biguaçu, 06 de julho de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Por delegação – Daniela Garcia Fabricio Galiani
Secretária de Administração

Blumenau

PREFEITURA

DECRETO Nº 12.706/2020

Publicação Nº 2552268

DECRETO Nº 12.706, DE 02 DE JULHO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, § 1º, II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "a", da Lei Municipal nº 8.818, de 12 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício, no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, fonte de recursos 0152.00000, no valor de R\$ 1.536.536,00 (um milhão, quinhentos e trinta e seis mil, quinhentos e trinta e seis reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

29 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2901 – Fundo Municipal de Assistência Social

Atividade 29.01.08.244.0055.2393 – Serv. Esp. Abord. Soc. p/ Pessoas Sit. de Rua

Modalidade 4.4.90 (103) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Fonte de Recursos 0152.00000

Atividade 29.01.08.244.0055.2394 – Ações Comp. Prot. Soc. Média Complexidade

Modalidade 4.4.90 (104) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Fonte de Recursos 0152.00000

Atividade 29.01.08.244.0055.2396 – Ações Comp. Prot. Social de Alta Complexidade

Modalidade 3.3.90 (101) Aplicações Diretas R\$ 192.936,00

Modalidade 4.4.90 (102) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Fonte de Recursos 0152.00000

Atividade 29.01.08.244.0066.2328 – Ben. Event. Tran. Renda e Subsídio Financeiro

Modalidade 3.3.90 (100) Aplicações Diretas R\$ 1.063.600,00

Fonte de Recursos 0152.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 02 de julho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.710/2020

Publicação Nº 2552272

DECRETO Nº 12.710, DE 06 DE JULHO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL EXTRAORDINÁRIO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, em conformidade com o art. 167, §3º da Constituição Federal e com o art. 41, inciso III e art. 44 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020, que declarou estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional extraordinário no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto 31.01.10.122.0068.2550 – Enfrentam. da Emergência COVID19

Modalidade 3.3.50 (159) Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 7.000.000,00

Modalidade 3.3.90 (160) Aplicações Diretas R\$ 5.000.000,00

Modalidade 3.3.93 (161) Aplicações Diretas R\$ 2.000.000,00

Modalidade 3.3.50 (163) Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 10.000.000,00

Fonte de Recurso 0238.00040

Modalidade 4.4.50 (165) Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 6.000.000,00
Fonte de Recurso 0102.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de julho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.248/2020

Publicação Nº 2552276

PORTARIA Nº 24.248, DE 02 DE JULHO DE 2020.

NOMEIA MEMBROS PARA CONSTITUÍREM O
CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – CMHIS E O CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
DE INTERESSE SOCIAL – FMHIS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, “g” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o disposto nos artigos 18 e 21, da Lei Complementar nº 1.014, de 11/12/2015, e atendendo a solicitação efetuada através do Memorando GAB/SEMUDES nº 20/20, de 19/06/2020, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 1.014, de 11/12/2015 e no Decreto nº 10.991, de 21/06/2016, para constituírem o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS e o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, juntamente com os demais membros:

ROMEY HORST FRITZKE e TIAGO VIRGÍLIO KRUEGER, representante titular e suplente da Política de Desenvolvimento Social, em substituição a TIAGO VIRGÍLIO KRUEGER e DANIELA FERNANDA CARDOSO, nomeados pelas Portarias nº 22.685/2019 e nº 24.059/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 02 de julho de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

CONCORRÊNCIA Nº 03-011/2020

Publicação Nº 2552283

MUNICÍPIO DE BLUMENAU

Concorrência nº 011/2020

OBJETO: Contratação empresa para execução de 50(cinq-enta) Faixas de Travessia Elevada em vias urbanas do Município de Blumenau, compreendendo os serviços preliminares; terraplenagem; obras de arte correntes e drenagem; pavimentação; obras complementares e sinalização, obedecendo às características e peculiaridades de cada local/projeto, conforme especificações constantes neste edital – SMTT. ABERTURA DOS ENVELOPES: dia 06 de agosto de 2020 às 09:00 horas. EDITAL COMPLETO: sem custas via e-mail: licitacoes@blumenau.sc.gov.br e/ou site oficial do Município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. BASE LEGAL: Lei nº 8.666/93 e alterações e legislação complementar. Informações (47) 3381-6277/(47) 3381-6724. Blumenau, 06/07/2020. ANDERSON ROSA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2020

Publicação Nº 2552297

MUNICÍPIO DE BLUMENAU - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2020

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de sustentação da aplicação, manutenção evolutiva e manutenção adaptativa ao software denominado PRONTO, software desenvolvido na plataforma GeneXus™, instalado na prefeitura municipal de Blumenau, pelo período de 01 (um) ano - SEMUS/FMS. INÍCIO DA SESSÃO: dia 17 de julho de 2020, às 14h00min. Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br Edital disponível via e-mail: lene@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <https://www.blumenau.sc.gov.br/participar-de-licitacoes> Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 07/07/2020 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

ERRATA - RESOLUÇÃO CMHIS Nº 03/2020

Publicação Nº 2552315

Na Resolução CMHIS nº 03/2020, publicada na Edição Nº 3188, em 02/07/2020 (Quinta-feira, Página 109, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, onde se lê: RESOLUÇÃO CMHIS Nº. 03/2020, leia-se: RESOLUÇÃO CMHIS Nº. 01/2020

DATA DE ABERTURA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2218/2020 - SAMAE

Publicação Nº 2552373

DATA ABERTURA
PREGÃO PRESENCIAL 06-2218/2020.

OBJETO: Registro de preço para possível aquisição de cestasemferro e açogalvanizado para coleta de lixo, pelo período de 01 (um) ano - SAMAE. ENTREGA ENVELOPES: dia 21 de julho de 2020, às 08:30 horas, ABERTURA ENVELOPES: dia 21 de julho de 2020, às 09:00 horas. EDITAL COMPLETO: sem custas site oficial do município (www.blumenau.sc.gov.br) e/ou (www.samae.com.br) e/ou via e-mail fernando-gomes@samae.com.br ou tiagofelipe@samae.com.br Contatos (47) 3331-8423. Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e nº 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau (SC), 07/07/2020.

Michael Raul Schneider
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 7719/2020 - SAMAE

Publicação Nº 2552385

PORTARIA Nº 7719/20
CONCEDE A CONVERSÃO DA LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS AUTÁRQUICOS MUNICIPAIS.

MICHAEL SCHNEIDER, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 23.764, de 20 de janeiro de 2020, RESOLVE:

CONCEDER

Licença Prêmio em Pecúnia, conforme art. 146 e art. 151, parágrafos 2º e 3º, da Lei Complementar nº. 660, de 28 de novembro de 2007, regulamentado pelo Decreto nº. 8.613, de 1º de fevereiro de 2008, em seus artigos 5º e 6º, aos servidores:

ANTONIO KNOPP SOARES, cadastro nº. 1271-8, servidor público autárquico municipal desde 19/05/1994, ocupante do cargo de provimento efetivo de Encanador de Manutenção Oficial, lotada na Diretoria de Operações, conforme Processo Administrativo nº. 296/2006;

ARY CELIO ESPINDOLA, cadastro nº. 983-0, servidor público autárquico municipal desde 19/09/1989, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Computador, lotada na Diretoria Administrativo- Financeira, conforme Processo Administrativo nº. 281/2006;

CLAUDECIR BOF, cadastro nº. 1503-3, servidor público autárquico municipal desde 05/06/2000, ocupante do cargo de provimento efetivo de Encanador de Manutenção Oficial, lotada na Diretoria de Operações, conforme Processo Administrativo nº. 280/2006;

DALVINO TENFEN, cadastro nº. 1485-0, servidor público autárquico municipal desde 03/04/2000, ocupante do cargo de provimento efetivo de Encanador de Manutenção Oficial, lotada na Diretoria de Operações, conforme Processo Administrativo nº. 294/2006;

JULIO CESAR PEREIRA, cadastro nº. 1500-9, servidor público autárquico municipal desde 15/05/2000, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, lotada na Diretoria de Operações, conforme Processo Administrativo nº. 236/2005;

LAURI LUIZ CORREA, cadastro nº. 1501-7, servidor público autárquico municipal desde 15/05/2000, ocupante do cargo de provimento efetivo de Encanador de Manutenção Oficial, lotada na Diretoria de Operações, conforme Processo Administrativo nº. 245/2005;

MAURI GERCINO GAMBETA, cadastro nº. 823-0, servidor público autárquico municipal desde 16/06/1987, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Manutenção, lotada na Diretoria de Operações, conforme Processo Administrativo nº. 293/2006.

Samae, 29 de junho de 2020.

MICHAEL SCHNEIDER
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 7720/2020 - SAMAE

Publicação Nº 2552391

PORTARIA N.º 7720/20

CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL AOS SERVIDORES PUBLICOS AUTARQUICOS MUNICIPAIS.

MICHAEL SCHNEIDER, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 23.764, de 20 de janeiro de 2020, RESOLVE:

CONCEDER

Promoção Horizontal com base nos Artigos 24º e 25º, inciso I, da Lei Complementar nº. 661 de 28 de novembro de 2007, a partir de 01 de junho de 2020, de acordo com o Processo Administrativo Nº. 306/2006 aos servidores:

Cadastro	Servidor	Cargo	Novo Padrão de Vencimento	GO
1302-1	JORGE LUIZ MASSANEIRO	ENCANADOR DE MANUTENÇÃO M. OFICIAL	L	GO
1370-6	JOSE FERNANDES LIMA	GEOFONADOR	M	GO
717-0	KARLA KAESTNER	AGENTE ADMINISTRATIVO	M	GF
1985-2	KAROLIN WAGNER	BIÓLOGO	C	GE
1309-9	LUIZ FERNANDO CARVALHO DE SOUZA JUNIOR	ELETRICISTA DE OPERAÇÃO OFICIAL	M	GF
709-9	NIVALDO AIRTON DA VEIGA	OPERADOR DE COMPUTADOR	M	GF

Samae 29 de junho de 2020.

MICHAEL SCHNEIDER
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 7730/2020 - SAMAE

Publicação Nº 2552393

PORTARIA Nº 7730/20

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR RESPONSABILIDADE.

MICHAEL SCHNEIDER, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 23.764, de 20 de janeiro de 2020, RESOLVE:

DETERMINAR

a instauração de processo administrativo disciplinar, a ser conduzido pela Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, para apurar a responsabilidade disciplinar do servidor público L.F.F., matrícula 2500691, ocupante de cargo de provimento efetivo de Advogado, lotado na Diretoria Jurídica, por supostamente infringir, o artigo 176, III (manter, nas relações de trabalho ou não, comportamento condizente com a sua qualidade de servidor público e de cidadão.), V (tratar com urbanidade os demais servidores e o público em geral), e o artigo 177, XXVII (infligir maus tratos morais ou físicos, em serviço, a servidor ou a particular) da Lei Complementar n. 660, de 28 de novembro de 2007.

Samae, 03 de julho de 2020

MICHAEL SCHNEIDER
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 7731/2020 - SAMAE

Publicação Nº 2552395

PORTARIA Nº 7731/20

DISPENSA O SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA.

MICHAEL SCHNEIDER, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 23.764,

de 20 de janeiro de 2020, RESOLVE:

DISPENSAR

O servidor público autárquico municipal relacionado, ocupante de cargo de provimento efetivo do Quadro Permanente de Pessoal:

IVAN MACHADO, cadastro 1304-8, Operador de ETA/ETE, lotado na Diretoria de Operações, da Função Gratificada de Confiança de Chefe de Estação de Tratamento, símbolo FGC 100%, a contar de 06/07/2020.

Samae, 03 de julho de 2020

MICHAEL SCHNEIDER
Diretor Presidente

PORTARIA N° 7732/2020 - SAMAE

Publicação N° 2552397

PORTARIA N° 7732/20

PRORROGA CESSÃO DE SERVIDORA.

MICHAEL SCHNEIDER, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3° da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar N° 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria N° 23.764, de 20 de janeiro de 2020, RESOLVE:

PRORROGAR CESSÃO

Com base no Artigo 22, Inciso VIII, § 5º e observado o parágrafo 6º, da Lei Complementar N° 660/2007, de 28 de novembro de 2007, do servidor:

CLEANIR CRISTIANE VILANOVA, servidora pública autárquica municipal, cadastro nº 1954-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, do Quadro Permanente de Pessoal da Autarquia desde 24 de outubro de 2013, lotado na Diretoria Administrativo- Financeira, ao Tribunal Regional Eleitoral, pelo prazo de um (01) ano, a contar de 22 de julho de 2020, de acordo com o Processo Administrativo nº 312/1906.

Samae, 06 de julho de 2020.

MICHAEL SCHNEIDER
Diretora Presidente

PORTARIA N° 7733/2020 - SAMAE

Publicação N° 2552425

PORTARIA N° 7733/20

PROFERE DECISÃO ACERCA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR N° 001/2019.

MICHAEL SCHNEIDER, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3° da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar N° 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria N° 23.764, de 20 de janeiro de 2020, RESOLVE:

DETERMINAR

O arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2019, instaurado para apuração de responsabilidade disciplinar do servidor público J.J.T, cadastro 1980-1.

Samae, 06 de julho de 2020.

MICHAEL SCHNEIDER
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 7924/2020 - ISSBLU

Publicação Nº 2552434

PORTARIA N.º 7924/2020

REVOGA A PORTARIA N.º 1857/2009 QUE SUSPENDEU OS EFEITOS DA PORTARIA N.º 704/2005.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, e

CONSIDERANDO a decisão judicial, emanada nos autos n.º 0018563-34.2007.8.24.0008, do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, resolve

REVOGAR

a Portaria N.º 1857, de 7 de agosto de 2009, reestabelecendo os efeitos da Portaria n.º 704, de 16 de junho de 2005, que concedeu aposentadoria por tempo de contribuição, ao servidor público municipal VALDIR JENSEN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cirurgião-Dentista, com proventos proporcionais, com o valor atualizado em R\$ 5.121,75 (cinco mil, cento e vinte e um reais e setenta e cinco centavos), com efeitos a contar de 01 de julho de 2020.

Blumenau, 06 de julho de 2020.

RICARDO BOF
Presidente em exercício

RETIFICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 146/2019 - FURB

Publicação Nº 2552437

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Retificação do Pregão Presencial (SRP) nº. 416/2019

Objeto: Registro de Preços para contratações futuras de serviços de inspeção técnica e manutenção de primeiro, segundo e terceiro níveis, com fornecimento de peças, em extintores de incêndio, bem como a realização de testes hidrostáticos em mangueiras de combate a incêndio, para a Universidade.

A Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB) informa que o Edital do certame epigrafado foi retificado, a fim de promover alterações no edital.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes foram alterados para: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 21 de julho de 2020, às 09 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 08 de julho de 2020.

Marco Aurélio de Oliveira
Divisão de Administração de Materiais
Portaria nº. 043 de 1º de fevereiro de 2019

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 134/2020

Publicação Nº 2552448

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Presencial (SRP) nº. 134/2020

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras de materiais de marcenaria para a Universidade.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 23 de julho de 2020, às 9 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 08 de julho de 2020.

Marco Aurélio de Oliveira
Divisão de Administração de Materiais
Portaria nº. 043 de 1º de fevereiro de 2019

CONCORRENCIA (SRP) Nº 138/2020 - FURB

Publicação Nº 2552501

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Concorrência (SRP) nº. 138/2020

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras de material médico hospitalar e de higiene e beleza para a Universidade.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 11 de agosto de 2020, às 09 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais no. 8.666/93 e Alterações.

Blumenau, 08 de julho de 2020.

Marco Aurélio de Oliveira
Divisão de Administração de Materiais
Portaria nº. 043 de 1º de fevereiro de 2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2020 - FURB

Publicação Nº 2552506

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Presencial nº. 035/2020

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços, com fornecimento de materiais, para substituição da cobertura do Bloco H - Biblioteca Central do Campus I da FURB.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 28 de julho de 2020, às 09 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 08 de julho de 2020.

Marco Aurélio de Oliveira
Divisão de Administração de Materiais
Portaria nº. 043 de 1º de fevereiro de 2019

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PROCESSO LICITATÓRIO N° 35/2020

Publicação N° 2552267



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA



JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Tomada de Preços n°: 07/2020

Processo n°: 35/2020

Objeto: TOMADA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA CONSTRUÇÃO DE 6 (SEIS) CASAS, PADRÃO POPULAR, DE MADEIRA, FORNECENDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS, CONFORME PROJETOS, NESTE MUNICÍPIO.

I – Das Preliminares

Trata-se de recurso administrativo interposto contra decisão da Comissão Permanente de Licitações (CPL) no processo licitatório em questão, com a abertura dos envelopes de habilitação realizada no dia 16/06/2020, e segundo os fatos constantes na “Ata de Recebimento e Abertura de Documentação”. Recorrente, a empresa VANESSA SILVA DE LIMA EIRELLI CNPJ n° 24.418.322/0001-13, TEMPESTIVAMENTE protocolizou o recurso no dia 22/06/2020. Ademais, a empresa licitante ARTEFATOS DE MADEIRA REGIS LTDA CNPJ n° 02.801.221/0001-94, apresentou suas contrarrazões ao recurso, também TEMPESTIVAMENTE, no dia 26/06/2020.

II – Das Razões Apresentadas pela Empresa VANESSA SILVA DE LIMA EIRELLI

A empresa em questão apresentou suas razões recursais requerendo, em síntese:

- 1) a imediata anulação dos atos administrativos praticados após a protocolização da impugnação ao edital, protocolada no dia 15/06/2020 em razão da ausência de motivação do ato administrativo que indeferiu o pedido;
- 2) a inabilitação da empresa licitante ARTEFATOS DE MADEIRA REGIS LTDA pela não apresentação de documento hábil para comprovar a qualificação técnica exigida pelo edital;

Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro
Bom Jardim da Serra – SC
Fone: (49) 3232-0197



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA



- 3) o reconhecimento da ilegalidade da exigência da Certidão Negativa de Protestos na fase de habilitação, por entender a licitante que tal exigência extrapola o rol taxativo de documentos estabelecidos no artigo 31 da Lei de Licitações e afronta o disposto no artigo 3º do referido diploma legal.

Apresentou também a recorrente contrarrazões prévias às alegações da empresa ARTEFATOS DE MADEIRA REGIS, empresa esta que constou em ata da sessão a motivação de que “o *licitante VANESSA SILVA DE LIMA EIRELLI não apresentou a documentação de acordo com o item 12.4.3.2 do edital (...)*”. A recorrente alega nas suas contrarrazões que “a *licitante Vanessa, não só apresentou tal documento em nome do profissional, bem como em seu próprio nome, indo além do exigido pelo edital, não havendo qualquer fundamento para a procedência do pleito*”.

III – Das Contrarrazões da Empresa ARTEFATOS DE MADEIRA REGIS

Ante os argumentos expostos pela recorrente, a empresa ARTEFATOS DE MADEIRA REGIS LTDA afirma que “a *recorrente busca apenas tumultuar o procedimento licitatório por meio de argumentos as quais tem conhecimento de que não prevalecem, seja no TCU, no judiciário ou na doutrina*”. Sendo assim, solicita que:

- 1) não seja acolhido o recurso intentado pela empresa VANESSA SILVA DE LIMA EIRELLI, indeferindo-o na forma constante na presente peça (contrarrazões interpostas);
- 2) a continuidade do certame com a abertura das propostas das duas empresas participantes e habilitadas, para fins legais.

IV – Da Análise do Recurso da Empresa VANESSA SILVA DE LIMA EIRELLI

a) Primeiramente, quanto à razão apresentada pela recorrente no que concerne à ausência de motivação ao ato que declarou a INTEMPESTIVIDADE da impugnação ao edital por parte da CPL, cabe ressaltar que a decisão sobre a impugnação deu-se no mesmo dia da protocolização da mesma, ou seja, na data de 15/06/2020. Contudo, houve o erro por parte da Administração em não publicar o ato da decisão no mesmo dia, publicação esta ocorrendo somente no dia 22/06/2020, mesma data que a empresa protocolizou seu recurso, o que, por consequência, acarretou no descrito pela recorrente como “ausência de motivação do ato”. PROCEDENTE O MÉRITO da recorrente.

Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro
Bom Jardim da Serra – SC
Fone: (49) 3232-0197



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA



b) Quanto ao requerimento para inabilitar a empresa ARTEFATOS DE MADEIRA REGIS LTDA pela presumida não apresentação de documentos hábeis em comprovar a devida qualificação técnica, conforme exigido pelo item 12.4.2 do edital, cumpre salientar que a empresa em questão apresentou o Atestado de Capacidade Técnica-Operacional juntamente com a Certidão de Acervo Técnico (CAT), com todos os elementos o qual o referido item exigia.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos que o responsável técnico DIONI DELA JUSTINA CREA 148609-0, profissional responsável técnico pela empresa, ARTEFATOS DE MADEIRA REGIS LTDA ME, inscrita no CNPJ – 02.801.221/0001-94 foram contratados pelo MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO, CNPJ 83.102.434/0001-20 para a realização dos serviços abaixo relacionados, com as seguintes características:

Dados da Obra ou Serviço Técnico

Contrato: O Contrato 003, firma parceria entre o Profissional, a Empresa e o Município, todos citados acima.

Objeto do Contrato: O presente contrato tem por objetivo a prestação de serviços profissionais, Projeto, Execução e Supervisão de Estrutura de Madeira e Fundação Superficial tipo Sapata. Projeto e Supervisão de Estrutura Metálica.

Endereço: PRAÇA OTTO MULLER, nº10, CENTRO, PRESIDENTE GETÚLIO – SC.

Contratante: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO, CNPJ 83.102.343/0001-20.

Proprietário: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO, CNPJ 83.102.343/0001-20.

Responsável Técnico: Engenheiro Civil Dioni Dela Justina, Registro SC S1 148609-0 RNP: 2516333579.

Atividade Executada: Projeto, Execução e Supervisão de estrutura de madeira contendo 54,00m², Projeto, Execução e Supervisão de Fundação Superficial tipo sapata contendo 14 unidades. Projeto e Supervisão de Estrutura Metálica, contendo 15,14m².

Observação: Projeto e execução de Playground Infantil, contendo: 2 Torres de madeira plástica e componentes de polietileno, 1 escorregador, 1 tobogã, 1 escada, 1 rampa, 1 escada de Cordas, 1 Gira Gira 1 Balanço.

Período de Execução: Obra iniciada em 21/01/2019 e concluída em 25/02/2019.

Agrônomo: 02/10/2019

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO
Cargo: **Chefe Gabinete**
José Adalicio Krieger
PJ: 83.102.343/0001-20



TABELIONATO DE NOTAS E DE PROTESTO
COMARCA DE PRESIDENTE GETÚLIO - SC
Assinado por: SEMELANCA a 11m de 2019
Assinado por: SEMELANCA a 11m de 2019
Assinado por: SEMELANCA a 11m de 2019
Assinado por: SEMELANCA a 11m de 2019

Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro
Bom Jardim da Serra – SC
Fone: (49) 3232-0197



PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM DA SERRA



 <p>Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA-SC</p> <p>CERTIFICADO DE Aciervo TécniCO - CAT Resolução nº 1.025, de 20 de outubro de 2009</p>	CREA-SC CAT COM REGISTRO DE ATENDIMENTO 252019110724 <i>Avaliação concluída</i>	 <p>Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina</p> <p>Certidão de Aciervo Técnico - CAT Resolução nº 1.025, de 20 de outubro de 2009</p>	CREA-SC CAT COM REGISTRO DE ATENDIMENTO 252019110724 <i>Avaliação concluída</i>
<p>CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009 do Conselho, que consta dos assentamentos desta Comissão Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina - CREA-SC, o Aciervo Técnico do(a) profissional(ões) de Responsabilidade Técnica-ART abaixo descrito(s):</p>			
<p>Profissional.....DIONET DA SILVA JOTAIA Registro.....Nº 114889-9 C.R.E.....673.035.089-45 Data Nas.....31/01/1990 Titulo.....ENGENHEIRO CIVIL DIPLOMADO EM 31/03/2017 FOLIO(A) UNIVERSIDADE DESenvolvimento ALTO VALE S RIO DO SUL SC</p>			
<p>*ART 6887444-3 Empresa.....ARTEFATOS DE MADEIRA RECIS LTDA ME Proprietário.....MUNICIPIO DE PRESIDENTE GETULIO Endereço Obra.....RUA OTTO MUELLER 10 FRETADA Bairro.....CENTRO 91910 - PRESIDENTE GETULIO SC Registrada em 25/02/2019 Valida em 03/06/2019 Período (Previsto) - Início: 21/01/2019 Término.....: 25/02/2019 Autoria: INDIVIDUAL Tipo.....: NORMAL PROBLEMA EXECUCAO EXECUCAO ESTRUTURA DE MADEIRA Dimensão do Trabalho ..: 54,00 METRO(S) QUADRADOS) SUPERVISAO ESTRUTURA DE MADEIRA Dimensão do Trabalho ..: 54,00 METRO(S) QUADRADOS) PROJETO EXECUCAO FUNDAOÇÃO SUPERSPECIAL TIPO SAPATA Dimensão do Trabalho ..: 14,00 UNIDADES(S) SUPERVISAO FUNDAOÇÃO SUPERSPECIAL TIPO SAPATA Dimensão do Trabalho ..: 14,00 UNIDADES(S) PROJETO EXECUCAO SUPERVISAO ESTRUTURA DE METAL Dimensão do Trabalho ..: 15,14 METRO(S) QUADRADOS) PROJETO E EXECUÇÃO DE PLAYGROUND INFANTIL CONTENDO : TORRE DE MADEIRA PLASTICA E COMPONENTES DE POLIÉSTIRENO ; ESCORREGADOR ; TORÇÃO ; ESCADA ; RAMPA ; ESCADA DA ILHA ; BALÇO</p>			
<p>Certidão de Aciervo Técnico nº 252019110724 emitida em 08/10/2019</p>			

A CAT é emitida eletronicamente e o documento que compõe o registro do profissional no CREA.

A CAT é emitida eletrônica com vinculação automática entre as capacidades profissionais da pessoa física habilitada ou responsável técnico habilitado dentro da entidade a ser registrada no seu próprio banco por meio de transferência eletrônica no momento da solicitação ou da entrega das empresas.

A CAT é válida por 05 (cinco) anos contados a partir da emissão.

Certidão de Aciervo Técnico n.º 252019110724
08/10/2019,13:31:10

A CAT é emitida eletronicamente e o documento que compõe o registro do profissional no CREA.

A CAT é emitida eletrônica com vinculação automática entre as capacidades profissionais da pessoa física habilitada ou responsável técnico habilitado dentro da entidade a ser registrada no seu próprio banco por meio de transferência eletrônica no momento da solicitação ou da entrega das empresas.


A CAT é válida por 05 (cinco) anos contados a partir da emissão.

A CAT poderá ser utilizada em caso de modificação das dados técnicos qualificados e quantitativos, desde que sejam, bem como de alteração da situação de registro da ART.

A autenticação e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do CREA-SC através do link [http://www.crea-sc.org.br](#).

A falsificação incorrerá em multa prevista no Código Penal Brasileiro, cabendo ao autor a respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina
Ribeiro Alves Garza, 2125 - Ananias - Fátima (SC) CEP: 88034-001
Telefone: (48) 321-5500 Fax: (48) 321-3205 Email: crea@crea-sc.org.br



Como demonstrado, não há mérito na solicitação de inabilitar a empresa ARTEFATOS DE MADEIRA REGIS LTDA.

**Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro
Bom Jardim da Serra – SC
Fone: (49) 3232-0197**



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA



c) Registra-se também que a recorrente VANESSA SILVA DE LIMA EIRELLI apresentou a documentação regular como exigido pelo item 12.4.3.2 do edital, conforme demonstrado em suas contrarrazões.

d) Quanto à solicitação para reconhecer ilegalidade da exigência pela Administração Pública Municipal da Certidão Negativa de Protestos (item 12.3.2 do edital), há mérito nas razões da empresa recorrente, uma vez que há diversas decisões de órgão administrativos e judiciais nesse sentido, algumas dessas decisões demonstradas no próprio recurso interposto, configurando assim, equívoco por parte da Administração na exigência do referido documento em edital e a consequente inabilitação das empresas pela não apresentação do mesmo.

V – Da Análise das Contrarrazões da Empresa ARTEFATOS DE MADEIRA REGIS LTDA

Como demonstrado anteriormente, no item IV, b, a empresa apresentou a documentação exigida pelo item 12.3.2 do edital, documentação esta regular e aceita pela CPL como prova de sua capacidade técnica na execução de obras/serviços similares ao objeto do certame. Assim, julga-se PROCEDENTE as contrarrazões apresentadas.

VI – Da Conclusão e Decisão

A Administração Municipal, através do seu setor de licitações, achou por bem exigir dos licitantes interessados a Certidão Negativa de Protestos para que fosse comprovada a qualificação econômica-financeira dos participantes, e assim, resguardar o município de eventuais prejuízos. Porém, não se atentou da ilegalidade de tal exigência, tomando conhecimento a administração e a CPL desta ilegalidade somente depois dos protestos feitos pelos licitantes participantes.

Quanto a impugnação ao edital protocolada no dia 15/06/2020 pela empresa VANESSA SILVA DE LIMA EIRELLI, entendeu a CPL pela intempestividade da mesma pelos motivos constantes no “JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO VANESSA SILVA DE LIMA EIRELLI”, publicado no site oficial municipal, motivos estes validados através de parecer jurídico do advogado municipal. Ocorre que, mais uma vez, há mérito nos protestos da empresa VANESSA SILVA DE LIMA EIRELLI em dois pontos:

a) na falta de motivação do ato, pelo fato ocorrido descrito anteriormente no item IV, a;

**Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro
Bom Jardim da Serra – SC
Fone: (49) 3232-0197**



PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM DA SERRA



b) erro de datas, não observado pela CPL, em dizer o edital no seu item 11.1, que a data para a entrega dos envelopes de documentação de Habilitação e Propostas deveria ser feita até o dia 17/06/2020.

Ora, sabe-se que a abertura dos envelopes de habilitação ocorreram na data marcada de 16/06/2020, e segundo a Lei nº 8.666/93, as impugnações ao edital devem ser feitas em até 2 (dois) dias úteis antes da abertura dos envelopes. Em consequência deste erro de datas, o licitante achou-se no direito de interpor recurso dia 15/06/2020, requerer a tempestividade do mesmo e a análise do mérito.

Com todos esses fatos narrados ao setor jurídico municipal, este alertou a CPL, através de parecer, da possível judicialização do processo, com prejuízo aos cofres públicos e aos próprios beneficiários do objeto da licitação, uma vez que o objeto tem por fim, também, a atender um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) firmado entre o Município e Ministério Público.

Sendo assim, tomando como base o sugerido através de parecer jurídico, e também, tomando como base na já bem conhecida Súmula 473/STF, a qual dispõe que:

“A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial. “

Decide a Comissão Permanente de Licitações por ANULAR o processo licitatório em questão, com a devida correção de erros e ajustes necessários ao edital, e posterior publicação em novo processo licitatório.

Encaminhado à autoridade superior para apreciação decisão final.

Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro
Bom Jardim da Serra – SC
Fone: (49) 3232-0197



PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM DA SERRA



Cléber de Ávila Garcia
Presidente da CPL

Juçara de Assunção
Membro

Rosmari Ribeiro de Lima
Membro

Bom Jardim da Serra, 06 de Julho de 2020.

Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro
Bom Jardim da Serra – SC
Fone: (49) 3232-0197

Bom Jesus**PREFEITURA****ATA HABILITAÇÃO CP 1/2020**

Publicação Nº 2551286

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS CNPJ: 01.551.148/0001-87 RUA PEDRO BORTOLUZZI C.E.P.: 89824-000 - Bom Jesus - SC	CONCORRÊNCIA P/ ALIENAÇÃO Nr.: 1/2020 - CA Processo Administrativo: 38/2020 Processo de Licitação: 38/2020 Data do Processo: 28/05/2020
Folha: 1/1	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Alienação de bem imóvel com 3.807,00 m² com 480m² de área edificada (barracão), com dimensões 12x40 metros, construído de concreto armado pré-moldado, piso bruto, localizado no Loteamento Industrial, em Bom Jesus/SC.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr.

Ao(s) 6 de Julho de 2020, às 08:24 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 002/2020, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 38/2020, Licitação nº. 1/2020 - CA, na modalidade de Concorrência para Alienação.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

VISPOLI MODAS LTDA (2780), representada pelo Sr. Rafael Antonio Sartori de Oliveira.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- Dando início a sessão, o Presidente da Comissão Permanente de Licitações, Sr. Leandro Mocellin, recebeu os 2 (dois) envelopes exigidos pelo Edital de Concorrência Pública nº 1/2020 (01 - Documentação, 02 - Proposta Financeira), da empresa VISPOLI MODAS LTDA (2780), que foram protocolizados tempestivamente. Ato contínuo, nos termos dos itens 6, foi aberto o envelope 01 - documentação. Da análise da documentação, verificou-se que a empresa apresentou pendências quanto à CND Estadual. Considerando que a participante é Microempresa, comprovado a partir da juntada de Certidão Simplificada e Declaração, nos termos do item 5.2.7 do Edital, concede-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação do documento regularizado, conforme o item 5.2.8 e 5.2.9 do Edital, contados a partir desta data.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Bom Jesus, 6 de Julho de 2020

COMISSÃO:

LEANDRO LUÍS MOCELLIM - - Presidente da Comissão de Licitação
DENISE PEDOTT BRANDALIZE - - SECRETÁRIA
ROSANE SIQUEIRA - - MEMBRO
JORGE ENDRYGO BRINKER - - MEMBRO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

Rafael A. S. de Oliveira - - Representante

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 137/2020, DE 06 DE JULHO DE 2020.

Publicação Nº 2551309

PORTARIA Nº 137/2020, DE 06 DE JULHO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO SAÚDE DE PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento saúde de pessoa da Família a Servidora Municipal Sra. Eleni Pereira Schmitt, portadora do CPF sob nº 928.735.619-04, inscrita na matrícula sob nº 709-9, ocupante do cargo de Agente de Biblioteca Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, conforme Atestado Médico, para acompanhar e cuidar de sua mãe, no período de 06 de julho de 2020 a 20 de julho de 2020, conforme previsto nos arts. 75 e 76 da Lei 542/2006 (Estatuto dos Servidores).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 06 de julho de 2020.

RONALDO LUIZ SENER
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2020

Publicação Nº 2551806

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 1185/2020

PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 16/2020

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Ronaldo Luiz Senger, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 09:30 horas do dia 17 de julho de 2020, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial tendo como objeto a eventual e parcelada terceirização de horas máquina para apoio aos serviços dos departamentos de estrada e rodagens(DMER), obras e serviços urbanos e agricultura.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto ao setor de licitações do Município, sita a Av. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: licitacao@bomjesusdoeste.sc.gov.br ou pelo site www.bomjesusdoeste.sc.gov.br.

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 06 de julho de 2020.

Ronaldo Luiz Senger
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 21/2020

Publicação Nº 2552455

Extrato Contrato 21/2020 Dispensa de Licitação 17/2020

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Casas da Agua Materiais para Construção Ltda.

Objeto: Aquisição de 1000 unid telhas 2,44x0,50m 4mm e 60 pct prego 18x30 para telha, para distribuição as pessoas atingidas pelo vendaval intenso ocorrido no dia 30/06/2020 no município de Bom Retiro, conforme especifica o Decreto Municipal nº 58/20.

Valor Estimado: R\$ 13.480,00 (treze mil quatrocentos e oitenta reais)

Bom Retiro, 03 de julho de 2020.

Vilmar José Neckel

Prefeito Municipal

EXTRATO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 07/2020

Publicação Nº 2552094

EXTRATO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 07/2020

Objeto: Contratação de serviços técnicos especializados de escritório advocatício, para atuação em processo judicial perante a Justiça Federal e o Tribunal Regional Federal da 4ª Região e demais instancias que forem necessárias, com o objetivo de liberar recursos bloqueados judicialmente pelo processo nº 5000160-92.2018.4.04.9333. Fundamentação Legal: Artigo 25, inciso II da Lei 8.666/93. Razão da escolha: A referida empresa possui vasta e notória especialidade no caso em questão. Contratante: Município de Bom Retiro. Contratada: Menezes Niebuhr Advocacia, CNPJ: 07.857.617/0001-77. Valor Total: R\$ 20.000,00.

Bom Retiro, 07 de julho de 2020.

Vilmar José Neckel

Prefeito Municipal

Botuvera**PREFEITURA****PL42/2020-PE36/2020-MINI ESCAVADEIRA HIDRÚLICA NOVA**

Publicação N° 2552431

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ
PROCESSO LICITATÓRIO N° 42/2020-PE N°36/2020

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que encontra-se aberta Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, para aquisição de 1(uma) MINI ESCAVADEIRA HIDRÁULICA NOVA, ZERO HORA/KM, para a Secretaria de obras. Entrega de propostas a partir de 07/07/2020, sessão de abertura será em 20/07/2020 às 9:30 horas, (horário de Brasília) no portal www.bll.org.br, conforme especificado no Edital. Edital encontra-se disponível nos sites www.bll.org.br e www.botuvera.sc.gov.br. Informações pelo telefone (47)3359-3200 e e-mail: licitacao@botuvera.sc.gov.br. Botuverá, 06 de julho de 2020.

Angelo Luiz Venzon
Secretário de Obras

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº 8653-2020

Publicação Nº 2552562

DECRETO nº 8.653, DE 06 DE JULHO DE 2020.

Declara Situação de Emergência a área do Município afetada por TEMPESTADE LOCAL/CONVECTIVA – VENDAVAL - COBRADE 1.3.2.1.5, conforme IN/MI 02/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 82 da Lei Orgânica do Município, e pelo Inciso VI do art. 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO:

- O Decreto Estadual nº 700, de 02 de julho de 2020, que decretou Situação anormal, caracterizada como estado de calamidade pública, nas áreas dos municípios do Estado de Santa Catarina, afetados por evento adverso natural, grupo meteorológico, causando vendaval, conforme o COBRADE 1.3.2.1.5;
- A ocorrência de vendaval no dia 30 de junho de 2020, com ventos que podem ter chegado a 91 km/h, conforme análise dos danos pela escala de Beaufort, presentes no Formulário de Informação de Desastres – FIDE;
- Como consequência deste desastre, resultaram danos e prejuízos, constantes no Formulário de Informação de Desastres – FIDE, Nº SC – F – 4202909 – 13215 – 20200630;
- Ocorreu a queda de inúmeras árvores nas áreas urbana e rural do Município, além do destelhamento de várias residências e prédios públicos;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como TEMPESTADE LOCAL/CONVECTIVA – VENDAVAL - COBRADE 1.3.2.1.5, conforme IN/MI 02/2016.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC), nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC).

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no artigo 5º do Decreto-lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º Sempre que possível, essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Com base no inciso IV do artigo 24 da Lei 8.666, de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (L.C 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de julho de 2020.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

ANDRE CRISTIANO ARCHER
Diretor de Proteção e Defesa Civil

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8654-2020

Publicação Nº 2552693

DECRETO nº 8.654, DE 06 DE JULHO DE 2020.

Estabelece novas medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município,

Considerando a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e a Portaria nº 454, de 20 de março de 2020, expedida pelo Ministério da Saúde, declarando em todo território nacional o estado de transmissão comunitária do novo coronavírus, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente de Covid-19;

Considerando a situação epidemiológica apresentada pelo Estado de Santa Catarina, através da Matriz de Avaliação de Risco Potencial de 23 de junho de 2020, relacionada à região do Médio Vale do Itajaí, incluindo a região como risco potencial grave da doença do novo coronavírus;

Considerando a dinâmica e celeridade necessárias no processo decisório na região do Médio Vale do Itajaí, sem prejuízo da observância dos princípios da precaução e prevenção sanitária e de saúde pública;

Considerando a variação do avanço da doença, principalmente nas dimensões de isolamento social e investigação/testagem e isolamento de casos;

Considerando a Matriz Multiescalar Territorial Covid-19 e as recomendações pelo Governo Estadual, avaliadas de forma regionalizada, com adoção de critérios técnicos-científicos para autorizar ou suspender atividades que acarretem incremento do risco sanitário à sua população, além da avaliação do risco x benefício da atividade para autorizar funcionamentos e/ou restrições no seu território;

Considerando as discussões entre a Comissão de Governança Regional, a Comissão Intergestores Regional e os prefeitos da região em reunião no dia 3 de julho;

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto estabelece, sem prejuízo daquelas já estabelecidas e em vigor, novas medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19), no âmbito do Município de Brusque, pelo período de 14 dias, a partir de 6 de julho de 2020.

Art. 2º Os estabelecimentos que comercializam gêneros alimentícios (mercados, mercearias e supermercados) deverão seguir as diretrizes sanitárias do Estado: <http://dados.sc.gov.br/dataset/covid-19-diretrizes-sanitarias/resource/093d8933-94ba-4f3f82f6-074f73c3a632>, aferindo a temperatura corporal dos clientes e de seus funcionários, antes de adentrarem no recinto.

Art. 3º Nos serviços que envolvem a alimentação, é obrigatória seguir as normativas sanitárias estabelecidas pelo Estado: COVID – 19 – Diretrizes Sanitárias – Diretrizes Sanitárias- Alimentação, e ainda:

I – Restaurante – até as 23 h é permitido atendimento à la carte, de bufê e rodízio. Após as 23 h o atendimento é restrito apenas para retirada no balcão ou tele-entrega;

II - Lanchonetes / food-trucks (ambulantes) / bares / pub / conveniências (em postos de gasolina ou não) / tabacarias / similares – funcionamento até as 23 h. Após as 23 h, o atendimento fica restrito para tele-entrega e retirada no balcão, ficando vedado o consumo de qualquer gênero alimentício, inclusive bebidas, no local;

III – Padaria / confeitaria: funcionamento até as 23 h. Após as 23 h, atendimento restrito para tele-entrega e retirada no balcão, ficando vedado o consumo de qualquer gênero alimentício, inclusive bebidas, no local;

IV – Serviços de retirada no balcão: fica vedado o consumo de qualquer gênero alimentício, inclusive bebidas, no local.

Art. 4º Ficam proibidas as atividades em cinemas, teatros, casas noturnas, bem como a realização de eventos, shows e espetáculos – públicos ou privados.

Art. 5º Fica suspenso o calendário de eventos esportivos organizados pela Fundação Municipal de Esportes, bem como o acesso público a

eventos e competições da iniciativa privada.

Art. 6º Ficam suspensas as aulas presenciais de cursos superiores e técnicos.

Art. 7º A fiscalização dos estabelecimentos referidos neste Decreto ficará a cargo das equipes de Vigilância Sanitária e das equipes de Segurança Pública.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de julho de 2020.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 003-2019

Publicação Nº 2552550

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 003-2019

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 003/2019 entre o Município de Brusque e GUARATUBA TRANSPORTES EIRELI CNPJ: 13.781.925/0001-69 Objeto: termo aditivo prorrogação de 20/05/2020 a 19/05/2021 e reajuste R\$ 94.901,00 Origem Pregão nº 002/2019 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Edson Garcia e Anderson Mafra

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 004-2019

Publicação Nº 2552555

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 004-2019

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 004/2019 entre o Município de Brusque e ARTE E VIGOR COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA CNPJ: 04.508.770/0001-09 Objeto: termo aditivo prorrogação 11/06/2020 a 10/06/2021 e reajuste R\$ 56.535,00 Origem Pregão nº 004/2019 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Edson Garcia e Evandro Hochsprung

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 079-2019

Publicação Nº 2552557

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 079-2019

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 079/2019, entre o Município de Brusque e SANTA TEREZINHA TRANSPORTE E TURISMO S/A. CNPJ: 82.988.858/0001-70 Objeto: Aditivo de prorrogação de prazo no valor de R\$ 2.942.184,00 Origem: Inexigibilidade 010/2019 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO x HERMES ARTUR KLANN.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024-2020-SAMAE

Publicação Nº 2552568

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO nº 024/2020
PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS FLEXÍVEIS

DECISÃO: Pelo exposto, determino o cancelamento do presente certame, na forma dos fundamentos apresentados pelo parecer técnico e o parecer jurídico. 02/07/2020. DEJAIR MACHADO. Diretor Presidente SAMAE - Brusque

LEI Nº 4.299-2020

Publicação Nº 2552564

LEI N. 4.299, DE 03 DE JULHO DE 2020.

Dispõe sobre a fixação e o pagamento do subsídio mensal dos Vereadores da Câmara Municipal de Brusque para a legislatura 2021 a 2024.

O PREFEITO DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio mensal dos Vereadores da Câmara Municipal de Brusque, para o período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024, é fixado no valor de R\$ 10.167,47 (dez mil e cento e sessenta e sete reais e quarenta e sete centavos).

§ 1º Na hipótese de licença para tratamento de saúde, o Presidente e os Vereadores, estando vinculados ao Regime Geral de Previdência Social, perceberão o equivalente à complementação do subsídio mensal, a partir do benefício previdenciário efetivamente pago.

§ 2º É facultado ao Vereador, quando for servidor titular de cargo, emprego ou função:

I - perceber as vantagens de seu cargo, emprego ou função cumulativamente com o subsídio mensal de Vereador previsto no caput deste artigo, desde que haja compatibilidade de horários;

II - optar pela sua remuneração de origem.

§ 3º Em razão da representação do Poder Legislativo Municipal e da sua responsabilidade como gestor da Câmara, o Vereador que exercer a Presidência terá seu subsídio mensal fixado em R\$ 13.731,22 (treze mil e setecentos e trinta e um reais e vinte e dois centavos).

§ 4º O substituto legal, nas hipóteses previstas no Regimento Interno da Câmara, no caso de substituir o Presidente em seus impedimentos legais, licenças e ausências, perceberá proporcionalmente aos dias de titularidade do cargo, o valor do subsídio mensal previsto no § 3º deste artigo.

Art. 2º O valor do subsídio mensal dos Vereadores será anualmente revisado com o mesmo índice e na mesma data em que for realizada a revisão geral da remuneração dos servidores do município.

§ 1º No ano de 2021, a revisão do subsídio dos Vereadores será proporcional ao número de meses computados de janeiro até o mês da revisão geral anual dos servidores do município.

§ 2º Na hipótese de o índice da revisão geral anual agregar ao subsídio mensal dos Vereadores valor que supere um dos tetos remuneratórios constitucionalmente previstos, haverá o respectivo redutor.

§3º É vedada a recuperação de valores do subsídio mensal dos Vereadores, em anos seguintes, quando não concedidos em decorrência da extrapolação dos limites legais e constitucionais.

Art. 3º O valor do subsídio mensal dos Vereadores não poderá ser alterado durante a legislatura.

Parágrafo único. A revisão prevista no art. 2º desta Lei não é considerada como alteração de valor do subsídio mensal, limitando-se a assegurar a irredutibilidade da remuneração, em relação ao valor de origem.

Art. 4º A ausência de Vereador na Ordem do Dia de Sessão Plenária Ordinária ou Extraordinária, sem justificativa legal, determinará um desconto em seu subsídio mensal no valor de R\$ 1.270,93 (um mil, duzentos e setenta reais e noventa e três centavos).

Parágrafo único. Considera-se como justificativa legal, para efeitos deste artigo:

- a) ausência de matéria a ser votada;
- b) a não realização de reunião por falta de quórum, relativamente aos Vereadores presentes;
- c) a participação em eventos destinados a atualização e orientação para o desempenho do mandato;
- d) quando representar o Poder Legislativo em eventos no qual a Câmara participar;
- e) quando das ausências por motivos relevantes não previstos nas alíneas a, b, c e d, sujeito à aprovação do Plenário.

Art. 5º As sessões plenárias extraordinárias, solenes e especiais não serão remuneradas.

Art. 6º O subsídio mensal dos Vereadores será pago normalmente durante os recessos parlamentares, independentemente de convocação de sessão legislativa extraordinária.

Art. 7º O suplente de Vereador, quando convocado, receberá subsídio mensal, nos termos previstos nesta Lei, de forma proporcional ao período de tempo que permanecer na titularidade do cargo, independentemente do número de sessões plenárias que participar.

Art. 8º Os Vereadores contribuirão, no período a que se refere esta Lei, para o Regime Geral de Previdência Social, observadas as regras

previstas na legislação federal previdenciária.

§ 1º No caso de o Vereador ser titular de cargo efetivo, a contribuição será feita para o respectivo Regime Próprio de Previdência Social, observadas as regras da legislação previdenciária aplicável ao caso.

§ 2º Na hipótese do inciso I do § 2º do art. 1º desta Lei, havendo acúmulo de remuneração, o Vereador contribuirá, observada a respectiva legislação previdenciária:

I – para o Regime Geral da Previdência Social, com incidência sobre o valor do subsídio mensal pago pela Câmara;

II – para o Regime Próprio de Previdência Social, com incidência sobre o valor da sua remuneração de origem.

Art. 9º As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelos créditos orçamentários e respectivas dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2021, cessando seus efeitos em 31 de dezembro de 2024.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de julho de 2020.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

DR. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.300-2020

Publicação Nº 2552566

LEI N. 4.300, DE 03 DE JULHO DE 2020.

Dispõe sobre a fixação e o pagamento do subsídio do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais para a legislatura 2021 a 2024, no município de Brusque/SC.

O PREFEITO DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio mensal do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, para o período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024, no município de Brusque, é fixado de acordo com os seguintes valores:

I – Prefeito: R\$ 30.068,39 (trinta mil e sessenta e oito reais e trinta e nove centavos).

II – Vice-Prefeito: R\$ 14.578,62 (quatorze mil, quinhentos e setenta e oito reais e sessenta e dois centavos).

III - Secretários Municipais: R\$ 14.351,12 (quatorze mil, trezentos e cinquenta e um reais e doze centavos).

§ 1º O Chefe de Gabinete do Prefeito e o Procurador-Geral, para os efeitos desta Lei, são considerados Agentes Políticos com as mesmas prerrogativas de Secretário Municipal.

§ 2º No caso de substituição do Prefeito, durante seus impedimentos legais, licenças e ausências, o substituto legal receberá proporcionalmente aos dias de titularidade do cargo, o valor do subsídio mensal previsto no inciso I.

§ 3º O Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais receberão gratificação natalina em valor equivalente ao seu respectivo subsídio mensal.

§ 4º O Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais farão jus ao gozo de férias e adicional de um terço, calculado sobre o valor do respectivo subsídio mensal.

§ 5º Fica vedado a acumulação do subsídio mensal do Vice-Prefeito com o vencimento do cargo na Administração Direta ou Indireta do Município, devendo optar ou pelo subsídio ou pelo vencimento do cargo que vier a ocupar.

§ 6º Na hipótese de licença para tratamento de saúde, o Prefeito, o Vice-Prefeito estando vinculados ao Regime Geral de Previdência Social perceberão o equivalente à complementação do subsídio mensal, a partir do benefício previdenciário efetivamente pago.

§ 7º É vedada a recuperação de valores do subsídio mensal do Prefeito e do Vice-Prefeito, em anos seguintes, quando não concedidos em decorrência da extrapolação dos limites legais e constitucionais.

Art. 2º O valor do subsídio mensal do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais será anualmente revisado com o mesmo índice e na mesma data em que for realizada a revisão geral da remuneração dos servidores do município.

Parágrafo único. No ano de 2021, a revisão do subsídio do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais será proporcional ao número de meses computados do mês de janeiro até o mês da revisão geral anual dos servidores do município.

Art. 3º O valor do subsídio mensal de Prefeito e de Vice-Prefeito e Secretários Municipais não poderá ser alterado durante a legislatura.

Parágrafo único. A revisão prevista no art. 2º desta Lei não é considerada como alteração de valor do subsídio mensal, limitando-se a assegurar a irredutibilidade da remuneração, em relação ao valor de origem.

Art. 4º O Prefeito, o Vice-Prefeito e os Secretários Municipais contribuirão, no período a que se refere esta Lei, para o Regime Geral de Previdência Social, observadas as regras previstas na legislação federal previdenciária.

Parágrafo único. No caso do Prefeito, do Vice-Prefeito ou dos Secretários Municipais serem titulares de cargo efetivo, a contribuição será feita para o respectivo Regime Próprio de Previdência Social, observadas as regras da legislação previdenciária aplicável ao caso.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelos créditos orçamentários e respectivas dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2021, cessando seus efeitos em 31 de dezembro de 2024.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de julho de 2020.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

DR. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.301-2020

Publicação Nº 2552567

LEI N. 4.301, DE 03 DE JULHO DE 2020.

Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos do Atletismo de Brusque.

O PREFEITO DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos do Atletismo de Brusque, devidamente inscrita no CNPJ sob o n. 07.922.087/0001-01, com sede e foro nesta cidade de Brusque.

Art. 2º À Entidade de que trata o artigo primeiro ficam assegurados os benefícios da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de julho de 2020.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

DR. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.348-2020-ERRATA

Publicação Nº 2552572

ERRATA

Em razão de equívoco contido na Portaria n. 13.348, de 28 de abril de 2020, publicada em 30 de abril de 2020, no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, faz-se a retificação da referida Portaria, de acordo com o que segue:

1. Onde se lê:

“Art. 1º Substituir membro representante de entidade não governamental no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, nomeado pela Portaria n. 13.199, de 27 de janeiro de 2020, conforme segue:

(...) omissis

II – Representantes Não Governamentais:

a) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE:

Titular: Ariana Alupes Vanel

(...) omissis”.

Leia-se:

“Art. 1º Substituir membro representante de entidade não governamental no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, nomeado pela Portaria n. 13.199, de 27 de janeiro de 2020, conforme segue:

(...) omissis

II – Representantes Não Governamentais:

(...) omissis

b) Associação de Pais, Profissionais e Amigos dos Autistas de Brusque e Região – AMA

Titular: Ariana Alupes Vanel

(...) omissis”.

2. As demais informações constantes na Portaria supramencionada permanecem inalteradas.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de julho de 2020.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.401-2020

Publicação Nº 2552574

PORTARIA N. 13.401, DE 03 DE JULHO DE 2020.

Nomeia servidor.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 144/2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Em razão da exoneração do servidor Waldir da Silva Neto, do cargo de Coordenador, Padrão CC-V, lotado no Instituto Brusquense de Planejamento - IBPLAN, fica nomeado Carlos Alexandre Reis para exercer a função do respectivo cargo de provimento em comissão, lotado no Instituto Brusquense de Planejamento – IBPLAN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de julho de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

JEFERSON PETERMANN

Diretor-Presidente do Instituto Brusquense de Planejamento - IBPLAN

PORTARIA Nº 13.402-2020

Publicação Nº 2552578

PORTARIA N. 13.402, DE 06 DE JULHO DE 2020.

Designa servidores para responderem pela Secretaria de Saúde.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores Camila Fernanda Valle Pereira e Rodrigo Cesari, para responderem, de forma interina, pela Secretaria de Saúde, sem o acréscimo de quaisquer vantagens financeiras, podendo, para tanto, praticarem todos os atos necessários para o bom andamento da referida Secretaria, a partir de 06 de julho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06 de julho de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de julho de 2020.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 1319-2020

Publicação Nº 2552579

PORTARIA Nº 1319/2020

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c/ com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos do Art. 5º. Lei Complementar 313 de 29/05/2020, a servidora VERA LUCIA DA ROSA, matrícula nº 721409-06, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado médico a contar do dia 04/06/2020 sendo concedido afastamento entre os dias 19/06/2020 a 30/06/2020

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o Art. 1º da Normativa 001/2020 de 29/04/2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 19/05/2020

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de junho de 2020

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi

Secretária de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza

Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1429-2020

Publicação Nº 2552581

Portaria nº 1429/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Férias ao servidor abaixo relacionado, nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas

administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
660884	6	PATRICIA REGINA MACHADO	Secretaria de Orçamento e Gestão	07/07/2020	16/07/2020	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de Julho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de orçamento e Gestão
Designada Responsável

THAIS FURLIN DE FIGUEREDO DOS SANTOS
Coordenadora de Recursos Humanos
Designada Responsável

PORTARIA Nº 1431-2020

Publicação Nº 2552584

PORTARIA Nº 1431/2020, de 06 de julho de 2020.

“Instaura Processo Administrativo de Sindicância, nomeia Comissão Processante e dá outras providências.”

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 8.064/17, no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art.1º - Instaurar Processo Administrativo de Sindicância, com base no art. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013, considerando e tendente a apurar os fatos constantes do expediente encaminhado à Secretaria de Orçamento e Gestão mediante ocorrência / denúncia constante junto ao Relato de 30/01/2020, c/c Boletim de Ocorrência de Registro nº 0388204/2020-BO-00607-2020-0003308, de 10/06/2020, da Delegacia de Polícia Virtual de Santa Catarina / Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, e anexos; para apuração dos fatos envolvendo o(a) caso / ocorrência supra-mencionado(a), em virtude de necessidade de apuração dos fatos relatados em anexo; objetivando apurar autoria e materialidade; efetivar providências determinadas; bem como na verificação de que amoldam-se ou não, aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009; e possam caracterizar, em tese, afronta, em especial, aos dispositivos: Art. 174 (São deveres do servidor:); I (exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, emprego ou função); Art. 188 (A demissão será aplicada nos seguintes casos:); V (incontinência pública e conduta escandalosa em serviço); VII (ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem); que estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Brusque, c/c disposições do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal Brasileiro) com os encaminhamentos pertinentes, devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade;

Art.2º - Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Processante, destinada a conduzir o referido processo administrativo: Elcio Augusto Moritz (matrícula nº 3492-0); Jessica Kempner (matrícula 717100-01), e Carlos Alberto Rodrigues de Almeida (matrícula 4243129-0);

Art. 3º - A Comissão, ora constituída, terá acesso à toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes;

Parágrafo Primeiro: O(s) ora indiciado(s) poderão ser representado(s) por procurador constituído ao apresentar a defesa prévia e deverá indicar o endereço para receber intimações/notificações;

Parágrafo Segundo: Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado / intimado, não apresentar defesa no prazo legal;

Art. 4º - A Comissão ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão, quando as circunstâncias exigirem, possibilitando o contraditório e a ampla defesa (inciso LV, art. 5º, CF/88);

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de julho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

PORTARIA Nº 1432-2020

Publicação Nº 2552586

PORTARIA Nº 1432/2020

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c com o Decreto nº 8.064/2017

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora IRENE DA CONCEIÇÃO CUNHA, matrícula nº 1024590-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, lotado na Secretaria Municipal da Educação a contar de 01/07/2020.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/07/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de julho de 2020

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Thaís Furlin de Figueredo dos Santos
Coordenadora Designada Responsável

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1433-2020

Publicação Nº 2552589

Portaria nº 1433/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) MARIANA ZIMMERMANN FARIA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 07/07/2020 a 05/08/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/03/2015.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de Julho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUOMO
Secretária Municipal de Educação

THAIS FURLIN DE FIGUEREDO DOS SANTOS
Coordenadora de Recursos Humanos
Designada Responsável

PORTARIA Nº 1434-2020

Publicação Nº 2552591

Portaria nº 1434/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Férias ao servidor abaixo relacionado, nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas

administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
34207	1	LUIZ AVELINO BEN- VENUTI	Secretaria de Obras e Serv. Públicos	08/07/2020	06/08/2020	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de Julho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de orçamento e Gestão
Designada Responsável

RICARDO JOSÉ DE SOUZA
Secretário de Obras e Serviços Públicos

THAIS FURLIN DE FIGUEREDO DOS SANTOS
Coordenadora de Recursos Humanos
Designada Responsável

PORTARIA Nº 1435-2020

Publicação Nº 2552593

Portaria nº 1435/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Férias ao servidor abaixo relacionado, nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
13587	4	JOSÉ FRENA	Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque	08/07/2020	06/08/2020	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de Julho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de orçamento e Gestão
Designada Responsável

ADEMIR JOSÉ JORGE
Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
Designado Responsável

THAIS FURLIN DE FIGUEREDO DOS SANTOS
Coordenadora de Recursos Humanos
Designada Responsável

PORTARIA Nº 1436-2020

Publicação Nº 2552595

Portaria nº 1436/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) VALDEMIRO NASCIMENTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado(a) na Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre

08/07/2020 a 06/08/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 07/03/2015.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de Julho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ADEMIR JOSÉ JORGE
Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
Designado Responsável

THAIS FURLIN DE FIGUEREDO DOS SANTOS
Coordenadora de Recursos Humanos
Designada Responsável

PORTARIA Nº 1437-2020

Publicação Nº 2552597

PORTARIA Nº 1437/2020

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c com o Decreto nº 8.064/2017

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora LENIR DAS GRACAS RIBEIRO matrícula nº 7803-10, ocupante do cargo de provimento efetivo de SERVENTE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria Municipal de Educação a contar de 02/07/2020.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo é em decorrência da alta médica concedida com fulcro no art. 5º, da LC 313/2020 por meio da Instrução Normativa 001/2020, Art. 11º.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02/07/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de julho de 2020
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Thais Furlin de Figueredo dos Santos
Coordenadora Designada Responsável

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1438-2020

Publicação Nº 2552599

Portaria nº 1438/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) LUCIANO FISCHER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Mecânico, lotado(a) na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, pelo prazo de 60 dias, no período compreendido entre 07/07/2020 a 04/09/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/07/2015.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de Julho de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

RICARDO JOSÉ DE SOUZA
Secretário de Obras e Serviços Públicos

THAIS FURLIN DE FIGUEREDO DOS SANTOS
Coordenadora de Recursos Humanos
Designada Responsável

Caçador

PREFEITURA

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2319/2020 - SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação Nº 2552622

EDITAL DE INTIMAÇÃO

AUTO DE INFRAÇÃO nº 2319/2020
SUJEITO PASSIVO: ASSOCIAÇÃO DE NÚCLEOS COMUNITÁRIOS - ACOMP

CONSIDERANDO que o Auto de Infração nº 2319/2020, encaminhado por correspondência com Aviso de Recebimento ao endereço constante dos autos, retornou sem ter sido entregue pelo motivo "desconhecido".

O Secretário da Fazenda do Município de Caçador, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em observância ao que dispõe a legislação municipal (art. 90 da Lei Orgânica do Município de Caçador; art. 87, § 2º; 158, VI; 161 e 168 da Lei Municipal nº 54/83 - CTM), FAZ SABER que o SUJEITO PASSIVO acima identificado, que teve a Intimação postal frustrada, fica INTIMADO a RECOLHER, no PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS, contados a partir da publicação do presente edital, a importância de R\$ 103,51 (Cento e três reais e cinquenta e um centavos), referente a MULTA pela falta de recolhimento do ISSQN Retido do período de 05, 06, 07 e 09/2016, apurado conforme Notificação nº 28/2020, com REDUÇÃO de 50% da Multa, OU querendo, no mesmo prazo, mediante protocolo, apresentar DEFESA EM PRIMEIRA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA dirigida ao titular da Fazenda Municipal. Findo o prazo sem que o presente seja atendido o montante será cobrado judicialmente. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expedimos o presente edital, o qual será afixado junto ao mural da Prefeitura Municipal e publicado no Diário Oficial dos Municípios. Caçador, 03 de julho de 2020.

Osório Elias Timmermann
Secretário da Fazenda

Gecione Correa Garcia
Fiscal Tributaria

DECRETO Nº 8.801

Publicação Nº 2552232

DECRETO Nº 8.801, de 30 de junho de 2020.

Aprova desmembramento de terreno urbano e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 9.672,24m² (nove mil, seiscentos e setenta e dois metros e vinte e quatro decímetros quadrados) objeto da matrícula nº 28315, do Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade de Herdeiros de Davi D'Agostini, ficando após o desmembramento constituído de 02 (duas) áreas, com as seguintes medidas e confrontações, conforme mapa e memorial descritivo que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I – área 1 com 1.333,70m² (um mil, trezentos e trinta e três metros e setenta decímetros quadrados), de propriedade de Armelinda Albina Zambiasi, iniciando a descrição do perímetro no vértice P-07, definido pelas coordenadas E: 497.154,020 m e N: 7.036.709,094 m; confrontando no trecho com o lote 16 (matrícula 25983), com o lote 17 (matrícula 25984) até o lote 18 (matrícula 25985), segue com azimuth 89º 45' 54,51" e distância de 39,64 m até o vértice P-02, definido pelas coordenadas E: 497.193,663 m e N: 7.036.709,257 m; confrontando no trecho com Nélio Gustavo Selig (matrícula 15843), segue por com azimuth 170º 54' 04,18" e distância de 24,37 m até o vértice P-03, definido pelas coordenadas E: 497.197,517 m e N: 7.036.685,191 m; confrontando no trecho com a Rua Luiz Caetano Francio, segue por com azimuth 170º 54' 04,88" e distância de 6,00 m até o vértice P-08, definido pelas coordenadas E: 497.198,467 m e N: 7.036.679,263 m; deste segue confrontando no trecho com a Área 2 deste desmembramento, com azimuth 264º 19' 25,85" e distância de 43,35 m até o vértice P-09, definido pelas coordenadas E: 497.155,325 m e N: 7.036.674,975 m, deste segue com azimuth 357º 48' 35,83" e distância de 34,14 m até o vértice P-07, encerrando este perímetro.

II – área 2 com 8.338,54m² (oito mil, trezentos e trinta e oito metros e cinquenta e quatro decímetros quadrados) de propriedade de Herdeiros de Davi D'Agostini: Eliete Catarina D'Agostini, Gilmar Alírio D'Agostini, Ema Cristina D'Agostini, Gladis Lorena D'Agostini e Armelinda Albina Zambiasi, iniciando a descrição do perímetro no vértice P-01, definido pelas coordenadas E: 496.993,737 m e N: 7.036.708,437 m; confrontando no trecho com o lote 5 (matrícula 25972), com o lote 6 (matrícula 25973), com o lote 7 (matrícula 25974), com o lote 8 (matrícula 25975), com o lote 9 (matrícula 25976), com o lote 10 (matrícula 25977), com o lote 11 (matrícula 25978), com o lote 12 (matrícula 25979), com o lote 13 (matrícula 25980) com o lote 14 (matrícula 25981), com o lote 15 (matrícula 25982) com o lote 16 (matrícula 25983), segue por com azimuth 89º 45' 54,53" e distância de 160,28 m até o vértice P-07, definido pelas coordenadas E: 497.154,020 m

e N: 7.036.709,094 m; confrontando no trecho com Área 1 resultante deste desmembramento, segue por com azimuth 177° 48' 34,53" e distância de 34,14 m até o vértice P-09, definido pelas coordenadas E: 497.155,325 m e N: 7.036.674,975 m com azimuth 84° 19' 25,90" e distância de 43,35 m até o vértice P-08, definido pelas coordenadas E: 497.198,467 m e N: 7.036.679,263 m; confrontando no trecho com Rua Luiz Caetano Francio, segue por com azimuth 170° 55' 53,29" e distância de 8,00 m até o vértice P-04, definido pelas coordenadas E: 497.199,730 m e N: 7.036.671,350 m; confrontando no trecho com a empresa Juliana Florestal Ltda. (Matrícula 28316), segue por com azimuth 264° 19' 24,43" e distância de 187,22 m até o vértice P-05, definido pelas coordenadas E: 497.013,432 m e N: 7.036.652,832 m; confrontando no trecho com a empresa Frame Madeiras Especiais Ltda. (matrícula 23932), segue por com azimuth 258° 55' 33,40" e distância de 17,77 m até o vértice P-06, definido pelas coordenadas E: 496.995,994 m e N: 7.036.649,419 m; confrontando no trecho com a Prefeitura Municipal de Caçador (matrícula 25987), segue com azimuth 357° 48' 35,75" e distância de 59,06 m até o vértice P-01, encerrando este perímetro. Todas as coordenadas descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51 WGr, fuso 22S, tendo como Datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Parágrafo único. Nesta área consta uma servidão com 299,47m² (duzentos e noventa e nove metros e quarenta e sete decímetros quadrados), iniciando a descrição do perímetro no vértice S-01, definido pelas coordenadas E: 497.198,785 m e N: 7.036.677,274 m com azimuth 170° 56' 10,34" e distância de 6,00 m até o vértice P-04, definido pelas coordenadas E: 497.199,730 m e N: 7.036.671,350 m com azimuth 264° 19' 04,94" e distância de 50,00 m até o vértice S-02, definido pelas coordenadas E: 497.149,979 m e N: 7.036.666,400 m com azimuth 350° 54' 30,25" e distância de 6,00 m até o vértice S-03, definido pelas coordenadas E: 497.149,030 m e N: 7.036.672,329 m com azimuth 84° 19' 25,75" e distância de 50,00 m até o vértice S-01, encerrando este perímetro.

Art. 2º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 3º A doação exigida pelo art. 47 da Lei Complementar nº 128, de 12/05/2008 já consta na AV 1/28315 da matrícula do imóvel.

Art. 4º O registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, nos termos do art. 14 da Lei Complementar nº 128/2008.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de junho de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 8.810

Publicação Nº 2551760

DECRETO Nº 8.810, de 3 de julho de 2020.

Abre Crédito Adicional, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, Exercício de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 16, Incisos I, II, III, da Lei nº 3.580, de 19 de dezembro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa para o Exercício de 2020.

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, na importância de R\$ 64.856,00 (sessenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e seis reais), conforme segue:

2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO

2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

15.451.38.1.17 - DESAPROPRIAÇÃO DAS ÁREAS EM TORNO DO PARQUE

4.5.90.00.00 – 0.1.89 – Aplicações Diretas (368) R\$ 64.856,00

TOTALR\$ 64.856,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação no exercício na Fonte de Recursos TCE - 0.1.89 – Alienação de Bens – Outros Programas no valor de R\$ 64.856,00 (sessenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e seis reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, de 3 de julho de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA

DECRETO Nº 8.812

Publicação Nº 2552612

DECRETO Nº 8.812, de 6 de julho de 2020.

Dispõe sobre as medidas de combate a COVID-19 no âmbito do Município de Caçador, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, mais o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e

CONSIDERANDO a emergência em saúde pública, declarada de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde, que culminou com a Declaração de Calamidade Pública, através do Decreto Legislativo nº 062, de 20 de março de 2020, que culminou com a adoção de medidas restritivas pelo Estado de Santa Catarina, através do Decreto nº 515, de 17 de março de 2020 e suas alterações, para conter a disseminação do novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a declaração de emergência, em todo o território catarinense, para fins de prevenção e enfrentamento da pandemia gerada pelo novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020 e suas alterações;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 630, de 1º de junho de 2020, que estabeleceu o compartilhamento entre o Estado de Santa Catarina e os Municípios acerca da liberação das atividades econômicas, para fins de enfrentamento ao COVID-19;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 8.630/2020 e todas as suas alterações e complementações;

CONSIDERANDO que em 30 de junho de 2020 foi deliberado em reunião virtual da Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe - AMARP, sobre as novas medidas a serem adotadas na região como estratégia no combate à COVID-19;

CONSIDERANDO a Avaliação do Risco Potencial para COVID-19 que visa orientar a tomada de decisão de forma regionalizada e descentralizada para contenção da pandemia na Região da AMARP, já classificada como RISCO POTENCIAL GRAVE, conforme demonstra a matriz de Risco regional disponível em: <http://www.coronavirus.sc.gov.br/gestão-da-saude/>

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado;

CONSIDERANDO que os órgãos e as entidades da Administração Pública do Poder Executivo Municipal devem atuar articuladamente com a Secretaria Municipal de Saúde;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento das atividades comerciais e serviços de alimentação no âmbito do Município de Caçador nos seguintes termos:

I – o comércio em geral, lojas de galerias e centros comerciais até as 19:00 horas de segunda a sábado, fechando aos domingos e feriados;

II - os supermercados poderão funcionar todos os dias até as 22:00 horas;

III - os restaurantes, lanchonetes e food trucks ou ambulantes poderão funcionar de segunda a sexta-feira até as 22:00 horas, sendo que após esse horário poderá ser disponibilizado serviço delivery ou retirada no balcão. Aos sábados o atendimento será até as 24 horas;

IV – as lojas de conveniência e similares seguirão o horário de funcionamento do posto de gasolina, estando permitida a venda de lanches, guloseimas e bebidas e vedado o consumo destes no local;

V – os bares poderão funcionar todos os dias da semana até as 20:00 horas, vedada a execução de música ao vivo e a prática de jogos no local (sinuca e cartas).

Art. 2º Fica vedado o funcionamento de cinemas, teatros, casas noturnas, parques temáticos e a realização de bailes, shows, espetáculos e quaisquer eventos que acarretem reuniões de público, ou quaisquer eventos com música ao vivo ou equipamento sonoro de uso coletivo, em qualquer modalidade e local.

Art. 3º Fica vedada a realização de eventos e atividades esportivas coletivas de contato, seja profissional, amadora e de treinamento, como por exemplo, tênis, voleibol, futebol amador, futsal, entre outros.

Parágrafo único. A permissão a estes eventos está condicionada a retomada do calendário escolar do ensino fundamental.

Art. 4º Fica vedado o transporte intermunicipal de passageiros até o dia 01/08/2020, nos termos do Decreto Estadual nº 630/2020, que estabelece o retorno do transporte interestadual de passageiros em 02/08/2020.

Art. 5º Ficam suspensas as aulas do ensino superior e técnico na modalidade presencial.

I - o retorno das atividades presenciais, ainda que com limitações, está condicionada ao retorno das aulas de ensino médio e fundamental;

II - permanecem PERMITIDAS as aulas presenciais de estágios obrigatórios e atividades práticas presenciais curriculares nos laboratórios de cursos superiores, conforme Decreto Estadual nº 630/2020, estando vedado o transporte escolar destes estudantes.

Art. 6º O retorno das aulas nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos, deverá ocorrer a partir de 02 de agosto de 2020, conforme Decreto Estadual nº 630/2020, devendo ser observado o calendário escolar da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 7º Fica mantida a proibição do transporte intermunicipal de passageiros até 01/08/2020, nos termos do Decreto Estadual nº 630/2020, que estabelece o retorno do transporte interestadual de passageiros em 02/08/2020.

Parágrafo único. O transporte coletivo urbano de passageiros deverá observar o Decreto Municipal nº 8766/2020.

Art. 8º Fica autorizada a utilização de parques para atividades esportivas, caminhadas, corridas e afins em parques, praças, clubes sociais e similares, mediante a observação dos protocolos sanitários determinados pelo Município de Caçador, sempre com o uso de máscara e distanciamento social.

Parágrafo único. Caberá aos clubes sociais e similares a adoção de normas e de medidas preventivas a COVID-19, estas estabelecidas nos protocolos sanitários, no interior de suas entidades, com responsabilização do Presidente da entidade quando descumpridas as determinações impostas para funcionamento.

Art. 9º Fica autorizada a utilização das academias ao ar livre, desde que observados os protocolos sanitários, cabendo ao usuário dos equipamentos a responsabilidade pela sua higienização, antes e após o uso.

Art. 10. Fica autorizada a realização de carreatas para eventos comemorativos, sem que os condutores saiam dos veículos, evitando aglomeração no interior dos veículos.

Art. 11. Fica mantida a obrigatoriedade do uso de máscaras nos termos da Lei Federal nº 14.019/2020 e Decreto Municipal nº 8679/2020.

Art. 12. A realização de velórios deverá observar os protocolos sanitários definidos pelos órgãos de saúde.

Art. 13. Caso não sejam acatadas as recomendações emitidas pelos órgãos de fiscalização, o infrator estará sujeito à aplicação das sanções previstas na legislação, inclusive civis e penais, dentre as quais aquelas previstas para os crimes elencados nos artigos 268 e 330, ambos do Código Penal, dispositivos estes que tratam, respectivamente, das infrações de medida sanitária preventiva e do crime de desobediência, do Código Penal.

Art. 14. As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas, a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a contar de 3 de julho de 2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 6 de julho de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2020 - SEC. FAZENDA

Publicação Nº 2552623

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

NOTIFICAÇÃO nº 18/2020

SUJEITO PASSIVO: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DO BAIRRO BERGER

CONSIDERANDO que a Notificação nº 18/2020, encaminhada por correspondência com Aviso de Recebimento ao endereço constante dos autos, retornou sem ter sido entregue pelo motivo “não procurado”.

O Secretário da Fazenda do Município de Caçador, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em observância ao que dispõe a legislação municipal (art. 90 da Lei Orgânica do Município de Caçador; art. 87, § 2º, e 88 da Lei Municipal nº 54/83 - CTM), FAZ SABER que o SUJEITO PASSIVO acima identificado, que teve a Notificação postal frustrada, fica INTIMADO a RECOLHER, no PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS, contados a partir da publicação do presente edital, a importância de R\$ 61,21 (Sessenta e um reais e vinte e um centavos), cujo montante será recalculado na data do efetivo pagamento, referente a ISS RETIDO do período de 07/2015 a 02/2016, originado da Notificação nº 18/2020, OU querendo, no mesmo prazo, mediante protocolo, apresentar IMPUGNAÇÃO DO LANÇAMENTO A PRIMEIRA INSTÂNCIA

ADMINISTRATIVA dirigida ao titular da Fazenda Municipal. Findo o prazo sem que o presente seja atendido o montante será cobrado judicialmente. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expedimos o presente edital, o qual será afixado junto ao mural da Prefeitura Municipal e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Caçador, 03 de julho de 2020.

Osório Elias Timmermann
Secretário da Fazenda

Gecione Correa Garcia
Fiscal Tributaria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2020 - SEC. FAZENDA

Publicação Nº 2552621

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

NOTIFICAÇÃO nº 28/2020

SUJEITO PASSIVO: ASSOCIAÇÃO DE NÚCLEOS COMUNITÁRIOS - ACOMP

CONSIDERANDO que a Notificação nº 28/2020, encaminhada por correspondência com Aviso de Recebimento ao endereço constante dos autos, retornou sem ter sido entregue pelo motivo "desconhecido".

O Secretário da Fazenda do Município de Caçador, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em observância ao que dispõe a legislação municipal (art. 90 da Lei Orgânica do Município de Caçador; art. 87, § 2º, e 88 da Lei Municipal nº 54/83 - CTM), FAZ SABER que o SUJEITO PASSIVO acima identificado, que teve a Notificação postal frustrada, fica INTIMADO a RECOLHER, no PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS, contados a partir da publicação do presente edital, a importância de R\$ 772,33 (Setecentos e setenta e dois reais e trinta e três centavos), cujo montante será recalculado na data do efetivo pagamento, referente a ISS RETIDO das competências 05, 06, 07 e 09/2016, originado da Notificação nº 28/2020, OU querendo, no mesmo prazo, mediante protocolo, apresentar IMPUGNAÇÃO DO LANÇAMENTO A PRIMEIRA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA dirigida ao titular da Fazenda Municipal. Findo o prazo sem que o presente seja atendido o montante será cobrado judicialmente. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expedimos o presente edital, o qual será afixado junto ao mural da Prefeitura Municipal e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Caçador, 03 de julho de 2020.

Osório Elias Timmermann
Secretário da Fazenda

Gecione Correa Garcia
Fiscal Tributaria

EXTRATO CONVÊNIO 09-2020

Publicação Nº 2552788

EXTRATO DE CONVÊNIO

Termo de Convênio nº 09/2020, celebrado entre a União, representada pelo Ministério da Infraestrutura, e o Município de Caçador - SC. OBJETO: Delegação da exploração do Aeroporto Carlos Alberto da Costa Neves (SBCD), localizado no Município de Caçador - SC, com a seguinte localização geográfica: 26°47'23" S / 50°56'23" W. PROCESSO: 00055.001713/2011-16. RECURSOS: Não implica em repasse de recursos. FUNDAMENTO LEGAL: artigo 21, inciso XII, alínea "c" da Constituição Federal, artigo 36, inciso III da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e artigo 35, parágrafo único, inciso VII, da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019. DATA DA ÚLTIMA ASSINATURA: 03/07/2020. VI-GÊNCIA: a partir da data de assinatura, com eficácia legal após a publicação deste extrato. PRAZO: 35 anos, improrrogável. SIGNATÁRIOS: pela União, Ronei Saggioro Glanzmann - Secretário Nacional de Aviação Civil, e pelo Município, Saulo Sperotto - Prefeito Municipal.

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO N° 009/2020 - FMS

Publicação N° 2552023

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Eletrônico nº 009/2020 - FMS - Ata do Sistema de Registro de Preços 068 a 070/2020 – SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA PROCESSAMENTO DE DADOS PARA A REDE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses da data de homologação do processo.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 06/07/2020
1ª Publicação.

DECRETO N. 3.702/2020

Publicação N° 2552699

DECRETO N.º 3.702/2020

ALTERA O DECRETO MUNICIPAL 3.645/2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO a redação atual do § 3º. do artigo 8º. do Decreto Estadual 562/2020; e
CONSIDERANDO que a situação demanda a ampliação e prorrogação das medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de restringir evitar a disseminação da doença no Município de Camboriú.

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados o § 1º do artigo 3º e o caput do artigo 11 do Decreto Municipal 3.645 de 23 de março de 2020, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º (...)

§ 1º Sem prejuízo da observância das demais normas de saúde e higiene, todos os estabelecimentos públicos ou privados que estiverem em funcionamento deverão obrigatoriamente:

(...)

Art. 11 Ficam suspensas, entre 19 de março de 2020 e 2 de agosto de 2020, as aulas presenciais da Rede Municipal de Ensino, em todos os níveis educacionais, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, que será repostado oportunamente.”

Art. 2º Ficam inseridos os incisos VI e VII ao § 1º. do artigo 3º., os §§ 1º., 2º. e 3º. ao caput do artigo 6º e parágrafo único ao caput do artigo 21 do Decreto Municipal 3.645 de 23 de março de 2020, com a seguinte redação:

“Art. 3º (...)

§ 1º (...)

(...)

VI – Proceder a limitação de entrada de pessoas que deve observar, em todos os casos, o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) da capacidade total de público do estabelecimento.

VII – Designar ao menos um funcionário para atuar no controle de acesso, na marcação de lugares reservados aos clientes, bem como o controle da área externa do estabelecimento, respeitadas as boas práticas e a distância mínima de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) entre cada pessoa.

(...)

Art. 6º (...)

§ 1º Permanecem suspensos, até 31 de agosto de 2020, no âmbito do Município de Camboriú, o calendário de eventos da Fundação Municipal de Esporte (FME), bem como o acesso público a eventos e competições esportivas organizadas pela Fundação Catarinense de Esporte (FESPORTE) e da iniciativa privada.

§ 2º Permanecem suspensas, até 31 de agosto de 2020, no âmbito do Município de Camboriú, as atividades em cinemas, teatros, casas noturnas, museus, bem como a realização de eventos, shows e espetáculos que acarretam reunião de público.

§ 3º Permanecem suspensas, até 2 de agosto de 2020, no âmbito do Município de Camboriú, a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal de passageiros.

(...)

Art. 21 (...)

Parágrafo Único. Sem prejuízo da atuação de órgãos com competência fiscalizatória específica no âmbito do Município de Camboriú, é lícita

a ação de fiscalização da Polícia Militar e da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, em atenção as medidas específicas de enfrentamento previstas neste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 06 de julho de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado no Livro de Publicações

Helio Cardoso Derenne Filho

Procurador Geral do Município

TERMO DE ALTERAÇÃO PR 023/2020 - FMS

Publicação Nº 2551817

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

TERMO DE ALTERAÇÃO

PREGAO PRESENCIAL Nº. 023/2020-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital de PREGÃO PRESENCIAL 023/2020-FMS, tendo como objeto a "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL AMBULATORIAL PARA A REDE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ", teve a data de Abertura das Propostas e documentos de Habilitação alterada para às 12:30 horas do dia 08/07/2020, na sala reuniões do Depto. de Compras da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Camboriú.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500.

Camboriú, 06 de Julho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE ERRATA PR 27/2020 - PMC

Publicação Nº 2552376

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

TERMO DE ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL 027/2020-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 027/2020 - PMC, tendo como objeto a "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR PARA USO DAS GUARNIÇÕES EM ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS PARA O CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.", sofreu as seguintes alterações:

Foi incluído o item 7.3.7 do Edital:

7.3.7- A empresa vencedora deverá apresentar AFE.

Foi alterado o descritivo dos itens 15 e 33 do Anexo I do Edital.

- onde lê-se:

Item 15: Máscara descartável para proteção facial na cor branca. Deverá ser confeccionada em material antialérgico e com três camadas de proteção bacteriológica, deverá medir 180mm x 100mm, possuir duas alças em elastano, fixadas à lateral da máscara por processo de prensa quente, na parte superior da máscara deverá vir embutido uma lâmina de metal maleável, para permitir que a máscara seja moldada sobre a curvatura superior do nariz.

- leia-se:

Item 15:Máscara descartável para proteção facial na cor branca. Deverá ser confeccionada em material antialérgico e com três camadas de proteção bacteriológica, deverá medir 180mm x 100mm, possuir duas alças em elastano, fixadas à lateral da máscara por processo de prensa quente, na parte superior da máscara deverá vir embutido uma lâmina de metal maleável, para permitir que a máscara seja moldada sobre a curvatura superior do nariz, caixa com 50 unidades.", de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

- onde lê-se:

Item 33: ELETRODO ADULTO DESCARTAVEL PARA O DESFIBRILADOR LIFE PAC 1000 MODELO COM LEITURA DE ECG.

- leia-se:

Item 33:ELETRODO ADULTO DESCARTAVEL PARA O DESFIBRILADOR LIFE PAC 1000 MODELO COM LEITURA DE ECG, PODENDO SER O COMPATIVEL, DESDE QUE ATENDA AS NECESSIDADES TÉCNICAS DO APARELHO E POSSUA REGISTRO NA ANVISA E DEMAIS ÓRGÃOS CABIVEIS.

Desta maneira, fica prorrogada a data de abertura das propostas e documentações para o dia 23/07/2020 as 12h30min

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 06 de Julho de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

APOSTILA Nº 23/2020

Publicação Nº 2552390

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

APOSTILA Nº 23/2020
(Ref. Contrato nº 14/2020 e 15/2020)
Pregão Presencial 108/2019

Considerando a Comunicação de reajuste de preços apresentada pela empresa contratada RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA, em decorrência da alteração de preços repassado as distribuidoras de combustíveis;

RESOLVE,

ALTERAR o valor do litro do óleo diesel S10 e S500, para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, passando a vigorar a partir desta data conforme segue:

- o óleo diesel S10 de R\$ 2,681 para R\$ 2,975 o litro,
- o óleo diesel S500 de R\$ 2,658 para R\$ 2,953 o litro.

Campo Alegre, 6 de julho de 2020.

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

APOSTILA 8/2020 FMS

Publicação Nº 2552392

APOSTILA Nº 8/2020
(Ref. Contrato nº 12/2020 – Processo Licitatório 20/2019)
Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Considerando a Comunicação de reajuste de preços apresentada pela empresa contratada RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA, em decorrência da alteração nos preços repassado as distribuidoras de combustíveis;

RESOLVE,

ALTERAR o valor do litro do óleo diesel S10 e S500, para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, passando a vigorar a partir desta data conforme segue:

- o óleo diesel S10 de R\$ 2,681 para R\$ 2,975 o litro,
- o óleo diesel S500 de R\$ 2,658 para R\$ 2,953 o litro.

Campo Alegre, 6 de julho de 2020.

CAROLINA DA COSTA TELMA
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2020 FMS

Publicação Nº 2551651

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE – SC**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2020 FMS**

Processo Licitatório nº 08/2020 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 04 (quatro) meses, a contar desta data.

Aos seis dias do mês de julho de 2020, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços visando a eventual aquisição de computadores e equipamentos para as Unidades de Saúde, do Município de Campo Alegre, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal De Saúde De Campo Alegre e a empresa RD NEGÓCIOS DE INFOMÁTICA LTDA, CNPJ 21.972.444/0001-69 em decorrência da homologação do processo licitatório nº 08/2020 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	08	Unidade	Computador desktop: Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante, computador desktop com processador no mínimo Intel core i3 ou AMD a10 ou similar, possuir 1 (um) disco rígido de 500 gigabyte, memória RAM de 08 (oito) gigabytes, em 02 (dois) módulos idênticos de 04 (quatro) gigabytes cada, do tipo SDRAM ddr4 2.133 MHZ ou superior, operando em modalidade dual CHANNEL, a placa principal deve ter arquitetura ATX, MICROATX, BTX ou MICROBTX, conforme padrões estabelecidos e divulgados no sítio www.formfactors.org , organismo que define os padrões existentes, possuir pelo menos 01 (um) slot PCI-EXPRESS 2.0 x16 ou superior, possuir sistema de detecção de intrusão de chassis, com acionador instalado no gabinete, o adaptador de vídeo integrado deverá ser no mínimo de 01 (um) gigabyte de memória, possuir suporte ao MICROSOFT DIRECTX 10.1 ou superior, suportar monitor estendido, possuir no mínimo 02 (duas) saídas de vídeo, sendo pelo menos 01 (uma) digital do tipo HDMI, display PORT ou DVI, unidade combinada de gravação de disco ótico CD, DVD rom, teclado USB, abnt2, 107 teclas (com fio) e mouse USB, 800 DPI, 2 botões, scroll (com fio), monitor de LED 19 polegadas (widescreen 16:9), interfaces de rede 10/100/1000 e WIFI padrão IEEE	2.089,50	16.716,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2020 FMS

Página 1 de 2

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE – SC

		802.11 b/g/n, sistema operacional Windows 10 pro original (64 bits), fonte compatível e que suporte toda a configuração exigida no item, gabinete e periféricos deverão funcionar na vertical ou horizontal, estabilizador bivolt 1000VA com tensão de saída 115 V, caixa de som com entrada USB e 1,2W, todos os equipamentos ofertados (gabinete, teclado, mouse e monitor) devem possuir gradações neutras das cores branca, preta ou cinza, e manter o mesmo padrão de cor, todos os componentes do produto deverão ser novos, sem uso, reforma ou recondicionamento, garantia de 12 meses.		
VALOR TOTAL			R\$ 16.716,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAK MUNHOZ

Pregoeira

RD NEGÓCIOS DE INFOMÁTICA LTDA

Raphael Deucher Pires

Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº **08/2020 FMS**

Página **2** de **2**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2020 FMS

Publicação Nº 2551654

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE – SC**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2020 FMS**

Processo Licitatório nº 08/2020 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 04 (quatro) meses, a contar desta data.

Aos seis dias do mês de julho de 2020, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços visando a eventual aquisição de computadores e equipamentos para as Unidades de Saúde, do Município de Campo Alegre, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal De Saúde De Campo Alegre e a empresa JS SIMÕES EIRELI, CNPJ 26.981.059/0001-00 em decorrência da homologação do processo licitatório nº 08/2020 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
03	2	Unidade	HD EXTERNO Capacidade: 2TB - Interface: USB 3.0 , - Cor: Preto, - Comprimento do Cabo: 46 cm	506,00	1.012,00
04	2	Unidade	Fragmentadora automática - Automática para até 130 folhas, manual 6 folhas, corte em partículas, destrói grampos e cliques pequenos, tritura cartão magnético, cesto com capacidade de 26 litros, com recurso de economia de energia, tecnologia de antienrolamento de papel, silenciosa com ruídos de no máximo 60dB, 220 Voltz e garantia de 1 ano de fabricação.	2.380,00	4.760,00
VALOR TOTAL				R\$ 5.772,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

JS SIMÕES EIRELI**Edevaldo Fortes Simões**

Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2020 FMS

Página 1 de 1

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2020 FMS

Publicação Nº 2551656

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE – SC**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2020 FMS**

Processo Licitatório nº 08/2020 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 04 (quatro) meses, a contar desta data.

Aos seis dias do mês de julho de 2020, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços visando a eventual aquisição de computadores e equipamentos para as Unidades de Saúde, do Município de Campo Alegre, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal De Saúde De Campo Alegre e a empresa ECONET COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFOMÁTICA, CNPJ 01.369.373/0001-05 em decorrência da homologação do processo licitatório nº 08/2020 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
06	6	Unidade	MONITOR 19,5" 20M37A - VGA - 1366X768	400,00	2.400,00
VALOR TOTAL				R\$ 2.400,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

ECONET COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFOMÁTICA**Airton Antônio Pies**

Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2020 FMS

Página 1 de 1

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2020 FMS

Publicação Nº 2551659

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE – SC**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2020 FMS**

Processo Licitatório nº 08/2020 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 04 (quatro) meses, a contar desta data.

Aos seis dias do mês de julho de 2020, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços visando a eventual aquisição de computadores e equipamentos para as Unidades de Saúde, do Município de Campo Alegre, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal De Saúde De Campo Alegre e a empresa LF TECNOLOGIA LTDA, CNPJ 33.357.638/0001-33 em decorrência da homologação do processo licitatório nº 08/2020 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
02	2	Unidade	Scanner de mesa: Scanner de documentos coloridos com alimentador de folhas, duplex - Dispositivo fotoelétrico: CIS - Contact Image Sensor - Resolução óptica: 600 dpi, - Resolução máxima: 1200 dpi interpolados - Fonte de luz: LED RGB de 3 cores, - Profundidade de bit de cor - colorido, tons de cinza, profundidade de bit monocromático: RGB x 30 bits entrada / 24 bits saída. Alimentador automático de documentos: - Tamanhos de documento: Máximo: 21,6 x 609,6 cm / Mín: 5 x 5 cm - Peso do papel: 27 a 413 g/m² - Ciclo de trabalho diário: Até 4 mil páginas Digitalização: - Botões: Omitir detecção de frente e verso, modo lento de digitalização, digitalizar, cancelar Conectividade: - Conectividade padrão: USB 3.0 de alta velocidade, módulo de rede opcional (RJ-45, 10BaseT/ 100BaseTX) - Sistema compatível mínimos: Windows 7, 8, 8.1, 10, Mac OS X 10.6.8 - 10.11.x. Energia: - Voltagem nominal: AC 100 - 240 V Consumo de energia: - Em funcionamento: > 17W - Em espera: 9,2W - Em repouso: 1,2W	2.280,00	4.560,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2020 FMS

Página 1 de 2

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE – SC

			- Desligado: 0,1W Software de instalação incluído. Temperatura: - Temperatura operacional: 5° a 35°C - Em armazenamento: -25° a 60°C Conteúdo da Embalagem: - Scanner de documentos - Folheto de Inicialização - Cabo USB SuperSpeed - Adaptador de energia - Cabo de alimentação		
VALOR TOTAL				R\$ 4.560,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAK MUNHOZ
Pregoeira

LF TECNOLOGIA LTDA
Luiz Henrique Da Silva
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2020 FMS

Publicação Nº 2551660

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE – SC

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2020 FMS

Processo Licitatório nº 08/2020 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 04 (quatro) meses, a contar desta data.

Aos seis dias do mês de julho de 2020, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços visando a eventual aquisição de computadores e equipamentos para as Unidades de Saúde, do Município de Campo Alegre, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal De Saúde De Campo Alegre e a empresa INOVA TECH INFORMATICA EIRELI, CNPJ 28.706.488/0001-96 em decorrência da homologação do processo licitatório nº 08/2020 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
05	3	Unidade	<u>Impressora:</u> Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante- Resolução máxima de impressão: 5760 x 1440 dpi - Velocidade de impressão: 33 ppm em preto e 15 ppm em cores- Tamanho da gota: 3 picolitros - Capacidade de Entrada do papel: 100 folhas de papel A4- Capacidade de Saída do papel: 30 folhas de papel A4- Tamanhos de papel suportados: A4, A6, Carta, Legal, Folio, 4x6" (10x15cm), 5x7" (13x18cm), 8x10" (20x25cm), 3,5x5" (9x13cm), Executivo, 16:9 (10x18cm), Meia Carta, Envelope #10 - E-mail Print- Apple Air Print- Google Cloud Print - Mopria <u>Scanner:-</u> Resolução máxima do scanner: 1200 x 2400 dpi - Profundidade máxima do scanner: 48-bit interna (24-bit externa) - Área de escaneamento: 21,6 x 29,7 cm - Velocidade máxima de escaneamento: 2,4 ms/linha (mono), 9,5 ms/linha (cor). <u>Compatibilidade:</u> - Windows Xp/Xp Professional x64 Edition/Vista/7/8/8.1/10 - Mac Os X 10.6.8, 10.7.x, 10.8.x, 10.9.x, 10.10.x <u>Energia:</u> - Voltagem: Bivolt - Consumo Elétrico: 11,0W em Operação e 1,3W em repouso - <u>Cópia:</u> Tamanho das cópias: Carta/ A4 ou 10 cm x 15 cm - <u>Conectividade:</u> Usb 2.0 de alta velocidade / Wireless / Wi-Fi Direct - <u>Conteúdo da Embalagem:</u> Multifuncional EcoTank, Kit de	1.115,50	3.346,50

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2020 FMS

Página 1 de 2

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE – SC

			garrafas originais (Preto, Ciano, Magenta e Amarelo), Cabo de alimentação, Cabo Usb, Cd de instalação, Softwares, Guia de instalação rápida Garantia: 12 meses de garantia		
VALOR TOTAL				R\$ 3.346,50	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAK MUNHOZ

Pregoeira

INOVA TECH INFORMATICA EIRELI

Francieli Bagatoli

Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº **12/2020 FMS**

Página **2** de **2**

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 57/2020

Publicação Nº 2551359

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2020

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO –

ITENS EXCLUSIVOS PARA EPP OU ME, AMPLA CONCORRÊNCIA E COM COTA RESERVADA PARA EPP OU ME

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de materiais hidráulicos para utilização em consertos, ampliações e ligações novas realizadas na rede de distribuição de água do Município de Campo Alegre/SC, de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência, conforme descrição e valor estimado:

ITEM	QUANT	UNIDAD	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
1	10	BR	Tubo de PVC PBA DN 100 de 110 classe 12 (barra com 6m)	R\$ 232,95	R\$ 2.329,50
2	10	BR	Tubo de PVC PBA DN 75 de 85 classe 12 (barra com 6m)	R\$ 123,11	R\$ 1.231,10
3	40	RL	Tubo de polietileno azul PE 80 ramal predial 20 X 2,3mm X 100m (Rolo com 100 Metros)	R\$ 355,25	R\$ 14.210,00
4	30	PÇ	Luva de correr PVC DN 100 de 110 PBA com anel de borracha "Marrom"	R\$ 42,32	R\$ 1.269,60
5	30	PÇ	Luva de correr JE DN 75 de 85 PBA com anel de borracha "Marrom"	R\$ 28,00	R\$ 840,00
6	200	PÇ	Luva de correr PVC de 60 DN 50 com anel de borracha "Marrom"	R\$ 15,57	R\$ 3.114,00
7	20	PÇ	Cap PBA DN 50 de 60 PVC	R\$ 7,43	R\$ 148,60
8	250	PÇ	Colar de tomadas PVC com travas 60 X ¾ marrom	R\$ 7,33	R\$ 1.832,50
9	500	PÇ	Adaptador de compressão com registro 20 X ¾ RM cabeça quadrada (azul) NBR 11306	R\$ 8,07	R\$ 4.035,00
10	350	PÇ	Joelho ¾ roscável RB com reforço externo (branco)	R\$ 4,48	R\$ 1.568,00
11	100	PÇ	Te roscável RB ¾ com reforço (branco)	R\$ 7,93	R\$ 793,00
12	40	PÇ	Colar de tomadas PVC com travas de 85 para ¾	R\$ 8,44	R\$ 337,60
13	40	PÇ	Colar de tomadas PVC com travas 40 para ¾	R\$ 6,60	R\$ 264,00
14	30	PÇ	Adaptador soldável bolsa/rosca 60 mm X 2"	R\$ 7,17	R\$ 215,10
15	200	PÇ	Adaptador compressão RM 20 mm X ¾ NTS-179/-NBR-15803	R\$ 8,48	R\$ 696,00
16	500	PÇ	Luva dupla de compressão em PP 20mm (união PEAD) NTS-0179/-NBR-15803	R\$ 6,13	R\$ 3.065,00
17	150	UND	Fita veda rosca 18 mm X 50m	R\$ 8,72	R\$ 1.308,00
18	50	UND	Cola tubos e conexões em PVC 75g	R\$ 5,62	R\$ 281,00
19	1000	PÇ	Lacre azul	R\$ 1,14	R\$ 1.140,00
20	500	PÇ	Lacre branco	R\$ 1,16	R\$ 580,00
21	400	PÇ	Hidrômetro unijato ¾ com conexão curta e longa de metal	R\$ 123,22	R\$ 49.288,00
22	5	PÇ	Registro esfera VS soldável 110mm	R\$ 427,73	R\$ 2.138,65
23	30	PÇ	Registro de esfera soldável 60mm predial	R\$ 45,50	R\$ 1.365,00
24	30	PÇ	Curva 90° soldável 60mm	R\$ 24,48	R\$ 734,40
25	30	PÇ	TE PVC JE BBB DN 50/ DE 60 PBA com anel de borracha	R\$ 21,71	R\$ 651,30
26	20	PÇ	Adaptador para caixa d'água 60 X 1.1/2" com flange	R\$ 32,17	R\$ 643,40

27	5	PÇ	Adaptador soldável bolsa/rosca 110 mm X 4"	R\$ 29,78	R\$ 148,90
28	5	PÇ	Adaptador soldável bolsa/rosca 85mm X 3"	R\$ 18,51	R\$ 92,55
29	3	PÇ	Cap PBA DN 75 DE 85 PVC	R\$ 17,18	R\$ 51,54
30	3	PÇ	Cap PBA DN 100 DE 110 PVC	R\$ 32,17	R\$ 96,51
31	10	PÇ	Luva de correr PVC DN 50 com anel de borracha	R\$ 15,51	R\$ 155,10
32	30	PÇ	Luva de correr PVC DN 40 com anel de borracha "Marrom"	R\$ 18,55	R\$ 556,50
33	20	PÇ	Luva de correr PVC DN 25 com anel de borracha "Marrom"	R\$ 6,15	R\$ 123,00
34	30	PÇ	Joelho 25 x ¾ com bucha de latão (azul)	R\$ 6,30	R\$ 189,00
35	50	PÇ	Pasta lubrificante neutra 500g	R\$ 14,56	R\$ 728,00
36	10	PÇ	Adaptador compressão RM 1" x 32mm NBR 9052 (azul)	R\$ 13,19	R\$ 131,90
37	5	PÇ	Bucha redução longa 60mm x 50mm	R\$ 9,97	R\$ 49,85
38	10	PÇ	Bucha redução soldável 25mm x 20mm	R\$ 0,39	R\$ 3,90
39	20	PÇ	Bucha de redução com rosca ¾ x ½"	R\$ 0,78	R\$ 15,60
40	30	PÇ	Luva ¾ x ½" redução rosca	R\$ 3,06	R\$ 91,80
41	50	PÇ	Tubete para Corte ¾	R\$ 1,48	R\$ 74,00
42	50	PÇ	Cap PEAD PP 20mm	R\$ 7,42	R\$ 371,00
43	50	PÇ	Te PEAD 20mm	R\$ 11,48	R\$ 574,00
44	3	PÇ	Válvula de retenção horizontal de 75mm 3" com portinhola	R\$ 509,72	R\$ 1.529,16
45	15	PÇ	Registro de gaveta em bronze 2" uso semi- industrial 2 DN 50 bruto NBR 15705	R\$ 128,34	R\$ 1.925,10
46	10	PÇ	Niple metal galvanizado 1"	R\$ 8,03	R\$ 80,30
47	5	PÇ	Luva metal galvanizado 1"	R\$ 9,40	R\$ 47,00
48	20	PÇ	Niple metal galvanizado 2"	R\$ 27,52	R\$ 550,40
49	10	PÇ	Luva metal galvanizado 2"	R\$ 21,94	R\$ 219,40
50	15	PÇ	Joelho metal galvanizado 2" 90°	R\$ 43,32	R\$ 649,80
51	10	PÇ	Válvula de retenção horizontal de 2" com mola	R\$ 221,36	R\$ 2.213,60
52	3	PÇ	Adaptador curto 110 x 4"	R\$ 29,53	R\$ 88,59
53	5	PÇ	Colar de tomada – FOFO 200mm x ¾	R\$ 88,77	R\$ 443,85
54	3	BR	Tubo Defofo 150mm - barra com 6m	R\$ 439,27	R\$ 1.317,81
55	10	PÇ	Luva de correr 150mm – DEFOFO	R\$ 97,32	R\$ 973,20
56	3	PÇ	Registro DN 150 FOFO	R\$ 1.502,97	R\$ 4.508,91
57	5	PÇ	Curva 90° PBA de 110mm ponta/ bolsa	R\$ 76,62	R\$ 383,10
58	150	PÇ	Luva ¾ roscável RB com reforço externo (branco)	R\$ 3,96	R\$ 594,00
59	10	PÇ	Hidrômetro multijato 2" com flange 30m³/h com conexões	R\$ 1.414,94	R\$ 14.149,40
60	2	UNID	Reservatório tipo tanque em PVC capacidade 10.000L	R\$ 5.439,33	R\$ 10.878,66
61	50	UNID	Adaptador DN 25 x ¾ NBR 5648	R\$ 1,69	R\$ 84,50
62	4	UNID	Reservatório tipo tanque em PVC capacidade 20.000L	R\$ 11.766,14	R\$ 47.064,56
63	300	UNID	Anel de guarnição DN 3/4	R\$ 0,35	R\$ 105,00
64	150	UNID	Registro esfera com borboleta ¾ marrom com rosca externa	R\$ 9,91	R\$ 1.486,50
65	10	PÇ	Luva de correr, com junta elástica, com bolsas, DEFOFO com anéis de borracha, DN 200	R\$ 210,78	R\$ 2.107,80
66	4000	UNID	Lacre tipo malote 16 cm	R\$ 0,15	R\$ 600,00

67	5	UNID	Registro gaveta 3"	R\$ 472,31	R\$ 2.361,55
68	5	UNID	Boia alta vazão de ¾	R\$ 120,00	R\$ 600,00
69	10	UNID	Registro 2" de gaveta	R\$ 128,25	R\$ 1.282,50
70	3	UNID	Válvula redutora de pressão ação direta 2"	R\$ 2.382,96	R\$ 7.148,88
71	10	UNID	Adaptador PBA bolsa rosca de 60mmx2"	R\$ 12,87	R\$ 128,70
72	10	UNID	Te 2" BSP galvanizado	R\$ 44,97	R\$ 449,70
73	10	UNID	Te soldável 60mm	R\$ 17,73	R\$ 177,30
74	20	UNID	Luva soldável 60mm	R\$ 7,70	R\$ 154,00
75	20	UNID	Colar de tomada FOFO para tubos PBA DN 85x ¾	R\$ 29,62	R\$ 592,40
76	20	UNID	Colar de tomada FOFO para tubos PBA DN 110x ¾	R\$ 35,16	R\$ 703,20
77	10	UNID	Colar de tomada FOFO para tubos PBA DN 150x ¾	R\$ 49,70	R\$ 497,00
78	10	UNID	Colar de tomada FOFO para tubos PBA DN 200x ¾	R\$ 77,43	R\$ 774,30
79	6	UNID	Curva PVC/PBA 45 JE PB DN100/de110 com anel PVC	R\$ 50,60	R\$ 303,60
80	5	UNID	Bucha redução galvanizada 1. ½" x ¾	R\$ 14,38	R\$ 71,90
81	30	UNID	Registro gaveta ferro fundido com bolsa para tubo PVC/PBA cunha de borracha cabeçote com anel DN 60mm	R\$ 434,18	R\$ 13.025,40
82	10	UNID	Registro gaveta ferro fundido com bolsa para tubo PVC/PBA cunha de borracha cabeçote com anel DN 85mm	R\$ 536,76	R\$ 5.367,60
83	10	UNID	Registro gaveta ferro fundido com bolsa para tubo PVC/PBA cunha de borracha cabeçote com anel DN 110mm	R\$ 692,54	R\$ 6.925,40
84	20	UNID	Curva 22° 50/60 como borracha PBA	R\$ 26,00	R\$ 520,00
					R\$ 231.615,97

AMPLA CONCORRÊNCIA

IT	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
85	2000	BR	Tubo de PVC PBA DN 50 de 60 classe 12 (barra com 6m)	R\$ 62,24	R\$ 124.480,00
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 124.480,00

COTA RESERVADA PARA ME E EPP

IT	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
86 (85a)	500	BR	Tubo de PVC PBA DN 50 de 60 classe 12 (barra com 6m)	R\$ 62,24	R\$ 31,120,00
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 31,120,00

VALOR TOTAL ESTIMADO DA LICITAÇÃO R\$ 387.215,97

Recebimento das Propostas: das 8h do dia 07/07/2020 até as 08h 45min do dia 20/07/2020;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 09h do dia 20/07/2020 no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF.

As despesas oriundas de eventuais contratações correrão por conta das dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, na seguinte classificação:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	13.00	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental
Unidade	13.01	Serviço de Saneamento Ambiental



Função	17	Saneamento
Subfunção	512	Saneamento Básico Urbano
Programa	77	Águas de Campo Alegre
Projeto	2.124	Manutenção e Coordenação das Ativ. da Secretaria de Saneamento Ambiental
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

Outras informações referentes ao edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 6 de julho de 2020.

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

DECRETO Nº 12.900 DE 06 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2551401

DECRETO Nº 12.900 DE 07 DE JULHO DE 2020

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, o inciso I do art. 11 da Lei Municipal nº 4.835 de 10 de dezembro de 2019; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), nos seguintes Elementos de Despesa da Dotação do Orçamento vigente, do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC.

90.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social		
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais		
08.244.0100.2.950 -	Manutenção e Coordenação das Atividades dos Serviços de Proteção e Atendimento Integral a Família Protetora.		
300000.00.0488 -	Despesas Correntes		
310000.00.0488 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.0488 -	Aplicações Diretas		
319011.00.0488 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 12.000,00	
319013.00.0488 -	Obrigações Patronais	R\$ 4.000,00	
330000.00.0488 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.0488 -	Aplicações Diretas		
339032.00.0488 -	Material de Consumo	R\$ 10.000,00	
	Total	R\$ 36.000,00	

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social, do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 06 de julho de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 07/07/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 12.901 DE 06 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2552554

DECRETO Nº 12.901 DE 06 DE JULHO DE 2020

AUTORIZA O SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO, DIRIGIR VEÍCULOS DA FROTA PÚBLICA MUNICIPAL EM CASO DE NECESSIDADE, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o inciso VII do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal; DECRETA:

Art. 1º Autorizar o Secretário Municipal Interino do Desenvolvimento Econômico, GILSON OMAR BRUNNQUELL, matrícula funcional nº 0240, registro no sistema sob nº 475801, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, para dirigir de forma eventual, os veículos da Frota Pública Municipal, descritos no Parágrafo 1º deste Artigo.

§ 1º Veículo GM/Chevrolet ONIX – Placa QJZ-9406; Veículo GM/Chevrolet ONIX – Placa QJZ-9336; Veículo Fiat/UNO – Placa MHB-5082, veículos estes pertencentes à Frota da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de Campo Alegre/SC.

§ 2º Os veículos mencionados no parágrafo anterior poderão ser utilizados pelo Secretário Municipal Interino, autorizado no caput do artigo 1º deste Decreto, em casos de necessidade quando não houver nenhum Servidor Público Municipal ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Motorista e, que não esteja disponível para dirigi-lo;

§ 3º O Secretário Municipal Interino, mencionado no caput do artigo 1º deste Decreto, somente poderá dirigir os veículos da Frota Pública Municipal, descritos no Parágrafo 1º do artigo 1º deste Decreto, se estiver devidamente habilitado pelo Órgão Estadual de Trânsito.

Art. 2º Em caso de justificada necessidade, o Secretário Municipal Interino, poderá autorizar outros Servidores Públicos Municipais de sua Secretaria a dirigir os veículos da Frota Pública Municipal, já mencionados no Parágrafo 1º deste Decreto, observadas as condições impostas pelos Parágrafos 2º e 3º do Artigo 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de junho de 2020.

Art. 4º Revogadas as demais disposições contrário, especialmente o Decreto nº 12.886 de 26 de junho de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
06 de julho de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 07/07/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 12.902 DE 06 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2552576

DECRETO Nº 12.902 DE 06 DE JULHO DE 2020

AUTORIZA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, DIRIGIR VEÍCULOS DA FROTA PÚBLICA MUNICIPAL EM CASO DE NECESSIDADE, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o inciso VII do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal; DECRETA:

Art. 1º Autorizar o Servidor Público Municipal DENILSON DE SOUZA BANDEIRA, matrícula funcional nº 286, registro no sistema sob nº 316580, ocupante do Cargo Público e na Função de Médico Veterinário, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, para dirigir de forma eventual, os veículos da Frota Pública Municipal, descritos no Parágrafo 1º deste Artigo.

§ 1º Veículo GM/Chevrolet ONIX – Placa QJZ-9406; Veículo GM/Chevrolet ONIX – Placa QJZ-9336; Veículo Fiat/UNO – Placa MHB-5082, veículos estes pertencentes à Frota da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de Campo Alegre/SC.

§ 2º Os veículos mencionados no parágrafo anterior poderão ser utilizados pelo Servidor Público Municipal, autorizado no caput do artigo 1º deste Decreto, em casos de necessidade quando não houver nenhum Servidor Público Municipal ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Motorista e, que não esteja disponível para dirigi-lo;

§ 3º O Servidor Público Municipal mencionado no caput do artigo 1º deste Decreto, somente poderá dirigir os veículos e as motocicletas da Frota Pública Municipal, descritos nos Parágrafos 1º; 2º do artigo 1º deste Decreto, se estiver devidamente habilitado pelo Órgão Estadual de Trânsito.

Art. 2º Em caso de justificada necessidade, o Secretário Municipal Interino, poderá autorizar outros Servidores Públicos Municipais de sua Secretaria a dirigir os veículos da Frota Pública Municipal, já mencionados no Parágrafo 1º deste Decreto, observadas as condições impostas

pelos Parágrafos 2º e 3º do Artigo 1º deste Decreto.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de junho de 2020.
Art. 4º Revogadas as demais disposições contrário, especialmente o Decreto nº 12.887 de 26 de junho de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
06 de julho de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 07/07/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 12.903 DE 06 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2552625

DECRETO Nº 12.903 DE 06 DE JULHO DE 2020

AUTORIZA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, DIRIGIR VEÍCULOS DA FROTA PÚBLICA MUNICIPAL EM CASO DE NECESSIDADE, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o inciso VII do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal; DECRETA:

Art. 1º Autorizar o Servidor Público Municipal PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR, matrícula funcional nº 000237, registro no sistema sob nº 697100, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, para dirigir de forma eventual, os veículos da Frota Pública Municipal, descritos no Parágrafo 1º deste Artigo.

§ 1º Veículo GM/Chevrolet ONIX – Placa QJZ-9406; Veículo GM/Chevrolet ONIX – Placa QJZ-9336; Veículo Fiat/UNO – Placa MHB-5082, veículos estes pertencentes à Frota da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de Campo Alegre/SC.

§ 2º Os veículos mencionados no parágrafo anterior poderão ser utilizados pelo Servidor Público Municipal, autorizado no caput do artigo 1º deste Decreto, em casos de necessidade quando não houver nenhum Servidor Público Municipal ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Motorista e, que não esteja disponível para dirigi-lo;

§ 3º O Servidor Público Municipal mencionado no caput do artigo 1º deste Decreto, somente poderá dirigir os veículos e as motocicletas da Frota Pública Municipal, descritos nos Parágrafos 1º; 2º do artigo 1º deste Decreto, se estiver devidamente habilitado pelo Órgão Estadual de Trânsito.

Art. 2º Em caso de justificada necessidade, o Secretário Municipal Interino, poderá autorizar outros Servidores Públicos Municipais de sua Secretaria a dirigir os veículos da Frota Pública Municipal, já mencionados no Parágrafo 1º deste Decreto, observadas as condições impostas pelos Parágrafos 2º e 3º do Artigo 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de junho de 2020.

Art. 4º Revogadas as demais disposições contrário, especialmente o Decreto nº 12.888 de 26 de junho de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
06 de julho de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 07/07/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 12.904 DE 06 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2552631

DECRETO Nº 12.904 DE 06 DE JULHO DE 2020

AUTORIZA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, DIRIGIR VEÍCULOS DA FROTA PÚBLICA MUNICIPAL EM CASO DE NECESSIDADE, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o inciso VII do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal; DECRETA:

Art. 1º Autorizar a Servidora Pública Municipal ELOÁ CRISTHINE PRIM, matrícula funcional nº 000701, registro no sistema sob nº 955145, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Médica Veterinária, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, para dirigir de forma eventual, os veículos da Frota Pública Municipal, descritos no Parágrafo 1º deste Artigo.

§ 1º Veículo GM/Chevrolet ONIX – Placa QJZ-9406; Veículo GM/Chevrolet ONIX – Placa QJZ-9336; Veículo Fiat/UNO – Placa MHB-5082, veículos estes pertencentes à Frota da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de Campo Alegre/SC.

§ 2º Os veículos mencionados no parágrafo anterior poderão ser utilizados pela Servidora Pública Municipal, autorizado no caput do artigo 1º deste Decreto, em casos de necessidade quando não houver nenhum Servidor Público Municipal ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Motorista e, que não esteja disponível para dirigi-lo;

§ 3º A Servidora Pública Municipal mencionada no caput do artigo 1º deste Decreto, somente poderá dirigir os veículos e as motocicletas da Frota Pública Municipal, descritos nos Parágrafos 1º; 2º do artigo 1º deste Decreto, se estiver devidamente habilitada pelo Órgão Estadual de Trânsito.

Art. 2º Em caso de justificada necessidade, o Secretário Municipal Interino, poderá autorizar outros Servidores Públicos Municipais de sua Secretaria a dirigir os veículos da Frota Pública Municipal, já mencionados no Parágrafo 1º deste Decreto, observadas as condições impostas pelos Parágrafos 2º e 3º do Artigo 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de junho de 2020.

Art. 4º Revogadas as demais disposições contrário, especialmente o Decreto nº 12.889 de 26 de junho de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
06 de julho de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 07/07/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 18.147 DE 06 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2552432

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 18.147 DE 06 DE JULHO DE 2020

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 26 (vinte e seis) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ANDRÉ CARLOS STEFANES, matrícula funcional nº 000660, registro no sistema sob nº 955087, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional II, exercendo a Função de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Férias referente aos seguintes períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018 = 06 (zero seis) dias; 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019 = 20 (vinte) dias.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.

Art. 2º O Servidor Público Municipal, gozará as férias no período de 06 de julho de 2020 á 31 de julho de 2020, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente assinada, protocolizada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 06 de julho de 2020 sob nº 002632.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de julho de 2020.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
06 de julho de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 07/07/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 18.148 DE 06 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2552453

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 18.148 DE 06 DE JULHO DE 2020

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, WANDERLÉIA FURTADO, matrícula funcional nº 000759, registro no sistema sob nº 955362, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Férias referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal, gozou as férias no período de 17 de junho de 2020 á 26 de junho de 2020, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente assinada, protocolizada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 06 de julho de 2020 sob nº 002637.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17 de junho de 2020.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
06 de julho de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 07/07/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campo Erê

PREFEITURA

EDITAL TP 22 RETIFICADO

Publicação Nº 2551196



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ

EDITAL RETIFICADO Processo Licitatório nº 427/2020 Modalidade Pregão Presencial nº 022/2020 Ata de Registro de Preços

1. PREÂMBULO

1.1. O Prefeito do Município de Campo Erê SC, no uso de suas atribuições legais, torna público que será realizada licitação, na modalidade **PREGÃO**, do tipo **MENOR PREÇO** e do critério **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM**, com o processo licitatório nº **427/2020** e a modalidade pregão presencial nº **022/2020** para registro de preços, observado às disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei 8.666, de 21/06/ 1993, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

1.2. Os envelopes de Habilitação e Proposta serão recebidos até as **08h30min** do dia **21 de JULHO de 2020**, na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Rua 1 de Maio, nº 736, Centro, Campo Erê, Estado de Santa Catarina, CEP 89980-000.

1.3. A abertura dos envelopes iniciará às **08h45min**, no mesmo endereço e no mesmo dia.

1.4. As retificações do presente Edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, e serão publicadas no Órgão Oficial de Divulgação dos Atos do Município, (Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM), reabrindo o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

1.5. O Edital, o arquivo digital para elaboração da proposta bem como o sistema de instalação deste e demais anexos, podem ser adquiridos no site da Prefeitura Municipal de Modelo, no endereço www.campoere.sc.gov.br.

1.6. Os interessados poderão obter maiores esclarecimentos ou dirimir suas dúvidas acerca do Objeto deste Edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos, por escrito, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data do início da Licitação junto à Comissão de Pregão do município de Campo Erê, no seguinte endereço: Rua 1 de Maio, nº 736, Sala de Licitações, Centro, Campo Erê, SC, CEP: 89980-000, aos cuidados do Pregoeiro, ou através do endereço eletrônico licitacao@campoere.sc.gov.br.

1.7. Caberá ao Departamento de Compras e Comissão de Pregão responder as impugnações e pedidos de esclarecimento deduzidos pelos potenciais licitantes antes da realização da Sessão através de e-mail e/ou através de publicação no Órgão Oficial de Divulgação dos Atos do Município, (Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM).

2. DO OBJETO

2.1. O objeto do presente Pregão é o **REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS PÚBLICAS DE LED PARA O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ/SC**, de acordo com o termo de referência, ANEXO I do edital.

3. DO TIPO DE LICITAÇÃO

3.1. O presente pregão presencial rege-se pelo tipo **Menor preço** e do critério **Menor preço - Unitário por Item**, observado o § 3º, do art. 48 da Lei nº 123/2006.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas deste processo correrão por conta da dotação orçamentária vigente, as quais serão apontadas pelo setor de contabilidade no ato que antecede cada aquisição, conforme dispõe o Art. 7º, § 2º do Decreto Federal 7.892/2013.

4.2. As informações estarão presentes no CONTRATO e na ORDEM DE SERVIÇO.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Esta licitação é exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e a estas equiparadas por lei, do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação e que preencherem as condições de credenciamento e demais condições constantes neste Edital.

5.1.2. Consideram-se Micro e Pequenas Empresas aptas à participação no presente certame aquelas que preenchem os requisitos conforme estabelece artigo 49, II, da Lei Complementar

Rua 1º de Maio, 736 – CNPJ 83.026.765/0001-28 – Fone/Fax (0xx49) 3655-3035 – CEP 89980-000
Campo Erê – Santa Catarina – e-mail: licitacao@campoere.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ

123/2006 e suas alterações, bem como ao regulamento consistente no artigo 1º do Decreto 8.538/2015, de onde se extrai que o ITEM, cujo valor orçado seja igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), é de exclusiva participação de microempresas e empresas de pequeno porte que comprovarem o seu enquadramento e comprovarem o Município de sua sede.

5.2. Estarão impedidas de participar, de qualquer fase deste Pregão, empresas que se enquadrem em uma ou mais situações a seguir:

5.2.1. Se encontrarem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação e empresas estrangeiras que não funcionam no país;

5.2.2. Estiverem cumprindo suspensão temporária de participação em licitação ou estiverem impedidas de contratar com a Administração Pública Municipal ou que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, não ocorrendo à reabilitação;

5.2.3. Declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;

5.2.2. Empresas sob as sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93;

5.2.5. De mais de uma empresa sob o controle de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas ou em consórcio;

5.2.6. Empresas ou pessoas descritas nos art. 9 da Lei Complementar nº. 8.666/93.

5.3. Independente de declaração expressa, a simples participação dos interessados nesta licitação implica na aceitação plena por parte da proponente dos termos deste edital, bem como de toda legislação federal, estadual e municipal pertinente às contratações públicas.

6. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

6.1. Qualquer cidadão poderá impugnar os termos do presente Edital por irregularidade na aplicação da Lei, protocolando o pedido por escrito até 02 (dois) dias úteis anteriores da data fixada para abertura da Sessão Pública, no endereço da Prefeitura de Campo Erê, Rua 1º de Maio, nº. 736, Sala de Licitações, Centro, Campo Erê/SC, CEP 89.980-000, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 24 (vinte e quatro) horas.

6.1.1. Só serão admitidas as impugnações que forem dirigidas ao Pregoeiro ou ao Prefeito de Campo Erê, protocoladas por escrito no Setor de Licitações da Prefeitura de Campo Erê, no endereço informado no item acima, não sendo aceita qualquer outra forma de envio das mesmas.

6.2. Decairá do direito de impugnar os termos do presente edital a LICITANTE que não apontar as falhas ou irregularidades nele supostamente existentes até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura da Sessão Pública, ficando esclarecido que a intempestiva comunicação do suposto vício não poderá ser aproveitada a título de recurso.

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. Até o horário limite para a entrega dos envelopes, o representante do licitante deverá apresentar-se ao Pregoeiro ou equipe de apoio para efetuar seu credenciamento como participante desta Licitação, munido da sua carteira de identidade ou documento equivalente que contenha foto, e do documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante a sessão.

7.2. Cada licitante poderá credenciar apenas um representante.

7.3. Cada credenciado poderá representar apenas um licitante.

7.4. Poderá representar o licitante qualquer pessoa habilitada nos termos do estatuto ou contrato social, apresentando cópia deste, ou mediante instrumento de procuração público ou particular juntamente com a cópia do estatuto ou contrato social.

7.4.1. No caso de procuração particular, a firma do outorgante deverá ser reconhecida em cartório.

7.4.2. Na procuração pública ou particular, devem estar expressos os poderes para formular ou desistir de lances, recursos, assinar atas e demais atos inerentes ao certame.

7.5. Deverão ser apresentados juntamente com os documentos de credenciamento:

7.5.1. Comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, mediante Certidão Simplificada da Junta Comercial emitida nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da licitação;

7.5.2. Declaração que cumpre plenamente com os requisitos de habilitação, nos termos do art. 4º, VII, da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002 (MODELO ANEXO II);

7.6. Todos os documentos exigidos para credenciamento poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, seja por Tabelião ou por Funcionário Público desta Administração, cópias não autenticadas não serão aceitas.

Rua 1º de Maio, 736 – CNPJ 83.026.765/0001-28 – Fone/Fax (0xx49) 3655-3035 – CEP 89980-000
Campo Erê – Santa Catarina – e-mail: licitacao@campoere.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ

7.7. Com exceção do documento de identidade, não serão autenticados documentos por servidor público desta Administração no dia da licitação.

7.8. A licitante que não queira credenciar representante para acompanhar e se manifestar em seu nome durante a sessão, deverá incluir no envelope contendo os documentos de habilitação a Certidão Simplificada da Junta Comercial para comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte e, Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, nas mesmas condições citadas a cima.

8. DA PROPOSTA DE PREÇOS – ENVELOPE 1

8.1. A Proposta de Preço deverá ser apresentada na forma estabelecida nos itens abaixo:

8.1.1. Deverá ser elaborada através do sistema de cotação eletrônica de preços, oferecido pelo Município em arquivo digital, e deverá ser (entregue em CD ou pen-drive) e em 01 (uma) via impressa da proposta gerada pelo sistema, assinada em todas as páginas pelo representante legal da empresa participante, não sendo aceito outra forma de entrega da mesma.

8.1.2. Caso ocorra algum imprevisto ou problema na abertura dos dados gravados no CD ou pen-drive, por culpa do licitante, seja por erro na gravação, seja pela alteração do tipo de arquivo ou pela falta deste na mídia, o Município de Campo Erê não se responsabiliza pelo ocorrido, ficando o licitante DESCLASSIFICADO do certame.

8.1.3. Os preços unitários serão apresentados em algarismos e cotados em moeda nacional, com até 02 (duas) casas decimais após vírgula.

8.1.4. O CD onde conterá a proposta de preços ficará retido e fará parte do processo licitatório, se as propostas forem apresentadas em pen drive (o que não se aconselha), este será devolvido no final do certame.

8.1.5. O formato do arquivo disponibilizado para a cotação eletrônica de preços deverá permanecer o mesmo disponibilizado através do site do Município de Campo Erê, devendo o licitante apenas preenche-lo com sua proposta e demais informações nele exigidas e salvar ao final, e posteriormente gravar no CD, em nenhuma hipótese poderá ser modificado para formatos diversos, como por exemplo, para PDF, DOC, EXCEL ou outro, se isso ocorrer, o sistema não reconhecerá a proposta e o licitante será DESCLASSIFICADO sumariamente.

8.1.6. Para elaborar a Proposta de Preços através **do sistema de cotação eletrônica de preços**, o proponente deverá baixar o arquivo Cotação Eletrônica de Preços e Programa de Instalação, os quais estarão disponíveis no site do Município, no mesmo local onde se encontra o Edital.

8.1.7. Em hipótese alguma o fornecedor deve enviar a proposta em arquivo digital através de e-mail para o Setor de Licitações ou Pregoeiro/Equipe de Apoio, devendo o licitante inserir o arquivo digital (gravado em CD), gerado após a cotação, no ENVELOPE “1” (Proposta De Preços).

8.1.8. O setor de Licitações e Equipe do Pregão não se responsabilizam por quaisquer erros de comunicação que possam acontecer, devendo o proponente, caso não consiga baixar o arquivo através do site, comparecer ao Setor de Licitações, munido de mídia eletrônica (CD virgem) para efetuar a retirada do arquivo pessoalmente e impreterivelmente até às 12h:00min (meio dia) do último dia útil que anteceder a data da licitação;

8.1.9. A cotação de preços englobará todas as despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, taxas e encargos sociais, obrigação trabalhistas, previdenciárias, seguros, despesas fiscais comerciais, assim como despesas com transporte e deslocamento e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

8.1.10. O valor cotado não poderá ultrapassar o valor máximo previsto no termo de referência (ANEXO I) do presente edital.

8.1.11. **Na proposta de preços deverá, obrigatoriamente, constar a marca do item, sendo desclassificada a proposta que não apresentar.**

8.1.12. **Em conjunto com a proposta, deverá ser apresentada a seguinte documentação, sob pena de desclassificação da proposta:**

Documentos para LUMINÁRIA PÚBLICA que deverão ser APRESENTADOS JUNTO COM A PROPOSTA:



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ

- 1) Apresentação de certificado de conformidade e a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE com o número do registro no Inmetro conforme portaria nº 20/2017 – Regulamento Técnico de Qualidade para Luminárias para Iluminação Pública Viária.
- 2) LM 80 acima de 50.000 horas, com tradução Juramentada do Led utilizado na luminária ofertada.
- 3) Prospecto e/ou folder da luminária ofertada;
- 4) Certificado de garantia das luminárias LED ofertadas pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, expedida e assinada pelo Fabricante da Luminária, mencionando garantia e assistência técnica no Brasil expedida para este processo licitatório.
- 5) Fornecer curva de distribuição fotométrica da luminária, em arquivo digital no formato IES.

8.2. A proposta de preços deverá ser acondicionada em envelope opaco, indevassável e lacrado, constando obrigatoriamente na parte externa as seguintes indicações:

AO PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ/SC

ENVELOPE “1” - PROPOSTA DE PREÇOS

Tipo: **Pregão Menor preço** Processo nº. **427/2020** Modalidade Pregão Presencial nº **022/2020**

Para Registro de Preços

Empresa/Licitante:

Endereço: _____, n° _____, Bairro _____,
Cidade: _____ CEP: _____ - _____.
Endereço eletrônico: _____
Telefone: (____) _____

9. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE 2

9.1. Os licitantes deverão apresentar no “ENVELOPE 2” a documentação relativa à habilitação, conforme abaixo:

9.1.1. Documentação Relativa à Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa Individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Declaração conjunta de inexistência de penalidades de suspensão ou impedimento temporário da participação em licitação, e inidoneidade para licitar e contratar (MODELO ANEXO III).
- f) Declaração de indicação de preposto conforme o art. 68. Da Lei Federal nº 8.666/93, que é a pessoa de contrato a quem a Administração irá se reportar, quando necessário. (MODELO ANEXO VIII).
- g) Declaração que não possui no seu quadro societário servidor público da ativa (MODELO ANEXO IX).

9.1.2. Documentação Relativa à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal efetuada através da certidão conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, abrangendo as contribuições sociais, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual efetuada através da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débito estaduais, no caso de empresa isenta, deverá ser apresentada certidão para não contribuinte do ICMS;

Rua 1º de Maio, 736 – CNPJ 83.026.765/0001-28 – Fone/Fax (0xx49) 3655-3035 – CEP 89980-000
Campo Erê – Santa Catarina – e-mail: licitacao@campoere.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ

- d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal onde situa-se a licitante, efetuada através da certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos Municipais;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas;
- g) Declaração que cumpre com o disposto no artigo 7.º inciso XXXIII, da Constituição Federal. (MODELO ANEXO IV);

9.1.3. Documentação Relativa à Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidões negativas de falências e concordatas expedidas pelos distribuidores da sede da Licitante juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema eproc, disponível através do endereço <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>;

9.2. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 60 (sessenta) dias contados de sua expedição.

9.3. Os documentos exigidos neste envelope deverão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada, exceto os documentos emitidos através da Internet, na forma do art. 32 da Lei n.º 8666/93, rubricados pelo representante legal da empresa em todas as folhas, facultados ao Pregoeiro solicitar ao representante da empresa que o faça na sua presença.

9.4. As autenticações dos documentos relativos à habilitação deverão ser realizadas em cartório por tabelião ou por servidor público nomeado pelo Município de Campo Erê, somente mediante a apresentação do documento ORIGINAL, não serão efetuadas autenticações por Servidor Público desta Administração no dia da licitação.

9.5. Os documentos que forem apresentados fora dos envelopes conforme exigido no item que trata do credenciamento não precisarão ser repetidos no envelope "2".

9.6. No caso dos documentos emitidos por meio eletrônico, o Pregoeiro poderá confirmar o teor do documento na internet, entretanto, o Município não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações no momento da verificação, ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

9.7. O Pregoeiro poderá pedir, a qualquer tempo, a exibição do original dos documentos.

9.8. Os documentos de habilitação deverão ser acondicionados em envelope opaco, indevassável e lacrado, constando obrigatoriamente na parte externa as seguintes indicações:

AO PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ/SC

ENVELOPE "2" - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Tipo: **Pregão Menor preço** Processo nº **427/2020** Modalidade Pregão Presencial nº **022/2020**

Para Registro de Preços

Empresa/Licitante:

Endereço: _____, nº _____, Bairro _____,
_____, Cidade: _____ CEP: _____ - _____.
Endereço eletrônico: _____
Telefone: (____) _____

10. DO PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1. No local, dia e hora previstos no preâmbulo deste instrumento convocatório, em sessão pública, deverão comparecer os licitantes, com suas propostas e os documentos solicitados neste edital.

10.2. Após a fase de credenciamento dos licitantes, na forma do disposto no presente edital, o Pregoeiro procederá à abertura das propostas de preços, verificando, preliminarmente, a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, com a consequente divulgação dos preços cotados pelos licitantes.

10.3. Serão classificados pelo Pregoeiro o autor da proposta de menor preço e todos os demais licitantes que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à de menor preço.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ

10.4. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item acima do presente edital, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até no máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

10.5. Aos licitantes classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances (individuais) verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, iniciando-se pelo autor da proposta classificada de maior preço.

10.6. Caso duas ou mais propostas escritas apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

10.7. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados a apresentar os lances verbais, a começar pelo autor da proposta classificada de maior preço, seguida dos demais, em ordem decrescente de valor.

10.8. O Pregoeiro poderá estabelecer limite de tempo para a fase de formulação de lances verbais, mediante prévia comunicação aos licitantes.

10.9. Só serão aceitos lances cujos valores sejam inferiores ao último apresentado.

10.10. Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido em primeiro lugar.

10.11. A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

10.12. A desistência dos lances já ofertados sujeitará o licitante às penalidades cabíveis.

10.13. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes não ofertarem lances menores a aquele apresentado pelo seu concorrente.

10.14. Caso não se realize lance verbal será verificada pelo Pregoeiro a conformidade entre as propostas escritas de menor preço unitário e os valores unitários por lote orçados pela Administração.

10.15. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade das classificadas quanto ao objeto e valor, onde será declarada vencedora a proposta mais vantajosa para o Município.

10.16. Sendo aceitável a proposta final classificada em primeiro lugar, será aberto o envelope "2" contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado para confirmação das suas condições de habilitação.

10.17. Verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas no edital, o Pregoeiro declarará o licitante vencedor.

10.18. Caso a oferta não seja aceitável ou o licitante desatenda as exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, verificando, conforme o caso, a aceitabilidade da proposta ou o atendimento das exigências de habilitação, até que um licitante cumpra as condições fixadas neste edital, sem prejuízo das sanções legais e editais ao faltoso.

10.19. O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante vencedor para que seja obtido melhor preço aceitável, devendo esta negociação se dar em público e formalizada em ata.

10.20. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, em que serão registradas as ocorrências relevantes, e, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e equipe de apoio, bem como pelos licitantes presentes.

10.21. A deliberação do pregoeiro ficará sujeita à homologação pela autoridade que autorizou a abertura do presente certame, que poderá revogar total ou parcialmente a presente licitação, por interesse público e anulá-la por ilegalidade de ofício ou mediante provocação de terceiros, não cabendo aos licitantes direito de indenização.

11. DOS RECURSOS

11.1. Ao final da sessão e declarado o licitante vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias corridos para apresentação das razões do recurso por escrito, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

11.2. Os recursos e contrarrazões deverão ser dirigidos ao Pregoeiro, e este fará a verificação da presença dos pressupostos recursais relativos à sucumbência, tempestividade, legitimidade,



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ

interesse e motivação, nos termos do art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002, c/c art. 11, inciso XVII, do Decreto nº 3.555/2000 (pregão presencial), podendo rejeitar os atos que se mostrarem puramente protelatórios.

11.3. Recebidos os recursos e contrarrazões pelo Pregoeiro, observado o constante no item acima, reconsiderando ou não sua decisão, fará subir a autoridade superior para decisão final.

11.4. A não apresentação de razões escritas tempestivamente acarretará como consequência à anulação do recurso.

11.5. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso, na adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e no encaminhamento do processo a autoridade competente para sua Homologação.

11.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Não havendo recursos ou estes decididos e constatada a regularidade dos atos praticados, o Prefeito de Campo Erê homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto ao licitante vencedor.

12.2. Após a adjudicação, o adjudicatário será convocado para assinar a ata de registro de preços no prazo de 03 (três) dias úteis.

12.3. Da ata de registro de preços poderão ocorrer um ou mais contratos.

13. DO REGISTRO DOS PREÇOS

13.1. Após a adjudicação e homologação do resultado da licitação pela autoridade competente, será efetuado o registro dos preços com o fornecedor correspondente, mediante a assinatura da ata de registro de preços (MINUTA ANEXO V), pelo prazo de 12 (doze) meses, ficando vedada à transferência ou cessão desta a terceiros.

13.2. É facultado à Administração, quando a proponente vencedora não atender à convocação para assinatura da ata de registro de preços, ou deixar de entregá-la no mesmo endereço onde ocorreu o pregão no prazo de 03 (três) dias úteis após tê-la recebido, nos termos deste edital, convocar outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após justificativa, comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar a ata de registro de preços, sem prejuízo das penalidades previstas em edital e das demais cominações legais ao faltoso.

13.3. A convocação para assinatura da ata de registro de preços se fará através de publicação de aviso no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

13.3.1. Os representantes legais das empresas que tiverem os preços registrados terão o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para comparecerem ao Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Campo Erê para assinarem a ata, não sendo aceito que se faça por outro modo.

13.4. O fornecedor terá seu registro cancelado quando descumprir as condições da ata de registro de preços ou não reduzir o preço registrado quando esse se tornar superior àqueles praticados no mercado.

13.5. Durante a vigência da ata, os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

13.5.1. O mero aumento de preços eventualmente praticado pelo fornecedor do detentor da ata de registro de preços não gera direito de revisão de preços ou pedido de reequilíbrio econômico por este.

13.6. A ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

13.7. Durante o prazo de validade do registro de preços, a Administração poderá ou não contratar todo ou quantidades parciais do objeto deste Pregão, ficando reduzido, automaticamente, o saldo remanescente no término de validade da ata.

13.8. Havendo revisão de preço durante a vigência da ata de registro de preços, esta será feita por apostilamento.

14. DO CONTRATO

14.1. Será firmado contrato (MINUTA ANEXO VI), que constitui parte integrante da presente Licitação, cujas cláusulas e condições são reguladas pela Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações subsequentes.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ

14.2. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora, que tenham servido de base para o julgamento deste Edital de Licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital de Licitação e seus anexos, independentemente de transcrição.

14.3. A Administração convocará a licitante vencedora para assinar o "Contrato", no prazo de 03 (três) dias úteis a contar do recebimento de convocação, que se dará durante a validade da ata de registro de preços, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

14.3.1. A convocação para a assinatura se dará mediante publicação de aviso no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

14.4. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, conforme estabelecido anteriormente, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades a que se refere à Lei Nº. 8.666/93 e deste edital.

14.5. É facultado a Administração, quando a convocada não assinar o "Contrato" no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira colocada, inclusive quanto aos preços, ou revogar o presente Edital de Licitação independente da cominação prevista no artigo 81, da Lei Nº. 8.666/93 e alterações subsequentes.

14.6. O prazo de convocação para assinatura do contrato poderá ser prorrogado, uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante durante o seu transcurso e desde que seja apresentado motivo devidamente justificado.

14.7. No ato da assinatura do contrato, se a licitante vencedora não apresentar situação regular de habilitação, poderá ser convocado outra licitante, observada a ordem de classificação das propostas, para celebrar o contrato, sem prejuízo das sanções cabíveis.

15. DA ORDEM DE FORNECIMENTO

15.1. Será emitida ordem de fornecimento de acordo com as quantidades que o departamento solicitar e os preços contratados.

15.2. Constará na ordem de fornecimento o número do processo licitatório e do contrato.

16. DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário no envelope de proposta, conforme (MODELO ANEXO VII).

16.2. Após a entrega dos materiais, acompanhado da respectiva nota fiscal, conferida e assinada pelo fiscal de contrato, o pagamento será efetuado **de acordo com a ordem cronológica de pagamentos da Prefeitura de Campo Erê.**

16.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

16.4. A empresa contratada deverá apresentar em conjunto com a nota fiscal/fatura todas as negativas referentes a débitos previdenciários (FGTS e INSS), trabalhistas, e se a empresa estiver localizada na Sede do Município de Campo Erê/SC a certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos municipais.

17. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE FORNECIMENTO

17.1. A contratada deverá entregar os materiais solicitados e iniciar a prestação dos serviços no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis após a solicitação, no local indicado pelo departamento solicitante.

17.2. Se algum material ou serviço não corresponder à descrição solicitada, ou ainda, a qualidade for comprovadamente inferior a média dos serviços similares existentes no mercado, a contratada deverá efetuar a adequação do mesmo (em até 24 horas), podendo ser responsabilizada pelo ocorrido, ficando sujeita as penalidades constantes na Lei e neste Edital.

17.3. Sendo necessário a troca de algum material, objeto desta licitação, a contratada terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para fazê-lo, não sendo respeitado este prazo, será imediatamente iniciado procedimento administrativo de punição.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ

17.4. O atraso injustificado na entrega ou na substituição destes quando solicitado pela Administração, caracteriza-se como inexecução total ou parcial do contrato, conforme o caso, sujeitando aquele que deu causa as penalidades constantes no edital.

18. DO LOCAL DE FORNECIMENTO

18.1. Os materiais deverão ser entregues e prestados nos locais indicados na respectiva ordem de fornecimento.

19. DAS PENALIDADES

19.1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou do Contrato, conforme o caso, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato.

19.2. Entende-se por valor total da Ata de Registro de Preços o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

19.3. A penalidade de multa, prevista no item 19.1 deste edital, poderá ser aplicada cumulativamente com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

19.4. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas neste item que trata das penalidades se, admitida às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/1993.

19.5. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

19.5.1. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, sujeita-se a CONTRATADA à penalidade de multa de 0,033% sobre o valor total da obrigação não cumprida por dia de atraso, limitada ao total de 20%.

19.5.2. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, poderá ser aplicado à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida.

19.5.3. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

19.6. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 19.5.1 e 19.5.2 será o valor inicial do Contrato.

19.7. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração.

19.8. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a CONTRATADA que não cumprir as cláusulas contratuais sujeita ainda à:

19.8.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até dois anos.

19.8.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

19.9. Estará sujeita às penalidades a contratada que deixar de atender às condições e prazos de fornecimento estabelecidos neste edital e no contrato.

20. DA GARANTIA CONTRATUAL

20.1. Não será exigida a prestação de garantia para aquisição resultante desta licitação, conforme estabelece o Inciso I, do artigo 5º da Lei n. 10.520/2002.

21. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

21.1.1. Automaticamente:

21.1.1.1. Por decurso do prazo de vigência;

21.1.1.2. Quando não restarem fornecedores registrados;



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ

- 21.1.1.3.** Pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.
- 21.2.** O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa:
- 21.2.1.** A pedido, quando:
- 21.2.1.1.** Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- 21.2.1.2.** O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.
- 21.2.2.** A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceitas as razões do pedido.
- 21.2.3.** Por iniciativa da Administração Municipal, quando:
- 21.2.3.1.** O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no Edital;
- 21.2.3.2.** Por razões de interesse públicos devidamente motivados e justificados;
- 21.2.3.3.** O fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- 21.2.3.4.** O fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- 21.2.3.5.** Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;
- 21.2.3.6.** Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.
- 21.3.** A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita pessoalmente, por meio de documento oficial ou através de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM).

22. DA FRAUDE À LICITAÇÃO

22.1. A constatação pelo pregoeiro, no curso da presente licitação, de condutas ou procedimentos que impliquem em atos contrários ao alcance dos fins nela objetivados, ensejará a formulação de imediata representação ao MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL para que sejam adotadas as providências direcionadas à apuração dos fatos e instauração do competente procedimento criminal, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para os fins estabelecidos no art. 88, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

23. DOS PODERES DO PREGOEIRO

- 23.1.** O pregoeiro, no decorrer do certame poderá:
- 23.1.1.** Advertir os licitantes;
- 23.1.2.** Definir parâmetros ou porcentagens sobre os quais os lances verbais devem ser reduzidos;
- 23.1.3.** Estabelecer tempo para o oferecimento dos lances verbais;
- 23.1.4.** Permitir comunicação dos representantes dos licitantes com terceiros não presentes à sessão, através de telefone celular ou outros meios;
- 23.1.5.** Suspender a etapa de lances e/ou determinar a suspensão da sessão, designando nova data para continuação, a seu critério;
- 23.1.6.** O pregoeiro tem poder de polícia durante a sessão.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 24.1.** É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente na proposta.
- 24.2.** A presente licitação poderá ser revogada em qualquer fase, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovada, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, sem que caiba aos licitantes qualquer direito à reclamação ou indenização por esses fatos, de acordo com o art. 49 da Lei Federal n.º 8.666/93.
- 24.3.** O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 65 § 1º e 2º da Lei n.º 8.666/93.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ

24.4. Na contagem dos prazos estabelecidos do presente edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

24.5. No caso da sessão do pregão vir a ser, excepcionalmente, suspensas antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes, devidamente rubricados no fechamento, ficarão sob a guarda do Pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

24.6. O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes de habilitação dos demais licitantes até a homologação do resultado da licitação, devendo os licitantes retirá-los até 05 (cinco) dias após este fato, sob pena de inutilização dos documentos neles contidos.

24.7. Após os lances verbais e antes da Homologação do resultado, a empresa vencedora deverá ratificar os preços de sua proposta conforme lances verbais.

24.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.9. O presente Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por mútuo acordo ou conveniência administrativa, devendo as partes notificar com 15 (quinze) dias de antecedência, não cabendo nenhum valor a título de reclamação, indenização ou qualquer outro título, presente ou futuramente, sob qualquer alegação ou fundamento.

24.10. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro com auxílio da equipe de apoio, à luz da legislação vigente.

24.11. A fiscalização do Contrato ficará a cargo de servidor nomeado pela Entidade Executora ou pela legislação.

24.12. Todos os documentos exigidos nesta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da Administração Pública do Município de Campo Erê/SC ou publicação em órgão da imprensa oficial.

24.13. O foro da cidade de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Pregão, recusando-se outro por mais privilegiado que seja.

25. DOS ANEXOS DO EDITAL

25.1. Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

25.1.1. Anexo I – Termo de Referência;

25.1.2. Anexo II – Modelo de Declaração de cumprimento de requisitos de habilitação;

25.1.3. Anexo III – Modelo de Declaração de inexistência de penalidades;

25.1.4. Anexo IV – Modelo de Declaração de cumprimento do disposto no Art. 7º, XXXIII da CF/88;

25.1.5. Anexo V – Minuta da ata de registro de preços;

25.1.6. Anexo VI – Minuta do contrato;

25.1.7. Anexo VII – Modelo de declaração de informação dos dados bancários;

25.1.8. Anexo VIII – Modelo de declaração de indicação de preposto;

25.1.9. Anexo IX – Modelo de declaração de que não possui no quadro societário servidor da ativa.

Campo Erê/SC, 06 de julho de 2020.

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito

Rua 1º de Maio, 736 – CNPJ 83.026.765/0001-28 – Fone/Fax (0xx49) 3655-3035 – CEP 89980-000
Campo Erê – Santa Catarina – e-mail: licitacao@campoere.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ**

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

1.1. REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS PÚBLICAS DE LED PARA O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ/SC, nas condições descritas neste termo de referência.

2. JUSTIFICATIVA:

2.1. Justifica-se a realização do presente certame a necessidade de aquisição de refletores e luminárias públicas em LED, para manutenção das atividades do Departamento Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a tecnologia LED, permite a reposição com maior economia e eficiência energética, onde o material ilumina mais com menos uso de energia, assim gerando economia ao Município.

3. CONDIÇÕES DE GARANTIA

3.1. A contratada deverá dar garantia de no mínimo 5 anos dos materiais entregues.

4. DOS ITENS E ORÇAMENTO

Lot e	Item	Descrição	Und.	Qtd.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	1	LUMINÁRIA PÚBLICA DE LED COM CONSUMO MÁXIMO DE 180W, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO 01 DO EDITAL	und	200	865,00	173.000,00
1	2	LUMINÁRIA PÚBLICA DE LED COM CONSUMO MÁXIMO DE 150W DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO 01 DO EDITAL	und	200	735,00	147.000,00
1	3	LUMINÁRIA PÚBLICA DE LED COM CONSUMO MÁXIMO DE 100W DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO 01 DO EDITAL	und	200	665,00	133.000,00
1	4	LUMINÁRIA PÚBLICA DE LED COM CONSUMO MÁXIMO DE 60W DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO 01 DO EDITAL	und	200	495,00	99.000,00
1	5	LUMINÁRIA PÚBLICA DE LED COM CONSUMO MÁXIMO DE 40W DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO 01 DO EDITAL	und	200	485,00	97.000,00

4.2. DAS ESPECIFICAÇÕES DAS LUMINÁRIAS:

Item	Descrição
01	LUMINÁRIA PÚBLICA DE LED COM CONSUMO MÁXIMO DE 180W Fator de Potência $\geq 0,92$;

Rua 1º de Maio, 736 – CNPJ 83.026.765/0001-28 – Fone/Fax (0xx49) 3655-3035 – CEP 89980-000
Campo Erê – Santa Catarina – e-mail: licitacao@campoere.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ

	<p>Distorção Harmônica Total de Corrente $\leq 10\%$; Índice de Reprodução de Cor (IRC) ≥ 70; Protetor contra surtos de 10KV/10KA; Grau de Proteção contra Poeira e Umidade mínimo IP-66 do produto; Proteção contra Impactos Mecânicos mínimo IK08; Tensão de alimentação do driver 220V, 10% +/-; Fluxo Luminoso Efetivo \geq a 25.000/lm; Estrutura em alumínio injetado com pintura Eletrostática; Sistema de fixação para braços de 48mm à 60mm; Led com vida útil igual ou superior a 50.000 hs (L70) sistema de aterramento; Temperatura média de cor de $\pm 5\%$; 4000k</p>
02	<p>LUMINÁRIA PÚBLICA DE LED COM CONSUMO MÁXIMO DE 150W Fator de Potência $\geq 0,92$; Distorção Harmônica Total de Corrente $\leq 10\%$; Índice de Reprodução de Cor (IRC) ≥ 70; Protetor contra surtos de 10KV/10KA; Grau de Proteção contra Poeira e Umidade mínimo IP-66 do produto; Proteção contra Impactos Mecânicos mínimo IK08; Tensão de alimentação do driver 220V, 10% +/-; Fluxo Luminoso Efetivo \geq a 21.700/lm; Estrutura em alumínio injetado com pintura Eletrostática; Sistema de fixação para braços de 48mm à 60mm; Led com vida útil igual ou superior a 50.000 hs (L70) sistema de aterramento; Temperatura média de cor de $\pm 5\%$ 4000k;</p>
03	<p>LUMINÁRIA PÚBLICA DE LED COM CONSUMO MÁXIMO DE 100W Fator de Potência $\geq 0,92$; Distorção Harmônica Total de Corrente $\leq 10\%$; Índice de Reprodução de Cor (IRC) ≥ 70; Protetor contra surtos de 10KV/10KA; Grau de Proteção contra Poeira e Umidade mínimo IP-66 do produto; Proteção contra Impactos Mecânicos mínimo IK08; Tensão de alimentação do driver 220V, 10% +/-; Fluxo Luminoso Efetivo \geq a 15.000/lm; Estrutura em alumínio injetado com pintura Eletrostática; Sistema de fixação para braços de 48mm à 60mm; Led com vida útil igual ou superior a 50.000 hs (L70) sistema de aterramento; Temperatura média de cor de $\pm 5\%$ 4000k;</p>
04	<p>LUMINÁRIA PÚBLICA DE LED COM CONSUMO MÁXIMO DE 60W Fator de Potência $\geq 0,92$; Distorção Harmônica Total de Corrente $\leq 10\%$; Índice de Reprodução de Cor (IRC) ≥ 70; Protetor contra surtos de 10KV/10KA; Grau de Proteção contra Poeira e Umidade mínimo IP-66 do produto; Proteção contra Impactos Mecânicos mínimo IK08; Tensão de alimentação do driver 220V, 10% +/-; Fluxo Luminoso Efetivo \geq a 8.500/lm; Estrutura em alumínio injetado com pintura Eletrostática; Sistema de fixação para braços de 48mm à 60mm; Led com vida útil igual ou superior a 50.000 hs (L70) sistema de aterramento; Temperatura média de cor de $\pm 5\%$ 4000k;</p>
05	<p>LUMINÁRIA PÚBLICA DE LED COM CONSUMO MÁXIMO DE 40W Fator de Potência $\geq 0,92$;</p>

Rua 1º de Maio, 736 – CNPJ 83.026.765/0001-28 – Fone/Fax (0xx49) 3655-3035 – CEP 89980-000
Campo Erê – Santa Catarina – e-mail: licitacao@campoere.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ

Distorção Harmônica Total de Corrente $\leq 10\%$;
Índice de Reprodução de Cor (IRC) ≥ 70 ;
Protetor contra surtos de 10KV/10KA;
Grau de Proteção contra Poeira e Umidade mínimo IP-66 do produto;
Proteção contra Impactos Mecânicos mínimo IK08;
Tensão de alimentação do driver 220V, 10%+/-;
Fluxo Luminoso Efetivo \geq a 5.800/lm;
Estrutura em alumínio injetado com pintura Eletrostática;
Sistema de fixação para braços de 48mm à 60mm;
Led com vida útil igual ou superior a 50.000 hs (L70) sistema de aterramento;
Temperatura média de cor de $\pm 5\%$ 4000k;

4.3. A proposta de preços não poderá conter preços maiores do que os do orçamento.

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas deste processo de licitação correrão por conta da dotação orçamentária vigente, as quais serão apontadas pelo setor de contabilidade no ato que antecede cada aquisição, conforme dispõe o Art. 7º, § 2º do Decreto Federal 7.892/2013.

5.2. As informações estarão presentes no CONTRATO e na ORDEM DE SERVIÇO.

6. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

6.1. Documentação Relativa à Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa Individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Declaração conjunta de inexistência de penalidades de suspensão ou impedimento temporário da participação em licitação, e inidoneidade para licitar e contratar.
- f) Declaração de indicação de preposto conforme o art. 68. Da Lei Federal nº 8.666/93, que é a pessoa de contrato a quem a Administração irá se reportar, quando necessário.
- g) Declaração que não possui no seu quadro societário servidor público da ativa.

6.2. Documentação Relativa à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal efetuada através da certidão conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, abrangendo as contribuições sociais, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual efetuada através da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débito estaduais, no caso de empresa isenta, deverá ser apresentada certidão para não contribuinte do ICMS;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal onde situa-se a licitante, efetuada através da certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos Municipais;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas;
- g) Declaração que cumpre com o disposto no artigo 7.º inciso XXXIII, da Constituição Federal;

6.3. Documentação Relativa à Qualificação Econômico-Financeira:

Rua 1º de Maio, 736 – CNPJ 83.026.765/0001-28 – Fone/Fax (0xx49) 3655-3035 – CEP 89980-000
Campo Erê – Santa Catarina – e-mail: licitacao@campoere.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ

a) Certidões negativas de falências e concordatas expedidas pelos distribuidores da sede da Licitante juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema eproc, disponível através do endereço <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>;

7. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E SUAS CONDIÇÕES

7.1. O licitante deverá encaminhar proposta de preços com a descrição do objeto e o preço apresentando o valor unitário ou global do item de acordo com o Termo de Referência, gravado em CD e uma via impressa, assinada e carimbada. O preço ofertado deve ter a inclusão dos tributos, fretes, tarifas e as despesas decorrentes da execução e não poderá ser maior do que o preço contido no TR. Não será aceita oferta de objeto com especificações diferentes do TR.

7.2. Será desclassificada a proposta que apresentar preços que sejam manifestamente inexequíveis;

7.2.1. Considera-se manifestamente inexequível a proposta cujo valor global proposto seja inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

7.2.1.1. Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, ou;

7.2.1.2. Valor orçado pela Administração.

7.2.1.3. Nessa situação, será facultado ao licitante o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução.

7.3. O prazo de validade das propostas deve ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.

7.4. Em conjunto com a proposta, deverá ser apresentada a seguinte documentação, sob pena de desclassificação da proposta:

Documentos para LUMINÁRIA PÚBLICA que deverão ser APRESENTADOS JUNTO COM A PROPOSTA:

1) Apresentação de certificado de conformidade e a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE com o número do registro no Inmetro conforme portaria nº 20/2017 – Regulamento Técnico de Qualidade para Luminárias para Iluminação Pública Viária.

2) LM 80 acima de 50.000 horas, com tradução Juramentada do Led utilizado na luminária ofertada.

3) Prospecto e/ou folder da luminária ofertada;

4) Certificado de garantia das luminárias LED ofertadas pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, expedida e assinada pelo Fabricante da Luminária, mencionando garantia e assistência técnica no Brasil expedida para este processo licitatório.

5) Fornecer curva de distribuição fotométrica da luminária, em arquivo digital no formato IES.

8. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. Trata-se da aceitação do objeto, recebimento provisório e definitivo;

8.1.1. Recebimento provisório: se dará quando o responsável da contratada receber os materiais, o servidor do departamento/setor/secretaria fará a conferência e constará sua assinatura neste documento;

8.1.2. Recebimento definitivo, em até 5 dias úteis após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, após comprovado que os termos contratuais foram cumpridos.

9. PRAZO DE ENTREGA E FORMA DE PAGAMENTO

9.1. Os materiais deverão ser entregues e o serviços deverão ser iniciados em até 05 (cinco) dias úteis após a ordem de fornecimento, no local indicado pelo Departamento solicitante.

9.2. O pagamento será feito através de depósito bancário, na conta indicada pela contratada, após o recebimento definitivo, conforme a ordem cronológica de pagamentos da Prefeitura de Campo Erê/SC.

9.3. Não será feito pagamento antecipado.

10. LOCAL DE FORNECIMENTO

10.1. A entrega dos materiais ocorrerá onde o departamento responsável solicitar.

Rua 1º de Maio, 736 – CNPJ 83.026.765/0001-28 – Fone/Fax (0xx49) 3655-3035 – CEP 89980-000
Campo Erê – Santa Catarina – e-mail: licitacao@campoere.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. A contratada obriga-se a entregar os materiais e prestar os serviços objeto desta licitação, dentro das normas legais, agindo dentro da ética e probidade necessárias nas contratações públicas.

11.2. Os materiais deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis após a emissão da ordem de fornecimento.

11.3. A contratada que não cumprir com suas obrigações estará sujeita as penalidades da Lei 8.666/93 e do Edital.

11.4. Dar garantia de 90 dias dos materiais entregues.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. A contratante obriga-se a cumprir fielmente ao avençado, efetuando o pagamento dos materiais que solicitar, de acordo com a ordem cronológica de pagamentos.

12.2. Fiscalizar a qualidade e quantidade dos materiais entregues.

12.3. Prestar o apoio necessário e a infraestrutura disponível para que a contratada preste o serviço no local indicado.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Caso haja alguma inobservância das obrigações assumidas por parte da contratada, a Administração aplicará as sanções previstas no art. 86 e seguintes da Lei 8.666/93, no contrato e no edital, e ainda, aplicará multa explícita nas cláusulas do edital.

14. GARANTIA CONTRATUAL

14.1. Não será exigida garantia contratual para o presente objeto.

15. FISCALIZAÇÃO

15.1. A fiscalização do contrato será feita pelo seguinte servidor, ou outro que possam substituí-lo, a depender do caso, ou edição de nova portaria de nomeação:

a) Departamento Municipal de Obras e Serviços Urbanos, o Sr. Carlos Ferlim.

15.2. Compete ao fiscal de contrato acompanhar a execução do mesmo, dentro das especificações e exigências do edital e do contrato, especialmente no acompanhamento do quantitativo e da qualidade dos materiais.

15.3. Caso observado pelo fiscal de contrato, qualquer inexecução, deverá levar o ocorrido a Assessoria Jurídica do Município, que deverá tomar as medidas cabíveis.

Campo Erê/SC, 06 de julho de 2020.

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito

Rua 1º de Maio, 736 – CNPJ 83.026.765/0001-28 – Fone/Fax (0xx49) 3655-3035 – CEP 89980-000
Campo Erê – Santa Catarina – e-mail: licitacao@campoere.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ

ANEXO II

“MODELO DE DECLARAÇÃO CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO”

(Papel Timbrado da Empresa, dispensa em caso de carimbo com CNPJ)

Ref. Processo Licitatório nº ____/____

Pregão Presencial nº ____/____

A signatária da presente _____ (razão social), inscrita no CNPJ/MF sob o número ____/____ - ____ (número do CNPJ/MF), com _____ sede

(endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, **DECLARA**, para todos os fins de lei e direitos que se encontra em plenas condições de dar cumprimento aos requisitos de habilitação deste Processo Licitatório, nos termos do art. 4. VII, da Lei 10.520 de 17/07/2002.

DECLARO sob as penas do art. 299 do Código Penal, que as informações são fieis e verdadeiras, não havendo omissões ou dados que possam induzir a equívocos de julgamento e **ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE** pelo conteúdo desta declaração.

A presente é emitida nesta data sem quaisquer ressalvas e/ou emendas a qualquer título.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do Representante Legal da Empresa
(nome e número da identidade)

Obs.: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro ou equipe de apoio após a abertura da sessão, durante o credenciamento e antes da sessão de lances, separadamente dos envelopes (Proposta de Preço e Habilitação) exigidos nesta licitação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ

ANEXO III

“MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADES”

(Papel Timbrado da Empresa, dispensa em caso de carimbo com CNPJ)

Ref. Processo Licitatório nº ____/____

Pregão Presencial nº ____/____

Local e data

A signatária _____ (razão social), inscrita no
CNPJ sob o nº _____, sediada na

_____ (endereço completo), neste ato representada pelo seu

representante legal o(a) Sr.(a), _____, inscrito(a) no CPF sob o nº

_____ - _____ portador(a) da cédula de identidade nº _____ expedida por

DECLARA, sob as penas da Lei, que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação, impedimento de contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem.

DECLARO sob as penas do art. 299 do Código Penal, que as informações são fieis e verdadeiras, não havendo omissões ou dados que possam induzir a equívocos de julgamento e **ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE** pelo conteúdo desta declaração.

_____, ____ de _____ de _____

(Assinatura do representante legal)



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ

ANEXO IV

“MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 7º, XXXIII DA CF/88”

(Papel Timbrado da Empresa, dispensa em caso de carimbo com CNPJ)

Ref. Processo Licitatório nº ____/____

Pregão Presencial nº ____/____

A signatária da presente _____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob o nº. _____/_____-_____(número do CNPJ/MF), por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____(nome completo), portador da Carteira de Identidade nº. _____(número do RG), e do CPF nº. _____(número do CPF),

DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Emprega menor a partir de quatorze anos na condição de aprendiz. () sim () não.

DECLARO sob as penas do art. 299 do Código Penal, que as informações são fieis e verdadeiras, não havendo omissões ou dados que possam induzir a equívocos de julgamento e **ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE** pelo conteúdo desta declaração.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do Representante Legal da Empresa
(nome e número da identidade)



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ

ANEXO V

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. ____/____

A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o **MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ nº ____/____-__, pelo(a) Sr(a). _____, aqui denominada simplesmente de **DETENTORA**, vencedora do processo licitatório nº ____/____, Pregão Presencial nº ____/____, Para Registro de Preços, nos termos da Lei nº 10.520/02; aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e as demais normas legais correlatas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Constitui o objeto da presente ata o REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS PÚBLICAS E REFLETORES DE LED PARA O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ/SC, de acordo com o termo de referência, ANEXO I do edital, referente aos seguintes itens:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND.	QTD.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

1. A presente Ata de Registro de Preços terá **validade de 12 (doze) meses** consecutivos contados da data de assinatura, compreendendo o período de ... de julho de 2020 a ... de julho de 2021.
2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
3. Os preços, durante a vigência da Ata, **serão fixos e irrevogáveis**, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

1. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.
2. Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) adjudicados para empresa detentora da presente Ata ao final do pregão, o(s) qual (is) também a integram.
3. A mera majoração de preços pelo fornecedor da detentora da Ata não constitui motivo para que esta pleiteie junto a Administração pedido de revisão de preço ou reequilíbrio econômico.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

1. Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

1. A **DETENTORA** deverá prestar os serviços nos locais informados pelos Departamentos solicitantes na ordem de fornecimento.
2. O prazo para a prestação é de até 05 (cinco) dias úteis após a solicitação emitida através da ordem de fornecimento.

Rua 1º de Maio, 736 – CNPJ 83.026.765/0001-28 – Fone/Fax (0xx49) 3655-3035 – CEP 89980-000
Campo Erê – Santa Catarina – e-mail: licitacao@campoere.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ

3. Os materiais deverão ser entregues no local indicado pela Administração, correndo por conta da **DETENTORA** todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem na realização sobre o objeto.
4. Se algum material não corresponda ao que foi licitado, será concedido o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a realização da adequação, sob pena de aplicação de sanções legais e editalícias.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

1. Após a entrega dos materiais, acompanhado da respectiva nota fiscal, conferida e assinada pelo fiscal de contrato, o pagamento será efetuado conforme a ordem cronológica de pagamentos da Prefeitura de Campo Erê.
2. Caso os itens não correspondam ao que foi licitado, o pagamento só será liberado após a sua substituição, sem prejuízo das penalidades legais e do edital.
3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.
4. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora – Conta corrente, Agência Banco

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato.
2. A penalidade de multa, prevista no item acima poderá ser aplicada cumulativamente com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.
3. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a **DETENTORA** ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:
4. Pelo atraso injustificado na execução do objeto, sujeita-se a **DETENTORA** à penalidade de multa de 0,033% sobre o valor total da obrigação não cumprida por dia de atraso, limitada ao total de 20%.
5. Pela inexecução total ou parcial do objeto, poderá ser aplicado à **DETENTORA** as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do da Ata de Registro de Preços.
6. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.
7. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens acima será o valor inicial da Ata de Registro de Preços.
8. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a **DETENTORA** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração.
9. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a **DETENTORA** que não cumprir as cláusulas desta Ata de Registro de Preços sujeita ainda à:
10. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até dois anos.
11. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **DETENTORA** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada.
12. Estará sujeita às penalidades a **DETENTORA** que deixar de atender às condições e prazos de fornecimento estabelecidos neste edital e no contrato.
13. Ficarão suspensos os pagamentos da **DETENTORA** que não cumprir no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a troca do material rejeitado, até que se finalize o processo administrativo que deverá ser iniciado pelo fiscal de contrato ao final do prazo dado para a troca.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Rua 1º de Maio, 736 – CNPJ 83.026.765/0001-28 – Fone/Fax (0xx49) 3655-3035 – CEP 89980-000
Campo Erê – Santa Catarina – e-mail: licitacao@campoere.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ

1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:
 - 1.1. Automaticamente:
 - 1.1.1. por decurso de prazo de vigência;
 - 1.1.2. quando não restarem fornecedores registrados;
 - 1.1.3. quando caracterizado o interesse público.
 - 1.2. O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:
 - 1.2.1. A pedido, quando:
 - 1.2.2. comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
 - 1.2.3. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.
 - 1.2.4. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.
 - 1.3. Por iniciativa da Administração Municipal, quando:
 - 1.3.1. o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no Edital;
 - 1.3.2. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
 - 1.3.3. o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
 - 1.3.4. o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
 - 1.3.5. caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;
 - 1.3.6. não atender solicitação do fiscal de contrato ou deixar de entregar documentos, comprovantes ou certificados exigidos;
 - 1.3.7. substituir seus colaboradores (profissionais envolvidos na relação contratual) e não apresentar ao fiscal de contrato a documentação exigida quanto a qualificação técnica dos substitutos, que deverá ser igual ou superior aos substituídos;
 - 1.3.8. não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.
 - 1.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

1 - A execução desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS será acompanhada e fiscalizada pelo Servidor, ocupante do cargo de, nos termos do Art. 67 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DECIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

1. Integram esta Ata, o edital e anexos do Pregão Presencial nº ____/____ e a proposta da empresa **DETENTORA**.
2. Fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.
3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93 e demais normas aplicáveis.

Campo Erê, SC ____ de ____ de ____.

DETENTORA

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ

VISTO DA ASSESSORIA JURIDICA

Rua 1º de Maio, 736 – CNPJ 83.026.765/0001-28 – Fone/Fax (0xx49) 3655-3035 – CEP 89980-000
Campo Erê – Santa Catarina – e-mail: licitacao@campoere.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ

ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO Nº _____/_____

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O **MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ** E A EMPRESA _____, OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

O **MUNICÍPIO DE CAMPO ERE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº. 83.026.765/0001-28, com sede na rua 1 de Maio, nº 736, Centro, Campo Erê – Santa Catarina, CEP 98.980-000, neste ato representado pelo Prefeito, o Sr. **Odilson Vicente de Lima**, residente e domiciliado no Município de Campo Erê - SC, portador do CPF nº 546.727.169-53, e cédula de identidade nº 312984, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado;

A empresa _____, Pessoa jurídica de direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº. _____ com sede _____, nº _____, Município de _____ - _____, neste ato representada por seu(ua) _____, o(a) Sr(a). _____, residente e domiciliado(a) _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, CEP _____ - _____ portador(a) do CPF/MF sob nº _____ - _____, e da Cédula de Identidade sob o nº _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**;

Tem de comum acordo e com amparo nas Leis Federais nºs. 10.520/2002, 8.666/1993, 8.883/1994 e demais legislação correlata, entre si, certos e ajustados, resolvem contratar o objeto do presente pelas seguintes cláusulas e condições:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O presente contrato tem por objetivo a AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS PÚBLICAS E REFLETORES DE LED PARA O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ/SC, de acordo com o termo de referência, ANEXO I do edital, referente aos seguintes itens:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND.	QTD.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL

CLAUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

1. A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** o valor total de R\$ _____ (_____) dos itens adquiridos nas condições estabelecidas neste contrato.

2. Os preços deste contrato serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3. A mera majoração de preços pelo fornecedor do contratado não constitui motivo para que este pleiteie junto a Administração pedido de revisão de preço ou reequilíbrio econômico.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

Rua 1º de Maio, 736 – CNPJ 83.026.765/0001-28 – Fone/Fax (0xx49) 3655-3035 – CEP 89980-000
Campo Erê – Santa Catarina – e-mail: licitacao@campoere.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ

1. Após a entrega dos materiais, acompanhado da respectiva nota fiscal, conferida e assinada pelo fiscal de contrato, o pagamento será efetuado conforme a ordem cronológica de pagamentos da Prefeitura de Campo Erê.
2. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.
3. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora.
4. A empresa contratada deverá apresentar em conjunto com a nota fiscal/fatura todas as negativas referentes a débitos previdenciários (FGTS e INSS), trabalhistas, e se a empresa estiver localizada na Sede do Município de Campo Erê/SC a certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos municipais

CLAUSULA QUARTA – DO PRAZO E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO

1. A **CONTRATADA** deverá entregar os materiais solicitados no local indicado na ordem de fornecimento, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a emissão da referida ordem de fornecimento.
2. Se algum item dos materiais não corresponder à descrição solicitada, ou ainda, a qualidade for comprovadamente inferior a média dos serviços similares existentes no mercado, a contratada deverá efetuar a adequação, podendo ser responsabilizada pelo ocorrido, ficando sujeita as penalidades constantes na Lei e principalmente neste Edital.
3. Sendo necessário a troca de algum material, objeto desta licitação, a contratada terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para fazê-lo, não sendo respeitado este prazo, será imediatamente iniciado procedimento administrativo de punição.
4. O atraso injustificado na entrega dos materiais ou na troca deste, se solicitado pela Administração, caracteriza-se como inexecução total ou parcial do contrato, conforme o caso, sujeitando aquele que deu causa as penalidades constantes no edital.

CLAUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A **CONTRATANTE** obrigará-se-á:

1. Cumprir as condições de pagamento, sendo que o pagamento ficará condicionado ao fornecimento do objeto de conformidade com o processo licitatório.
2. Transmitir por escrito determinações sobre possíveis modificações no objeto fornecido.
3. Esclarecer dúvidas que lhe forem apresentadas.
4. Fiscalizar os serviços contratados.
5. Aplicar penalidades se houver descumprimento das cláusulas contratuais ou editalícias.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. A **CONTRATADA** obriga – se - á:

- 1.1. Fornecer objeto licitado no prazo estabelecido, obedecendo rigorosamente os critérios estabelecidos neste contrato de conformidade com o processo licitatório citado.
- 1.2. Permitir que os prepostos da **CONTRATANTE** inspecionem e fiscalizem a qualquer tempo e hora o andamento e as especificações do objeto a ser fornecido.
- 1.3. Apresentar sempre que lhe for solicitado, provas de que o objeto entregue condiz com o especificado no edital e no contrato.
- 1.4. Executar a prestação dos serviços e observando a melhor qualidade e técnica, agindo com ética.
- 1.5. Responsabilizar-se por todas as despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, seguros, despesas fiscais comerciais, assim como despesas com transporte e deslocamento e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação.
- 1.5.1. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.
- 1.6. Responsabilizar-se pela obrigação do pagamento de tributos que incidirem sobre os serviços, em qualquer esfera.
- 1.7. Assumir as despesas decorrentes de transporte ferramentas e equipamentos, necessários ao fornecimento do objeto licitado.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ

CLAUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assiná-lo.
2. A penalidade de multa, prevista no acima poderá ser aplicada cumulativamente com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.
3. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas neste item que trata das penalidades se, admitida às justificativas apresentadas pela **CONTRATADA**, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, “caput”, da Lei nº 8.666/1993.
4. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a **CONTRATADA** ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:
 - 4.1. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, sujeita-se à **CONTRATADA** à penalidade de multa de 0,033% sobre o valor total da obrigação não cumprida por dia de atraso, limitada ao total de 20%.
 - 4.2. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, será aplicado à **CONTRATADA** as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida.
 - 4.3. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.
5. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas acima será o valor inicial do Contrato.
6. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa **CONTRATADA** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração.
7. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a **CONTRATADA** que não cumprir as cláusulas contratuais sujeita ainda à:
 - 7.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até dois anos.
 - 7.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

CLAUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

1. O presente Contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou conveniência administrativa, não lhe sendo devido nenhum outro valor a título de indenização ou qualquer outro título, presente ou futuramente, sob qualquer alegação ou fundamento.

CLAUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. Será utilizado para o pagamento do objeto do presente contrato a seguinte dotação orçamentária do Município de Campo Erê, prevista no orçamento do ano de 2020:
 - 1.1. Dotação orçamentária

07.01	2.023	3.3.90.00.00.00.00	3.3.90.30.26.00.00	100
07.01	2.023	3.3.90.00.00.00.00	3.3.90.30.26.00.00	108

CLAUSULA DECIMA – DO FORO

1. Para dirimir as questões decorrentes deste contrato fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Nenhuma modificação poderá ser introduzida no contrato sem o consentimento prévio da Administração, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

Rua 1º de Maio, 736 – CNPJ 83.026.765/0001-28 – Fone/Fax (0xx49) 3655-3035 – CEP 89980-000
Campo Erê – Santa Catarina – e-mail: licitacao@campoere.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ

2. Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este contrato serão formalizadas por escrito, por carta ou ofício, em duas vias de igual teor e forma, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de efetiva entrega.
3. Os recebimentos decorrentes do fornecimento objeto deste contrato, deverão ser feitos diretamente a empresa através de depósito bancário.
4. Os casos omissos a este contrato reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria, Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 8.883/94, e o disposto no processo licitatório que originou este contrato.
5. Para desempenhar as atribuições de "**Fiscal de Contrato**", fica designado o Servidor Municipal **Carlos Ferlim** para acompanhar e fiscalizar o presente contrato.
- 5.1 Para desempenhar as atribuições de "**Preposto**" fica designado através de declaração fornecida pela contratada o/a Sr.Sra:
6. Ao fiscal de contrato caberá a instauração, acompanhamento e conclusão dos processos administrativos de punição ao **CONTRATADO** que descumprir o disposto no edital, ata de registro de preços e no contrato.
7. O prazo de vigência deste contrato é até o dia ____/____/____.
8. E por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente contrato de fornecimento, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Campo Erê/SC, aos ____ de ____ de ____.

Contratante

Contratada

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Rua 1º de Maio, 736 – CNPJ 83.026.765/0001-28 – Fone/Fax (0xx49) 3655-3035 – CEP 89980-000
Campo Erê – Santa Catarina – e-mail: licitacao@campoere.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ

ANEXO VII

“MODELO DE DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÃO DOS DADOS BANCÁRIOS”

(Papel Timbrado da Empresa, dispensa em caso de carimbo com CNPJ)

Ref. Processo Licitatório nº ____/____
Pregão Presencial nº ____/____

Local e data

Banco: _____
Agência: _____
Conta Corrente: _____
Nome: _____
e-mail: _____
Celular: _____

Declaramos que são da nossa inteira responsabilidade, os dados, preços e condições acima descritos.

Assinatura do Representante Legal da Empresa
(nome e número da identidade)

Obs: Esta declaração deverá ser inserida no envelope “1” Proposta de Preço.

Rua 1º de Maio, 736 – CNPJ 83.026.765/0001-28 – Fone/Fax (0xx49) 3655-3035 – CEP 89980-000
Campo Erê – Santa Catarina – e-mail: licitacao@campoere.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ

ANEXO VIII

“MODELO DE DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DE PREPOSTO”

(Papel Timbrado da Empresa, dispensa em caso de carimbo com CNPJ)

Ref. Processo Licitatório nº ____/____

Pregão Presencial nº ____/____

Por meio da presente, nomeio na qualidade de PREPOSTO, o mandatário _____, brasileiro, estado civil, profissão, domiciliado na cidade de _____/____, sito na Rua _____ nº _____, bairro _____, portador da Carteira de Identidade, RG nº _____/UF e do CPF nº _____, para fins de representar a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº _____/____-____, estabelecida na cidade de (CIDADE/UF), sito na Rua _____, nº _____, bairro _____, pessoa esta a quem a Administração irá se reportar referente aos contratos advindos deste processo licitatório, quando necessário, conforme dispõe o Art. 68 da Lei Federal nº 8.666/93.

CPF E NOME DO DECLARANTE

CPF E NOME DO PREPOSTO

Obs.: Esta declaração deverá constar dentro do envelope “Documentos de Habilitação”.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ

ANEXO IX

**“MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI NO QUADRO SOCIETÁRIO
SERVIDOR DA ATVA”**

(Papel Timbrado da Empresa, dispensa em caso de carimbo com CNPJ)

A empresa signatária da presente, inscrita no CNPJ nº. _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador da Carteira de Identidade nº. _____, e do CPF nº. _____, DECLARA, para todos os fins de direito Declaração do licitante de que **não possui** em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão celebrante, empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista.

_____, ____ de _____ de _____.

Obs.: Esta declaração deverá constar dentro do envelope “Documentos de Habilitação”.

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE CREDENCIAMENTO OU 01/2020 - FUNDECAMPOS

Publicação N° 2552670

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO

AVISO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO DE COMPRA N° 04/2020

CREDENCIAMENTO N° 01/2020 - FUNDECAMPOS

O Município de Campos Novos, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário de Campos Novos, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, representado neste ato pelo Subsecretário de Infraestrutura, Ingracio Alves de Carvalho, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que estarão abertas as inscrições para o processo de CREDENCIAMENTO PARA REALIZAÇÃO DE CASTRAÇÕES EM PEQUENOS ANIMAIS ATRAVÉS DO PROJETO MEU MELHOR AMIGO que será executado em conformidade com o que dispõe a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, Lei nº 4.504 de 12 de Dezembro de 2018 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

CRONOGRAMA: PROCESSO DE CREDENCIAMENTO	
EVENTOS	DATA
Divulgação do Edital de Credenciamento	07/07/2020
Início da Entrega dos Envelopes	Das 15h00min do dia 15 de julho de 2020
Final da Entrega dos Envelopes	Até às 19h do dia 31 de dezembro de 2020

Campos Novos, 06 de julho de 2020.

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO PP 22/2020

Publicação N° 2552438

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA N° 50/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 22/2020

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 29 de julho de 2020, às 14h30min, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERSONALIZAÇÃO/PLOTAGEM DOS VEÍCULOS OFICIAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL, FUNDOS E FUNDAÇÕES, CONFORME ARTE DEFINIDA NO MANUAL DE APLICAÇÃO DOS SIMBOLOS REPRESENTATIVOS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h15min às 18h45min diariamente.

RETIFICAÇÃO – DATA DE ABERTURA

Onde se lê:

Recebimento das Propostas: Até às 14h15min do dia 09 de abril de 2020, no protocolo.

Abertura das Propostas: Até às 14h30min do dia 09 de abril de 2020, no protocolo.

Leia-se:

Recebimento das Propostas: Até às 14h15min do dia 29 de julho de 2020, no protocolo.

Abertura das Propostas: Até às 14h30min do dia 29 de julho de 2020, no protocolo.

Campos Novos, 06 de julho de 2020.

DECRETO Nº 8.650/20 DE 03/07/2020. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Publicação Nº 2551974

DECRETO Nº 8.650/20 DE 03/07/2020.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.536 de 13/05/2019 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.607/19 de 24/12/2019 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), às seguintes dotações:

ÓRGÃO: 35- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNIDADE: 01- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.051- Reequipamento do FMAS

Elementos de despesa: 35 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0035- Aplicações Diretas R\$ 10.000,00.

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previsto no Art. 1º, será subtraído R\$ 10.000,00 do excesso de recurso do estado.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 03 de julho de 2020.

Sílvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1541/2020

Publicação Nº 2551929

PORTARIA Nº 1541/2020 DE 30/06/2020
NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE PARA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear as pessoas a seguir relacionadas para comporem a Comissão Permanente de Pregão Presencial;

Mauro Cesar Gonçalves – Pregoeiro

Bruna Zandona Marcon- Equipe de Apoio

Dayana Taize dos Santos Ribeiro- Equipe de Apoio

Clarice Aparecida Fagundes - Suplente

Ana Paula Dos Santos – Suplente

Art. 2º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a portaria nº 840/2020.

Prefeitura de Campos Novos, 30 de junho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1551/2020

Publicação Nº 2551928

PORTARIA Nº 1551/2020 DE 07/07/2020

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DE PROCESSO DE ADMINISTRATIVO NOMEADO PELA PORTARIA Nº 1290/2020 DE 06 DE MAIO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o requerimento da Comissão de processo administrativo,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o prazo para a apresentação de relatório conclusivo dos trabalhos da Comissão de processo administrativo nomeada pela Portaria nº 1290/2020 de 06/05/2020, por mais 60 (sessenta) dias.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
07 de julho de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

SAMAE - CAMPOS NOVOS**EXT CT302020**

Publicação Nº 2551408

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Rua Caetano Carlos, 466 – Fone: (49) 3541 0844 e 3541 0834
CAMPOS NOVOS - 89620.000 - SANTA CATARINA
CNPJ – 83.158.105/0001-09 Inscrição Estadual – Isento

CONTRATO CNO – 30/2020
TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO CNO 11/2020

DATA DE ASSINATURA: 02 de Julho 2020

OBJETO: Aquisição de coagulante a base de policloreto de alumínio, produto químico a ser utilizado no tratamento de água na ETA. decorrente do Processo Licitatório 84/2019, "Pregão Presencial nº 11/2019, Registro de Preço nº 005/2019 realizado pelo CISAM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL - MEIO OESTE

CONTRATADA: AVANEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

VALOR: O valor a ser praticado será de R\$ 1,34 (Hum real e trinta e quatro centavos) o quilo.

LUCIANO CHIAMOLERA ANDONINI
DIRETOR SAMAE

EXT CT322020

Publicação Nº 2551429

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

CONTRATO CNO – 32/2020
TERMO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO CNO 24/2018

DATA DE ASSINATURA: 03.07.2020

OBJETO: Termo do segundo aditivo referente à desenvolvimento do website localizado na internet através do endereço www.samaecn.com.br, também manutenção e hospedagem dos e-mails do SAMAE.

CONTRATADA: M.A.C. Computação Gráfica Ltda

VALOR: 130,68 (Cento e trinta reais e sessenta e oito centavos) mensais.

PRAZO: Período de 12 meses a partir de 11/07/2020.

LUCIANO CHIAMOLERA ANDONINI
DIRETOR DO SAMAE

Canelinha

PREFEITURA

RESULTADO JULGAMENTO TP 075/PMC/2020

Publicação N° 2552111

ATA DE JULGAMENTO DA PROPOSTA
TOMADA DE PREÇOS N° 075/PMC/2020

A Comissão Permanente de Licitação informa que após analisar a proposta referente a Tomada de Preços 075/PMC/2020 e receber parecer do Setor de Planejamento Urbano, que a proposta apresentada pela empresa MASTER PRIME SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI, única empresa que protocolou envelopes para o Certame, atendem aos requisitos do Edital, sendo considerada assim vencedora do Certame. Observados os devidos procedimentos de publicidade e legalidade, o resultado da proposta da empresa habilitada, será publicado no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br), no Diário Oficial da União, no site www.canelinha.sc.gov.br e no Mural Público do Município. A ATA será encaminhada via e-mail para as empresas participantes e seu inteiro teor poderá ser solicitado no email licitacoes@canelinha.sc.gov.br. Fica aberto o prazo de recurso, conforme art. 109, I a, da lei 8.666/93, pelo prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar desta Publicação. Nada mais havendo a declarar, o Presidente encerra a sessão. Publique-se para os fins e efeitos legais.

Canelinha, 06 de julho de 2020.

Mauricio Tavares Andriotti
Presidente da CPL

Canoinhas

PREFEITURA

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO - ACD

Publicação Nº 2552218

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Referência: Dispensa de Chamamento Público – Repasse ao Terceiro Setor – Termo de Colaboração nº 01/2020.

Base Legal: Art. 30, inciso VI e 32 da Lei Federal nº 13.019/14 e arts. 4º, § 5º da Lei Municipal nº 6.059/2017, Decreto Municipal nº 099/2017 e Lei Municipal nº 6.520, de 25 de junho de 2020.

Organização da Sociedade Civil: ASSOCIAÇÃO CANOINHENSE DE DEFICIENTES – ACD – CNPJ: 79.366.662/0001-30

Endereço: Rua Irmã Maria Felicitas Bishop, nº 700, Centro, Canoinhas – SC, CEP 89.460-000.

Objeto: Renovação da parceria entre a entidade e o Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Assistência Social para, em atendimento ao Interesse Público, atuar em colaboração com a Organização da Sociedade Civil supracitada, conforme já vem ocorrendo nos anos anteriores entre esta e a Administração Pública Municipal. O objetivo desta parceria é manter os serviços de assistência prestados pela entidade descritos em Plano de Trabalho, os quais são enquadrados na Tipificação Nacional de Serviços Assistenciais de 2009, a fim de cobrir as despesas com pessoal e encargos sociais, além de demais materiais e serviços que concorram para manutenção das atividades da referida entidade. Os serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil em comento, enquadram-se na Proteção Social Básica, no âmbito do Município de Canoinhas-SC e são destinados ao público alvo portadores de deficiência física, auditiva e visual, tendo por objetivo, ainda, complementar os serviços prestados pelo Poder Público a este segmento, uma vez que os atendimentos são referenciados a esta entidade.

Valor Total: R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)

Período: Exercício de 2020

Tipo da Parceria: Termo de Colaboração

JUSTIFICATIVA

A Política de Assistência Social é responsável pelo atendimento socioassistencial nos parâmetros do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, vigente em todo país desde 2004. No ano de 2005, com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS e da Norma Operacional Básica NOB/SUAS, buscou-se organizar e regulamentar as ações socioassistenciais de forma única. No ano seguinte, foi aprovada a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB-RH/SUAS elaborada como “um primeiro esforço nesta área objetivando delinear os principais pontos da gestão pública do trabalho e propor mecanismos reguladores da relação entre gestores e trabalhadores.” (BRASIL, pg.09, 2006). A NOB-SUAS foi alterada por meio da Resolução nº 33 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS em 12 de dezembro de 2012.

Sabe-se que o SUAS foi instituído por alteração da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993), a partir da aprovação da Lei nº 12.435 de 6 de julho de 2011, o qual reordena a oferta dos serviços, preconiza o atendimento aos usuários da Assistência Social nos municípios que deverão ser traduzidas em estratégias de ação, focalizando a família como núcleo alvo das ações.

No tocante a presente parceria, registre-se que esta visa à manutenção dos serviços prestados pela entidade enquadrados na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais de 2009, sendo estes os serviços de Proteção Social Básica no âmbito do Município de Canoinhas – SC. A entidade também é referência neste segmento de serviços, como atendimento e acompanhamento de situações de vulnerabilidade e risco de pessoas com deficiência. Este nível de proteção trabalha com a prevenção das vulnerabilidades e riscos e fortalece as famílias na função de proteção de seus membros, que acontece nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, conforme preconiza a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais de 2009, com foco no público prioritário, qual seja, pessoas com deficiência física, auditiva e visual, além de ficar oferecer serviços relativos aos demais segmentos:

- Ações de Defesa e Garantia de Direitos.
- Prevenção e Mediação ao Mercado Formal de Trabalho.
- Benefício Eventual.

A ACD tem como finalidade e objetivos promover adaptação, habilitação ou reabilitação social e orientação aos deficientes físicos e sensoriais, proteger os direitos da pessoa com deficiência, envolver a comunidade da região de Canoinhas à realidade da pessoa com deficiência, colaborar para melhor compreensão e realização das potencialidades dos deficientes, opinar para a mais rápida e eficiente readaptação e inclusão social à realidade individual de cada usuário, zelar pela correta divulgação das capacidades e direitos das pessoas com deficiência.

Justifica-se a dispensa de chamamento público para a formalização do termo de colaboração entre o Município de Canoinhas e a Organização da Sociedade Civil, nos termos do art. 30, inciso VI da Lei Federal nº 13.019/2014 e arts. 4ª, § 5º da Lei Municipal nº 6.059/2017 e do Decreto Municipal nº 099/2017, os quais estabelecem o seguinte:

“Art. 30 - A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:

(...)

VI - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.

“Art. 4º - § 5º - Para fins de aplicação do inciso VI do art. 30 da Lei Federal nº 13.019/2014, consideram-se credenciadas as organizações da sociedade civil que atendam ao procedimento definido e instaurado pelo órgão gestor responsável pelos serviços de educação, saúde ou assistência social, independentemente de chamamento, com vistas a reunir documentação mínima exigida em legislação para execução das atividades nas respectivas áreas, bem como, àquelas devidamente inscritas no respectivo Conselho Municipal de Políticas Públicas, que atendam os requisitos exigidos em legislação e regimento próprio”.

O embasamento para a dispensa de chamamento público encontra amparo no Comprovante de Inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social de Canoinhas, que afirma que a Associação Canoinhense de Deficientes – ACD é inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social, sob o nº 002, emitida pela Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, Sra. Vilcéia Regina Tavares.

Por derradeiro, ratifica-se que a referida instituição está devidamente inscrita como Organização da Sociedade Civil no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, tratando-se, portanto, da única entidade voltada e/ou vinculada, exclusivamente, à Assistência Social, estando, devidamente credenciada no órgão gestor desta política, nos termos do art. 4º, § 5º da Lei Municipal nº 6.059/2017, motivo pelo qual, justifica-se a dispensa de chamamento público. Ressalta-se, ainda, que esta entidade presta serviços na área de assistência social desde o ano de 2008, a qual também possui o CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social.

Informa-se, ainda, que a parceria e a transferência de recursos que a envolvem a relação entre Administração Pública e a ACD encontra-se devidamente autorizada através da Lei Municipal nº 6.520, de 25 de junho de 2020, que “Autoriza a Fimar Termo de Parceria e Efetuar Repasse Financeiro a Associação Canoinhense de Deficientes – ACD e Adota Outras Providências”, para o exercício de 2020.

Ressalva se faz, ademais, quanto ao fato de que a parceria com a Organização da Sociedade Civil ora mencionada já foi firmada com esta Municipalidade nos anos anteriores, tratando-se de programa continuado, pelo que não incidem as vedações previstas no art. 73 da Lei Federal nº 9.504/97.

Nos termos do § 2º do art. 32, da Lei Federal nº 13.019/2014, admite-se a impugnação a esta justificativa, a ser apresentada no prazo de cinco dias a contar da publicação, no protocolo geral da Prefeitura de Canoinhas, sito a Rua Felipe Schmidt, nº 10 – Centro, no horário das 08h00min às 12h00m e das 13h00m às 17h00m ou através do link <https://canoinhas.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5>, cujo teor deve ser analisado pelo administrador público responsável em até cinco dias da data do respectivo protocolo.

Canoinhas, 03 de julho de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS CINTIA MÜLLER DE AGUIAR
Prefeito Sec. Mun. De Assistência Social

PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº PMC 15/2020

Publicação Nº 2552260

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 15/2020, QUE TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DO LETREIRO DE CANOINHAS-SC, NA PRAÇA LAURO MULLER E EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS À REALIZAÇÃO DE REFORMA DE UM BANHEIRO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PEDRO BANDEIRACOM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.

Aos 06 (seis) dias do mês de julho do ano de 2020, às 14h00min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Adilson Fernando Ribeiro, Sr. Maurício Afonso Sobczak, Sr. José Carlos Herbst e a Sra. Andreia Fontana Kauva, nomeados pela Portaria nº 233/2020, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos verificou-se a participação da empresa JKAMALLE COMUNICAÇÃO VISUAL EIRELI, sem representante presente. Primeiramente foi verificado todo o protocolo a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Dando continuidade aos trabalhos, foi aberto o envelope contendo a documentação da empresa participante, a qual foi analisada e rubricada pela Comissão de Licitação. O CNPJ da empresa participante foi consultado no Portal da Transparência, onde foi constatado que a empresa participante não consta como inidônea no referido Portal. A empresa JKAMALLE COMUNICAÇÃO VISUAL EIRELI apresentou documentação comprovando enquadramento de ME/EPP e, por este motivo, participa com os benefícios garantidos pela Lei Complementar 123/2006. A comissão, em análise aos documentos apresentados, julgou a empresa JKAMALLE COMUNICAÇÃO VISUAL EIRELI inabilitada no certame pelos seguintes motivos: apresentação de atestado de capacidade técnica, contrato de prestação de serviço e balanço patrimonial em cópia simples, contrariando a exigência do item 4.2.3 e 6.2.6.3 do edital; atestado de capacidade técnica sem a CAT respectiva, indo contra o item 6.2.2.1 e 6.2.2.4 do edital e por não apresentar comprovante de registro da empresa no CREA ou CAU, contrariando a exigência do item 6.2.2.2 do edital. Desta forma a comissão de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação desta ata para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento dos documentos de habilitação. Caso não haja interposição de recursos no prazo estipulado nesta ata, a licitação será encerrada, declarada como fracassada. O envelope maior contendo os envelopes das propostas de preço das empresas participantes ficará acondicionado no cofre da Prefeitura. A comissão de licitação encerrou os trabalhos, nada mais havendo a tratar, a presente ata vai assinada pela Comissão de Licitação.

Adilson Fernando Ribeiro Mauricio Afonso Sobczak José Carlos Herbst Andreia Fontana Kauva
Presidente Secretário Membro Membro

Capão Alto

PREFEITURA

DECRETO Nº 044/2020

Publicação Nº 2551199

DECRETO Nº 044/2020

De 2 de julho de 2020.

"DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO, AFETADO PELO CICLONE (COBRADE nº 1.4.1.1.0), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 99, VII, da Lei Orgânica Municipal de Capão e demais cominações Legais,

Considerando a Instrução Normativa nº 1 de 24 de agosto de 2012;

Considerando o artigo 3, parágrafos 1º e 2º da Lei 12.340 de 1º de dezembro de 2010;

Considerando a forte chuva com ventos acima de 100 km/h, ocorrida em 30 de junho e 1º de julho de 2020;

Considerando o parecer exarado pela Coordenadoria da Defesa Civil Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado estado de emergência em todo território do Município de Capão Alto, contidas no formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como COBRADE nº 1.4.1.1.0.

Art. 2º - Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMP-DEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º - Com base no inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação aos contratos de aquisição de bens necessários as atividades de resposta ao desastre, prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de (180) cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos contados a partir da caracterização do desastre ou emergência, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 4º - De acordo com o estabelecido no art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processo de desapropriação, por necessidade pública, de propriedades particulares, quando necessária a realização de barragens ou outras intervenções permanentes no sentido de buscar reestabelecer a situação anterior ou de amenizar seus efeitos.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 dias.

Capão Alto/SC, 02 de julho de 2020.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Capinzal

PREFEITURA

PMC CONTRATO 0100/2020

Publicação N° 2551500

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

<p>Contrato N°...: 0100/2020 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada...: AUTO MECANICA D & D LTDA - ME Vigência : Início: 06/07/2020 Término: 06/07/2021 Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO N°.: 31/2020 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para possível contratação de horas/homens para serviços de manutenção mecânica e elétrica dos veículos da frota da Municipalidade (ônibus, micro ônibus, vans, ambulâncias, toyota e caminhões). Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais. Contempla: PREFEITURA MUNICIPAL: R\$ 6.510,00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: R\$ 18.960,00</p>	
Capinzal, 6 de Julho de 2020	

PMC CONTRATO 0101/2020

Publicação N° 2551508

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

<p>Contrato N°...: 0101/2020 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada...: AUTO MECÂNICA TOTTI & VIEIRA LTDA ME Vigência : Início: 06/07/2020 Término: 06/07/2021 Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO N°.: 31/2020 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para possível contratação de horas/homens para serviços de manutenção mecânica e elétrica dos veículos da frota da Municipalidade (ônibus, micro ônibus, vans, ambulâncias, toyota e caminhões). Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais. Contempla: PREFEITURA MUNICIPAL: R\$ 198.191,00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: R\$ 16.945,00</p>	
Capinzal, 6 de Julho de 2020	

PMC CONTRATO 0102/2020

Publicação N° 2551517

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0102/2020
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
 Contratada...: CP MAGARINOS MECANICA EIRELI
 Valor : 8.830,00 (oito mil oitocentos e trinta reais)
 Vigência : Início: 06/07/2020 Término: 06/07/2021
 Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 31/2020
 Recursos : Dotação:
 Objeto : REGISTRO DE PREÇO para possível contratação de horas/homens para serviços de manutenção mecânica e elétrica dos veículos da frota da Municipalidade (ônibus, micro ônibus, vans, ambulâncias, toyota e caminhões). Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.
 Capinzal, 6 de Julho de 2020

PMC CONTRATO 0103/2020

Publicação Nº 2551525

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0103/2020	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: MECANICA DALEOSIR LTDA	
Valor : 60.920,00 (sessenta mil novecentos e vinte reais)	
Vigência : Início: 06/07/2020 Término: 06/07/2021	
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 31/2020	
Recursos : Dotação:	
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para possível contratação de horas/homens para serviços de manutenção mecânica e elétrica dos veículos da frota da Municipalidade (ônibus, micro ônibus, vans, ambulâncias, toyota e caminhões). Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais	
Capinzal, 6 de Julho de 2020	

PMC CONTRATO 0104/2020

Publicação Nº 2551528

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0104/2020	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: MECANICA DAMTIZA LTDA	
Vigência : Início: 06/07/2020 Término: 06/07/2021	
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 31/2020	
Recursos : Dotação:	
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para possível contratação de horas/homens para serviços de manutenção mecânica e elétrica dos veículos da frota da Municipalidade (ônibus, micro ônibus, vans, ambulâncias, toyota e caminhões). Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.	
Contempla:	
PREFEITURA MUNICIPAL: R\$ 41.615,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: R\$ 10.060,00	
Capinzal, 6 de Julho de 2020	

PMC CONTRATO 0105/2020

Publicação Nº 2551537

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0105/2020
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
 Contratada...: MECANICA NEORI LTDA
 Valor : 233.223,00 (duzentos e trinta e três mil duzentos e vinte e três reais)
 Vigência : Início: 06/07/2020 Término: 06/07/2021
 Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 31/2020
 Recursos : Dotação:
 Objeto : REGISTRO DE PREÇO para possível contratação de horas/homens para serviços de manutenção mecânica e elétrica dos veículos da frota da Municipalidade (ônibus, micro ônibus, vans, ambulâncias, toyota e caminhões). Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.

Capinzal, 6 de Julho de 2020

PMC TA 008/2020 C322

Publicação Nº 2551721

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA 008/2020 C322 - Contrato Nº: 0322/2019 M

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: D & LB - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 07/07/2020 Término: 10/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 95/2019

Recursos : Dotação:

Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo é a REVISÃO DE VALORES, visando o equilíbrio econômico financeiro, nos termos da lei 8.666/93, considerando a porcentagem de variação dos preços dos produtos, alterando, apenas, o valor do ITEM 02: ÓLEO DIESEL S10 (litro) para R\$ 2,90 (dois reais e noventa centavos). Salienta-se que o Presente Termo Aditivo contempla o Município de Capinzal, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social e a Fundação Municipal de Esportes.

Capinzal, 6 de Julho de 2020

PREGÃO ELETRÔNICO 00392020 PROCESSO LICITATÓRIO 0080/2020

Publicação Nº 2551410

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0080/2020

Pregão Eletrônico Nº 0039/2020

REGISTRO DE PREÇO DO TIPO MENOR PREÇO ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição fracionada de Óleos Lubrificantes destinados a manutenção da Frota da Secretaria de Infraestrutura e Transporte Coletivo Urbano. Com Recursos Próprios.

As propostas iniciais e documentos de habilitação deverão ser encaminhadas, exclusivamente por meio eletrônico, para o seguinte endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br, conforme data e horário:

PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: Até dia 23/07/2020 às 07h55min.

ABERTURA DA SESSÃO: Dia 23/07/2020 às 08h00min.

MODO DE DISPUTA: ABERTO

INFORMAÇÕES DO EDITAL: No site do Município de Capinzal: www.capinzal.sc.gov.br ou no Setor de Compras e Licitações do Município de Capinzal, situado junto ao Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, na Rua Carmello Zócolli, n. 155, centro, neste Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

Contato: pelo telefone 49 3555-8707 e 3555-8769 ou pelo e-mail licitacoes@capinzal.sc.gov.br.

Capinzal/SC, 06 de julho de 2020.

NADIR DURLI

SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA

MUNICÍPIO DE CAPINZAL

PREGÃO ELETRÔNICO 004/2020 PROCESSO LICITATÓRIO 0035/2020

Publicação Nº 2551425

AVISO DE LICITAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL

Processo Licitatório Nº 0035/2020

Pregão Eletrônico Nº 0004/2020

REGISTRO DE PREÇO DO TIPO MENOR PREÇO ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada na realização de transportes de pessoas, a fim de que possam realizar o transporte de pacientes atendidos pela Secretaria da Saúde, para consultas e exames em diversos Centros de Saúde. Com Recursos Próprios.

As propostas iniciais e documentos de habilitação deverão ser encaminhadas, exclusivamente por meio eletrônico, para o seguinte endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br, conforme data e horário:

PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: Até dia 21/07/2020 às 07h55min.

ABERTURA DA SESSÃO: Dia 21/07/2020 às 08h00min.

MODO DE DISPUTA: ABERTO

INFORMAÇÕES DO EDITAL: No site do Município de Capinzal: www.capinzal.sc.gov.br ou no Setor de Compras e Licitações do Município de Capinzal, situado junto ao Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, na Rua Carmello Zóccoli, n. 155, centro, neste Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

Contato: pelo telefone 49 3555-8707 e 3555-8769 ou pelo e-mail licitacoes@capinzal.sc.gov.br.

Capinzal/SC, 06 de julho de 2020.

KAMILLE SARTORI BEAL

Secretária de Saúde do Município de Capinzal

Fundo Municipal de Saúde

PREGÃO PRESENCIAL 0005/2020 PROCESSO LICITATÓRIO 0036/2020

Publicação Nº 2551421

AVISO DE LICITAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL

Processo Licitatório Nº 0036/2020

Pregão Presencial Nº 0005/2020

PREGÃO PRESENCIAL DO TIPO MENOR PREÇO ITEM

OBJETO: Contratação de Profissional para prestação de serviços na Área Médica, especialidade Pediatria, para atendimento no Plantão no Hospital Nossa Senhora das Dores, em sistema de Sobreaviso, durante o ano de 2020. Com Recursos Próprios.

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: Os Envelopes de DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇO dos interessados protocolo até às 07h55min do dia 20/07/2020.

ABERTURA DA SESSÃO: Dia 20/07/2020 às 08h00min.

INFORMAÇÕES DO EDITAL: No site do Município de Capinzal: www.capinzal.sc.gov.br ou no Setor de Compras e Licitações do Município de Capinzal, situado junto ao Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, na Rua Carmello Zóccoli, n. 155, centro, neste Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

Horário de expediente, de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

Contato: pelo telefone 49 3555-8711 e 3555-8769 ou pelo e-mail licitacoes@capinzal.sc.gov.br.

INFORMAÇÕES DO EDITAL: No site do Município de Capinzal:

Capinzal/SC, 06 de julho de 2020.

KAMILLE SARTORI BEAL

Secretária de Saúde do Município de Capinzal

Fundo Municipal de Saúde

GABARITO PROVISÓRIO CIALAR - EDITAL 01/2020

Publicação N° 2551689



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

**EDITAL PROCESSO SELETIVO N. 01 DE 23 DE MARÇO DE 2020.****GABARITO PROVISÓRIO**

ENCONTRA-SE ABERTO O PERÍODO RECURSAL DO DIA 06/07/2020 ATÉ AS 17:00 hrs do dia 13/07/2020
A PRESENTE LISTAGEM PODERÁ SOFRER ALTERAÇÕES DURANTE O PERÍODO ACIMA CITADO.

*** O caderno de provas está disponível para todos os candidatos participantes na página da empresa organizadora, na aba de processos em andamentos, na guia correspondente ao processo seletivo do Cialar.

ASSISTENTE SOCIAL									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	C	A	B	B	D	C	A	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	B	C	A	B	D	C	A	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	B	C	A	B	B	B	C	B

MONITOR SOCIAL									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
D	C	A	C	B	A	B	D	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	C	B	B	A	C	B	A	D
21	22	23	24	25					
B	B	B	C	B					

PSICÓLOGO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	C	A	D	C	C	A	B	D	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	B	D	D	C	A	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	B	C	A	B	B	B	C	B

SERVENTE									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
D	B	A	D	C	D	A	B	D	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	C	B	C	D	A	B	D	D
21	22	23	24	25					
B	B	B	C	B					

Publica-se e registra-se em,
Joaçaba, SC – 06 de Julho de 2020.

APRENDER.COM

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL**PORTARIA N º 54/2020/SIMAE-CAO**

Publicação Nº 2551793

PORTARIA Nº 054/2020/SIMAE-CAO, de 03 de julho de 2020.

Estabelece turno único de funcionamento na Autarquia. O Diretor Geral do SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei, considerando o Decreto Municipal nº 96, de 03 de julho de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º. A partir de 06 de julho de 2020 as atividades da Autarquia serão executadas em turno único, das 7:00 às 13:00 horas.

§ 1º Os atendimentos aos usuários preferencialmente devem ser realizados através de telefone, watts app, e-mail, site, e quando executados de forma presencial é obrigatória a observância das regras de enfrentamento do Covid-19.

§ 2º Enquanto perdurar a situação de emergência, admitir-se-ão documentos e/ou solicitações scaneados e/ou remetidos através dos canais on-line de comunicação, de modo a limitar o deslocamento de usuários e/ou servidores.

Art. 2º. Os trabalhos de natureza técnica/operacional devem ser desenvolvidos da seguinte forma:

I - ETA (Estação de Tratamento de Água): Operação e monitoramento da ETA central, conforme escalas de trabalho;

II - ETEs (Estações de Tratamento de Esgoto): Operação e monitoramento das ETEs, conforme escalas de trabalho;

III - Serviços de plantão: Os servidores designados em escala de plantão e/ou sobreaviso devem desenvolver suas atividades normalmente, permanecendo a disposição para eventuais ocorrências e chamados;

IV – Demais atividades técnicas: As demais atividades técnicas, devem ser executadas pelos servidores, em turno único de trabalho, das 7:00 às 13:00 horas;

§ 1º A operação e monitoramento das ETAs (Estações de Tratamento de Água) que atendem aos sistemas isolados de comunidades e distritos dar-se-á por servidor, em turno de trabalho das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, sendo facultado o trabalho no turno das 07:00 às 13:00 em dias em que a demanda for menor;

§ 2º Em havendo a necessidade de realização de serviços de natureza técnica em dois turnos, seja por ocorrências extraordinárias, seja para acompanhamento de serviços de terceiros ou pela emergência dos serviços, além dos servidores de plantão/sobreaviso, incumbe aos supervisores designar outros para cumprimento da demanda, realizando nestas situações horários diferenciados de trabalho;

Art. 3º. No exercício das atividades todos os servidores devem fazer uso constante de álcool no registro do ponto, na entrada e nos locais de permanência de trabalho, manter distância mínima de 1,5 metros de pessoas, fazer uso de máscaras de proteção, evitar aglomerações, bem como manter os ambientes devidamente ventilados, no caso de trabalho em salas e ambientes fechados;

Art. 4º. Os servidores que por ventura apresentarem febre e sinais e sintomas respiratórios (tosse, coriza, falta de ar) devem comunicar imediatamente o setor de Recursos Humanos, devendo afastar-se das atividades.

Art. 5º. Os servidores que se enquadrarem no grupo de risco, definidos pela legislação estadual e/ou municipal devem comunicar o setor de Recursos Humanos, apresentar a comprovação e, afastar-se das atividades, permanecendo em suas residências, sob o regime excepcional de trabalho remoto.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO

Diretor Geral

Catanduvas

PREFEITURA

PORTARIA 9012/2020

Publicação N° 2552742

PORTARIA P/9012/2020, de 09.05.2020

“ALTERA CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR QUE ESPECIFICA”.

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas – SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 103, VIII, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 21 da Lei Complementar Municipal nº 19/02,

Considerando Decreto Municipal nº 2.602/2020 que reduz a carga horária dos servidores da Secretaria de Infraestrutura, passando de 8 (oito) para 6 (seis) horas diárias:

RESOLVE:

Alterar carga horária para 8 (oito) horas diárias, do servidor JOSÉ CARLOS DALSOTO, ocupante do cargo Efetivo de Operador de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias, pertencente ao quadro de funcionários da Infraestrutura, departamento de Agricultura, devido a necessidade dos serviços por parte da administração municipal, a partir da data de 16/05/2020. Não tendo alteração nos rendimentos do servidor. Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 16 de maio de 2020.

Catanduvas, 09 de junho de 2020

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeitura Municipal

PORTARIA 9027/2020

Publicação N° 2552743

PORTARIA P/9027/2020, de 30.06.2020

Prorroga licença para tratar de interesses particulares à FRANCIELLE DIAS DOS SANTOS”

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e na forma do art. 102, da Lei Complementar nº 19/02,

RESOLVE

PRORROGA, atendendo pedido do(a) interessado(a), FRANCIELLE DIAS DOS SANTOS, Licença para tratar de Interesses Particulares à Funcionário(a), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, 40horas, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pelo prazo de 02 (dois) anos.

Início da licença:

01 de julho de 2020

Término da licença:

30 de junho de 2022

Catanduvas, 30 de junho de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/ 7592/18.

PORTARIA 9028/2020

Publicação Nº 2552745

PORTARIA P/9028/2020, de 01.07.2020

"Concede Licença-Prêmio à
RONI SCHMIETKE"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e na forma do artigo 206, da Lei Complementar nº 19/02,

RESOLVE

CONCEDER, atendendo pedido do (a) interessado (a) 01 (uma) Licença-Prêmio a(o) funcionário(a) RONI SCHMIETKE, com Efetividade, no Cargo de Operador de Maquinas Agrícolas e Rodoviárias Nível CE56-A, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana. Este ato tem seus efeitos a partir da data de 01/07/2020, quando o funcionário passa a gozar de sua licença.

Período aquisitivo do direito à licença:
01/07/2008 a 30/06/2013

Período de gozo:
01/07/2020 a 28/09/2020

Catanduvas, 01 de julho de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: Portaria P/4075/2006

PORTARIA 9029/2020

Publicação Nº 2552748

PORTARIA P/9029/2020, de 01.07.2020.

"Exonera,
ANA MARIA ANDREIS AZEVEDO"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 39, I, combinado com o artigo 207, §1º, da Lei Complementar nº 19/02,

RESOLVE

EXONERAR, mediante interesse da administração pública ANA MARIA ANDREIS AZEVEDO, ocupante do Cargo em Comissão de Coordenador de Gabinete do Prefeito, Nível CC-04, no Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito.

Este ato tem seus efeitos a partir da presente data, quando o nominado Servidor deixa de exercer suas funções.

Catanduvas, 01 de julho de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7093/2017

PORTARIA 9031/2020

Publicação Nº 2552754

PORTARIA P/9031/2020 de 02.07.2020.

"Nomeia por concurso,
JULIANO GOMES"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e com amparo no artigo 37, II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 9º, I e seguintes, da lei Complementar Municipal nº 19/02, Edital 001/2019 e Homologação de resultado final do Concurso Publico, de 09 de setembro de 2019.

RESOLVE

NOMEAR, por concurso JULIANO GOMES, para o Cargo de Motorista, Nível CE -41A, 40 horas semanais, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, com os vencimentos de lei.

O presente ato tem amparo no resultado final do concurso público realizado conforme Edital 001/2019 e Homologação de resultado final, de 09 de setembro de 2019, com efeitos a partir da presente data de 02 de julho de 2020, quando o (a) nominado (a) funcionário (a) passa a exercer essas funções.

Catanduvas, 02 de julho de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA 9032/2020

Publicação N° 2552756

PORTARIA P/9032/2020 de 02.07.2020.

“Nomeia por concurso,
MARCOS DOS SANTOS”

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e com amparo no artigo 37, II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 9º, I e seguintes, da lei Complementar Municipal nº 19/02, Edital 001/2019 e Homologação de resultado final do Concurso Público, de 09 de setembro de 2019.
RESOLVE

NOMEAR, por concurso MARCOS DOS SANTOS, para o Cargo de Motorista, Nível CE -41A, 40 horas semanais, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, com os vencimentos de lei.

O presente ato tem amparo no resultado final do concurso público realizado conforme Edital 001/2019 e Homologação de resultado final, de 09 de setembro de 2019, com efeitos a partir da presente data de 02 de julho de 2020, quando o (a) nominado (a) funcionário (a) passa a exercer essas funções.

Catanduvas, 02 de julho de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7896/19

PORTARIA 9034/2020

Publicação N° 2552760

PORTARIA P/9034/2020 de 02.07.2020

“Exonera, em virtude de aposentadoria por tempo de serviço, concedida pelo INSS, ao servidor OSNI SANTOS”, e declara a vacância do Cargo.

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais e na forma do artigo 38, I e V, c/c art. 200, da Lei Complementar nº 19, de 04 de janeiro de 2002.
RESOLVE,

EXONERAR no interesse da Administração Pública, em virtude de aposentadoria por tempo de serviço, concedida pelo INSS, ao Servidor OSNI SANTOS ocupante do Cargo de Motorista, CE-41C, com 40:00 (horas semanais), com efetividade no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde.

Declarar a vacância do Cargo, nos termos do artigo 38,V, da Lei Complementar nº 19/02.

Este ato tem efeitos a partir da data de 03 de julho de 2020, quando o nominado servidor deixou de exercer suas funções.

Catanduvas, 02 de julho de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Anterior: P/ 7915/19.

PORTARIA 9035/2020

Publicação Nº 2552763

PORTARIA P/9035/2020 de 02.07.2020

"Exonera, em virtude de aposentadoria por tempo de serviço, concedida pelo INSS, ao servidor CLEIDES MARGARIDA BIASI", e declara a vacância do Cargo.

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais e na forma do artigo 38, I e V, c/c art. 200, da Lei Complementar nº 19, de 04 de janeiro de 2002.

RESOLVE,

EXONERAR no interesse da Administração Pública, em virtude de aposentadoria por tempo de serviço, concedida pelo INSS, ao Servidor CLEIDES MARGARIDA BIASI ocupante do Cargo de Técnico de Enfermagem, CE-38C, com 40:00 (horas semanais), com efetividade no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde.

Declarar a vacância do Cargo, nos termos do artigo 38,V, da Lei Complementar nº 19/02.

Este ato tem efeitos a partir da data de sua publicação, quando o nominado servidor deixou de exercer suas funções.

.

Catanduvas, 02 de julho de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Anterior: P/ 7915/19.

PORTARIA 9036/2020

Publicação Nº 2552765

PORTARIA P/9036/2020 de 02.07.2020

"Exonera, em virtude de aposentadoria por tempo de serviço, concedida pelo INSS, ao servidor IVALDINO PINTO", e declara a vacância do Cargo.

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais e na forma do artigo 38, I e V, c/c art. 200, da Lei Complementar nº 19, de 04 de janeiro de 2002.

RESOLVE,

EXONERAR no interesse da Administração Pública, em virtude de aposentadoria por tempo de serviço, concedida pelo INSS, ao Servidor IVALDINO PINTO ocupante do Cargo de Motorista, CE-42A, com 40:00 (horas semanais), com efetividade no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde.

Declarar a vacância do Cargo, nos termos do artigo 38,V, da Lei Complementar nº 19/02. Conceda-se a Indenização por Tempo de Serviço - ITS, na forma estabelecida no artigo 181, I, da Lei Complementar nº 02, de 13.05.92, observando-se os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 19, de 04 de janeiro de 2002.

Este ato tem efeitos a partir da data de 03 de julho de 2020, quando o nominado servidor deixou de exercer suas funções.

.

Catanduvas, 02 de julho de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Anterior: P/ 7915/19.

PORTARIA9011/2020

Publicação N° 2552739

PORTARIA P/9011/2020, de 09.05.2020

"ALTERA CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR QUE ESPECIFICA".

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas – SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 103, VIII, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 21 da Lei Complementar Municipal n° 19/02,

Considerando Decreto Municipal n° 2.602/2020 que reduz a carga horária dos servidores da Secretaria de Infraestrutura, passando de 8 (oito) para 6 (seis) horas diárias:

RESOLVE:

Alterar carga horária para 8 (oito) horas diárias, do servidor ALEXANDRE PASCOALLI, ocupante do cargo Efetivo de Operador de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias, pertencente ao quadro de funcionários da Infraestrutura, departamento de Agricultura, devido a necessidade dos serviços por parte da administração municipal, no período de 16/05/2020 a 10/06/2020. Não tendo alteração nos rendimentos do servidor. Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 16 de maio de 2020.

Catanduvas, 09 de junho de 2020

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeitura Municipal

Caxambu do Sul

PREFEITURA

CONTRATO 045/2020

Publicação N° 2552812

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Contratada: RAQUEL ANTUNES DE MELLO

Contrato nº: 045/2020.

Objeto: CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA O DESEMPENHO DE FUNÇÕES PÚBLICAS SEM CARGO Nº 045/2020

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2019

CARGO: Psicóloga

Data da assinatura: 07/07/2020

Vigência: 06/07/2021.

Av. Pres. Getúlio Vargas, nº 615 – Fone (0XX49) 3326-0127 – CNPJ 83.021.816/0001-29 – CEP 89880-000 – Caxambu do Sul/SC.

TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 016/2020 PCS DESTRA

Publicação N° 2552457

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Contratada: DESTRA CONSTRUTORA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

Contrato nº: 059/2020 PCS.

Objeto: TERMO ADITIVO DE PRAZO PARA EXECUÇÃO DA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL DO BAIRRO ANTENA

Data da assinatura: 03/07/2020

Vigência: 04/07/2020.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 77/2020

Publicação N° 2551435

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 77/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 47/2020

O Município de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 17 de julho de 2020, às 08h30min, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório que tem por objeto selecionar a proposta mais vantajosa para a Contratação de Empresa ou Entidade Especializada à realização de Concurso Público, conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 07 de julho de 2020.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 78/2020

Publicação N° 2551478

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 78/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 17/2020

Contratante: Município de Chapadão do Lageado
Contratado: Empresa Moveis Franz, inscrita no CNPJ N°. 18.731.425/0001-36
Vigência: 07/07/2020 a 31/12/2020

Fundamento Legal: art. 24, inciso II, da Lei n. 8.666/1993;

Valor: R\$ 12.200,00 (doze mil e duzentos reais),

Objeto: CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA RECORTE E AQUISIÇÃO DE PLACAS DE COMPENSADO NAVAL CRU PARA DECORAÇÃO NATALINA, para atender a demanda do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.

Chapadão do Lageado, 07 de julho de 2020.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Chapecó

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA DE ENVELOPES DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº001/2020 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ.

Publicação Nº 2551868

ATA de Abertura de Envelopes do Edital de Chamamento Público nº 001/2020 da Prefeitura Municipal de Chapecó.

Aos quinze dias do mês de abril de dois mil e vinte, às quatorze horas, reuniram-se na sala de reuniões da Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, localizada no Complexo Esportivo Verdão, os Senhores Mário Cesar Tomasi, Diretor de Esportes da Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, Sérgio Heredia Piccoli e Ademar José Kammler, servidores efetivos da Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, para abertura dos envelopes referentes ao edital de Chamamento Público nº 001/2020. Foram entregues duas propostas únicas nas seguintes modalidades: Triathlon (Associação de Triatletas do Velho Oeste) e Ginástica Artística Feminino (Associação de Ginástica Olímpica de Chapecó). Sendo estas propostas consideradas as vencedoras por atenderem todos os requisitos exigidos no Edital de Chamamento Público nº 001/2020. Chapecó, 15 de abril de 2020.

Sr. Mário Tomasi

Sr. Sérgio Heredia Piccoli

Sr. Ademar José Kammler

DECRETO Nº. 39.084, DE 03 DE JULHO DE 2020.

Publicação Nº 2551847

DECRETO Nº. 39.084, DE 03 DE JULHO DE 2020.

Dispõe sobre exoneração, a pedido, de servidora pública municipal ocupante de cargo de provimento efetivo e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada, a pedido, a partir de 02 de julho de 2020, a servidora pública municipal LUCIANE DANIEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 03 de julho de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 39.085, DE 03 DE JULHO DE 2020.

Publicação Nº 2551848

DECRETO Nº. 39.085, DE 03 DE JULHO DE 2020.

Dispõe sobre exoneração, a pedido, de servidor público municipal ocupante de cargo de provimento efetivo e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado, a pedido, a partir de 29 de junho de 2020, o servidor público municipal ARIEL IZAQUE SOBICZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Externos.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 03 de julho de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 39.086, DE 03 DE JULHO DE 2020.

Publicação Nº 2551850

DECRETO Nº. 39.086, DE 03 DE JULHO DE 2020.

Declara vago cargo na Administração Municipal por motivo de passamento de servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV, do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e o inciso VI, do artigo 34 da Lei Complementar nº. 130, de 5 de dezembro de 2001;

DECRETA :

Art. 1º. Fica declarado vago e sem lotação na Administração Municipal, 01 (um) cargo de Motorista, pelo passamento de seu titular JUAREZ JULIO RODRIGUES, em 22 de junho de 2020.

Art. 2º. Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 03 de julho de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 39.087, DE 03 DE JULHO DE 2020.

Publicação Nº 2551852

DECRETO Nº. 39.087, DE 03 DE JULHO DE 2020.

Dispõe sobre prorrogação de Decreto Municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, de acordo com art. nº 86 e Lei Complementar nº 130/2001,

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado, no período de 21 de julho de 2020 a 20 de julho de 2021, o Decreto nº. 30.371, de 03 de março de 2015, que concedeu Licença Especial, servidora pública municipal ANDREIA CRISTINA LINGER, ocupante do cargo efetivo de Professor com Magistério .

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 03 de julho de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 39.088, DE 03 DE JULHO DE 2020.

Publicação Nº 2551854

DECRETO Nº. 39.088, DE 03 DE JULHO DE 2020.

Dispõe sobre exoneração, a pedido, de servidora pública municipal ocupante de cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. Fica exonerada, a pedido, a partir de 01 de julho de 2020, a servidora pública municipal LUCIA MARTINS VIEIRA DE OIVEIRA, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Renda e Cidadania.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01 de julho de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 03 de julho de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 042/2020

Publicação N° 2551857

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 042/2020

O Prefeito de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Ficam CONVOCADOS, para tomar posse, para contratação sob regime celetista, nos respectivos cargos e áreas de atuação, junto a Gerência de Gestão de Pessoal da Secretaria da Saúde de Chapecó, sito à Rua Marechal Floriano Peixoto nº 700-L, Ala Norte da Arena Condá, Centro, os candidatos abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 002/2017		
Cargo: Agente Comunitário de Saúde – Área: Eldorado		
Classificação	Nº Inscrição	Nome do Candidato
5º	251	BRUNA DA ROCHA CANDATEN

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 10 (dez) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;

III. A contratação dar-se-á nas condições da legislação específica;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação;

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Chapecó-SC, 03 de julho de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 043/2020

Publicação Nº 2551858

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ****EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 043/2020**

O Prefeito de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Ficam CONVOCADOS, para tomar posse, para contratação sob **regime celetista**, nos respectivos cargos e áreas de atuação, junto a Gerência de Gestão de Pessoal da Secretaria da Saúde de Chapecó, sito à Rua Marechal Floriano Peixoto nº 700-L, Ala Norte da Arena Condá, Centro, os candidatos abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019		
Cargo: Agente Comunitário de Saúde – Área: Cristo Rei		
Classificação	Nº Inscrição	Nome do Candidato
1º	312	MERCEDES TONATTO MARTINS VIEIRA
Cargo: Agente Comunitário de Saúde – Área: Efapi		
Classificação	Nº Inscrição	Nome do Candidato
1º	207	ROSELI NAIR RODRIGUES BERLET
2º	200	ROSANE RODRIGUES KARPINSKI
3º	226	INGRIT FRANÇOIS
4º	084	JANETTE ELESBÃO SCHMIDT
Cargo: Agente Comunitário de Saúde – Área: Jardim América (urbana)		
Classificação	Nº Inscrição	Nome do Candidato
1º	044	DIANA BERNARDO DA ROSA
Cargo: Agente Comunitário de Saúde – Área: Norte		
Classificação	Nº Inscrição	Nome do Candidato
4º	289	SILVIA DA FONSECA BUENO
Cargo: Agente Comunitário de Saúde – Área: Santa Maria		
Classificação	Nº Inscrição	Nome do Candidato
2º	361	JULIANA BEATRIZ BALDISSERA

Chapecó-SC, 03 de julho de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO

Publicação Nº 2551866

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº. 004/2020**CONCEDENTE** – Prefeitura Municipal de Chapecó.**CONVENIADO** – Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Chapecó**OBJETO** – Constitui objeto do presente Termo de Fomento, a implementação do Projeto Bombeiro Mirim, cujo os objetivos basilares estão ligados a promoção da orientação vocacional, desenvolvimento de personalidade, valorização da cidadania e inclusão de crianças e adolescentes no processo de formação nos temas que impulsionam uma sociedade mais segura, conforme detalhado no Plano de Trabalho.**DO PRAZO E DA VIGÊNCIA** – O presente Termo de Fomento vigorará a partir da data de sua assinatura até 31 de Dezembro de 2020, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.**VALOR:** Até R\$ 55.526,52 (Cinquenta e cinco mil, quinhentos e vinte e seis reais e cinquenta e dois centavos)**DATA E ASSINATURAS** – Chapecó, 15 de Junho de 2020 – Ulda Baldissera, Secretária de Assistência Social, André Costa, Presidente da OSC.**EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº. 005/2020****CONCEDENTE** – Prefeitura Municipal de Chapecó.**CONVENIADO** – Centro de Atividades Psicofísicas Patrick – CAPP**OBJETO** – Constitui objeto do presente Termo de Fomento, a aquisição e instalação dos aparelhos da academia ao Ar Livre, no qual seu uso ficará por conta dos profissionais de Educação Física, responsáveis pelos serviços ofertados na instituição e voltados pra crianças e adolescentes, conforme detalhado no Plano de Trabalho.**DO PRAZO E DA VIGÊNCIA** – O presente Termo de Fomento vigorará a partir da data de sua assinatura até 31 de Dezembro de 2020, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.**VALOR:** Até R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais)**DATA E ASSINATURAS** – Chapecó, 15 de Junho de 2020 – Ulda Baldissera, Secretária de Assistência Social, Ivonei Barbiero, Presidente da OSC.**EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº. 006/2020****CONCEDENTE** – Prefeitura Municipal de Chapecó.**CONVENIADO** – Grupo de Apoio a Prevenção a AIDS e Defesa dos Direitos Humanos e Sociais – GAPA Chapecó.**OBJETO** – Constitui objeto do presente Termo de Fomento, o Projeto Circulando Informação, o qual visa o desenvolvimento de atividades para o fortalecimento da aplicação do Estatuto da Criança e Adolescente no Município de Chapecó, investindo na divulgação do ECA a partir de evento de comemoração aos 30 anos do mesmo, junto aos trabalhadores e usuários das diferentes políticas públicas, atividades que comprometam escolas, famílias e comunidade, na compreensão e fortalecimento da rede de proteção, visando promover, proteger e defender os direitos de crianças, adolescentes e suas famílias, no Município de Chapecó/SC, conforme detalhado no Plano de Trabalho.**DO PRAZO E DA VIGÊNCIA** – O presente Termo de Fomento vigorará a partir da data de sua assinatura até 31 de Dezembro de 2020, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.**VALOR:** Até R\$ 49.800,00 (Quarenta e nove mil e oitocentos reais)**DATA E ASSINATURAS** – Chapecó, 15 de Junho de 2020 – Ulda Baldissera, Secretária de Assistência Social, Dirceu Luiz Hermes, Presidente da OSC.

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº. 007/2020

CONCEDENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó.

CONVENIADO – Grupo de Apoio a Prevenção a AIDS e Defesa dos Direitos Humanos e Sociais – GAPA Chapecó.

OBJETO – Constitui objeto do presente Termo de Fomento, o Projeto Adolescer e Conviver, o qual visa o desenvolvimento de atividades para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, visando a: promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes residentes no Município de Chapecó/SC, com atividades socioeducativas nos territórios dos CRAS Bormann e CRAS Efapi, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente Termo de Fomento vigorará a partir da data de sua assinatura até 31 de Dezembro de 2020, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

VALOR: Até R\$ 29.920,00 (Vinte e nove mil e novecentos e vinte reais)

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 15 de Junho de 2020 – Ulda Baldissera, Secretária de Assistência Social, Dirceu Luiz Hermes, Presidente da OSC.

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº. 008/2020

CONCEDENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó.

CONVENIADO – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE Chapecó.

OBJETO – Constitui objeto do presente Termo de Fomento, o Projeto Integração Sensorial e PediaSuit na APAE Chapecó, o qual visa a Implantação de Sala de Integração Sensorial e aquisição de materiais para o desenvolvimento do PediaSuit, visando o atendimento de crianças de 0 a 06 anos, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente Termo de Fomento vigorará a partir da data de sua assinatura até 31 de Dezembro de 2020, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

VALOR: Até R\$ 76.082,86 (Setenta e seis mil, oitenta e dois reais e oitenta e seis centavos)

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 15 de Junho de 2020 – Ulda Baldissera, Secretária de Assistência Social, Leandro Ugolini, Presidente da OSC.

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº. 009/2020

CONCEDENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó.

CONVENIADO – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE Chapecó.

OBJETO – Constitui objeto do presente Termo de Fomento, o Projeto Programa Prevenir, o qual visa a realização de campanhas educativas de prevenção do uso do álcool e outras drogas, de acidentes e violências, bem como projetos que trabalhem com o planejamento reprodutivo, a prevenção e o acompanhamento da gravidez na adolescência, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente Termo de Fomento vigorará a partir da data de sua assinatura até 31 de Dezembro de 2020, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

VALOR: Até R\$ 14.414,19 (Quatorze mil, quatrocentos e quatorze reais e dezenove centavos)

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 15 de Junho de 2020 – Ulda Baldissera, Secretária de Assistência Social, Leandro Ugolini, Presidente da OSC.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO EDITAL N° 001/2020

Publicação N° 2551869

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO EDITAL n° 001/2020

O Município de Chapecó, Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 83.021.808/0001-82, representado neste ato pelo Sr, Rafael Foppa, Secretário de Juventude, Esporte e Lazer, torna público para conhecimento dos interessados, que HOMOLOGA os projetos abaixo do chamamento público n° 001/2020, conforme segue.

- Associação de Triatletas do Velho Oeste - Triathlon
- Associação de Ginástica Olímpica de Chapecó - Ginástica Artística Feminino

Chapecó, 02 de julho de 2020.

Rafael Foppa

Registre-se

Publica-se

Cocal do Sul

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE COCAL DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO 12/2020

Publicação Nº 2551466

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 12/2020

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: CONTRATO CELEBRADO ENTRE O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE DE COCAL DO SUL - SC E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA, NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, MANUTENÇÃO CORRETIVA, LEGAL E TECNOLÓGICA, IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO, PROVIMENTO DE DATACENTER E SUPORTE TÉCNICO, CONFORME PADRÕES DE DESEMPENHO E QUALIDADE OBJETIVAMENTE DESCRITOS NO ANEXO I, DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2020.

VALOR: R\$ 77.506,00 (SETENTA E SETE MIL E QUINHENTOS E SEIS REAIS) MENSAL.

PRAZO DO CONTRATO: 12 (DOZE) MESES DO DIA 02.07.2020 A 01.07.2021.

DATA DE ASSINATURA: 22 DE JUNHO DE 2020.

MÁRCIO ZANETTE
DIRETOR DO SAMAE

Concórdia

PREFEITURA

COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL - TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2020 – PMC

Publicação Nº 2552226

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC
TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2020 – PMC

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviço técnico de engenharia para a elaboração de projeto de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial, em diversos locais na área rural deste Município, de acordo com o Termo de Referência constante no Anexo "D" do Edital.

COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL

Para fins do disposto no § 3º do art. 109 da Lei nº 8.666/93 e, posteriores alterações, comunicamos às licitantes participantes do processo licitatório em epígrafe que a licitante FH TREINAMENTOS E PREPAROS DE DOCUMENTOS EIRELI, interpôs na data de 01 de julho de 2020, recurso administrativo. Desejando, V. Sª poderá impugná-lo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da publicação deste aviso, estando os autos abertos à consulta desde já.
Concórdia, SC, 06 de julho de 2020.

CAMILA CRISTINA MARINHO VIEIRA NOGUEIRA
Presidente da CPL

DECRETO Nº 583/2020, DE 25 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2551920

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 583/2020, DE 25 DE JUNHO DE 2020.
Concede gozo de licença-prêmio ao servidor ANTONIO DA CRUZ NETO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2020, ao servidor ANTONIO DA CRUZ NETO, ocupante do cargo de Servente Braçal, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de março de 2004 a 28 de fevereiro de 2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Desporto e Cultura

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de junho de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 585/2020, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2551921

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 585/2020, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor VALDEMAR BITTENCOURT.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2020, ao servidor VALDEMAR BITTENCOURT, ocupante do cargo de Servente Braçal, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2010 a 31 de janeiro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ELTON POLINA
Secretário Municipal de Gestão Urbana

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de junho de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 587/2020, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2551922

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 587/2020, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora JOSELAINE CERVELIN CAVASSINI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2020, à servidora JOSELAINE CERVELIN CAVASSINI, ocupante do cargo de Professor, matrícula 102300-01, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 6 de fevereiro de 2012 a 5 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de junho de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 588/2020, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2551923

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 588/2020, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor MARCIO VOGT.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2020, ao servidor MARCIO VOGT, ocupante do cargo de Motorista, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2015 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ELTON POLINA
Secretário Municipal de Gestão Urbana

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de junho de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 589/2020, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2551927

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 589/2020, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora IVONE RODRIGUES DE SOUZA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2020, à servidora IVONE RODRIGUES DE SOUZA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 16 de outubro de 2005 a 15 de outubro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ANA MARIA SELLA DA SILVA
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de junho de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 591/2020, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2551930

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 591/2020, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Nomeia DENIZE MIOLA DE BARBARA no cargo de Professor e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 36, I e 41, VI, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, DENIZE MIOLA DE BARBARA, no cargo de Professor – Educação Infantil, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 1º de julho de 2020.

Art. 2º Em face da nomeação constante no art. 1º deste Decreto, fica a servidora afastada do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, declarada a vacância e assegurada a recondução.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	NEURI COMIN Secretário Municipal de Educação
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 30 de junho de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 594/2020, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2551932

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 594/2020, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Nomeia JULIANO DE SANTI no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, JULIANO DE SANTI, no cargo de Professor – Geografia, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 1º de Julho de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 30 de junho de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 596/2020, DE 1º DE JULHO DE 2020.

Publicação Nº 2551934

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 596/2020, DE 1º DE JULHO DE 2020.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora VERA LUCIA ARGENTON ZORTEA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2020, à servidora VERA LUCIA ARGENTON ZORTEA, ocupante do cargo de Enfermeiro, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 12 de janeiro de 2003 a 11 de janeiro de 2008.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

GEOVANI BEDIN
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de julho de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 597/2020, DE 1º DE JULHO DE 2020.

Publicação Nº 2551935

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 597/2020, DE 1º DE JULHO DE 2020.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora PATRICIA KIRCH DZEWIELEWSKI MAGNANI CAMPOS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, a partir de 9 de agosto de 2020, à servidora PATRICIA KIRCH DZEWIELEWSKI MAGNANI CAMPOS, ocupante do cargo de Fiscal de Obras, o gozo de três meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 3 de fevereiro de 2011 a 2 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ELTON POLINA
Secretário Municipal de Gestão Urbana

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de julho de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 6.535, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2551938

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.535, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, área de terras.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, arts. 5º, VIII e 80, I, "e", c/c o disposto no art. 5º, "i", do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, a área de terras de 2.430,00m², ocupada pela abertura do prolongamento da Rua Dionísio Angelo Granella, Bairro Jardim, neste Município.

Parágrafo único. A área de terras de que trata o caput deste artigo caracteriza-se como: lote urbano nº 209, da Quadra "L", situado no prolongamento da Rua Luiz Morelato, no Loteamento Villa D'Itália, neste Município, de propriedade de 3DS URBANISMO LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 00.587.265/0001-38, NEIVALDO SUZIN, inscrito no CPF sob nº 400.608.619-91 e sua esposa JOSALBA DE CASSIA VARELA ANTUNES SUZIN, inscrita no CPF sob nº 479.809.909-00, NEIMAR SUZIN, inscrito no CPF sob nº 586.249.969-53 e sua esposa VIVIANE MORAES SUZIN, inscrita no CPF sob nº 796.659.429-72, NEUCI SUZIN, inscrita no CPF sob nº 430.746.349-87 e NEUDI PELIN, inscrito no CPF sob nº 430.316.419-49 e sua esposa NOEMI SUZIN PELIN, inscrita no CPF sob nº 789.556.109-04, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 28.733, Livro nº 2 – Registro Geral.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO Prefeito Municipal	NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração
DANIEL FAGANELLO Secretário Municipal de Planejamento	ELTON POLINA Secretário Municipal de Gestão Urbana

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de junho de 2020.

DECRETO Nº 6.536, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2551941

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.536, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

Regulamenta a Lei nº 4.014, de 24 de novembro de 2008 e alteração, que dispõe sobre o funcionamento e administração do Centro de Eventos Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei nº 4.014, de 24 de novembro de 2008 e alteração.

D E C R E T A :

Art. 1º Fica regulamentada a Lei nº 4.014, de 24 de novembro de 2008 e alteração, que dispõe sobre o funcionamento e administração do Centro de Eventos Concórdia, localizado no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, do qual a Diretoria de Esporte da Secretaria Municipal de Desporto e Cultura – SEDEC fica responsável pela manutenção, bem como da instituição e arrecadação dos respectivos preços públicos.

Art. 2º Cabe à Diretoria de Esporte da SEDEC, para o adequado desempenho de sua competência na administração do Centro de Eventos Concórdia, sem prejuízo de outras atribuições:

I – planejar e programar a utilização do Centro de Eventos Concórdia, mediante calendário a ser instituído;

II – organizar sua estrutura funcional e operacional;

III – dirigir, supervisionar e coordenar suas ações;

IV – controlar a sua operacionalização.

Art. 3º A utilização do Centro de Eventos Concórdia por terceiros, pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, será operacionalizada mediante celebração de Termo de Permissão de Uso de Bem Público, a qual ficará condicionada e seus usuários identificados:

I – de que as instalações não poderão ser utilizadas para alojamento e que os equipamentos do Centro de Eventos só poderão ser utilizados nas dependências do mesmo;

II – de que deverá ser observada a Lei Federal nº 9.294, de 15 de julho de 1996 e alterações, em especial o art. 2º, a Lei Municipal nº 4.155, de 1º de março de 2010 e o Decreto nº 5.497, de 31 de maio de 2010.

Art. 4º Os interessados na utilização do Centro de Eventos Concórdia deverão, previamente:

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 2

DECRETO N° 6.536, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

I – efetuar requerimento junto à Diretoria de Esporte da SEDEC, exceto nos casos de eventos promovidos pelo Município de Concórdia ou com a sua participação, informando a finalidade, data e/ou período de utilização e demandas necessárias, identificando a pessoa responsável;

II – recolher o valor relativo aos preços públicos de acordo com a tabela fixada no Anexo Único deste Decreto, por meio de documento próprio, no Banco do Brasil S.A. – Agência de Concórdia.

§ 1º As chaves somente serão disponibilizadas após a comprovação do pagamento das referidas taxas e do depósito da caução, que corresponderá ao mesmo valor das taxas de locação, e a assinatura do Termo de Permissão de Uso de Bem Público e vistoria.

§ 2º A caução será devolvida em até oito dias úteis após o encerramento do evento, no todo ou em parte, dependendo dos eventuais danos que venha a cobrir.

§ 3º Para realização do evento deverá ser comprovada, também, regularidade junto ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD, e demais licenças necessárias expedidas pelos órgãos de Segurança Pública, além de providenciar serviços de vigilância e segurança.

Art. 5º A utilização do Centro de Eventos Concórdia por terceiros, fica sujeita exclusivamente aos critérios da Diretoria de Esporte da SEDEC, considerando a licitude, legalidade, conveniência, compatibilidade, exequibilidade e disponibilidade de calendário, podendo ser denegada, desde que motivadamente, sem que caibam quaisquer direitos de reclamação ou indenização do requerente.

Parágrafo único. A Diretoria de Esporte da SEDEC poderá, a qualquer momento, mesmo durante o evento, determinar a sua paralisação e a evacuação do recinto, inclusive socorrendo-se da força policial, sempre que forem praticados atos atentatórios às instituições, ao patrimônio público e à segurança pública, sem que caiba direito à reclamação, ressarcimento ou indenização aos infratores, inclusive do valor das taxas recolhidas.

Art. 6º A pessoa física ou jurídica permissionária, deverá:

I – fazer uso do Centro de Eventos Concórdia na forma autorizada pela Diretoria de Esporte da SEDEC, de acordo com as obrigações contidas no Termo de Permissão de Uso de Bem Público;

II – realizar vistoria nas dependências do Centro de Eventos Concórdia, antes do seu uso, acompanhado de servidor da Diretoria de Esporte da SEDEC, apondo seu ciente no respectivo Termo;

III – responsabilizar-se, isolada e ilimitadamente:

a) pela conservação das dependências, pelo comportamento dos participantes, pela segurança e condições sanitárias, eximindo o Município de qualquer responsabilidade em relação ao patrimônio, bem como em relação às pessoas;

b) pelas instalações do Centro de Eventos Concórdia, devendo devolvê-las nas mesmas condições em que as recebeu, independentemente de firmar documento, assumindo, objetivamente, as responsabilidades;

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 3

DECRETO N° 6.536, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

IV – devolver, após o seu uso, as instalações do Centro de Eventos Concórdia à Diretoria de Esporte da SEDEC, que designará servidor para avaliar o estado do mesmo, formalizando-se Termo de Recebimento com o respectivo ciente;

V – repor e recuperar bens ou equipamentos eventualmente danificados durante a utilização do Centro de Eventos Concórdia, desde que não integralmente cobertos pela caução depositada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a devolução do mesmo, sob pena da Diretoria de Esporte da SEDEC fazê-lo, cobrando o respectivo valor.

Art. 7º É expressamente vedada à permissionária ou à cessionária:

I – a execução de acessões físicas ao Centro de Eventos Concórdia;

II – a demolição, modificação, alteração ou remoção de qualquer equipamento, benfeitoria ou qualquer outra edificação do Centro de Eventos Concórdia, bem como, qualquer dano ao patrimônio público, nas cercanias do Centro de Eventos Concórdia.

Art. 8º A utilização do Centro de Eventos Concórdia por terceiros dar-se-á pelo enquadramento nas seguintes modalidades:

I – CATEGORIA 1: ARENA: festivais de música, dança, teatro e artes, convenções, seminários, congressos, conferências e concursos, eventos esportivos e religiosos;

II – CATEGORIA 2: ARENA: feiras e exposições de produtos, inventos e tecnologia, leilões (exceto exposição de animais);

III – CATEGORIA 3: ARENA:

a) formaturas sem baile, eventos esportivos sem cobrança de ingressos;

b) formaturas com baile, eventos esportivos com cobrança de ingressos;

IV – CATEGORIA 4: ARENA: eventos com cobrança de ingressos – shows musicais, espetáculos artísticos e similares;

V – CATEGORIA 5: ARENA: bailes (sem os camarotes e sem as cadeiras);

VI – CATEGORIA 6: AUDITÓRIOS: palestras, conferências e colação de grau de formaturas;

VII – SALA DE APOIO 6: reuniões;

VIII – PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO (boxes 1 a 5): comercialização externa.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro administrativo Municipal de Concórdia.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 4

DECRETO Nº 6.536, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Desporto e Cultura

Publicado nesta SECRETARIA
MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 29 de junho
de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 5

DECRETO N° 6.536, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

ANEXO ÚNICO**TABELA DE VALORES PARA UTILIZAÇÃO DO
CENTRO DE EVENTOS CONCÓRDIA**

CATEGORIA	TIPO DE EVENTO	PERÍODO/VALOR – UFIRs
1 – ARENA	Festivais de música, dança, teatro e artes, convenções, seminários, congressos, conferências e concursos, eventos esportivos e religiosos – sem utilização de camarotes	- até 3 (três) dias: 1.200; - a partir do 4º dia, será cobrado proporcionalmente aos dias utilizados. Obs. Caso haja necessidade de utilização de cadeiras, será cobrado R\$ 0,70 (setenta centavos) por unidade.
	Festivais de música, dança, teatro e artes, convenções, seminários, congressos, conferências e concursos, eventos esportivos e religiosos – com utilização de camarotes	- até 3 (três) dias: 1.800; - a partir do 4º dia, será cobrado proporcionalmente aos dias utilizados.
2 – ARENA	Feiras e exposições de produtos, inventos e tecnologia, leilões (exceto de exposições de animais) – sem a utilização de camarotes	- até 3 (três) dias: 1.400; - a partir do 4º dia, será cobrado proporcionalmente aos dias utilizados.
3 – ARENA	Formaturas sem baile, eventos esportivos sem cobrança de ingresso	- até 3 (três) dias: 1.000; - a partir do 4º dia, será cobrado proporcionalmente aos dias utilizados. Obs. Caso haja necessidade de utilização de cadeiras, será cobrado R\$ 0,70 (setenta centavos) por unidade.
	Formatura com baile, eventos esportivos com cobrança de ingressos	- até 3 (três) dias: 2.000; - a partir do 4º dia, será cobrado proporcionalmente aos dias utilizados. Obs. Caso haja necessidade de utilização de cadeiras, será cobrado R\$ 0,70 (setenta centavos) por unidade.
4 – ARENA	Eventos com cobrança de ingressos – <i>shows</i> musicais, espetáculos artísticos e similares – sem utilização de camarotes	- até 3 (três) dias: 2.000; - a partir do 4º dia, será cobrado proporcionalmente aos dias utilizados. Obs. Caso haja necessidade de utilização de cadeiras, será cobrado R\$ 0,70 (setenta centavos) por unidade.
	Eventos com cobrança de ingressos – <i>shows</i>	- até 3 (três) dias: 3.000;

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 6

DECRETO N° 6.536, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

CATEGORIA	TIPO DE EVENTO	PERÍODO/VALOR – UFIRs
4 – ARENA	musicais, espetáculos artísticos e similares – com utilização de camarotes	- a partir do 4º dia, será cobrado proporcionalmente aos dias utilizados. Obs. Caso haja necessidade de utilização de cadeiras, será cobrado R\$ 0,70 (setenta centavos) por unidade.
5 – ARENA	Bailes (sem os camarotes e sem as cadeiras).	2.400, por dia.
6 – AUDITÓRIOS	Auditório “A” (270 cadeiras): palestras, conferências e colação de grau de formaturas	- até 2 (dois) dias: 280; - a partir do 4º dia, será cobrado proporcionalmente aos dias utilizados.
	Auditório “B” (270 cadeiras): palestras, conferências e colação de grau de formaturas	- até 2 (dois) dias: 280; - a partir do 4º dia, será cobrado proporcionalmente aos dias utilizados.
	Auditórios “A” e “B” (540 cadeiras): palestras, conferências e colação de grau de formaturas	- até 2 (dois) dias: 560; - a partir do 4º dia, será cobrado proporcionalmente aos dias utilizados.
SALAS DE APOIO N°S. 5 e 6	Reuniões	30, por dia.
PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO (Boxes 1 a 6)	Comercialização externa	120, por dia.

Observações:

1. nas categorias 1 a 5 estão inclusas a Praça de Alimentação e o Box;
2. na categoria 6 não está inclusa a Praça de Alimentação;
3. nos casos de *shows* e bailes, o horário de testes de som e ensaios fica estipulado das 11h às 13h30min e das 18h às 20h;
4. a retirada e recolocação do tapete e redes, acrescentarão ao custo previsto nas categorias 1 a 5, o valor de 640 UFIRs.

DECRETO Nº 6.537, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

Publicação Nº 2551942

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.537, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, área de terras.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, arts. 5º, VIII e 80, I, “e”, c/c o disposto no art. 5º, “i”, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e alterações.

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, a área de terras de 2.928,34m², ocupada pela Rua Antônio Perusin, Bairro São José, do imóvel caracterizado como: parte do lote rural n. 874, do 6º Bloco da Colônia Concórdia, propriedade Rio do Engano, individuado como área remanescente, situado no Bairro São José, nesta cidade de Concórdia, SC, de propriedade das empresas Roda Brasil Comércio de Peças para Veículos Ltda. e DHR – Oficina Hidráulica e Radiadores Ltda. – EPP, registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 24.271, Livro nº 2 – “DB”.

Parágrafo único. A área de terras de que trata o *caput* deste artigo, possui as seguintes medidas e confrontações: inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P-0025, de coordenadas N 6.988.570,75m e E 404.491,64m; deste, segue com azimute de 117°00'48" e distância de 6,26m, confrontando neste trecho pelo Rio dos Queimados, confrontando com parte do lote rural nº 881, de propriedade da empresa Perozin Indústria Metalúrgica Ltda., matrícula 3.402 até o vértice P-0026, de coordenadas N 6.988.567,91m e E 404.497,22m; deste, segue pelo Rio dos Queimados com azimute de 117°00'50" e distância de 6,54m, confrontando neste trecho com partes dos lotes rurais nºs. 881 e 874, de propriedade de Maria Alice Savoldi de Brito, Adair Fagundes de Brito, Vilmar Radin, Marlene Aparecida Savoldi Radin, Gilberto Luiz Savoldi, Ivanice Savoldi, Jânio Fernando Savoldi, Carlos Antônio Savoldi, Nilza Fátima Vivan Savoldi e Zélia Passarini Savoldi, matrícula 18.705, até o vértice M-002, de coordenadas N 6.988.564,94m e E 404.503,05m; deste, segue com azimute de 213°37'23" e distância de 76,58m, confrontando neste trecho com partes dos lotes rurais nºs. 881 e 874, de propriedade de Maria Alice Savoldi de Brito, Adair Fagundes de Brito, Vilmar Radin, Marlene Aparecida Savoldi Radin, Gilberto Luiz Savoldi, Ivanice Savoldi, Janio Fernando Savoldi, Carlos Antônio Savoldi, Nilza Fátima Vivan Savoldi e Zélia Passarini Savoldi, matrícula 18.705, até o vértice M-003, de coordenadas N 6.988.501,17m e E 404.460,65m; deste, segue com azimute de 200°24'17" e distância de 4,63m, confrontando neste trecho com Partes dos lotes rurais nºs. 881 e 874, de propriedade de Maria Alice Savoldi de Brito, Adair Fagundes de Brito, Vilmar Radin, Marlene Aparecida Savoldi Radin, Gilberto Luiz Savoldi, Ivanice Savoldi, Janio Fernando Savoldi, Carlos Antônio Savoldi, Nilza Fátima Vivan Savoldi e Zélia Passarini Savoldi, matrícula 18.705, até o vértice M-004, de coordenadas N 6.988.496,83m e E 404.459,03 m; deste, segue com azimute de 106°44'13" e distância de 0,95m, confrontando neste trecho com partes dos lotes rurais nºs. 881 e 874, de propriedade de Maria Alice Savoldi de Brito, Adair Fagundes de Brito, Vilmar Radin, Marlene Aparecida Savoldi Radin, Gilberto Luiz Savoldi, Ivanice Savoldi, Jânio Fernando Savoldi, Carlos Antônio Savoldi, Nilza Fátima Vivan Savoldi e Zélia Passarini Savoldi, matrícula 18.705, até o vértice M-005, de coordenadas N 6.988.496,56m e E 404.459,94m; deste, segue com azimute de 198°23'03" e distância de 133,17m, confrontando neste trecho com parte dos lotes rurais nºs. 875 e 876, de propriedade da empresa IACC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 2

DECRETO Nº 6.537, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

Pré - Moldados Ltda. – ME, matrícula 22.633, até o vértice P-0027, de coordenadas N 6.988.370,19m e E 404.417,94m; deste, segue com azimute de 287°30'28" e distância de 1,78m, confrontando neste trecho com a Rua Tancredo de Almeida Neves, até o vértice P-0028, de coordenadas N 6.988.370,72m e E 404.416,24m; deste, segue com azimute de 284°13'12" e distância de 15,87m, confrontando neste trecho com a Rua Tancredo de Almeida Neves, até o vértice P-0029, de coordenadas N 6.988.374,62m e E 404.400,85m; deste, segue com azimute de 54°59'27" e distância de 6,43m em desenvolvimento de curva, confrontando neste trecho com o Lote Urbano nº 04, de propriedade da empresa Scherer S/A – Comércio de Autopeças, matrícula 24.270, até o vértice P-0030, de coordenadas N 6.988.378,10m e E 404.405,81m; deste, segue com azimute de 18°23'03" e distância de 100,00m, confrontando neste trecho com o Lote Urbano nº 04, de propriedade da empresa Scherer S/A – Comércio de Autopeças, matrícula 24.270, até o vértice K-07, de coordenadas N 6.988.472,9950m e E 404.437,3520m; deste, segue com azimute de 18°23'03" e distância de 31,17m, confrontando neste trecho com Área Remanescente, de propriedade das empresas Roda Brasil Comércio de Peças para Veículos Ltda. e DHR – Oficina Hidráulica e Radiadores Ltda – EPP, matrícula 24.271, até o vértice P-0031, de coordenadas N 6.988.502,57m e E 404.447,18m; deste, segue com azimute de 32°04'49" e distância de 41,11m, confrontando neste trecho com Área Remanescente, de propriedade das empresas Roda Brasil Comércio de Peças para Veículos Ltda. e DHR – Oficina Hidráulica e Radiadores Ltda – EPP, matrícula 24.271, até o vértice P-0032, de coordenadas N 6.988.537,41m e E 404.469,02m; deste, segue com azimute de 33°06'05" e distância de 14,54m, confrontando neste trecho com Área Remanescente, de propriedade das empresas Roda Brasil Comércio de Peças para Veículos Ltda e DHR – Oficina Hidráulica e Radiadores Ltda – EPP, matrícula 24.271, até o vértice P-0033, de coordenadas N 6.988.549,59m e E 404.476,96m; deste, segue com azimute de 34°45'14" e distância de 25,76m, confrontando neste trecho com Área Remanescente, de propriedade das empresas Roda Brasil Comércio de Peças para Veículos Ltda. e DHR – Oficina Hidráulica e Radiadores Ltda. – EPP, matrícula 24.271, até o vértice P-0025, de coordenadas N 6.988.570,75m e E 404.491,64m; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

DANIEL FAGANELLO
Secretário Municipal de Planejamento

Publicado nesta SECRETARIA
MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 29 de junho
de 2020.

EXTRATO 10º TA CONTRATO Nº 90/2017 - PMC

Publicação Nº 2552055

Contrato Nº : 90/2017

Aditivo Nº : 10TA CTR 90/2017/2020

Tipo Aditivo : Outros

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BEATRIZ AUGUSTA GONÇALVES MARTINS EIRELI ME

Licitação : Pregão Eletrônico 1/2017

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de monitoramento eletrônico e fornecimento de equipamentos para os Centros Municipais de Educação Infantil, Escolas Básicas Municipais, Centro Administrativo Municipal, Terminal Rodoviário Neudy Primo Massolini, PROCON e FUMDEMA, com recursos federais, estaduais e próprios, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 08/06/2020 Término: 20/04/2021

Assinatura : 05/06/2020

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: FERNANDO SVILLEN

EXTRATO 11º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 99/2018 - PMC

Publicação Nº 2551886

Contrato Nº : 99/2018

Aditivo Nº : 11AP CT 99/2018/2020

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : PRINTMAX GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS EIRELI

Licitação : Pregão Presencial 13/2018

Objeto : Contratação de empresa especializada em serviços outsourcing de impressão e fotocópias, com aluguel de equipamentos multifuncionais e impressoras p&b e colorida a laser, bem como a manutenção dos equipamentos de propriedade do Município.

Vigência : Início: 02/06/2020 Término: 31/03/2021

Assinatura : 02/06/2020

Valor R\$: 11.632,00 (Onze Mil, Seiscentos e Trinta e Dois Reais)

Dotação : 459 - 34.001.2003.33390391200000000000.03000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: SILVANA CASAGRANDE

Fiscal Técnico-Administrativo: LAURINDO FRANCISCO KUFNER

Fiscal Técnico-Administrativo: NAIR KOPPE VOGT

Fiscal Técnico-Administrativo: MARCOS ANTONIO MAGRO

Fiscal Técnico-Administrativo: LUCAS ROMAN

Fiscal Técnico-Administrativo: TATIANE LUZZI

Fiscal Técnico-Administrativo: JULIANA LUPATO ZUCCHI

Fiscal Técnico-Administrativo: MARLON DE LAI DENEGA

Fiscal Técnico-Administrativo: MARCOS JOSE KLEIN

Fiscal Técnico-Administrativo: CINTIA MARA RAMOS

Fiscal Técnico-Administrativo: WILLIAN SARMENTO

EXTRATO 12º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 99/2018 - PMC

Publicação Nº 2551906

Contrato Nº : 99/2018

Aditivo Nº : 12 AP Ctr 99/2018/2020

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : PRINTMAX GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS EIRELI

Licitação : Pregão Presencial 13/2018

Objeto : Contratação de empresa especializada em serviços outsourcing de impressão e fotocópias, com aluguel de equipamentos multifuncionais e impressoras p&b e colorida a laser, bem como a manutenção dos equipamentos de propriedade do Município.

Vigência : Início: 26/06/2020 Término: 31/03/2021

Assinatura : 26/06/2020

Valor R\$: 2.680.50 (Dois Mil Seiscentos e Oitenta Reais e Cinquenta Centavos)

Dotação : 469 - 15.001.2610.3339039120000000000.03350005

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: SILVANA CASAGRANDE

Fiscal Técnico-Administrativo: LAURINDO FRANCISCO KUFNER

Fiscal Técnico-Administrativo: NAIR KOPPE VOGT

Fiscal Técnico-Administrativo: LUCAS ROMAN

Fiscal Técnico-Administrativo: TATIANE LUZZI

Fiscal Técnico-Administrativo: MARCOS ANTONIO MAGRO

Fiscal Técnico-Administrativo: MARLON DE LAI DENEGA

Fiscal Técnico-Administrativo: MARCOS JOSE KLEIN

Fiscal Técnico-Administrativo: CINTIA MARA RAMOS

Fiscal Técnico-Administrativo: WILLIAN SARMENTO

Fiscal Técnico-Administrativo: JULIANA LUPATO ZUCCHI

EXTRATO 1º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 162/2019 - PMC

Publicação Nº 2551900

Contrato Nº : 162/2019

Aditivo Nº : 1AP CT 162/2019/2020

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : FABIANO FRANCHIN ME

Licitação : Pregão Presencial 64/2019

Objeto : contratação de empresa do ramo de instalação e manutenção elétrica, em regime de empreitada global (material e mão de obra), para a execução de readequação de trecho de rede elétrica na Rua Victor Sopelsa, no Bairro Parque de Exposições, neste Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital

Vigência : Início: 22/06/2020 Término: 26/07/2020

Assinatura : 22/06/2020

Fiscal Técnico: JONAS TOIGO BITTENCOURT

Fiscal Administrativo: GABRIELA CAMILA CHIAMENTI

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 61/2020 - FMS

Publicação Nº 2552815

Contrato Nº : 61/2020

Aditivo Nº : 1 AP CTR61/2020/2020

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : STANISQUASKI PRODUÇÕES LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 6/2020

Objeto : A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresas para:- Locação de estrutura de tendas a serem utilizadas na

triagem de pacientes, em atendimento no pronto socorro;- Prestação de serviços de sonorização (som de rua), como medida de prevenção e orientação, com divulgação de informações visando evitar a disseminação do vírus (COVID-19);- Prestação de serviços de limpeza técnica e desinfecção de ruas e acessos a locais com grande fluxo de pessoas, localizados no Município de ConcórdiaAs Contratações dos serviços acima compreendem ações de prevenção, controle e contenção de riscos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença, com fornecimento de todos os materiais necessários, máquinas e equipamentos necessários a execução dos serviços, autorizada pelo Decreto nº 6.475 de 17 de março de 2020 e conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital

Vigência : Início: 26/05/2020 Término: 04/06/2020

Assinatura : 26/05/2020

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 105/2020 - PMC

Publicação Nº 2552063

Contrato Nº : 105/2020

Aditivo Nº : 1 TA Ctr105/2020/2020

Tipo Aditivo : Outros

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : DE MARCO LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 7/2020

Objeto : Aquisição de veículos novos, zero quilômetro, para atender as necessidades da Secretaria Municipal De Infraestrutura Rural, Fundo Municipal de Saúde, com recursos provenientes do Convenio nº 2019TR001695 - Processo nº SCC 5707/2019 e 2º Pelotão de Bombeiros Militares de Concórdia, com recursos do Convenio 005/2017 - Bombeiros militares - SC, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 15/06/2020 Término: 17/11/2020

Assinatura : 10/06/2020

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: NEUDI LUIS TEDESCO

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 106/2020 - PMC

Publicação Nº 2552064

Contrato Nº : 106/2020

Aditivo Nº : 1TA Ctr 106/2020/2020

Tipo Aditivo : Outros

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : INOV9 COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA - ME.

Licitação : Pregão Eletrônico 7/2020

Objeto : Aquisição de veículos novos, zero quilômetro, para atender as necessidades da Secretaria Municipal De Infraestrutura Rural, Fundo Municipal de Saúde, com recursos provenientes do Convenio nº 2019TR001695 - Processo nº SCC 5707/2019 e 2º Pelotão de Bombeiros Militares de Concórdia, com recursos do Convenio 005/2017 - Bombeiros militares - SC, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 15/06/2020 Término: 17/11/2020

Assinatura : 10/06/2020

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: NEUDI LUIS TEDESCO

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 163/2019 - PMC

Publicação Nº 2552071

Contrato Nº : 163/2019

Aditivo Nº : 1TA CT 163/2019/2020

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : FGS ENGENHARIA GEOTECNICA E AMBIENTAL - EPP

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 6/2018

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria em engenharia geotécnica e elaboração de anteprojeto de contenção de taludes, a serem realizados no Município de Concórdia, de acordo com o Anexo "A" deste Edital.

Vigência : Início: 17/06/2020 Término: 08/11/2021

Assinatura : 17/06/2020

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Administrativo: EMANUELE LETICIA TEDESCO

Fiscal Técnico: CRISTINA VALCARENGHI

Fiscal Técnico: MARCELA KUHN DOS SANTOS BIGATON

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 201/2019 - PMC

Publicação N° 2552098

Contrato N° : 201/2019

Aditivo N° : 1TA CT 201/2019/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : MITRA DIOCESANA DE JOAÇABA

Licitação : Dispensa de Licitação 27/2019

Objeto : Locação do espaço físico junto ao Centro Comunitário, localizado na Rua Severino Magnani, 80 - Bairro Santa Cruz, para o desenvolvimento das atividades pedagógicas com os Alunos da Escola Básica Municipal Melvin Jones.

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 30/06/2021

Assinatura : 30/06/2020

Valor R\$: 23.578,32 (Vinte e Três Mil, Quinhentos e Setenta e Oito Reais e Trinta e Dois Centavos)

Dotação : 52 - 06.002.2013.33390391000000000000.01010000

Dotação : 59 - 06.002.2015.33390391000000000000.01190000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: FERNANDO SVILLEN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 25/2020 - PMC

Publicação N° 2552144

Contrato N° : 25/2020

Aditivo N° : 1TA Ctr 25/2020/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CIRGIPED - SERVICOS DE CIRURGIA, GINECOLOGIA E PEDIATRIA SOCIEDADE SIMPLES S/S

Licitação : Inexigibilidade 7/2020

Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020

Assinatura : 30/06/2020

Valor R\$: 12.000,00 (Doze Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.33390395000000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 27/2020 - PMC

Publicação N° 2552146

Contrato N° : 27/2020

Aditivo N° : 1TA Ctr 27/2020/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLINICA DE OLHOS NIEDERAUER LTDA ME

Licitação : Inexigibilidade 7/2020

Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº

4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020

Assinatura : 30/06/2020

Valor R\$: 5.000,00 (Cinco Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 28/2020 - PMC

Publicação N° 2552148

Contrato N° : 28/2020

Aditivo N° : 1TA Ctr 28/2020/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLÍNICA MÉDICA GOCOP S/S

Licitação : Inexigibilidade 7/2020

Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020

Assinatura : 30/06/2020

Valor R\$: 6.000,00 (Seis Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 29/2020 - PMC

Publicação N° 2552149

Contrato N° : 29/2020

Aditivo N° : 1TA Ctr 29/2020/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLINICA NEUROCIRURGICA MEIRELLES S/S

Licitação : Inexigibilidade 7/2020

Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020

Assinatura : 30/06/2020

Valor R\$: 4.000,00 (Quatro Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 298/2019 - PMC

Publicação N° 2552072

Contrato N° : 298/2019

Aditivo N° : 1TA CT 298/2019/2020

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : KOPAV - PAVIMENTACAO E CONSTRUCAO LTDA

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 9/2019

Objeto : contratação de empresa em regime de empreitada por preços máximo unitários (material e mão de obra), para execução de pavimentação asfáltica das seguintes ruas: Rua Alagoas e Travessa Sergipe - Bairro dos Estados, Rua Antônio Dolzan - Bairro Industriários, Rua Victório Massiero - Bairro Sintrial, Rua Zeferina Lorini Kufner - Bairro Poente do Sol, Rua José Fioravante Albiero e Rua Alberto Biavatti - Bairro Parque de Exposições, neste município, por meio da Cédula de Crédito Bancário nº 45.387/CEF/Pró - Transportes - Setor Público e de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital

Vigência : Início: 19/06/2020 Término: 17/06/2021

Assinatura : 19/06/2020

Valor Acrescido R\$: 33.101,63 (Trinta e Três Mil, Cento e Um Reais e Sessenta e Três Centavos)

Valor Suprimido R\$: 5.262,26(Cinco Mil, Duzentos e Sessenta e Dois Reais e Vinte e Seis Centavos)

Dotação : 393 - 34.001.1009.34490519800000000000.01390002

Dotação : 442 - 34.001.1009.34490519800000000000.03000001

Fiscal Administrativo: GABRIELA CAMILA CHIAMENTI

Fiscal Técnico: GLAUBER DIEHL XAVIER

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 30/2020 - PMC

Publicação Nº 2552150

Contrato Nº : 30/2020

Aditivo Nº : 1TA Ctr 30/2020/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : FST SERVICOS MEDICOS LTDA

Licitação : Inexigibilidade 7/2020

Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020

Assinatura : 30/06/2020

Valor R\$: 8.000,00 (Oito Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.33390395000000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 31/2020 - PMC

Publicação Nº 2552152

Contrato Nº : 31/2020

Aditivo Nº : 1TA Ctr 31/2020/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : LABORATORIO ANALIC LTDA

Licitação : Inexigibilidade 7/2020

Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020

Assinatura : 30/06/2020

Valor R\$: 15.000,00 (Quinze Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.33390395000000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 32/2020 - PMC

Publicação N° 2552153

Contrato N° : 32/2020

Aditivo N° : 1TA Ctr 32/2020/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : FISIICON CLINICA DE FISIOTERAPIA LTDA

Licitação : Inexigibilidade 7/2020

Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020

Assinatura : 30/06/2020

Valor R\$: 3.000,00 (Três Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 33/2020 - PMC

Publicação N° 2552154

Contrato N° : 33/2020

Aditivo N° : 1TA Ctr 33/2020/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : PHYSIUS CENTRO AVANÇADO DE FISIOTERAPIA LTDA

Licitação : Inexigibilidade 7/2020

Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020

Assinatura : 30/06/2020

Valor R\$: 1.500,00 (Um Mil e Quinhentos Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 34/2020 - PMC

Publicação N° 2552155

Contrato N° : 34/2020

Aditivo N° : 1TA Ctr 34/2020/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : OFTALMOCENTER CONCORDIA SOCIEDADE SIMPLES S/S

Licitação : Inexigibilidade 7/2020

Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020

Assinatura : 30/06/2020

Valor R\$: 8.000,00 (Oito Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 35/2020 - PMC

Publicação N° 2552156

Contrato N° : 35/2020
Aditivo N° : 1TA Ctr 35/2020/2020
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : CLÍNICA DO APARELHO DIGESTIVO RODRIGUES E KOEFENDER SOCIEDADE SIMPLES
Licitação : Inexigibilidade 7/2020
Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC
Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020
Assinatura : 30/06/2020
Valor R\$: 7.000,00 (Sete Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 36/2020 - PMC

Publicação N° 2552158

Contrato N° : 36/2020
Aditivo N° : 1TA Ctr 36/2020/2020
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : SEGURMED SEGUR. MEDICINA DO TRAB.SOCIEDADE SIMPLES
Licitação : Inexigibilidade 7/2020
Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC
Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020
Assinatura : 30/06/2020
Valor R\$: 6.000,00 (Seis Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 37/2020 - PMC

Publicação N° 2552159

Contrato N° : 37/2020
Aditivo N° : 1TA Ctr 37/2020/2020
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA CONCORDIA S/S
Licitação : Inexigibilidade 7/2020
Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC
Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020
Assinatura : 30/06/2020
Valor R\$: 15.000,00 (Quinze Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 38/2020 - PMC

Publicação N° 2552162

Contrato N° : 38/2020
Aditivo N° : 1TA Ctr 38/2020/2020
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : SICAVI - SERVIÇO INTEGRADO DE CIRURGIA ABDOMINAL E VIDEOLAPAROSCOPIA S/S
Licitação : Inexigibilidade 7/2020
Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC
Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020
Assinatura : 30/06/2020
Valor R\$: 3.000,00 (Três Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 39/2020 - PMC

Publicação N° 2552163

Contrato N° : 39/2020
Aditivo N° : 1TA Ctr 39/2020/2020
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : SURGAPED - SERVIÇO DE UROLOGIA, GASTROENTEROLOGIA E PEDIATRIA SOCIEDADE SIMPLES S/S
Licitação : Inexigibilidade 7/2020
Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC
Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020
Assinatura : 30/06/2020
Valor R\$: 4.000,00 (Quatro Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 40/2020 - PMC

Publicação N° 2552164

Contrato N° : 40/2020
Aditivo N° : 1TA Ctr 40/2020/2020
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DE CONCÓRDIA E REGIÃO
Licitação : Inexigibilidade 7/2020
Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC
Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020
Assinatura : 30/06/2020
Valor R\$: 70.000,00 (Setenta Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 41/2020 - PMC

Publicação N° 2552168

Contrato N° : 41/2020

Aditivo N° : 1TA Ctr 41/2020/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : LABORATÓRIO DE PATOLOGIA CONCÓRDIA LTDA EPP

Licitação : Inexigibilidade 7/2020

Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020

Assinatura : 30/06/2020

Valor R\$: 2.000,00 (Dois Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 42/2020 - PMC

Publicação N° 2552169

Contrato N° : 42/2020

Aditivo N° : 1TA Ctr 42/2020/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : E.S SERVIÇOS DE NUTRIÇÃO LTDA

Licitação : Inexigibilidade 7/2020

Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020

Assinatura : 30/06/2020

Valor R\$: 1.000,00 (Um Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 43/2020 - PMC

Publicação N° 2552171

Contrato N° : 43/2020

Aditivo N° : 1TA Ctr 43/2020/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : MESTRA - CLINICA GERAL E MEDICINA DO TRABALHO S/S

Licitação : Inexigibilidade 7/2020

Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020

Assinatura : 30/06/2020

Valor R\$: 1.000,00 (Um Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 44/2020 - PMC

Publicação N° 2552172

Contrato N° : 44/2020

Aditivo N° : 1TA Ctr 44/2020/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : INSTITUTO DE ENSINO E ASSISTENCIA SOCIAL

Licitação : Inexigibilidade 7/2020

Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020

Assinatura : 30/06/2020

Valor R\$: 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 45/2020 - PMC

Publicação N° 2552173

Contrato N° : 45/2020

Aditivo N° : 1TA Ctr 45/2020/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : JCC PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS LTDA - ME

Licitação : Inexigibilidade 7/2020

Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020

Assinatura : 30/06/2020

Valor R\$: 500,00 (Quinhentos Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 60/2020 - PMC

Publicação N° 2552175

Contrato N° : 60/2020

Aditivo N° : 1TA CT 60/2020/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL

Licitação : Inexigibilidade 10/2020

Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020

Assinatura : 30/06/2020

Valor R\$: 400.000,00 (Quatrocentos Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 61/2020 - PMC

Publicação N° 2552177

Contrato N° : 61/2020

Aditivo N° : 1TA CT 61/2020/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BIOSEG CLINICA DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA

Licitação : Inexigibilidade 10/2020

Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020

Assinatura : 30/06/2020

Valor R\$: 1.000,00 (Um Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 62/2020 - PMC

Publicação N° 2552179

Contrato N° : 62/2020

Aditivo N° : 1TA CT 62/2020/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLINICA BERNARDI S S

Licitação : Inexigibilidade 10/2020

Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020

Assinatura : 30/06/2020

Valor R\$: 10.000,00 (Dez Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 63/2020 - PMC

Publicação N° 2552180

Contrato N° : 63/2020

Aditivo N° : 1TA CT 63/2020/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLINICA BONNA SALUTE LTDA

Licitação : Inexigibilidade 10/2020

Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020

Assinatura : 30/06/2020

Valor R\$: 500,00 (Quinhentos Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 64/2020 - PMC

Publicação N° 2552182

Contrato N° : 64/2020

Aditivo N° : 1TA CT 64/2020/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLINICA DE OLHOS FURLANETTO S/S

Licitação : Inexigibilidade 10/2020

Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020

Assinatura : 30/06/2020

Valor R\$: 5.000,00 (Cinco Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 65/2020 - PMC

Publicação N° 2552183

Contrato N° : 65/2020

Aditivo N° : 1TA CT 65/2020/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLÍNICA DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA ALESSANDRA

Licitação : Inexigibilidade 10/2020

Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020

Assinatura : 30/06/2020

Valor R\$: 1.000,00 (Um Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 66/2020 - PMC

Publicação N° 2552185

Contrato N° : 66/2020

Aditivo N° : 1TA CT 66/2020/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLINICA MEDICA SÃO ROQUE S/S

Licitação : Inexigibilidade 10/2020

Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020

Assinatura : 30/06/2020

Valor R\$: 1.000,00 (Um Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 67/2020 - PMC

Publicação N° 2552186

Contrato N° : 67/2020

Aditivo N° : 1TA CT 67/2020/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLÍNICA DE PNEUMOLOGIA E IMUNIZAÇÕES S/S

Licitação : Inexigibilidade 10/2020

Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020

Assinatura : 30/06/2020

Valor R\$: 1.500,00 (Um Mil e Quinhentos Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 68/2020 - PMC

Publicação N° 2552188

Contrato N° : 68/2020

Aditivo N° : 1TA CT 68/2020/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLINICA VERTIGO SOCIEDADE SIMPLES S/S

Licitação : Inexigibilidade 10/2020

Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020

Assinatura : 30/06/2020

Valor R\$: 4.000,00 (Quatro Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 69/2020 - PMC

Publicação N° 2552189

Contrato N° : 69/2020

Aditivo N° : 1TA CT 69/2020/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLINICA CORPUS FISIOTERAPIA E REABILITAÇ

Licitação : Inexigibilidade 10/2020

Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020

Assinatura : 30/06/2020

Valor R\$: 1.500,00 (Um Mil e Quinhentos Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 70/2020 - PMC

Publicação N° 2552190

Contrato N° : 70/2020
Aditivo N° : 1TA CT 70/2020/2020
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : CR-CLÍNICA DE RADIOLOGIA E ULTRASSONOGRAFIA LTDA
Licitação : Inexigibilidade 10/2020
Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC
Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020
Assinatura : 30/06/2020
Valor R\$: 2.000,00 (Dois Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 71/2020 - PMC

Publicação N° 2552191

Contrato N° : 71/2020
Aditivo N° : 1TA CT 71/2020/2020
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : LF SERVIÇOS MÉDICOS SOCIEDADE SIMPLES LTDA
Licitação : Inexigibilidade 10/2020
Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC
Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020
Assinatura : 30/06/2020
Valor R\$: 15.000,00 (Quinze Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 72/2020 - PMC

Publicação N° 2552193

Contrato N° : 72/2020
Aditivo N° : 1TA CT 72/2020/2020
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : FISIOTERAPIA SANTA CLARA LTDA
Licitação : Inexigibilidade 10/2020
Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC
Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020
Assinatura : 30/06/2020
Valor R\$: 1.000,00 (Um Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 73/2020 - PMC

Publicação Nº 2552194

Contrato Nº : 73/2020

Aditivo Nº : 1TA CT 73/2020/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : DERMACLINIC CLINICA DERMATOLOGICA

Licitação : Inexigibilidade 10/2020

Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020

Assinatura : 30/06/2020

Valor R\$: 4.000,00 (Quatro Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 74/2020 - PMC

Publicação Nº 2552196

Contrato Nº : 74/2020

Aditivo Nº : 1TA CT 74/2020/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : IPUMED SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES LTDA

Licitação : Inexigibilidade 10/2020

Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020

Assinatura : 30/06/2020

Valor R\$: 5.000,00 (Cinco Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 76/2020 - PMC

Publicação Nº 2552198

Contrato Nº : 76/2020

Aditivo Nº : 1TA CT 76/2020/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : LABORATÓRIO ANÁLISES CLÍNICAS CONCÓRDIA LTDA

Licitação : Inexigibilidade 10/2020

Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020

Assinatura : 30/06/2020

Valor R\$: 8.000,00 (Oito Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 77/2020 - PMC

Publicação N° 2552200

Contrato N° : 77/2020

Aditivo N° : 1TA CT 77/2020/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS MORI LTDA - ME

Licitação : Inexigibilidade 10/2020

Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020

Assinatura : 30/06/2020

Valor R\$: 2.000,00 (Dois Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 78/2020 - PMC

Publicação N° 2552201

Contrato N° : 78/2020

Aditivo N° : 1TA CT 78/2020/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLINICA PEDIATRICA MERLO & SCHUMACHER SOCIEDADE SIMPLES S S

Licitação : Inexigibilidade 10/2020

Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020

Assinatura : 30/06/2020

Valor R\$: 5.000,00 (Cinco Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 79/2020 - PMC

Publicação N° 2552202

Contrato N° : 79/2020

Aditivo N° : 1TA CT 79/2020/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ORTOPIEDIA CONCÓRDIA SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA EPP

Licitação : Inexigibilidade 10/2020

Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020

Assinatura : 30/06/2020

Valor R\$: 20.000,00 (Vinte Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 80/2020 - PMC

Publicação N° 2552203

Contrato N° : 80/2020
Aditivo N° : 1TA CT 80/2020/2020
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : ROSEMERI NOGUES BICHET RIOS - ME
Licitação : Inexigibilidade 10/2020
Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC
Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020
Assinatura : 30/06/2020
Valor R\$: 5.000,00 (Cinco Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 81/2020 - PMC

Publicação N° 2552204

Contrato N° : 81/2020
Aditivo N° : 1TA CT 81/2020/2020
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : JCE SAUDE VITAL S/S - ME
Licitação : Inexigibilidade 10/2020
Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC
Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020
Assinatura : 30/06/2020
Valor R\$: 1.000,00 (Um Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 82/2020 - PMC

Publicação N° 2552205

Contrato N° : 82/2020
Aditivo N° : 1TA CT 82/2020/2020
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : CLINICA URONEFRO SOCIEDADE SIMPLES
Licitação : Inexigibilidade 10/2020
Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC
Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020
Assinatura : 30/06/2020
Valor R\$: 5.000,00 (Cinco Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 83/2020 - PMC

Publicação N° 2552206

Contrato N° : 83/2020

Aditivo N° : 1TA CT 83/2020/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : L. E. G. M. SERVIÇOS MÉDICOS S/S

Licitação : Inexigibilidade 10/2020

Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020

Assinatura : 30/06/2020

Valor R\$: 2.000,00 (Dois Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 84/2020 - PMC

Publicação N° 2552207

Contrato N° : 84/2020

Aditivo N° : 1TA CT 84/2020/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : PELVE & DERMATO FISIOTERAPIA E MULTIPROFISSIONAL EIRELI

Licitação : Inexigibilidade 10/2020

Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020

Assinatura : 30/06/2020

Valor R\$: 1.000,00 (Um Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 85/2020 - PMC

Publicação N° 2552208

Contrato N° : 85/2020

Aditivo N° : 1TA CT 85/2020/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : REABILIT CLINICA DE REABILITAÇÃO EIRELI

Licitação : Inexigibilidade 10/2020

Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020

Assinatura : 30/06/2020

Valor R\$: 5.000,00 (Cinco Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 86/2020 - PMC

Publicação N° 2552210

Contrato N° : 86/2020

Aditivo N° : 1TA CT 86/2020/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : DERMATO CLINICA S S

Licitação : Inexigibilidade 10/2020

Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020

Assinatura : 30/06/2020

Valor R\$: 6.000,00 (Seis Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 87/2020 - PMC

Publicação N° 2552212

Contrato N° : 87/2020

Aditivo N° : 1TA CT 87/2020/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLÍNICA DE MEDICINA INTEGRADA

Licitação : Inexigibilidade 10/2020

Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020

Assinatura : 30/06/2020

Valor R\$: 7.000,00 (Sete Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 88/2020 - PMC

Publicação N° 2552211

Contrato N° : 88/2020

Aditivo N° : 1TA CT 88/2020/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLINIFISIO CLINICA DE FISIOTERAPIA LTDA

Licitação : Inexigibilidade 10/2020

Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020

Assinatura : 30/06/2020

Valor R\$: 1.000,00 (Um Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 89/2020 - PMC

Publicação N° 2552213

Contrato N° : 89/2020
Aditivo N° : 1TA CT 89/2020/2020
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : CLINICA PSICOTERAPICA CDIA LTDA ME
Licitação : Inexigibilidade 10/2020
Objeto : Contratação de empresas para a prestação de serviço médico, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999, Decreto Municipal nº 4.155, de 16 de setembro de 1999, decorrente do Credenciamento 03/2019 - PMC
Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020
Assinatura : 30/06/2020
Valor R\$: 500,00 (Quinhentos Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.02060003

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 91/2020 - PMC

Publicação N° 2552078

Contrato N° : 91/2020
Aditivo N° : 1TA CT 91/2020/2020
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : IACC PRÉ-MOLDADOS LTDA
Licitação : Dispensa de Licitação 13/2020
Objeto : Serviço de locação de imóvel para o funcionamento da Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 03 (tres) meses. Aditivo de prorrogação por mais 01(hum) mês.
Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020
Assinatura : 23/06/2020
Valor R\$: 7.500,00 (Sete Mil e Quinhentos Reais)

Dotação : 42 - 06.001.2012.3339039100000000000.01010000

Fiscal Técnico-Administrativo: FERNANDO SVILLEN

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 92/2020 - PMC

Publicação N° 2552054

Contrato N° : 92/2020
Aditivo N° : 1TA CTR 92/2020/2020
Tipo Aditivo : Prazo
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : DUOVIAS ENGENHARIA LTDA
Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 1/2020
Objeto : Contratação de serviços especializados de engenharia para elaboração de projetos de engenharia rodoviária, em regime de empreitada Global, para recuperação/reabilitação do pavimento de parte de vias urbanas, no centro do Município, de acordo com o Memorial Descritivo constante no Anexo "D" deste Edital.
Vigência : Início: 25/07/2020 Término: 24/08/2020
Assinatura : 05/06/2020

Fiscal Administrativo: GABRIELA CAMILA CHIAMENTI

Fiscal Técnico: MARILU MATIELLO

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 2º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 161/2019 - PMC

Publicação N° 2551899

Contrato N° : 161/2019
Aditivo N° : 2AP CT 161/2019/2020
Tipo Aditivo : Apostila
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : GEOVIAS ENGENHARIA LTDA
Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 1/2019
Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e arquitetura para realizar a revisão, ampliação e atualização do projeto de Revitalização da Rua Tancredo de Almeida Neves, no trecho que compreende a interseção de entrada do Parque de Exposições Senador Atílio Xavier Fontana até a interseção com a Rodovia BR 153/SC, neste Município, de acordo com as especificações do Anexo "A" do Edital.
Vigência : Início: 22/06/2020 Término: 31/08/2020
Assinatura : 22/06/2020

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico: CRISTINA VALCARENGHI

Fiscal Administrativo: GABRIELA CAMILA CHIAMENTI

EXTRATO 2º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 244/2019 - PMC

Publicação N° 2551883

Contrato N° : 244/2019
Aditivo N° : 2AP CT 244/2019/2020
Tipo Aditivo : Apostila
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : GRUPO LIMA TECNOLOGIA EM SEGURANÇA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA
Licitação : Pregão Presencial 110/2019
Objeto : contratação de empresa para prestação de serviços de monitoramento eletrônico e vigilância desarmada, em atendimento as Secretarias, Fundos e Fundações do Município de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital
Vigência : Início: 01/06/2020 Término: 09/10/2020
Assinatura : 01/06/2020
Valor R\$: 559,15 (Quinhentos e Cinquenta e Nove Reais e Quinze Centavos)

Dotação : 42 - 06.001.2012.3339039770000000000.01010000

Fiscal Técnico-Administrativo: NEIVA POLETTO

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: Nanci Aline da Silva Detofano

EXTRATO 2º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 47/2020- PMC

Publicação N° 2551890

Contrato N° : 47/2020
Aditivo N° : 2AP Ctr 47/2020/2020
Tipo Aditivo : Apostila
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA
Licitação : Dispensa de Licitação 9/2020
Objeto : Contratação emergencial e em caráter precário de 04 (quatro) auxiliares administrativos, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, visando à prestação de serviços na 14ª DRP/ CIRETRAN de Concórdia, tendo em vista o rompimento de forma antecipada e não prevista de dois contratos vigentes (contratos n°s 103/2015 e 163/2017), com recursos oriundos do Convênio Trânsito da Polícia Civil, conforme convênio n° 2017TN000348.
Vigência : Início: 04/06/2020 Término: 15/08/2020
Assinatura : 04/06/2020
Valor R\$: 28.904,40 (Vinte e Oito Mil, Novecentos e Quatro Reais e Quarenta Centavos)

Dotação : 341 - 12.001.2043.3339039790000000000.03110000

Fiscal Técnico-Administrativo: NEIVA POLETTO

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 2º TA CONTRATO N° 10/2020 - PMC

Publicação N° 2552066

Contrato N° : 10/2020
Aditivo N° : 2TA CT 10/2020/2020
Tipo Aditivo : Prazo
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : ENERGIZA INSTALACOES ELETRICAS LTDA
Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 17/2019
Objeto : Contratação de empresa do ramo de instalação e manutenção elétrica, em regime de empreitada global (material e mão de obra), para execução de adequação de trechos da rede elétrica, visando à instalação de novos pontos de iluminação pública, na Rua Catharina Mafessoni, Bairro Poente do Sol, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" deste Edital.
Vigência : Início: 11/06/2020 Término: 06/09/2020
Assinatura : 11/06/2020

Fiscal Técnico: JONAS TOIGO BITTENCOURT

Fiscal Administrativo: GABRIELA CAMILA CHIAMENTI

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 2º TA CONTRATO N° 158/2018 - PMC

Publicação N° 2552057

Contrato N° : 158/2019
Aditivo N° : 2TA CT 158/2018/2020
Tipo Aditivo : Prazo
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : SETA ENGENHARIA S A
Licitação : RDC 1/2018
Objeto : Contratação integrada de serviços especializados para elaboração dos projetos básico e executivo e execução da obra de contenção do talude localizado entre as ruas Victor Sopelsa e Horácio Sandi, bairro Parque de Exposições e Rua Jordânia, bairro Nações, ambas localizadas neste Município, de acordo com o Anteprojeto, constantes no Anexo "C" do Edital.
Vigência : Início: 05/06/2020 Término: 16/05/2021
Assinatura : 05/06/2020

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico: CRISTINA VALCARENGHI

Fiscal Técnico-Administrativo: GABRIELA CAMILA CHIAMENTI

Fiscal Técnico: MARCELA KUHN DOS SANTOS BIGATON

EXTRATO 2º TA CONTRATO N° 2/2019 - FIA

Publicação N° 2552256

Contrato N° : 2/2019
Aditivo N° : 2TA CT 2/2019/2020
Tipo Aditivo : Outros
Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA
Contratada : DIOGO MAURICIO BRAGGIO 96788127034
Licitação : Pregão Presencial 2/2019
Objeto : contratação de empresa especializada para apresentação de esquetes teatrais, oficinas de capacitação palestras, aulas de canto e fornecimento de camisetas, em atendimento aos projetos aprovados na Chamada Pública 01/2018, para o Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital
Vigência : Início: 01/06/2020 Término: 01/07/2020
Assinatura : 01/06/2020

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 3º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 17/2020 - PMC

Publicação N° 2551892

Contrato N° : 17/2020
Aditivo N° : 3AP CT 17/2020/2020
Tipo Aditivo : Apostila
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : KOPAV - PAVIMENTACAO E CONSTRUCAO LTDA
Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 18/2019
Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de pavimentação asfáltica na Rua Magdalena Savoldi e no Acesso a São José, localizados neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.
Vigência : Início: 10/06/2020 Término: 26/01/2021
Assinatura : 10/06/2020
Valor R\$: 251.714,28 (Duzentos e Cinquenta e Um Mil, Setecentos e Quatorze Reais e Vinte e Oito Centavos)

Dotação : 437 - 34.001.1009.3449051980000000000.03500000

Fiscal Administrativo: GABRIELA CAMILA CHIAMENTI

Fiscal Técnico: MARCELA KUHN DOS SANTOS BIGATON

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 3º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 9/2020 - PMC

Publicação N° 2551903

Contrato N° : 09/2020
Aditivo N° : 3AP CT 09/2020/2020
Tipo Aditivo : Apostila
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : SANTASUL - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA EPP
Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 13/2019
Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra) para execução de pavimentação asfáltica em diversas ruas, neste município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital. As ruas a serem executadas: Rua Fortunato Pastore e Francisco Tascas, Bairro Primavera; Rua Gralha Azul, Bairro Vila Jacob Biezu; Rua Treviso - Trecho 1, Bairro Jardim; Rua Treviso - Trecho 2, Bairro Jardim; Rua Verona, Bairro Jardim; Rua Cuba, Bairro Nações; Rua das Acácias, Bairro Petrópolis; Rua A, do Loteamento Armino Menegat, no Bairro São Cristóvão; Rua Bélgica, Bairro Nações; Rua Saul Piloni, Bairro Imigrantes; Rua Kaiper de Oliveira, Bairro Nova Brasília.
Vigência : Início: 26/06/2020 Término: 09/01/2021
Assinatura : 26/06/2020
Valor R\$: 87.484,02 (Oitenta e Sete Mil, Quatrocentos e Oitenta e Quatro Reais e Dois Centavos)

Dotação : 437 - 34.001.1009.3449051980000000000.03500000

Fiscal Administrativo: GABRIELA CAMILA CHIAMENTI

Fiscal Técnico: REGINA APARECIDA FORNARI TECCHIO

Fiscal Técnico: GABRIELE SIEGA

Fiscal Técnico: GLAUBER DIEHL XAVIER

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 3º TA CONTRATO N° 154/2019 - PMC

Publicação N° 2552059

Contrato N° : 154/2019
Aditivo N° : 3TA CT 154/2019/2020
Tipo Aditivo : Normal
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : EMPRESA EDITORA CONCORDIA LTDA
Licitação : Inexigibilidade 18/2019
Objeto : Prestação de serviços de Publicações Legais (convocação, edital de contribuição de melhoria, edital), em jornal de circulação local para o exercício de 2020.

Vigência : Início: 05/06/2020 Término: 30/04/2021

Assinatura : 05/06/2020

Valor R\$: 396,00 (Trezentos e Noventa e Seis Reais)

Dotação : 461 - 09.001.2032.3339039900000000000.03000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: CARLA LOPES DA SILVA BARON

EXTRATO 3º TA CONTRATO N° 2/2020 - PMC

Publicação N° 2552286

Contrato N° : 2/2020

Aditivo N° : 3TA CT 2/2020/2020

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratante : Polo ativo anteriormente qualificado como FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.507.670/0001-96.

Contratada : CASA DO PISO LTDA

Licitação : Pregão Presencial 1/2020

Objeto : Contratação de empresa para execução de serviços com fornecimento de material para substituição do carpete e aquisição e instalação de poltronas para o Teatro Municipal Maria Luiza de Matos, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 02/06/2020 Término: 09/07/2020

Assinatura : 02/06/2020

Valor R\$: 5.440,00 (Cinco Mil e Quatrocentos e Quarenta Reais)

Dotação : 348 - 30.001.1451.3449051070000000000.01000001

Dotação : 348 - 30.001.1451.3449052420000000000.01000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDERSON SCHARDONG

EXTRATO 3º TA CONTRATO N° 256/2019 - PMC

Publicação N° 2552070

Contrato N° : 256/2019

Aditivo N° : 3TA CT 256/2019/2020

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : NARDI OBRAS EIRELI ME

Licitação : Dispensa de Licitação 40/2019

Objeto : Execução de drenagem do Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Concórdia com ligação para a Rua Leonel Mosele e Adequação de piso.

Vigência : Início: 17/06/2020 Término: 17/07/2020

Assinatura : 17/06/2020

Fiscal Administrativo: GABRIELA CAMILA CHIAMENTI

Fiscal Técnico: CRISTHIELE KUHN VENDRUSCOLO

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 3º TA CONTRATO N° 299/2019 - PMC

Publicação N° 2551779

Contrato N° : 299/2019

Aditivo N° : 3TA CT 299/2019/2020

Tipo Aditivo : Supressão

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SANTASUL - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA EPP

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 9/2019

Objeto : contratação de empresa em regime de empreitada por preços máximo unitários (material e mão de obra), para execução de pavimentação asfáltica das seguintes ruas: Rua Alagoas e Travessa Sergipe - Bairro dos Estados, Rua Antônio Dolzan - Bairro Industriários, Rua Victório Massiero - Bairro Sintrial, Rua Zeferina Lorini Kufner - Bairro Poente do Sol, Rua José Fioravante Albiero e Rua Alberto Biavatti - Bairro Parque de Exposições, neste município, por meio da Cédula de Crédito Bancário nº 45.387/CEF/Pró - Transportes - Setor Público e de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital

Vigência : Início: 17/12/2019 Término: 16/12/2020

Assinatura : 29/05/2020

Valor Acrescido R\$: 4.252,18 (Quatro Mil, Duzentos e Cinquenta e Dois Reais e Dezoito Centavos)

Valor Suprimido R\$: 67.038,92 (Sessenta e Sete Mil, Trinta e Oito Reais e Noventa e Dois Centavos)

Dotação : 113 - 34.001.1009.3449051980000000000.01000001

Dotação : 120 - 34.001.1009.3449051980000000000.01830000

Fiscal Administrativo: GABRIELA CAMILA CHIAMENTI

Fiscal Técnico: REGINA APARECIDA FORNARI TECCHIO

Fiscal Técnico: GABRIELE SIEGA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 3º TA CONTRATO N° 300/2019 - PMC

Publicação N° 2552068

Contrato N° : 300/2019

Aditivo N° : 3TA CT 300/2019/2020

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SANTASUL - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA EPP

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 15/2019

Objeto : Contratação em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) para execução de recapeamento asfáltico com CBUQ, em parte da estrada de acesso ao Distrito de Engenho Velho, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

Vigência : Início: 16/06/2020 Término: 16/07/2020

Assinatura : 16/06/2020

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Administrativo: GABRIELA CAMILA CHIAMENTI

Fiscal Técnico: MARILU MATIELLO

EXTRATO 3º TA CONTRATO N° 324/2018 - PMC

Publicação N° 2552046

Contrato N° : 324/2018

Aditivo N° : 3TA CT 324/2018/2020

Tipo Aditivo : Outros

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SALETE KAPP & CIA LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 89/2018

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza, higienização, organização, sanitaristas visando ao atendimento das necessidades da Administração Municipal, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 01/06/2020 Término: 30/06/2020

Assinatura : 01/06/2020

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: ROBERTO GAMBIN

Fiscal Técnico-Administrativo: MAYARA AMPESE MASCARELLO

Fiscal Técnico-Administrativo: LUCAS ROMAN

Fiscal Técnico-Administrativo: SILVANA CASAGRANDE

Fiscal Técnico-Administrativo: LAURINDO FRANCISCO KUFNER

EXTRATO 4º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 248/2019 - PMC

Publicação N° 2551896

Contrato N° : 248/2019
Aditivo N° : 4AP Ctr 248/2019/2020
Tipo Aditivo : Apostila
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A
Licitação : Pregão Presencial 132/2019
Objeto : Contratação de empresa, do ramo de seguros, visando ao atendimento dos veículos, máquinas e motocicletas, da frota do Município de Concórdia, Fundos e Fundações, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.
Vigência : Início: 10/06/2020 Término: 13/10/2020
Assinatura : 10/06/2020
Valor R\$: 113.245,23 (Cento e Treze Mil, Duzentos e Quarenta e Cinco Reais e Vinte e Três Centavos)

Dotação : 100 - 07.001.2026.3339039690000000000.01000001

Fiscal Técnico-Administrativo: ADEMIR RAMOS CUCHI

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 4º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 8/2020 - PMC

Publicação N° 2551895

Contrato N° : 08/2020
Aditivo N° : 4AP CT 08/2020/2020
Tipo Aditivo : Apostila
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : KOPAV - PAVIMENTACAO E CONSTRUCAO LTDA
Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 13/2019
Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra) para execução de pavimentação asfáltica em diversas ruas, neste município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.As ruas a serem executadas: Rua Fortunato Pastore e Francisco Tascas, Bairro Primavera; Rua Gralha Azul, Bairro Vila Jacob Biezu; Rua Treviso - Trecho 1, Bairro Jardim; Rua Treviso - Trecho 2, Bairro Jardim; Rua Verona, Bairro Jardim; Rua Cuba, Bairro Nações; Rua das Acácias, Bairro Petrópolis; Rua A, do Loteamento Armindo Menegat, no Bairro São Cristóvão; Rua Bélgica, Bairro Nações; Rua Saul Piloni, Bairro Imigrantes; Rua Kaiper de Oliveira, Bairro Nova Brasília.
Vigência : Início: 10/06/2020 Término: 09/01/2021
Assinatura : 10/06/2020
Valor R\$: 94.588,51 (Noventa e Quatro Mil, Quinhentos e Oitenta e Oito Reais e Cinquenta e Um Centavos)

Dotação : 437 - 34.001.1009.3449051980000000000.03500000

Fiscal Administrativo: GABRIELA CAMILA CHIAMENTI

Fiscal Técnico: MARCELA KUHN DOS SANTOS BIGATON

Fiscal Técnico: MARILU MATIELLO

Fiscal Técnico: REGINA APARECIDA FORNARI TECCHIO

Fiscal Técnico: GLAUBER DIEHL XAVIER

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 4º TA CONTRATO N° 157/2019 - PMC

Publicação N° 2552077

Contrato N° : 157/2019
Aditivo N° : 4TA CT 157/2019/2020
Tipo Aditivo : Prazo
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : LATUS CONSULTORIA PESQUISAS E ASSES DE PROJETOS LT
Licitação : Tomada de Preços para Contratação de Serviços 21/2018
Objeto : Contratação de empresa especializada, para a elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS do Município de Concórdia/SC - que abrangerá os conjuntos articulados de diretrizes, objetivos, metas, ações e indicadores, que caracterizarão em determinado prazo, os instrumentos e gestão da Habitação de Interesse Social do Município de Concórdia, com recursos próprios, de acordo

com as especificações do Anexo "A" deste Edital.
Vigência : Início: 29/06/2020 Término: 13/10/2020
Assinatura : 22/06/2020

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico: DANIELA STRINGHINI

Fiscal Administrativo: ELIANE TERESINHA VICENTE PECH

EXTRATO 4º TA CONTRATO N° 266/2019 - PMC

Publicação N° 2552073

Contrato N° : 266/2019
Aditivo N° : 4TA CT 266/2019/2020
Tipo Aditivo : Prazo/Valor
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES EIRELI
Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 10/2019
Objeto : contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra, em regime de empreitada por preço máximo unitário (material e mão de obra) para a execução de reforma e remodelação do Parque Infantil da Praça Dogello Goss, situado no Centro, Rua Adolfo Konder, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital
Vigência : Início: 19/06/2020 Término: 07/11/2020
Assinatura : 19/06/2020
Valor R\$: 8.966,36 (Oito Mil, Novecentos e Sessenta e Seis Reais e Trinta e Seis Centavos)

Dotação : 442 - 34.001.1009.3449051980000000000.03000001

Fiscal Administrativo: GABRIELA CAMILA CHIAMENTI

Fiscal Técnico: CRISTHIELE KUHN VENDRUSCOLO

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 4º TA CONTRATO N° 324/2018 - PMC

Publicação N° 2552099

Contrato N° : 324/2018
Aditivo N° : 4TA CT 324/2018/2020
Tipo Aditivo : Outros
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : SALETE KAPP & CIA LTDA EPP
Licitação : Pregão Presencial 89/2018
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza, higienização, organização, sanitários visando ao atendimento das necessidades da Administração Municipal, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.
Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 31/07/2020
Assinatura : 30/06/2020

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: ROBERTO GAMBIN

Fiscal Técnico-Administrativo: MAYARA AMPESE MASCARELLO

Fiscal Técnico-Administrativo: LUCAS ROMAN

Fiscal Técnico-Administrativo: SILVANA CASAGRANDE

Fiscal Técnico-Administrativo: LAURINDO FRANCISCO KUFNER

EXTRATO 4º TA CONTRATO N° 58/2019 - PMC

Publicação N° 2552053

Contrato N° : 58/2019

Aditivo N° : 4TA CT 58/2019/2020

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BRITAX BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 8/2018

Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra) para execução de obra de pavimentação asfáltica em CAUQ e drenagem pluvial da Rodovia de acesso à Comunidade de Sede Brum, neste município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" deste Edital

Vigência : Início: 04/06/2020 Término: 25/10/2020

Assinatura : 04/06/2020

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Administrativo: GABRIELA CAMILA CHIAMENTI

Fiscal Técnico: MARILU MATIELLO

EXTRATO 5º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 8/2020 - PMC

Publicação N° 2551902

Contrato N° : 08/2020

Aditivo N° : 5AP CT 08/2020/2020

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : KOPAV - PAVIMENTACAO E CONSTRUCAO LTDA

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 13/2019

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra) para execução de pavimentação asfáltica em diversas ruas, neste município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital. As ruas a serem executadas: Rua Fortunato Pastore e Francisco Tascas, Bairro Primavera; Rua Gralha Azul, Bairro Vila Jacob Biezes; Rua Treviso - Trecho 1, Bairro Jardim; Rua Treviso - Trecho 2, Bairro Jardim; Rua Verona, Bairro Jardim; Rua Cuba, Bairro Nações; Rua das Acácias, Bairro Petrópolis; Rua A, do Loteamento Armindo Menegat, no Bairro São Cristóvão; Rua Bélgica, Bairro Nações; Rua Saul Piloni, Bairro Imigrantes; Rua Kaiper de Oliveira, Bairro Nova Brasília.

Vigência : Início: 24/06/2020 Término: 09/01/2021

Assinatura : 24/06/2020

Valor R\$: 185.307,88 (Cento e Oitenta e Cinco Mil, Trezentos e Sete Reais e Oitenta e Oito Centavos)

Dotação : 437 - 34.001.1009.3449051980000000000.03500000

Fiscal Administrativo: GABRIELA CAMILA CHIAMENTI

Fiscal Técnico: MARCELA KUHN DOS SANTOS BIGATON

Fiscal Técnico: MARILU MATIELLO

Fiscal Técnico: REGINA APARECIDA FORNARI TECCHIO

Fiscal Técnico: GLAUBER DIEHL XAVIER

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 5º TA CONTRATO N° 11/2019 - PMC

Publicação N° 2552096

Contrato N° : 11/2019

Aditivo N° : 5TA CT 11/2019/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BERTA CORRETORA DE SEGUROS E IMOVEIS LTDA

Licitação : Dispensa de Licitação 2/2019

Objeto : Locação de imóveis para ampliação de vagas do CMEI Zilda Silveira Neves e para funcionamento do CMEI Acalanto.

Vigência : Início: 30/06/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura : 30/06/2020

Valor R\$: 10.072,38 (Dez Mil, Setenta e Dois Reais e Trinta e Oito Centavos)

Dotação : 74 - 06.004.2018.33390391000000000000.01190000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: FERNANDO SVILLEN

EXTRATO 5º TA CONTRATO N° 271/2018 - PMC

Publicação N° 2551789

Contrato N° : 271/2018

Aditivo N° : 5TA CT 271/2018/2020

Tipo Aditivo : Outros

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : INTERNET SERVIÇOS LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 124/2018

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de fornecimento de Link's MPLS para ligação das unidades administrativa do Município, e fornecimento de Link's de internet banda larga para Unidades de Atendimento, Escolas Municipais e Centros de Educação Municipal Infantil, deste Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 25/09/2018 Término: 08/05/2020

Assinatura : 06/05/2020

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: MAURO FRIGO

Fiscal Técnico-Administrativo: FERNANDO SVILLEN

Fiscal Técnico-Administrativo: EDEVANDRO DA ROCHA

Fiscal Técnico-Administrativo: MATHEUS ILKIV FOGGIATTO

Fiscal Técnico-Administrativo: ALINE VICTORIA SCHMIDT

Fiscal Técnico-Administrativo: LUCAS ROMAN

Fiscal Técnico-Administrativo: IVETE APARECIDA BATISTA DELGADO RAHMEIER

Fiscal Técnico-Administrativo: FABIELE MAIER DUARTE

Fiscal Técnico-Administrativo: CÍNTIA MARA RAMOS

Fiscal Técnico-Administrativo: WILLIAN SARMENTO

Fiscal Técnico-Administrativo: IVETE DAHMER ALBIERO

EXTRATO 5º TA CONTRATO N° 310/2016 - PMC

Publicação N° 2552075

Contrato N° : 310/2016

Aditivo N° : 5TA CT 310/2016/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CONNECTLINE AUTOMACAO LTDA - EPP

Licitação : Pregão Presencial 133/2016

Objeto : Contratação de empresa especializada em vídeo monitoramento para prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva do sistema de vídeo monitoramento urbano do município de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 19/06/2020 Término: 18/12/2020

Assinatura : 19/06/2020

Valor R\$: 18.999,78 (Dezoito Mil, Novecentos e Noventa e Nove Reais e Setenta e Oito Centavos)

Dotação : 459 - 34.001.2003.33390390800000000000.03000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico: JONAS TOIGO BITTENCOURT

Fiscal Administrativo: EDEVANDRO DA ROCHA

EXTRATO 5º TA CONTRATO Nº 9/2020 - PMC

Publicação Nº 2552065

Contrato Nº : 09/2020

Aditivo Nº : 5TA CT 09/2020/2020

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SANTASUL - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA EPP

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 13/2019

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra) para execução de pavimentação asfáltica em diversas ruas, neste município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.As ruas a serem executadas: Rua Fortunato Pastore e Francisco Tascas, Bairro Primavera; Rua Gralha Azul, Bairro Vila Jacob Biezus; Rua Treviso - Trecho 1, Bairro Jardim; Rua Treviso - Trecho 2, Bairro Jardim; Rua Verona, Bairro Jardim; Rua Cuba, Bairro Nações; Rua das Acácias, Bairro Petrópolis; Rua A, do Loteamento Armindo Menegat, no Bairro São Cristóvão; Rua Bélgica, Bairro Nações; Rua Saul Piloni, Bairro Imigrantes; Rua Kaiper de Oliveira, Bairro Nova Brasília.

Vigência : Início: 10/06/2020 Término: 09/01/2021

Assinatura : 10/06/2020

Fiscal Administrativo: GABRIELA CAMILA CHIAMENTI

Fiscal Técnico: REGINA APARECIDA FORNARI TECCHIO

Fiscal Técnico: GABRIELE SIEGA

Fiscal Técnico: GLAUBER DIEHL XAVIER

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 6º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 163/2017 - PMC

Publicação Nº 2551891

Contrato Nº : 163/2017

Aditivo Nº : 6AP CTR 163/2017/2020

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BEATRIZ AUGUSTA GONÇALVES MARTINS EIRELI ME

Licitação : Pregão Presencial 37/2017

Objeto : Contratação de empresa com o objetivo de prestação de serviços de 02 (dois) auxiliares administrativos, para atuarem junto à 14ª DRP/CIRETRAN, com recursos oriundos do Convênio Trânsito da Polícia Civil, conforme convênio nº 2017TN000348.

Vigência : Início: 04/06/2020 Término: 14/08/2020

Assinatura : 04/06/2020

Valor R\$: 28.015,02 (Vinte e Oito Mil, Quinze Reais e Dois Centavos)

Dotação : 341 - 12.001.2043.3339039790000000000.03110000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: NEIVA POLETTTO

EXTRATO 6º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 20/2019 - PMC

Publicação Nº 2551909

Contrato Nº : 20/2019

Aditivo Nº : 6AP Ct 20/2019/2020

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : IPM SISTEMAS LTDA

Licitação : Pregão Presencial 168/2018

Objeto : A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada em informática para prestação de serviços de conversão de dados, implantação, treinamento e fornecimento mediante locação/licenciamento, atualização, manutenção, acompanhamento e suporte técnico de sistemas: específicos para Planejamento (PPA, LDO e LOA), Contabilidade, Orçamento, LRF e Tesouraria, Administração Tributária, Controle de Compras, Licitações e Contratos, Recursos Humanos e Folha de Pagamento, Controle de Bens Patrimoniais, Controle de Estoque (Almoxarifado), Controle e Gerenciamento de Frota, Legislação, Cadastro Técnico Imobiliário, IPTU - Inter-vivos e Taxas, Cadastro Econômico-Fiscal, ISSQN e Alvarás, Fiscalização de Obras e Posturas, Taxas e Tarifas Municipais, Contribuição de Melhoria, Escrita Fiscal, Fiscalização Fazendária, Gestão de Arrecadação e Contabilização, Gestão do Simples Nacional, Dívida Ativa e Executivo-Fiscal, Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), Ouvidoria, Controle Protocolo e Processos, Portal de Serviços Web: Auto Atendimento via Web e Portal

do Município, Procuradoria, Gestão de Convênios, Workflow, Aplicativo Smartphone, Custos, ISSQN Bancos, Gestão Eletrônica de Documentos, Gestão de Serviços Públicos, Gestão de Cemitério INCLUINDO A LICENÇA DE DIREITO DE USO, CUSTOMIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO/MANUTENÇÃO e provimento de DATACENTER, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 26/06/2020 Término: 31/01/2021

Assinatura : 26/06/2020

Valor R\$: 6.800,15 (Seis Mil e Oitocentos Reais e Quinze Centavos)

Dotação : 470 - 15.001.2612.33390400100000000000.03350009

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Fiscal Técnico-Administrativo: CHARLES KOPSEL

Fiscal Técnico-Administrativo: MICHELE GALEAZZI

Fiscal Técnico-Administrativo: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: ADEMIR RAMOS CUCHI

Fiscal Técnico-Administrativo: ELIZA TEBALDI BORSATTI

Fiscal Técnico-Administrativo: FERNANDA KRUGER

Fiscal Técnico-Administrativo: ISABEL CRISTINA TAGLIARI DA SILVA

Fiscal Técnico-Administrativo: LUANA LIS REDECKER KUNRATH

Fiscal Técnico-Administrativo: LEO MARCOS AMPESSAN

Fiscal Técnico-Administrativo: MARIANA ZOLET RIGO

Fiscal Técnico-Administrativo: MARIONI ROSA

Fiscal Técnico-Administrativo: ROBINSON FERNANDO SGARBOZZA

EXTRATO 6º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 267/2019 - PMC

Publicação N° 2551888

Contrato N° : 267/2019

Aditivo N° : 6AP Ctr 267/2019/2020

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : NEO CONSULTORIA E ADMINISTRACAO DE BENEFICIOS EIRELI

Licitação : Pregão Eletrônico 14/2019

Objeto : Contratação de empresa especializada para implantação e operação de sistema informatizado e integrado de gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos do Município de Concórdia, Fundos, Fundações, Bombeiros Militares, Polícia Civil e Polícia Militar, em rede de estabelecimentos especializados e credenciados para aquisição de peças, acessórios, combustível e serviços de oficina mecânica em geral, conforme especificações técnicas e descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 02/06/2020 Término: 01/12/2020

Assinatura : 02/06/2020

Valor R\$: 77.000,00 (Setenta e Sete Mil Reais)

Dotação : 178 - 11.001.2041.33390303900000000000.01390002

Dotação : 178 - 11.001.2041.33390391900000000000.01390002

Dotação : 341 - 12.001.2043.33390303900000000000.03110000

Dotação : 341 - 12.001.2043.33390391900000000000.03110000

Dotação : 381 - 33.001.2004.33390303900000000000.01000001

Dotação : 381 - 33.001.2004.33390391900000000000.01000001

Fiscal Técnico-Administrativo: NEUDI LUIS TEDESCO

Fiscal Técnico-Administrativo: MARCOS ANTONIO MAGRO

Fiscal Técnico-Administrativo: MATHEUS ILKIV FOGGIATTO

Fiscal Técnico-Administrativo: JAIR MACHADO DA SILVA

Fiscal Técnico-Administrativo: HAMILTON ROGERIO DE MARCO

Fiscal Técnico-Administrativo: FERNANDO GUILIANI

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: GENESIO BACH DA SILVA

Fiscal Técnico-Administrativo: JUSCELINO ALVES DE OLIVEIRA

Fiscal Técnico-Administrativo: JULIANA LUPATO ZUCCHI

Fiscal Técnico-Administrativo: MARLON DE LAI DENEGA

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDERSON SCHARDONG

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDRE CARLOS RIBAS

Fiscal Técnico-Administrativo: GREICI BERGAMO

Fiscal Técnico-Administrativo: LANA CORREA PINHEIRO

EXTRATO 6º TA CONTRATO N° 121/2017 - PMC

Publicação N° 2552079

Contrato N° : 121/2017

Aditivo N° : 6TA CT 121/2017/2020

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : RICARDO LUIS BONIN EIRELI EPP

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 1/2017

Objeto : contratação de empresa para prestação de serviços de operação, tratamento de resíduos e manutenção do Aterro Sanitário Municipal, neste município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" deste Edital.

Vigência : Início: 25/06/2020 Término: 02/07/2020

Assinatura : 25/06/2020

Valor R\$: 2.804,50 (Dois Mil, Oitocentos e Quatro Reais e Cinquenta Centavos)

Dotação : 128 - 08.001.2030.3339039280000000000.01000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico: ANIBAL FONTANELLA DE SOUZA

Fiscal Administrativo: EMANUELE LETICIA TEDESCO

EXTRATO 6º TA CONTRATO N° 9/2020 - PMC

Publicação N° 2552080

Contrato N° : 09/2020

Aditivo N° : 6TA CT 09/2020/2020

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SANTASUL - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA EPP

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 13/2019

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra) para execução de pavimentação asfáltica em diversas ruas, neste município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital. As ruas a serem executadas: Rua Fortunato Pastore e Francisco Tascas, Bairro Primavera; Rua Gralha Azul, Bairro Vila Jacob Biezu; Rua Treviso - Trecho 1, Bairro Jardim; Rua Treviso - Trecho 2, Bairro Jardim; Rua Verona, Bairro

Jardim; Rua Cuba, Bairro Nações; Rua das Acácias, Bairro Petrópolis; Rua A, do Loteamento Armindo Menegat, no Bairro São Cristóvão; Rua Bélgica, Bairro Nações; Rua Saul Piloni, Bairro Imigrantes; Rua Kaiper de Oliveira, Bairro Nova Brasília.

Vigência : Início: 29/06/2020 Término: 08/02/2021

Assinatura : 29/06/2020

Fiscal Administrativo: GABRIELA CAMILA CHIAMENTI

Fiscal Técnico: REGINA APARECIDA FORNARI TECCHIO

Fiscal Técnico: GABRIELE SIEGA

Fiscal Técnico: GLAUBER DIEHL XAVIER

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 8º TA CONTRATO N° 270/2018 - PMC

Publicação N° 2552062

Contrato N° : 270/2018

Aditivo N° : 8TA CTR 270/2018/2020

Tipo Aditivo : Outros

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : INTERNET SERVIÇOS LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 107/2018

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de fornecimento de Link's MPLS para ligação das unidades administrativa do Município, e fornecimento de Link's de internet banda larga para Unidades de Atendimento, Escolas Municipais e Centros de Educação Municipal Infantil, deste Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 08/06/2020 Término: 31/01/2021

Assinatura : 05/06/2020

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: FERNANDO SVILLEN

Fiscal Técnico-Administrativo: EDEVANDRO DA ROCHA

Fiscal Técnico-Administrativo: CINTIA MARA RAMOS

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 14/2020 – FMS

Publicação N° 2552036

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - FMS

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 14/2020 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, torna público que ratificou o ato da Senhora Grace Simioni Menegat, Diretora de Saúde, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 06 de julho de 2020, para a Prestação de serviços de saúde - oftalmologia - para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas, aos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme edital de Credenciamento 01/2020 - FMS, a favor da CLÍNICA DE OLHOS FURLANETTO S/S, no valor de R\$ 279.995,16 (duzentos e setenta e nove mil reais, novecentos e noventa e cinco reais e dezesseis centavos).

GEOVANI BEDIN

Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia - FMS

EXTRATO DO CONTRATO N° 114/2020 - PMC

Publicação N° 2552082

Contrato N° : 114/2020

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ENERGIZA INSTALACOES ELETRICAS LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 4/2020

Objeto : Contratação de empresa no ramo de instalação e manutenção elétrica, em regime de empreitada global (material e mão de obra), para execução de readequação de trecho da rede elétrica, visando a instalação de novos pontos de iluminação pública no trecho da estrada até Linha Sede Brum, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

Vigência : Início: 08/06/2020 Término: 05/09/2020

Assinatura : 08/06/2020

Valor R\$: 129.845,87 (Cento e Vinte e Nove Mil, Oitocentos e Quarenta e Cinco Reais e Oitenta e Sete Centavos)

Dotação : 396 - 34.001.1009.34490519800000000000.01080000

Fiscal Técnico: JONAS TOIGO BITTENCOURT

Fiscal Administrativo: GABRIELA CAMILA CHIAMENTI

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO Nº 115/2020 - PMC

Publicação Nº 2552085

Contrato Nº : 115/2020

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CRI COLETA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE RESÍDUOS LTDA

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 1/2020

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos, classificados como IIA e IIB, provenientes de podas de árvores e de resíduos volumosos em áreas, vias e logradouros públicos no perímetro urbano do Município de Concórdia, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" deste Edital

Vigência : Início: 15/06/2020 Término: 14/06/2021

Assinatura : 15/06/2020

Valor R\$: 447.624,48 (Quatrocentos e Quarenta e Sete Mil, Seiscentos e Vinte e Quatro Reais e Quarenta e Oito Centavos)

Dotação : 128 - 08.001.2030.33390392800000000000.01000001

Fiscal Técnico: ANIBAL FONTANELLA DE SOUZA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Administrativo: CRISTINE REDECKER

EXTRATO DO CONTRATO Nº 116/2020 - PMC

Publicação Nº 2552086

Contrato Nº : 116/2020

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : GENTE SEGURADORA SA

Licitação : Pregão Eletrônico 26/2020

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de seguros, para prestação de serviço de seguro de vida em grupo para servidores ativos e inativos, pertencentes ao quadro de servidores do Município de Concórdia, conforme dispões a Lei Municipal nº 1.569, de 28 de novembro de 1978, e de acordo com o constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 01/08/2020 Término: 31/07/2021

Assinatura : 17/06/2020

Valor R\$: 260.036,37 (Duzentos e Sessenta Mil, Trinta e Seis Reais e Trinta e Oito Centavos)

Dotação : 181 - 12.001.2043.33190139900000000000.01000001

Fiscal Técnico-Administrativo: MARIANA ZOLET RIGO

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: ONEIDE BERTOLINI

EXTRATO DO CONTRATO Nº 117/2020 - PMC

Publicação Nº 2552088

Contrato Nº : 117/2020

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 3/2020

Objeto : Contratação de empresa em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) para a execução de recapeamento asfáltico com CBUQ, em parte das Ruas Distrito Federal, Brasília, Minas Gerais e Paraíba, no Bairro dos Estados, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" deste Edital.

Vigência : Início: 24/06/2020 Término: 20/12/2020

Assinatura : 24/06/2020

Valor R\$: 313.524,89 (Trezentos e Treze Mil, Quinhentos e Vinte e Quatro Reais e Oitenta e Nove Centavos)

Dotação : 118 - 08.001.1009.3449051980000000000.01390002

Dotação : 393 - 34.001.1009.3449051980000000000.01390002

Dotação : 442 - 34.001.1009.3449051980000000000.03000001

Fiscal Administrativo: GABRIELA CAMILA CHIAMENTI

Fiscal Técnico: REGINA APARECIDA FORNARI TECCHIO

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO N° 118/2020 - PMC

Publicação N° 2552091

Contrato N° : 118/2020

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : MS REDES LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 32/2020

Objeto : Contratação de empresa para instalação de câmeras de monitoramento, para o Setor do Agro no Parque de Exposições e na 14ª DRP de Concórdia, com recursos oriundos dos Convênios da Polícia Civil nº 2017TN000348 e nº 2019TN000784, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 29/06/2020 Término: 26/09/2020

Assinatura : 29/06/2020

Valor R\$: 27.710,00 (Vinte e Sete Mil e Setecentos e Dez Reais)

Dotação : 102 - 07.001.2026.3449052240000000000.01000001

Dotação : 193 - 12.001.2043.3339030260000000000.01000011

Dotação : 193 - 12.001.2043.3339039250000000000.01000011

Dotação : 207 - 12.001.2043.3449052830000000000.01110000

Fiscal Técnico-Administrativo: MAURO FRIGO

Fiscal Técnico-Administrativo: NEIVA POLETTTO

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO N° 119/2020 - PMC

Publicação N° 2552092

Contrato N° : 119/2020

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : WM GARDEN SERVICOS DE JARDINAGEM LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 8/2020

Objeto : Contratação de empresa para serviços de roçadas, raspagem (capina manual ou faquinha), limpeza de sarjetas, poda e corte de árvores, com a devida varrição, recolhimento e destinação final dos resíduos gerados, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 01/07/2020 Término: 30/06/2021

Assinatura : 30/06/2020

Valor R\$: 609.000,00 (Seiscentos e Nove Mil Reais)

Dotação : 125 - 08.001.2029.3339039780000000000.01000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: ADEMAR GONÇALVES

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 17/2020 – PMC

Publicação Nº 2552223

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 17/2020 – PMC

Objeto: Contratação de empresa em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), para a execução de reforma da edificação que abriga o velatório municipal, situado na rua João Suzin, nº 14, Bairro Imperial, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" deste Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: Apresentaram-se para participar do presente certame as empresas: FLÁVIO DE SOUZA DIAS 01130530027, SOMACAL ENGENHARIA EIRELI, NICOLLI & MENDES ENGENHARIA E OBRAS LTDA EPP, SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES EIRELI e BASE-V ENGENHARIA LTDA. Aberta a sessão pública pela Presidente da Comissão, os envelopes apresentados pelas licitantes foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão, verificando-se que os mesmos estavam intactos e foram protocolizados dentro dos prazos fixados no Edital, com exceção da licitante FLÁVIO DE SOUZA DIAS 01130530027, que protocolou seu envelope nº 02, contendo a de Proposta após o horário determinado no Edital, ou seja, com protocolo realizado às 13h:39min, descumprindo assim o constante no item "1." e subitens do Edital, ocorrendo assim o impedimento na abertura de seus envelopes a participação da empresa neste certame, restando assim DESQUALIFICADA. Já as licitantes: SOMACAL ENGENHARIA EIRELI, NICOLLI & MENDES ENGENHARIA E OBRAS LTDA EPP, SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES EIRELI e BASE-V ENGENHARIA LTDA apresentaram sua documentação de habilitação de acordo com os requisitos exigidos no Edital e sendo assim as licitantes foram julgadas HABILITADAS. Destaca-se que as empresas SOMACAL ENGENHARIA EIRELI, NICOLLI & MENDES ENGENHARIA E OBRAS LTDA EPP, SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES EIRELI e BASE-V ENGENHARIA LTDA, comprovaram através da Certidão Simplificada da Junta Comercial e/ou Cartão CNPJ, documento este, exigido no subitem 5.1.4 do Edital, que são Microempresas e/ou Empresas de Pequeno Porte (EPP). Ressalva-se que os documentos de Acervo Técnico das licitantes foram analisados pelo Secretário municipal de Planejamento, senhor Daniel Faganello. A Presidente solicitou que fosse registrado que o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis previsto no artigo 109, inciso I, alínea "a", do citado diploma legal, será contado a partir da data em que for veiculada esta intimação. Por fim, ressaltou que se não houver interposição de recursos, a abertura dos envelopes de Propostas de Preços (Envelope nº 02), ocorrerá neste mesmo local, às 15h30min do próximo dia 17 de julho de 2020.

Concórdia, SC, 06 de julho de 2020.

CAMILA CRISTINA MARINHO VIEIRA NOGUEIRA

Presidente da CPL

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO CONCORRÊNCIA 06/2020 PMC

Publicação Nº 2552502

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

CONCORRÊNCIA Nº 06/2020 – PMC

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de pavimentação asfáltica em diversas ruas, neste município, a serem executadas com recursos próprios e oriundos de contratos de repasse, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: Apresentaram-se para participar do presente certame as empresas: KOPAV - PAVIMENTACAO E CONSTRUCAO LTDA, SANTASUL PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP e PROJEPAV ENGENHARIA EIRELI. Após isso, procedeu-se à abertura do Envelope 01 - Documentação de Habilitação das licitantes, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão, constatando-se que as licitantes KOPAV - PAVIMENTACAO E CONSTRUCAO LTDA, SANTASUL PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP e PROJEPAV ENGENHARIA EIRELI, apresentaram sua documentação de habilitação de acordo com os requisitos exigidos no Edital e sendo assim as licitantes foram julgadas HABILITADAS. Destaca-se que as empresas KOPAV - PAVIMENTACAO E CONSTRUCAO LTDA, SANTASUL PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP e PROJEPAV ENGENHARIA EIRELI, comprovaram através da Certidão Simplificada da Junta Comercial e/ou Cartão CNPJ, documento este, exigido no subitem 5.1.4 do Edital, que são Empresas de Pequeno Porte (EPP). Ressalva-se que os documentos de Acervo Técnico das licitantes foram analisados pelo Secretário de Planejamento do Município, senhor Daniel Faganello. Em cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93, o pertinente prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis previsto no artigo 109, inciso I, alínea "a", do citado diploma legal, será contado a partir da data desta intimação. Por fim, ressaltou que se não houver interposição de recursos, a abertura dos envelopes de Proposta de Preços ocorrerá neste mesmo local, às 13h30min do próximo dia 15 de julho de 2020.

Concórdia, SC, 06 de julho de 2020.

CAMILA CRISTINA MARINHO VIEIRA NOGUEIRA

Presidente da CPL

EXTRATO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO N° 1/2017

Publicação N° 2552258

Contrato N° : 01/2017

Aditivo N° : RESC CT 01/2017/2020

Tipo Aditivo : Rescisão Contratual

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratante : Polo ativo anteriormente qualificado como FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 04.050.313/0001-05.

Contratada : SALETE KAPP & CIA LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 2/2017

Objeto : contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza, higienização e organização, nas dependências da FUMDEMA - Fundação Municipal de Defesa do Meio, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 11/08/2017 Término: 08/05/2020

Assinatura : 08/05/2020

EXTRATO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO N° 30/2017 - PMC

Publicação N° 2552102

Contrato N° : 30/2018

Aditivo N° : Resc Ctr 30/2017/2020

Tipo Aditivo : Rescisão Contratual

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : PROVIN E RAUBER LTDA ME

Licitação : Pregão Eletrônico 3/2017

Objeto : Contratação de empresa(s), para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento, para transporte de aluno da rede pública municipal e estadual de ensino fundamental e professores da rede municipal, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital

Vigência : Início: 19/01/2018 Término: 05/06/2020

Assinatura : 05/06/2020

EXTRATO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO N° 35/2019 - PMC

Publicação N° 2552106

Contrato N° : 35/2019

Aditivo N° : Resc Ctr 35/2019/2020

Tipo Aditivo : Rescisão Contratual

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : PROVIN E RAUBER LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 3/2019

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento, para transporte de alunos da rede pública municipal conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 07/02/2019 Término: 05/06/2020

Assinatura : 05/06/2020

EXTRATO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO N° 60/2020 - FMS

Publicação N° 2552799

Contrato N° : 60/2020

Aditivo N° : Resc Ctr 60/2020/2020

Tipo Aditivo : Rescisão Contratual

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : DEDETIZADORA NAVARINI LTDA ME

Licitação : Pregão Eletrônico 6/2020

Objeto : A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresas para:- Locação de estrutura de tendas a serem utilizadas na triagem de pacientes, em atendimento no pronto socorro;- Prestação de serviços de sonorização (som de rua), como medida de prevenção e orientação, com divulgação de informações visando evitar a disseminação do vírus (COVID-19);- Prestação de serviços de limpeza técnica e desinfecção de ruas e acessos a locais com grande fluxo de pessoas, localizados no Município de ConcórdiaAs Contratações dos serviços acima compreendem ações de prevenção, controle e contenção de riscos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença, com fornecimento de todos os materiais necessários, máquinas e equipamentos necessários a execução dos serviços, autorizada pelo Decreto nº 6.475 de 17 de março de 2020 e conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital

Vigência : Início: 04/05/2020 Término: 14/05/2020

Assinatura : 14/05/2020

EXTRATOS DE CONTRATOS DE TRABALHO 04/2020

Publicação Nº 2551375

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**EXTRATO DE CONTRATO Nº 302 / 2020**

ESPÉCIE:	Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) ELIANE DA SILVA, inscrito(a) no CPF sob nº 086.626.849-98, no cargo de PROFESSOR - ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais.
VALOR:	O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 3408,24(três mil, quatrocentos e oito reais e vinte e quatro centavos).
PRAZO:	01/07/2020 a 15/12/2020
DATA DA ASSINATURA:	1 de julho de 2020

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**EXTRATO DE CONTRATO Nº 303 / 2020**

ESPÉCIE:	Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) MAURICIO HENRI-QUE MACHADO TOSTA, inscrito(a) no CPF sob nº 116.816.889-99, no cargo de PROFESSOR - ACT, nível 10.12 - 30 horas semanais.
VALOR:	O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 2556,17(dois mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e dezessete centavos).
PRAZO:	02/07/2020 a 15/12/2020
DATA DA ASSINATURA:	2 de julho de 2020

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**EXTRATO DE CONTRATO Nº 304 / 2020**

ESPÉCIE:	Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) ROSANE SALETE DE COSTA RITTER, inscrito(a) no CPF sob nº 521.855.249-68, no cargo de PROFESSOR - ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais.
VALOR:	O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 3408,24(três mil, quatrocentos e oito reais e vinte e quatro centavos).
PRAZO:	01/07/2020 a 15/12/2020
DATA DA ASSINATURA:	1 de julho de 2020

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 183/2020

Publicação Nº 2552117

DECRETO Nº 183/2020

INSTITUI COMISSÃO INTERSETORIAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS DE DESTINAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ADQUIRIDOS COM RECURSOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) AOS PAIS OU RESPONSÁVEIS DOS ESTUDANTES DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições definidas pela Lei Orgânica do Município de Cordilheira Alta, e

CONSIDERANDO o estado de pandemia definido pela Organização Mundial de Saúde pelo coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, a qual "Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019";

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 03 de fevereiro de 2020 (expedida pelo Ministro de Estado da Saúde), a qual "Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)";

CONSIDERANDO a declaração de situação de emergência pelo Município Cordilheira Alta, por meio do Decreto nº 135, de 21 de março de 2020, inclusive com a suspensão das atividades escolares.

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.987, de 07 de abril de 2020, que autoriza, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica; e

CONSIDERANDO a existência de alimentos perecíveis ou não perecíveis em estoque, com data de vencimento próxima, e que a não utilização dos mesmos resultará em descarte e, portanto, em desperdício de recursos públicos, DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Comissão Intersetorial de Alimentação Escolar (CIAE), composta por representantes dos seguintes órgãos:

- I - 3 (três) representantes da Secretaria Municipal de Educação;
- II - 1 (um) representante da Secretaria Municipal Assistência Social;
- III - 1 (um) representante do Serviço de Nutrição Escolar;
- IV - 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação;
- V - 1 (um) representante do Conselho Municipal de Alimentação Escolar;

§ 1º A CIAE tem a incumbência da definição de critérios de destinação e operacionalização da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública.

§ 2º A CIAE se destituirá imediatamente após ato legal das autoridades políticas e sanitárias para o retorno das atividades escolares regulares.

Art. 2º Ficam nomeados para compor a Comissão Intersetorial de Alimentação Escolar (CIAE) os seguintes membros:

- I - Representantes da Secretaria Municipal de Educação: Patricia Briancini, Daiane Favero, Suzicler Andretti).
- II - Representante da Secretaria Municipal Assistência Social: Juliana Bordignon Tozzo.
- III - Representante do Serviço de Nutrição Escolar: Aline Tecchio Borsoi.
- IV - Representante do Conselho Municipal de Educação: Maíke Elize Techio.
- V - Representante do Conselho Municipal de Alimentação Escolar (Patricia Machado).

Art. 3º No prazo de 48h a contar da publicação deste Decreto, a CIAE deve efetuar o levantamento dos gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis estocados nas escolas ou depósitos, procedendo a descrição dos itens, quantidades, prazos de validade, nome das unidades escolares, dentre outras informações que o Serviço de Nutrição Escolar considerar necessário.

Art. 4º Inventariado todos os gêneros alimentícios em estoque, deverão ser montados "Kits Emergenciais de Alimentação Escolar", seguindo as orientações do Serviço de Nutrição Escolar, visando o manejo e equilíbrio nutricional.

§ 1º Devem ser priorizados os gêneros alimentícios perecíveis ou que estejam próximos de seu prazo de validade.

§ 2º A manipulação e eventual fracionamento de gêneros alimentícios deverão garantir todas as condições sanitárias de segurança, de

acordo com as normas vigentes.

Art. 5º Esgotados os gêneros alimentícios em estoque e ainda havendo demanda por parte das famílias que se enquadram nas condições estabelecidas, os recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) existentes em conta deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios em quantidades definidas pela CIAE e aprovadas pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

Art. 6º A distribuição dos "Kits Emergenciais de Alimentação Escolar" adquiridos com recursos do PNAE não se confunde com ações da Assistência Social, e devem, obrigatoriamente, serem destinados aos pais ou responsáveis dos alunos devidamente matriculados nas escolas públicas de educação básica mantidas pelo Município, conforme critérios definidos pela CIAE, e aprovados pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

Art. 7º A CIAE deve sempre observar as orientações do CAE, estruturadas em atas de reunião e/ou resoluções específicas para o monitoramento, fiscalização e emissão de pareceres para fins de aprovação de contas.

Art. 8º A entrega dos "Kits Emergenciais de Alimentação Escolar" se dará mediante recibo que contenha as seguintes informações:

- I - Nome do aluno, idade, série e unidade escolar que está matriculado;
- II - Nome, CPF, RG e endereço dos pais ou responsável legal
- III - Descrição dos itens que compõem os "Kits Emergenciais de Alimentação Escolar"
- IV - Data de entrega
- V - Termo de responsabilidade com a vedação expressa de venda ou destinação diferenciada dos bens.

Art. 9º A CIAE poderá realizar a entrega diretamente nas escolas municipais, com horários previamente agendados ou, ainda, requisitar um único veículo de transporte escolar, para que auxilie na entrega domiciliar da distribuição dos alimentos de que trata este Decreto, a fim de impedir a aglomeração de pessoas.

Art. 10. O Comitê de Enfrentamento da Crise deverá ser constantemente informado das deliberações e encaminhamentos da CIAE.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 06 de julho de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 182/2020

Publicação Nº 2551898

DECRETO Nº 182/2020

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao dispositivo no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei municipal nº 1.295/2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional suplementar no orçamento de 2020 no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), o qual será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.077 – Manutenção e Gestão do Conselho Tutelar.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 160

Fonte de Recursos: 3000 – Vinculados – R\$ 2.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro de 2019.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 30/06/2020.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 03 de julho de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

ZAIRE RODRIGUES DE ALMEIDA
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

PORTARIA Nº 268/2020

Publicação Nº 2552089

PORTARIA Nº 268/2020

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 14 (quatorze) dias de licença para tratamento de saúde a servidora municipal NEVIANE RITA BARRO TODESCHINI, matrícula 1364302, ocupante do cargo de Professor, 20 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos para dia 04/07/2020.

Cordilheira Alta/SC, 06 de julho de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ZAIRE RODRIGUES DE ALMEIDA

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 269/2020

Publicação Nº 2552074

PORTARIA Nº 269/2020

“PRORROGA EM 15 (QUINZE) DIAS A LICENÇA PATERNIDADE CONCEDIDA A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 70 da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o Decreto N. 442/2016, decide:

Art. 1º Prorrogar em 15 (quinze) dias a Licença Paternidade concedida ao Servidor Municipal, Sr. TAILON FERNANDO TRUCOLO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, com fulcro no Art. 2º, do Decreto N. 442/2016.

Art. 2º A licença de que trata o Art. 1º, será estendida a partir de 07/07/2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 06 de julho de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ZAIRE RODRIGUES DE ALMEIDA

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

PORTARIA Nº 270/2020

Publicação Nº 2552067

PORTARIA Nº 270/2020

“PRORROGA EM 15 (QUINZE) DIAS A LICENÇA PATERNIDADE CONCEDIDA A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 70 da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o Decreto N. 442/2016, decide:

Art. 1º Prorrogar em 15 (quinze) dias a Licença Paternidade concedida ao Servidor Municipal, Sr. FLAVIANO PERIM, ocupante do cargo de Auditor Fiscal de Tributos, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, com fulcro no Art. 2º, do Decreto N. 442/2016.

Art. 2º A licença de que trata o Art. 1º, será estendida a partir de 08/07/2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 06 de julho de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ZAIRE RODRIGUES DE ALMEIDA
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

Coronel Freitas

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL FMS N° 05/2020

Publicação N° 2551943

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial N° 05/2020.

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO NOVO PARA A SECRETARIA DE SAÚDE.

Tipo: Menor preço por item.

Entrega dos envelopes: até as 14h00min do dia 20/07/2020.

Abertura dos envelopes: às 14h00min do dia 20/07/2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 7h30min às 11h30min e das 13h às 17h ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC), 03 de julho de 2020.

Izeu Jonas Tozetto
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL RP FMS N° 06/2020

Publicação N° 2552181

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial R.P FMS N° 06/2020.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE LENÇÓIS E FRONHAS.

Tipo: menor preço por LOTE.

Entrega dos envelopes: até as 14h00min do dia 21/07/2020.

Abertura dos envelopes: na sequência às 14h00min do dia 21/07/2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 03 julho de 2020.

Izeu Jonas Tozetto
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL RP N° 33/2020

Publicação N° 2551829

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial R.P N° 33/2020.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES, REPAROS E MANUTENÇÕES ELÉTRICAS.

Tipo: Menor preço por item.

Entrega dos envelopes: até as 08h30min do dia 21/07/2020.

Abertura dos envelopes: às 08h30min do dia 21/07/2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 7h30min às 11h30min e das 13h às 17h ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC), 26 de junho de 2020.

Izeu Jonas Tozetto
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 35/2020

Publicação Nº 2551867

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial R.P Nº 35/2020.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR.

Tipo: Menor preço por ITEM.

Entrega dos envelopes: até as 17h00min do dia 17/07/2020.

Abertura dos envelopes: na sequência às 08h30min do dia 20/07/2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 7h30min às 11h30min e das 13h às 17h ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC), 29 de junho de 2020.

Izeu Jonas Tozetto
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 21/2020

Publicação Nº 2552319

PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº21/2020

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

4º TERMO ADITIVO Nº 21/2020 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2020.

Contratado: PIVA COMERCIO LTDA

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, PREÇOS E QUANTIDADES da Ata Registro de Preço nº 02/2020 passa a ter a seguinte redação:

ITEM	QUANT.	ESPECIFICAÇÃO	EMPRESA	VALOR UN.	CLAS.
1	60.000,00	Gasolina Comum	PIVA COMERCIO LTDA	3,98	1º

Vigência: 02/03/2021.

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO Nº. 02/2020, DE 30 DE JUNHO DE 2020 - EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO**

Publicação Nº 2552514

DECRETO Nº. 02/2020, DE 30 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a exoneração de cargo em comissão

O Presidente da Câmara de Vereadores de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Maurício Sirtuli, usando das atribuições que lhe são conferidas por Regimento,

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado, a pedido, o Sr. Ariel Malfatti, ocupante do Cargo em Comissão de Secretário Geral, matrícula nº 61, com fundamento no art. 35, inciso II, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Coronel Freitas/SC (Lei Municipal nº 2.078/2015).

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução do presente Decreto, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Coronel Freitas, 30 de junho de 2020.

Maurício Sirtuli
Presidente

Registrada nesta Secretaria em data supra e publicado no mural da Câmara de Vereadores de Coronel Freitas/SC e no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina.

DECRETO Nº. 03, 01 DE JULHO DE 2020 - NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO

Publicação Nº 2552518

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DECRETO Nº. 03, 01 de Julho de 2020
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Presidente da Câmara de Vereadores de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Maurício Sirtuli, no uso das atribuições regimentais e que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado JULIANO BONISSONI para o cargo de Secretário Geral da Câmara de Vereadores, conforme Lei Complementar 002/2014 (Plano de Cargos e Salários do Poder Legislativo Municipal) e Lei 2078/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores, Município de Coronel Freitas, 01 de julho de 2020

Maurício Sirtuli
Presidente

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no mural da Câmara de Vereadores de Coronel Freitas/SC e no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina.

RUA AMAZONAS, Nº. 39 – CENTRO. 89840-000/FONE/FAX: (49) 3347-0424
E-mail: contato@camaracoronelfreitas.sc.gov.br Portal: <http://camara.fecam.org.br/coronelfreitas>

EDITAL DE LICITAÇÃO PROCESSO N. 20/2020

Publicação Nº 2552435

EXTRATO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 02/2020
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 20/2020-EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2020
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO
FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO UNITÁRIO
RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: ATÉ 20/07/2020 ÀS 15h
ABERTURA DOS ENVELOPES: 20/07/2020 ÀS 15h15min

A Câmara de Vereadores de Coronel Freitas/SC, representada neste ato por seu Presidente, Sr. Maurício Sirtuli, com sede na Rua Amazonas, 39, Coronel Freitas/SC, torna público que realizará PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO, do tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO, visando EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA DE VEREADORES DE CORONEL FREITAS. Detalhes no Edital de Pregão nº 02/2020, que se encontra no site www.camaracoronelfreitas.sc.gov.br. Informações pelo telefone: (49) 3347-0424 ou e-mail contato@camaracoronelfreitas.sc.gov.br.

Coronel Martins

PREFEITURA

PORTARIA N° 099/2020

Publicação N° 2551379

PORTARIA N°. 099 DE 03 DE JULHO DE 2020

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade, do interesse público e da publicidade;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período de referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (Trinta) dias no período de 06 de Julho de 2020 á 04 de Agosto de 2020

NOME	CARGO	REFERENCIA
Roberto Cezar Chitto	Motorista	04/07/2019 á 03/07/2020

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário,
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 03 de Julho de 2020

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Chefe de Gabinete

PORTARIA N° 100/2020

Publicação N° 2551424

PORTARIA N°.100 DE 06 DE JULHO DE 2020

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade, do interesse público e da publicidade;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período de referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (Trinta) dias no período de 13 de Julho de 2020 á 11 de Agosto de 2020.

NOME	CARGO	REFERENCIA
Volnei Bottega	Agente Comunitário de Saúde	01/09/2018 á 31/08/2019

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário,
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 06 de Julho de 2020

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Chefe de Gabinete

Correia Pinto**PREFEITURA****DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO N° 36/2020 PMCP**

Publicação N° 2552521

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO N° 36/2020 PMCP

O Município de Correia Pinto, através da Secretaria de Administração e da Comissão Permanente de Licitação, nos termos do artigo 24, X da Lei 8.666/93, declara a Dispensa de Licitação para locação de imóvel, sob Matrícula 9.721 do 3º Ofício de Registro de Imóveis de Lages/SC, destinado a exploração unidade de triagem de resíduos de construção civil, situado na Localidade denominado Campinho do Tributo, no Município de Correia Pinto/SC. Conforme artigo 24, inciso X da lei 8.666/93. O valor será de R\$: 1.400,00 (um mil, e quatrocentos reais) mensais. O contratado é Idiomar Hasse Macedo, CPF: 054.404.699-40. A presente declaração encontra-se justificada conforme parecer jurídico e processo de Dispensa de Licitação.

Correia Pinto, 06 de julho de 2020.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO 352/2020 FHMCP - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL - 02/2018 FHMCP

Publicação N° 2551524

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 02/2018 FHMCP
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato n° 0352/2020 FHMCP

Partes: Município de Correia Pinto/SC e LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MARTINS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob n° 95.878.138/0001-02.

Objeto: Prestação de serviços de exames laboratoriais, para a Fundação Hospitalar Municipal de Correia Pinto.

Vigência: 29/06/2020 à 31/12/2020.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

Corupá

PREFEITURA

PORTARIA Nº 5712/2020

Publicação Nº 2552731

PORTARIA Nº 5712/2020

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2020 E Nº 048/2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela fiscalização e acompanhamento das atas de registro de preços nº 047/2020 e nº 048/2020, a senhora SILVANA WILLE, matrícula funcional nº 797101, ocupante do cargo de Diretora de Recursos Humanos, Lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, cujo objeto desta ata de registro de preço visa a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA DO TRABALHO, RELACIONADOS À SAÚDE OCUPACIONAL DOS SERVIDORES, UTILIZADOS PARA TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, conforme especificações e quantidades constantes do Termo de Referência e Anexo I - Quantitativo.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução das atas de registro de preços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
07 de julho de 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2020

Publicação Nº 2545180

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇOS
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2020.
PROCESSO LICITATÓRIO 061/2020

AQUISIÇÃO DE UM GPS GEODÉSICO – RTK GNSS PARA AUXILIAR NAS MEDIÇÕES DAS ÁREAS PRODUTIVAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, COM RECURSOS DO CONVÊNIO 871483/2018 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, conforme especificações e quantidades elencadas no Termo de Referência e Anexo I - Quantitativos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 07h do dia 07/07/2020 às 08:30 horas do dia 17/07/2020.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09:00h do dia 17/07/2020.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site corupa.atende.net.

HORÁRIO: das 07h às 13h.

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 07 de Julho de 2020

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2020

Publicação N° 2545174

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇOS

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2020.

PROCESSO LICITATÓRIO 059/2020

AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA 4X4 NOVA E UMA PLAINA TRASEIRA HIDRÁULICA, VISANDO SUA UTILIZAÇÃO NA EXECUÇÃO DE OBRAS E DEMAIS TRABALHOS REALIZADOS PELO MUNICÍPIO, COM RECURSOS DO CONVÊNIO 892241/2019 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, conforme especificações e quantidades elencadas no Termo de Referência e Anexo I - Quantitativos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 07h do dia 07/07/2020 às 08:30horas do dia 17/07/2020.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09:00h do dia 17/07/2020.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site corupa.atende.net.

HORÁRIO: das 07h às 13h.

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 07 de Julho de 2020

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

Cunha Porã

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 105, DE 25 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2551591

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Espécie do Contrato: Contrato Administrativo nº 105/2020.

Das Partes: MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ E EMPRESA MARCUS V. F. D'AGOSTINI EIRELI – EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 85.310.225/0005-20

Do Objeto: CONTRATAÇÃO DE FARMÁCIAS e/ou DROGARIAS para fornecimento de medicamentos (destinados a pacientes em situação de vulnerabilidade, grave ou de urgência, e ainda por ordem judicial, dos quais a Secretaria Municipal de Saúde não possui em estoque), constantes nas Tabelas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária: 2) Preços de Medicamentos para Compras Públicas – Versão atualizada - caso os medicamentos não constem na referida tabela será utilizada a Tabela: 1) Preços de Medicamentos (Preço Fábrica e Preço Máximo ao Consumidor) – Versão atualizada, referente aos preços aplicados no Estado de Santa Catarina – Coluna ICMS 17% - PF (Preço de Fábrica) e nos casos de ordem judicial Coluna ICMS 17% - PMVG (Preço Máximo de Venda ao Governo) nos termos da Resolução nº 3 de 02 de março de 2011, podendo ser acessadas através do seguinte site, www.anvisa.gov.br, acessando os links: Pós comercialização / Pós uso - Regulação de Mercado - Lista de Preços de Medicamentos:

Percentual de desconto sobre o valor do medicamento nas referidas tabelas:

ITEM 01 - 15% (quinze por cento) para medicamentos de referência;

ITEM 02 - 25% (vinte e cinco por cento) para medicamentos genéricos; e

ITEM 03 - 35% (trinta e cinco por cento) para medicamentos similares.

LINK DIRETO: <http://portal.anvisa.gov.br/listas-de-precos>

Processo Licitatório: 474/2020

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação/Credenciamento nº 05/2020

Do Valor Total do Contrato: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

Data do Contrato: 25/06/2020

Da vigência do Contrato: 25/06/2020 à 31/12/2020

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 106, DE 01 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2551602

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Espécie do Contrato: Contrato Administrativo nº 106/2019.

Primeiro termo aditivo ao Contrato Administrativo 189/2019

Das Partes: MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ E EMPRESA SIGMA EMPREENDIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 78.668.704/0001-24

Do Objeto: O presente aditivo de prazo ocorre em comum acordo entre as partes, conforme previsão na Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 189/2019, celebrado em 04 de novembro de 2019, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL – EXECUÇÃO INDIRETA DA PRIMEIRA ETAPA DO PROJETO DE AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL NÚCLEO NÚMERO UM, LOCALIZADA NA RUA FERNANDO FERRARI, BAIRRO CIDADE ALTA, MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ/SC, COM ÁREA TOTAL DE 167,13 M², TUDO EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

Processo Licitatório: 1285/2019

Modalidade: Tomada de Preços nº 09/202019

Data do Contrato: 01/07/2020

Da vigência do Contrato: 01/07/2020 à 31/08/2020

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 98, DE 09 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2551582

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Espécie do Contrato: Contrato Administrativo nº 98/2020.

Das Partes: MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ E EMPRESA HAACK INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.477.853/0001-35

Previsão Orçamentária:

Órgão: 07 SECRET. DE INFRA ESTRUTURA

Unidade: 02 DPTO. DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

Dotação: 26780172.0300

Do Objeto: CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE TRANSPORTE E SERRAGEM DE 23,50 M³ DE MADEIRA (PINUS AMERICANO) DOADA PELO DNIT – DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, ORIUNDA DE SUPRESSÃO VEGETAL REALIZADA NA RODOVIA BR 282, TRECHO LOCALIZADO NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC
Processo Licitatório: 503/2020

Modalidade: Dispensa de Licitação por Limite de Preço nº 456/2020

Do Valor Total do Contrato: R\$ 6.815,00 (seis mil, oitocentos e quinze reais)

Data do Contrato: 09/06/2020

Da vigência do Contrato: 09/06/2020 à 08/07/2020

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 445, DE 03 DE JULHO DE 2020.

Publicação Nº 2552009

PORTARIANº 445, de 03 de Julho de 2020.

RETIFICA A PORTARIA Nº 302, DE 08 DE ABRIL DE 2020 QUE CONCEDEU LICENÇA PRÊMIO AOS SERVIDORES MUNICIPAIS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o erro material contido na portaria Nº 302, de 08 de abril de 2020;

CONSIDERANDO a possibilidade de a Administração Pública rever os seus atos, nos termos da Súmula nº 473 do STF.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica Retificada a Portaria Nº 302, de 08 de abril de 2020, onde se lê:

Art. 1º - CONCEDER Licença Prêmio, de 15 (quinze) dias a partir de 02 de abril de 2020 até 16 de abril de 2020, aos servidores Municipais:

Nome Período aquisitivo Matrícula

Adriana de Oliveira Kruger 01.08.11 a 01.08.16 2001-0

Andrea Marion Fischer 20.12.12 a 20.12.17 1428-1

Carla Tais Friedrich 02.06.11 a 02.06.16 3139-9

Iluci Dondoerfer Wolff 05.08.10 a 11.04.16 549-5

Luciane Kuhn Grade 04.02.12 a 04.02.17 677-7

Silvana de Vargas Lenz 03.02.14 a 03.02.19 871-0

Leia-se:

Art. 1º - CONCEDER Licença Prêmio, de 15 (quinze) dias a partir de 02 de abril de 2020 até 16 de abril de 2020, aos servidores Municipais:

Nome Período aquisitivo Matrícula

Adriana Kruger Gonçalves 01.02.12 a 01.02.17 1328-5

Andrea Marion Fischer 20.12.12 a 20.12.17 1428-1

Carla Tais Friedrich 02.06.11 a 02.06.16 3139-9

Iluci Dondoerfer Wolff 05.08.10 a 11.04.16 549-5

Luciane Kuhn Grade 04.02.12 a 04.02.17 677-7

Silvana de Vargas Lenz 03.02.14 a 03.02.19 871-0

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 02/04/2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 03 de Julho de 2020.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA N° 446, DE 03 DE JULHO DE 2020.

Publicação N° 2552028

PORTARIAN° 446, de 03 de julho de 2020.

RETIFICA A PORTARIA N° 327, DE 17 DE ABRIL DE 2020 QUE PRORROGOU A LICENÇA PRÊMIO CONCEDIDA AOS SERVIDORES MUNICIPAIS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PELA PORTARIA N° 302, DE 08 DE ABRIL DE 2020 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o erro material contido na portaria N° 327, de 17 de abril de 2020;
CONSIDERANDO a possibilidade de a Administração Pública rever os seus atos, nos termos da Súmula nº 473 do STF.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica Retificada a Portaria N° 327, de 17 de abril de 2020, onde se lê:

Art. 1º - PRORROGAR a Licença Prêmio concedida, pela portaria N° 302, de 08 de abril de 2020 aos Servidores Municipais Efetivos da Secretaria de Educação, por mais 15 (quinze) dias, a partir de 17 de abril de 2020 até 01 de maio de 2020, aos servidores Municipais:

Nome Período aquisitivo Matrícula

Adriana de Oliveira Kruger 01.08.11 a 01.08.16 2001-0

Andrea Marion Fischer 20.12.12 a 20.12.17 1428-1

Carla Tais Friedrich 02.06.11 a 02.06.16 3139-9

Iluci Dondoerfer Wolff 05.08.10 a 11.04.16 549-5

Luciane Kuhn Grade 04.02.12 a 04.02.17 677-7

Leia-se:

Art. 1º - PRORROGAR a Licença Prêmio concedida, pela portaria N° 302, de 08 de abril de 2020 aos Servidores Municipais Efetivos da Secretaria de Educação, por mais 15 (quinze) dias, a partir de 17 de abril de 2020 até 01 de maio de 2020, aos servidores Municipais:

Nome Período aquisitivo Matrícula

Adriana Kruger Gonçalves 01.02.12 a 01.02.17 1328-5

Andrea Marion Fischer 20.12.12 a 20.12.17 1428-1

Carla Tais Friedrich 02.06.11 a 02.06.16 3139-9

Iluci Dondoerfer Wolff 05.08.10 a 11.04.16 549-5

Luciane Kuhn Grade 04.02.12 a 04.02.17 677-7

Silvana de Vargas Lenz 03.02.14 a 03.02.19 871-0

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 17/04/2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 03 de julho de 2020.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA N° 447, DE 06 DE JULHO DE 2020.

Publicação N° 2552042

PORTARIAN° 447, de 06 de julho de 2020.

RETIFICA A PORTARIA N° 407, DE 22 DE JUNHO DE 2020, QUE NOMEOU POR CONCURSO FRANCIELE TAIS ECKER POHLENZ PARA O CARGO EFETIVO DE AGENTE ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o erro material contido na portaria N° 407, de 22 de junho de 2020;
CONSIDERANDO a possibilidade de a Administração Pública rever os seus atos, nos termos da Súmula nº 473 do STF.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica Retificada a Portaria N° 407, de 22 de junho de 2020, onde se lê:

Art. 1º. NOMEAR, em 22 de junho de 2020, FRANCIELE TAIS ECKER POHLENZ para o cargo efetivo de Agente Administrativo, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo 3,0 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) mensais,

constantes no Anexo III e IV da Lei Complementar 077, de 13 de março de 2020.

Leia-se:

Art. 1º. NOMEAR, em 22 de junho de 2020, FRANCIELE TAIS ECKER POHLENZ para o cargo efetivo de Agente Administrativo, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo 3,0 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) mensais, constantes no Anexo III e IV da Lei Complementar 077, de 13 de março de 2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 22 de junho de 2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 06 de julho de 2020.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

Cunhataí

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N°. 065/2020 DE 07 DE JULHO DE 2020

Publicação N° 2552759

DECRETO MUNICIPAL N°. 065/2020 DE 07 DE JULHO DE 2020.

“ALTERA O DECRETO MUNICIPAL N°. 009/2020 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2020, QUE DISPÕE SOBRE AS CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS MUNICIPAIS DURANTE O PERÍODO ELEITORAL, ESTABELECE O PROCEDIMENTO DE APURAÇÃO E SANÇÃO DE TAIS CONDUTAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, no uso de suas atribuições legais, especialmente o estabelecido no artigo 100, inciso I da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Emenda Constitucional N.º 107 que “adia, em razão da pandemia da Covid-19, as eleições municipais de outubro de 2020 e os prazos eleitorais respectivos.

DECRETA:

Art. 1º. O Decreto Municipal N.º 009/2020, de 04 de fevereiro de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º.
.....

§2º. A realização de solenidades administrativas; inaugurações; congressos e seminários técnicos; feiras; exposições e quaisquer outros eventos está vinculada à observância dos preceitos da Legislação Eleitoral, ficando o agente público municipal proibido, a partir de 15 de agosto de 2020, de permitir a participação ou permanência de qualquer candidato nas inaugurações de obras públicas.

Art. 4º. A partir do dia 15 de agosto de 2020 até o dia 16 de novembro de 2020 fica proibida a publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral.

§1º. Poderá ser realizada a publicidade institucional de atos e campanhas dos órgãos públicos municipais destinados ao enfrentamento à pandemia da Covid-19 e à orientação da população quanto a serviços públicos e a outros temas afetados pela pandemia, inclusive no período de proibição do caput do artigo 4º. do presente Decreto.

§2º. A publicidade “on-line” do Município será desativada em 14 de agosto de 2020, retornando em 16 de novembro de 2020”.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cunhataí, Santa Catarina em 07 de julho de 2020.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal

AUGUSTO DIEL MARSCHALL
Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO MUNICIPAL N°. 066/2020 DE 07 DE JULHO DE 2020

Publicação N° 2552767

DECRETO MUNICIPAL N°. 066/2020 DE 07 DE JULHO DE 2020.

“REGULAMENTA A LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE CUNHATAÍ”.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 100, inciso I da Lei Orgânica do Município de Cunhataí, e observando o disposto na Lei Federal n°. 10.520 de 17 de julho de 2002, que “Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências”.

DECRETA:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, que poderá ser utilizado pelos órgãos da administração pública municipal de Cunhataí, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, incluídos os serviços comuns de engenharia, no âmbito da administração pública municipal direta e indireta.

Parágrafo único. Para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, com a utilização de recursos da União ou do Estado, decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica será obrigatória, exceto nos casos em que a Lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa as contratações com os recursos do repasse.

Art. 2º. O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.

§ 1º. O princípio do desenvolvimento sustentável será observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e/ou entidades envolvidos.

§ 2º. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Art. 3º. Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - Aviso do Edital - documento que contém:

- a) a definição precisa, suficiente e clara do objeto;
- b) a indicação do local, data e do horário em que poderá ser lido ou obtido o Edital; e
- c) o endereço eletrônico no qual ocorrerá a sessão pública com a data e o horário de sua realização;

II - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo Edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;

III - bens e serviços especiais - bens que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade técnica, não podem ser considerados bens e serviços comuns, nos termos do inciso II;

IV - lances intermediários - lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, porém inferiores ao último lance dado pelo mesmo licitante;

V - obra - construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de bem imóvel, realizada por execução direta ou indireta;

VI - serviço - atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da administração pública;

VII - serviço comum de engenharia - atividade ou conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, nos termos do disposto na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado;

VIII - termo de referência - documento que deverá conter:

a) os elementos que embasam a avaliação do custo pela administração pública, a partir dos padrões de desempenho e qualidade estabelecidos e das condições de entrega do objeto, com as seguintes informações:

- 1. a definição do objeto contratual e dos métodos para a sua execução, vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem ou frustrem a competição ou a realização do certame;
- 2. o valor estimado do objeto da licitação demonstrado em planilhas, de acordo com o preço de mercado; e
- 3. o cronograma físico-financeiro, se necessário;

- b) o critério de aceitação do objeto;
- c) os deveres do contratado e do contratante;
- d) a relação dos documentos essenciais à verificação da qualificação técnica e econômico-financeira, se necessária;
- e) os procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato ou da ata de registro de preços;
- f) o prazo para execução do contrato; e

g) as sanções previstas de forma objetiva, suficiente e clara.

Parágrafo único. A classificação de bens e serviços como comuns depende de exame predominantemente fático e de natureza técnica.

Art. 4º. O pregão, na forma eletrônica, não se aplica a:

I - contratações de obras;

II - locações imobiliárias e alienações; e

III - bens e serviços especiais, incluídos os serviços de engenharia enquadrados no disposto no inciso III do caput do art. 3º.

CAPÍTULO II DOS PROCEDIMENTOS

Art. 5º. O pregão, na forma eletrônica, será realizado quando a disputa pelo fornecimento de bens ou pela contratação de serviços comuns ocorrer à distância e em sessão pública, por meio do Sistema de Compras e plataforma específica a serem disponibilizados pelo município.

§ 1º. O sistema de que trata o caput será dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam as condições de segurança nas etapas do certame.

§ 2º. Na hipótese de que trata o parágrafo único do art. 1º, além do disposto no caput, o sistema a ser utilizado deverá estar integrado à plataforma de operacionalização das modalidades de transferências voluntárias do ente federativo realizador da transferência voluntária.

Art. 6º. A realização do pregão, na forma eletrônica, observará as seguintes etapas sucessivas:

I - planejamento da contratação;

II - publicação do aviso de Edital;

III - apresentação de propostas e de documentos de habilitação;

IV - abertura da sessão pública e envio de lances, ou fase competitiva;

V - julgamento;

VI - habilitação;

VII - recurso;

VIII - adjudicação; e

IX - homologação.

Art. 7º. Os critérios de julgamento empregados na seleção da proposta mais vantajosa para a administração serão os de menor preço ou maior desconto, conforme dispuser o Edital.

Parágrafo único. Serão fixados critérios objetivos para definição do melhor preço, considerados os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade, as diretrizes do plano de gestão de logística sustentável e as demais condições estabelecidas no Edital.

Art. 8º. O processo relativo ao pregão, na forma eletrônica, será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:

I - termo de referência;

II - planilha estimativa de despesa;

III - previsão dos recursos orçamentários necessários, com a indicação das rubricas, exceto na hipótese de pregão para registro de preços;

IV - autorização de abertura da licitação;

V - designação do pregoeiro e da equipe de apoio;

VI - Edital e respectivos anexos;

VII - minuta do termo do contrato, ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;

VIII - parecer jurídico;

IX - documentação exigida e apresentada para a habilitação;

X - proposta de preços do licitante;

XI - ata da sessão pública, que conterá os seguintes registros, entre outros:

a) os licitantes participantes;

b) as propostas apresentadas;

c) os avisos, os esclarecimentos e as impugnações;

d) os lances ofertados, na ordem de classificação;

e) a suspensão e o reinício da sessão, se for o caso;

f) a aceitabilidade da proposta de preço;

g) a habilitação;

h) a decisão sobre o saneamento de erros ou falhas na proposta ou na documentação;

i) os recursos interpostos, as respectivas análises e as decisões; e

j) o resultado da licitação;

XII - comprovantes das publicações:

a) do aviso do Edital;

b) do extrato do contrato; e

c) dos demais atos cuja publicidade seja exigida; e

XIII - ato de homologação.

§ 1º. A instrução do processo licitatório poderá ser realizada por meio de sistema eletrônico, de modo que os atos e os documentos de que trata este artigo, constantes dos arquivos e registros digitais, serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas.

§ 2º. A ata da sessão pública será disponibilizada na internet imediatamente após o seu encerramento, para acesso livre.

CAPÍTULO III

DO ACESSO AO SISTEMA ELETRÔNICO

Art. 9º. A autoridade ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio e os licitantes que participarem do pregão, na forma eletrônica, deverão estar previamente credenciados junto ao provedor do sistema eletrônico.

§ 1º. O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

§ 2º. Caberá à autoridade ou a entidade promotora da licitação solicitar, junto ao provedor do sistema, o seu credenciamento, o do pregoeiro e o dos membros da equipe de apoio.

Art. 10. O credenciamento prévio junto ao provedor do sistema, permite a participação dos interessados em qualquer pregão, na forma eletrônica, exceto quando o respectivo cadastro tenha sido inativado ou excluído por solicitação do credenciado ou por determinação legal.

Art. 11. Preferencialmente utilizar-se-á o sistema comprasnet para as licitações que se aplicam ao presente Decreto no âmbito da administração municipal de Cunhataí.

CAPÍTULO IV

DA CONDUÇÃO DO PROCESSO

Art. 12. O pregão, na forma eletrônica, será conduzido pelo setor de compras e licitações.

Art. 13. Caberá ao chefe do Poder Executivo:

I - designar o pregoeiro e os membros da equipe de apoio.

II - determinar a abertura do processo licitatório;

III - decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;

IV - adjudicar o objeto da licitação, quando houver recurso;

V - homologar o resultado da licitação; e

VI - celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços.

Parágrafo único. As providências de que tratam os incisos II e VI, também poderão determinadas ou executadas pelo presidente do fundo municipal envolvido, quando for o caso.

CAPÍTULO V

DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Art. 14. No planejamento do pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:

I - realização de estudos preliminares e elaboração do termo de referência;

II - aprovação do termo de referência pela autoridade competente ou por quem está delegar;

III - elaboração do Edital, que estabelecerá os critérios de julgamento e a aceitação das propostas, o modo de disputa e, quando necessário, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

IV - definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, dos prazos e das condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e a execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração pública.

Art. 15. O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente do Edital, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

§ 1º. Para fins do disposto no caput, o valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

§ 2º. Nas hipóteses em que for adotado o critério de julgamento pelo maior desconto, o valor estimado, o valor máximo aceitável ou o valor de referência para aplicação do desconto constará obrigatoriamente do instrumento convocatório.

Art. 16. Caberá ao Chefe do Executivo designar agentes públicos para o desempenho das funções deste Decreto, observados os seguintes requisitos:

I - o pregoeiro e os membros da equipe de apoio serão servidores ocupantes de cargo efetivo ou comissionado, lotados preferencialmente no setor de compras e licitações;

II - os membros da equipe de apoio serão, em sua maioria, servidores ocupantes de cargo efetivo;

Parágrafo único. A critério da autoridade competente, o pregoeiro e os membros da equipe de apoio poderão ser designados para uma licitação específica ou para um período determinado, admitidas reconduções, ou por período indeterminado, permitida a revogação da designação a qualquer tempo.

Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:

I - conduzir a sessão pública;

II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao Edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no Edital;

IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances;

V - verificar e julgar as condições de habilitação;

VI - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

VIII - indicar o vencedor do certame;

IX - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

X - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

XI - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

Parágrafo único. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, mediante a indicação precisa da dúvida ou controvérsia, a fim de subsidiar sua decisão.

Art. 18. Caberá à equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas etapas do processo licitatório.

Art. 19. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

I - credenciar-se previamente a o §2º do art. 5º, no sistema eletrônico utilizado no certame;

II - remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

III - responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

IV - acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

V - comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

VI - utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

VII - solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

CAPÍTULO VI

DA PUBLICAÇÃO DO AVISO DO EDITAL

Art. 20. A fase externa do pregão, na forma eletrônica, será iniciada com a convocação dos interessados por meio da publicação do aviso do Edital no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, no sítio eletrônico oficial do Município de Cunhataí (www.cunhatai.sc.gov.br), e no portal do sistema utilizado para a realização do pregão.

Parágrafo único. Na hipótese de que trata o parágrafo único do art. 1º, a publicação também ocorrerá na imprensa oficial.

Art. 21. Modificações no Edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

Art. 22. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do Edital.

§ 1º. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

§ 2º. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

Art. 23. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do Edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no Edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

§ 2º. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

§ 3º. Acolhida a impugnação contra o Edital, e não sendo o caso de revogação ou anulação, e definidas as retificações decorrentes, será definida e publicada nova data para realização do certame.

CAPÍTULO VII

DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Art. 24. O prazo fixado para a apresentação das propostas e dos documentos de habilitação não será inferior a oito dias úteis, contado da data de publicação do aviso do Edital.

Art. 25. Após a divulgação do Edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no Edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

§ 1º. A etapa de que trata o caput será encerrada com a abertura da sessão pública.

§ 2º. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do sistema informatizado utilizado pelo Município, ficando assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.

§ 3º. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no Edital, nos termos do disposto no caput, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

§ 4º. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do Edital.

§ 5º. A falsidade da declaração de que trata o § 4º sujeitará o licitante às sanções previstas em Lei, neste Decreto e no Edital da licitação.

§ 6º. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

§ 7º. Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, observado o disposto no caput, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o Capítulo IX.

§ 8º. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

§ 9º. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o § 2º do art. 37.

CAPÍTULO VIII

DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DO ENVIO DE LANCES

Art. 26. A partir do horário previsto no Edital, a sessão pública na internet será aberta pelo pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

§ 1º. Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

§ 2º. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

Art. 27. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.

Parágrafo único. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

Art. 28. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro.

Parágrafo único. Somente as propostas classificadas pelo pregoeiro participarão da etapa de envio de lances.

Art. 29. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

§ 1º. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

§ 2º. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no Edital.

§ 3º. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, ainda que em valor superior ao menor lance até então registrado, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

§ 4º. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

§ 5º. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

Art. 30. Serão adotados para o envio de lances no pregão eletrônico os seguintes modos de disputa:

I - aberto - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no Edital; ou

II - aberto e fechado - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado no Edital.

Parágrafo único. No modo de disputa aberto, o Edital preverá intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

Art. 31. No modo de disputa aberto, de que trata o inciso I do caput do art. 30, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

§ 1º. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o caput, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

§ 2º. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no caput e no § 1º, a sessão pública será encerrada automaticamente.

§ 3º. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no § 1º, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º, mediante justificativa.

Art. 32. No modo de disputa aberto e fechado, de que trata o inciso II do caput do art. 30, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos.

§ 1º. Encerrado o prazo previsto no caput, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

§ 2º. Encerrado o prazo de que trata o § 1º, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

§ 3º. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o § 2º, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

§ 4º. Encerrados os prazos estabelecidos nos § 2º e § 3º, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

§ 5º. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos § 2º e § 3º, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no § 4º.

§ 6º. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no § 5º.

Art. 33. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

Art. 34. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

Art. 35. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

Art. 36. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do art. 35, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

Parágrafo único. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

CAPÍTULO IX DO JULGAMENTO

Art. 37. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no Edital.

§ 1º. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

§ 2º. O instrumento convocatório deverá estabelecer prazo de, no mínimo, duas horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o caput.

Art. 38. Encerrada a etapa de negociação de que trata o art. 37, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no Edital, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 25, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do Edital, observado o disposto no Capítulo X.

CAPÍTULO X DA HABILITAÇÃO

Art. 39. Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa:

I - à habilitação jurídica;

II - à qualificação técnica;

III - à qualificação econômico-financeira;

IV - à regularidade fiscal e trabalhista;

V - à regularidade fiscal perante as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal, quando necessário; e

VI - ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição e no inciso XVIII do caput do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 40. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

Parágrafo único. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos de que trata o caput serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

Art. 41. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, serão exigidas:

I - a comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, com indicação da empresa líder, que atenderá às condições de liderança estabelecidas no Edital e representará as consorciadas perante o Município;

II - a apresentação da documentação de habilitação especificada no Edital por empresa consorciada;

III - a comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada empresa consorciada, na forma estabelecida no Edital;

IV - a demonstração, por cada empresa consorciada, do atendimento aos índices contábeis definidos no Edital, para fins de qualificação econômico-financeira;

V - a responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas etapas da licitação e durante a vigência do contrato;

VI - a obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras, observado o disposto no inciso I; e

VII - a constituição e o registro do consórcio antes da celebração do contrato.

Parágrafo único. Fica vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por meio de mais de um consórcio ou isoladamente.

Art. 42. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados nos termos do disposto no art. 25.

§ 1º. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido no Edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, observado o prazo disposto no § 2º do art. 37.

§ 2º. A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

§ 3º. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará

a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

§ 4º. Na hipótese de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o Edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada exclusivamente via sistema, no prazo fixado no Edital, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

§ 5º. No pregão, na forma eletrônica, realizado para o sistema de registro de preços, quando a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora, precedida de posterior habilitação, nos termos do disposto no Capítulo X.

§ 6º. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

§ 7º. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

CAPÍTULO XI DO RECURSO

Art. 43. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

§ 1º. As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de três dias úteis.

§ 2º. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

§ 3º. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no caput, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 4º. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

CAPÍTULO XII DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

Art. 44. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do disposto no inciso IV do caput do art. 13.

Art. 45. Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação, nos termos do disposto no inciso IX do caput do art. 17.

CAPÍTULO XIII DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

Art. 46. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

Parágrafo único. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o caput, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

CAPÍTULO XIV DA CONTRATAÇÃO

Art. 47. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no Edital.

§ 1º. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 2º. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo da aplicação das sanções de que trata o art. 48.

§ 3º. O prazo de validade das propostas será de sessenta dias, se outro prazo não for fixado no Edital.

CAPÍTULO XV

DA SANÇÃO

Art. 48. Ficará impedido de licitar e de contratar com o município, e será descredenciado, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

I - não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

II - não entregar a documentação exigida no Edital;

III - apresentar documentação falsa;

IV - causar o atraso na execução do objeto;

V - não manter a proposta;

VI - falhar na execução do contrato;

VII - fraudar a execução do contrato;

VIII - comportar-se de modo inidôneo;

IX - declarar informações falsas; e

X - cometer fraude fiscal.

§ 1º. As sanções descritas no caput também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

§ 2º. As sanções serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, no sítio eletrônico oficial do Município de Cunhataí (www.cunhatai.sc.gov.br), e registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

**CAPÍTULO XVI
DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO**

Art. 49. A autoridade competente para homologar o procedimento licitatório de que trata este Decreto poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

Parágrafo único. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

**CAPÍTULO XVII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 50. Os horários estabelecidos no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário oficial de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Art. 51. Os participantes de licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Decreto e qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

Art. 52. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

Art. 53. Os arquivos e os registros digitais relativos ao processo licitatório permanecerão à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 54. Compete ao chefe do poder executivo editar orientações complementares, bem como dirimir os casos omissos.

Art. 55. Para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse firmados com a União ou com o Estado, em que seja obrigatória a utilização da modalidade de pregão na forma eletrônica, deverão ser igualmente observadas, respectivamente, as regras e exigências do referido ente, especialmente o Decreto Federal nº 10.024/2019 e Decreto Estadual nº 2.617/2009, com suas alterações, ou outra norma que venha a substituí-los, exceto nos casos em que a Lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa as contratações com os recursos do repasse.

Art. 56. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 57. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cunhataí, Santa Catarina em 07 de julho de 2020.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal

AUGUSTO DIEL MARSCHALL
Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO MUNICIPAL Nº. 067/2020 DE 07 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2552769

DECRETO MUNICIPAL Nº. 067/2020 DE 07 DE JULHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO NAS LICITAÇÕES REALIZADAS NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO NO MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ/SC”.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, no uso de suas atribuições legais, especialmente o estabelecido no artigo 100, inciso I da Lei Orgânica do Município, da Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e do Decreto Municipal nº. 066/2020 de 07 de julho de 2020. DECRETA:

Art. 1º. Fica designado o servidor CRISTIAN KNORST para exercer a função de Pregoeiro nos processos licitatórios na modalidade de Pregão Eletrônico.

Art. 2º. Ficam designados os servidores LUCAS LUAN ZANCANARO, MAICON LUIS SCHMITZ e MARCELO LUIZ BILDHAUER para integrarem a equipe de apoio nos processos licitatórios na modalidade de Pregão Eletrônico.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cunhataí, Santa Catarina em 07 de julho de 2020.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal

AUGUSTO DIEL MARSCHALL
Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

PORTARIA 124

Publicação Nº 2551587

PORTARIA Nº. 124/2020, DE 06 DE JULHO DE 2020.

“DETERMINA A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA COM BASE NO RELATÓRIO E JULGAMENTO DO PROCESSO DISCIPLINAR Nº. 001/PORTARIA Nº. 036/2020 COM POSTERIOR ARQUIVAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, II, da Lei Orgânica Municipal, combinado com os artigos 177, Art. 181 da Lei Complementar nº 002, de 14 de setembro de 2007 e,

CONSIDERANDO o disposto no PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, com base na LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº. 002/2007 PORTARIA Nº. 036/2020 e a INCIDÊNCIA: ART. 156 CAPUT E INCISO I, ART. 157, CAPUT, C/C ART. 158, III E ART. 161, IX E PARÁGRAFO ÚNICO DA LC Nº. 002/2007;

CONSIDERANDO os trabalhos da Comissão Disciplinar nomeada para compor o andamento do Processo Disciplinar, e as conclusões pelo relatório desta comissão com as provas existentes no processo, com o posterior julgamento;

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a exoneração da servidora Oneide Muller, matrícula nº. 3368601, conforme julgamento disposto no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº. 036/2020.

Art. 2º. Após cumprimento, com a intimação da servidora, archive-se o referido processo disciplinar.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Cunhataí, Santa Catarina em 06 de julho de 2020.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal

AUGUSTO DIEL MARSCHALL
Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

Registrada e publicada em data supra.

Curitibanos

PREFEITURA

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 82/2020

Publicação N° 2552616

REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 82/2020

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ACADEMIA LOCALIZADA NO 2º BBM DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIA.

Os interessados em participar do certame deverão entregar, o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 20/07/2020, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. Após o aprazado para protocolo, será realizada a classificação das propostas apresentadas.

A partir das 14:00 horas do dia 20/07/2020, será realizada sessão pública para a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 06 de Julho de 2020.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Descanso

PREFEITURA

DECRETO Nº 2141/2020, DE 06 DE JULHO DE 2020 - MODIFICA O DECRETO 2135/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2551589

DECRETO Nº 2141/2020, de 06 de julho de 2020.

MODIFICA O DECRETO 2135/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 86, IX da Lei Orgânica de Descanso,

DECRETA

Art. 1º O art. 8º do Decreto municipal nº 2.135/2020, de 11 de julho de 2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º. O presente decreto vigorará pelo prazo de 180 (cento e oitenta dias).”

Art. 2º. Fica acrescido ao Decreto municipal nº 2.135/2020, de 11 de julho de 2020 o art. 9º com a seguinte redação:

“Art. 9º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.”

Art. 3º. O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, sendo assinado digitalmente.

Descanso, SC, 06 de julho de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei o presente Decreto.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

PORTARIA Nº 15843/2020, DE 29 DE JUNHO DE 2020 - CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE A ANDRÉIA CRISTIANE DOBNER.

Publicação Nº 2551740

PORTARIA Nº 15843/2020, de 29 de junho de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. Art. 183, da Lei Orgânica, conforme redação dada pela Lei nº 1334/2014, de 04 de junho de 2014, resolve:

CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE

a ANDRÉIA CRISTIANE DOBNER, Código: 3.072, ocupante do cargo (266) efetivo de Psicólogo, lotada na Secretaria da Saúde, com atribuições de exercício no Centro Municipal da Saúde Iria Lurdes Daltoé e nos Núcleos de Apoio à Saúde Família - NASF, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pela apresentação de Certidão de Nascimento sob matrícula nº 158287 01 55 2020 1 00018 092 0008278 34, de Antonella Drehmer, nascida em 26.06.2020, registrado no Registro Civil das Pessoas Naturais, pela escrevente substituta Aline Drascewski, de Descanso – SC, em que será concedida Licença Maternidade, pelo período de 26 de junho de 2020 até 22 de dezembro de 2020, e seus efeitos retroativos a 26 de junho de 2020.

Descanso - SC, 29 de junho de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

PORTARIA Nº 15844/2020, DE 01 DE JULHO DE 2020 - ESTABELECE HORÁRIO DE TRABALHO DE JANIRA PADILHA.

Publicação Nº 2551741

PORTARIA Nº 15844/2020, de 01 de julho de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de

acordo com o Art. 47, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

ESTABELECE HORÁRIO DE TRABALHO

de JANIRA PADILHA, Código: 3.223, ocupante do cargo (237) efetivo de Zelador, lotada na Secretaria da Saúde, com exercício das atribuições do cargo no Centro Municipal de Saúde Iria Lurdes Daltoé, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, com carga horária de 40 horas semanais, em dois turnos, sendo: no período matutino das 08h00min às 12h00min e no período vespertino das 13h30min às 17h30min, de segunda-feira à sexta-feira, e seus efeitos a contar da presente data.

Descanso - SC, de 01 de julho de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

PORTARIA Nº 15845/2020, DE 01 DE JULHO DE 2020 - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO À MÁRCIA TEREZINHA CUNICO BANACHESKI.

Publicação Nº 2551745

PORTARIA Nº 15845/2020, de 01 de julho de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com os artigos 200 a 204, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

à MÁRCIA TEREZINHA CUNICO BANACHESKI, Código: 591, ocupante do cargo (102) efetivo de Merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura para exercício das atribuições do cargo na Creche Municipal Professora Gracinha, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso,, a vista do requerimento e, referente ao quinquênio do período aquisitivo de 16 de fevereiro de 2009 a 14 de fevereiro de 2014, sendo o período de gozo a contar de 01 de julho de 2020 a 30 de julho de 2020, restando 01 (um) mês para ser usufruído em nova data.

Descanso - SC, 01 de julho de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

PORTARIA Nº 15846/2020, DE 01 DE JULHO DE 2020 - A D M I T I R ISABELY MASUTTI.

Publicação Nº 2551748

PORTARIA Nº 15846/2020, de 01 de julho de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas de acordo com o artigo 303, da Lei nº 086/91, 27.12.91, alterado pela Lei nº 106/97, de 22.09.97, Lei nº 1.378/2014, alterada pela Lei nº 1681/2019, de 18 de abril de 2019, Lei nº 354/2001 de 18.12.2001, artigo 37, inciso IX e artigo 40, § 13 da CF - Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.98, Edital de Processo Seletivo nº 01/2019, de 09 de abril de 2019, homologado pelo Decreto nº 2049/2019, de 24 de julho de 2019:

A D M I T I R

ISABELY MASUTTI, Código: 3.634, portadora do CPF sob nº 031.464.150-54, e Cédula de Identidade sob nº 2137453631, expedida em 27.09.2018, residente e domiciliada a Rua Pedro Lorenski, nº 586, Município de Descanso - SC, para o cargo para o cargo (261) de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, com exercício das atribuições do cargo na Unidade de Saúde - Aline Jaroskeski, na equipe da Estratégia Saúde da Família - ESF-1, em substituição à servidora Simone Hochscheidt Mallmann, que está afastada por ser parte do grupo de risco do coronavírus, uma vez que é gestante, e adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de agosto de 2019, pelo período de 01 de julho de 2020 a 18 de dezembro de 2020, salvo determinação em contrário.

Descanso - SC, 01 de julho de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

PORTARIA Nº 15847/2020, DE 03 DE JULHO DE 2020 - NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DESCANSO, ÓRGÃO DELIBERATIVO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS - ALTERAR PORTARIA Nº 14986/2019, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2551753

PORTARIA Nº 15847/2020, de 03 de julho de 2020.

NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DESCANSO, ÓRGÃO DELIBERATIVO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que estabelece o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e Lei nº 1526/2017, de 28 de Junho de 2017, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14986/2019, de 01 de outubro de 2019

Art. 1º Nomear o Conselho Municipal de Saúde, órgão deliberativo do Sistema Único de Saúde, no âmbito Municipal, que tem como objetivo a elaboração, implementação, acompanhamento e fiscalização dos programas de saúde pública no âmbito do município de Descanso e competências conforme art. 3º da Lei nº 1526/2017, de 28.06.2017.

Art. 2º O Conselho Municipal de Saúde é composto por membros efetivos e seus respectivos suplentes, representantes do Governo Municipal, prestadores de serviços, profissionais de saúde do SUS e entidades usuárias do Sistema, a seguir nominados:

I - REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL

1 - Secretaria Municipal de Saúde	
Membro Efetivo: Cleber Luiz Rech	Suplente: Alesandra Tumelero
2 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura	
Membro Efetivo: Tamara Silvestre	Suplente: Elizete Terezinha Daltoé
3 - Secretaria Municipal do Bem Estar Social	
Membro Efetivo: Maiara Verona	Suplente: Zelio da Silva

II - REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

1 – Fundação Médica Assistencial dos Trabalhadores Rurais de Descanso	
Membro Efetivo: Andrei Rogerio Trindade	Suplente: Paulo Cesar Busnello
2 – APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Descanso	
Membro Efetivo: Adriana Balbinot	Suplente: Aline Miotto Adler

III - REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DO SUS

1 – Profissionais de Saúde do SUS	
1.1 - Membro Efetivo: Josemir Werlang	Suplente: Silvia Orlandini
1.2 - Membro Efetivo: Monica Regina Friederichs	Suplente: Andreia Cristiane Dobner
1.3 - Membro Efetivo: Urssula Rietzel	Suplente: Laura Zandoná
1.4 - Membro Efetivo: Viviane Bordin Missio	Suplente: Franciele Junges
1.5 - Membro Efetivo: Edilene Lorenski	Suplente: Teresinha Cazzanelli

IV - REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS DO SISTEMA

1 – APP's do Município -	
1.1 – Centro de Educação Infantil e Ensino Fundamental Getúlio Vargas	
1.2 - Centro de Educação do Ensino Fundamental – CEEF de Paulo Henrique Pissaia	
1.1 - Membro Efetivo: Elizane Favero Burin	Suplente: Jéssica Casagrande
1.2 - Membro Efetivo: Elizabete Wichoroski	Suplente: Marilene Ines Heneka Pilati
2 – Grupos de Idosos - Cristo Rei	
Membro Efetivo: Anna Santana Vidi	Suplente: Helena da Silva
3 – Câmara de Dirigentes Lojistas de Descanso – CDL	
Membro Efetivo: Ana Maria Pereira Fleck	Suplente: Bruna Parmegiani
4 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Descanso	
Membro Efetivo: Geraci Previd	Suplente: Maximino Oro
5 – Pastoral da Saúde	
Membro Efetivo: Gabrieli Colussi	Suplente: Rosane Maria Pietrowski Costenaro

6 – Movimento das Mulheres Agricultoras - Camponesas	
Membro Efetivo: Iraci Lourdes Trucollo Colombo	Suplente: Terezinha Bortolotto
7 – Clubes de Serviço - Moto Clube Lameiros do Sossego	
Membro Efetivo: Diego Brugnerotto	Suplente: Ricardo Ferrari
8 – Clubes de Mães Nossa Senhora Aparecida	
Membro Efetivo: Eraci Teresinha Dalla Vecchia	Suplente: Odete Catarina Pelissari
9 – Associações Comunitárias de Habitação Popular de Descanso – Cjto. Hab. Antonio Rech	
Membro Efetivo: Fatima de Bem Dalmago	Suplente: Clarice Bizzollo Pedretti

Art. 3º O mandato dos membros do Conselho terá duração de 02 (dois) anos, ou seja, pelo período de 24 de Setembro de 2019 a 24 de Setembro de 2021, permitida a recondução, sendo que o exercício da função não será remunerada, considerando-se como serviço público relevante e não terão vínculo empregatício.

Art. 4º Esta Portaria surtirá efeitos retroativos a 28 de maio de 2020.

Art. 5º Revogadas as disposições em contrário.

Descanso - SC, 03 de julho de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Cleber Luiz Rech
Secretário da Saúde

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria.

PORTARIA Nº 15848/2020, DE 03 DE JULHO DE 2020 - CONCEDER GOZO DE FÉRIAS DE MARCIONEI LUIZ TESSARO.

Publicação Nº 2551756

PORTARIA Nº 15848/2020, de 03 de julho de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 92, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

CONCEDER GOZO DE FÉRIAS

de MARCIONEI LUIZ TESSARO, Código: 3.484, brasileiro, solteiro, nascido aos 21.11.1997, portador do RG 6.310.061, inscrito no CPF 087.430.289-77, residente e domiciliado à Lª São Valentin, Descanso - SC, ocupante do cargo (57) em comissão de Chefe da Divisão de Esportes, com carga horária de 40 horas semanais, sob o Regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, referente ao período aquisitivo de 02 de abril de 2019 a 01 de abril de 2020, sendo o período de gozo a contar de 01 de abril de 2020 a 30 de abril de 2020, ou seja, 30 (trinta) dias, conforme previsão do Decreto Municipal nº 2121/2020, sendo interrompidas pela Portaria nº 15759/2020, restando portanto 08 (oito) dias, a serem usufruídos em nova data, sendo que ½ (meio) dia será gozado no dia 25 de maio de 2020, no período vespertino e ½ (meio) dia no período matutino do dia 26 de maio de 2020, restando portanto 07 (sete) dias para serem usufruídos em nova data, dois quais ½ (meio) dia será gozado no dia 25 de junho de 2020, no período vespertino e 01(um) dia na data de 26 de junho de 2020, restando, portanto, 05 (cinco) dias e ½ (meio) para serem usufruídos em nova data, sendo que 01(um) dia será gozado em 03 de julho de 2020, restando, portanto, 04 (quatro) dias e ½ (meio) para serem usufruídos em nova data.

Descanso - SC, 03 de julho de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

,
Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

PORTARIA Nº 15849/2020, DE 03 DE JULHO DE 2020 - CONCEDER GOZO DE FÉRIAS À JOSEMARI LEAL WANDSCHEER.

Publicação Nº 2551758

PORTARIA Nº 15849/2020, de 03 de julho de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 92, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

CONCEDER GOZO DE FÉRIAS

à JOSEMARI LEAL WANDSCHEER, Código: 571, ocupante do cargo (231) efetivo de Agente de Secretaria, designada para exercer as funções do cargo (60) em comissão de Secretário de Assistência Social, percebendo subsídio mensal de Secretário, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, referente ao período aquisitivo de 01 de agosto de 2017 à 31 de julho de 2018, sendo o período de gozo a contar de 01 a 30 de agosto de 2019, mantendo-se portanto 19 (dezenove) dias, dos quais 02 (dois) serão usufruídos de 20 a 21 de agosto de 2019, restando 17 (dezesete) dias, em que ½ (meio) dia foi usufruído em 21 de outubro de 2019, no período matutino, e 1 (um) dia foi gozado em 25 de outubro de 2019, mantendo-se ainda um saldo de 15 e ½ (quinze e meio), dos quais 01 (um) será usufruído em 15 de novembro de 2019, restando ainda 14 e ½ (quatorze e meio), dias a serem gozados, dos quais ½ (meio) dia será usufruído no período vespertino do dia 13 de janeiro de 2020 e 01 (um) dia será usufruído em 14 de janeiro de 2020, restando portanto 13 (treze) dias, dos quais 01 (dia) foi gozado no dia 31 de janeiro de 2020, restando portanto 12 (doze) dias, dos quais ½ (meio) dia será gozado em 21 de fevereiro de 2020, no período vespertino, restando portanto 11 e ½ (onze e meio) dias a serem usufruídos em nova data, sendo que 01 (um) dia será usufruído em 28 de fevereiro de 2020, restando 10 e ½ (dez dias e meio) a serem usufruídos em nova data, dos quais 01 (um) dia será gozado em 04 de março de 2020, restando 09 e ½ (nove dias e meio) a serem usufruídos em nova data, sendo que ½ (meio) dia será usufruído no período vespertino do dia 10 de março de 2020, restando 09 (nove) dias a serem gozados em nova data, sendo que ½ (meio) dia serão usufruídos no período vespertino nos dias 08 de abril de 2020 e 15 de abril de 2020, e ½ (meio) dia será usufruído no período matutino do dia 09 de abril de 2020, restando 07 e 1/2 (sete dias e meio) a serem gozados em nova data, sendo que 01 (um) dia foi usufruído na data de 05 de maio de 2020 e ½ (meio) dia em 06 de maio de 2020 no período matutino, restando 06 (seis) dias a serem gozados em nova data, dos quais ½ (meio) dia será usufruído no período matutino do dia 20 de maio de 2020, restando 05 (cinco) dias e ½ (meio), a serem gozados em nova data, sendo que 01 (um) dia será gozado na data de 27 de maio de 2020, restando 04 (quatro) dias e ½ (meio), sendo que 01 (um) dia será gozado no dia 08 de junho 2020, restando 03 (três) dias e ½ (meio), a serem usufruídos em nova data, sendo que 01 (um) dia foi gozado no dia 17 de junho 2020, restando 02 (dois) dias e ½ (meio), a serem usufruídos em nova data, sendo que ½ (meio) foi gozado no dia 03 de julho 2020, período matutino, restando, portanto 02 (dois) dias, a serem usufruídos em nova data.

Descanso - SC, 03 de julho de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

PORTARIA Nº 15850/2020, DE 03 DE JULHO DE 2020 - CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À BRUNA AGUSTINI.

Publicação Nº 2551764

PORTARIA Nº 15850/2020, de 03 de julho de 2020.

SADI INACIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 174, inciso I, da Lei nº 086/91, de 27.12.91 e Regulamento dos Benefícios de Previdência Social do INSS, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

à BRUNA AGUSTINI, Código: 3.619, brasileira, solteira, nascida aos 25.11.1994, residente e domiciliada em Linha São Valentin, neste município de Descanso - SC, portadora do CPF/CIC sob nº 101.421.759-86, ocupante do cargo (233) de Auxiliar de Ensino, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para exercício das funções do cargo na Creche Municipal Professora Gracinha, com carga horária de 20 horas semanais, no turno matutino, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pela apresentação de Atestado Médico, devendo manter-se afastada por 03 (três) dias, sendo de 01 de julho de 2020 a 03 de julho de 2020, e seus efeitos retroativos a 01 de julho de 2020.

Descanso - SC, 03 de julho de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

ADITIVO 01 AO CONTRATO 13/2019 - FMS

Publicação N° 2552142

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DESCANSO
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N°.....: 01/2020-13/2019 - Contrato N°: 13/2019
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DESCANSO
Contratada...: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
Valor.....: 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais)
Vigência.....: Início: 02/07/2020 Término: 02/07/2021
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL N°: 7/2019
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL
PARA VEÍCULOS ALOCADOS NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Descanso, 6 de Julho de 2020

ADITIVO 04 AO CONTRATO 41/2017 - PMD

Publicação Nº 2552244

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº.....: 04/2020-41/2017 - Contrato Nº: 41/2017
Contratante...: MUNICIPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
Contratada...: GENTE SEGURADORA SA
Valor.....: 9.234,00 (nove mil duzentos e trinta e quatro reais)
Vigência.....: Início: 07/07/2020 Término: 07/07/2021
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 41/2017
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO DE
VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE DESCANSO.
Descanso, 6 de Julho de 2020

ADITIVO 07 AO CONTRATO 42/2017 - PMD

Publicação Nº 2552235

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº.....: 07/2020-42/2017 - Contrato Nº: 42/2017
Contratante...: MUNICIPIO DE DESCANSO - PREFEITURA
Contratada...: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
Valor.....: 4.365,79 (quatro mil trezentos e sessenta e cinco reais e
setenta e nove centavos)
Vigência.....: Início: 06/07/2020 Término: 07/07/2021
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 41/2017
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO DE
VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE DESCANSO.
Descanso, 6 de Julho de 2020

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

EXTRATO PREGAO PRESENCIAL 24-2020 - FMS

Publicação Nº 2552243

MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2020

O MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 24/2020, Edital de Pregão Nº 24/2020, Objeto: AQUISIÇÃO DE VEICULO AMBULANCIA, TIPO UTI MOVEI, NOVO, ANO MODELO 2020/2021, CONFORME ESPECIFICAÇÃO NO ANEXO I, PARA USO JUNTO AO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO, PARA SUPRIR A NECESSIDADE DE TRANSFERENCIAS DE PACIENTES PARA HOSPITAIS DA REGIAO E ALTAS MEDICAS, NAS QUAIS REQUEREM REMOÇÃO DE ALTA COMPLEXIDADE, BEM COMO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSFORMAÇÃO DE VEICULO EM AMBULANCIA DO TIPO UTI MOVEI. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 17/07/2020, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supracitado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br. Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO PREGAO PRESENCIAL 77-2020 - PMDC

Publicação Nº 2552415

MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2020

O MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 77/2020, Edital de Pregão Nº 77/2020, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE FECHAMENTO, PISO E PARQUE NO PRE-ESCOLAR BRANCA DE NEVE, LOCALIZADO NO DISTRITO DE IDAMAR, INTERIOR DO MUNICIPIO, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTARIA, MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E ANEXOS DO EDITAL. Recebimento, abertura e julgamento às 14:00 horas do dia 17/07/2020, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supracitado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br. Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO PREGAO PRESENCIAL 75-2020 - PMDC

Publicação Nº 2551345

PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/20

HOMOLOGAÇÃO: 06/07/20

CONTRATADO: TRI - CALHAS LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ALGEROSAS E CALHAS, COM ENTREGA DE MATERIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, NO PREDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL, VISTO QUE DEVIDO A INTENSIDADE DE CHUVAS E O DESGASTE PELO TEMPO, ACARRETARAM INFILTRAÇÕES E ALAGAMENTO, DANIFICANDO O FORRO, PISO E SISTEMA DE SOM EM GERAL. VALOR DA DESPESA: R\$ 7.814,00 (sete mil oitocentos e quatorze reais)

DATA: 06/07/20 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal.

HOMOLOGAÇÃO PREGAO PRESENCIAL 76-2020 - PMDC

Publicação Nº 2551422

PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/20

HOMOLOGAÇÃO: 06/07/20

CONTRATADO: IVO DA SILVA E CIA LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO
CERQUEIRA
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para CONTRATAÇÃO DE
EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE
VULCANIZAÇÃO, MONTAGEM, CONSERTOS, ALINHAMENTO E
BALANCEAMENTO DE PNEUS PARA OS VEICULOS DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL,
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, CONSELHO TUTELAR,
POLICIA MILITAR, POLICIA CIVIL E BOMBEIRO MILITAR.
VALOR DA DESPESA: R\$ 56.787,00 (cinq-enta e seis mil
setecentos e oitenta e sete reais)
DATA: 06/07/20 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 32/2020 - PREGÃO 76-2020 - PMDC

Publicação Nº 2551420

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Página: 1/7
 Processo Nº.: 76/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 76/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 32/2020

No dia 6 do mês de Julho do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.026.773/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA SANTOS DUMONT 413, bairro CENTRO, CEP nº. 89950-000, nesta cidade de Dionísio Cerqueira/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, inscrito no CPF sob o nº. 796.689.179-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 76/2020, Processo Licitatório nº. 76/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VULCANIZAÇÃO, MONTAGEM, CONSERTOS, ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO DE PNEUS PARA OS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, CONSELHO TUTELAR, POLICIA MILITAR, POLICIA CIVIL E BOMBEIRO MILITAR. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
8551	IVO DA SILVA E CIA LTDA	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
IVO DA SILVA E CIA LTDA	04.152.421/0001-99	EUCLESIO ANTONIO BARICHELLO	657.519.229-72

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇOS para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VULCANIZAÇÃO, MONTAGEM, CONSERTOS, ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO DE PNEUS PARA OS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, CONSELHO TUTELAR, POLICIA MILITAR, POLICIA CIVIL E BOMBEIRO MILITAR. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 8551 - IVO DA SILVA E CIA LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	APLICAÇÃO DE RAC 12	UN	VIPAL	30,000	32,0000	960,00
2	APLICAÇÃO DE RAC 14	UN	VIPAL	30,000	38,0000	1.140,00
3	APLICAÇÃO DE RAC 20	UN	VIPAL	30,000	48,0000	1.440,00
4	APLICAÇÃO DE RAC 40	UN	VIPAL	30,000	57,0000	1.710,00
5	APLICAÇÃO DE CONSERTO PNEUS (REFIL) ARO 13, 14, 15 16 E 17	UN	VIPAL	292,000	25,0000	7.300,00
6	MONTAGENS DE PNEUS 13 14 15 16 e 17	UN	BS PNEUS	286,000	20,0000	5.720,00
7	MONTAGENS PNEUS ARO 22,5	UN	BS PNEUS	12,000	35,0000	420,00
8	BICO RODA AUTOMÓVEL e VANS	UN	BS PNEUS	166,000	15,0000	2.490,00
9	BICO DE RODA ARO 22,5	UN	T R	16,000	33,0000	528,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRAPágina: 2/7
Processo N°. 76/2020
PREGÃO PRESENCIAL N°. 76/2020**Fornecedor: 8551 - IVO DA SILVA E CIA LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
10	VULCANIZAÇÃO PNEUS AUTOMÓVEIS ARO 13, 14, 15, 16 e 17	UN	BS PNEUS	128,000	68,0000	8.704,00
11	VULCANIZAÇÃO DE PNEUS ARO 22,5	UN	FM PNEUS	16,000	245,0000	3.920,00
12	BALANCEAMENTOS POR RODA ARO 13, 14, 15, 16 e 17	UN	BS PNEUS	368,000	30,0000	11.040,00
13	ALINHAMENTOS POR EIXO ARO 13, 14, 15, 16 e 17	UN	BS PNEUS	147,000	70,0000	10.290,00
14	BALANCEAMENTOS POR RODAS ARO 22,5	UN	BS PNEUS	16,000	50,0000	800,00
15	ALINHAMENTOS POR EIXO RODA 22,5	UN	BS PNEUS	5,000	65,0000	325,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Página: 3/7
Processo N°. 76/2020
PREGÃO PRESENCIAL N°. 76/2020

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei n° 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei n° 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 5.1. Compete ao Órgão Gestor:
- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3° do Decreto Municipal n° 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Página: 4/7
Processo N°. 76/2020
PREGÃO PRESENCIAL N°. 76/2020

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

- 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;
- 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:
- 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:
- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
 - b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
 - c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
 - d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
 - e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
 - f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.
- 6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.
- 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.
- 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.
- 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.
- 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Página: 5/7
Processo N°. 76/2020
PREGÃO PRESENCIAL N°. 76/2020

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA**

Página: 6/7

Processo N°.: 76/2020
PREGÃO PRESENCIAL N°. 76/2020

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

Página: 7/7
Processo N°.: 76/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 76/2020

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Dionísio Cerqueira para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Dionísio Cerqueira, 6 de Julho de 2020.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

IVO DA SILVA E CIA LTDA

CNPJ: 04.152.421/0001-99 _____

Dona Emma

PREFEITURA

AVISO DE CREDENCIAMENTO N. 02/2020 - FMS

Publicação N° 2552685

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DONA EMMA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO N° 03/2020 – FMS
EDITAL DE CREDENCIAMENTO N° 02/2020 – FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Dona Emma, Estado de Santa Catarina, por determinação de seu Gestor Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações; torna público para o conhecimento dos interessados que estará recebendo a partir desta data, em sua sede à Rua Alberto Koglin nº 3493, inscrições para o credenciamento para prestação de serviços especializados nas áreas de cardiologia, fonoaudiologia, psicologia, psiquiatria, nutrição, ginecologia, operador de equipamento de radiografia, operador de equipamento de ultrassonografia, pediatria e laboratório para a confecção e medição de prótese dentária, de forma complementar da cobertura dos serviços prestados pela rede Municipal de Saúde/Sistema Único de Saúde, para atendimento à pacientes na Unidade Básica de Saúde do Município de Dona Emma e em consultório da contratada, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas no Edital e Termo de Referência Anexo I do Instrumento. O edital completo encontra-se afixado no mural de publicações oficiais do Município de Dona Emma e/ou disponível no site: www.donaemma.sc.gov.br. Quaisquer informações a respeito serão prestadas pelo Setor de Compras e Licitações da Administração Municipal de Dona Emma, diariamente no horário de expediente das 7 às 13 horas, através do telefone (47) 3364-2828, ou pelo e-mail compras@donaemma.sc.gov.br.

Dona Emma (SC), 07 de julho de 2020.

OLIANI ALVES DE SOUZA
Gestora do FMS

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

APOSTILAMENTO CONTRATO N° 25/2020

Publicação N° 2552257

APOSTILAMENTO PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CONTRATO N° 25/2020 – PREGÃO PRESENCIAL N° 10/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO - SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, com sede à Rua Brasília, nº 02, centro, Doutor Pedrinho - SC, neste ato representado pela Prefeita, Sr(ª). Simoni Mércia Mesch Nones.

CONTRATADO: MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.675.413/0001-01, situado à AVENIDA VICTOR ALVES DE BRITO, 2490 - , São Miguel, cidade de Lages, SC, CEP: 88.525-300, neste ato representado pelo FABIO HOFFMANN PEGORARO, CPF sob 020.365.489-70.

OBJETO:

Com fundamento no art.65 8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente apostilamento, cujo objetivo é a inclusão da Dotação Orçamentária, passando a vigorar, além das presentes no contrato às presentes neste apostilamento:

Código Dotação	Descrição Dotação
07	Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo
001	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
0020	Agricultura
0110	APOIO AO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E MEIO AMBIENTE
1030	Melhoramento Patrulha Agrícola
3449052400000000	Máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários
000	

Código Dotação	Descrição Dotação
07	Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo
001	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
0020	Agricultura
0110	APOIO AO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E MEIO AMBIENTE
1030	Melhoramento Patrulha Agrícola
3449052400000000	Máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários
000	

Doutor Pedrinho, 2 de julho de 2020.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
Prefeita Municipal Doutor Pedrinho/SC

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 46/2020

Publicação Nº 2551965

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 46/2020**AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ORGÂNICOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC.**

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, SC, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, situado à Rua Brasília, nº 02, Centro, nesta cidade de Doutor Pedrinho - SC, neste ato representado por sua Prefeita Municipal Sra. SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a Empresa/Pessoa ALCEMAR ROEDER, inscrita no CNPJ/CPF sob nº 030.290.199-00, situado à Estrada Geral Baixo Santa Maria, s/n, Bairro Baixo Santa Maria, cidade de Benedito Novo - SC, CEP: 89.124-000, neste ato representado pelo(a) representante legal, senhor(a) ALCEMAR ROEDER, CPF sob nº 030.290.199-00 aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Edital de Chamada Pública nº 13/2020, e disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, fundamentados nas disposições da Lei nº 11.947, de 16/06/2009 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 - O presente contrato tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ORGÂNICOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC**, com verbas do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, em consonância com o estabelecido na Lei nº 11.947/2009, Artigo 14, § 1º, e de acordo com o Edital de Chamamento Público nº 13/2020 para Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO:

2.1 - O contrato a ser assinado com o licitante vencedor vigorará a partir da data da sua assinatura até 31/12/2020, podendo ser prorrogado caso haja interesse das partes, mediante termo aditivo, na forma da lei vigente.

2.2 - O início da entrega dos gêneros alimentícios será em até 10 dias após assinado este instrumento, obedecendo às quantidades estipuladas nos pedidos parciais emitidos pela Secretaria Municipal de Educação, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até o término do contrato.

2.3 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Secretaria de Educação, que verificará todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE EXECUÇÃO:

3.1. O objeto do presente Contrato deverá ser executado, de forma parcelada, sendo que a entrega das mercadorias iniciará após o recebimento da Autorização de Fornecimento expedida pela Secretaria de Educação, devendo ser feita nas NEs e CEIs, de acordo com a programação repassada semanalmente e/ou mensalmente pela Secretaria Municipal de Educação, durante o exercício financeiro de 2020.

3.2. A entrega será feita semanal ou quinzenalmente, de acordo com o Anexo I nos diferentes estabelecimentos de ensino da Rede Municipal de Educação de acordo com as necessidades preconizadas em pedido parcial realizado pela Secretaria Municipal de Educação.

3.3. As despesas de frete, recursos humanos e materiais, bem como, encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas que poderão surgir durante a execução do objeto, são de inteira responsabilidade do CONTRATADO.

3.4. Caberá exclusivamente ao CONTRATADO, na execução do objeto, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade.

3.5. Por ocasião do recebimento dos produtos, o CONTRATANTE, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto, obrigando-se o CONTRATADO a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

3.6. O CONTRATADO deverá responsabilizar-se pela troca do produto quando, na ocasião do recebimento, for constatado que os mesmos se encontram com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

3.7. O aceite dos produtos não exclui a responsabilidade civil do CONTRATADO por vícios de quantidade e de qualidade dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente.

3.8. Caso o produto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO:

4.1. O limite individual de venda de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural será de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

4.2. O preço total ora contratado é aquele consignado no projeto de venda apresentada pelo CONTRATADO e declarada vencedora do PROCESSO DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº 13/2020, ou seja, R\$ 7.990,00 (sete mil, novecentos e noventa reais), conforme listagem abaixo:

ITEM	UNID.	QUANT.	PRODUTO	VALOR PROPOSTO	
				UNITÁRIO	TOTAL
14	KG	300	Doces caseiros, sabores diversos, incluindo opção sem glúten e sem lactose. Embalados e com Rotulagem de acordo com as normas da ANVISA. Validade superior a 60 dias.	R\$ 21,00	R\$ 6.300,00
18	KG	130	Nhoque de batata inglesa ou batata doce, sem adição de sal ou conservantes. Embalagem de 500 gramas ou 1 kg. Embalados e com Rotulagem de acordo com as normas da ANVISA e de acordo com as exigências da Vigilância sanitária no preparo e envase*.	R\$ 13,00	R\$ 1.690,00
TOTAL DO FORNECEDOR:				R\$ 7.990,00	

4.3. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias, contados da entrega do objeto, de acordo com o objeto efetivamente entregue, bem como mediante apresentação de documento fiscal devidamente atestado por servidor competente.

4.4. O documento fiscal deverá ser apresentado no ato de entrega do produto para o responsável da Secretaria da Educação quando se tratar de gêneros não perecíveis.

4.5. Em se tratando de hortifrutigranjeiros, o documento fiscal devidamente atestado pelo servidor responsável pelo recebimento dos gêneros nas diferentes instituições, deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Educação.

4.6. O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º do art. 31 da Lei nº 9.032/95, e apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93.

4.7. O pagamento deverá ser efetuado na tesouraria do CONTRATANTE, em até 15 (quinze) dias após a entrega do material, mediante a apresentação da nota fiscal certificada por agente da Secretaria Municipal de Educação.

4.8. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência contratual.

4.9. Os preços poderão ser revistos na forma da lei, acaso haja demonstração de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1. A despesa do objeto deste contrato correrá à conta do Orçamento Programa do CONTRATANTE, na seguinte dotação orçamentária:

05 – SEC MUNICIPAL DE EDUCACAO E PROMOCAO SOCIAL

0501- DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

2010 – MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR

33903007 – GÊNEROS DA ALIMENTAÇÃO

1430300 – PNAE FUNDAMENTAL

3370400 – PNAE FUNDAMENTAL

1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

05 – SEC MUNICIPAL DE EDUCACAO E PROMOCAO SOCIAL

0501- DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

2031 – MERENDA PARA ALUNOS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

33903007 – GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO

1430100 – PNAE CRECHE

1430200 – PNAE PRÉ-ESCOLA

3370200 – PNAE CRECHE

3370300 – PNAE PRÉ-ESCOLA

1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

CLÁUSULA SEXTA – DO DOCUMENTO FISCAL:

6.1. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, CNPJ nº 79.373.775/0001-62, Rua Brasília, Nº 02 - Centro – Doutor Pedrinho/SC – CEP 89.124-000, e ter a mesma identidade/CPF ou Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do chamamento público.

6.2. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para o CONTRATADO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES:**7.1. Constitui responsabilidades do CONTRATANTE:**

- a) A definição e controle do objeto deste contrato;
- b) Tomar todas as providências necessárias à execução do presente contrato;
- c) Constituir servidor designado pela Secretaria de Educação, para promover o acompanhamento e a fiscalização dos objetos, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) Observar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, de acordo com o estipulado neste instrumento;
- f) Emitir, através do setor competente, autorização de fornecimento para a execução do objeto;
- g) Guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, as Notas Fiscais de compra, os Termos de Recebimento apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, deixando-os à disposição do controle externo para comprovação.

7.2. Constitui responsabilidades do CONTRATADO:

- a) Executar o objeto, de forma parcelada, de acordo com as especificações constantes no Edital de Chamamento Público, dentro do prazo contratual;
- b) Fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE, conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, parte integrante deste instrumento;
- c) Entregar os objetos nas condições e prazos estipulados no Edital de Chamamento Público para Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar;
- d) Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pela Secretaria Municipal de Educação, quanto da entrega dos gêneros licitados;
- e) Garantir a boa qualidade do produto entregue, respondendo por qualquer deterioração, devendo assim efetuar a substituição sempre que necessário;
- f) Manter, durante toda a vigência do contrato oriundo do credenciamento, os documentos apresentados para o credenciamento;
- g) Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar à Secretaria Municipal de Educação ou a terceiros, tendo como agente o agricultor, na pessoa de preposto ou estranhos;
- h) Responsabilizar-se pela entrega dos produtos, acompanhada da documentação necessária, diretamente nas unidades receptoras (escolas / programas / projetos e/ou almoxarifado);
- i) Ter conhecimento e acatar que novas unidades poderão ser incluídas ou excluídas conforme necessidade e determinação da Secretaria Municipal de Educação;
- j) Ao entregar os gêneros, descarregá-los até o interior do local a ser indicado pela unidade receptora e aguardar a conferência da entrega;
- k) Informar ao Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA os valores individuais de venda, consoante o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA;
- l) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, em especial, despesas de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, incluída a alimentação, transporte ou outro benefício dos profissionais, pertinentes à execução do objeto do contrato;
- m) Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade e/ou atividade que estiverem envolvidos na execução do presente contrato;
- n) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, físicos ou materiais, causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento ora contratado;

- o) Guardar, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, as cópias das Notas Fiscais de venda, ou congêneres, dos produtos integrantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, deixando-os à disposição da fiscalização para comprovação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES:

8.1. De conformidade com o estabelecido no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações subsequentes, acaso o CONTRATADO descumprir as condições deste instrumento, poderá o CONTRATANTE, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

8.1.1. Advertência verbal ou escrita, quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula do Contrato e/ou nas faltas leves não acarretarem prejuízos de monta à execução do contrato, não eximindo o advertido das demais sanções ou multas;

8.1.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE, durante o período de 2 (dois) anos;

8.1.3. Declaração de inidoneidade.

8.2. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei.

8.3. As penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

8.4. A aplicação das penalidades estabelecidas no Contrato é de competência exclusiva do representante do CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

9.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a) Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer das partes, resguardado o interesse público;
- c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

9.2. O descumprimento, por parte do CONTRATADO, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

9.3. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

9.4. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceitua os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações, sem que assista ao CONTRATADO, direito algum de reclamações ou indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. Na execução deste contrato aplicar-se-á a Lei nº 8.666/93 e alterações, e ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

10.2. O presente contrato rege-se, ainda, pelo Edital de Chamamento Público nº 13/2020, pela Resolução CD/FNDE nº 26, de 17/06/2013, alterada pela Resolução FNDE nº 04, de 02/04/2015, e pela Lei nº 11.947, de 16/06/2009, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

10.3. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

10.4. A gestão e fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretária Municipal de Educação e Promoção Social, Janaína Lenzi de Castilho.

10.5. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO:

11.1. Fica eleito o foro da cidade de Timbó/SC para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Doutor Pedrinho, 29 de junho de 2020.

MUNICÍPIO
SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
Prefeita Municipal

CONTRATADA
ALCEMAR ROEDER, CPF: 030.290.199-00

RONI ANDREAS MAEDA HASSLER
Assessor Jurídico
OAB/SC 52.912

GESTORA/FISCAL DO CONTRATO
JANAÍNA LENZI DE CASTILHO

Testemunhas:

ALLISON DA LUZ

ELAINE REGINA DE ESPÍNDOLA WOLLERT

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 47/2020

Publicação Nº 2551977

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 47/2020**AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ORGÂNICOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC.**

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, SC, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, situado à Rua Brasília, nº 02, Centro, nesta cidade de Doutor Pedrinho - SC, neste ato representado por sua Prefeita Municipal Sra. SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a Empresa/Pessoa VANUSA SATIRO KERTISCHKA, inscrita no CNPJ/CPF sob nº 007.653.469-31, situado à Rodovia Estadual SC 477, KM 143, s/n, Bairro Benedito Alto, cidade de Doutor Pedrinho - SC, CEP: 89.126-000, neste ato representado pelo(a) representante legal, senhor(a) VANUSA SATIRO KERTISCHKA, CPF sob nº 007.653.469-31 aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Edital de Chamada Pública nº 13/2020, e disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, fundamentados nas disposições da Lei nº 11.947, de 16/06/2009 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 - O presente contrato tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ORGÂNICOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC**, com verbas do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, em consonância com o estabelecido na Lei nº 11.947/2009, Artigo 14, § 1º, e de acordo com o Edital de Chamamento Público nº 13/2020 para Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO:

2.1 - O contrato a ser assinado com o licitante vencedor vigorará a partir da data da sua assinatura até 31/12/2020, podendo ser prorrogado caso haja interesse das partes, mediante termo aditivo, na forma da lei vigente.

2.2 - O início da entrega dos gêneros alimentícios será em até 10 dias após assinado este instrumento, obedecendo às quantidades estipuladas nos pedidos parciais emitidos pela Secretaria Municipal de Educação, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até o término do contrato.

2.3 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Secretaria de Educação, que verificará todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE EXECUÇÃO:

3.1. O objeto do presente Contrato deverá ser executado, de forma parcelada, sendo que a entrega das mercadorias iniciará após o recebimento da Autorização de Fornecimento expedida pela Secretaria de Educação, devendo ser feita nas NEs e CEIs, de acordo com a programação repassada semanalmente e/ou mensalmente pela Secretaria Municipal de Educação, durante o exercício financeiro de 2020.

3.2. A entrega será feita semanal ou quinzenalmente, de acordo com o Anexo I nos diferentes estabelecimentos de ensino da Rede Municipal de Educação de acordo com as necessidades preconizadas em pedido parcial realizado pela Secretaria Municipal de Educação.

3.3. As despesas de frete, recursos humanos e materiais, bem como, encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas que poderão surgir durante a execução do objeto, são de inteira responsabilidade do CONTRATADO.

3.4. Caberá exclusivamente ao CONTRATADO, na execução do objeto, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade.

3.5. Por ocasião do recebimento dos produtos, o CONTRATANTE, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto, obrigando-se o CONTRATADO a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

3.6. O CONTRATADO deverá responsabilizar-se pela troca do produto quando, na ocasião do recebimento, for constatado que os mesmos se encontram com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

3.7. O aceite dos produtos não exclui a responsabilidade civil do CONTRATADO por vícios de quantidade e de qualidade dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente.

3.8. Caso o produto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO:

4.1. O limite individual de venda de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural será de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

4.2. O preço total ora contratado é aquele consignado no projeto de venda apresentada pelo CONTRATADO e declarada vencedora do PROCESSO DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº 13/2020, ou seja, R\$ 14.480,00 (quatorze mil, quatrocentos e oitenta reais), conforme listagem abaixo:

ITEM	UNID.	QUANT.	PRODUTO	VALOR PROPOSTO	
				UNITÁRIO	TOTAL
1	UNID	650	ALFACE CRESPA, de primeira qualidade, em perfeitas condições de maturação e conservação.	R\$ 2,20	R\$ 1.430,00
4	KG	260	BETERRABA IN NATURA, de primeira qualidade, em perfeitas condições de maturação e conservação.	R\$ 5,00	R\$ 1.300,00
6	KG	460	CENOURA, IN NATURA, de primeira qualidade, em perfeitas condições de maturação e conservação.	R\$ 5,60	R\$ 2.576,00
7	UNID	400	COUVE-FLOR, IN NATURA (Mínimo: 900 GR), em perfeitas condições de maturação e conservação.	R\$ 6,50	R\$ 2.600,00
8	KG	350	FEIJÃO, classe preto ou vermelho, de primeira qualidade, novo, em perfeitas condições de maturação e conservação. Constituído de grãos inteiros, sem a presença de grãos mofados.	R\$ 11,70	R\$ 4.095,00
9	KG	25	MORANGO, de primeira qualidade, em perfeitas condições de maturação e conservação.	R\$ 30,00	R\$ 750,00
10	UNID	450	REPOLHO BRANCO, IN NATURA. (MÍNIMO 1 KG), em perfeitas condições de maturação e conservação.	R\$ 3,50	R\$ 1.575,00

11	MAÇO	70	TEMPERO VERDE. IN NATURA, de primeira qualidade, em perfeitas condições de maturação e conservação.	R\$ 2,20	R\$ 154,00
TOTAL DO FORNECEDOR:				R\$ 14.480,00	

4.3. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias, contados da entrega do objeto, de acordo com o objeto efetivamente entregue, bem como mediante apresentação de documento fiscal devidamente atestado por servidor competente.

4.4. O documento fiscal deverá ser apresentado no ato de entrega do produto para o responsável da Secretaria da Educação quando se tratar de gêneros não perecíveis.

4.5. Em se tratando de hortifrutigranjeiros, o documento fiscal devidamente atestado pelo servidor responsável pelo recebimento dos gêneros nas diferentes instituições, deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Educação.

4.6. O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º do art. 31 da Lei nº 9.032/95, e apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93.

4.7. O pagamento deverá ser efetuado na tesouraria do CONTRATANTE, em até 15 (quinze) dias após a entrega do material, mediante a apresentação da nota fiscal certificada por agente da Secretaria Municipal de Educação.

4.8. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência contratual.

4.9. Os preços poderão ser revistos na forma da lei, acaso haja demonstração de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1. A despesa do objeto deste contrato correrá à conta do Orçamento Programa do CONTRATANTE, na seguinte dotação orçamentária:

05 – SEC MUNICIPAL DE EDUCACAO E PROMOCAO SOCIAL

0501- DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

2010 – MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR

33903007 – GÊNEROS DA ALIMENTAÇÃO

1430300 – PNAE FUNDAMENTAL

3370400 – PNAE FUNDAMENTAL

1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

05 – SEC MUNICIPAL DE EDUCACAO E PROMOCAO SOCIAL

0501- DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

2031 – MERENDA PARA ALUNOS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

33903007 – GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO

1430100 – PNAE CRECHE

1430200 – PNAE PRÉ-ESCOLA

3370200 – PNAE CRECHE

3370300 – PNAE PRÉ-ESCOLA

1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

CLÁUSULA SEXTA – DO DOCUMENTO FISCAL:

6.1. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, CNPJ nº 79.373.775/0001-62, Rua Brasília, Nº 02 - Centro – Doutor Pedrinho/SC – CEP 89.124-000, e ter a mesma identidade/CPF ou Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do chamamento público.

6.2. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para o CONTRATADO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES:**7.1. Constitui responsabilidades do CONTRATANTE:**

- a) A definição e controle do objeto deste contrato;
- b) Tomar todas as providências necessárias à execução do presente contrato;
- c) Constituir servidor designado pela Secretaria de Educação, para promover o acompanhamento e a fiscalização dos objetos, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) Observar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, de acordo com o estipulado neste instrumento;
- f) Emitir, através do setor competente, autorização de fornecimento para a execução do objeto;
- g) Guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, as Notas Fiscais de compra, os Termos de Recebimento apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, deixando-os à disposição do controle externo para comprovação.

7.2. Constitui responsabilidades do CONTRATADO:

- a) Executar o objeto, de forma parcelada, de acordo com as especificações constantes no Edital de Chamamento Público, dentro do prazo contratual;
- b) Fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE, conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, parte integrante deste instrumento;
- c) Entregar os objetos nas condições e prazos estipulados no Edital de Chamamento Público para Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar;
- d) Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pela Secretaria Municipal de Educação, quanto da entrega dos gêneros licitados;
- e) Garantir a boa qualidade do produto entregue, respondendo por qualquer deterioração, devendo assim efetuar a substituição sempre que necessário;
- f) Manter, durante toda a vigência do contrato oriundo do credenciamento, os documentos apresentados para o credenciamento;
- g) Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar à Secretaria Municipal de Educação ou a terceiros, tendo como agente o agricultor, na pessoa de preposto ou estranhos;
- h) Responsabilizar-se pela entrega dos produtos, acompanhada da documentação necessária, diretamente nas unidades receptoras (escolas / programas / projetos e/ou almoxarifado);
- i) Ter conhecimento e acatar que novas unidades poderão ser incluídas ou excluídas conforme necessidade e determinação da Secretaria Municipal de Educação;
- j) Ao entregar os gêneros, descarregá-los até o interior do local a ser indicado pela unidade receptora e aguardar a conferência da entrega;
- k) Informar ao Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA os valores individuais de venda, consoante o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA;
- l) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, em especial, despesas de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem,

- incluída a alimentação, transporte ou outro benefício dos profissionais, pertinentes à execução do objeto do contrato;
- m) Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade e/ou atividade que estiverem envolvidos na execução do presente contrato;
 - n) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, físicos ou materiais, causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento ora contratado;
 - o) Guardar, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, as cópias das Notas Fiscais de venda, ou congêneres, dos produtos integrantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, deixando-os à disposição da fiscalização para comprovação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES:

8.1. De conformidade com o estabelecido no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações subsequentes, acaso o CONTRATADO descumprir as condições deste instrumento, poderá o CONTRATANTE, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

8.1.1. Advertência verbal ou escrita, quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula do Contrato e/ou nas faltas leves não acarretarem prejuízos de monta à execução do contrato, não eximindo o advertido das demais sanções ou multas;

8.1.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE, durante o período de 2 (dois) anos;

8.1.3. Declaração de inidoneidade.

8.2. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei.

8.3. As penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

8.4. A aplicação das penalidades estabelecidas no Contrato é de competência exclusiva do representante do CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

9.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a) Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer das partes, resguardado o interesse público;
- c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

9.2. O descumprimento, por parte do CONTRATADO, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

9.3. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

9.4. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os

artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações, sem que assista ao CONTRATADO, direito algum de reclamações ou indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. Na execução deste contrato aplicar-se-á a Lei nº 8.666/93 e alterações, e ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

10.2. O presente contrato rege-se, ainda, pelo Edital de Chamamento Público nº 13/2020, pela Resolução CD/FNDE nº 26, de 17/06/2013, alterada pela Resolução FNDE nº 04, de 02/04/2015, e pela Lei nº 11.947, de 16/06/2009, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

10.3. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

10.4. A gestão e fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretária Municipal de Educação e Promoção Social, Janaína Lenzi de Castilho.

10.5. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO:

11.1. Fica eleito o foro da cidade de Timbó/SC para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Doutor Pedrinho, 29 de junho de 2020.

MUNICÍPIO

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
Prefeita Municipal

CONTRATADA

VANUSA SATIRO KERTISCHKA, CPF: 007.653.469-31

RONI ANDREAS MAEDA HASSLER

Assessor Jurídico
OAB/SC 52.912

GESTORA/FISCAL DO CONTRATO

JANAÍNA LENZI DE CASTILHO

Testemunhas:

ALLISON DA LUZ

ELAINE REGINA DE ESPÍNDOLA WOLLERT

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 48/2020

Publicação Nº 2552014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 48/2020

AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ORGÂNICOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC.

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, SC, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, situado à Rua Brasília, nº 02, Centro, nesta cidade de Doutor Pedrinho - SC, neste ato representado por sua Prefeita Municipal Sra. SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a Empresa/Pessoa ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES ORGÂNICOS DO PLANALTO VALE DO ITAJAÍ E LITORAL CATARINENSE - ECOFRUTAS, inscrita no CNPJ/CPF sob nº 11.001.445/0001-02, situado à Rua Expedicionário Aleandro Stedile, nº 2800, Bairro Itoupava, cidade de Rio do Sul - SC, CEP: 89.160-001 neste ato representado pelo(a) representante legal, senhor(a) VILI VALIATTI, CPF sob nº 564.294.799-00 aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Edital de Chamada Pública nº 13/2020, e disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, fundamentados nas disposições da Lei nº 11.947, de 16/06/2009 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 - O presente contrato tem como objeto a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ORGÂNICOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, com verbas do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, em consonância com o estabelecido na Lei nº 11.947/2009, Artigo 14, § 1º, e de acordo com o Edital de Chamamento Público nº 13/2020 para Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO:

2.1 - O contrato a ser assinado com o licitante vencedor vigorará a partir da data da sua assinatura até 31/12/2020, podendo ser prorrogado caso haja interesse das partes, mediante termo aditivo, na forma da lei vigente.

2.2 - O início da entrega dos gêneros alimentícios será em até 10 dias após assinado este instrumento, obedecendo às quantidades estipuladas nos pedidos parciais emitidos pela Secretaria Municipal de Educação, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até o término do contrato.

2.3 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Secretaria de Educação, que verificará todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE EXECUÇÃO:

3.1. O objeto do presente Contrato deverá ser executado, de forma parcelada, sendo que a entrega das mercadorias iniciará após o recebimento da Autorização de Fornecimento expedida pela Secretaria de Educação, devendo ser feita nas NEs e CEIs, de acordo com a programação repassada semanalmente e/ou mensalmente pela Secretaria Municipal de Educação, durante o exercício financeiro de 2020.

3.2. A entrega será feita semanal ou quinzenalmente, de acordo com o Anexo I nos diferentes estabelecimentos de ensino da Rede Municipal de Educação de acordo com as necessidades preconizadas em pedido parcial realizado pela Secretaria Municipal de Educação.

3.3. As despesas de frete, recursos humanos e materiais, bem como, encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas que poderão surgir durante a execução do objeto, são de inteira responsabilidade do CONTRATADO.

3.4. Caberá exclusivamente ao CONTRATADO, na execução do objeto, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade.

3.5. Por ocasião do recebimento dos produtos, o CONTRATANTE, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto, obrigando-se o CONTRATADO a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

3.6. O CONTRATADO deverá responsabilizar-se pela troca do produto quando, na ocasião do recebimento, for constatado que os mesmos se encontram com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

3.7. O aceite dos produtos não exclui a responsabilidade civil do CONTRATADO por vícios de quantidade e de qualidade dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente.

3.8. Caso o produto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO:

4.1. O limite individual de venda de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural será de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa

Nacional de Alimentação Escolar.

4.2. O preço total ora contratado é aquele consignado no projeto de venda apresentada pelo CONTRATADO e declarada vencedora do PROCESSO DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº 13/2020, ou seja, R\$ 5.920,00 (cinco mil, novecentos e vinte reais), conforme listagem abaixo:

ITEM	UNID.	QUANT.	PRODUTO	VALOR PROPOSTO	
				UNITÁRIO	TOTAL
15	UNID	100	Suco Natural de uva, orgânico e sem adição de açúcar e conservantes (embalagem de 1 a 1,5 litros) *.	R\$ 18,15	R\$ 1.815,00
16	UNID	100	Suco Natural de maçã, orgânico e sem adição de açúcar e conservantes (embalagem de 1 a 1,5 litros) *.	R\$ 17,05	R\$ 1.705,00
17	UNID	150	Suco Natural de laranja ou tangerina, orgânico e sem adição de açúcar e conservantes (embalagem de 1 a 1,5 litros) *.	R\$ 16,00	R\$ 2.400,00
TOTAL DO FORNECEDOR:				R\$ 5.920,00	

4.3. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias, contados da entrega do objeto, de acordo com o objeto efetivamente entregue, bem como mediante apresentação de documento fiscal devidamente atestado por servidor competente.

4.4. O documento fiscal deverá ser apresentado no ato de entrega do produto para o responsável da Secretaria da Educação quando se tratar de gêneros não perecíveis.

4.5. Em se tratando de hortifrutigranjeiros, o documento fiscal devidamente atestado pelo servidor responsável pelo recebimento dos gêneros nas diferentes instituições, deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Educação.

4.6. O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º do art. 31 da Lei nº 9.032/95, e apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93.

4.7. O pagamento deverá ser efetuado na tesouraria do CONTRATANTE, em até 15 (quinze) dias após a entrega do material, mediante a apresentação da nota fiscal certificada por agente da Secretaria Municipal de Educação.

4.8. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência contratual.

4.9. Os preços poderão ser revistos na forma da lei, acaso haja demonstração de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1. A despesa do objeto deste contrato correrá à conta do Orçamento Programa do CONTRATANTE, na seguinte dotação orçamentária:

05 – SEC MUNICIPAL DE EDUCACAO E PROMOCAO SOCIAL

0501- DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

2010 – MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR

33903007 – GÊNEROS DA ALIMENTAÇÃO

1430300 – PNAE FUNDAMENTAL

3370400 – PNAE FUNDAMENTAL

1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

05 – SEC MUNICIPAL DE EDUCACAO E PROMOCAO SOCIAL

0501- DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

2031 – MERENDA PARA ALUNOS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

33903007 – GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO

1430100 – PNAE CRECHE

1430200 – PNAE PRÉ-ESCOLA

3370200 – PNAE CRECHE

3370300 – PNAE PRÉ-ESCOLA

1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

CLÁUSULA SEXTA – DO DOCUMENTO FISCAL:

6.1. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, CNPJ nº 79.373.775/0001-62, Rua Brasília, Nº 02 - Centro – Doutor Pedrinho/SC – CEP 89.124-000, e ter a mesma identidade/CPF ou Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do chamamento público.

6.2. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para o CONTRATADO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES:**7.1. Constitui responsabilidades do CONTRATANTE:**

- a) A definição e controle do objeto deste contrato;
- b) Tomar todas as providências necessárias à execução do presente contrato;
- c) Constituir servidor designado pela Secretaria de Educação, para promover o acompanhamento e a fiscalização dos objetos, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) Observar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, de acordo com o estipulado neste instrumento;
- f) Emitir, através do setor competente, autorização de fornecimento para a execução do objeto;
- g) Guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, as Notas Fiscais de compra, os Termos de Recebimento apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, deixando-os à disposição do controle externo para comprovação.

7.2. Constitui responsabilidades do CONTRATADO:

- a) Executar o objeto, de forma parcelada, de acordo com as especificações constantes no Edital de Chamamento Público, dentro do prazo contratual;
- b) Fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE, conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, parte integrante deste instrumento;
- c) Entregar os objetos nas condições e prazos estipulados no Edital de Chamamento Público para Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar;
- d) Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pela Secretaria Municipal de Educação, quanto da entrega dos gêneros licitados;
- e) Garantir a boa qualidade do produto entregue, respondendo por qualquer deterioração, devendo assim efetuar a substituição sempre que necessário;
- f) Manter, durante toda a vigência do contrato oriundo do credenciamento, os documentos apresentados para o credenciamento;
- g) Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar à Secretaria Municipal de Educação ou a terceiros, tendo como agente o agricultor, na pessoa de preposto ou estranhos;
- h) Responsabilizar-se pela entrega dos produtos, acompanhada da documentação necessária, diretamente nas unidades receptoras (escolas / programas / projetos e/ou almoxarifado);
- i) Ter conhecimento e acatar que novas unidades poderão ser incluídas ou excluídas conforme necessidade e determinação da Secretaria Municipal de Educação;
- j) Ao entregar os gêneros, descarregá-los até o interior do local a ser indicado pela unidade receptora e aguardar a conferência da entrega;
- k) Informar ao Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda, consoante o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA;
- l) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, em especial, despesas de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, incluída a alimentação, transporte ou outro benefício dos profissionais, pertinentes à execução do objeto do contrato;
- m) Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade e/ou atividade que estiverem envolvidos na execução do presente contrato;
- n) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, físicos ou materiais, causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento ora contratado;
- o) Guardar, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, as cópias das Notas Fiscais de venda, ou congêneres, dos produtos integrantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, deixando-os à disposição da fiscalização para comprovação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES:

8.1. De conformidade com o estabelecido no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações subsequentes, acaso o CONTRATADO descumprir as condições deste instrumento, poderá o CONTRATANTE, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

8.1.1. Advertência verbal ou escrita, quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula do Contrato e/ou nas faltas leves não acarretarem prejuízos de monta à execução do contrato, não eximindo o advertido das demais sanções ou multas;

8.1.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE, durante o período de 2 (dois) anos;

8.1.3. Declaração de inidoneidade.

8.2. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei.

8.3. As penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

8.4. A aplicação das penalidades estabelecidas no Contrato é de competência exclusiva do representante do CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

9.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a) Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer das partes, resguardado o interesse público;
- c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

9.2. O descumprimento, por parte do CONTRATADO, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

9.3. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

9.4. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações, sem que assista ao CONTRATADO, direito algum de reclamações ou indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. Na execução deste contrato aplicar-se-á a Lei nº 8.666/93 e alterações, e ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

10.2. O presente contrato rege-se, ainda, pelo Edital de Chamamento Público nº 13/2020, pela Resolução CD/FNDE nº 26, de 17/06/2013, alterada pela Resolução FNDE nº 04, de 02/04/2015, e pela Lei nº 11.947, de 16/06/2009, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissor.

10.3. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

10.4. A gestão e fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretária Municipal de Educação e Promoção Social, Janaína Lenzi de Castilho.

10.5. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO:

11.1. Fica eleito o foro da cidade de Timbó/SC para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Doutor Pedrinho, 29 de junho de 2020.

MUNICÍPIO CONTRATADA

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES ASSOC. DE PROD. ORGÂNICOS DO PLAN. V. DO Prefeita Municipal ITAJAÍ E LITORAL CAT. - ECOFRUTAS
VILI VALIATTI, CPF: 564.294.799-00

RONI ANDREAS MAEDA HASSLER GESTORA/FISCAL DO CONTRATO
Assessor Jurídico JANAÍNA LENZI DE CASTILHO
OAB/SC 52.912

Testemunhas:

DE ESPÍNDOLA WOLLERT

ALLISON DA LUZ ELAINE REGINA

EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 33/2020

Publicação Nº 2551931

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC

Extrato do Edital de Tomada de Preços Nº 33/2020

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, torna público que está aberta a LICITAÇÃO, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, tipo "Menor Preço Global", objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (COMPREENDENDO MATERIAL E MÃO-DE-OBRA), PARA PAVIMENTAÇÃO DA RUA MIRANDA COM BLOCO INTERTRAVADO DE CONCRETO, COM RECURSOS ORIUNDOS DA EMENDA PARLAMENTAR DE TRASFERÊNCIA ESPECIAL, PLANO DE AÇÃO Nº 0903-003816/2020, MAIS COMPLEMENTAÇÃO COM RECURSOS PRÓPRIOS, TUDO DE CONFORMIDADE COM O MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, PROJETO, EDITAL E ANEXOS, atendendo a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Recebimento dos envelopes de propostas e dos envelopes de habilitação: Data: 23/07/2020. Hora: 08h30min. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de habilitação: Data: 23/07/2020, Hora: 08h45min. Informações serão prestadas na sede da municipalidade durante o expediente normal ou através do e-mail: licitacoes@doutor-pedrinho.sc.gov.br e do telefone 0xx47 3388-0148.

Doutor Pedrinho/SC, 06 de julho de 2020.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES

Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho

PORTARIA Nº 143/2020

Publicação Nº 2552165

PORTARIA no 143, de 02 de JULHO de 2020.

Autoriza a contratação de servidor em caráter temporário para Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo, no emprego de Inseminador.

A Prefeita de Doutor Pedrinho/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04/04/1990, fundamentado no art. 37, IX, da CF e na LC nº 47/2006; e

Considerando-se a aprovação deste candidato no Processo Seletivo nº 01/2019, e a necessidade da contratação para manutenção dos serviços públicos da Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo, resolve:

CONTRATAR TEMPORARIAMENTE

O servidor abaixo identificado, para exercer as funções do emprego de Inseminador, com carga horária de 40 horas semanais e vencimento de R\$ 1.518,45 (Um mil quinhentos e dezoito reais e quarenta e cinco centavos) mensais:

Nome / Data Nasc.	CPF e RG	Motivação	Período
Carlos Eduardo Odorizzi (DN. 28/03/2000)	095.010.759-07 6.243.867	Manutenção dos serviços da Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo	02/07/2020 a 29/01/2021

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 02 de julho de 2020; 32o ano de Fundação; 31o ano de Emancipação Política.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES

Prefeita de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 144/2020

Publicação Nº 2552170

PORTARIA no 144, de 03 de Julho de 2020.

Autoriza a contratação de servidora em caráter temporário para Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social, no emprego de Auxiliar de Serviços Gerais.

A Prefeita de Doutor Pedrinho/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04/04/1990, fundamentado no art. 37, IX, da CF e na LC nº 47/2006; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades escolares, pré-escolares e núcleos de educação infantil do município, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento do número de alunos, ou nos casos de licença e/ou afastamento temporário do titular;

Considerando-se a classificação desta candidata na Chamada Pública nº 07/2020, e a urgência da contratação para manutenção dos serviços públicos da Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social, resolve:

AUTORIZAR A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Da servidora abaixo identificada, para exercer as funções do emprego público de Auxiliar de Serviços Gerais, sob regime jurídico da CLT, com carga horária de 44 horas semanais e salário de R\$ 1.342,70 (Um mil trezentos e quarenta e dois reais e setenta centavos), a contar

desta data:

Nome / Data Nasc.	CPF e RG	Motivação	Período
Graciela Natalina de Carvalho (DN. 25/12/1987)	055.138.849-84 4.787.899	Manutenção dos serviços públicos da Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social	03/07/2020 a 18/12/2020

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 03 de julho de 2020; 32o ano de Fundação; 31o ano de Emancipação Política.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
Prefeita de Doutor Pedrinho/SC.

CÂMARA MUNICIPAL**ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA**

Publicação Nº 2551426

Ata da Centésima Trigésima Sexta Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Doutor Pedrinho, na Oitava Legislatura do Município. Em vinte e dois de junho de dois mil e vinte (22/06/2020), com início às 19:00hs, reuniu-se a Câmara dos Vereadores do Município de Doutor Pedrinho, com a ausência do Parlamentar Joel Mazzi, tendo na Presidência o Vereador Jackson Rodrigo de Castilho, Vice-presidência o Vereador Luiz Henrique Stollmeier, 1º Secretário o Vereador Luizinho Pereira da Silva e 2º Secretário o Vereador Tony Tadeu Nones, seguindo-se as precauções de que trata o artigo 4º, caput e parágrafos, do Ato da Mesa Diretora nº 31/2020. Inicialmente, o Senhor Presidente cumprimentou os colegas Vereadores e demais presentes, e declarou aberta a Sessão Ordinária, com a invocação regimentalmente fixada. A seguir, sem inscritos para a Tribuna Livre, abriu-se o pequeno expediente, onde o senhor Presidente registrou a prévia entrega de cópia da ata da Sessão realizada no dia 15/06/2020 aos Senhores Vereadores, disponibilizada na própria sede e publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br), colocando-a em discussão, e, não havendo manifestações, submeteu a votação, sendo a mesma aprovada pelos Vereadores presentes, passando-se para as assinaturas. Dando continuidade, abriu-se o grande expediente em Tema Livre, onde não houve vereadores inscritos, de forma que se prosseguiu na pauta da sessão, abrindo-se espaço para "Comunicação de Lideranças", sem qualquer registro de manifestação pelos Líderes. Com uma proposição pautada, iniciou-se a ordem do dia: a) Projeto de Lei Ordinária nº 013/2020 - "Altera a ementa das Leis nº 864, nº 865 e nº 866, todas de 01 de julho de 2016, e dá outras providências"; O senhor Presidente anuncia o espaço da primeira discussão do PLO nº 013/2020, onde não houveram manifestações, passando então a fase da primeira votação simbólica, restando o projeto aprovado pela totalidade dos Parlamentares, com proclamação do resultado; Apresentando questão de ordem, o Parlamentar Merquides Martins pede a dispensa de segunda votação do PLO nº 013/2020, donde o senhor Presidente coloca o pedido de dispensa em deliberação plenária, verificando-se da aprovação do pedido de dispensa pela totalidade dos Parlamentares presentes; Assim, o senhor Presidente encaminha a proposição aprovada com dispensa de segunda votação para que seja enviada para sanção ou veto da Chefe do Poder Executivo. Encerrada a ordem do dia, passou-se para a "Palavra Livre" pela ordem de inscrição, onde: a) o Parlamentar Merquides Martins esclarece aos colegas de Parlamento que fora encaminhado pela Secretaria desta Casa um ofício reforçando a solicitação da documentação feita ao Fiscal de posturas do Município, mas que ainda não houve respostas e que também, entrou-se em contato com a Promotora para agendar-se uma reunião e discutir-se sobre o projeto da Rua Blumenau, registrando que ainda não se recebeu respostas; b) Na sequência dos inscritos, o Vereador Tony Tadeu Nones questiona ao Líder de governo quando serão encaminhadas as respostas dos requerimentos que estão em aberto, donde o Vereador Merquides esclarece ao colega que até a próxima semana serão respondidos todos os requerimentos. Ainda na palavra livre, o senhor Presidente justifica a ausência do Parlamentar Joel Mazzi que lhe comunicou que estava gripado, e para garantir a proteção dos demais optou-se pela ausência do Vereador na Sessão. Sem mais manifestações, o senhor Presidente agradeceu a presença de todos, convidando para a Sessão Ordinária que se realizará no dia 06 de julho do ano corrente, às 19:00 horas, na sede do Poder Legislativo, e em seguida encerrou a presente Sessão na forma regimental, da qual lavrou-se esta ata que será assinada por todos e publicada na forma da Lei.

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Publicação Nº 2551455

Ata da Décima Primeira Sessão Extraordinária da Câmara de Vereadores de Doutor Pedrinho, na Oitava Legislatura do Município. Em primeiro de julho de dois mil e vinte (01/07/2020), com início às 19hs00, reuniu-se a Câmara dos Vereadores do Município de Doutor Pedrinho, com a ausência dos Parlamentares Jackson Rodrigo de Castilho e Merquides Martins, tendo na Presidência o Vereador Luiz Henrique Stollmeier, 1º Secretário o Vereador Luizinho Pereira da Silva e 2º Secretário o Vereador Tony Tadeu Nones. Inicialmente, o Senhor Presidente cumprimentou os colegas Vereadores e demais presentes, e declarou aberta a Sessão Extraordinária, com a invocação regimentalmente fixada. Na sequência, abriu-se a Ordem do Dia, com uma proposição pautada, qual seja: a) Projeto de Lei Ordinária nº 014/2020 - "Autoriza o repasse de saldo de recursos dos Convênio nº 020/2015 (Radiopatrulha) de que trata a Lei nº 845/2014 e dá outras providências"; O senhor Presidente registra que os Pareceres da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação e Comissão Permanente de Economia e Finanças são favoráveis a tramitação do Projeto de Lei nesta Casa, ficando dispensada a leitura pelos membros das Comissões; O Vereador Presidente anuncia o espaço da primeira discussão do PLO nº 014/2020, onde não houveram manifestações, passando então a fase da primeira votação simbólica, restando o projeto aprovado pela totalidade dos Parlamentares, com proclamação do resultado; Apresentando questão de ordem, o Parlamentar Tony Tadeu Nones pede a dispensa de segunda votação do PLO nº 014/2020, donde o senhor Presidente coloca o pedido de dispensa em deliberação plenária, verificando-se da aprovação do pedido de dispensa pelos Parlamentares presentes; Assim, o senhor Presidente encaminha a proposição aprovada com dispensa de segunda votação para que seja enviada para sanção ou veto da Chefe do Poder Executivo. Terminados os trabalhos, o senhor Presidente agradece a presença de todos, e em seguida encerrou a presente Sessão Extraordinária na forma regimental, da qual lavrou-se esta ata que será assinada por todos e publicada na forma da Lei. Obs: Considerando a aprovação do pedido de dispensa de segunda votação do PL nº 014/2020, fica dispensada a realização da Décima Segunda Sessão Extraordinária que seria realizada na sequência desta Sessão Extraordinária.

PARECER CEF - PLO 14-2020

Publicação Nº 2551449

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA E FINANÇAS**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 14/2020**

Autoriza o repasse de saldo de recursos dos Convênio nº 020/2015 (Radiopatrulha) de que trata a Lei nº 845/2014 e dá outras providências.

O Projeto de Lei vem para manifestação desta Comissão Permanente pois concorre para aumentar a despesa pública e trata de alteração da Lei Orçamentária, atraindo a incidência do art. 48, incisos III e V, do Regimento Interno do Poder Legislativo.

Com efeito, considerando que o Projeto de Lei trata da autorização legislativa para repassar na íntegra recursos no valor R\$ 22.433,00 (vinte e dois mil e quatrocentos e trinta e três reais) do saldo remanescente do convênio nº 020/2015 de que trata a Lei nº 845/2014 para o Fundo de Melhorias da Polícia Militar de Santa Catarina – FUMPOM (CNPJ nº 13.925.994/0001-07) destinados à construção do novo quartel da PMSC em Doutor Pedrinho, estaria aumentando a despesa pública, pois referido convênio foi substituído por aquele da Lei nº 937, de 18/05/2020.

Neste caso, o artigo 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal preconiza que o projeto de geração da despesa deveria estar acompanhado da “estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes” e de “declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias”.

O próprio artigo 15 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 já estabelece que “Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17”.

Assim, quanto a esta primeira parte do projeto de lei, não bastaria apenas a previsão genérica que os encargos decorrentes da proposição sejam atendidos por dotações próprias consignadas no orçamento programa anual, mesmo considerando-se que a Lei Complementar nº 173, de 27/05/2020, tenha mitigado parcialmente as exigências da LRF, embora, como o projeto também trata de anular outras despesas do orçamento para fazer o aporte necessário, tecnicamente não se estaria incorrendo em aumento de despesa, mas sim em alteração da despesa prevista.

Quanto a segunda etapa do projeto de lei, que trata da autorização para remanejamento de dotação orçamentária (abertura de crédito adicional especial mediante anulação de outras dotações), de forma a assegurar o cumprimento do repasse previsto, tem-se que seja procedimento muito comum na Administração Pública, principalmente em razão da precariedade ou inexistência do planejamento fiscal.

Por isso, a Lei nº 4.320/64 trata a matéria no contexto dos créditos adicionais (suplementares e especiais), possibilitando-se que a Câmara analise e decida sobre a autorização solicitada na segunda parte da proposição.

Pelo exposto, entendemos que o presente Projeto de Lei pode ser submetido à apreciação, discussão e votação pelo Plenário desta Câmara, com parecer favorável desta Comissão de Economia e Finanças.

Publique-se. Registre-se.

Doutor Pedrinho - SC, 01 de julho de 2020.

Luiz Henrique Stollmeier
Presidente

Amélio Alves Fernandes
Vice-Presidente

Tony Tadeu Nones
Membro

PARECER CJR - PLO 14-2020

Publicação Nº 2551447

COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 14/2020**

Autoriza o repasse de saldo de recursos dos Convênio nº 020/2015 (Radiopatrulha) de que trata a Lei nº 845/2014 e dá outras providências.

A proposição vem a esta Comissão Permanente para manifestação quanto aos aspectos constitucional, legal, regimental e de redação.

No caso, o Projeto não deve obediência a nenhuma regra específica do Regimento Interno, e encontra-se redigido em razoável conformidade com a técnica legislativa, atendendo-se aos aspectos formais.

Além disso, busca-se autorização legislativa para repassar na íntegra recursos no valor R\$ 22.433,00 (vinte e dois mil e quatrocentos e trinta e três reais) do saldo remanescente do convênio nº 020/2015 de que trata a Lei nº 845/2014 para o Fundo de Melhorias da Polícia

Militar de Santa Catarina – FUMPOM (CNPJ nº 13.925.994/0001-07) destinados à construção do novo quartel da PMSC em Doutor Pedrinho.

Sob tal aspecto, a proposição trata de assunto de interesse local, conforme previsão do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal, podendo ser disciplinado por lei municipal.

Por outro lado, também pretende-se autorização para remanejamento de dotação orçamentária (abertura de crédito adicional especial mediante anulação de outras dotações), de forma a assegurar o cumprimento do repasse previsto.

Esta parte da proposição está disciplinada nos artigos 165 e seguintes da Constituição Federal, bem como na Lei nº 4.320/64 e na Lei Complementar nº 101, de 2000.

Ademais, o Título V da Lei nº 4.320/64, em seus artigos 40 e seguintes, trata a matéria no contexto dos créditos adicionais (suplementares e especiais), dando-se a competente fundamentação para o procedimento personificado na segunda parte da proposição.

Ressalve-se, porém, que infelizmente não existe ações planejadas antecipadamente pela Administração de forma a assegurar tempo razoável para tramitação da matéria, donde a proposição vem em regime de urgência, sem maiores informações a respeito do local destinado para obra ou do cronograma de sua execução, prejudicando a apreciação integral da matéria por esta Casa Legislativa, inclusive com o atropelo justificado no calendário eleitoral.

Contudo, como não é caso de manifestação sobre o mérito do projeto, assim entendida a colocação do assunto sob o prisma da conveniência, utilidade e oportunidade, conforme ressalvado pelo parágrafo terceiro do artigo 47 do Regimento Interno da Câmara, cabe sua deliberação mesmo sem o complemento das informações.

Desta forma, atendidas as premissas de constitucionalidade e legalidade para apreciação da matéria, e, diante da situação exposta, entendemos que o presente Projeto de Lei pode ser submetido à apreciação, discussão e votação pelo Plenário desta Câmara, com parecer favorável desta Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Publique-se. Registre-se.

Doutor Pedrinho - SC, 01 de julho de 2020.

Tony Tadeu Nones
Presidente

Merquides Martins
Vice-Presidente

Joel Mazzi
Membro

PAUTA DA 11ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Publicação Nº 2551442

PAUTA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES NA OITAVA LEGISLATURA DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC
- 01 DE JULHO DE 2020 -

I - Abertura da Sessão na forma Regimental

II - Ordem do Dia:

- Projeto de Lei Ordinária nº 014/2020 – “Autoriza o repasse de saldo de recursos dos Convênio nº 020/2015 (Radiopatrulha) de que trata a Lei nº 845/2014 e dá outras providências”;
- Apresentação de parecer da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação;
- Apresentação de parecer da Comissão Permanente de Economia e Finanças;
- Primeira Discussão do PL nº 014/2020;
- Primeira votação simbólica do PL nº 014/2020;

III – Encerramento.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 2020.

LUIZ HENRIQUE STOLLMEIER GECIMARI CORDEIRO
Presidente em exercício da Câmara Assessoria Legislativa (FG)

Erval Velho

PREFEITURA

DECRETO 2628/2020

Publicação Nº 2552021

DECRETO 2628, de 26 de junho de 2020.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o inciso I do Art.6º da Lei Municipal n. 1515 de 26 de novembro de 2019 - LOA e tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho o valor de R\$ 243.547,47 para suplementar a seguinte dotação orçamentária: Convênio Ministério do Desenvolvimento Regional Contrato de Repasse nº 891476/2019/MDR/CAIXA.

ÓRGÃO – 05 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRA E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE – 02 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

PROJ/ATIV. – 1.013 – Pavimentação

DOT. – 222 – 4.4.90.00.00.00.00.0434 – Aplicações Diretas R\$ 243.547,47

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir a suplementação correrá à conta do provável excesso de arrecadação na fonte de recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 26 de junho de 2020.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 26 de junho de 2020.

Christian Andrei Conte
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 2629/2020

Publicação Nº 2552024

DECRETO 2629, de 26 de junho de 2020.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, II, da Lei Municipal n. 1515 de 26 de novembro de 2019 - LOA e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho o valor de R\$ 4.797,47 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 05 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRA E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE – 02 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

PROJ/ATIV. – 1.013 – Pavimentação

DOT. – 194 – 4.4.90.00.00.00.00.0300 – Aplicações Diretas R\$ 4.797,47.

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir a presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2019.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 26 de junho de 2020.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 26 de junho de 2020.

Christian Andrei Conte
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 2630/2020

Publicação N° 2552025

DECRETO 2630, de 06 de julho de 2020.

Altera Pregoeiros e Equipe de Apoio para as licitações na modalidade de Pregão e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, e de acordo com a Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto Municipal n. 1386, de 27 de janeiro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados para comporem o grupo de Pregoeiros e Equipe de Apoio de Licitações na modalidade de pregão, para a aquisição de bens e serviços comuns no âmbito deste Município, a partir desta data.

Gizelle Fornari – Pregoeiro Oficial
Christian Andrei Conte – 1º Pregoeiro Substituto
Djalmo de Andrade – 2º Pregoeiro Substituto

Equipe de Apoio:

Patrick Bordin
Amanda Meyer Alves Moreira

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 06 de julho de 2020.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 06 de julho de 2020.

Christian Andrei Conte
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DE EDITAL DE INEXIGIBILIDADE 005/2020

Publicação N° 2552010

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório n° 047/2020
Edital de Inexigibilidade de Licitação n° 005/2020

O Município de Erval Velho torna público que realizou licitação na modalidade Inexigibilidade Processada e Julgada em conformidade com Artigo 25, caput da Lei Federal n° 8.666/93

Objeto: Contratação de serviço autônomo de Elaboração e Realização de Leilão de Bens, de forma presencial e online (através da Internet).

Contratado: LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL, Sr JÚLIO RAMOS LUZ

Valor do Contrato: o Contratado não receberá nenhuma quantia do Contratante. Terá direito de receber o percentual de 5% diretamente dos Arrematantes.

Substrato Jurídico: Artigo 25, caput. da Lei Federal n° 8.666/93.

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE INEXIGIBILIDADE 006/2020

Publicação Nº 2552001

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 051/2020
Edital de Inexigibilidade de Licitação nº 006/2020

O Município de Erval Velho torna público que realizou licitação na modalidade Inexigibilidade Processada e Julgada em conformidade com Artigo 25, inciso III da Lei Federal nº 8.666/93
Objeto: Contratação de Serviços Profissionais para Elaboração de Trabalho Pericial para Conferencia de Cálculos de Correção Monetária e Juros de Sentença Judicial.
Contratado: EMERSON RICARDO CESA
Valor do Contrato: R\$ 50.945,00 (cinquenta mil e novecentos e quarenta e cinco reais),
Substrato Jurídico: Artigo 25, I, combinado com o art. 13, II da Lei Federal nº 8.666/93.

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 028/2020

Publicação Nº 2552016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 052/2020
Edital de Pregão nº 028/2020

O Município de Erval Velho torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO sob a forma PRESENCIAL a ser Processado e Julgado em conformidade com o Decreto Municipal nº 1386/2010 que regulou a Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis
Objeto: Aquisição de Óleos Lubrificantes, para o exercício 2020, conforme relação, quantitativo e especificações constantes neste Edital e seus anexos.
Data e Horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 17/07/2020.
Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000
O Edital na íntegra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br
Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal.

PORTARIA 3859/2020

Publicação Nº 2552026

PORTARIA 3859, de 01 de julho de 2020.
Concede férias a servidor que especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no artigo 64, da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao servidor abaixo mencionado pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 01 à 30 de julho de 2020 conforme respectivo período aquisitivo:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo		
Neodir Fagundes	Motorista	05/09/2018	A	04/09/2019

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 01 de julho de 2020.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Christian Andrei Conte
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3860/2020

Publicação Nº 2552029

PORTARIA 3860, de 02 de julho de 2020.
Concede férias a servidor que especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no artigo 64, da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao servidor abaixo mencionado pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 02 à 31 de julho de 2020, conforme respectivo período aquisitivo:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo		
Pedro Osmar Pratto	Controlador Interno	02/01/2017	A	01/01/2018

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 02 de julho de 2020.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Christian Andrei Conte
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3861/2020

Publicação Nº 2552031

PORTARIA 3861, de 06 de julho de 2020.

Altera Comissão Permanente de Licitações e Registros Cadastrais e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal em consonância com art. 51 da Lei de Licitações 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam alterados os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão Permanente de Licitações e Registros Cadastrais da Prefeitura Municipal de Erval Velho:

Titulares:

Gizelle Fornari – Presidente
Amanda Meyer Alves Moreira - Secretária
Djalmo de Andrade - Membro

Suplentes:

Christian Andrei Conte
Patrick Bordin
Guilherme Clamer Teles

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 06 de julho de 2020.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Christian Andrein Conte
Secretário de Administração e Finanças

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N. 0006/2020

Publicação Nº 2551275

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERVIÇOS
DE ENGENHARIA N. 0006/2020

Comunicamos a quem interessar possa, que o MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, abriu Licitação Pública, regida pelas disposições da Lei Federal n. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, na Modalidade TOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N. 0006/2020, TIPO MENOR PREÇO/PREÇO GLOBAL, objetivando a AMPLIAÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM ÁREA RUAL, NAS COMUNIDADES DA REDE 01: SANTO ANTÔNIO, SÃO BRAZ, DUAS PALMEIRAS, COM UMA EXTENSÃO LINEAR APROXIMADA DE 5.210,96M E NA REDE 02: SÃO ROQUE, LINHA SANTIN E LINHA BOA ESPERANÇA, COM ÁREA LINEAR APROXIMADA DE 2.443,02M, CONFORME PROJETOS TÉCNICO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ENGENHARIA, NOS TERMOS DE CONVÊNIO N. 2020TR0388, CELEBRADO COM A SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL - SDE, e estará recebendo os Envelopes para habilitação e proposta de preços até as 08h15m do dia 22 de Julho de 2020, na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitações, junto à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e, às 08h30m, deste mesmo dia, e, no mesmo local, fará a abertura dos envelopes da documentação e das propostas de preços dos interessados, o Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados, no Departamento Municipal de Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro, Cidade que lhe empresta o nome, ou pelo telefone 0xx49-34364300, no horário das 08h00m às 11h00m e das 13h00m às 17h00m ou junto ao sítio www.faxinal.sc.gov.br.

Faxinal dos Guedes/SC, 06 de Julho de 2020.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 194/2020

Publicação Nº 2552120

Faxinal dos Guedes, SC – 29 de Junho de 2020.

Decreto nº194/2020
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

GILBERTO ÂNGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeado o Senhor JOÃO FACHINELLO NETO, portador do CPF nº 059.002.599-60, para o exercício do cargo de provimento em comissão de SECRETARIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA de acordo com a Lei Complementar 48/2006.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor a partir da data 01 de Julho de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 29 de Junho de 2020.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO Nº 195/2020

Publicação Nº 2552124

DECRETO Nº. 0195/2020.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º da Lei Municipal nº. 2520 de 05 de Dezembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do excesso de arrecadação no valor de R\$ 248.958,78 (duzentos e quarenta e oito mil, novecentos e cinquenta e oito reais e setenta e oito centavos), no orçamento de 2020 do Município de Faxinal dos Guedes, Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes e Fundo Municipal de Assistência Social de Faxinal dos Guedes, nas seguintes programações de despesas:

Suplementações:

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Infraestrutura

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Infraestrutura

Função: 26 – Transporte

Subfunção: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 2601 – Estradas Vicinais

Projeto/Atividade: 2016 – Manutenção das Atividades de Infraestrutura

Modalidade de Aplicação: 31900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1153 – COVID-19 - Recursos T. da União sem Dest. Específica

Valor: R\$ 210.721,06

Órgão: 13 – Fundo Municipal da Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal da Saúde

Função 10 - Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 1001 – Saúde com Qualidade

Projeto/Atividade: 2029 – Manutenção das Atividades da Saúde

Modalidade de Aplicação: 31900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1152 – COVID-19 - Ações de Saúde e Assistência Social

Valor: R\$ 24.854,51

Órgão: 14 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Função 08 – Assistência Social

Subfunção: 244 – Assistência Comunitária

Programa: 801 – Assistência Social Geral

Projeto/Atividade: 2037 – Manutenção do Fundo M. de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1152 – COVID-19 - Ações de Saúde e Assistência Social

Valor: R\$ 13.383,21

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que se trata o artigo anterior, será utilizado o excesso de arrecadação, provenientes de recebimento do Apoio Financeiro aos Municípios – AFM, COVID-19: recursos transferidos da união sem destinação específica conforme LC 173/2020, artigo 5º, II-B e recursos transferidos da união destinados a ações de Saúde e Assistência Social, conforme LC 173/2020, artigo 5º, I-B.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes - SC, 29 de Junho de 2020.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito de Faxinal dos Guedes - SC

DECRETO Nº 196/2020

Publicação Nº 2552127

DECRETO Nº. 0196/2020.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º da Lei Municipal nº. 2520 de 05 de Dezembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 33.066,45 (trinta e três mil e sessenta e seis reais e quarenta e cinco centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

Subtrai da Dotação:

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 01 – Departamento de Educação

Função: 12 – Educação

Subfunção: 365 – Educação Infantil

Programa: 1201 – Desenvolvimento Educacional

Projeto/Atividade: 2010 – Manutenção da Educação Infantil – Pré-Escolar
Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas
Fonte: 1101 – Recursos Ordinários Educação
Valor: R\$ 33.066,45

Adiciona para as Dotações:

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento de Educação
Função: 12 – Educação
Subfunção: 365 – Educação Infantil
Programa: 1201 – Desenvolvimento Educacional
Projeto/Atividade: 2010 – Manutenção da Educação Infantil – Pré-Escolar
Modalidade de Aplicação: 31900000 – Aplicações Diretas
Fonte: 1101 – Recursos Ordinários Educação
Valor: R\$ 33.066,45

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes - SC, 29 de Junho de 2020.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes - SC

DECRETO Nº 198/2020

Publicação Nº 2552133

DECRETO Nº 197/2020

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, TODO TERRITÓRIO DE FAXINAL DOS GUEDES AFETADO PELAS CHUVAS, (TEMPESTADE LOCAL CONVECTIVA/VENDAVAL – COBRADE: 1.3.2.1.5), CONFORME IN/MI 02/2016.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

Considerando, as fortes chuvas, tempestades e vendaval que se abateram sob a cidade, e acarretaram inúmeros prejuízos humanos e materiais;

Considerando, em decorrência dos danos, diversas famílias viram-se sem estrutura de subsistência digna;

Considerando, as intempéries acarretaram uma série de destelhamentos e destruição em residências e comércios da cidade e do interior do município;

Considerando, como consequência desse desastre, resultaram os danos materiais e ambientais, além dos prejuízos econômicos e sociais.

Considerando finalmente, a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil – CONDEC, a intensidade deste desastre foi dimensionada como nível II.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Tempestade Local Convectiva/Vendaval – COBRADE 1.3.1.5, conforme IN/MI nº 02/2016.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Defesa Civil do Município de Faxinal dos Guedes/SC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Faxinal dos Guedes/SC.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 8º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes/SC, 01 de Julho de 2020.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes

DECRETO Nº 199/2020

Publicação Nº 2552136

Faxinal dos Guedes, SC, em 01 de Julho de 2020.

Decreto nº 199/2020

NOMEIA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando o interesse público e a necessidade pública na contratação de servidores; Considerando o Edital nº 0001/2020 da Secretaria Municipal de Saúde, Edital de Contratação de Enfermeira por prazo determinado;

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeada a Senhora NAILIDES MUCZINSKI, portadora do CPF nº 029.668.689-10, para o exercício do cargo de provimento temporário de excepcional interesse público, de ENFERMEIRA com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde Pública, com vigência no período de 01/07/2020 à 31/12/2020.

Parágrafo Único: O Servidor desempenhará as funções inerentes ao cargo, percebendo o vencimento previsto na referida lei.

Art.2º. O servidor vincula-se às disposições da Lei Complementar nº044/2016 e suas alterações posteriores, sendo que, em relação à Previdência Social o CONTRATADO será vinculado ao RGPS.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Faxinal dos Guedes, SC, em 01 de Julho de 2020.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

DECRETO Nº 200/2020

Publicação Nº 2552137

Faxinal dos Guedes, SC – 01 de Julho de 2020.

Decreto nº200/2020

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeado o Senhor DEFENDE FOLGIARINI, portador do CPF nº 447.432.979-15, para o exercício do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS de acordo com a Lei Complementar 48/2006.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 01 de Julho de 2020.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO Nº 201/2020

Publicação Nº 2552140

DECRETO Nº 201 /2020

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, aprova projeto de desdobro.

DECRETA:

Art. 1º - aprova o projeto de Desdobro do Lote urbano n.º 09 da Chácara n.º 67 atual quadra n.º 47 com área de 9.709,64m², situado no lado de numeração ímpar da Rua Valdomiro Giordani distante 20,00 metros da esquina com a Rua 21 de Abril, localizado no Bairro 02, Matrícula av. n.º 28.572 do C. R. I. de Xanxerê, neste Município de Faxinal dos Guedes/SC, de propriedade de ANGELO JOÃO ALESSIO E NOELI ALESSIO, Projeto elaborado pelo Engenheiro Florestal Maicon Gehlen CREA SC n.º 092210-4.

Art. 2º - Este desdobro resulta em 09 imóveis sendo: LOTE 09, DA QUADRA 47 Área Remanescente: 5.682,34m² situado no lado de numeração ímpar da Rua Valdomiro Giordani distante 98,82 metros da esquina com a Rua 21 de Abril, conforme descrição que segue: ao Norte confronta com parte do lote número 08 de Eliane Maria Casa Grande matrícula número 21.434, em 1,04 metros, com parte da Chácara 66 de Sorelle Holding LTDA matrícula número 16495 em 95,86 metros, com a Rua 20 de Janeiro em 9,85 metros e com terras de João Celso Pavlak e Mari Pavlak, matrícula n.º 21.375 em 28,93 metros. Ao Sul confronta com o lote número 12A em 12,56 metros, com o lote número 13 em 13,00 metros, com o lote número 14 em 13,00 metros, com o lote número 15 em 13,00 metros, com a Rua Valdomiro Giordani em 55,12 metros, e com o lote n.º 20 em 11,61 metros, a Leste confronta com o lote n.º 19 em 29,21 metros e com o lote n.º 20 em 34,17 metros; Ao Oeste confronta com o lote número 08 de Eliane Maria Casagrande matrícula número 21.434, em 20,00 metros e com parte do lote número 11A em 8,80 metros e com o lote n.º 15 em 31,20 metros; LOTE 10A, DA QUADRA 47 com área de 532,77m² situado no lado de numeração ímpar da Rua Valdomiro Giordani distante a 20,00 metros da esquina com Rua 21 de Abril, conforme descrição que segue: ao Norte confronta com parte do lote número 08 de Eliane Maria Casagrande matrícula número 21.434, em 13,71 metros, Ao Sul confronta com a Rua Valdomiro Giordani em 13,11 metros, a Leste confronta com lote número 11A com área em 40,00 metros, Ao Oeste confronta a área de posse de Armando Oldoni e Adir Oldoni em 40,00 metros; LOTE 11A, DA QUADRA 47 com área de 532,91m² situado no lado de numeração ímpar da Rua Valdomiro Giordani distante a 33,11 metros da esquina com Rua 21 de Abril, conforme descrição que segue: ao Norte confronta com parte do lote número 08 de Eliane Maria Casagrande matrícula número 21.434, em 13,25 metros, Ao Sul confronta com a Rua Valdomiro Giordani em 13,71 metros, a Leste confronta com parte do lote número 09 área remanescente em 8,80 metros e com o lote número 12A em 31,20 metros, Ao Oeste confronta o lote número 10A em 40,00 metros; LOTE 12A, DA QUADRA 47 com área de 398,26m² situado no lado de numeração ímpar da Rua Valdomiro Giordani distante a 46,82 metros da esquina com Rua 21 de Abril, conforme descrição que segue: ao Norte confronta com parte do lote número 09 área remanescente, em 12,25 metros, Ao Sul confronta com a Rua Valdomiro Giordani em 13,00 metros, a Leste confronta com lote número 13 área em 31,20 metros, Ao Oeste confronta o lote número 11A em 31,20 metros; LOTE 13, DA QUADRA 47 com área de 405,18m² situado no lado de numeração ímpar da Rua Valdomiro Giordani distante a 59,82 metros da esquina com Rua 21 de Abril, conforme descrição que segue: ao Norte confronta com parte do lote número 09 área remanescente, em 13,00 metros, Ao Sul confronta com a Rua Valdomiro Giordani em 13,00 metros, a Leste confronta com lote número 14 em 31,20 metros, Ao Oeste confronta o lote número 12 em 31,20 metros. LOTE 14, DA QUADRA 47 com área de 405,18m² situado no lado de numeração ímpar da Rua Valdomiro Giordani distante a 72,82 metros da esquina com Rua 21 de Abril, conforme descrição que segue: ao Norte confronta com parte do lote número 09 área remanescente, em 13,00 metros, Ao Sul confronta com a Rua Valdomiro Giordani em 13,00 metros, a Leste confronta com lote número 15 área em 31,20 metros, Ao Oeste confronta o lote número 13 em 31,20 metros. LOTE 15, DA QUADRA 47 com área de 405,18m² situado no lado de numeração ímpar da Rua Valdomiro Giordani distante a 85,82 metros da esquina com Rua 21 de Abril, conforme descrição que segue: ao Norte confronta com parte do lote número 09 área remanescente, em 13,00 metros, Ao Sul confronta com a Rua Valdomiro Giordani em 13,00 metros, a Leste confronta com parte do lote número 09 área Remanescente em 31,20 metros, Ao Oeste confronta o lote número 14 em 31,20 metros; LOTE 18, DA QUADRA 47 com área de 981,46m² situado no lado de numeração ímpar da Rua Valdomiro Giordani distante a 166,00 metros da esquina com Rua 21 de Abril, conforme descrição que segue: ao Norte confronta com terras de João Celso Pavlak e Mari Pavlak matrícula número 21.375, em 20,20 metros, Ao Sul confronta com a Rua Valdomiro Giordani em 20,00 metros, a Leste confronta com parte do lote número 29 de Zelinda Pilatti matrícula número 8718, em 45,21 metros, Ao Oeste confronta parte do lote número 09 Área Remanescente em 29,21 metros e com o lote número 20 em 29,04 metros; LOTE 20, DA QUADRA 47 com área de 366,36m² situado no lado de numeração ímpar da Rua Valdomiro Giordani distante a 153,94 metros da esquina com Rua 21 de Abril, conforme descrição que segue: ao Norte confronta com parte do lote número 09 Área Remanescente, em 11,61 metros, Ao Sul confronta com a Rua Valdomiro Giordani em 12,04 metros, a Leste confronta com parte do lote número 18, em 29,04 metros e com o lote número 20 em 34,17 metros, Ao Oeste confronta parte do lote número 09 Área Remanescente em 34,17 metros.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 01 de Julho de 2020.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito de Faxinal dos Guedes - SC

DECRETO Nº 202/2020

Publicação Nº 2552143

DECRETO Nº. 0202/2020.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º da Lei Municipal nº. 2520 de 05 de Dezembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

Subtrai da Dotação:

Órgão: 13 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 1001 – Saúde com Qualidade

Projeto/Atividade: 2031 – Manutenção Bloco de Atenção Básica Variável

Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1138 – SUS UNIÃO

Valor: R\$ 100.000,00

Adiciona para as Dotações:

Órgão: 13 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 1001 – Saúde com Qualidade

Projeto/Atividade: 2031 – Manutenção Bloco de Atenção Básica Variável

Modalidade de Aplicação: 31900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1138 – SUS UNIÃO

Valor: R\$ 100.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes - SC, 01 de Julho de 2020.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes - SC

DECRETO Nº 203/2020

Publicação Nº 2552145

Faxinal dos Guedes (SC), 03 de Julho de 2020.

DECRETO Nº 203/2020.

“TRANSFERE BEM MÓVEL DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA PARA A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SETOR DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 66, Inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º. Fica transferido o bem móvel CHEVROLET/CELTA 1.0 LT, ano 2014/2014, placa OKE-5744, inscrito no bem patrimonial de nº 9589, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, para a Secretária Municipal de Saúde, no setor de Vigilância Sanitária.

Art. 2o. As despesas com reparação e manutenção do veículo descrito no art. 1º deste decreto, serão efetuadas pelas dotações da Secretaria Municipal de Saúde, no Setor de vigilância Sanitária.

Art. 3o. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 03 de Julho de 2020.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 204/2020

Publicação Nº 2552147

Faxinal dos Guedes (SC), 03 de Julho de 2020.

DECRETO Nº 204/2020.

“TRANSFERE BEM MÓVEL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SETOR DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 66, Inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º. Fica transferido o bem móvel FIAT/STRADA, ano 2016/2016, placa QHX-8989, inscrito no bem patrimonial de nº 12552, da Secretaria Municipal de Saúde, Setor da Vigilância Sanitária, para a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º. As despesas com reparação e manutenção do veículo descrito no art. 1º deste decreto, serão efetuadas pelas dotações da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 03 de Julho de 2020.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 205/2020

Publicação Nº 2552151

DECRETO Nº. 0205/2020.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º da Lei Municipal nº. 2520 de 05 de Dezembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do excesso de arrecadação no valor de R\$ 5.250,00 (cinco mil duzentos e cinquenta reais), no orçamento de 2020 do Fundo Municipal de Assistência Social de Faxinal dos Guedes, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 14 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Função 08 – Assistência Social

Subfunção: 244 – Assistência Comunitária

Programa: 801 – Assistência Social Geral

Projeto/Atividade: 2037 – Manutenção do Fundo M. de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1135 – Recursos FNAS - União

Valor: R\$ 5.250,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que se trata o artigo anterior, será utilizado o excesso de arrecadação, provenientes de recebimento de recursos conforme portaria federal nº. 369/2020 para ações do COVID no SUAS para EPI.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes - SC, 03 de Julho de 2020.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes - SC

Flor do Sertão

PREFEITURA

PORTARIA Nº 161/2020

Publicação Nº 2551369

	PORTARIA Nº 161/2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal LUCAS AUGUSTO SEIBET, ocupante do Cargo de Engenheiro Civil, lotado na Secretaria Municipal de Administração, no período de 06/07/2020 a 20/07/2020, relativo ao período aquisitivo 05/18 a 05/19.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 06 dias do mês de Julho de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS DIRCIANE F. NEUHAUS
Secretário de Administração Responsável Dpto Pessoal

Formosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N.º 5012/2020

Publicação Nº 2552197

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL
DECRETO MUNICIPAL N.º 5012, DE 06 DE JULHO DE 2020.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2020 DO TIPO ALTERAÇÃO SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 71, Inciso XVIII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal N.º 756, de 26 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1.º Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) para a (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária (s):

05 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
05.02 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
PROJ./ATIV. 2.013- PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
(157) 3.3.90.00.00.00.00.31546- Aplicações Diretas	R\$ 3.000,00

Art. 2.º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo primeiro serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação referente a fonte de recursos abaixo relacionados no valor de:

05 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
05.02 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
PROJ./ATIV. 2.013- PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
(157) 3.3.90.00.00.00.00.31546- Aplicações Diretas	
Fonte de Recursos: 31536- Transf. da União para Ações	R\$ 3.000,00

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 06 de julho de 2020.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.

EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO ADM. N.º: 081/2020 - ADITIVO N.º 01/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL CONTRATADO: RCR SERVIÇOS FLORESTAIS LTDA

Publicação Nº 2552209

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL
EXTRATO CONTRATUAL
CONTRATO ADM. N.º: 081/2020 - ADITIVO N.º 01/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL
CONTRATADO: RCR SERVIÇOS FLORESTAIS LTDA
OBJETO: O presente Aditivo contratual tem por objeto a inclusão do item 4.2.1.2 junto a Cláusula Quarta do contrato firmado o qual passa a ter a seguinte redação:
"4.2.1.2 O valor mensal previsto no presente item será reajustado anualmente de acordo com o IGP-M da FGV (ou por outro indicador que venha a substituí-lo), acumulado nos últimos 12 (doze) meses da data de início de vigência do contrato, permanecendo sem alteração caso o índice de reajuste seja negativo."
FORMOSA DO SUL, 06 JULHO DE 2020.
RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO ADM. N.º: 082/2020– ADITIVO N.º 004/2020 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL CONTRATADO: DARCI NATAL KHEL

Publicação N° 2552402

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

EXTRATO CONTRATUAL

CONTRATO ADM. N.º: 082/2020– ADITIVO N.º 004/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

CONTRATADO: DARCI NATAL KHEL

OBJETO: Fica reajustado o valor constante da Cláusula Segunda do Contrato Superior, firmado em 21 de junho de 2016, no percentual equivalente ao IGP-M/FGV acumulado no período de junho de 2019 a maio de 2020, que registrou 6,51 % (seis vírgula cinquenta e um por cento), passando de R\$ 34,20 (trinta e quatro reais e vinte centavos) para R\$ 36,43. (trinta e seis reais e quarenta e três centavos) a partir de 22 de junho de 2020.

2.2 Fica reajustado o valor constante na cláusula Quinta item 5.2 firmado em 21 de junho de 2016, no percentual equivalente ao IGP-M/FGV acumulado no período de junho de 2019 a maio de 2020, que registrou 6,51 % (seis vírgula cinquenta e um por cento), passando de R\$ 226,98 (duzentos e vinte e seis reais noventa e oito centavos) mensais para R\$ 241,76 (duzentos e quarenta e um reais e setenta e seis centavos) a partir de 22 de junho de 2020.

FORMOSA DO SUL, 06 DE JULHO DE 2020.

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 39/PMF/2020 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/PMF/2020

Publicação Nº 2551433

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 39/PMF/2020
(Referente Pregão Presencial nº. 79/PMF/2020)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3.400, Paço Municipal 26 de Abril, Forquilha/SC, inscrita no CNPJ nº. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa DIDÁTICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA., inscrita no CNPJ nº. 08.986.825/0001-14, estabelecida na Rua Santa Terezinha, nº. 87, Centro, Município de Jaborá/SC, neste ato representada pelo Sr. Vivaldino Pasqualotto, brasileiro, CI n. 2.136.277, CPF nº. 655.988.909-25, doravante denominada DETENTORA(s) DA ATA nos termos do Artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 79/PMF/2020, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para aquisição de peças para reposição com instalação em parques infantis, a fim de atender as necessidades do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

- 1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.
- 1.2. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.
- 1.3. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 10 (dez) dias a partir da data de recebimento das mesmas.
- 1.4. O objeto terá garantia de 01 (um) ano contada a partir da emissão da nota fiscal.

2. O objeto será transportado por conta e risco da DETENTORA DA ATA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município processará a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado e realizada a reposição do objeto num prazo máximo de 05 (cinco) dias, a partir da notificação da não aceitação.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da DETENTORA DA ATA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta de preços pertencente ao processo licitatório, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.
2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
 - 2.1. Os reajustes e reequilíbrios de preços motivados pela DETENTORA DA ATA seguirão os padrões de avaliação previstos no Artigo 65 da Lei Federal nº. 8.666/93.
3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, improrrogável.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do Município.
 - 1.1. O CERTIFICO pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, consiste na sua assinatura, data e respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores do objeto.
 - 1.2. Na Nota Fiscal deverá constar, necessariamente, o número do Processo de Licitação e o número da Autorização de Fornecimento.
 - 1.3. O prazo de pagamento previsto só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.
2. O recebimento do objeto ou a constatação de irregularidades pelo Fiscal do Contrato será procedida conforme reza o edital de chamamento do processo licitatório que gerou a presente Ata de Registro.
3. O Município não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

Cláusula Sexta – Da Autorização de Fornecimento

1. A aquisição do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador sendo obrigatório informar ao Setor de Compras os quantitativos das aquisições.
 - 1.1. A emissão das Notas de Empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizados pela mesma autoridade, ou a quem este delegar a competência para tanto.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:
 - 1.1. Atestar as Notas Fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;
 - 1.2. Aplicar à Detentora da ATA penalidade, quando for o caso;
 - 1.3. Prestar à Detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;
 - 1.4. Efetuar o pagamento à Detentora da Ata no prazo, após a entrega do objeto e da respectiva Nota Fiscal no setor competente;
 - 1.5. Notificar, por escrito, à Detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.
2. Da Detentora da Ata:
 - 2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;
 - 2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto;
 - 2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;
 - 2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;
 - 2.5. Fornecer o objeto dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das Penalidades e Sanções Administrativas

1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
 - A) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
 - B) apresentar documentação falsa;
 - C) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - D) ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - E) não mantiver a proposta;
 - F) cometer fraude fiscal;
 - G) comportar-se de modo inidôneo.
2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas neste Edital ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

A) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido na cláusula segunda do Contrato

B) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

C) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

D) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

E) de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito pela administração quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Autoridade Competente do Município.

3. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada mediante solicitação por escrito da Detentora, comprovando estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, na ocorrência das hipóteses previstas na Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

3.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Da Fiscalização e Gestão da Ata

1. A Sr. Renan Trombim será a Fiscal desta Ata, sendo dela a competência de fiscalizar e receber o objeto, garantindo a devida execução do mesmo.

2. A Sr. Pedro Antonio Vieira Ronchi, Secretário de Infraestrutura será a Gestor desta Ata, sendo dela a responsabilidade de acionados os meios pertinentes, quando necessário, para garantir o recebimento de seus créditos, devendo comunicar a Autoridade Competente quando convir.

Cláusula Décima Segunda – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 79/PMF/2020, seus anexos e a proposta da Detentora desta Ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002, pelo Decreto Municipal nº. 53/2013 e pelo Decreto Municipal nº 167, de 15/08/2018 (microempresa), no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Terceira – Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente, feito em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante o Fiscal abaixo assinado.

Forquilha/SC, 06 de julho de 2020.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal
DIDÁTICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA.
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Vivaldino Pasqualotto
Renan Trombim
Fiscal da Ata

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 72/PMF/2020

Publicação Nº 2551607

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 72/PMF/2020

TERCEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 72/PMF/2020, QUE TEM COMO OBJETIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA SEGMENTADA EM 342,74 M², NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA EGÍDIO DE BONA, LOCALIZADA NA RODOVIA JOSEPHINA LODETTI VASSOLER, BAIRRO SANTA CRUZ, MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC.

Às dez horas e trinta minutos do dia seis do mês de julho do ano de dois mil e vinte, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, nº 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, para abertura, processamento e julgamento do EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 10/PMF/2020. Aberto os trabalhos pelo Presidente, Sr. Valdecir Tiscoski, o mesmo iniciou a abertura do envelope nº. 02 da Proposta de Preço das empresas licitantes. Os preços globais apresentados foram: RONCHI PAVIMENTAÇÕES LTDA., R\$ 72.330,44 (setenta e dois mil trezentos e trinta reais e quarenta e quatro centavos); CONSONI CONSTRUÇÕES LTDA., R\$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais); KAMILLA CONSTRUÇÕES E TRANSPORTES LTDA. EPP, R\$ 79.500,00 (setenta e nove mil e quinhentos reais). Isto posto, a comissão de licitação conferiu detalhadamente a proposta de menor valor global e certificou-se que a mesma está de acordo com as exigências do edital, sendo então, a menor proposta válida para este processo licitatório. Assim, decide esta comissão, por unanimidade, declarar vencedora do certame a empresa RONCHI PAVIMENTAÇÕES LTDA. Fica estabelecido o prazo recursal de cinco dias úteis para interposição de recursos, ou renúncia expressa do mesmo. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem. Forquilha, 06 de julho de 2020.

VALDECIR TISCOSKI ROSINETE MENEGON ZANIVAN WARMLING
Presidente da Comissão de Licitação Membro da Comissão

HENRIQUE DE OLIVEIRA SANTOS
Membro da Comissão

AVISO DE LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 87/PMF/2020

Publicação Nº 2551695

FORQUILHINHA/SC - AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Concorrência Pública Nº. 87/PMF/2020.

OBJETO: A presente licitação tem como objetivo a contratação de empresa especializada para execução da pavimentação asfáltica da Rodovia Estadual Jacob Westrup (SC-446), sentido Forquilha a Maracajá, etapa correspondente ao Município de Forquilha/SC, conforme Processo SGPE nº. SCC11879/2019 e Convênio nº. 2020TR000975 firmado junto ao Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade.

DATA DE ABERTURA: Dia 10 de agosto de 2020 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>.

Forquilha, 06 de julho de 2020.

VALDECIR TISCOSKI
Presidente da Comissão de Licitação

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 66/2020

Publicação Nº 2551362

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 66/2020

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 48/2019
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA EPP.

DO OBJETO – Execução dos serviços de pavimentação asfáltica de diversas ruas nos Bairros Santa Cruz (lote 03), Ouro Negro (lote 02) e Clarissas (lote 01), do Município de Forquilha/SC, conforme Programa BRDE Municípios sob nº SC-45.250/BNDES-AUT/TLP – Setor Público.

DO PRAZO – Fica acrescido 30 (trinta) dias ao prazo de execução do Lote 02, objeto do Contrato nº. 48/PMF/2019, nos moldes da solicitação da empresa Contratada, conforme segue:

LOTE 01: mantém-se o prazo de execução até 19/08/2020;
LOTE 02: prazo de execução fica prorrogado de 05/07/2020 para 04/08/2020;
LOTE 03: mantém-se o prazo de execução até 05/08/2020.

Fica mantida a vigência do contrato para 18/08/2025 (último prazo de execução + garantia).

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 30 de junho de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 041, DE 06 DE JULHO DE 2020.

Publicação Nº 2551549

LEI COMPLEMENTAR Nº 041, DE 06 DE JULHO DE 2020.
INSTITUI O PROGRAMA DE PROTEÇÃO ANIMAL NO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Proteção Animal no Município de Forquilha, objetivando o controle populacional de cães e gatos, por intermédio da identificação, cadastramento e castrações; a erradicação dos maus-tratos aos animais, com a efetiva fiscalização e a respectiva penalidade; bem como a garantia de atendimento aos princípios do bem-estar animal e estímulo a posse responsável.

Art. 2º A Secretaria de Saúde, através do Departamento de Vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica, a Fundação Ambiental Municipal de Forquilha, o Médico Veterinário competente do Município e a Sociedade Civil Organizada são os responsáveis em âmbito municipal pela execução das ações mencionadas na presente Lei, constituindo o Grupo Consultivo de Bem-Estar Animal.

Art. 3º Para efeito desta lei, entende-se por:

I - ABANDONO DE ANIMAIS: ato intencional de deixar o animal, que foi criado em ambiente doméstico, desamparado, correndo risco no ambiente externo, em vias e logradouros públicos ou privados, com o intuito de não mais reavê-los;

II - ABRIGO TRANSITÓRIO: Dependência apropriada para alojamento temporário e manutenção dos animais apreendidos;

III - ACUMULADOR DE ANIMAIS: indivíduo que reúne um número exagerado de animais de estimação, sem ter como abrigá-los e alimentá-los de forma adequada, ao mesmo tempo em que nega essa incapacidade.

IV - ADOÇÃO: aceitação voluntária e legal de animais por cidadãos que se comprometem a mantê-los em condições de bem-estar pela duração da vida deste animal;

V - ANIMAIS APREENDIDOS: Todo e qualquer animal capturado por servidores credenciados pelo Município, compreendendo desde o instante da captura, transporte, alojamentos e destinação final;

VI - ANIMAIS DOMÉSTICOS: são aqueles que possuem características apropriadas para a convivência com os seres humanos;

VII - ANIMAIS DE COMUNIDADE: todos aqueles animais domesticados sem domicílio definido ou responsável identificado, que encontram o seu bem estar em uma determinada comunidade de uma determinada região/local;

VIII - ANIMAIS ERRANTES: todo animal domesticado, livre e sem dono, que habitam o meio urbano;

IX - AUTORIDADE FISCALIZATÓRIA: Médico Veterinário competente do Município, Fiscais da Vigilância Sanitária e da Fundação Ambiental Municipal ou outros a serem credenciados e treinados especificamente para a função de controle animal;

X - BAIXA RENDA: são consideradas de baixa renda aqueles que estejam regularmente inscritos no Cadastro único do Governo Federal. A inscrição no Cadastro Único deverá ser realizada na Secretaria de Assistência Social do Município de Forquilha, ou diretamente no Centro de Referência de Atendimento Social (CRAS);

XI - BEM-ESTAR ANIMAL: Entende-se por bem-estar o estado do animal em relação às suas tentativas de se adaptar ao meio ambiente, considerando liberdade para expressar seu comportamento natural e ausência de fome, sede, desnutrição, doenças, ferimentos, dor ou desconforto, medo e estresse.

XII - CÃES MORDEDORES VICIOSOS: Os causadores de mordeduras a pessoas e/ou outros animais, em logradouros públicos, condição constatada pela autoridade fiscalizatória ou mediante dois ou mais boletins de ocorrência policial;

XIII - CÃES PERIGOSOS: cães que colocam em risco a integridade de outros animais e/ou pessoas;

XIV - CANIS/GATIS: locais especialmente construídos para alojar cães e gatos;

XV - EUTANÁSIA: indução da cessação da vida, por meio de método tecnicamente aceitável e cientificamente comprovado, realizado, assistido e/ou supervisionado por médico veterinário, para garantir uma morte sem dor e sofrimento ao animal;

XVI - GONADECTOMIA: castração através da remoção do ovário ou dos testículos;

XVII - LAR TEMPORÁRIO: pessoa/família que acolhe o animal em fase de tratamento e/ou recuperação e/ou de socialização;

XVIII - MANUTENÇÃO INADEQUADA: A manutenção de animais em contato direto ou indireto, com outros animais agressivos e/ou portadores de doenças infecciosas ou zoonoses, ou ainda, em alojamentos de dimensões inapropriadas a sua espécie ou porte, ou aqueles que permitam a proliferação de animais sinantrópicos;

XIX - MAUS-TRATOS: qualquer ato, direto ou indireto, comissivo ou omissivo, que intencionalmente ou por negligência, imperícia ou imprudência provoque dor ou sofrimento desnecessários aos animais;

XX - POSSE RESPONSÁVEL: É a condição na qual o tutor do animal aceita e se compromete a assumir uma série de deveres centrados no atendimento das necessidades físicas, psicológicas e ambientais de seu animal, assim como prevenir os riscos (potencial de agressão, transmissão de doenças ou danos a terceiros) que seu animal possa causar à comunidade ou ao ambiente;

XXI - TUTOR: é aquela pessoa encarregada legalmente ou judicialmente de cuidar e zelar pelo bem-estar do seu animal. A tutela responsável é o conjunto de várias atitudes, envolvendo tutores e profissionais veterinários, com vistas ao bem-estar animal;

XXII - ZOONOSE: Infecção ou doença infecciosa transmissível naturalmente entre animais vertebrados e o homem, e vice-versa.

CAPÍTULO I DO OBJETIVO

Art. 4º O Programa de Proteção Animal consiste essencialmente em:

I - Estímulo à posse responsável através da educação ambiental;

II - Incentivos à adoção de animais;

III - Controle populacional de cães e gatos, na forma desta Lei;

IV - Identificação e cadastramento obrigatório de caninos e felinos

V - Combate aos maus tratos;

VI - Prevenção e controle de zoonoses e danos à saúde pública;

VII - Responsabilização dos tutores.

CAPÍTULO II DA POSSE RESPONSÁVEL

Art. 5º Cabe aos tutores exercer a posse responsável, que consiste em:

I - mantê-lo em perfeitas condições de saúde e higiene, proporcionando-lhe fácil acesso à água e à alimentação;

II - manter a sua vacinação em dia;

III - proporcionar-lhe cuidados médico-veterinários sempre que necessário;

IV - mantê-lo em local adequado ao seu porte, limpo, arejado, com acesso à luz solar e com proteção contra as intempéries climáticas;

V - realizar a identificação e registro dos animais de acordo com as determinações da presente Lei;

VI - proporcionar-lhe atividades frequentes com a finalidade de lazer e saúde;

VII - remover os dejetos deixados pelo animal em vias e logradouros públicos, bem como reparar e ressarcir os danos por ele causados;

VIII - no caso de óbito do animal, conferir a destinação adequada ao seu cadáver.

Art. 6º É expressamente proibido:

I - privar os animais de alimento, água e cuidados médico-veterinários;

II - manter os animais presos a correntes ou cordas curtas ou apertadas, as quais sejam menores que três vezes o tamanho do animal, bem como em espaços de dimensões inapropriadas à sua espécie e porte;

III - manter os animais em local desabrigado, expostos às intempéries climáticas;

IV - manter os animais em locais insalubres ou em precárias condições sanitárias;

V - deixar os animais soltos em vias e logradouros públicos sem o acompanhamento de um tutor;

VI - abandonar, sob qualquer pretexto, o animal em áreas públicas ou privadas;

VII - praticar ato de abuso, maus tratos, ferir, queimar animais ou mutilar, mesmo para fins estéticos desnecessários;

VIII - a prática da eutanásia sem a concordância e supervisão e/ou execução por médico veterinário

IX - utilizar ou empregar métodos que causem sofrimento, aumento da dor ou morte lenta a todo animal cuja recuperação seja considerada impossível e a eutanásia seja necessária;

Art. 7º É permitida a circulação de animais domésticos em vias e logradouros públicos do Município, desde que o tutor porte os objetos necessários para recolher eventuais dejetos de seu animal.

Parágrafo único. A circulação de cães de comportamento agressivo em vias e logradouros públicos do Município deve ser realizada com

acompanhamento do tutor e mediante a utilização de guia e focinheira.

Art. 8º Nos imóveis em que habitem animais de comportamento agressivo é obrigatória:

I - a instalação de placa visível e de fácil leitura, alertando os transeuntes da existência desses animais;

II - a existência de muros ou grades e de portões de segurança capazes de garantir a permanência domiciliada desses animais e a proteção aos transeuntes e aos trabalhadores que realizam os serviços de medição do consumo de luz, água, esgoto, entrega de correspondências e coleta de resíduos sólidos.

Art. 9º O tutor é obrigado a permitir, mediante a constatação de irregularidade pelo fiscal, o acesso da Autoridade Fiscalizadora, quando no exercício de suas funções, às dependências do alojamento do animal, para constatar maus tratos ou sua manutenção inadequada, suspeita de doenças, bem como acatar as determinações emanadas da referida autoridade.

Art. 10. São objetivos da posse responsável o combate ao abandono, à procriação não planejada e a cessação dos maus tratos aos animais.

CAPÍTULO III

DAS RESPONSABILIDADES DO PODER PÚBLICO

Art. 11. O Município de Forquilha deve manter ações permanentes de proteção animal, através de cadastramento e identificação, controle da população animal, ações educativas para a posse responsável e combate aos maus tratos.

Art. 12. São atos de competência do Poder Público, as seguintes atribuições:

I - os assuntos e a fiscalização das ações concernentes à proteção aos animais regidos por esta Lei;

II - execução do programa de educação continuada de conscientização da população a respeito da posse responsável de animais domésticos;

III - incentivos à adoção de animais;

IV - manter programas permanentes de controle de reprodução de cães e gatos;

V - cadastramento e identificação de caninos e felinos que fizerem parte do programa de proteção animal;

VI - avaliação e encaminhamento adequado dos animais vítimas de maus tratos, podendo contar com o apoio de Organizações Não Governamentais - ONG's e voluntários.

Art. 13. O cumprimento das diretrizes e normas, bem como as execuções das ações de Controle de População Animal no município de Forquilha estarão em concordância com a Lei Federal nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, o art. 225 do Capítulo VI de Meio Ambiente da Constituição Federal e Leis Estaduais que contemplem a garantia de atendimento aos princípios de Bem Estar e Proteção aos animais.

Art. 14. A Secretaria Municipal de Saúde, a Secretaria Municipal de Educação, o Médico Veterinário competente do Município e a Fundação Ambiental Municipal de Forquilha serão responsáveis pela execução das ações mencionadas e disciplinadas na presente Lei.

Art. 15. Para a consecução das determinações desta Lei, o Poder Público poderá firmar parcerias com entidades de proteção e bem-estar animal e outras organizações não governamentais, universidades/faculdades, estabelecimentos veterinários, empresas públicas e/ou privadas e entidades de classe.

SEÇÃO I

DAS RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 16. A Secretaria Municipal de Saúde, através do setor de Vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica, é a responsável, em âmbito municipal, pela execução das ações a ela disciplinadas por esta Lei.

Art. 17. Constituem objetivos básicos das ações:

I - promover a melhoria da qualidade do meio ambiente, garantindo condições de saúde, segurança e bem-estar público;

II - assegurar e promover a prevenção, a redução e a eliminação da morbidade, da mortalidade, decorrentes de zoonoses e dos agravos causados pelos animais;

III - promover campanhas de vacinação, vermifugação e controle de ectoparasitas;

IV - fiscalização e atendimento a denúncias relativas a riscos de saúde pública;

V - qualificar o corpo técnico, visando à aptidão para lidar com quadros de zoonoses;

VI - promover campanhas de esterilização, vacinação quando necessária, e levantamento da população de cães e gatos do Município.

SEÇÃO II

DAS RESPONSABILIDADE DA FUNDAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Art. 18. A Fundação Ambiental do Município de Forquilha, é a responsável, em âmbito municipal, por acolher, protocolar, encaminhando a outros órgãos quando for o caso, denúncias relativas aos animais, cabendo a própria Fundação, quando não atendidos os princípios de Bem Estar Animal, executar as ações.

Art. 19. As ações da Fundação Ambiental Municipal serão desenvolvidas por meio de métodos científicos, pesquisas, monitoramento por meio da análise de situação, mapeamento e controle dos problemas, incluindo:

I - cadastramento obrigatório de caninos e felinos;

II - suporte e encaminhamento adequado aos atendimentos pertinentes e denúncias;

III - fiscalização e atendimento à denúncias relativas aos maus tratos e abandono;

IV - avaliação e encaminhamento adequado dos animais vítimas de maus-tratos.

SEÇÃO III

DAS RESPONSABILIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 20. A Secretaria Municipal de Educação em conjunto com o Grupo Consultivo de Bem-Estar Animal promoverá programa de educação continuada de conscientização da população a respeito da posse responsável de animais domésticos, e também podendo para tanto, contar com parcerias e entidades de proteção animal e outras organizações não-governamentais e governamentais, universidades, empresas públicas ou privadas (nacionais ou internacionais) e entidades de classe ligadas aos médicos veterinários.

Parágrafo único. Este programa deverá atingir o maior número de meios de comunicação, além de contar com material educativo impresso.

Art. 21. O material educativo proverá também as escolas públicas e privadas e especialmente os postos de vacinação e os estabelecimentos veterinários conveniados para registro de animais.

Art. 22. O material do programa de educação continuada deverá conter, entre outras informações consideradas pertinentes pelo Grupo Consultivo de Bem-Estar Animal:

- a) a importância da vacinação e da vermifugação de cães e gatos;
- b) zoonoses;
- c) cuidados e manejo dos animais;
- d) problemas gerados pelo excesso populacional de animais domésticos e importância do controle da natalidade;
- e) castração;
- f) legislação;
- g) ilegalidade e/ou inadequação da manutenção de animais silvestres como animais de estimação.

Art. 23. O Poder Público deverá incentivar os estabelecimentos veterinários conveniados, as entidades de classe ligadas aos médicos veterinários e as entidades protetoras de animais, a atuarem como polos irradiadores de informações sobre a posse responsável de animais domésticos.

SEÇÃO IV

DO GRUPO CONSULTIVO DE BEM-ESTAR ANIMAL

Art. 24. O Grupo Consultivo será constituído por representantes da Secretaria da Saúde, através do Departamento de Vigilância Sanitária e da Vigilância Epidemiológica, do Médico Veterinário competente do Município, da Fundação Ambiental Municipal e da Sociedade Civil Organizada e terá como finalidade acompanhar a execução do Programa de Proteção Animal, auxiliar nas tomadas de decisões e propor ações.

Art. 25. O Grupo Consultivo de Bem-Estar Animal reunir-se-á no mínimo uma vez a cada bimestre.

Parágrafo único. O Grupo Consultivo de Bem-Estar Animal poderá ser solicitado em situações em que os setores componentes não consigam resolvê-las separadamente, tendo a necessidade de que o Grupo tome medidas em conjunto.

CAPÍTULO IV

DO REGISTRO DE ANIMAIS

SEÇÃO I

DO REGISTRO DE ANIMAIS DE POSSE PARTICULAR

Art. 26. Todos os cães e gatos existentes no município de Forquilha, deverão, obrigatoriamente, ser identificados e registrados junto ao órgão municipal responsável.

§ 1º Os proprietários de animais residentes no município de Forquilha deverão, obrigatoriamente, providenciar a identificação e registro dos mesmos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de publicação da presente lei.

§ 2º Após o prazo estabelecido no Parágrafo 1º, os tutores que não procederem o registro do animal estarão sujeitos a:

- I - notificação, para que proceda o registro de todos os animais no prazo de trinta dias;
- II - vencido o prazo, a aplicação de multa, na forma do Capítulo VII da presente Lei, por animal não registrado.

Art. 27. Para o Registro Geral de Animais (R.G.A) das espécies canina e felina, os proprietários deverão fornecer ao órgão municipal responsável ou em estabelecimentos veterinários devidamente credenciados por esse mesmo órgão, a carteira ou comprovante de vacinação devidamente atualizado e dados de identificação.

§ 1º Constará, a documentação e um cadastro para registro, no qual se fará constar, imprescindivelmente dos seguintes campos:

- I - número do Registro Geral de Animais (R.G.A.);
- II - data do registro;
- III - nome do animal, porte, sexo, raça, cor, se é ou não castrado;
- IV - idade real ou presumida;
- V - nome completo do tutor ou responsável, número do R.G. e C.P.F., endereço completo, telefone de contato e foto do animal.

§ 2º Com a apresentação dos dados, o animal deverá ser levado pelo seu tutor ou responsável ao local indicado órgão municipal responsável, onde receberá um R.G.A. único e a identificação eletrônica.

§ 3º As clínicas participantes do Programa deverão estar cadastradas no sistema.

Art. 28. A identificação eletrônica de cães e gatos será efetuada com a inserção subcutânea de um microchip, em localização biocompatível, especificamente para uso animal.

§ 1º Após o nascimento, os cães e gatos deverão ser registrados até o sexto mês de idade.

§ 2º O preço público devido pela identificação e registro eletrônico dos cães e gatos será fixado por Decreto do Executivo Municipal, de

modo a cobrir os custos do material utilizado.

§ 3º Estarão isentos da taxa de registro eletrônico os proprietários:

I - comprovadamente de baixa renda;

II - que comprovarem ter adotado o animal de entidade de proteção animal ou da própria órgão municipal responsável.

Art. 29. O artefato eletrônico denominado microchip, deverá:

I - ser confeccionado em material esterilizado;

II - conter prazo de validade indicado;

III - ser encapsulado e com dimensões que garantam a biocompatibilidade;

IV - ser decodificado por dispositivo de leitura que permita a visualização dos códigos de informação.

Art. 30. A inserção do microchip será feita sob supervisão ou orientação de profissional habilitado pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Santa Catarina ou órgão que o suceda, definindo a melhor localização subcutânea.

Art. 31. A Fundação Ambiental do Município de Forquilha é o órgão responsável pelo fornecimento exclusivo de documentos oficiais para registro necessários e pelo sistema de identificação dos animais no município de Forquilha.

Parágrafo Único. A Fundação Ambiental do Município de Forquilha poderá contar com o apoio de organizações não-governamentais de proteção animal para organização dos registros e de identificação dos animais.

Art. 32. Quando houver transferência de tutela do animal, o novo tutor deverá cientificar o órgão municipal responsável, para atualização dos dados cadastrais.

Parágrafo Único. Enquanto não for realizada a atualização do registro de posse, o tutor anterior do animal ou seu detentor permanecerá como responsável único pelo animal.

Art. 33. Em caso de óbito de animal registrado cabe ao proprietário comunicar o ocorrido ao órgão municipal responsável pelo registro de animais.

Art. 34. O órgão municipal responsável pela identificação eletrônica dos animais deverá dar a devida publicidade a esta Lei assim como prover a operacionalidade da mesma.

SEÇÃO II

DO REGISTRO DE ANIMAIS POR CRIADORES COM FINALIDADE COMERCIAL

Art. 35. Todo munícipe que cria cães e gatos com finalidade comercial, para venda ou aluguel de animais, caracteriza-se proprietário de criadouro.

Parágrafo único. A criação, alojamento e manutenção de animais em residência particular, com finalidade comercial, em quantidade superior a 4 (quatro) animais, das espécies canina ou felina, com idade superior a 90 (noventa) dias, caracterizará o canil ou gatil, respectivamente, de propriedade privada, submetendo-se as exigências dispostas nesta Seção.

Art. 36. Fica obrigado todo o criador, independente do total de animais existentes, a registrar seu canil ou gatil no órgão municipal responsável e solicitar a respectiva licença, além de submeter seu comércio a todas as outras exigências impostas por normas municipal, estadual e federal.

Parágrafo único. O órgão municipal responsável informará ao proprietário de canil ou gatil comercial todas as exigências que deverão ser cumpridas, visando a obtenção da licença de que trata o caput deste artigo, que deverá ser renovada anualmente.

Art. 37. No ato da venda, o animal deverá estar previamente vacinado e vermifugado, bem como estar registrado eletronicamente no órgão municipal responsável quando deverão ser apresentados todos os dados de que trata o § 2º do art. 41, tratando-se de cães e gatos, desta Lei, juntamente com o comprovante de todas as vacinas exigidas.

Art. 38. Os animais que não forem vendidos poderão ser colocados para a adoção, desde que previamente esterilizados, vacinados, vermifugados, tratados clinicamente e com o respectivo registro no órgão municipal responsável.

Art. 39. Constatado o descumprimento do disposto no parágrafo único do art. 36 desta Lei, estará sujeito o proprietário:

I - a notificação para que providencie a licença ou respectiva renovação no prazo de trinta dias;

II - findado este prazo, acarretará a aplicação das penalidades previstas no Capítulo VII da presente Lei.

Art. 40. Todo o canil e gatil comercial localizado no município de Forquilha deverá possuir veterinário responsável técnico pelo canil e/ou gatil.

Parágrafo único. Não possuindo, será aplicada multa prevista no art. 74 da presente Lei, dobrado na reincidência, além da cassação do alvará de licença do estabelecimento comercial.

SEÇÃO III

DO REGISTRO DE ANIMAIS POR ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS

Art. 41. Os proprietários de estabelecimentos comerciais que praticam a venda de animais de estimação, localizados no município de Forquilha, ficam obrigados a identificar eletronicamente todos os animais comercializados, além de manter registro atualizado junto ao órgão municipal responsável.

§ 1º Os animais só poderão ser expostos e comercializados se estiverem eletronicamente identificados no órgão municipal responsável.

§ 2º O registro deve conter:

- I - número do R.G.A.;
- II - data do registro;
- III - nome do animal, espécie, porte, sexo, raça e cor, bem como sinais ou peculiares, se existirem, de cada animal;
- IV - idade real ou presumida.

Art. 42. No momento da venda do animal, deve ser incluído no registro eletrônico os dados do comprador, onde fará constar o nome completo, número do R.G. e C.P.F., endereço completo e telefone de contato.

Parágrafo único. O comprador deve ter, no mínimo, dezoito anos de idade completos.

Art. 43. Os animais que não forem vendidos poderão ser doados a quem se disponha a adotá-los, sendo obrigatório a inclusão, no registro, dos dados da pessoa que os adotar, da mesma forma que o previsto no § 1º do art. 27 desta Lei.

Art. 44. O proprietário do estabelecimento comercial deve enviar, mensalmente, ao Poder Executivo Municipal, através do órgão municipal responsável, cópia das atualizações do registro previsto nesta Lei incluindo o destino dado aos animais não vendidos.

Art. 45. O descumprimento do disposto do art. 41 a art. 44 desta Lei acarretará as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa, na forma da presente Lei;
- III - cassação do alvará de licença de estabelecimento, em caso de nova infração.

CAPÍTULO V

DO CONTROLE REPRODUTIVO DE CÃES E GATOS

Art. 46. Caberá a Secretaria de Saúde do Município de Forquilha a execução do Programa Permanente de Controle Reprodutivo de Cães e Gatos em parceria com universidades, estabelecimentos veterinários, organizações não-governamentais de proteção animal e com a iniciativa privada.

Art. 47. São objetivos do Programa Permanente de Controle Reprodutivo de Cães e Gatos:

- I - prevenir zoonoses;
- II - prevenir gastos do poder público no tratamento de cidadãos contaminados pelas zoonoses;
- III - prevenir, reduzir e controlar as causas de sofrimento do animal evitando atropelamentos, fome, sede, maus tratos, reprodução indejada e abandono nas ruas.

Art. 48. A esterilização será colocada gratuitamente à disposição de pessoas comprovadamente de baixa renda e atenderá também os animais errantes e comunitários.

§ 1º A esterilização deverá envolver filhotes de cães e gatos, preferencialmente a partir de 04 (quatro) meses de vida, a partir de procedimento médico-veterinário de gonadectomia, ou outro método, desde que ofereça o mesmo grau de eficiência, segurança e bem estar animal.

§ 2º Os procedimentos para a esterilização não poderão causar sofrimento desnecessário aos animais.

§ 3º A esterilização será realizada através de cirurgia, oferecendo eficiência, segurança e bem-estar ao animal.

§ 4º A esterilização será precedida de:

- a) avaliação, por médico veterinário, das condições físicas do animal, que, caso verifique qualquer impedimento para a realização do procedimento, informar ao tutor, responsável ou adotante, orientando-o quanto as possíveis providencias a serem tomadas;
- b) procedimento anestésico adequado as espécies, sendo expressamente proibida a realização de qualquer ato cirúrgico antes de ser atingido, pelo animal, estágio absoluto de insensibilidade a qualquer tipo de estímulo doloroso.

§ 5º O profissional responsável pelo procedimento fornecerá ao tutor, responsável ou adotante do animal, instruções sobre o pós-operatório e sobre a data de retorno, caso haja necessidade.

§ 6º Animais errantes ou comunitários durante o pós operatório serão mantidos na clínica veterinária conveniada e/ou abrigo transitório e/ou lar temporário e após seu restabelecimento, não sendo adotados, voltarão ao seu local de origem.

§ 7º Serão priorizadas as castrações de fêmeas.

Art. 49. O animal esterilizado será identificado através de microchipagem e poderá ser vacinado contra raiva.

Art. 50. O agente responsável pela esterilização permanente fornecerá ao proprietário um comprovante de esterilização, contendo:

- I - local e endereço de onde foi realizado o procedimento;
- II - profissional responsável pelo procedimento;
- III - espécie, porte, sexo, cor e idade exata ou aproximada do animal.

Parágrafo único. Uma cópia do comprovante a que se refere o caput deste artigo será mantido na órgão municipal responsável.

Art. 51. O Poder Público poderá firmar parcerias com entidades de proteção e bem-estar animal e outras organizações não governamentais, universidades/faculdades e estabelecimentos veterinários devidamente registrados no CRMV-SC a fim de possibilitar o acesso a castração de animais à valor popular ou de forma gratuita aos proprietários que se enquadrarem nos critérios de condição de Baixa Renda nos termos desta Lei e da Legislação Federal.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES PARA CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE CANIS E GATIS

Art. 52. As normas construtivas para canis e gatis obedecerão ao que dispõe a legislação federal, estadual e municipal pertinente.

Art. 53. Os canis residenciais ou destinados a criação, pensão e adestramento, também obedecerão às normas construtivas dispostas na legislação citada no art. 52 desta Lei.

Art. 54. Nas propriedades particulares, urbanas ou rurais, a criação, alojamento e manutenção das espécies canina e felina ficam limitadas a 04 (quatro) animais adultos, no máximo, de cada espécie.

§ 1º A autoridade fiscalizatória, levando em conta as condições do local quanto à higiene, espaço disponível para os animais, tratamento dispensado aos mesmos e condição socioeconômica do proprietário, poderá restringir ou ampliar o limite máximo de que trata este artigo, estabelecendo que a ampliação do limite dar-se-á mediante o cumprimento dos seguintes critérios:

I – capacidade de manter o bem-estar dos animais;

II – condições que respeitem o direito de vizinhança, a exemplo de acústica e higiene, conforme definido no Código Civil;

III – características habitacionais do entorno.

§ 2º Em casos de procriação de animais, cujas ninhadas, acrescidas aos já existentes na propriedade, excedam o número máximo de animais de que trata o caput deste artigo, o proprietário terá o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da possível data de nascimento das espécies, para se adequar ao limite legal permitido.

Art. 55. A criação, alojamento e manutenção de outras espécies animais dependerão de avaliação de autoridade fiscalizatória, que levará em conta as particularidades de cada caso quanto à adequação das instalações, espaço necessário e tratamento específico para a autorização ou a inviabilidade da criação.

CAPITULO VI

DO ENCAMINHAMENTO DOS ANIMAIS

Art. 56. Os animais só poderão ser recolhidos e encaminhados à clínica veterinária conveniada e/ou abrigo transitório e/ou lar temporário:

I - diante do não cumprimento de solicitações apresentadas em Notificação no caso de maus tratos;

II - em casos de maus tratos e/ou agressões comprovadas graves, mediante o respectivo Boletim de Ocorrência Policial;

III - em caso de cães perigosos e mordedores viciosos;

IV - animais errantes e animais comunitários em condições vulneráveis de saúde.

Art. 57. Os animais em que forem diagnosticadas enfermidades transmissível ao homem serão acompanhados e encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 58. Todo animal recolhido e encaminhado à clínica veterinária conveniada e/ou abrigo transitório e/ou lar temporário que não for portador de doenças e/ou ferimentos considerados graves, ou clinicamente comprometido, de acordo com avaliação do médico veterinário responsável, e não resgatado no prazo de 10 (dez) dias após realização da triagem, terá a seguinte destinação:

I - adoção por particulares ou doação para entidades protetoras de animais;

II - devolução de animal de comunidade, após vacinação e castração, ao meio em que estava inserido;

III - recuperação e reabilitação;

IV - venda em hasta pública, precedida da necessária publicação de edital;

V - eutanásia, somente nos casos expressamente elencados no art. 65 da presente Lei.

Parágrafo único. Todos os animais recolhidos deverão ser mantidos em recintos higienizados, com proteção contra intempéries naturais, alimentação adequada e separados por sexo, espécie e porte.

Art. 59. O animal errante ou comunitário será recolhido para fins de esterilização, de registro e identificação e devolvido à comunidade de origem, após sua estabilização completa.

Art. 60. Os animais recolhidos ou apreendidos sem identificação deverão, obrigatoriamente, ser registrados eletronicamente no ato do resgate.

Art. 61. Quando um animal não identificado for reclamado por um suposto tutor, o órgão municipal responsável exigirá a apresentação do Registro Geral de Animais (R.G.A.) visando a comprovação da posse.

§ 1º Caso o animal apreendido nunca tenha sido registrado, o proprietário deverá proceder ao registro do animal junto ao órgão municipal responsável, no ato do resgate.

§ 2º É vedado o resgate de animais por acumuladores que não atendam o limite de animais conforme previsto no Art. 54 desta Lei.

Art. 62. Para o resgate de um animal, o qual possua tutor, é necessária também a apresentação de carteira ou comprovante de vacinação. Parágrafo único. Não existindo carteira ou comprovante de vacinação atualizado, o animal só será liberado após vacinação, sob responsabilidade do proprietário.

Art. 63. Para o resgate de qualquer animal que possua tutor, serão cobradas do proprietário as despesas referente à manutenção do animal no período e multas respectivas, fixadas por Decreto do Poder Executivo Municipal de Forquilha.

Art. 64. O animal a ser adotado deverá estar em boas condições de saúde, esterilizado e vacinado, devendo o Executivo Municipal, após a apresentação das medidas necessárias à posse responsável, exigir termo de adoção em que conste a identificação do animal e do responsável pela adoção, bem como das obrigações a serem cumpridas pelo adotante.

Art. 65. Os animais recolhidos que não sejam suspeitos de zoonoses poderão sofrer processo de eutanásia, após a emissão do laudo técnico do médico veterinário responsável nas seguintes hipóteses:

I - doença incurável comprovada e que cause sofrimento;

II - perigo comprovado à integridade física de pessoas ou de outros animais;

III - estado terminal.

§ 1º Os procedimentos para a eutanásia não poderão causar sofrimento aos animais.

§ 2º O cadáver do animal eutanasiado poderá ser destinado ao lixo hospitalar.

Art. 66. Fica vedada a entrega de animais vivos recolhidos pelos órgãos de controle animal ou canis municipais, ou similares públicos ou privados, terceirizados ou não, para instituições que utilizem animais em atividade de pesquisa científica, testes e no ensino.

CAPÍTULO VII

FUNCIONAMENTO E CADASTRAMENTO DE LARES TEMPORÁRIOS NO MUNICÍPIO

Art. 67. Fica autorizado no município de Forquilha o funcionamento de lares temporários para cães e gatos.

Art. 68. Os lares temporários e seus responsáveis deverão estar previamente cadastrados no órgão municipal responsável.

Art. 69. Todos os animais a serem alojados em lares temporários deverão ser cadastrados, microchipados e castrados.

Parágrafo único. Nenhum animal poderá ser doado antes dos procedimentos descritos no caput deste artigo serem realizados.

Art. 70. A doação feita por lares temporários deverá obedecer aos critérios daquelas realizadas pelo órgão municipal responsável ou ONG, sendo que cada procedimento de doação deverá ser notificado ao órgão municipal responsável para a alteração do responsável, feita imediatamente no Sistema de Registro Geral Animal do município, e para a visita à casa do adotante, caso se entenda necessário.

Art. 71. A quantidade de animais a ser alojada nos lares temporários deverá obedecer a critérios definidos pelo órgão municipal.

CAPÍTULO VIII

DAS PENALIDADES

Art. 72. As ações de maus tratos e crueldade contra animais, como as preceituadas em Legislação Federal e tratados internacionais; as omissões quanto aos preceitos de guarda responsável; assim como o descumprimento, pelos tutores, das obrigações elencadas na presente lei, sujeitarão os agentes e/ou tutores a penalidades administrativas, sem prejuízo de possíveis sanções criminais e/ou civis decorrentes das legislações estaduais e nacionais vigentes pertinentes ao tema.

Art. 73. Sem prejuízo das responsabilidades de natureza civil ou penal cabíveis, os infratores à presente Lei sofrerão, alternativa ou cumulativamente, as seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa;

III - apreensão dos animais, instrumentos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados no momento da infração;

IV - interdição total ou parcial, temporária ou permanente, de locais e estabelecimentos.

§ 1º As penalidades serão aumentadas de um sexto a um terço, se ocorrer morte do animal.

§ 2º Os Fiscais da Vigilância Sanitária e da Fundação Ambiental, podendo solicitar apoio de um Médico Veterinário e/ou da Vigilância Epidemiológica, têm competência, para em conjunto ou separadamente, aplicar as penalidades previstas nesta Lei.

Art. 74. As infrações aos dispositivos da presente Lei classificam-se em:

I - leves, aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstâncias atenuantes;

II - graves, aquelas onde for verificada uma circunstância agravante;

III - gravíssimas, aquelas em que forem verificadas duas ou mais circunstâncias agravantes.

Art. 75. A advertência será formalizada pelo agente fiscalizador em infrações consideradas leves.

Art. 76. A pena de multa será aplicada em infrações consideradas graves e gravíssimas e nos seguintes valores pecuniários:

I - infrações graves, de 100 (cem) UFM's a 1.000 (um mil) UFM's;

II - infrações gravíssimas, de 1.000 (um mil) UFM's a 5.000 (cinco mil) UFM's.

Art. 77. São circunstâncias atenuantes:

I - a ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do evento;

II - a patente incapacidade do agente para entender o caráter ilícito do fato;

III - quando o infrator, por espontânea vontade e imediatamente, procurar reparar ou minorar os danos à saúde e ao bem-estar do animal ocorridos em consequência do ato lesivo que lhe foi imputado;

IV - ter o infrator sofrido coação, a que não podia resistir, para a prática do ato;

V - ser o infrator primário, e a falta cometida, de natureza leve.

Art. 78. São circunstâncias agravantes:

I - ser o infrator reincidente;

II - ter o infrator cometido a infração para obter vantagem pecuniária;

III - o infrator coagir ou incitar outrem para a execução material da infração;

IV - ter a infração consequências calamitosas à população, à saúde e ao bem-estar animal;

V - se, tendo conhecimento de ato lesivo aos animais e ao meio ambiente, o infrator deixar de tomar as providências de sua alçada, tendentes a evitá-lo;

VI - ter o infrator agido com dolo, ainda que eventual, fraude ou má-fé;

VII - ter o infrator praticado zoofilia.

Art. 79. As multas serão recolhidas na rede bancária através de documento de arrecadação municipal e direcionadas a fonte de recursos do projeto de castração de animais.

Art. 80. A apreensão dos animais, instrumentos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados no momento da infração obedecerão ao seguinte:

I - os animais, os instrumentos, os equipamentos, os veículos e os objetos serão apreendidos no momento da infração, lavrando-se o respectivo termo;

II - os animais apreendidos terão a seguinte destinação:

a) devolvidos a seus tutores/detentores, mediante o pagamento da respectiva multa e de assinatura de termo de ajuste de conduta;

b) na impossibilidade de atendimento imediato das condições previstas na alínea anterior, o órgão fiscalizador poderá confiar os animais a um fiel depositário;

c) devolvidos à rua, após um período de 10 (dez) dias, sem que haja seu resgate por seu tutor ou adoção do animal, após castração e avaliação e emissão de parecer técnico exarado por médico veterinário quanto a saúde do animal;

d) eutanásia, exclusivamente nos casos expressos no art. 65 da presente Lei.

III - os equipamentos e demais instrumentos utilizados na prática da infração serão doados a instituições científicas, culturais, educacionais e beneficentes, públicas ou privadas, de utilidade pública e sem fins lucrativos, após prévia avaliação de sua utilização;

IV - os veículos apreendidos e utilizados na prática da infração poderão ser devolvidos a seus respectivos proprietários, mediante pagamento da multa e assinatura de termo de ajuste de conduta, ou confiados a fiel depositário até sua efetiva doação ou devolução.

Art. 81. A aplicação das penalidades definidas nesta Lei sujeitar-se-á ao procedimento administrativo previsto na Lei Complementar nº 019, de 11 de agosto de 2011.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 82. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 83. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 84. O órgão municipal responsável deverá dar a devida publicidade a esta lei e incentivar os estabelecimentos veterinários credenciados para registro de animais e as entidades de proteção aos animais domésticos a fazerem o mesmo.

Art. 85º O Poder Público municipal poderá estabelecer parcerias com a iniciativa privada para a implementação das ações previstas na presente Lei visando a controle reprodutivo e a proteção aos animais domésticos.

Art. 86. As universidades, clínicas veterinárias e organizações não-governamentais poderão aderir ao Programa, mediante convênio com o Executivo Municipal para os fins desta Lei, podendo ser incluída no estágio curricular de estudantes de medicina veterinária, ciências biológicas e ciências afins.

Art. 87. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 88. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar nº 032, de 15 de março de 2016.

Forquilha/SC, 06 de julho de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 06 de julho de 2020.

JULIANA TAVARES
Chefe do Departamento de Governo

LEI Nº 2.437, DE 06 DE JULHO DE 2020.

Publicação Nº 2551540

LEI Nº 2.437, DE 06 DE JULHO DE 2020.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS COM VINCULAÇÃO DE ATÉ 30% DA RECEITA PROVENIENTE DE MULTAS DE TRÂNSITO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E/OU SERVIÇOS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar manutenção de vias públicas (brita graduada, massa asfáltica, serviços, etc.) com vinculação de até 30% da receita proveniente de multas de trânsito para aquisição de materiais e/ou serviços.

Art. 2º O valor a ser aplicado na aquisição dos itens citados no artigo anterior poderá ser pago com recursos provenientes de até 30% (trinta

por cento) das multas de trânsito, conforme art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro, bem como inciso VII, do art. 8º, da Resolução nº 638, de 30 de novembro de 2016, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, podendo o Poder Executivo complementar o valor necessário para o pagamento, mediante recursos próprios.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 06 de julho de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 06 de julho de 2020.

JULIANA TAVARES
Chefe do Departamento de Governo

Fraiburgo

PREFEITURA

DECRETO Nº 146 - 2020

Publicação Nº 2552732

DECRETO Nº 146, DE 06 DE JULHO DE 2020.

NOMEIA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES PARA TODOS OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA, AUTARQUIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições e em conformidade com o art. 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as servidoras Adrieli Piovezana (Presidente), Mayara Marinho (Vice-Presidente), Marciana Ozório Gemo (Secretária), Jéssica da Silva (Membro) e Edson Felipe Ferreira Krieger (Membro), para comporem a Comissão Permanente de Licitações de todos os órgãos da Administração Direta, Indireta, Autarquias, Fundos e Fundações do Município de Fraiburgo.

§ 1º Nos impedimentos e ausências da Presidente assume as funções a Vice-Presidente.

Art. 2º A Comissão Permanente de Licitações solicitará aos órgãos do Município avaliações ou pareceres técnicos, como subsídio no julgamento dos processos licitatórios, sempre que se fizerem necessários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02 de julho de 2020, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 166/2019.

GABINETE DA PREFEITA.
FRAIBURGO, 06 DE JULHO 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3193 e 07/07/2020, disponibilizada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

EXTRATO ATA 001

Publicação Nº 2551679

CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO
EXTRATO DE ATA Nº 001
REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE JANEIRO DE 2020

Aos vinte e dois dias do mês de janeiro de dois mil e vinte, às quatorze horas, no auditório do Paço Municipal, reuniu-se o Conselho Municipal de Turismo de Fraiburgo com os seguintes membros titulares presentes: Josué Evandro Conchi, Pricila Dal Magro Cordeiro, Adelino Dias, Natália Mendes Latrechia, Ademir de Lara, Simone Aparecida Araldi. E os suplentes: Rosilane Ap. dos Santos, Ana Maria Camillo, Jeferson Argenton, Cleison Camargo e Cleito Roberto Antunes Gonçalves

Pautas apreciadas:

Alteração na Lei 2377/2017 e Regimento do Conselho Municipal do Turismo; Composição do Conselho de Turismo; Correfrai; Abertura da Colheita da Maçã; Solicitação Escola de Samba de Joaçaba; Apresentação vídeos Programa Viagens +; Plano de Turismo; Palavra livre.

EXTRATO ATA 026

Publicação Nº 2551682

CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO
EXTRATO DE ATA Nº 026
REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Aos sete dias do mês de novembro de dois mil e dezanove, às quatorze horas, no auditório do Paço Municipal, reuniu-se o Conselho Municipal de Turismo de Fraiburgo com os seguintes membros titulares presentes: Josué Evandro Conchi, Pricila Dal Magro Cordeiro, Ricardo Vanz, Natália Mendes Latrechia. E os suplentes: Ana Maria Camillo, Cleison Camargo, Rosilane Ap. dos Santos.

Pautas apreciadas:

Elaboração do Plano Municipal de Turismo; Evento Gastronômico; Expoaciaf; Calendário de Eventos; Palavra livre.

PORTARIA 08962020

Publicação Nº 2551688

PORTARIA Nº 0896, DE 66 DE JULHO DE 2020.

Nomeia Comissão do PAD nº 4316/2019

A Prefeita Municipal de Fraiburgo no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Decisão proferida na folha 2019 do Processo Administrativo 4316/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, para integrarem a Comissão do Processo Administrativo nº 4316/2019, os servidores públicos abaixo relacionados:

I – JOÃO RUDINEI BELOTTO – Presidente;

II – MARCOS ANTONIO MAESTRI MIGUEL – Secretário;

III – VIVIANE BIERHALS – Membro;

Parágrafo Único: Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades funcionais durante os trabalhos de coleta de provas em geral, bem como para a elaboração do relatório final.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de julho de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

RECURSOS FEDERAIS À PUBLICAR 2020

Publicação Nº 2551511

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
09.06.2020	FNDE	PNATE	5.549,41
30.06.2020	FNS	ESTRUTURAÇÃO PAB	149.988,00
02.07.2020	FNS	MAC	143.463,76
02.07.2020	FNS	SAMU	21.919,00
02.07.2020	FNS	HEPATITES	2.500,00
03.07.2020	FNS	FARMACIA BASICA	17.917,81
06.07.2020	FNS	APS INFORMATIZAÇÃO	15.300,00
06.07.2020	FNS	AÇÕES ESTRATÉGICAS	12.000,00
06.07.2020	FNS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	53.200,00
06.07.2020	FNS	APS DESEMPENHO	45.856,11
06.07.2020	FNS	APS CAPTAÇÃO	170.354,30
06.07.2020	FNS	APS TRANSIÇÃO	18.069,65
06.07.2020	FNS	ACADEMIA DE SAÚDE	3.000,00

Secretaria de Finanças

Galvão

PREFEITURA

LEIS 2020 - 940

Publicação Nº 2551840

LEI Nº 940/2020

Dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual 2020/2021, instituído pela Lei MUNICIPAL nº 879/2017, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam alteradas as planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas no anexo III, com a inclusão e alteração de ações, com adequação de metas e valores para os exercícios de 2021, e estruturação de acordo com as fontes e detalhamento de recursos, conforme anexo II, e Programas especificados no anexo I.

Art. 2º. Os valores constantes em cada ação foram atualizados de acordo com as previsões de arrecadação de receitas do anexo IV, com a indicação das respectivas fontes e detalhamento das destinações de recursos.

Art. 3º. Foram atualizados os valores para o exercício de 2021, de maneira a adequar os programas e fontes de recursos, e manter o equilíbrio entre as receitas e despesas que sofrem constantes modificações no cenário econômico de cada ente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 06 de julho de 2020.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Roberval Dalla Cort
Registrado e Publicado

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO N.º 157/2020

Publicação Nº 2552552

DECRETO N.º 157, DE 06 DE JULHO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 31.289,11 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 49 da Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.212 de 02/12/2019 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 31.289,11 (trinta e um mil, duzentos e oitenta e nove reais e onze centavos) no Orçamento vigente:

12.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	31.289,11
20606481.060 - Constr.Reform.Apar. De empreendimentos Rurais e Pesqueiros	31.289,11
4.4.90.0.3.00.000000 - Aplicações Diretas	31.289,11

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 31.289,11 (trinta e um mil, duzentos e oitenta e nove reais e onze centavos), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de julho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 07/07/2020, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

DECRETO N.º 158/2020

Publicação Nº 2552553

DECRETO N.º 158, DE 06 DE JULHO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 489,26 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 49 da Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.212 de 02/12/2019 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 489,26 (quatrocentos e oitenta e nove reais e vinte seis centavos) no Orçamento vigente:

05.01 - SECRETARIA DA FAZENDA	489,26
4123122.012 - Funcionamento e Manut. Da Secretaria da Fazenda	489,26
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	489,26

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 489,26 (quatrocentos e oitenta e nove reais e vinte seis centavos), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

05.01 - SECRETARIA DA FAZENDA	489,26
4123122.012 - Funcionamento e Manut. Da Secretaria da Fazenda	489,26
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	489,26

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de julho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 07/07/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

PORTARIA 845/2020.

Publicação Nº 2552626

PORTARIA N.º 845, DE 06 DE JULHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, nos termos do artigo nº 56, Inciso I da Lei Municipal n.º 1000/2005, JÚLIA GONÇALVES MEDEIROS, CPF n.º ***.***.459-66, das funções comissionadas do cargo de ASSISTENTE DE GABINETE, do Gabinete do Prefeito, a partir de 06/07/2020

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de Julho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 07/07/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA 846/2020.

Publicação Nº 2552627

PORTARIA N.º 846, DE 06 DE JULHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do artigo nº 5º, da Lei n.º 1000/2005, JÚLIA GONÇALVES MEDEIROS, CPF n.º ***.***.459-66, para exercer o cargo comissionado de OFICIAL DE GABINETE do Gabinete do Prefeito, com atribuições de: exercer a chefia do Gabinete do Prefeito; realizar o planejamento, a organização, a supervisão e o controle das atividades administrativas do Gabinete do Prefeito, tais como: Controle dos bens patrimoniais e materiais de expediente; cumprimento das rotinas relativas ao quadro de pessoal do Gabinete; elaboração e acompanhamento da agenda do Prefeito; elaboração de minutas e despacho; e praticar os atos pertinentes às atribuições que lhes forem outorgados ou delegados pelo Prefeito Municipal, a partir de 07/07/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de Julho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 07/07/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 816/2020. (REPUBLICADO POR ERRO DE DIGITAÇÃO)

Publicação Nº 2551765

PORTARIA N.º 816, DE 03 DE JULHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO que o Ofício da Secretaria de Administração nº. 297/2020 e Portaria nº 247/2020 solicita a abertura de Processo Administrativo Disciplinar.

CONSIDERANDO que, Conforme disposto no artigo n.º 153, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração Municipal";

CONSIDERANDO que, a Constituição Federal, no art. 5º, assegura a todos o direito à ampla defesa e ao contraditório; e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "o processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido".

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, a fim de apurar a responsabilidade dos fatos relatados através do Ofício da Secretaria de Administração nº. 297/2020 e Portaria nº 247/2020

Art. 2º. DESIGNAR para comporem Comissão, os servidores MARIA ZENAIDE MAIA MONTEIRO, PAULO ROBERTO DE SOUZA E BRUNA DA SILVA BATTISTELA para, sob a presidência do primeiro conduzirem o Processo Administrativo de que trata a presente Portaria.

Art. 3º. O prazo para a conclusão do processo será de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 03 de julho de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 06/07/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 022/2019 - PMG

Publicação Nº 2551356

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 022/2020
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por Item

Objeto: Aquisição de um veículo tipo Minibus, capacidade mínima 11 lugares (10 + 01); 0 km, pintura sólida na cor branca, ano/modelo - mínimo 2020, potência mínima de 115 cv, combustível diesel, com ar condicionado na cabine de motorista e passageiros, câmbio manual 6 marchas, direção hidráulica ou elétrica, freio ABS, airbag motorista, vidros e travas elétricos, tração dianteira, teto elevado, tacógrafo digital e demais acessórios/ itens de série, para atender às necessidades da SMEC através do Transporte Escolar.

TENDO EM VISTA O CICLONE QUE ATINGIU NOSSA REGIÃO NOS DIAS 30/06 E 01/07, CAUSANDO GRANDES PREJUÍZOS, A PRESENTE LICITAÇÃO, DESIGNADA ANTERIORMENTE PARA O DIA 01/07/2020, NÃO PODE SER REALIZADA. DIANTE DISSO, REDESIGNAMOS PARA O DIA 17/07/2020 A REALIZAÇÃO DO CERTAME.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 17/07/2020 às 09:00 horas.
A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site garuva.atende.ne

GARUVA, 06 de julho de 2020.

Rodrigo Adrian David
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 024/2020

Publicação Nº 2551355

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 024/2020
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por item.

Objeto: Registro de Preços para aquisição de hipoclorito de sódio 12% e ácido fluossilícico líquido 22%, com entrega de forma parcelada, para tratamento e desinfecção da água do Sistema Municipal de Abastecimento de Água Municipal, conforme memorial descritivo

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 20/07/2020 às 09:00 horas.
A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.atende.net.

GARUVA, 06 de julho de 2020.

Rodrigo Adrian David
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 117/2020

Publicação Nº 2551726

DECRETO Nº 117, DE 02 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente o art. 6º, inciso II, da Lei nº 2173, de 29/10/2019,

Considerando a Situação de Emergência em todo o território do Município de Garuva conforme o Decreto nº 116/2020 de 02 de julho de 2020 provocada pelo forte vendaval de Nível II nos dias 30 de junho e 01 de julho de 2020,

DECRETA:

Art. 1º A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), no orçamento do Município de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

02.001.0006.0182.1002.2006 Man e Inv do Setor de Defesa Civil	3390	01.00.00	10.000,00
--	------	----------	-----------

Art. 2º Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º será utilizado recurso proveniente da anulação da seguinte dotação orçamentária:

02.001.0006.0182.1002.2006 Man e Inv do Setor de Defesa Civil	4490	01.00.00	10.000,00
--	------	----------	-----------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de 02 de julho de 2020.

Garuva, 02 de julho de 2020.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 118/2020

Publicação Nº 2551728

DECRETO Nº 118, DE 06 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente o art. 22, Inciso I, Alínea c da Lei nº 2143 de 01/07/2019 e o art. 4º da Lei nº 2173, de 29/10/2019,

Considerando a Situação de Emergência em todo o território do Município de Garuva, conforme o Decreto nº 116/2020 de 02 de julho de 2020, provocada pelo forte vendaval de Nível II nos dias 30 de junho e 01 de julho de 2020,

DECRETA:

Art. 1º A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), no orçamento do Município de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

02.001.0006.0182.1002.2006 Man e Inv do Setor de Defesa Civil	3390	01.00.00	10.000,00
--	------	----------	-----------

Art. 2º A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Habitação de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

17.001.0016.0482.1021.2044 Ref e melh de casas para fam de baixa renda	3390	01.00.00	40.000,00
--	------	----------	-----------

Art. 3º Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar dos Artigos 1º e 2º será utilizado recurso proveniente da Reserva de Contingência.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Garuva, 06 de julho de 2020.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 119/2020

Publicação Nº 2552030

DECRETO Nº. 119, DE 6 DE JULHO DE 2020

“DISPÕE SOBRE O RECEBIMENTO DE DOAÇÕES NAS CONTAS BANCÁRIAS DO MUNICÍPIO EM RAZÃO DO DECRETO 116, DE 02 DE JUNHO DE 2020 QUE DECRETOU SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE GARUVA/SC.”

PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GARUVA, E AINDA,

CONSIDERANDO o vendaval que assolou o município de Garuva/SC no dia 30 de junho de 2020;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 116/2020 que decretou situação de emergência no Município de Garuva/SC;

CONSIDERANDO o relatório da defesa civil que aponta um prejuízo financeiro incomensurável;

CONSIDERANDO a necessidade de resposta rápida na aquisição de bens que assegurem a reedificação das moradias atingidas;

CONSIDERANDO a Lei Municipal 1715/2013;

CONSIDERANDO a repercussão em nível nacional e via de consequência a oferta de ajuda financeira, tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas;

DECRETA:

Art. 1º – Fica autorizada a criação da campanha “Doação do Bem – Ajude a reconstruir nossa cidade” para o recebimento de valores que deverão ser empregados com a finalidade exclusiva de minimizar os efeitos do vendaval do dia 30 de junho de 2020 e do dia 01 de julho de 2020, na conta bancária nº 3-7, da agência 3282, da Caixa Econômica Federal e conta bancária nº 91550-5, agência 4648-5, do Banco do Brasil, ambas de titularidade do Município de Garuva/SC.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições ao contrário.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2020

Publicação Nº 2552225

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 128/2020

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2020

OBJETO: Registro de Preços para futuras aquisições de Materiais Gráficos. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 09h00min do dia 17/07/2020, no Departamento de Compras, Rua São Pedro, nº 128, 2º Piso – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09h30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 06/07/2020.

CARLOS ROBERTO PEREIRA

Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

SAMAE - GASPAR

ERRATA À PORTARIA Nº 53/2020.

Publicação Nº 2551946

ERRATA À PORTARIA Nº 53/2020.

CLEVERTON JOÃO BATISTA, Diretor-Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, RETIFICA a publicação da Portaria nº 53/2020, veiculada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição 3188, publicação nº 2547046, de 02 de julho de 2020, nos seguintes termos:

Na epigrafe da portaria, onde se lê: PORTARIA Nº 53, DE 01 DE ABRIL DE 2020.

Leia-se: PORTARIA Nº 53, DE 01 DE JULHO DE 2020.

Gaspar, 06 de julho de 2020.

CLEVERTON JOÃO BATISTA

Diretor-Presidente do SAMAE

PORTARIA Nº 54, DE 06 DE JULHO DE 2020.

Publicação Nº 2551976

PORTARIA Nº 54, DE 06 DE JULHO DE 2020.

DESIGNA ARNOLDO PAHL PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO N.º 1021/2020.

CLEVERTON JOÃO BATISTA, Diretor-Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018, e no Decreto nº 8.092, de 26 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 01 de julho de 2020, o servidor ARNOLDO PAHL, inscrito no CPF sob o nº 291.210.199-91, ocupante do cargo de Diretor de Resíduos Sólidos, para atuar como Fiscal do Contrato n.º 1021/2020, firmado entre o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE e a empresa Vitaciclo S/A Logística Reversa.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 6.325 de 02 de junho de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01/07/2020.

Gaspar, 06 de julho de 2020.

CLEVERTON JOÃO BATISTA

Diretor-Presidente do SAMAE

PORTARIA Nº 55, DE 06 DE JULHO DE 2020.

Publicação Nº 2551985

PORTARIA Nº 55, DE 06 DE JULHO DE 2020.

DESIGNA ARNOLDO PAHL PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 1042/2016.

CLEVERTON JOÃO BATISTA, Diretor-Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018, e no Decreto nº 8.092, de 26 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 01 de julho de 2020, o servidor ARNOLDO PAHL, inscrito no CPF sob o nº 291.210.199-91, ocupante do cargo de Diretor de Resíduos Sólidos, para atuar como Fiscal do Contrato nº 1042/2016, firmado entre o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar e a empresa Recicle Catarinense De Resíduos LTDA.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 16 de 02 de março de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01/07/2020.

Gaspar, 06 de julho de 2020.

CLEVERTON JOÃO BATISTA
Diretor-Presidente do SAMAE

PORTARIA Nº 56, DE 06 DE JULHO DE 2020.

Publicação Nº 2552003

PORTARIA Nº 56, DE 06 DE JULHO DE 2020.

DESIGNA ARNOLDO PAHL PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO N.º 10176/2019.

CLEVERTON JOÃO BATISTA, Diretor-Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018, e no Decreto nº 8.092, de 26 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 01 de julho de 2020, o servidor ARNOLDO PAHL, inscrito no CPF sob o nº 291.210.199-91, ocupante do cargo de Diretor de Resíduos Sólidos, para atuar como Fiscal do Contrato n.º 10176/2019, firmado entre o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE e a empresa Saneville Engenharia e Consultoria Ltda.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 6.314 de 02 de junho de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01/07/2020.

Gaspar, 06 de julho de 2020.

CLEVERTON JOÃO BATISTA
Diretor-Presidente do SAMAE

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 62/2020

Publicação Nº 2552126

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 62/2020

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação, tipo Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) COM A FINALIDADE DE SERVIÇOS DE TROCA E FORNECIMENTO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E HIDRÁULICOS, E OUTROS INSUMOS E SERVIÇOS CORRELATOS DESTINADOS A FROTA VEICULAR DA PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO EDITAL.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 16/07/2020 até 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 16/07/2020 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br

Governador Celso Ramos, 06 de Julho de 2020.

PAULO HENRIQUE SILVEIRA DE SOUZA
Secretário de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 63/2020

Publicação Nº 2552629

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 63/2020

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação, tipo Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE AÇÚCAR, CAFÉ E LEITE PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 20/07/2020 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 20/07/2020 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br

Governador Celso Ramos, 06 de julho de 2020.

PAULO HENRIQUE SILVEIRA DE SOUZA
Secretário de Administração

CONTRATO SERPRO X GOVERNADOR CELSO RAMOS-SC - AESP-DENATRAN - TA 047 2019

Publicação Nº 2551959

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO E À PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

À Prefeitura Municipal de GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, com sede na Praça 06 de Novembro, nº 01, Centro – Governador Celso Ramos/SC, CEP: 88.190-000, inscrito no CNPJ Nº 82.892.373/0001-89, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Prefeito JULIANO DUARTE CAMPOS, brasileiro, identidade nº 2307792 SSP/SC e CPF/MF 832.256.259-49, e o SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO, empresa pública federal, com sede no SGAN, Quadra 601, Módulo V, Brasília/DF, CEP: 70.836-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.683.111/0001-07, doravante denominado CONTRATADA, neste ato representada por seu Superintendente de Relacionamento com Clientes, o Sr. JACIMAR GOMES FERREIRA, brasileiro, identidade nº 224861517 SSP/SP e CPF/MF 131.440.378-85 designado por meio da Designação nº 66225-001 de 04 de julho de 2016 e por seu Gerente de Departamento, o ANDERSON ROBERTO GERMANO, brasileiro, identidade nº 36656851 SSP/DF e CPF/MF 004.641.859-80, resolvem celebrar o presente contrato com fulcro nos princípios do direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado, nos termos da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.406/02, Portarias do Departamento Nacional de Trânsito – Denatran nº 15/16 e nº 55/16, e as suas atualizações, e Termo de Autorização DENATRAN Nº 0047/2019, e das cláusulas seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1. O presente contrato tem por finalidade a prestação pela CONTRATADA, dos serviços especializados de tecnologia da informação de "Apuração Especial, que consiste na extração de dados e entrega de arquivo em meio magnético, formatado, contendo dados específicos dos sistemas estruturadores de trânsito.

1. CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

1.1. O SERPRO, implementará rotina de extração de dados com retorno das informações específicas, gerando conteúdo limitado às disposições definido no Termo de Autorização correlato, o qual, independente da sua transcrição, deverá ser parte do contrato a ser celebrado entre as partes (anexo).

1.2. A execução do serviço objeto deste contrato, contemplará as etapas de desenvolvimento, implantação e processamento da rotina de apuração, geração do arquivo e gravação em mídia e execução.

1.3. A apuração apresentará a partir da placa do veículo e data da passagem/taxa, o nome do proprietário na época da passagem/criação da taxa, o endereço atual do proprietário, telefone, e-mail, CPF/CNPJ, a marca, modelo, categoria e tipo do veículo.

1.4. A entrega do arquivo poderá ser feita por correio eletrônico, e/ou, em mídia magnética física.

1.5. Os serviços que compõem o objeto deste contrato não fazem uso de mão-de-obra exclusiva para sua execução.

1.6. Os serviços que integram o objeto deste contrato não poderão ser terceirizados.

2. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS Alterações

2.1. Os serviços que compõem o objeto deste contrato poderão ser alterados em função de motivação da CONTRATANTE por meio de redimensionamento mediante celebração de Termo Aditivo. As alterações poderão ser:

2.1.1. Quantitativas – Quando houver mudança nos volumes contratados.

2.1.1.1. A CONTRATADA aceitará, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões quantitativas solicitadas pela CONTRATANTE nos serviços que compõem o objeto do presente contrato, em até 25% (vinte e cinco pontos percentuais) do valor inicial monetariamente corrigido do contrato, de acordo com o definido no art. 65 da Lei 8.666/93.

2.1.1.2. Por acordo entre as partes, poderão ser efetuadas supressões quantitativas nos serviços que compõem o objeto do presente contrato acima do limite supracitado.

2.1.2. Qualitativas – Quando houver mudança nas especificações dos serviços contratados, desde que não haja descaracterização destes.

2.1.2.1. As alterações qualitativas ensejarão imediata revisão pela CONTRATADA do valor contratual por meio da apresentação de nova(s) proposta(s) comercial(is).

2.1.2.2. A CONTRATADA é desobrigada a aceitar alterações qualitativas que sejam impraticáveis, seja por aspectos técnicos ou comerciais, ou ainda que ultrapassem os limites percentuais estipulados neste contrato sobre o valor final monetariamente corrigido.

3. CLÁUSULA QUARTA – DA VINCULAÇÃO

3.1. Integram este contrato, como se transcrito, naquilo em que não contrariar o presente instrumento:

3.1.1. O termo que autorizou a celebração deste contrato;

3.1.2. O ofício proposta SUNNG/NGNME nº 010480/2020, o qual integra este contrato, como se transcrito, naquilo em que não contrariar o presente instrumento.

4. CLÁUSULA QUINTA – DA FUNDAMENTAÇÃO

4.1. Este contrato é celebrado por inexigibilidade, art. 25, caput da Lei nº 8.666/93, e autorizado por ato administrativo exarado nos autos do processo administrativo nº 07/2017-PMB da CONTRATANTE.

5. CLÁUSULA SEXTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

5.1. Conforme o art. 6º da Lei 8.666/93, o regime de execução deste contrato é caracterizado como Empreitada por preço global.

6. CLÁUSULA SÉTIMA – DA COMUNICAÇÃO

6.1. A CONTRATADA disponibilizará, no período de vigência do contrato, serviço de atendimento remoto disponível para registro de acionamento de possíveis falhas identificados na execução dos serviços, com atendimento ao usuário, realizado de forma ininterrupta por 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias da semana.

6.1.1. Salvo definição da proposta comercial em contrário, a comunicação por meio da CSS poderá ocorrer pelas seguintes alternativas:

Internet: <https://www.serpro.gov.br/conteudo-css/css>

E-mail: css.serpro@serpro.gov.br

DDG: 0800 728 2323

6.1.2. Os acionamentos que não forem solucionados pela CSS serão repassados para o gestor de solução, cujos prazos por tipo de problema serão estabelecidos em conjunto com a CONTRATANTE.

6.2. Será considerada comunicação formal, com respectivo recebimento registrado, entre as partes para efeito no âmbito administrativo - aspectos contratuais (gestão comercial) e ordens de serviço (requisições de mudança, ativação, desativação e parametrização de serviços, e tratamento de informações sigilosas):

6.2.1. Ofício ou e-mail destinado para ou remetido dos representantes, gestores e fiscais designados, dos setores contratuais, dos setores financeiros e dos setores técnicos (estes últimos quando forem correlatos ao objeto deste contrato) de ambas as partes;

6.2.2. Para efeito de contabilização dos níveis de serviço, todos os registros da CONTRATANTE sobre eventuais não cumprimentos dos níveis de serviço deverão ser feitos de imediato por esta, na CSS por meio de solicitação explícita de registro de incidente informando data e horário inicial do incidente, serviço e ativos impactados.

7. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES

7.1. São obrigações da CONTRATANTE:

7.1.1. Assegurar as condições necessárias para a execução dos serviços contratados;

7.1.2. Explicitar os requisitos das soluções a serem geradas;

7.1.3. Proceder a homologação formal dos serviços, conforme prazos estabelecidos no cronograma de execução, verificando se atendem as especificações acordadas;

7.1.4. Definir e priorizar os serviços que requeiram plano de contingência para sua continuidade;

7.1.5. Solicitar formalmente qualquer alteração que possa impactar a execução dos serviços;

7.1.6. Estabelecer os procedimentos a serem observados pela CONTRATADA quanto à rotina de atendimento a instalações e remanejamento de equipamentos;

7.1.7. Manter controle referente a equipamentos, softwares e outros bens da CONTRATADA, instalados nas dependências da CONTRATANTE, responsabilizando-se pela guarda e por danos motivados por mau uso ou extravios;

7.1.8. Atestar os serviços prestados, desde que realizados satisfatoriamente, autorizando os respectivos pagamentos à CONTRATADA nos valores, prazos e condições estabelecidas neste contrato;

7.1.9. Efetuar o correto pagamento dentro dos prazos especificados para os serviços efetivamente prestados e atestados.

7.2. São obrigações da CONTRATADA:

7.2.1. Executar os serviços contratados em acordo com os níveis definidos na(s) proposta(s) comercial(is);

7.2.2. Assegurar as condições necessárias para a correta fiscalização por parte da CONTRATANTE;

7.2.3. Apresentar à CONTRATANTE, comprovante discriminando os serviços prestados para ateste e posterior emissão das Notas Fiscais;

7.2.4. Comunicar, formalmente, qualquer ocorrência que possa impactar na execução dos serviços.

7.2.5. Manter-se regular perante a Administração Pública durante toda a vigência contratual.

7.2.5.1. A regularidade supracitada será comprovada preferencialmente por meio de consulta efetuada pela CONTRATANTE nos sistemas ou cadastros de regularidade da Administração Pública.

8. CLÁUSULA NONA – DO REPRESENTANTE DA ADMINISTRAÇÃO

8.1. Conforme dispõe o art. 67 da Lei 8.666/93, a CONTRATANTE designará formalmente os representantes da Administração (Gestor e Fiscais) para acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato, atestar as faturas/notas fiscais e alocar os recursos necessários de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.

8.1.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes designados serão imediatamente repassadas aos seus superiores para a adoção das medidas que couberem.

9. CLÁUSULA DÉCIMA – DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

9.1. Os serviços que compõem o objeto deste contrato seguirão o cronograma definido entre as partes.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CANCELAMENTO E SUSPENSÃO DO SERVIÇO

10.1. Em caso de cancelamento ou suspensão dos serviços, no todo ou em parte, por iniciativa da CONTRATANTE estes serão considerados parcialmente entregues e caberá a CONTRATANTE efetuar o pagamento proporcional aos serviços até então prestados.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ATESTE DOS SERVIÇOS

11.1. Em atenção ao art. 73 da Lei 8.666/93, a ativação (instalação, configuração e início da utilização) dos serviços que compõem o objeto desta contratação será recebida de acordo com o disposto a seguir:

11.1.1. Recebimento Provisório: consiste na identificação e conferência dos relatórios e documentos de fatura dos serviços, com ênfase em aspectos físicos e visuais da execução. Será feito em até 5 (cinco) dias úteis do recebimento da documentação correspondente à prestação do serviço;

11.1.2. Recebimento Definitivo: consiste na análise técnica dos serviços, com a conferência das características, qualidade e quantidade conforme especificações contidas neste Contrato. Será feito em até 5 (cinco) dias úteis do recebimento provisório.

11.1.3. A parcela mensal dos serviços contínuos já ativados (em uso) será atestada (recebida) definitivamente em até 5 (cinco) dias úteis do recebimento da documentação correspondente à prestação do serviço.

11.2. Decorrido o prazo para recebimento definitivo, sem que haja manifestação formal da CONTRATANTE, a CONTRATADA emitirá automaticamente as notas fiscais referentes aos serviços prestados. Caso ocorra rejeição parcial ou total dos serviços, após a emissão das notas fiscais, os referidos acertos serão promovidos e compensados em fatura subsequente.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E DO DIREITO AUTORAL

12.1. A propriedade intelectual e titularidade de direito autoral correlatos aos serviços deste contrato se darão conforme descrito a seguir:

12.1.1. A solução de tecnologia da informação desenvolvida pela CONTRATADA para atendimento exclusivo a determinado cliente é de propriedade intelectual do cliente, assim como seus direitos autorais;

12.1.2. Os programas de computador ou soluções em tecnologia da informação desenvolvidos pela CONTRATADA a partir de necessidades identificadas, e que venham a ser utilizados como ferramenta de apoio ou estrutura de trabalho relacionados com o serviço contratado, sem que sua idealização decorra do disposto nos requisitos do sistema formulados pela CONTRATANTE, desde que sejam dispensáveis para o correto funcionamento e manutenção do sistema e afastada qualquer possibilidade de dependência na gestão e operação do sistema, constituirão propriedade da CONTRATADA;

12.1.3. De modo semelhante, os programas de computador ou soluções em tecnologia da informação, idealizadas e desenvolvidas pela CONTRATADA, anterior ou posterior ao contrato, sem vinculação com os serviços contratados, poderão, a qualquer tempo e mediante requisição formal do CONTRATANTE, serem utilizados na prestação dos serviços, sempre que possam vir a agregar funcionalidades ao objeto principal do contrato, mediante termo de cessão de direito de uso, sem que ocorra qualquer alteração da titularidade original, que prevalecerá como sendo da CONTRATADA;

12.1.4. A CONTRATADA deve se abster de divulgar ou repassar quaisquer dados e informações dos sistemas dos clientes mantidas sob sua guarda, salvo se expressamente autorizado pela CONTRATANTE;

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO SIGILO E SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES

13.1. A CONTRATADA garante o sigilo e a segurança das informações no âmbito de sua operação dentro dos limites aos quais se restringem os serviços que compõem o objeto deste contrato.

13.2. A CONTRATADA somente fará uso de informações obtidas da CONTRATANTE para finalidades não previstas neste contrato se previamente autorizada de forma expressa pela CONTRATANTE.

13.3. A CONTRATANTE é responsável pela destinação que der as informações fornecidas por meio da execução do objeto deste contrato.

13.4. Este termo contratual, sua respectiva proposta comercial, bem como eventuais aditamentos poderão ser objeto de posterior análise de outros entes da Administração para coleta de preços em processos administrativos.

15.5. A CONTRATADA disponibilizará juntamente, com os serviços prestados, os seguintes mecanismos de segurança:

15.5.1. Gestão e aplicação da Política de Segurança aos dados transportados pela rede, estando disponíveis os seguintes serviços:

15.5.1.1. "Firewall" Corporativo (conjunto de dispositivos e regras que implementam a Política de Segurança do ambiente intranet da Rede SERPRO, definidas de acordo com o nível de segurança das aplicações da CONTRATANTE);

15.5.1.2. Zonas Desmilitarizadas (disponibilização de um ambiente seguro para hospedagem de Aplicações WEB);

15.5.1.3. GRA – Grupo de Resposta a Ataques (monitoração e bloqueio de tentativas de ataque e identificação de pontos que representam risco para segurança da informação;

15.5.2. Sigilo: garantia de tratamento sigiloso para os dados e informações da CONTRATANTE.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1. Os serviços que compõem o objeto deste Contrato serão realizados pelo SERPRO, e para a correta tributação, as Notas Fiscais de prestação dos serviços serão emitidas, conforme determinação do fisco, com o CNPJ da filial onde ocorrer entrega dos serviços, conforme a seguir:

Filial	CNPJ	Endereço
serpro-Regional Brasília/df	33.683.111/0002-80	SGAN Av. L2 Norte Quadra 601 – Módulo G Brasília/Distrito Federal CEP: 70830-017

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO VALOR

15.1. O valor global deste contrato é de R\$ 23.691,04 (vinte e três mil seiscentos e noventa e um reais e quatro centavos).

15.2. O serviço objeto deste Contrato foi precificado observando os valores praticados em conformidade à política de preço SERPRO para 2020 apresentado pelo OFICIO: SUNNG/NGNME – 010480/2020 e aprovado pela CONTRATANTE no dia 15 de maio conforme OFICIO 035/2020 do Gabinete do Prefeito da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos com o aceite de todas as exigências, normas e restrições apontadas pela CONTRATADA.

15.3. Os valores aqui descritos já incluem todos os custos dos fornecimentos e/ou serviços, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações trabalhistas e previdenciárias, taxas, transportes, equipamentos e seguros incidentes sobre o objeto deste contrato, bem como a tributação necessária para execução do objeto contratado conforme a legislação tributária vigente até a emissão deste contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. O recurso financeiro para pagamento das despesas decorrentes do objeto deste contrato, está programado em dotação orçamentária própria da CONTRATANTE, prevista no orçamento do Município para o exercício corrente, na classificação a seguir:

UNIDADE	FONTE	ATIVIDADE	ELEM. DESPESA	VALOR
01	01.50	2.066	33903999	R\$ 23.691,04

16.2. Para o caso de eventual execução desse contrato em exercício futuro, a parte da despesa a ser executada em tal exercício será objeto de termo aditivo ou apostilamento com a indicação dos créditos e empenhos para sua cobertura tão logo seja possível.

17. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1. Somente serão cobrados serviços efetivamente prestados.

17.2. Caberá a CONTRATADA apresentar as notas fiscais correspondentes aos serviços, que compõem o objeto deste contrato, no estabelecimento indicado pela CONTRATANTE a seguir identificado, a qual se responsabilizará pelo recebimento e liberação/atesto da nota fiscal.

Cliente:	Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC
----------	---

CNPJ Nº:	82.892.373/0001-89		
Endereço:	Praça 06 de novembro, 01, Centro		
Município/UF:	Governador Celso Ramos/SC		
CEP:	CEP: 88.190-000		
Endereços Postais Eletrônicos (E-mails):	chefegabinete@governadorcelso Ramos.sc.gov.br		
Inscrição Municipal:	-		
Substituto Tributário (S/N):	S	Municipal	S Federal
Regime de Substituição Tributária (%):			

17.3. Nas notas fiscais emitidas, o nome da CONTRATANTE apresentará a mesma descrição registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ da Secretaria de Receita Federal do Brasil – RFB do Ministério da Fazenda – MF.

17.4. O prazo para pagamento das notas fiscais e faturas compreende 20 (vinte) dias a partir de sua data de emissão.

17.5. Sobre a forma de pagamento:

17.5.1. Para os clientes da Administração Pública Federal que utilizem de forma total o sistema SIAFI, os pagamentos serão efetuados por meio de GRU INTRA-SIAFI, em nome do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), UG 806030, Gestão 17205 e Código de Recolhimento 90001-0.

17.5.2. Para os clientes não integrantes da Administração Pública Federal ou ainda para os integrantes da Administração Pública Federal que não utilizem de forma total o sistema SIAFI, os pagamentos serão efetuados mediante Guia de Recolhimento da União - GRU, devidamente preenchida e anexada à(s) nota(s) fiscal(is) impressa(s) ou eletrônica(s) enviada pela CONTRATADA à CONTRATANTE, dentro do prazo contratual.

17.6. Não ocorrendo o pagamento pela CONTRATANTE dentro do prazo estipulado na Nota Fiscal, o valor devido será acrescido de encargos financeiros que contemplam, juros de mora de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor faturado, pro rata die até o limite de 10% (dez por cento) do valor contratado.

17.7. O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal de Fazenda.

17.8. O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada pro rata die, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal de Fazenda.

17.9. Os valores devidos serão corrigidos monetariamente com base na variação mensal do IPCA- Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ou outro índice de âmbito federal que venha a substituí-lo para os atrasos com 30 (trinta) ou mais dias.

17.10. No caso de erro nos documentos de cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, da reapresentação válida desses documentos.

17.11. Nos termos do art. 78 inc. XV da Lei 8.666/93, o atraso da CONTRATANTE no pagamento, quando superior a 90 dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, implica a possibilidade de suspensão imediata dos serviços prestados pela CONTRATADA, não deixando a CONTRATANTE de responder pelo pagamento dos serviços já prestados, bem como dos encargos financeiros consequentes.

18. CLÁUSULA décima nona – DA RETENÇÃO DE TRIBUTOS

18.1. Conforme determinam as legislações tributárias, nos casos em que houver a retenção de tributos, via substituição tributária, caberá à CONTRATANTE enviar os comprovantes de recolhimento de tributos para o seguinte endereço eletrônico gestaotributaria@serpro.gov.br, podendo ainda esses serem encaminhados, via correspondência, para o seguinte endereço:

SERPRO (Edifício SEDE)

Superintendência de Gestão Financeira

Departamento de Gestão Tributária

SGAN 601 – Módulo V - Asa Norte – Brasília/DF - CEP: 70836-900

19. CLÁUSULA VIGÉSIMA – do reajuste

21.1. Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura.

21.2. Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, calculado por meio da seguinte fórmula:

$$R = Po [(I-Io)/Io]$$

Onde:

R = valor do reajuste;

I = índice IPCA mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;

Io = índice do IPCA mensal relativo ao mês anterior ao da apresentação da Proposta;

Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

21.3. Caso o índice previsto neste Contrato seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Os ônus decorrentes do descumprimento de quaisquer obrigações estabelecidas neste instrumento contratual serão de responsabilidade da parte que lhes der causa, respondendo ainda, o inadimplemento por perdas e danos perante a parte prejudicada.

20.2. Na aplicação das sanções, a autoridade competente levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o carácter educativo da pena, bem como o dano causado à CONTRATANTE observado o princípio da proporcionalidade.

- 20.3. Constituirá mora, o recebimento total em atraso dos serviços contratados ou atraso na execução das disposições contratuais.
- 20.4. Constituirá inexecução parcial, o recebimento parcial, ainda que em atraso, dos serviços contratados para o período de referência.
- 20.5. Constituirá inexecução total, o não recebimento de todas as parcelas dos serviços contratados.
- 20.6. Por inexecução parcial ou total deste contrato a CONTRATADA estará sujeita à aplicação gradativa das sanções descritas no art. 87 da Lei 8.666/93, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 20.7. Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, (a) Secretaria Municipal de Fazenda poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93:
- (a) Advertência;
- (a) Caso não haja previsão de sanção para atraso e/ou não prestação dos serviços objeto deste contrato no Acordo de Nível de Serviço, será aplicada multa de mora no percentual de 0,2% ao dia para atrasos até 30 dias. Para atrasos superiores a 30 dias será considerado descumprimento parcial e aplicada multa de até 5% sobre o valor da parcela inadimplida. Nos casos de descumprimento total, a multa a ser aplicada será de 10% sobre o valor do contrato. Todas as multas não poderão ser aplicadas de forma cumulativa, sendo que a multa por descumprimento parcial substituirá a multa moratória e a multa por descumprimento total substituirá a multa por descumprimento parcial.
- (b) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- (c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos.
- 20.7.1. As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, nos casos das alíneas "a", "b", "c" e "d" do caput desta Cláusula, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, e no caso da alínea "e" do caput desta Cláusula, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 20.7.2. As sanções previstas nas alíneas "a" e "d" do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas "b" e "c", e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.
- 22.7.3. A sanção prevista na alínea "d" do caput desta Cláusula poderá também ser aplicada às licitantes que, em outras licitações e/ou contratações com a Administração Pública Direta ou Indireta de qualquer nível federativo, tenham:
- (a) sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
- (b) praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;
- (c) demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de outros atos ilícitos praticados.
- 22.7.4. As multas deverão ser recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade por meio de notificação da contratante à contratada do ato que as impuser.
- 22.7.5. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.
- 22.7.6. Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, o CONTRATANTE suspenderá, observado o contraditório e ampla defesa, os pagamentos devidos à CONTRATADA até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração.
- 22.7.7. A aplicação das sanções estabelecidas nas alíneas "a", "b" e "c" do caput desta Cláusula é da competência da Subsecretaria de Gestão da Secretaria Municipal de Fazenda e a da alínea "d" é da competência exclusiva do Secretário Municipal de Fazenda.
- 22.8. Os valores devidos pela CONTRATADA serão pagos preferencialmente por meio de redução do valor cobrado na fatura do mês seguinte à respectiva aplicação. Na ausência de saldo contratual em serviços a serem prestados, pagará a CONTRATADA pela diferença por meio de cobrança administrativa da CONTRATANTE ou, em último caso, por meio de cobrança judicial.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DOS RECURSOS

21.1. Os recursos e pedidos de reconsideração sobre os atos praticados pelas partes seguirão as disposições previstas nos art. 87 § 2º e art. 109 da Lei 8.666/93.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

22.1. O presente contrato vigorará a partir da sua data de assinatura pelo período de 4 (quatro) meses, podendo ser renovado por iguais períodos, conforme prevê o art. 57 inc. II da Lei 8.666/93.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA Quarta – DA RESCISÃO

23.1. O presente contrato poderá ser rescindido na forma e na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas nos art. 77 a 80 da Lei 8.666/93 por meio de motivação formal e assegurado o contraditório e a ampla defesa.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA quinta – DO FORO

24.1. Em atenção ao art. 109 inc. I da Constituição Federal de 1988 e ao art. 55 § 2º da Lei 8.666/93, as partes elegem o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária da região da sede da CONTRATANTE como competente para dirimir as dúvidas oriundas do presente contrato.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA sexta – DA PUBLICAÇÃO

25.1. O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município no prazo estabelecido no parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

E, para firmeza e prova de haverem entre si ajustado e concordado, foi lavrado o presente contrato que, depois de lido e achado conforme, é assinado em 3 (três) vias de igual teor e forma, pelas partes e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

Governador Celso Ramos/SC, 05 de junho de 2020.

Representantes:	
JACIMAR GOMES FERREIRA CONTRATADA	ANDERSON ROBERTO GERMANO CONTRATADA

JULIANO DUARTE CAMPOS CONTRATANTE	
Testemunhas:	
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:
CI:	CI:

ANEXO

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E CONTROLE TERMO DE AUTORIZAÇÃO
Brasília, 19 de dezembro de 2019. Processo: 50000.064294/2019-94
TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 47/2019

O DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, em cumprimento ao que dispõe a Portaria DENATRAN nº 15, de 18 de janeiro de 2016, AUTORIZA a PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - SC, inscrita no CNPJ nº 82.892.373/0001-89, estabelecida na Praça 6 de Novembro, nº 1, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos - SC, CEP: 88.190-000, em conformidade com o que consta no Processo nº 50000.064294/2019-94, em consonância com a Portaria DENATRAN nº 15, de 18 de janeiro de 2016, acessar os dados dos sistemas e subsistemas informatizados do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, conforme discriminado abaixo:

A) SISTEMA DE REGISTRO NACIONAL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - RENAVAM - consulta WebService:

a.1) Consultas a veículos e verificação de gravames:

Consultas:

- Por Placa;

- Classificação dos dados retornados:

Reservada a Órgãos de Fiscalização e Controle.

a.2) Consultas para verificação de propriedade:

Consultas:

- Por Placa.

- Classificação dos dados retornados:

Reservadas a Órgãos de Fiscalização e Controle.

a.3) Comunicação de Venda Eletrônica (CVE):

Consulta Comunicação de Venda.

Essas consultas são destinadas exclusivamente à operacionalização da Taxa de Preservação Ambiental - TPA, de que trata a Lei Municipal nº 1.155/2016, e alterações posteriores, incidente sobre o trânsito de veículos no município de Governador Celso Ramos/SC, não devendo ser utilizadas para outros fins.

Quando o acesso aos sistemas e subsistemas exigir o desenvolvimento de novas soluções tecnológicas, o interessado deverá ressarcir os respectivos valores relativos aos investimentos e custeio, as quais serão de propriedade do DENATRAN, nos termos que dispõem os arts. 24 e 40 da Portaria DENATRAN nº 15, de 2016.

Em conformidade com o §1º do art. 1º da Portaria DENATRAN nº 15, de 2016, não serão disponibilizadas informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado ou à defesa da intimidade alheia.

O acesso aos sistemas e subsistemas é exclusivo dos órgãos e entidades autorizados pelo DENATRAN, não sendo permitido, a qualquer título, ceder a terceiros o direito de acesso, bem como dados e informações obtidas, sem prévia e expressa autorização do DENATRAN, nos termos que dispõe o art. 7º da Portaria DENATRAN nº 15, de 2016.

São obrigações da PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - SC: a) comunicar de imediato quaisquer alterações nos seus dados cadastrais;

b) comunicar qualquer anormalidade que se verificar na prestação dos serviços;

c) providenciar, para seu uso, os equipamentos necessários para a inserção das informações do cadastro, assumindo todas as despesas e responsabilidades;

d) assegurar o livre acesso de servidores do DENATRAN e dos Órgãos de Controle Interno e Externos da União, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com a autorização, quando em missão de fiscalização e/ou auditoria;

e) manter o sigilo das informações obtidas, não sendo permitido, a qualquer título, ceder a terceiros o direito de acesso;

f) acessar, nos sistemas e subsistemas do DENATRAN, exclusivamente aquelas informações necessárias à execução dos serviços de sua finalidade, consoante ao §1º do art. 15, da Portaria DENATRAN nº 15, de 2016, resguardadas as informações pessoais e aquelas afetas à segurança do Estado.

Considerando que o órgão apresentou os documentos constantes no § 1º do art. 16 da Portaria DENATRAN nº 15, de 2016, e o processo foi devidamente instruído conforme avaliado tecnicamente pelo DENATRAN, autorizamos a emissão do Termo de Autorização conforme art. 21 da Portaria DENATRAN nº 15, de 2016.

O presente Termo de Autorização de acesso vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União – DOU, conforme art. 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Destacamos que a PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - SC deverá observar as normas de restrições de acesso à informação previsto no Capítulo IV da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Dessa forma é vedada a PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - SC disponibilizar a terceiros, a qualquer título, as informações ou dados obtidos em nossos sistemas, conforme art. 40 da Portaria DENATRAN nº 15, de 2016.

O SERPRO deverá observar os valores praticados no âmbito do contrato administrativo celebrado com DENATRAN para fins de apresentação de Proposta Comercial para celebração do contrato administrativo com a PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - SC. Essa autorização possui caráter precário, podendo ser revogada a qualquer momento pelo DENATRAN.

Autorizamos a publicação do extrato deste Termo de Autorização na imprensa Oficial para eficácia dos atos.

MARCELA TETZNER LAIZ
Coordenadora-Geral Substituta

JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES Diretor

Documento assinado eletronicamente por Marcela Tetzner Laiz, Coordenadora - Geral Substituta, em 19/12/2019, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.

Documento assinado eletronicamente por Jerry Adriane Dias Rodrigues, Diretor do

Departamento Nacional de Trânsito, em 19/12/2019, às 17:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 2148038 e o código CRC 89DB8791.

Referência: Processo nº 50000.064294/2019-94 SEI nº 2148038

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo, Ala Oeste, 2º Andar

Brasília/DF, CEP 70044-902

Telefone: (61) 2029-8199 - www.infraestrutura.gov.br

NOVO AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 99/2020

Publicação Nº 2552215

NOVO AVISO DE SUSPENSÃO

TOMADA DE PREÇOS 99/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO MIGUEL PEDRO DOS SANTOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC EM CONFORMIDADE COM OS ANEXOS DO REFERIDO EDITAL.

MOTIVO: POSSIVEL READEQUAÇÃO DE PROJETO E/OU REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br.

Governador Celso Ramos, 06 de julho de 2020.

Paulo Henrique Silveira de Souza
Secretário Municipal de Administração

Grão Pará

PREFEITURA

PORTARIAS 204 A 208/2020

Publicação Nº 2552398

PORTARIA Nº. 0204/ 2020 DE 01 de JULHO de 2020

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE: Contratar, temporariamente, IRIS AYUMI OKABAYASHI, para ocupar o cargo de Médico, no Programa ESF - Estratégia da Saúde Familiar, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de serviço, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, por não haver Processo Seletivo vigente, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0205/ 2020 DE 01 de JULHO de 2020

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000

RESOLVE: Conceder, a partir desta data, 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao funcionário RONALDO ANDRÉ SILVEIRA, ocupante do cargo de Condutor de Veículos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0206/ 2020 DE 01 de JULHO de 2020

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000

RESOLVE: Conceder, a partir de 03/07/2020, 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao funcionário CRISTIANO COSTA CAMACHO, ocupante do cargo de Condutor de Veículos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0207/ 2020 DE 01 de JULHO de 2020

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com os artigos 29.º item I, da Lei Municipal nº 989/2000 de 04/04/2000 e 20º, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000

RESOLVE: Exonerar, a pedido, CELSO ANTUNES, ocupante do cargo de Jardineiro, código 4.02, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, designado para a função de Vigilante, com exercício na Secretaria Municipal da Administração e Fazenda, desde 02/09/2002, conforme portaria de nomeação por concurso nº 264/2002, de 02/09/2002, declarando a vacância do cargo especificado, na forma prevista no artigo 28º, inciso I, da Lei Municipal nº 989/2000, CONCEDENDO A DESPEDIDA VOLUNTÁRIA, conforme o que dispõe o artigo 20, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000, alterado pela Lei Complementar nº 13/2015, de 12/08/2015, regulamentada pelo Decreto nº 32/2017, de 17/08/2017, e pelo Decreto nº 25/2020, de 14/05/2020, acatando A RENÚNCIA DO VALOR EXCEDENTE ao constante no art. 1º, inciso I, do Decreto 07/2018, de 05/04/2018, nos termos do Parágrafo Único do art. 1º do mesmo Decreto, a partir de 04/07/2020, conforme requerimento e parecer jurídico.

PORTARIA Nº. 0208/ 2020 DE 01 de JULHO de 2020

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000

RESOLVE: Conceder, a partir desta data, 30 (trinta) dias de férias regulamentares para as seguintes funcionárias, vinculadas à Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, conforme solicitação administrativa:

-VANESSA BEZA ROSA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício no Centro de Convivência do Idoso;

-GISLAINE PERIN KULKAMP, ocupante do cargo de Monitor, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício no SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 06 (seis) a 16 (dezesesseis) anos;

-SUELEN JOCKEN SÖETHE, ocupante do cargo de Monitor, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício no SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 06 (seis) a 16 (dezesesseis) anos;

-VANDERLEIA DELFINO BLASIUS, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício no SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 06 (seis) a 16 (dezesesseis) anos.

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO 30-2020 DAVIDSON UBIRATAN

Publicação Nº 2551750

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO
CONTRATO N. 30/2020, DE 01 DE JUNHO DE 2020.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, através do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIUS.

CONSIDERANDO:

- o Contrato n. 30/2020, firmado em 01 de junho de 2020, entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, através do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento e a empresa e DAVIDSON UBIRATAN INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA, empresa estabelecida na Rua dos Timbiras, nº. 2887, Andar Pilotis, Barro Preto, Belo Horizonte - MG, CEP 30.140.062, inscrita no CNPJ/MF sob n. 36.668.958/0001-00, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada por seu administrador, Senhor DAVIDSON UBIRATAN DO CARMO, brasileiro, inscrito

Gravatal

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 09/2020 - FMS - TRANSPORTE HEMODIÁLISE

Publicação Nº 2552762

MUNICÍPIO DE GRAVATAL. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. AVISO DE LICITAÇÃO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2020. PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2020. A Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Gravatal/SC, a Sra. MARIA PEREIRA CALEGARI, torna público Processo Licitatório, critério de julgamento MENOR PREÇO, Lei Federal Nº 8666/93, Lei Federal 10.520/2002 e atualizações, Lei Complementar 123/2006 e alterações, dia 17 de julho de 2020, às 9:00h, tendo como objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TRANSPORTE DE PACIENTES DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL, PARA REALIZAÇÃO DE TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO E OUTROS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE." Mais informações e retirada de Edital disponíveis na Rua Eng. Annes Gualberto, Nº 121, Centro, (048) 3648-8022, E-mail licitacao@gravatal.sc.gov.br ou site do Portal Transparência https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01035-001/con_licitacoes.faces. Gravatal, 07 de julho de 2020. MARIA PEREIRA CALEGARI Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

Guaraciaba

PREFEITURA

1º ADITIVO AO CONVÊNIO 01/2019 HOSPITAL SÃO LUCAS

Publicação Nº 2551162

1º ADITIVO AO
TERMO DE CONVÊNIO Nº 01/2019

1º ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GUARACIABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITAL SÃO LUCAS, PARA OS FINS QUE ESPECÍFICA.

O MUNICÍPIO DE GUARACIABA, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Ademar de Barros, 85, inscrito no CNPJ sob nº 82.821.216/0001-85, doravante denominado CONVENIENTE, representado neste ato pelo Prefeito Municipal de Guaraciaba, Senhor ROQUE LUIZ MENEZHINI, portador do CPF sob nº 626.965.139-53 a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITAL SÃO LUCAS, Associação Civil, de direito privado, filantrópica, de caráter assistencial de saúde, sem fins lucrativos de Guaraciaba / SC, inscrita no CNPJ sob nº 86.245.982/0001-05, doravante denominada de CONVENIADA, neste ato representada pelo Presidente, Senhora Cleusa Teresinha Pasinato, portadora do CPF nº 626.979.519-20, resolvem por mútuo acordo celebrar o presente Aditivo do Termo de Convênio, visando a transferência de recursos financeiros de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira – Do Objeto

Constitui objeto do presente convênio a transferência de recursos financeiros do Município para recompor o rol de equipamentos/instrumentos utilizados no atendimento aos municípios de Guaraciaba/SC, no que tange aos serviços ofertados como atendimentos de emergência, cirurgias, espera e administrativo, adequando o Plano de Trabalho já proposto pela Entidade e aprovado conforme a Lei Municipal nº 3.227/2019.

Cláusula Segunda – Do Fundamento Legal

As disposições legais para fins de efetivação do presente Convênio de Cooperação Financeira e repasse de recursos orçamentários, encontra supedâneo nos artigos da Lei Municipal nº 3.227/2019, de 04 de dezembro de 2019 e para o aditivo do Termo de Convênio nº 01/2019, na Lei Municipal nº 3.267/2020, de 18 de junho de 2020, do Município de Guaraciaba / SC.

Cláusula Terceira – Do Valor do Convênio

Para a execução do presente convênio, o CONVENIENTE repassará a CONVENIADA a importância de até R\$ 159.400,00 (cento e cinquenta e nove mil e quatrocentos reais), em parcela única.

Fonte de recurso: Órgão: 11 Fundo Municipal de Saúde;

Unidade: 02 Departamento de Controle e avaliação do SUS;

Funcional: 04.122.0007.1.026 Transferência de recursos para Associação Beneficente Hospital São Lucas.

Cláusula Quarta – Das Obrigações do Conveniente

O conveniente obriga-se a:

- I – Efetuar o repasse dos recursos financeiros até o dia 20/12/2019 de acordo com o cronograma de desembolso e o Plano de Aplicação;
- II – Supervisionar a execução das aquisições conforme Plano de trabalho proposto pela Entidade;
- III – Fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio, conforme mencionado na Cláusula Primeira;
- IV – Examinar e aprovar por parecer técnico, a reformulação do Plano de Trabalho, quando se fizer necessário, desde que não implique na alteração do objeto do convênio.

Cláusula Quinta – Das Obrigações da Conveniada

A conveniada obriga-se a:

- I – Responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a nenhum outro fim;
- II – Ressarcir o CONVENIENTE os recursos recebidos por meio deste convênio, quando não utilizados, bem como seus rendimentos em aplicação financeira ou se comprovar a sua inadequação utilização;
- III Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização dos recursos;
- IV – Não usar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção social e pessoal de autoridades ou servidores públicos;
- V – Aceitar a supervisão promovida pelo CONVENIENTE, fornecendo imediatamente as informações necessárias à sua execução;
- VI – Encaminhar ao CONVENIENTE a prestação de contas dos recursos recebidos, conforme as normas vigentes, da Instrução Normativa nº 14/2012 do TCE/SC;
- VII – Manter conta corrente específica junto à instituição financeira oficial, sob o título "ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITAL SÃO LUCAS DE GUARACIABA/SC - CONVÊNIO";
- VIII – Propiciar ao CONVENIENTE todos os meios e condições necessárias ao acompanhamento, à supervisão e à fiscalização da execução do Convênio;
- IX – Manter cadastros, prontuários e relatórios individualizados dos usuários, por tipo de atendimento, de modo a permitir o acompanhamento, a supervisão e o controle dos serviços.
- X – Identificar os bens permanentes adquiridos constando na relação de bens da Entidade.
- XI – Não repassar os recursos recebidos para outras entidades de Direito Público Privado.
- XII – Dar ampla publicidade ao recebimento do recurso público em suas redes sociais e no estabelecimento.
- XIII – Realizar aquisições dos objetos propostos com o valor que consta no plano de trabalho ou a menor.

XIV – Manter atualizado seu cadastro junto ao Convenente.

XV – Em caso de Extinção da Entidade Conveniada, os bem adquiridos por meio deste Convênio deverão ser devolvidos ao Convenente.

Cláusula Sexta – Do Repasse dos Recursos

Os recursos já repassados em dezembro de 2019 deverão ser executados até o dia 31 de outubro de 2020.

Cláusula Sétima – Da Rubrica Orçamentária

Os recursos de que trata a Cláusula Terceira correrão por conta do orçamento vigente no exercício 2019.

Cláusula Oitava – Da Fiscalização

Cabe ao CONVENENTE decidir sobre a oportunidade e convivência de proceder à fiscalização nas instalações e documentos relativos à execução do presente Convênio, devendo a CONVENIADA atender às solicitações da fiscalização.

Cláusula Nona – Da Rescisão

Poderá haver rescisão do presente Convênio, a qualquer tempo, em decorrência de descumprimento de qualquer das cláusulas deste instrumento e/o por interesse manifesto de uma ou ambas as partes, desde que acordado por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Cláusula Décima – Do Prazo de Vigência

O prazo estabelecido para a execução deste Convênio será contado do mês de dezembro de 2019 à outubro de 2020.

Cláusula Décima Primeira – Da Alteração

Mediante acordo entre as partes, o presente Convênio poderá ter suas cláusulas alteradas, por meio de Termo Aditivo.

Cláusula Décima Segunda – Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiados que o seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Guaraciaba – SC, 22 de junho de 2020.

Roque Luiz Meneghini

Prefeito Municipal

CONVENENTE

Cleusa Teresinha Pasinato

Associação Beneficente Hospital São Lucas de Guaraciaba SC

CONVENIADA

EXTRATOS AD02.20 CONTRATO 46.20 PMGBA

Publicação Nº 2552271

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARACIABA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : Ad02/20Cont46/20 - Contrato Nº: 46/2020

Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada...: JCV CONSTRUCAO E INCORPORACAO LTDA - EPP

Valor : 40.324,16 (quarenta mil trezentos e vinte e quatro reais e dezesseis centavos)

Vigência : Início: 06/07/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 5/2020

Recursos : Dotação:

Objeto : CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA ESCOLAR

(2ª ETAPA) NA RUA REINOLDO RITTER, EM FRENTE A ESCOLA

MUNICIPAL PADRE ALFREDO KASPER. A EXECUÇÃO ESTA OBRA

INCLUI MÃO DE OBRA E MATERIAL, SENDO ÁREA CONSTRUÍDA

1.004,36M² E ÁREA COBERTA 1.135,20 M², CONFORME PROJETOS,

MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO ANEXO. ADITIVOS DE PROJETO, PAISAGISMO E ACESSO.

EXTRATOS CONTRATOS 59.2020 PMGBA

Publicação Nº 2551824

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 59/2020
Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada.: JAILTON SIDINEI STEFFENON MEI
Valor : 60.375,00 (sessenta mil trezentos e setenta e cinco reais)
Vigência : Início: 06/07/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : Outras Modalidades Nº.: 4/2020
Recursos : Dotação:
Objeto : CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS para
CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA (PESSOA JURÍDICA) PARA A
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS E MANUTENÇÃO DE
ÁREAS PÚBLICAS DO MUNICIPIO DE GUARACIABA, SENDO
SERVIÇOS DE: ELETRICISTA, CONFORME TERMO DE REFERENCIA
ANEXO.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 67.2020 SEQUENCIA 4 PMGBA

Publicação Nº 2551821

OUTRAS MODALIDADES Nº 4/2020 SEQUENCIA 3
PROCESSO Nº 67/2020 HOMOLOGAÇÃO: 06/07/2020
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS para CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA (PESSOA JURÍDICA) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE REPAROS E MANUTENÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS DO MUNICIPIO DE GUARACIABA, SENDO SERVIÇOS DE: PEDREIRO, SERVENTE DE
OBRA, ELETRICISTA, ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO E PINTOR, CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO.

CONTRATADO: JAILTON SIDINEI STEFFENO MEI
VALOR DA DESPESA: R\$ 60.375,00 (sessenta mil trezentos e setenta e cinco reais)

=====

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 76.2020 PMGBA

Publicação Nº 2551831

PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2020
PROCESSO Nº 76/2020 HOMOLOGAÇÃO: 06/07/2020
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para FUTURA E EVENTUAL
AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (ABACAXI, ARROZ,
BANANA...) DESTINADOS PARA A MERENDA ESCOLAR NO
PERÍODO DE AULAS PRESENCIAIS E/OU SE NECESSÁRIO,
COMPOSIÇÃO DE KITS DE ALIMENTAÇÃO COM BASE EM
ORIENTAÇÃO DE NUTRICIONISTA, DE MANEIRA A ASSEGURAR
A OFERTA DE ALIMENTAÇÃO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL
DE ENSINO, NO PERÍODO DE AULAS NÃO PRESENCIAS;
AQUISIÇÃO CAPA DE FARDO (MODELO CESTA BÁSICA).

CONTRATADO: MERCADO GABBI LTDA - EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 24.869,85 (vinte e quatro mil oitocentos e
sessenta e nove reais e oitenta e cinco centavos)

CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE
ALIMENTOS LTD
VALOR DA DESPESA: R\$ 26.369,00 (vinte e seis mil trezentos e
sessenta e nove reais)

CONTRATADO: SCS COMERCIO LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.104,06 (um mil cento e quatro reais e
seis centavos)

CONTRATADO: R.L.M. ALIMENTOS LTDA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 10.716,40 (dez mil setecentos e

dezesseis reais e quarenta centavos)

CONTRATADO: ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 615,00 (seiscentos e quinze reais)

CONTRATADO: BUGRE COMERCIAL EIRELI

VALOR DA DESPESA: R\$ 24.743,45 (vinte e quatro mil setecentos e quarenta e três reais e quarenta e cinco centavos)

CONTRATADO: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.293,00 (um mil duzentos e noventa e três reais)

=====

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 44/2020 – FMS

Publicação Nº 2551776

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 44/2020 – FMS

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS DE CATARATA.

Modalidade de Licitação: Inexigibilidade.

Fundamento Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, em Guaramirim (SC), através do seu Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim.

Entrega da documentação a partir de 14 de julho de 2020 até 31 de dezembro de 2020.

O Edital poderá ser adquirido no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000, no Setor de Licitações, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, ou pelo site <https://guaramirim.atende.net> ou pelo telefone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 07 de julho de 2020.

LUIS ANTONIO CHIODINI
Prefeito Municipal

DECISÃO IMPUGNAÇÃO - 66/2020-PMG

Publicação Nº 2552484

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2019
DECISÃO SOBRE IMPUGNAÇÃO

Trata-se de impugnação ao edital protocolada pela empresa KRAFTE ENGENHARIA EM AUTOMAÇÃO em relação ao processo licitatório cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE REDES DE DADOS E TELEFONIA PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM, insurgindo-se contra exigências editalícias.

A impugnação protocolada pela insurgente se contra a não previsão de necessidade de registro dos atestados de capacidade técnica junto ao órgão profissional.

Inicialmente, cumpre destacar que a impugnação é tempestiva e pode ser conhecida.

No mérito, a impugnação deve ser indeferida.

Os documentos elencados no art. 30 da Lei de licitações é o máximo que a administração municipal pode solicitar.

Inexiste irregularidade quando a administração decide exigir documentação mínima aquela lá prevista visando ampliar a competitividade com vistas da obtenção da proposta mais vantajosa para a administração. Tanto é que o caput do referido artigo segue esta tendência ao mencionar "limitar-se-á".

Diante disso, não vislumbro ilegalidade no referido edital e determino a manutenção da licitação apazada para o dia 07/07/2020.

Guaramirim, 06 de julho de 2020.

Luis Antonio Chiodini
Prefeito de Guaramirim

DECRETO Nº. 1259/2020

Publicação Nº 2551581

DECRETO Nº. 1259/2020

Altera o Decreto nº. 1254/2020, que declara situação de emergência no Município de Guaramirim, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais e, consolida medidas de prevenção e enfrentamento à COVID-19.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. O Decreto nº. 1254/2020 passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 8º.

I -

c) o calendário de eventos esportivos organizados pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, bem como o acesso público a eventos e competições da iniciativa privada e atividades esportivas de recreação;

d) as atividades em cinemas, teatros, casas noturnas, museus, bem como a realização de eventos, shows e espetáculos que acarretam reunião de público.

..... ” (NR)

“Art. 8ºA. Permanece proibida a aglomeração de pessoas em qualquer ambiente, seja público ou privado, interno ou externo, para a realização de atividades de qualquer natureza.

§ 1º Não se aplica o disposto neste artigo quando da realização das atividades que se encontram liberadas e reguladas pelas normas sanitárias em vigor.

§ 2º Fica proibida ainda, realização de festas em residências com pessoas que não as residentes do domicílio, com intuito de evitar aglomerações e manter o isolamento social.”

Art. 2º. Ficam revogadas as alíneas “c” e “d”, inciso II, do art. 8º, do Decreto nº. 1254/2020.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 06 de julho de 2020.

Luis Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2020 – PMG

Publicação Nº 2551264

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2020 – PMG
PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2020 – PMG

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico.

Base Legal: Lei nº 10.520/02.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GASOLINA COMUM PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Órgão Gestor: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: POSTO ALVORADA LTDA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.740.317/0001-29, inscrição estadual nº 250.029.081, com sede na Rua Adelia Fischer, nº 920, bairro Baependi, município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina, CEP 89.256-400.

Fornecedor: 30556970 - POSTO ALVORADA LTDA						
Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	130000	LITRO	GASOLINA COMUM	STANG	3,65	474.500,00
Total					R\$474.500,00	

Vigência: Início: 02/07/2020 Término: 01/07/2020.

Guaramirim (SC), 06 de julho de 2020.

LUIS ANTONIO CHIODINI
Prefeito Municipal



EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 45/2020 – FMS

Publicação Nº 2551412

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 45/2020 – FMS

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS AMBULATORIAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE EM CARÁTER EMERGENCIAL.

Modalidade de Licitação: Dispensa de licitação.

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM/SC, pessoa jurídica de direito público interno, através do seu Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 415, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000.

Contratada: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, sob o CNPJ nº 00.802.002/0001-02, estabelecida na Estrada Boa Esperança, nº 2320, Bairro Fundo Canoas, Rio do Sul-SC, CEP: 89.163-554.

Valor Total: R\$ 1.039,60 (mil e trinta e nove reais e sessenta centavos).

Contratada: SANIMED INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI, sob o CNPJ nº 24.537.945/0001-05, estabelecida na Rua Ricardo Georg, nº 115, Fundos, Bairro Itoupava Central, Blumenau-SC, CEP: 89.069-100.

Valor Total: R\$ 222,50 (duzentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos).

Contratada: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, sob o CNPJ nº 03.033.589/0001-12, estabelecida na Rua Ricardo Georg, nº 1115, Bairro Itoupava Central, Blumenau-SC, CEP: 89.069-100.

Valor Total: R\$ 1.424,00 (um mil quatrocentos e vinte e quatro reais).

Contratada: DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA, sob o CNPJ nº 01.306.465/0001-38, estabelecida na Rua Américo Vespúcio, nº 995, Bairro

Nova Brasília, Joinville-SC, CEP: 89.213-401.

Valor Total: R\$ 14.670,00 (catorze mil seiscentos e setenta reais).

Guaramirim (SC), 06 de julho de 2020.

LUIS ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 80/2020 – PMG

Publicação Nº 2551944

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 80/2020 – PMG

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE TRÊS SWITCH 24 PORTAS GIGA LTB SG 2400QR.

Modalidade de Licitação: Dispensa de licitação.

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II e IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, bairro centro, CEP 89.270-000.

Contratada: TRIUNFO SOLUÇÕES EM CONECTIVIDADE, inscrito sob o CNPJ nº 28.917.436/0001-69, estabelecida na Rua Pedro Graf, nº 335, Sala 01, Bairro Avaí, Guaramirim - SC, CEP: 89.270-000.

Valor Total: R\$ 2.805,00 (dois mil e oitocentos e cinco reais).

Guaramirim (SC), 06 de julho de 2020.

LUIS ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 46/2020 – FMS

Publicação Nº 2551310

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 46/2020 – FMS

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE INSUMOS DIABÉTICOS PARA CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÃO JUDICIAL.

Modalidade de Licitação: Inexigibilidade de licitação.

Fundamento Legal: Artigo 25, inciso I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM/SC, pessoa jurídica de direito público interno, através do seu Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 415, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000.

Contratada: MEDTRONIC COMERCIAL LTDA, sob o CNPJ nº 01.772.798/0002-23, estabelecida na Estrada Vinhedo Viracopos, Km 4, Bairro Distrito Industrial, Vinhedo - SP, CEP: 13-280-001.

Valor Total: R\$ 10.628,47 (dez mil seiscentos e vinte e oito reais e quarenta e sete centavos).

Guaramirim (SC), 06 de julho de 2020.

LUIS ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO 29/2020 – PMG

Publicação Nº 2551246

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO CONTRATO 29/2020 – PMG

Processo Licitatório nº: 65/2020 – PMG

Modalidade: Dispensa de Licitação.

Fundamento Legal: Artigo 24, II, da Lei nº 8.666/93.

Objeto da Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL LOCALIZADA NA RUA IRINEU VILELA VEIGA, Nº 135, SALA 04, CENTRO, GUARAMIRIM – SC.

Locatário: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situada na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000.

Locador: DIOGO ROMERO WULF ZANLUCA, inscrito no CPF sob o nº 009.264.159-80, domiciliado na Rua 3604, nº 165, Ed. Dom Gabriel, Bairro Centro, Balneário Camboriú - SC, CEP: 88.330-236.

Valor Mensal: R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais).

Valor Anual: R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Vigência: Início: 26/06/2020 Término: 25/06/2020

Guaramirim (SC), 02 de julho de 2020.

LUIS ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2551664

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao art. 5º da Lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor NC COMUNICAÇÕES S/A referente ao empenho nº 0000298-000/2020, liquidado em 15/04/2020, no valor de R\$ 669,10.

Este pagamento refere-se a contratação de empresa de publicação de atos municipais (editais).

O pagamento do referido empenho foi realizado antecipadamente para continuidade da prestação de serviços.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais, devendo ser efetuado os referidos pagamentos e as publicações necessárias.

Guaramirim - SC, 06 de julho de 2020.

JAIR TOMELIN

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Guarujá do Sul

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL 095/2020

Publicação Nº 2551304

DECRETO Nº 95/2020

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.646/2019 de 19 de novembro de 2019.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 36.649,70 (trinta e seis mil, seiscentos e quarenta e nove reais e setenta centavos), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2020, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

06- SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO:

01- Departamento de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo:

Atividade: 0601.20.606.0026.2.026

3.3.90.00-00.00.118 Aplicações Diretas R\$ 36.649,70

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional Suplementar de que trata o Art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente do Município de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

06- SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO:

01- Departamento de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo:

Atividade: 0601.20.606.0026.2.026

4.4.90.00-00.00.118 Aplicações Diretas R\$ 36.649,70

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul,
06 de julho de 2020.

Claudio Junior Weschenfelder
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Franciane Baseggio
Secretário Administração e Fazenda

DECRETO MUNICIPAL 94/2020

Publicação Nº 2551301

DECRETO Nº. 094/2020.

Dispõe sobre a regulamentação do regime de trabalho a ser desenvolvido pelos profissionais do Magistério e da Educação, em cumprimento do regime especial de atividades remotas em decorrência da situação emergencial caracterizada pela suspensão das aulas da rede pública municipal decretada como medida de enfrentamento de pandemia e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL – SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. que lhe são conferidas pelo artigo 63, inciso VII da Lei Orgânica do Município; combinado com as disposições da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, com as atualizações da Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020 e de acordo com a legislação de pessoal vigente, em especial o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais instituído pela Lei n. 1048/1991 e Plano de Carreira e Remuneração do Magistério instituído pela Lei n. 1.807, de 24 de abril de 2006, e

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO a edição da MP n. 934, de 1º de abril de 2020, que estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO o disposto nos Decretos Estaduais 509, de 17 de março de 2020; 515, de 17 de março de 2020, 521, de 19 de março de 2020 e o 525, de 23 de março de 2020 que dispõem sobre a adoção de medidas voltadas ao enfrentamento da situação de emergência em

saúde pública em todo o território catarinense; bem como o Decreto Estadual n. 562, de 17 de abril de 2020, que Declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 – doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, e determina a suspensão das aulas da rede pública por tempo indeterminado;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 43, de 25 de março de 2020, que decretou situação de emergência em saúde pública e que adotou medidas para combate à pandemia do coronavírus, dentre elas a suspensão das aulas presenciais em função dos Decretos Estaduais acima citados;

CONSIDERANDO a Resolução CEE/SC n. 09, de 19 de março de 2020, que Dispõe sobre o regime especial de atividades escolares não presenciais no Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, como medida de prevenção e combate ao contágio; bem como o disposto na Resolução n. 01, de 1º de abril de 2020, do Conselho Municipal de Educação, que Dispõe sobre o referido regime especial no âmbito municipal; e ainda, tendo presente o Parecer n. 05, de 28.04.2020, do Conselho Nacional de Educação, que Dispõe sobre a Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual n. 630, de 10 de junho de 2020, que suspende até 02 de agosto de 2020 as aulas presenciais na rede pública de ensino, bem como, considerando que o banco de horas acumulado até o presente momento pelos profissionais da educação já se mostra suficiente para recuperação ao final do período de suspensão das atividades escolares presenciais, devendo o servidor compensá-las quando da retomada às atividades regulares na rede de ensino municipal;

CONSIDERANDO que no momento os estabelecimentos de ensino se encontram adequados para o recebimento de todos os profissionais do ensino, em horário normal de expediente, para o desenvolvimento de suas atividades nas dependências próprias, onde poderão elaborar seus planos de aulas, produzir o material a ser enviado aos alunos e desenvolver demais atividades próprias do cargo;

CONSIDERANDO que em determinados níveis de ensino se faz necessária a permanência do professor em home Office para dirimir dúvidas apresentadas pelos pais dos educandos, os quais, normalmente procuram esse atendimento em horário diverso do horário normal de atendimento no estabelecimento de ensino;

DECRETA:

TÍTULO I

NORMAS INTRODUTÓRIAS

Art. 1º As regras definidas no presente decreto aplicam-se exclusivamente aos servidores e contratados vinculados à Secretaria Municipal de Educação do Município cujas atividades regulares foram paralisadas em razão da promulgação do Decreto Estadual n. 509, de 17 de março de 2020, e o Decreto Municipal n. 32, de 17 de março de 2020.

Art. 2º O regime especial de atividades não-presenciais implementado no âmbito do Município envolverá o desenvolvimento de atividades remotas cujo aproveitamento para fins do disposto no inc. I do art. 24 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996), depende do integral cumprimento das regras e diretrizes a serem fixadas no âmbito do sistema municipal de ensino.

Art. 3º Durante o período em que forem suspensas as atividades escolares na rede municipal de ensino, os servidores efetivos e admitidos em caráter temporário, vinculados à Secretaria Municipal de Educação deverão desenvolver suas atividades por meio de um dos seguintes regimes de trabalho:

I – expediente regular, com cumprimento integral das atividades de forma presencial em unidade vinculada à Secretaria Municipal de Educação;

II – expediente regular, com cumprimento regular de sua jornada de trabalho em outro órgão da administração pública municipal, mediante lotação provisória;

III – trabalho remoto, com cumprimento de jornada de trabalho com a realização de atividades não-presenciais (home office) ou com a realização de atividades presenciais na unidade escolar mas sem a presença do aluno;

IV – banco de horas, mediante a suspensão da realização de atividades com formação de banco de horas para compensação futura, quando for retomada a realização do ensino com atividades presenciais.

§ 1º A definição do regime de trabalho previsto nos incisos III e IV deverá ser detalhado em Plano de Trabalho Individual e no Plano Emergencial, a ser fixado pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º O Plano de Trabalho Individual poderá fixar regime híbrido que preveja o cumprimento de jornada de trabalho do profissional em mais de uma das modalidades de trabalho definidas nos incisos I, III e IV deste artigo.

TÍTULO II

DIREITOS E DEVERES DOS PROFISSIONAIS DE MAGISTÉRIO E DA EDUCAÇÃO

Art. 4º Enquanto as atividades regulares nas unidades de ensino estiverem suspensas:

I – independentemente do regime de trabalho a que estiver submetido o servidor, será mantida a percepção das seguintes vantagens remuneratórias:

- a) gratificação de regência de classe;
- b) abono assiduidade;
- c) hora excedente.

Art. 5º Quando do retorno das atividades presenciais, havendo determinação dos órgãos sanitários para manutenção do afastamento dos professores integrantes do grupo de risco, a estes será garantido desempenho de atividades em regime diferenciado a ser fixado pela Secretaria Municipal de Educação.

TÍTULO III

DO REGIME DE TRABALHO REMOTO

Art. 6º As atividades não-presenciais que integram o regime de trabalho remoto incluem, entre outras:

I - planejamento, adequação e preparação de atividades de intervenção docente não presencial;

II – participação em reuniões pedagógicas remotas;

III – participação de atividades de formação continuada;

IV – produção de conteúdo e de estratégias didáticas para diferentes modalidades de ensino por meio de estratégias de intervenção diversas do método presencial;

V – elaboração de material didático para ser disponibilizado em versão impressa ou digital

VI – as interações com os discentes em ambiente virtual e acompanhamento de atividades avaliativas.

Parágrafo único. As atividades deverão ser definidas em consonância com o Plano de Intervenção Emergencial conforme Resolução nº. 01/2020 do Conselho Municipal de Educação – CME e fixado pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 7º O Plano de Trabalho Individual deverá especificar as atividades a serem realizadas de forma proporcional à carga horária de trabalho do servidor.

§ 1º A comunicação e/ou interação de professores com alunos, pais, familiares e/ou responsáveis, dar-se-á exclusivamente dentro do horário de trabalho do professor, sendo que qualquer atividade realizada fora do horário normal de trabalho, será considerada mera liberalidade, sendo vedado o pagamento de hora extraordinária.

§ 2º A execução das atividades não-presenciais corresponderá à totalidade da carga horária do regime de contratação, incluindo não somente as horas de interação com alunos (em sala de aula), quanto às chamadas horas-atividade (art. 2º, § 4º da Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008).

§ 3º O Plano de Trabalho Individual do profissional do Magistério e da Educação será fixado pela Secretaria Municipal de Educação, em consonância com o Plano de Intervenção Emergencial de Educação adotado pelo Município.

Art. 8º O Município deverá prover recursos materiais para que as atividades sejam desenvolvidas pelos Profissionais do Magistério e da Educação, em sua residência ou na unidade escolar de ensino, nos termos do Plano de Intervenção Emergencial a ser aprovado pelo Município.

Art. 9º A regulamentação das atividades diante da especificidade da função seguirá a regulamentação fixada por Resolução do Conselho Municipal de Educação e consequente homologação dos atos normativos.

§ 1º A Secretaria Municipal de Educação deverá tratar sobre sistemática para o cumprimento de jornada de trabalho, para o controle de atividade pedagógica e educacional e sobre a supervisão ou coordenação pedagógica das atividades.

§ 2º Os efeitos jurídicos do regime de trabalho remoto se equiparam aqueles decorrentes da atividade exercida mediante subordinação pessoal e direta nas dependências da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 10. O trabalho remoto deve observar as seguintes diretrizes:

I – não constitui direito subjetivo do servidor, sendo necessária a autorização da chefia imediata, e pode ser revogado a qualquer tempo; e,
II – não gera qualquer tipo de ressarcimento ou indenização, a qualquer título, das eventuais despesas do servidor em decorrência do exercício de suas atribuições em trabalho remoto.

Art. 11. São deveres dos servidores em trabalho remoto:

I – estar acessível durante o horário de expediente administrativo, manter e-mail e telefones de contato atualizados e ativos, a fim de garantir a comunicação eficiente e imediata, devendo comparecer ao local de trabalho quando solicitado;

II – dar ciência à chefia imediata sobre os trabalhos realizados, bem como apontar eventuais dificuldades, dúvidas ou intercorrências que possam afetar o cumprimento;

III – seguir as recomendações exaradas pelas Secretarias de Estadual Municipal para evitar sair de casa, principalmente em locais com muito fluxo de pessoas;

IV – apresentar a justificativa: “trabalho remoto”, no controle de frequência; e,

V – preservar o sigilo das informações profissionais acessadas remotamente.

Parágrafo único. Caso ocorra inobservância dos deveres enumerados neste artigo, a chefia imediata deverá adotar as medidas pertinentes para apurar responsabilidade funcional do servidor.

TÍTULO IV

DO REGIME DE BANCO DE HORAS

Art. 12. Aos servidores submetidos ao regime de compensação por banco de horas, total ou parcialmente, aplicam-se as regras previstas neste Título.

Art. 13. O regime de banco de horas consiste no acúmulo de horas de trabalho não prestadas pelo servidor durante o período em que houve a suspensão do atendimento presencial das unidades escolares e demais dependências educacionais da rede de ensino municipal.

Art. 14. Ao final do período de suspensão das atividades escolares e dependências educacionais, será calculado o montante do total de horas negativas acumuladas no período, devendo o servidor público compensá-las quando forem retomadas as atividades regulares na rede de ensino municipal.

§ 1º As horas trabalhadas a mais em razão do regime de compensação de horas, em regra, não terão caráter de labor extraordinário, e serão compensadas de acordo com os parâmetros e critérios definidos no Plano de Intervenção Emergencial de Educação e no Plano de Trabalho Individual do profissional.

§ 2º A compensação mencionada no §1º, deste artigo, não poderá resultar em jornada diária total superior a 10 (dez) horas diárias.

§ 3º A compensação das horas não pode prejudicar o direito dos servidores públicos quanto ao descanso entre jornadas, salvo em caso de excepcional necessidade do serviço público, e desde que assim ajustado de comum acordo entre a chefia imediata e o servidor.

§ 4º As horas acumuladas nos termos deste capítulo deverão ser compensadas ao longo do período em que se estender o período de reposição para cumprimento integral do calendário letivo do ano de 2020, ainda que eventualmente adentre no ano civil de 2021.

Art. 15. Para fins de contagem das horas de trabalho a serem acumuladas, aplicam-se os seguintes critérios:

I – para os profissionais do Magistério que atuam como docentes, o acúmulo das horas deve tomar como referência o total das horas (hora relógio) abrangidas por sua jornada de trabalho;

II – para os demais profissionais do Magistério e da Educação, o acúmulo das horas deve tomar como referência sua jornada de trabalho regular.

§ 1º Em relação aos profissionais do Magistério que atuam como docentes, o montante final das horas acumuladas deverá diferenciar o número total de horas de interação com os estudantes (2/3) e de horas-atividade (1/3), para fins de regular aplicação do disposto no art. 2º, § 4º da Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008.

§ 2º A critério da Administração, e nos termos do Plano de Intervenção Emergencial de Educação, aos profissionais do Magistério que atuam como docentes poderá ser determinada a realização de atividades de formação continuada até o limite de 1/3 de sua jornada de trabalho, horas essas a serem abatidas do montante total das horas-atividade acumuladas.

Art. 16. A compensação das horas acumuladas pelos profissionais do Magistério que atuam como docentes deve levar em conta os seguintes balizamentos:

I – as horas acumuladas a título de horas-atividade não podem ser utilizadas para compensar atividades que exijam interação direta com os alunos;

II – a critério da Secretaria Municipal de Educação, a compensação das horas devidas poderá ser realizada em unidades de ensino distintas daquelas às quais o servidor esteja vinculado.

Parágrafo único. O planejamento dos instrumentos de compensação das horas acumuladas deve constar de Plano Individual de Trabalho a ser fixado pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 17. A acumulação de horas devidas em face da sujeição ao regime de banco de horas aplica-se exclusivamente enquanto perdurar a suspensão das aulas presenciais da rede municipal de ensino.

Parágrafo único. A sujeição do servidor ao regime de banco de horas não pode importar em redução de sua remuneração mensal.

TÍTULO V

DO CUMPRIMENTO DA CARGA HORÁRIA

Art. 18. De forma excepcional e temporária, fica estabelecido que o cumprimento da carga horária dar-se-á de forma de forma remota e em home Office, da seguinte forma:

I - pelos professores de creche, ocupantes de cargo de provimento efetivo e os Admitidos em Caráter Temporário

:

1. 100% (cem por cento) da carga horária na unidade escolar, em horário normal de atendimento, sem a presença dos alunos.

II – pelos monitores de creche, ocupantes de cargo de provimento efetivo e Admitidos em Caráter Temporário:

1. 100% (cem por cento) da carga horária na unidade escolar, em horário normal de atendimento, sem a presença dos alunos.

III – pelos professores de pré-escolar, professores dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, sejam ocupantes de cargo efetivo ou Admitidos em Caráter Temporário:

1. 50% (cinquenta por cento) da carga horária na unidade escolar, sem a presença dos alunos e 50% (cinquenta por cento) em home office.

IV – pelo segundo professor, professor de Reforço/AEE e psicopedagogo, admitidos em caráter temporário:

1. 100% (cem por cento) da carga horária na unidade escolar, em horário normal de atendimento e sem a presença dos alunos.

Parágrafo único. O período de execução das atividades na ausência presencial dos alunos será computado como presunção do exercício integral da carga horária do regime de contratação, incluindo não somente as horas de interação com alunos (em sala de aula), quanto à horas-atividade (art. 2º, § 4º da Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008); contudo, quando do retorno às atividades presenciais, o servidor deverá continuar exercendo as atividades próprias do cargo ao longo do período em que se estender o período de reposição para cumprimento integral do calendário letivo do ano de 2020, ainda que eventualmente adentre ao ano civil de 2021, sem acréscimo de serviço extraordinário.

TÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 19. Fica suspensa até o dia 31 de dezembro de 2020, a conversão em pecúnia da licença prêmio dos servidores públicos municipais, independente da Secretaria em que se encontrem.

Art. 20. As licenças de capacitação e as licenças para tratamento de assunto de interesse particular, a critério da Secretaria Municipal de Educação, em consonância com o Plano Emergencial da Educação, ficam suspensas por período indeterminado.

Art. 21. Ficam convalidados os atos praticados anteriormente à promulgação deste decreto, naquilo que não lhe seja contrário.

Art. 22. A forma de cumprimento da jornada de trabalho definida no artigo 18 deste Decreto poderá ser alterada a qualquer momento por ato unilateral da Secretaria de Educação sempre que necessário ao bom atendimento do processo de ensino aprendizagem.

Parágrafo único. A alteração do regime de trabalho previsto no caput deste artigo também poderá ocorrer mediante solicitação do profissional que deverá apresentar o horário a ser cumprido devidamente detalhado no seu Plano de Trabalho Individual.

Art. 23. Fica revogado o Decreto n. 077, de 18 de maio de 2020, bem como as demais disposições em contrário.

Art. 24. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de julho de 2020.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em

02 de julho de 2020. –

68º ano da Fundação e 58º ano da Instalação.

Certifique-se. Registre-se. Cumpra-se.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER

Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Julio Cesar Della Flora

Secretário de Administração e Fazenda

EXTRATO DANC MUNICÍPIO 574_2020

Publicação Nº 2551399

DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE
PROTOCOLO Nº 574/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 574/2020 CONDER

O MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob nº 83.027.045/0001-87, sito na Avenida João Pessoa, 1265, na cidade de Guarujá do Sul, comarca de São José do Cedro – SC, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão de Declaração de atividade não constante, com prazo de validade de 12 (doze) meses, formulado pelo empreendedor MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL, inscrito no CNPJ nº 83.027.045/0001-87, para a atividade de – Pavimentação Asfáltica (reperfilagem), que será exercida no imóvel Trecho da Rua Octávio Reinoldo Diehl S/nº, Bairro Centro, no Município de Guarujá do Sul, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - FMAS TA 02 CT 09/2018

Publicação Nº 2551365

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 09/2018

PROCESSO LICITATORIO Nº. 13/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2019

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: GENTE SEGURADORA SA

OBJETO: O prazo de vigência do Contrato, previsto na Cláusula Primeira do Primeiro Termo Aditivo, fica prorrogado por mais um ano, a partir de 10 de julho de 2020, bem como os valores previsto na Cláusula Segunda do Primeiro Termo Aditivo, não sofrerão reajustes (Seguros Fiat Ducato Multi Jaedi T QIP-7714, Chev/Spin MT LTZ QHV - 4135 e Chev/Classic LS QHV – 4155).

VALOR: R\$ 6.932,72

VIGENCIA: Um ano

Guarujá do Sul, SC, 06 de julho de 2020.

Franciane Baseggio

Secretária do FMS.

Guatambú

PREFEITURA

DECRETO 176 / 2020

Publicação Nº 2551244

DECRETO N. 176/2020 DO MÊS JULHO DE 2020.
NOMEIA DIRETOR DE DEPARTAMENTO.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, PREFEITO MUNICIPAL DE GUATAMBU, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do artigo 72 Lei Orgânica do Município.

DECRETA: Fica nomeado o Senhor DOMINGOS CENCI, inscrito no CPF sob o n. 346.971.369-34, para o cargo comissionado de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, lotado no Departamento de Administração. Fazenda e Planejamento, recebendo à remuneração de Lei.

Art. 1º Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados recursos do Orçamento Municipal vigente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.
Guatambu, 02 de julho de 2020.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 4211/2011

Publicação Nº 2551377

DECRETO Nº 4211/2020.

Reconhece como autoridades de saúde os servidores públicos municipais integrantes da Vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica para fins de fiscalização e aplicação de multas como medidas integrantes no enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19) no município de Herval d'Oeste e dá outras providências.

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO, que no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto nº 515 de 17 de março de 2020, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense";

CONSIDERANDO que o Município de Herval d'Oeste se encontra em Situação de Emergência em Saúde, reconhecida pelo do Decreto n. 4168/2020;

CONSIDERANDO o atual estágio de contaminação pelo vírus SARS-CoV-2 causador da Infecção Humana COVID-19 em Herval d'Oeste, que requer esforço dobrado e compartilhado pela sociedade para a proteção de todos;

CONSIDERANDO a realidade do Município de Herval d'Oeste, que durante o mês de junho teve aumento de seus casos resultantes em mais de 500% em relação ao mês de maio de 2020;

DECRETA:

Art. 1º Na forma do artigo 30 da Lei nº 1380, de 11 de dezembro de 1992, ficam reconhecidos como autoridades de saúde no município de Herval d'Oeste os servidores públicos municipais integrantes da Vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica, cabendo-lhes a fiscalização do cumprimento das medidas específicas de enfrentamento à COVID-19, sem prejuízo da atuação de órgãos com competência fiscalizatória específica.

Parágrafo único. Constatado pelas autoridades de que trata o caput deste artigo o descumprimento das medidas estabelecidas em Decretos ou em Portarias vigentes, a fiscalização da Vigilância em Saúde deve apurar eventual prática de infrações administrativas sanitárias previstas na Lei municipal Lei nº 1380, de 11 de dezembro de 1992 e suas regulamentações através dos Decretos nº 837/1993 e 2879/2011, na Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 e na Lei federal nº 6.320, de 1983, bem como do crime previsto no art. 268 do Código Penal.

Art. 2º Considerando as consequências para a saúde pública, o descumprimento das normas sanitárias de enfrentamento ao COVID-19 ensejará, sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, nos termos dos arts. 36 e art. 37 da Lei nº 1380/1992, alternativas ou cumulativamente, as penalidades de:

I - advertência;

II - multa;

§ 1º - Será considerada infração a desobediência ou inobservância ao disposto nas normas legais, regulamentos e outras que, por qualquer forma, se destinam à promoção, preservação e recuperação da saúde.

§ 2º - Responderá pela infração quem de qualquer modo, cometer ou concorrer para a sua prática, ou dela se beneficiar.

Art. 3º As infrações de natureza sanitária serão apuradas em processo administrativo próprio, e classificam-se em:

I - leves, aqueles em que o infrator for beneficiado por circunstância atenuante;

II - graves, aqueles em que for verificada uma circunstância agravante;

III - gravíssima, aquelas em que seja verificada a existência de duas ou mais circunstâncias agravantes.

Art. 4º Para a graduação e imposição de pena, a autoridade sanitária levará em conta:

I - as circunstâncias atenuantes e agravantes;

II - a gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências para a saúde pública;

III - os antecedentes do infrator quanto às normas sanitárias.

Art. 5º São circunstâncias atenuantes:

- I - a ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do evento;
- II - a errada compreensão da norma sanitária, admitida como escusável, quando patente a incapacidade do agente para atender o caráter ilícito do fato;
- III - o infrator, por espontânea vontade, imediatamente, procurar reparar ou minorar as consequências do ato lesivo à saúde pública que lhe for imputado;
- IV - ter o infrator sofrido coação, a que podia resistir, para a prática do ato;
- V - ser o infrator primário, e a falta cometida, de natureza leve.

Art. 6º - São circunstâncias agravantes:

- I - ser infrator reincidente;
- II - ter o infrator cometido à infração para obter vantagem pecuniária;
- III - o infrator coagir outrem para a execução material da infração;
- IV - ter a infração consequências calamitárias à saúde pública;
- V - se, tendo conhecimento de ato lesivo à saúde pública, o infrator deixar de tomar as providências de sua alçada, tendentes a evitá-lo;
- VI - ter o infrator agido com dolo, ainda que eventualmente, fraude ou má fé.

Art. 7º Havendo o concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes, a aplicação da pena será considerada em razão das que sejam preponderantes.

Art. 8º No primeiro momento, independentemente da gravidade do ato, a autoridade sanitária deverá aplicar a penalidade de advertência, orientando o advertido a restabelecer a situação legal de forma imediata, devendo se necessário, buscar apoio policial para manter a ordem.

Parágrafo único: Em não havendo respeito à ordem de advertência determinada pela autoridade sanitária deverá este, registrar Boletim de Ocorrência contra o advertido por crime contra a saúde pública (art. 268 do Código Penal) e imediatamente realizar autuação de multa, possibilitando ao autuado o direito ao contraditório e ampla defesa em processo administrativo próprio.

Art. 9º A multa que será aplicada pelas autoridades de saúde municipais consiste no pagamento das seguintes quantias:

- I - nas infrações leves - de 1,00 a 5,00 UR;
- II - nas infrações graves - de 5,00 a 10,00 UR;
- III - nas infrações gravíssimas de 10,00 a 35,00 UR;

§ 1º - Aos valores das multas previstas nesta Lei aplicar-se-á a Unidade de Referência Municipal/UR.

§ 2º - Na aplicação da penalidade de multa, a autoridade de saúde levará em consideração a capacidade econômica do infrator.

§ 3º. A aplicação da multa independe de prévia advertência emitida pela fiscalização e poderá ser imposta tantas vezes quantas forem constatadas as infrações, respeitado o intervalo de 24 horas entre as atuações.

§ 4º. O valor da multa reverterá em favor das ações de prevenção e proteção ao COVID-19.

§ 5º. Os estabelecimentos comerciais têm o prazo de 48 horas úteis a contar da autuação para pagar a multa ou recorrer, nos termos deste decreto.

§ 6º. Exclusivamente no que concerne às medidas de proteção e prevenção ao COVID-19, os prazos previstos na Lei nº 1380/1992 ficam suspensos, passando as comunicações, atuações e notificações a serem contadas em horas, a critério da fiscalização.

Art. 10 A reincidência específica torna o infrator passível de enquadramento na penalidade máxima e a caracterização da infração como gravíssima.

Parágrafo Único. Ficará caracterizada a reincidência quando o infrator, após decisão definitiva na esfera administrativa do processo que lhe houver imposto a penalidade, cometer nova infração do mesmo tipo ou permanecer em infração continuada.

Art. 11 As infrações de natureza sanitária serão apuradas em processo administrativo próprio, e classificam-se em:

- I - leves, aqueles em que o infrator beneficiado por circunstância atenuante;
- II - graves, aqueles em que for verificada uma circunstância agravante;
- III - gravíssima, aquelas em que seja verificada a existência de duas ou mais circunstâncias agravantes.

Art. 12 Para a graduação e imposição de pena, a autoridade sanitária levará em conta:

- I - as circunstâncias atenuantes e agravantes;
- II - a gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências para a saúde pública;
- III - os antecedentes do infrator quanto às normas sanitárias.

Art. 13 A autoridade de saúde lavará auto de advertência e/ou multa conforme o anexo deste Decreto, mantendo o original arquivado no setor de Vigilância Sanitária.

Parágrafo único. Os autos não serão numerados, serão identificados pela data da autuação e pelo autuado, sendo impressos em papel sulfite

comum, em duas vias (1º vinculada ao processo e a 2ª será entregue ao autuado).

Art. 14 Da autuação cabe impugnação, no prazo de 48 horas úteis dirigido a Secretária Municipal de Saúde, aos cuidados da autoridade sanitária.

Art. 15 A impugnação será formulada por escrito, com indicação de número de telefone celular e e-mail, e protocolado no setor de Protocolo Central Municipal (Rua Nereu Ramos, 389, centro).

Art. 16 A impugnação será julgada em 48 horas úteis, observada prévia manifestação da autoridade de saúde autuadora.

Art.17 A decisão será comunicada através do endereço de e-mail ou WhatsApp do impugnante.

Art. 18 No prazo de 48 horas úteis a contar da notificação, o impugnante pode apresentar recurso da decisão, direcionado ao Prefeito Municipal, no qual exporá as razões de fato e de direito que entender.

Art. 19 O Recurso será formulado por escrito, com indicação de número de telefone celular e e-mail, e protocolado no setor de Protocolo Central Municipal (Rua Nereu Ramos, 389, centro).

Art. 20 O Prefeito tem o prazo de 48 horas úteis para efetuar o julgamento, ouvido previamente a Secretária Municipal de Saúde.

Art. 21 A decisão do Prefeito Municipal tem efeito terminativo na esfera administrativa e, se condenado, o recorrente deverá recolher a multa no prazo de 48 horas úteis a contar da notificação da decisão por e-mail ou WhatsApp, sob pena de inscrição do débito em dívida ativa e cobrança pelos meios executórios.

Art. 22 A população pode DENUNCIAR o descumprimento das normas de proteção e prevenção ao COVID-19 através do telefone/WhatsApp pelo n. (49)98504-4029, obrigatoriamente com indicação do endereço do estabelecimento, e se possível, com a anexação de foto, filmagem, garantido o anonimato.

Art. 23 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 30 de junho de 2020.

MAURO SÉRGIO MARTINI

Prefeito em Exercício

Herval d'Oeste

AUTO DE INFRAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO AO COVID-19 (DECRETO Nº 4211/2020) DATA: ____/____/____.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE VIG. SANITÁRIA E VIG. EPIDEMIOLÓGICA
IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR:		CNPJ
IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL:		CPF
ENDEREÇO:		
BAIRRO:		
DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO:		
DATA DA AUTUAÇÃO:	LOCAL DA AUTUAÇÃO:	HORA:
DISPOSITIVO LEGAL INFRINGIDO:		VALOR DA MULTA (QUANDO FOR O CASO)
OBS: O AUTUADO TEM O PRAZO DE 48 HORAS ÚTEIS A CONTAR DESTA AUTUAÇÃO PARA PAGAR A MULTA OU IMPUGNAR O ATO CONFORME 4212/2020		
ASSINATURA DO AUTUADO		ASSINATURA DA AUTORIDADE DE SAÚDE

1ª VIA – PROCESSO 2ª VIA - AUTUADO

PORTARIA Nº 789/2020

Publicação Nº 2552266

PORTARIA Nº 789/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a contar de 01 de julho de 2020, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar nº 281/2011, ao servidor TIAGO ZANATTA (MATRÍCULA 4015), ocupante do cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO, Nível – 12/1, Referência "B", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de julho de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de Julho de 2020.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito

PORTARIA Nº 790/2020

Publicação Nº 2552280

PORTARIA Nº 790/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE, pelo período de 120 (CENTO E VINTE) dias, a contar de 28 de junho de 2020 até 25 de outubro de 2020, conforme preceitua o artigo 107, §6º da Lei Complementar nº 281/2011, à servidora FLÁVIA APARECIDA DUTRA DE QUADROS (MATRÍCULA 5139), a qual exerce a função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível - 3, Referência - A, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28 de junho de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 06 de Julho de 2020.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito

PORTARIA Nº 791/2020

Publicação Nº 2552282

PORTARIA Nº 791/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 24 (VINTE E QUATRO) DIAS DE FÉRIAS NÃO USUFRUÍDAS, conforme Portaria nº 234/2020, à Servidora IEDA SALETE VERGANI BARBOSA (MATRÍCULA 2565), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSOR, Nível – 7, Referência "E", Anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 20 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 05 de abril de 2018 e 06 de abril de 2019, para serem gozadas a contar de 06 de julho de 2020 a 29 de julho de 2020, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 06 de Julho de 2020.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito

PORTARIA Nº 792/2020

Publicação Nº 2552284

PORTARIA Nº 792/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora FRANCIELI GRISA (MATRÍCULA 4009), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE, Nível – 8, Referência "B", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 15 de outubro de 2018 e 20 de outubro de 2019, para serem usufruídas a partir de 06 de julho de 2020 a 04 de agosto de 2020, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 06 de Julho de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA Nº 793/2020

Publicação Nº 2552287

PORTARIA Nº 793/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora SIMONE DE CÁSSIA DA SILVA (MATRÍCULA 5026), a qual exerce a função de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL, Nível – 8, Referência "A", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de abril de 2019 e 31 de março de 2020, para serem usufruídas a partir de 06 de julho de 2020 a 04 de agosto de 2020, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 06 de Julho de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA Nº 794/2020

Publicação Nº 2552288

PORTARIA Nº 794/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora LUCIANE APARECIDA FERRARI (MATRÍCULA 2827), ocupante do Cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS, 40 horas semanais, anexo II do quadro de pessoal do Programa de Saúde da Família, referente ao período aquisitivo compreendido entre 09 de março de 2019 e 17 de março de 2020, para serem usufruídas a partir de 06 de julho de 2020 a 04 de agosto de 2020, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 06 de Julho de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA N° 795/2020

Publicação N° 2552290

PORTARIA N° 795/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à Servidora MAIRA JACIARA RODRIGUES DE MORAIS DORÉ (MATRÍCULA 3392), ocupante do Cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS, 40 horas semanais, anexo II do quadro de pessoal do Programa de Saúde da Família, referente ao período aquisitivo compreendido entre 04 de dezembro de 2018 e 12 de dezembro de 2019, para serem usufruídas a partir de 06 de julho de 2020 a 04 de agosto de 2020, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 06 de Julho de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA N° 796/2020

Publicação N° 2552294

PORTARIA N° 796/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, ao Servidor ADRIANO BARETTA MANDRYK (MATRÍCULA 2875), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de ARQUITETO URBANISTA, Nível – 12, Referência "D", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 21 de dezembro de 2018 e 21 de dezembro de 2019, para serem usufruídas a partir de 06 de julho de 2020 a 04 de agosto de 2020, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 06 de Julho de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA N° 797/2020

Publicação N° 2552296

PORTARIA N° 797/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA O RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar de 06 de julho de 2020, à servidora IVANI SIQUEIRA SCHUVAIZERSKI (MATRÍCULA 2789), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "E", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 06 de Julho de 2020.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA Nº 798/2020

Publicação Nº 2552386

PORTARIA Nº 798/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora MARGARETE DE DEUS E SILVA FIORESE (Matr. 103), nascida aos 07/07/1969, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Inspetor Educacional, Nível/Referência – 9.1/C, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 9.1/D, anexo XI, a contar de 29 de julho de 2019, de conformidade com os artigos 25, 26 e 27 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29 de julho de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 06 de Julho de 2020.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito

PORTARIA Nº 799/2020

Publicação Nº 2552387

PORTARIA Nº 799/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, à Servidora MARGARETE DE DEUS E SILVA FIORESE (Matr. 103), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Inspetor Educacional, Nível/Referência – 9.1/D, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 9.1/E, anexo XI, a contar de 01 de abril de 2020, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 06 de Julho de 2020.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito

PORTARIA Nº 800/2020

Publicação Nº 2552389

PORTARIA Nº 800/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

INCORPORAR o Adicional por Tempo de Serviço, à servidora MARGARETE DE DEUS E SILVA FIORESE (Matr. 103), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Inspetor Educacional, Nível/Referência – 9.1/E, 40 horas semanais, Anexo XI da LC Nº 316/2013, nos termos do artigo 68 e seus parágrafos, previsto no Anexo XIV da Lei Complementar Nº 316/2013; referente ao período aquisitivo compreendido entre 19 de Agosto de 2011 e 18 de Agosto de 2016, num percentual acumulado de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o Salário Base.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 06 de Julho de 2020.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 04/2020 CMAS

Publicação Nº 2551603

RESOLUÇÃO Nº 04/2020 CMAS-HO

Dispõe sobre o Plano de Ação – Execução de Ações Socioassistenciais – COVID19 de Herval d'Oeste.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Herval d'Oeste/SC no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e pela Lei Municipal nº. 2.967/2012, em Reunião realizada virtualmente através do aplicativo eletrônico denominado Zoom, em virtude do Decreto Estadual nº 525 de 23 de março de 2020, o qual determina a proibição de realização de reuniões e aglomerações de pessoas visto a Pandemia de COVID 19, realizada em 05/06/2020 d'Oeste/SC, conforme Ata nº 03/2020, e;

Considerando o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação que contempla a Execução de Ações Socioassistenciais – COVID19, provenientes do governo federal Portaria 369 de 29 de abril de 2020, no valor total de R\$ 52.800,00 (Cinquenta e dois mil e oitocentos reais) a serem transferidos para o FMAS em duas parcelas.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Ação, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 3 Esta resolução entra em vigor nesta data.

Registre-se e publique-se.

Herval d'Oeste/SC, 03 de julho de 2020.

Fabiane Chiamulera Loraschi

Presidente do CMAS

Ibicaré**PREFEITURA****CONTRATO 049/2020 PMI - CONVENIO**

Publicação N° 2552772

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato Contrato nº 049/2020

FUNDAMENTO LEGAL – Dispensa de licitação com fundamentado nas disposições da Lei nº 8666/9326/2020.

OBJETO: Convênio de Cooperação Financeira é o repasse pelo Município de Ibicaré (SC) para o Fundo Municipal de Assistência Social de Joaçaba, Município de Joaçaba (SC), de recursos financeiros destinados ao custeio de despesas constantes na cláusula terceira deste convênio conforme Lei nº 3.697/07 alterada pela Lei nº 3.821/08.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC.

CONTRATADA: MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC

Valor: a)12 (doze) Unidades de Referência Municipal - URM's mensal ao Conveniente para a Manutenção do Abrigo, no período em que não houver crianças ou adolescentes acolhidos; b)30 (trinta) mensais por criança ou adolescente acolhido

VIGÊNCIA: 25 de junho de 2025.

Ibicaré, SC, aos 25 de junho de 2020.

Gianfranco Volpato.

Prefeito.

Ibirama

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇOS N° 87/2020

Publicação N° 2551855

MUNICIPIO DE IBIRAMA.

TOMADA DE PREÇOS N° 87/2020.

Objeto: Contratação de empresa especializada com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos para execução de pavimentação em lajotas de concreto, drenagem, pluvial e sinalização viária, na Rua Santa Cruz, bairro Progresso, Ibirama – SC. Entrega dos envelopes até o dia 23 de julho de 2020 as 09h00min. Sessão de abertura as 09h30min da mesma data. Informações: Departamento de Compras e Licitações pelo fone (47) 3357-8523, 3357-8527, na página do município na internet www.ibirama.sc.gov.br ou ainda pelo e-mail compras@ibirama.sc.gov.br - Ibirama, 06 de junho de 2020. Adriano Poffo - Prefeito.

Ilhota

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO - REGISTRO DE PREÇO 025 - 2020 MUL - REGISTRO DE PREÇO - KIT DE TESTE RÁPIDO E MÁSCARA

Publicação Nº 2552802

PROCESSO Nº 263/2020

PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 025/2020 – FMS

REGISTRO DE PREÇO

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO – TOTAL POR ITEM
OBJETO	DO OBJETO – REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KIT TESTE RÁPIDO COVID-19 IgG/IgM E MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL, conforme Anexo I do Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 17/07/2020 às 09:00 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 17/07/2020 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

MAIORES INFORMAÇÕES:

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao3@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 8826.

Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08 às 12:00 das 13:00 às 17:00

ERICO OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota, 06 de julho de 2020.

DECRETO 600

Publicação Nº 2552682

DECRETO Nº 600, DE 6 DE JULHO DE 2020.

"NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO".

O Prefeito de Ilhota/SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso IV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 3º da Lei Complementar 73/2017,

DECRETA:

Art. 1º Para constituir a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo, ficam nomeados os integrantes abaixo relacionados:

Presidente: Rosangela Paes de Farias

Secretário: Roberto Carlos Merlini

Membro: Luciana Mansoto

Art. 2º Compete à Comissão de Sindicância e Processo Administrativo processar e julgar os servidores do Município denunciados por eventual conduta reprovável, observando o contraditório e a ampla defesa.

Art. 3º Fica revogado o Decreto 565/2020.

Ilhota, 6 de julho de 2020.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Imarui

PREFEITURA

TERMO DE COLABORAÇÃO OU DE FOMENTO Nº. 001/2020

Publicação Nº 2551391

TERMO DE COLABORAÇÃO OU DE FOMENTO Nº. 001/2020

TERMO DE COLABORAÇÃO OU DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IMARUÍ E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IMARUÍ – APAE, VISANDO O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS.

Lei municipal nº 2.111/2020, repasse Governo Federal.

O MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 82.538.851/0001-57, com sede na Rua José Inácio das Rocha, nº. 109, Centro, Imaruí/SC, doravante denominada simplesmente MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Rui José Candemil Júnior, brasileiro, agente político, casado, inscrito no CPF sob nº. 950.653.509-49, e de outro lado a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Imaruí - APAE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 80.987.829/0001-69, com sede neste Município de Imaruí/SC, doravante denominado simplesmente APAE, neste ato representada pelo Sr. Alcides Limas, brasileiro, casado, aposentado, inscrito no CPF sob nº. 344.928.609-91, sujeitando-se às cláusulas e condições previstas no presente Termo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente termo a transferência de recursos financeiros para a APAE, com a finalidade de custear despesas advindas da manutenção da entidade.

PARÁGRAFO ÚNICO – O MUNICÍPIO realizará o acompanhamento da execução do objeto, designando um servidor para atuar enquanto Órgão Gestor nas ações de fiscalização.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO

O presente instrumento tem lastro na Lei Municipal nº 2.111, de 30 de junho de 2020, Art. 22, inciso XIV da Lei Orgânica do Município de Imaruí/SC e Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

O valor do repasse será de até R\$ 8.475,91 (oito mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e noventa e um centavos) na seguinte forma: 1 (uma) parcela de R\$ 4.463,11 (quatro mil, quatrocentos e sessenta e três reais e onze centavos), podendo iniciar os repasses no mês de julho do corrente ano, e as demais na importância de R\$ 668,80 (seiscentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos), até o limite estabelecido no artigo 1º da Lei nº 2.111/2020, observando-se a disponibilidade financeira, na forma do Plano de Trabalho nos termos da Lei 13.019/2014, e em observância e a efetividade dos repasses realizados pelo Governo Federal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O repasse do valor mencionado no caput deste artigo dependerá da disponibilidade financeira do MUNICÍPIO, podendo ser mitigado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O valor do repasse somente poderá ser majorado por força de Lei Municipal.

CLÁUSULA QUARTA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos serão aplicados nos programas mantidos pela entidade, conforme objeto disposto neste termo, bem como em consonância com o plano de trabalho apresentado pela entidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os saldos de recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança em instituição financeira vinculada ao banco central, se a previsão de uso for superior a 30 dias, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, se a previsão for inferior a um mês.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As receitas oriundas das aplicações referidas no parágrafo anterior serão computadas a crédito do termo e aplicadas obrigatoriamente em seu objeto, estando sujeitas às mesmas condições de prestações de contas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas do presente termo correrão por conta da dotação orçamentária do consignadas no Orçamento da Prefeitura, Fundo Municipal de Assistência Social, conforme segue: 3.3.50.00.00.00.00.00.0.6.035.000000 e 3.3.50.00.00.00.00.00.1.035.000000.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES

I – À CONCEDENTE compete:

- Repassar os recursos financeiros à Conveniada, em consonância com as metas pactuadas e observando a sua disponibilidade financeira;
- prestar, quando solicitado, orientações à Direção da entidade para perfeita aplicação dos recursos repassados;
- acompanhar, supervisionar, coordenar, fiscalizar e prestar assistência técnica na execução deste termo, diretamente ou através de seus

órgãos e entidades.

d) Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados, podendo solicitar a apresentação de documentos e fazer vistorias no estabelecimento da conveniada;

e) Exigir e analisar a prestação de contas;

II – À CONVENIENTE compete:

a) Aplicar os recursos recebidos nos objetivos conveniados neste termo;

b) executar direta e indiretamente, nos termos da legislação pertinente, os trabalhos necessários à execução do objeto que trata este convenio, observando sempre critérios de qualidade técnica, os custos e prazos previstos;

c) aplicar os recursos recebidos do MUNICIPIO, e os rendimentos auferidos das aplicações financeiras, exclusivamente na consecução do objeto pactuado, ainda que em caráter de emergência;

d) não repassar os recursos recebidos a outra entidade de direito público ou privado;

e) não firmar convênio ou contratos com empresas ou entidades em situação de débito, mora, inadimplemento ou irregularidades para com o Estado ou Município;

f) promover as aquisições e/ou contratações através de ampla consulta de preços e condições mais vantajosas, aplicando, quando for o caso, o procedimento análogo previsto na Lei 8.666 de 21/06/93 e suas alterações;

g) arcar com todo e qualquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social decorrente da execução deste convenio;

h) restituir o Governo do Município de Imaruí o saldo dos recursos não aplicados no objeto do termo, inclusive dos rendimentos da aplicação financeira na data de conclusão ou rescisão do convenio;

i) Prestar contas, mensalmente da aplicação dos recursos apresentando documentação comprobatória, nos exatos termos do Decreto municipal nº 001/2014 e Lei nº 13.019/2014, sendo indispensáveis:

- Extrato da conta bancária na qual o valor repassado foi depositado, bem como com a movimentação completa do período;

- documentos fiscais e demais documentos comprobatórios das despesas;

- Comprovantes das transações bancárias ou fotocópias dos cheques, se for o caso.

j) solicitar, quando necessária à prorrogação de vigência do convenio original no mínimo 30 (trinta) dias antes do termino com a devida justificativa;

l) manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, devidamente identificada com o número do convenio, ficando a disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da aprovação da prestação de contas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente convenio se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas ou condições, por mútuo consenso das partes, pela superveniência de normas legais que o torne material ou formalmente inexecutável, ou ainda:

a) Quando não for executado o objeto da avença;

b) Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no convenio;

c) Quando não apresentar a prestação de contas no prazo estabelecido.

PARÁGRAFO ÚNICO – Nas hipóteses elencadas acima, exceto nos casos de mútuo acordo ou superveniência de norma legal que o torne material e formalmente inexecutável, o conveniente deverá restituir ao MUNICIPIO o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A conveniente fica obrigada a apresentar a prestação de contas, preferencialmente no prazo de 30 (trinta) dias, e impreterivelmente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento de cada parcela. As contas deverão ser apresentadas em consonância com a Lei nº 13.019/2014 e Decreto municipal nº. 001/2014.

PARÁGRAFO ÚNICO – Não poderão ser pagas com recursos deste convenio despesas contraídas fora de sua vigência, bem como aquela decorrente de multas, juros, taxa de mora, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo e a título de taxa de administração.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

Além da fiscalização exercida pelo Tribunal de Contas, a execução do objeto do presente termo será fiscalizada pelo Órgão Gestor e pelo Sistema de Controle Interno da concedente.

I – O Órgão Gestor, em atendimento á Lei nº 13.019/2014, indicará um servidor público como responsável técnico pelo encaminhamento e fiscalização da transferência e da execução do respectivo objeto e será responsável pela emissão dos seguintes documentos:

a) Termo de Acompanhamento e Fiscalização, onde deverá documentar qualquer atividade ocorrida, bem como a condição em que se encontra a execução do objeto;

b) Certificado de Cumprimento dos Objetivos: documento que certifica o cumprimento integral do objeto do presente termo.

II – Ao Controle Interno compete, no exercício de sua função constitucional, acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do termo, podendo interferir a qualquer momento, e devendo emitir relatório circunstanciado sobre a execução do objeto de transferência, a observância às normas legais e regulamentares pertinentes às cláusulas pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente termo tem vigência até 31 de dezembro de 2020, e a contar da data de sua publicação, nos termos na Lei nº 2.111/2020.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS TERMOS ADITIVOS

O presente termo poderá sofrer alterações ou ter sua vigência prorrogada através de Termos Aditivos, desde que em mútuo consenso das partes, exceto no tocante aos prazos para prestação de contas.

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedado aditar o termo com o intuito de modificar se objeto, ainda que parcialmente, mesmo que sem alteração da categoria de programação de despesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As questões decorrentes da execução deste termo, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Imaruí.

E, por estarem de acordo, assinam o presente termo em três vias de igual teor.

Imaruí, 02 de julho de 2020.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR Prefeito de Imaruí	ALCIDES LIMAS Presidente da APAE
--	-------------------------------------

Procurador Jurídico

Testemunhas:

ADRIANO MATIAS JUSTINO CPF: 647.017.439-68	WYLSON MATOS OLIVEIRA CPF: 027.790.349-12
---	--

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

TERMO DE COLABORAÇÃO OU DE FOMENTO Nº. 002/2020

Publicação Nº 2551395

TERMO DE COLABORAÇÃO OU DE FOMENTO Nº. 002/2020

TERMO DE COLABORAÇÃO OU DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IMARUÍ E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IMARUÍ - APAE, VISANDO O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS.

Lei Municipal nº 2.110/2020, repasse do Recurso Próprio.

O MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 82.538.851/0001-57, com sede na Rua José Inácio das Rocha, nº. 109, Centro, Imaruí/SC, doravante denominada simplesmente MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Rui José Candemil Júnior, brasileiro, agente político, casado, inscrito no CPF sob nº. 950.653.509-49, e de outro lado a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Imaruí - APAE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 80987829/0001-69, com sede neste Município de Imaruí/SC, doravante denominado simplesmente APAE, neste ato representada pelo Sr. Alcides Limas, brasileiro, casado, aposentado, inscrito no CPF sob nº. 344.928.609-91, sujeitando-se às cláusulas e condições previstas no presente Termo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente termo a transferência de recursos financeiros para a APAE, com a finalidade de custear despesas advindas da manutenção da entidade.

PARÁGRAFO ÚNICO – O MUNICÍPIO realizará o acompanhamento da execução do objeto, designando um servidor para atuar enquanto Órgão Gestor nas ações de fiscalização.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO

O presente instrumento tem lastro na Lei Municipal nº 2.110, de 30 de junho de 2020, Art. 22, inciso XIV da Lei Orgânica do Município de Imarú/SC e Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

O valor do repasse de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), o qual será repassado em até 6 (seis) parcelas, na importância de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) cada, podendo iniciar os repasses no mês de julho do corrente ano, e as demais nos meses subsequentes, até o limite estabelecido no artigo 1º da Lei nº 2.110/2020, observando-se a disponibilidade financeira, na forma do Plano de Trabalho, nos termos da Lei 13.019/2014.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O repasse do valor mencionado no caput deste artigo dependerá da disponibilidade financeira do MUNICÍPIO, podendo ser mitigado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O valor do repasse somente poderá ser majorado por força de Lei Municipal.

CLÁUSULA QUARTA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos serão aplicados nos programas mantidos pela entidade, conforme objeto disposto neste termo, bem como em consonância com o plano de trabalho apresentado pela entidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os saldos de recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança em instituição financeira vinculada ao banco central, se a previsão de uso for superior a 30 dias, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, se a previsão for inferior a um mês.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As receitas oriundas das aplicações referidas no parágrafo anterior serão computadas a crédito do termo e aplicadas obrigatoriamente em seu objeto, estando sujeitas às mesmas condições de prestações de contas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas do presente termo correrão por conta da dotação orçamentária do consignadas no Orçamento da Prefeitura, Secretaria de Administração e Finanças, conforme segue: 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.000.000000.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES

I – À CONCEDENTE compete:

- a) Repassar os recursos financeiros à Conveniada, em consonância com as metas pactuadas e observando a sua disponibilidade financeira;
- b) prestar, quando solicitado, orientações à Direção da entidade para perfeita aplicação dos recursos repassados;
- c) acompanhar, supervisionar, coordenar, fiscalizar e prestar assistência técnica na execução deste termo, diretamente ou através de seus órgãos e entidades.
- d) Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados, podendo solicitar a apresentação de documentos e fazer vistorias no estabelecimento da conveniada;
- e) Exigir e analisar a prestação de contas;

II – À CONVENIENTE compete:

- a) Aplicar os recursos recebidos nos objetivos conveniados neste termo;
- b) executar direta e indiretamente, nos termos da legislação pertinente, os trabalhos necessários à execução do objeto que trata este termo, observando sempre critérios de qualidade técnica, os custos e prazos previstos;
- c) aplicar os recursos recebidos do MUNICÍPIO, e os rendimentos auferidos das aplicações financeiras, exclusivamente na consecução do objeto pactuado, ainda que em caráter de emergência;
- d) não repassar os recursos recebidos a outra entidade de direito público ou privado;
- e) não firmar convênio ou contratos com empresas ou entidades em situação de débito, mora, inadimplemento ou irregularidades para com o Estado ou Município;
- f) promover as aquisições e/ou contratações através de ampla consulta de preços e condições mais vantajosas, aplicando, quando for o caso, o procedimento análogo previsto na Lei 8.666 de 21/06/93 e suas alterações;

- g) arcar com todo e qualquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social decorrente da execução deste termo;
- h) restituir o Governo do Município de Imaruí o saldo dos recursos não aplicados no objeto do termo, inclusive dos rendimentos da aplicação financeira na data de conclusão ou rescisão do termo;
- i) Prestar contas, mensalmente da aplicação dos recursos apresentando documentação comprobatória, nos exatos termos do Decreto municipal nº 001/2014 e Lei nº 13.019/2014, sendo indispensáveis:
- Extrato da conta bancária na qual o valor repassado foi depositado, bem como com a movimentação completa do período;
 - documentos fiscais e demais documentos comprobatórios das despesas;
 - Comprovantes das transações bancárias ou fotocópias dos cheques, se for o caso.
- j) solicitar, quando necessária à prorrogação de vigência do termo original no mínimo 30 (trinta) dias antes do término com a devida justificativa;
- l) manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, devidamente identificada com o número do termo, ficando a disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da aprovação da prestação de contas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente termo se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas ou condições, por mútuo consenso das partes, pela superveniência de normas legais que o torne material ou formalmente inexecutável, ou ainda:

- a) Quando não for executado o objeto da avença;
- b) Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no termo;
- c) Quando não apresentar a prestação de contas no prazo estabelecido.

PARÁGRAFO ÚNICO – Nas hipóteses elencadas acima, exceto nos casos de mútuo acordo ou superveniência de norma legal que o torne material e formalmente inexecutável, o conveniente deverá restituir ao MUNICÍPIO o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A conveniente fica obrigada a apresentar a prestação de contas, preferencialmente no prazo de 30 (trinta) dias, e impreterivelmente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento de cada parcela. As contas deverão ser apresentadas em consonância com a Lei nº 13.019/2014 e Decreto municipal nº. 001/2014.

PARÁGRAFO ÚNICO – Não poderão ser pagas com recursos deste termo despesas contraídas fora de sua vigência, bem como aquela decorrente de multas, juros, taxa de mora, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo e a título de taxa de administração.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

Além da fiscalização exercida pelo Tribunal de Contas, a execução do objeto do presente termo será fiscalizada pelo Órgão Gestor e pelo Sistema de Controle Interno da concedente.

I – O Órgão Gestor, em atendimento à Lei nº 13.019/2014, indicará um servidor público como responsável técnico pelo encaminhamento e fiscalização da transferência e da execução do respectivo objeto e será responsável pela emissão dos seguintes documentos:

- a) Termo de Acompanhamento e Fiscalização, onde deverá documentar qualquer atividade ocorrida, bem como a condição em que se encontra a execução do objeto;
- b) Certificado de Cumprimento dos Objetivos: documento que certifica o cumprimento integral do objeto do presente termo.

II – Ao Controle Interno compete, no exercício de sua função constitucional, acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do termo, podendo interferir a qualquer momento, e devendo emitir relatório circunstanciado sobre a execução do objeto de transferência, a observância às normas legais e regulamentares pertinentes às cláusulas pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente termo tem vigência até 31 de dezembro de 2020 a contar da data de sua publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS TERMOS ADITIVOS

O presente termo poderá sofrer alterações ou ter sua vigência prorrogada através de Termos Aditivos, desde que em mútuo consenso das partes, exceto no tocante aos prazos para prestação de contas.

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedado aditar o termo com o intuito de modificar se objeto, ainda que parcialmente, mesmo que sem alteração da categoria de programação de despesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As questões decorrentes da execução deste termo, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Imaruí.

E, por estarem de acordo, assinam o presente termo em três vias de igual teor.

Imaruí, 02 de julho de 2020.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR Prefeito de Imaruí	ALCIDES LIMAS Presidente da APAE
--	-------------------------------------

Procurador Jurídico

Testemunhas:

ADRIANO MATIAS JUSTINO CPF: 647.017.439-68	WYLSON MATOS OLIVEIRA CPF: 027.790.349-12
---	--

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

TERMO DE COLABORAÇÃO OU DE FOMENTO Nº. 003/2020.

Publicação Nº 2551398

TERMO DE COLABORAÇÃO OU DE FOMENTO Nº. 003/2020.

TERMO DE COLABORAÇÃO OU DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IMARUÍ E A REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE IMARUÍ – RFCC, VISANDO O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS.

LEI Nº. 2.108, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

O MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 82.538.851/0001-57, com sede na Rua José Inácio das Rocha, nº. 109, Centro, Imaruí/SC, doravante denominada simplesmente MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Rui José Candemil Júnior, brasileiro, agente político, casado, inscrito no CPF sob nº. 950.653.509-49, e de outro lado Rede Feminina de Combate ao Câncer de Imaruí, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 95.787.651/0001-80, com sede na Rua Claudino da Rocha, n. 64, Centro, Imaruí/SC, doravante denominado simplesmente RFCC, neste ato representado pela Sra. Maria Eleutério Fernandes, brasileira, casada, aposentada, inscrita no CPF sob nº. 417.605.819-68, sujeitando-se às cláusulas e condições previstas no presente Termo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Colaboração ou de Fomento a transferência de recursos financeiros para a RFCC, com a finalidade de custear despesas advindas da manutenção da entidade.

§ 1º O MUNICÍPIO realizará o acompanhamento da execução do objeto, designando um servidor para atuar enquanto Órgão Gestor nas ações de fiscalização.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO

O presente instrumento tem lastro na Lei Municipal nº 2.108, de 30 de junho de 2020, e art. 22, XIV da Lei Orgânica do Município de Imaruí/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

O valor total será de até \$ 6.000,00 (seis mil reais), o qual será repassado em até 6 (seis) parcelas, iguais e sucessivas de R\$ 1.000,00 (um mil reais), podendo iniciar os repasses no mês de julho do corrente ano, e as demais nos meses subsequentes, até o limite estabelecido no artigo 1º da Lei nº 2.108/2020, observando-se a disponibilidade financeira, na forma do Plano de Trabalho, nos termos da Lei 13.019/2014.

§ 1º O repasse do valor mencionado no caput deste artigo dependerá da disponibilidade financeira do MUNICÍPIO, podendo ser mitigado.

§ 2º O valor do repasse somente poderá ser majorado por força de Lei Municipal.

CLÁUSULA QUARTA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos serão aplicados nos programas mantidos pela entidade, conforme objeto disposto neste Termo, bem como em consonância com o plano de trabalho apresentado pela entidade.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas do presente Termo de Colaboração ou de Fomento correrão por conta da dotação orçamentária do consignadas no Fundo

Municipal de Saúde, Projeto Atividade 2.115, conforme segue: 3.3.50.00.00.00.00.0.1.002

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

I – À CONCEDENTE compete:

- a) Repassar os recursos financeiros à Conveniada, em consonância com as metas pactuadas e observando a sua disponibilidade financeira;
- b) prestar, quando solicitado, orientações à Direção da entidade para perfeita aplicação dos recursos repassados;
- c) acompanhar, supervisionar, coordenar, fiscalizar e prestar assistência técnica na execução deste Termo de Colaboração ou de Fomento, diretamente ou através de seus órgãos e entidades.
- d) Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados, podendo solicitar a apresentação de documentos e fazer vistorias no estabelecimento da conveniada;
- e) Exigir e analisar a prestação de contas;

II – À CONVENENTE compete:

- a) Aplicar os recursos recebidos nos objetivos conveniados neste Termo;
- b) executar direta e indiretamente, nos Termos da legislação pertinente, os trabalhos necessários à execução do objeto que trata este Termo de Colaboração ou de Fomento, observando sempre critérios de qualidade técnica, os custos e prazos previstos;
- c) aplicar os recursos recebidos do MUNICIPIO, e os rendimentos auferidos das aplicações financeiras, exclusivamente na consecução do objeto pactuado, ainda que em caráter de emergência;
- d) não repassar os recursos recebidos a outra entidade de direito público ou privado;
- e) não firmar Termo de Colaboração ou de Fomento ou contratos com empresas ou entidades em situação de débito, mora, inadimplemento ou irregularidades para com o Estado ou Município;
- f) promover as aquisições e/ou contratações através de ampla consulta de preços e condições mais vantajosas, aplicando, quando for o caso, o procedimento análogo previsto na Lei 8.666 de 21/06/93 e suas alterações;
- g) arcar com todo e qualquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social decorrente da execução deste Termo de Colaboração ou de Fomento;
- h) restituir o Governo do Município de Imaruí o saldo dos recursos não aplicados no objeto do Termo de Colaboração ou de Fomento, inclusive dos rendimentos da aplicação financeira na data de conclusão ou rescisão do Termo de Colaboração ou de Fomento;
- i) Prestar contas, mensalmente da aplicação dos recursos apresentando documentação comprobatória, nos exatos Termos do Decreto municipal nº 001/2014, sendo indispensáveis:
 - Extrato da conta bancária na qual o valor repassado foi depositado, bem como com a movimentação completa do período;
 - documentos fiscais e demais documentos comprobatórios das despesas;
 - Comprovantes das transações bancárias ou fotocópias dos cheques, se for o caso.
- j) solicitar, quando necessária à prorrogação de vigência do Termo de Colaboração ou de Fomento original no mínimo 30 (trinta) dias antes do término com a devida justificativa;
- l) manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, devidamente identificada com o número do Termo de Colaboração ou de Fomento, ficando a disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da aprovação da prestação de contas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente Termo de Colaboração ou de Fomento se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas ou condições, por mútuo consenso das partes, pela superveniência de normas legais que o torne material ou formalmente inexecutável, ou ainda:

- a) Quando não for executado o objeto da avença;
- b) Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no Termo de Colaboração ou de Fomento;
- c) Quando não apresentar a prestação de contas no prazo estabelecido.

PARÁGRAFO ÚNICO – Nas hipóteses elencadas acima, exceto nos casos de mútuo acordo ou superveniência de norma legal que o torne material e formalmente inexequível, o conveniente deverá restituir ao MUNICÍPIO o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A conveniente fica obrigada a apresentar a prestação de contas, preferencialmente no prazo de 30 (trinta) dias, e impreterivelmente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento de cada parcela. As contas deverão ser apresentadas em consonância com a Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto municipal nº. 001/2014.

PARÁGRAFO ÚNICO – Não poderão ser pagas com recursos deste Termo de Colaboração ou de Fomento despesas contraídas fora de sua vigência, bem como aquela decorrente de multas, juros, taxa de mora, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo e a título de taxa de administração.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

Além da fiscalização exercida pelo Tribunal de Contas, a execução do objeto do presente Termo será fiscalizada pelo Órgão Gestor e pelo Sistema de Controle Interno da concedente.

I – O Órgão Gestor, em atendimento à Lei Federal nº 13.019/2014, indicará um servidor público como responsável técnico pelo encaminhamento e fiscalização da transferência e da execução do respectivo objeto e será responsável pela emissão dos seguintes documentos:

a) Termo de Acompanhamento e Fiscalização, onde deverá documentar qualquer atividade ocorrida, bem como a condição em que se encontra a execução do objeto;

b) Certificado de Cumprimento dos Objetivos: documento que certifica o cumprimento integral do objeto do presente Termo.

II – Ao Controle Interno compete, no exercício de sua função constitucional, acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Termo de Colaboração ou de Fomento, podendo interferir a qualquer momento, e devendo emitir relatório circunstanciado sobre a execução do objeto de transferência, a observância às normas legais e regulamentares pertinentes às cláusulas pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Colaboração ou de Fomento tem vigência até 31 de dezembro de 2020, e a contar da data de sua publicação, nos termos da Lei nº 2.108/2020.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS TERMOS ADITIVOS

O presente Termo de Colaboração ou de Fomento poderá sofrer alterações ou ter sua vigência prorrogada através de Termos Aditivos, desde que em mútuo consenso das partes, exceto no tocante aos prazos para prestação de contas.

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedado aditar o Termo de Colaboração ou de Fomento com o intuito de modificar seu objeto, ainda que parcialmente, mesmo que sem alteração da categoria de programação de despesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As questões decorrentes da execução deste Termo de Colaboração ou de Fomento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Imaruí.

E, por estarem de acordo, assinam o presente Termo de Colaboração ou de Fomento em três vias de igual teor.

Imaruí, 02 de julho de 2020.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR Prefeito de Imaruí	MARIA ELEUTÉRIO FERNANDES Presidente da Rede Feminina de Combate ao Câncer
--	---

Procurador Jurídico
Testemunhas:

ADRIANO MATIAS JUSTINO CPF: 647.017.439-68	WYLSON MATOS OLIVEIRA CPF: 027.790.349-12
---	--

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

TERMO DE COLABORAÇÃO OU DE FOMENTO Nº. 004/2020

Publicação Nº 2551400

TERMO DE COLABORAÇÃO OU DE FOMENTO Nº. 004/2020

TERMO DE COLABORAÇÃO OU DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IMARUÍ E A BANDA MUNICIPAL UNIDOS DE IMARUÍ, VISANDO O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS.

LEI Nº. 2.109, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

O MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 82.538.851/0001-57, com sede na Rua José Inácio das Rocha, nº. 109, Centro, Imaruí/SC, doravante denominada simplesmente MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Rui José Candemil Júnior, brasileiro, agente político, casado, inscrito no CPF sob nº. 950.653.509-49, e de outro lado a BANDA MUNICIPAL UNIDOS DE IMARUÍ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 78.625.407/001-00, com sede neste Município de Imaruí/SC, doravante denominado simplesmente BANDA, neste ato representado pelo Sra. Lélia Regina de Souza Raimundo, sujeitando-se às cláusulas e condições previstas no presente Termo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Colaboração ou de Fomento a transferência de recursos financeiros para a BANDA, com a finalidade de custear despesas advindas da manutenção da entidade.

§ 1º O MUNICÍPIO realizará o acompanhamento da execução do objeto, designando um servidor para atuar enquanto Órgão Gestor nas ações de fiscalização.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO

O presente instrumento tem lastro na Lei Municipal nº 2.109, de 30 de junho de 2020 e art. 22, XIV da Lei Orgânica do Município de Imaruí/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

O valor total será de até 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), sendo repassados em até 6 (seis) parcelas, iguais e sucessivas de até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), podendo iniciar os repasses no mês de julho do corrente ano, e as demais nos meses subsequentes, até o limite estabelecido no artigo 1º da Lei nº 2.109/2020, observando-se a disponibilidade financeira, na forma do Plano de Trabalho, nos termos da Lei 13.019/2014.

§ 1º O repasse do valor mencionado no caput desta cláusula dependerá da disponibilidade financeira do MUNICÍPIO, podendo ser mitigado.

§ 2º O valor do repasse somente poderá ser majorado por força de Lei Municipal.

CLÁUSULA QUARTA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos serão aplicados nos programas mantidos pela entidade, conforme objeto disposto neste Termo, bem como em consonância com o plano de trabalho apresentado pela entidade.

§ 1º Os saldos de recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança em instituição financeira vinculada ao banco central, se a previsão de uso for superior a 30 dias, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, se a previsão for inferior a um mês.

§ 2º As receitas oriundas das aplicações referidas no parágrafo anterior serão computadas a crédito do Termo e aplicadas obrigatoriamente em seu objeto, estando sujeitas às mesmas condições de prestações de contas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações consignadas no orçamento do município, conforme segue 3.3.50.00.00.00.00.00.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES

I – À CONCEDENTE compete:

- a) Repassar os recursos financeiros à Conveniada, em consonância com as metas pactuadas e observando a sua disponibilidade financeira;
- b) prestar, quando solicitado, orientações à Direção da entidade para perfeita aplicação dos recursos repassados;
- c) acompanhar, supervisionar, coordenar, fiscalizar e prestar assistência técnica na execução deste Termo de Colaboração ou de Fomento, diretamente ou através de seus órgãos e entidades.

d) Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados, podendo solicitar a apresentação de documentos e fazer vistorias no estabelecimento da conveniada;

e) Exigir e analisar a prestação de contas;

II – À CONVENIENTE compete:

a) Aplicar os recursos recebidos nos objetivos conveniados neste Termo;

b) executar direta e indiretamente, nos Termos da legislação pertinente, os trabalhos necessários à execução do objeto que trata este Termo de Colaboração ou de Fomento, observando sempre critérios de qualidade técnica, os custos e prazos previstos;

c) aplicar os recursos recebidos do MUNICÍPIO, e os rendimentos auferidos das aplicações financeiras, exclusivamente na consecução do objeto pactuado, ainda que em caráter de emergência;

d) não repassar os recursos recebidos a outra entidade de direito público ou privado;

e) não firmar Termo de Colaboração ou de Fomento ou contratos com empresas ou entidades em situação de débito, mora, inadimplemento ou irregularidades para com o Estado ou Município;

f) promover as aquisições e/ou contratações através de ampla consulta de preços e condições mais vantajosas, aplicando, quando for o caso, o procedimento análogo previsto na Lei nº 8.666 de 21/06/93 e suas alterações;

g) arcar com todo e qualquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social decorrente da execução deste Termo;

h) restituir o Governo do Município de Imaruí o saldo dos recursos não aplicados no objeto do Termo de Colaboração ou de Fomento, inclusive dos rendimentos da aplicação financeira na data de conclusão ou rescisão do Termo;

i) prestar contas, mensalmente da aplicação dos recursos apresentando documentação comprobatória, nos exatos Termos do Decreto municipal nº 001/2014, sendo indispensáveis:

- Extrato da conta bancária na qual o valor repassado foi depositado, bem como com a movimentação completa do período;

- documentos fiscais e demais documentos comprobatórios das despesas;

- Comprovantes das transações bancárias ou fotocópias dos cheques, se for o caso.

j) solicitar, quando necessária à prorrogação de vigência do Termo de Colaboração ou de Fomento original no mínimo 30 (trinta) dias antes do término com a devida justificativa;

l) manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, devidamente identificada com o número do Termo, ficando a disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da aprovação da prestação de contas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente Termo se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas ou condições, por mútuo consenso das partes, pela superveniência de normas legais que o torne material ou formalmente inexecutável, ou ainda:

a) Quando não for executado o objeto da avença;

b) Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no Termo;

c) Quando não apresentar a prestação de contas no prazo estabelecido.

PARÁGRAFO ÚNICO – nas hipóteses elencadas acima, exceto nos casos de mútuo acordo ou superveniência de norma legal que o torne material e formalmente inexecutável, o conveniente deverá restituir ao MUNICÍPIO o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A conveniente fica obrigada a apresentar a prestação de contas, preferencialmente no prazo de 30 (trinta) dias, e impreterivelmente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento de cada parcela. As contas deverão ser apresentadas em consonância com o Decreto municipal nº. 001/2014 e a Lei Federal nº. 13.019/2014.

PARÁGRAFO ÚNICO – não poderão ser pagas com recursos deste Termo despesas contraídas fora de sua vigência, bem como aquela decorrente de multas, juros, taxa de mora, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo e a título de taxa de administração.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

Além da fiscalização exercida pelo Tribunal de Contas, a execução do objeto do presente Termo será fiscalizada pelo Órgão Gestor e pelo Sistema de Controle Interno da concedente.

I – O Órgão Gestor, indicará um servidor público como responsável técnico pelo encaminhamento e fiscalização da transferência e da execução do respectivo objeto e será responsável pela emissão dos seguintes documentos:

a) Termo de Acompanhamento e Fiscalização, onde deverá documentar qualquer atividade ocorrida, bem como a condição em que se encontra a execução do objeto;

b) Certificado de Cumprimento dos Objetivos: documento que certifica o cumprimento integral do objeto do presente Termo.

II – Ao Controle Interno compete, no exercício de sua função constitucional, acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Termo de Colaboração ou de Fomento, podendo interferir a qualquer momento, e devendo emitir relatório circunstanciado sobre a execução do objeto de transferência, a observância às normas legais e regulamentares pertinentes às cláusulas pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Colaboração ou de Fomento tem vigência até 31 de dezembro de 2020 a contar da data de sua publicação, nos termos da Lei nº 2.109/2020.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS TERMOS ADITIVOS

O presente Termo de Colaboração ou de Fomento poderá sofrer alterações ou ter sua vigência prorrogada através de Termos Aditivos, desde que em mútuo consenso das partes, exceto no tocante aos prazos para prestação de contas.

PARÁGRAFO ÚNICO – é vedado aditar o Termo de Colaboração ou de Fomento com o intuito de modificar seu objeto, ainda que parcialmente, mesmo que sem alteração da categoria de programação de despesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As questões decorrentes da execução deste Termo de Colaboração ou de Fomento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Imaruí.

E, por estarem de acordo, assinam o presente Termo de Colaboração ou de Fomento em três vias de igual teor.

Imaruí, 02 de julho de 2020.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR Prefeito de Imaruí	LÉLIA REGINA DE SOUZA RAIMUNDO Presidente da Banda Municipal Unidos de Imaruí
--	--

Procurador Jurídico

Testemunhas:

ADRIANO MATIAS JUSTINO CPF: 647.017.439-68	WYLSON MATOS OLIVEIRA CPF: 027.790.349-12
---	--

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Imbituba

PREFEITURA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE REABERTURA PROCESSO Nº 61/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2020 (PMI-SEINFRA)

Publicação Nº 2552690

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PMI - SEINFRA.

COMUNICADO

A Prefeitura Municipal de Imbituba, através de sua Pregoeira Oficial torna público, o fim da suspensão do Processo Licitatório nº 61/2020 Pregão Presencial nº 27/2020, tendo como objeto "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELETROMECÂNICOS E ELETRÔNICOS PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE IMBITUBA INSTALADOS NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NA ÁREA DE RESPONSABILIDADE DA AGÊNCIA REGIONAL DA CELESC-D DE TUBARÃO - ARTUB E COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE PAULO LOPES - CERPALO, PAVILHÃO MUNICIPAL DE EVENTOS, PRAÇAS PÚBLICAS, PASSAGENS DE NÍVEL INFERIOR E SUPERIOR DE ÂMBITO MUNICIPAL, OBEDECIDO O RIGOR TÉCNICO EXIGIDO PELAS NORMAS TÉCNICAS DA CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A, CERPALO, E ABNT".

A nova data da sessão pública para recebimento dos envelopes, referente ao objeto supracitado realizar-se-á em 20 de julho de 2020, às 14:00 horas, na Diretoria de Licitações.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 07 de julho de 2020.

Debora Borges Catarina

Pregoeira Suplente

PORTARIA PMI/SEAD Nº 460/2020

Publicação Nº 2551924

PORTARIA PMI/SEAD Nº 460, de 06 de julho de 2020.

Dispõe sobre a alteração a pedido, do período de fruição de licença-prêmio, concedida através da PORTARIA PMI/SEAD nº 467, de 31 de julho de 2018 e alterada através da PORTARIA PMI/SEAD nº 555, de 03 de julho de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando o Memorando nº 17.757/2019, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a pedido, o período de fruição de licença-prêmio, concedida através da PORTARIA PMI/SEAD nº 467, de 31 de julho de 2018 e alterada através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 555, de 03 de julho de 2019, da servidora, Sra. GLÁUCIA MAINDRA DA SILVA, Bibliotecária, inscrita no CPF sob o n.º 027.003.089-13, admitida em 05 de março de 2012, contrato nº 6152, referente ao q-inq-ênio devido e nova fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2012 a 2017	01.08.2018 a 30.08.2018
	12.08.2019 a 10.09.2019
	02.08.2021 a 31.08.2021 (nova fruição)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 06 de julho de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes

Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 461/2020

Publicação Nº 2551994

PORTARIA PMI/SEAD Nº 461, de 06 de julho de 2020.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando o Protocolo nº 13.261/2020, ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor, Sr. OTO ARAÚJO FILHO, Auxiliar de Serviços, inscrito no CPF sob o n.º 743.621.869-72, admitido em 09 de julho de 2009, contrato nº 5042, referente ao q-inq-ênio devido, com período remodelado em virtude de afastamentos e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2014 a 2020 (período remodelado)	10.07.2020 a 08.08.2020
	18.11.2020 a 17.12.2020
	01.04.2021 a 30.04.2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 06 de julho de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 462/2020

Publicação Nº 2552505

PORTARIA PMI/SEAD Nº 462, de 06 de julho de 2020.

Dispõe sobre a alteração a pedido, do período de fruição de licença-prêmio concedido através da PORTARIA PMI/SEAD nº 387, de 08 de junho de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando o Memorando nº 11.300/2020, ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a pedido, o período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD nº 387, de 08 de junho de 2020, do servidor, Sr. ROMEU PIRES FILHO, Agente Administrativo, inscrito no CPF sob o n.º 252.390.079-34, admitido em 12 de maio de 1988, contrato nº 477, referente ao q-inq-ênio devido, e nova fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	08.06.2020 a 07.07.2020
	09.07.2020 a 07.08.2020 (nova fruição)
	01.04.2022 a 30.04.2022

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 06 de julho de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 463/2020

Publicação Nº 2552639

PORTARIA PMI/SEAD Nº 463, de 06 de julho de 2020.

Dispõe sobre o Desligamento por Término de Contrato de Servente Merendeira, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, ainda, com de acordo com o Memorando nº 11.101/2020,

RESOLVE:

Art.1º Desligar por término de contrato, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 22/2017, admitida em 22 de julho de 2019 para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte.

Nome	Cargo	CPF	Desligamento
Juzele de Souza Corrêa Faust	Servente Merendeira 40h	029.799.179-58	06/07/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 06 de julho de 2020.

Daiane Leopoldina Nunes

Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 464/2020

Publicação Nº 2552648

PORTARIA PMI/SEAD Nº 464, de 06 de julho de 2020.

Dispõe sobre o Desligamento por Término de Contrato de Servente Merendeira, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, ainda, com de acordo com o Memorando nº 10.946/2020,

RESOLVE:

Art.1º Desligar por término de contrato, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 22/2017, admitida em 21 de fevereiro de 2020 para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte.

Nome	Cargo	CPF	Desligamento
Vania Fermio Fernandes de Jesus	Servente Merendeira 40h	081.889.089-40	06/07/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 06 de julho de 2020.

Daiane Leopoldina Nunes

Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 465/2020

Publicação Nº 2552667

PORTARIA PMI/SEAD Nº 465, de 06 de julho de 2020.

Dispõe sobre o Desligamento por Término de Contrato de Servente Merendeira, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, ainda, com de acordo com o Memorando nº 11.336/2020,

RESOLVE:

Art.1º Desligar por término de contrato, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 22/2017, admitida em 11 de julho de 2018 para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte.

Nome	Cargo	CPF	Desligamento
Raquel Silva de Maria	Servente Merendeira 40h	056.011.449-40	10/07/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 06 de julho de 2020.

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PPE - PMI/SEAD Nº 100/2020

Publicação Nº 2551798

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO PPE - PMI/SEAD Nº 100/2020

O Prefeito Municipal de Imbituba, Sr. ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 450, de 30 de junho de 2020, para exercer o cargo de ASSISTENTE DE CHEFE DE DEPARTAMENTO, junto a Secretaria Municipal de Administração – SEAD.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
ANDREIA ANGELA SALES LOPES	ASSISTENTE DE CHEFE DE DEPARTAMENTO	736.728.740-00

Art. 2º Em conformidade com o disposto na legislação vigente, a servidora entra em exercício em 06/07/2020.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 06 de julho de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 2311/2020

Publicação Nº 2551191

. DECRETO Nº 2311/20
. De 06 de julho de 2020
Instaura Processo Administrativo Disciplinar / Ademir Nilton Kniess

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu artigo 92, incisos VIII, XI e XII, conforme estabelece a Lei Complementar nº 105/10 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, demais dispositivos legais em vigor e considerando o Comunicado Interno nº 040/2020/CGM da Controladoria-Geral do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instaurado Processo Administrativo Disciplinar, de acordo com o disposto da Lei Complementar 105/10, para apuração de possível acumulação indevida de cargos públicos pelo servidor Sr. Ademir Nilton Kniess, ocupante de dois cargos de professor 20h.

Art. 2º - Ficam designados para integrarem a Comissão do Processo Administrativo, objeto do artigo 1º, os servidores abaixo:

- Patricia Nickhorn e Silva- Presidente
- Sheila Milene Gebien Vargas - Secretária
- Roberto Mathiussi – Membro

Art. 3º - Em decorrência do Decreto Municipal nº 2310/2020, que suspende temporariamente os prazos Processo de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, fica determinado que o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar começará a contar a partir do primeiro dia subsequente ao do término da vigência do Decreto Municipal nº 2310/2020.

Art. 4º - Fica concedida gratificação da ordem de R\$ 300,00 (trezentos reais) para cada servidor designado, conforme dispõe o artigo 53, alínea "d" e parágrafo 2º da Lei Complementar 105/10, o qual deverá ser requerido ao final do Processo.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 06 de julho de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 2312/2020

Publicação Nº 2551406

. DECRETO Nº 2312/20
. De 06 de julho de 2020

REGULAMENTA PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS ESTUDOS AMBIENTAIS PREVISTOS NO §5º DO ARTIGO 101 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 230/2019 e dá OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições, e de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar Municipal nº 230/2019 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Os interessados em aplicar as faixas marginais previstas na alínea "a" do § 2º do art. 101 da LC 230/19, que possibilita a flexibilização destas faixas marginais em comparação ao previsto no Código Florestal, em razão de tratar-se de área urbana consolidada, deverão apresentar um dos estudos ambientais referenciados nos anexos 8 e 9 e previstos no § 5º do art. 101 da citada Lei Complementar, elaborado por profissional ou equipe de profissionais habilitados para tanto, com a respectiva Anotação e ou Registro de Responsabilidade Técnica – ART/RRT.

Parágrafo Único - Não serão necessários estudos ambientais quando respeitados os limites e áreas de preservação permanente definidos no Código Florestal, salvo em caso de situação excepcional definida pelo órgão ambiental.

Art. 2º - A possibilidade de flexibilização das faixas marginais previstas na letra "a" do § 2º do art. 101 da LC 230/19, somente serão analisadas quando da solicitação por protocolo específico junto ao Município de Indaial (Central de Atendimento), devendo o interessado apresentar os seguintes documentos:

I - Estudo preliminar da intervenção proposta, considerando o uso e ou atividade, área construída e ou de ocupação, com planta de locação georreferenciada (com coordenadas geográficas);

II - Estudo Ambiental Simplificado - EAS, ou, nos casos de residência unifamiliar apresentar Relatório Ambiental Prévio - RAP, conforme referenciado nos anexos 8 e 9 da LC 230/19, com ART/RRT assinada pelo(s) profissional(is) habilitado(s);

III - Projeto de Recomposição da faixa marginal de APP que será mantida conforme o projeto de uso apresentado, com ART/RRT assinada por profissional habilitado (integrado ao RAP e ou EAS), quando for o caso.

IV - A Comprovação de que se trata de área urbana consolidada, obedecerá ao que estabelece o anexo 4.III (Zoneamento Secundário).

V - Certidão de Registro de Imóveis atualizada do imóvel (máx. 6 meses);

VI - Certidão de Cadastro Imobiliário;

VII - Certidão Negativa de Débitos municipais (CND) do proprietário do imóvel; e

VIII - Comprovante de pagamento da Taxa referente a emissão de Parecer Técnico prevista no Código Tributário Municipal, arts. 360 e 361.

§ 1º A data prevista aos interessados em aplicar as faixas referenciadas no artigo 1º deste decreto, decorre da realização do Voo Fotogramétrico GSD 10cm escala 1:5.000 e Restituição Fotogramétrica escala 1:1000, conforme licença junto ao Ministério da Defesa nº 153/14, datados de 21 e 22 de Agosto de 2014.

§2º Todos os documentos exigidos deverão ser entregues na Central de Atendimento da Prefeitura em duas vias por meio físico e digital.

§ 3º A recomposição prevista no item III deste artigo fica limitada a área do imóvel, terreno ou gleba, de propriedade ou posse dos interessados na flexibilização das faixas marginais, ficando dispensada a recuperação nas áreas de faixas marginais que não sejam de propriedade ou posse dos interessados.

§ 4º Nos casos previstos pelo § 3º, os interessados deverão apresentar declaração de que não são proprietários ou possuidores de qualquer forma, das referidas áreas.

Art. 3º - A equipe técnica nomeada pelo Poder Executivo, receberá os documentos apresentados pelos interessados e analisará primeiramente as questões ambientais, especialmente quanto a ausência de interesse ecológico relevante, ausência de situação de risco, baixo impacto ambiental na ocupação pretendida, os níveis de cotas de enchente e áreas alagáveis, e demais fatores de interesse sócio ambiental.

Art. 4º - Atendidas as questões ambientais previstas no artigo anterior, a equipe técnica nomeada passará a analisar as questões de viabilidade de construção e demais requisitos de planejamento urbanístico, de uso e ocupação do solo e demais exigências legais cabíveis.

Art. 5º - A equipe técnica nomeada, concluída as análises necessárias, poderá:

I - Determinar afastamento superior ao mínimo previsto na legislação, justificando com base nos preceitos ambientais e urbanísticos os motivos para aplicação de tal afastamento.

II - Solicitar novos estudos ou outros documentos complementares para auxiliar na avaliação e conclusão das análises necessárias.

III - Determinar exigências condicionantes, como obras complementares, aos projetos pretendidos, como por exemplo: obras de contenção, obras de drenagem, recomposição ou reflorestamentos específicos ao caso, etc.

§1º - Após os procedimentos necessários e de análise a Equipe Técnica da Prefeitura deverá emitir o competente Parecer Técnico com a conclusão final de aprovação ou não aprovação dos referidos estudos ambientais.

§2º - O deferimento de flexibilização quanto a faixa de APP, tanto nos casos de ocupação existente como nos de ocupação futura, o poder público deverá exigir medidas de compensação e/ou recuperação ambiental de acordo com os procedimentos a serem definidos por decreto e ou regulamentação específica.

Art. 6º - O prazo para análise dos estudos ambientais e projetos de intervenção em área de preservação permanente, previstos neste Decreto, será de 30 (trinta) dias a contar do protocolo de toda a documentação e taxas necessárias para análise.

Art. 7º - A flexibilização das faixas marginais de APP prevista na LC 230/2019, regulamentada por este Decreto, não servirá para a regularização de imóveis e obras já iniciadas ou pré-existentes a referida lei, sobre os quais haja ato administrativo ou judicial questionando sobre a área de preservação permanente.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 06 de julho de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 2314/2020

Publicação Nº 2551586

. DECRETO Nº 2314/20
. De 06 de julho de 2020
Revoga Decreto nº 2211/2020
Nomeia Diretora Interina Porte I / Unidade Educacional Infantil Polaquia / Daiana Olini Felipe

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Artigos 86 a 93 e Anexo VIII da Lei Complementar nº 113/2011 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o Decreto nº 2211/2020 que nomeia Interinamente, para exercer a função de Diretora Porte I, na Unidade Educacional Infantil Polaquia, Daiana Olini Felipe.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29 de junho de 2020.

Município de Indaial, em 06 de julho de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

LEI Nº 5793/2020

Publicação Nº 2551193

. LEI Nº 5793
. de 01 de julho de 2020
Dispõe sobre a obrigatoriedade de audiência pública para alteração tributária de taxas e contribuições de serviços públicos.
(Autoria: vereadora Ana Paula Reiter).

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica estabelecida a obrigatoriedade ao Poder Executivo Municipal em realizar audiências públicas antecipadamente à regulamentação e alteração de valores de taxas e contribuições de serviços públicos no âmbito do município de Indaial, visando ampliar as discussões com a participação efetiva da sociedade antes da regulamentação dos valores tributários.

Art. 2º As audiências públicas mencionadas no artigo anterior, deverão ser amplamente divulgadas nos meios de comunicação com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da sua realização, visando alcançar e levar ao maior número de pessoas possíveis a informação de sua finalidade e a importância crucial da participação da sociedade nas decisões pretendidas pelo poder público no que tange a alteração dos valores de taxas e serviços públicos.

§ 1º Para a realização da audiência pública, além de dar ampla divulgação nos meios disponíveis, o poder público deverá publicar o edital da sua convocação no Diário Oficial dos Municípios e em seu próprio portal eletrônico, sendo a primeira vez com 15 (quinze) dias e a segunda com 7 (sete) dias de antecedência da data de realização.

§ 2º No edital de convocação da audiência pública constará, no mínimo:

I. pauta, com os temas principais e secundários que serão abordados;

II. objetivo;

III. data e o local, que deve ser de fácil acesso aos interessados;

IV. horário de início;

V. identificação, cargo e interesse dos expoentes, além da duração da exposição de cada um;

VI. forma pela qual o cidadão pode participar do debate e tempo destinado à discussão com o público;

VII. endereço completo do local onde se encontra a documentação relativa às discussões, deverá ser disponibilizada aos interessados com 1 (uma) semana de antecedência;

§ 3º A Audiência Pública observará as seguintes condições, sem ignorar as já previstas em normas federais e estaduais:

I. deverá ter 3 (três) etapas: apresentação, discussão e conclusão.

II. deverá ser utilizada linguagem acessível, ilustrada por mapas, gráficos e demais técnicas de comunicação e visual sempre que possível, de modo que se possam entender e analisar os impactos, bem como as consequências do que está em discussão;

III. leitura e apresentação da matéria em discussão, sua importância e influência na sociedade;

IV. terá duração previamente estabelecida, garantida a manifestação oral daqueles que a desejarem pelo prazo máximo de 05 (cinco) minutos;

V. no processo de discussão deverão ser analisadas as questões técnicas, legais, ecológico ambientais, culturais, sociais e econômicas do projeto, obra ou matéria em discussão.

Art. 3º Fica revestido de vício formal o processo legislativo que fixar alteração de valores de taxas e serviços públicos sem a correta observância do que trata a presente lei, ressalvadas as atualizações financeiras e reajustes previstos em lei.

Art. 4º Para a realização dessa Audiência Pública, obrigatoriamente, deverão ser convidados a participar:

- I. o poder Executivo Municipal, representados pelos Secretários Municipais e o representante da Procuradoria Geral do Município;
- II. representantes do Legislativo;
- III. representante do Procon;
- IV. representante de Associações de Moradores de Bairros do município;
- V. representantes das Concessionárias diretamente interessadas, caso seja inerente a tarifação de serviços públicos por essas prestadas;
- VI. representantes da ACIDI e CDL;
- VII. representante da Ordem dos Advogados do Brasil-OAB;
- VIII. representante do Conselho Regional de Contabilidade-CRC; e,
- IX. sociedade civil.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 01 de julho de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França
Procurador-Geral do Município

Manoel Felipe Boaventura
Secretário de Governo

LEI Nº 5794/2020

Publicação Nº 2551195

. LEI Nº 5794

. de 01 de julho de 2020

Denomina via pública / Rua Wiebert Hôe.

(Autoria: vereador Fábio Fritz).

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada "Rua Wiebert Hôe" (Rua "D", do Loteamento Aquidabã), a via pública localizada no bairro Warnow, com início no lado par da rua Rudolf Fritz e término com o viradouro em duas linhas retas, sendo 1,07 metro com a matrícula 21.141 e 14,93 metros com a matrícula 22.841.

Parágrafo Único – A referida rua apresenta as seguintes medidas e dimensões:

Extensão:	75,90 metros;
Gabarito Total:	12,00 metros
Pista:	8,00 metros
Passeios:	2,00 metros de cada lado

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 01 de julho de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França
Procurador-Geral do Município

Manoel Felipe Boaventura
Secretário de Governo

LEI Nº 5795/2020

Publicação Nº 2551197

. LEI Nº 5795

. de 01 de julho de 2020

Denomina via pública / Rua Benjamim José Frare.

(Autoria: vereador Fábio Fritz).

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada "Rua Benjamim José Frare" (Rua "C", do Loteamento Palmeira Indaiá IV), a via pública localizada no Bairro Warnow, com início no lado ímpar da rua PM José Ricardo Hersing e término confrontando com terras de Henrique Fritz.

Parágrafo Único – A referida rua apresenta as seguintes medidas e dimensões:

Extensão:	30,00 metros;
Gabarito Total:	12,00 metros
Pista:	8,00 metros
Passeios:	2,00 metros de cada lado

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 01 de julho de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França
Procurador-Geral do Município

Manoel Felipe Boaventura
Secretário de Governo

LEI Nº 5796/2020

Publicação Nº 2551198

. LEI Nº 5796

. de 01 de julho de 2020

Dispõe sobre a obrigatoriedade de audiências públicas para fixação dos valores dos subsídios e diárias do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e Vereadores.

(Autoria: Vereador Gilson Isleb).

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica estabelecida a obrigatoriedade de realização de audiências públicas, no mínimo de duas, com o objetivo de oportunizar a participação popular antecipadamente à fixação dos valores dos subsídios e das diárias do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e Vereadores.

Art. 2º As audiências públicas deverão ser divulgadas nos meios de comunicações locais com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data de sua realização, contendo no edital, no mínimo, a pauta dos temas que serão apresentados, objetivo, data, horário de início, local de realização, forma pela qual o cidadão poderá ser manifestar e o local de armazenamento da documentação relativa às discussões que serão apresentadas na audiência pública.

Parágrafo único. O edital com a data da realização da audiência pública deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios e no portal eletrônico da Câmara, sendo a primeira publicação com 15 (quinze) dias, a segunda com 10 (dez) dias, e a terceira com 5 (cinco) dias de antecedência da realização.

Art. 3º As audiências públicas deverão observar as seguintes condições, respeitadas as normas federais e estaduais:

I – cada evento será dividido com etapas de apresentação, discussão e conclusão.

II – será utilizada linguagem acessível ao público, com a apresentação de planilhas, gráficos e informações técnicas de fácil compreensão popular, para que possam ser facilmente debatidas.

III – será garantida a participação popular, assegurando o direito de manifestação oral de, no máximo, 5 (cinco) minutos aos que desejaram se manifestar.

IV – no processo de discussão, serão analisadas as questões técnicas, legais, sociais e econômicas do projeto ou matéria em discussão.

Art. 4º Fica revestido de vício formal o processo legislativo que versar sobre fixação dos valores dos subsídios e das diárias do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e Vereadores sem a correta observância do que trata a presente Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 01 de julho de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França
Procurador-Geral do Município

Manoel Felipe Boaventura
Secretário de Governo

LEI Nº 5797/2020

Publicação Nº 2551200

. LEI Nº 5797

. de 01 de julho de 2020

Autoriza o corte e a poda da árvore spathodea campanulata no município de Indaial.

(Autoria: vereadora Aurora Antunes Coelho).

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Ficam autorizados, em toda a extensão territorial do município de Indaial, o corte e a poda de árvores da espécie spathodea campanulata, também conhecida como espatodea, bisnagueira, tulipeira-do-gabão, xixi-de-macaco ou chama-da-floresta.

Art. 2º O departamento de meio ambiente é responsável pela promoção de campanhas publicitárias no sentido de tornar público os efeitos danosos da árvore que trata esta lei e de incentivar a substituição das plantas existentes por espécies nativas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 01 de julho de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França
Procurador-Geral do MunicípioManoel Felipe Boaventura
Secretário de Governo**LEI Nº 5798/2020**

Publicação Nº 2551202

. LEI Nº 5798

. de 01 de julho de 2020

Denomina via pública / Rua Planalto.

(Autoria: vereador Valentim Blasius).

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada "Rua Planalto" (Rua "A", do Loteamento Kopsch), a via pública localizada no bairro Encano do Norte, com início no lado ímpar da rua Bagé e término confrontando com o lote 12 – área remanescente 01.

Art. 2º A via pública foi legalizada através da Regularização Fundiária Urbana (REURB), sendo o gabarito fixado como muro existente.

Parágrafo único. A rua apresenta 321,00 metros de extensão.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 01 de julho de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França
Procurador-Geral do MunicípioManoel Felipe Boaventura
Secretário de Governo**LEI Nº 5799/2020**

Publicação Nº 2551220

. LEI Nº 5799

. de 01 de julho de 2020

Denomina via pública / Rua Ametista do Sul.

(Autoria: vereador Valentim Blasius).

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada "Rua Ametista do Sul" (Rua "B", do Loteamento Kopsch), a via pública localizada no bairro Encano do Norte, com início no lado ímpar da rua Bagé e término confrontando com terras de Jaime Jarominek, lote 16.

Art. 2º A via pública foi legalizada através da Regularização Fundiária Urbana (REURB), sendo o gabarito fixado como muro existente.

Parágrafo único. A rua apresenta 275,00 metros de extensão.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 01 de julho de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França
Procurador-Geral do Município

Manoel Felipe Boaventura
Secretário de Governo

LEI N° 5800/2020

Publicação N° 2551225

. LEI N° 5800

. de 01 de julho de 2020

Denomina via pública / Rua Trindade do Sul.

(Autoria: vereador Valentim Blasius).

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada "Rua Trindade do Sul" (Rua "C", do Loteamento Kopsch), a via pública localizada no bairro Encano do Norte, com início no lado ímpar da rua Bagé e término confrontando com terras de Catiane Clarice da Silva, lote 04.

Art. 2º A via pública foi legalizada através da Regularização Fundiária Urbana (REURB), sendo o gabarito fixado como muro existente.

Parágrafo único. A rua apresenta 69,00 metros de extensão.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 01 de julho de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França
Procurador-Geral do Município

Manoel Felipe Boaventura
Secretário de Governo

PORTARIA N° 769/20

Publicação N° 2551484

PORTARIA N° 769/20

De 22 de junho de 2020

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família/

Osni Padilha Correa

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei complementar 105/10, artigos 80 e 88 § 7º, alterados pela Lei Complementar nº 223 de 17 de abril de 2019 e demais dispositivos legais em vigor, como também CONSIDERANDO o atestado médico anexo do Dr. Andreus Roberto Schlosser, CRM/SC 22.467 de 16 de junho de 2020. RESOLVE:

Homologar 07 (sete) dia de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, ao servidor, Osni Padilha Correa, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem II do quadro de pessoal desta Prefeitura, para acompanhamento de seu filho Yuri Henrique Machado Correa, do dia 16 de junho de 2020 à 22 de junho de 2020.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 22 de junho de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

ALEXANDRE MANOEL DALABRIDA
Secretário de Saúde

JOSILENE DARUGNA
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 773/20

Publicação Nº 2551481

PORTARIA Nº 773/20

De 22 de junho de 2020

Normatiza Escala de Plantão e Sobreaviso Secretaria de Urbanização e Meio Ambiente – Cemitério Municipal

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, considerando o disposto da lei 4.507 de 03 de novembro de 2011, alterada pela lei 4.872/13 e o Decreto 1.906/19 de 19 de dezembro de 2019, que regulamenta o regime de sobreaviso e o regime de plantão na Secretaria Municipal de Urbanização e Meio Ambiente – Cemitério Municipal e considerando a Comunicação Interna nº 212/20 confeccionada pela Secretaria de Urbanização e Meio Ambiente em 19 de junho de 2020, resolve:

Normatizar as escalas de serviços de sobreaviso e hora plantão no âmbito da Secretaria Municipal de Urbanização e Meio Ambiente – cemitério Municipal, com efeitos ao período de 01 de julho de 2020 até 31 de julho de 2020 conforme tabela abaixo:

Nome	Cargo	Períodos
João Maria Custódio dos Santos	Aux. de Serviços Gerais	04,05,11,12,18 e 19 (24 horas/cada)
Irlan Alberto Xavier	Aux. de Serviços Gerais	11,12,18,19,25 e 26 (24 horas/cada)
Ana Hilda Bispo	Aux. de Serviços Gerais	04,05,11,12,18 e 19 (24 horas/cada)

Prefeitura Municipal de Indaial em 22 de junho de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

PAULO ROBERTO LEDRA
Secretário Urbanização e Meio Ambiente

JOSILENE DARUGNA
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 791/20

Publicação Nº 2551480

PORTARIA Nº 791/20

De 25 de junho de 2020

Homologa/Concede Licença Prêmio por Assiduidade /.

Bruna Bruzamarello

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações e considerando solicitação confeccionada pela servidora em 22 de junho de 2020, RESOLVE:

Homologar/conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com a Lei Complementar 105/10, artigo 88, relativas ao período aquisitivo de 2012/2017 à servidora Bruna Bruzamarello, ocupante do cargo de Enfermeira IV do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

- 60 (sessenta) dias a serem usufruídos a partir de 02 de julho de 2020 a 30 de agosto de 2020;
- 30 (trinta) dias em pecúnia e pagos em folha de pagamento do mês de julho de 2018.

Prefeitura de Indaial, em 25 de junho de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

ALEXANDRE MANOEL DALABRIDA
Secretário de Saúde

JOSILENE DARUGNA
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA N° 801/20

Publicação N° 2551479

PORTARIA N° 801/20

De 29 de junho de 2020

Normatiza Escala de Plantão e Sobreaviso Secretaria de Saúde – Vigilância Sanitária

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Complementar n° 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, considerando o disposto da lei 4.507 de 03 de novembro de 2011, alterada pela lei 4.872/13 e o Decreto 1.406/15 de 20 de maio de 2015, que regulamenta o regime de sobreaviso e o regime de plantão na Secretaria Municipal de Saúde e considerando Comunicação Interna n° 32/20 confeccionada pela Secretaria de Saúde/Vigilância Sanitária em 25 de junho de 2020, resolve:

Normatizar as escalas de serviços de sobreaviso e hora plantão no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde/Vigilância Sanitária com efeitos ao período de 01 de julho de 2020 até 31 de julho de 2020 conforme tabela abaixo:

Nome	Cargo	Períodos
Daniel Reis Pedroso de Albuquerque	Fiscal de Saúde	25 e 26 (24 horas/cada); 21,22,23,24,27,28,29,30 e 31 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).
Maria Dalva Brassiani Mafra	Fiscal de Saúde	25 e 26 (24 horas/cada); 21,22,23,24,27,28,29,30 e 31 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).
Guilherme Luiz Ventura	Fiscal de Saúde	04,05 e 11 (24 horas/cada); 01,02,03,06,07,08,09 e 10 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).
Luci Marques	Técnica Sanitarista	04,05 e 11 (24 horas/cada); 01,02,03,06,07,08,09 e 10 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).
Luciana Pinto Brassiani	Fiscal de saúde	25 e 26 (24 horas/cada); 21,22,23,24,27,28,29,30 e 31 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).
Melita Gunther Kalk	Fiscal de Saúde	12,18 e 19 (24 horas/cada); 13,14,15,16,17 e 20 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).
Paulo Ricardo Dornelles	Fiscal de Saúde	12,18 e 19 (24 horas/cada); 13,14,15,16,17 e 20 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).
Rogério Brassiani	Fiscal de Saúde	04,05,11,12,18,19,25 e 26 (24 horas/cada); 01,02,03,06,07,08,09,10,13,14,15,16,17,20,21,22,23,24,27,28,29,30 e 31 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).

Prefeitura Municipal de Indaial em 29 de junho de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

ALEXANDRE MANOEL DALABRIDA

Secretário de Saúde

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA N° 813/20

Publicação N° 2551476

PORTARIA N° 813/20

De 30 de junho de 2020

Normatiza Escala de Plantão e Sobreaviso Secretaria de Saúde – Vigilância Epidemiológica

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Complementar n° 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, considerando o disposto da lei 4.507 de 03 de novembro de 2011, alterada pela lei 4.872/13 e o Decreto 1.406/15 de 20 de maio de 2015, que regulamenta o regime de sobreaviso e o regime de plantão na Secretaria Municipal de Saúde e considerando documento confeccionado pela Secretaria de Saúde/Vigilância Epidemiológica, resolve:

Normatizar as escalas de serviços de sobreaviso e hora plantão no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde/Vigilância Epidemiológica com efeitos ao período de 01 de julho de 2020 até 31 de julho de 2020 conforme tabela abaixo

Nome	Cargo	Períodos
João Ronaldo Duarte dos Santos	Técnico em Enfermagem	04,05,11,12,18,19,25 e 26 (24 horas/cada); 01,02,03,06,07,08,09,10,13,14,15,16,17,20,21,22,23,24,27,28,29,30 e 31 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).
Nicole Morgana Vogel	Técnica em Enfermagem	04,05,11,12,18,19,25 e 26 (24 horas/cada); 01,02,03,06,07,08,09,10,13,14,15,16,17,20,21,22,23,24,27,28,29,30 e 31 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).

Prefeitura Municipal de Indaial em 30 de junho de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

ALEXANDRE MANOEL DALABRIDA

Secretário de Saúde

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 818/20

Publicação Nº 2551472

PORTARIA Nº 818/20
De 01 de julho de 2020
Normatiza Escala de Plantão e Sobreaviso Secretaria de Saúde – Transportes

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, considerando o disposto da lei 4.507 de 03 de novembro de 2011, alterada pela lei 4.872/13 e o Decreto 1.406/15 de 20 de maio de 2015, que regulamenta o regime de sobreaviso e o regime de plantão na Secretaria Municipal de Saúde e considerando Comunicação confeccionada pela Secretaria de Saúde, resolve:

Normatizar as escalas de serviços de sobreaviso e hora plantão no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde/Transportes, com efeitos ao período de 01 de julho de 2020 até 31 de julho de 2020 conforme tabela abaixo:

Nome	Cargo	Períodos
Jedrael Nilton Polleza	Motorista	11,12,25 e 26 (24 horas/cada); 06,07,08,09,10,20,21,22,23 e 24 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).
Regis Meurer da Silva	Motorista	18 e 19 (24 horas/cada); 13,14,15,16 e 17 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).
Everaldo Lamim	Motorista	04 e 05 (24 horas/cada); 01,02,03,27,28,29,30 e 31 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).

Prefeitura Municipal de Indaial em 01 de julho de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

ALEXANDRE MANOEL DALABRIDA
Secretário de Saúde

JOSILENE DARUGNA
Diretora de Gestão de Pessoal

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 063/2020

Publicação Nº 2551335

PUBLICAÇÃO DE EDITAL
MUNICÍPIO DE INDAL

Processo Administrativo nº 063/2020
Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2020-28983

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Aquisição de materiais diversos referente ao Prêmio Elisabete Anderle de Bibliotecas Públicas Municipais - Exclusivo para ME e EPP. As propostas deverão ser cadastradas através do site comprasbr.com.br, até a data e horário informados à seguir:

Cadastro das propostas: até 20/07/2020 - 08h30min – Horário de Brasília

Início da sessão: 20/07/2020 - 08h31min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic2@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 01-2020 - TELETRABALHO DA SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS

Publicação Nº 2551574

Indaial, 06/07/2020.

RESOLUÇÃO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS nº 001/2020

Regulamenta a modalidade de teletrabalho às práticas institucionais no âmbito da Secretaria de Administração e Finanças, observada a legislação vigente.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE INDAL, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a edição do Decreto nº 2.146, de 1º de abril de 2020, que dispõe sobre medidas destinadas ao ajuste fiscal de contenção de gastos com pessoal e de custeio, à manutenção do equilíbrio econômico e financeiro no âmbito da administração direta e indireta do município de Indaial, fixa diretrizes e restrições para a redução e otimização das despesas e ampliação das receitas.

CONSIDERANDO o princípio da eficiência, previsto no artigo 37, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a produtividade das atividades intelectuais se vincula à otimização do tempo de trabalho e à melhoria da qualidade de vida dos seus servidores;

CONSIDERANDO a disponibilização de funcionalidades de tecnologia da informação que facilitam a realização de trabalho à distância pelos Servidores do Município;

CONSIDERANDO que o avanço tecnológico, notadamente a partir da implantação do processo eletrônico no âmbito da Secretaria de Administração e Finanças, possibilita o trabalho remoto ou a distância;

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º As atividades dos servidores lotados na Secretaria de Administração e Finanças do Município de Indaial, que não exija sua presença física no local de trabalho, poderão ser executadas fora das dependências, de forma remota, sob a denominação de teletrabalho, observadas as diretrizes, os termos e as condições estabelecidos neste Ato.

Art. 2º Para os fins de que trata esta Resolução define-se:

I - teletrabalho: modalidade de trabalho realizada de forma remota, com a utilização de recursos tecnológicos;

II - chefia imediata: servidor ocupante de cargo em comissão ou função comissionada de natureza gerencial, o qual se reporta diretamente a outro servidor com vínculo de subordinação.

Art. 3º A adesão ao teletrabalho é uma faculdade do servidor, não constituindo direito, nem dever, e restrita às atribuições em que seja possível, em função da característica do serviço, mensurar objetivamente o desempenho do servidor.

§ 1º O servidor pode, a qualquer tempo, solicitar o seu desligamento do regime de teletrabalho.

§ 2º O desligamento do regime de teletrabalho pode ocorrer por ato de ofício do Secretário de Secretaria de Administração e Finanças, quando se verificar que o desempenho do servidor não é satisfatório e/ou por questão de interesse público.

Art. 4º O teletrabalho objetiva aumentar, em termos quantitativos e sem prejuízo da qualidade, a produtividade dos trabalhos realizados, e ainda:

I - promover meios para atrair, motivar e comprometer os servidores com os objetivos da instituição;

II - contribuir para a melhoria de programas socioambientais visando à sustentabilidade solidária do planeta, com a diminuição de poluentes na atmosfera e a redução no consumo de água, esgoto, energia elétrica, papel e de outros bens e serviços disponibilizados nas dependências do paço municipal;

III - possibilitar a melhoria da qualidade de vida dos servidores.

IV - promover a cultura orientada a resultados, com foco no incremento da eficiência e da efetividade dos serviços prestados à sociedade;

V - estimular o desenvolvimento de talentos, o trabalho criativo e a inovação;

VI - considerar a multiplicidade das tarefas, dos contextos de produção e das condições de trabalho para a concepção e implemento de mecanismos de avaliação e alocação de recursos;

VII – promover o isolamento social dos servidores que possuem diagnóstico pré-existente do grupo de risco para o COVID-19.

CAPÍTULO II

DOS DESTINATÁRIOS

Art. 5º Compete ao Secretário de Administração e Finanças, dentre os servidores interessados, indicar aqueles que realizarão atividades fora das dependências da Secretaria de Administração e Finanças, observados os seguintes requisitos:

I - terão prioridade os servidores:

a) incluídos no chamado grupo de risco do coronavírus – COVID-19;

b) com deficiência;

c) que tenham filhos, cônjuge ou dependentes com deficiência;

d) gestantes e lactantes;

e) que demonstrem comprometimento e habilidades de autogerenciamento do tempo e de organização;

II - será mantida a capacidade plena de funcionamento dos setores em que haja atendimento ao público externo e interno;

III - promover, sempre que possível, o revezamento de servidores autorizados a realizar o teletrabalho, para que todos possam ter acesso a essa modalidade de trabalho.

§ 1º A participação dos servidores ao teletrabalho condiciona-se à aprovação formal do Secretário de Administração e Finanças, mediante expediente a ser encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos, para fins de registro nos assentamentos funcionais.

§ 2º O regime previsto nesta Resolução não deve obstruir o convívio social e laboral, a cooperação, a integração e a participação do servidor em regime de teletrabalho, incluída a pessoa com deficiência, nem embaraçar o direito ao tempo livre.

§ 3º Os servidores que aderirem ao teletrabalho deverão comparecer no mínimo uma vez por mês à instituição, para que não deixe de vivenciar a cultura organizacional ou para fins de aperfeiçoamento.

§ 4º O servidor em regime de teletrabalho pode, sempre que entender conveniente ou necessário, e no interesse da Administração, prestar serviços nas dependências da Secretaria de Administração e Finanças.

§ 5º Para garantir o atendimento presencial semanal, caso necessário, será estipulado uma escala para o comparecimento dos servidores, de maneira alternada.

§ 6º A Secretaria de Administração e Finanças disponibilizará no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Indaial, no Portal da Transparência, os nomes dos servidores que atuam no regime de teletrabalho, com atualização mínima semestral.

§ 7º O servidor beneficiado por horário especial previsto no art. 32, § 2º, da Lei Complementar nº 105, de 01 de dezembro de 2010, ou em legislação específica poderá optar pelo teletrabalho, caso em que ficará vinculado às metas e às obrigações da citada norma.

Art. 6º A realização de teletrabalho é vedada aos servidores que:

I - estejam em estágio probatório;

- II - tenham subordinados;
- III - ocupem cargo de direção ou chefia;
- IV - tenham sofrido penalidade disciplinar nos dois anos anteriores à indicação;

CAPÍTULO III DAS CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DO TELETRABALHO

Art. 7º Não caberá pagamento de adicional por prestação de serviço extraordinário aos servidores autorizados a realizar teletrabalho.

Art. 8º Constituem deveres do servidor em regime de teletrabalho:

- I - cumprir integralmente sua carga horária semanal, bem como as atividades cotidianas com estrita observância dos prazos e demais compromissos, tais como audiências, reuniões, entre outros;
- II - atender às convocações feitas para comparecimento presencial, quando não for possível solucionar a questão remotamente, sempre que houver necessidade da unidade ou interesse da Administração.
- III - manter telefones de contato permanentemente atualizados e ativos nos dias úteis;
- IV - acompanhar diariamente todas as comunicações eletrônicas expedidas pela Instituição para a caixa de correio eletrônico institucional;
- V - manter a chefia imediata informada acerca da evolução do trabalho e de eventuais dificuldades que possam atrasar ou prejudicar o seu andamento;
- VI - cumprir os prazos fixados para a realização dos trabalhos ou para a devolução de documentos;
- VII - preservar o sigilo dos dados acessados de forma remota, mediante observância das normas internas de segurança da informação e da comunicação, bem como manter atualizados os sistemas institucionais instalados nos equipamentos de trabalho;
- VIII - prestar esclarecimentos à chefia imediata sobre a ausência de devolução de documentos no período acordado, ou de outras irregularidades inerentes à integridade física de documentos e processos sob sua responsabilidade.
- IX - Encaminhar semanalmente a chefia imediata, às segundas-feiras, por e-mail, relatório das atividades desenvolvidas, de modo a proporcionar o acompanhamento dos trabalhos;

§ 1º O envio dos relatórios, atividades, apontamentos e considerações acerca do exercício da função pelos servidores autorizados a fazer teletrabalho, deverá ocorrer através do seguinte endereço eletrônico: adm1@indaial.sc.gov.br;

§ 2º As atividades deverão ser cumpridas diretamente pelo servidor em regime de teletrabalho, sendo vedada a utilização de terceiros, servidores ou não, para o cumprimento das metas estabelecidas.

Art. 9º O servidor é responsável por providenciar e manter estruturas física e tecnológica necessárias e adequadas à realização do teletrabalho.

Art. 10 No caso de descumprimento do prazo fixado para a realização de tarefas, ou ainda, no descumprimento de suas funções, o servidor deverá prestar esclarecimentos a sua chefia imediata sobre os motivos da não conclusão dos trabalhos.

§ 1º O Secretário de Administração e Finanças, considerando improcedentes os esclarecimentos prestados, suspenderá a participação do servidor no teletrabalho durante um ano, contado da data estipulada para conclusão da tarefa.

§ 2º No caso de ser aceita a justificativa apresentada pelo servidor, ficará a critério do gestor da unidade a concessão de novo prazo para conclusão dos trabalhos.

§ 3º Havendo a concessão de novo prazo e não ocorrendo a entrega do trabalho em até cinco dias úteis após o último prazo fixado, sem a apresentação de justificativa ou não sendo esta aceita pelo gestor da unidade, o servidor estará sujeito às penalidades previstas no art. 98 da Lei Complementar nº 105/10, a ser apurada em sindicância ou processo administrativo disciplinar. § 4º Quando o atraso na conclusão do trabalho decorrer de licenças, afastamentos ou concessões previstas em lei por período de até 15 dias, o prazo ajustado poderá ser suspenso e continuará a correr automaticamente a partir do término do impedimento, a critério do Secretário de Administração e Finanças. § 5º Nos impedimentos previstos no parágrafo anterior superiores a 15 dias, o servidor será afastado do teletrabalho e as tarefas que lhe foram atribuídas serão redistribuídas aos demais servidores em atividade, sem prejuízo do seu retorno a essa modalidade de trabalho quando cessada a causa do afastamento. § 6º Ocorrendo atraso na entrega de teletrabalho, com ou sem justificativa, a chefia imediata providenciará registro, com ciência formal do servidor.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11 A retirada de processos e demais documentos das dependências da Secretaria de Administração e Finanças, necessários à realização do teletrabalho, deverá ocorrer mediante termo de recebimento e responsabilidade do servidor.

Art. 12 Constatada a não devolução do processo ou de algum documento no prazo estabelecido, ou qualquer outra irregularidade concernente à integridade da documentação, o Secretário de Administração e Finanças adotará as medidas administrativas e, se for o caso, judiciais cabíveis, e cientificará o servidor de que não mais poderá participar do teletrabalho.

Art. 13 O servidor em regime de teletrabalho se sujeita às mesmas normas aplicáveis às atividades desenvolvidas pelo servidor que se ative nas dependências da Secretaria de Administração e Finanças.

Art. 14 Em razão da natureza do teletrabalho, os servidores autorizados a exercer o trabalho remoto não terão direito à compensação de jornada, tampouco ao pagamento de horas extraordinárias.

Art. 15 Ao final do teletrabalho, o servidor deverá voltar a exercer suas atividades, de forma presencial, nas instalações da Secretaria de Administração e Finanças, arcando com eventuais despesas de transporte e/ou mudança de domicílio.

Art. 16 Considerando que o objetivo da presente resolução é minimizar o risco de contágio, bem como a data apresentada pelo Executivo

Estadual para retorno de todas as atividades, a mesma vigorará até a data 30/9/2020, momento em que poderá ser editada nova norma.

Art. 17 Caberá ao Secretário de Administração e Finanças analisar e deliberar, fundamentadamente, sobre dúvidas e casos omissos.

Indaial, 06 de julho de 2020.

SILVIO CÉSAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 106/2019

Publicação Nº 2551718

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 106/2019

CONTRATADA: DIOCESE DE BLUMENAU.

OBJETO DO ADITIVO: visa a concessão de desconto no importe de 20% sobre o pactuado – Cláusula Terceira, no período compreendido entre 1º de junho de 2020 até 31 de dezembro de 2020, contando com eventual prorrogação contratual, perfazendo o montante mensal de R\$ 2.560,00 (dois mil quinhentos e sessenta reais).

VALOR: R\$ 2.560,00 (dois mil quinhentos e sessenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 30/04/2020.

TERMO ADITIVO Nº 008 AO CONTRATO Nº 107/2018

Publicação Nº 2551722

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 008 AO CONTRATO Nº 107/2018

CONTRATADA: INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA.

OBJETO DO ADITIVO: visa a prorrogação do prazo por mais 90 (noventa) dias.

PRAZO: 07 de maio de 2020 até 05 de agosto de 2020.

DATA DA ASSINATURA: 28/04/2020.

INDAPREV - INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE INDAIAL/SC

PORTARIA/INDAPREV N.º 26/20

Publicação Nº 2551509

PORTARIA/INDAPREV Nº 26/20

De 1º de julho de 2020

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição ao Servidor CÉLIO KREMER

SALVADOR BASTOS, Diretor Presidente do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Indaial – INDAPREV, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o previsto no art. 66, inciso VI, da Lei Complementar n.º 64, de 21 de dezembro de 2005 e demais dispositivos em vigor, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição ao servidor Célio Kremer, matrícula 31810-00, ocupante do cargo de auxiliar de serviços gerais, do quadro de servidores do município de Indaial/SC.

Art. 2º - A aposentadoria de que trata o artigo 1º desta portaria encontra amparo art. 3º da Emenda Constitucional n.º 47/05 - fórmula 85/95 - e no § 9º do art. 4º da Emenda Constitucional n.º 103/2019.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de julho de 2020.

SALVADOR BASTOS

Diretor-Presidente

PORTARIA/INDAPREV N.º 27/20

Publicação Nº 2551505

PORTARIA/INDAPREV Nº 27/20

De 1º de julho de 2020

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição ao Servidor VILMAR BENTO

SALVADOR BASTOS, Diretor Presidente do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Indaial – INDAPREV, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o previsto no art. 66, inciso VI, da Lei Complementar n.º 64, de 21 de dezembro de 2005 e demais dispositivos em vigor, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição ao servidor Vilmar Bento, matrícula 28606-00, ocupante do cargo de auxiliar de serviços gerais, do quadro de servidores do município de Indaial/SC.

Art. 2º - A aposentadoria de que trata o artigo 1º desta portaria encontra amparo art. 3º da Emenda Constitucional n.º 47/05 - fórmula 85/95 - e no § 9º do art. 4º da Emenda Constitucional n.º 103/2019.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de julho de 2020.

SALVADOR BASTOS
Diretor-Presidente

PORTARIA/INDAPREV N.º 28/20

Publicação Nº 2551513

PORTARIA/INDAPREV Nº 28/20
De 6 de julho de 2020
Concede Pensão Por Morte a ELZIRA MARIA RAINERT

SALVADOR BASTOS, Diretor-Presidente do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Indaial – INDAPREV, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o previsto no art. 66, inciso VI, da Lei Complementar n.º 64, de 21 de dezembro de 2005 e demais dispositivos em vigor, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder pensão por morte a Elzira Maria Rainert, em decorrência do falecimento de seu cônjuge, o servidor inativo Natalício Rainert, em 28 de junho do ano em curso.

Art. 2º - A pensão por morte de que trata o artigo 1º desta Portaria encontra amparo no art. 16, II, "a", c/c art. 31 da Lei Complementar Municipal n.º 64, de 21 de dezembro de 2005.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28 de junho de 2020.

SALVADOR BASTOS
Diretor-Presidente

Iomerê

PREFEITURA

DECRETO 1927/2020

Publicação Nº 2551877

DECRETO Nº. 1927 DE 06 DE JULHO DE 2020.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 924/2019 de 14 de novembro de 2019, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 5º da lei nº 924/2019 de 14 de novembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Iomerê, no valor de R\$ R\$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

11.00 Fundo Municipal de Saúde
11 .01 Fundo Municipal de Saúde
2025 Manutenção das Atividades da Saúde
44900000 Aplicações Diretas
1102 Recursos Ordinários – Saúde
R\$ 16.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da Anulação da seguinte dotação orçamentária:

11.00 Fundo Municipal de Saúde
11 .01 Fundo Municipal de Saúde
2025 Manutenção das Atividades da Saúde
33900000 Aplicações Diretas
1102 Recursos Ordinários – Saúde
R\$ 16.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 06 de julho de 2020.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Ipira

PREFEITURA

EDITAL N° 30/2020

Publicação N° 2552323

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPIRA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 030/2020 - PMI
Extrato de Ratificação de Inexigibilidade n° 004/2020 - PMI

O Prefeito Municipal de Ipira torna público que ratificou o ato da Senhora Marilene Janete da Silva Borges, presidente da Comissão Permanente de Licitações, que declarou inexigível a licitação, nos termos do Caput do Artigo 25, da Lei Federal nº. 8.666/93 e posteriores alterações, para aquisição de um Ônibus Urbano Escolar Acessível Piso Alto – ONUREA, ao preço de R\$ 222.900,00 (Duzentos e vinte e dois mil e novecentos reais) em favor da empresa MAN LATIN AMERICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA e Ata de Registro de Preços nº 02/2020 referente Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 11/2019-FNDE/MEC, para aquisição de um Ônibus Rural Escolar – ORE 2, ao preço de R\$ 214.000,00 (duzentos e quatorze mil reais) em favor da empresa CNH INDUSTRIAL DO BRASIL LTDA, totalizando o valor de R\$ 436.900,00 (quatrocentos e trinta e seis mil e novecentos reais)

Ipira (SC), 06 de julho de 2020.
Emerson Ari Reichert
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PC 23/2020-PMI

Publicação N° 2551593

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPIRA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 023/2020 - PMI
Tomada de Preço nº 003/2020 - PMI

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro, referente a Tomada de Preço nº 003/2020, que objetiva: a contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução da obra Infraestrutura Urbana para adequação de espaço de interesse turístico, no município de Ipira SC, 1ª e 2ª etapas com área de 1.029,35 m², em atenção a Operação nº 1057456-06 - Contrato de Repasse nº 869938/2018 – Operação nº 1063790-66 – Contrato de Repasse nº 887928/2019 - Ministério do Turismo/CAIXA, conforme disposto no Edital da Tomada de Preços nº 003/2020 – PMI, que a este dá causa; ADJUDICO E HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: DUTRI ENGENHARIA METALURGICA EIRELI - R\$ 492.956,01.

Ipira (SC), 06 de Julho de 2020.
Emerson Ari Reichert
Prefeito Municipal

9TAC56/2019

Publicação N° 2551273

06/07/2020 11/08/2020 06/07/2020 2019 9 2745 9TAC56/2019 56/2019 2 Execução de obra de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial das Ruas Padre Nicolau Schuster, Rua Arnildo Ko Freitag, Rua Caetano Mattana, Rua Hedi Klein Matzenbacher, Rua Floriano Schaeffer, Acostamento da Avenida Brasil, Rua Edmundo Wolfart, Rua das Hortências e recapeamento asfáltico das Ruas Guilhermina Ko Freitag, Rua Antunes de Sá, Rua Joaquim Matheus Pinto, Rua da Cascata, Rua Sigfried Gauer. 21304,12 102741 VIAPAVI OBRAS E SERVICOS LTDA J 1 0 0 0 39 C 0 0 4 TP 1 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

CONTRATO 63/2020

Publicação N° 2552497

06/07/2020 06/07/2021 06/07/2020 2020 30 2747 63/2020 0 1 O objeto do presente Contrato é a aquisição de veículos de transporte escolar diário de estudantes, denominado de Ônibus Rural Escolar (ORE) e Ônibus Urbano Escolar Acessível (ONUREA), em atendimento às entidades educacionais das redes públicas de ensino nos Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição. 214000,00 103070 CNH INDUSTRIAL BRASIL LTDA. J 1 147 2020 0 41 C 0 0 9 IL 4 2020 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

CONTRATO 64/2020

Publicação Nº 2552503

06/07/2020 06/07/2021 06/07/2020 2020 30 2748 64/2020 0 1 O objeto do presente Contrato é a aquisição de veículos de transporte escolar diário de estudantes, denominado de Ônibus Rural Escolar (ORE) e Ônibus Urbano Escolar Acessível (ONUREA), em atendimento às entidades educacionais das redes públicas de ensino nos Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição. 222900,00 103069 MAN LATIN AMERICA INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS J 1 147 2020 0 41 C 0 0 9 IL 4 2020 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

Iporã do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO REAJUSTE CONT 6 E 7 2019

Publicação Nº 2552113

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DE REVISÃO DE PREÇOS AOS CONTRATOS Nº 006/2020 E 007/2020

PREGAO PRESENCIAL Nº 073/2019

PROCESSO LICITATORIO Nº 145/2019

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBÚSTIVEIS AUTOMOTIVOS E ARLA PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MOTORIZADA DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC.

REAJUSTE: R\$ 0,19 por litro de gasolina comum

R\$ 0,05 por litro de óleo diesel comum filtrado

R\$ 0,15 por litro de óleo diesel S10

CONTRATANTE: Município de Iporã do Oeste/SC.

CONTRATADOS: POSTO DO CHAPA E ABASTECEDORA E TRANSPORTES LD LTDA.

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Foro da Comarca de Mondai/SC

Iporã do Oeste/SC, 30 de junho de 2020.

LUCIO MALLMANN

Prefeito Municipal.

Ipumirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº 8 DE 1º DE JULHO DE 2020/CMV

Publicação Nº 2551576

PORTARIA Nº 8 DE 1º DE JULHO DE 2020

Contrata Servidor para ocupar Cargo de Provimento em Comissão, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DE IPUMIRIM, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso VII, do art. 34 da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que Ela promulga a seguinte:

PORTARIA

Art.1º É contratado o Senhor Jackson Agazzi, brasileiro, solteiro, Advogado inscrito na OAB-SC sob o nº 36.985 nascido em 11/08/1984, portador da Cédula de Identidade nº 3.935.225 e do CPF nº 041.617.639-99, para o Cargo de ASSESSOR JURÍDICO – ASJ – NÍVEL CC 02, do Quadro de Pessoal de Provimento em Comissão do Poder Legislativo Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, com vencimentos previstos no Anexo IV, da Lei Complementar nº 005/2002, de 29 de setembro de 2002 - que Dispõe Sobre o Plano de Carreira e Remuneração para os Servidores do Poder Legislativo do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim – SC, 1º de julho de 2020

Gilmar Cavalieri

Deonir José Agazzi

Presidente

Segundo Secretário

Registra-se e publica-se

Em 1º de julho de 2020

Adriane Cagol Zanella

Auxiliar Administrativo

RESOLUÇÃO CMDCA Nº. 03/2020

Publicação Nº 2552187

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE IPUMIRIM

RESOLUÇÃO CMDCA Nº. 03/2020

Dispõe sobre a escolha entre os integrantes do CMDCA para compor os cargos abaixo relacionados.

O Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições em consonância com a Lei complementar nº. 179 de 04 de abril de 2019, em Reunião Extraordinária realizada na data de 25 de junho de 2020:

RESOLVE:

Art. 1º - Realizar a escolha entre os integrantes do CMDCA para compor os seguintes cargos:

Presidência: Jucilene Goldoni Caliarí;

Vice-presidência: Rosimar Ferrazzo;

1ª. Secretária: Juciane Raimundi;

2ª. Secretária: Márcia Paula Hoffmann Huff.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Ipumirim/SC, 06 de julho de 2020.

Jucilene Goldoni Caliarí

Presidente do CMDCA de Ipumirim

RESOLUÇÃO CMDCA Nº. 04/2020

Publicação Nº 2552195

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE IPUMIRIM

RESOLUÇÃO CMDCA Nº. 04/2020

Dispõe sobre a Prestação de Contas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente referente o exercício de 2019.

O Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições em consonância com a Lei complementar nº. 179 de 04 de abril de 2019, em Reunião Extraordinária realizada na data de 25 de junho de 2020:

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar por unanimidade a Prestação de Contas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente referente o exercício de 2019.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Ipumirim/SC, 06 de julho de 2020.

Jucilene Goldoni Caliarí

Presidente do CMDCA de Ipumirim

Iraceminha

PREFEITURA

DECRETO Nº 054/2020

Publicação Nº 2552273

DECRETO Nº 054/2020 DE 06 DE JULHO DE 2020.
APROVA, DESDOBRO DE IMÓVEIS URBANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JEAN CARLOS NYLAND, Prefeito Municipal de Iraceminha-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de julho de 1990:

DECRETA:

Art.1º Fica pelo presente Decreto aprovado o DESDOBRO do Imóvel: LOTE URBANO Nº (14), da quadra nº (5), situado no Loteamento "MOMBACH II", da Cidade e Município de Iraceminha, SC, Comarca de Maravilha e, numa extremidade, localizado no lado ímpar da Rua "A", distando 15,00 metros da esquina formada pela Rua Porto Alegre e, noutra extremidade localizado no lado ímpar da Rua Porto Alegre, distando 30,00 metros da esquina formada pela Rua "A", com a área de (1.424,80 m²), de propriedade de LEMA IMOBILIÁRIA LTDA, sem edificação, matriculado no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maravilha sob o nº 20.703, CONFRONTANDO:

ao NOROESTE: por duas linhas, uma, com a Rua "A", na extensão de 28,60 m, e outra, com o lote urbano nº (15), na extensão de 15,00 m, de Nelson Stacke-M. 20.704;

ao SUDESTE: com parte da chácara rural nº (17), da Série "D", na extensão de 43,60 m, de Zona Sul Comércio de Alimentos e Bebidas Ltda-M. 17.463;

ao NORDESTE: por duas linhas, uma, com a Rua Porto Alegre, na extensão de 13,00 m, e outra, com o lote urbano nº (15), na extensão de 30,00 m, de Nelson Stacke-M. 20.704;

ao SUDOESTE: com o lote urbano nº (13), na extensão de 43,00 m, de Valdecir Piton-M. 22.471.

DESDOBRO

LOTE URBANO Nº (14-A), da quadra nº (5), situado no Loteamento "MOMBACH II", da Cidade e Município de Iraceminha, SC, Comarca de Maravilha e, localizado no lado ímpar da Rua "A", distando 29,30 metros da esquina formada pela Rua Porto Alegre, com a área de (429,00 m²), sem edificações, CONFRONTANDO:

ao NOROESTE: com a Rua "A", na extensão de 14,30 m;

ao SUDESTE: com parte do lote urbano nº (14-C), na extensão de 14,30 m, de Lema Imobiliária Ltda-M. 20.703;

ao NORDESTE: com o lote urbano nº (14-B), na extensão de 30,00 m, de Lema Imobiliária Ltda-M. 20.703;

ao SUDOESTE: com parte do lote urbano nº (13), na extensão de 30,00 m, de Valdecir Piton-M. 22.471.

LOTE URBANO Nº (14-B), da quadra nº (5), situado no Loteamento "MOMBACH II", da Cidade e Município de Iraceminha, SC, Comarca de Maravilha e, localizado no lado ímpar da Rua "A", distando 15,00 metros da esquina formada pela Rua Porto Alegre, com a área de (429,00 m²), sem edificações, CONFRONTANDO:

ao NOROESTE: com a Rua "A", na extensão de 14,30 m;

ao SUDESTE: com parte do lote urbano nº (14-C), na extensão de 14,30 m, de Lema Imobiliária Ltda-M. 20.703;

ao NORDESTE: com o lote urbano nº (15), na extensão de 30,00 m, de Nelson Stacke-M. 20.704;

ao SUDOESTE: com o lote urbano nº (14-A), na extensão de 30,00 m, de Lema Imobiliária Ltda-M. 20.703.

LOTE URBANO Nº (14-C), da quadra nº (5), situado no Loteamento "MOMBACH II", da Cidade e Município de Iraceminha, SC, Comarca de Maravilha e, localizado no lado ímpar da Rua Porto Alegre, distando 30,00 metros da esquina formada pela Rua "A", com a área de (566,80 m²), sem edificações, CONFRONTANDO:

ao NOROESTE: com os lotes urbanos nºs (14-A e 14-B), de Lema Imobiliária Ltda-M. 20.703 e, lote urbano nº (15), de Nelson Stacke-M. 20.704, na extensão de 43,60 m;

ao SUDESTE: com parte da chácara rural nº (17), da Série "D", na extensão de 43,60 m, de Zona Sul Comércio de Alimentos e Bebidas Ltda-M. 17.463;

ao NORDESTE: com a Rua Porto Alegre, na extensão de 13,00 m;

ao SUDOESTE: com parte do lote urbano nº (13), na extensão de 13,00 m, de Valdecir Piton-M. 22.471.

Art.2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Iraceminha, 06 de julho de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Irati**PREFEITURA****DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2020-PMI - AQUISIÇÃO DE 08 REATOR PARA SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE LÂMPADA FLUORESCENTE 2 X 54W 220V, 16 LÂMPADA TIPO FLUORESCENTE 54W 6500K E SERVIÇO DE RETIRADA DE SISTEMA ANTIGO E REINSTALAÇÃO DE REATORES E LÂMPADAS FLUORESCENTES NA ILUMINAÇÃO INTERNA PRÉDIO QUARTEL**

Publicação Nº 2552750

Estado de Santa Catarina
Município de Irati
Rua João Beux Sobrinho, 385 – Centro – CEP 89.856-000

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 082/2020-PMI
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 082/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/2020

A Comissão de Licitação do Município de Irati, através do Secretario de Administração e Finanças, em cumprimento à ratificação procedida pelo Sr NEURI MEURER, Prefeito Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto : AQUISIÇÃO DE 08 REATOR PARA SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE LÂMPADA FLUORESCENTE 2 X 54W 220V, 16 LÂMPADA TIPO FLUORESCENTE 54W 6500K E SERVIÇO DE RETIRADA DE SISTEMA ANTIGO E REINSTALAÇÃO DE REATORES E LÂMPADAS FLUORESCENTES NA ILUMINAÇÃO INTERNA DO PRÉDIO DO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS DE QUILOMBO/SC, RECURSOS VINCULADOS DO MUNICÍPIO DE IRATI/SC.

Contratado : SILVEN SEBEN 07382887995, CNPJ nº 24.615.211/0001-05, com endereço na Estrada Linha Sertão, s/nº, interior, CEP 89.856-000, Município de Irati, Estado de Santa Catarina.

Fundamento Legal...: art. 24, II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Valor: R\$ 1.208,40 (hum mil, duzentos e oito reais e quarenta centavos).

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificada pelo Sr. NEURI MEURER, Prefeito Municipal.

IRATI/SC, 07 de julho de 2020
SERGIO PACHECO
Comissão de Licitação
Presidente

Irineópolis

PREFEITURA

ATA RP PROC 01/2020 FMAS

Publicação Nº 2551327

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 01/2020
PREGÃO PRESENCIAL 01/2020
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 01/2020, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 01/2020, a Sra. Andressa Bendlin - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Cristiano Back e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 440/2019; Sr. Emerson Mujol Leprevost representante da empresa Viantex Industria e Comercio Ltda. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento do interessado na participação do certame, onde ficou comprovado que o representante da empresa proponente possui poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento da proposta, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise da Proposta, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foram realizadas a classificação das propostas da empresa que se apresentou para o certame. A empresa Viantex Industria e Comercio Ltda segue classificada para a fase de lances e julgamento das propostas. O representante da empresa proponente não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento da proposta, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentos de Habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 01/2020, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 01/2020, a Sra. Andressa Bendlin - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Cristiano Back e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 440/2019; Sr. Emerson Mujol Leprevost representante da empresa Viantex Industria e Comercio Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pela empresa: Viantex Industria e Comercio Ltda e foi constatado que a empresa apresentou todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 06 do Edital, sendo considerada HABILITADA no Processo Licitatório em epígrafe. O representante da empresa proponente não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Viantex Industria e Comércio Ltda

Item	Quant.	Unid.	DESCRIÇÃO	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	50	Metro	TECIDO TIPO OXFORD, MÍNIMO DE 1,50 M LARGURA – CORES VARIADAS;	Rozac	12,24	612,00
02	50	Metro	TECIDO TIPO MALHA, MÍNIMO DE 1,5 METROS LARGURA – CORES VARIADAS	Viantex	20,16	1.008,00
03	20	Rolo	BARBANTE MESCLADO DIVERSAS CORES, COM NO MÍNIMO 220 METROS	Piratininga	16,00	320,00
04	300	Pacote	PEDRA PARA BIJU, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 500 G	Ladera	44,16	13.248,00
06	300	Pacote	PEROLAS, DIVERSOS TAMANHOS, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 500 G	Ladera	44,64	13.392,00
07	100	Unidade	PANO DE PRATO RISCADO - EM TECIDO DE ALGODÃO - TAMANHO MÍNIMO 70 X 50 CM	Fischer	5,13	513,00
09	50	Unidade	AGULHA PARA CROCHÊ, DIVERSOS NÚMEROS;	Circulo	3,61	180,50
10	100	Unidade	FIO MEADA PARA BORDADO, COM NO MÍNIMO 65 METROS – DIVERSAS CORES	Circulo	2,04	204,00
11	100	Unidade	NOVELO DE LÃ COM NO MÍNIMO 40 GRAMAS – DIVERSAS CORES	Circulo	3,61	361,00
12	100	Unidade	BORDADO INGLÊS, PEÇA COM NO MÍNIMO 13 METROS	Filotex	21,04	2.104,00
Valor total R\$ 31.942,50 (trinta e um mil novecentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos)						

Irineópolis 03 julho de 2020.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

ATA RP PROC 01/2020 PM

Publicação Nº 2551321

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº 01/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no

Processo Licitatório nº 01/2020, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 01/2020, a Sra. Andressa Bendlin - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Cristiano Back, e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 440/2019; Sr. Andre Elias Piermann representante da empresa Cimentela Industria de Telas e Artefatos de Concreto Ltda, Sr. Valdecir Galloti Coelho representante da empresa Artecim Artefatos de Cimento Ltda, Sr. Odair Mauricio Weber representante da empresa Weber Artefatos e Concreto Ltda e Sr. João Renato Schvetler representante da empresa Cimentec Artefatos de Cimento Ltda. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento do interessado na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento da proposta, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise da Proposta, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Cimentela Industria de Telas e Artefatos de Concreto Ltda, Artecim Artefatos de Cimento Ltda e Cimentec Artefatos de Cimento Ltda seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. A empresa Weber Artefatos e Concreto Ltda apresentou o item 5 subitem 5.1 alínea "b" proposta de preços sem assinatura do responsável sendo desclassificada no presente certame. O representante da empresa retirou-se da sessão. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento da proposta, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo - se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentos de Habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 01/2020, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 01/2020, a Sra. Andressa Bendlin - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Cristiano Back, e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 440/2019; Sr. Andre Elias Piermann representante da empresa Cimentela Industria de Telas e Artefatos de Concreto Ltda, Sr. Valdecir Galloti Coelho representante da empresa Artecim Artefatos de Cimento Ltda, Sr. Odair Mauricio Weber representante da empresa Weber Artefatos e Concreto Ltda e Sr. João Renato Schvetler representante da empresa Cimentec Artefatos de Cimento Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pela empresa: Cimentela Industria de Telas e Artefatos de Concreto Ltda, Artecim Artefatos de Cimento Ltda e Cimentec Artefatos de Cimento Ltda e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. O envelope de documentação da empresa Weber Artefatos e Concreto Ltda permanece lacrado no presente processo. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo - se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Artecim Artefatos de Cimento Ltda

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	120	Tubo de concreto simples (PS1) com diâmetro nominal interno de 20 cm, comprimento de 1 metro e encaixe macho e fêmea	Artecim	18,80	2.256,00
02	720	Tubo de Concreto Simples (PS1) com diâmetro nominal interno de 30 cm, comprimento de 1 metro e encaixe macho fêmea.	Artecim	24,00	17.280,00
09	2000	Meio Fio de Concreto medindo 0,10 X 0,30 X 1,00m	Artecim	18,85	37.700,00
TOTAL R\$ 57.236,00 (cinquenta e sete mil duzentos e trinta e seis reais)					

Cimentec Artefatos de Cimento Ltda

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
05	932	Tubo de Concreto Armado (PA1) com diâmetro nominal interno de 80 cm, comprimento de 1 metro e encaixe macho fêmea.	Postefibra	146,80	136.817,60
TOTAL R\$ 136.817,60 (cento e trinta e seis mil oitocentos e dezessete reais e sessenta centavos)					

Cimentela Industria de Telas e Artefatos de Concreto Ltda ME

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
03	840	Tubo de Concreto Simples (PS1) com diâmetro nominal interno de 40 cm, comprimento de 1 metro e encaixe macho fêmea.	Cimentela	33,75	28.350,00
04	1714	Tubo de Concreto Armado (PA1) com diâmetro nominal interno de 60 cm, comprimento de 1 metro e encaixe macho fêmea.	Cimentela	86,39	148.072,46
06	720	Tubo de Concreto Armado (PA1) com diâmetro nominal interno de 100 cm, comprimento de 1 metro e encaixe macho fêmea.	Cimentela	202,40	145.728,00
07	980	Tubo de Concreto Armado (PA1) com diâmetro nominal interno de 150 cm, comprimento de 1 metro e encaixe macho fêmea.	Cimentela	496,90	486.962,00
08	20	Tubo de Concreto Armado (PA2) com diâmetro nominal interno de 200 cm, comprimento de 1 metro e encaixe macho fêmea.	Cimentela	1.480,00	29.600,00
TOTAL R\$ 838.712,46 (oitocentos e trinta e oito mil setecentos e doze reais e quarenta e seis centavos)					

Irineópolis 03 de julho de 2020.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

ATA RP PROC 02/2020 FMAS

Publicação Nº 2551331

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº 02/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2020
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelope(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 02/2020, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 02/2020, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sr. Cristiano Back, Sra. Cassiana Lais Brand e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 440/2019; Sr. Marcos Roberto Martins representante da empresa Jussara Lech - Supermercado e Sr. Clemente Jackiw representante da empresa Jackiw Atacadista de Alimentos Eireli. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento do interessado na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento da proposta, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise da Proposta, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta da empresa que se apresentou para o certame. As empresas Jussara Lech - Supermercado e Jackiw Atacadista de Alimentos Eireli seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento da proposta, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo - se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelope(s) de Documentos de Habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 02/2020, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 02/2020, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sr. Cristiano Back, Sra. Cassiana Lais Brand e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 440/2019; Sr. Marcos Roberto Martins representante da empresa Jussara Lech - Supermercado e Sr. Clemente Jackiw representante da empresa Jackiw Atacadista de Alimentos Eireli. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pela empresa: Jussara Lech - Supermercado e foi constatado que a empresa apresentou todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo considerada HABILITADA no Processo Licitatório em epígrafe. O envelope de documentação da empresa Jackiw Atacadista de Alimentos Eireli permanece lacrado no presente processo. O representante da empresa proponente não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo - se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Jussara Lech - Supermercado

Item	Qtd	Unidade	Descrição dos Alimentos que devem constar na cesta	Marca
01	01	Pacote	Açúcar Refinado Especial Características Técnicas: Produto processado da cana-de-açúcar com moagem refinada. Não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração, misturas e peso insatisfatório; Embalagem: Deve estar <u>intacta</u> , acondicionada em embalagens de 5kg. Prazo de Validade: Mínimo de 12 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Alto alegre
	01	Caixa	Amido de milho Características técnicas: produto amiláceo extraído do milho. Deve ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isenta de matérias terrosas e parasitas. Não deverá apresentar resíduos ou impurezas, bolor ou cheiro não característico. Embalagem: Deve estar <u>intacta</u> , embalagem de 500g. Deve conter sua formulação, indicação para preparo, e prazo de validade. Prazo de Validade: mín 10 meses. Data de Fabricação: máx 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Mais certa
	02	Pacote	Arroz Parboilizado amarelo Tipo I Características Técnicas: Grupo: Parboilizado. Classe: Longo Fino - Tipo I. O produto não deve apresentar grãos disformes percentual de impurezas acima de 5% (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). Embalagem: Deve estar <u>intacta</u> , acondicionada em pacotes de 5kg, em embalagens de polietileno transparente; Prazo de Validade: Mínimo de 06 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Kika
	01	Quilo	GORDURA SUÍNA 100% NATURAL – EMBALAGEM COM MÍNIMO 1,5 KG	Pamplona
	01	Pacote	Biscoito doce sortido Embalagem: Deve estar intacta, em pacotes de polietileno com peso mínimo de 670g. Deve apresentar embalagem e rotulagem conforme legislação. Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses. Data de Fabricação: Máximo de 45 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Parati
	01	Pacote	Frango Congelado – Coxa e Sobre-coxa: Característica Técnica: Coxa e sobre-coxa de frango congelado. A ave deve estar firme e sem manchas, peça lisa e coloração clara, aderente, sem odores; Deverão ser transportados de acordo com as normas da Vigilância Sanitária; Embalagem: Deve estar <u>intacta</u> . O produto deve estar acondicionado em bandejas ou sacos de polietileno leitoso ou transparente de 3 Kg. Prazo de Validade: Mínimo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado e refrigerado, ou em caixas de isopor bem fechadas em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Agrodaniele
	01	Pacote	CARNE SUÍNA CONGELADA SEM TEMPERO – EMBALAGEM COM 03 KG	Frigolaste
	01	Caixa	CREME DE LEITE UHT – 200 gr. Características técnicas: Teor de gordura de 17 %. Produto registrado no Ministério da Agricultura S.I.F. Embalagem: Acondicionados em embalagem Tetra Pak, peso líquido de 200 gr. Prazo de validade: mínimo de 06 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias.	Piracanjuba
	01	Pote	Doce de Frutas diversos sabores Ingredientes: Polpa de fruta, açúcar, glicose de milho, conservante sorbato de potássio e ácido cítrico. Embalagem: Potes de polietileno atóxico, com peso líquido de 400G. Prazo de Validade: mínimo de 12 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Incotril
	01	Pote	Doce de leite pastoso Ingredientes: leite, açúcar, xarope de glicose, amido modificado, bicarbonato de sódio, citrato de sódio/estabilizante e sorbato de potássio/conservante. Embalagem: Potes de polietileno atóxico, com peso líquido de no mínimo 400 gramas. Prazo de Validade: mínimo de 12 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Aurea
	01	Caixa	Chá mate tostado Características: para infusão, tostado Embalagem: Deve estar <u>intacta</u> , embalagem de 500g. Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses. Data de Fabricação: Máximo de 30 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Fama
	01	Lata	ERVILHA – EM CONSERVA – 200 GR. Características técnicas: Preparado com ervilhas previamente debulhadas, envasadas, praticamente cruas, reidratadas ou pré-cozidas, imersas em líquido de cobertura apropriada, submetida a processo tecnológico adequado antes ou depois de hermeticamente fechados nos recipientes utilizados a fim de evitar sua alteração. Embalagem: Embalagem contendo 200 g. Prazo de validade: mínimo de 12 meses. Data de fabricação: máximo de 60 dias.	Bonare
	01	Sache	Extrato de Tomate Características técnicas: Concentrado. O extrato de tomate deve ser preparado com frutos maduros, escolhidos, sãos, sem pele e sem sementes. O produto deve estar isento de fermentações. Sem aditivos e conservantes. Ingredientes: Tomate, sal e açúcar. Embalagem: embalagem sachê de no mínimo 1 kg Prazo de Validade: Mínimo de 12 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do	Quero

		produto.	
01	Pacote	Farinha de milho branca biju Características técnicas: Farinha de milho em flocos branca, granulação média, isenta de impurezas, sem sujidades e bolores, com concentração de flocos inteiros Embalagem: Acondicionadas em embalagens plastificadas de 1kg Prazo de validade: mínimo de 6 meses Data de fabricação: máximo de 45 dias Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Da Serra
02	Pacote	Farinha de Trigo Especial Características técnicas: Farinha de trigo ESPECIAL , tipo I, de cor BRANCA , enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem: Deve estar <u>intacta e ser resistente</u> . Acondicionada em embalagens de 5kg. Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses. Data de Fabricação: Máximo de 45 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Maria Ines
03	Pacote	Feijão preto Características técnicas: – preto Tipo I, novo, de primeira qualidade, constituído de grãos inteiros e sãos, sem a presença de grãos mofados e/ou carunchados. Embalagem: deve estar intacta, acondicionado em pacotes bem vedados de 1kg. Prazo de validade: mínimo de 06 meses Data de fabricação: máximo de 30 dias Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Rio Belo
01	Pote	Fermento em Pó Químico Características técnicas: fermento químico em pó, para confecção de bolos. Isento de mofo e qualquer substância nociva. Embalagem: pote plástico em polietileno de alta densidade, com tampa de rosca em polietileno de alta densidade, contendo 100g do produto. Prazo de Validade: Mínimo de 12 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Dona Benta
01	Unidade	Fermento em Pó Biológico Características técnicas: fermento biológico, seco, instantâneo, para pão. Isento de mofo e substâncias nocivas. Embalagem: hermeticamente fechada (vácuo), contendo 125g em envelopes aluminizados. Prazo de Validade: Mínimo de 12 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Fleischmann
01	Pacote	Fubá de milho pré-cozido enriquecido com ferro e ácido fólico Embalagem: pacote plástico transparente, contendo 1 kg. Com identificação do produto Prazo de Validade: min 12 meses. Data de Fabricação: máx 60 dias Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Sinhá
02	Caixa	GELATINA EM PÓ- DIVERSOS SABORES – 30 GR. Características técnicas: produto diluível em água. Colorido e aromatizado artificialmente. Não contém adoçantes artificiais. Embalagem: embalagem externa em caixa e interna em pacote, contendo no mínimo 30 gr. Prazo de validade: mínimo de 06 meses. Data de fabricação: máximo de 45 dias.	Neilar
01	Caixa	LEITE CONDENSADO – 395 GR. Características técnicas: composto de leite concentrado, açúcar, e lactose. Produto registrado no Ministério da Agricultura S.I.F. Embalagem: acondicionados em embalagem Tetra Park, peso líquido 395 gr. Prazo de validade: mínimo de 06 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias.	Triangulo
02	Pacote	Leite em pó Integral de fabricação nacional Ingredientes: Leite fluido integral, vitaminas A e D e emulsificante: lecitina de soja (INS 322) O leite em pó deverá apresentar textura homogênea, coloração própria, preparado com matérias - primas sãs, limpas, isentas de parasitos e de qualquer substância contaminante. Lipídios 26% (mínimo), Índice de Solubilidade (ml)1,0 (máximo), Umidade 3,5% (máximo), Proteína total 25% (mínimo). Característica Organolépticas (odor, sabor e cor) próprias do produto Rendimento: 1Kg do produto deverá render no mínimo 8 litros de leite natural. Embalagem: pacotes resistentes de 400g. Deve apresentar embalagem e rotulagem conforme legislação. Prazo de Validade: mín 10 meses. Data de Fabricação: máx 45 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Aurora
01	Pacote	MACARRÃO – TIPO PARAFUSO OU ESPAGUETE – 01 KG. Características Técnicas: macarrão com ovos. Não deverá apresentar sujidade, bolor, manchas ou fragilidade à pressão dos dedos. Embalagem: deve estar intacta, acondicionado em pacotes bem vedados de 01 kg. Prazo de validade: mínimo de 06 meses. Data de fabricação: máximo de 60 dias.	Nordeste
01	Pote	Maionese Ingredientes: Água, óleo vegetal, amido modificado de milho (geneticamente modificado a partir de Bacillus thuringiensis e/ou Streptomyces viridochromogenes e/ou Agrobacterium tumefaciens e/ou Zea mays), açúcar, ovos pasteurizados, sal, vinagre, acidulantes: ácido láctico e ácido cítrico, estabilizantes: goma guar e goma xantana, conservador sorbato de potássio, aromatizantes, sequestrante EDTA - cálcio dissódico, corante páprica e antioxidantes: BHT e BHA. Não contém glúten. Embalagem: acondicionada em potes de 500g. Prazo de Validade: Mínimo de 06 meses; Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Soya
02	Pote	Margarina com sal Características técnicas: com no mínimo de 80% de gordura total. Embalagem: Embalagem de plástico, atóxico, individual, deve conter peso líquido de 500kg, de polietileno leitoso e resistente, apresentando vedação adequada Prazo de Validade: Mínimo de 06 meses; Data de Fabricação: Máximo de 30 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Coamo
01	Lata	Milho verde em Conserva Ingredientes: milho, água, e sal, sem conservantes. Embalagem: lata de 200g. Prazo de Validade: Mínimo de 12 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Oderich
03	Frasco	Óleo de Soja Ingredientes: Óleo de soja 100% natural. Embalagem: Deve estar <u>intacta</u> , em embalagens transparentes atóxicas tipo pet não apresentando amassamento ou vazamento, apresentando conteúdo de 900 ml. Óleo obtido de matéria-prima vegetal em bom estado sanitário. Deve estar isento de substâncias estranhas à sua composição e isento de impurezas à 25°C, ter aspecto límpido, cor e odor característicos. Prazo de Validade: Mínimo de 12 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Coamo
01	Caixa	Ovos de Galinha – 30 unidades Características Técnicas: Ovo classe A, íntegro, sem manchas ou sujidades, tamanho uniforme. Deve apresentar casca lisa, pouco porosa, resistente e formato característico, sem perfurações ou rachaduras que comprometam o consumo humano. Embalagem: O produto deve estar acondicionado em caixa fechada contendo 30 unidades intactas, com informações sobre o produto, procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto, condições de armazenamento, número do registro no Ministério da Agricultura SIF/DIPOA e carimbo de inspeção SIF. Prazo de Validade: Validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega na unidade requisitante. Data de Fabricação: Máximo de 05 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em caixas de papelão em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Negosek
01	Unidade	Café torrado e moído com selo (tradicional) Características técnicas: Café torrado e moído com selo.	Caboclo

		Embalagem: a VÁCUO. 500g Prazo de validade: mínimo de 10 meses Data de fabricação: máximo de 60 dias Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	
02	Pacote	Canjiquinha de Milho Amarelo – quirera Características técnicas: Canjiquinha de milho amarela/Xerém fina. Embalagem: Acondicionada em pacotes de 500kg, livre de violações. Prazo de validade: mínimo de 10 meses Data de fabricação: máximo de 60 dias Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Sinhá
01	Pacote	SUCO EM PÓ – DIVERSOS SABORES – 350G Características técnicas: Produto não fermentado, não alcoólico. Produto com cor, sabor e aroma característicos. Bom rendimento e qualidade. Embalagem: mínima de 350G em bom aspecto. Prazo de validade: mínimo de 10 meses. Data de fabricação: máximo de 60 dias.	Atalaia
01	Pacote	Sagú - fécula de mandioca Ingredientes: sagu: fécula de mandioca (formato pérola), sem adição de glúten; mistura sabor de uva: açúcar, ácido cítrico (INS330), aroma natural de uva, corante natural de clorofila (INS 140i) e corante natural de cammim (INS 120), sem adição de glúten. Embalagem: Polietileno leitoso ou transparente de 500 gramas. Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Neve
01	Pacote	Sal refinado iodado Ingredientes: Sal iodado. Embalagem: Polietileno leitoso ou transparente de 1kg. Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Realta
01	Pacote	Sabão em pó: Composição: Tensioativo aniônico, Tamponantes Coadjuvante, Branqueador Óptico, corantes, Alvejante, fragrância. Contém Alquil benzeno sulfonatode sódio. embalagem de 1Kg	Assim
01	Pacote	Sabão em barra com glicerina neutro aspecto físico sólido - pacote contendo 5 unidades de 200 gramas cada	Guaira
Valor total de cada cesta: R\$ 261,00 (duzentos e sessenta e um reais)			
Valor total das 1080 cestas: R\$ 281.880,00 (duzentos e oitenta e um mil oitocentos e oitenta reais)			

Irineópolis 03 de julho de 2020.
Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

ATA RP PROC 03/2020 FMAS

Publicação Nº 2551332

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 03/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2020
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelope(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 03/2020, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 03/2020, a Sra. Andressa Bendlin - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Cristiano Back, Sra. Cassiana Lais Brand e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 440/2019; Sr. Marcos Roberto Martins representante da empresa Jussara Lech - Supermercado, Sr. Clemente Jackiw representante da empresa Jackiw Atacadista de Alimentos Eireli e Sr. Rafael de Lara representante da empresa Paraná Foods Comercio Eireli. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento da propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Jussara Lech - Supermercado, Jackiw Atacadista de Alimentos Eireli e Paraná Foods Comercio Eireli seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento da proposta, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo-se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelope(s) de Documentos de Habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 03/2020, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 03/2020, a Sra. Andressa Bendlin - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Cristiano Back, Sra. Cassiana Lais Brand e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 440/2019; Sr. Marcos Roberto Martins representante da empresa Jussara Lech - Supermercado e Sr. Clemente Jackiw representante da empresa Jackiw Atacadista de Alimentos Eireli e Sr. Rafael de Lara representante da empresa Paraná Foods Comercio Eireli. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pela empresa: Jussara Lech - Supermercado e foi constatado que a empresa apresentou todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo considerada HABILITADA no Processo Licitatório em epígrafe. Os envelopes de documentação das empresas Jackiw Atacadista de Alimentos Eireli e Paraná Foods Comercio Eireli permanecem lacrados no presente processo. O representante da empresa proponente não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo-se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Jussara Lech - Supermercado

Item	Qtd	Unidade	Descrição dos Alimentos que devem constar na cesta	Marca
01	02	Pacote	Açúcar Refinado Especial Características Técnicas: Produto processado da cana-de-açúcar com moagem refinada. Não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração, misturas e peso insatisfatório; Embalagem: Deve estar <i>intacta</i> , acondicionada em embalagens de 1kg. Prazo de Validade: Mínimo de 12 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Alto alegre
	01	Caixa	Amido de milho Características técnicas: produto amiláceo extraído do milho. Deve ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isenta de matérias terrosas e parasitas. Não deverá apresentar resíduos ou impurezas, bolor ou cheiro não característico. Embalagem: Deve estar <i>intacta</i> , embalagem de 500g . Deve conter sua formulação, indicação para preparo, e prazo de validade. Prazo de Validade: min 10 meses. Data de Fabricação: máx 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Mais certa
	01	Pacote	Arroz Parboilizado amarelo Tipo I Características Técnicas: Grupo: Parboilizado, Classe: Longo Fino - Tipo I. O produto não deve apresentar grãos disformes percentual de impurezas acima de 5% (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). Embalagem: Deve estar <i>intacta</i> , acondicionada em pacotes de 5kg, em embalagens de polietileno transparente; Prazo de Validade: Mínimo de 06 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Kika
	02	Pacote	Biscoito doce sortido Embalagem: Deve estar intacta, em pacotes de polietileno com peso mínimo de 650g. Deve apresentar embalagem e rotulagem conforme legislação. Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses. Data de Fabricação: Máximo de 45 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Parati
	02	Pote	Doce de Frutas diversos sabores Ingredientes: Polpa de fruta, açúcar, glicose de milho, conservante sorbato de potássio e ácido cítrico. Embalagem: Potes de polietileno atóxico, com peso líquido de 400g. Prazo de Validade: mínimo de 12 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Incotril
	02	Pacote	Farinha de milho branca biju Características técnicas: Farinha de milho em flocos branca, granulação média, isenta de impurezas, sem sujidades e bolores, com concentração de flocos inteiros Embalagem: Acondicionadas em embalagens plastificadas de 1kg Prazo de validade: mínimo de 6 meses Data de fabricação: máximo de 45 dias Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Da Serra
	01	Pacote	Farinha de Trigo Especial Características técnicas: Farinha de trigo ESPECIAL , tipo I, de cor BRANCA , enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem: Deve estar <i>intacta e ser resistente</i> , Acondicionada em embalagens de 5kg. Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses. Data de Fabricação: Máximo de 45 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Maria Inês
	02	Pacote	Feijão preto Características técnicas: – preto Tipo I, novo, de primeira qualidade, constituído de grãos inteiros e sãos, sem a presença de grãos mofados e/ou carunchados. Embalagem: deve estar intacta, acondicionado em pacotes bem vedados de 1kg. Prazo de validade: mínimo de 06 meses Data de fabricação: máximo de 30 dias Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Rio Belo
	02	Pacote	Leite em pó Integral de fabricação nacional Ingredientes: Leite fluido integral, vitaminas A e D e emulsificante: lecitina de soja (INS 322) O leite em pó deverá apresentar textura homogênea, coloração própria, preparado com matérias - primas sãs, limpas, isentas de parasitos e de qualquer substância contaminante. Lípidios 26% (mínimo), Índice de Solubilidade (ml)1,0 (máximo), Umidade 3,5% (máximo), Proteína total 25% (mínimo). Característica Organolépticas (odor, sabor e cor) próprias do produto Embalagem: pacotes resistentes de no mínimo 400g. Deve apresentar embalagem e rotulagem conforme legislação. Prazo de Validade: min 10 meses. Data de Fabricação: máx 45 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Aurora
	01	Pacote	MACARRÃO – TIPO PARAFUSO – 500g. Características Técnicas: macarrão com ovos. Não deverá apresentar sujidade, bolor, manchas ou fragilidade à pressão dos dedos. Embalagem: deve estar intacta, acondicionado em pacotes bem vedados de 500g. Prazo de validade: mínimo de 06 meses. Data de fabricação: máximo de 60 dias.	Nordeste

01	Frasco	Óleo de Soja Ingredientes: Óleo de soja 100% natural. Embalagem: Deve estar <i>intacta</i> , em embalagens transparentes atóxicas tipo pet não apresentando amassamento ou vazamento, apresentando conteúdo de 900 ml. Óleo obtido de matéria-prima vegetal em bom estado sanitário. Deve estar isento de substâncias estranhas à sua composição e isento de impurezas à 25°C, ter aspecto limpo, cor e odor característicos. Prazo de Validade: Mínimo de 12 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Coamo
01	Unidade	Café torrado e moído com selo (tradicional) Características técnicas: Café torrado e moído com selo. Embalagem: a VÁCUO 500g Prazo de validade: mínimo de 10 meses Data de fabricação: máximo de 60 dias	Tropeiro

		Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	
01	Pacote	Sal refinado iodado Ingredientes: Sal iodado. Embalagem: Polietileno leitoso ou transparente de 1kg. Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Realta
02	Lata	Sardinha enlatada Características técnicas: Sardinhas ao próprio suco c/ óleo comestível, reparada com pescado fresco, limpo, eviscerado, cozido, imersa em óleo comestível. Ingredientes: sardinhas, água de constituição (ao próprio suco), óleo comestível e sal. Embalagem: Deve estar <u>intacta</u> , em latas de 125g. Prazo de Validade: mín. 12 meses. Data de Fabricação: máx. 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	88
Valor de cada cesta R\$ 95,00 (noventa e cinco reais)			
Valor total R\$ 17.100,00 (dezessete mil e cem reais)			

Irineópolis 03 de julho de 2020.
Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

ATA RP PROC 05/2019 FMAS

Publicação N° 2551320

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO N°. 03/2019
PREGÃO PRESENCIAL 03/2019
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 05/2019, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 04/2019, a Sra. Andressa Bendlin - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Cristiano Back, Sra. Cassiana Lais Brand e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 440/2019; Sr. Demerson Barbosa representante da empresa Demerson Barbosa 05674608946, Sr. João Silvestre Jacobovski representante da empresa Padaria Triunfo Eireli. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento do interessado na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento da proposta, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise da Proposta, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foram realizadas as classificação das propostas das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Demerson Barbosa 05674608946 e Padaria Triunfo Eireli seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento da proposta, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentos de Habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 05/2019, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 04/2019, a Sra. Andressa Bendlin - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Cristiano Back, Sra. Cassiana Lais Brand e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 440/2019; Sr. Demerson Barbosa representante da empresa Demerson Barbosa 05674608946 e Sr. João Silvestre Jacobovski representante da empresa Padaria Triunfo Eireli. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pela empresa: Demerson Barbosa 05674608946 e foi constatado que a empresa apresentou todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo considerada HABILITADA no Processo Licitatório em epígrafe. Foi constatado que a empresa Padaria Triunfo Eireli apresentou em desacordo com o solicitado no edital o item 7 subitem 7.3 alínea "b" sendo considerada INABILITADA no Processo Licitatório em epígrafe. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Demerson Barbosa 05674608946

Item	QTD	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	1000	Unidade	PÃO DE QUEIJO (GRANDE) COM NO MÍNIMO 70G	Trigos	1,35	1.350,00
02	1000	Unidade	PÃO DE QUEIJO (PEQUENO) COM NO MÍNIMO 50G	Trigos	0,70	700,00
03	1000	Unidade	SANDUÍCHE NATURAL COM NO MÍNIMO 150G	Trigos	3,50	3.500,00
04	1000	Unidade	MINI SANDUÍCHE NATURAL (PÃO REDONDO) COM NO MÍNIMO 75G	Trigos	0,85	850,00
05	1000	Unidade	SONHO COM NO MÍNIMO 70G	Trigos	2,35	2.350,00
06	1000	Unidade	MINI SONHO COM NO MÍNIMO 35G	Trigos	0,75	750,00
07	1000	Unidade	SANDUÍCHE DE QUEIJO E PRESUNTO (INTEIRO) COM NO MÍNIMO 100G	Trigos	2,00	2.000,00
08	20	Unidade	EMPADÃO – FORMA GRANDE COM NO MÍNIMO 2,5KG	Trigos	40,00	800,00
09	30	Cento	MINI PASTEL	Trigos	53,00	1.590,00
10	30	Cento	MINI RISÓLES	Trigos	49,00	1.470,00
11	30	Cento	MINI COXINHA	Trigos	49,00	1.470,00
12	30	Cento	MINI ESFIRRA	Trigos	57,00	1.710,00

13	50	Unidade	BOLO NEGA MALUCA – FORMA GRANDE COM NO MÍNIMO 1KG	Trigos	18,00	900,00
14	50	Unidade	BOLO DE CENOURA – FORMA GRANDE COM NO MÍNIMO 1KG	Trigos	17,50	875,00
15	500	Kg	CAROLINA	Trigos	17,90	8.950,00
16	500	Kg	MINI CAROLINA	Trigos	21,00	10.500,00
17	20	Unidade	TORTA DE FRUTAS – FORMA COM NO MÍNIMO 1KG	Trigos	24,00	480,00
18	500	Unidade	MINI TORTA DE FRUTAS COM NO MÍNIMO 100G	Trigos	1,75	875,00
19	25	Kg	BOLO	Trigos	26,90	672,50
20	20	Unidade	CUQUE – FORMA COM NO MÍNIMO 1KG	Trigos	13,50	270,00
21	50	Unidade	BOLO REDONDO (SEM COBERTURA) TIPO INGLÊS COM NO MÍNIMO 550G	Trigos	6,00	300,00
22	300	Unidade	PASTEL COM NO MÍNIMO 100G	Trigos	3,25	975,00
23	20	Kg	ORELHA DE GATO	Trigos	14,00	280,00
24	300	Pacote	PÃO DE FORMA FATIADO COM NO MÍNIMO 450G	Trigos	3,75	1.125,00
25	100	Unidade	CACHORRO QUENTE COM NO MÍNIMO 60G	Trigos	0,55	55,00
VALOR TOTAL R\$ 44.797,50 (quarenta e quatro mil setecentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos)						

Irineópolis 03 de julho de 2020.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

ATA RP PROC 13/2020 PM

Publicação Nº 2551330

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº 13/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2020
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 13/2020, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 10/2020, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sr. Cristiano Back, Sra. Cassiana Lais Brand e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 440/2019; Sr. Andre Elias Piermann representante da empresa Cimentela Industria de Telas e Artefatos de Concreto Ltda. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento do interessado na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento da proposta, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise da Proposta, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta da empresa que se apresentou para o certame. A empresa Cimentela Industria de Telas e Artefatos de Concreto Ltda segue classificada para a fase de lances e julgamento das propostas. O representante da empresa proponente não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento da proposta, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentos de Habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 13/2020, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 10/2020, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sr. Cristiano Back, Sra. Cassiana Lais Brand e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 440/2019; Sr. Andre Elias Piermann representante da empresa Cimentela Industria de Telas e Artefatos de Concreto Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pela empresa: Cimentela Industria de Telas e Artefatos de Concreto Ltda e foi constatado que a empresa apresentou todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo considerada HABILITADA no Processo Licitatório em epígrafe.

O representante da empresa proponente não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Cimentela Industria de Telas e Artefatos de Concreto Ltda ME

Item	Quantidade	Descrição	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	08	GALERIA CELULAR MEDINDO 2,00 X 2,00 X 1,20 – 15 CM TIPO "I" TB – 45 - CIMENTELA	2.945,00	23.560,00
TOTAL R\$ 23.560,00 (vinte e três mil quinhentos e sessenta reais)				

Irineópolis 03 de julho de 2020.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

ATA RP PROC 15/2020 PM/FMS/FMAS

Publicação Nº 2551334

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº 15/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2020
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 15/2020, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 11/2020, a Sra. Andressa Bendlin - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Cristiano Back, Sra. Cassiana Lais Brand e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 440/2019; Sr. Jose Donizett Ruckl representante da empresa Ipe Comercio de combustíveis, Sr. Darci Batista Bendlin Junior representante da empresa Ceres - Comercio e Transporte de Derivados de Petroleo Ltda, Sr. Vilbert Cristian Schapitz representante da empresa Rudipel Rudnick Petroleo Ltda, Sra. Josiane Aparecida Maas Buzzi representante da empresa Anesio Buzzi e Cia Ltda e Sr. Alex Sandro Azevedo representante da empresa Walendowsky Distribuidora de Combustíveis Ltda. Em virtude do covid-19 os envelopes serão rubricados somente pelos membros da comissão sendo que, se no caso de algum dos representantes solicitar a verificação dos documentos será passado. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Ipe Comercio de combustíveis, Ceres - Comercio e Transporte de Derivados de Petroleo Ltda, Rudipel Rudnick Petroleo Ltda, Anesio Buzzi e Cia Ltda e Walendowsky Distribuidora de Combustíveis Ltda seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento da proposta, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo - se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentos de Habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 15/2020, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 11/2020, a Sra. Andressa Bendlin - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Cristiano Back, Sra. Cassiana Lais Brand e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 440/2019; Sr. Jose Donizett Ruckl representante da empresa Ipe Comercio de combustíveis, Sr. Darci Batista Bendlin Junior representante da empresa Ceres - Comercio e Transporte de Derivados de Petroleo Ltda, Sr. Vilbert Cristian Schapitz representante da empresa Rudipel Rudnick Petroleo Ltda, Sra. Josiane Aparecida Maas Buzzi representante da empresa Anesio Buzzi e Cia Ltda e Sr. Alex Sandro Azevedo representante da empresa Walendowsky Distribuidora de Combustíveis Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Walendowsky Distribuidora de Combustíveis Ltda e Ceres - Comercio e Transporte de Derivados de Petroleo Ltda e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. Os envelopes de documentação das empresas Ipe Comercio de combustíveis, Rudipel Rudnick Petroleo Ltda e Anesio Buzzi e Cia Ltda permanecem lacrados no presente processo. O representante da empresa proponente não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo - se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Prefeitura Municipal de Irineópolis

Ceres Comércio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	320.000	Litro	Óleo Diesel S10 - PETROBRAS	2,68	857.600,00
03	156.000	Litro	Óleo Diesel Comum - PETROBRAS	2,59	404.040,00
TOTAL R\$ 1.261.640,00 (um milhão duzentos e sessenta e um mil e seiscentos e quarenta reais).					

Walendowsky Distribuidora de Combustíveis Ltda

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor unitário R\$	Valor total R\$
02	52.000	Litro	Gasolina Comum - WDCOM	3,80	197.600,00
TOTAL R\$ 197.600,00 (cento e noventa e sete mil e seiscentos reais)					

Fundo Municipal de Saúde

Ceres Comércio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	50.000	Litro	Óleo Diesel S10 - PETROBRAS	2,68	134.000,00
TOTAL R\$ 134.000,00 (cento e trinta e quatro mil reais)					

Walendowsky Distribuidora de Combustíveis Ltda

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor unitário R\$	Valor total R\$
02	35.000	Litro	Gasolina Comum - WDCOM	3,80	133.000,00
TOTAL R\$ 133.000,00 (cento e trinta e três mil reais)					

Fundo Municipal de Assistência Social

Walendowsky Distribuidora de Combustíveis Ltda

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor unitário R\$	Valor total R\$
02	5.000	Litro	Gasolina Comum - WDCOM	3,80	19.000,00
TOTAL R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais)					

Irineópolis 03 de julho de 2020.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

ATA RP PROC 40/2019 PM; FMAS; HMBJ

Publicação Nº 2551306

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº 40/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2019
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 40/2019, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 24/2019, a Sra. Andressa Bendlin - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Cristiano Back, Sra. Cassiana Lais Brand e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 440/2019; Sr. Demerson Barbosa representante da empresa Demerson Barbosa 05674608946, Sr. João Silvestre Jacobovski representante da empresa Padaria Triunfo Eireli, Sr. Charles Gilson Ritzmann representante da empresa Papelaria São Bento Ltda EPP, Sra. Daniele Flavia Sorg representante da empresa Frutas e Verduras Indiana Ltda, Sr. Clemente Jackiw representante da empresa Jackiw Atacadista de Alimentos Eireli e Sr. Rafael de Lara representante da empresa Paraná Foods Comercio Eireli. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento do interessado na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento da proposta, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise da Proposta, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Padaria Triunfo Eireli, Papelaria São Bento Ltda EPP, Frutas e Verduras Indiana Ltda, Demerson Barbosa 05674608946, Jackiw Atacadista de Alimentos Eireli e Paraná Foods Comercio Eireli seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento da proposta, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentos de Habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 40/2019, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 24/2019, a Sra. Andressa Bendlin - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Cristiano Back, Sra. Cassiana Lais Brand e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 440/2019; Sr. Demerson Barbosa representante da empresa Demerson Barbosa 05674608946, Sr. João Silvestre Jacobovski representante da empresa Padaria Triunfo Eireli, Sr. Charles Gilson Ritzmann representante da empresa Papelaria São Bento Ltda EPP, Sra. Daniele Flavia Sorg representante da empresa Frutas e Verduras Indiana Ltda, Sr. Clemente Jackiw representante da empresa Jackiw Atacadista de Alimentos Eireli e Sr. Rafael de Lara representante da empresa Paraná Foods Comercio Eireli. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Padaria Triunfo Eireli e Papelaria São Bento Ltda EPP e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. As empresas Frutas e Verduras Indiana Ltda, Jackiw Atacadista De Alimentos e Paraná Foods Comercio Eireli apresentaram em desacordo com o solicitado no edital o item 7 subitem 7.3 alínea "a" - faltou as notas explicativas do balanço, sendo consideradas INABILITADAS. O envelope Demerson Barbosa 05674608946 permanece lacrado no presente processo. Os representantes das empresas Jackiw Atacadista de Alimentos Eireli e Paraná Foods Comercio Eireli manifestaram interesse em interposição de recurso referente a sua inabilitação. Os representantes das empresas Padaria Triunfo Eireli, Papelaria São Bento Ltda EPP, Demerson Barbosa 05674608946 e Frutas e Verduras Indiana Ltda não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Prefeitura Municipal de Irineópolis

Padaria Triunfo Eireli

Item	Quant	Unidade	Descrição dos Alimentos	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
127	800	Quilo	Pão francês Embalagem: deve ser entregue em pacotes plásticos transparentes resistentes lacrados para que não haja contato externo. Peso: 50 gramas cada unidade Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Triunfo	6,50	5.200,00
128	500	Quilo	Pão francês integral Embalagem: deve ser entregue em pacotes plásticos transparentes resistentes lacrados para que não haja contato externo. Peso: 50 gramas cada unidade Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Triunfo	8,25	4.125,00

130	800	Quilo	<p>Pão de forma integral fatiado:</p> <p>Características técnicas: Pão com massa de farinha integral, farinha de trigo (enriquecida com ferro e ácido fólico), água, açúcar mascavo, aveia, gérmen de trigo, semente de linhaça, sal, óleo, fermento biológico. Deverá apresentar boa coloração e consistência macia. O pão não deverá estar amassado, de tamanho irregular, queimado ou com manchas escuras na sua parte inferior.</p> <p>Embalagem: Embalados em sacos de polietileno transparente, individualmente, etiquetado, com peso de 400g ou 500g. Com informações sobre o produto, procedência, informação nutricional, número do lote, data de fabricação e validade.</p> <p>Prazo de Validade: Máximo 05 dias.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo 02 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação.</p>	Triunfo	8,50	6.800,00
Valor total R\$ 16.125,00 (dezesesseis mil cento e vinte e cinco reais)						

Papeleria São Bento Ltda – EPP

Item	Quant	Unidade	Descrição dos Alimentos	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
04	700	Quilo	<p>Achocolatado em pó</p> <p>Ingredientes: Açúcar, cacau em pó, malto dextrina, amido de milho, sal refinado, aromatizantes, vitaminas (PP, B6, B2, B1, B12 e ácido fólico) e estabilizante lecitina de soja. Deve conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro.</p> <p>Embalagem de 1.010g</p> <p>Prazo de Validade: mín.12 meses.</p> <p>Data de Fabricação: máx. 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Neilar	8,85	6.195,00
06	400	Pacote	<p>Açúcar Refinado Especial</p> <p>Características Técnicas: Produto processado da cana-de-açúcar com moagem refinada. Não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração, misturas e peso insatisfatório;</p> <p>Embalagem: Deve estar intacta, acondicionada em embalagens de 5kg.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 12 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Certano	10,70	4.280,00
07	150	Pacote	<p>Açúcar Refinado Especial</p> <p>Características Técnicas: Produto processado da cana-de-açúcar com moagem refinada. Não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração, misturas e peso insatisfatório;</p> <p>Embalagem: Deve estar intacta, acondicionada em embalagens de 1kg.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 12 meses;</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Alto alegre	2,40	360,00
15	200	Caixa	<p>Amido de milho</p> <p>Características técnicas: produto amiláceo extraído do milho. Deve ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isenta de matérias terrosas e parasitas. Não deverá apresentar resíduos ou impurezas, bolor ou cheiro não característico.</p> <p>Embalagem: Deve estar intacta, embalagem de 500g. Deve conter sua formulação, indicação para preparo, e prazo de validade.</p> <p>Prazo de Validade: mín 10 meses.</p> <p>Data de Fabricação: máx 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Neilar	3,20	640,00

17	800	Pacote	<p>Arroz Parboilizado amarelo Tipo I</p> <p>Características Técnicas: Grupo: Parboilizado. Classe: Longo Fino - Tipo I. O produto não deve apresentar grãos disformes percentual de impurezas acima de 5% (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos).</p> <p>Embalagem: Deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 5kg, em embalagens de polietileno transparente;</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 06 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Tio loro	12,32	9.856,00
18	200	Pacote	<p>Arroz Parboilizado amarelo Tipo I</p> <p>Características Técnicas: Grupo: Parboilizado. Classe: Longo Fino - Tipo I. O produto não deve apresentar grãos disformes percentual de impurezas acima de 5% (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos).</p> <p>Embalagem: Deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 1kg, em embalagens de polietileno transparente;</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 06 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Tio loro	2,60	520,00
19	30	Pacote	<p>Arroz integral Tipo I</p> <p>Características Técnicas: classe: longo, fino, tipo I integral. O produto não deve apresentar mofo, substâncias nocivas, preparação final dietética inadequada (empapamento).</p> <p>Embalagem: Deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 1kg, em embalagens de polietileno transparente;</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 06 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Dalon	3,30	99,00
20	200	Caixa	<p>Aveia em flocos finos</p> <p>Características técnicas: – isenta de mofo, livre de parasitas e substâncias nocivas.</p> <p>Embalagem: O produto deverá estar acondicionado em embalagens de 200 g atóxica, resistente e hermeticamente vedada.</p> <p>Prazo de validade: mín. 6 meses</p> <p>Data de fabricação: máximo 30 dias</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Neilar	2,50	500,00
26	3.000	Unidade	<p>Bebida láctea UHT sabor chocolate</p> <p>Características técnicas: Achocolatado líquido, reconstituída, açúcar, soro de leite, cacau, gordura vegetal hidrogenada, extrato de malte, vitaminas (C, A E Acido fólico), sal, espessantes, goma guar, e carragema, estabilizantes, mono e diglicerídios do ácidos graxos, citrato de sódio e lecitina de soja, aromatizantes.</p> <p>Embalagem: 200ml</p>	Chocomil	1,10	3.300,00
28	1.800	Pacote	<p>Biscoito Leite</p> <p>Ingrediente: Farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, açúcar, amido de milho, gordura vegetal, açúcar invertido, soro de leite em pó, sal refinado, fermentos químicos: bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio e pirofosfato ácido de sódio, melhorador de farinha: metabisulfito de sódio, emulsificante lecitina de soja e aromatizante</p> <p>Embalagem: Deve estar intacta, pacotes de polietileno transparente (com dupla embalagem) com peso de 400g.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Prodasa	3,70	6.660,00

29	1.500	Pacote	<p>Biscoito salgado com gergelim</p> <p>Ingredientes: Farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, gergelim descascado tostado, açúcar invertido, sal refinado, extrato de malte, soro de leite em pó, fermentos químicos: bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio e pirofosfato ácido de sódio, melhoradores de farinha: protease e metabissulfito de sódio, emulsificante: lecitina de soja, antioxidante: tbhq e aromatizante.</p> <p>Embalagem: Deve estar intacta em pacotes de polietileno transparente (com dupla embalagem) com peso de 400g.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 45 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Prodasa	4,50	6.750,00
30	1.500	Pacote	<p>Biscoito tipo rosquinha de leite</p> <p>Ingredientes: Farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, açúcar refinado, gordura vegetal, amido de milho, açúcar invertido, cacau em pó, sal refinado, fermentos químicos: bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio e pirofosfato ácido de sódio, emulsificante lecitina de soja, corante caramelo e aromatizante .</p> <p>Embalagem: Deve estar intacta em pacotes de polietileno transparente com peso mínimo de 335g.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 45 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Prodasa	3,50	5.250,00
31	1.500	Pacote	<p>Biscoito maisena</p> <p>Ingredientes: Farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, açúcar, amido de milho, gordura vegetal, açúcar invertido, sal refinado, fermentos químicos: bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio e pirofosfato ácido de sódio, melhorador de farinha: metabissulfito de sódio, emulsificante lecitina de soja e aromatizante.</p> <p>Embalagem: Deve estar intacta em pacotes de polietileno transparente (com dupla embalagem) com peso de 400g.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 45 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Prodasa	3,80	5.700,00
32	1.000	Pacote	<p>Biscoito amanteigado</p> <p>Embalagem: Deve estar intacta em pacotes de polietileno transparente com peso de 350g.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 45 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Prodasa	4,20	4.200,00
37	300	Quilo	<p>Bolo de laranja formigueiro (Mistura para o preparo)</p> <p>Características Técnicas: mistura em pó, produto diluído em água.</p> <p>Rendimento do Produto: 1kg = 20 porções de 60g. Embalagem: Caixa de papelão contendo 12 pacotes de polietileno leitoso atóxico com 1 Kg cada.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo 6 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 30 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Boa safra	14,50	4.350,00
38	300	Quilo	<p>Bolo Cuca de banana (Mistura para o preparo)</p> <p>Características Técnicas: mistura em pó, produto diluído em água.</p> <p>Rendimento do Produto: 1kg = 20 porções de 60g. Embalagem: Caixa de papelão contendo 12 pacotes de polietileno leitoso atóxico com 1 Kg cada.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo 6 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 30 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Boa safra	14,50	4.350,00

40	300	Unidade	Café torrado e moído com selo (tradicional) Características técnicas: Café torrado e moído com selo. Embalagem: a VÁCUO 500g Prazo de validade: mínimo de 10 meses Data de fabricação: máximo de 60 dias Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Tropeiro	7,90	2.370,00
42	200	Quilo	Canjiquinha de Milho Amarelo fina Características técnicas: Canjiquinha de milho amarela/Xerém fina. Embalagem: Acondicionada em pacotes de 1kg, livre de violações. Prazo de validade: mínimo de 10 meses Data de fabricação: máximo de 60 dias Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Agrical	2,35	470,00
43	300	Pacote	Canjica de milho branca Características técnicas: Tipo 1, Grupo Fina, Subgrupo Branca, Classe Branca. Embalagem: Acondicionada em pacotes de 500g, livre de violações. Prazo de validade: mínimo de 10 meses Data de fabricação: máximo de 60 dias Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Pinduca	2,30	690,00
44	100	Unidade	Canela em pó Características técnicas: Canela em pó Embalagem: Embalagem 30g Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto	Neilar	2,50	250,00
49	150	Pacote	Cereal à base de milho Ingredientes: Farinha de milho pré-gelatinizada rica com ferro e ácido fólico (85,4%), açúcar, sal, sais minerais (fosfato de sódio dibásico, carbonato de cálcio e pirofosfato férrico), vitaminas (vitamina C, vitamina E, niacina, ácido pantotênico, vitaminas B6, B2, B1, ácido fólico e vitamina B12) e aromatizante. Embalagem: deve estar intacta, embalagem contendo no mínimo 230g . Prazo de Validade: mín.12 meses. Data de Fabricação: máx. 30 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Alnutri	5,40	810,00
50	250	Pacote	Cereal à base de trigo, aveia, cevada para alimentação infantil Ingredientes: Farinhas de cereais (62%) (trigo rica com ferro e ácido fólico, aveia, cevada) açúcar, maltodextrina, sais minerais (carbonato de cálcio, fosfato de sódio dibásico e pirofosfato férrico), sal, vitaminas (vitamina C, vitamina E, niacina, ácido pantotênico, vitaminas B6, B2, B1, ácido fólico e vitamina B12) e aromatizante. Embalagem: embalagem 240g Prazo de Validade: mín.12 meses. Data de Fabricação: máx. 30 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Alnutri	4,90	1.225,00
51	250	Pacote	Chá mate tostado Características: para infusão, tostado Embalagem: Deve estar intacta, embalagem de 500g. Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses. Data de Fabricação: Máximo de 30 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Matine	4,90	1.225,00

53	250	Caixa	Chá in natura sabor camomila Embalagem: Caixa com 10 sachês Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses. Data de Fabricação: Máximo de 30 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Neilar	2,50	625,00
57	200	Pacote	Coco ralado: Característica técnica: Coco Ralado, desidratado, não acrescido de açúcar, parcialmente desengordurado. Deve apresentar cor, cheiro e sabor característico. Ausente de sujidades, parasitas. Embalagem: Embalagem de 100g. Com registro no ministério da saúde, data de empacotamento e prazo de validade aparentes. Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses. Data de Fabricação: Máximo de 30 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Pinduca	2,80	560,00
61	250	Unidade	Doce de Frutas diversos sabores Ingredientes: Polpa de fruta, açúcar, glicose de milho, conservante sorbato de potássio e ácido cítrico. Embalagem: Potes de polietileno atóxico, com peso líquido de 400G. Prazo de Validade: mínimo de 12 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Luiz alvenze	3,50	875,00
62	200	Unidade	Doce de leite pastoso Ingredientes: leite, açúcar, xarope de glicose, amido modificado, bicarbonato de sódio, citrato de sódio/estabilizante e sorbato de potássio/conservante. Embalagem: Potes de polietileno atóxico, com peso líquido de no mínimo 900 gramas. Prazo de Validade: mínimo de 12 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Encosta gaucah	9,70	1.940,00
65	1.000	Unidade	Extrato de Tomate Características técnicas: Concentrado. O extrato de tomate deve ser preparado com frutos maduros, escolhidos, são, sem pele e sem sementes. O produto deve estar isento de fermentações. Sem aditivos e conservantes. Ingredientes: Tomate, sal e açúcar. Embalagem: embalagem sachê de 1,020gr Prazo de Validade: Mínimo de 12 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Predilecta	6,65	6.650,00
66	300	Unidade	Extrato de Tomate Características técnicas: Concentrado. O extrato de tomate deve ser preparado com frutos maduros, escolhidos, são, sem pele e sem sementes. O produto deve estar isento de fermentações. Sem aditivos e conservantes. Ingredientes: Tomate, sal e açúcar. Embalagem: embalagem sachê de 340g. Prazo de Validade: Mínimo de 12 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Predilecta	2,50	750,00

67	300	Pacote	<p>Farinha de Trigo Especial</p> <p>Características técnicas: Farinha de trigo ESPECIAL, tipo I, de cor BRANCA, enriquecida com ferro e ácido fólico.</p> <p>Embalagem: Deve estar intacta e ser resistente. Acondicionada em embalagens de 5kg.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 45 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Auriverde	11,10	3.330,00
68	100	Pacote	<p>Farinha de Trigo Especial</p> <p>Características técnicas: Farinha de trigo ESPECIAL, tipo I, de cor BRANCA enriquecida com ferro e ácido fólico.</p> <p>Embalagem: Deve estar intacta e ser resistente. Acondicionada em embalagens de 1kg.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 45 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Oxford	2,70	270,00
69	40	Pacote	<p>Farinha de trigo integral</p> <p>Características técnicas: Farinha de trigo integral contendo no mínimo 3 g de fibra a cada 100 g.</p> <p>Embalagem: Deve estar intacta, acondicionada em pacotes bem vedados de 1 kg. Deve apresentar embalagem e rotulagem conforme legislação.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 45 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Oxford	2,60	104,00
70	400	Quilo	<p>Farinha de milho amarela biju</p> <p>Características técnicas: Farinha de milho em flocos amarela, granulação média, isenta de impurezas, sem sujidades e bolores, com concentração de flocos inteiros</p> <p>Embalagem: Acondicionadas em embalagens plastificadas de 1kg</p> <p>Prazo de validade: mínimo de 6 meses</p> <p>Data de fabricação: máximo de 45 dias</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Agrical	3,35	1.340,00
71	150	Pacote	<p>Farinha de trigo para quibe</p> <p>Ingredientes: Farinha de trigo para quibe</p> <p>Embalagem: Deve estar intacta, de polietileno transparente de 500 g, bem vedado 500g</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Pinduca	3,50	525,00
72	1.500	Quilo	<p>Feijão preto</p> <p>Características técnicas: – preto Tipo I, novo, de primeira qualidade, constituído de grãos inteiros e sãos, sem a presença de grãos mofados e/ou carunchados.</p> <p>Embalagem: deve estar intacta, acondicionado em pacotes bem vedados de 1kg.</p> <p>Prazo de validade: mínimo de 06 meses</p> <p>Data de fabricação: máximo de 30 dias</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Picoli	4,10	6.150,00
73	240	Unidade	<p>Fermento em Pó Químico</p> <p>Características técnicas: fermento químico em pó, para confecção de bolos. Isento de mofo e qualquer substância nociva.</p> <p>Embalagem: pote plástico em polietileno de alta densidade, com tampa de rosca em polietileno de alta densidade, contendo 250g do produto.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 12 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Royal	6,00	1.440,00

74	80	Unidade	<p>Fermento em Pó Biológico</p> <p>Características técnicas: fermento biológico, seco, instantâneo, para pão. Isento de mofo e substâncias nocivas.</p> <p>Embalagem: hermeticamente fechada (vácuo), contendo 125g em envelopes aluminizados.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 12 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Pokamaya	4,20	336,00
78	200	Quilo	<p>Fubá amarelo fino</p> <p>Embalagem: pacote plástico transparente, contendo 1kg. Com identificação do produto</p> <p>Prazo de Validade: mín 12 meses.</p> <p>Data de Fabricação: máx 60 dias</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Agrical	1,85	370,00
79	400	Pacote	<p>Flocos de milho açucarados</p> <p>Ingredientes: Milho, açúcar, amido de milho, sal, ácido ascórbico (vitamina C), niacinamida (niacina), mononitrato de tiamina (vitamina B1), riboflavina (vitamina B2), piridoxina (vitamina B6), cobalamina (vitamina B12), pantotenato de cálcio (ácido pantotênico), pirofosfato férrico (ferro), ácido fólico, sulfato de zinco (zinco), antioxidante lecitina de soja, regulador de acidez bicarbonato de sódio.</p> <p>Embalagem: Sacos de polietileno transparente de 1 kg a 2 kg. Deve apresentar embalagem e rotulagem conforme legislação</p> <p>Prazo de Validade: mínimo 6 meses.</p> <p>Data de Fabricação: máximo 30 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Good flakes	18,00	7.200,00
80	20	Pacote	<p>Flocos de milho sem açúcar</p> <p>Ingredientes; Milho, extrato de malte, sal, vitaminas, minerais e antiumectante bicarbonato de sódio.</p> <p>Embalagem: Sacos de polietileno transparente ou caixa de 150 g. Deve apresentar embalagem e rotulagem conforme legislação</p> <p>Prazo de Validade: mínimo 6 meses.</p> <p>Data de Fabricação: máximo 30 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>		1,50	30,00
81	1.500	Pacote	<p>Flocos de milho pré cozido</p> <p>Características Técnicas: fubá de milho. Não deverá apresentar resíduos ou impurezas, bolor ou cheiro não característico.</p> <p>Embalagem: deve estar intacta, acondicionado em pacotes bem vedados de 500g.</p> <p>Prazo de Validade: mínimo 6 meses.</p> <p>Data de Fabricação: máximo 30 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Sinhá	1,80	2.700,00
87	180	Unidade	<p>Goiabada</p> <p>Ingredientes: Goiaba e açúcar</p> <p>Embalagem: embalagem de 500g</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Pinduca	3,58	644,40

95	3.000	Pacote	<p>Leite em pó Integral de fabricação nacional</p> <p>Ingredientes: Leite fluido integral, vitaminas A e D e emulsificante: lecitina de soja (INS 322)</p> <p>O leite em pó deverá apresentar textura homogênea, coloração própria, preparado com matérias - primas sãs, limpas, isentas de parasitos e de qualquer substância contaminante.</p> <p>Lipídios 26% (mínimo), Índice de Solubilidade (ml)1,0 (máximo), Umidade 3,5% (máximo), Proteína total 25% (mínimo).</p> <p>Característica Organolépticas (odor, sabor e cor) próprias do produto</p> <p>Rendimento: 1Kg do produto deverá render no mínimo 8 litros de leite natural.</p> <p>Embalagem: pacotes resistentes de 400g. Deve apresentar embalagem e rotulagem conforme legislação.</p> <p>Prazo de Validade: mín 10 meses.</p> <p>Data de Fabricação: máx 45 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Italac	8,90	26.700,00
100	460	Pacote	<p>Macarrão Aletria</p> <p>Características Técnicas: Macarrão com ovos. Não deverá apresentar sujidade, bolor, manchas ou fragilidade à pressão dos dedos.</p> <p>Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural de urucum e cúrcuma.</p> <p>Embalagem: deve estar intacta, acondicionado em pacotes bem vedados de 500g.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 06 meses;</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Isabela	3,80	1.748,00
102	1.000	Pacote	<p>Macarrão tipo parafuso com ovos</p> <p>Características Técnicas: Sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural urucum e cúrcuma</p> <p>Embalagem: deve estar intacta, acondicionado em pacotes bem vedados de 500g</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 06 meses;</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Joia	2,35	2.350,00
103	800	Pacote	<p>Macarrão tipo furadinho com ovos</p> <p>Características Técnicas: Sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural urucum</p> <p>Embalagem: deve estar intacta, acondicionado em pacotes bem vedados de 500g</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 06 meses;</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Joia	2,48	1.984,00
107	20	Pacote	<p>Macarrão parafuso integral</p> <p>Característica Técnicas: Macarrão parafuso feito com 100 % de farinha integral. Não deverá apresentar sujidade, bolor, mancha ou fragilidade à pressão dos dedos.</p> <p>Ingredientes: Farinha de trigo integral 100%.</p> <p>Embalagem: Embalados em pacotes de polipropileno bem vedados, intactas, com peso líquido de 500g.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 06 meses</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Galo	3,38	67,60

109	20	Unidade	<p>Maionese</p> <p>Ingredientes: ÁGUA, ÓLEO DE SOJA GENETICAMENTE MODIFICADA (Agrobacterium sp), AMIDO DE MILHO GENETICAMENTE MODIFICADO (Bacillus thuringiensis, Streptomyces viridochromogenes e/ou Agrobacterium tumefaciens), VINAGRE, SAL, GEMA DESIDRATADA, SUCO DE LIMÃO, ACIDULANTE ÁCIDO LÁCTICO, ESTABILIZANTES: GOMA XANTANA E GOMA GUAR, AROMATIZANTE, CONSERVADOR SORBATO DE POTÁSSIO, ANTIOXIDANTE TBHQ, SEQUESTRANTE EDTA E CORANTES: BETA-CAROTENO E PÁPRICA.</p> <p>Embalagem: deve estar intacta, acondicionado em embalagens bem vedados de 3kg.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 06 meses;</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	D ajuda	20,90	418,00
111	40	Unidade	<p>Maionese</p> <p>Ingredientes: Água, óleo vegetal, amido modificado de milho (geneticamente modificado a partir de Bacillus thuringiensis e/ou Streptomyces viridochromogenes e/ou Agrobacterium tumefaciens e/ou Zea mays), açúcar, ovos pasteurizados, sal, vinagre, acidulantes: ácido láctico e ácido cítrico, estabilizantes: goma guar e goma xantana, conservador sorbato de potássio, aromatizantes, sequestrante EDTA - cálcico dissódico, corante páprica e antioxidantes: BHT e BHA. Não contém glúten.</p> <p>Embalagem: acondicionada em sachê de 1kg.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 06 meses;</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Soya	9,90	396,00
112	800	Pote	<p>Margarina com sal</p> <p>Características técnicas: com no mínimo de 80% de gordura total.</p> <p>Embalagem: Embalagem de plástico, atóxico, individual, deve conter peso líquido de 500g, de polietileno leitoso e resistente, apresentando vedação adequada.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 06 meses;</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 30 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Coamo	3,70	2.960,00
115	550	Unidade	<p>Milho verde em Conserva</p> <p>Ingredientes: milho, água, e sal, sem conservantes.</p> <p>Embalagem: sachê de 200g.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 12 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Predilecta	1,90	1.045,00
116	70	Unidade	<p>Milho verde em conserva 2 kg</p> <p>Embalagem: embalagem de 2 kg. Latas sem ferrugem ou amassadas</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 12 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Predilecta	15,70	1.099,00
117	70	Pacote	<p>Milho para pipoca</p> <p>Características Técnicas: de primeira qualidade, beneficiado, polido, limpo, isento de sujidades e outras misturas de espécies,</p> <p>Embalagem: acondicionado em pacotes de 500g</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 06 meses;</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Pinduca	2,05	143,50

123	1.000	Unidade	<p>Óleo de Soja</p> <p>Ingredientes: Óleo de soja 100% natural.</p> <p>Embalagem: Deve estar intacta, em embalagens transparentes atóxicas tipo pet não apresentando amassamento ou vazamento, apresentando conteúdo de 900 ml. Óleo obtido de matéria-prima vegetal em bom estado sanitário. Deve estar isento de substâncias estranhas à sua composição e isento de impurezas à 25°C, ter aspecto límpido, cor e odor característicos.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 12 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Coamo	3,41	3.410,00
136	90	Pacote	<p>Polvilho azedo</p> <p>Características técnicas: Polvilho Azedo, de primeira qualidade.</p> <p>Embalagem: O produto deverá estar acondicionado em embalagens plásticas transparentes, sem sujidades, de 500 g, com identificação do produto e prazo de validade.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Pinduca	3,70	333,00
137	130	Quilo	<p>Pó para gelatina sabor morango</p> <p>Características Técnicas: produto diluído em água.</p> <p>Rendimento do Produto: mínimo de 5 litros. Embalagem: Caixa de papelão contendo 12 pacotes de polietileno leitoso, atóxico com 1kg cada</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo 6 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 45 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Boa safra	14,90	1.937,00
138	600	Quilo	<p>Pó para pudim com leite sabor morango</p> <p>Características Técnicas: diluído em água</p> <p>Embalagem: Caixa de papelão contendo 12 pacotes de polietileno leitoso, atóxico com 1kg cada.</p> <p>Rendimento: 1 Kg = 18,5 porções de 200ml</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 30 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Boa safra	14,80	8.880,00
139	20	Quilo	<p>Pó para pudim sem leite sabor morango</p> <p>Características Técnicas: diluído em água</p> <p>Embalagem: Caixa de papelão contendo 12 pacotes de polietileno leitoso, atóxico com 1kg cada.</p> <p>Rendimento: 1 Kg = 18,5 porções de 200ml</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 30 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Neilar	12,00	240,00
144	600	Pacote	<p>Sagú - fécula de mandioca</p> <p>Ingredientes: sagu: fécula de mandioca (formato pérola), sem adição de glúten; mistura sabor de uva: açúcar, ácido cítrico (INS330), aroma natural de uva, corante natural de clorofila (INS 140i) e corante natural de carmim (INS 120), sem adição de glúten.</p> <p>Embalagem: Polietileno leitoso ou transparente de 500 gramas.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Pinduca	3,20	1.920,00

145	350	Quilo	Sal refinado iodado Ingredientes: Sal iodado. Embalagem: Polietileno leitoso ou transparente de 1kg. Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Realta	1,20	420,00
149	180	Quilo	Mistura para o preparo de Sopa de macarrão legumes e carne Características técnicas: mistura em pó para o preparo de sopa. Embalagem: Deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 1kg, em embalagens de polietileno transparente; Rendimento: 1kg = 37 porções de 200ml Prazo de Validade: Mínimo de 06 meses. Data de Fabricação: Máximo de 30 dias.	Boa safra	14,90	2.682,00
150	180	Quilo	Mistura para o preparo de sopa canja de Galinha com legumes e ovos Características técnicas: mistura em pó para o preparo de sopa. Embalagem: Embalagem filme de poliéster, vedado etiqueta aposta, 1kg. Características: enriquecida com ferro Prazo de Validade: mín.12 meses. Data de Fabricação: máx. 60 dias.	Boa safra	14,90	2.682,00
152	80	Unidade	Vinagre de álcool Características Técnicas: Fermentado acético de álcool hidratado e água. Acidez 4%. Embalagem: Embalagem plástica contendo 900 ml. A embalagem deve estar intacta. Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Hening	1,60	128,00
Valor total R\$ 167.432,50 (cento e sessenta e sete mil quatrocentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos)						

Fundo Municipal de Assistência de Irineópolis
Papellaria São Bento Ltda – EPP

Item	Quant	Unidade	Descrição dos Alimentos	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
04	80	Quilo	Achocolatado em pó Ingredientes: Açúcar, cacau em pó, malto dextrina, amido de milho, sal refinado, aromatizantes, vitaminas (PP, B6, B2, B1, B12 e ácido fólico) e estabilizante lecitina de soja. Deve conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. Embalagem de 1.010g Prazo de Validade: mín.12 meses. Data de Fabricação: máx. 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Neilar	8,85	708,00
06	20	Pacote	Açúcar Refinado Especial Características Técnicas: Produto processado da cana-de-açúcar com moagem refinada. Não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração, misturas e peso insatisfatório; Embalagem: Deve estar intacta, acondicionada em embalagens de 5kg. Prazo de Validade: Mínimo de 12 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Certano	10,70	214,00
15	10	Caixa	Amido de milho Características técnicas: produto amiláceo extraído do milho. Deve ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isenta de matérias terrosas e parasitas. Não deverá apresentar resíduos ou impurezas, bolor ou cheiro não característico. Embalagem: Deve estar intacta, embalagem de 500g. Deve conter sua formulação, indicação para preparo, e prazo de validade. Prazo de Validade: mín 10 meses. Data de Fabricação: máx 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Neilar	3,20	32,00

17	10	Pacote	Arroz Parboilizado amarelo Tipo I Características Técnicas: Grupo: Parboilizado. Classe: Longo Fino - Tipo I. O produto não deve apresentar grãos disformes percentual de impurezas acima de 5% (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). Embalagem: Deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 5kg, em embalagens de polietileno transparente; Prazo de Validade: Mínimo de 06 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Tio loro	12,32	123,20
28	300	Pacote	Biscoito Leite Ingrediente: Farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, açúcar, amido de milho, gordura vegetal, açúcar invertido, soro de leite em pó, sal refinado, fermentos químicos: bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio e pirofosfato ácido de sódio, melhorador de farinha: metabissulfito de sódio, emulsificante lecitina de soja e aromatizante Embalagem: Deve estar intacta, pacotes de polietileno transparente (com dupla embalagem) com peso de 400g. Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Prodasa	3,70	1.110,00
29	300	Pacote	Biscoito salgado com gergelim Ingredientes: Farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, gergelim descascado tostado, açúcar invertido, sal refinado, extrato de malte, soro de leite em pó, fermentos químicos: bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio e pirofosfato ácido de sódio, melhoradores de farinha: protease e metabissulfito de sódio, emulsificante: lecitina de soja, antioxidante: tbhq e aromatizante. Embalagem: Deve estar intacta em pacotes de polietileno transparente (com dupla embalagem) com peso de 400g. Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses. Data de Fabricação: Máximo de 45 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Prodasa	4,50	1.350,00
42	10	Quilo	Canjiquinha de Milho Amarelo fina Características técnicas: Canjiquinha de milho amarela/Xerém fina. Embalagem: Acondicionada em pacotes de 1kg, livre de violações. Prazo de validade: mínimo de 10 meses Data de fabricação: máximo de 60 dias Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Agrical	2,35	23,50
44	15	Unidade	Canela em pó Características técnicas: Canela em pó Embalagem: Embalagem 30g Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto	Neilar	2,50	37,50
52	40	Pacote	CHÁ MATE NATURAL – CAIXA COM 25 SAQUINHOS	Chinês	3,40	136,00
59	05	Pacote	CRAVO – EMBALAGEM DE 10G	Neilar	3,20	16,00
60	40	Unidade	CREME DE LEITE UHT – 200 gr. Características técnicas: Teor de gordura de 17 %. Produto registrado no Ministério da Agricultura S.I.F. Embalagem: Acondicionados em embalagem Tetra Pak, peso líquido de 200 gr. Prazo de validade: mínimo de 06 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias.	Creativw	2,08	83,20
61	40	Unidade	Doce de Frutas diversos sabores Ingredientes: Polpa de fruta, açúcar, glicose de milho, conservante sorbato de potássio e ácido cítrico. Embalagem: Potes de polietileno atóxico, com peso líquido de 400G. Prazo de Validade: mínimo de 12 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Luiz alvenze	3,50	140,00

62	40	Unidade	Doce de leite pastoso Ingredientes: leite, açúcar, xarope de glicose, amido modificado, bicarbonato de sódio, citrato de sódio/estabilizante e sorbato de potássio/conservante. Embalagem: Potes de polietileno atóxico, com peso líquido de no mínimo 900 gramas. Prazo de Validade: mínimo de 12 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Encosta gauchah	9,70	388,00
64	50	Lata	ERVILHA – EM CONSERVA – 200 GR. Características técnicas: Preparado com ervilhas previamente debulhadas, envasadas, praticamente cruas, reidratadas ou pré-cozidas, imersas em líquido de cobertura apropriada, submetida a processo tecnológico adequado antes ou depois de hermeticamente fechados nos recipientes utilizados a fim de evitar sua alteração. Embalagem: Embalagem contendo 200 g. Prazo de validade: mínimo de 12 meses. Data de fabricação: máximo de 60 dias.	Predilecta	1,89	94,50
65	20	Unidade	Extrato de Tomate Características técnicas: Concentrado. O extrato de tomate deve ser preparado com frutos maduros, escolhidos, são, sem pele e sem sementes. O produto deve estar isento de fermentações. Sem aditivos e conservantes. Ingredientes: Tomate, sal e açúcar. Embalagem: embalagem sachê de 1,020gr Prazo de Validade: Mínimo de 12 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Predilecta	6,65	133,00
67	20	Pacote	Farinha de Trigo Especial Características técnicas: Farinha de trigo ESPECIAL, tipo I, de cor BRANCA, enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem: Deve estar intacta e ser resistente. Acondicionada em embalagens de 5kg. Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses. Data de Fabricação: Máximo de 45 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Auriverde	11,10	222,00
70	10	Quilo	Farinha de milho amarela biju Características técnicas: Farinha de milho em flocos amarela, granulação média, isenta de impurezas, sem sujidades e bolores, com concentração de flocos inteiros Embalagem: Acondicionadas em embalagens plastificadas de 1kg Prazo de validade: mínimo de 6 meses Data de fabricação: máximo de 45 dias Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Agrical	3,35	33,50
72	05	Quilo	Feijão preto Características técnicas: – preto Tipo I, novo, de primeira qualidade, constituído de grãos inteiros e são, sem a presença de grãos mofados e/ou carunchados. Embalagem: deve estar intacta, acondicionado em pacotes bem vedados de 1kg. Prazo de validade: mínimo de 06 meses Data de fabricação: máximo de 30 dias Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Picoli	4,10	20,50
73	20	Unidade	Fermento em Pó Químico Características técnicas: fermento químico em pó, para confecção de bolos. Isento de mofo e qualquer substância nociva. Embalagem: pote plástico em polietileno de alta densidade, com tampa de rosca em polietileno de alta densidade, contendo 250g do produto. Prazo de Validade: Mínimo de 12 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Royal	6,00	120,00

74	10	Unidade	<p>Fermento em Pó Biológico</p> <p>Características técnicas: fermento biológico, seco, instantâneo, para pão. Isento de mofo e substâncias nocivas.</p> <p>Embalagem: hermeticamente fechada (vácuo), contendo 125g em envelopes aluminizados.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 12 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Pokamaya	4,20	42,00
79	50	Pacote	<p>Flocos de milho açucarados</p> <p>Ingredientes: Milho, açúcar, amido de milho, sal, ácido ascórbico (vitamina C), niacinamida (niacina), mononitrato de tiamina (vitamina B1), riboflavina (vitamina B2), piridoxina (vitamina B6), cobalamina (vitamina B12), pantotenato de cálcio (ácido pantotênico), pirofosfato férrico (ferro), ácido fólico, sulfato de zinco (zinco), antioxidante lecitina de soja, regulador de acidez bicarbonato de sódio.</p> <p>Embalagem: Sacos de polietileno transparente de 1 kg a 2 kg. Deve apresentar embalagem e rotulagem conforme legislação</p> <p>Prazo de Validade: mínimo 6 meses.</p> <p>Data de Fabricação: máximo 30 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Good flakes	18,00	900,00
81	10	Pacote	<p>Flocos de milho pré cozido</p> <p>Características Técnicas: fubá de milho. Não deverá apresentar resíduos ou impurezas, bolor ou cheiro não característico.</p> <p>Embalagem: deve estar intacta, acondicionado em pacotes bem vedados de 500g.</p> <p>Prazo de Validade: mínimo 6 meses.</p> <p>Data de Fabricação: máximo 30 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Sinhá	1,80	18,00
85	100	Unidade	<p>GELATINA EM PÓ- DIVERSOS SABORES – 30 GR.</p> <p>Características técnicas: produto diluível em água. Colorido e aromatizado artificialmente. Não contém adoçantes artificiais.</p> <p>Embalagem: embalagem externa em caixa e interna em pacote, contendo no mínimo 30 gr.</p> <p>Prazo de validade: mínimo de 06 meses.</p> <p>Data de fabricação: máximo de 45 dias.</p>	Neilar	0,90	90,00
97	1.000	Pacote	<p>LEITE INTEGRAL UHT, HOMOGENEIZADO – 1 LITRO.</p> <p>Características técnicas: devidamente registrado no ministério da agricultura.</p> <p>Composição: Leite integral e estabilizante.</p> <p>Embalagem: Embalagem Tetra Park, capacidade de 01 litro.</p> <p>Prazo de validade: mínimo de 06 meses.</p> <p>Data de fabricação: máximo de 30 dias.</p>	Realta	2,40	2.400,00
102	10	Pacote	<p>Macarrão tipo parafuso com ovos</p> <p>Características Técnicas: Sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural urucum e cúrcuma</p> <p>Embalagem: deve estar intacta, acondicionado em pacotes bem vedados de 500g</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 06 meses;</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Joia	2,35	23,50
110	50	Unidade	<p>Maionese</p> <p>Ingredientes: Água, óleo vegetal, amido modificado de milho (geneticamente modificado a partir de Bacillus thuringiensis e/ou Streptomyces viridochromogenes e/ou Agrobacterium tumefaciens e/ou Zea mays), açúcar, ovos pasteurizados, sal, vinagre, acidulantes: ácido láctico e ácido cítrico, estabilizantes: goma guar e goma xantana, conservador sorbato de potássio, aromatizantes, sequestrante EDTA - cálcio dissódico, corante páprica e antioxidantes: BHT e BHA. Não contém glúten.</p> <p>Embalagem: acondicionada em sachê de 550g.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 06 meses;</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto</p>	Suavit	3,50	175,00

112	60	Pote	Margarina com sal Características técnicas: com no mínimo de 80% de gordura total. Embalagem: Embalagem de plástico, atóxico, individual, deve conter peso líquido de 500g, de polietileno leitoso e resistente, apresentando vedação adequada. Prazo de Validade: Mínimo de 06 meses; Data de Fabricação: Máximo de 30 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Coamo	3,70	222,00
115	50	Unidade	Milho verde em Conserva Ingredientes: milho, água, e sal, sem conservantes. Embalagem: sachê de 200g. Prazo de Validade: Mínimo de 12 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Predilecta	1,90	95,00
117	60	Pacote	Milho para pipoca Características Técnicas: de primeira qualidade, beneficiado, polido, limpo, isento de sujidades e outras misturas de espécies, Embalagem: acondicionado em pacotes de 500g Prazo de Validade: Mínimo de 06 meses; Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Pinduca	2,05	123,00
118	200	Unidade	MISTURA PARA O PREPARO DE BOLO – DIVERSOS SABORES – EMBALAGEM DE 450G	Neilar	2,60	520,00
123	50	Unidade	Óleo de Soja Ingredientes: Óleo de soja 100% natural. Embalagem: Deve estar intacta, em embalagens transparentes atóxicas tipo pet não apresentando amassamento ou vazamento, apresentando conteúdo de 900 ml. Óleo obtido de matéria-prima vegetal em bom estado sanitário. Deve estar isento de substâncias estranhas à sua composição e isento de impurezas à 25°C, ter aspecto límpido, cor e odor característicos. Prazo de Validade: Mínimo de 12 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Coamo	3,41	170,50
135	50	Unidade	PÓ PARA PUDIM – DIVERSOS SABORES – 35GR Características técnicas: produto diluído em leite. Embalagem: deve estar intacta, em pacotes de no mínimo 35 g. Prazo de validade: mínimo de 06 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias.	Neilar	1,50	75,00
144	10	Pacote	Sagú - fécula de mandioca Ingredientes: sagu: fécula de mandioca (formato pérola), sem adição de glúten; mistura sabor de uva: açúcar, ácido cítrico (INS330), aroma natural de uva, corante natural de clorofila (INS 140i) e corante natural de carmim (INS 120), sem adição de glúten. Embalagem: Polietileno leitoso ou transparente de 500 gramas. Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Pinduca	3,20	32,00
145	10	Quilo	Sal refinado iodado Ingredientes: Sal iodado. Embalagem: Polietileno leitoso ou transparente de 1kg. Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Realta	1,20	12,00
148	500	Pacote	SUCO EM PÓ – DIVERSOS SABORES – 25 GR Características técnicas: Produto não fermentado, não alcoólico, que rende 1 litro. Produto com cor, sabor e aroma característicos. Bom rendimento e qualidade. Embalagem: mínima de 25 gr em bom aspecto. Prazo de validade: mínimo de 10 meses. Data de fabricação: máximo de 60 dias.	Neilar	0,59	295,00

152	10	Unidade	Vinagre de álcool Características Técnicas: Fermentado acético de álcool hidratado e água. Acidez 4%. Embalagem: Embalagem plástica contendo 900 ml. A embalagem deve estar intacta. Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Hening	1,60	16,00
Valor total R\$ 10.193,90 (dez mil cento e noventa e três reais e noventa centavos)						

Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis
Padaria Triunfo Eireli

Item	Quant	Unidade	Descrição dos Alimentos	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
127	50	Quilo	Pão francês Embalagem: deve ser entregue em pacotes plásticos transparentes resistentes lacrados para que não haja contato externo. Peso: 50 gramas cada unidade Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Triunfo	6,50	325,00
129	500	Quilo	Pão de forma caseiro fatiado: Características técnicas: Pão com massa de farinha de trigo (enriquecida com ferro e ácido fólico), água, açúcar mascavo, aveia, gérmen de trigo, semente de linhaça, sal, óleo, fermento biológico. Deverá apresentar boa coloração e consistência macia. O pão não deverá estar amassado, de tamanho irregular, queimado ou com manchas escuras na sua parte inferior. Embalagem: Embalados em sacos de polietileno transparente, individualmente, etiquetado, com peso de 400g ou 500g. Com informações sobre o produto, procedência, informação nutricional, número do lote, data de fabricação e validade. Prazo de Validade: Máximo 05 dias. Data de Fabricação: Máximo 02 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação	Triunfo	7,75	3.875,00
130	500	Quilo	Pão de forma integral fatiado: Características técnicas: Pão com massa de farinha integral, farinha de trigo (enriquecida com ferro e ácido fólico), água, açúcar mascavo, aveia, gérmen de trigo, semente de linhaça, sal, óleo, fermento biológico. Deverá apresentar boa coloração e consistência macia. O pão não deverá estar amassado, de tamanho irregular, queimado ou com manchas escuras na sua parte inferior. Embalagem: Embalados em sacos de polietileno transparente, individualmente, etiquetado, com peso de 400g ou 500g. Com informações sobre o produto, procedência, informação nutricional, número do lote, data de fabricação e validade. Prazo de Validade: Máximo 05 dias. Data de Fabricação: Máximo 02 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação.	Triunfo	8,50	4.250,00
Valor total R\$ 8.450,00 (oito mil quatrocentos e cinquenta reais)						

Papelaria São Bento Ltda – EPP

Item	Quant	Unidade	Descrição dos Alimentos	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
06	200	Pacote	Açúcar Refinado Especial Características Técnicas: Produto processado da cana-de-açúcar com moagem refinada. Não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração, misturas e peso insatisfatório; Embalagem: Deve estar intacta, acondicionada em embalagens de 5kg. Prazo de Validade: Mínimo de 12 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Certano	10,70	2.140,00
11	800	Unidade	AGUA MINERAL SEM GÁS – 500 ML. Embalagem: embalagem plástica de 500 ml. Prazo de validade: mínimo de 10 meses. Data de fabricação: máximo de 60 dias.	Linda agua	1,05	840,00

15	200	Caixa	<p>Amido de milho</p> <p>Características técnicas: produto amiláceo extraído do milho. Deve ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isenta de matérias terrosas e parasitas. Não deverá apresentar resíduos ou impurezas, bolor ou cheiro não característico.</p> <p>Embalagem: Deve estar intacta, embalagem de 500g. Deve conter sua formulação, indicação para preparo, e prazo de validade.</p> <p>Prazo de Validade: mín 10 meses.</p> <p>Data de Fabricação: máx 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Neilar	3,20	640,00
17	800	Pacote	<p>Arroz Parboilizado amarelo Tipo I</p> <p>Características Técnicas: Grupo: Parboilizado. Classe: Longo Fino - Tipo I.</p> <p>O produto não deve apresentar grãos disformes percentual de impurezas acima de 5% (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos).</p> <p>Embalagem: Deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 5kg, em embalagens de polietileno transparente;</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 06 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Tio loro	12,32	9.856,00
19	50	Pacote	<p>Arroz integral Tipo I</p> <p>Características Técnicas: classe: longo, fino, tipo I integral. O produto não deve apresentar mofo, substâncias nocivas, preparação final dietética inadequada (empapamento).</p> <p>Embalagem: Deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 1kg, em embalagens de polietileno transparente;</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 06 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Dalon	3,30	165,00
20	200	Caixa	<p>Aveia em flocos finos</p> <p>Características técnicas: – isenta de mofo, livre de parasitas e substâncias nocivas.</p> <p>Embalagem: O produto deverá estar acondicionado em embalagens de 200 g atóxica, resistente e hermeticamente vedada.</p> <p>Prazo de validade: mín. 6 meses</p> <p>Data de fabricação: máximo 30 dias</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Neilar	2,50	500,00
28	100	Pacote	<p>Biscoito Leite</p> <p>Ingrediente: Farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, açúcar, amido de milho, gordura vegetal, açúcar invertido, soro de leite em pó, sal refinado, fermentos químicos: bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio e pirofosfato ácido de sódio, melhorador de farinha: metabissulfito de sódio, emulsificante lecitina de soja e aromatizante</p> <p>Embalagem: Deve estar intacta, pacotes de polietileno transparente (com dupla embalagem) com peso de 400g.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Prodasa	3,70	370,00
29	150	Pacote	<p>Biscoito salgado com gergelim</p> <p>Ingredientes: Farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, gergelim descascado tostado, açúcar invertido, sal refinado, extrato de malte, soro de leite em pó, fermentos químicos: bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio e pirofosfato ácido de sódio, melhoradores de farinha: protease e metabissulfito de sódio, emulsificante: lecitina de soja, antioxidante: tbhq e aromatizante.</p> <p>Embalagem: Deve estar intacta em pacotes de polietileno transparente (com dupla embalagem) com peso de 400g.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 45 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Prodasa	4,50	675,00

31	50	Pacote	<p>Biscoito maisena</p> <p>Ingredientes: Farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, açúcar, amido de milho, gordura vegetal, açúcar invertido, sal refinado, fermentos químicos: bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio e pirofosfato ácido de sódio, melhorador de farinha: metabissulfito de sódio, emulsificante lecitina de soja e aromatizante.</p> <p>Embalagem: Deve estar intacta em pacotes de polietileno transparente (com dupla embalagem) com peso de 400g.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 45 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Prodasa	3,80	190,00
40	300	Unidade	<p>Café torrado e moído com selo (tradicional)</p> <p>Características técnicas: Café torrado e moído com selo.</p> <p>Embalagem: a VÁCUO 500g</p> <p>Prazo de validade: mínimo de 10 meses</p> <p>Data de fabricação: máximo de 60 dias</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Tropeiro	7,90	2.370,00
41	50	Vidro	<p>CAFÉ SOLÚVEL GRANULADO – VIDRO DE 200 GR.</p> <p>Embalagem: Acondicionado em vidro de 200 gr.</p> <p>Prazo de validade: mínimo de 06 meses.</p> <p>Data de fabricação: máximo de 60 dias.</p>	Amigão	10,50	525,00
42	200	Quilo	<p>Canjiquinha de Milho Amarelo fina</p> <p>Características técnicas: Canjiquinha de milho amarela/Xerém fina.</p> <p>Embalagem: Acondicionada em pacotes de 1kg, livre de violações.</p> <p>Prazo de validade: mínimo de 10 meses</p> <p>Data de fabricação: máximo de 60 dias</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Agrical	2,35	470,00
43	20	Pacote	<p>Canjica de milho branca</p> <p>Características técnicas: Tipo 1, Grupo Fina, Subgrupo Branca, Classe Branca.</p> <p>Embalagem: Acondicionada em pacotes de 500g, livre de violações.</p> <p>Prazo de validade: mínimo de 10 meses</p> <p>Data de fabricação: máximo de 60 dias</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Pinduca	2,30	46,00
44	10	Unidade	<p>Canela em pó</p> <p>Características técnicas: Canela em pó</p> <p>Embalagem: Embalagem 30g</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto</p>	Neilar	2,50	25,00
51	300	Pacote	<p>Chá mate tostado</p> <p>Características: para infusão, tostado</p> <p>Embalagem: Deve estar intacta, embalagem de 500g.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 30 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Matine	4,90	1.470,00
53	100	Caixa	<p>Chá in natura sabor camomila</p> <p>Embalagem: Caixa com 10 sachês</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 30 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Neilar	2,50	250,00
54	100	Caixa	<p>CHÁ DE ERVA DOCE</p> <p>Características técnicas: frutos de erva doce, frutos de funcho. Produto com aspecto, cor aroma e sabor característicos, livre de sujidades e parasitas.</p> <p>Embalagem: caixa com 10 sachês.</p> <p>Embalagem original bem fechada e intacta com todas as informações de empacotamento e validade.</p> <p>Prazo de validade: mínimo de 06 meses.</p> <p>Data de fabricação: máximo de 30 dias.</p>	Neilar	2,50	250,00

57	10	Pacote	<p>Coco ralado:</p> <p>Característica técnica: Coco Ralado, desidratado, não acrescido de açúcar, parcialmente desidratado.</p> <p>Deve apresentar cor, cheiro e sabor característico. Ausente de sujidades, parasitas.</p> <p>Embalagem: Embalagem de 100g. Com registro no ministério da saúde, data de empacotamento e prazo de validade aparentes.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 30 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Pinduca	2,80	28,00
60	20	Unidade	<p>CREME DE LEITE UHT – 200 gr.</p> <p>Características técnicas: Teor de gordura de 17 %. Produto registrado no Ministério da Agricultura S.I.F.</p> <p>Embalagem: Acondicionados em embalagem Tetra Pak, peso líquido de 200 gr.</p> <p>Prazo de validade: mínimo de 06 meses.</p> <p>Data de fabricação: máximo de 30 dias.</p>	Creativw	2,08	41,60
61	100	Unidade	<p>Doce de Frutas diversos sabores</p> <p>Ingredientes: Polpa de fruta, açúcar, glicose de milho, conservante sorbato de potássio e ácido cítrico.</p> <p>Embalagem: Potes de polietileno atóxico, com peso líquido de 400G.</p> <p>Prazo de Validade: mínimo de 12 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Luiz alvenze	3,50	350,00
64	100	Lata	<p>ERVILHA – EM CONSERVA – 200 GR.</p> <p>Características técnicas: Preparado com ervilhas previamente debulhadas, envasadas, praticamente cruas, reidratadas ou pré-cozidas, imersas em líquido de cobertura apropriada, submetida a processo tecnológico adequado antes ou depois de hermeticamente fechados nos recipientes utilizados a fim de evitar sua alteração.</p> <p>Embalagem: Embalagem contendo 200 g.</p> <p>Prazo de validade: mínimo de 12 meses.</p> <p>Data de fabricação: máximo de 60 dias.</p>	Predilecta	1,89	189,00
66	300	Unidade	<p>Extrato de Tomate</p> <p>Características técnicas: Concentrado. O extrato de tomate deve ser preparado com frutos maduros, escolhidos, são, sem pele e sem sementes. O produto deve estar isento de fermentações. Sem aditivos e conservantes.</p> <p>Ingredientes: Tomate, sal e açúcar.</p> <p>Embalagem: embalagem sachê de 340g.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 12 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Predilecta	2,50	750,00
67	300	Pacote	<p>Farinha de Trigo Especial</p> <p>Características técnicas: Farinha de trigo ESPECIAL, tipo I, de cor BRANCA, enriquecida com ferro e ácido fólico.</p> <p>Embalagem: Deve estar intacta e ser resistente. Acondicionada em embalagens de 5kg.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 45 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Auriverde	11,10	3.330,00
69	40	Pacote	<p>Farinha de trigo integral</p> <p>Características técnicas: Farinha de trigo integral contendo no mínimo 3 g de fibra a cada 100 g.</p> <p>Embalagem: Deve estar intacta, acondicionada em pacotes bem vedados de 1 kg. Deve apresentar embalagem e rotulagem conforme legislação.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 45 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Oxford	2,60	104,00

70	60	Quilo	<p>Farinha de milho amarela biju</p> <p>Características técnicas: Farinha de milho em flocos amarela, granulação média, isenta de impurezas, sem sujidades e bolores, com concentração de flocos inteiros</p> <p>Embalagem: Acondicionadas em embalagens plastificadas de 1kg</p> <p>Prazo de validade: mínimo de 6 meses</p> <p>Data de fabricação: máximo de 45 dias</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Agrical	3,35	201,00
71	10	Pacote	<p>Farinha de trigo para quibe</p> <p>Ingredientes: Farinha de trigo para quibe</p> <p>Embalagem: Deve estar intacta, de polietileno transparente de 500 g, bem vedado 500g</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Pinduca	3,50	35,00
72	150	Quilo	<p>Feijão preto</p> <p>Características técnicas: – preto Tipo I, novo, de primeira qualidade, constituído de grãos inteiros e são, sem a presença de grãos mofados e/ou carunchados.</p> <p>Embalagem: deve estar intacta, acondicionado em pacotes bem vedados de 1kg.</p> <p>Prazo de validade: mínimo de 06 meses</p> <p>Data de fabricação: máximo de 30 dias</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Picoli	4,10	615,00
73	50	Unidade	<p>Fermento em Pó Químico</p> <p>Características técnicas: fermento químico em pó, para confecção de bolos. Isento de mofo e qualquer substância nociva.</p> <p>Embalagem: pote plástico em polietileno de alta densidade, com tampa de rosca em polietileno de alta densidade, contendo 250g do produto.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 12 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Royal	6,00	300,00
74	100	Unidade	<p>Fermento em Pó Biológico</p> <p>Características técnicas: fermento biológico, seco, instantâneo, para pão. Isento de mofo e substâncias nocivas.</p> <p>Embalagem: hermeticamente fechada (vácuo), contendo 125g em envelopes aluminizados.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 12 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Pokamaya	4,20	420,00
78	50	Quilo	<p>Fubá amarelo fino</p> <p>Embalagem: pacote plástico transparente, contendo 1kg. Com identificação do produto</p> <p>Prazo de Validade: mín 12 meses.</p> <p>Data de Fabricação: máx 60 dias</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Agrical	1,85	92,50
81	50	Pacote	<p>Flocos de milho pré cozido</p> <p>Características Técnicas: fubá de milho. Não deverá apresentar resíduos ou impurezas, bolor ou cheiro não característico.</p> <p>Embalagem: deve estar intacta, acondicionado em pacotes bem vedados de 500g.</p> <p>Prazo de Validade: mínimo 6 meses.</p> <p>Data de Fabricação: máximo 30 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Sinhá	1,80	90,00
85	100	Caixa	<p>GELATINA EM PÓ- DIVERSOS SABORES – 30 GR.</p> <p>Características técnicas: produto diluível em água. Colorido e aromatizado artificialmente. Não contém adoçantes artificiais.</p> <p>Embalagem: embalagem externa em caixa e interna em pacote, contendo no mínimo 30 gr.</p> <p>Prazo de validade: mínimo de 06 meses.</p> <p>Data de fabricação: máximo de 45 dias.</p>	Neilar	0,90	90,00

95	50	Pacote	<p>Leite em pó Integral de fabricação nacional</p> <p>Ingredientes: Leite fluido integral, vitaminas A e D e emulsificante: lecitina de soja (INS 322)</p> <p>O leite em pó deverá apresentar textura homogênea, coloração própria, preparado com matérias - primas sãs, limpas, isentas de parasitos e de qualquer substância contaminante.</p> <p>Lipídios 26% (mínimo), Índice de Solubilidade (ml)1,0 (máximo), Umidade 3,5% (máximo), Proteína total 25% (mínimo).</p> <p>Característica Organolépticas (odor, sabor e cor) próprias do produto</p> <p>Rendimento: 1Kg do produto deverá render no mínimo 8 litros de leite natural.</p> <p>Embalagem: pacotes resistentes de 400g. Deve apresentar embalagem e rotulagem conforme legislação.</p> <p>Prazo de Validade: mín 10 meses.</p> <p>Data de Fabricação: máx 45 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Italac	8,90	445,00
97	500	Pacote	<p>LEITE INTEGRAL UHT, HOMOGENEIZADO – 1 LITRO.</p> <p>Características técnicas: devidamente registrado no ministério da agricultura.</p> <p>Composição: Leite integral e estabilizante.</p> <p>Embalagem: Embalagem Tetra Park, capacidade de 01 litro.</p> <p>Prazo de validade: mínimo de 06 meses.</p> <p>Data de fabricação: máximo de 30 dias.</p>	Realta	2,40	1.200,00
100	350	Pacote	<p>Macarrão Aletria</p> <p>Características Técnicas: Macarrão com ovos. Não deverá apresentar sujidade, bolor, manchas ou fragilidade à pressão dos dedos.</p> <p>Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural de urucum e cúrcuma.</p> <p>Embalagem: deve estar intacta, acondicionado em pacotes bem vedados de 500g.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 06 meses;</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Isabela	3,80	1.330,00
102	100	Pacote	<p>Macarrão tipo parafuso com ovos</p> <p>Características Técnicas: Sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural urucum e cúrcuma</p> <p>Embalagem: deve estar intacta, acondicionado em pacotes bem vedados de 500g</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 06 meses;</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Joia	2,35	235,00
103	100	Pacote	<p>Macarrão tipo furadinho com ovos</p> <p>Características Técnicas: Sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos e corante natural urucum</p> <p>Embalagem: deve estar intacta, acondicionado em pacotes bem vedados de 500g</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 06 meses;</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Joia	2,48	248,00
107	20	Pacote	<p>Macarrão parafuso integral</p> <p>Característica Técnicas: Macarrão parafuso feito com 100 % de farinha integral. Não deverá apresentar sujidade, bolor, mancha ou fragilidade à pressão dos dedos.</p> <p>Ingredientes: Farinha de trigo integral 100%.</p> <p>Embalagem: Embalados em pacotes de polipropileno bem vedados, intactas, com peso líquido de 500g.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 06 meses</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Galo	3,38	67,60

110	40	Unidade	<p>Maionese</p> <p>Ingredientes: Água, óleo vegetal, amido modificado de milho (geneticamente modificado a partir de <i>Bacillus thuringiensis</i> e/ou <i>Streptomyces viridochromogenes</i> e/ou <i>Agrobacterium tumefaciens</i> e/ou <i>Zea mays</i>), açúcar, ovos pasteurizados, sal, vinagre, acidulantes: ácido láctico e ácido cítrico, estabilizantes: goma guar e goma xantana, conservador sorbato de potássio, aromatizantes, sequestrante EDTA - cálcico dissódico, corante páprica e antioxidantes: BHT e BHA. Não contém glúten.</p> <p>Embalagem: acondicionada em sachê de 550g.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 06 meses;</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Suavit	3,50	140,00
112	150	Pote	<p>Margarina com sal</p> <p>Características técnicas: com no mínimo de 80% de gordura total.</p> <p>Embalagem: Embalagem de plástico, atóxico, individual, deve conter peso líquido de 500g, de polietileno leitoso e resistente, apresentando vedação adequada.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 06 meses;</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 30 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Coamo	3,70	555,00
115	50	Unidade	<p>Milho verde em Conserva</p> <p>Ingredientes: milho, água, e sal, sem conservantes.</p> <p>Embalagem: sachê de 200g.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 12 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Predilecta	1,90	95,00
123	150	Unidade	<p>Óleo de Soja</p> <p>Ingredientes: Óleo de soja 100% natural.</p> <p>Embalagem: Deve estar intacta, em embalagens transparentes atóxicas tipo pet não apresentando amassamento ou vazamento, apresentando conteúdo de 900 ml. Óleo obtido de matéria-prima vegetal em bom estado sanitário. Deve estar isento de substâncias estranhas à sua composição e isento de impurezas à 25°C, ter aspecto límpido, cor e odor característicos.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 12 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Coamo	3,41	511,50
124	20	Frasco	<p>ÓLEO DE GIRASSOL - 900 ML.</p> <p>Embalagem: Deve estar intacto, em embalagem transparente, atóxica, tipo pet, não apresentando amassamento ou vazamento, com conteúdo de 900 ml.</p> <p>Prazo de validade: Mínimo de 12 meses.</p> <p>Data de fabricação: máximo de 60 dias.</p>	Suavit	7,10	142,00
135	150	Unidade	<p>PÓ PARA PUDIM – DIVERSOS SABORES – 35GR</p> <p>Características técnicas: produto diluído em leite.</p> <p>Embalagem: deve estar intacta, em pacotes de no mínimo 35 g.</p> <p>Prazo de validade: mínimo de 06 meses.</p> <p>Data de fabricação: máximo de 30 dias.</p>	Neilar	1,50	225,00
136	20	Pacote	<p>Polvilho azedo</p> <p>Características técnicas: Polvilho Azedo, de primeira qualidade.</p> <p>Embalagem: O produto deverá estar acondicionado em embalagens plásticas transparentes, sem sujidades, de 500 g, com identificação do produto e prazo de validade.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Pinduca	3,70	74,00
144	20	Pacote	<p>Sagú - fécula de mandioca</p> <p>Ingredientes: sagu: fécula de mandioca (formato pérola), sem adição de glúten; mistura sabor de uva: açúcar, ácido cítrico (INS330), aroma natural de uva, corante natural de clorofila (INS 140i) e corante natural de carmim (INS 120), sem adição de glúten.</p> <p>Embalagem: Polietileno leitoso ou transparente de 500 gramas.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênicas-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Pinduca	3,20	64,00

145	50	Quilo	Sal refinado iodado Ingredientes: Sal iodado. Embalagem: Polietileno leitoso ou transparente de 1kg. Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Realta	1,20	60,00
152	20	Unidade	Vinagre de álcool Características Técnicas: Fermentado acético de álcool hidratado e água. Acidez 4%. Embalagem: Embalagem plástica contendo 900 ml. A embalagem deve estar intacta. Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Hening	1,60	32,00
Valor total R\$ 32.842,20 (trinta e dois mil oitocentos e quarenta e dois reais e vinte centavos)						

Irineópolis 03 de julho de 2020.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

ATA RP PROC 41/2019 PM/FMS/FMAS;HMBJ

Publicação Nº 2551302

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº 41/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2019
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 41/2019, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 25/2019, a Sra. Andressa Bendlin - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Cristiano Back, Sra. Cassiana Lais Brand e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 440/2019; Sr. Luiz Amarildo Mueller representante da empresa Maxima Atacadista Eireli - ME, Sr. Clemente Jackiw representante da empresa Jackiw Atacadista de Alimentos Eireli, Sr. Charles Gilson Ritzmann representante da empresa Papelaria São Bento Ltda EPP, Sr. Everson Jose Da Silva representante da empresa Muller Produtos para Saude Eireli, Sr. Rafael de Lara representante da empresa Parana Foods Comercio Eireli Epp, Sr. Alexandre Costa Odachowski representante da empresa Julian Odachowski e Filhos Ltda e Sr. Luis Kaminski representante da empresa Luis Kaminski. O representante da empresa Rioflex Comercio Equipamentos para Escritorio Ltda deixou seus envelopes na recepção da prefeitura. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento do interessado na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento da proposta, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise da Proposta, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Julian Odachowski e Filhos Ltda, Jackiw Atacadista de Alimentos Eireli, Papelaria São Bento Ltda EPP, Parana Foods Comercio Eireli Epp, Maxima Atacadista Eireli - ME, Luis Kaminski, Muller Produtos para Saude Eireli seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. A empresa Rioflex Comercio Equipamentos para Escritorio Ltda foi desclassificada na proposta de preços por não atender o item 5 subitem 5.1 alínea "a" por não conter a assinatura do representante da empresa na proposta. A abertura do presente certame ocorreu as 09:00 horas, porém com a importação dos itens através do sistema betha compras, houve um problema, o qual desclassificou todas as empresas. Foi entrado em contato com o Suporte técnico da Betha Sistemas o qual tentou resolver o ocorrido na hora, porém não obteve sucesso. Foi Pausada a reunião, marcando seu início para as 13:00 horas, no mesmo dia e local. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento da proposta, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentos de Habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 41/2019, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 25/2019, a Sra. Andressa Bendlin - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Cristiano Back, Sra. Cassiana Lais Brand e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 440/2019; Sr. Luiz Amarildo Mueller representante da empresa Maxima Atacadista Eireli - ME, Sr. Clemente Jackiw representante da empresa Jackiw Atacadista de Alimentos Eireli, Sr. Charles Gilson Ritzmann representante da empresa Papelaria São Bento Ltda EPP, Sr. Everson Jose Da Silva representante da empresa Muller Produtos para Saude Eireli, Sr. Rafael de Lara representante da empresa Parana Foods Comercio Eireli Epp, Sr. Alexandre Costa Odachowski representante da empresa Julian Odachowski e Filhos Ltda e Sr. Luis Kaminski representante da empresa Luis Kaminski. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Julian Odachowski e Filhos Ltda, Jackiw Atacadista de Alimentos Eireli, Papelaria São Bento Ltda EPP, Parana Foods Comercio Eireli Epp, Maxima Atacadista Eireli - ME, Luis Kaminski, Muller Produtos para Saude Eireli e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. Os representantes das empresas não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Prefeitura Municipal de Irineópolis
Jackiw Atacadista de Alimentos Eireli

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
37	150	Galão	Detergente líquido para louça. Características técnicas: composto de tensoativos aniônicos, sequestrante, conservantes, espessante, corante, fragrância e água. Componente Ativo: linear Alquil benzeno sulfonato de sódio. Contém tensoativo biodegradável. Aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres e painéis, aroma neutro ou limão (de acordo com solicitação). Embalagem plástica de 5 litros.	IMPERIAL	8,80	1.320,00
42	175	Unidade	Esponja de aço inoxidável com 8 gramas, Produto fabricado em aço inox com fio 0,10mm. Não enferruja, não solta fuligens. Produto especial para brilho em louças de alumínio.	ESPONGIL	1,60	280,00
60	50	Unidade	Limpa alumínio, embalagem com 01 litro	LIMPS	5,90	295,00
64	20	Unidade	Lixeira com pedal em polipropileno cor branca, capacidade de 50 litros	PLASTI-BRASIL	67,00	1.340,00
72	210	Pacote	Maço de fósforo com 10 caixas com 40 palitos	SABIA	2,45	514,50
73	1.700	Frasco	Multi Uso com 500 ml, Fragrâncias: lavanda, talco, eucalipto ou floral (a fragrância será escolhida no momento da solicitação);	IMPERIAL	1,69	2.873,00
112	80	Unidade	Rodo duplo 40 cm, composição: pigmento e matéria sintética. Borracha EVA	LOCA-TELLI	4,58	366,40
113	40	Unidade	Rodo passa cera de espuma amarela com cabo	LOCA-TELLI	4,99	199,60
117	110	Pacote	Sabão em barra com glicerina neutro, aspecto físico sólido - pacote contendo 5 unidades de 200 gramas cada	ASSIM	4,34	477,40
119	200	Unidade	Sabonete glicerinado 40gr	LUX	2,75	550,00
138	10	Unidade	Vassoura nylon 30 cm, cerda média, com cabo de madeira;	LOCA-TELLI	4,85	48,50

VALOR TOTAL R\$ 8.264,40 (oito mil duzentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos)

Julian Odachowski & Filhos Ltda

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
16	30	Par	Bota de PVC, diversos tamanhos	Pega fort	27,00	810,00
19	40	Lata	Cera em pasta para madeira, incolor, embalagem de 400g;	Zavaski	8,20	328,00
20	20	Lata	Cera em pasta para madeira, incolor, embalagem de 3,8kg;	Zavaski	69,00	1.380,00
22	30	Unidade	Cera acrílica para piso, embalagem de 02 litros	Gioca	25,00	750,00
25	600	Unidade	Colher de mesa/sopa para alimentos, em aço inox;	Martinox	2,50	1.500,00
27	300	Unidade	Colher para sobremesa, em aço inox;	Martinox	1,97	591,00
39	35	Unidade	Escova oval de mão plástica	Columbina	1,99	69,65
43	300	Unidade	Faca de mesa em aço inox	Barriquelo	2,79	837,00
44	30	Rolo	Filme PVC para alimentos 28cm x 30m.	Star	3,63	108,90
45	70	Un	Filtro permanente para café nº 105, composição aro 100% polipropileno, tela 100% poliéster.	Coafacil	2,48	173,60
51	600	Unidade	Garfo em aço inox	Martinox	2,48	1.488,00
58	50	Pacote	Lenço umedecido infantil pct com 300 unidades	Feirinha	6,15	307,50
70	300	Par	Luva Nitrílica tamanhos P, M e G	Volk	4,19	1.257,00
75	50	Frasco	Odorizador de ar 360ml	D'line	6,08	304,00
89	30	Lata	Pasta cristal rosa embalagem com 500gr	Sani bril	2,90	87,00
93	200	Unidade	Pedra sanitária 40gr	Sani bril	1,08	216,00
105	600	Unidade	Prato fundo de vidro temperado com no mínimo 22 cm de diâmetro	Disma	3,92	2.352,00
110	130	Rolo	Plástico para alimentos de 7kg com 100 unidades	Gioca	5,49	713,70
115	60	Unidade	Rodo grande de madeira de boa qualidade com 60 cm de largura com 2 borrachas	Columbina	6,30	378,00
116	30	Unidade	Rodo grande de madeira de boa qualidade com 80 cm de largura com 2 borrachas	Columbina	10,90	327,00
133	60	Unidade	Toalha de rosto 100% algodão, medidas mínimas 49x80cm	Beira rio	4,49	269,40
139	10	Unidade	Vassoura cerda de pelo sintético, 30 cm, com cabo de madeira	Columbina	5,60	56,00

Valor total R\$ 14.303,75 (quatorze mil trezentos e três reais e setenta e cinco centavos)

Luis Kaminski – ME

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
121	130	Pacote	Saco p/ lixo capacidade 15 litros/3kg, super resistente cor preta, pacote com 100 unidades, dimensões mínimas 39 x 58 cm.	Ultra pack	6,38	829,40

Valor total R\$ 829,40 (oitocentos e vinte e nove reais e quarenta centavos)

Maxima Atacadista Eireli

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
14	65	Unidade	Balde plástico reforçado, com alça de metal, capacidade 15 litros.	Arq plast	4,00	260,00
23	20	Frasco	Cera líquida 05 litros preparado a base de emulsão de polietileno, resina termoplástica, plastificante, resina acrílica, coadjuvante, solvente, conservantes, atenuador de espuma, corante e fragrância	Verdesan	22,00	440,00
29	06	Unidade	Conjunto com 4 lixeiras seletivas (papel, plástico, metal e orgânico), com no mínimo 50 litros cada para coleta seletiva em polipropileno com tampa vai e vem, com suporte para fixação das lixeiras em aço carbono contra corrosão	Plasvale	660,00	3.960,00
35	190	Galão	Desinfetante: Cloreto de Didecil Dimetil Amônio / Cloreto de Alquil Amido Propil Dimetil Benzil Amônio, nonilfenol etoxilado, essência, corante e água. Componente Ativo: Cloreto de Didecil Dimetil Amônio / Cloreto de Alquil Amido Propil Dimetil Benzil Amônio a 0.28%. Aroma lavanda/floral, embalagem com 5 litros.	Cheiros do vale	5,66	1.075,40
38	60	Unidade	Escova para vaso sanitário, cabo plástico e cerdas sintéticas, com suporte.	Nina	3,00	180,00
41	170	Pacote	Esponja de lã de aço- pacotes com 8 unidades 100 % ecológico	Vega	1,00	170,00
50	20	Unidade	Flanela para limpeza com no mínimo 30 x 40 cm	Martins	0,99	19,80
61	430	Frasco	Limpa vidros – embalagem com 500 ml	Da ilha	1,99	855,70
65	30	Unidade	Lixeira com pedal em polipropileno cor branca, capacidade de 30 litros	Plasutil	52,00	1.560,00
66	15	Unidade	Lixeira com tampa em polipropileno cor cinza capacidade de 100 litros	Arq plast	75,00	1.125,00
76	55	Unidade	Pá de lixo plástica	Arq plast	1,45	79,75
81	150	Unidade	Pano para limpeza multiuso 35 x 29 cm	Martins	1,50	225,00
87	20	Pacote	Papel toalha branco com 02 rolos com 60 toalhas 22x20cm	Sorela	2,94	58,80
88	2.800	Pacote	Papel toalha branca, interfolhas, 100% de fibras celulósicas, tamanho 20x21cm, 2 dobras, pacote com no mínimo 1.000 folhas	Passione eco	6,68	18.704,00
96	40	Unidade	Pote plástico retangular com tampa com 8 litros	Plasc	15,40	616,00
97	50	Unidade	Pote plástico retangular com tampa com 5 litros	Plasc	8,50	425,00
98	50	Unidade	Pote plástico com tampa com 3 litros	Plasc	5,00	250,00
99	50	Unidade	Pote plástico com tampa com 2 litros	Plasc	3,80	190,00
100	50	Unidade	Pote plástico com tampa com 1,5 litros	Plasc	3,50	175,00
101	50	Unidade	Pote plástico com tampa com 1 litro	Plasc	3,50	175,00
109	130	Rolo	Plástico para alimentos 5kg com 100 unidades	Megamil	3,70	481,00
126	110	Pacote	Saco p/ lixo capacidade 150 litros, super resistente cor preta, pacote com 100 unidades, dimensões mínimas 90 x 105 cm	Ideal	46,00	5.060,00
129	670	Frasco	Saponáceo líquido embalagem de 300g	Perfect clean	2,10	1.407,00
Valor total R\$ 37.492,45 (trinta e sete mil quatrocentos e noventa e dois reais e quarenta e cinco centavos)						

Muller Produtos para Saúde Eireli

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
86	140	Rolo	Papel Lençol Branco – Rolo – 70 cm x 50 metros	Elite	7,46	1.044,40
Valor total R\$ 1.044,40 (um mil e quarenta e quatro reais e quarenta centavos)						

Papellaria São Bento Ltda – EPP

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
03	300	Frasco	Água mineral com 500 ml	Fort life	0,95	285,00
04	1.640	Litro	Água sanitária, Hipoclorito de Sódio e água. Teor de cloro ativo:2,0% A 2,5% P/P. Princípio ativo: Hipoclorito de sódio. Produto a base de cloro, frasco de 1 litro	Sawaski	1,35	2.214,00
05	120	Galão	Água sanitária, hipoclorito de sódio e água. teor de cloro ativo:2,0% a 2,5% p/p. princípio ativo: hipoclorito de sódio. produto a base de cloro, embalagem com 5 litros	Verdesan	5,39	646,80
18	600	Unidade	Caneco de vidro com 300ml;	Nadir	5,20	3.120,00
34	1.320	Frasco	Desinfetante: Cloreto de Didecil Dimetil Amônio / Cloreto de Alquil Amido Propil Dimetil Benzil Amônio, nonilfenol etoxilado, essência, corante e água. Componente Ativo: Cloreto de Didecil Dimetil Amônio / Cloreto de Alquil Amido Propil Dimetil Benzil Amônio a 0.28%. Aroma lavanda/floral, embalagem de 2 litros.	Verdesan	2,75	3.630,00
36	1.750	Frasco	Detergente líquido para louça Características técnicas: composto de tensoativos aniônicos, sequestrante, conservantes, espessante, corante, fragrância e água. Componente Ativo: linear Alquil benzeno sulfonato de sódio. Contém tensoativo biodegradável. Aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres e panelas, aroma neutro. Embalagem: Deve estar acondicionado em embalagem plástica de 500ml.	Zawaski	1,10	1.925,00

40	1.840	Unidade	Esponja dupla-face multi-uso Esponja dupla-face multi-uso, 100x71x20mm, bicolor: lado verde de fibra abrasiva para limpeza mais difícil e lado amarelo de esponja macia para limpeza mais delicada.	Bettamin	0,64	1.177,60
47	40	Pacote	Fralda descartável tam M com no mínimo 44 unidades	Mili	22,00	880,00
48	40	Pacote	Fralda descartável tam G com no mínimo 39 unidades	Mili	22,00	880,00
49	40	Pacote	Fralda descartável tam GG com no mínimo 32 unidades	Mili	22,00	880,00
59	30	Unidade	Limpa alumínio, embalagem com 05 litros	Verdesan	18,50	555,00
67	06	Unidade	Lixeira com tampa em polipropileno cor cinza capacidade de 150 litros	Argplast	162,00	972,00
68	04	Unidade	Lixeira com tampa em polipropileno cor cinza capacidade de 200 litros	Argplast	330,00	1.320,00
69	220	Par	Luva Multiuso de Latex, com palma antiderrapante, forrada com flocos de algodão, cor amarela tamanho P, M e G	Volk	1,93	424,60
71	100	Caixa	Luva de procedimento vinil, COM AMIDO DE MILHO, não estéril. Produto confeccionado a base de resina sintética de vinil, grau alimentício, descartável, ambidestras, hipoalergênicas. Isenta de soldas possibilita conforto, sensibilidade tátil e flexibilidade e permite proteção no contato com respingos de produtos químicos. Pulverizadas internamente com amido de milho. Caixa com 100 unidades	Volk	13,30	1.330,00
74	170	Galão	Multi uso 5 litros, composição: ácido dodecil benzeno sulfônico, tripolifosfato de sódio, acetato de butil glicol, essência, corante, hidróxido de sódio 50% e isotiazolinona. Fragrâncias: lavanda, talco, eucalipto ou floral (a fragrância será escolhida no momento da solicitação);	Verdesan	9,65	1.640,50
80	470	Unidade	Pano de prato em tecido branco, encorpado e absorvente, 100% algodão, tam. mínimo 70cmx 50cm	Martins	2,59	1.217,30
82	20	Rolo	Papel alumínio 45cm x 7,5m	Sabensul	3,98	79,60
114	360	Unidade	Rodo de espuma 25 cm com fibra abrasiva cor verde cabo e estrutura do rodo em madeira, espuma de alta densidade grossa	Colombina	6,28	2.260,80
120	150	Galão	Sabonete líquido, aspecto líquido físico, aroma erva-doce, acidez neutro-PH, aplicação toucador. Galão de 5 litros.	Verdesan	11,45	1.717,50
122	130	Pacote	Saco p/ lixo capacidade 30 litros/6kg, super resistente cor preta, pacote com 100 unidades, dimensões mínimas 59 x 62 cm.	Nekplast	8,09	1.051,70
123	170	Pacote	Saco p/ lixo capacidade 50 litros/10kg, super resistente cor preta, pacote com 100 unidades, dimensões mínimas 63 x 80 cm.	Nekplast	10,50	1.785,00
125	220	Pacote	Saco p/ lixo capacidade 100 litros/20kg, super resistente cor preta, pacote com 100 unidades, dimensões mínimas 75 x 105 cm.	Nekplast	30,89	6.795,80
127	15	Pacote	Saco p/ lixo capacidade 200 litros, super resistente cor preta, pacote com 100 unidades, dimensões mínimas 90 x 120 cm	Nekplast	57,50	862,50
128	550	Unidade	Saco - Pano de chão alvejado 100% algodão, encorpado e absorvente, - medidas mínimas comprimento 83cm e largura 60cm	Martins	4,38	2.409,00
135	40	Pacote	Touca descartável de TNT cor branca resistente com 2 elásticos pacote com 100 unidades	Volk	6,14	245,60
137	180	Unidade	Vassoura com cerdas piaçava sintética plumada, cabo de madeira ou metal resistente, altura mínima 1,40 m, largura mínima 5 cm, profundidade mínima 23 cm, de excelente qualidade	Colombina	5,19	934,20
Valor total R\$ 41.239,50 (quarenta e um mil duzentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos)						

Paraná Foods Comércio Eireli

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
06	1.110	Litro	Álcool etílico hidratado 46,2% embalagem 1 litro	Itaja	3,47	3.851,70
10	200	Frasco	Amaciante de roupas com 02 litros	Brilhasul	3,37	674,00
30	350	Pacote	Copo descartável de plástico resistente para água, capacidade 200 ml - Pacote com 100 unidades.	Copobel	2,58	903,00
83	470	Fardo	Papel higiênico - embalagem com 64 rolos de 60 metros	Guipel	44,95	21.126,50
118	450	Pacote	Sabão em pó: Composição: Tensoativo aniônico, Tamponantes Coadjuvante, Branqueador Óptico, corantes, Alvejante, fragrância. Contém Alquil benzeno sulfonatode sódio. embalagem de 1Kg	Breeze	3,55	1.597,50
Valor total R\$ 28.152,70 (vinte e oito mil cento e cinquenta e dois reais e setenta centavos)						

Fundo Municipal de Assistência de Irineópolis

Jackiw Atacadista de Alimentos Eireli

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
72	20	Pacote	Maço de fósforo com 10 caixas com 40 palitos	SABIA	2,45	49,00
73	100	Frasco	Multi Uso com 500 ml, Fragrâncias: lavanda, talco, eucalipto ou floral (a fragrância será escolhida no momento da solicitação);	IMPERIAL	1,69	169,00

104	100	Unidade	Prato descartável – grande 25,8cm – pacote com 10 unidades	Divina mesa	4,75	475,00
112	10	Unidade	Rodo duplo 40 cm, composição: pigmento e matéria sintética. Borracha EVA	LOCATELLI	4,58	45,80
117	30	Pacote	Sabão em barra com glicerina neutro, aspecto físico sólido - pacote contendo 5 unidades de 200 gramas cada	ASSIM	4,34	130,20
138	10	Unidade	Vassoura nylon 30 cm, cerda média, com cabo de madeira;	LOCATELLI	4,85	48,50
VALOR TOTAL R\$ 917,50 (novecentos e dezessete reais e cinquenta centavos)						

Julian Odachowski & Filhos Ltda

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
24	20	Frasco	Cera líquida incolor 750ml.	Zavaski	2,94	58,80
39	10	Unidade	Escova oval de mão plástica	Columbina	1,99	19,90
54	100	Pacote	Guardanapo grande, tamanho mínimo de 30cm X 30cm – embalagem com 50 unidades	Class	1,57	157,00
55	100	pacote	Guardanapo pequeno – tamanho mínimo de 22cm X 22cm - embalagem com 50 unidades	Class	0,93	93,00
75	05	Frasco	Odorizador de ar 360ml	D line	6,08	30,40
78	50	Pct	Palito para churrasco - embalagem com 50 unidades	Gaboardi	1,78	89,00
102	100	Unidade	Prato descartável – pequeno 15cm – pacote com 10 unidades	Mina plast	0,69	69,00
103	100	Unidade	Prato descartável – médio 21cm - pacote com 10 unidades	Mina plast	1,45	145,00
Valor total R\$ 662,10 (seiscentos e sessenta e dois reais e dez centavos)						

Luis Kaminski – ME

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
31	500	Pacote	Copo descartável de plástico resistente para água, capacidade 180 ml - Pacote com 100 unidades	Rosso	2,15	1.075,00
111	40	Unidade	Refil álcool gel antisséptico, embalagem com 800 ml (para uso em dispenser saboneteira)	Premisse	7,95	318,00
Valor total R\$ 1.393,00 (um mil trezentos e noventa e três reais)						

Maxima Atacadista Eireli

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
09	10	Frasco	Alvejante sem cloro, embalagem de 02 litros	Cheiros do vale	5,60	56,00
14	10	Unidade	Balde plástico reforçado, com alça de metal, capacidade 15 litros.	Arq plast	4,00	40,00
38	10	Unidade	Escova para vaso sanitário, cabo plástico e cerdas sintéticas, com suporte.	Nina	3,00	30,00
41	20	Pacote	Esponja de lã de aço- pacotes com 8 unidades 100 % ecológico	Vega	1,00	20,00
61	20	Frasco	Limpa vidros – embalagem com 500 ml	Da ilha	1,99	39,80
87	50	Pacote	Papel toalha branco com 02 rolos com 60 toalhas 22x20cm	Sorela	2,94	147,00
88	100	Pacote	Papel toalha branca, interfolhas, 100% de fibras celulósicas, tamanho 20x21cm, 2 dobras, pacote com no mínimo 1.000 folhas	Passione eco	6,68	668,00
92	100	Pacote	Pacote de papel branco para pipoca, embalagem com 50 unidades, tamanho mínimo 11 cm x 15 cm cada saco	Plasc	15,40	300,00
109	50	Rolo	Plástico para alimentos 5kg com 100 unidades	Megamil	3,70	185,00
126	50	Pacote	Saco p/ lixo capacidade 150 litros, super resistente cor preta, pacote com 100 unidades, dimensões mínimas 90 x 105 cm	Ideal	46,00	2.300,00
129	30	Frasco	Saponáceo líquido embalagem de 300g	Perfect clean	2,10	63,00
Valor total R\$ 3.848,80 (três mil oitocentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos)						

Papelaria São Bento Ltda – EPP

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
04	40	Litro	Água sanitária, Hipoclorito de Sódio e água. Teor de cloro ativo:2,0% A 2,5% P/P. Princípio ativo: Hipoclorito de sódio. Produto a base de cloro, frasco de 1 litro	Sawaski	1,35	54,00
28	100	Unidade	Colher plástica descartável – pequena – pacote com 50 unidades	Straplast	2,18	218,00
33	100	Frasco	Desinfetante: Cloreto de Didecil Dimetil Amônio / Cloreto de Alquil Amido Propil Dimetil Benzil Amônio, nonilfenol etoxilado, essência, corante e água. Componente Ativo: Cloreto de Didecil Dimetil Amônio / Cloreto de Alquil Amido Propil Dimetil Benzil Amônio a 0.28%. Aroma lavanda/floral, embalagem de 500 ml.	Zawaski	1,60	160,00

36	50	Frasco	Detergente líquido para louça Características técnicas: composto de tensoativos aniônicos, sequestrante, conservantes, espessante, corante, fragrância e água. Componente Ativo: linear Alquil benzeno sulfonato de sódio. Contém tensoativo biodegradável. Aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres e panelas, aroma neutro. Embalagem: Deve estar acondicionado em embalagem plástica de 500ml.	Zawaski	1,10	55,00
40	50	Unidade	Esponja dupla-face multi-uso Esponja dupla-face multi-uso, 100x71x20mm, bicolor: lado verde de fibra abrasiva para limpeza mais difícil e lado amarelo de esponja macia para limpeza mais delicada.	Bettamin	0,64	32,00
52	100	Unidade	Garfo plástico descartável – pequeno – embalagem com 50 unidades	Straplast	2,24	224,00
69	50	Par	Luva Multiuso de Latex, com palma antiderrapante, forrada com flocos de algodão, cor amarela tamanho P, M e G	Volk	1,93	96,50
79	50	Pct	Palito para picole – embalagem com 100 unidades	Gaboardo	3,00	150,00
91	100	Pacote	Pacote plástico para cachorro quente, embalagem com 50 unidades, tamanho mínimo 22cm x 12cm cada pacote	Bompack	3,43	343,00
120	10	Galão	Sabonete líquido, aspecto líquido físico, aroma erva-doce, acidez neutro-PH, aplicação toucador. Galão de 5 litros.	Verdesan	11,45	114,50
122	60	Pacote	Saco p/ lixo capacidade 30 litros/6kg, super resistente cor preta, pacote com 100 unidades, dimensões mínimas 59 x 62 cm.	Nekplast	8,09	485,40
123	50	Pacote	Saco p/ lixo capacidade 50 litros/10kg, super resistente cor preta, pacote com 100 unidades, dimensões mínimas 63 x 80 cm.	Nekplast	10,50	525,00
125	50	Pacote	Saco p/ lixo capacidade 100 litros/20kg, super resistente cor preta, pacote com 100 unidades, dimensões mínimas 75 x 105 cm.	Nekplast	30,89	1.544,50
128	50	Unidade	Saco - Pano de chão alvejado 100% algodão, encorpado e absorvente, – medidas mínimas comprimento 83cm e largura 60cm	Martins	4,38	219,00
130	10	Frasco	Saponáceo em pó, embalagem com 300 g	Perfect clean	1,62	16,20
Valor total R\$ 4.237,10 (quatro mil duzentos e trinta e sete reais e dez centavos)						

Paraná Foods Comércio Eireli

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
06	40	Litro	Álcool etílico hidratado 46,2% embalagem 1 litro	Itaja	3,47	138,80
08	40	Frasco	Álcool gel, embalagem 500g;	Itaja	3,95	158,00
30	500	Pacote	Copo descartável de plástico resistente para água, capacidade 200 ml - Pacote com 100 unidades.	Co-pobel	2,58	1.290,00
85	120	Fardo	Papel higiênico, embalagem com 12 rolos de 60 metros	Guipel	8,95	1.074,00
118	50	Pacote	Sabão em pó: Composição: Tensoativo aniônico, Tamponantes Coadjuvante, Branqueador Óptico, corantes, Alvejante, fragrância. Contém Alquil benzeno sulfonato de sódio. embalagem de 1Kg	Breeze	3,55	177,50
Valor total R\$ 2.838,30 (dois mil oitocentos e trinta e oito reais e trinta centavos)						

Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Jackiw Atacadista de Alimentos Eireli

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
02	20	Tubo	Adesivo instantâneo universal 3gr	Super bonder	2,50	50,00
37	10	Galão	Detergente líquido para louça. Características técnicas: composto de tensoativos aniônicos, sequestrante, conservantes, espessante, corante, fragrância e água. Componente Ativo: linear Alquil benzeno sulfonato de sódio. Contém tensoativo biodegradável. Aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres e panelas, aroma neutro ou limão (de acordo com solicitação). Embalagem plástica de 5 litros.	Imperial	8,80	88,00
42	20	Unidade	Esponja de aço inoxidável com 8 gramas, Produto fabricado em aço inox com fio 0,10mm. Não enferruja, não solta fuligens. Produto especial para brilho em louças de alumínio.	Espongil	1,60	32,00
112	20	Unidade	Rodo duplo 40 cm, composição: pigmento e matéria sintética. Borracha EVA	Locatelli	4,58	91,60
117	30	Pacote	Sabão em barra com glicerina neutro, aspecto físico sólido - pacote contendo 5 unidades de 200 gramas cada	Assim	4,34	130,20
138	30	Unidade	Vassoura nylon 30 cm, cerda média, com cabo de madeira;	Locatelli	4,85	145,50
Valor total R\$ 537,30 (quinhentos e trinta e sete reais e trinta centavos)						

Julian Odachowski & Filhos Ltda

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
11	10	Frasco	Amaciante de roupas floral 5 litros, composição: alcoolceto estearílico, cloreto cetil trimetil amônio, essência e isotiazolinona.	Gioca	8,36	83,60

24	20	Frasco	Cera líquida incolor 750ml.	Zavaski	2,94	58,80
32	50	Pacote	Copo descartável de plástico resistente para água, capacidade 50 ml - Pacote com 100 unidades.	Coposul	1,22	61,00
53	05	Unidade	Garrafa térmica 1 litro	Mor	16,70	83,50
56	20	Frasco	Inseticida aerossol 300ml.	D line	6,15	123,00
62	15	Galão	Limpa vidros 5 litros, composição: butil glicol, etanol, essência, corante e lauril éter sulfato de sódio.	GD	8,70	130,50
75	50	Frasco	Odorizador de ar 360ml	D line	6,08	304,00
93	280	Unidade	Pedra sanitária 40gr	Sani bril	1,08	302,40
133	30	Unidade	Toalha de rosto 100% algodão, medidas mínimas 49x80cm	Beira rio	4,49	134,70
Valor total R\$ 1.281,50 (um mil duzentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos)						

Luis Kaminski – ME

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
31	800	Pacote	Copo descartável de plástico resistente para água, capacidade 180 ml - Pacote com 100 unidades	Rosso	2,15	1.720,00
Valor total R\$ 1.720,00 (um mil setecentos e vinte reais)						

Maxima Atacadista Eireli

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
14	15	Unidade	Balde plástico reforçado, com alça de metal, capacidade 15 litros.	Arq plast	4,00	60,00
23	10	Frasco	Cera líquida 05 litros preparado a base de emulsão de polietileno, resina termoplástica, plastificante, resina acrílica, coadjuvante, solvente, conservantes, atenuador de espuma, corante e fragrância	Verdesan	22,00	220,00
41	30	Pacote	Esponja de lã de aço- pacotes com 8 unidades 100 % ecológico	Vega	1,00	30,00
61	10	Frasco	Limpa vidros – embalagem com 500 ml	Da ilha	1,99	19,90
81	20	Unidade	Pano para limpeza multiuso 35 x 29 cm	Martins	1,50	30,00
84	140	Fardo	Papel higiênico – embalagem com 12 rolos de 100 metros	BOB	15,00	2.100,00
87	40	Pacote	Papel toalha branco com 02 rolos com 60 toalhas 22x20cm	Sorela	2,94	117,60
88	600	Pacote	Papel toalha branca, interfolhas, 100% de fibras celulósicas, tamanho 20x21cm, 2 dobras, pacote com no mínimo 1.000 folhas	Passione eco	6,68	4.008,00
108	220	Rolo	Plástico para alimentos 3kg 28X28cm c/100 unidades	Megamil	2,90	638,00
109	40	Rolo	Plástico para alimentos 5kg com 100 unidades	Megamil	3,70	148,00
124	100	Pacote	Saco p/ lixo capacidade 60 litros, super resistente cor preta, pacote com 100 unidades, dimensões mínimas 65 x 85 cm.	Ideal	13,00	1.300,00
Valor total R\$ 8.671,50 (oito mil seiscentos e setenta e um reais e cinquenta centavos)						

Papellaria São Bento Ltda – EPP

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
04	200	Litro	Água sanitária, Hipoclorito de Sódio e água. Teor de cloro ativo:2,0% A 2,5% P/P. Princípio ativo: Hipoclorito de sódio. Produto a base de cloro, frasco de 1 litro	Sawaski	1,35	270,00
05	10	Galão	Água sanitária, hipoclorito de sódio e água. teor de cloro ativo:2,0% a 2,5% p/p. princípio ativo: hipoclorito de sódio. produto a base de cloro, embalagem com 5 litros	Verdesan	5,39	53,90
36	260	Frasco	Detergente líquido para louça Características técnicas: composto de tensoativos aniônicos, sequestrante, conservantes, espessante, corante, fragrância e água. Componente Ativo: linear Alquil benzeno sulfonato de sódio. Contém tensoativo biodegradável. Aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres e panelas, aroma neutro. Embalagem: Deve estar acondicionado em embalagem plástica de 500ml.	Zawaski	1,10	286,00
40	120	Unidade	Esponja dupla-face multi-uso Esponja dupla-face multi-uso, 100x71x20mm, bicolor: lado verde de fibra abrasiva para limpeza mais difícil e lado amarelo de esponja macia para limpeza mais delicada.	Bettamin	0,64	76,80
69	100	Par	Luva Multiuso de Latex, com palma antiderrapante, forrada com flocos de algodão, cor amarela tamanho P, M e G	Volk	1,93	193,00
74	10	Galão	Multi uso 5 litros, composição: acido dodecil benzeno sulfônico, tripolifosato de sódio, acetato de butil glicol, essência, corante, hidróxido de sódio 50% e isotiazolinona. Fragrâncias: lavanda, talco, eucalipto ou floral (a fragrância será escolhida no momento da solicitação);	Verdesan	9,65	96,50
80	20	Unidade	Pano de prato em tecido branco, encorpado e absorvente, 100% algodão, tam. mínimo 70cmx 50cm	Martins	2,59	51,80
114	30	Unidade	Rodo de espuma 25 cm com fibra abrasiva cor verde cabo e estrutura do rodo em madeira, espuma de alta densidade grossa	Colombina	6,28	188,40
122	100	Pacote	Saco p/ lixo capacidade 30 litros/6kg, super resistente cor preta, pacote com 100 unidades, dimensões mínimas 59 x 62 cm.	Nekplast	8,09	809,00

125	100	Pacote	Saco p/ lixo capacidade 100 litros/20kg, super resistente cor preta, pacote com 100 unidades, dimensões mínimas 75 x 105 cm.	Nekplast	30,89	3.089,00
128	100	Unidade	Saco - Pano de chão alvejado 100% algodão, encorpado e absorvente, – medidas mínimas comprimento 83cm e largura 60cm	Martins	4,38	438,00
Valor total R\$ 5.552,40 (cinco mil quinhentos e cinquenta e dois reais e quarenta centavos)						

Paraná Foods Comércio Eireli

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
10	30	Frasco	Amaciante de roupas com 02 litros	Brilhasul	3,37	101,10
118	70	Pacote	Sabão em pó: Composição: Tensoativo aniônico, Tamponantes Coadjuvante, Branqueador Óptico, corantes, Alvejante, fragrância. Contém Alquil benzeno sulfonatode sódio. embalagem de 1Kg	Breeze	3,55	248,50
Valor total R\$ 349,60 (trezentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos)						

Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis
Jackiw Atacadista de Alimentos Eireli

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
13	12	Unidade	Aparelho elétrico para insetos	Mat inset	10,70	128,40
42	20	Unidade	Esponja de aço inoxidável com 8 gramas, Produto fabricado em aço inox com fio 0,10mm. Não enferruja, não solta fuligens. Produto especial para brilho em louças de alumínio.	Espongil	1,60	32,00
72	30	Pacote	Maço de fósforo com 10 caixas com 40 palitos	Sabia	2,45	73,50
117	10	Pacote	Sabão em barra com glicerina neutro, aspecto físico sólido - pacote contendo 5 unidades de 200 gramas cada	Assim	4,34	43,40
131	12	Frasco	Shampoo neutro – embalagem com 350ml	Palmolive	5,80	69,60
132	10	Frasco	Shampoo neutro infantil – embalagem com 200ml	Johnsons	9,68	96,80
140	10	Unidade	Xicara em porcelana, capacidade para 200ml.	Docesar	8,90	89,00
Valor total R\$ 532,70 (quinhentos e trinta e dois reais e setenta e setenta centavos)						

Julian Odachowski & Filhos Ltda

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	12	Pacote	Absorvente higiênico – pct com 08 unidades	Mulher ativa	1,53	18,36
12	800	Unidade	Aparelho de barbear 02 lâminas revestidas de cromo e platina com cabo deslizante	Bic	1,15	920,00
15	05	Par	Bota de borracha, cor branca, diversos tamanhos	Pega fort	29,40	147,00
17	10	Par	Botina – diversos tamanhos	Rogil	37,00	370,00
21	20	Unidade	Copo de vidro com capacidade para 300 ml	Nadir	2,50	50,00
25	25	Unidade	Colher de mesa/sopa para alimentos, em aço inox;	Martinox	2,50	62,50
26	30	Unidade	Colher para café, em aço inox;	Martinox	2,29	68,70
32	150	Pacote	Copo descartável de plástico resistente para água, capacidade 50 ml - Pacote com 100 unidades.	Coposul	1,22	183,00
44	100	Rolo	Filme PVC para alimentos 28cm x 30m.	Star	3,63	363,00
51	20	Unidade	Garfo em aço inox	Martinox	2,48	49,60
56	15	Frasco	Inseticida aerossol 300ml.	D line	6,15	92,25
75	20	Frasco	Odorizador de ar 360ml	D line	6,08	121,60
90	30	Unidade	Pastilha refil inseticida para aparelho elétrico, com 12 unidades;	Mat inset	2,50	75,00
93	100	Unidade	Pedra sanitária 40gr	Sani bril	1,08	108,00
106	12	Unidade	Prendedor de roupas em madeira – com 10 unidades	Parana	0,93	11,16
110	20	Rolo	Plástico para alimentos de 7kg com 100 unidades	Gioca	5,49	109,80
133	10	Unidade	Toalha de rosto 100% algodão, medidas mínimas 49x80cm	Beira rio	4,49	44,90
134	20	Unidade	Toalha de banho 100% algodão, medidas mínimas 70x130cm	Beira rio	11,90	238,00
Valor total R\$ 3.032,87 (três mil trinta e dois reais e oitenta e sete centavos)						

Luis Kaminski – ME

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
31	300	Pacote	Copo descartável de plástico resistente para água, capacidade 180 ml - Pacote com 100 unidades	Rosso	2,15	645,00
111	60	Unidade	Refil álcool gel antisséptico, embalagem com 800 ml (para uso em dispenser saboneteira)	Premisse	7,95	477,00
Valor total R\$ 1.122,00 (um mil cento e vinte e dois reais)						

Maxima Atacadista Eireli



Item	Qtd	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
38	20	Unidade	Escova para vaso sanitário, cabo plástico e cerdas sintéticas, com suporte.	Nina	3,00	60,00
41	40	Pacote	Esponja de lã de aço- pacotes com 8 unidades 100 % ecológico	Vega	1,00	40,00
57	30	Unidade	Jarra em plástico transparente – 01 litro	Plasc	4,50	135,00
61	15	Frasco	Limpa vidros – embalagem com 500 ml	Da ilha	1,99	29,85
63	10	Unidade	Lixeira com pedal em polipropileno cor branca, capacidade de 20 litros	Arq plast	48,00	480,00
77	06	Caixa	Palito de dente de madeira	Bompack	0,50	3,00
88	300	Pacote	Papel toalha branca, interfolhas, 100% de fibras celulósicas, tamanho 20x21cm, 2 dobras, pacote com no mínimo 1.000 folhas	Passione eco	6,68	2.004,00
94	15	Unidade	Pote com tampa, capacidade de 300ml.	Plasc	1,95	29,25
95	10	Unidade	Pote com tampa, capacidade de 500ml.	Plasc	2,95	29,50
108	60	Rolo	Plástico para alimentos 3kg 28X28cm c/100 unidades	Megamil	2,90	174,00
109	100	Rolo	Plástico para alimentos 5kg com 100 unidades	Megamil	3,70	370,00
129	60	Frasco	Saponáceo líquido embalagem de 300g	Perfect clean	2,10	126,00
136	02	Unidade	Travessa em vidro, com capacidade para 03 litros	Nadir	27,55	55,10
Valor total R\$ 3.535,70 (três mil quinhentos e trinta e cinco reais e setenta centavos)						

Papeleria São Bento Ltda – EPP

Item	Qtd	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
04	500	Litro	Água sanitária, Hipoclorito de Sódio e água. Teor de cloro ativo:2,0% A 2,5% P/P. Princípio ativo: Hipoclorito de sódio. Produto a base de cloro, frasco de 1 litro	Sawaski	1,35	675,00
33	450	Frasco	Desinfetante: Cloreto de Didecil Dimetil Amônio / Cloreto de Alquil Amido Propil Dimetil Benzil Amônio, nonilfenol etoxilado, essência, corante e água. Componente Ativo: Cloreto de Didecil Dimetil Amônio / Cloreto de Alquil Amido Propil Dimetil Benzil Amônio a 0.28%. Aroma lavanda/floral, embalagem de 500 ml.	Zawaski	1,60	720,00
34	120	Frasco	Desinfetante: Cloreto de Didecil Dimetil Amônio / Cloreto de Alquil Amido Propil Dimetil Benzil Amônio, nonilfenol etoxilado, essência, corante e água. Componente Ativo: Cloreto de Didecil Dimetil Amônio / Cloreto de Alquil Amido Propil Dimetil Benzil Amônio a 0.28%. Aroma lavanda/floral, embalagem de 2 litros.	Verdesan	2,75	330,00
36	300	Frasco	Detergente líquido para louça Características técnicas: composto de tensoativos aniônicos, sequestrante, conservantes, espessante, corante, fragrância e água. Componente Ativo: linear Alquil benzeno sulfonato de sódio. Contém tensoativo biodegradável. Aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres e panelas, aroma neutro. Embalagem: Deve estar acondicionado em embalagem plástica de 500ml.	Zawaski	1,10	330,00
40	150	Unidade	Esponja dupla-face multi-uso Esponja dupla-face multi-uso, 100x71x20mm, bicolor: lado verde de fibra abrasiva para limpeza mais difícil e lado amarelo de esponja macia para limpeza mais delicada.	Bettamin	0,64	96,00
46	50	Caixa	Filtro de papel nº 103 – com 30 unidades.	Brigita	2,78	139,00
69	392	Par	Luva Multiuso de Latex, com palma antiderrapante, forrada com flocos de algodão, cor amarela tamanho P, M e G	Volk	1,93	756,56
80	30	Unidade	Pano de prato em tecido branco, encorpado e absorvente, 100% algodão, tam. mínimo 70cmx 50cm	Martins	2,59	77,70
82	12	Rolo	Papel alumínio 45cm x 7,5m	Sabensul	3,98	47,76
107	150	Rolo	Plástico para alimentos 2kg com 100 unidades	Sabensul	2,48	372,00
114	20	Unidade	Rodo de espuma 25 cm com fibra abrasiva cor verde cabo e estrutura do rodo em madeira, espuma de alta densidade grossa	Colombina	6,28	125,60
120	100	Galão	Sabonete líquido, aspecto líquido físico, aroma erva-doce, acidez neutro-PH, aplicação toucador. Galão de 5 litros.	Verdesan	11,45	1.145,00
122	600	Pacote	Saco p/ lixo capacidade 30 litros/6kg, super resistente cor preta, pacote com 100 unidades, dimensões mínimas 59 x 62 cm.	Nekplast	8,09	4.854,00
123	300	Pacote	Saco p/ lixo capacidade 50 litros/10kg, super resistente cor preta, pacote com 100 unidades, dimensões mínimas 63 x 80 cm.	Nekplast	10,50	3.150,00
125	100	Pacote	Saco p/ lixo capacidade 100 litros/20kg, super resistente cor preta, pacote com 100 unidades, dimensões mínimas 75 x 105 cm.	Nekplast	30,89	3.089,00
128	60	Unidade	Saco - Pano de chão alvejado 100% algodão, encorpado e absorvente, – medidas mínimas comprimento 83cm e largura 60cm	Martins	4,38	262,80
Valor total R\$ 16.170,42 (dezesesseis mil cento e setenta reais e quarenta e dois centavos)						

Paraná Foods Comércio Eireli

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
07	150	Unidade	Álcool etílico hidratado 92,2 INPM embalagem 1 litro	Itaja	4,94	741,00
10	250	Frasco	Amaciante de roupas com 02 litros	Brilhasul	3,37	842,50
85	480	Fardo	Papel higiênico, embalagem com 12 rolos de 60 metros	Guipel	8,95	4.296,00
118	500	Pacote	Sabão em pó: Composição: Tensoativo aniônico, Tamponantes Coadjuvante, Branqueador Óptico, corantes, Alvejante, fragrância. Contém Alquil benzeno sulfonatode sódio. embalagem de 1Kg	Breeze	3,55	1.775,00
Valor total R\$ 7.654,50 (sete mil seiscientos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos)						

Irineópolis 03 de julho de 2020.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

ATA RP PROC 43/2019 PM; FMAS; FMS

Publicação Nº 2551317

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº 43/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2019
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 43/2019, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 26/2019, a Sra. Andressa Bendlin - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Cristiano Back, Sra. Cassiana Lais Brand e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 440/2019; Sr. Michael Kobilanski Neves representante da empresa Michael Kobilanski Neves - Me e Sr. Gilnei Pedrinho Basso representante da empresa Gilnei Pedrinho Basso & Cia Ltda. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento do interessado na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento da proposta, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise da Proposta, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Michael Kobilanski Neves - Me e Gilnei Pedrinho Basso & Cia Ltda seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. Foram desclassificados os itens 1 e 2 da empresa Gilnei Pedrinho Basso & Cia Ltda de acordo com o item 8 subitem 8.1. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento da proposta, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentos de Habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 43/2019, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 26/2019, a Sra. Andressa Bendlin - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Cristiano Back, Sra. Cassiana Lais Brand e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 440/2019; Sr. Michael Kobilanski Neves representante da empresa Michael Kobilanski Neves - Me e Sr. Gilnei Pedrinho Basso representante da empresa Gilnei Pedrinho Basso & Cia Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Michael Kobilanski Neves - Me e Gilnei Pedrinho Basso & Cia Ltda e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. Os representantes das empresas não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Prefeitura Municipal de Irineópolis
Gilnei Pedrinho Basso & Cia Ltda

Item	QTD	Unidade	Descrição	Valor unitário R\$	Valor total R\$
03	5.000	Quilômetros	01 Ônibus com ano de fabricação igual ou superior a 2001, com capacidade para no mínimo 45 (quarenta e cinco) passageiros, para viagens esporádicas estaduais e interestaduais	4,99	24.950,00
04	5.000	Quilômetros	01 Ônibus com ano de fabricação igual ou superior a 2001, com capacidade para no mínimo 28 (vinte e oito) passageiros, para viagens esporádicas estaduais e interestaduais	4,99	24.950,00
VALOR TOTAL R\$ 49.900,00 (quarenta e nove mil e novecentos reais)					

Michael Kobilanski Neves – ME

Item	QTD	Unidade	Descrição	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	5.000	Quilômetros	01 Ônibus com ano de fabricação igual ou superior a 2001, com capacidade para no mínimo 45 (quarenta e cinco) passageiros, para viagens esporádicas municipais	5,00	25.000,00
02	5.000	Quilômetros	01 Ônibus com ano de fabricação igual ou superior a 2001, com capacidade para no mínimo 28 (vinte e oito) passageiros, para viagens esporádicas municipais	5,00	25.000,00
VALOR TOTAL R\$ 50.000,000 (cinquenta mil reais)					

Fundo Municipal de Assistência de Irineópolis
Gilnei Pedrinho Basso & Cia Ltda

Item	QTD	Unidade	Descrição	Valor unitário R\$	Valor total R\$
03	5.000	Quilômetros	01 Ônibus com ano de fabricação igual ou superior a 2001, com capacidade para no mínimo 45 (quarenta e cinco) passageiros, para viagens esporádicas estaduais e interestaduais	4,99	24.950,00
04	5.000	Quilômetros	01 Ônibus com ano de fabricação igual ou superior a 2001, com capacidade para no mínimo 28 (vinte e oito) passageiros, para viagens esporádicas estaduais e interestaduais	4,99	24.950,00
VALOR TOTAL R\$ 49.900,00 (quarenta e nove mil e novecentos reais)					

Michael Kobilanski Neves – ME

Item	QTD	Unidade	Descrição	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	5.000	Quilômetros	01 Ônibus com ano de fabricação igual ou superior a 2001, com capacidade para no mínimo 45 (quarenta e cinco) passageiros, para viagens esporádicas municipais	5,00	25.000,00
02	5.000	Quilômetros	01 Ônibus com ano de fabricação igual ou superior a 2001, com capacidade para no mínimo 28 (vinte e oito) passageiros, para viagens esporádicas municipais	5,00	25.000,00
VALOR TOTAL R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)					

Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis
Gilnei Pedrinho Basso & Cia Ltda

Item	QTD	Unidade	Descrição	Valor unitário R\$	Valor total R\$
03	5.000	Quilômetros	01 Ônibus com ano de fabricação igual ou superior a 2001, com capacidade para no mínimo 45 (quarenta e cinco) passageiros, para viagens esporádicas estaduais e interestaduais	4,99	24.950,00
04	5.000	Quilômetros	01 Ônibus com ano de fabricação igual ou superior a 2001, com capacidade para no mínimo 28 (vinte e oito) passageiros, para viagens esporádicas estaduais e interestaduais	4,99	24.950,00
VALOR TOTAL R\$ 49.900,00 (quarenta e nove mil e novecentos reais)					

Michael Kobilanski Neves – ME

Item	QTD	Unidade	Descrição	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	5.000	Quilômetros	01 Ônibus com ano de fabricação igual ou superior a 2001, com capacidade para no mínimo 45 (quarenta e cinco) passageiros, para viagens esporádicas municipais	5,00	25.000,00
02	5.000	Quilômetros	01 Ônibus com ano de fabricação igual ou superior a 2001, com capacidade para no mínimo 28 (vinte e oito) passageiros, para viagens esporádicas municipais	5,00	25.000,00
VALOR TOTAL R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)					

Irineópolis 03 de julho de 2020.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

ATA RP PROC 44/2019 PM; FMS; FMAS; HMBJ

Publicação Nº 2551315

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº 44/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2019
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 44/2019, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 27/2019, a Sra. Andressa Bendlin - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Cristiano Back, Sra. Cassiana Lais Brand e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 440/2019; Sr. Valdir Ambrosi representante da empresa Carmem Parra Ambrosio 03980473910 e Sr. Adenilson Rodrigues De Mattos representante da empresa Jussara Lech - Supermercado. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento do interessado na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento da proposta, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise da Proposta, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Carmem Parra Ambrosio 03980473910 e Jussara Lech - Supermercado seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento da proposta, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo-se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentos de Habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 44/2019, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 27/2019, a Sra. Andressa Bendlin - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Cristiano Back, Sra. Cassiana Lais Brand e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 440/2019; Sr. Valdir Ambrosi representante da empresa Carmem Parra Ambrosio 03980473910 e Sr. Adenilson Rodrigues De Mattos

representante da empresa Jussara Lech - Supermercado.

Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Carmem Parra Ambrosio 03980473910 e Jussara Lech - Supermercado e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. Os representantes das empresas não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo-se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Prefeitura Municipal de Irineópolis

Jussara Lech – Supermercado

Item	Qtd	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	298	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo com 13 Kg	COPAGAS	55,00	16.390,00
VALOR TOTAL R\$ 16.390,00 (dezesesseis mil trezentos e noventa reais)					

Carmem Parra Ambrosio 03980473910

Item	Qtd	DESCRIÇÃO	Marca	VALOR UNITARIO R\$	VALOR TOTAL R\$
02	50	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo com 45 Kg	ULTRAGAS	249,00	12.450,00
VALOR TOTAL R\$ 12.450,00 (doze mil quatrocentos e cinquenta reais)					

Fundo Municipal de Assistência de Irineópolis

Jussara Lech – Supermercado

Item	Qtd	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	50	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo com 13 Kg	COPAGAS	55,00	2.750,00
VALOR TOTAL R\$ 2.750,00 (dois mil setecentos e cinquenta reais)					

Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Jussara Lech – Supermercado

Item	Qtd	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	24	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo com 13 Kg	COPAGAS	55,00	1.320,00
VALOR TOTAL R\$ 1.320,00 (um mil trezentos e vinte reais)					

Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis

Jussara Lech – Supermercado

Item	Qtd	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	30	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo com 13 Kg	COPAGAS	55,00	1.650,00
VALOR TOTAL R\$ 1.650,00 (um mil seiscentos e cinquenta reais)					

Irineópolis 03 de julho 2020

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

ATA RP PROC 45/2019 PM; HMBJ; FMAS

Publicação Nº 2551313

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº 45/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 45/2019, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 28/2019, a Sra. Andressa Bendlin - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Cristiano Back, Sra. Cassiana Lais Brand e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 440/2019; Sr. Marcos Roberto Martins representante da empresa Jussara Lech - Supermercados, Sr. Emerson Jose Prestes de Medeiros representante da empresa Julian Odachowski & Filhos Ltda, Sra. Daniele Flavia Sorg representante da empresa Frutas e Verduras Indiana Ltda e Sr. Clemente Jackiw representante da empresa Jackiw Atacadista de Alimentos Eireli. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento do interessado na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. A empresa Josnei Paiter não poderá participar da etapa de lance por não ter realizado o credenciamento. Iniciada a fase de julgamento da proposta, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise da Proposta, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Jussara Lech - Supermercados, Julian Odachowski & Filhos Ltda, Frutas e Verduras Indiana Ltda, Jackiw Atacadista de Alimentos Eireli seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. A empresa Josnei Paiter não pôde participar na classificação da proposta por ter apresentado em desacordo o item 5 subitem 5.1 alínea "b". Sendo considerada DESCLASSIFICADA. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento da proposta, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentos de Habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 45/2019, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 28/2019, a Sra. Andressa Bendlin - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Cristiano Back, Sra. Cassiana Lais Brand e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 440/2019; Sr. Marcos Roberto Martins representante da empresa Jussara Lech - Supermercados, Sr. Emerson Jose Prestes de Medeiros representante da empresa Julian Odachowski & Filhos Ltda, Sra. Daniele Flavia Sorg representante da empresa Frutas e Verduras Indiana Ltda e Sr. Clemente Jackiw representante da empresa Jackiw Atacadista de Alimentos Eireli. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Jussara Lech - Supermercados, Frutas e Verduras Indiana Ltda, Jackiw Atacadista de Alimentos Eireli e Julian Odachowski & Filhos Ltda e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. O envelope da empresa Josnei Paiter 11091685940 permanece lacrado no presente processo. Os representantes das empresas Jussara Lech - Supermercados, Frutas e Verduras Indiana Ltda, Jackiw Atacadista de Alimentos Eireli e Julian Odachowski & Filhos Ltda não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Prefeitura Municipal de Irineópolis

Frutas e Verduras Indiana Ltda – EPP

Item	Quant	Unidade	Descrição dos Alimentos	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
02	800	Quilo	Abobrinha verde Características Técnicas: Deve apresentar características bem formadas, ser de tamanho médio, livres de danos fisiológicos pragas e doenças. Estar em perfeitas condições de conservação. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	In natura	1,49	1.192,00
07	100	Quilo	Aipim cru congelado Características técnicas: Mandioca descascada, congelada, embalada à vácuo. Embalagem: O produto deve estar acondicionado em embalagem a vácuo de 1 kg, com tabela nutricional, peso e procedência. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	Indiana	3,74	374,00
08	250	Pacote	Alho Características Técnicas: – bulbo inteiro, de 1ª qualidade, firme e intacto, sem lesões de origem física ou mecânica, devendo estar bem desenvolvido, sadio. Não deve conter substâncias tóxicas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície. Embalagem: O produto deverá estar acondicionados em sacos resistentes (tipo rede) de 150g. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	Indiana	1,74	435,00
12	1.500	Quilo	Batata Inglesa Características Técnicas: Batata de 1ª qualidade, classe média Tipo especial, deve apresentar as características de qualidade, bem formadas com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Deve ser de tamanho médio. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	In natura	1,56	2.340,00
13	200	Quilo	Batata Salsa Características Técnicas: Batata salsa de 1ª qualidade, classe média Tipo especial, deve apresentar as características de qualidade, bem formadas com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Deve ser de tamanho médio, produto com tamanho pequeno ou deteriorados não serão aceitos. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	In natura	3,99	798,00
23	900	Quilo	Cenoura Características Técnicas: Cenoura de 1ª qualidade, classe média Tipo especial deve apresentar as características de qualidade, bem formadas com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Deve ser de tamanho médio, produto com tamanho muito pequeno ou deteriorados não serão aceitos. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	In natura	1,24	1.116,00
25	500	Quilo	Chuchu Características Técnicas: fresco de boa qualidade, casca limpa e lisa, de cor verde brilhante, sem machucados deve estar livres de danos fisiológicos pragas e doenças. Estar em perfeitas condições de conservação. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	In natura	2,44	1.220,00

43	800	Quilo	Laranja Características Técnicas: Deve apresentar características bem definidas, bem formadas. A laranja deve ser de tamanho médio, livre de danos fisiológicos pragas e doenças. Estar em perfeitas condições de conservação e maturidade, produto com tamanho pequeno ou deteriorados não serão aceitos. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado	In natura	1,44	1.152,00
46	8.000	Quilo	Maçã Fuji Características Técnicas: Maçã vermelha classificada tipo A. Deve apresentar características bem definidas, bem formadas. A maçã deve ser de tamanho médio, livre de danos fisiológicos pragas e doenças. Estar em perfeitas condições de conservação e maturidade, produto com deteriorados não serão aceitos. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado	In natura	2,60	20.800,00
51	3.000	Quilo	Mamão formosa Características Técnicas: Deve apresentar características bem definidas, bem formadas. O mamão deve ser entregue pronto para a degustação, não estando verde e nem muito maduro, livres de danos fisiológicos pragas e doenças. Estar em perfeitas condições de conservação e maturidade. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado	In natura	2,79	8.370,00
52	140	Quilo	Manga Características Técnicas: Deve apresentar características bem definidas, bem formadas. A manga deve ser entregue pronto para a degustação, não estando verde e nem muito maduro, livres de danos fisiológicos pragas e doenças. Estar em perfeitas condições de conservação e maturidade. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado	In natura	2,69	376,60
59	1.000	Dúzia	Ovos de Galinha Características Técnicas: Ovo classe A, íntegro, sem manchas ou sujidades, tamanho uniforme. Deve apresentar casca lisa, pouco porosa, resistente e formato característico, sem perfurações ou rachaduras que comprometa o consumo humano. Embalagem: O produto deve estar acondicionado em caixa fechada contendo 12 unidades intactas, com informações sobre o produto, procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto, condições de armazenamento, número do registro no Ministério da Agricultura SIF/DIPOA e carimbo de inspeção SIF. Prazo de Validade: Validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega na unidade requisitante. Data de Fabricação: Máximo de 05 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em caixas de papelão bem fechadas em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Kohiyama	5,19	5.190,00
69	900	Quilo	Repolho Características Técnicas: Repolho de 1ª qualidade, deve apresentar as características de qualidade, bem formadas com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Produtos deteriorados não serão aceitos. Embalagem: unidades em média de 1 kg. O produto deve estar embalado em sacos plásticos resistentes e transparentes O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	In natura	1,39	1.251,00
74	700	Quilo	Tomate Características Técnicas: Deve apresentar características de qualidade, bem formadas, com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	In natura	3,09	2.163,00

Valor total R\$ 46.777,60 (quarenta e seis mil setecentos e setenta e sete reais e sessenta centavos)

Jackiw Atacadista de Alimentos Eireli

Item	Quant	Unidade	Descrição dos Alimentos	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
10	200	Quilo	Apresuntado fatiado Embalagem: Embalados em isopor contendo especificados o local de origem do produto, peso, data de embalagem e data de vencimento. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado e refrigerado, ou em caixas de isopor bem fechadas em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Nutribras	10,79	2.158,00

22	150	Quilo	<p>Carne bovina (coxão mole)</p> <p>Embalagem: Deve estar intacta. Acondicionada em sacos de polipropileno reforçado e revestido por caixa de papelão (tipo kraft) ou caixa plástica limpa, de até 20kg. Embalados em pacotes de até 1Kg de forma que não grudem nos demais após congelados, constando peso, data de fabricação, carimbo de inspeção estadual ou federal e procedência da carne.</p> <p>Prazo de Validade: Validade mínima de 60 dias a partir da data de entrega na unidade requisitante.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado e refrigerado, ou em caixas de isopor bem fechadas em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Frigocruz	23,95	3.592,50
28	60	Unidade	<p>Essência de baunilha</p> <p>Embalagem: pote de vidro de 30 ml. Deve apresentar embalagem e rotulagem conforme legislação.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo 30 dias.</p> <p>Entrega: Mensalmente conforme solicitação da nutricionista. O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Mavalerio	2,19	131,40
29	200	Quilo	<p>Fígado bovino</p> <p>Características técnicas: Em peça, resfriado. A víscera deverá apresentar-se com aspecto próprio, não amolecido e nem pegajoso, cor cheiro e sabor próprios, sem manchas esverdeadas, livre de parasitas, sujidades e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir com qualquer alteração.</p> <p>Prazo de Validade: Validade mínima de 60 dias a partir da data de entrega na unidade requisitante.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado e refrigerado, ou em caixas de isopor bem fechadas em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Frigocruz	11,88	2.376,00
41	30	Unidade	<p>Iogurte natural desnatado</p> <p>Características Técnicas: Iogurte natural desnatado.</p> <p>Embalagem: Deve ser pote de plástico resistente, apresentando vedação adequada, com conteúdo 170g. Rotulagem conforme legislação.</p> <p>Prazo de validade: min 7 dias.</p> <p>Fabricação: Max 5 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado e refrigerado, ou em caixas de isopor bem fechadas em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Tirol	1,69	50,70
60	50	Pacote	<p>Proteína Texturizada de Soja</p> <p>Características técnicas: Proteína Texturizada de Soja. Deve ser obtida a partir de grãos de soja limpos e submetidos a processo tecnológico adequado, deve apresentar cor, odor e sabor característico, deve estar livre de sujidades, para sítas e larvas.</p> <p>Embalagem: deve estar acondicionada em sacos plásticos bem vedados, com peso líquido de 500g.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo 30 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Jasmini	16,50	825,00
68	150	Quilo	<p>Queijo - Tipo Mussarela fatiado</p> <p>Características técnicas: Queijo de massa fresca, de consistência semi dura e semi suave, maturado, fatiado.</p> <p>Embalagem: Embalados em isopor contendo especificados o local de origem do produto, peso, data de embalagem e data de vencimento.</p> <p>Prazo de Validade: Validade mínima de 15 (quinze) dias a partir da data de entrega na unidade requisitante.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 10 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado e refrigerado, ou em caixas de isopor bem fechadas em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Di Paula	24,45	3.667,50
VALOT TOTAL R\$ 12.801,10 (doze mil oitocentos e um reais e dez centavos)						

Julian Odachowoski & Filhos Ltda

Item	Quant	Unidade	Descrição dos Alimentos	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
15	5.000	Pacote	Bebida láctea com polpa de frutas: sabores morango, coco e salada de frutas. Características Técnicas: bebida láctea com polpa de frutas. Embalagem: Sacos de polietileno leitoso atóxico contendo 1 litro, acondicionados em caixas de papelão. Prazo de validade: min 30 dias. Fabricação: Max 7 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado e refrigerado, ou em caixas de isopor bem fechadas em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Veneza	2,88	14.400,00
45	110	Litro	Leite UHT semi desnatado ZERO LACTOSE Descrição: Leite UHT semi desnatado para dietas com restrição a lactose. Embalagem: 1L Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Santa clara	2,74	301,40
47	800	Pacote	Macarrão caracol Características Técnicas: Macarrão com ovos. Não deverá apresentar sujidade, bolor, manchas ou fragilidade à pressão dos dedos. Embalagem: deve estar intacta, acondicionado em pacotes bem vedados de 500gr. Prazo de Validade: Mínimo de 06 meses; Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Rosane	2,19	1.752,00
48	100	Pacote	Macarrão pai nosso Características Técnicas: Macarrão com ovos. Não deverá apresentar sujidade, bolor, manchas ou fragilidade à pressão dos dedos. Embalagem: deve estar intacta, acondicionado em pacotes bem vedados de 500g. Prazo de Validade: Mínimo de 06 meses Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Rosane	1,94	194,00

VALOR TOTAL R\$ 16.647,40 (dezesesseis mil seiscentos e quarenta e sete reais e quarenta centavos)

Jussara Lech – Supermercado

Item	Quant	Unidade	Descrição dos Alimentos	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	130	Quilo	Abacate Características Técnicas: de 1ª qualidade, grau médio de maturação. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	Ceasa	6,95	903,50
03	100	Quilo	Abóbora madura Características técnicas: Abóbora madura, isenta de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte. De colheita recente. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	Ceasa	1,00	100,00
05	20	Unidade	Adoçante líquido dietético com stévia Embalagem: embalagens de 80ml Prazo de Validade: Mínimo de 12 meses; Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Stevia	2,88	57,60
09	800	Unidade	Alface Características técnicas: – de 1ª qualidade, folhas firmes, íntegra, não poderá estar murcha, tamanho médio. Embalagem: o produto deve estar acondicionado em sacos plásticos resistentes transparentes. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	Ceasa	0,70	560,00
11	10.000	Quilo	Banana Características Técnicas: 1ª qualidade. Grau médio de amadurecimento, unidades médias aproximadamente 120g. Produtos maduros ou deteriorados não serão aceitos. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	Ceasa	1,32	13.200,00

16	500	Quilo	<p>Beterraba</p> <p>Características Técnicas: Deve apresentar as características de qualidade, bem formadas com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Produto com tamanho muito pequeno ou deteriorados não serão aceitos.</p> <p>Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.</p>	Ceasa	1,10	550,00
21	2.000	Quilo	<p>Carne Moída</p> <p>Características Técnicas: Peça de carne bovina sem osso, congelada e moída sem sebo. Deve apresentar cor, aparência, textura e aroma característicos.</p> <p>Embalagem: Sem aberturas, intacta. Em plástico transparente, atóxico, resistente. Deverá estar congelada, em pacotes de 2 kg, com informações sobre o produto, procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto, condições de armazenamento, número do registro no Ministério da Agricultura SIF/DIPOA e carimbo de inspeção SIF.</p> <p>Prazo de Validade: Validade mínima de 60 dias a partir da data de entrega na unidade requisitante.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado e refrigerado, ou em caixas de isopor bem fechadas em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	São João	14,83	29.660,00
24	700	Quilo	<p>Cebola de Cabeça</p> <p>Características Técnicas: Cebola de 1ª qualidade, classe média Tipo especial, deve apresentar as características de qualidade, bem formadas com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação.</p> <p>Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.</p>	Ceasa	1,50	1.050,00
30	50	Lata	<p>Formula infantil em pó para lactantes de 0 a 6 meses</p> <p>Ingredientes: Maltodextrina, leite de vaca desnatado (fonte protéica), oleína de palma, óleo de palmiste, óleo de canola, óleo de milho, lecitina de soja, vitaminas (vitamina C, taurina, vitamina E, vitamina PP, pantoteonato de cálcio, vitamina A, vitamina B6, vitamina B1, vitamina D3, vitamina B2, ácido fólico, vitamina K1, biotina, vitamina B12), minerais (sulfato ferroso, sulfato de zinco, sulfato de cobre, iodeto de potássio). NÃO CONTÉM GLÚTEN.</p> <p>Embalagem: Lata de 400g</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Nesto-geno	21,00	1.050,00
31	50	Lata	<p>Formula infantil em pó para lactantes de 6 a 12 meses</p> <p>Ingredientes: Leite de vaca desnatado (fonte protéica), maltodextrina, oleína de palma, óleo de palmiste, óleo de canola, óleo de milho, minerais (sulfato ferroso, sulfato de zinco, sulfato de cobre, iodeto de potássio), lecitina de soja, vitaminas (vitamina C, vitamina PP, vitamina E, pantoteonato de cálcio, vitamina A, , vitamina B6, vitamina B1, vitamina D3, vitamina B2, ácido fólico, vitamina K1, biotina, vitamina B12). NÃO CONTÉM GLÚTEN.</p> <p>Embalagem: Lata de 400g</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Nesto-geno	21,00	1.050,00
33	3.200	Quilo	<p>Frango Congelado – Coxa e Sobre-coxa:</p> <p>Característica Técnicas: Coxa e sobre-coxa de frango congelado. A ave deve estar firme e sem manchas, peça lisa e coloração clara, aderente, sem odores;</p> <p>Deverão ser transportados de acordo com as normas da Vigilância Sanitária;</p> <p>Embalagem: Deve estar intacta. O produto deve estar acondicionado em bandejas ou sacos de polietileno leitoso ou transparente de 1 Kg.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado e refrigerado, ou em caixas de isopor bem fechadas em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Lar	5,60	17.920,00
35	20	Unidade	<p>Geleia de fruta DIET</p> <p>Ingredientes: Amora ou polpa de amora, morango ou polpa de morango, framboesa ou polpa de framboesa, edulcorantes, gelificante pectina cítrica, agente de firmeza fosfato tricálcico, conservador sorbato de potássio e acidulante ácido cítrico.</p> <p>Embalagem: Embalagem de 200g</p> <p>Prazo de Validade: mínimo de 12 meses.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Riter	10,70	214,00

37	20	Unidade	Gelatina diet Ingredientes: Gelatina contendo vitaminas A, C e D e os minerais selênio e zinco. Embalagem: Caixa com 12 g. Deve apresentar embalagem e rotulagem conforme legislação Prazo de Validade: Mínimo 30 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Bretzker	1,75	35,00
39	2.000	Unidade	Hambúrguer Embalagem: Acondicionados em embalagens de 56g.	Frimesa	0,68	1.360,00
40	150	Unidade	Iogurte 0% lactose Características Técnicas: Iogurte zero lactose Embalagem: Embalagem de 170g. Prazo de validade: min 7 dias. Fabricação: Max 5 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado e refrigerado, ou em caixas de isopor bem fechadas em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Unibaby	1,59	238,50
49	100	Pacote	Macarrão em formato de letrinhas Características Técnicas: Macarrão com ovos e vitaminas. Não deverá apresentar sujidade, bolor, manchas ou fragilidade à pressão dos dedos. Embalagem: deve estar intacta, acondicionado em pacote bem vedados de 500g Prazo de Validade: Mínimo de 06 meses Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Galo	2,59	259,00
50	20	Pacote	Macarrão sem glúten Característica Técnicas: Macarrão a base de milho/arroz/quinoa/linhaça, etc. Alimento livre de glúten, sem gordura trans, sem sódio. Não deverá apresentar sujidade, bolor, mancha ou fragilidade à pressão dos dedos. Embalagem: Embalados em pacotes de polipropileno bem vedados, intactas, com peso líquido de 500g. Prazo de Validade: Mínimo de 06 meses Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Urbano	2,04	40,80
55	100	Quilo	Moela de frango Características técnicas: De 1.ª qualidade, resfriada. O miúdo deverá apresentar-se com aspecto próprio, não amolecidos e nem pegajosa, cor, cheiro e sabor próprio, sem manchas esverdeadas, livres de parasitas, sujidades e qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir qualquer alteração. Embalagem: Deve estar intacta. Embalados em pacotes de 1Kg, constando peso, data de fabricação, carimbo de inspeção estadual ou federal e procedência da carne. Prazo de Validade: mín. 6 meses. Data de Fabricação: máx. 30 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado e refrigerado, ou em caixas de isopor bem fechadas em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Lar	4,00	400,00
57	150	Quilo	Mortadela fatiada sem gordura Características técnicas: Produto cárneo industrializado, obtido de uma emulsão das carnes, não acrescido de toucinho. Embalagem: Embalados em isopor contendo especificados o local de origem do produto, peso, data de embalagem e data de vencimento. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado e refrigerado, ou em caixas de isopor bem fechadas em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Fricasa	7,99	1.198,50
58	800	Quilo	Músculo sem osso Características Técnicas: Peça de carne bovina CORTADA EM CUBOS, sem sebo, carne de cor vermelha cereja, elástica firme e com odor agradável. Embalagem: Deve estar intacta. Embalados em pacotes de 1Kg de forma que não grudem nos demais após congelados, constando peso, data de fabricação, carimbo de inspeção estadual ou federal e procedência da carne. Prazo de Validade: mín. 6 meses. Data de Fabricação: máx. 30 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado e refrigerado, ou em caixas de isopor bem fechadas em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	São João	13,98	11.184,00

63	300	Quilo	<p>Peixe – Filé de pescada</p> <p>Característica: filé de pescada branca, congelado, sem pele, sem espinha, cheiro e sabor próprios, sem manchas esverdeadas e parasitas.</p> <p>Embalagem: Embalados em camadas separadas por filme plástico transparente e atóxico. Sem aberturas, intacto. Deverá estar congelada, em pacotes de 1 kg, com informações sobre o produto, procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto, condições de armazenamento, número do registro no Ministério da Agricultura SIF/DIPOA e carimbo de inspeção SIF.</p> <p>Prazo de Validade: Validade mínima de 60 dias a partir da data de entrega na unidade requisitante.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado e refrigerado, ou em caixas de isopor bem fechadas em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Peixe vivo	15,00	4.500,00
66	20	Caixa	<p>Pudim DIET</p> <p>Características técnicas: Pudim diet contendo vitaminas A, C e D e os minerais selênio e zinco.</p> <p>Embalagem: Embalagem de 30g</p> <p>Prazo de validade: Mínimo 30 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Apti	1,80	36,00
72	100	Lata	<p>Sardinha enlatada</p> <p>Características técnicas: Sardinhas ao próprio suco c/ óleo comestível, reparada com pescado fresco, limpo, eviscerado, cozido, imersa em óleo comestível. Ingredientes: sardinhas, água de constituição (ao próprio suco), óleo comestível e sal.</p> <p>Embalagem: Deve estar intacta, em latas de 125g. Prazo de Validade: mín.12 meses.</p> <p>Data de Fabricação: máx. 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	88	2,30	230,00
VALOR TOTAL R\$ 85.796,90 (oitenta e cinco mil setecentos e noventa e seis reais e noventa centavos)						

Fundo Municipal de Assistência de Irineópolis
Frutas e Verduras Indiana Ltda – EPP

Item	Quant	Unidade	Descrição dos Alimentos	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
12	50	Quilo	<p>Batata Inglesa</p> <p>Características Técnicas: Batata de 1ª qualidade, classe média Tipo especial, deve apresentar as características de qualidade, bem formadas com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Deve ser de tamanho médio.</p> <p>Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.</p>	In natura	1,56	78,00
23	50	Quilo	<p>Cenoura</p> <p>Características Técnicas: Cenoura de 1ª qualidade, classe média Tipo especial deve apresentar as características de qualidade, bem formadas com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Deve ser de tamanho médio, produto com tamanho muito pequeno ou deteriorados não serão aceitos.</p> <p>Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.</p>	In natura	1,24	62,00
43	500	Quilo	<p>Laranja</p> <p>Características Técnicas: Deve apresentar características bem definidas, bem formadas. A laranja deve ser de tamanho médio, livre de danos fisiológicos pragas e doenças. Estar em perfeitas condições de conservação e maturidade, produto com tamanho pequeno ou deteriorados não serão aceitos.</p> <p>Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado</p>	In natura	1,44	720,00
46	500	Quilo	<p>Maçã Fuji</p> <p>Características Técnicas: Maçã vermelha classificada tipo A. Deve apresentar características bem definidas, bem formadas. A maçã deve ser de tamanho médio, livre de danos fisiológicos pragas e doenças. Estar em perfeitas condições de conservação e maturidade, produto com deteriorados não serão aceitos.</p> <p>Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado</p>	In natura	2,60	1.300,00

51	200	Quilo	Mamão formosa Características Técnicas: Deve apresentar características bem definidas, bem formadas. O mamão deve ser entregue pronto para a degustação, não estando verde e nem muito maduro, livres de danos fisiológicos pragas e doenças. Estar em perfeitas condições de conservação e maturidade. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado	In natura	2,79	558,00
59	50	Dúzia	Ovos de Galinha Características Técnicas: Ovo classe A, íntegro, sem manchas ou sujidades, tamanho uniforme. Deve apresentar casca lisa, pouco porosa, resistente e formato característico, sem perfurações ou rachaduras que comprometa o consumo humano. Embalagem: O produto deve estar acondicionado em caixa fechada contendo 12 unidades intactas, com informações sobre o produto, procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto, condições de armazenamento, número do registro no Ministério da Agricultura SIF/DIPOA e carimbo de inspeção SIF. Prazo de Validade: Validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega na unidade requisitante. Data de Fabricação: Máximo de 05 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em caixas de papelão bem fechadas em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Kohiyama	5,19	259,50
69	50	Quilo	Repolho Características Técnicas: Repolho de 1ª qualidade, deve apresentar as características de qualidade, bem formadas com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Produtos deteriorados não serão aceitos. Embalagem: unidades em média de 1 kg. O produto deve estar embalado em sacos plásticos resistentes e transparentes O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	In natura	1,39	69,50
74	50	Quilo	Tomate Características Técnicas: Deve apresentar características de qualidade, bem formadas, com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	In natura	3,09	154,50
Valor total R\$ 3.201,50 (três mil duzentos e um reais e cinquenta centavos)						

Jackiw Atacadista de Alimentos Eireli

Item	Quant	Unidade	Descrição dos Alimentos	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
22	100	Quilo	Carne bovina (coxão mole) Embalagem: Deve estar intacta. Acondicionada em sacos de polipropileno reforçado e revestido por caixa de papelão (tipo kraft) ou caixa plástica limpa, de até 20kg. Embalados em pacotes de até 1Kg de forma que não grudem nos demais após congelados, constando peso, data de fabricação, carimbo de inspeção estadual ou federal e procedência da carne. Prazo de Validade: Validade mínima de 60 dias a partir da data de entrega na unidade requisitante. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado e refrigerado, ou em caixas de isopor bem fechadas em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Frigo-cruz	23,95	2.395,00
32	50	Unidade	Flocos de milho açucarados Ingredientes: Milho, açúcar, amido de milho, sal, ácido ascórbico (vitamina C), niacinamida (niacina), mononitrato de tiamina (vitamina B1), riboflavina (vitamina B2), piridoxina (vitamina B6), cobalamina (vitamina B12), pantotenato de cálcio (ácido pantotênico), pirofosfato férrico (ferro), ácido fólico, sulfato de zinco (zinco), antioxidante lecitina de soja, regulador de acidez bicarbonato de sódio. Embalagem: Sacos de polietileno transparente de 1 kg a 2 kg. Deve apresentar embalagem e rotulagem conforme legislação Prazo de Validade: mínimo 6 meses. Data de Fabricação: máximo 30 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Alca-foods	16,59	829,50
53	200	Pacote	MISTURA PARA O PREPARO DE BOLO – DIVERSOS SABORES – EMBALAGEM DE 450G	Nordeste	2,14	428,00
61	50	Quilo	PATINHO DE CARNE BOVINA – EMBALAGEM DE 01 KG Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado e refrigerado, ou em caixas de isopor bem fechadas em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Frigo-cruz	22,49	1.124,50

70	10	Pacote	Sagú - fécula de mandioca Ingredientes: sagu: fécula de mandioca (formato pérola), sem adição de glúten; mistura sabor de uva: açúcar, ácido cítrico (INS330), aroma natural de uva, corante natural de clorofila (INS 140i) e corante natural de carmim (INS 120), sem adição de glúten. Embalagem: Polietileno leitoso ou transparente de 500 gramas. Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses. Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Prata	3,05	30,50
71	300	KG	SALSICHA HOT DOG EMBALAGEM COM 01 KG. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado e refrigerado, ou em caixas de isopor bem fechadas em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Nat	6,50	1.950,00
VALOT TOTAL R\$ 6.757,50 (seis mil setecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos)						

Julian Odachowski & Filhos Ltda

Item	Quant	Unidade	Descrição dos Alimentos	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
15	500	Pacote	Bebida láctea com polpa de frutas: sabores morango, coco e salada de frutas. Características Técnicas: bebida láctea com polpa de frutas. Embalagem: Sacos de polietileno leitoso atóxico contendo 1 litro, acondicionados em caixas de papelão. Prazo de validade: min 30 dias. Fabricação: Max 7 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado e refrigerado, ou em caixas de isopor bem fechadas em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Veneza	2,88	1.440,00
38	20	Pacote	GRANULADO – EMBALAGEM DE 150G	Roma	2,45	49,00
44	40	Unidade	LEITE CONDENSADO – 395 GR. Características técnicas: composto de leite concentrado, açúcar, e lactose. Produto registrado no Ministério da Agricultura S.I.F. Embalagem: acondicionados em embalagem Tetra Park, peso líquido 385 gr. Prazo de validade: mínimo de 06 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias.	Mococa	2,65	106,00
65	50	Unidade	PÓ PARA PUDIM – DIVERSOS SABORES – 35GR Características técnicas: produto diluído em leite. Embalagem: deve estar intacta, em pacotes de no mínimo 35 g. Prazo de validade: mínimo de 06 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias.	Rosane	0,79	39,50
73	500	Pacote	SUCO EM PÓ – DIVERSOS SABORES – 25 GR Características técnicas: Produto não fermentado, não alcoólico, que rende 1 litro. Produto com cor, sabor e aroma característicos. Bom rendimento e qualidade. Embalagem: mínima de 25 gr em bom aspecto. Prazo de validade: mínimo de 10 meses. Data de fabricação: máximo de 60 dias.	Pop	0,54	270,00
VALOR TOTAL R\$ 1.904,50 (um mil novecentos e quatro reais e cinquenta centavos)						

Jussara Lech – Supermercado

Item	Quant	Unidade	Descrição dos Alimentos	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
09	100	Unidade	Alface Características técnicas: – de 1ª qualidade, folhas firmes, íntegra, não poderá estar murcha, tamanho médio. Embalagem: o produto deve estar acondicionado em sacos plásticos resistentes transparentes. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	Ceasa	0,70	70,00
11	500	Quilo	Banana Características Técnicas: 1ª qualidade. Grau médio de amadurecimento, unidades médias aproximadamente 120g. Produtos maduros ou deteriorados não serão aceitos. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	Ceasa	1,32	660,00

21	300	Quilo	<p>Carne Moída</p> <p>Características Técnicas: Peça de carne bovina sem osso, congelada e moída sem sebo. Deve apresentar cor, aparência, textura e aroma característicos.</p> <p>Embalagem: Sem aberturas, intacta. Em plástico transparente, atóxico, resistente. Deverá estar congelada, em pacotes de 2 kg, com informações sobre o produto, procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto, condições de armazenamento, número do registro no Ministério da Agricultura SIF/DIPOA e carimbo de inspeção SIF.</p> <p>Prazo de Validade: Validade mínima de 60 dias a partir da data de entrega na unidade requisitante.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado e refrigerado, ou em caixas de isopor bem fechadas em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	São João	14,83	4.449,00
24	50	Quilo	<p>Cebola de Cabeça</p> <p>Características Técnicas: Cebola de 1ª qualidade, classe média Tipo especial, deve apresentar as características de qualidade, bem formadas com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação.</p> <p>Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.</p>	Ceasa	1,50	75,00
33	100	Quilo	<p>Frango Congelado – Coxa e Sobre-coxa:</p> <p>Característica Técnicas: Coxa e sobre-coxa de frango congelado. A ave deve estar firme e sem manchas, peça lisa e coloração clara, aderente, sem odores;</p> <p>Deverão ser transportados de acordo com as normas da Vigilância Sanitária;</p> <p>Embalagem: Deve estar intacta. O produto deve estar acondicionado em bandejas ou sacos de polietileno leitoso ou transparente de 1 Kg.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado e refrigerado, ou em caixas de isopor bem fechadas em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Lar	5,60	560,00
34	100	Quilo	<p>Frango Congelado – Peito:</p> <p>Característica Técnicas: Peito de frango congelado. A ave deve estar firme e sem manchas, peça lisa e coloração clara, aderente, sem odores;</p> <p>Deverão ser transportados de acordo com as normas da Vigilância Sanitária;</p> <p>Embalagem: Deve estar intacta. O produto deve estar acondicionado em bandejas ou sacos de polietileno leitoso ou transparente de 1 Kg.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado e refrigerado, ou em caixas de isopor bem fechadas em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	LAR	7,80	780,00
36	100	Caixa	<p>GELATINA EM PÓ- DIVERSOS SABORES – 30 GR.</p> <p>Características técnicas: produto diluível em água. Colorido e aromatizado artificialmente. Não contém adoçantes artificiais.</p> <p>Embalagem: embalagem externa em caixa e interna em pacote, contendo no mínimo 30 gr.</p> <p>Prazo de validade: mínimo de 06 meses.</p> <p>Data de fabricação: máximo de 45 dias.</p>	Parati	0,70	70,00
54	60	Pacote	<p>Milho para pipoca</p> <p>Características Técnicas: de primeira qualidade, beneficiado, polido, limpo, isento de sujidades e outras misturas de espécies,</p> <p>Embalagem: acondicionado em pacotes de 500g</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 06 meses;</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Jureia	1,50	90,00
72	50	Lata	<p>Sardinha enlatada</p> <p>Características técnicas: Sardinhas ao próprio suco c/ óleo comestível, reparada com pescado fresco, limpo, eviscerado, cozido, imersa em óleo comestível. Ingredientes: sardinhas, água de constituição (ao próprio suco), óleo comestível e sal.</p> <p>Embalagem: Deve estar intacta, em latas de 125g. Prazo de Validade: mín.12 meses.</p> <p>Data de Fabricação: máx. 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	88	2,30	115,00

VALOR TOTAL R\$ 6.869,00 (seis mil oitocentos e sessenta e nove reais)

Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis
Frutas e Verduras Indiana Ltda – EPP

Item	Quant	Unidade	Descrição dos Alimentos	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
02	350	Quilo	Abobrinha verde Características Técnicas: Deve apresentar características bem formadas, ser de tamanho médio, livres de danos fisiológicos pragas e doenças. Estar em perfeitas condições de conservação. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	In natura	1,49	521,50
07	100	Quilo	Aipim cru congelado Características técnicas: Mandioca descascada, congelada, embalada à vácuo. Embalagem: O produto deve estar acondicionado em embalagem a vácuo de 1 kg, com tabela nutricional, peso e procedência. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	Indiana	3,74	374,00
08	100	Pacote	Alho Características Técnicas: – bulbo inteiro, de 1ª qualidade, firme e intacto, sem lesões de origem física ou mecânica, devendo estar bem desenvolvido, sadio. Não deve conter substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície. Embalagem: O produto deverá estar acondicionados em sacos resistentes (tipo rede) de 150g. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	Indiana	1,74	174,00
12	600	Quilo	Batata Inglesa Características Técnicas: Batata de 1ª qualidade, classe média Tipo especial, deve apresentar as características de qualidade, bem formadas com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Deve ser de tamanho médio. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	In natura	1,56	936,00
13	300	Quilo	Batata Salsa Características Técnicas: Batata salsa de 1ª qualidade, classe média Tipo especial, deve apresentar as características de qualidade, bem formadas com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Deve ser de tamanho médio, produto com tamanho pequeno ou deteriorados não serão aceitos. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	In natura	3,99	1.197,00
14	300	Quilo	Batata Doce Características Técnicas: Batata doce de 1ª qualidade, classe média Tipo especial, deve apresentar as características de qualidade, bem formadas com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Deve ser de tamanho médio, produto com tamanho pequeno ou deteriorados não serão aceitos. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	In natura	1,36	408,00
20	200	Unidade	Brócolis Características Técnicas: de 1ª qualidade, deve apresentar as características de qualidade, bem formadas com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Deve ser de tamanho médio, produto com tamanho pequeno ou deteriorados não serão aceitos.	In natura	1,79	358,00
23	250	Quilo	Cenoura Características Técnicas: Cenoura de 1ª qualidade, classe média Tipo especial deve apresentar as características de qualidade, bem formadas com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Deve ser de tamanho médio, produto com tamanho muito pequeno ou deteriorados não serão aceitos. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	In natura	1,24	310,00
25	150	Quilo	Chuchu Características Técnicas: fresco de boa qualidade, casca limpa e lisa, de cor verde brilhante, sem machucados deve estar livres de danos fisiológicos pragas e doenças. Estar em perfeitas condições de conservação. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	In natura	2,44	366,00

27	200	Unidade	Couve flor Características Técnicas: fresca de boa qualidade, deve estar livres de danos fisiológicos pragas e doenças. Estar em perfeitas condições de conservação.	In tatura	1,84	368,00
43	100	Quilo	Laranja Características Técnicas: Deve apresentar características bem definidas, bem formadas. A laranja deve ser de tamanho médio, livre de danos fisiológicos pragas e doenças. Estar em perfeitas condições de conservação e maturidade, produto com tamanho pequeno ou deteriorados não serão aceitos. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado	In natura	1,44	144,00
46	300	Quilo	Maçã Fuji Características Técnicas: Maçã vermelha classificada tipo A. Deve apresentar características bem definidas, bem formadas. A maçã deve ser de tamanho médio, livre de danos fisiológicos pragas e doenças. Estar em perfeitas condições de conservação e maturidade, produto com deteriorados não serão aceitos. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado	In natura	2,60	780,00
51	300	Quilo	Mamão formosa Características Técnicas: Deve apresentar características bem definidas, bem formadas. O mamão deve ser entregue pronto para a degustação, não estando verde e nem muito maduro, livres de danos fisiológicos pragas e doenças. Estar em perfeitas condições de conservação e maturidade. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado	In natura	2,79	837,00
52	50	Quilo	Manga Características Técnicas: Deve apresentar características bem definidas, bem formadas. A manga deve ser entregue pronto para a degustação, não estando verde e nem muito maduro, livres de danos fisiológicos pragas e doenças. Estar em perfeitas condições de conservação e maturidade. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado	In natura	2,69	134,50
59	80	Dúzia	Ovos de Galinha Características Técnicas: Ovo classe A, íntegro, sem manchas ou sujidades, tamanho uniforme. Deve apresentar casca lisa, pouco porosa, resistente e formato característico, sem perfurações ou rachaduras que comprometa o consumo humano. Embalagem: O produto deve estar acondicionado em caixa fechada contendo 12 unidades intactas, com informações sobre o produto, procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto, condições de armazenamento, número do registro no Ministério da Agricultura SIF/DIPOA e carimbo de inspeção SIF. Prazo de Validade: Validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega na unidade requisitante. Data de Fabricação: Máximo de 05 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em caixas de papelão bem fechadas em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Kohiyama	5,19	415,20
62	50	Quilo	Pepino Características: ótima qualidade, com tamanho e coloração uniformes, suficientemente desenvolvido; com polpa intacta e limpa, sem brotos, manchas, bolores ou outros defeitos que possam alterar sua aparência; livre de terra aderente à casca e de resíduos de fertilizantes; isento de umidade externa anormal e enfermidades; sem lesões de origem física e/ou mecânica (rachaduras. Perfurações e cortes).	In natura	2,14	107,00
69	40	Unidade	Repolho Características Técnicas: Repolho de 1ª qualidade, deve apresentar as características de qualidade, bem formadas com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Produtos deteriorados não serão aceitos. Embalagem: unidades em média de 1 kg. O produto deve estar embalado em sacos plásticos resistentes e transparentes O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	In natura	1,39	55,60

74	150	Quilo	Tomate Características Técnicas: Deve apresentar características de qualidade, bem formadas, com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	In natura	3,09	463,50
Valor total R\$ 7.949,30 (sete mil novecentos e quarenta e nove reais e trinta centavos)						

Jackiw Atacadista de Alimentos Eireli

Item	Quant	Unidade	Descrição dos Alimentos	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
04	15	Unidade	Achocolatado em pó sem adição de leite e derivados Embalagem de 400g Prazo de Validade: mín.12 meses. Data de Fabricação: máx. 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Apti	14,99	224,85
17	50	quilo	Bife batido Embalagem: Deve estar intacta. Acondicionada em sacos de polipropileno reforçado e revestido por caixa de papelão (tipo kraft) ou caixa plástica limpa. Embalados em pacotes de até 1Kg de forma que não grudem nos demais após congelados, constando peso, data de fabricação, carimbo de inspeção estadual ou federal e procedência da carne. Prazo de Validade: Validade mínima de 60 dias a partir da data de entrega na unidade requisitante. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado e refrigerado, ou em caixas de isopor bem fechadas em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Frigocruz	23,39	1.169,50
22	400	Quilo	Carne bovina (coxão mole) Embalagem: Deve estar intacta. Acondicionada em sacos de polipropileno reforçado e revestido por caixa de papelão (tipo kraft) ou caixa plástica limpa, de até 20kg. Embalados em pacotes de até 1Kg de forma que não grudem nos demais após congelados, constando peso, data de fabricação, carimbo de inspeção estadual ou federal e procedência da carne. Prazo de Validade: Validade mínima de 60 dias a partir da data de entrega na unidade requisitante. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado e refrigerado, ou em caixas de isopor bem fechadas em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Frigocruz	23,95	9.580,00
26	250	Quilo	Costela bovina picada para panela Embalagem: Deve estar intacta. Acondicionada em sacos de polipropileno reforçado e revestido por caixa de papelão (tipo kraft) ou caixa plástica limpa. Embalados em pacotes de até 1Kg de forma que não grudem nos demais após congelados, constando peso, data de fabricação, carimbo de inspeção estadual ou federal e procedência da carne. Prazo de Validade: Validade mínima de 60 dias a partir da data de entrega na unidade requisitante. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado e refrigerado, ou em caixas de isopor bem fechadas em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Frigocruz	13,87	3.467,50
28	10	Unidade	Essência de baunilha Embalagem: pote de vidro de 30 ml. Deve apresentar embalagem e rotulagem conforme legislação. Prazo de Validade: Mínimo 30 dias. Entrega: Mensalmente conforme solicitação da nutricionista. O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Mavalerio	2,19	21,90
42	100	Quilo	Kiwi Características: fresco e firme. Deverá ser entregue em embalagens de 1 kg	Ceasa	5,20	520,00
56	50	Quilo	Morango orgânico Características: fresco e firmes. Devera ser entregue em embalagens de no mínimo 500g.	Ceasa	7,80	390,00

60	30	Pacote	<p>Proteína Texturizada de Soja</p> <p>Características técnicas: Proteína Texturizada de Soja. Deve ser obtida a partir de grãos de soja limpos e submetidos a processo tecnológico adequado, deve apresentar cor, odor e sabor característico, deve estar livre de sujidades, para sítas e larvas.</p> <p>Embalagem: deve estar acondicionada em sacos plásticos bem vedados, com peso líquido de 500g.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo 30 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Jasmini	16,50	495,00
67	50	Quilo	<p>Presunto cozido fatiado</p> <p>Característica técnicas: produto cárneo industrializado, obtido de uma emulsão das carnes, não acrescido de toucinho.</p> <p>Embalagem: embalados em isopor contendo especificados o local de origem do produto, peso, data de embalagem e data de vencimento.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado e refrigerado, ou em caixas de isopor bem fechadas em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Pamplo-na	19,35	967,50
68	50	Quilo	<p>Queijo - Tipo Mussarela fatiado</p> <p>Características técnicas: Queijo de massa fresca, de consistência semi dura e semi suave, maturado, fatiado.</p> <p>Embalagem: Embalados em isopor contendo especificados o local de origem do produto, peso, data de embalagem e data de vencimento.</p> <p>Prazo de Validade: Validade mínima de 15 (quinze) dias a partir da data de entrega na unidade requisitante.</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 10 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado e refrigerado, ou em caixas de isopor bem fechadas em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Di Paula	24,45	1.222,50
VALOT TOTAL R\$ 18.058,75 (dezoito mil cinquenta e oito reais e setenta e cinco centavos)						

Julian Odachowski & Filhos Ltda

Item	Quant	Unidade	Descrição dos Alimentos	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
44	15	Unidade	<p>LEITE CONDENSADO – 395 GR.</p> <p>Características técnicas: composto de leite concentrado, açúcar, e lactose. Produto registrado no Ministério da Agricultura S.I.F.</p> <p>Embalagem: acondicionados em embalagem Tetra Park, peso líquido 385 gr.</p> <p>Prazo de validade: mínimo de 06 meses.</p> <p>Data de fabricação: máximo de 30 dias</p>	Mococa	2,65	39,75
45	20	Litro	<p>Leite UHT semi desnatado ZERO LACTOSE</p> <p>Descrição: Leite UHT semi desnatado para dietas com restrição a lactose.</p> <p>Embalagem: 1L</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Santa clara	2,74	54,80
47	100	Pacote	<p>Macarrão caracol</p> <p>Características Técnicas: Macarrão com ovos. Não deverá apresentar sujidade, bolor, manchas ou fragilidade à pressão dos dedos.</p> <p>Embalagem: deve estar intacta, acondicionado em pacotes bem vedados de 500gr.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 06 meses;</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Rosane	2,19	219,00
VALOR TOTAL R\$ 313,55 (trezentos e treze reais e cinquenta e cinco centavos)						

Jussara Lech – Supermercado

Item	Quant	Unidade	Descrição dos Alimentos	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	50	Quilo	<p>Abacate</p> <p>Características Técnicas: de 1ª qualidade, grau médio de maturação.</p> <p>Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem.</p> <p>O produto deverá ser transportado em veículo fechado.</p>	Ceasa	6,95	347,50

03	50	Quilo	Abóbora madura Características técnicas: Abóbora madura, isenta de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte. De colheita recente. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	Ceasa	1,00	50,00
05	20	Unidade	Adoçante líquido dietético com stévia Embalagem: embalagens de 80ml Prazo de Validade: Mínimo de 12 meses; Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Stevia	2,88	57,60
06	800	Unidade	AGUA MINERAL SEM GÁS – 500 ML. Embalagem: embalagem plástica de 500 ml. Prazo de validade: mínimo de 10 meses. Data de fabricação: máximo de 60 dias.	Treze Tilhas	0,75	600,00
09	400	Unidade	Alface Características técnicas: – de 1ª qualidade, folhas firmes, íntegra, não poderá estar murcha, tamanho médio. Embalagem: o produto deve estar acondicionado em sacos plásticos resistentes transparentes. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	Ceasa	0,70	280,00
11	500	Quilo	Banana Características Técnicas: 1ª qualidade. Grau médio de amadurecimento, unidades médias aproximadamente 120g. Produtos maduros ou deteriorados não serão aceitos. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	Ceasa	1,32	660,00
16	200	Quilo	Beterraba Características Técnicas: Deve apresentar as características de qualidade, bem formadas com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Produto com tamanho muito pequeno ou deteriorados não serão aceitos. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.	Ceasa	1,10	220,00
18	20	Pacote	Biscoito broa de fécula sem lactose e sem glúten Ingredientes: Amido de milho, açúcar, bicarbonato de amônio, clara de ovos e aroma de baunilha. Embalagem: Deve estar intacta, em pacotes de polietileno com peso de 35g. Deve apresentar embalagem e rotulagem conforme legislação. Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses. Data de Fabricação: Máximo de 45 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Zagonel	3,80	76,00
19	50	Quilo	Bisteca de porco Embalagem: Deve estar intacta. Acondicionada em sacos de polipropileno reforçado e revestido por caixa de papelão (tipo kraft) ou caixa plástica limpa. Embalados em pacotes de até 1Kg de forma que não grudem nos demais após congelados, constando peso, data de fabricação, carimbo de inspeção estadual ou federal e procedência da carne. Prazo de Validade: Validade mínima de 60 dias a partir da data de entrega na unidade requisitante. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado e refrigerado, ou em caixas de isopor bem fechadas em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Frigo-laste	12,90	645,00

21	500	Quilo	<p>Carne Moída</p> <p>Características Técnicas: Peça de carne bovina sem osso, congelada e moída sem sebo. Deve apresentar cor, aparência, textura e aroma característicos.</p> <p>Embalagem: Sem aberturas, intacta. Em plástico transparente, atóxico, resistente. Deverá estar congelada, em pacotes de 2 kg, com informações sobre o produto, procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto, condições de armazenamento, número do registro no Ministério da Agricultura SIF/DIPOA e carimbo de inspeção SIF.</p> <p>Prazo de Validade: Validade mínima de 60 dias a partir da data de entrega na unidade requisitante.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado e refrigerado, ou em caixas de isopor bem fechadas em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	São João	14,83	7.415,00
24	100	Quilo	<p>Cebola de Cabeça</p> <p>Características Técnicas: Cebola de 1ª qualidade, classe média Tipo especial, deve apresentar as características de qualidade, bem formadas com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação.</p> <p>Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. O produto deverá ser transportado em veículo fechado.</p>	Ceasa	1,50	150,00
30	20	Lata	<p>Formula infantil em pó para lactantes de 0 a 6 meses</p> <p>Ingredientes: Maltodextrina, leite de vaca desnatado (fonte protéica), oleína de palma, óleo de palmiste, óleo de canola, óleo de milho, lecitina de soja, vitaminas (vitamina C, taurina, vitamina E, vitamina PP, pantoteonato de cálcio, vitamina A, vitamina B6, vitamina B1, vitamina D3, vitamina B2, ácido fólico, vitamina K1, biotina, vitamina B12), minerais (sulfato ferroso, sulfato de zinco, sulfato de cobre, iodeto de potássio). NÃO CONTÉM GLÚTEN.</p> <p>Embalagem: Lata de 400g</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Nestogeno	21,00	420,00
31	20	Lata	<p>Formula infantil em pó para lactantes de 6 a 12 meses</p> <p>Ingredientes: Leite de vaca desnatado (fonte protéica), maltodextrina, oleína de palma, óleo de palmiste, óleo de canola, óleo de milho, minerais (sulfato ferroso, sulfato de zinco, sulfato de cobre, iodeto de potássio), lecitina de soja, vitaminas (vitamina C, vitamina PP, vitamina E, pantoteonato de cálcio, vitamina A, , vitamina B6, vitamina B1, vitamina D3, vitamina B2, ácido fólico, vitamina K1, biotina, vitamina B12). NÃO CONTÉM GLÚTEN.</p> <p>Embalagem: Lata de 400g</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Nestogeno	21,00	420,00
33	700	Quilo	<p>Frango Congelado – Coxa e Sobre-coxa:</p> <p>Característica Técnica: Coxa e sobre-coxa de frango congelado. A ave deve estar firme e sem manchas, peça lisa e coloração clara, aderente, sem odores;</p> <p>Deverão ser transportados de acordo com as normas da Vigilância Sanitária;</p> <p>Embalagem: Deve estar intacta. O produto deve estar acondicionado em bandejas ou sacos de polietileno leitoso ou transparente de 1 Kg.</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado e refrigerado, ou em caixas de isopor bem fechadas em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Lar	5,60	3.920,00
37	20	Unidade	<p>Gelatina diet</p> <p>Ingredientes: Gelatina contendo vitaminas A, C e D e os minerais selênio e zinco.</p> <p>Embalagem: Caixa com 12 g. Deve apresentar embalagem e rotulagem conforme legislação</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo 30 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Bretzker	1,75	35,00
49	30	Pacote	<p>Macarrão em formato de letrinhas</p> <p>Características Técnicas: Macarrão com ovos e vitaminas. Não deverá apresentar sujidade, bolor, manchas ou fragilidade à pressão dos dedos.</p> <p>Embalagem: deve estar intacta, acondicionado em pacote bem vedados de 500g</p> <p>Prazo de Validade: Mínimo de 06 meses</p> <p>Data de Fabricação: Máximo de 60 dias.</p> <p>Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.</p>	Galo	2,59	77,70

50	20	Pacote	Macarrão sem glúten Característica Técnicas: Macarrão a base de milho/arroz/quinoa/linhaça, etc. Alimento livre de glúten, sem gordura trans, sem sódio. Não deverá apresentar sujidade, bolor, mancha ou fragilidade à pressão dos dedos. Embalagem: Embalados em pacotes de polipropileno bem vedados, intactas, com peso líquido de 500g. Prazo de Validade: Mínimo de 06 meses Data de Fabricação: Máximo de 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Urbano	2,04	40,80
58	400	Quilo	Músculo sem osso Características Técnicas: Peça de carne bovina CORTADA EM CUBOS, sem sebo, carne de cor vermelha cereja, elástica firme e com odor agradável. Embalagem: Deve estar intacta. Embalados em pacotes de 1Kg de forma que não grudem nos demais após congelados, constando peso, data de fabricação, carimbo de inspeção estadual ou federal e procedência da carne. Prazo de Validade: mín. 6 meses. Data de Fabricação: máx. 30 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado e refrigerado, ou em caixas de isopor bem fechadas em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	São João	13,98	5.592,00
63	100	Quilo	Peixe – Filé de pescada Característica: filé de pescada branca, congelado, sem pele, sem espinha, cheiro e sabor próprios, sem manchas esverdeadas e parasitas. Embalagem: Embalados em camadas separadas por filme plástico transparente e atóxico. Sem aberturas, intacto. Deverá estar congelada, em pacotes de 1 kg, com informações sobre o produto, procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto, condições de armazenamento, número do registro no Ministério da Agricultura SIF/DIPOA e carimbo de inspeção SIF. Prazo de Validade: Validade mínima de 60 dias a partir da data de entrega na unidade requisitante. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado e refrigerado, ou em caixas de isopor bem fechadas em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Peixe vivo	15,00	1.500,00
66	30	Caixa	Pudim DIET Características técnicas: Pudim diet contendo vitaminas A, C e D e os minerais selênio e zinco. Embalagem: Embalagem de 30g Prazo de validade: Mínimo 30 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	Apti	1,80	54,00
72	100	Lata	Sardinha enlatada Características técnicas: Sardinhas ao próprio suco c/ óleo comestível, reparada com pescado fresco, limpo, eviscerado, cozido, imersa em óleo comestível. Ingredientes: sardinhas, água de constituição (ao próprio suco), óleo comestível e sal. Embalagem: Deve estar intacta, em latas de 125g. Prazo de Validade: mín.12 meses. Data de Fabricação: máx. 60 dias. Entrega: O produto deverá ser transportado em veículo fechado, em boas condições higiênico-sanitárias e que garantam a qualidade e conservação do produto.	88	2,30	230,00

VALOR TOTAL R\$ 22.790,60 (vinte e dois mil setecentos e noventa reais e sessenta centavos)

Irineópolis 03 de julho de 2020.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

ATA RP PROC 46/2019 PM

Publicação Nº 2551324

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº 46/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 46/2019, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 29/2019, a Sra. Andressa Bendlin - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Cristiano Back e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 440/2019; Sra. Ana Maria Onevetch - Advogada do Município. Sr. Rodrigo Padziora representante da empresa Hobi Extr. E Com. De Areia Ltda, Sra. Regiane Bahr representante da empresa Revestical Extração e Comercio de Pedras Ltda e Sr. Josmar Kerber representante da empresa Kerber & Cia



Ltda. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento do interessado na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento da proposta, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise da Proposta, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Hobi Extr. E Com. De Areia Ltda, Revestical Extração E Comercio de Pedras Ltda. e Kerber & Cia Ltda seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento da proposta, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentos de Habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 46/2019, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 29/2019, a Sra. Andressa Bendlin - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Cristiano Back e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 440/2019; Sra. Ana Maria Onevetch - Advogada do Município. Sr. Rodrigo Padziora representante da empresa Hobi Extr. E Com. De Areia Ltda, Sra. Regiane Bahr representante da empresa Revestical Extração e Comercio de Pedras Ltda e Sr. Josmar Kerber representante da empresa Kerber & Cia Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Hobi Extr. E Com. De Areia Ltda, Revestical Extração E Comercio de Pedras Ltda. e Kerber & Cia Ltda e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. Os representantes das empresas não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Hobi Extração e Comércio de Areia Ltda

Item	Qtd	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	19.000	Tonelada	Areia	HOBÍ	28,00	532.000,00
VALOR TOTAL R\$ 532.000,00 (quinhentos e trinta e dois mil reais)						

Kerber & Cia Ltda

Item	Qtd	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
02	20.000	Tonelada	Pedra Brita Tipo bica corrida	KERBER	37,00	703.000,00
VALOR TOTAL R\$ 703.000,00 (setecentos e três mil)						

Revestical extração e Comercio de Pedras Ltda ME

Itens Exclusivos MEI – ME – EPP (Ref. Art. 48, III, da LC nº 123/2006)

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
04	1.000	Tonelada	Pedra Brita tipo bica corrida	Revestical	40,00	40.000,00
TOTAL R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)						

Irineópolis 03 de julho de 2020.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.796/2020

Publicação Nº 2552214

DECRETO Nº 3.796/2020, DE 01 DE JULHO DE 2020.

Regulamenta a modalidade de licitação pregão, na forma Presencial e Eletrônica para aquisição de bens e contratação de serviços comuns, inclusive os serviços comuns de engenharia, no âmbito do Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso VII do artigo 65 da Lei Orgânica do Município, e amparado no que dispõe a Lei Municipal n.º 1.770/2014 de 20/02/2014 e Lei Municipal nº 1844/2015 de 10/06/2015,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

OBJETO E ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Este Decreto regulamenta a modalidade de licitação pregão, na forma eletrônica e presencial, para aquisição de bens e contratação de serviços comuns, inclusive os serviços comuns de engenharia, no âmbito do Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

§ 1º É obrigatória a utilização do pregão, na forma eletrônica, de que trata este decreto, pelos órgãos da administração pública municipal direta e indireta e os fundos especiais.

§ 2º Excepcionalmente, mediante prévia justificativa da autoridade competente, será admitida a utilização da forma de pregão presencial nas licitações de que trata o caput nas seguintes situações:

I - desde que fique comprovada desvantagem para a Administração na realização da forma eletrônica;

II - nos casos em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa as contratações com os recursos do repasse; e

III - nos certames com fonte exclusiva do Tesouro do Município e com valor global máximo de R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais).

PRINCÍPIOS NORTEADORES

Art. 2º A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, desenvolvimento sustentável, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade, e dos que lhes são correlatos.

Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão, sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

DEFINIÇÕES:

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - aviso do edital - documento que contém:

a) a definição precisa, suficiente e clara do objeto;

b) a indicação dos locais, das datas e dos horários em que poderá ser lido ou obtido o edital;

c) o endereço eletrônico no qual ocorrerá a sessão pública com a data e o horário de sua realização, em se tratando de pregão eletrônico; e

d) o endereço no qual ocorrerá a sessão pública com a data e o horário de sua realização, em se tratando de pregão presencial;

II - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;

III - bens e serviços especiais - bens que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade técnica, não podem ser considerados bens e serviços comuns, nos termos do inciso II;

IV - lances intermediários - lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, porém inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante;

V - obra - construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de bem imóvel, realizada por execução direta ou indireta;

VI - serviço - atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da administração pública;

VII - serviço comum de engenharia - atividade ou conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, nos termos do disposto na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado;

VIII - Cadastro de Fornecedores da Prefeitura de Irineópolis - registro cadastral de pessoas físicas e jurídicas que participam de licitações e celebram contratos e atas de registro de preços com a Prefeitura de Irineópolis;

IX - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf - ferramenta informatizada, integrante da plataforma do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - Siasg, disponibilizada pelo Ministério da Economia, para cadastramento dos órgãos e das entidades da administração pública, das empresas públicas e dos participantes de procedimentos de licitação, dispensa ou inexigibilidade promovidos pelos órgãos e pelas entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - Siasg;

X - sistema de dispensa eletrônica - ferramenta informatizada para a realização dos processos de contratação direta de bens e serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia;

XI - órgão solicitante - é o centro de competência instituído para o desempenho da função estatal que solicita, por intermédio de sua autoridade competente, realização de certame licitatório;

XII - autoridade competente - é a responsável pela licitação pública e pela celebração do futuro contrato;

XIII - Departamento de Licitação - órgão competente para disciplinar e realizar os procedimentos licitatórios requeridos pelos órgãos solicitantes; e

XIV - termo de referência - documento que deverá conter:

a) os elementos que embasam a avaliação do custo pela administração pública, a partir dos padrões de desempenho e qualidade estabelecidos e das condições de entrega do objeto, com as seguintes informações:

1. a definição do objeto contratual e dos métodos para a sua execução, vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem ou frustrem a competição ou a realização do certame;

2. o valor estimado do objeto da licitação demonstrado em planilhas, de acordo com o preço de mercado; e

3. o cronograma físico-financeiro, se necessário;

b) o critério de aceitação do objeto;

c) os deveres do contratado e do contratante;

d) a relação dos documentos essenciais à verificação da qualificação técnica e econômico-financeira, se necessária;

e) os procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato;

f) o prazo para execução do contrato; e

g) as sanções previstas de forma objetiva, suficiente e clara.

§ 1º A classificação de bens e serviços como comuns depende de exame predominantemente fático e de natureza técnica.

§ 2º Os bens e serviços que envolverem o desenvolvimento de soluções específicas de natureza intelectual, científica e técnica, caso possam ser definidos nos termos do disposto no inciso II do caput, serão licitados por pregão.

VEDAÇÕES

Art. 4º O pregão na forma eletrônica não se aplica a:

I - contratações de obras;

II - locações imobiliárias e alienações; e

III - bens e serviços especiais, incluídos os serviços de engenharia enquadrados no disposto no inciso III do caput do art. 3º.

CAPÍTULO II

PROCEDIMENTOS

FORMA DE REALIZAÇÃO

Art. 5º O pregão será modalidade adotada para aquisição de bens e serviços comuns e poderá ser realizada:

I - à distância e em sessão pública, por meio de sistema eletrônico de licitação adotado pela Prefeitura de Irineópolis. O sistema a ser designado deverá ser dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam condições de segurança em todas as etapas do certame e que esteja integrado à plataforma de operacionalização das modalidades de transferências voluntárias da União; e

II - de forma presencial, em sessão pública a ser realizada na sede da Prefeitura Municipal de Irineópolis.

ETAPAS

Art. 6º A realização do pregão observará as seguintes etapas sucessivas:

- I - planejamento da contratação;
- II - publicação do aviso de edital;
- III - apresentação de propostas e de documentos de habilitação;
- IV - abertura da sessão pública e envio de lances, ou fase competitiva;
- V - julgamento;
- VI - habilitação;
- VII - recurso;
- VIII - adjudicação; e
- IX - homologação.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Art. 7º Os critérios de julgamento empregados na seleção da proposta mais vantajosa para a administração serão os de menor preço ou maior desconto, conforme dispuser o edital.

Parágrafo único. Serão fixados critérios objetivos para definição do melhor preço, considerados os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade, as diretrizes do plano de gestão de logística sustentável e as demais condições estabelecidas no edital.

DOCUMENTOS

Art. 8º O processo relativo ao pregão será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:

- I - termo de referência;
- II - planilha estimativa de despesa;
- III - previsão dos recursos orçamentários necessários, com a indicação das rubricas, exceto na hipótese de pregão para registro de preços;
- IV - autorização de abertura da licitação;
- V - designação do pregoeiro e da equipe de apoio;
- VI - edital e respectivos anexos;
- VII - minuta do termo do contrato, ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;
- VIII - parecer jurídico;
- IX - os avisos, os esclarecimentos e as impugnações;
- X - documentação exigida e apresentada para a habilitação;
- XI - proposta de preços do licitante;
- XII - ata da sessão pública, que conterá os seguintes registros, entre outros:
 - a) os licitantes participantes;
 - b) as propostas apresentadas;
 - c) os avisos, os esclarecimentos e as impugnações;
 - d) os lances ofertados, na ordem de classificação;
 - e) a suspensão e o reinício da sessão, se for o caso;
 - f) a aceitabilidade da proposta de preço;
 - g) a habilitação;
 - h) a decisão sobre o saneamento de erros ou falhas na proposta ou na documentação;
 - i) os recursos interpostos, as respectivas análises e as decisões; e
 - j) o resultado da licitação;
- XIII - comprovantes das publicações:
 - a) do aviso do edital;
 - b) do extrato do contrato;
 - c) dos demais atos cuja publicidade seja exigida; e
- XIV - ato de homologação.

§ 1º A instrução do processo licitatório poderá ser realizada por meio de sistema eletrônico, de modo que os atos e os documentos de que trata este artigo, constantes dos arquivos e registros digitais, serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas.

§ 2º A ata da sessão pública será disponibilizada na internet imediatamente após o seu encerramento, para acesso livre.

§ 3º Fica dispensado o inciso VIII, caso haja parecer jurídico referencial exarado pelo órgão de assessoramento competente, que deverá ser anexado ao processo, ressalvada a hipótese de consulta acerca de dúvida de ordem jurídica devidamente identificada e motivada.

CAPÍTULO III

ACESSO AO PROVEDOR DO PREGÃO ELETRÔNICO

CREDENCIAMENTO

Art. 9º A autoridade competente do órgão solicitante, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio, demais servidores que se fizerem necessários e os licitantes que participarem do pregão, na forma eletrônica, serão previamente credenciados, perante o provedor do sistema eletrônico.

§ 1º O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

§ 2º Caberá à Comissão Permanente de Licitação solicitar, junto ao provedor do sistema, o seu credenciamento, o do pregoeiro e o dos membros da equipe de apoio e das autoridades competentes.

LICITANTE

Art. 10. O credenciamento no sistema permite a participação dos interessados em qualquer pregão na forma eletrônica, salvo quando, por solicitação do credenciado, seja inativado ou excluído e/ou não preencha as condições estabelecidas pelo sistema designado.

§ 1º É de responsabilidade exclusiva do licitante qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema a ser utilizado ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido, ainda que por terceiros.

§ 2º O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

CAPÍTULO IV

CONDUÇÃO DO PROCESSO

ÓRGÃO OU ENTIDADE PROMOTORA DA LICITAÇÃO

Art. 11. O pregão será conduzido pela Comissão de Pregão.

AUTORIDADE COMPETENTE

Art. 12. Caberá à autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou no estatuto do órgão ou da entidade promotora da licitação:

I - designar o pregoeiro e os membros da equipe de apoio;

II - indicar o provedor do sistema;

III - determinar a abertura do processo licitatório;

IV - decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;

V - adjudicar o objeto da licitação, quando houver recurso;

VI - homologar o resultado da licitação; e

VII - celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços.

CAPÍTULO V

FASE PREPARATÓRIA OU PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

ORIENTAÇÕES GERAIS

Art. 13. Na fase preparatória do pregão será observado o seguinte:

I - aprovação do termo de referência pela autoridade competente ou por quem esta delegar;

II - elaboração do edital, que estabelecerá os critérios de julgamento e a aceitação das propostas, o modo de disputa e, quando necessário, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

III - definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, dos prazos e das condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e a execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração pública; e

IV - designação do pregoeiro e de sua equipe de apoio.

VALOR ESTIMADO OU VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL

Art. 14. O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente do edital, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

§ 1º Para fins do disposto no caput, o valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

§ 2º Nas hipóteses em que for adotado o critério de julgamento pelo maior desconto, o valor estimado, o valor máximo aceitável ou o valor de referência para aplicação do desconto constará obrigatoriamente do instrumento convocatório.

DESIGNAÇÕES DO PREGOEIRO E DA EQUIPE DE APOIO

Art. 15. Caberá a autoridade competente, designar agentes públicos para o desempenho das funções deste Decreto.

DO PREGOEIRO

Art. 16. Caberá ao pregoeiro, em especial:

I - conduzir a sessão pública;

II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances;

V - verificar e julgar as condições de habilitação;

VI - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

VIII - indicar o vencedor do certame;

IX - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

X - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

XI - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

Parágrafo único. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

DA EQUIPE DE APOIO

Art. 17. Caberá à equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas etapas do processo licitatório.

DO LICITANTE

Art. 18. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão:

I - na forma eletrônica:

a) credenciar-se previamente no sistema eletrônico de licitação utilizado pela Central Permanente de Licitação;

b) remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os

documentos complementares;

c) responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

d) acompanhar as operações no sistema eletrônico de licitação durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

e) comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

f) utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

g) solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio; e

II - na forma presencial:

a) apresentar a documentação (credenciamento, proposta de preços e habilitação) na forma designada no Edital;

b) acompanhar as sessões presenciais durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus de perda de negócios, decorrente da ausência de manifestação verbal do licitante, quando da provocação do Pregoeiro;

c) remeter, no prazo estabelecido, quando necessário, documentos complementares; e

d) responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante.

CAPÍTULO VI

DA PUBLICAÇÃO DO AVISO DO EDITAL

PUBLICAÇÃO

Art. 19. A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados por meio da publicação do aviso do edital no Diário Oficial do Município - DOM e no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Irineópolis.

§ 1º Nas hipóteses de pregão realizado para obras e serviços comuns de engenharia, com utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, além dos meios dispostos no caput, também deverá ser realizada publicação em diário oficial do respectivo ente.

§ 2º Em se tratando de obras comuns, serviços e compras de grande vulto, aquelas cujo valor estimado seja superior a vinte e cinco vezes o limite estabelecido na alínea "c" do inciso I do art. 23 e art. 120 da Lei Federal nº 8.666/1993, além dos meios dispostos no caput, também deverá ser realizada publicação em jornal de grande circulação.

EDITAL

Art. 20. Os editais serão disponibilizados na íntegra no site oficial da Prefeitura Municipal de Irineópolis.

Parágrafo único. Em se tratando de pregão eletrônico, os editais também deverão ser disponibilizados na íntegra no sistema eletrônico de licitação adotado pela Prefeitura de Irineópolis.

MODIFICAÇÃO DO EDITAL

Art. 21. Modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

ESCLARECIMENTOS

Art. 22. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, na forma do edital.

§ 1º O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

§ 2º As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

IMPUGNAÇÃO

Art. 23. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

§ 2º A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

CAPÍTULO VII

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO

Art. 24. O prazo fixado para a apresentação das propostas e dos documentos de habilitação, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a oito dias úteis.

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PELO LICITANTE NO PREGÃO ELETRÔNICO

Art. 25. Quando se tratar de Pregão na forma eletrônica, após a divulgação do edital nos locais designados neste Decreto, os licitantes encaminharão exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

§ 1º A etapa de que trata o caput será encerrada com a abertura da sessão pública.

§ 2º Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Sicafe, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

§ 3º O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, nos termos do disposto no caput, ocorrerá por

meio de chave de acesso e senha.

§ 4º O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

§ 5º A falsidade da declaração de que trata o § 4º sujeitará o licitante às sanções previstas neste Decreto.

§ 6º Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

§ 7º Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, observado o disposto no caput, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o Capítulo IX.

§ 8º Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

§ 9º Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o § 2º do art. 50.

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PELO LICITANTE NO PREGÃO PRESENCIAL

Art. 26. Quando se tratar de Pregão na forma presencial, após a divulgação do edital nos locais designados neste Decreto, os licitantes, no dia, hora e local designados, deverão comparecer à sessão pública para entrega dos envelopes na forma do Edital, devendo o interessado, ou seu representante, identificar-se e, se for o caso, comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, acompanhada da declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.

CAPÍTULO VIII

ABERTURA DA SESSÃO E ENVIO DE LANCES

HORÁRIO DE ABERTURA

Art. 27. Em se tratando de Pregão na forma eletrônica, a partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

§ 1º Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, devendo utilizar sua chave de acesso e senha.

§ 2º O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

Art. 28. Em se tratando de Pregão na forma presencial, a partir do horário previsto no edital, a sessão pública será aberta pelo comando do pregoeiro, procedendo-se à imediata abertura do envelope de proposta de preços e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

Art. 29. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

Parágrafo único. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema ou na ata da sessão pública, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

Art. 30. As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet, quando se tratar de Pregão na forma eletrônica.

Art. 31. Em se tratando de Pregão na forma presencial, a descrição do objeto, valor e eventuais documentos estarão disponíveis na sessão para os interessados ou qualquer cidadão que esteja presente, podendo posteriormente qualquer pessoa solicitar cópias do mesmo, na forma da Lei nº 12.527/2011.

ORDENAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Art. 32. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance, quando se tratar de Pregão na forma eletrônica.

Art. 33. Em se tratando de Pregão na forma presencial, o pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

§ 1º Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no inciso anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

§ 2º Quando houverem proposta iniciais empatadas, o Pregoeiro realizará sorteio na presença dos licitantes para definir a ordem de classificação.

INÍCIO DA FASE COMPETITIVA

Art. 34. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando se tratar de Pregão na forma eletrônica.

§ 1º O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

§ 2º Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

§ 3º O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

§ 4º Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

§ 5º Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

Art. 35. Em se tratando de pregão presencial, classificadas as propostas o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão apresentar lances verbais em sessão pelos proponentes.

MODOS DE DISPUTA NO PREGÃO ELETRÔNICO

Art. 36. Serão adotados para o envio de lances no pregão eletrônico os seguintes modos de disputa:

- I - aberto - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital; ou
- II - aberto e fechado - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado no edital.

Parágrafo único. No modo de disputa aberto, o edital preverá intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

MODO DE DISPUTA ABERTO NO PREGÃO ELETRÔNICO

Art. 37. No modo de disputa aberto, de que trata o inciso I do caput do art. 37, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

§ 1º A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o caput, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

§ 2º Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no caput e no § 1º, a sessão pública será encerrada automaticamente.

§ 3º Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no § 1º, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º, mediante justificativa.

MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO

Art. 38. No modo de disputa aberto e fechado, de que trata o inciso II do caput do art. 37, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos.

§ 1º Encerrado o prazo previsto no caput, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

§ 2º Encerrado o prazo de que trata o § 1º, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

§ 3º Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o § 2º, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

§ 4º Encerrados os prazos estabelecidos nos § 2º e § 3º, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

§ 5º Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos § 2º e § 3º, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no § 4º.

§ 6º Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no § 5º.

DESCONEXÃO DO SISTEMA NA ETAPA DE LANCES NO PREGÃO ELETRÔNICO

Art. 39. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

Art. 40. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

MODO DE DISPUTA NO PREGÃO PRESENCIAL

Art. 41. Em se tratando de Pregão na forma presencial, os licitantes apresentarão lances de forma verbal pelos seus representantes credenciados, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

§ 1º O pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

§ 2º A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

§ 3º Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

Art. 42. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

Art. 43. Em se tratando de pregão eletrônico, os critérios de desempate serão aplicados nos termos do art. 42, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

Parágrafo único. Na hipótese de persistir o empate, no pregão eletrônico, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

CAPÍTULO IX**JULGAMENTO****NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA**

Art. 44. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico ou na sessão pública presencial, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

§ 1º A negociação será realizada por meio do sistema ou na sessão presencial e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

§ 2º O instrumento convocatório deverá estabelecer prazo de, no mínimo, uma hora, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para

envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o caput, quando se tratar de Pregão na forma eletrônica.

§ 3º Em se tratando de Pregão na forma presencial, o instrumento convocatório deverá estabelecer o prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir da solicitação do pregoeiro na sessão, para envio da proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o caput, podendo ser enviada por meio designado no Edital.

JULGAMENTO DA PROPOSTA

Art. 45. Encerrada a etapa de negociação de que trata o art. 43, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º, § 9º do art. 26 e art. 27, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital, observado o disposto no Capítulo X.

CAPÍTULO X

HABILITAÇÃO

DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA

Art. 46. Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa:

I - à habilitação jurídica;

II - à qualificação técnica;

III - à qualificação econômico-financeira;

IV - à regularidade fiscal Federal, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e trabalhista;

V - à regularidade fiscal perante as Fazendas Estaduais, Distrital e Municipais, conforme for o caso;

VI - ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e no inciso XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

Parágrafo único. A documentação exigida para atender ao disposto nos incisos I, III, IV e V do caput poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

Art. 47. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

Parágrafo único. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos de que trata o caput serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

Art. 48. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, serão exigidos:

I - a comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, com indicação da empresa líder, que atenderá às condições de liderança estabelecidas no edital e representará as consorciadas perante a União;

II - a apresentação da documentação de habilitação especificada no edital por empresa consorciada;

III - a comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada empresa consorciada, na forma estabelecida no edital;

IV - a demonstração, por cada empresa consorciada, do atendimento aos índices contábeis definidos no edital, para fins de qualificação econômico-financeira;

V - a responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas etapas da licitação e durante a vigência do contrato;

VI - a obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras, observado o disposto no inciso I; e

VII - a constituição e o registro do consórcio antes da celebração do contrato.

Parágrafo único. Fica vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por meio de mais de um consórcio ou isoladamente.

INTENÇÃO DE RECORRER E PRAZO PARA RECURSO

Art. 49. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do Sicaf nos documentos por ele abrangidos.

§ 1º Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados nos termos do disposto nos arts. 26 e 27.

§ 2º Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema (pregão eletrônico) e por meio designado no Edital (pregão presencial), no prazo definido no edital, após solicitação do pregoeiro, observado o prazo disposto no §§ 2º e 3º do art. 43.

§ 3º A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

§ 4º Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

§ 5º Na hipótese de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada exclusivamente via sistema (pregão eletrônico) ou por meio designado no Edital (pregão presencial), no prazo fixado no edital, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

§ 6º No pregão realizado para o sistema de registro de preços, quando a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora, precedida de posterior habilitação, nos termos do disposto no Capítulo X.

§ 7º A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte será exigida nos termos de regulamento específico do disposto no art. 4º do Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, enquanto não houver regulamento específico da Prefeitura de Irineópolis.

§ 8º Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

CAPÍTULO XI**RECURSO****INTENÇÃO DE RECORRER E PRAZO PARA RECURSO**

Art. 50. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema (pregão eletrônico) ou de forma verbal (pregão presencial), manifestar sua intenção de recorrer.

§ 1º As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

§ 2º Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

§ 3º A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no caput, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 4º O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

CAPÍTULO XII**ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO****AUTORIDADE COMPETENTE**

Art. 51. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do disposto no inciso III e IV do caput do art. 13.

Art. 52. Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação, nos termos do disposto no inciso IX do caput do art. 17.

CAPÍTULO XIII**SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO****ERROS OU FALHAS**

Art. 53. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

§ 1º Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o caput, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata, quando se tratar de pregão eletrônico.

§ 2º O procedimento descrito no parágrafo anterior poderá ser realizado no pregão presencial, podendo ser reiniciada sessão pública mediante aviso prévio publicado no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Irineópolis, com no mínimo, três dias de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

CAPÍTULO XIV**CONTRATAÇÃO****ASSINATURA DO CONTRATO OU DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Art. 54. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital.

§ 1º Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 2º Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo da aplicação das sanções de que trata o art. 56.

§ 3º O prazo de validade das propostas será de sessenta (60) dias, permitida a fixação de prazo diverso no edital.

CAPÍTULO XV**SANÇÃO****IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR**

Art. 55. Ficará impedido de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Irineópolis e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura de Irineópolis, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

I - não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

II - não entregar a documentação exigida no edital;

III - apresentar documentação falsa;

IV - causar o atraso na execução do objeto;

V - não manter a proposta;

VI - falhar na execução do contrato;

VII - fraudar a execução do contrato;

VIII - comportar-se de modo inidôneo;

IX - declarar informações falsas; e

X - cometer fraude fiscal.

§ 1º As sanções descritas no caput também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública;

§ 2º As sanções serão registradas e publicadas no Sicaf e no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura de Irineópolis.

CAPÍTULO XVI**REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO**

Art. 56. A autoridade competente para homologar o procedimento licitatório de que trata este Decreto poderá revogá-lo somente em razão

do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

Parágrafo único. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

CAPÍTULO XVII

DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA

APLICAÇÃO

Art. 57. As unidades gestoras da Prefeitura Municipal de Irineópolis adotarão o sistema de dispensa eletrônica, nas seguintes hipóteses:

- I - contratação de serviços comuns de engenharia, nos termos do disposto no inciso I do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993;
- II - aquisição de bens e contratação de serviços comuns, nos termos do disposto no inciso II do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993; e
- III - aquisição de bens e contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, nos termos do disposto no inciso III e seguintes do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, quando cabível.

§ 1º Ato do Pregoeiro da Comissão de Pregão regulamentará o funcionamento do sistema de dispensa eletrônica.

§ 2º A obrigatoriedade da utilização do sistema de dispensa eletrônica ocorrerá a partir da data de publicação do ato de que trata o § 1º.

§ 3º Fica vedada a utilização do sistema de dispensa eletrônica nas hipóteses de que trata o art. 4º.

CAPÍTULO XVIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

ORIENTAÇÕES GERAIS

Art. 58. Os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Art. 59. Os participantes de licitação na modalidade de pregão têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Decreto e qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet (pregão eletrônico) ou participando da sessão presencial (pregão presencial).

Art. 60. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

Art. 61. Os arquivos e os registros digitais relativos ao processo licitatório permanecerão à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 62. O Pregoeiro poderá editar normas complementares ao disposto neste Decreto e disponibilizar informações adicionais.

REVOGAÇÃO

Art. 63. Fica revogado o Decreto nº 1652/2007, e as demais disposições em contrário.

Art. 64. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 01 de Julho de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.796/2020, DE 01 DE JULHO DE 2020.

ANEXO I

CLASSIFICAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS

BENS COMUNS

1. Bens de Consumo

1.1 Água mineral

1.2 Combustível e lubrificante

1.3 Gás

1.4 Gênero alimentício

1.5 Material de expediente

1.6 Material hospitalar, médico e de laboratório

1.7 Medicamentos, drogas e insumos farmacêuticos

1.8 Material de limpeza e conservação

1.9 Oxigênio

1.10 Uniforme

2. Bens Permanentes

2.1 Mobiliário

2.2 Equipamentos em geral, incluindo bens de informática

2.3 Utensílios de uso geral, incluindo bens de informática

2.4 Veículos automotivos em geral

2.5 Microcomputador de mesa ou portátil ("notebook"), monitor de vídeo e impressora

SERVIÇOS COMUNS

1. Serviços de Apoio Administrativo

2. Serviços de Apoio à Atividade de Informática

- 2.1. Digitação
- 2.2. Manutenção
3. Serviços de Assinaturas
 - 3.1. Jornal
 - 3.2. Periódico
 - 3.3. Revista
 - 3.4. Televisão via satélite
 - 3.5. Televisão a cabo
4. Serviços de Assistência
 - 4.1. Hospitalar
 - 4.2. Médica
 - 4.3. Odontológica
5. Serviços de Atividades Auxiliares
 - 5.1. Ascensorista
 - 5.2.. Auxiliar de escritório
 - 5.3. Copeiro
 - 5.4. Garçom
 - 5.5. Jardineiro
 - 5.6. Mensageiro
 - 5.7. Motorista
 - 5.8. Secretária
 - 5.9. Telefonista
6. Serviços de Confecção de Uniformes
7. Serviços de Copeiragem
8. Serviços de Eventos
9. Serviços de Filmagem
10. Serviços de Fotografia
11. Serviços de Gás Natural
112. Serviços de Gás Liq-efeito de Petróleo
13. Serviços Gráficos
14. Serviços de Hotelaria
15. Serviços de Jardinagem
16. Serviços de Lavanderia
17. Serviços de Limpeza e Conservação
18. Serviços de Locação de Bens Móveis
19. Serviços de Manutenção de Bens Imóveis
20. Serviços de Manutenção de Bens Móveis
21. Serviços de Remoção de Bens Móveis
22. Serviços de Microfilmagem
23. Serviços de Reprografia
24. Serviços de Seguro Saúde
25. Serviços de Degravação
26. Serviços de Tradução
27. Serviços de Telecomunicações de Dados
28. Serviços de Telecomunicações de Imagem
29. Serviços de Telecomunicações de Voz
30. Serviços de Telefonia Fixa
31. Serviços de Telefonia Móvel
32. Serviços de Transporte
33. Serviços de Vale refeição
34. Serviços de Vigilância e Segurança Ostensiva
35. Serviços de Fornecimento de Energia Elétrica
36. Serviços de Apoio Marítimo
37. Serviços de Aperfeiçoamento, Capacitação e Treinamento
38. Serviços de Recuperação e Manutenção de Veículos, Máquinas e Equipamentos
39. Outros Serviços que sejam enquadrados no Art. 3º inciso II deste Decreto.

PORTARIA Nº 237/2020

Publicação Nº 2551372

PORTARIA Nº 237/2020.

"DESIGNA SERVIDORA PARA EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001 consoante o anexo VI – Quadro de Funções Gratificadas, da Lei Complementar nº 057/2012, de 27/03/2012, com redação dada pela Lei Complementar nº 066/2013, de 19/04/2013.

RESOLVE:



Art. 1º DESIGNAR a servidora CLAUDIA HELOISA KUCHLA, ocupante do cargo de Enfermeira ESF (40h/sem), para exercer a Função Gratificada de Assessora Técnica dos Serviços de Enfermagem, prevista na Lei Complementar nº 057/2012, para prestar atividades junto ao Hospital Municipal Bom Jesus, percebendo gratificação mensal equivalente a categoria de Assessoramento, do Quadro de Funções Gratificadas da Prefeitura Municipal de Irineópolis.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação..

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 03 de Julho de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

RESOLUÇÃO HMBJ Nº 019/2020

Publicação Nº 2552363

RESOLUÇÃO N º 019/2020.

“EXONERA SERVIDORA MUNICIPAL A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, cidadã WIANEY DE CASSIA DE OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 105, inciso VII da Lei Complementar nº 07/2001, de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - Exonerar a Pedido a servidora CRISTIANE KRÜGER, do cargo de Supervisora de Serviços de Enfermagem, do Quadro de Pessoal Comissionado do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, para o qual foi nomeada em 12/08/2019, através da Resolução nº 020/2019.

Art 2nd - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Irineópolis (SC), 03 de Julho de 2020.

WIANEY DE CASSIA DE OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS

Presidente.

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

Publicação Nº 2551982

Câmara Municipal de Irineópolis
Rua Guanabara, 288, Fone/Fax – (47) 3625-1260 / 3625-1619
e-mail: cmirineopolis@yahoo.com.br site: www.camaradeirineopolis.com.br
89440-000 - IRINEÓPOLIS - SANTA CATARINA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira juntamente com o presidente da Câmara Sr. Fernando Turra, vem disponibilizar para conhecimento da população a Prestação de Contas do Sr. Prefeito Municipal Juliano Pozzi Pereira referente ao exercício de 2018.

Site: www.camaradeirineopolis.com.br

E-mail: cmirineopolis@yahoo.com.br

Telefones: (47) 3625-1260 ou 3625-1619

FERNANDO TURRA

Presidente da Câmara

Municipal de Irineópolis -sc

ELENI BAUM

Presidente Comissão de Finanças e Fiscalização

Financeira

HOSPITAL Bom Jesus**DECRETO 3800/2020**

Publicação Nº 2551887

Decreto nº 3800/2020

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 2048 de 20 de novembro de 2019, conforme art.12,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas parcialmente no Orçamento Geral do Hospital Municipal Bom Jesus, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais), conforme discriminação seguinte:

03 – HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

03.01 – HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

2.028– Manutenção do Hospital Bom Jesus

3.2.90.00.00.00.00.0264 Aplicações Diretas R\$ 900,00

3.3.90.00.00.00.00.0264 Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

4.6.90.00.00.00.00.0264 Aplicações Diretas R\$ 900,00

T O T A L R\$ 3.800,00

Art. 2º - Por conta da anulação prevista no artigo anterior, fica suplementada a dotação a seguir especificada, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos:

03 – HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

03.01 – HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

2.028– Manutenção do Hospital Bom Jesus

4.4.90.00.00.00.00.0264 Aplicações Diretas R\$ 3.800,00

T O T A L R\$ 3.800,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 03 de julho de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Itaiópolis

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2020

Publicação Nº 2551754

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2020 – Objeto: Registro de Preços para locação mensal de Rolo Compactador de pneus. Fornecedor: Só Rolos Locação de Máquinas e Equipamentos Ltda. ME. Valor Mensal: R\$ 13.990,00. PRAZO: 12 (doze) meses. Itaiópolis, 1º de julho de 2020. REGINALDO JOSÉ FERNANDES LUIZ Prefeito Municipal

NOVA DATA DE ABERTURA – PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2020

Publicação Nº 2551759

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso (locação) de sistema informatizado de gestão pública municipal, incluindo ainda serviços necessários a sua implantação, suporte técnico e manutenção para atendimento de necessidades da Administração Municipal e Câmara de Vereadores. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 21 de julho de 2020, até as 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 21 de julho de 2020, às 09h15. O Edital está à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaioptolis.sc.gov.br. Itaiópolis, 06 de julho de 2020. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO PE 12/2020

Publicação Nº 2551489

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE. Pregão Eletrônico nº 12/2020. objeto: Registro de Preços para compras futuras de gêneros de alimentação, suplementos e fórmulas que deverão ser fornecidos aos usuários que necessitam deste tipo de alimentação especial (leite em pó). Data para recebimento das propostas até às 10:00horas do dia 20 de julho de 2020. Exclusivamente por meio do sistema eletrônico no site www.bll.org.br . Data e hora para sessão dos lances: dia 20 de julho de 2020 às 13:15horas. O Edital estará à disposição dos interessados no site da Prefeitura de Itaiópolis www.itaioptolis.sc.gov.br. Maiores informações no fone 047 3652 2211. Itaiópolis, 06/07/2020. Kelly Evellyn Ientz de Souza – Secretária Municipal da Saúde.

Itapema

PREFEITURA

DECRETO Nº 051 - PRORROGA O DECRETO 46

Publicação Nº 2552563

DECRETO Nº 051/2020

Prorroga as medidas sanitárias definidas pelo Decreto n. 46, de 22 de junho de 2020, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições legais, com fundamento no inciso XV, do art. 42, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o aumento de casos de COVID-19 na região da AMFRI e no Município de Itapema, com a lotação das unidades hospitalares da Cidade e dos Municípios vizinhos;

DECRETA:

Art. 1º Ficam prorrogadas por 15 (quinze) dias, a contar da publicação do presente Decreto, as medidas sanitárias acrescidas pelo art. 1º do Decreto n. 46, de 22 de junho de 2020 ao Plano Estratégico de Enfrentamento da COVID-19.

Art. 2º Até o dia 20 de julho deste ano, a circulação de idosos com mais de 70 (setenta) anos de idade, no âmbito do Município de Itapema, deverá restringir-se às atividades essenciais, assim considerada, dentre outras coisas, a locomoção ao trabalho, supermercados, farmácias ou estabelecimentos médico-hospitalares.

Parágrafo único. Além das hipóteses do caput, a autoridade sanitária poderá, nas ações de fiscalização, autorizar de forma justificada atividade que, no caso concreto, julgue essencial.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema (SC), 06 de julho de 2020.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO 037/2020 - PREGÃO PRESENCIAL 04.027.2020 - REGISTRO DE PREÇOS – AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COMBATE A INCÊNDIO E SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA PERTENCENTES A TODAS AS EDIFICAÇÕES MUNICIPAIS, DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA PREFEITURA DE ITAPEMA.

Publicação Nº 2552637

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE ITAPEMA

HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO 037/2020 – PREGÃO – 04.027.2020

ATA REGISTRO DE PREÇOS 027/2020

BASE LEGAL: Art. 15, Lei 8.666/93 e alterações.

OBJETO:

Registro de Preços – Aquisição e manutenção de equipamentos de combate a incêndio e sinalização de emergência pertencentes a todas as edificações Municipais, de acordo com as necessidades da Prefeitura de Itapema, conforme especificações e quantitativos estimados constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.027.2020.

VALOR TOTAL: R\$ 327.487,50 (trezentos e vinte e sete mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

PRAZO: 12 (doze) meses.

EMPRESAS:

RP COMERCIAL LTDA

STOP FIRE PROJETOS E SOLUÇÕES CONTRA INCÊNDIO EIRELI EPP

SUL SAFETY DISTRIBUIDORA DE MERCADORIAS EIRELI ME

Ata disponível na íntegra no site www.itapema.sc.gov.br

Itapema, 03 de junho de 2020.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita de Itapema

HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO 038/2020 - PREGÃO PRESENCIAL 04.028.2020 - REGISTRO DE PREÇOS – AQUISIÇÃO DE BOLSA PARA GESTANTE (KIT CEGONHA) E JALECO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPEMA.

Publicação Nº 2552668

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO 038/2020 – PREGÃO – 04.028.2020
ATA REGISTRO DE PREÇOS 028/2020

BASE LEGAL: Art. 15, Lei 8.666/93 e alterações.

OBJETO:
Registro de Preços – aquisição de bolsa para gestante (kit cegonha) e jaleco para atender às necessidades da Secretaria Municipal de saúde de Itapema, conforme especificações e quantitativos estimados constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.028.2020.

VALOR TOTAL: R\$ 54.145,50 (cinquenta e quatro mil, cento e quarenta e cinco reais e cinquenta centavos).

PRAZO: 12 (doze) meses.

EMPRESAS:
ANDRÉ FELIX MAES CORDEIRO
WFL COMÉRCIO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI

Ata disponível na íntegra no site www.itapema.sc.gov.br

Itapema, 22 de junho de 2020.
NILZA NILDA SIMAS
Prefeita de Itapema

HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO 104/2020 - PREGÃO PRESENCIAL 04.040.2020 - REGISTRO DE PREÇOS – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO VEICULAR E VISTORIA AUTOMOTIVA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA.

Publicação Nº 2552655

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO 104/2020 – PREGÃO – 04.040.2020
ATA REGISTRO DE PREÇOS 040/2020

BASE LEGAL: Art. 15, Lei 8.666/93 e alterações.

OBJETO:
Registro de Preços – Contratação de empresa para confecção de placa de identificação veicular e vistoria automotiva, para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.040.2020.

VALOR TOTAL: R\$ 24.750,00 (vinte e quatro mil, setecentos e cinquenta reais).

PRAZO: 12 (doze) meses.

EMPRESAS:
AUTO PLACAS ITAPEMA LTDA
DJALMA RAINOLDO MORSCHHEISER

Ata disponível na íntegra no site www.itapema.sc.gov.br

Itapema, 22 de junho de 2020.

NILZA NILDA SIMAS
Prefeita de Itapema

LEI Nº 3.999, DE 25 DE JUNHO DE 2020 - ALTERA A LEI MUNICIPAL N. 3.782, DE 06 DE SETEMBRO DE 2018

Publicação Nº 2552129

Lei nº 3.999, de 25 de junho de 2020.

Altera a Lei Municipal n. 3.782, de 06 de setembro de 2018.

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º A Lei Municipal n. 3.782, de 06 de setembro de 2018 passa a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 9º

§ 5º Em se tratando de acréscimo do número de unidades residenciais excedentes ao índice "K" de cada zona residencial para edificações multifamiliares e/ou mistas, deverão ser utilizados como instrumento de cálculo do valor correspondente a cada unidade residencial acrescida, os critérios da Lei Complementar 65/2018.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema (SC), 25 de junho de 2020.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

PUBLICAÇÃO 230 - CONTRATO 026.2020 - UNIFIQUE

Publicação Nº 2552580

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRATO DO CONTRATO 026/2020
PROCESSO 027/2020

DO OBJETO: Contratação empresa especializada para prestação de Serviços de telecomunicações de link de internet, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.018.2020
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A
CNPJ: 02.255.187/0001-87

DO VALOR: R\$ 81.480,00 (oitenta e um mil quatrocentos e oitenta reais).

PRAZO: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, inciso IV da lei 8.666/93 e alterações posteriores.

DATA DA ASSINATURA: 01/06/2020.

Itapema, 01 de junho de 2020.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO 231 - CONTRATO 027.2020 - CS

Publicação Nº 2552582

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRATO DO CONTRATO 027/2020
PROCESSO 026/2020

DO OBJETO: O presente contrato tem como origem a Ata de registro de Preços do Pregão nº Nº. 04.017.2020, Processo 26/2020, objetivando a Contratação empresa especializada na prestação de serviço de locação de veículos, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.017.2020.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: CS BRASIL FROTAS LTDA
CNPJ: 27.595.780/0001-16

DO VALOR: R\$ 677.320,20 (seiscentos e setenta e sete mil trezentos e vinte reais e vinte centavos).

PRAZO: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data do presente termo, ou seja, até 18/06/2021, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, inciso IV da lei 8.666/93 e alterações posteriores.

DATA DA ASSINATURA: 19/06/2020.

Itapema, 19 de junho de 2020.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO 232 - CONTRATO 027.2020 - AMB

Publicação Nº 2552583

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRATO DO CONTRATO 028/2020
PROCESSO 026/2020

DO OBJETO: O presente contrato tem como origem a Ata de registro de Preços do Pregão nº Nº. 04.017.2020, Processo 26/2020, objetivando a Contratação empresa especializada na prestação de serviço de locação de veículos, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.017.2020.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: AMB TRANSPORTE EIRELI EPP

CNPJ: 10.275.087/0001-63

DO VALOR: R\$ 22.188,00 (vinte e dois mil cento e oitenta e oito reais).

PRAZO: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data do presente termo, ou seja, até 18/06/2021, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, inciso IV da lei 8.666/93 e alterações posteriores.

DATA DA ASSINATURA: 19/06/2020.

Itapema, 19 de junho de 2020.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO 233 - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001.2020 - SANTOS E SANTANA

Publicação Nº 2552585

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DE ADITIVO
CONTRATO 001/2020 – 2º TERMO ADITIVO

DO OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para reforma das Unidades Escolares localizadas nos Bairros Alto São Bento, Meia Praia e Morretes do Município de Itapema, discriminadas conforme LOTES a seguir, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.

LOTE I : Unidade Escolar CMEI Abelhinha Feliz I

LOTE II : Unidade Escolar EMEB Maria Linhares de Souza

LOTE III : Unidade Escolar EMEB Educar

LOTE IV : Unidade Escolar CMEI Pequeno Príncipe

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: SANTOS E SANTANA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA

DO ACRÉSCIMO: Os valores inicialmente contratados sofrem o acréscimo de R\$ R\$ 17.208,59 (dezessete mil duzentos e oito reais e cinquenta e seis centavos).

DA SUPRESSÃO: Os valores inicialmente contratados sofrem a supressão de R\$ 4.141,70 (quatro mil cento e quarenta e um reais e setenta centavos)

DATA DA ASSINATURA: 14/05/2020.

Itapema, 14 de maio de 2020.

NILZA NILDA SIMAS

PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 234 - 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001.2020 - SANTOS E SANTANA

Publicação Nº 2552587

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DE ADITIVO
CONTRATO 001/2020 – 3º TERMO ADITIVO

DO OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para reforma das Unidades Escolares localizadas nos Bairros Alto São Bento, Meia Praia e Morretes do Município de Itapema, discriminadas conforme LOTES a seguir, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.

LOTE I : Unidade Escolar CMEI Abelhinha Feliz I
LOTE II : Unidade Escolar EMEB Maria Linhares de Souza
LOTE III : Unidade Escolar EMEB Educar
LOTE IV : Unidade Escolar CMEI Pequeno Príncipe

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: SANTOS E SANTANA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA

DO PRAZO: O presente contrato será prorrogado por 45 (quarenta e cinco) dias, a partir de 05 de julho de 2020, ou seja, até 18 de agosto de 2020, conforme solicitação anexa aos autos.

DATA DA ASSINATURA: 26/06/2020.

Itapema, 26 de junho de 2020.
NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 235- 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 002.2020 - V J

Publicação Nº 2552588

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DE ADITIVO
CONTRATO 002/2020 – 2º TERMO ADITIVO

DO OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para reforma das Unidades Escolares localizadas nos Bairros Alto São Bento, Meia Praia e Morretes do Município de Itapema, discriminadas conforme LOTES a seguir, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.

LOTE I : Unidade Escolar CMEI Abelhinha Feliz I
LOTE II : Unidade Escolar EMEB Maria Linhares de Souza
LOTE III : Unidade Escolar EMEB Educar
LOTE IV : Unidade Escolar CMEI Pequeno Príncipe

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
CONTRATADA: V J TERRAPLANAGEM E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA

DO ACRÉSCIMO: Os valores inicialmente contratados sofrem o acréscimo de R\$ R\$ 84.326,10 (oitenta e quatro mil trezentos e vinte e seis reais e dez centavos).

DATA DA ASSINATURA: 03/06/2020.

Itapema, 03 de junho de 2020.
NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 236- 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 002.2020 - V J

Publicação Nº 2552590

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DE ADITIVO
CONTRATO 002/2020 – 3º TERMO ADITIVO

DO OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para reforma das Unidades Escolares localizadas

nos Bairros Alto São Bento, Meia Praia e Morretes do Município de Itapema, discriminadas conforme LOTES a seguir, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.

LOTE I : Unidade Escolar CMEI Abelhinha Feliz I
LOTE II : Unidade Escolar EMEB Maria Linhares de Souza
LOTE III : Unidade Escolar EMEB Educar
LOTE IV : Unidade Escolar CMEI Pequeno Príncipe

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: V J TERRAPLANAGEM E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA

DO ACRÉSCIMO: O presente contrato será prorrogado por 45 (quarenta e cinco) dias, a partir de 05 de julho de 2020, ou seja, até 18 de agosto de 2020, conforme solicitação anexa aos autos

DATA DA ASSINATURA: 26/06/2020.

Itapema, 26 de junho de 2020.
NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 237 - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 078.2019 - SANTOS E SANTANA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA

Publicação Nº 2552592

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO
CONTRATO 078/2019

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para reforma das Unidades Básicas de Saúde localizadas nos Bairros Ilhota, Meia Praia e Várzea do Município de Itapema, discriminadas conforme LOTES a seguir, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, projetos, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo

LOTE I: Unidade Básica de Saúde Ilhota
LOTE II : Unidade Básica de Saúde Meia Praia II
LOTE III : Unidade Básica de Saúde Várzea

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: SANTOS E SANTANA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA

DO PRAZO: O presente contrato será prorrogado por 90 (noventa) dias, a partir de 12 de junho de 2020, ou seja, até 09 de setembro de 2020, conforme solicitação anexa aos autos

DATA DA ASSINATURA: 11/06/2020.

Itapema, 11 de junho de 2020.
NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 238 - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 018.2020 - AMFRI

Publicação Nº 2552594

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO
CONTRATO 018/2020
Contrato de Programa e Rateio 007/20

DO OBJETO: Contratação do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário - Gestão do CIM-AMFRI", cujo objeto se refere à promoção de licitações compartilhadas e a gestão associada de serviços e de políticas públicas para impulsionar o desenvolvimento sustentável nos Municípios que o integram, em especial nas áreas de agricultura e pesca, saneamento e meio ambiente, infraestrutura e mobilidade urbana, segurança pública, educação, inovação tecnológica, esporte, cultura e administração tributária, além de outros que vierem a ser definidos posteriormente pela assembleia geral do CIM-AMFRI.

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMFRI - CIM-AMFRI

DA SUPRESSÃO: Fica suprimido o valor de R\$ 72.069,58 (setenta e dois mil sessenta e nove reais e cinquenta e oito centavos), do contrato original.

DATA DA ASSINATURA: 01/06/2020.

Itapema, 01 de junho de 2020.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO 239 - 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 092.2018 - SANTOS E SANTANA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA

Publicação N° 2552596

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO

CONTRATO 092/2018

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para construção da unidade básica de saúde (UBS MORRETES III) localizada no Bairro Morretes do Município de Itapema, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, projetos, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: SANTOS E SANTANA EMPREITEIRA DE MÃO
DE OBRA

DO ACRÉSCIMO: Os valores inicialmente contratados sofrem o acréscimo de R\$ R\$ 167.173,50 (cento e sessenta e sete mil cento e setent e três reais e cinquenta cecntavos).

DA SUPRESSÃO: Os valores inicialmente contratados sofrem a supressão de R\$ 2.710,25 (dois mil setecentos e dez reais e vinte e cinco centavos)

DATA DA ASSINATURA: 03/06/2020.

Itapema, 03 de junho de 2020.

NILZA NILDA SIMAS

PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 240 - 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 092.2018 - SANTOS E SANTANA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA

Publicação N° 2552598

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO

CONTRATO 092/2018

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para construção da unidade básica de saúde (UBS MORRETES III) localizada no Bairro Morretes do Município de Itapema, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, projetos, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: SANTOS E SANTANA EMPREITEIRA DE MÃO
DE OBRA

DO PRAZO: O presente contrato será prorrogado por 60 (sessenta) dias, a partir de 24 de junho de 2020, ou seja, até 22 de agosto de 2020, conforme solicitação e justificativa anexa aos autos

DATA DA ASSINATURA: 22/06/2020.

Itapema, 22 de junho de 2020.

NILZA NILDA SIMAS

PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 241 - 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 042.2019 - SANTOS E SANTANA

Publicação Nº 2552600

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DE ADITIVO
CONTRATO 042/2019 – 6º TERMO ADITIVO

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para conclusão da Unidade Básica de Saúde localizada à Rua 810-A no Município de Itapema, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, projetos, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: SANTOS E SANTANA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA

DO PRAZO: O presente contrato será prorrogado por 60 (trinta) dias, a partir de 14 de junho de 2020, ou seja, até 12 de agosto 2020, conforme solicitação anexa aos autos

DATA DA ASSINATURA: 10/06/2020

Itapema, 10 de junho de 2020.
NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 242 - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 063.2019 - GUIA

Publicação Nº 2552601

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRATO DE ADITIVO
CONTRATO 063/2019 – 2º TERMO ADITIVO

DO OBJETO: O presente contrato tem como origem a Ata de registro de Preços do Pregão nº Nº. 04.102.2018, Processo 167/2018, objetivando a Contratação empresa especializada na prestação de serviço de locação de veículos, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.102.2018.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: GUIA VEÍCULOS LTDA

DO PRAZO: O presente contrato será prorrogado por 2 (dois) meses, a partir de 05 de julho de 2020, ou seja, até 04 de setembro de 2020, conforme solicitação anexa aos autos

DATA DA ASSINATURA: 24/06/2020.

Itapema, 24 de junho de 2020.
NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 243 - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 064.2019 - GMX

Publicação Nº 2552602

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRATO DE ADITIVO
CONTRATO 064/2019 – 2º TERMO ADITIVO

DO OBJETO: O presente contrato tem como origem a Ata de registro de Preços do Pregão nº Nº. 04.102.2018, Processo 167/2018, objetivando a Contratação empresa especializada na prestação de serviço de locação de veículos, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.102.2018.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: GMX LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA

DO PRAZO: O presente contrato será prorrogado por 2 (dois) meses, a partir de 05 de julho de 2020, ou seja, até 04 de setembro de 2020, conforme solicitação anexa aos autos

DATA DA ASSINATURA: 24/06/2020.

Itapema, 24 de junho de 2020.
NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 244 - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 065.2019 - CONTINENTE

Publicação Nº 2552603

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRATO DE ADITIVO
CONTRATO 065/2019 – 2º TERMO ADITIVO

DO OBJETO: O presente contrato tem como origem a Ata de registro de Preços do Pregão nº Nº. 04.102.2018, Processo 167/2018, objetivando a Contratação empresa especializada na prestação de serviço de locação de veículos, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.102.2018.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: CONTINENTE RENT A CAR LTDA EPP

DO PRAZO: O presente contrato será prorrogado por 1 (um) mês, a partir de 05 de julho de 2020, ou seja, até 04 de agosto de 2020, conforme solicitação anexa aos autos

DATA DA ASSINATURA: 24/06/2020.

Itapema, 24 de junho de 2020.
NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 245 - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 047.2018 - FAEF

Publicação Nº 2552604

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO 2º TERMO ADITIVO
CONTRATO 047/2018

OBJETO: Contratação de Empresa para locação de software, implantação, treinamento e suporte para implementação do Controle Interno com geração dos anexos do Siconfi e apresentação das audiências públicas de avaliação do cumprimento das metas fiscais, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.063.2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: FAEF SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA

DO PRAZO: A prorrogação do prazo contratual do presente Termo se dá por mais 12 (doze) meses, sendo o prazo do dia 25 de junho de 2020 até o dia 24 de junho de 2021, conforme solicitação que se encontra anexa ao processo.

REAJUSTE: O valor não sofrerá reajuste tendo em vista decretação de pandemia, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em decorrência do vertiginoso aumento de casos de Covid-19 (doença ocasionada pelo coronavírus Sars-Cov-2), conforme parecer jurídico anexo aos autos

DATA DA ASSINATURA: 24/6/2020

Itapema, 24 de junho de 2020.
NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 246 - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 007.2020 - POLIBOX

Publicação Nº 2552605

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DE ADITIVO
CONTRATO 007/2020 – 2º TERMO ADITIVO

DO OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para ampliações das unidades escolares: CMEI Clube do Mickey, EMEB Bento Elói Garcia, localizadas no Município de Itapema, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, projetos, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro anexos ao processo

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: POLIBOX SISTEMAS CONSTRUTIVOS LTDA

DO ACRÉSCIMO: Os valores inicialmente contratados sofrem o acréscimo de R\$ R\$ 96.661,59 (noventa e seis mil seiscientos e sessenta e um reais e cinquenta e nove centavos) correspondente à 16,59% do contrato inicial, de acordo com documentação anexa aos autos.

DATA DA ASSINATURA: 14/05/2020.

Itapema, 14 de maio de 2020.

NILZA NILDA SIMAS

PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 247 - 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 007.2020 - POLIBOX

Publicação N° 2552606

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

EXTRATO DE ADITIVO

CONTRATO 007/2020 – 3º TERMO ADITIVO

DO OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para ampliações das unidades escolares: CMEI Clube do Mickey, EMEB Bento Elói Garcia, localizadas no Município de Itapema, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, projetos, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro anexos ao processo

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: POLIBOX SISTEMAS CONSTRUTIVOS LTDA

DO PRAZO: O presente contrato será prorrogado por 30 (trinta) dias, a partir de 12 de julho de 2020, ou seja, até 10 de agosto de 2020, conforme solicitação anexa aos autos

DATA DA ASSINATURA: 26/06/2020.

Itapema, 26 de junho de 2020.

NILZA NILDA SIMAS

PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 248 - 6º TERMO ADITIVO - CONTRATO 081.2018

Publicação N° 2552607

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO

CONTRATO 081/2018

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para construção do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI Morretes 3), padrão FNDE tipo 1, localizado a Rua 436C, esquina com a Rua 424, Bairro Morretes, no Município de Itapema, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, projetos, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: EMPREITEIRA VALSOUZA LTDA EPP

DO PRAZO: O presente contrato será prorrogado por 90 (noventa) dias, a partir de 11 de julho de 2020, ou seja, até 08 de outubro de 2020, conforme solicitação anexa aos autos

DATA DE ASSINATURA: 26/06/2020

Itapema, 26 de junho de 2020.

Nilza Nilda Simas

Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO 249 - 10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 086.2016 - CONSÓRCIO ENGEPLAN FREEDOM

Publicação N° 2552609

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO 10º TERMO ADITIVO
CONTRATO 086/2016

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de complementação e conclusão das obras de Macrodrenagem, conforme projetos, orçamentos, memoriais descritivos anexos ao processo.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
CONTRATADA: CONSÓRCIO ENGEPLAN FREEDOM

DO PRAZO: A prorrogação do prazo contratual do presente Termo se dá por mais 06 (seis) meses, sendo o prazo do dia 01 de julho de 2020 até o dia 31 de dezembro de 2020, conforme solicitação anexa

DATA DA ASSINATURA: 26/06/2020.

Itapema, 26 de junho de 2020.
NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 250 - 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 014.2019 - SOFTPLAN

Publicação N° 2552610

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DE ADITIVO
CONTRATO 014/2016 – 6º TERMO ADITIVO

OBJETO: Serviço para informatização da execução fiscal da procuradoria-geral, suporte e manutenção, visando a utilização do sistema de gestão e automação da justiça para a procuradoria (SAJ), integrada ao tribunal de justiça do estado de Santa Catarina, para utilização do processo eletrônico de execuções fiscais.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
CONTRATADA: SOFTPLAN PLANEJAMENTO E SISTEMAS LTDA

DO PRAZO: A prorrogação do prazo contratual do presente Termo se dá por mais 1 (um) mês, sendo o prazo do dia 01 de julho de 2020 até o dia 31 de julho de 2020, conforme solicitação da Procuradoria Geral do Município que se encontra anexa ao processo

DATA DA ASSINATURA: 26/06/2020

Itapema, 26 de junho de 2020.
NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 251 - 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 045.2018 - VALSOUZA LTDA EPP

Publicação N° 2552611

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO
CONTRATO 045/2018

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para manutenção e reforma da infraestrutura da EMEB Bento Elói Garcia localizada no Bairro Morretes no Município de Itapema, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
CONTRATADA: EMPREITEIRA VALSOUZA LTDA EPP

DO PRAZO: O presente contrato será prorrogado por 60 (sessenta) dias, a partir de 06 de junho de 2020, ou seja, até 04 de agosto de 2020, conforme solicitação anexa aos autos.

DO ACRÉSCIMO E DA SUPRESSÃO:

Os valores inicialmente contratados sofrem o acréscimo de R\$ R\$ 82.877,91 (oitenta e dois mil oitocentos e setenta e sete reais e noventa e um centavos).

Os valores inicialmente contratados sofrem a supressão de R\$ 3.116,88 (três mil cento e dezesseis reais e oitenta e oito centavos).

DATA DA ASSINATURA: 01/06/2020.

Itapema, 01 de junho de 2020.

NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 252 - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 003.2020 - AÇU

Publicação Nº 2552618

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DE ADITIVO
CONTRATO 003/2020 – 3º TERMO ADITIVO

DO OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para reforma das Unidades Escolares localizadas nos Bairros Alto São Bento, Meia Praia e Morretes do Município de Itapema, discriminadas conforme LOTES a seguir, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.

LOTE I : Unidade Escolar CMEI Abelhinha Feliz I
LOTE II : Unidade Escolar EMEB Maria Linhares de Souza
LOTE III : Unidade Escolar EMEB Educar
LOTE IV : Unidade Escolar CMEI Pequeno Príncipe

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: AÇU CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI

DO ACRÉSCIMO: Os valores inicialmente contratados sofrem o acréscimo de R\$ R\$ 34.560,79 (trinta e quatro mil quinhentos e sessenta reais e setenta e nove centavos).

DO PRAZO: Os valores inicialmente contratados sofrem o acréscimo de R\$ 3.867,19 (três mil oitocentos e sessenta e sete reais e dezenove centavos).

DATA DA ASSINATURA: 26/06/2020.

Itapema, 26 de junho de 2020.

NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 253 - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 046.2018

Publicação Nº 2552619

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO 2º TERMO ADITIVO
CONTRATO 046/2018

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para a atualização tecnológica da Infovia, com fornecimento e instalação e manutenção de fibra óptica, para atender as necessidades do Município de Itapema, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital Nº 04.062.2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: FREENETWORKS SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA – ME

DO ACRÉSCIMO: O valor da prestação de serviço de manutenção da infovia será reajustado em 50% o IGPM (Índice Geral de Preço ao Consumidor) do período, ou seja, 3,2551%, tendo em vista decretação de pandemia, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em decorrência do vertiginoso aumento de casos de Covid-19 (doença ocasionada pelo coronavírus Sars-Cov-2), conforme documentos anexos aos autos.

DO PRAZO: A prorrogação do prazo contratual do presente Termo se dá por mais 12 (doze) meses, sendo o prazo do dia 26 de junho de 2020 até o dia 25 de junho de 2021, conforme solicitação que se encontra anexa ao processo

DATA DA ASSINATURA: 24/06/2020.

Itapema, 24 de junho de 2020.
NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 254 - TERMO DE CREDENCIAMENTO 005.2019 - PROC. 065.2017 - CREDENCIAMENTO SAÚDE 005.2017

Publicação N° 2552620

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
CREDENCIAMENTO 065/2017

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO 016/2020

OBJETO: A presente Ordem de Serviço visa atender ao Credenciamento nº. 05/2017 que tem por objeto o Credenciamento de Pessoas físicas e jurídicas da área de Saúde, para a prestação de serviços complementares à Prefeitura Municipal de Itapema, nas seguintes especialidades da tabela SIA/SUS:

Especialidade: G3 – SUB GRUPO 01 – CONSULTA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA MÉDICA E NÍVEL SUPERIOR / Médico psiquiatra

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADO: CMP CLÍNICA MÉDICA LTDA

DO PRAZO: 12(DOZE) MESES

DATA DA ASSINATURA: 03/06/2020

2º ADITIVO AO TERMO CREDENCIAMENTO 093/2018

OBJETO: A presente Ordem de Serviço visa atender ao Credenciamento nº. 05/2017 que tem por objeto o Credenciamento de Pessoas físicas e jurídicas da área de Saúde, para a prestação de serviços complementares à Prefeitura Municipal de Itapema, nas seguintes especialidades da tabela SIA/SUS:

Especialidade: G3 - SUB-GRUPO 02 - ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO

CONTRATADO: FRANCINE STULP

DO PRAZO: O termo de credenciamento 093/2018 será prorrogado por 12 (doze) meses, a partir de 01 de agosto de 2020, ou seja, até o dia 31 de julho de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 26/06/2020

2º ADITIVO AO TERMO CREDENCIAMENTO 087/2018

OBJETO: A presente Ordem de Serviço visa atender ao Credenciamento nº. 05/2017 que tem por objeto o Credenciamento de Pessoas físicas e jurídicas da área de Saúde, para a prestação de serviços complementares à Prefeitura Municipal de Itapema, nas seguintes especialidades da tabela SIA/SUS:

Especialidade: G2 - SUB-GRUPO 02 - PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA

CONTRATADO: GLAUCO CESARIO PEREIRA - ME

DO PRAZO: O termo de credenciamento 087/2018 será prorrogado por 12 (doze) meses, a partir de 01 de agosto de 2020, ou seja, até o dia 31 de julho de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 01/07/2020

Itapema, 06 de julho de 2020.
NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

DECRETO Nº 049 - SUPLEMENTAÇÃO

Publicação Nº 2552561

DECRETO nº. 49/2020

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento vigente e dá Outras Providências.

A Prefeita Municipal de Itapema, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/1964 e LOA - Lei Orçamentária Anual do Município para 2020 nº. 3.941, de 16 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar ao orçamento vigente, na importância de R\$ 1.578.648,00 (um milhão quinhentos e setenta e oito mil seiscentos e quarenta e oito reais), conforme segue:

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**Unidade: 02 -Diretoria Administrativa****Projeto: 1.004 - PMAT - Programa de Modernização Administrativa Tributária**

Elemento: 4.4.90.00.00.00.03.0000/279 - Aplicações diretas	R\$	66.000,00
Total da Secretaria:	R\$	66.000,00

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES**Unidade: 08 -Diretoria de Transito****Atividade: 2.017 - Manutenção dos Serviços Administrativos - DETRAMI**

Elemento: 3.1.90.00.00.00.01.0012/105 - Aplicações diretas	R\$	20.000,00
Total da Secretaria:	R\$	20.000,00

Órgão: 08 - SECR MUN TURISMO CULTURA, ESPORTES E DESENV ECON**Unidade: 04 -Diretoria de Ensino****Atividade: 2.055 - Manutenção dos Recursos do FUNDEB - INFANTIL**

Elemento: 3.1.90.00.00.00.01.0019/208 - Aplicações diretas	R\$	15.000,00
---	-----	-----------

Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0019/210 - Aplicações diretas	R\$	40.000,00
---	-----	-----------

Atividade: 2.056 - Manutenção dos Recursos do FUNDEB - FUNDAMENTAL

Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0019/202 - Aplicações diretas	R\$	100.000,00
Total da Secretaria:	R\$	155.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**Unidade: 01 -Assessoria Especial de Políticas de Saúde****Atividade: 2.107 - Projetos Especiais - Saúde**

Elemento: 4.4.90.00.00.00.01.0107/278 - Aplicações diretas	R\$	400.000,00
Total da Secretaria:	R\$	400.000,00

Órgão: 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**Unidade: 04 - Diretoria de Programas Sociais****Atividade: 2.067 - Gestão e Administração do Depto de Assist Social**

Elemento: 3.3.90.00.00.00.03.0000/277 - Aplicações diretas	R\$	28.773,00
Total da Secretaria:	R\$	28.773,00

Órgão: 12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**Unidade: 04 - Diretoria de Administração e Finanças****Atividade: 2.073 - Gestão e Administração do Fundo Munic de Saúde**

Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0002/19 - Aplicações diretas	R\$	100.000,00
--	-----	------------

Unidade: 05 - Diretoria de Vigilância em Saúde**Atividade: 2.075 - Gestão das Ações em Vigilância Sanitária**

Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0000/26 - Aplicações diretas	R\$	10.000,00
--	-----	-----------

Unidade: 06 - Diretoria de Atenção Básica**Atividade: 2.075 - Gestão das Ações em Vigilância Sanitária**

Elemento: 3.1.90.00.00.00.01.0038/31 - Aplicações diretas	R\$	605.000,00
--	-----	------------

Unidade: 07 - Diretoria de Atenção Especializada**Atividade: 2.079 - Operação e Manut do Centro de Apoio Psicossocial - CAPS**

Elemento: 3.1.90.00.00.00.01.0038/36 - Aplicações diretas	R\$	20.000,00
--	-----	-----------

Elemento: 3.1.90.00.00.00.01.0002/37 - Aplicações diretas	R\$	60.000,00
--	-----	-----------

Atividade: 2.083 -Operação e Manut Serv Centro Especialid Odontológicas - CEO**Elemento: 3.1.90.00.00.00.01.0002/58 - Aplicações diretas** R\$ 85.000,00**Total do F M S:** R\$ **880.000,00****Órgão: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL****Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assist Social****Atividade: 2.084 - Gestão Administrtriva do Fundo Municipal de Assist Social****Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0106/51 - Aplicações diretas** R\$ 28.875,00**Total do F M A S:** R\$ **28.875,00****Total Geral:** R\$ **1.578.648,00**

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior será coberto com recursos de acordo com o artigo 43, § 1º, incisos I e II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, sendo para o inciso I, Superavit Financeiro a importância de R\$ 494.773,00, para o inciso II, Excesso de Arrecadação a importância de R\$ 1.083.875,00.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Itapema, 29 de junho de 2020.

NILZA NILDA SIMAS
Prefeita Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2020

Publicação Nº 2552216

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2020
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

O Município de ITAPIRANGA, SC, com sede na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, Itapiranga, SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.821.208/0001-36, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO ON LINE às 09 HORAS do dia 23 de julho de 2020, no site WWW.LEILOADOR.COM.BR. O leilão será conduzido pelo Leiloeiro PÚBLICO Oficial Sr. JÚLIO RAMOS LUZ, matrícula AARC/162, para venda à vista de bens móveis. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos sites WWW.PORTALDOLEILOEIRO.COM.BR, WWW.LEILOADOR.COM.BR ou ITAPIRANGA.ATENDE.NET, ou ainda pelos telefones (49) 3678 7700 / 7715 na Prefeitura ou (47) 9 3546 2855 ou (47) 98812 4477 com o Leiloeiro. Aplicam-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

ITAPIRANGA (SC), em 06 de julho de 2020.
JORGE WELTER
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 81/2020

Publicação Nº 2552255

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
TOMADA DE PREÇOS Nº 81/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL PARA IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA COM EXTENSÃO DE 865,52M, NA LINHA SOLEDADE, NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, CONFORME CONVÊNIO OGU Nº 893410/2019 E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL CONVOCATÓRIO E SEUS ANEXOS.

Recebimento das Propostas: até 08h30min do dia 22/07/2020.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município itapiranga.atende.net ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00. Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49) 3678-7714.

Itapiranga, SC, 06 de julho de 2020.
PAULO THEOBALD
Secretário Municipal de Transportes e Obras

Itapoá

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO EDITAL Nº 001/2020, PARA CONCESSÃO DE AUXÍLIO TRANSPORTE A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR OU TÉCNICO RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ.

Publicação Nº 2551515

1º TERMO ADITIVO AO EDITAL Nº 001/2020, PARA CONCESSÃO DE AUXÍLIO TRANSPORTE A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR OU TÉCNICO RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ.

O Poder Executivo, no uso das atribuições legais, torna pública a abertura dos protocolos e estabelece normas relativas ao auxílio transporte a estudantes do ensino superior ou técnico residentes no município de Itapoá, instituída pela Lei Municipal nº 744, de 06 de novembro de 2017. Este processo de seleção reger-se-á observadas às seguintes disposições:

Fica incluído o item 8. DAS NOVAS DISPOSIÇÕES POR CONTA DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS, que passa a vigorar com a seguinte redação:

8. DAS NOVAS DISPOSIÇÕES POR CONTA DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS:

8.1. Diante do enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19) e do Decreto 4490, de 25 de junho de 2020, o presente Edital passa a vigorar até 31 de dezembro de 2020, possibilitando o auxílio transporte aos estudantes do ensino superior ou técnico, residentes no município de Itapoá, que comprovarem atividades obrigatórias presenciais;

8.2. A comprovação deverá ser realizada através de uma declaração emitida pela instituição de ensino, contendo a qualificação do aluno e os horários das atividades presenciais;

8.3. A declaração deve ser encaminhada para os e-mails: gabinete@itapoa.sc.gov.br ou assistencia.social@itapoa.sc.gov.br.

Jadiel Miotti do Nascimento
Chefe de Gabinete

DECRETO MUNICIPAL Nº 4496, DE 02 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2551411

DECRETO MUNICIPAL Nº 4496, DE 02 DE JULHO DE 2020

Altera o Decreto Municipal nº4490, de 25 de junho de 2020, que dispõe sobre Auxílio Transporte Universitário.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o parágrafo único, do artigo 2º, do Decreto Municipal nº 4490, de 25 de junho de 2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 2º...

Parágrafo único. Os procedimentos de entrega da declaração serão regulados através de um termo aditivo ao edital 001/2020. (NR)

...

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de julho de 2020.

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito de Itapoá

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO
Chefe de Gabinete

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2020

Publicação Nº 2551665

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2020

Convocação de representantes das Entidades da Sociedade Civil para compor o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR)

A Secretaria de Turismo e Cultura de Itapoá no uso de suas atribuições legais, conforme disposto nas Leis Municipais nº 049/1997 (cria o Conselho de Turismo) e nº 693/2017 (que altera e define o Artigo 3º Inciso VIII daquela), torna público, pelo presente Edital, fixa datas, estabelece as normas e procedimento que nortearão o cadastro das entidades que concorrerão a 03 (três) vagas, conforme previsto em lei.

LEI MUNICIPAL Nº 693/2017, DE 02 DE JUNHO DE 2017.
Altera a Lei Municipal nº049/1997 e dá outras providências.
(...)

VIII - três (03) representantes de associações que desenvolvam atividades relacionadas ao turismo.

1. CRONOGRAMA:

Publicação do edital	06/07/2020
Inscrição das entidades na Secretaria de Turismo e Cultura	11/08/2020
Divulgação do resultado	25/08/20

2. DAS INSCRIÇÕES:

2.1. As inscrições deverão ser realizadas na Secretaria de Turismo, sediada à R. Diogo Augusto Zamboni de Oliveira, 188 – Bairro: Pérola do Atlântico / Itapoá-SC, mediante preenchimento do formulário (anexo I) e apresentação dos demais documentos solicitados no item 3 deste edital.

3. DA DOCUMENTAÇÃO:

3.1. Formulário de inscrição preenchido (anexo I);

3.2. Certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;

3.3. Cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;

3.4. Relação nominal atualizada dos membros e dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles;

3.5. Comprovação de que a organização da sociedade civil funciona através de evidências, como a apresentação das atas e lista de presença de reuniões realizadas no período mínimo de 01 (um) ano.

3.4. Apresentação de uma carta, com no máximo uma lauda justificando a solicitação de participação no conselho de municipal de turismo.

4. DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

4.1 A classificação parcial será publicada no site da prefeitura www.itapoa.sc.gov.br até dia 27 de Julho de 2020.

5. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

5.1. A inscrição da entidade implica no conhecimento e tácita aceitação das normas e condições estabelecida neste Edital;

5.2. A entidade deverá revisar a documentação e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se, após o envio, responsável pela mesma;

5.3. O inscrito que, no ato da inscrição ou admissão, prestar declarações falsas ou inexatas, ou apresentar documentos adulterados ou falsos, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos dela decorrentes;

5.4. A documentação será analisada pela Secretaria de Turismo e Cultura e os casos omissos serão resolvidos pela mesma.

5.5. Não poderá ser representante das organizações referidas no inciso II do caput do artigo 5º desta Lei Complementar aquele que:

I – já detiver assento em outro Conselho;

II – exercer cargo em comissão no Município de Itapoá;

III – for detentor de mandato eletivo; ou,

IV- for considerado inelegível pelos critérios da Lei Federal Complementar 135, de 04 de junho de 2010 (Lei da Ficha Limpa).

Parágrafo único. O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica aos casos em que a lei instituidora de Conselho determine a representação de outros Conselhos na sua composição.

5.6. Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 24 de junho de 2020.

**ANEXO I
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO
CADASTRO DA ENTIDADE**

Razão social: _____
CNPJ: _____
Nome fantasia: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Município: _____
CEP: _____ Telefones: _____
Site internet: _____
E-mail: _____

CADASTRO DO MEMBRO INDICADO (TITULAR)

Nome completo: _____
CPF: _____
RG: _____ UF: _____ Órgão expedidor: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Município: _____
CEP: _____
Telefone: _____ E-mail: _____

CADASTRO DO MEMBRO INDICADO (SUPLENTE)

Nome completo: _____
CPF: _____
RG: _____ UF: _____ Órgão expedidor: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Município: _____
CEP: _____
Telefone: _____ E-mail: _____

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 55-20

Publicação Nº 2551705

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 55/2020

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: PALETA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, , com sede á Avenida Rolf Wiest, nº 277 - conj. 403/405, Bairro: Bom Retiro, na cidade de Joinville/SC, CEP: 89.223-005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.589.125/0001-03 e Inscrição Estadual nº 256.608.466, representada neste ato por sócio, o Sr. RONALDO APARECIDO DE AZEVEDO, portador do CNPF/MF nº 257.341.198-22 e do CI.RG nº 26.119.900-6 SSP/SP.

Licitação: CONCORRÊNCIA Nº 03/2020 – PROCESSO Nº 45/2020.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de calçadas com urbanização, acessibilidade e paisagismo das Av. André Rodrigues de Freitas e José da Silva Pacheco, compreendendo uma área de 15.896,17m², conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital.

VALOR R\$: 1.354.146,12 (um milhão trezentos e cinquenta e quatro mil cento e quarenta e seis reais e doze centavos).

DATA DA ASSINATURA: 06/07/2020

PRAZO DE VIGÊNCIA: 06/01/2021

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 06 de julho de 2020.

ANGELA MARIA PUERARI
SECRETÁRIA DE TURISMO E CULTURA

LISTA ATUALIZADA EM 06 DE JULHO DAS INSCRIÇÕES REFERENTE AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE - SITUAÇÃO EMERGENCIAL COVID-19

Publicação Nº 2551808

LISTA ATUALIZADA DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS / INDEFERIDAS – EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE DEVIDO A SITUAÇÃO EMERGENCIAL COVID-19

A Comissão de Seleção de Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições legais COMUNICA a lista atualizada das inscrições Deferidas/Indeferidas realizadas até as 12hs do dia 06/07/2020.

- INSCRIÇÕES DEFERIDAS

PROTOCOLO DATA/HORÁRIO	CANDIDATO	CARGO
19/03 – 16:08	Jocimara M. Funk Ramos	Técnico de Enfermagem
19/03 – 17:05	Isabela Rita Gomes Padilha	Técnico de Enfermagem
19/03 – 17:09	Marcos Aurélio Ramos	Técnico de Enfermagem
19/03 – 17:34	Erlane Figueiredo da Silva	Técnico de Enfermagem
19/03 – 17:52	Ivone Maria da Silva	Técnico de Enfermagem
19/03 – 17:57	Zenir W. Fernandes	Técnico de Enfermagem
19/03 – 18:00	Franciele Belinato da Silva	Técnico de Enfermagem
19/03 – 18:02	Vanessa Pereira Schmoeller	Técnico de Enfermagem
19/03 – 18:25	Carolyne de Fatima Denk	Técnico de Enfermagem
19/03 – 18:37	Flávia dos Santos Terra	Técnico de Enfermagem
19/03 – 18:48	Adria Dalila M. dos Santos	Técnico de Enfermagem
19/03 – 18:56	Eduardo Rodrigues de S. Rocha	Técnico de Enfermagem
19/03 – 19:31	Lucelia Fatima Barra	Técnico de Enfermagem
19/03 – 19:52	Sabrina Heloise Rodrigues	Técnico de Enfermagem
19/03 – 19:53	Flavia Ione Ferreira de França	Técnico de Enfermagem
20/03 – 16:34	Francielen Dambinski	Técnico de Enfermagem
20/03 – 16:43	Bruna Caroline G. dos Santos	Técnico de Enfermagem
21/03 – 10:54	Camila de Melo Spinola	Técnico de Enfermagem
21/03 – 16:32	Elaine Turin	Técnico de Enfermagem
23/03 - 01:40	Ronaldo de Souza	Técnico de Enfermagem
23/03 – 13:36	Daniele Soares Nominato	Técnico de Enfermagem
23/03 – 14:32	Isabel Cristina Pereira	Técnico de Enfermagem
25/03 – 08:50	Viviane Kowalczyk	Técnico de Enfermagem
26/03 – 10:25	Tatiane dos Santos B. Cicarello	Técnico de Enfermagem
26/03 – 19:43	Silmara de Farias	Técnico de Enfermagem
06/05 – 12:10	Diego Ramão Camargo	Técnico de Enfermagem
06/05 – 13:08	Keli Cristina de Lima	Técnico de Enfermagem
21/05 – 13:29	João Carlos do Nascimento	Técnico de Enfermagem
28/05 – 09:43	João Paulo Linhar	Técnico de Enfermagem
ENFERMEIRO		
19/03 – 17:43	Karla R. Coelho	Enfermeiro
19/03 – 18:33	Marisa Ricardo da Cruz Carneiro	Enfermeiro
19/03 – 19:21	Lediane da Silva Joaseiro	Enfermeiro
20/03 – 08:15	Silvana B. Rujanowski	Enfermeiro
20/03 – 11:33	Francisca Anaysa dos S. Silva	Enfermeiro
20/03 – 13:12	Francine Lais dos S. Lopes Leal	Enfermeiro
20/03 – 13:18	Ketlen Pereira Vaz	Enfermeiro
20/03 – 14:24	Nathalia Coelho H. Cremasco	Enfermeiro
25/03 – 13:29	Francisca Anaysa dos S. Silva	Enfermeiro
26/03 – 11:20	Hellen Ribas Ton	Enfermeiro
30/03 – 09:42	Marcos Roberto Righeti	Enfermeiro
14/04 – 15:04	Lediane da Silva Joaseiro	Enfermeiro
27/04 – 12:08	Ana Cristina Vieira da Costa	Enfermeiro
05/05 – 19:14	Andresa Luana Silva Bautz	Enfermeiro
06/05 – 17:31	Daniele Barbosa Teixeira Silva	Enfermeiro
11/05 – 15:55	Jayne Steffany Leal	Enfermeiro
26/05 – 19:44	Carolina Corrêa	Enfermeiro
28/05 – 14:56	Hellen Ribas Ton	Enfermeiro
29/05 – 10:43	Daniele Veiga Keiser	Enfermeiro
04/06 – 17:52	Fernanda da Silva Souza	Enfermeiro
09/06 – 09:55	Marcos Roberto Righeti	Enfermeiro
02/07 – 08:40	Thais Platner	Enfermeiro
04/07 – 23:51	Nellissa I. de Assumpção Manhani	Enfermeiro
PROTOCOLO DATA/HORÁRIO	CANDIDATO	CARGO
MÉDICO 40H		
28/04 – 10:15	Marina Medeiros da Silva	Médico 40h
28/04 – 10:17	Brenda Camelo Ferreira	Médico 40h
09/06 – 19:22	Alessandra de Oliveira da Silva	Médico 40h
19/06 – 11:21	Juliana Ferreira V. Tófoli	Médico 40h
MÉDICO 20H		
28/04 – 10:32	Fernanda Sickert Oliveira Fontes	Médico 20h
09/06 – 18:11	Gabriela Andrioli Silva	Médico 20h
13/06 – 12:56	Jéssica Gabriele Santos	Médico 20h

18/06 – 09:48	Luan Lourenço Gomes Melo	Médico 20h
01/07 – 13:11	Matheus Lopes Pereira	Médico 20h
03/07 – 10:45	Bruno Bagatin de Souza Moreira	Médico 20h

- INSCRIÇÕES INDEFERIDAS, conforme item 3, sub item 3.3 do Edital

PROTOCOLO DATA/HORÁRIO	CANDIDATO	CARGO	MOTIVO
19/03 – 17:46	Henrique Matheus de Mauro Custódio	Técnico de Enfermagem	Não apresentou cópia digitalizada do Coren de Santa Catarina (item 3.2 do Edital).
19/03 – 20:16	Josi Silva	Técnico de Enfermagem	Não apresentou cópia digitalizada dos documentos obrigatórios.
20/03 - 08:48	Itamara Jesus	Técnico de Enfermagem	Não apresentou cópia digitalizada dos documentos obrigatórios.
20/03 – 14:03	Rosana de Lurdes B. Krasnieviz	Técnico de Enfermagem	Não apresentou cópia digitalizada do Coren de Santa Catarina (item 3.2 do Edital).

PROTOCOLO DATA/HORÁRIO	CANDIDATO	CARGO	MOTIVO
19/03 – 16:59	Ana Priscila Barbosa de Alencar	Enfermeiro	Não apresentou cópia digitalizada do Coren de Santa Catarina (item 3.2 do Edital).
19/03 – 17:31	Erlane Figueiredo da Silva	Enfermeiro	Não apresentou cópia digitalizada do Coren de Santa Catarina (item 3.2 do Edital).
20/03 – 23:46	Ingrid Beatriz Burgel	Enfermeiro	Não apresentou cópia digitalizada do Coren de Santa Catarina (item 3.2 do Edital).
21/03 – 10:35	Weverton dos Santos	Enfermeiro	Não apresentou cópia digitalizada do Coren de Santa Catarina (item 3.2 do Edital).
26/05 – 16:17	Fernanda da Silva Souza	Enfermeiro	Não apresentou cópia digitalizada do Coren de Santa Catarina (item 3.2 do Edital).

Itapoá, 06 de Julho de 2020.

Marciane Rech
Enfermeira III

Noeli Schwetler Saidel
Auxiliar de Serviços Gerais/Readaptada

Susinei Ribeiro Schultz
Agente Administrativo II

PORTARIA Nº6280/2020

Publicação Nº 2551272

PORTARIA Nº 6.280/2020.

De: 23 de junho de 2020.

RESCINDE O CONTRATO DE SERVIDOR

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, conforme:

· Comunicação Interna nº 074/2020 – S.M.S.;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do(a) servidor(a) MARCIO GONÇALVES VIEIRA DA CUNHA, contratado(a) na função temporária de MÉDICO PSF 40H, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 23 de junho de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

_____/_____/_____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 6300/2020

Publicação Nº 2551497

PORTARIA Nº 6.300/2020.

De: 01 de julho de 2020.

Dispõe sobre a substituição de servidor (a) em caso de afastamento temporário, conforme Lei Municipal 044/2014, art. 41, § 1º, 2º, 3º e 4º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, conforme:

- C.I. nº 174/2020 – SMA;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Substituição por motivo de Afastamento Grupo de Risco - COVID-19, do (a) servidor (a) WILLY DANCKER, Diretor do Departamento de Agricultura e Pesca, pelo(a) servidor(a) VALERIO PACHECO, Agente Administrativo II, para exercer as funções do referido Diretor.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá, 01 de julho de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

TERMO ADITIVO Nº 68/2020 - ATA RP Nº 12/2020 (6º ADITIVO)

Publicação Nº 2551465

TERMO ADITIVO Nº 68/2020 DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 12/2020. (6º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Administração, Secretária de Obras e Serviços Públicos, Secretária de Saúde, Secretária de Educação e Secretária da Assistência Social, aqui denominadas, ÓRGÃOS GERENCIADORES, representado pela Secretária de Administração, a Sra. JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA, brasileira, casada, portadora do CI.RG nº 3.1486070/SSP-SC e CNPF/MF nº 987.496.849-49, residente e domiciliada à Rua Theodoro Klaumann, nº 775, Bairro: Centro, neste Município, pela Secretária de Obras e Serviços Públicos, a Sra. STEFANIE LIARA CASTILHO DE AGUIAR, brasileira, casada, portadora do CNPF/MF nº 059.937.569-85 e CI.RG nº 4.798.558-SSP/SC, residente e domiciliada à Rua 1710, nº 880, Bairro: Princesa do Mar, neste Município, pela Secretária de Saúde, a Sra. SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA, brasileira, casada, portadora do CNPF/MF nº 378.350.339/68 e CI.RG nº 771.538-2 SSP/SC, residente e domiciliada a Rua Ceara, nº 884, na localidade de Barra do Saí, nesta cidade de Itapoá, pela Secretária de Educação LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO, brasileira, casada, portadora do CNPF/MF nº 794.072.939-04 e CI.RG nº 5.227.976-3 SESP/PR, residente e domiciliada à Rua Adalcino José Rosa, nº 396, Bairro Jardim Pérola do Atlântico, neste Município, pela Secretária de Assistência Social, a Sra. CÉLIA MARIA KONELL, brasileira, casada, portadora do CNPF/MF nº 036.030.539-31 e CI.RG nº 4.250.288 SESP/PR, residente e domiciliada à Rua Guaianazes, nº 416, Bairro Barra do Saí, neste Município, pelo Diretor Substituto do Departamento de Agricultura e Pesca, o Sr. VALÉRIO PACHECO, brasileiro, casado, portador do CNPF/MF nº 739.684.559-91 e CI.RG nº 2.605.139-7-SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Estrada do Saí, s/n, Bairro Saí Mirim, neste Município, e a empresa MIRANDA BUDAZ & CIA LTDA, com sede à Avenida André Rodrigues de Freitas, nº 1.155, Bairro: Itapema do Norte, na cidade de Itapoá/SC, CEP: 89.249-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.868.777/0001-60 e Inscrição Estadual nº 254058558, representada neste ato pela sócia, a Sra. ANDRESA MIRANDA BUDAZ, portadora do CNPF/MF nº 014.432.209-90 e do CI.RG nº 3.318.252-SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo visando o reequilíbrio econômico financeiro a Contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis, contínuo e fracionado por demanda, (gasolina e diesel), para uso exclusivo da Frota Municipal de veículos leves e pesados e equipamentos do Município de Itapoá/SC, a serem fornecidos mediante abastecimento diretamente nas bombas localizadas nas dependências da empresa vencedora, conforme especificações e condições constantes no Edital e seus Anexos, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade PREGÃO Nº 05/2020 - REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2020 - PROCESSO Nº 05/2020, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PREÇO E DO REAJUSTE

Altera cláusula primeira visando o reequilíbrio econômico financeiro com fulcro no Art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei 8.666/93, reajustando o preço unitário do item 1, Gasolina Comum, aumentando o valor de R\$ 0,08 (oito centavos), passando o valor unitário do litro da Gasolina Comum à R\$ 3,73 (três reais e sessenta e cinco centavos); e do item 2, Diesel B S10, aumentando o valor de R\$ 0,04 (quatro centavos), passando o valor unitário do litro do Diesel B S10 à R\$ 2,98 (dois reais e noventa e oito centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O presente termo aditivo passa a vigorar a partir da data 15/06/2020, com vigência condicionada à Ata de Registro de Preço nº 12/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preço nº 12/2020, desde que não contrariem o que ficou convencionado no

presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo à Ata de Registro de Preço nº 12/2020, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 03 de julho de 2020.

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO	CONTRATADA MIRANDA BUDAZ & CIA LTDA ANDRESA MIRANDA BUDAZ
SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA SECRETÁRIA DE SAÚDE	LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO
CÉLIA MARIA KONELL SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	VALÉRIO PACHECO DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PESCA
STEFANIE LIARA CASTILHO DE AGUIAR SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Fiscal do Contrato: RAFAEL BORGES GARCIA MOTORISTA	
Testemunhas: NOME: CNPJ/MF:	NOME: CNPJ/MF:

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 013/2020 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE - SITUAÇÃO EMERGENCIAL COVID-19

Publicação Nº 2551402

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 013/2020
EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE
SITUAÇÃO EMERGENCIAL COVID-19

Sandra Regina Medeiros da Silva, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA, os candidatos relacionados abaixo, para a realização de contratação imediata:

PROTOCOLO DATA/HORÁRIO	CANDIDATO	CARGO
01/07 – 13:11	Matheus Lopes Pereira	Médico 20h
03/07 - 10:45	Bruno Bagatin de Souza Moreira	Médico 20h
26/03 – 10:25	Tatiane dos Santos B. Cicarello	Técnico de Enfermagem

Os convocados deverão comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados:

- Cédula de Identidade (RG);
- Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Título de Eleitor;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- Uma foto recente;
- Diploma (médico);
- CRM (médico);
- Certificado do Curso Técnico de Enfermagem (Técnico de Enfermagem);
- Registro no Coren (Técnico de Enfermagem);
- Comprovante de residência;
- Certidão de nascimento dos filhos;
- Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
- Certidão de Antecedentes Criminais (Poder Judiciário);
- Certidão de Regularização do CPF (internet);
- Declaração de Qualificação Social (consultacadastral.inss.gov.br);
- Declaração de Bens e ou IRRF;
- Tipagem sanguínea;
- Laudo médico;
- Conta corrente na Caixa Econômica Federal de Itapoá (RH fornece declaração para abertura da conta)

Itapoá, 06 de julho de 2020.
Sandra Regina Medeiros da Silva
Secretária Municipal de Saúde

RESOLUCAO CMAS 006.2020 - APROVA O PL 009.2020

Publicação Nº 2551261



Conselho Municipal de Assistência Social de Itapoá

RESOLUÇÃO nº 006/2020

Dispõe sobre a aprovação do Projeto de Lei Nr. 059/2020.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso das suas competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8742/1993 (LOAS) e pela Lei Municipal nº 761 de 05 de janeiro de 2018 alterada pela Lei Municipal 800 de 30 de agosto de 2018 e Lei Municipal 888/2019 de 15 de julho de 2019 as quais que dispõem sobre a Política de Assistência Social no Município e,

- **CONSIDERANDO** o Projeto de Lei de Nr.: 059/2020 de 22 de junho de 2020 encaminhado pela Chefia de Gabinete do município de Itapoá e as discussões realizadas por meio da reunião Ordinária de 30 de junho de 2020 e os esclarecimentos adicionais quanto a inexistência das Assinaturas Digitais ao documento encaminhado a este conselho setorial,

DECIDE

Manifestar-se favoravelmente ao PROJETO DE LEI NR. 059/2020.

Itapoá, 03 de julho de 2020

Roseli Itner
Presidente do CMAS

CÂMARA MUNICIPAL**NOTIFICAÇÃO REF. CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 03/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 01/2016**

Publicação Nº 2551826

NOTIFICAÇÃO

Ref. Contrato Administrativo n. 03/2016 – Pregão Presencial 01/2016

Contratada: C.S. Consultoria e Serviços LTDA. ME., com sede na Rua Elizabete Moreira, n. 30 A, Bairro Centro, na cidade de Balsa Nova/PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.368.805/0001-58 e Inscrição Estadual nº 90711091-59, representada pelo Sr. CLAUDINEI DA SILVA, portador do CPF nº 034.180.039-23 e do RG nº 7.216.145-9.

Objeto do Contrato: contratação de empresa para a execução de serviços de limpeza e higienização de forma contínua no prédio sede da Câmara Municipal de Itapoá, localizado à Rua 960 (Mariana Michels Borges), nº 1115, município de Itapoá-SC.

Objeto da Notificação: Descumprimento das cláusulas contratuais do Contrato Administrativo n. 03/2016 prorrogado por meio do Termo Aditivo n. 04 de 2020.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob Nº 00.484.829/0001-07, com sede a Rua Mariana Michels Borges, nº 1115, neste Município, neste ato representada pelo PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ, Sr. EZEQUIEL DE ANDRADE:

a) CONSIDERANDO que a empresa C.S. Consultoria e Serviços encaminhou certidão positiva que aponta débito fiscal com o Município de sua sede, Balsa Nova/PR, relativo a ISS;

b) CONSIDERANDO que a condição de regularidade fiscal deve permanecer durante toda a execução do contrato, a teor do artigo 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, que preconiza ser "obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação."

d) CONSIDERANDO que obrigação de manutenção da regularidade fiscal, condição de habilitação do certame correspondente, está prevista no contrato administrativo n. 03/2016 firmado com a empresa C.S. Consultoria e Serviços na Cláusula sétima do ajuste:

DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

Cláusula Sétima – É de inteira responsabilidade da Contratada e correrão por sua conta:

d) A manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

e) CONSIDERANDO que o descumprimento das cláusulas contratuais por parte da empresa C.S. Consultoria e Serviços, diante da ausência da comprovação de regularidade fiscal, condição necessária à habilitação para o certame e durante toda a duração do contrato, constitui motivo suficiente para a rescisão contratual por ato unilateral desta Casa Legislativa, na forma dos arts. 77 e 78 da Lei de Licitações;

NOTIFICA a empresa C.S. Consultoria e Serviços LTDA. ME, com sede na Rua Elizabete Moreira, n. 30 A, Bairro Centro, na cidade de Balsa Nova/PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.368.805/0001-58 e Inscrição Estadual nº 90711091-59, representada pelo Sr. CLAUDINEI DA SILVA, para que, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias corridos, apresente defesa prévia referente aos fatos supracitados e, ainda, prova da ausência de débitos fiscais perante a Fazenda Pública Municipal de Balsa Nova/PR.

A presente NOTIFICAÇÃO será publicada na forma da Lei, inclusive no sítio eletrônico da Casa Legislativa, assegurada a ampla defesa e contraditório à empresa NOTIFICADA.

Itapoá/SC, 29 de junho de 2020.

EZEQUIEL DE ANDRADE

PRESIDENTE

Câmara Municipal de Itapoá/SC

[assinado digitalmente]

Francisco Xavier Soares Assessor Jurídico OAB nº 7.105/SC [assinado digitalmente]	Karolina Vitorino Analista Jurídica OAB nº 57.718/SC [assinado digitalmente]
--	---

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO Nº 88, DE 02 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2551570

DECRETO Nº 88, DE 02 DE JULHO DE 2020.

"Dispõe sobre a revogação do Processo Licitatório nº 08/2020, na modalidade de Tomada de Preços."

O Prefeito em exercício do Município de Ituporanga/SC, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 49 da Lei Federal 8.666/93:

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

Considerando as argumentações constantes no Parecer Jurídico Nº75/2020, de 01 de junho de 2020, bem como na decisão de fl.187;

DETERMINO:

Art. 1º. A REVOGAÇÃO do Processo Licitatório nº 08, de 07 de fevereiro de 2020, na modalidade de tomada de preços nº 04/2020, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviço e fornecimento de materiais para reforma da cobertura do Centro de Ensino Olinda Israel Laurindo, situado na Localidade de Rio do Norte.

Art. 2º. Publique-se no órgão oficial.

Art. 3º. Intime-se a empresa vencedora.

Ituporanga, 02 de julho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em exercício

DECRETO Nº 90, DE 17 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2551572

DECRETO Nº 90, de 17 DE JUNHO DE 2020.

"Dispõe sobre revogação do pregão presencial nº 15/2020 – Processo Licitatório nº 27/2020"

O Prefeito em exercício do Município de Ituporanga/SC, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que há necessidade de adequações no edital de fls. 25/43, sem as quais o objeto licitado não será corretamente contratado;

Considerando que o interesse público é a pedra basilar do regime jurídico administrativo, vez que contemplado por seus princípios estruturantes, quais sejam, a supremacia do interesse público sobre o privado e o da indisponibilidade do interesse público pela Administração;

Considerando que o interesse público é o objetivo único e imprescindível não só do ato revogatório, mas de todo e qualquer ato administrativo;

Considerando a orientação das Súmulas 346 e 473 do Colendo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, segundo as quais "a Administração Pública pode declarar a nulidade de seus próprios atos" e que "a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

DETERMINO:

Art. 1º A REVOGAÇÃO do Pregão Presencial nº 15/2020, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de imagem de alta resolução e cartografia da área urbana do Município de Ituporanga.

Art. 2º. Proceda-se novos estudos para realização de novo edital.

Art. 3º Intimem-se os licitantes, por e-mail ou carta com AR.

Art. 4º Revoga-se o Decreto nº 77, de 17 de junho de 2020.

Ituporanga, 16 de junho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em exercício

DECRETO Nº 92, DE 6 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2552138

DECRETO Nº 92, DE 6 DE JULHO DE 2020.

“Aprova o Manual de Comportamento dos Agentes Públicos da Administração Municipal para as Eleições de 2020 e estabelece outras providências.”

O Prefeito de Ituporanga, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.65, VII da Lei Orgânica do Município e;

Considerando a necessidade de expedir regras claras que versem sobre a probidade e moralidade administrativa dos agentes públicos no período eleitoral de 2020;

Considerando o disposto nos art. 73 a 78 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 c/c Resolução TSE nº 23.610/2019, Resolução TSE nº 23.606/19 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie que, dentre outros aspectos, fixam as condutas vedadas aos agentes públicos e estabelecem calendário eleitoral;

Considerando que o pleito eleitoral recomenda posturas morais e éticas de servidores e agentes públicos, inclusive para garantir a igualdade e o equilíbrio entre os candidatos;

Considerando a necessidade de proteger e tornar eficaz o princípio igualitário entre partidos e candidatos, assim como resguardar a probidade administrativa, moralidade (em especial no âmbito do exercício do mandato), normalidade da prestação dos serviços públicos municipais e a própria legitimidade das eleições,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Manual de Comportamento dos Agentes Públicos da Administração Municipal para as Eleições de 2020, nos termos do Anexo Único deste Decreto.

Parágrafo único. O Manual de que trata este Decreto será divulgado por meio de publicação na imprensa oficial e na página eletrônica oficial do Município.

Art. 2º O Manual instituído neste Decreto aplica-se a todos os agentes públicos do Município.

Art. 3º Comportamentos funcionais inadequados ao disposto no Manual e/ou a qualquer das demais disposições normativas atinentes à espécie, serão passíveis de procedimento disciplinar e aplicação de punições de acordo com a legislação pertinente, sem prejuízo de incidência nas regras do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar nº 20/2008).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de publicação, revogando-se o Decreto nº 82, de 22 de junho de 2020.

Ituporanga, em 06 de julho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em exercício de Ituporanga

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

ANEXO ÚNICO

**MANUAL DE COMPORTAMENTO DOS AGENTES
PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PARA AS ELEIÇÕES DE 2020**

1. CONCEITO DE AGENTE PÚBLICO

O conceito de agente público para a aplicação da legislação eleitoral é amplo e abrange inclusive os que não são servidores públicos, conforme estabelece o §1º do art. 73 da Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, abaixo transcrito:

"Art. 73. [...] § 1º Reputa-se agente público, para efeitos deste artigo, quem exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta ou fundacional."

No âmbito municipal será considerado agente público, para os fins da legislação eleitoral, aquele que mesmo de forma transitória ou sem remuneração exercer:

- a) mandato: eleito (Prefeito, Vice-Prefeito ou Vereador) ou escolhido, a exemplo dos Conselheiros Tutelares e Membros de Conselhos da Administração Municipal;
- b) cargo: nomeado por concurso público, contratação temporária de excepcional interesse público ou em comissão;
- c) emprego: contratado pelo regime celetista, concurso público ou contratação temporária de excepcional interesse público; e
- d) função: desempenha serviço determinado para o Poder Público, mesmo que não tenha cargo ou emprego. Exemplos: componente de Comissão da Administração Municipal, terceirizados e outros.

2. OBJETIVO DA VEDAÇÃO DE DETERMINADAS CONDUTAS

Ao disciplinar as condutas vedadas aos agentes públicos, o art. 73 da Lei Federal nº 9.504/97 deixa claro que o seu objetivo é não permitir que seus atos venham "... a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais" e, assim, influenciar no resultado das eleições.

A simples prática da conduta vedada gera presunção desta desigualdade e, conseqüentemente, conduz à aplicação das penalidades previstas na referida Lei, tanto que neste sentido é o entendimento do Tribunal Superior Eleitoral, senão vejamos:

"1. O exame das condutas vedadas previstas no art. 73 da Lei das Eleições deve ser feito em dois momentos. Primeiro, verifica-se se o fato se enquadra nas hipóteses previstas, que, por definição legal, são "tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais". Nesse momento, não cabe indagar sobre a potencialidade do fato. 2. Caracterizada a infração às hipóteses do art. 73 da Lei 9.504/97, é necessário verificar, de acordo com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, qual a sanção que deve ser aplicada. Nesse exame, cabe ao Judiciário dosar a multa prevista no § 4º do mencionado art. 73, de acordo com a capacidade econômica do infrator, a gravidade da conduta e a repercussão que o fato atingiu. Em caso extremo, a sanção pode alcançar o registro ou o diploma do candidato beneficiado, na forma do § 5º do referido artigo. (TSE, Representação nº 295986/DF, em 21/10/2010)

Convém salientar que é fundamental o respeito à intenção da lei. Ainda que a conduta do agente público não esteja claramente enquadrada nas vedações legais, mas se verifique que criará desigualdade entre os candidatos, ele deve se pautar pelos princípios do Direito Eleitoral e Administrativo, abstendo-se da prática do ato.

3. CONDUTAS VEDADAS

A Lei Federal nº 9.504/97 estabelece as condutas vedadas aos agentes públicos na campanha eleitoral, as quais serão descritas e analisadas neste Manual, sem prejuízo da vinculação e aplicação das demais normas, condições e proibições administrativas e penais e da necessidade de observância aos princípios dos Direitos Eleitoral, Administrativo e Constitucional.

3.1. USO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

O art. 73 da Lei Federal nº 9.504/97 define como proibido "[...] I - ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária."

Está proibida a cessão e o uso de bens móveis ou imóveis em benefício de candidato, partido político ou coligação, ressalvada para realização de convenção partidária. A vedação é imposta a todos os entes da Federação, não havendo distinção entre eleições municipais, estaduais ou federais. Constitui proibição a ser observada permanentemente, não estando circunscrita aos períodos eleitorais.

Em síntese, são vedadas a realização de reuniões políticas em escolas públicas, auditórios de órgãos públicos e o deslocamento, com veículo oficial, até o local da reunião política. Se o imóvel é normalmente cedido à comunidade, mediante solicitação formal e pagamento de taxas, também o poderá ser aos candidatos, desde que observados requisitos legais e que o espaço seja disponibilizado em condições de igualdade para todos os candidatos (TSE - RESpe 24865 e EDAI 5135). Nas dependências do Poder Legislativo, a veiculação de propaganda eleitoral fica a critério da Mesa Diretora.

É igualmente vedada a propaganda eleitoral de qualquer natureza (Lei Federal nº 9.504/97, art. 37) veiculada nos bens sujeitos à cessão ou permissão do Poder Público, ou que a ele pertençam, e nos bens de uso comum (postes de iluminação pública, sinalizadores de tráfego, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos), seja através de pichação, inscrição a tinta, fixação de placas, standartes, faixas ou assemelhados.

Bens de uso comum, para fins eleitorais, são os assim definidos pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil (tais como rios, mares, estradas, ruas e praças) e também aqueles a que a população em geral tem acesso, tais como cinemas, clubes, lojas, centros comerciais, templos, ginásios, estádios, ainda que de propriedade privada.

É proibida, ainda, a colocação de propaganda eleitoral em árvores e jardins localizados em áreas públicas, bem como em muros, cercas e tapumes divisórios, mesmo que não lhes cause danos.

Alcance da vedação: entendeu o Tribunal Superior Eleitoral (TSE, R-Rp nº 425109-DF) que a utilização de correspondência eletrônica por meio de correio eletrônico funcional, para fins de divulgação de mensagem em favor de candidato, configura utilização de bens públicos em prol de candidato, conduta vedada, sem questionar-se da potencialidade lesiva da atitude em influenciar o resultado do pleito.

Quanto à fiscalização em si da propaganda eleitoral, registra-se que o Município não possui poder para tanto, vez que o poder de polícia nas eleições será exercido pelos juízes eleitorais e juízes designados pelo Tribunal Regional Eleitoral, consoante disposto no art. 41, § 1º da Lei nº 9.504/97.

Ressalva-se, por fim, que a Lei Eleitoral permite a colocação de mesas para distribuição de material de campanha e a utilização de bandeiras ao longo das vias públicas, desde que móveis e que não dificultem o bom andamento do trânsito de pessoas e veículos. A mobilidade referida nestes casos estará caracterizada com a colocação e a retirada dos meios de propaganda entre as seis horas e as vinte e duas horas.

Portanto, é expressamente proibido veicular todo tipo de propaganda, de qualquer natureza, por meio de bens públicos.

3.2. UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS

O art. 73 da Lei Federal nº 9.504/97 define como proibido "[...] II - usar materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram;"

A vedação abrange a utilização, em favor de qualquer candidato, coligação ou partido político, de materiais ou serviços que sejam pagos pela administração pública, sendo voltada aos três Poderes.

Além disso, é proibido o uso dos recursos ou equipamentos de propriedade do Poder Público em benefício de candidato, coligação ou partido político, tais como telefones fixos ou celulares, computadores, cadastro de endereços eletrônicos, aparelhos de fax, conta de e-mail institucional, sites oficiais, blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e semelhantes.

Por exemplo, não pode o agente fazer uso do telefone ou rede social do órgão público ou do e-mail institucional para convocar ou informar sobre reunião de cunho político ou qualquer assunto afeto a este tema.

Vale ainda salientar que é proibido o uso de e-mail particular em computadores do Município em favor de qualquer candidato, coligação ou partido político.

3.3. CESSÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS

O art. 73 da Lei Federal nº 9.504/97 define como proibido "[...] III - ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou o empregado estiver licenciado;"

A proibição acima deve ser observada permanentemente pelos agentes públicos, não estando circunscrita aos períodos eleitorais.

Não está inserida nesta proibição a cessão de servidores que se encontrem devidamente licenciados (licença concedida de acordo com as regras do regime jurídico a que estão vinculados), estiverem fora do horário de expediente (ocasião em que lhes será lícito manifestar a sua predileção por determinada candidatura) ou no gozo regular de férias (conforme entendimento do TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL no RESPE 27.927, de 21.08.2008 - rel. Min. Arnaldo Versiani)

O servidor público, durante o horário de expediente, está proibido de participar de atividade político-partidária, tais como comparecer ao comitê eleitoral de qualquer candidato, ir a comícios ou participar direta ou indiretamente de campanha eleitoral, tanto que assim

Entretanto, se estiver de licença, férias ou fora de seu local de trabalho e/ou em horário de expediente, poderá exercer plenamente sua cidadania e participar de ato político-partidário, não podendo beneficiar-se da função ou do cargo que exerce.

3.4. USO PROMOCIONAL DE PROGRAMAS SOCIAIS

Os programas sociais custeados ou subvencionados pelo Poder Público, tais como a distribuição de cestas básicas, livros didáticos e auxílios financeiros, não podem ser utilizados com a finalidade de beneficiar candidato, coligação ou partido político.

O Tribunal Superior Eleitoral, por ocasião do julgamento do RESPE 25.890 (Rel. Min. José Delgado), reconheceu configurar violação ao disposto no preceito normativo em apreço o uso de programa habitacional do poder público, por agente público, em período eleitoral, com distribuição gratuita de lotes com claro intuito de beneficiar candidato que se está apoiando.

A vedação não proíbe a continuidade dos programas sociais, mas sim a indevida utilização deles para ganho político.

Tal restrição deve observar ainda os ditames do §10 do art. 73 da Lei Federal nº 9.504/97, que adiante será objeto de exame.

Dessa forma é proibido, por exemplo, que durante a entrega de medicamentos ou cestas básicas seja anunciado ou informado que determinado candidato é o responsável pelo seu fornecimento à população, por meio de discursos, "santinhos" ou faixas.

Importante ressaltar que é possível a divulgação de material de "prestação de contas" desde que tenha caráter impessoal. Também é possível a divulgação de notícias de interesse público no site da Prefeitura, Rádio e Jornal, desde que tratem de interesse geral da comunidade.

3.5. ADMISSÃO E DEMISSÃO DE SERVIDOR

As restrições para nomeação, admissão, demissão e movimentação de servidores públicos são aplicáveis ao Município a partir de 15 de agosto de 2020.

A regra, no caso, destina-se a evitar contratações de cunho eleitoreiro e perseguições por motivos eleitorais.

Os referidos atos não podem ter finalidade ou a potencialidade de influenciar no pleito municipal.

Por exemplo, é proibido nomear servidores para ampliar Quadro em determinado município e anunciar em entrevistas e discursos que a medida foi feita por determinado partido ou coligação.

Contudo, fica ressalvada a possibilidade de nomear e/ou exonerar cargos em comissão bem como designar ou dispensar funções de confiança; nomear aprovados em concurso público homologado até 15/08/2020; e nomear ou efetivar a contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do chefe do Poder Executivo.

No contexto da terceira exceção, segundo decidiu o Supremo Tribunal Federal no Mandado de Injunção nº 712, para definir "serviço público

essencial" aplica-se o disposto na Lei nº 7.783/89, in verbis:

"Art. 10. São considerados serviços ou atividades essenciais:

I - tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis;

II - assistência médica e hospitalar;

IV - funerários;

V - transporte coletivo;

VI - captação e tratamento de esgoto e lixo;

Art. 11 , Parágrafo único. São necessidades inadiáveis, da comunidade aquelas que, não atendidas, coloquem em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população."

Além disso, o inciso V do art. 73 da Lei nº 9.504/97 já foi objeto de aplicação pelo Tribunal Superior Eleitoral, como se observa a seguir:

"Essa norma não proíbe a realização de concurso público, mas, sim, a ocorrência de nomeações, contratações e outras movimentações funcionais desde os três meses que antecedem as eleições até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito. Pode acontecer que a nomeação dos aprovados ocorra muito próxima ao início do período vedado pela Lei Eleitoral, e a posse poderá perfeitamente ocorrer durante esse período." (TSE, Resolução nº 21.806, julgado em 08/06/2004)

"AGRAVO REGIMENTAL. REPRESENTAÇÃO. CONDUTA VEDADA. ART. 73, V, DA LEI Nº 9.504/97. 1. A dificuldade imposta ao exercício funcional de uma servidora consubstanciada em suspensão de ordem de férias, sem qualquer interesse da administração, configura a conduta vedada do art. 73, V, da Lei nº 9.504/97, ensejando a imposição de multa." (TSE, Acórdão nº 11.207, de 17/11/2009)

"1. Contratação temporária, pela Administração Pública, de professores e demais profissionais da área da educação, motoristas, faxineiros e merendeiras, no período vedado pela lei eleitoral. (...) 3. Em sentido amplo, todo serviço público é essencial ao interesse da coletividade. Já em sentido estrito, essencial é o serviço público emergencial, assim entendido aquele umbilicalmente vinculado à sobrevivência, saúde ou segurança da população. 4. (...) Daqui resulta não ser a educação um serviço público essencial. Sua eventual descontinuidade, em dado momento, embora acarrete evidentes prejuízos à sociedade, é de ser oportunamente recomposta. Isso por inexistência de dano irreparável à "sobrevivência, saúde ou segurança da população". (TSE, RESP Eleitoral nº 27563, de 12/12/2006)

Alcance da vedação: entendeu o Tribunal Superior Eleitoral que sequer a área da educação enquadra-se em exceção, entendendo como vedada a contratação temporária de professores e demais profissionais desta área (motoristas, faxineiros e merendeiros) nos três meses que antecedem as eleições até a posse dos eleitos.

Do mesmo modo, o Tribunal Regional Eleitoral, ao enfrentar a aplicação do mesmo dispositivo, estabeleceu que:

"RECURSO - REPRESENTAÇÃO - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS - EXONERAÇÃO DE SERVIDOR - FALTA DE JUSTA CAUSA - TRÊS MESES ANTES DA ELEIÇÃO - VEDAÇÃO - ART. 73, V, DA LEI Nº 9.504/1997 - NULIDADE - DESPROVIMENTO. A teor do art. 73, V, da Lei nº 9.504/1997, é vedado aos agentes públicos exonerar servidor, na circunscrição do pleito, no período dos três meses que o antecedem até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade." (TRE/SC, Acórdão nº 19.436, de 21/09/2004)

Por outro lado, mesmo nas exceções deve-se atentar ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/00), que assim dispõe:

"Art. 21. É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda: I - as exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar, e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição; II - o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.

Parágrafo único. Também é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20."

Convém ressaltar que de acordo com o RESP Eleitoral nº 27563 de 12/12/2006 o Tribunal Superior Eleitoral entendeu que "em sentido estrito essencial é o serviço público emergencial assim entendido aquele umbilicalmente vinculado à sobrevivência, saúde e segurança da população, o que resulta não ser a educação um serviço público essencial."

Eventuais prorrogações de contratos de ACT devem ser efetivadas antes do período de três meses que antecedem o pleito. Esta situação deve ser planejada pelo setor de Recursos Humanos. (TRE/SC Acórdão nº 17.051 de 05/09/2001).

3.6. TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA DE RECURSOS

O art. 73 da Lei Federal nº 9.504/97 define como proibido "[...] VI - nos três meses que antecedem o pleito: a) realizar transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para a execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública."

A conduta proibida pela legislação eleitoral aplica-se também à União e aos Estados, ainda que as eleições sejam para cargos municipais.

Ela atinge apenas as transferências voluntárias, excluindo-se deste conceito, por força do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), as transferências determinadas constitucionalmente e as destinadas à Saúde.

Assim, segundo a Resolução nº 23.610/19. Dentre outros aspectos, estão vedadas as transferências voluntárias de recursos entre os entes federados, ressalvadas as exceções legais.

Constitui ressalva a esta exceção a transferência dos recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública.

Observe-se que "A teor do disposto no artigo 25 da Lei Complementar 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), deve-se entender por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente integrante da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde. Vê-se, pois, que a legislação eleitoral, em face do que determina o comando normativo em destaque, não coíbe a realização de transferências obrigatórias (por exemplo, a participação do Município nas receitas obtidas a partir da cobrança de impostos de competência de outros organismos políticos federados) por força da Constituição da República ou de outros diplomas legislativos. Avulta observar que se o convênio tiver sido celebrado antes dos três meses que antecedem o pleito, e se houver previsão de um cronograma de desembolso de recursos, em contrapartida à realização de uma obra ou à prestação de um serviço pela entidade beneficiária, então os recursos relativos a esse convênio podem ser repassados, mesmo que esse repasse já ocorra dentro dos três meses imediatamente anteriores à eleição. Cuida-se de entendimento prestigiado na esfera jurisprudencial e que desfruta do beneplácito de significativa corrente doutrinária."

Portanto, na hipótese de convênios celebrados por entes públicos, são três as situações a serem analisadas:

1. convênios celebrados antes dos três meses anteriores à data do pleito eleitoral e que prevêem o repasse de verbas somente poderão ter a transferência concretizada se forem destinados à execução de obra ou de serviço em andamento e com cronograma pré-fixado;
2. convênios cuja execução de obra ou serviço não esteja em andamento e com cronograma pré-fixado, ainda que celebrados antes dos três meses anteriores ao pleito eleitoral, não poderão receber transferência de verbas. Nesse sentido destaca-se que a mera realização de processo licitatório no período citado não configura a situação que autoriza o repasse de verbas previstas em convênio. A obra ou serviço deve estar fisicamente iniciado e com cronograma pré-fixado; e
3. convênios celebrados no período de três meses anteriores ao pleito eleitoral terão transferências de verbas vedadas.

É vedada, ainda, a transferência voluntária de verbas para outros objetos que não sejam obras ou serviços, como o repasse para custear festas municipais. Dessa forma, somente podem ser efetuadas transferências voluntárias decorrentes de convênios celebrados para obras ou serviços em andamento físico e com cronograma pré-fixado.

É possível a transferência de recursos quando as obras estiverem efetivamente iniciadas, em caso de reconhecimento de emergência ou calamidade e transferências obrigatórias. (TSE, Res. nº 21.908 fr 31/08/2004/ TSE Ac. 25.324 de 07/06/2006.)

3.7. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E PRONUNCIAMENTOS EM CADEIA DE RÁDIO E TELEVISÃO

A vedação vigora a contar de 15/08/2020 e abrange toda a publicidade institucional municipal, produzida por ela própria ou por terceiros. Logo, a contar de 15/08/2020 deve ser suspenso todo e qualquer contrato de publicidade, programa de rádio ou espaço publicitário em televisão, rádio, jornal, internet, outdoor, placas, faixas, etc. Inclusive deve ser retirado o link de notícias da página oficial do Município, fazendo constar apenas as notícias de relevante interesse público. Ou seja, somente nos casos excepcionais (casos de grave e urgente necessidade pública), e após autorização da Justiça Eleitoral, será permitida a publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta.

3.8. DESPESAS COM PUBLICIDADE

O art. 73 da Lei Federal nº 9.504/97 define como proibido "[...] VII - realizar, no primeiro semestre do ano da eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito (Lei Federal nº 9.504/97 com redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)."

A média a que alude a Lei é obtida levando-se em conta as despesas do primeiro semestre dos anos anteriores - não desaprovadas oficialmente - em relação ao lapso de tempo (três anos que antecederam o ano eleitoral), no primeiro semestre do ano eleitoral, em que a permissão é dada. Ou seja, não pode o agente, neste um único semestre (janeiro a junho) de 2020, investir em publicidade mais que o valor correspondente ao que empregou licitamente em média nos primeiros semestres dos três anos anteriores, achado tal limite em operação que tome por referência a média do gasto realizado no primeiro semestre dos três anos que antecedem o pleito (2017, 2018 e 2019).

3.9. REVISÃO DA REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS

O art. 73 da Lei Federal nº 9.504/97 define como proibido "[...] VIII - fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir do início do prazo estabelecido no art. 7º desta Lei e até a posse dos eleitos"

Eventual lei que trata desta matéria, para ter validade deve ser publicada antes desta data, sendo que apenas é possível a reposição de perdas ao longo do ano da eleição e nunca do ano anterior à eleição, se aprovada após esta data. (TCE, prejulgado nº 1565 de 26/04/2006/ TRE/SC Resolução nº 7.190 de 05/06/2000)

3.10. LIMITE DE DESPESA COM PESSOAL

De acordo com o art. 21 da Lei Complementar Federal nº 101/ 2000 é nulo de pleno direito o ato que resulte em aumento de despesa com pessoal expedido nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder ou órgão referido no art. 20.

3.11. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE BENS, VALORES OU BENEFÍCIOS

O art. 73 da Lei Federal nº 9.504/97 define que "[...] § 10. No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da administração pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa (Lei Federal nº 9.504/97).

A norma não faz distinção entre as modalidades de utilização gratuita dos bens públicos. Destarte, tem-se que é vedada a sua disponibilização gratuita, seja através de cessão de uso, permissão de uso ou outra modalidade prevista na legislação. De acordo com o mencionado parágrafo, ao estenderem-se pelo "ano em que se realizar eleição", as vedações vigoram, inclusive, após a realização das eleições, pois seu comando é claro ao abranger todo o ano do pleito eleitoral.

Chama-se a atenção para as três condutas proibidas: 1. distribuição gratuita de bens; 2. distribuição gratuita de valores; e 3. concessão de benefícios.

Excetuam-se três hipóteses legais:

1. estado de calamidade pública; 2. estado de emergência; e 3. programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior.

São excepcionados os repasses aos programas destinados a efetivar os direitos sociais estabelecidos pela Constituição da República de 1988, desde que especificados em lei e em execução orçamentária no exercício anterior, considerando inclusive que não exceda os valores executados no ano que antecede ao pleito, com as seguintes observações: (a) nesses casos o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa; (b) mesmo quando houver legalidade no repasse, respeitar o quanto se disse no item 3.4, "Uso promocional de programas sociais".

3.12 ENTIDADE VINCULADA A CANDIDATO QUE EXERÇA PROGRAMAS SOCIAIS

O art. 73 da Lei Federal nº 9.504/97 define que "(...) §11. Nos anos eleitorais, os programas sociais de que trata o §10 não poderão ser executados por entidade nominalmente vinculada a candidato ou por esse mantida (Lei Federal nº 9.504/97)."

A proibição é absoluta e não comporta exceções. Enquanto na situação anterior eram estabelecidas medidas para evitar que os programas sociais fossem utilizados para influenciar o pleito eleitoral, neste caso tem-se a presunção absoluta de que o desequilíbrio ocorreria. A restrição deve ser observada durante todo o ano da eleição.

3.13. CONTRATAÇÃO DE SHOWS PARA INAUGURAÇÕES DE OBRAS

O art. 75 da Lei Federal nº 9.504/97 define que "Nos três meses que antecederem as eleições, na realização de inaugurações é vedada a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos (Lei Federal nº 9.504/97)."

É proibida, a partir de 15/08/2020, a contratação de shows artísticos para inauguração de obras, serviços, instalações e etc, e sua inobservância caracteriza abuso do poder econômico (LC nº 64/90, art. 22).

3.14. SOLENIDADES DE INAUGURAÇÕES

O art. 77 da Lei Federal nº 9.504/97 define "É proibido aos candidatos a cargos do Poder Executivo participar, nos três meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas (Lei Federal nº 9.504/97).

Assim como na hipótese anterior, a partir do dia 15/08/2020, é vedada a qualquer candidato a participação em inaugurações de obras públicas. Muito embora o dispositivo transcrito não seja tão abrangente, a Resolução TSE nº 23.450/2015 é taxativa ao impedir que os postulantes aos cargos do Poder Legislativo e Executivo não participem das solenidades.

É vedado a qualquer participante fazer discurso em ato de inauguração de obra louvando o trabalho do candidato ou do seu partido ou coligação.

4. DEMAIS VEDAÇÕES

Será vedada, durante todo o dia da votação e em qualquer local público ou aberto ao público, a aglomeração de pessoas portando os instrumentos de propaganda referidos na legislação eleitoral pertinente, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem a utilização de veículos.

Constitui captação ilegal de sufrágio a doação, o oferecimento, a promessa, ou a entrega, pelo candidato, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 33/2020/PMI REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BATERIAS AUTOMOTIVAS DE DIVERSAS AMPERAGENS PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DESTES MUNICÍPIO, AQUISIÇÃO SERÁ FEITA CONFORME A NECESSIDADE.

Publicação Nº 2552015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº 33/2020

Processo: 51/2020/PMI

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BATERIAS AUTOMOTIVAS DE DIVERSAS AMPERAGENS PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DESTES MUNICÍPIO, AQUISIÇÃO SERÁ FEITA CONFORME A NECESSIDADE. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 17 de julho de 2020 até as 09h00min. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 17 de julho de 2020 às 09h30min no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10h00min do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min e pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Editais de Licitações. Ituporanga, 07 de julho de 2020 – Gervasio Jose Maciel – Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1.521, DE 01 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2551747

PORTARIA Nº 1.521, DE 01 DE JULHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 001/2020,

Considerando a justificativa apresentada para a contratação para o cargo de MÉDICO, devido ao enfrentamento da pandemia COVID-19, para ação de avaliação das pessoas provenientes de outros estados que vem ao município para o plantio da safra de cebola 2021, deliberado pelo Comitê de Crise de Enfrentamento COVID-19;

Considerando a complexidade e a gravidade decorrente da pandemia Coronavírus e a necessidade de otimizar a disponibilização de serviços;

Considerando a realização de algumas Chamadas Públicas e o não comparecimento de candidatos, faz-se necessário a contratação de forma direta;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR em caráter temporário MARINA PALHANO DE ALMEIDA, no cargo de MÉDICO, com desempenho de suas funções na Secretaria de Saúde, com jornada de trabalho de 20 horas semanais.

Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data de hoje.

Ituporanga, 01 de julho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO

Secretária da Saúde

PORTARIA Nº 1.523, DE 01 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2551179

PORTARIA Nº 1.523, DE 01 DE JULHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 157 da Lei Complementar Nº 020, de 17 de dezembro de 2008, de acordo com Requerimento Nº 3773/2019 e considerando a certidão exarada do Departamento de Recursos Humanos,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença Prêmio em período oportuno a(o) servidor(a) MARLI BILK, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR IV, na Secretaria da Educação, referente ao período aquisitivo de 09/04/2015 a 09/04/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retrativos a 19 de junho de 2020.

Ituporanga, 01 de julho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN
Secretário da Educação

PORTARIA Nº 1.525, DE 01 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2551177

PORTARIA Nº 1.525, DE 01 DE JULHO DE 2020.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde à servidora ELIANE SENS KNAUL, ocupante do cargo de TÉCNICO EM ATIVIDADES DA SAÚDE, no período de 15/06/2020 a 24/06/2020, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de junho de 2020, revogando-se os efeitos da Portaria Nº 1.460, de 19 de junho de 2020.

Ituporanga, SC, 01 de julho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 1.526, DE 02 DE JULHO DE 2020.

Publicação Nº 2551182

PORTARIA Nº 1.526, DE 02 DE JULHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei nº 2.738, de 18 de outubro de 2018, Considerando o fato de que a prorrogação deste contrato ocorre embasada no contrato inicial que se encontra vigente, onde o servidor está substituindo a titular do cargo FRANCIELE HOFFMANN, que encontra-se em licença prêmio pelo período de 31/05/2020 a 29/07/2020. RESOLVE;

Art. 1º PRORROGAR até 29/07/2020 o contrato de trabalho de LAURO JOSÉ PADILHA, admitida em caráter temporário no cargo de PROFESSOR III, com desempenho de suas funções na Secretaria da Educação, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de hoje, com efeitos a partir de sua publicação, revogando-se os efeitos da Portaria Nº 1.505, de 26 de junho de 2020.

Ituporanga, 02 de julho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN
Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1.527, DE 02 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2551186

PORTARIA Nº 1.527, DE 02 DE JULHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei nº 2.738, de 18 de outubro de 2018, Considerando o fato de que a prorrogação deste contrato ocorre embasada no contrato inicial que se encontra vigente, onde o servidor está substituindo a titular do cargo FRANCIELE HOFFMANN, que encontra-se em férias pelo período de 30/07/2020 a 28/08/2020.

RESOLVE;

Art. 1º PRORROGAR até 28/08/2020 o contrato de trabalho de LAURO JOSÉ PADILHA, admitida em caráter temporário no cargo de PROFESSOR III, com desempenho de suas funções na Secretaria da Educação, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de hoje, com efeitos a partir de sua publicação.

Ituporanga, 02 de julho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNS CLASEN

Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1.528, DE 02 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2551187

PORTARIA Nº 1.528, DE 02 DE JULHO DE 2020.

O Prefeito Municipal em Exercício de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com o que estabelece a legislação vigente e de acordo com o DECRETO Nº 054, DE 01 DE JULHO DE 2019.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear "COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA" objetivando conduzir o procedimento administrativo de regularização fundiária urbana (Reurb) no âmbito municipal.

Art. 2º A comissão a que se refere o artigo anterior será formada pelos seguintes membros:

I – CARLOS EDUARDO PLENS - representante da Secretaria Municipal de Planejamento, responsável pela análise urbanística dos processos de Reurb;

II – ACÁSSIO CLASEN - representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, responsável pela análise ambiental dos processos de Reurb;

III – ALESSANDRA HOFFMANN MORATTELLI - representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, responsável pela análise social dos processos de Reurb;

IV – MÁRCIO LIMA DA COSTA JÚNIOR - representante advogado público, responsável pela análise jurídica dos processos de Reurb;

Parágrafo único. Ficará a cargo do servidor indicado no inciso I a coordenação dos trabalhos da Comissão e emissão de atos decisórios, servindo os demais membros da Comissão como equipe de apoio técnico.

Art. 3º. O mandato dos membros da Comissão corresponderá ao período de 2 (dois) anos, contados a partir da publicação da portaria de nomeação, podendo haver recondução.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se os efeitos da Portaria Nº 873, de 17 de julho de 2019.

Ituporanga, 02 de julho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1.529, DE 03 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2551188

PORTARIA Nº 1.529, DE 03 DE JULHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do art., da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei nº 2.400 de 07 de maio de 2012, que Cria a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, LC 047 de 09 de novembro de 2013 que Cria Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, o Decreto nº. 127 de 08 de outubro de 2013 que Regulamenta a Lei nº 2.400, de 07 de maio de 2012 que Cria a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC);

Considerando a necessidade de se manter plantão com Agentes de Defesa Civil em conjunto com a Unidade do Corpo de Bombeiros Militar à solicitações de chamadas de Urgência e Emergência para ocorrências que demandem Ações de Defesa Civil;

Considerando que os servidores indicados pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, ou possuem noções básicas de Defesa Civil, ou estão à disposição do Corpo de Bombeiros Militar, ou estão cursando o Atendimento Básico de Emergência junto ao Corpo de Bombeiros, ou atuam junto ao SAMU,

Considerando a atual impossibilidade de se contratar funcionários através de Concurso Público, para comporem Efetivo Orgânico da Coordenadoria Municipal da Proteção e Defesa Civil;

Considerando em razão da escassez de Recursos Financeiro para este fim e imposições da Lei de Responsabilidade Fiscal;

RESOLVE

Art. 1º Designa os servidores Públicos do Município de Ituporanga abaixo relacionados, a exercer atividades de Escala de Sobreaviso da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil: Anderson de Mattos, Marcionei Bruda, Odair Rogério da Silva, Robson Inácio e Tiago Jesser Marques Vieira.

Art. 2º A Escala de Sobreaviso, em situação de Normalidade (Observação) deverá contemplar horário fora do expediente da Prefeitura.

Art. 3º Caso o evento evolua para a situação de Atenção, Alerta ou Emergência, o Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil deverá solicitar à Chefia imediata, através de expediente apropriado, a necessidade de recursos, humanos e materiais, adicionais à atividade.

Art. 4º A Escala de Sobreaviso Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, deverá ser publicada no mural junto ao hall de entrada principal da Prefeitura, até o antepenúltimo dia útil do mês anterior ao que se refere, e deverá ser assinada pelo Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil e pelo Chefe do Gabinete da Prefeitura.

Art. 5º O Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil deverá encaminhar ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura, até o dia 20 do mês a que se refere a Escala de Sobreaviso, relação com nome completo dos Agentes e respectivo total de horas contadas desde o dia 21 do mês anterior, sendo a relação também assinada pelo Chefe de Gabinete da Prefeitura.

Art. 6º O veículo colocado a disposição da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, para atendimento de Urgências e Emergências e demais Ações de Defesa Civil, poderão, quando fora do expediente da Prefeitura, ficar sob os cuidados e no domicílio do Agente Escalado para o Sobreaviso.

Art. 7º Esta Portaria em vigor na Data de sua publicação, revogando-se os efeitos da Portaria Nº 1.115, de 04 de setembro de 2019.

Ituporanga, 03 de julho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

ANA PAULA MENDONÇA

Coordenadora Municipal de Proteção e Defesa Civil

PORTARIA Nº 1.530, DE 03 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2551751

PORTARIA Nº 1.530, DE 03 DE JULHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 001/2020,

Considerando a justificativa apresentada através do Ofício 0391/2020/01PJ/ITU, a contratação da servidora se faz necessária para a manutenção da equipe mínima de trabalho na ESF Nossa Senhora de Fátima, por se tratar de serviço essencial neste momento de pandemia coronavírus;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR em caráter temporário ANDREIA SOZIN ODA, no cargo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, com desempenho de suas funções no ESF Nossa Senhora de Fátima, na Secretaria de Saúde, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data de hoje, com efeitos retroativos a 06 de junho de 2020.

Ituporanga, 03 de julho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO

Secretária da Saúde

PORTARIA Nº 1.531, DE 03 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2551761

PORTARIA Nº 1.531, DE 03 DE JULHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 001/2020,

Considerando a justificativa apresentada, a contratação pelo Processo Seletivo 01/2020, com a colocação 15º posição, se faz necessária para a manutenção da equipe mínima de trabalho na ESF Rio Bonito, por se tratar de serviço essencial neste momento de pandemia Coronavírus;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR em caráter temporário VANESSA KUSTER BASTOS, no cargo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, com desempenho de suas funções no ESF Rio Bonito, na Secretaria de Saúde, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data de hoje, com efeitos retroativos a 01 de julho de 2020.

Ituporanga, 03 de julho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária da Saúde

PORTARIA Nº 1.532, DE 03 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2551762

PORTARIA Nº 1.532, DE 03 DE JULHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 001/2020,

Considerando a justificativa apresentada para a contratação através do Ofício 0391/2020/01PJ/ITU, pelo Processo Seletivo 01/2020, com a colocação 4º posição, se faz necessária para a manutenção da equipe mínima de trabalho na ESF Nossa Senhora de Fátima, por se tratar de serviço essencial neste momento de pandemia Coronavírus;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR em caráter temporário MARCO AURÉLIO ORSSATTO FERRONATO, no cargo de CIRURGIÃO DENTISTA, com desempenho de suas funções no ESF Nossa Senhora de Fátima, na Secretaria de Saúde, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data de hoje, com efeitos retroativos a 01 de julho de 2020.

Ituporanga, 03 de julho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO
Secretária da Saúde

PORTARIA Nº 1.533, DE 03 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2551763

PORTARIA Nº 1.533, DE 03 DE JULHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 001/2020,

Considerando a justificativa apresentada para a contratação, pelo Processo Seletivo 01/2020, com a colocação 12º posição, dá-se pelo pedido de demissão da funcionária AMANDA VIEIRA VAZ, ocupante do cargo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, na ESF Santo Antônio, a contratação se faz necessária por se tratar de serviço essencial neste momento de pandemia Coronavírus;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR em caráter temporário MIRELLE LILIANE GUIMARÃES DE OLIVEIRA FERNANDES, no cargo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, com desempenho de suas funções no ESF Santo Antônio, na Secretaria de Saúde, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data de hoje, com efeitos retroativos a 01 de julho de 2020.

Ituporanga, 03 de julho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO

Secretária da Saúde

PORTARIA Nº 1.540, DE 06 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2552130

PORTARIA Nº 1.540, DE 06 DE JULHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC e conforme a Lei Complementar nº 20/2008, RESOLVE: Art. 1º. EXONERAR EDÉSIO BILCK NETO ocupante do cargo em comissão de GERENTE DE CULTURA E EVENTOS, na Fundação FEXPONACE, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de hoje.

Ituporanga, SC, 06 de julho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

NILSON WERTER

Secretário da Fazenda e

Diretor Presidente da Fundação FEXPONACE

PORTARIA Nº 1.541, DE 06 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2552132

PORTARIA Nº 1.541, DE 06 DE JULHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC, e de conformidade com a Lei Complementar 20, de 17 de dezembro de 2008 e Lei 2.189, de 27 de setembro de 2007, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR PAULO ROBERTO RIBEIRO para exercer o cargo em comissão de GERENTE DE CULTURA E EVENTOS, na Fundação FEXPONACE, com jornada de trabalho de 40 horas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de julho de 2020.

Ituporanga, 06 de julho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária de Administração

NILSON WERTER

Secretário da Fazenda e Diretor Presidente da Fundação FEXPONACE

PORTARIA Nº 1.542, DE 06 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2552135

PORTARIA Nº 1.542, DE 06 DE JULHO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC, e de conformidade com a Lei Complementar 20, de 17 de dezembro de 2008 e Lei 2.189, de 27 de setembro de 2007, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR EDESIO BILCK NETO para exercer o cargo em comissão de SUPERINTENDENTE EXECUTIVO, na Fundação FEXPONACE, com jornada de trabalho de 40 horas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de julho de 2020.

Ituporanga, 06 de julho de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária de Administração

NILSON WERTER
Secretário da Fazenda e Diretor Presidente da Fundação FEXPONACE

RETIFICAÇÃO DE OBJETO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2020/PMI

Publicação Nº 2551397

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

RETIFICAÇÃO DE OBJETO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº 32/2020

Processo: 57/2020/PMI

ONDE LÊ-SE: Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PRIMÁRIO PARA USO DAS SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DE URBANISMO NA MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS DE MUNICÍPIO DE ITUPORANGA.

LEIA-SE: Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PRIMÁRIO PARA USO DAS SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DE URBANISMO NA MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS E REPAROS NOS SISTEMAS DE DRENAGEM DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA. Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min e pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Editais de Licitações. Ituporanga, 07 de julho de 2020 – Gervasio Jose Maciel – Prefeito em Exercício

TERMO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2020/PMI.

Publicação Nº 2551933

TERMO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2020/PMI.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPE, DUPLAGEM, VULCANIZAÇÃO E CONSERTOS DE DIVERSOS PNEUS, CONFORME A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

O Município informa que em razão de erro material, será desconsiderado a exigência do Item 3.3 letra f) A marca ofertada deverá ser homologada por uma ou mais montadoras de veículos e máquinas nacionais apresentando cópia da homologação, e as propostas deverão vir acompanhadas dos boletins técnicos dos produtos ofertados; do Edital, visto que o mesmo não refere-se ao objeto do presente Edital.

Com a alteração, mantidas as demais disposições editalícias, nos termos do §4º do Art. 21 da Lei nº 8.666/93, fica mantida a data da abertura do certame para o dia 13/07/2020, por entender que a alteração não afeta a formulação das propostas. A abertura será na sala de Reuniões da Prefeitura conforme Edital de Pregão Presencial 31/2020. Para mais informações e esclarecimentos relativos a esta retificação, poderão ser obtidas no setor de Licitações da Prefeitura do município de Ituporanga sito a Rua Vereador Joaquim Boeing, nº 40 – Centro, ou pelo telefone 47 3433 1211 – Ramal 233 de segunda a sexta-feira no horário das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min.

Ituporanga, 07 de julho de 2020.

INÁ CARINI ZAPELINI ZANELLA
Pregoeira

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 518, DE 06 DE JULHO DE 2020**

Publicação Nº 2552560

PORTARIA Nº 518, DE 06 DE JULHO DE 2020

"Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19) e dá outras providências."

ALMIR SCHAFFER, Presidente da Câmara Municipal de ITUPORANGA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 25, II, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga e dos arts. 23 e 25, II, do Regimento Interno.

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a necessidade de reduzir o risco de contágio da população;

CONSIDERANDO a necessidade de conter a propagação de infecção e transmissão local e preservar a saúde de parlamentares, servidores, estagiários e da população em geral;

CONSIDERANDO a necessidade de manter, tanto quanto possível, a prestação do serviço da casa legislativa;

CONSIDERANDO que os casos de Covid-19 estão aumentando quase que diariamente no Município de Ituporanga; e

CONSIDERANDO que o Presidente desta Casa Legislativa testou positivo para a Covid-19, tendo contato com os vereadores e demais servidores durante o período em que o vírus estava ativo.

RESOLVE:

Art. 1º Adotar as seguintes medidas de prevenção:

I. suspender os eventos e sessões solenes que envolvam aglomeração de pessoas no edifício da Câmara Municipal, a suspensão abrange eventos de lideranças partidárias, frentes parlamentares, audiências públicas, além de cursos e eventos, entre outros;

II. realização de sessões ordinárias e extraordinárias ocorrerão somente de forma virtual;

III. qualquer pessoa que atue nas dependências da Câmara deverá comunicar, imediatamente, via aplicativo de transmissão instantânea de mensagens (WhatsApp, Telegram, etc) ao chefe de gabinete caso apresente sintomas similares aos da gripe e se tiverem contato com pessoa potencialmente contaminada pelo coronavírus;

IV. fica vedada a presença de qualquer pessoa no recinto da Câmara;

V. fica suspensa a autorização de afastamento de servidores e de parlamentares para missão em locais onde houve infecção por Covid-19, constantes da lista do Ministério da Saúde.

Art. 2º Os servidores exercerão suas funções em regime de teletrabalho e deverão ficar à disposição da Câmara Municipal durante todo o horário de expediente.

§ 1º Todos os servidores ficam cientes de que deverão retornar ao trabalho assim que determinado pela autoridade competente em ato oficial ou quando sua presença for indispensável ao bom andamento das atividades do Poder Legislativo Municipal; exceto nos casos em que testem positivos ou estejam no período de quarentena.

§ 2º Mensalmente, compreendendo o período entre o dia 26 de um mês e o dia 25 do mês seguinte, os servidores deverão apresentar relatório circunstanciado do período em que laboraram à distância, o qual deve ser protocolado até o último dia do mês em curso, sendo objeto de homologação pela autoridade competente.

Art. 3º O atendimento ao público será realizado, exclusivamente, pelas redes sociais ou e-mail da Câmara Municipal, no horário normal de funcionamento (das 13h às 19h).

Art. 4º A Presidência da Câmara poderá vir a adotar outras medidas administrativas necessárias ao cumprimento desta Portaria.

Art. 5º As ações ou omissões que violem o disposto na presente Portaria sujeitam o autor a sanções penais, civis, éticas e administrativas.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 7 de julho de 2020.

Ituporanga/SC, 6 de julho de 2020.

Almir Schaffer

Presidente da Câmara Municipal de Ituporanga

Jaborá

PREFEITURA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2020

Publicação Nº 2552786

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2020

O Presidente da Comissão Permanente de Licitações do Município de Jaborá/SC, através do Município de Jaborá, em cumprimento da ratificação procedida pelo Prefeito Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de Dispensa de Licitação a seguir:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MICRO ÔNIBUS MLX-0696.

FAVORECIDO: PERSIO COMERCIO DE VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 20.886.037/0001-76.

VALOR ESTIMADO: R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94.

Jaborá (SC), 07 de julho de 2020.

ALINE CERVELIN

Presidente da Comissão

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 08-2020

Publicação Nº 2551694

RESOLUÇÃO Nº 08/2020, DE 06 DE JULHO DE 2020.

"Disciplina em caráter temporário o horário e a forma do funcionamento das atividades no âmbito do Poder Legislativo de Jaborá"

Itamar Toigo, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Jaborá/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pelo constante do Regimento Interno desta Câmara, considerando as orientações emanadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e Ministério da Saúde e Secretaria de Saúde do Estado de Santa Catarina, RESOLVE:

Art. 1º - Esta Resolução mantém as regras e procedimentos já adotados para a prevenção à infecção e à propagação do Novo Coronavírus (COVID19) no âmbito do Poder Legislativo de Jaborá, a fim de preservar a saúde de servidores, colaboradores e da população em geral.

§1º. Continuam suspensas a realização presencial de sessões solenes, audiências públicas e reuniões com presença de público nas dependências da Câmara de Vereadores de Jaborá.

§2º. As sessões ordinárias, e extraordinárias porventura necessárias, serão mantidas às Segundas-Feiras às 19h30min por meio virtual, sendo gravadas e armazenadas em meio audiovisual.

Art. 2º - Fica estabelecido horário especial de trabalho aos servidores do quadro de pessoal deste Poder, em turno único, de segundas a sextas-feiras, na modalidade presencial, com jornada de trabalho de seis (06) horas ininterruptas, no período matutino, das 07:00 às 13:00 horas.

§1º- Não poderão exercer suas atividades de forma presencial os agentes públicos:

I - que apresentam doenças respiratórias crônicas, cardiopatias, diabetes, hipertensão ou outras afecções que deprimam o sistema imunológico;

II - com 60 anos ou mais;

III - gestantes;

IV - que convivem com pessoas acometidas pela COVID-19 ou pessoas que estejam em quarentena por terem sido consideradas suspeitas de estarem acometidas pela COVID-19.

§2º- Fica vedado o acesso de pessoas que apresentarem febre ou sintomas respiratórios (tosse seca, dor de garganta, mialgia, cefaleia e prostração, dificuldade para respirar e batimento das asas nasais), considerados casos suspeitos de infecção pelo COVID-19, recomendando-se como medida individual que pessoas idosas e pacientes de doenças crônicas evitem sua circulação.

Art. 3º - O atendimento ao público será prestado preferencialmente pelos meios tecnológicos disponíveis ou por telefone, sendo o atendimento presencial ao público ou vereadores realizado com a adoção dos meios de segurança.

Art. 4º - A Câmara de Vereadores de Jaborá adotará as seguintes providências no âmbito de suas instalações:

I - Afixar cartazes informativos dos cuidados nos seus ambientes sobre: higienização de mãos, uso do álcool 70%, uso de máscaras, distanciamento entre as pessoas, limpeza de superfícies, ventilação e limpeza dos ambientes;

II - Realizar diariamente procedimentos que garantam a higienização do ambiente de trabalho, intensificando a limpeza com desinfetantes próprios para a finalidade, bem como, a desinfecção com álcool 70% de maçanetas, corrimãos, interruptores, balcões, entre outros;

III - Exigir o uso dos EPIs apropriados para a realização das atividades, dentre as quais, máscaras de fabricação doméstica que deverão ser obrigatoriamente utilizadas por todos os servidores;

IV - Caso a atividade a ser desenvolvida necessite de mais de um servidor ao mesmo tempo em cada ambiente, manter a distância mínima entre eles de 1,5 metros (um metro e cinquenta centímetros);

Art. 5º - As medidas e recomendações contidas nesta Resolução entram em vigor na data de sua publicação e têm vigência até disposição em contrário, podendo ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Jaborá (SC), 06 de julho de 2020.

Itamar Toigo

Presidente da Câmara de Vereadores

Jacinto Machado

PREFEITURA

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO A AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 1099/2020

Publicação Nº 2552792

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado

1º Termo Aditivo a Autorização de Fornecimento nº 1099/2020

Contratante: Município de Jacinto Machado

Contratado: Multipla Sinalização Ltda

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a ampliação do quantitativo da Autorização de Fornecimento nº 1099/2020, com valor total estimado de R\$ 3.900,00 (Três mil e novecentos reais), estimado.

Vigência: de 01/07/2020 e se estende até 31/12/2020.

Jacinto Machado/SC, 01 de julho de 2020.

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

1º ADITIVO AO CONTRATO N° 31/2020

Publicação N° 2552652

1º ADITIVO AO CONTRATO N° 31/2020 TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente Aditivo ao Contrato n° 31/2020, para a prestação de serviços médicos, que mantém entre si, a credenciada ABP CLÍNICA MÉDICA LTDA, inscrito no CNPJ 18.447.590/0001-60 e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, inscrito no CNPJ 00.091.238/0001-70, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Incluir na tabela constante no Anexo I:
- 2) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 06 de julho de 2020.

Márcio Erdmann Presidente CONTRATANTE	Cleber Roberto Paes Sócio Administrador CONTRATADA
Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Jean Paulo Trunkle Médico Auditor do ISSEM TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

2º ADITIVO AO CONTRATO N.º 167/2018

Publicação N° 2552647

2º ADITIVO AO CONTRATO N.º 167/2018 PREGÃO PRESENCIAL N.º 06/2018

Pelo presente Aditivo ao Contrato n.º 167/2018, que tem como objeto a prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação nas dependências do Issem, que mantém entre si, a credenciada MASTER CLEAN LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 09/07/2020.
- 2) Reajustar o valor mensal pela prestação dos serviços para R\$ 5.924,58 (cinco mil novecentos e vinte e quatro reais e cinquenta e oito centavos) a partir de 01/01/2020, em conformidade com a cláusula 4.6 do Contrato original.
- 3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 06 de julho de 2020.

Márcio Erdmann Presidente CONTRATANTE	Ulrich Wagner Sócio-Administrador CONTRATADA
Rosana Maria de Souza Rosa TESTEMUNHA	Charles Sérgio Pereira TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

2º ADITIVO AO CONTRATO N.º 24/2020

Publicação N° 2552651

2º ADITIVO AO CONTRATO N.º 24/2020
PREGÃO PRESENCIAL N.º 06/2019

Pelo presente Aditivo ao Contrato n.º 24/2020, que tem como objeto a locação de software com tecnologia web, sem limitação de usuários, para gerenciamento dos sistemas de gestão do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, que mantém entre si, a empresa ACTUARY SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Prorrogar o prazo de implantação total dos serviços por mais 30 (trinta) dias, conforme disposto na cláusula 7.1 do Contrato original.
- 2) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 01 de julho de 2020.

Márcio Erdmann Presidente CONTRATANTE	Fernando Traleski Sócio-Administrador CONTRATADA
Rosana M. de Souza Rosa TESTEMUNHA	Rafael Kist Procurador Autárquico OAB/SC 33890

5º ADITIVO AO CONTRATO N.º 147/2016

Publicação N° 2552646

5º ADITIVO AO CONTRATO N.º 147/2016
TOMADA DE PREÇO N.º 03/2016

Pelo presente Aditivo ao Contrato n.º 147/2016, Tomada de Preço n.º 03/2016, para contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de locação de impressoras, com fornecimento e instalação de equipamentos, gerenciamento de impressões efetivamente realizadas, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos com substituição de peças, componentes e materiais utilizados na manutenção e fornecimento de insumos, exceto papel, que mantém entre si, a empresa ALCIDES JAREMCZUK JUNIOR (CNPJ NO 10.744.406/0001-32) e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambas já qualificadas no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Prorrogar o prazo de execução do serviço de 01/07/2020 até 31/07/2020, conforme estabelecido no item 7.1 do contrato original.
- 2) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas;

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 29 de junho de 2020.

Márcio Erdmann Presidente CONTRATANTE	Alcides Jaremczuk Junior Sócio Administrador CONTRATADA
Charles Sérgio Pereira TESTEMUNHA	Rosana Maria de Souza Rosa TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES E PROPOSTAS DA TOMADA DE PREÇOS N° 101/2020

Publicação N° 2552725

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES e PROPOSTAS DA Tomada de Preços nº 101/2020

Aos seis dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte, com início às quatorze horas, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, sita na Rua Walter Marquardt, 1111, bairro Rio Molha, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto 13.940/2020, formada pelos membros Eliziana dos Reis, Fabieli Pilatti Mendes e Karen Cristina Arce, para sob a presidência do primeiro, procederem à abertura dos envelopes referentes a Tomada de Preços nº 101/2020, que tem como objeto a Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra para reforma na E.M.E.B. Maria Nilda Salai Stahelin, localizada na Rua 868 – Elpídio Rodrigues nº 99 no Bairro Tifa Martins em Jaraguá do Sul/SC. Apresentaram-se a sessão

as seguintes empresas:

Proponentes	Representante	Identificação
GIOVANNI RODRIGO LUIZ EIRELI	André Diogo Mafra	818.111.609-72
LIDERANÇA CONSTRUÇÕES LTDA EPP	Jerson L. de Oliveira	520.264.269-53
ARBO SERVIÇOS DE OBRAS EIRELI	Cristina I. V. Vacchi	890.285.469-87
COMPACT CONSTRUTORA EIRELI	Schaiane Lovemberger	065.003.719-76
OMVS CONSTRUTORA EIRELI	Cristiane Masrquez	108.702.369-62
CONST. & INC. GLOBAL EIRELI EPP	Antonio dos S. Lopes	400.693.978-72
MAXI EMPREENDIMENTOS IMOB LTDA	Sem Representante	x-x-x-x-x
PRK ENGª E CONSTRUÇÕES LTDA EPP	Sem Representante	x-x-x-x-x
SOVRANA ENGª E CONSTRUÇÕES LTDA	Sem Representante	x-x-x-x-x
VATTARO CONSTRUÇÕES EIRELI EPP	Sem Representante	x-x-x-x-x
DBM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	Sem Representante	x-x-x-x-x
DARTORA EMP. MÃO DE OBRA LTDA EPP	Sem Representante	x-x-x-x-x
CUBICA CONSTRUÇÕES LTDA	Sem Representante	x-x-x-x-x

Após a identificação dos envelopes das proponentes, passou-se à verificação da inviolabilidade dos envelopes 01-Habilitações e 02 – Propostas Comerciais. Logo após, passou-se à abertura dos Envelopes 01 – Habilitações, cujas documentações foram rubricadas pelos membros da Comissão Especial e pelos Representantes presentes. As documentações apresentadas pelas proponentes foram as seguintes:

Nome da proponente	Quantidade de folhas	Numeração das folhas
GIOVANNI RODRIGO LUIZ EIRELI	57	Sem numeração
LIDERANÇA CONSTRUÇÕES LTDA EPP	44	Sem numeração
ARBO SERVIÇOS DE OBRAS EIRELI	39	Sem numeração
COMPACT CONSTRUTORA EIRELI	60	Sem numeração
OMVS CONSTRUTORA EIRELI	54	01 a 54
CONST. & INC. GLOBAL EIRELI EPP	-----	-----
MAXI EMPREENDIMENTOS IMOB LTDA	35	Sem numeração
PRK ENGª E CONSTRUÇÕES LTDA EPP	46	Sem numeração
SOVRANA ENGª E CONSTRUÇÕES LTDA	39	Sem numeração
VATTARO CONSTRUÇÕES EIRELI EPP	44	Sem numeração
DBM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	93	Sem numeração
DARTORA EMP. DE MÃO OBRA LTDA EPP	58	01 a 58
CUBICA CONSTRUÇÕES LTDA	66	01 a 66

Dando prosseguimento a comissão informa aos representantes presentes que o julgamento das habilitações será feito posteriormente e o resultado será informado aos proponentes e após aberto o prazo de recurso ao julgamento.

Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião e lavrou-se o presente Ata, a qual vai assinada pelos membros da Comissão Especial e pelos Representantes presentes, a qual será fornecida cópia desta. Jaraguá do Sul, 06 de julho de 2020.

Eliziana dos Reis	
Fabieli Pilatti Mendes	
Karen Cristina Arce	
André Diogo Mafra	
Jerson L. de Oliveira	
Cristina I. V. Vacchi	
Schaiane Lovemberger	
Cristiane Masrquez	
Antonio dos S. Lopes	

CONTRATO N.º 109/2020

Publicação Nº 2552653

CONTRATO N.º 109/2020

1. PARTES

1.1. ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 00.091.238/0001-70, com sede na Rua Max Wilhelm, n.º 255, Vila Baependi, nesta cidade de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Márcio Erdmann, doravante denominado ISSEM.

1.2. SMI PRIME – CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.882.190/0001-34, com sede na Rua Dom Jaime Câmara, n.º 170, sala 901, na cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Ricardo Giovenardi, doravante denominada CONTRATADA.

2. OBJETO

2.1. Este contrato visa CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA COM A FINALIDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM RELAÇÃO AO MERCADO FINANCEIRO PARA OS INVESTIMENTOS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

E SAÚDE – ISSEM-FMASA DO INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS – ISSEM, em conformidade com as normas e princípios da Lei Complementar Municipal n.º 217/2018, suas regulamentações e Resolução n.º 6/2020/CA/Issem e suas alterações, em conformidade com as demais condições estabelecidas neste contrato e na proposta comercial apresentada pela CONTRATADA, com o desenvolvimento dos serviços de:

- a) Elaboração de diagnóstico da carteira de investimentos.
- b) Assessoramento na elaboração e aplicação da política de investimento.
- c) Realização de treinamentos e capacitações aos gestores, servidores, Comissão de Investimentos e conselheiros do Issem nos assuntos relacionados ao mercado financeiro.
- d) Assessoramento na alocação dos recursos.
- e) Elaboração de análises e pareceres documentados de produtos financeiros.
- f) Acompanhamento e análise diária do mercado financeiro.
- g) Executar avaliações de risco dos ativos da carteira do Issem-FMASA.
- h) Assessoramento no credenciamento das instituições financeiras.
- i) Disponibilização de software para a elaboração da APR – Autorização de Aplicação e Resgate.
- j) Elaboração de Relatório Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos (DAIR).
- k) Disponibilização de software para simulações dos retornos financeiros e/ou percentuais dos Fundos de Renda Variável que fazem parte da carteira do Issem-FMASA;
- l) Demais requisitos atribuídos à Assessoria Financeira na Política de Investimentos do Issem-FMASA.

3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1. A assessoria e consultoria abrangerá o diagnóstico da situação atual da carteira de investimentos do Issem-FMASA, nos termos da legislação vigente, bem como nos termos da Política de Investimentos.

3.2. A assessoria e consultoria abrangerá a elaboração e a aplicação da Política de Investimentos que compreenderá:

- a) Estruturação e acompanhamento do processo de definição da Política de Investimentos do Issem-FMASA.
- b) Definição de regras e normas para as alocações de recursos em consonância com a legislação vigente e os objetivos específicos do Issem-FMASA, designando claramente as responsabilidades e definindo limites de alocação de recursos em segmentos específicos, bem como determinando os limites de exposição ao risco e de perdas máximas permitidas.
- c) Elaboração de possíveis alterações na Política de Investimentos do Issem-FMASA, conforme a necessidade a ser definida pela Diretoria do Issem.
- d) Definição de regras e procedimentos de uma política de desinvestimentos dos recursos do FMSA.
- e) Entrega da Política de Investimentos em relatório físico (impresso) e relatório gravado em CD, bem como disponibilizado para consulta em ambiente WEB privativo do Issem, durante toda a vigência do contrato.

3.3. A assessoria e consultoria abrangerá a elaboração de análises e pareceres de produtos financeiros para as aplicações do Issem-FMASA, em consonância com a legislação vigente e com a Política de Investimentos do Issem-FMASA, conforme segue:

- a) A entrega das análises de fundos de Renda Fixa, Ações e Multimercados terá o prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da solicitação.
- b) A entrega das análises de fundos estruturados terá o prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar da solicitação.
- c) As análises deverão apresentar a opinião clara e fundamentada a respeito do produto financeiro analisado.
- d) O relatório de análise e parecer deverá ser entregue em relatório físico (impresso), bem como disponibilizado para consulta em ambiente WEB privativo do Issem, durante toda a vigência do contrato.

3.4. A assessoria e consultoria para o acompanhamento e análise diária do mercado financeiro, que compreenderá:

- a) Avaliações focadas no desenvolvimento de estratégias.
- b) Planos de ação direcionados à redução da exposição ao risco, à antecipação de efeitos das mudanças estruturais, ao estabelecimento do equilíbrio geral do fluxo de trabalho e à ampliação contínua do nível de conhecimento do mercado dos gestores do Issem-FMASA.
- c) Pesquisa, identificação e elaboração de pareceres técnicos sobre as alternativas de investimentos para o Issem-FMASA, devidamente fundamentados.
- d) Criação de referências para a avaliação qualitativa de operações, aplicações e taxas.
- e) Acompanhamento e interpretação das informações técnicas sobre o mercado.
- f) Elaboração e assessoria na execução de estratégias de investimentos em títulos mobiliários observando a Política de Investimento, os enquadramentos legais e os objetivos de rentabilidade do Issem-FMASA.

3.5. A assessoria e consultoria para a análise, controle do risco e desempenho da Carteira, que compreenderá:

- a) Monitoramento de risco através de análises de VAR, Tracking Error e Stress Test da carteira de investimentos;
- b) Cálculo e acompanhamento dos índices de eficiência (Sharpe, Treynor, Jansen, Beta) da carteira de investimentos e dos fundos que a compõem;
- c) Elaboração de relatório mensal que demonstre a relação risco retorno dos fundos e da carteira do Issem-FMASA.

3.6. A assessoria e consultoria no credenciamento de instituições financeiras para o recebimento das aplicações dos recursos do Issem-FMASA, que compreenderá:

- a) A análise e o registro do gestor, administrador e distribuidor do fundo a ser credenciado.

3.7. A assessoria e consultoria compreenderá a disponibilização de software para a elaboração e publicação das APR – Autorizações de Aplicações e Resgate.

3.8. A assessoria e consultoria compreenderá a disponibilização de software para simulações dos retornos financeiros e/ou percentuais dos Fundos de Renda Variável que fazem parte da carteira do Issem-FMASA. As simulações deverão, no mínimo, ocorrer considerando um

período a ser informado, um percentual a ser informado e uma expectativa de retorno a ser informada ao sistema. O sistema deverá possibilitar a impressão do respectivo relatório de Simulação, com todos os dados.

3.9. A consultoria e assessoria compreenderá a elaboração de relatório que vise subsidiar completamente o preenchimento do DAIR – Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos. O presente relatório deverá ser enviado obrigatoriamente em prazo hábil, conforme as definições da legislação pertinente.

3.10. Serão realizadas reuniões mensais conforme segue:

- a) Ocorrerá uma reunião mensal ordinária para a apresentações dos relatórios inerentes a prestação do presente objeto. As reuniões serão realizadas na sede do Issem, em data a ser determinada pela Diretoria do Issem e com a presença de consultores da CONTRATADA devidamente qualificados e previamente aprovados pela Diretoria do Issem.
- b) As reuniões serão com a Diretoria do Issem, e/ou com o Comitê de Investimentos, e/ou com o Conselho de Administração do Issem, conforme as definições da Diretoria do Issem.
- c) As convocações para as reuniões serão emitidas pela Diretoria do Issem via e-mail, fax ou via postal com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis.
- d) Extraordinariamente, por meio de seus consultores, a CONTRATADA deverá realizar apresentações para a Diretoria do Issem, para o Comitê de Investimentos, para o Conselho de Administração e/ou para o Conselho Fiscal, quando convocados.
- e) Extraordinariamente, o Issem poderá convocar até 03 (três) reuniões extraordinárias mensais, não cumulativas. As reuniões extraordinárias também ocorrerão na sede do Issem, ou em local a ser definido pela Diretoria do Issem.

3.11. As apresentações diárias inerentes ao serviço de assessoria e consultoria compreenderão:

- a) Apresentações diárias, por meio eletrônico (e-mail), de relatório de controladoria que demonstra a carteira consolidada do Issem-FMASA de maneira que os gestores possam identificar quais os ativos que compõem o portfólio de investimentos do Issem-FMASA.
- b) Apresentações diárias de relatório demonstrando a evolução do patrimônio do Issem-FMASA em reais e percentualmente (a chamada cota única), a ser entregue em meio eletrônico (e-mail), bem como disponibilizado para consulta em ambiente WEB privativo do Issem, durante toda a vigência do contrato.

3.12. As apresentações semanais inerentes ao presente objeto compreenderão:

- a) Encaminhamento de informativo semanal explanando a situação do cenário econômico em relação a renda fixa e em relação a renda variável, bem como as expectativas em relação aos investimentos. O presente informativo deverá apresentar os principais índices econômicos do respectivo período.

3.13. Elaboração de relatórios mensais, contendo:

- a) Composição da carteira de investimentos do Issem-FMASA, comparando o mês anterior com o mês que está sendo analisado, com a distribuição por segmento e por instituição financeira.
- b) A análise de rentabilidade mensal das aplicações financeiras.
- c) A análise do desempenho da carteira de investimentos do Issem-FMASA, informando a rentabilidade real e a rentabilidade consolidada (mensal e acumulado no período, anual e histórica) do somatório das aplicações financeiras.
- d) Apresentar um resumo da carteira de cada um dos fundos de investimentos e, a consolidação dos ativos que compõem a carteira destes fundos, bem como, dos ativos da carteira própria (se houver), permitindo uma visão geral dos ativos financeiros.
- e) Fluxo de caixa da carteira de modo que permita verificar as movimentações de entrada e saída dos recursos da carteira de investimentos.
- f) Demonstrativo individual que demonstre o resultado financeiro obtido pela carteira do Issem-FMASA em cada uma das suas aplicações financeiras, separados por tipo de ativo, por segmento e consolidados, em face as premissas atuariais adotadas.
- g) Demonstrativo gráfico da volatilidade e do retorno médio da carteira do Issem-FMASA, com base nos retornos diários dos ativos e dos principais índices de renda fixa e da meta atuarial.
- h) Relatório atualizado com os prazos de emissão e resgate de cotas dos fundos de investimentos, que compõem a carteira do Issem-FMASA.
- i) Os relatórios mensais deverão ser disponibilizados para consulta em ambiente WEB privativo do Issem, no prazo de até o 10º dia do mês subsequente, durante toda a vigência do contrato. Além disso, quando solicitado, devem ser entregues em meio físico (impresso) e gravado em CD, no prazo de até o 15º dia do mês subsequente.

3.14. O desenvolvimento da assessoria e consultoria compreenderá também:

- a) Atendimento eletrônico (e-mail), atendimento telefônico ou pessoal na sede da CONTRATADA, sempre que houver o interesse ou necessidade por parte do Issem, em dias úteis, durante a vigência do contrato.
- b) Todas as informações prestadas pelo Issem e inerentes a prestação do presente serviço devem ser mantidas em sigilo pela CONTRATADA, não podendo ser divulgadas sem prévia e expressa autorização formal (documento escrito) da Diretoria do Issem.
- c) Todos os materiais e estruturas necessários para a perfeita execução dos serviços, serão fornecidos pela CONTRATADA, inclusive despesas com transportes, estadias e alimentação quando se fizerem necessárias.
- d) As atividades inerentes ao desenvolvimento da consultoria e assessoria deverão ser desenvolvidas na sede da CONTRATADA, sendo que deverá manter contatos on-line com o Issem, visando a perfectização da assessoria contratada.

3.15. Todos os relatórios, análises, e demais documentos oriundos da presente contratação deverão ser disponibilizados em ambiente WEB privativo do Issem, durante toda a vigência do contrato, e deverão ser disponibilizados por meio físico (impresso) quando solicitados pela Diretoria do Issem.

3.16. Integram e completam o presente Termo de Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as da proposta apresentada pela CONTRATADA.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas resultantes desta contratação correrão à conta da dotação orçamentária de 2020, conforme segue:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor (R\$)
36.002.08.122.0300.4352.3.3.90	Manutenção das Atividades Administrativas - Issem-FMASA	3.3.90 – aplicações diretas	18	Próprios	R\$ 15.518,40

5. DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. Pela prestação dos serviços previstos no presente contrato, o Issem pagará o valor mensal R\$ 1.293,20 (um mil e duzentos e noventa e três reais e vinte centavos), perfazendo o montante de R\$ 15.518,40 (quinze mil e quinhentos e dezoito reais e quarenta centavos) para o período de 12 (doze) meses.

5.2. A Nota Fiscal deverá ser entregue a partir do 1º dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço.

5.3. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias após o recebimento da Nota Fiscal, mediante certificação do Issem de que o serviço foi executado de acordo com as exigências contratuais.

5.4. A Nota Fiscal deverá ser entregue pessoalmente no Issem ou enviada para o e-mail: nfe@issem.com.br, cabendo à CONTRATADA certificar-se do efetivo recebimento, mediante confirmação de leitura.

5.5. Os valores serão fixos e irredutíveis.

5.6. A Nota Fiscal deverá ser emitida para o Issem – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70).

5.7. Não será concedida antecipação de pagamento dos créditos relativos à prestação do objeto, ainda que a requerimento do interessado.

5.8. O pagamento poderá ser suspenso, caso ocorra inadimplemento das obrigações da CONTRATADA para com o Issem.

6. DA RESPONSABILIDADE DO ISSEM

6.1. Caberá ao Issem efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto do presente Contrato, de acordo com o estabelecido na cláusula 5.

7. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto do presente contrato de acordo com a proposta, a qual passa a fazer parte integrante do presente Contrato, independentemente de transcrição.

7.2. Caberá à CONTRATADA o fornecimento do objeto desta contratação, de acordo com a proposta apresentada ficando a seu cargo todos os ônus e encargos decorrentes da entrega do objeto.

7.3. A CONTRATADA obriga-se a manter em sigilo todas as informações prestadas pelo Issem e inerentes a prestação do presente serviço, não podendo ser divulgadas sem prévia e expressa autorização formal (documento escrito) da Diretoria do Issem.

7.4. A CONTRATADA obriga-se a fornecer todos os relatórios mencionados no item 2. e 3. do presente contrato.

7.5. A CONTRATADA obriga-se a acatar prontamente as determinações e orientações da Diretoria do Issem, sujeitando-se a mais ampla fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações procedentes, caso ocorram.

7.6. Aceitar acréscimos ou supressões que o Issem solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do art. 65 de Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

7.7. Assumir todos os custos ou despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes desta contratação.

7.8. Não transferir, total ou parcialmente, o objeto desta contratação.

7.9. Manter durante toda a execução do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de cadastramento e qualificação exigidas nesta contratação, devendo comunicar imediatamente a Diretoria do Issem qualquer alteração. Fornecer, sempre que solicitado, qualquer um dos documentos inerentes as condições de cadastramento e qualificação, conforme as disposições da legislação vigente.

7.10. Responsabilizar-se por todas as despesas, tributos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, taxas, fretes e quaisquer outros que forem devidos.

7.11. A CONTRATADA é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes a Legislação Fiscal, Social, Tributária, Civil e Comercial, respeitadas todas as leis vigentes, e ainda, por todos os danos e prejuízos que a qualquer título vier a causar ao Issem, ou a terceiros em virtude da inexecução do contrato, respondendo por si e seus sucessores.

8. DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

8.1. O prazo de fornecimento do objeto deste contrato será de 12 (doze) meses, iniciando-se em 15/06/2020, podendo ser prorrogado até o limite máximo permitido na legislação, a critério do Issem.

8.2. O prazo de fornecimento, mediante acordo entre as partes, poderá ser prorrogado até o limite estabelecido pelo art. 57, inciso IV, da Lei nº. 8.666/1993, mediante a formalização de termo aditivo ao contrato.

9. DAS PENALIDADES

9.1. Na hipótese de a CONTRATADA não atender as disposições do presente contrato, ou às exigências técnicas e ou comerciais dos compromissos assumidos, serão aplicadas as seguintes penalidades:

a) Advertência por escrito.

b) Multa de 0,5 % (cinco décimos percentuais) por dia, sobre o valor total do contrato, até no máximo de 10% (dez por cento), quando a CONTRATADA, sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida.

c) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato; pela rescisão ou não entrega do objeto, sem justo motivo, por parte da CONTRATADA, ou pela inexecução total do objeto contratado.

9.2. As multas previstas no item anterior serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pelo Issem e/ou as multas serão cobradas administrativamente ou judicialmente após a notificação.

9.3. As multas são independentes, sendo aplicadas cumulativamente, não tendo caráter compensatório, e, portanto, não eximem a licitante contratada da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que vierem a acarretar.

9.4. Além das multas previstas no item 9.1. do contrato, se a CONTRATADA não cumprir com as obrigações assumidas e/ou preceitos legais, serão aplicadas as seguintes penalidades:

a) Rescisão do contrato e/ou Cancelamento da Autorização de Compras/Serviços.

b) Suspensão do direito de licitar e/ou contratar com o Município e seus órgãos descentralizados, de acordo com a legislação vigente.

c) Fornecimento de declaração de inidoneidade, de acordo com a legislação vigente.

9.5. As sanções previstas nos itens acima mencionados, admitem o contraditório e a ampla defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com exceção da pena de declaração de inidoneidade, hipótese em que é facultada a defesa, no prazo de 10 (dez) dias da abertura da vista, conforme as disposições da Lei nº 8.666/1993.

9.6. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso na prestação do serviço, for por motivo de força maior ou por caso fortuito.

10. DA RESCISÃO

10.1. O Contrato poderá ser rescindido na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas nos artigos. 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

10.2. A CONTRATADA reconhece, desde já, os direitos do Issem em caso de rescisão administrativa, por qualquer um dos motivos previstos no inciso I, do art. 79 da Lei nº 8.666/1993.

10.3. A rescisão poderá ser amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo, desde que haja conveniência do Issem.

11. DA VIGÊNCIA

11.1. O presente Instrumento terá vigência de 60 dias, adicionados ao prazo prestação do serviço, a partir da assinatura do contrato.

12. DOS DANOS E PREJUÍZOS

12.1. A CONTRATADA responderá por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados e ou contratados por esta, venham a causar diretamente ao patrimônio da Contratante ou a terceiros, decorrente de dolo ou culpa, sob quaisquer de suas formas, quando do cumprimento da obrigação. O Issem ficará alheio à relação jurídica que se estabelecer entre a CONTRATADA e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar acréscimos ou supressões que o Issem solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do art. 65 de Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

13.2. A legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos, é a Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

13.3. A CONTRATADA deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de cadastramento e qualificação exigidas nesta contratação;

13.4. A não utilização por parte do Issem, de quaisquer direitos a ele assegurados neste contrato ou na legislação, em geral, ou não aplicação de quaisquer sanções nelas previstas, não importará em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretados como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras.

14. DO FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

Jaraguá do Sul, 10 de junho de 2020.

Márcio Erdmann Presidente CONTRATANTE	Ricardo Giovenardi Sócio-Administrador CONTRATADA
Charles Sérgio Pereira TESTEMUNHA	Rafael Kist Procurador Autárquico OAB/SC 33890

DECISÃO ADMINISTRATIVA - RECURSO - TOMADA DE PREÇOS Nº 46 2020 PORTAL POLÍCIA MILITAR

Publicação Nº 2552722

Recurso interposto pela empresa COMPACT CONSTRUTORA EIRELI – ME ante decisão de julgamento pela Comissão Especial de Licitação - Tomada de Preços nº 46/2020
Processo nº 12572/2020 e contrarrazões apresentadas pela empresa SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA Processo nº 13822/2020

DECISÃO ADMINISTRATIVA**I – RELATÓRIO**

Trata-se de recurso administrativo apresentado pela empresa COMPACT CONSTRUTORA EIRELI – ME - Processo nº 12572/2020 em 09/06/2020, ante a decisão proferida pela Comissão Especial de Licitações referente a TOMADA DE PREÇOS Nº 46/2020, que tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra, para construção de Guarita e Portal de acesso às dependências do Batalhão da Polícia Militar – 14ºBPM, localizada na Rua Gustavo Hagedorn nº 880, no Bairro Nova Brasília, em Jaraguá do Sul. E contrarrazões apresentadas pela empresa SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - Processo nº 13822/2020 em 22/06/2020.

No caso concreto, a Comissão Especial de Licitação inabilitou a recorrente, por não apresentar na fase de habilitação, a declaração pessoal do(s) responsável(is) técnico(s) indicado pela proponente, concordando com a sua responsabilidade técnica perante os serviços, que deverá obrigatoriamente ser o profissional indicado nas letras "i" e "k", sendo que, a declaração apresentada e assinada é somente do Responsável Legal da empresa e desta forma descumprindo com o exigido na letra "m" do Edital de Tomada de Preços nº 46/2020.

Em 09/06/2020, a recorrente COMPACT CONSTRUTORA EIRELI ME, protocolou recurso administrativo, aduzindo que a Comissão Especial de Licitações poderia abrir mão da aludida exigência básica, estabelecida explicitamente no bojo do Edital de Tomada de Preços nº 46/2020, constante no subitem 6.1, "m", por considerar que tal ato seria de menor significado e sem repercussão legal, podendo suprir a ausência de tal documento, por diligência da Comissão Especial de Licitações.

Em 10/06/2020 foi publicado o recebimento do recurso administrativo, tempestivamente, no dia 09/06/2020, com base no §3º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93, ficando as demais licitantes cientificadas para, querendo, apresentar impugnação ao recurso administrativo apresentado (contrarrazões), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, observada a contagem de prazo disposta no artigo 110 da mesma lei, compreendendo o período de 16/06/2020 com término em 22/06/2020.

A empresa SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA apresentou contrarrazões conforme processo administrativo nº 13822/2020, em 22/06/2020, pleiteando a manutenção da decisão da comissão e o desprovimento do recurso, sustentando que a recorrente não cumpriu exigência editalícia.

Por sua vez, os autos foram encaminhados à Procuradoria-Geral do Município, para exarar manifestação jurídica e após os autos foram remetidos ao Secretário da Administração para decisão em grau definitivo.

É o breve relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente cabe destacar que a competência para julgamento do recurso está disposta na Lei 8.666/93, art. 109, § 4º, dispondo que o recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio de quem praticou o ato recorrido, cabendo assim, ao Secretário da Administração proferir decisão administrativa.

A decisão inicial da Comissão Especial de Licitações, ora recorrida, foi proferida com base na exigência editalícia prevista na letra "m" do item 6.1. do Edital de Tomada de Preços nº 46/2020.

Logo de plano, é válido destacar a existência de precedentes doutrinários e jurisprudenciais no sentido de que a falta de documento de habilitação não deve ser considerada uma falha formal, passível de se suprir por diligências.

Sobre o assunto, há orientação Zênite Consultoria:

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, Art. 30

15047 – Contratação pública – Planejamento – Habilitação – Técnica – Responsável técnico – Vínculo profissional – Comprovação – Documentos hábeis – TCU

Acerca da comprovação do vínculo profissional dos responsáveis técnicos com a licitante, prevista no art. 30, § 1º, inc. I, da Lei nº 8.666/93, o TCU entendeu que a Administração Pública "deve admitir a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como contratante, do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio, do contrato de trabalho ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional". (TCU, Acórdão nº 498/2013, Plenário, Rel. Min. Raimundo Carreiro, DOU de 18.03.2013.)

Complementos da Anotação

TCU – Plenário Acórdão nº 498/2013

A Comissão de Licitação ou o pregoeiro somente podem realizar diligências quando houver dúvida sobre algum ponto obscuro ou complementar a instrução do processo, conforme autoriza o art. 43, § 3º da Lei nº 8.666/93, sob pena de violar princípios basilares do instituto da licitação, em especial, o disposto no art. 27, inciso II, da mesma lei e os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e o da isonomia entre os licitantes.

Como ensina Marçal Justen Filho, "Inexistirá possibilidade de suprir defeitos imputáveis aos licitantes. O esclarecimento de dúvidas não significa eliminar a omissão dos licitantes. Se o licitante dispunha de determinado documento, mas esqueceu de apresentá-lo, arcará com as consequências de sua própria conduta."

Deste modo, seguindo o Parecer Jurídico, evidencia-se ser equivocada a argumentação da recorrente, pois verifica-se que o julgamento efetuado pela Comissão Especial de Licitação, não foi com excesso de rigor, ao contrário, este se deu em consonância ao contido no edital e, em respeito aos princípios licitatórios, dentre os quais o da legalidade, isonomia, julgamento objetivo, vinculação ao instrumento convocatório e pautados na doutrina e jurisprudência.

III – DA CONCLUSÃO / DISPOSITIVO

Diante do exposto, por tudo mais que dos autos consta e do direito aplicável à espécie, seguindo o Parecer Jurídico;

A Secretaria da Administração DECIDE pela manutenção da decisão da Comissão Especial de Licitação e consequentemente pelo desprovisionamento do recurso administrativo apresentado pela empresa COMPACT CONSTRUTORA EIRELI – ME, mantendo-a DESCLASSIFICADA junto ao processo licitatório 046/2020.

Encaminhando esta decisão à Diretoria de Compras, Licitações e Suprimentos para que se tome as devidas providências legais.

Jaraguá do Sul, 03 de julho de 2020.
ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

DECRETO Nº 14.024/2020

Publicação Nº 2552630

D E C R E T O Nº 14.024/2020

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18 de novembro de 2019,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 470.000,00 (Quatrocentos e setenta mil reais), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

08.002 - ENSINO FUNDAMENTAL

08.002.12.122.300.2.117 - Manutenção Patrimonial - Ensino Fundamental

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

08.002.103 3.3.90 - Aplicações Diretas

0.3.36.0066 - SF - Salário Educação R\$ 200.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

08.002.104 4.4.90 - Aplicações Diretas

0.3.36.0066 - SF - Salário Educação R\$ 70.000,00

08.003 - EDUCAÇÃO INFANTIL

08.003.12.122.300.2.121 - Manutenção Patrimonial - Educação Infantil

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

08.003.150 3.3.90 - Aplicações Diretas

0.3.80.0097 - SF - Recursos Creches R\$ 150.000,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

08.003.151 4.4.90 - Aplicações Diretas

0.3.80.0097 - SF - Recursos Creches R\$ 50.000,00 TOTAL R\$ 470.000,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2019, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente do recurso vinculado ao Salário Educação, no valor de R\$ 270.000,00 (Duzentos e setenta mil reais); e do recurso Creches, no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 06 de julho de 2020.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 14.025/2020

Publicação Nº 2552632

D E C R E T O Nº 14.025/2020

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18 de novembro de 2019,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 208.876,27 (Duzentos e oito mil, oitocentos e setenta e seis reais e vinte e sete centavos), para reforço do programa e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001.15.452.450.1.466 - Pavimentação Rua Ricardo Grutzmacher

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.247 4.4.90 - Aplicações Diretas

0.1.76.0638 - Emenda Par Ind - Convênio MDR - CEF 896275 R\$ 175.000,00

6.3.00.0638 - Contrapartida Conv SF Próprios - Emenda Par Ind -

Convênio MDR - CEF 896275 R\$ 33.876,27

TOTAL R\$ 208.876,27

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Excesso de Arrecadação" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos de Emenda Parlamentar Individual - Convênio MDR - CEF 896275, no valor de R\$ 175.000,00 (Cento e setenta e cinco mil reais); e do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2019, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos ordinários, no valor de R\$ 33.876,27 (Trinta e três mil, oitocentos e setenta e seis reais e vinte e sete centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 06 de julho de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

ED I T A L PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2020 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM COMUNICADO DE APRESENTAÇÃO DE RECURSO

Publicação Nº 2552719

ED I T A L

PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2020

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

TIPO: menor preço Por Item

COMUNICADO DE APRESENTAÇÃO DE RECURSO

O Município de Jaraguá do Sul, através da Pregoeira e sua Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 13.127/2019, comunicam aos participantes do Pregão Presencial supracitado, que a empresa CONNECT INFO SERVIÇO E COMÉRCIO DE ARTIGOS DE INFORMÁTICA EIRELI EPP protocolou tempestivamente no dia 06/07/2020, RECURSO ADMINISTRATIVO referente à sua manifestação em ata.

Desta forma, por força do disposto no inciso XVII do artigo 4º da Lei Federal n.º 10.520/2002, fica a outra licitante cientificada de que poderá apresentar contrarrazões ao recurso administrativo apresentado, no prazo de 03 (três) dias consecutivos após publicação no Diário Oficial dos Municípios (D.O.M), compreendendo o período de 08/07/2020 com término em 10/07/2020.

Jaraguá do Sul (SC), 06 de julho de 2020.

Rosinei Ap. Gretter Dias

Sidnei Corrêa de Almeida e Elian Gustavo Hermes Vareiro

Pregoeira e Equipe de Apoio

Decreto nº 13.127/2019

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 027/2020 - FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES URBANAS

Publicação Nº 2551305

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 027/2020 - FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES URBANAS

O Chefe de Fiscalização de Atividades Urbanas do município de Jaraguá do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista a situação emergencial e o amparo legal, com fundamento nos termos do artigo 10-a da Lei Municipal 1182/88 e Artigo 4º, III da Lei 5427/2009, CIENTIFICA o contribuinte abaixo identificado acerca da notificação emitida:

Notificado (a)	CPF/CNPJ	Notificação	Medida Determinada	Prazo para Cumprimento
Alessandra Cristina Klaser	687.862.470-34	28891/2020	Realizar a roçada e limpeza do imóvel, cadastro: 45264.	15 Dias

Considera-se notificado o contribuinte acima listado no prazo de 15 dias a contar da publicação deste, período ao qual após, acarretará na aplicação de multa contra o notificado, nos termos do Art. 7º da Lei 5427/2009, sem o prejuízo da obrigação de fazer ou desfazer e da ação das demais autoridades competentes.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO 010/2020 - FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES URBANAS

Publicação Nº 2551300

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO 010/2020 - FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES URBANAS

O Chefe de Fiscalização de Posturas do município de Jaraguá do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o amparo legal, com fundamento nos termos do artigo 10- A – da Lei Municipal 1182/88, CIENTIFICA o (a) contribuinte abaixo identificado (a) acerca do auto de infração emitido:

Autuado (a)	CPF / CNPJ	Auto de Infração	Fato Gerador	Valor da Multa	Prazo para recolhimento
Instituto Gratidão	13.959.203/0001-51	2977/2020	Vendedor ambulante Francisco Bernardes dos Passos, devidamente uniformizado e identificando-se como representante do Instituto Gratidão, vendendo chaveiros na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, sem licença da PMJS.	R\$ 2.275,20	30 dias
Wedson Clezer Ribeiro	119.170.289-89	3102/2020	Comércio ambulante de perfumes, sem autorização da PMJS em via pública.	R\$ 948,00	30 dias
Bruno César da Silva Gomes	419.610.898-90	3101/2020	Comércio ambulante de perfumes, sem autorização da PMJS em via pública.	R\$ 948,00	30 dias
Wesley Diego Ribeiro	101.810.269-88	2979/2020	Vendedor ambulante de perfumes sem autorização da PMJS, na Praça Angelo Piazero.	R\$ 948,00	30 dias
Wilson José da Silva	101.549.049-29	2980/2020	Vendedor ambulante de perfumes sem autorização da PMJS, na Praça Angelo Piazero.	R\$ 948,00	30 dias

Considera-se autuado o contribuinte acima listado a contar da publicação deste, podendo, dentro do prazo para recolhimento acima indicado, apresentar defesa por escrito à repartição competente.

O pagamento da multa não isenta o infrator da obrigação de fazer ou desfazer e do cumprimento às exigências das demais autoridades competentes.

A multa não paga no prazo estabelecido será inscrita em dívida ativa, para cobrança executiva fiscal, acrescida de correção monetária, juros moratórios e outros encargos cabíveis.

O infrator com débito tributário inscrito em dívida ativa fica impedido de transacionar a qualquer pretexto com o poder público.

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2020 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E ABASTECIMENTO – SEMDRA/ FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA/FROAGRO TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Publicação Nº 2552643

**EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2020**

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E ABASTECIMENTO – SEMDRA/ FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA/FROAGRO
TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a contratação de serviços de caminhão caçamba, trator de esteira, escavadeira hidráulica e retroescavadeira, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, ao longo de 12(doze) meses, para prestação de serviços, em atendimento a LM nº 7.844/2019 e Decreto nº 3.030/2019, destinados aos produtores rurais cadastrados na SEMDRA, conforme especificações e quantidades no ANEXO I, Minuta da Ata de Registro de Preços – ANEXO III, Termo de Referência – ANEXO IX e demais Anexos deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 6.737/2009 de 09 de julho de 2009, Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016 e Lei Complementar 147/2014.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 13:30 horas do dia 22 de julho de 2020, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 14:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO: R\$ 704.550,00 (setecentos e quatro mil e quinhentos e cinquenta reais).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br

Jaraguá do Sul (SC), 15 de junho de 2020.

ARGOS JOSE BURGARDT
Secretário de Administração

DANIEL PEACH
Gestor do Froagro

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/2020 SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Publicação Nº 2552641

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/2020
SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER
TIPO: Menor Preço Por Item

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços para a aquisição de medalhas, troféus e placas, ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I, ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços e ANEXO IX – Termo de Referência deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002. Decreto Federal nº 3.555, de 08 de agosto de 2000. Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002. Decreto Municipal nº 6737/2009, de 09 de julho de 2009 e Lei Complementar Federal 147/2014, 7 de agosto de 2014.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Em atendimento a LC 147/2014, os itens deste edital se enquadram na participação exclusiva para ME/EPP, sendo permitido as G.E. formularem proposta para todos os itens, que somente serão consideradas em caso de inexistir o número mínimo de três licitantes na condição de ME/EPP.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 13:30 horas do dia 21 de julho de 2020, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 14:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO: R\$ 57.553,13 (cinquenta e sete mil quinhentos e cinquenta e três reais e treze centavos).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br

Jaraguá do Sul (SC), 16 de março de 2020.
ARGOS JOSE BURGARDT
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 429/2020

Publicação Nº 2552634

PORTARIANº 429/2020
Designa Membros da 2ª JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES (JARI).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Municipal Nº 3.104/2002, de 25/06/2002, e dos artigos 6º e 7º, do Regimento Interno das JARIs, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 5.101/2004, de 05/03/2004, alterado pelos Decretos Municipais Nºs 6.126/2007, de 18/07/2007, e 12.630/2019, de 25/02/2019,
RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 05/07/2020, como membros da 2ª Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI):

I - Representante do Poder Executivo Municipal

Francieli Alves Correa Bizatto, Presidente

II - Representante do Órgão ou Entidade que Impõe a Penalidade

Rafael Madruga

III - Representante Indicado pelas Entidades Representativas da Sociedade Ligadas à Área de Trânsito

Fabíola Helena Rocha

IV - Representante da Polícia Civil

Juliano Salvo Franklin

V - Representante da Sociedade Com Conhecimento na Área de Trânsito Com, no Mínimo, Nível Médio

Pietro Di Carlo Manfrini Galvan

VI - Representante da Polícia Militar

Monalisa Maurissens

Art.2º O mandato encerrar-se-á em 04 de julho de 2022.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/07/2020.

Jaraguá do Sul, 02 de julho de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA N° 430/2020

Publicação N° 2552635

PORTARIANº 430/2020

Substitui Conselheiros do Conselho Municipal de Cultura.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício N° 4/2020/ConCultura-JS, de 18/06/2020, do Conselho Municipal de Cultura;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR JULIA CALLADO, como conselheira suplente, em substituição a Marco Antônio Minozzo Gabriel, para representar o Órgão Público Estadual com Representação no Município na Área de Cultura, na qualidade de Representante da Sociedade Civil, no Conselho Municipal de Cultura.

Art.2º DESIGNAR NATANAEL FELIPE PIAZETZNI, como conselheiro titular, em substituição a Marcelo Heinz Prochnow, para representar a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, na qualidade de Representante do Poder Público Municipal, no Conselho Municipal de Cultura.

Art.3º Em consequência, ficam parcialmente revogada a Portaria N° 772/2019, de 23/08/2019, no que se refere a designação de Marco Antônio Minozzo Gabriel; e parcialmente revogada a Portaria N° 1082/2017, de 31/10/2017, no que se refere a designação de Marcelo Heinz Prochnow.

Art.4º O mandato encerrar-se-á em 1º de abril de 2021, conforme consubstanciado no Decreto Municipal N° 13.861/2020, de 12/05/2020.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de julho de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA N° 431/2020

Publicação N° 2552636

PORTARIANº 431/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e nos termos do artigo 90-K, II, alínea "d", da Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO a necessidade de atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal N° 11.445/2007, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal N° 6.529/2012, de 20 de novembro de 2012, que aprova o Plano Municipal de Saneamento Básico, Instrumento da Política Municipal de Saneamento Básico, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal N° 7.483/2017, de 16 de outubro de 2017, que revisa, atualiza e consolida os Planos Setoriais de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Drenagem e Manejo de Águas Pluviais e Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos que integram o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), aprovado pela Lei Municipal N° 6.529/2012, de 20 de novembro de 2012; CONSIDERANDO o teor do Ofício/Samae N° 334/2020, de 26/05/2020, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae);

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR para comporem a COMISSÃO PARA REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO que tem por finalidade a atualização e adequação do Plano Municipal de Saneamento Básico, os servidores públicos municipais a seguir relacionados:

I - PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Titular: Andréa Rosana Sardá Maiochi

Suplente: Fábio de Lima Rocha

II - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - LIMPEZA URBANA E MACRO DRENAGEM

Titular: Ariano José Toassi

Suplente: Marcelo Gumboski

III - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Titular: Nilceane Aparecida Junckes Costa

Suplente: Camila Vieira Sens Fernandes

IV - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Titular: André Picinini

Suplente: Gustavo Forster Rocha

V - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SMAE)

- Deverson Simioni

- Morgana Decker

- Carlos Joelcy Engel

- Ana Carolina Bornemann Silveira Figur

- Fabíola Helena Rocha

Art.2º As atividades desenvolvidas no âmbito da Comissão são consideradas de relevante interesse público e não serão remuneradas.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de julho de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 432/2020

Publicação Nº 2552638

PORTARIANº 432/2020

Substitui Conselheiros do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural (Comphaan).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal Nº 13.873/2020, de 19/05/2020, que estabelece "nova" composição do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural (Comphaan) a partir de 20 de agosto de 2020, conforme redação dada pelo Decreto Municipal Nº 13.932/2020, de 29/05/2020;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 05/2020/Comphaan/JS, de 17/06/2020, do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural (Comphaan);

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR SILVIA REGINA TOASSI KITA, como conselheira titular, em substituição à Karine Kath Jochem Schmitt; e KARINE KATH JOCHEM SCHMITT, como conselheira suplente, em substituição à Ana Lúcia de Lima Santos, para representarem a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer - Diretoria de Cultura, na qualidade de Representantes do Governo Municipal, no Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural (Comphaan).

Art.2º DESIGNAR NATANAEL FELIPE PIAZETZNI, como conselheiro titular, em substituição a Marcelo Heinz Prochnow, para representar a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer - Diretoria de Cultura, na qualidade de Representante do Governo Municipal, no Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural (Comphaan).

Art.3º DESIGNAR, a partir de 03/02/2020, IVANA APARECIDA COSTA CAVALCANTI, como conselheira suplente, em substituição à Dionara Radunz Bard, para representar a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer - Diretoria de Cultura, na qualidade de Representante do Governo Municipal, no Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural (Comphaan).

Art.4º DESIGNAR LUCIENNE GOSCH DOS SANTOS, como conselheira titular, em substituição a Otoniel da Silva; e SUZANE VENTURIN,

como conselheira suplente, em substituição à Lucienne Gosch dos Santos, para representarem a Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, na qualidade de Representantes do Governo Municipal, no Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural (Comphaan).

Art.5º Em consequência, fica parcialmente revogada a Portaria Nº 516/2018, de 10/07/2018, no que se refere a designação de Karine Kath Jochem Schmitt, Ana Lúcia de Lima Santos, Marcelo Heinz Prochnow, Dionara Radunz Bard, e Lucienne Gosch dos Santos, e revogada a Portaria Nº 666/2019, de 24/07/2019.

Art.6º O mandato encerrar-se-á em 19/08/2020, conforme Decreto Municipal Nº 13.932/2020, de 29/05/2020.

Art.7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 06 de julho de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 111/2020

Publicação Nº 2552656

TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 111/2020

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 01/2020

Termo de Credenciamento de clínicas para o fornecimento de SERVIÇOS DE TERAPIA OCUPACIONAL, que entre si fazem o Issem e Clínica Jaraguense de Terapia Ocupacional Ltda, na forma abaixo:

1. PREÂMBULO

1.1. O Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), Autarquia Municipal inscrita no CNPJ sob o n.º 00.091.238/0001-70, com sede na Rua Max Wilhelm, n.º 255, Bairro Vila Baependi, Cidade de Jaraguá do Sul/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Márcio Erdmann, doravante denominado simplesmente de Issem, e Clínica Jaraguense de Terapia Ocupacional Ltda, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o n.º 24.147.826/0001-46, situada na Rua Tufie Mahfud, nº 86, Centro, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP n.º 89251-080 devidamente qualificada e habilitada no Edital de Credenciamento n.º 01/2020, doravante denominada simplesmente de Credenciada, têm certo e ajustado o presente Termo de Credenciamento, mediante as determinações do citado Edital e as seguintes:

2. DO OBJETO

2.1. O presente Termo de Credenciamento visa o fornecimento, por parte da Credenciada, de SERVIÇOS DE TERAPIA OCUPACIONAL, destinados aos beneficiários do Issem-Saúde, nos termos do Regulamento aprovado pelo Decreto Municipal n.º 12.796/2019, alterado pelo Decreto 13.620/2020, do Edital de Credenciamento n.º 01/2020 e demais legislação pertinente.

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE ATENDIMENTO

3.1. As entidades credenciadas deverão atender as condições previstas no Regulamento do Issem-Saúde e nas Instruções Normativas emitidas pelo Issem, além das seguintes:

- a) o atendimento aos beneficiários do Issem poderá ser realizado em consultório da credenciada, desde que localizado nos endereços constantes do alvará de licença de localização e permanência e do alvará sanitário (alíneas "h" e "i" da cláusula 5.1) ou em hospital credenciado pelo Issem;
- b) o local de atendimento deverá possuir instalações físicas adequadas para atendimento aos beneficiários do Issem e seguir as determinações da legislação pertinente;
- c) a entidade credenciada deverá possuir em seu consultório acesso à internet banda larga, e-mail, impressora e linha telefônica.

3.2. Para a prestação do objeto do presente credenciamento, as pessoas jurídicas credenciadas deverão atender os requisitos e seguir os procedimentos previstos nos manuais e no site do Issem, quanto ao sistema informatizado para atendimentos de saúde, de acordo com a sua especialidade, além de observar o seguinte:

- a) o atendimento aos beneficiários dos serviços de saúde do Issem somente poderá ser efetuado mediante a apresentação do cartão de identificação do beneficiário, acompanhado de documento oficial com foto;
- b) a entidade credenciada deverá acessar o site: saude.issem.com.br;
- c) uma vez realizado o acesso ao sistema, a entidade credenciada deverá emitir as guias de consultas ou demais procedimentos seguindo as orientações dos manuais;
- d) as guias de consultas e demais procedimentos deverão ser impressas e assinadas pelos beneficiários;
- e) havendo necessidade de realização de exames laboratoriais, de imagem ou outros, as guias para tanto deverão ser emitidas conforme a alínea "c" e entregues ao beneficiário para que providencie a realização dos mesmos.

3.2.1. Somente em casos excepcionais o atendimento aos beneficiários dos serviços de saúde do Issem poderá ser realizado mediante a apresentação de autorização prévia (guia de consulta ou guia de procedimentos emitida pelo atendimento do Issem-Saúde), que possui prazo de validade de 60 (sessenta) dias a contar da sua emissão.

3.3. Dentre os serviços de saúde não cobertos pelo Issem-Saúde incluem-se os seguintes:

- a) procedimentos e tratamentos de fertilização e de mudança de sexo;
- b) transplante e/ou transferência de órgãos, tecidos, partes do corpo, células e similares;
- c) serviço de saúde sem finalidade de diagnóstico e/ou tratamento;
- d) reflexologia, como psicotron, psicorrelax, neuroton e hipnotron;
- e) estada em clínicas de repouso, recuperação e similares;
- f) serviços plástico-cosméticos e de embelezamento;
- g) tratamento esclerosante de varizes;
- h) atendimento de saúde domiciliar de qualquer natureza, salvo tratamento fisioterápico;
- i) gastos extraordinários, não vinculados ao tratamento, em contas hospitalares;
- j) serviços de saúde que ainda não tenham respaldo de organismos médicos oficiais.
- k) vacinas de qualquer natureza;

3.3.1. Os serviços não cobertos, acima mencionados, são meramente exemplificativos.

3.3.2 A doença de que o associado ou dependente já era portador ao inscrever-se no Issem-Saúde não lhe conferirá direito aos serviços.

3.4. O médico ou profissional da saúde credenciados junto ao Issem-Saúde não podem solicitar quaisquer serviços de saúde para si nem para os membros do seu grupo familiar.

3.5. Dependência de autorização da auditoria médica a cargo do Issem-Saúde os serviços de saúde para os quais é indicada essa necessidade no Anexo I do Decreto n.º 12.796/2019 – Regulamento do Issem-Saúde, alterado pelo Decreto 13.620/2020.

3.5.1. O médico auditor poderá solicitar justificativa ou esclarecimento para a análise do serviço de saúde.

3.5.2. Em caso de procedimentos que necessitem uso de OPME é obrigatório que o médico solicitante indique previamente, no mínimo, três fornecedores para que o Issem-Saúde realize a autorização.

3.5.3. Os procedimentos eletivos que requeiram auditoria médica devem respeitar os prazos estipulados no art. 79 do Decreto n.º 12.796/2019, alterado pelo Decreto 13.620/2020. – Regulamento do Issem-Saúde.

3.5.4. Os procedimentos eletivos que forem condicionados à auditoria médica, só poderão ser efetivamente realizados após a devida autorização da mesma.

3.6. O credenciado não poderá transferir para terceiros, parcial ou totalmente, a prestação dos serviços de saúde para os quais se credenciou.

3.6.1. A execução dos serviços de saúde pode ser transferida para terceiros em situações de caso fortuito ou força maior devidamente justificadas e depois de autorizados pelo beneficiário e pelo Issem-Saúde, sendo que somente outro profissional credenciado poderá dar continuidade ao serviço.

3.7. Antes de realizar a prestação do serviço de saúde é indispensável que o credenciado realize a identificação do beneficiário, solicitando-lhe a apresentação do cartão de identificação pessoal e de um documento de identidade oficial com foto.

3.7.1. O serviço de saúde deve ser prestado exclusivamente aos beneficiários do Issem-Saúde, sendo que qualquer tentativa de fraude deve ser imediatamente comunicada ao Issem.

3.8. O Issem não se responsabiliza pelo pagamento de serviços não previstos no Termo de Credenciamento e por atendimentos realizados a pessoas que não sejam beneficiárias do Issem.

4. DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE ATENDIMENTO

4.1. Quanto à terapia ocupacional:

- a) é o serviço de saúde destinado a orientar a emancipação e a autonomia da pessoa para sua inserção e participação na vida social;
- b) deve ser solicitado por médico e deverá conter a indicação do diagnóstico e o número de sessões a serem realizadas, mas somente o terapeuta ocupacional poderá realizar o serviço;
- c) consulta de terapia ocupacional é o ato que se destina à avaliação do beneficiário para identificar alterações nas suas funções práticas, considerando sua faixa etária e/ou desenvolvimento da sua formação pessoal, familiar e social para traçar o projeto terapêutico;
- d) sessão de terapia ocupacional é o período de tempo em que é realizado o tratamento do beneficiário visando favorecer o desenvolvimento e/ou aprimoramento das suas capacidades psico ocupacionais remanescentes e a melhoria do seu estado psicológico, social, laborativo e de lazer.

5. DA REMUNERAÇÃO

5.1. A remuneração de todos os serviços de saúde objeto deste credenciamento será de acordo com a precificação constante no Rol de Cobertura do Issem-Saúde (Portaria n.º 775/2019).

5.2. Se depois da assinatura deste Termo de Credenciamento ocorrer a emissão de ato oficial que reajuste os valores acima, o mesmo será aplicado para todos os credenciados, independentemente de emissão de termo aditivo.

5.3. Os atendimentos que a Credenciada realizar em hospitais também credenciados junto ao Issem serão remunerados diretamente àquela pelos mesmos critérios estabelecidos neste Termo de Credenciamento.

5.4. De acordo com a especialidade dos serviços e com o intuito de bem atender aos beneficiários do Issem-Saúde, o Issem poderá firmar contrato específico de “pacotes de procedimentos”, com valores e condições devidamente previstas em contrato.

6. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. As guias de consultas e dos demais procedimentos, assinadas pelos beneficiários, deverão ser encaminhadas para o Issem, em até 60 (sessenta) dias corridos depois do término do atendimento. A solicitação de procedimento médico deverá acompanhar a guia do procedimento.

6.1.1. O período de corte para fechamento do faturamento é sempre do dia 1º ao último dia de cada mês, sendo que este deverá ser entregue no Setor de Protocolo do Issem, no período de 1º ao dia 05 do mês subsequente. O Issem-Saúde não receberá estes documentos fora deste período, devendo a credenciada enviá-los no próximo faturamento, obedecendo o prazo de 60 dias.

6.1.2. As guias que não possuírem assinatura ou que forem enviadas após o prazo de 60 (sessenta) dias da data de sua emissão não serão quitadas pelo Issem.

6.2. Após o recebimento e auditoria das guias recebidas, o Issem solicitará, por e-mail, a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e). A credenciada terá prazo de 72 (setenta e duas) horas, após o recebimento da solicitação por e-mail, para emitir e enviar a nota fiscal ao Issem (em formato PDF), pelo sistema do Issem-Saúde.

6.2.1. É de responsabilidade da credenciada atender no prazo estabelecido à solicitação para emissão e inclusão da nota fiscal no sistema, realizada via e-mail pelo Issem. O pagamento não será realizado caso a nota fiscal não seja incluída no sistema.

6.2.2. As Notas Fiscais deverão ser emitidas para o Fundo Municipal de Assistência e Saúde – CNPJ nº 14.522.267/0001-53.

6.3. Após a entrega das guias de consultas e demais procedimentos médicos, e da respectiva Nota Fiscal, o Issem efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias.

6.4. O pagamento será realizado, exclusivamente, em conta bancária de titularidade da credenciada, podendo o Issem-Saúde determinar as instituições financeiras através das quais o pagamento será efetuado.

6.5. Não serão aceitos documentos ilegíveis, rasurados, com dupla grafia ou com sinais de adulteração.

6.6. O pagamento será realizado pelo Issem-Saúde, sendo expressamente vedado ao credenciado, sob qualquer hipótese, cobrar honorários ou quaisquer valores diretamente dos beneficiários, sob pena de responder pelas penalidades previstas na LCM n.º 217/2018, sem prejuízo das demais responsabilidades administrativa, civil e penal.

6.6.1. Não se aplica o disposto no parágrafo anterior para a hipótese de acompanhamento presencial do trabalho de parto por médico obstetra que realizou o pré-natal, conforme previsto no Parecer CFM n.º 39/2012.

6.7. A credenciada deverá atender às regras estabelecidas pelo Issem para envio do faturamento. Estas estão disponíveis para consulta no sistema informatizado para atendimentos de saúde, na seção de "Avisos e Arquivos". Caso o faturamento seja enviado em desacordo com as regras, este será devolvido para a credenciada providenciar as correções cabíveis.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da dotação orçamentária de 2020:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	03	Próprios

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

8.1. É de responsabilidade das credenciadas realizar todos os serviços em conformidade com as disposições deste Termo de Credenciamento, do Edital de Credenciamento n.º 01/2020 e observadas as determinações legais, em especial as estabelecidas no Regulamento do Issem-Saúde e demais legislações pertinentes.

8.2. O credenciado deverá atender os beneficiários do Issem-Saúde sem distinção dos demais pacientes, inclusive no tocante ao agendamento dos serviços de saúde.

8.3. A credenciada deverá comunicar por escrito ao Issem qualquer alteração de endereço, telefone de contato, horário de atendimento, sócios, proprietários ou demais informações que possam influenciar na prestação dos serviços previstos neste edital. Presumir-se-ão válidas as notificações, intimações e quaisquer outras comunicações dirigidas ao endereço anteriormente informado.

9. DAS PENALIDADES

9.1. É proibido, sob as penas da Lei:

- realizar atendimentos a pessoas que não sejam seguradas dos serviços assistenciais e de saúde do Issem-Saúde;
- substituir os serviços que já tenham sido autorizados por outros;
- cobrar mais de 1 (uma) sessão, consulta ou afim por atendimento.

9.2. Qualquer fraude ou má utilização dos serviços disponibilizados pelo Issem-Saúde, bem como sua mera tentativa, tanto por parte dos beneficiários quanto por parte das credenciadas, caracterizará procedimento indevido e deverá ser imediatamente comunicada ao Issem.

9.2.1. O possível reajuste a ser concedido estará limitado ao percentual de reajuste salarial anual concedido aos servidores públicos municipais.

9.3. As clínicas credenciadas estão sujeitas a todas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/1993, sobretudo em seus artigos 86 e 87, bem como outras sanções previstas na legislação em vigor.

10. DOS DIREITOS DO ISSEM-SAÚDE

10.1. O Issem-Saúde reserva-se os seguintes direitos:

- fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pela Credenciada, podendo proceder ao seu descredenciamento em casos de má prestação dos mesmos;
- auditar, a qualquer tempo, os serviços prestados pela Credenciada; e

c) anular ou revogar, justificadamente, este Termo de Credenciamento, sem que caibam reclamações ou indenizações.

11. RESCISÃO

11.1. Este Termo de Credenciamento poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei Federal n.º 8.666/1993.

11.2. Este Termo de Credenciamento também poderá ser rescindido por denúncia de qualquer das partes, com notificação prévia e por escrito a contraparte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

12. VIGÊNCIA CONDICIONADA

12.1. Este Termo de Credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de 01/07/2020, podendo ser prorrogado a critério do Issem.

12.2. A vigência do presente instrumento condiciona-se a entrega do Alvará Sanitário no prazo máximo de 6 meses, a contar da assinatura deste, que caso não ocorra, acarretará a rescisão contratual automática.

13. DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Jaraguá do Sul/SC, em detrimento de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Credenciamento.

13.2. Este Termo de Credenciamento é regido pela Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas alterações; Lei Municipal n.º 217/2018 e suas alterações; Regulamento do Issem-Saúde, aprovado pelo Decreto n.º 12.796/2019, e suas alterações; e demais legislações aplicáveis, além dos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

13.3. E por estarem assim justos e contratados, assinam este Termo de Credenciamento, por si e seus sucessores, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas que abaixo também assinam.

Jaraguá do Sul/SC, 10 de junho de 2020.

Márcio Erdmann Presidente CONTRATANTE	Gabriela Pellin Sócia Administradora CONTRATADA
Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Jean Paulo Trunkle Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890 Visto:
Caroline Doro Lenzi
Supervisora de Compras, Contratos e Licitações

TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 112/2020

Publicação Nº 2552658

TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 112/2020

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 01/2020

Termo de Credenciamento de clínicas para o fornecimento de SERVIÇOS MÉDICOS que entre si fazem o Issem e Angela Cristina Beuren na forma abaixo:

1. PREÂMBULO

1.1. O Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), Autarquia Municipal inscrita no CNPJ sob o n.º 00.091.238/0001-70, com sede na Rua Max Wilhelm, n.º 255, Bairro Vila Baependi, Cidade de Jaraguá do Sul/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Márcio Erdmann, doravante denominado simplesmente de Issem, e Angela Cristina Beuren, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o n.º 24.685.986/0001-49, situada na Rua Guilherme Weege, nº 202, sala 407, Centro, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP n.º 89251-610 devidamente qualificada e habilitada no Edital de Credenciamento n.º 01/2020, doravante denominada simplesmente de Credenciada, têm certo e ajustado o presente Termo de Credenciamento, mediante as determinações do citado Edital e as seguintes:

2. DO OBJETO

2.1. O presente Termo de Credenciamento visa o fornecimento, por parte da Credenciada, de SERVIÇOS MÉDICOS, destinados aos beneficiários do Issem-Saúde, nos termos do Regulamento aprovado pelo Decreto Municipal n.º 12.796/2019, alterado pelo Decreto 13.620/2020, do Edital de Credenciamento n.º 01/2020 e demais legislação pertinente.

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE ATENDIMENTO

3.1. As entidades credenciadas deverão atender as condições previstas no Regulamento do Issem-Saúde e nas Instruções Normativas emitidas pelo Issem, além das seguintes:

a) o atendimento aos beneficiários do Issem poderá ser realizado em consultório da credenciada, desde que localizado nos endereços constantes do alvará de licença de localização e permanência e do alvará sanitário (alíneas "h" e "i" da cláusula 5.1) ou em hospital credenciado pelo Issem;

b) o local de atendimento deverá possuir instalações físicas adequadas para atendimento aos beneficiários do Issem e seguir as determinações da legislação pertinente;

c) a entidade credenciada deverá possuir em seu consultório acesso à internet banda larga, e-mail, impressora e linha telefônica.

3.2. Para a prestação do objeto do presente credenciamento, as pessoas jurídicas credenciadas deverão atender os requisitos e seguir os procedimentos previstos nos manuais e no site do Issem, quanto ao sistema informatizado para atendimentos de saúde, de acordo com a sua especialidade, além de observar o seguinte:

a) o atendimento aos beneficiários dos serviços de saúde do Issem somente poderá ser efetuado mediante a apresentação do cartão de identificação do beneficiário, acompanhado de documento oficial com foto;

b) a entidade credenciada deverá acessar o site: saude.issem.com.br;

c) uma vez realizado o acesso ao sistema, a entidade credenciada deverá emitir as guias de consultas ou demais procedimentos seguindo as orientações dos manuais;

d) as guias de consultas e demais procedimentos deverão ser impressas e assinadas pelos beneficiários;

e) havendo necessidade de realização de exames laboratoriais, de imagem ou outros, as guias para tanto deverão ser emitidas conforme a alínea "c" e entregues ao beneficiário para que providencie a realização dos mesmos.

3.2.1. Somente em casos excepcionais o atendimento aos beneficiários dos serviços de saúde do Issem poderá ser realizado mediante a apresentação de autorização prévia (guia de consulta ou guia de procedimentos emitida pelo atendimento do Issem-Saúde), que possui prazo de validade de 60 (sessenta) dias a contar da sua emissão.

3.3. Dentre os serviços de saúde não cobertos pelo Issem-Saúde incluem-se os seguintes:

a) procedimentos e tratamentos de fertilização e de mudança de sexo;

b) transplante e/ou transferência de órgãos, tecidos, partes do corpo, células e similares;

c) serviço de saúde sem finalidade de diagnóstico e/ou tratamento;

d) reflexologia, como psicotron, psicorelax, neuroton e hipnotron;

e) estada em clínicas de repouso, recuperação e similares;

f) serviços plástico-cosméticos e de embelezamento;

g) tratamento esclerosante de varizes;

h) atendimento de saúde domiciliar de qualquer natureza, salvo tratamento fisioterápico;

i) gastos extraordinários, não vinculados ao tratamento, em contas hospitalares;

j) serviços de saúde que ainda não tenham respaldo de organismos médicos oficiais.

k) vacinas de qualquer natureza;

3.3.1. Os serviços não cobertos, acima mencionados, são meramente exemplificativos.

3.3.2 A doença de que o associado ou dependente já era portador ao inscrever-se no Issem-Saúde não lhe conferirá direito aos serviços.

3.4. O médico ou profissional da saúde credenciados junto ao Issem-Saúde não podem solicitar quaisquer serviços de saúde para si nem para os membros do seu grupo familiar.

3.5. Dependência de autorização da auditoria médica a cargo do Issem-Saúde os serviços de saúde para os quais é indicada essa necessidade no Anexo I do Decreto n.º 12.796/2019 – Regulamento do Issem-Saúde, alterado pelo Decreto 13.620/2020.

3.5.1. O médico auditor poderá solicitar justificativa ou esclarecimento para a análise do serviço de saúde.

3.5.2. Em caso de procedimentos que necessitem uso de OPME é obrigatório que o médico solicitante indique previamente, no mínimo, três fornecedores para que o Issem-Saúde realize a autorização.

3.5.3. Os procedimentos eletivos que requeiram auditoria médica devem respeitar os prazos estipulados no art. 79 do Decreto n.º 12.796/2019, alterado pelo Decreto 13.620/2020. – Regulamento do Issem-Saúde.

3.5.4. Os procedimentos eletivos que forem condicionados à auditoria médica, só poderão ser efetivamente realizados após a devida autorização da mesma.

3.6. O credenciado não poderá transferir para terceiros, parcial ou totalmente, a prestação dos serviços de saúde para os quais se credenciou.

3.6.1. A execução dos serviços de saúde pode ser transferida para terceiros em situações de caso fortuito ou força maior devidamente justificadas e depois de autorizados pelo beneficiário e pelo Issem-Saúde, sendo que somente outro profissional credenciado poderá dar continuidade ao serviço.

3.7. Antes de realizar a prestação do serviço de saúde é indispensável que o credenciado realize a identificação do beneficiário, solicitando-lhe a apresentação do cartão de identificação pessoal e de um documento de identidade oficial com foto.

3.7.1. O serviço de saúde deve ser prestado exclusivamente aos beneficiários do Issem-Saúde, sendo que qualquer tentativa de fraude deve ser imediatamente comunicada ao Issem.

3.8. O Issem não se responsabiliza pelo pagamento de serviços não previstos no Termo de Credenciamento e por atendimentos realizados a pessoas que não sejam beneficiárias do Issem.

4. DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE ATENDIMENTO

4.1. Quanto à consulta médica:

a) compreende a anamnese, o exame físico e a elaboração de hipóteses ou conclusões diagnósticas, solicitação de exames complementares, quando necessários, e prescrição terapêutica;

b) é um ato médico que pode ou não ser concluído num único momento, ficando a consulta de retorno a critério do profissional responsável pelo atendimento;

c) a consulta de oftalmologia padrão inclui a anamnese, refração, inspeção das pupilas, acuidade visual, retinoscopia e ceratometria, fundoscopia, biomicroscopia do segmento anterior e exame sumário da motilidade ocular e do senso cromático;

d) deverá ser solicitado e realizado por médico;

e) a entidade credenciada poderá cobrar a integralidade da consulta médica previamente agendada quando o beneficiário não cancelar nem comparecer a mesma. A credenciada deverá emitir guia específica para esse fim, pelo sistema do Issem-Saúde, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data agendada para o atendimento, sob pena de decadência.

4.2. Quanto aos exames complementares:

- a) é o serviço de saúde necessário para subsidiar os dados da anamnese e do exame físico para a confirmação das hipóteses diagnósticas visando o tratamento adequado;
- b) o médico poderá solicitar qualquer um dos exames complementares cobertos pelo Issem-Saúde;
- c) os demais profissionais somente poderão solicitar os exames complementares admitidos segundo a regulamentação da sua profissão;
- d) a solicitação de exame nosológico, para o diagnóstico de doenças, é privativa do médico.

5. DA REMUNERAÇÃO

5.1. A remuneração de todos os serviços de saúde objeto deste credenciamento será de acordo com a precificação constante no Rol de Cobertura do Issem-Saúde (Portaria n.º 775/2019).

5.2. Se depois da assinatura deste Termo de Credenciamento ocorrer a emissão de ato oficial que reajuste os valores acima, o mesmo será aplicado para todos os credenciados, independentemente de emissão de termo aditivo.

5.3. Os atendimentos que a Credenciada realizar em hospitais também credenciados junto ao Issem serão remunerados diretamente àquela pelos mesmos critérios estabelecidos neste Termo de Credenciamento.

5.4. De acordo com a especialidade dos serviços e com o intuito de bem atender aos beneficiários do Issem-Saúde, o Issem poderá firmar contrato específico de "pacotes de procedimentos", com valores e condições devidamente previstas em contrato.

6. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. As guias de consultas e dos demais procedimentos, assinadas pelos beneficiários, deverão ser encaminhadas para o Issem, em até 60 (sessenta) dias corridos depois do término do atendimento. A solicitação de procedimento médico deverá acompanhar a guia do procedimento.

6.1.1. O período de corte para fechamento do faturamento é sempre do dia 1º ao último dia de cada mês, sendo que este deverá ser entregue no Setor de Protocolo do Issem, no período de 1º ao dia 05 do mês subsequente. O Issem-Saúde não receberá estes documentos fora deste período, devendo a credenciada enviá-los no próximo faturamento, obedecendo o prazo de 60 dias.

6.1.2. As guias que não possuírem assinatura ou que forem enviadas após o prazo de 60 (sessenta) dias da data de sua emissão não serão quitadas pelo Issem.

6.2. Após o recebimento e auditoria das guias recebidas, o Issem solicitará, por e-mail, a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e). A credenciada terá prazo de 72 (setenta e duas) horas, após o recebimento da solicitação por e-mail, para emitir e enviar a nota fiscal ao Issem (em formato PDF), pelo sistema do Issem-Saúde.

6.2.1. É de responsabilidade da credenciada atender no prazo estabelecido à solicitação para emissão e inclusão da nota fiscal no sistema, realizada via e-mail pelo Issem. O pagamento não será realizado caso a nota fiscal não seja inclusa no sistema.

6.2.2. As Notas Fiscais deverão ser emitidas para o Fundo Municipal de Assistência e Saúde – CNPJ nº 14.522.267/0001-53.

6.3. Após a entrega das guias de consultas e demais procedimentos médicos, e da respectiva Nota Fiscal, o Issem efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias.

6.4. O pagamento será realizado, exclusivamente, em conta bancária de titularidade da credenciada, podendo o Issem-Saúde determinar as instituições financeiras através das quais o pagamento será efetuado.

6.5. Não serão aceitos documentos ilegíveis, rasurados, com dupla grafia ou com sinais de adulteração.

6.6. O pagamento será realizado pelo Issem-Saúde, sendo expressamente vedado ao credenciado, sob qualquer hipótese, cobrar honorários ou quaisquer valores diretamente dos beneficiários, sob pena de responder pelas penalidades previstas na LCM n.º 217/2018, sem prejuízo das demais responsabilidades administrativa, civil e penal.

6.6.1. Não se aplica o disposto no parágrafo anterior para a hipótese de acompanhamento presencial do trabalho de parto por médico obstetra que realizou o pré-natal, conforme previsto no Parecer CFM n.º 39/2012.

6.7. A credenciada deverá atender às regras estabelecidas pelo Issem para envio do faturamento. Estas estão disponíveis para consulta no sistema informatizado para atendimentos de saúde, na seção de "Avisos e Arquivos". Caso o faturamento seja enviado em desacordo com as regras, este será devolvido para a credenciada providenciar as correções cabíveis.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da dotação orçamentária de 2020:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	03	Próprios

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

8.1. É de responsabilidade das credenciadas realizar todos os serviços em conformidade com as disposições deste Termo de Credenciamento, do Edital de Credenciamento n.º 01/2020 e observadas as determinações legais, em especial as estabelecidas no Regulamento do

Issem-Saúde e demais legislações pertinentes.

8.2. O credenciado deverá atender os beneficiários do Issem-Saúde sem distinção dos demais pacientes, inclusive no tocante ao agendamento dos serviços de saúde.

8.3. A credenciada deverá comunicar por escrito ao Issem qualquer alteração de endereço, telefone de contato, horário de atendimento, sócios, proprietários ou demais informações que possam influenciar na prestação dos serviços previstos neste edital. Presumir-se-ão válidas as notificações, intimações e quaisquer outras comunicações dirigidas ao endereço anteriormente informado.

9. DAS PENALIDADES

9.1. É proibido, sob as penas da Lei:

- a) realizar atendimentos a pessoas que não sejam seguradas dos serviços assistenciais e de saúde do Issem-Saúde;
- b) substituir os serviços que já tenham sido autorizados por outros;
- c) cobrar mais de 1 (uma) sessão, consulta ou afim por atendimento.

9.2. Qualquer fraude ou má utilização dos serviços disponibilizados pelo Issem-Saúde, bem como sua mera tentativa, tanto por parte dos beneficiários quanto por parte das credenciadas, caracterizará procedimento indevido e deverá ser imediatamente comunicada ao Issem.

9.2.1. O possível reajuste a ser concedido estará limitado ao percentual de reajuste salarial anual concedido aos servidores públicos municipais.

9.3. As clínicas credenciadas estão sujeitas a todas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/1993, sobretudo em seus artigos 86 e 87, bem como outras sanções previstas na legislação em vigor.

10. DOS DIREITOS DO ISSEM-SAÚDE

10.1. O Issem-Saúde reserva-se os seguintes direitos:

- a) fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pela Credenciada, podendo proceder ao seu descredenciamento em casos de má prestação dos mesmos;
- b) auditar, a qualquer tempo, os serviços prestados pela Credenciada; e
- c) anular ou revogar, justificadamente, este Termo de Credenciamento, sem que caibam reclamações ou indenizações.

11. RESCISÃO

11.1. Este Termo de Credenciamento poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei Federal n.º 8.666/1993.

11.2. Este Termo de Credenciamento também poderá ser rescindido por denúncia de qualquer das partes, com notificação prévia e por escrito a contraparte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

12. VIGÊNCIA CONDICIONADA

12.1. Este Termo de Credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de 01/07/2020, podendo ser prorrogado a critério do Issem.

12.2. A vigência do presente instrumento condiciona-se a entrega do Alvará Sanitário no prazo máximo de 6 meses, a contar da assinatura deste, que caso não ocorra, acarretará a rescisão contratual automática.

13. DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Jaraguá do Sul/SC, em detrimento de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Credenciamento.

13.2. Este Termo de Credenciamento é regido pela Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas alterações; Lei Municipal n.º 217/2018 e suas alterações; Regulamento do Issem-Saúde, aprovado pelo Decreto n.º 12.796/2019, e suas alterações; e demais legislações aplicáveis, além dos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

13.3. E por estarem assim justos e contratados, assinam este Termo de Credenciamento, por si e seus sucessores, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas que abaixo também assinam.

Jaraguá do Sul/SC, 17 de junho de 2020.

Márcio Erdmann Presidente CONTRATANTE	Angela Cristina Beuren Proprietária CONTRATADA
Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Jean Paulo Trunkle Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890 Visto:
Caroline Doro Lenzi
Supervisora de Compras, Contratos e Licitações

TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 113/2020

Publicação Nº 2552659

TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 113/2020
EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 01/2020

Termo de Credenciamento de clínicas para o fornecimento de SERVIÇOS MÉDICOS que entre si fazem o Issem e Via Vital Serviços Médicos SS na forma abaixo:

1. PREÂMBULO

1.1. O Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), Autarquia Municipal inscrita no CNPJ sob o n.º 00.091.238/0001-70, com sede na Rua Max Wilhelm, n.º 255, Bairro Vila Baependi, Cidade de Jaraguá do Sul/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Márcio Erdmann, doravante denominado simplesmente de Issem, e Via Vital Serviços Médicos SS, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o n.º 12.270.940/0001-80, situada na Rua Anita Garibaldi, nº 68, Centro, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP n.º 89251-130 devidamente qualificada e habilitada no Edital de Credenciamento n.º 01/2020, doravante denominada simplesmente de Credenciada, têm certo e ajustado o presente Termo de Credenciamento, mediante as determinações do citado Edital e as seguintes:

2. DO OBJETO

2.1. O presente Termo de Credenciamento visa o fornecimento, por parte da Credenciada, de SERVIÇOS MÉDICOS, destinados aos beneficiários do Issem-Saúde, nos termos do Regulamento aprovado pelo Decreto Municipal n.º 12.796/2019, alterado pelo Decreto 13.620/2020, do Edital de Credenciamento n.º 01/2020 e demais legislação pertinente.

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE ATENDIMENTO

3.1. As entidades credenciadas deverão atender as condições previstas no Regulamento do Issem-Saúde e nas Instruções Normativas emitidas pelo Issem, além das seguintes:

- a) o atendimento aos beneficiários do Issem poderá ser realizado em consultório da credenciada, desde que localizado nos endereços constantes do alvará de licença de localização e permanência e do alvará sanitário (alíneas "h" e "i" da cláusula 5.1) ou em hospital credenciado pelo Issem;
- b) o local de atendimento deverá possuir instalações físicas adequadas para atendimento aos beneficiários do Issem e seguir as determinações da legislação pertinente;
- c) a entidade credenciada deverá possuir em seu consultório acesso à internet banda larga, e-mail, impressora e linha telefônica.

3.2. Para a prestação do objeto do presente credenciamento, as pessoas jurídicas credenciadas deverão atender os requisitos e seguir os procedimentos previstos nos manuais e no site do Issem, quanto ao sistema informatizado para atendimentos de saúde, de acordo com a sua especialidade, além de observar o seguinte:

- a) o atendimento aos beneficiários dos serviços de saúde do Issem somente poderá ser efetuado mediante a apresentação do cartão de identificação do beneficiário, acompanhado de documento oficial com foto;
- b) a entidade credenciada deverá acessar o site: saude.issem.com.br;
- c) uma vez realizado o acesso ao sistema, a entidade credenciada deverá emitir as guias de consultas ou demais procedimentos seguindo as orientações dos manuais;
- d) as guias de consultas e demais procedimentos deverão ser impressas e assinadas pelos beneficiários;
- e) havendo necessidade de realização de exames laboratoriais, de imagem ou outros, as guias para tanto deverão ser emitidas conforme a alínea "c" e entregues ao beneficiário para que providencie a realização dos mesmos.

3.2.1. Somente em casos excepcionais o atendimento aos beneficiários dos serviços de saúde do Issem poderá ser realizado mediante a apresentação de autorização prévia (guia de consulta ou guia de procedimentos emitida pelo atendimento do Issem-Saúde), que possui prazo de validade de 60 (sessenta) dias a contar da sua emissão.

3.3. Dentre os serviços de saúde não cobertos pelo Issem-Saúde incluem-se os seguintes:

- a) procedimentos e tratamentos de fertilização e de mudança de sexo;
- b) transplante e/ou transferência de órgãos, tecidos, partes do corpo, células e similares;
- c) serviço de saúde sem finalidade de diagnóstico e/ou tratamento;
- d) reflexologia, como psicotron, psicorelax, neuroton e hipnotron;
- e) estada em clínicas de repouso, recuperação e similares;
- f) serviços plástico-cosméticos e de embelezamento;
- g) tratamento esclerosante de varizes;
- h) atendimento de saúde domiciliar de qualquer natureza, salvo tratamento fisioterápico;
- i) gastos extraordinários, não vinculados ao tratamento, em contas hospitalares;
- j) serviços de saúde que ainda não tenham respaldo de organismos médicos oficiais.
- k) vacinas de qualquer natureza;

3.3.1. Os serviços não cobertos, acima mencionados, são meramente exemplificativos.

3.3.2 A doença de que o associado ou dependente já era portador ao inscrever-se no Issem-Saúde não lhe conferirá direito aos serviços.

3.4. O médico ou profissional da saúde credenciados junto ao Issem-Saúde não podem solicitar quaisquer serviços de saúde para si nem para os membros do seu grupo familiar.

3.5. Dependerão de autorização da auditoria médica a cargo do Issem-Saúde os serviços de saúde para os quais é indicada essa necessidade no Anexo I do Decreto n.º 12.796/2019 – Regulamento do Issem-Saúde, alterado pelo Decreto 13.620/2020.

3.5.1. O médico auditor poderá solicitar justificativa ou esclarecimento para a análise do serviço de saúde.

3.5.2. Em caso de procedimentos que necessitem uso de OPME é obrigatório que o médico solicitante indique previamente, no mínimo, três fornecedores para que o Issem-Saúde realize a autorização.

3.5.3. Os procedimentos eletivos que requeiram auditoria médica devem respeitar os prazos estipulados no art. 79 do Decreto n.º 12.796/2019, alterado pelo Decreto 13.620/2020. – Regulamento do Issem-Saúde.

3.5.4. Os procedimentos eletivos que forem condicionados à auditoria médica, só poderão ser efetivamente realizados após a devida autorização da mesma.

3.6. O credenciado não poderá transferir para terceiros, parcial ou totalmente, a prestação dos serviços de saúde para os quais se credenciou.

3.6.1. A execução dos serviços de saúde pode ser transferida para terceiros em situações de caso fortuito ou força maior devidamente justificadas e depois de autorizados pelo beneficiário e pelo Issem-Saúde, sendo que somente outro profissional credenciado poderá dar continuidade ao serviço.

3.7. Antes de realizar a prestação do serviço de saúde é indispensável que o credenciado realize a identificação do beneficiário, solicitando-lhe a apresentação do cartão de identificação pessoal e de um documento de identidade oficial com foto.

3.7.1. O serviço de saúde deve ser prestado exclusivamente aos beneficiários do Issem-Saúde, sendo que qualquer tentativa de fraude deve ser imediatamente comunicada ao Issem.

3.8. O Issem não se responsabiliza pelo pagamento de serviços não previstos no Termo de Credenciamento e por atendimentos realizados a pessoas que não sejam beneficiárias do Issem.

4. DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE ATENDIMENTO

4.1. Quanto à consulta médica:

a) compreende a anamnese, o exame físico e a elaboração de hipóteses ou conclusões diagnósticas, solicitação de exames complementares, quando necessários, e prescrição terapêutica;

b) é um ato médico que pode ou não ser concluído num único momento, ficando a consulta de retorno a critério do profissional responsável pelo atendimento;

c) a consulta de oftalmologia padrão inclui a anamnese, refração, inspeção das pupilas, acuidade visual, retinoscopia e ceratometria, fundoscopia, biomicroscopia do segmento anterior e exame sumário da motilidade ocular e do senso cromático;

d) deverá ser solicitado e realizado por médico;

e) a entidade credenciada poderá cobrar a integralidade da consulta médica previamente agendada quando o beneficiário não cancelar nem comparecer a mesma. A credenciada deverá emitir guia específica para esse fim, pelo sistema do Issem-Saúde, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data agendada para o atendimento, sob pena de decadência.

4.2. Quanto aos exames complementares:

a) é o serviço de saúde necessário para subsidiar os dados da anamnese e do exame físico para a confirmação das hipóteses diagnósticas visando o tratamento adequado;

b) o médico poderá solicitar qualquer um dos exames complementares cobertos pelo Issem-Saúde;

c) os demais profissionais somente poderão solicitar os exames complementares admitidos segundo a regulamentação da sua profissão;

d) a solicitação de exame nosológico, para o diagnóstico de doenças, é privativa do médico.

5. DA REMUNERAÇÃO

5.1. A remuneração de todos os serviços de saúde objeto deste credenciamento será de acordo com a precificação constante no Rol de Cobertura do Issem-Saúde (Portaria n.º 775/2019).

5.2. Se depois da assinatura deste Termo de Credenciamento ocorrer a emissão de ato oficial que reajuste os valores acima, o mesmo será aplicado para todos os credenciados, independentemente de emissão de termo aditivo.

5.3. Os atendimentos que a Credenciada realizar em hospitais também credenciados junto ao Issem serão remunerados diretamente àquela pelos mesmos critérios estabelecidos neste Termo de Credenciamento.

5.4. De acordo com a especialidade dos serviços e com o intuito de bem atender aos beneficiários do Issem-Saúde, o Issem poderá firmar contrato específico de "pacotes de procedimentos", com valores e condições devidamente previstas em contrato.

6. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. As guias de consultas e dos demais procedimentos, assinadas pelos beneficiários, deverão ser encaminhadas para o Issem, em até 60 (sessenta) dias corridos depois do término do atendimento. A solicitação de procedimento médico deverá acompanhar a guia do procedimento.

6.1.1. O período de corte para fechamento do faturamento é sempre do dia 1º ao último dia de cada mês, sendo que este deverá ser entregue no Setor de Protocolo do Issem, no período de 1º ao dia 05 do mês subsequente. O Issem-Saúde não receberá estes documentos fora deste período, devendo a credenciada enviá-los no próximo faturamento, obedecendo o prazo de 60 dias.

6.1.2. As guias que não possuírem assinatura ou que forem enviadas após o prazo de 60 (sessenta) dias da data de sua emissão não serão quitadas pelo Issem.

6.2. Após o recebimento e auditoria das guias recebidas, o Issem solicitará, por e-mail, a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e). A credenciada terá prazo de 72 (setenta e duas) horas, após o recebimento da solicitação por e-mail, para emitir e enviar a nota fiscal ao Issem (em formato PDF), pelo sistema do Issem-Saúde.

6.2.1. É de responsabilidade da credenciada atender no prazo estabelecido à solicitação para emissão e inclusão da nota fiscal no sistema, realizada via e-mail pelo Issem. O pagamento não será realizado caso a nota fiscal não seja incluída no sistema.

6.2.2. As Notas Fiscais deverão ser emitidas para o Fundo Municipal de Assistência e Saúde – CNPJ nº 14.522.267/0001-53.

6.3. Após a entrega das guias de consultas e demais procedimentos médicos, e da respectiva Nota Fiscal, o Issem efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias.

6.4. O pagamento será realizado, exclusivamente, em conta bancária de titularidade da credenciada, podendo o Issem-Saúde determinar as instituições financeiras através das quais o pagamento será efetuado.

6.5. Não serão aceitos documentos ilegíveis, rasurados, com dupla grafia ou com sinais de adulteração.

6.6. O pagamento será realizado pelo Issem-Saúde, sendo expressamente vedado ao credenciado, sob qualquer hipótese, cobrar honorários ou quaisquer valores diretamente dos beneficiários, sob pena de responder pelas penalidades previstas na LCM n.º 217/2018, sem prejuízo das demais responsabilidades administrativa, civil e penal.

6.6.1. Não se aplica o disposto no parágrafo anterior para a hipótese de acompanhamento presencial do trabalho de parto por médico obstetra que realizou o pré-natal, conforme previsto no Parecer CFM n.º 39/2012.

6.7. A credenciada deverá atender às regras estabelecidas pelo Issem para envio do faturamento. Estas estão disponíveis para consulta no sistema informatizado para atendimentos de saúde, na seção de "Avisos e Arquivos". Caso o faturamento seja enviado em desacordo com as regras, este será devolvido para a credenciada providenciar as correções cabíveis.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da dotação orçamentária de 2020:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	03	Próprios

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

8.1. É de responsabilidade das credenciadas realizar todos os serviços em conformidade com as disposições deste Termo de Credenciamento, do Edital de Credenciamento n.º 01/2020 e observadas as determinações legais, em especial as estabelecidas no Regulamento do Issem-Saúde e demais legislações pertinentes.

8.2. O credenciado deverá atender os beneficiários do Issem-Saúde sem distinção dos demais pacientes, inclusive no tocante ao agendamento dos serviços de saúde.

8.3. A credenciada deverá comunicar por escrito ao Issem qualquer alteração de endereço, telefone de contato, horário de atendimento, sócios, proprietários ou demais informações que possam influenciar na prestação dos serviços previstos neste edital. Presumir-se-ão válidas as notificações, intimações e quaisquer outras comunicações dirigidas ao endereço anteriormente informado.

9. DAS PENALIDADES

9.1. É proibido, sob as penas da Lei:

- a) realizar atendimentos a pessoas que não sejam seguradas dos serviços assistenciais e de saúde do Issem-Saúde;
- b) substituir os serviços que já tenham sido autorizados por outros;
- c) cobrar mais de 1 (uma) sessão, consulta ou afim por atendimento.

9.2. Qualquer fraude ou má utilização dos serviços disponibilizados pelo Issem-Saúde, bem como sua mera tentativa, tanto por parte dos beneficiários quanto por parte das credenciadas, caracterizará procedimento indevido e deverá ser imediatamente comunicada ao Issem.

9.2.1. O possível reajuste a ser concedido estará limitado ao percentual de reajuste salarial anual concedido aos servidores públicos municipais.

9.3. As clínicas credenciadas estão sujeitas a todas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/1993, sobretudo em seus artigos 86 e 87, bem como outras sanções previstas na legislação em vigor.

10. DOS DIREITOS DO ISSEM-SAÚDE

10.1. O Issem-Saúde reserva-se os seguintes direitos:

- a) fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pela Credenciada, podendo proceder ao seu descredenciamento em casos de má prestação dos mesmos;
- b) auditar, a qualquer tempo, os serviços prestados pela Credenciada; e
- c) anular ou revogar, justificadamente, este Termo de Credenciamento, sem que caibam reclamações ou indenizações.

11. RESCISÃO

11.1. Este Termo de Credenciamento poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei Federal n.º 8.666/1993.

11.2. Este Termo de Credenciamento também poderá ser rescindido por denúncia de qualquer das partes, com notificação prévia e por escrito a contraparte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

12. VIGÊNCIA CONDICIONADA

12.1. Este Termo de Credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de 10/06/2020, podendo ser prorrogado a critério do Issem.

12.2. A vigência do presente instrumento condiciona-se a entrega do Alvará Sanitário e da Certidão Negativa de Débitos Municipais no prazo máximo de 6 meses, a contar da assinatura deste, que caso não ocorra, acarretará a rescisão contratual automática.

13. DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Jaraguá do Sul/SC, em detrimento de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Credenciamento.

13.2. Este Termo de Credenciamento é regido pela Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas alterações; Lei Municipal n.º 217/2018 e suas alterações; Regulamento do Issem-Saúde, aprovado pelo Decreto n.º 12.796/2019, e suas alterações; e demais legislações aplicáveis, além dos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

13.3. E por estarem assim justos e contratados, assinam este Termo de Credenciamento, por si e seus sucessores, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas que abaixo também assinam.

Jaraguá do Sul/SC, 17 de junho de 2020.

Márcio Erdmann Presidente CONTRATANTE	Janaína Ney Campelo Sócia Administradora CONTRATADA
Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Jean Paulo Trunckle Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890 Visto:
Caroline Doro Lenzi
Supervisora de Compras, Contratos e Licitações

TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 114/2020

Publicação Nº 2552661

TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 114/2020
EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 01/2020

Termo de Credenciamento de clínicas para o fornecimento de SERVIÇOS MÉDICOS que entre si fazem o Issem e Clínica Médica São Lucas Jaraguá do Sul na forma abaixo:

1. PREÂMBULO

1.1. O Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), Autarquia Municipal inscrita no CNPJ sob o n.º 00.091.238/0001-70, com sede na Rua Max Wilhelm, n.º 255, Bairro Vila Baependi, Cidade de Jaraguá do Sul/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Márcio Erdmann, doravante denominado simplesmente de Issem, e Clínica Médica São Lucas Jaraguá do Sul, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o n.º 21.441.533/0001-89, situada na Rua João Planincheck, nº 1990, sala 508, Jaraguá Esquerdo, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP n.º 89253-105 devidamente qualificada e habilitada no Edital de Credenciamento n.º 01/2020, doravante denominada simplesmente de Credenciada, têm certo e ajustado o presente Termo de Credenciamento, mediante as determinações do citado Edital e as seguintes:

2. DO OBJETO

2.1. O presente Termo de Credenciamento visa o fornecimento, por parte da Credenciada, de SERVIÇOS MÉDICOS, destinados aos beneficiários do Issem-Saúde, nos termos do Regulamento aprovado pelo Decreto Municipal n.º 12.796/2019, alterado pelo Decreto 13.620/2020, do Edital de Credenciamento n.º 01/2020 e demais legislação pertinente.

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE ATENDIMENTO

3.1. As entidades credenciadas deverão atender as condições previstas no Regulamento do Issem-Saúde e nas Instruções Normativas emitidas pelo Issem, além das seguintes:

- o atendimento aos beneficiários do Issem poderá ser realizado em consultório da credenciada, desde que localizado nos endereços constantes do alvará de licença de localização e permanência e do alvará sanitário (alíneas "h" e "i" da cláusula 5.1) ou em hospital credenciado pelo Issem;
- o local de atendimento deverá possuir instalações físicas adequadas para atendimento aos beneficiários do Issem e seguir as determinações da legislação pertinente;
- a entidade credenciada deverá possuir em seu consultório acesso à internet banda larga, e-mail, impressora e linha telefônica.

3.2. Para a prestação do objeto do presente credenciamento, as pessoas jurídicas credenciadas deverão atender os requisitos e seguir os procedimentos previstos nos manuais e no site do Issem, quanto ao sistema informatizado para atendimentos de saúde, de acordo com a sua especialidade, além de observar o seguinte:

- o atendimento aos beneficiários dos serviços de saúde do Issem somente poderá ser efetuado mediante a apresentação do cartão de identificação do beneficiário, acompanhado de documento oficial com foto;
- a entidade credenciada deverá acessar o site: saude.issem.com.br;
- uma vez realizado o acesso ao sistema, a entidade credenciada deverá emitir as guias de consultas ou demais procedimentos seguindo

as orientações dos manuais;

d) as guias de consultas e demais procedimentos deverão ser impressas e assinadas pelos beneficiários;

e) havendo necessidade de realização de exames laboratoriais, de imagem ou outros, as guias para tanto deverão ser emitidas conforme a alínea "c" e entregues ao beneficiário para que providencie a realização dos mesmos.

3.2.1. Somente em casos excepcionais o atendimento aos beneficiários dos serviços de saúde do Issem poderá ser realizado mediante a apresentação de autorização prévia (guia de consulta ou guia de procedimentos emitida pelo atendimento do Issem-Saúde), que possui prazo de validade de 60 (sessenta) dias a contar da sua emissão.

3.3. Dentre os serviços de saúde não cobertos pelo Issem-Saúde incluem-se os seguintes:

a) procedimentos e tratamentos de fertilização e de mudança de sexo;

b) transplante e/ou transferência de órgãos, tecidos, partes do corpo, células e similares;

c) serviço de saúde sem finalidade de diagnóstico e/ou tratamento;

d) reflexologia, como psicotron, psicorelax, neuroton e hipnotron;

e) estada em clínicas de repouso, recuperação e similares;

f) serviços plástico-cosméticos e de embelezamento;

g) tratamento esclerosante de varizes;

h) atendimento de saúde domiciliar de qualquer natureza, salvo tratamento fisioterápico;

i) gastos extraordinários, não vinculados ao tratamento, em contas hospitalares;

j) serviços de saúde que ainda não tenham respaldo de organismos médicos oficiais.

k) vacinas de qualquer natureza;

3.3.1. Os serviços não cobertos, acima mencionados, são meramente exemplificativos.

3.3.2 A doença de que o associado ou dependente já era portador ao inscrever-se no Issem-Saúde não lhe conferirá direito aos serviços.

3.4. O médico ou profissional da saúde credenciados junto ao Issem-Saúde não podem solicitar quaisquer serviços de saúde para si nem para os membros do seu grupo familiar.

3.5. Dependência de autorização da auditoria médica a cargo do Issem-Saúde os serviços de saúde para os quais é indicada essa necessidade no Anexo I do Decreto n.º 12.796/2019 – Regulamento do Issem-Saúde, alterado pelo Decreto 13.620/2020.

3.5.1. O médico auditor poderá solicitar justificativa ou esclarecimento para a análise do serviço de saúde.

3.5.2. Em caso de procedimentos que necessitem uso de OPME é obrigatório que o médico solicitante indique previamente, no mínimo, três fornecedores para que o Issem-Saúde realize a autorização.

3.5.3. Os procedimentos eletivos que requeiram auditoria médica devem respeitar os prazos estipulados no art. 79 do Decreto n.º 12.796/2019, alterado pelo Decreto 13.620/2020. – Regulamento do Issem-Saúde.

3.5.4. Os procedimentos eletivos que forem condicionados à auditoria médica, só poderão ser efetivamente realizados após a devida autorização da mesma.

3.6. O credenciado não poderá transferir para terceiros, parcial ou totalmente, a prestação dos serviços de saúde para os quais se credenciou.

3.6.1. A execução dos serviços de saúde pode ser transferida para terceiros em situações de caso fortuito ou força maior devidamente justificadas e depois de autorizados pelo beneficiário e pelo Issem-Saúde, sendo que somente outro profissional credenciado poderá dar continuidade ao serviço.

3.7. Antes de realizar a prestação do serviço de saúde é indispensável que o credenciado realize a identificação do beneficiário, solicitando-lhe a apresentação do cartão de identificação pessoal e de um documento de identidade oficial com foto.

3.7.1. O serviço de saúde deve ser prestado exclusivamente aos beneficiários do Issem-Saúde, sendo que qualquer tentativa de fraude deve ser imediatamente comunicada ao Issem.

3.8. O Issem não se responsabiliza pelo pagamento de serviços não previstos no Termo de Credenciamento e por atendimentos realizados a pessoas que não sejam beneficiárias do Issem.

4. DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE ATENDIMENTO

4.1. Quanto à consulta médica:

a) compreende a anamnese, o exame físico e a elaboração de hipóteses ou conclusões diagnósticas, solicitação de exames complementares, quando necessários, e prescrição terapêutica;

b) é um ato médico que pode ou não ser concluído num único momento, ficando a consulta de retorno a critério do profissional responsável pelo atendimento;

c) a consulta de oftalmologia padrão inclui a anamnese, refração, inspeção das pupilas, acuidade visual, retinoscopia e ceratometria, fundoscopia, biomicroscopia do segmento anterior e exame sumário da motilidade ocular e do senso cromático;

d) deverá ser solicitado e realizado por médico;

e) a entidade credenciada poderá cobrar a integralidade da consulta médica previamente agendada quando o beneficiário não cancelar nem comparecer a mesma. A credenciada deverá emitir guia específica para esse fim, pelo sistema do Issem-Saúde, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data agendada para o atendimento, sob pena de decadência.

4.2. Quanto aos exames complementares:

a) é o serviço de saúde necessário para subsidiar os dados da anamnese e do exame físico para a confirmação das hipóteses diagnósticas visando o tratamento adequado;

b) o médico poderá solicitar qualquer um dos exames complementares cobertos pelo Issem-Saúde;

c) os demais profissionais somente poderão solicitar os exames complementares admitidos segundo a regulamentação da sua profissão;

d) a solicitação de exame nosológico, para o diagnóstico de doenças, é privativa do médico.

5. DA REMUNERAÇÃO

5.1. A remuneração de todos os serviços de saúde objeto deste credenciamento será de acordo com a precificação constante no Rol de Cobertura do Issem-Saúde (Portaria n.º 775/2019).

5.2. Se depois da assinatura deste Termo de Credenciamento ocorrer a emissão de ato oficial que reajuste os valores acima, o mesmo será aplicado para todos os credenciados, independentemente de emissão de termo aditivo.

5.3. Os atendimentos que a Credenciada realizar em hospitais também credenciados junto ao Issem serão remunerados diretamente àquela pelos mesmos critérios estabelecidos neste Termo de Credenciamento.

5.4. De acordo com a especialidade dos serviços e com o intuito de bem atender aos beneficiários do Issem-Saúde, o Issem poderá firmar contrato específico de "pacotes de procedimentos", com valores e condições devidamente previstas em contrato.

6. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. As guias de consultas e dos demais procedimentos, assinadas pelos beneficiários, deverão ser encaminhadas para o Issem, em até 60 (sessenta) dias corridos depois do término do atendimento. A solicitação de procedimento médico deverá acompanhar a guia do procedimento.

6.1.1. O período de corte para fechamento do faturamento é sempre do dia 1º ao último dia de cada mês, sendo que este deverá ser entregue no Setor de Protocolo do Issem, no período de 1º ao dia 05 do mês subsequente. O Issem-Saúde não receberá estes documentos fora deste período, devendo a credenciada enviá-los no próximo faturamento, obedecendo o prazo de 60 dias.

6.1.2. As guias que não possuírem assinatura ou que forem enviadas após o prazo de 60 (sessenta) dias da data de sua emissão não serão quitadas pelo Issem.

6.2. Após o recebimento e auditoria das guias recebidas, o Issem solicitará, por e-mail, a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e). A credenciada terá prazo de 72 (setenta e duas) horas, após o recebimento da solicitação por e-mail, para emitir e enviar a nota fiscal ao Issem (em formato PDF), pelo sistema do Issem-Saúde.

6.2.1. É de responsabilidade da credenciada atender no prazo estabelecido à solicitação para emissão e inclusão da nota fiscal no sistema, realizada via e-mail pelo Issem. O pagamento não será realizado caso a nota fiscal não seja incluída no sistema.

6.2.2. As Notas Fiscais deverão ser emitidas para o Fundo Municipal de Assistência e Saúde – CNPJ nº 14.522.267/0001-53.

6.3. Após a entrega das guias de consultas e demais procedimentos médicos, e da respectiva Nota Fiscal, o Issem efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias.

6.4. O pagamento será realizado, exclusivamente, em conta bancária de titularidade da credenciada, podendo o Issem-Saúde determinar as instituições financeiras através das quais o pagamento será efetuado.

6.5. Não serão aceitos documentos ilegíveis, rasurados, com dupla grafia ou com sinais de adulteração.

6.6. O pagamento será realizado pelo Issem-Saúde, sendo expressamente vedado ao credenciado, sob qualquer hipótese, cobrar honorários ou quaisquer valores diretamente dos beneficiários, sob pena de responder pelas penalidades previstas na LCM n.º 217/2018, sem prejuízo das demais responsabilidades administrativa, civil e penal.

6.6.1. Não se aplica o disposto no parágrafo anterior para a hipótese de acompanhamento presencial do trabalho de parto por médico obstetra que realizou o pré-natal, conforme previsto no Parecer CFM n.º 39/2012.

6.7. A credenciada deverá atender às regras estabelecidas pelo Issem para envio do faturamento. Estas estão disponíveis para consulta no sistema informatizado para atendimentos de saúde, na seção de "Avisos e Arquivos". Caso o faturamento seja enviado em desacordo com as regras, este será devolvido para a credenciada providenciar as correções cabíveis.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da dotação orçamentária de 2020:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	03	Próprios

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

8.1. É de responsabilidade das credenciadas realizar todos os serviços em conformidade com as disposições deste Termo de Credenciamento, do Edital de Credenciamento n.º 01/2020 e observadas as determinações legais, em especial as estabelecidas no Regulamento do Issem-Saúde e demais legislações pertinentes.

8.2. O credenciado deverá atender os beneficiários do Issem-Saúde sem distinção dos demais pacientes, inclusive no tocante ao agendamento dos serviços de saúde.

8.3. A credenciada deverá comunicar por escrito ao Issem qualquer alteração de endereço, telefone de contato, horário de atendimento, sócios, proprietários ou demais informações que possam influenciar na prestação dos serviços previstos neste edital. Presumir-se-ão válidas as notificações, intimações e quaisquer outras comunicações dirigidas ao endereço anteriormente informado.

9. DAS PENALIDADES

9.1. É proibido, sob as penas da Lei:

- a) realizar atendimentos a pessoas que não sejam seguradas dos serviços assistenciais e de saúde do Issem-Saúde;
- b) substituir os serviços que já tenham sido autorizados por outros;
- c) cobrar mais de 1 (uma) sessão, consulta ou afim por atendimento.

9.2. Qualquer fraude ou má utilização dos serviços disponibilizados pelo Issem-Saúde, bem como sua mera tentativa, tanto por parte dos beneficiários quanto por parte das credenciadas, caracterizará procedimento indevido e deverá ser imediatamente comunicada ao Issem.

9.2.1. O possível reajuste a ser concedido estará limitado ao percentual de reajuste salarial anual concedido aos servidores públicos municipais.

9.3. As clínicas credenciadas estão sujeitas a todas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/1993, sobretudo em seus artigos 86 e 87, bem como outras sanções previstas na legislação em vigor.

10. DOS DIREITOS DO ISSEM-SAÚDE

10.1. O Issem-Saúde reserva-se os seguintes direitos:

- a) fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pela Credenciada, podendo proceder ao seu descredenciamento em casos de má prestação dos mesmos;
- b) auditar, a qualquer tempo, os serviços prestados pela Credenciada; e
- c) anular ou revogar, justificadamente, este Termo de Credenciamento, sem que caibam reclamações ou indenizações.

11. RESCISÃO

11.1. Este Termo de Credenciamento poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei Federal n.º 8.666/1993.

11.2. Este Termo de Credenciamento também poderá ser rescindido por denúncia de qualquer das partes, com notificação prévia e por escrito a contraparte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

12. VIGÊNCIA CONDICIONADA

12.1. Este Termo de Credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de 01/07/2020, podendo ser prorrogado a critério do Issem.

12.2. A vigência do presente instrumento condiciona-se a entrega do Alvará Sanitário no prazo máximo de 6 meses, a contar da assinatura deste, que caso não ocorra, acarretará a rescisão contratual automática.

13. DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Jaraguá do Sul/SC, em detrimento de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Credenciamento.

13.2. Este Termo de Credenciamento é regido pela Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas alterações; Lei Municipal n.º 217/2018 e suas alterações; Regulamento do Issem-Saúde, aprovado pelo Decreto n.º 12.796/2019, e suas alterações; e demais legislações aplicáveis, além dos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

13.3. E por estarem assim justos e contratados, assinam este Termo de Credenciamento, por si e seus sucessores, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas que abaixo também assinam.

Jaraguá do Sul/SC, 22 de junho de 2020.

Márcio Erdmann Presidente CONTRATANTE	Scharlon Ehmke Sócio Administrador CONTRATADA
Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Jean Paulo Trunkle Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890 Visto:
Caroline Doro Lenzi
Supervisora de Compras, Contratos e Licitações

TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 115/2020

Publicação Nº 2552662

TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 115/2020
EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 01/2020

Termo de Credenciamento de clínicas para o fornecimento de SERVIÇOS DE PSICOTERAPIA que entre si fazem o Issem e Danieli Graciela Fachini Toassi, na forma abaixo:

1. PREÂMBULO

1.1. O Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), Autarquia Municipal inscrita no CNPJ sob o n.º 00.091.238/0001-70, com sede na Rua Max Wilhelm, n.º 255, Bairro Vila Baependi, Cidade de Jaraguá do Sul/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Márcio Erdmann, doravante denominado simplesmente de Issem, e Danieli Graciela Fachini Toassi, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o n.º 36.256.301/0001-28, situada na Rua Amazonas, n.º 75, Centro, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP n.º 89253-030 devidamente qualificada e habilitada no Edital de Credenciamento n.º 01/2020, doravante denominada simplesmente de Credenciada, têm certo e ajustado o presente Termo de Credenciamento, mediante as determinações do citado Edital e as seguintes:

2. DO OBJETO

2.1. O presente Termo de Credenciamento visa o fornecimento, por parte da Credenciada, de SERVIÇOS DE PSICOTERAPIA, destinados aos beneficiários do Issem-Saúde, nos termos do Regulamento aprovado pelo Decreto Municipal n.º 12.796/2019, alterado pelo Decreto 13.620/2020, do Edital de Credenciamento n.º 01/2020 e demais legislação pertinente.

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE ATENDIMENTO

3.1. As entidades credenciadas deverão atender as condições previstas no Regulamento do Issem-Saúde e nas Instruções Normativas emitidas pelo Issem, além das seguintes:

- a) o atendimento aos beneficiários do Issem poderá ser realizado em consultório da credenciada, desde que localizado nos endereços constantes do alvará de licença de localização e permanência e do alvará sanitário (alíneas "h" e "i" da cláusula 5.1) ou em hospital credenciado pelo Issem;
- b) o local de atendimento deverá possuir instalações físicas adequadas para atendimento aos beneficiários do Issem e seguir as determinações da legislação pertinente;
- c) a entidade credenciada deverá possuir em seu consultório acesso à internet banda larga, e-mail, impressora e linha telefônica.

3.2. Para a prestação do objeto do presente credenciamento, as pessoas jurídicas credenciadas deverão atender os requisitos e seguir os procedimentos previstos nos manuais e no site do Issem, quanto ao sistema informatizado para atendimentos de saúde, de acordo com a sua especialidade, além de observar o seguinte:

- a) o atendimento aos beneficiários dos serviços de saúde do Issem somente poderá ser efetuado mediante a apresentação do cartão de identificação do beneficiário, acompanhado de documento oficial com foto;
- b) a entidade credenciada deverá acessar o site: saude.issem.com.br;
- c) uma vez realizado o acesso ao sistema, a entidade credenciada deverá emitir as guias de consultas ou demais procedimentos seguindo as orientações dos manuais;
- d) as guias de consultas e demais procedimentos deverão ser impressas e assinadas pelos beneficiários;
- e) havendo necessidade de realização de exames laboratoriais, de imagem ou outros, as guias para tanto deverão ser emitidas conforme a alínea "c" e entregues ao beneficiário para que providencie a realização dos mesmos.

3.2.1. Somente em casos excepcionais o atendimento aos beneficiários dos serviços de saúde do Issem poderá ser realizado mediante a apresentação de autorização prévia (guia de consulta ou guia de procedimentos emitida pelo atendimento do Issem-Saúde), que possui prazo de validade de 60 (sessenta) dias a contar da sua emissão.

3.3. Dentre os serviços de saúde não cobertos pelo Issem-Saúde incluem-se os seguintes:

- a) procedimentos e tratamentos de fertilização e de mudança de sexo;
- b) transplante e/ou transferência de órgãos, tecidos, partes do corpo, células e similares;
- c) serviço de saúde sem finalidade de diagnóstico e/ou tratamento;
- d) reflexologia, como psicotron, psicorelax, neuroton e hipnotron;
- e) estada em clínicas de repouso, recuperação e similares;
- f) serviços plástico-cosméticos e de embelezamento;
- g) tratamento esclerosante de varizes;
- h) atendimento de saúde domiciliar de qualquer natureza, salvo tratamento fisioterápico;
- i) gastos extraordinários, não vinculados ao tratamento, em contas hospitalares;
- j) serviços de saúde que ainda não tenham respaldo de organismos médicos oficiais;
- k) vacinas de qualquer natureza;

3.3.1. Os serviços não cobertos, acima mencionados, são meramente exemplificativos.

3.3.2 A doença de que o associado ou dependente já era portador ao inscrever-se no Issem-Saúde não lhe conferirá direito aos serviços.

3.4. O médico ou profissional da saúde credenciados junto ao Issem-Saúde não podem solicitar quaisquer serviços de saúde para si nem para os membros do seu grupo familiar.

3.5. Dependência de autorização da auditoria médica a cargo do Issem-Saúde os serviços de saúde para os quais é indicada essa necessidade no Anexo I do Decreto n.º 12.796/2019 – Regulamento do Issem-Saúde, alterado pelo Decreto 13.620/2020.

3.5.1. O médico auditor poderá solicitar justificativa ou esclarecimento para a análise do serviço de saúde.

3.5.2. Em caso de procedimentos que necessitem uso de OPME é obrigatório que o médico solicitante indique previamente, no mínimo, três fornecedores para que o Issem-Saúde realize a autorização.

3.5.3. Os procedimentos eletivos que requeiram auditoria médica devem respeitar os prazos estipulados no art. 79 do Decreto n.º 12.796/2019, alterado pelo Decreto 13.620/2020. – Regulamento do Issem-Saúde.

3.5.4. Os procedimentos eletivos que forem condicionados à auditoria médica, só poderão ser efetivamente realizados após a devida autorização da mesma.

3.6. O credenciado não poderá transferir para terceiros, parcial ou totalmente, a prestação dos serviços de saúde para os quais se credenciou.

3.6.1. A execução dos serviços de saúde pode ser transferida para terceiros em situações de caso fortuito ou força maior devidamente justificadas e depois de autorizados pelo beneficiário e pelo Issem-Saúde, sendo que somente outro profissional credenciado poderá dar continuidade ao serviço.

3.7. Antes de realizar a prestação do serviço de saúde é indispensável que o credenciado realize a identificação do beneficiário, solicitando-lhe a apresentação do cartão de identificação pessoal e de um documento de identidade oficial com foto.

3.7.1. O serviço de saúde deve ser prestado exclusivamente aos beneficiários do Issem-Saúde, sendo que qualquer tentativa de fraude deve ser imediatamente comunicada ao Issem.

3.8. O Issem não se responsabiliza pelo pagamento de serviços não previstos no Termo de Credenciamento e por atendimentos realizados a pessoas que não sejam beneficiárias do Issem.

4. DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE ATENDIMENTO

4.1. Quanto à psicoterapia:

a) é o serviço de saúde que trata os problemas relacionados à psique humana;

b) abrange os serviços de psicopedagogia, psicomotricidade e psiconeurologia;

c) poderá ser solicitado por médico ou por psicólogo, mas somente o psicólogo poderá realizá-lo;

d) consulta psicoterápica é o ato que se destina à avaliação do beneficiário e à definição do tratamento a ser realizado;

e) sessão de psicoterapia é o período de tempo em que são tratados os problemas psicológicos e emocionais do beneficiário, com base no conhecimento científico do funcionamento psicológico, visando adquirir formas mais eficazes de lidar com os problemas, ganhar um maior conhecimento de si próprio e desenvolver as capacidades emocionais.

5. DA REMUNERAÇÃO

5.1. A remuneração de todos os serviços de saúde objeto deste credenciamento será de acordo com a precificação constante no Rol de Cobertura do Issem-Saúde (Portaria n.º 775/2019).

5.2. Se depois da assinatura deste Termo de Credenciamento ocorrer a emissão de ato oficial que reajuste os valores acima, o mesmo será aplicado para todos os credenciados, independentemente de emissão de termo aditivo.

5.3. Os atendimentos que a Credenciada realizar em hospitais também credenciados junto ao Issem serão remunerados diretamente àquela pelos mesmos critérios estabelecidos neste Termo de Credenciamento.

5.4. De acordo com a especialidade dos serviços e com o intuito de bem atender aos beneficiários do Issem-Saúde, o Issem poderá firmar contrato específico de "pacotes de procedimentos", com valores e condições devidamente previstas em contrato.

6. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. As guias de consultas e dos demais procedimentos, assinadas pelos beneficiários, deverão ser encaminhadas para o Issem, em até 60 (sessenta) dias corridos depois do término do atendimento. A solicitação de procedimento médico deverá acompanhar a guia do procedimento.

6.1.1. O período de corte para fechamento do faturamento é sempre do dia 1º ao último dia de cada mês, sendo que este deverá ser entregue no Setor de Protocolo do Issem, no período de 1º ao dia 05 do mês subsequente. O Issem-Saúde não receberá estes documentos fora deste período, devendo a credenciada enviá-los no próximo faturamento, obedecendo o prazo de 60 dias.

6.1.2. As guias que não possuírem assinatura ou que forem enviadas após o prazo de 60 (sessenta) dias da data de sua emissão não serão quitadas pelo Issem.

6.2. Após o recebimento e auditoria das guias recebidas, o Issem solicitará, por e-mail, a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e). A credenciada terá prazo de 72 (setenta e duas) horas, após o recebimento da solicitação por e-mail, para emitir e enviar a nota fiscal ao Issem (em formato PDF), pelo sistema do Issem-Saúde.

6.2.1. É de responsabilidade da credenciada atender no prazo estabelecido à solicitação para emissão e inclusão da nota fiscal no sistema, realizada via e-mail pelo Issem. O pagamento não será realizado caso a nota fiscal não seja incluída no sistema.

6.2.2. As Notas Fiscais deverão ser emitidas para o Fundo Municipal de Assistência e Saúde – CNPJ nº 14.522.267/0001-53.

6.3. Após a entrega das guias de consultas e demais procedimentos médicos, e da respectiva Nota Fiscal, o Issem efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias.

6.4. O pagamento será realizado, exclusivamente, em conta bancária de titularidade da credenciada, podendo o Issem-Saúde determinar as instituições financeiras através das quais o pagamento será efetuado.

6.5. Não serão aceitos documentos ilegíveis, rasurados, com dupla grafia ou com sinais de adulteração.

6.6. O pagamento será realizado pelo Issem-Saúde, sendo expressamente vedado ao credenciado, sob qualquer hipótese, cobrar honorários ou quaisquer valores diretamente dos beneficiários, sob pena de responder pelas penalidades previstas na LCM n.º 217/2018, sem prejuízo das demais responsabilidades administrativa, civil e penal.

6.6.1. Não se aplica o disposto no parágrafo anterior para a hipótese de acompanhamento presencial do trabalho de parto por médico obstetra que realizou o pré-natal, conforme previsto no Parecer CFM n.º 39/2012.

6.7. A credenciada deverá atender às regras estabelecidas pelo Issem para envio do faturamento. Estas estão disponíveis para consulta no sistema informatizado para atendimentos de saúde, na seção de "Avisos e Arquivos". Caso o faturamento seja enviado em desacordo com as regras, este será devolvido para a credenciada providenciar as correções cabíveis.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da dotação orçamentária de 2020:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	03	Próprios

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

8.1. É de responsabilidade das credenciadas realizar todos os serviços em conformidade com as disposições deste Termo de Credenciamento, do Edital de Credenciamento n.º 01/2020 e observadas as determinações legais, em especial as estabelecidas no Regulamento do Issem-Saúde e demais legislações pertinentes.

8.2. O credenciado deverá atender os beneficiários do Issem-Saúde sem distinção dos demais pacientes, inclusive no tocante ao agendamento dos serviços de saúde.

8.3. A credenciada deverá comunicar por escrito ao Issem qualquer alteração de endereço, telefone de contato, horário de atendimento, sócios, proprietários ou demais informações que possam influenciar na prestação dos serviços previstos neste edital. Presumir-se-ão válidas as notificações, intimações e quaisquer outras comunicações dirigidas ao endereço anteriormente informado.

9. DAS PENALIDADES

9.1. É proibido, sob as penas da Lei:

- a) realizar atendimentos a pessoas que não sejam seguradas dos serviços assistenciais e de saúde do Issem-Saúde;
- b) substituir os serviços que já tenham sido autorizados por outros;
- c) cobrar mais de 1 (uma) sessão, consulta ou afim por atendimento.

9.2. Qualquer fraude ou má utilização dos serviços disponibilizados pelo Issem-Saúde, bem como sua mera tentativa, tanto por parte dos beneficiários quanto por parte das credenciadas, caracterizará procedimento indevido e deverá ser imediatamente comunicada ao Issem.

9.2.1. O possível reajuste a ser concedido estará limitado ao percentual de reajuste salarial anual concedido aos servidores públicos municipais.

9.3. As clínicas credenciadas estão sujeitas a todas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/1993, sobretudo em seus artigos 86 e 87, bem como outras sanções previstas na legislação em vigor.

10. DOS DIREITOS DO ISSEM-SAÚDE

10.1. O Issem-Saúde reserva-se os seguintes direitos:

- a) fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pela Credenciada, podendo proceder ao seu descredenciamento em casos de má prestação dos mesmos;
- b) auditar, a qualquer tempo, os serviços prestados pela Credenciada; e
- c) anular ou revogar, justificadamente, este Termo de Credenciamento, sem que caibam reclamações ou indenizações.

11. RESCISÃO

11.1. Este Termo de Credenciamento poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei Federal n.º 8.666/1993.

11.2. Este Termo de Credenciamento também poderá ser rescindido por denúncia de qualquer das partes, com notificação prévia e por escrito a contraparte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

12. VIGÊNCIA

12.1. Este Termo de Credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de 08/07/2020, podendo ser prorrogado a critério do Issem.

13. DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Jaraguá do Sul/SC, em detrimento de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Credenciamento.

13.2. Este Termo de Credenciamento é regido pela Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas alterações; Lei Municipal n.º 217/2018 e suas alterações; Regulamento do Issem-Saúde, aprovado pelo Decreto n.º 12.796/2019, e suas alterações; e demais legislações aplicáveis, além dos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

13.3. E por estarem assim justos e contratados, assinam este Termo de Credenciamento, por si e seus sucessores, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas que abaixo também assinam.

Jaraguá do Sul/SC, 23 de junho de 2020.

Márcio Erdmann
Presidente
CONTRATANTE

Danieli Graciela Fachini Toassi
Proprietária
CONTRATADA

Charles Sérgio Pereira
Superintendente de Assistência e Saúde
TESTEMUNHA

Jean Paulo Trunkle
Médico Auditor do Issem
TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890 Visto:
Caroline Doro Lenzi
Supervisora de Compras, Contratos e Licitações

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.972 DE 03 DE JULHO DE 2020.

Publicação Nº 2552617

DECRETO Nº 5.972 DE 03 DE JULHO DE 2020.

“RETIFICA NOME E SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB, QUE ESPECIFICA.”

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a representação do Poder Executivo municipal junto à Secretaria Municipal de Educação no Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, nomeado pelo Decreto nº 5.877/2020, passando a vigorar com a seguinte composição:

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL (Junto à Secretaria Municipal de Educação):

Titular: Luciana Reese Pereira Tesser

Suplente: Gabriela Terezinha Luchese

Art. 2º Fica retificado o nome da representante titular dos professores das escolas básicas públicas no Conselho do FUNDEB, nomeado pelo Decreto nº 5.877/2020 para MARISETE MACHADO ZAGONEL.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 03 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 07 AO CONVÊNIO N.º 010/2013

Publicação Nº 2552614

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 07 AO CONVÊNIO N.º 010/2013

COOPERAÇÃO TÉCNICA, FINANCEIRA E INSTITUCIONAL

PARTÍCIPES: MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) CNPJ 82.939.380/0001-99

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC),

MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC),

OBJETO: TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 010/2013 CELEBRADO EM 09 DE JULHO DE 2013, COOPERAÇÃO TÉCNICA FINANCEIRA É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE 03 (TRÊS) POÇOS DE MONITORAMENTO, BEM COMO REALIZAÇÃO TRIMESTRAL DA ANÁLISE DOS EFLUENTES, EM DECORRÊNCIA DE DECISÃO JUDICIAL EXARADA NO PROCESSO Nº 500142797220124047203, DA JUSTIÇA FEDERAL, QUE DETERMINOU A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO E MELHORIAS NO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUÁRIAS ORIUNDAS DO SISTEMA DE TRATAMENTO EXISTENTE NO ANTIGO DEPÓSITO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (ATERRO CONTROLADO), LOCALIZADO EM DUAS CASAS, MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N.º 4.348/2013.

O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO FICA PRORROGADO POR 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DE 06 DE JULHO DE 2020.

Joaçaba-SC, 02 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA MAURO SÉRGIO MARTINI

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE

MOISÉS DIERSMANN

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 01/2020

Publicação Nº 2552248

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 01/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES
BENEFICIÁRIO: DAUANA CRISTINA ROZENENTE NODARI
MODALIDADE: CICLISMO

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.
Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES
Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE
Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.
DIOCLÉSIO RAGNINI
Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 02/2020

Publicação Nº 2552249

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 02/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES
BENEFICIÁRIO: HUANEL CRISTIANO ALBERGUINI
MODALIDADE: CICLISMO

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 2.533,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 1.266,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.
Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES
Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE
Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.
DIOCLÉSIO RAGNINI
Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 03/2020

Publicação Nº 2552252

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 03/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES
BENEFICIÁRIO: VICTOR GABRIEL MEYER COITINHO
MODALIDADE: CICLISMO

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.
Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES
Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE
Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.
DIOCLÉSIO RAGNINI
Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA Nº 04/2020

Publicação Nº 2552253

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA Nº 04/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: ALLAN SANTOS DA VIDA

MODALIDADE: CICLISMO

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA Nº 05/2020

Publicação Nº 2552261

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA Nº 05/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: FERNANDO NUNES DE SOUZA

MODALIDADE: CICLISMO

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA Nº 06/2020

Publicação Nº 2552262

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA Nº 06/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: TAIS APARECIDA GROTTO DE SOUZA

MODALIDADE: CICLISMO

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADESAO BOLSA ATLETA N° 07/2020

Publicação N° 2552263

EXTRATO DO TERMO DE ADESAO BOLSA ATLETA N° 07/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: JOHN SILVA SAFFE

MODALIDADE: WEELING

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 2.533,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 1.266,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADESAO BOLSA ATLETA N° 08/2020

Publicação N° 2552265

EXTRATO DO TERMO DE ADESAO BOLSA ATLETA N° 08/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: LUCAS COELHO DA SILVA

MODALIDADE: JUDÔ

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 2.533,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 1.266,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADESAO BOLSA ATLETA N° 09/2020

Publicação N° 2552291

EXTRATO DO TERMO DE ADESAO BOLSA ATLETA N° 09/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: TALITA PIRES DA SILVA

MODALIDADE: JUDÔ

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA Nº 10/2020

Publicação Nº 2552293

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA Nº 10/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: RUAN IAGO DE LIMA

MODALIDADE: JUDÔ

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA Nº 11/2020

Publicação Nº 2552299

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA Nº 11/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: PEDRO HENRIQUE PIMENTEL DE ALMEIDA

MODALIDADE: JUDÔ

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA Nº 12/2020

Publicação Nº 2552300

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA Nº 12/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: PEDRO ACHILES DE CARVALHO E GRANDO

MODALIDADE: JUDÔ

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA Nº 13/2020

Publicação Nº 2552305

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA Nº 13/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: PAOLA DA SILVA DORÉ FARIA

MODALIDADE: JUDÔ

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA Nº 14/2020

Publicação Nº 2552307

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA Nº 14/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: NICOLLY APARECIDA DA SILVEIRA

MODALIDADE: JUDÔ

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA Nº 15/2020

Publicação Nº 2552309

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA Nº 15/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: LAURA LUIZA BANDEIRA

MODALIDADE: JUDÔ

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA Nº 16/2020

Publicação Nº 2552311

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA Nº 16/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: ANA LIA SOARES

MODALIDADE: JUDÔ

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA Nº 17/2020

Publicação Nº 2552314

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA Nº 17/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: GLEDSON ALESSANDRETTI

MODALIDADE: KUNG FU

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 2.533,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 1.266,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA Nº 18/2020

Publicação Nº 2552321

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA Nº 18/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: CRISTINA DA SILVA

MODALIDADE: KUNG FU

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 2.533,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 1.266,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA N° 19/2020

Publicação N° 2552324

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA N° 19/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: ALEXANDRE GRANDINI PENNA

MODALIDADE: KUNG FU

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 2.533,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 1.266,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA N° 20/2020

Publicação N° 2552327

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA N° 20/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: LEANDRO DOS SANTOS

MODALIDADE: KUNG FU

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 2.533,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 1.266,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA N° 21/2020

Publicação N° 2552329

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA N° 21/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: PEDRO HENRIQUE DA SILVA MENDES

MODALIDADE: KUNG FU

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 2.533,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 1.266,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 22/2020

Publicação Nº 2552330

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 22/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: ANDREI RAMELLA

MODALIDADE: XADREZ

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 23/2020

Publicação Nº 2552334

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 23/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: GABRIELA LETICIA DE OLIVEIRA

MODALIDADE: XADREZ

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 24/2020

Publicação Nº 2552336

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 24/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: JHENIFER VITÓRIA CORREA DELAVY

MODALIDADE: XADREZ

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 25/2020

Publicação Nº 2552338

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 25/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: UBIRATÃ DURANT GONZALES

MODALIDADE: TÊNIS DE MESA

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 26/2020

Publicação Nº 2552348

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 26/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: VICTOR HUGO ARECO

MODALIDADE: TÊNIS DE MESA

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 2.533,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 1.266,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 27/2020

Publicação Nº 2552350

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 27/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: MARLON IGOR BOTELHO SPINDOLA

MODALIDADE: TÊNIS DE MESA

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 2.533,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 1.266,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 28/2020

Publicação Nº 2552352

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 28/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: JEFERSON RANK

MODALIDADE: TÊNIS DE MESA

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 29/2020

Publicação Nº 2552356

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 29/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: LUÍS EDUARDO CAMARÇO RODRIGUES

MODALIDADE: TÊNIS DE MESA

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 2.533,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 1.266,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 30/2020

Publicação Nº 2552359

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 30/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: GABRIEL LUAN SCOTINSKI

MODALIDADE: TÊNIS DE MESA

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 31/2020

Publicação Nº 2552362

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 31/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: DIEGO DE CARVALHO GARCIA

MODALIDADE: TÊNIS DE MESA

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 2.533,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 1.266,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 32/2020

Publicação Nº 2552399

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 32/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: DANIEL DE DEUS E SILVA DE GODOI

MODALIDADE: TÊNIS DE MESA

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 2.533,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 1.266,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 33/2020

Publicação Nº 2552401

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 33/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: EDUARDO DE OLIVEIRA FRAGOSO

MODALIDADE: TÊNIS DE MESA

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 3.304,62 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 1.652,31 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA Nº 34/2020

Publicação Nº 2552403

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA Nº 34/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: GEOVANE BRUNO CEZAR

MODALIDADE: BASQUETE

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA Nº 35/2020

Publicação Nº 2552404

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA Nº 35/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: VICTOR MANOEL ZADRA

MODALIDADE: BASQUETE

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 2.533,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 1.266,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA Nº 36/2020

Publicação Nº 2552405

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA Nº 36/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: GABRIEL ROSA DA SILVA

MODALIDADE: BASQUETE

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA Nº 37/2020

Publicação Nº 2552406

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA Nº 37/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: JOÃO VITOR AMBROSIO

MODALIDADE: BASQUETE

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA Nº 38/2020

Publicação Nº 2552407

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA Nº 38/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: JONATA LIMA DA SILVA

MODALIDADE: BASQUETE

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA Nº 39/2020

Publicação Nº 2552410

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA Nº 39/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: KAIKY DAL PRÁ DOS SANTOS

MODALIDADE: BASQUETE

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADESAO BOLSA ATLETA Nº 40/2020

Publicação Nº 2552412

EXTRATO DO TERMO DE ADESAO BOLSA ATLETA Nº 40/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: LUIZ FERNANDO NOGUEIRA SCARASSATI

MODALIDADE: BASQUETE

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADESAO BOLSA ATLETA Nº 41/2020

Publicação Nº 2552413

EXTRATO DO TERMO DE ADESAO BOLSA ATLETA Nº 41/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: PEDRO HENRIQUE DE OLIVEIRA DE MORAES

MODALIDADE: BASQUETE

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADESAO BOLSA ATLETA Nº 42/2020

Publicação Nº 2552416

EXTRATO DO TERMO DE ADESAO BOLSA ATLETA Nº 42/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: SAMUEL WILLIAM CALDEIRA GOMES

MODALIDADE: BASQUETE

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 43/2020

Publicação Nº 2552417

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 43/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: WILLIAM FARIAS DA TRINDADE

MODALIDADE: BASQUETE

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 44/2020

Publicação Nº 2552418

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 44/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: ANTONIO EDUARDO LEVKOVICZ SILVA

MODALIDADE: BASQUETE

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 45/2020

Publicação Nº 2552419

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 45/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: GIOVANI BAÚ DA SILVA

MODALIDADE: BASQUETE

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 2.533,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 1.266,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA Nº 46/2020

Publicação Nº 2552421

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA Nº 46/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: JOÃO FRANCISCO PANFIL

MODALIDADE: BASQUETE

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA Nº 47/2020

Publicação Nº 2552422

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA Nº 47/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: WOLFGANG BLÖDORN MÜHLBRANDT

MODALIDADE: BASQUETE

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA Nº 48/2020

Publicação Nº 2552423

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO BOLSA ATLETA Nº 48/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: WELLEN MATEUS BORTESE

MODALIDADE: BADMINTON

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 49/2020

Publicação Nº 2552424

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 49/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: ERICK TOMACHINSKI COSTA

MODALIDADE: BADMINTON

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 2.533,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 1.266,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 50/2020

Publicação Nº 2552426

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 50/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: VINICIUS HENRIQUE EBELING RIBEIRO

MODALIDADE: BADMINTON

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 2.533,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 1.266,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 51/2020

Publicação Nº 2552428

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 51/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: ADRYEL HIAN DE MATTOS

MODALIDADE: BADMINTON

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 52/2020

Publicação Nº 2552439

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 52/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: BERNARDO PEROTTO

MODALIDADE: BADMINTON

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 53/2020

Publicação Nº 2552441

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 53/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: BRUNA VASTRES

MODALIDADE: BADMINTON

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 54/2020

Publicação Nº 2552443

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 54/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: WILLIAM CORREIA DE MOURA

MODALIDADE: FUTSAL

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 55/2020

Publicação Nº 2552446

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 55/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: YAN MATHEUS DE DEUS

MODALIDADE: FUTSAL

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 56/2020

Publicação Nº 2552447

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 56/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: RENAN WILIAN BAZZO

MODALIDADE: FUTSAL

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 57/2020

Publicação Nº 2552450

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 57/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: FILIPE AVILA DE LIMA

MODALIDADE: FUTSAL

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 58/2020

Publicação Nº 2552452

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 58/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: GIANCARLOS ANTONIAZZI

MODALIDADE: FUTSAL

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 59/2020

Publicação Nº 2552456

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 59/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: JONATHAN FRANCESCHETTO

MODALIDADE: FUTSAL

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 60/2020

Publicação Nº 2552459

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 60/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: PEDRO HENRIQUE BIANCHINI

MODALIDADE: FUTSAL

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 61/2020

Publicação Nº 2552460

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 61/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: BRENDA LAISE DA LUZ

MODALIDADE: HANDEBOL

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 62/2020

Publicação Nº 2552462

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 62/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: LEANDRA HOFFELDER CORRADI

MODALIDADE: HANDEBOL

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 63/2020

Publicação Nº 2552463

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 63/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: GIOVANA DAMIN

MODALIDADE: HANDEBOL

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 64/2020

Publicação Nº 2552464

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 64/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: RAISSA PAIMELL

MODALIDADE: HANDEBOL

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 65/2020

Publicação Nº 2552466

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 65/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: TASSIA DOS REIS

MODALIDADE: HANDEBOL

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 66/2020

Publicação Nº 2552468

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 66/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: EDUARDA CERON COSTA

MODALIDADE: VOLEIBOL

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 67/2020

Publicação Nº 2552469

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 67/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: ADRIANA REGINA TEIXEIRA

MODALIDADE: VOLEIBOL

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 68/2020

Publicação Nº 2552471

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 68/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: BRENDA ROGOSKI DA ESPADA

MODALIDADE: VOLEIBOL

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 69/2020

Publicação Nº 2552473

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 69/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: EVELIN PARISSENTI

MODALIDADE: VOLEIBOL

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 70/2020

Publicação Nº 2552475

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 70/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: GRACIELLY NATUS CARRER

MODALIDADE: VOLEIBOL

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 71/2020

Publicação Nº 2552476

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 71/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: ISABELA MALLMANN DA SILVA

MODALIDADE: VOLEIBOL

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 72/2020

Publicação Nº 2552477

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 72/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES

BENEFICIÁRIO: YASMIN BELEGANTE BEHRENS

MODALIDADE: VOLEIBOL

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.

Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE

Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 73/2020

Publicação Nº 2552480

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 73/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES
BENEFICIÁRIO: RAISSA EDUARDA DA SILVA MOREIRA
MODALIDADE: VOLEIBOL

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.
Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES
Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE
Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI
Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 74/2020

Publicação Nº 2552483

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 74/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES
BENEFICIÁRIO: KAUANA HOFEMA
MODALIDADE: VOLEIBOL

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.
Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES
Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE
Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI
Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 75/2020

Publicação Nº 2552486

EXTRATO DO TERMO DE ADEÇÃO BOLSA ATLETA Nº 75/2020

CONCEDENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES
BENEFICIÁRIO: EDUARDA PIOVESAN RECALCATTI
MODALIDADE: VOLEIBOL

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 1.817,54 A SER LIBERADO EM 02 PARCELAS DE R\$ 908,77 CADA, PARA OS DIAS 13.07.2020 E 10.09.2020.
Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES
Unidade Orçamentária: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE
Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 06 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI
Prefeito

HOMOLOG PL 25/2020 PMJ

Publicação Nº 2552649

PREFEITURA DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 25/2020/PMJ
PREGÃO ELETRONICO Nº 03/2020/PMJ

A Secretária Municipal de Educação, Sra ANA BEATRIZ BRANCHER no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 25/2020/PMJ.

- Modalidade: PP 03/2020/PMJ

Objeto: o Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos e hidrossanitários, destinados ao consumo e manutenção dos serviços ofertados pela Secretaria Municipal de Educação e pelos demais órgãos participantes.

-Empresa Vencedora:

BERLIN DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA

VALOR R\$ 1.510,60

CELENTROSUL COM. DIST. MAT ELET. LTDA

VALOR R\$ 68.250,00

CINCA COM VAREJ E ATACAD. DE FERRAMENTAS EIRELI

VALOR R\$ 11.900,50

ELETRICA LUZ CML DE MAT ELET. LTDA

VALOR R\$ 32.824,75

ENERGIZA INST. ELETRICAS LTDA

VALOR R\$ 39.513,80

JV COM DE MAT ELET E DEC. LTDA

VALOR R\$ 142.985,40

NOVADOP COM DE MAT HIDRAULICOS EIRELI

VALOR R\$ 3.664,85

SO LUZ COM DE MAT ELET. E HIDRAUL. EIRELI

VALOR R\$ 94.041,38

TALENTOS D'AGUA REPRES PROJ ASSESSORIA LTDA

VALOR R\$ 5.716,50

FISCAL: LUCIMAR BOSCATO, MARIANA BELOTO MOREIRA, GUILHERME MARTINS DA SILVA e VALDIR DA ROSA

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 02 de julho de 2020.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANA BEATRIZ BRANCHER

PORTARIA Nº 6.960

Publicação Nº 2552281

PORTARIA Nº 6.960 DE 22 DE JUNHO DE 2020

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ADILSON SERGIO DE MELO, Operador de Máquinas (Readaptado), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 308/2020 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 06 de julho de 2020 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003 e Art. 4 do Decreto 5.909 de 24 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 06 de julho de 2020, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 22 de junho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6.961

Publicação Nº 2552285

PORTARIA Nº 6.961 DE 22 DE JUNHO DE 2020
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) FABIO JUNIOR ZANIN, Fiscal de Vigilância Sanitária, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 308/2020 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 06 de julho de 2020 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003 e Art. 4 do Decreto 5.909 de 24 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 06 de julho de 2020, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 22 de junho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6.975

Publicação Nº 2552289

PORTARIA Nº 6.975 DE 25 DE JUNHO DE 2020
"DESIGNA SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR as servidoras abaixo descritas para gerenciar a realização de despesas sob o regime de adiantamento correspondente a Prefeitura Municipal de Joaçaba, conforme memorando nº 119/2020 da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira.

- FRANCIANI ALICE RIZZI;
- JANE TEREZINHA BALBINOTE;
- LUCI TEREZINHA HEBERLE;
- MARIVANIA CARVALHO DA SILVA;
- PATRICIA DE OLIVEIRA COMIM.

Art. 2º - REVOGAM-SE as portarias nº 1.488 de 03 de outubro de 2017 e nº 3.088 de 30 de julho de 2018.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 25 de junho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6.976

Publicação Nº 2552295

PORTARIA 6.976 DE 29 DE JUNHO DE 2020
"DESIGNA SERVIDOR QUE ESPECÍFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o(a) Sr.(a). MICHEL CARLESSO AVILA, Secretário Municipal de Gestão Administrativa e Financeira / Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, para acompanhar e fiscalizar os Contratos Administrativos abaixo descritos, de acordo com o estabelecido no Artigo 67 da Lei 8.666/1993 e conforme memorando nº 127/2020 da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira.

- Contrato nº 85/2018/PMJ – Funoesc / Concurso Público;
- Contrato nº 173/2019/PMJ – Orbenk Serviços de Segurança Ltda / Serviços de vigilância prédio da Prefeitura;
- Contrato nº 174/2019/PMJ – CinCatarina / Projetos elétricos e fornecimento de luminárias de led para iluminação pública;

- Contrato nº 196/2020/PMJ – Caixa Econômica Federal / Folha de pagamento;
- Contrato nº 63/2018/PMJ TA 01 – Adservi Ltda – Serviços Gerais.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 04 de junho de 2020, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 29 de junho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6.977

Publicação Nº 2552298

PORTARIA Nº 6.977 DE 30 DE JUNHO DE 2020

“COLOCA A DISPOSIÇÃO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - COLOCAR A DISPOSIÇÃO do Ministério de Defesa Exército Brasileiro, Comando Militar do Sul 5ª Região – 5ª Divisão de Exército, Tiro de Guerra nº 05-008 (Joaçaba-SC), o(a) Servidor(a) Sr.(a) DIANA APARECIDA GOTARDO, Técnico de Administração, para prestar serviços junto aquele órgão de segunda a sexta-feira, conforme memorando nº 162/2020 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 01 de julho de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 30 de junho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6.978

Publicação Nº 2552301

PORTARIA Nº 6.978 DE 30 DE JUNHO DE 2020.

“TRANSFERE SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DA OUTRA PROVIDÊNCIAS”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - TRANSFERIR o(a) Servidor(a) Sr. DIEGO TONIAL, Advogado, com carga horária de 35 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde para a Procuradoria Geral do Município, atendendo, preferencialmente, as demandas oriundas da Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação, conforme solicitação da Procuradoria Geral do Município

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 01 de julho de 2020, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 30 de junho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6.979

Publicação Nº 2552306

PORTARIA Nº 6.979 DE 30 DE JUNHO DE 2020
"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR EM VIRTUDE DE SUA APOSENTADORIA, o(a) Senhor(a) ARMELINDA MACIEL DA ROZA do cargo de Auxiliar de Serviços Internos, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e n.º 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º – Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 34, Inciso IV da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 30 de junho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6.980

Publicação Nº 2552310

PORTARIA Nº 6.980 DE 30 DE JUNHO DE 2020
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) DANIELI APARECIDA MACIEL DA SILVA, Técnico em Enfermagem, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 308/2020 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 15 de outubro de 2017 a 14 de outubro de 2018 (12 dias) e de 15 de outubro de 2018 a 14 de outubro de 2019 (12 dias), por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 08 de julho de 2020 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003 e Art. 4 do Decreto 5.909 de 24 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 08 de julho de 2020, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 30 de junho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6.981

Publicação Nº 2552313

PORTARIA Nº 6.981 DE 30 DE JUNHO DE 2020
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) PAULO JOSE PALLA, Operador de Máquinas (Readaptado), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 308/2020 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 (12 dias), de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 (12 dias) e de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017 (12 dias), por um período de 36 (trinta e seis) dias, a partir de 09 de julho de 2020 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003 e Art. 4 do Decreto 5.909 de 24 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 09 de julho de 2020, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 30 de junho de 2020.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6.982

Publicação Nº 2552316

PORTARIA Nº 6.982 DE 30 DE JUNHO DE 2020
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) HELLEN CHRISTIAN WIEST DABROWSKI, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 299/2020 da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, referente ao período de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 13 de julho de 2020 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 13 de julho de 2020, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 30 de junho de 2020.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6.983

Publicação Nº 2552320

PORTARIA Nº 6.983 DE 01 DE JULHO DE 2020
"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de julho de 2020, o(a) Sr.(a) ALEXANDRE BRUNO MICHELIZZI, Assessor de Secretaria, nível CC-6, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 01 de julho de 2020.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N° 6.984

Publicação N° 2552322

PORTARIA N° 6.984 DE 01 DE JULHO DE 2020

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, a partir de 01 de julho de 2020, o contrato de trabalho do(a) Senhor(a) ANDREIA MARIA BERNARDT, Profissional de Educação Física, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Superintendência de Esportes, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º, § 1º I da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e 343 de 08 de junho de 2017 e em virtude de sua aprovação em 05º lugar no edital de Teste Seletivo nº 003/2018 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 01 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N° 6.985

Publicação N° 2552335

PORTARIA N° 6.985 DE 01 DE JULHO DE 2020

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, a partir de 01 de julho de 2020, o contrato de trabalho do(a) Senhor(a) JEAN MARIANO, Auxiliar de Serviços Externos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Superintendência de Esportes, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º, § 1º I da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e 343 de 08 de junho de 2017 e em virtude de sua aprovação em 02º lugar no edital de Teste Seletivo nº 003/2018 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 01 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N° 6.986

Publicação N° 2552339

PORTARIA N° 6.986 DE 01 DE JULHO DE 2020

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) NINA ROSA BELLO, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 195/2020 da Secretaria Municipal de Educação, referente ao período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2019 (66 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 13 de julho de 2020 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003, Art. 59-A da Lei Complementar nº 287 de 19 de dezembro de 2014 e Art. 4 do Decreto 5.909 de 24 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 13 de julho de 2020, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 01 de julho de 2020.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6.987

Publicação Nº 2552347

PORTARIA Nº 6.987 DE 01 DE JULHO DE 2020
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) NATHALIA COSTENARO MASCARELLO, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 163/2020 da Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período de 13 de maio de 2017 a 12 de maio de 2018 (12 dias) e de 13 de maio de 2018 a 12 de maio de 2019 (12 dias), por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 06 de julho de 2020 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003 e Art. 4 do Decreto 5.909 de 24 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 06 de julho de 2020, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 01 de julho de 2020.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6.988

Publicação Nº 2552360

PORTARIA Nº 6.988 DE 01 DE JULHO DE 2020
"PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO, até 24 de outubro de 2020, do(a) Servidor(a) VALDEMIR JOSÉ FELIX, Técnico de Administração, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e alterações, em função da classificação em 35º lugar no edital de processo seletivo n.º 004/2017 da Prefeitura Municipal de Joaçaba, conforme memorando nº 319/2020 da Secretaria Municipal de Saúde e Parecer Jurídico.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 30 de junho de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 01 de julho de 2020.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6.989

Publicação Nº 2552366

PORTARIA 6.989 DE 01 DE JULHO DE 2020
"DESIGNA SERVIDORES QUE ESPECÍFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o(a) Sr(a). INGRID VANESSA STOCK, Assistente Social, para acompanhar e fiscalizar o Processo de Licitação nº 64/2019/PMJ – Pregão Presencial nº 42/2019/PMJ, em substituição a servidora Diana Aparecida Gotardo, de acordo com o estabelecido no Artigo 67

da Lei 8.666/1993 e conforme memorando nº 169/2020 da Secretaria Municipal de Assistência Social;

Art. 2º DESIGNAR o(a) Sr(a). JAQUELINE CORREA BOTTIN, Conselheira Tutelar, para acompanhar e fiscalizar o Processo de Licitação nº 64/2019/PMJ – Pregão Presencial nº 42/2019/PMJ, em substituição a servidora Denise Azevedo Kruhs, de acordo com o estabelecido no Artigo 67 da Lei 8.666/1993 e conforme memorando nº 169/2020 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 30 de junho de 2020, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 01 de julho de 2020.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6.990

Publicação Nº 2552367

PORTARIA Nº 6.990 DE 01 DE JULHO DE 2020
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr(a) KATIA TERESINHA LAMB VIER, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 208/2020 da Secretaria Municipal de Educação, referente ao período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2019 (90 dias), por um período de 30 (trinta) dias, a partir de 06 de julho de 2020 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003, Art. 59-A da Lei Complementar nº 287 de 19 de dezembro de 2014 e Art. 4 do Decreto 5.909 de 24 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 06 de julho de 2020, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 01 de julho de 2020.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6.991

Publicação Nº 2552370

PORTARIA Nº 6.991 DE 01 DE JULHO DE 2020
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr(a) JULIANA ARNUTI, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 208/2020 da Secretaria Municipal de Educação, referente ao período de 15 de abril de 2015 a 14 de abril de 2020 (90 dias), por um período de 30 (trinta) dias, a partir de 06 de julho de 2020 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003, Art. 59-A da Lei Complementar nº 287 de 19 de dezembro de 2014 e Art. 4 do Decreto 5.909 de 24 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 06 de julho de 2020, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 01 de julho de 2020.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6.992

Publicação Nº 2552372

PORTARIA Nº 6.992 DE 01 DE JULHO DE 2020

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) GISLAINE GASPARETO BARCELLA, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 208/2020 da Secretaria Municipal de Educação, referente ao período de 17 de fevereiro de 2003 a 31 de dezembro de 2003 (15 dias), por um período de 15 (quinze) dias, a partir de 06 de julho de 2020 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003, Art. 59-A da Lei Complementar nº 287 de 19 de dezembro de 2014 e Art. 4 do Decreto 5.909 de 24 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 06 de julho de 2020, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 01 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6.993

Publicação Nº 2552375

PORTARIA Nº 6.993 DE 01 DE JULHO DE 2020

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) DIRLANE DA SILVA, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 208/2020 da Secretaria Municipal de Educação, referente ao período de 13 de maio de 2002 a 31 de dezembro de 2003 (18 dias), por um período de 18 (dezoito) dias, a partir de 06 de julho de 2020 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003, Art. 59-A da Lei Complementar nº 287 de 19 de dezembro de 2014 e Art. 4 do Decreto 5.909 de 24 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 06 de julho de 2020, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 01 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6.994

Publicação Nº 2552378

PORTARIA Nº 6.994 DE 01 DE JULHO DE 2020

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) EDIVANI BIZOGNIN, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 208/2020 da Secretaria Municipal de Educação, referente ao período de 13 de maio de 2002 a 31 de dezembro de 2003 (18 dias), por um período de 18 (dezoito) dias, a partir de 06 de julho de 2020 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003, Art. 59-A da Lei Complementar nº 287 de 19 de dezembro de 2014 e Art. 4 do Decreto 5.909 de 24 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 06 de julho de 2020, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 01 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6.995

Publicação Nº 2552379

PORTARIA Nº 6.995 DE 01 DE JULHO DE 2020
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ROSIMERI SALETE CHIAMULERA, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 208/2020 da Secretaria Municipal de Educação, referente ao período de 01 de março de 2003 a 31 de dezembro de 2003 (22 dias), por um período de 22 (vinte e dois) dias, a partir de 06 de julho de 2020 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003, Art. 59-A da Lei Complementar nº 287 de 19 de dezembro de 2014 e Art. 4 do Decreto 5.909 de 24 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 06 de julho de 2020, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 01 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6.996

Publicação Nº 2552380

PORTARIA Nº 6.996 DE 01 DE JULHO DE 2020
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) CLEUNICE TERESINHA SANTOS AARÃO, Professor Pós Graduado Nível I, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 208/2020 da Secretaria Municipal de Educação, referente ao período de 02 de fevereiro de 2001 a 31 de dezembro de 2003 (08 dias), por um período de 08 (oito) dias, a partir de 06 de julho de 2020 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003, Art. 59-A da Lei Complementar nº 287 de 19 de dezembro de 2014 e Art. 4 do Decreto 5.909 de 24 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 06 de julho de 2020, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 01 de julho de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6.997

Publicação Nº 2552381

PORTARIA Nº 6.997 DE 01 DE JULHO DE 2020
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) CLARICE MARIA PECCIN ENDERLE, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 208/2020 da Secretaria Municipal de Educação, referente ao período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2019 (20 dias), por um período de 20 (vinte) dias, a partir de 06 de julho de 2020 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003, Art. 59-A da Lei Complementar nº 287 de 19 de dezembro de 2014 e Art. 4 do Decreto 5.909 de 24 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 06 de julho de 2020, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 01 de julho de 2020.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N° 6.998

Publicação N° 2552384

PORTARIA N° 6.998 DE 01 DE JULHO DE 2020
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) MARISETE VINGLA DE MATOS SCHALY, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 208/2020 da Secretaria Municipal de Educação, referente ao período de 15 de abril de 2002 a 31 de dezembro de 2003 (5 dias), por um período de 5 (cinco) dias, a partir de 27 de julho de 2020 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003, Art. 59-A da Lei Complementar nº 287 de 19 de dezembro de 2014 e Art. 4 do Decreto 5.909 de 24 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 27 de julho de 2020, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 01 de julho de 2020.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

48 A 56/2020 PMJ

Publicação Nº 2552654

Página: 1 / 11
Data: 02/07/2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Atas de Registro de Preços por Processo



Número Registro de Preço: 48/2020 Data do Registro : 02/07/2020 Válido até : 02/07/2021
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos e hidrossanitários, destinados ao consumo e manutenção dos serviços ofertados pela Secretaria Municipal de Educação e pelos demais órgãos participantes.

Item / Especificação	Marca	Quantidade	% / Valor
BERLIN DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA.			
29 DISJUNTOR DIN MONOFASICO CURVA C 50 A	lukma	160	5,72
64 PLACA CEGA 4X4 BRANCA	veltra	260	2,29
Valor Total:			1.510,60



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
 Atas de Registro de Preços por Processo

Página: 2 / 11
 Data: 02/07/2020

Número Registro de Preço: 49/2020 Data do Registro : 02/07/2020 Válido até : 02/07/2021

Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos e hidrossanitários, destinados ao consumo e manutenção dos serviços ofertados pela Secretaria Municipal de Educação e pelos demais órgãos participantes.

Item / Especificação	Marca	Quantidade	% / Valor
Celentrosul Com. dist. mat. eletricos Ltda			
2 ABRACADEIRA TIPO U GALVANIZADA 1.1/2	TRAMONTINA 56137/006	300	0,30
3 ABRACADEIRA TIPO U GALVANIZADA 1.1/4	TRAMONTINA 56137/005	300	0,30
4 ABRACADEIRA TIPO U GALVANIZADA 1/2	TRAMONTINA 56137/002	550	0,10
6 Balizador sobrepor externo com grade oval 35 cm	CONDULAI 5211	65	55,00
33 FITA DUPLA FACE 12x1.5 MT TRANSPARENTE	WORKER ESPUMA	64	4,00
36 HASTE TERRA COBRE 5/8 14,28 MM 2,40 MT	OLIVO IH-758	60	20,00
51 Lâmpada tubular LED T8 6500K 40WT	BLUMENAU 041811006	2200	15,00
58 Luminária LED refletor retangular bivolt luz verde 50W	XL POWER RSPM-50W BF	54	55,00
61 LUVÁ SISTEMA X BRANCA	TRAMONTINA 57300/045	220	0,50
72 Refletor LED holofote 500W 6.500K - branco	XL POWER R-500 WBF	62	400,00
76 Serra bimetal amarela – 12”	THOMPSON 2457	1145	1,20
77 Silicone acético - bisnaga 50gr - veda calha	KALA 50GR	164	3,00
79 Te 90 Sistema X	TRAMONTINA 57300/044	476	0,50
Valor Total:			68.250,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
 Atas de Registro de Preços por Processo

Página: 3 / 11
 Data: 02/07/2020

Número Registro de Preço: 50/2020 **Data do Registro :** 02/07/2020 **Válido até :** 02/07/2021
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos e hidrossanitários, destinados ao consumo e manutenção dos serviços ofertados pela Secretaria Municipal de Educação e pelos demais órgãos participantes.

Item / Especificação	Marca	Quantidade	% / Valor
CINCA COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE FERRAMENTAS			
1 ABRACADEIRA TIPO U GALVANIZADA 1	Thelmar	350	0,22
5 ABRACADEIRA TIPO U GALVANIZADA 3/4	Thelmar	550	0,12
8 CABO FLEXIVEL 1,5 MM AZUL	tekfio	450	0,42
9 Cabo flexivel 1,5 mm Preto	tekfio	450	0,42
18 CAIXA DE LUZ 4x2 EMBUTIR REFORÇADA	brasipla	130	0,52
19 Canaleta com fita adesiva 20x10 - sem divisória - branca	Ilumi	950	3,35
22 Cotovelo 90 - Sistema X - esquerda/direita - branco	ILUMI	470	0,49
23 COTOVELO EXTERNO SISTEMA X BRANCO	ILUMI	470	0,48
24 COTOVELO INTERNO SISTEMA X BRANCO	ILUMI	470	0,46
38 Interruptor + Tomada de sobrepor - 10 A	ilumi	360	4,40
40 Interruptor simples + Tomada de embutir - 10 A - 4 x 2 - branco	ilumi	470	4,29
45 INTERRUPTOR SIMPLES SISTEMA X BRANCO	ilumi	145	4,20
65 PLUGUE FEMEA 2P +T 10 AMP. BRANCO	ilumi	304	1,90
66 PLUGUE FEMEA 2P +T 20 AMP. BRANCO	ilumi	184	3,00
108 Joelho 90 20 mm	KRONA	600	0,18
110 Joelho 90 esgoto 100 mm	KRONA	155	2,45
122 Junção simples 75 mm	KRONA	145	7,77
141 Luva PVC soldável 50 mm	KRONA	280	1,80
Valor Total:			11.900,50

Página: 4 / 11
Data: 02/07/2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Atas de Registro de Preços por Processo



Número Registro de Preço: 51/2020

Data do Registro: 02/07/2020

Válido até: 02/07/2021

Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos e hidrossanitários, destinados ao consumo e manutenção dos serviços ofertados pela Secretaria Municipal de Educação e pelos demais órgãos participantes.

Item / Especificação	Marca	Quantidade	% / Valor
ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA			
27 DISJUNTOR DIN MONOFASICO CURVA C 16 AMP.	SOPRANO	170	4,62
28 DISJUNTOR DIN MONOFASICO CURVA C 32 A	SOPRANO	180	4,62
34 FITA ISOLANTE ALTA FUSAO 10 MT	DECORLUX	35	11,30
37 Interruptor + Tomada de embutir - 10 A	PLUZIE	430	6,80
39 Interruptor simples + Tomada 2P + T - 10 A - 4 x 2 - branco	PLUZIE	270	6,80
42 Interruptor simples + Tomada 20 A - 4 x 2 - de embutir - branco	PLUZIE	320	7,50
44 Interruptor simples 10 A - 4 x 2 - branco	PLUZIE	270	3,30
63 PLACA CEGA 4x2 BRANCA	PLUZIE	310	1,20
67 PLUGUE MACHO 2P + T 20 AMP. BRANCO	VOLTIM	184	2,90
73 Sensor de presença de teto de sobrepor	QUALITRONIX	164	27,00
80 Tomada 2P + T 10 A dupla - 4 x 2 - branca	PLUZIE	475	6,00
81 Tomada 2P + T 10 A - 4 x 2 - simples - branca	PLUZIE	375	2,60
82 Tomada 2P + T 20 A - 4 x 2 - simples - branca	PLUZIE	225	3,00
83 Tomada 2P + T 20 A - Sistema X - branca	PLUZIE	145	6,00
86 TOMADA SIMPLES 2P + T 10 AMP. SISTEMA X - BRANCA	PLUZIE	230	4,65
88 TOMADA TELEFONE RJ11 SISTEMA X - BRANCA	PLUZIE	100	5,95
100 Bolsa de ligação para vaso sanitário 1.1/2	LUCONI	50	1,52
103 Engate flexível PVC 1/2" x 30 cm	KRONA	240	1,90
104 Engate flexível PVC 1/2" x 40 cm	KRONA	270	1,82
105 Engate flexível PVC 1/2" x 60 cm	KRONA	240	2,90
119 Junção simples 100 mm	KRONA	145	8,90
120 Junção simples 40 mm	KRONA	145	1,30
121 Junção simples 50 mm	KRONA	145	3,95
132 LUVA ESGOTO 100 MM	KRONA	360	2,35
134 Luva esgoto 40 mm	KRONA	110	0,50
162 Te soldável 50 mm	KRONA	95	3,80
169 Tubo de ligação ajustável com espude para vaso sanitário PVC branco 25 cm	ASTRA	390	8,00
179 Tubo soldável 50 mm	KRONA	280	8,00

Página: 5 / 11
Data: 02/07/2020

Valor Total: 32.824,75

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Atas de Registro de Preços por Processo



Página: 6 / 11
Data: 02/07/2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Atas de Registro de Preços por Processo



Número Registro de Preço: 52/2020 **Data do Registro :** 02/07/2020 **Válido até :** 02/07/2021
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos e hidrossanitários, destinados ao consumo e manutenção dos serviços ofertados pela Secretaria Municipal de Educação e pelos demais órgãos participantes.

Item / Especificação	Marca	Quantidade	% / Valor
ENERGIZA INSTALACOES ELETRICAS LTDA			
53 Lâmpada Vapor Metálico 400W	ourolux	305	30,00
62 ORGANIZADOR DE FIOS ½ BRANCO - COM 50 MTS	manplex	13	154,00
92 Alicates bomba da água 10 polegadas - uso profissional – cabo emborrachado – mínimo de 16 níveis de encaixe	wurth	16	43,40
111 Joelho 90 esgoto 150 mm	plastilit	135	18,20
123 Lixa amarela 100	alcar	450	2,80
124 Lixa amarela 150	alcar	450	2,66
125 Lixa amarela 80	alcar	450	2,42
139 Luva PVC soldável 32 mm	tigre	265	0,98
146 Reparo caixa acoplada LOGASA universal	censi	185	82,00
156 Tampão para cano PVC 40 mm	tigre	50	1,54
157 Tampão para cano PVC 50 mm	tigre	50	2,24
172 Tubo esgoto 150 mm	plastilit	180	18,62
173 TUBO ESGOTO 40 MM	plastilit	670	2,38
181 Válvula para lavatório com unho sem ladrão	leão	75	14,66
Valor Total:			39.513,80

Página: 7 / 11
Data: 02/07/2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Atas de Registro de Preços por Processo



Número Registro de Preço: 53/2020 Data do Registro: 02/07/2020 Válido até: 02/07/2021
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos e hidrossanitários, destinados ao consumo e manutenção dos serviços ofertados pela Secretaria Municipal de Educação e pelos demais órgãos participantes.

Item / Especificação	Marca	Quantidade	% / Valor
JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT			
7 Bocal tipo plafon e/27	demi	330	1,95
10 CABO FLEXIVEL 10,0 MM	tekfio	900	3,00
14 CABO FLEXIVEL 4,0 MM	ultraflex	750	1,28
15 CABO FLEXIVEL 6,0 MM	ultraflex	850	1,65
16 CABO PP PRETO 2x1,5 MM	tekfio	900	1,53
20 CONDUITE/ELETRODUTO CORRUGADO SUPER REFORÇADO 3/4 - ROLO COM 50 M	bruspet	12	33,80
21 CONECTOR PARA HASTE 5/8 TERRA	olivo	90	1,69
30 FIO PARALELO 2x4 MM	uniflex	600	1,76
31 FIO PARALELO BRANCO 2x1,5 MM	uniflex	600	0,85
32 FIO PARALELO BRANCO 2x2,5 MM	uniflex	600	1,11
35 FITA ISOLANTE 19MMx20M	decorlux	384	3,05
41 Interruptor simples + Tomada 10 A - 4 x 2 - de sobrepor - branco	meconic	420	6,83
43 Interruptor simples + Tomada 20 A - 4 x 2 - de sobrepor - branco	ilumi	270	8,45
46 LAMPADA LED A60 BULBO 7 WT 6500K	lumanti	420	4,29
47 LAMPADA LED A60 BULBO 9 WT 6500K	lumanti	440	4,29
48 Lâmpada LED A70 Bulbo 15 WT 6500K	lumanti	420	7,54
49 LÂMPADA MISTA A 500 W BOCAL E-40	kian	305	28,00
50 Lâmpada tubular LED T8 6500K 20WT	kian	200	10,00
54 Luminária de teto LED de sobrepor retangular 18W	lumanti	62	17,49
55 Luminária High Bay 50W LED bivolt industrial galpão/ginásio - 6000K - branca	valepinho	200	126,10
56 Luminária lâmpada LED 2x18 sobrepor - branca	lumanti	210	25,50
57 Luminária LED refletor retangular bivolt luz branca 30W	jvled	58	36,70
68 PLUGUE MACHO 2P 10 AMP. COLORIDO	ilumi	270	1,75
69 REATOR SODIO METALICO 250W	nsk	555	40,00
70 Reator sódio metálico 400 W	nsk	102	50,00
71 RECEPTACULO TERMINAL CEBOLINHA PARA LÂMPADA FLUORESCENTE	decorlux	170	0,55
75 Sensor de presença para iluminação 360° de teto	qualitronix	157	29,90
87 Tomada telefone RJ 11 - 4 x 2 - branca	ilumi	80	2,44

Página: 8 / 11
Data: 02/07/2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Atas de Registro de Preços por Processo



89	Tomada Tripla 10 A (régua p/ extensão) 2P+T Tripolar - preta	inteneed	56	7,80
90	Tomada Tripla 20 A (régua p/ extensão) 2P+T Tripolar - preta	inteneed	60	7,80
99	Assento/tampo para vaso sanitário universal branco	alumasa	377	11,96
101	Cilindro para fechadura SOPRANO (para porta de ferro)	pillar	70	12,20
102	Cilindro para fechadura SOPRANO	pillar	70	12,20
118	Joelho 90 soldável 50 mm	plastilit	145	1,87
127	Luva de correr 150 mm	plastilit	90	11,06
135	LUVA ESGOTO 50 MM	plastilit	110	1,13
137	Luva PVC soldável 20 mm	plastilit	350	0,20
138	LUVA PVC SOLDÁVEL 25 MM	plastilit	350	0,25
140	Luva PVC soldável 40 mm	plastilit	280	1,61
142	Luva PVC soldável LR 20x1/2"	plastilit	300	0,55
143	Luva PVC soldável LR 25x1/2"	plastilit	200	0,67
145	Registro esfera soldável PVC 20 mm	liege	175	2,51
147	Reparo válvula de descarga DOCOL 1 1/2	blukit	130	28,75
148	Reparo válvula de descarga DOCOL 1 1/4	blukit	130	27,95
149	Sifão sanfonado 60 cm	liege	484	3,10
150	Sifão sanfonado duplo	liege	135	7,32
151	Silicone branco a base de água - 280 gr	kala	64	11,05
154	Tampão para cano PVC 100 mm	plastilit	45	4,58
158	Te soldável 20 mm	plastilit	230	0,25
159	Te soldável 25 mm	plastilit	230	0,40
165	Torneira de metal automática para lavatório	fauzi	120	48,10
171	TUBO ESGOTO 100 MM	lo tubos	1250	5,80
174	TUBO ESGOTO 50 MM	lo tubos	670	3,58
175	TUBO ESGOTO 75 MM	lo tubos	530	4,68
176	Tubo soldável 20 mm	plastilit	900	1,72
177	Tubo soldável 25 mm	plastilit	720	1,96
178	Tubo soldável 40 mm	plastilit	220	5,50
Valor Total:			142.985,40	

Página: 9 / 11
Data: 02/07/2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Atas de Registro de Preços por Processo



Número Registro de Preço: **54/2020** Data do Registro : **02/07/2020** Válido até : **02/07/2021**
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos e hidrossanitários, destinados ao consumo e manutenção dos serviços ofertados pela Secretaria Municipal de Educação e pelos demais órgãos participantes.

Item / Especificação	Marca	Quantidade	% / Valor
Navodap - Comércio de Materiais Hidráulicos Eireli			
93 Anel de borracha 100 mm	GIBABOR	470	0,56
95 Anel de borracha 40 mm	GIBABOR	205	0,36
96 Anel de borracha 50 mm	GIBABOR	255	0,50
97 Anel de borracha 75 mm	GIBABOR	205	0,82
106 Fita veda rosca 18 mm x 25 m	MULTIFITA	437	1,50
109 Joelho 90 25 mm	PLASTILIT	600	0,22
112 Joelho 90 esgoto 40 mm	PLASTILIT	200	0,48
113 Joelho 90 esgoto 50 mm	PLASTILIT	200	0,96
115 Joelho 90 soldável 20 mm	PLASTILIT	225	0,17
116 Joelho 90 soldável 25 mm	PLASTILIT	225	0,22
130 Luva de correr 40 mm	PLASTILIT	100	6,28
131 Luva de correr 50 mm	PLASTILIT	100	9,76
144 Pasta lubrificante 400 gr	GIENEX	30	8,00
155 Tampão para cano PVC 20 mm	PLASTILIT	50	0,50
Valor Total:			3.664,85



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
 Atas de Registro de Preços por Processo

Página: 10 / 11
 Data: 02/07/2020

Número Registro de Preço: **55/2020**

Data do Registro : **02/07/2020**

Válido até : **02/07/2021**

Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos e hidrossanitários, destinados ao consumo e manutenção dos serviços ofertados pela Secretaria Municipal de Educação e pelos demais órgãos participantes.

Item / Especificação	Marca	Quantidade	% / Valor
SO LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULICOS			
11 CABO FLEXIVEL 2.5 MM AZUL	AUTOFLEX	1400	0,70
12 CABO FLEXIVEL 2.5 MM PRETO	AUTOFLEX	1400	0,70
13 CABO FLEXIVEL 2.5 MM VERDE	AUTOFLEX	1000	0,70
17 CABO PP PRETO 2x2,5 MM	AUTOFLEX	900	2,25
25 Disjuntor DIN Bifásico Curva C 32 A	TRAMONTINA	110	16,69
26 Disjuntor DIN Bifásico Curva C 50 A	TRAMONTINA	100	16,79
52 LAMPADA VAPOR METÁLICO 250W	EMPALUX	555	26,69
59 Luminária luz de emergência 30 LEDs bivolt	BLUMENAU	70	11,80
60 Luminária placa sinalização saída emergência face simples	BLUMENAU	65	39,90
74 Sensor de presença frontal interno de sobrepor	QUALITRONIX	151	25,20
78 Silicone acético incolor - 280 ml	UNIPEGA	70	9,90
84 Tomada informática RJ 45 - 4 x 2	TRAMONTINA	150	10,40
85 Tomada RJ 45 - Sistema X - branca	TRAMONTINA	115	11,90
98 Anel de vedação para vaso sanitário - 100 mm	BLUKI	420	4,49
107 Haste para chuveiro 37 cm - branco	HERC	37	2,99
163 Tela arame galvanizado 2,00 x 1,00 7" fio 14 mm	TIDAO	1100	21,43
164 Tela soldada alambreado PVC 1,5 m altura	TIDAO	900	25,96
166 Torneira de metal de bancada de cozinha 1/2", com abertura em 3/4 de volta	VIT	95	42,00
167 Torneira de metal de parede de cozinha 1/2", com abertura em 3/4 de volta	VIT	95	42,00
168 Torneira de PVC para jardim 1/2"	HERC	285	1,72
170 Tubo descida p/ caixa de descarga externa 1,60m	ALUMASA	70	6,70
180 Válvula automática para micróbio - metal	BLUKIT	30	76,99
Valor Total:			94.041,38

Página: 11 / 11
Data: 02/07/2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Atas de Registro de Preços por Processo



Número Registro de Preço: **56/2020** Data do Registro: **02/07/2020** Válido até: **02/07/2021**
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos e hidrossanitários, destinados ao consumo e manutenção dos serviços ofertados pela Secretaria Municipal de Educação e pelos demais órgãos participantes.

Item / Especificação	Marca	Quantidade	% / Valor
TALENTOS D AGUA REPRESENTACAO PROJETOS ASSESSORIA LTDA			
91 Adesivo para PVC com pincel – 175 gr	PISAFIX	145	5,58
94 Anel de borracha 150 mm	VDA	100	1,98
114 Joelho 90 esgoto 75 mm	PLASTUBOS	180	2,37
117 Joelho 90 soldável 32 mm	PLASTUBOS	145	0,95
126 Luva de correr 100 mm	TIGRE	100	6,49
128 Luva de correr 20 mm	TIGRE	100	3,24
129 Luva de correr 25 mm	TIGRE	100	3,89
133 Luva esgoto 150 mm	TIGRE	145	10,90
136 LUVAS ESGOTO 75 MM	TIGRE	110	2,65
152 Tampão com rosca externa 1/2"	TIGRE	95	0,37
153 Tampão com rosca interna 1/2"	TIGRE	95	0,55
160 Te soldável 32 mm	PLASTUBOS	95	1,99
161 Te soldável 40 mm	TIGRE	95	4,10
182 Tampão com rosca externa 1/4"	TIGRE	95	0,99
183 Tampão com rosca interna 1/4"	TIGRE	95	1,59
Valor Total:			5.716,50

CÂMARA MUNICIPAL**ATO CONVOCATÓRIO 02/2020_WAGNER**

Publicação Nº 2551872

ATO CONVOCATÓRIO

JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO, Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba-SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no disposto no art. 37 da Constituição Federal, na Legislações Estadual e Municipal em vigor, bem como considerando a homologação do Resultado Final do Processo Seletivo realizado através do Edital nº 001/2020, CONVOCA o Sr. WAGNER AUGUSTO BOESING para apresentar-se na Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba, no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento deste, munido dos documentos abaixo relacionados para assumir, por tempo determinado, o cargo de Analista de Compras e Licitações:

- | |
|---|
| 1. Cópia C.P.F. (fotocopia autenticada) |
| 2. Cópia Carteira de Identidade (fotocopia autenticada) |
| 3. Carteira de Trabalho |
| 3. Fotocópia do PIS/PASEP |
| 4. Cópia Certidão de Nascimento ou Casamento (fotocopia autenticada) |
| 5. Cópia Título de Eleitor (fotocopia autenticada) c/comprovante última eleição |
| 6. Cópia Certificado de Reservista (para o sexo masculino) |
| 7. Cópia Comprovante de Escolaridade exigido para o cargo |
| 8. Comprovante de Residência |
| 9. Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (cópia completa) ou declaração com relação dos bens móveis e imóveis |
| 10. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável; |
| 11. Declaração de não acumulação de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, vedados em Lei; |
| 12. Certidões referentes a ficha limpa (www.trf4.gov.br ; www.tre.sc.gov.br ; www.tjsc.jus.br) |
| 13. 1 (uma) foto colorida ¾ (atual) |
| 14. Cópia da Certidão de filhos menores de 14 anos (fotocopia autenticada) |

Caso não haja interesse em tomar posse do cargo para o qual foi classificado em processo Seletivo, deve o aprovado subscrever correspondência, dizendo de sua desistência, enviando a mesma aos cuidados do Setor de Pessoal da Câmara De Vereadores de Joaçaba.

Joaçaba, 06 de Julho de 2020.

José Otávio Caliari Filho

Presidente

Publicação Nº 2551878

Página: 1/ 2
Data de emissão: 03/07/2020
Exercício de 2020
Período de: Junho à Junho
Despesa: Paga

JOSÉ OTÁVIO CALLIARI FILHO

LEANDRO SARTORI

CRISTIANE MARIA DENARDI

MARCIO ROBERTO PICCOLI

Presidente

Controlador Interno

Analista de Compras e Licitações

Contador CRCSC 025688/O

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**ATA TOMADA DE PREÇOS 0003/2020 - SIMAE**

Publicação Nº 2551573



Rua Tiradentes, 123 - Centro - Joaçaba - SC
CEP: 89600-000 CNPJ: 84.591.890/0001-43 Telefone: (49) 3551-8200
Site: <http://www.simae.sc.gov.br>

Página: 1 / 1

Data: 06/07/2020

66781

ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO : 28/2020

Aos seis dias do mês de julho de dois mil e vinte (06/07/2020), às nove horas, no auditório do Simae, sito na Rua Tiradentes, nº 123, Centro, em Joaçaba, SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação do Simae de Joaçaba, designada pela Portaria n.º JHL-557/2019, de 26/12/2019, sob a presidência de Wilian Sartor Sganzerla, Vice-Presidente, estando presentes os membros Alessandra Marcon Zanchetta e Graciela Pratto, para retomada do julgamento das propostas de preços da Tomada de Preços JHL 0003/2020 - Licitação 0028/2020, destinada à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA: 1) EXECUÇÃO DE IMPLANTAÇÃO DE ADUTORA E REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA TRATADA NA AV. XV DE NOVEMBRO, AV. RIO BRANCO, RUA CEL. ARTUR PEREIRA, RUA DUQUE DE CAXIAS E RUA MANOEL ANTÔNIO PEREZ, NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA/SC; 2) EXECUÇÃO DE IMPLANTAÇÃO DE REDE COLETORA DE ESGOTO E REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA NAS RUAS ALBERTO CARLOS SACCOL, LUIS MOTTA E SANTA MARTA, NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA/SC; 3) EXECUÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA TRATADA NA AV. AYRTON SENNA DA SILVA, RUA TANCREDO NEVES E WALDOMIRO DE MARÇO, EM JOAÇABA/SC, após a empresa Sul Vale Construtora de Obras Eireli EPP ter apresentado nova proposta. Abertos os trabalhos, o Senhor Vice-Presidente em prosseguimento, passou à abertura e a análise da nova proposta do envelope Proposta de Preços da empresa Sul Vale Construtora de Obras Eireli EPP. Em virtude de os valores unitários apresentados pela empresa Sul Vale Construtora de Obras Eireli EPP estarem com mais de duas casas decimais, foi realizado o devido arredondamento para duas casas decimais, sendo recalculado o valor total. Da análise e exame da proposta, à vista das exigências constantes do Edital, a Comissão deliberou 1) classificar no lote 01: em primeiro lugar a empresa: Construções Herval: R\$ 331.290,21 (trezentos e trinta e um mil, duzentos e noventa reais e vinte e um centavos); em segundo lugar Viga Pavimentação e Obras Ltda: R\$ 344.522,37 (trezentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e vinte e dois reais e trinta e sete centavos); 2) classificar no lote 02: em primeiro lugar a empresa: Sul Vale Construtora de Obras Eireli EPP: R\$ 289.662,92 (duzentos e oitenta e nove mil, seiscentos e sessenta e dois reais e noventa e dois centavos); em segundo lugar: Construções Herval Ltda: R\$ 289.984,97 (duzentos e oitenta e nove mil, novecentos e oitenta e quatro reais e noventa e sete centavos) e em terceiro lugar Viga Pavimentação e Obras Ltda: R\$ 321.741,09 (trezentos e vinte e um mil, setecentos e quarenta e um reais e nove centavos); 3) classificar no lote 03: em primeiro lugar a empresa: Sul Vale Construtora de Obras Eireli EPP: R\$ 164.077,25 (cento e sessenta e quatro mil, setenta e sete reais e vinte e cinco centavos); em segundo lugar: Construções Herval Ltda: R\$ 164.147,57 (cento e sessenta e quatro mil, cento e quarenta e sete reais e cinquenta e sete centavos) e em terceiro lugar Viga Pavimentação e Obras Ltda: R\$ 187.816,56 (cento e oitenta e sete mil, oitocentos e dezesseis reais e cinquenta e seis centavos); 3) desclassificar no lote 01 empresa Sul Vale Construtora de Obras Eireli EPP, pois os quantitativos e os valores dos itens 3, 3.1 e 3.2 estão acima do estabelecido no Edital em desacordo com o estabelecido no item 8.1, alínea "d1", bem como não está identificado na planilha orçamentária os valores de mão de obra e materiais conforme estabelecido no item 8.1, alínea "d5"; 4) O critério para a classificação da proposta foi o menor preço por lote, após verificada a sua compatibilidade com o preço máximo estabelecido no Edital; 5) Que das decisões contidas nesta ata as licitantes participantes, querendo, têm prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso a contar da publicação do ato no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, conforme item 11.2 do Edital. Em nada mais havendo, o Senhor Vice-Presidente encerrou a sessão, e eu, Alessandra Marcon Zanchetta, lavrei a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes.

Wilian Sartor Sganzerla
Presidente da CPL

Alessandra Marcon Zanchetta
Vogal da CPL

Graciela Pratto
Vogal da CPL

José Boiteux**PREFEITURA****308/2020**

Publicação N° 2551278

PORTARIA N° 308, de 04 de maio de 2020.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.
RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) LEONETE JUNGLOS, relativas ao período aquisitivo de 05/02/2020 a 04/02/2021, que serão usufruídas no período de 04/05/2020 a 18/05/2020 (15 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 04 de maio de 2020.
JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

LEI 1182 DE 2020

Publicação N° 2551910

Lei nº 1.182, de 13 de maio de 2020.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE FOMENTO NA FORMA DA LEI FEDERAL N° 13.019 DE 31 DE JULHO DE 2014, COM A ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE IBIRAMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Jonas Pudewell, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina.

Faço Saber a todos Habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Termo de Fomento com a Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Ibirama, sociedade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº. 83.783.340/0001-63, com sede na Rua 25 de Julho, 1113, Ibirama/SC, nos termos da Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014, para a execução

Art. 2º O Termo de Fomento a ser firmado terá por objeto a união de esforços no sentido de proporcionar a manutenção da entidade, propiciando atendimento à população de José Boiteux, nos serviços de combate a incêndios, busca e salvamento, prestação de socorro em casos de inundações, desabamentos, catástrofes e calamidades públicas, entre outros, conforme anexo.

Art. 3º O Termo de Fomento terá sua vigência até dia 31/12/2020.

Art. 4º Para execução do Termo a que se refere a presente Lei, o Município repassará ao Corpo de Bombeiros Voluntários de Ibirama o valor de até R\$14.000,00 (quatorze mil reais) anuais e serão repassados a entidade de acordo com o Plano de Aplicação proposto no Plano de Trabalho apresentado.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta lei, correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no órgão oficial de divulgação dos atos do município, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 13 de maio de 2020.

Jonas Pudewell
Prefeito Municipal

LEI 1183 DE 2020

Publicação Nº 2551916

Lei nº 1.183, de 24 de junho de 2020.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

Jonas Pudewell, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina.

Faço Saber a todos Habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular a importância de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo discriminada:

03	Secretaria de Planejamento Administração e Finanças	
001	Secretaria de Planejamento Administração e Finanças	
0004.0122.0301.2006	Realização de Festas e Eventos	
34490000000000000000	Aplicações diretas	
01000000	Recursos Ordinários	R\$200.000,00
07	Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos	
001	Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos	
0026.0782.0701.1006	Reurbanização do Sistema Viário	
34490000000000000000	Aplicações diretas	
01000000	Recursos Ordinários	R\$100.000,00
0026.0782.0701.2024	Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
33390000000000000000	Aplicações diretas	
01000000	Recursos Ordinários	R\$100.000,00
TOTAL		R\$400.000,00

Art. 2º Por conta da anulação prevista no artigo anterior ficam suplementadas as dotações do orçamento geral do município de José Boiteux a seguir discriminadas:

06	Secretaria da Educação Cultura e Desporto	
001	Secretaria da Educação Cultura e Desporto	
0012.0361.0601.2018	Manutenção do Ensino Fundamental	
33190000000000000000	Aplicações diretas	
01010000	Recursos Ordinários - 25% Educação	R\$175.000,00
0012.0365.0601.2017	Manutenção do Ensino Infantil	
33190000000000000000	Aplicações diretas	
01010000	Recursos Ordinários - 25% Educação	R\$200.000,00
07	Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos	
001	Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos	
0017.0512.0704.2015	Manutenção da Coleta de Lixo e Limpeza Pública	
33390000000000000000	Aplicações diretas	
01000000	Recursos Ordinários	R\$25.000,00
TOTAL		R\$400.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO como condição indispensável à sua eficácia.

Municipal de José Boiteux, 24 de junho de 2020.

JONAS PUDEWELL

Prefeito Municipal

LEI 1184 DE 2020

Publicação Nº 2552019

Lei nº 1.184, de 03 de julho de 2020.

"DISPÕE SOBRE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS A SEREM ADOTADAS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX, PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19)."

Jonas Pudewell, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina.

Faço Saber a todos Habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a adotar medidas administrativas para regulação de pessoal com vistas ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

Parágrafo único. As medidas administrativas autorizadas pela presente norma visam compatibilizar a necessidade de equilíbrio entre as contratações administrativas, compreendidas como política pública de proteção social e de garantia de renda, e o desafio de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário do Município.

Art. 2º Entre as medidas referentes à gestão de pessoal, fica autorizado o Poder Executivo a determinar:

I – Concessão unilateral das seguintes medidas administrativas:

- a) Licença Prêmio, caso tenham sido preenchidos os requisitos legais para sua fruição;
- b) Férias Coletivas ou férias normais individuais;
- c) Férias Antecipadas, para servidores públicos que ainda não tenham cumprido o período aquisitivo.

II – Alterações na forma de cumprimento de jornada de trabalho, mediante:

- a) A instituição de modalidade de trabalho remoto (home office);
- b) A redução e flexibilização de jornada de trabalho, sem redução de remuneração;
- c) A fixação de escalas de trabalho diferenciadas;
- d) Instituição de banco de horas (positivo ou negativo) para compensação em data futura;

III – Deslocamento provisório de servidores nas seguintes modalidades:

- a) designação para lotação provisória em outros órgãos da administração pública;
- b) deslocamento para composição de força de trabalho junto à órgão público diverso, integrante ou não da administração pública municipal;

§ 1º A fixação de regime de cumprimento de jornada de trabalho na modalidade de trabalho remoto (home office), prevista na letra “a” do inciso II, não gerará horas extraordinárias, tampouco poderá ser aplicada ao regime de banco de horas

§ 2º As medidas de instituição de banco de horas (inciso II, letra “d”) e de deslocamento para composição de força de trabalho (inciso III, letra “b”) dependem da edição prévia de decreto regulamentar para serem implementadas.

§ 3º As ações adotadas com base na presente legislação são efetuadas sempre a título precário e não geram qualquer direito adquirido ao servidor.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo editará os decretos necessários à regulamentação e operacionalização do disposto nesta Lei.

Art. 4º Ficam convalidados os atos administrativos praticados anteriormente à sua promulgação, desde que compatíveis com o que nela está disciplinado.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no órgão oficial de divulgação dos atos do município, como condição indispensável à sua eficácia e destina-se a regular os atos administrativos a praticados na vigência da situação emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

Paço Municipal de José Boiteux, 03 de julho de 2020.

Jonas Pudewell

Prefeito de José Boiteux

PORTARIA 284/2020

Publicação Nº 2551224

PORTARIA Nº 284, de 04 de maio de 2020.

"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) PALOMA CAROLINA CASTELANI, relativas ao período aquisitivo de 06/02/2020 a 05/02/2021, que serão usufruídas no período de 04/05/2020 a 18/05/2020 (15 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 04 de maio de 2020.
JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 281/2020

Publicação N° 2551213

PORTARIA N° 281, de 04 de maio de 2020.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.
RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) LEONTINA PISA CONZATTI, relativas ao período aquisitivo de 01/07/2019 a 30/06/2020, que serão usufruídas no período de 04/05/2020 a 18/05/2020 (15 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 04 de maio de 2020.
JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 282/2020

Publicação N° 2551217

PORTARIA N° 282, de 04 de maio de 2020.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.
RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) LUCIA LILIANE LOFFHAGEN, relativas ao período aquisitivo de 01/07/2019 a 30/06/2020, que serão usufruídas no período de 04/05/2020 a 18/05/2020 (15 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 04 de maio de 2020.
JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 283/2020

Publicação N° 2551221

PORTARIA N° 283, de 04 de maio de 2020.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.
RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) VITÓRIA EDUARDA DELL AGNOLO CUNHA, relativas ao período aquisitivo de 03/02/2020 a 02/02/2021, que serão usufruídas no período de 04/05/2020 a 18/05/2020 (15 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 04 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 285/2020

Publicação N° 2551228

PORTARIA N° 285, de 04 de maio de 2020.

"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) SHAIENE PEREIRA, relativas ao período aquisitivo de 10/02/2020 a 09/02/2021, que serão usufruídas no período de 04/05/2020 a 18/05/2020 (15 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 04 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 286/2020

Publicação N° 2551229

PORTARIA N° 286, de 04 de maio de 2020.

"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) AMANDA GONÇALVES, relativas ao período aquisitivo de 11/02/2020 a 10/02/2021, que serão usufruídas no período de 04/05/2020 a 18/05/2020 (15 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 04 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 287/2020

Publicação N° 2551230

PORTARIA N° 287, de 04 de maio de 2020.

"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) BEATRIZ ALINE KLABUNDE, relativas ao período aquisitivo de 03/02/2020 a 02/02/2021, que serão usufruídas no período de 04/05/2020 a 18/05/2020 (15 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 04 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 288/2020

Publicação N° 2551231

PORTARIA N° 288, de 04 de maio de 2020.

“CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES”

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) FERNANDO SARMENTO, relativas aos períodos aquisitivos de 04/02/2019 a 03/02/2020 e 04/02/2020 a 03/02/2021, que serão usufruídas no período de 04/05/2020 a 18/05/2020 (15 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 04 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 289/2020

Publicação N° 2551235

PORTARIA N° 289, de 04 de maio de 2020.

“CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES”

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) GABRIEL FELIPE ROEDEL, relativas ao período aquisitivo de 03/02/2020 a 02/02/2021, que serão usufruídas no período de 04/05/2020 a 18/05/2020 (15 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 04 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 290/2020

Publicação N° 2551242

PORTARIA N° 290, de 04 de maio de 2020.

“CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES”

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) MICHELI TAMBANI, relativas ao período aquisitivo de 10/02/2020 a 09/02/2021, que serão usufruídas no período de 04/05/2020 a 18/05/2020 (15 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 04 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 291/2020

Publicação Nº 2551243

PORTARIA Nº 290, de 04 de maio de 2020.

"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) MICHELI TAMBANI, relativas ao período aquisitivo de 10/02/2020 a 09/02/2021, que serão usufruídas no período de 04/05/2020 a 18/05/2020 (15 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 04 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 292/2020

Publicação Nº 2551245

PORTARIA Nº 292, de 04 de maio de 2020.

"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) KUVYBLUNH MAQUELI TANHARA PRIPRÁ, relativas ao período aquisitivo de 03/02/2020 a 02/02/2021, que serão usufruídas no período de 04/05/2020 a 18/05/2020 (15 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 04 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 293/2020

Publicação Nº 2551247

PORTARIA Nº 293, de 04 de maio de 2020.

"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) VANIA CRISTINA SABIN, relativas ao período aquisitivo de 03/02/2020 a 02/02/2021, que serão usufruídas no período de 04/05/2020 a 18/05/2020 (15 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 04 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 294/2020

Publicação N° 2551248

PORTARIA N° 294, de 04 de maio de 2020.

“CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES”

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) ANDRESSA APARECIDA MUELLER BATISTA, relativas ao período aquisitivo de 03/02/2020 a 02/02/2021, que serão usufruídas no período de 04/05/2020 a 18/05/2020 (15 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 04 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 295/2020

Publicação N° 2551249

PORTARIA N° 294, de 04 de maio de 2020.

"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) ANDRESSA APARECIDA MUELLER BATISTA, relativas ao período aquisitivo de 03/02/2020 a 02/02/2021, que serão usufruídas no período de 04/05/2020 a 18/05/2020 (15 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 04 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 296/2020

Publicação N° 2551251

PORTARIA N° 295, de 04 de maio de 2020.

“CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES”

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) MARIA BERTELLI BONA, relativas ao período aquisitivo de 01/09/2019 a 31/08/2020, que serão usufruídas no período de 04/05/2020 a 18/05/2020 (15 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 04 de maio de 2020.
JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 297/2020

Publicação N° 2551253

PORTARIA N° 296, de 04 de maio de 2020.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.
RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) SUANY STEFFEN, relativas ao período aquisitivo de 03/02/2020 a 02/02/2021, que serão usufruídas no período de 04/05/2020 a 18/05/2020 (15 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 04 de maio de 2020.
JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 298/2020

Publicação N° 2551256

PORTARIA N° 298, de 04 de maio de 2020.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.
RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) NADIR BONA, relativas aos períodos aquisitivos de 03/06/2018 a 02/06/2019 e 03/06/2019 a 02/06/2020, que serão usufruídas no período de 04/05/2020 a 18/05/2020 (15 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 04 de maio de 2020.
JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 299/2020

Publicação N° 2551257

PORTARIA N° 299, de 04 de maio de 2020.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.
RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) JANDIRA MACHADO, relativas ao período aquisitivo de 03/06/2019 a 02/06/2020, que serão usufruídas no período de 04/05/2020 a 18/05/2020 (15 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 04 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 300/2020

Publicação N° 2551263

PORTARIA N° 300, de 04 de maio de 2020.

"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) DORVALINA JACINTO, relativas ao período aquisitivo de 03/06/2019 a 02/06/2020, que serão usufruídas no período de 04/05/2020 a 18/05/2020 (15 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 04 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 302/2020

Publicação N° 2551267

PORTARIA N° 302, de 04 de maio de 2020.

"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) JACINTA DE OLIVEIRA VALCANIA, relativas ao período aquisitivo de 21/12/2019 a 20/12/2020, que serão usufruídas no período de 04/05/2020 a 18/05/2020 (15 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 04 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 303/2020

Publicação N° 2551269

PORTARIA N° 303, de 04 de maio de 2020.

"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) SIMONE DOS SANTOS CUNHA, relativas ao período aquisitivo de 03/06/2019 a 02/06/2020, que serão usufruídas no período de 04/05/2020 a 18/05/2020 (15 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 04 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 304/2020

Publicação N° 2551270

PORTARIA N° 304, de 04 de maio de 2020.

"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) JOSEANE ANTONIA VICENTE PEREIRA, relativas ao período aquisitivo de 02/03/2020 a 01/03/2021, que serão usufruídas no período de 04/05/2020 a 18/05/2020 (15 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 04 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 305/2020

Publicação N° 2551274

PORTARIA N° 305, de 04 de maio de 2020.

"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) ISABELA KOPP BREHMER, relativas ao período aquisitivo de 03/06/2019 a 02/06/2020, que serão usufruídas no período de 04/05/2020 a 18/05/2020 (15 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 04 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 306/2020

Publicação N° 2551276

PORTARIA N° 306, de 04 de maio de 2020.

"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) ELISETTE PEREIRA DOS SANTOS, relativas ao período aquisitivo de 04/02/2019 a

03/02/2020, que serão usufruídas no período de 04/05/2020 a 18/05/2020 (15 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 04 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 307/2020

Publicação N° 2551277

PORTARIA N° 307, de 04 de maio de 2020.

"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) MARIA APARECIDA FERNANDES DA ROSA PRIPRA, relativas ao período aquisitivo de 23/12/2019 a 22/12/2020, que serão usufruídas no período de 04/05/2020 a 18/05/2020 (15 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 04 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 309/2020

Publicação N° 2551279

PORTARIA N° 309, de 04 de maio de 2020.

"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) CECILIA DE OLIVEIRA BERTOLDI, relativas ao período aquisitivo de 04/06/2019 a 03/06/2020, que serão usufruídas no período de 04/05/2020 a 18/05/2020 (15 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 04 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 310/2020

Publicação N° 2551512

PORTARIA N° 310, de 04 maio de 2020.

"INSTITUI SERVIÇO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA (LA) E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE (PSC)."

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

RESOLVE,

Art. 1º Fica instituído no município de José Boiteux - SC, o serviço: SERVIÇO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA (LA) E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE (PSC).

Art. 2º Nomear os profissionais abaixo relacionados para compor a equipe de execução do serviço.

a) Assistente Social: Simone A. Fernandes - CRESS 12/ 3472

b) Psicóloga: Graziélle Girardi - CRP 12/07707

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 04 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 311/2020

Publicação N° 2551510

PORTARIA N° 311, de 04 de maio de 2020.

"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) CELIA DOS SANTOS, relativas ao período aquisitivo de 14/02/2020 a 13/02/2021, que serão usufruídas no período de 04/05/2020 a 18/05/2020 (15 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 04 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 312/2020

Publicação N° 2551506

PORTARIA N° 313, de 06 de maio de 2020.

"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) EUNICE ALVES BORGES, relativas ao período aquisitivo de 04/02/2020 a 03/02/2021, que serão usufruídas no período de 06/05/2020 a 15/05/2020 (10 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 06 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 312/2020

Publicação N° 2551507

PORTARIA N° 312, de 04 de maio de 2020.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.
RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) IVANIR OLIANI LUNELLI, relativas ao período aquisitivo de 06/12/2019 a 05/12/2020, que serão usufruídas no período de 04/05/2020 a 18/05/2020 (15 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 04 de maio de 2020.
JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 314/2020

Publicação N° 2551504

PORTARIA N° 314, de 06 de maio de 2020.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.
RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) SIEGFRIED DREGER, relativas ao período aquisitivo de 02/04/2019 a 01/04/2020, que serão usufruídas no período de 06/05/2020 a 04/06/2020 (30 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 06 de maio de 2020.
JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 315/2020

Publicação N° 2551503

PORTARIA N° 315/2020

"[ementa]"

, Presidente da , Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc...

Art. 1º - xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Art. 2º - xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Art. 3º - xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

, [data_expediente].

Presidente da Mesa

PORTARIA 316/2020

Publicação N° 2551502

PORTARIA N° 316, de 08 de maio de 2020.
"EXONERAÇÃO A PEDIDO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas no inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado no artigo 73, I, § 1º, I da Lei n° 170 de 28 de fevereiro de 1992,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder exoneração (a pedido), ao(a) Servidor(a) ELIO ANDRADE, admitido(a) por meio da Portaria nº. 399/2020, que o(a) nomeou no cargo de Servente de Obras - TSA, a partir de 08/05/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 08 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 317/2020

Publicação N° 2551499

PORTARIA N° 317, de 11 de maio de 2020.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) MARCO JOSÉ LANZMASTER, relativas aos períodos aquisitivos de 24/03/2018 a 23/03/2019 e 24/03/2019 a 23/03/2020, que serão usufruídas no período de 11/05/2020 a 09/06/2020 (30 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 11 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 318/2020

Publicação N° 2551527

PORTARIA N° 318, de 12 de maio de 2020.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) LIRIO BREHMER, relativas ao período aquisitivo de 03/06/2019 a 02/06/2020, que serão usufruídas no período de 12/05/2020 a 10/06/2020 (30 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 12 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 320/2020

Publicação N° 2551541

PORTARIA N° 320, de 12 de maio de 2020.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.
RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) ODIR DA APARECIDA MORAES, relativas ao período aquisitivo de 10/07/2019 a 09/07/2020, que serão usufruídas no período de 12/05/2020 a 10/06/2020 (30 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 12 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 321/2020

Publicação N° 2551547

PORTARIA N° 321, de 13 de maio de 2020.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.
RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) LINDOMAR BREHMER, relativas ao período aquisitivo de 04/01/2020 a 03/01/2021, que serão usufruídas no período de 13/05/2020 a 27/05/2020 (15 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 13 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 322/2020

Publicação N° 2551554

PORTARIA N° 322, de 13 de maio de 2020.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.
RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) ALDONIR DA SILVA, relativas ao período aquisitivo de 21/11/2019 a 20/11/2020, que serão usufruídas no período de 13/05/2020 a 27/05/2020 (15 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 13 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 323/2020

Publicação N° 2551558

PORTARIA N° 323, de 13 de maio de 2020.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.
RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) ALTAIR DAMORI, relativas ao período aquisitivo de 05/01/2020 a 04/01/2021, que serão usufruídas no período de 13/05/2020 a 27/05/2020 (15 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 13 de maio de 2020.
JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 324/2020

Publicação N° 2551568

PORTARIA N° 324, de 13 de maio de 2020.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.
RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) APARECIDO GERALDO DE OLIVEIRA, relativas ao período aquisitivo de 02/06/2019 a 01/06/2020, que serão usufruídas no período de 13/05/2020 a 27/05/2020 (15 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 13 de maio de 2020.
JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 325/2020

Publicação N° 2551571

PORTARIA N° 325, de 19 de maio de 2020.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.
RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) CARLOS BOAVENTURA, relativas ao período aquisitivo de 03/06/2019 a 02/06/2020, que serão usufruídas no período de 19/05/2020 a 17/06/2020 (30 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 19 de maio de 2020.
JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 326/2020

Publicação N° 2551577

PORTARIA N° 326, de 19 de maio de 2020.
"CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c a seção II, subseção VII, da Lei nº 170 de 28 de fevereiro de 1992,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder direito a fruição de licença prêmio de 1 (um) mês a servidora LUCIA LILIANE LOFFHAGEN, ocupante do cargo de Servente Merendeira – TSA, que será usufruída no período de 19/05/2020 a 17/06/2020, correspondente ao quinquênio de 01/07/2014 a 30/06/2019.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 19 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 327/2020

Publicação N° 2551578

PORTARIA N° 327, de 19 de maio de 2020.
"CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c a seção II, subseção VII, da Lei nº 170 de 28 de fevereiro de 1992,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder direito a fruição de licença prêmio de 1 (um) mês a servidora GERDA DREGER, ocupante do cargo de Servente Merendeira – TSA, que será usufruída no período de 19/05/2020 a 17/06/2020, correspondente ao quinquênio de 04/05/2012 a 03/05/2017.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 19 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 328/2020

Publicação N° 2551584

PORTARIA N° 328, de 19 de maio de 2020.
"CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c a seção II, subseção VII, da Lei nº 170 de 28 de fevereiro de 1992,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder direito a fruição de licença prêmio de 1 (um) mês a servidora NADIR BONA, ocupante do cargo de Servente Merendeira – TSA, que será usufruída no período de 19/05/2020 a 17/06/2020, correspondente ao quinquênio de 02/06/2014 a 01/06/2019.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 19 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 329/2020

Publicação Nº 2551585

PORTARIA Nº 329, de 19 de maio de 2020.

"CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c a seção II, subseção VII, da Lei nº 170 de 28 de fevereiro de 1992,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder direito a fruição de licença prêmio de 1 (um) mês a servidora JANDIRA MACHADO, ocupante do cargo de Servente Merendeira – TSA, que será usufruída no período de 19/05/2020 a 17/06/2020, correspondente ao quinquênio de 02/06/2009 a 01/06/2014.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 19 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 330/2020

Publicação Nº 2551588

PORTARIA Nº 330, de 19 de maio de 2020.

"CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c a seção II, subseção VII, da Lei nº 170 de 28 de fevereiro de 1992,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder direito a fruição de licença prêmio de 1 (um) mês a servidora DORVALINA JACINTO, ocupante do cargo de Servente Merendeira – TSA, que será usufruída no período de 19/05/2020 a 17/06/2020, correspondente ao quinquênio de 02/06/2014 a 01/06/2019.

Art. 2º Revoga-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 19 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 331/2020

Publicação Nº 2551592

PORTARIA Nº 331, de 19 de maio de 2020.

"CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c a seção II, subseção VII, da Lei nº 170 de 28 de fevereiro de 1992,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder direito a fruição de licença prêmio de 1 (um) mês a servidora MARIA BERTELLI BONA, ocupante do cargo de Servente Merendeira - TSA, que será usufruída no período de 19/05/2020 a 17/06/2020, correspondente ao quinquênio de 01/09/2014 a 31/08/2019.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 19 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 332/2020

Publicação N° 2551600

PORTARIA N° 332, de 19 de maio de 2020.
"CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c a seção II, subseção VII, da Lei nº 170 de 28 de fevereiro de 1992,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder direito a fruição de licença prêmio de 1 (um) mês a servidora JACINTA DE OLIVEIRA VALCANIA, ocupante do cargo de Servente Merendeira – TSA, que será usufruída no período de 19/05/2020 a 17/06/2020, correspondente ao quinquênio de 22/02/2010 a 21/02/2015.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 19 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 334/2020

Publicação N° 2551609

PORTARIA N° 334, de 19 de maio de 2020.
"CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c a seção II, subseção VII, da Lei nº 170 de 28 de fevereiro de 1992,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder direito a fruição de licença prêmio de 1 (um) mês a servidora JOSEANE ANTONIA VICENTE PEREIRA, ocupante do cargo de Servente Merendeira – TSA, que será usufruída no período de 19/05/2020 a 17/06/2020, correspondente ao quinquênio de 01/03/2015 a 29/02/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 19 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 334/2020

Publicação N° 2551605

PORTARIA N° 333, de 19 de maio de 2020.
"CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c a seção II, subseção VII, da Lei nº 170 de 28 de fevereiro de 1992,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder direito a fruição de licença prêmio de 1 (um) mês a servidora SIMONE DOS SANTOS CUNHA, ocupante do cargo de Servente Merendeira – TSA, que será usufruída no período de 19/05/2020 a 17/06/2020, correspondente ao quinquênio de 02/06/2009 a 01/06/2014.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 19 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 335/2020

Publicação Nº 2551611

PORTARIA Nº 335, de 19 de maio de 2020.
"CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c a seção II, subseção VII, da Lei nº 170 de 28 de fevereiro de 1992,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder direito a fruição de licença prêmio de 1 (um) mês a servidora ISABELA KOPP BREHMER, ocupante do cargo de Servente Merendeira - TSA, que será usufruída no período de 19/05/2020 a 17/06/2020, correspondente ao quinquênio de 02/06/2009 a 01/06/2014.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 19 de maio de 2020.
JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 337/2020

Publicação Nº 2551614

PORTARIA Nº 336, de 19 de maio de 2020.
"CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c a seção II, subseção VII, da Lei nº 170 de 28 de fevereiro de 1992,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder direito a fruição de licença prêmio de 1 (um) mês a servidora ELISETE PEREIRA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Servente Merendeira – TSA, que será usufruída no período de 19/05/2020 a 17/06/2020, correspondente ao quinquênio de 04/02/2013 a 03/02/2018.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 19 de maio de 2020.
JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 337/2020

Publicação Nº 2551619

PORTARIA Nº 337, de 19 de maio de 2020.
"CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c a seção II, subseção VII, da Lei nº 170 de 28 de fevereiro de 1992,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder direito a fruição de licença prêmio de 1 (um) mês a servidora MARIA APARECIDA FERNANDES DA ROSA PRIPRA, ocupante do cargo de Servente Merendeira – TSA, que será usufruída no período de 19/05/2020 a 17/06/2020, correspondente ao quinquênio de 05/04/2010 a 04/04/2015.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 19 de maio de 2020.
JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 339/2020

Publicação Nº 2551624

PORTARIA Nº 338, de 19 de maio de 2020.
"CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c a seção II, subseção VII, da Lei nº 170 de 28 de fevereiro de 1992,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder direito a fruição de licença prêmio de 1 (um) mês a servidora LEONETE JUNGLOS, ocupante do cargo de Servente Merendeira - TSA, que será usufruída no período de 19/05/2020 a 17/06/2020, correspondente ao quinquênio de 05/02/2013 a 04/02/2018.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 19 de maio de 2020.
JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 340/2020

Publicação Nº 2551627

PORTARIA Nº 339, de 19 de maio de 2020.
"CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c a seção II, subseção VII, da Lei nº 170 de 28 de fevereiro de 1992,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder direito a fruição de licença prêmio de 1 (um) mês a servidora CECILIA DE OLIVEIRA BERTOLDI, ocupante do cargo de Servente Merendeira - TSA, que será usufruída no período de 19/05/2020 a 17/06/2020, correspondente ao quinquênio de 04/06/2012 a 03/06/2017.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 19 de maio de 2020.
JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 340/2020

Publicação Nº 2551630

PORTARIA Nº 340, de 19 de maio de 2020.
"CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c a seção II, subseção VII, da Lei nº 170 de 28 de fevereiro de 1992,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder direito a fruição de licença prêmio de 1 (um) mês a servidora CELIA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Servente Merendeira - TSA, que será usufruída no período de 19/05/2020 a 17/06/2020, correspondente ao quinquênio de 14/02/2013 a 13/02/2018.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 19 de maio de 2020.
JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 341/2020

Publicação N° 2551640

PORTARIA N° 341, de 19 de maio de 2020.
"CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c a seção II, subseção VII, da Lei nº 170 de 28 de fevereiro de 1992,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder direito a fruição de licença prêmio de 1 (um) mês a servidora IVANIR OLIANI LUNELLI, ocupante do cargo de Servente Merendeira – TSA, que será usufruída no período de 19/05/2020 a 17/06/2020, correspondente ao quinquênio de 06/12/2012 a 05/12/2017.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 19 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 343/2020

Publicação N° 2551649

PORTARIA N° 342, de 19 de maio de 2020.
"CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c a seção II, subseção VII, da Lei nº 170 de 28 de fevereiro de 1992,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder direito a fruição de licença prêmio de 1 (um) mês a servidora TEREZINHA SALETE KRAUSE RISCAROLLI, ocupante do cargo de Servente Merendeira – TSA, que será usufruída no período de 19/05/2020 a 17/06/2020, correspondente ao quinquênio de 10/07/2012 a 09/07/2017.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 19 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 343/2020

Publicação N° 2551663

PORTARIA N° 343, de 19 de maio de 2020.
"CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c a seção II, subseção VII, da Lei nº 170 de 28 de fevereiro de 1992,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder direito a fruição de licença prêmio de 1 (um) mês a servidora EUNICE ALVES BORGES, ocupante do cargo de Servente Merendeira – TSA, que será usufruída no período de 19/05/2020 a 17/06/2020, correspondente ao quinquênio de 04/02/2015 a 03/02/2020.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 19 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 345/2020

Publicação Nº 2551673

PORTARIA Nº 345, de 19 de maio de 2020.

"LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica, nos termos do Capítulo II, seção II, subseção I da Lei nº 170 de 28 de fevereiro de 1992,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde ao(a) servidor(a) ISOLETE BONETTI PETERSEN, no período de 22/03/2020 a 07/06/2020, conforme especificado no atestado médico e na Comunicação de Decisão do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir 22 de março de 2020, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 19 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 345/2020

Publicação Nº 2551669

PORTARIA Nº 344, de 19 de maio de 2020.

"CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c a seção II, subseção VII, da Lei nº 170 de 28 de fevereiro de 1992,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder direito a fruição de licença prêmio de 1 (um) mês a servidora LEONTINA PISA CONZATTI, ocupante do cargo de Servente Merendeira – TSA, que será usufruída no período de 19/05/2020 a 17/06/2020, correspondente ao quinquênio de 01/07/2014 a 30/06/2019.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 19 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 346/2020

Publicação Nº 2551678

PORTARIA Nº 346, de 28 de maio de 2020.

"CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c a seção II, subseção VII, da Lei nº 170 de 28 de fevereiro de 1992,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder direito a fruição de licença prêmio de 1 (um) mês a servidora LOURDES DE GRACIA, ocupante do cargo de Servente Merendeira - TSA, que será usufruída no período de 28/05/2020 a 26/06/2020, correspondente ao quinquênio de 01/07/2014 a 30/06/2019.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 28 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 347/2020

Publicação Nº 2551684

PORTARIA Nº 347, de 01 de junho de 2020.

"DESIGNA FISCAIS DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Jonas Pudewell, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na Lei Orgânica Municipal, na Constituição Federal e amparado na Lei nº 948 de 14 de fevereiro de 2013 no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67 da Lei 8.666/93 e o Decreto Nº 54/2017, expedido por esta municipalidade;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados como fiscais de contratos administrativos

I - Designar o Servidor DIEGO WESTPHAL, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, e-mail: engenharia@pmjb.sc.gov.br, fone: 47-3352-7111, para atuar como fiscal de contrato na área das contratações de Obras e Serviços de Engenharia e tendo como seu substituto o Servidor Otavio Georg Junior, ocupante do cargo de Engenheiro Florestal, e-mail: defesacivil@pmjb.sc.gov.br, fone: 47-3352-7181 ;

II - Designar a Servidora GRACIELE LANZMASTER, ocupante do cargo de Enfermeira, e-mail: enfermaria@pmjb.sc.gov.br, fone 47-3352-7166, para atuar como fiscal de contrato na área das contratações de exames laboratoriais e serviços terceirizados de médicos, dentistas, e demais procedimentos/exames tendo como sua substituta a Servidora Cristiane Amarante ocupante do cargo de Enfermeira, e-mail: enfermaria@pmjb.sc.gov.br, fone 47 3352-7166;

III - Designar o Servidor NATALIA GOMES SILVA, ocupante do cargo de Farmacêutica, e-mail: farmacia@pmjb.sc.gov.br, fone 47 3352-7166, para atuar como fiscal de contrato na área das contratações de fornecimento de medicamentos e materiais médico hospitalares e tendo como sua substituta a Servidora Cristiane Amarante, ocupante do cargo de Enfermeira, e-mail: enfermaria@pmjb.sc.gov.br, fone 47 3352-7166;

IV - Designar a Servidora MARILEIA FUSINATO, ocupante do cargo de Nutricionista, e-mail: nutricao@pmjb.sc.gov.br, fone 47 3352-7030, para atuar como fiscal de contrato na área de fornecimento de insumos para o preparo da merenda escolar, e materiais de limpeza, copa e cozinha para a secretaria de Educação, e tendo como sua substituta a Servidora Cristiane Dos Santos ocupante do cargo de Diretora de Departamento, email, educacao@pmjb.sc.gov.br, fone 47 3352-7030;

V - Designar o Servidor LUIS CESAR SCHMITZ, ocupante do cargo de Motorista, e-mail: obras@pmjb.sc.gov.br, fone 3352-7397 para atuar como fiscal de contrato na área das contratações dos serviços terceirizados de transporte escolar e de fornecimento de materiais e mão de obra para manutenção da frota municipal e tendo como seu substituto o Servidor Daniel Reinert, cargo de Agente Administrativo Operacional, email agricultura@pmjb.sc.gov.br, fone 3352-7181;

VI - Designar a Servidora SIBELE JEREMIAS, ocupante do cargo de Assistente Social, e-mail: cras@pmjb.sc.gov.br, fone 47 3352-7656, para atuar como fiscal de contrato nas aquisições de cestas básicas, tendo como sua substituta a Servidora Simone Aparecida Fernandes, ocupante do cargo de Assistente Social, e-mail: pse@pmjb.sc.gov.br, fone 47 3352-7158.

VII - Designar o Servidor JULIANO LEITE, ocupante do cargo de Administrador, e-mail: planejamento@pmjb.sc.gov.br, fone 47 3352-7111, para atuar como fiscal de contrato na área das demais contratações de fornecimento de bens e serviços não mencionadas anteriormente, e tendo como seu substituto a Servidora Morgana K. Rech, ocupante do cargo de Agente Administrativo operacional, e-mail: compras@pmjb.sc.gov.br, fone 47 3352-7111.

Art. 2º Para orientação, treinamento e adequação dos referidos fiscais, o município o proporcionará a participação destes na medida que surgirem.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 152/2020.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA como condição indispensável à sua eficácia.

José Boiteux, 01 de Junho de 2020.

JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 39/2020

Publicação N° 2551535

PORTARIA N° 319, de 12 de maio de 2020.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) EDILSON GORGIK, relativas ao período aquisitivo de 03/06/2019 a 02/06/2020, que serão usufruídas no período de 12/05/2020 a 10/06/2020 (30 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do Município como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 12 de maio de 2020.

JONAS PUDEWELL

PREFEITO MUNICIPAL

Lages

PREFEITURA

DECRETO Nº18056/2020

Publicação Nº 2552125

DECRETO Nº 18.056, de 03 de julho de 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 94 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR Rosani Teresinha da Silva Chaves (CPF nº ***.026.239-**), do cargo de Assessor Técnico (DGA-3), da Secretaria Municipal do Planejamento e Obras, a partir de 03 de julho de 2020.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Lages, 03 de julho de 2020; 254º ano da Fundação e 160º da Emancipação.

Antonio Ceron

Prefeito

DECRETO Nº18057/2020

Publicação Nº 2552160

DECRETO Nº 18.057, de 03 de julho de 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 94 da Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 481/2017,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR Rosani Teresinha da Silva Chaves (CPF nº ***.026.239-**), para o cargo de Gerente de Projetos Urbanísticos e Edificações (DGA-2), da Secretaria Municipal do Planejamento e Obras, a partir de 03 de julho de 2020.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Lages, 03 de julho de 2020; 254º ano da Fundação e 160º da Emancipação.

Antonio Ceron

Prefeito

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 88/2019 PML

Publicação Nº 2552433

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 2º ADITIVO AO CONTRATO N.º 88/2019 – PML

TOMADA DE PREÇO 02/2019

PROCESSO 38/2019

O MUNICÍPIO DE LAGES / SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: J. N. MOMM CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ nº 80.695.620/0001-21, situada à Rodovia BR 282, nº 49, bairro Conta Dinheiro, CEP 88523-320, Lages/SC. Contato: (49) 3223-3211/32223-2970.

O Município de Lages/ SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS pessoa jurídica de direito público, neste ato representado por seu Secretário Sr. João Alberto Duarte, portador do CPF nº 346.815.909-91, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa J. N. MOMM CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA, neste ato representada pelo Sr. Joel Neto Momm, portador do CPF nº 499.626.129-34, de agora em diante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar este 2º termo aditivo ao Contrato 88/2019, em decorrência do Processo Licitatório nº 38/2019, correlato à Tomada de Preços nº 02/2019, conforme parecer jurídico nº 538/2020, do tipo Menor Preço por Item, em regime de empreitada por preço unitário aberta em 03/05/2019 e homologada em 01/07/2019, consoante as seguintes alterações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

[...];

2.4 Do Contrato: fica prorrogado por mais 06 (seis) meses, a contar de 04/07/2020 até 03/01/2021, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57, IV, da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Lages, 02 julho de 2020
Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 89/2019- PML

Publicação Nº 2552508

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 89/2019 – PML
TOMADA DE PREÇO 02/2019
PROCESSO 38/2019

O MUNICÍPIO DE LAGES / SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.
CONTRATADA: J. N. MOMM CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ nº 80.695.620/0001-21, situada à Rodovia BR 282, nº 49, bairro Conta Dinheiro, CEP 88523-320, Lages/SC. Contato: (49) 3223-3211/32223-2970.
resolvem celebrar este 2º termo aditivo ao Contrato 89/2019, em decorrência do Processo Licitatório nº 38/2019, correlato à Tomada de Preços nº 02/2019, conforme parecer jurídico nº 435/2020 do tipo Menor Preço por Item, em regime de empreitada por preço unitário aberta em 03/05/2019 e homologada em 01/07/2019, consoante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa de Engenharia para Execução de Serviços de Drenagem, Passeios e Pavimentação da Rua: Zeca Atanásio, com fornecimento de material.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

[...];

2.2 Da Execução: - Item 02: fica prorrogado por mais 02 (dois) meses;

[...];

2.4 Do Contrato: - Item 02: sua vigência será prorrogada por mais de 05 (cinco) meses, a contar da data de 04/06/2020, até 03/11/2020, podendo ser prorrogado, se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas

Lages, 02 de junho de 2020.
Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 6/2020 - AP OESTE - FMASH

Publicação Nº 2551781

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2020
PROCESSO Nº 4/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Cestas Básicas destinadas aos Usuários de todos os Programas e Serviços da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início da Ata: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega: em até 05 (cinco) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões) emitida(s) pela Secretaria Requisitante, no(s) almoxarifado SMASH, à Av. Brasil nº 777, Bairro São Cristóvão, nesta cidade de Lages/SC;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito;

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 01/06/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 27/2020.

O valor a ser registrado é de R\$ 356.300,00 (trezentos e cinquenta e seis mil, trezentos reais), sendo:

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA – CNPJ nº 05.919.156/0001-94 – Rua do Comércio, s/nº, bairro Centro, CEP 89882-000, Planalto Alegre/SC.

Lages, 01 de junho de 2020
Antonio Ceron
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 018/SMS/GAB/2020

Publicação Nº 2551736

PORTARIA Nº 018/SMS/GAB/2020

Claiton Camargo de Souza, Secretário de Saúde do Município de Lages, no uso de suas atribuições contidas no artigo 111 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Decreto nº 18.055, de 03 de julho de 2020, que dispõe sobre o retorno das atividades de cinemas, teatros, casas noturnas, museus, parques temáticos, eventos, shows e espetáculos que acarretam reunião de público, eventos esportivos, bem como o acesso público a eventos e competições da iniciativa privada, mediante a apresentação de Plano de Contingência para enfrentamento da pandemia do Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar a equipe técnica do Comitê COVID-19, a qual será composta pelos seguintes membros:

- I - Bruna Eliane Svierowski;
- II - Cláudia Vieira Anze Reschke;
- III - Fabiana Medeiros Branco;
- IV - Francine Aparecida Formiga;
- V - Joana Valiatti Manfro;
- VI - Leonardo Augusto Coelho;
- VII - Paulo Roberto Branco;
- VIII - Priscila Nunes;
- IX - Rafael Floriani;
- X - Regina de Souza Oliveira Martins;
- XI - Sumaya Furtado Pucci.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 06 de julho de 2020
CLAITON CAMARGO DE SOUZA
Secretário Municipal de Saúde

RERRATIFICAÇÃO PE 57/2020 PML

Publicação Nº 2552645

RERRATIFICAÇÃO

REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 57/2020 – PML;

OBJETOS: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÁGUA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE, SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA A MULHER, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA, FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E TRÂNSITO – DIRETRAN, SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO E 5º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR

O Município de Lages, representado neste ato pelo seu Pregoeiro, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento:

No Item 11. DAS OBRIGAÇÕES incluir o subitem 11.7 conforme segue:

“11.7 Para o Item 01: Entregar as bombonas conforme solicitação de cada órgão, em até no máximo 01 (uma) hora após sua solicitação, mediante pedido de providências devidamente carimbado e assinado pelo responsável do setor.”

No subitem, 12.3 De Entrega(s)/Local(is): passar a considerar:

“12.3 De Entrega(s)/Local(is): Para o Item 01: em até 01 (uma) hora da(s) solicitação(ões), nos local(is) nela(s) indicado(s); Demais Itens: em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), no(s) local(is) nela(s) indicado(s);”

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Mantém-se a data de abertura especificada no Edital.

Sem mais para o momento, subscrevo-me, atenciosamente,

Lages, 07 de julho de 2020.
Antonio Cesar Alves de Arruda
Secretário de Administração e Fazenda

RERRATIFICAÇÃO PE 60/2020 PML

Publicação N° 2551734

RERRATIFICAÇÃO

REF: PREGÃO ELETRÔNICO N° 60/2020 – DIRETRAN;

OBJETOS: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO E SINALIZAÇÃO VISUAL PARA A DIRETORIA DE TRÂNSITO - DIRETRAN;

O Município de Lages, representado neste ato pelo Secretário de Administração e Fazenda, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados que:

Por não ter sido publicado em tempo hábil no provedor do sistema eletrônico adotado pela Prefeitura para realização do certame, altera-se a data de abertura da Sessão para 23/07/2020, às 09:00h.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Sem mais para o momento, subscrevo-me, atenciosamente,

Lages, 07 de julho de 2020.

Antonio Cesar Alves de Arruda

Secretário de Administração e Fazenda

SUSPENSÃO PE 39/2020 SMS

Publicação N° 2551820

SUSPENSÃO

REF: PREGÃO ELETRÔNICO N° 39/2020 – SMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE DE GESTÃO EM SAÚDE E PRONTUÁRIO ELETRÔNICO, LICENÇAS PARA APLICATIVOS MÓVEIS COM EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM MANUTENÇÃO (INCLUINDO CORREÇÕES E EVOLUÇÕES), ATUALIZAÇÕES LEGAIS, SUPORTE TÉCNICO, CONSULTORIA TÉCNICA, IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO DE BASE DE DADOS E TREINAMENTO, INCLUINDO ACOMPANHAMENTO E SUPORTE

O Pregoeiro, fundamentado no Ofício 31/2020/DRECAGI exarado pela Secretaria Municipal de Saúde, torna notório aos interessados, a SUSPENSÃO do presente certame, por tempo indeterminado para adequação do Termo de Referência.

Atenciosamente,

Lages, 07 de julho de 2020.

Antonio Cesar Alves de Arruda

Secretário de Administração e Fazenda

TOMADA DE PREÇOS 01/2020 SEMASA

Publicação N° 2551723

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preços 01/2020 SEMASA

Objeto: Contratação de Empresa para Execução de Serviço de Implantação de Emissário de Esgoto em área urbana, pelo método de perfuração não destrutiva com furo direcional (MND) nas Avenidas Duque de Caxias e Belizário Ramos, com fornecimento de materiais pela Contratante e de equipamentos pela Contratada.

Abertura: 27/07/2020 às 09h

Valor Estimado: R\$ 331.550,21

Da retirada do Edital: www.lages.sc.gov.br

Lages, 07 de julho de 2020.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

Laguna

PREFEITURA

PREGÃO 04/2020-FMS-REPUBLICAÇÃO

Publicação N° 2552400

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO 04/2020-FMS- REPUBLICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, de conformidade com o que estabelece a Lei 10.520/02 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM, para a prestação de serviço de transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio, no dia 21 de julho de 2020, às 14:00 horas. Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme edital disponível no portal laguna.sc.gov.br, ou solicitação ao e-mail pmlcompras88@gmail.com, telefone (48) 3644.0832 ou na sede, sito à rua Osvaldo Cabral – 140 – centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas.

Laguna, em 06 de julho de 2020.

Samantha Claudino Sampaio - Pregoeira

Lajeado Grande

PREFEITURA

DECRETO Nº 026/2020 DE 05/06/2020 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2551746

DECRETO Nº 026/2020

De 05/06/2020

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 5º da Lei Municipal nº 772/2019, de 12/11/2019.

DECRETA

Art. 1º - Ficam abertos créditos suplementares no Orçamento Geral do Município no presente Exercício, no montante de R\$ 271.694,44 (Duzentos e setenta e um mil, seiscentos e noventa e quatro reais e quarenta e quatro centavos) conforme segue:

Órgão 09 SEC. MUNIC. DE TRANSP. OBRAS, SERV. URBANOS

Unidade Orçamentária 0901 SEC. MUNIC. DE TRANSP. OBRAS, SERV. URBANOS

Função 26 TRANSPORTE

Sub-função 782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Programa 2601 ESTRADAS VICINAIS

Projeto/Atividade 2020 Manutenção das Atividades Rodoviárias

Elemento 3.1.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Elemento 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 1142 R\$ 170.000,00

Elemento 3.3.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Elemento 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 1142 R\$ 5.113,58

Elemento 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 1153 R\$ 38.813,87

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAJEADO GRANDE

Unidade Orçamentária 1301 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função 10 SAÚDE

Sub-função 301 ATENÇÃO BÁSICA

Programa 1001 SAÚDE COM QUALIDADE

Projeto/Atividade 2031 Manutenção das Atividades da Saúde

Elemento 3.3.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Elemento 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 1152 R\$ 4.000,00

Órgão 14 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária 1401 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sub-função 244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

Programa 801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL

Projeto/Atividade 2039 Manutenção do Fundo Munic. de Assistência Social

Elemento 3.3.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Elemento 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 1152 R\$ 1.167,00

Projeto/Atividade 2041 Manutenção do Bloco PSB

Elemento 3.1.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Elemento 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 1135 R\$ 33.774,99

Projeto/Atividade 2043 Manutenção do Bloco GSUAS - FNAS

Elemento 3.3.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Elemento 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 1135-45 R\$ 6.825,00

Elemento 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 1135-46 R\$ 6.000,00

Elemento 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 1135-46 R\$ 6.000,00

TOTAL GERAL SUPLEMENTADO NESTE ARTIGO R\$ 271.694,44

Art. 2º - Para cobertura dos créditos suplementares do Artigo anterior no montante de R\$ 271.694,44 (Duzentos e setenta e um mil, seiscentos e noventa e quatro reais e quarenta e quatro centavos), serão utilizados o excesso de arrecadação na respectiva fonte de recursos, oriundos da MP 938, de 02/04/2020 e Incrementos Temporários ao BPSB para ações de combate ao COVID-19 e Lei Complementar 173/2020.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina em 05 de junho de 2020.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Amália Valli Bressler
Servidora Designada

PORTARIA Nº 149/2020 DE 06/07/2020 DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARTA APARECIDA OLIVEIRA DA SILVA MAIA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Publicação Nº 2551742

PORTARIA Nº 149/2020
DE 06/07/2020

“DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARTA APARECIDA OLIVEIRA DA SILVA MAIA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 98 inc. II letra “a” da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 9º inciso II da Lei Municipal Complementar n. 15/2001 de 26/11/2001.

e CONSIDERANDO ser Cargo em Comissão declarado em lei, de livre nomeação e exoneração.

D E C I D E:

Art. 1º - Designar MARTA APARECIDA OLIVEIRA DA SILVA MAIA, para exercer o Cargo de Secretário Municipal, Código do Cargo 06.01, junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo o vencimento constante no Plano de Cargos e Salários relativo ao respectivo cargo.

§ 1º - Com a nomeação, o respectivo Servidor passou a integrar o quadro de Cargos em Comissão de livre nomeação e exoneração, constante no Anexo II da Lei Municipal Complementar n. 20/2010 de 10/06/2010 e suas alterações com dedicação integral.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 06 de Julho de 2020.
Noeli José Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Amália Valli Bressler
Servidora Designada

Lauro Muller

PREFEITURA

DECRETO Nº 111/2020

Publicação Nº 2552184

DECRETO Nº 111/2020.

"DISPÕE SOBRE O DEFERIMENTO DA LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA E DA CERTIFICAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - CRF DO MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER, ATRAVÉS DA LEI 13.465/2017 E DECRETO 9.310/2018; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALDIR FONTANELLA, Prefeito Municipal de Lauro M-ller, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Lauro M-ller/SC;

DECRETA:

Art. 10 Fica decretado o Deferimento da Legitimação Fundiária e da Certificação de Regularização Fundiária — CRF, do Município de Lauro M-ller/SC, através da Lei 13.465/2017 e Decreto 9.310/2018, do Loteamento Canever, objeto da Matrícula Imobiliária nº 6.191, devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Orleans, conforme Mapa em anexo sendo que as ruas e servidões este município receberá em doação para a sua efetiva manutenção.

Art. 20 Considerando a autonomia municipal como ente federado, respaldada na lei nº 13.465/2017, que confere institucionalidade dos projetos de regularização fundiária, fica classificado o referido loteamento de interesse específico Reurb-E.

Art. 30 O loteamento encontra-se apto para fins de regularização fundiária e consequentemente para emissão das matrículas individualizadas para cada morador, na modalidade de REURB-E, sendo este Loteamento predominantemente de Interesse Específico.

Art. 40 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

LAURO MÜLLER, 3 de julho de 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fina. e Planej.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº085/PMLM/2020

Publicação Nº 2551908

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº085/PMLM/2020

OBJETIVO: O Município de Lauro Muller torna público que procedeu, na forma do artigo 24, inciso XXVI, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Dispensa de Licitação a Contratação da empresa MINEIRA CONSTRUÇÕES EIRELI para prestação de serviços de horas máquina de rolo compactador para atendimento das demandas da Secretaria de Obras do município de Lauro Muller/SC, tal aquisição mediante dispensa justifica-se pela realização de três pregões anteriores malogrados.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei Nº. 8.666/93.

RECONHECIDO: em 03/07/2020, por Ana Rúbia Prestes dos Santos Cesconeto – Secretária de Administração e Finanças.

RATIFICADO: em 03/07/2020, por Valdir Fontanella, Prefeito Municipal.

Lauro Muller, 03 de Julho de 2020.

JAIR FERNANDES MADEIRA

Presidente da Comissão de Licitações

EXTRATO DE CONTRATO JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2551884

EXTRATO JUNHO 2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2019 PMLM

OBJETO: O presente edital tem por objetivo o registro de preços para fins de contratação de empresa, para, sob demanda, prestar serviços de manutenção e conservação de logradouros públicos, com fornecimento de equipamentos e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema de Custos Referenciais de Obras - SICRO no Sistema Nacional de Pesquisa de

Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, para o município de Lauro Muller/SC.

CONTRATADO: CALPE SOLUÇÕES EIRELI

Modalidade: PP 128/2019

Vigência: 17/07/2020

Assinatura: 17/07/2019

Valor: R\$ 750.000,00

ADITIVOS

TERMO ADITIVO Nº 01 ao Contrato Nº 130/PMLM/2020

OBJETO: Conforme cláusula segunda constante no contrato, em que pese o valor do credenciamento seja de R\$38.207,00, o valor global do fornecimento desse contrato de credenciado será de no máximo R\$20.000,00 (vinte mil reais).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

CONTRATADA: LUCILENI VIEIRA RIZZI

Assinatura: 16/06/2020

Valor: R\$ 18.207,00

TERMO ADITIVO Nº 01 ao Contrato Nº 127/PMLM/2020

OBJETO: Conforme cláusula segunda constante no contrato, em que pese o valor do credenciamento seja de R\$47.200,00, o valor global do fornecimento desse contrato de credenciado será de no máximo R\$20.000,00 (vinte mil reais).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

CONTRATADA: CELIO FRANCISCO BETT

Assinatura: 16/06/2020

Valor: R\$ 27.200,00

TERMO ADITIVO Nº 01 ao Contrato Nº 093/PMLM/2020

OBJETO: Conforme cláusula segunda constante no contrato, em que pese o valor do credenciamento seja de R\$35.657,00, o valor global do fornecimento desse contrato de credenciado será de no máximo R\$20.000,00 (vinte mil reais).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

CONTRATADA: ANDREI RANGEL BONIFÁCIO

Assinatura: 16/06/2020

Valor: R\$ 15.657,00

TERMO ADITIVO Nº 01 ao Contrato Nº 092/PMLM/2020

OBJETO: Conforme cláusula segunda constante no contrato, em que pese o valor do credenciamento seja de R\$36.110,00, o valor global do fornecimento desse contrato de credenciado será de no máximo R\$20.000,00 (vinte mil reais).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

CONTRATADA: ADAIR RIZZI

Assinatura: 16/06/2020

Valor: R\$ 16.110,00

TERMO ADITIVO Nº 01 ao Contrato Nº 088/PMLM/2020

OBJETO: Conforme cláusula segunda constante no contrato, em que pese o valor do credenciamento seja de R\$37.600,00, o valor global do fornecimento desse contrato de credenciado será de no máximo R\$20.000,00 (vinte mil reais).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

CONTRATADA: EDISELDO LUIZ DA SILVA

Assinatura: 16/06/2020

Valor: R\$ 17.600,00

TERMO ADITIVO Nº 01 ao Contrato Nº 087/PMLM/2020

OBJETO: Conforme cláusula segunda constante no contrato, em que pese o valor do credenciamento seja de R\$24.534,00, o valor global do fornecimento desse contrato de credenciado será de no máximo R\$20.000,00 (vinte mil reais).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

CONTRATADA: SUZANA FERNANDES DE ANDRADE VIEIRO

Assinatura: 16/06/2020

Valor: R\$4.534,00

TERMO ADITIVO Nº 06 ao Contrato Nº 003/PMLM/2020

OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO do Contrato Nº003/PMLM/2020, de acordo com o Parecer Jurídico, documentos apresentados pela Secretaria de Administração e Finanças.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

CONTRATADA: DE NONI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

Assinatura: 22/06/2020

Valor: R\$ 4.140,00

TERMO ADITIVO Nº 06 ao Contrato Nº 002/FMS/2020

OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO do Contrato Nº002/FMS/2020, de acordo com o Parecer Jurídico, documentos apresentados pela Secretaria de Administração e Finanças.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: DE NONI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

Assinatura: 22/06/2020

Valor: R\$ 5.520,00

TERMO ADITIVO Nº 06 ao Contrato Nº 001/FHHL/2020

OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO do Contrato Nº001/FHHL/2020, de acordo com o Parecer Jurídico, documentos apresentados pela Secretaria de Administração e Finanças.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR HENRIQUE LAGE

CONTRATADA: DE NONI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

Assinatura: 22/06/2020

Valor: R\$ 480,00

TERMO ADITIVO Nº 02 ao Contrato Nº 110/PMLM/2020

OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO do Contrato Nº110/PMLM/2020, de acordo com o Parecer Jurídico, documentos apresentados pela Secretaria de Administração e Finanças.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

CONTRATADA: RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA

Assinatura: 22/06/2020

Valor: R\$ 46.268,00

TERMO ADITIVO Nº 02 ao Contrato Nº 027/FMS/2020

OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO do Contrato Nº027/FMS/2020, de acordo com o Parecer Jurídico, documentos apresentados pela Secretaria de Administração e Finanças.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA

Assinatura: 22/06/2020

Valor: R\$ 3.440,00

TERMO ADITIVO Nº 02 ao Contrato Nº 051/FHHL/2020

OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO do Contrato Nº051/FHHL/2020, de acordo com o Parecer Jurídico, documentos apresentados pela Secretaria de Administração e Finanças

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR HENRIQUE LAGE

CONTRATADA: RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA

Assinatura: 22/06/2020

Valor: R\$ 860,00

TERMO ADITIVO Nº 07 ao Contrato Nº 143/PMLM/2015

OBJETO: Fica estabelecida por acordo entre as partes o acréscimo de duas linhas telefônicas no sistema de telefonia digital (pabx) baseado em servidor ip, baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Assistência Social e Parecer Jurídico, favorável e com base no Artigo 57, da Lei Nº. 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

CONTRATADA: INOVA SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÃO LTDA ME

Assinatura: 23/06/2020

Valor: R\$ 600,00

TERMO ADITIVO Nº 05 ao Contrato Nº 048/PMLM/2017

OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, devido a situação emergencial que se encontra o município conforme Decreto nº050/2020 em virtude da queda de receita, redução do valor de locação.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: LUIS CARLOS MARIOTTI

Assinatura: 01/06/2020

Valor: R\$ 1.783,08

TERMO ADITIVO Nº 03 ao Contrato Nº 007/FHHL/2020

OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº007/FHHL/2020, que prevê o término em 30/06/2020, por mais 02 (dois) meses, ou seja, até 31/08/2020, em face do interesse público, baseado nos fatos elencados pelo Departamento de Projetos analisado pelo Parecer Jurídico, favorável.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR HENRIQUE LAGE

CONTRATADA: D7 EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA EPP

Assinatura: 22/06/2020

CONTRATOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER

CONTRATO Nº. 156/2020 PMLM

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato, contratação de empresas do ramo pertinente para reforma e revitalização de imóvel na comunidade de Barreiro - Guatá para que ali passe a funcionar o Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos.

CONTRATADO: NG3 CONSTRUTORA E PUBLICIDADE LTDA

Modalidade: TP 070/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 04/06/2020

Valor: R\$ 52.120,35

CONTRATO Nº. 157/2020 PMLM

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição futura e parcelada de material de expediente para atendimento das demandas da Secretaria de Assistência Social do Lauro Muller/SC, durante o ano de 2020.

CONTRATADO: AAP PESCADOR PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA

Modalidade: PP 073/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 04/06/2020

Valor: R\$ 2.272,96

CONTRATO Nº. 158/2020 PMLM

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição futura e parcelada de material de expediente para atendimento das demandas da Secretaria de Assistência Social do Lauro Muller/SC, durante o ano de 2020.

CONTRATADO: BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA ME

Modalidade: PP 073/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 04/06/2020

Valor: R\$ 2.405,82

CONTRATO Nº. 159/2020 PMLM

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição futura e parcelada de material de expediente para atendimento das demandas da Secretaria de Assistência Social do Lauro Muller/SC, durante o ano de 2020.

CONTRATADO: LOLI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Modalidade: PP 073/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 04/06/2020

Valor: R\$ 850,00

CONTRATO Nº. 160/2020 PMLM

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo, contratação de empresa do ramo pertinente para prestação de serviços de gráfica para atendimento das demandas do município de Lauro Muller.

CONTRATADO: GRÁFICA E BRINDES GUGA LTDA

Modalidade: PP 074/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 04/06/2020

Valor: R\$ 16.840,00

CONTRATO Nº. 161/2020 PMLM

OBJETO: A presente proposta tem como objeto a aquisição futura e parcelada de material de limpeza, copa e cozinha e expediente para atendimento das demandas das secretarias do Município do Lauro Muller/SC.

CONTRATADO: AAP PESCADOR PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA

Modalidade: PP 064/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 05/06/2020

Valor: R\$ 5.206,90

CONTRATO Nº. 162/2020 PMLM

OBJETO: A presente proposta tem como objeto a aquisição futura e parcelada de material de limpeza, copa e cozinha e expediente para atendimento das demandas das secretarias do Município do Lauro Muller/SC.

CONTRATADO: BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA

Modalidade: PP 064/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 05/06/2020

Valor: R\$ 12.155,40

CONTRATO Nº. 163/2020 PMLM

OBJETO: A presente proposta tem como objeto a aquisição futura e parcelada de material de limpeza, copa e cozinha e expediente para atendimento das demandas das secretarias do Município do Lauro Muller/SC.

CONTRATADO: GOLD COMPUTADORES LTDA

Modalidade: PP 064/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 05/06/2020

Valor: R\$ 9.899,20

CONTRATO Nº. 164/2020 PMLM

OBJETO: A presente proposta tem como objeto a aquisição futura e parcelada de material de limpeza, copa e cozinha e expediente para atendimento das demandas das secretarias do Município do Lauro Muller/SC.

CONTRATADO: JETEC INFORMATICA EIRELI EPP

Modalidade: PP 064/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 05/06/2020

Valor: R\$ 7.306,80

CONTRATO Nº. 165/2020 PMLM

OBJETO: A presente proposta tem como objeto a aquisição futura e parcelada de material de limpeza, copa e cozinha e expediente para atendimento das demandas das secretarias do Município do Lauro Muller/SC.

CONTRATADO: NICOLAU SATURNINO VIEIRA

Modalidade: PP 064/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 05/06/2020

Valor: R\$ 11.900,95

CONTRATO Nº. 166/2020 PMLM

OBJETO: A presente proposta tem como objeto a aquisição futura e parcelada de material de limpeza, copa e cozinha e expediente para atendimento das demandas das secretarias do Município do Lauro Muller/SC.

CONTRATADO: SSM COMERCIO DE TINTAS LTDA

Modalidade: PP 064/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 05/06/2020

Valor: R\$ 5.895,00

CONTRATO Nº. 167/2020 PMLM

OBJETO: A presente proposta tem como objeto a aquisição parcelada de material para confecção para elaboração de roupas de crianças que estejam em situação de vulnerabilidade atendimento conforme demandas da Secretaria de Assistência Social do Lauro Muller/SC.

CONTRATADO: ELISA CELESTINA MACHADO DE SOUZA LOLI ME

Modalidade: PP 076/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 08/06/2020

Valor: R\$ 6.633,90

CONTRATO Nº. 168/2020 PMLM

OBJETO: Conforme análise da Assessoria Jurídica, por força do artigo 24, inciso IV, da Lei Nº8.666/93, para fins de acolhimento do interdito conforme determinação judicial do processo de nº 5000628-90.2020.8.24.0087/SC.

CONTRATADO: CASA DE REPOUSO CANTINHO DO IDOSO

Modalidade: DISP 080/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 12/06/2020

Valor: R\$ 14.630,00

CONTRATO Nº. 169/2020 PMLM

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição parcelada de material de EPI's atendimento conforme demandas da Secretaria de Assistência Social do Lauro Muller/SC.

CONTRATADO: GARRA ENGENHARIA DE SEGURANÇA E SOLUÇÕES AMBIENTAL

Modalidade: PP 077/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 15/06/2020

Valor: R\$ 2.160,00

CONTRATO Nº. 170/2020 PMLM

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente aquisição de peças (mandíbula) para britador conforme demandas da secretaria de obras de Lauro Muller/SC.

CONTRATADO: FAITEC EQUIPAMENTOS LTDA EPP

Modalidade: PP 075/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 16/06/2020

Valor: R\$ 5.858,00

CONTRATO Nº. 171/2020 PMLM

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de aparelhos telefônicos, celulares, créditos de celular e chip atendimento conforme demandas da Secretaria de Assistência Social do Lauro Muller/SC.

CONTRATADO: GOLD COMPUTADORES LTDA

Modalidade: PP 078/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 17/06/2020

Valor: R\$ 3.628,00

CONTRATO Nº. 172/2020 PMLM

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de aparelhos telefônicos, celulares, créditos de celular e chip atendimento conforme demandas da Secretaria de Assistência Social do Lauro Muller/SC.

CONTRATADO: ANGELO DEMO ME

Modalidade: PP 078/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 17/06/2020

Valor: R\$ 919,50

CONTRATO Nº. 173/2020 PMLM

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente aquisição futura e parcelada de gramas esmeralda e mudas de flores da época para o ajardinamento de praças, jardins e demais áreas públicas do município de Lauro Muller/SC.

CONTRATADO: SOLIMAR ESPINDOLA MEI

Modalidade: PP 079/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 25/06/2020

Valor: R\$ 141.900,00

FUNDAÇÃO HOSPITALAR HENRIQUE LAGE

CONTRATO Nº. 059/2020 FHHL

OBJETO: A presente dispensa objetiva para prestação de serviços médicos de exame de ultrassonografia para atendimento das demandas da Fundação Hospitalar Henrique Lage, considerando três certames desertos anteriores, com fundamento no inciso XXVI, art. 24 da Lei Nº. 8.666/93, o qual foi submetido a exame da Assessoria Jurídica, que emitiu parecer favorável.

CONTRATADO: CLÍNICA MÉDICA SANTA CLARA LTDA

Modalidade: DISP 031/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 26/06/2020

Valor: R\$ 33.000,00

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO 301/PMLM/2020

OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição material de proteção (máscaras) para os servidores que estão trabalhando no surto do COVID-19 - Recurso MPSC.

CONTRATADO: MARILZA GILVANIA BET MARTINS ME

Modalidade: Compra Direta 076/PMLM/2020

Vigência: 31/12/2020

Valor: R\$8.750,00

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO 369/PMLM/2020

OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de recipiente plástico para álcool em gel para as demandas da secretaria de Administração do município.

CONTRATADO: AAP PESCADOR PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA

Modalidade: Compra Direta 086/PMLM/2020

Vigência: 31/12/2020

Valor: R\$442,50

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO 429/PMLM/2020

OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de uma máquina de costura para confecção de máscaras e aventais a serem utilizados na proteção dos funcionários em decorrência a pandemia do COVID-19.

CONTRATADO: SCHAMBECK & CITADIN LTDA ME

Modalidade: Compra Direta 095/PMLM/2020

Vigência: 31/12/2020

Valor: R\$1.197,00

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO 448/PMLM/2020

OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de 2 mil sacos plásticos que tem por finalidade a montagem de kits de alimentação que serão entregues para as famílias dos alunos da rede municipal de ensino, em virtude das suspensões das aulas pela pandemia do COVID-19.

CONTRATADO: BIG MIX COMÉRCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA ME

Modalidade: Compra Direta 098/PMLM/2020

Vigência: 31/12/2020

Valor: R\$1.500,00

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO 546/PMLM/2020

OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de gás de cozinha para as demandas da secretaria de Assistência Social. Com base no Decreto Federal que elencou a Assistência Social no rol de serviços essenciais, em decorrência da pandemia do corona vírus, a situação de isolamento social modifica a rotina das famílias nesse sentido as ações estão sendo desenvolvidas para os trabalhadores informais e autônomos.

CONTRATADO: AAP PESCADOR PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA

Modalidade: Compra Direta 102/PMLM/2020

Vigência: 31/12/2020

Valor: R\$699,00

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO 630/PMLM/2020

OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição kits de limpeza para as famílias cadastradas nos programas fornecidos pela secretaria de Assistência Social. Diante do protocolo de higienização em decorrência da pandemia da covid-19, faz se necessária o fornecimento desses kits, uma vez que a proteção é o principal fator de prevenção e contingenciamento do vírus.

CONTRATADO: AAP PESCADOR PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA

Modalidade: Compra Direta 106/PMLM/2020

Vigência: 31/12/2020

Valor: R\$6.290,20

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO 656/PMLM/2020

OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição kits de material de higiene e limpeza para as famílias em situação de vulnerabilidade, cadastradas em programas da secretaria de Assistência Social atendendo as exigências do Decreto Estadual e da FECAM devido a pandemia do COVID-19. Diante do protocolo de higienização em decorrência da pandemia da covid-19, faz se necessária o fornecimento desses kits, uma vez que a proteção é o principal fator de prevenção e contingenciamento do vírus.

CONTRATADO: AAP PESCADOR PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA

Modalidade: Compra Direta 107/PMLM/2020

Vigência: 31/12/2020

Valor: R\$3.447,00

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO 696/PMLM/2020

OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de equipamentos musicais para a realização de aulas online de música no programa LAUROMUSIC, projeto esse ofertado pela secretaria de Assistência Social atendendo as orientações do Governo Federal e da FECAM devido a pandemia do COVID-19.

CONTRATADO: A MUSICAL DE ORLEANS LTDA

Modalidade: Compra Direta 109/PMLM/2020

Vigência: 31/12/2020

Valor: R\$1.143,80

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO 731/PMLM/2020

OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de cesta básica para atender ao público de trabalhadores informais, que não são atendidos e acompanhados pelos CRAS/CREAS. Com base no Decreto Federal que elencou a Assistência Social no rol de serviços essenciais, em decorrência da pandemia do Corona Vírus, a situação de isolamento social modifica a rotina das famílias nesse sentido as ações estão sendo desenvolvidas para os trabalhadores informais e autônomos.

CONTRATADO: MERCADO LUCIANO LTDA EPP

Modalidade: Compra Direta 113/PMLM/2020

Vigência: 31/12/2020

Valor: R\$4.213,80

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO 16/FMS/2020

OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de equipamentos de segurança (máscaras e óculos) para as demandas da secretaria de Saúde do Município.

CONTRATADO: RG EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL EIRELI

Modalidade: Compra Direta 010/FMS/2020

Vigência: 31/12/2020

Valor: R\$1.019,00

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO 28/FMS/2020

OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de cartazes coloridos para auxiliar na divulgação de informações importantes referentes ao covid-19. Tal compra se justifica devido ao atual cenário que o município vem enfrente, conforme reconhecido pela organização mundial de saúde como um vírus de disseminação, além do decreto nº 50/2020 emitido pelo município decretando situação de emergência.

CONTRATADO: GRÁFICA E BRINDES GUGA LTDA

Modalidade: Compra Direta 015/FMS/2020

Vigência: 31/12/2020

Valor: R\$345,00

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO 29/FMS/2020

OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de TNT branco para a secretaria de Saúde confeccionar máscaras e aventais para o enfrentamento da pandemia do COVID-19. Tal compra se justifica devido ao atual cenário que o município vem enfrente, conforme reconhecido pela organização mundial de saúde como um vírus de disseminação, além do decreto nº 50/2020 emitido pelo município decretando situação de emergência.

CONTRATADO: NEIVA DE FATIMA FONTANELLA BENEDET ME

Modalidade: Compra Direta 016/FMS/2020

Vigência: 31/12/2020

Valor: R\$261,00

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO 43/FMS/2020

OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para serviço de divulgação de sonorização com moto de som para orientações a população referente ao COVID-19. Tal compra se justifica devido ao atual cenário que o município vem enfrente, conforme reconhecido pela organização mundial de saúde como um vírus de disseminação, além do decreto nº 50/2020 emitido pelo município decretando situação de emergência.

CONTRATADO: VALDENIR GONÇALVES

Modalidade: Compra Direta 020/FMS/2020

Vigência: 31/12/2020

Valor: R\$1.080,00

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO 75/FHHL/2020

OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de equipamentos de proteção (mascaras) para as demandas da Fundação Hospitalar Henrique Lage.

CONTRATADO: RG EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL EIRELI

Modalidade: Compra Direta 021/FHHL/2020

Vigência: 31/12/2020

Valor: R\$960,00

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO 85/FHHL/2020

OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para manutenção de respiradores e aparelhos de raio x, em virtude da emergência instalada a Fundação não possui técnico responsável para manutenção, sendo de suma importância para o atendimento do pacientes justificando assim tal contratação.

CONTRATADO: BIOMEDTRONIC COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA

Modalidade: Compra Direta 022/FHHL/2020

Vigência: 31/12/2020

Valor: R\$3.998,84

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO 146/FHHL/2020

OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de dispenser de parede para álcool em gel e papel toalha para as demandas da Fundação Hospitalar Henrique Lage.

CONTRATADO: ELETRO MONTEIRO MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

Modalidade: Compra Direta 026/FHHL/2020

Vigência: 31/12/2020

Valor: R\$607,00

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO 157/FHHL/2020

OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de luvas de procedimentos, tendo em vista que esse item não foi cotado no procedimento licitatório devido à grande demanda desse material em decorrência da pandemia do covid-19.

CONTRATADO: COOP CENTRAL DE COOPERATIVAS UNIMED RIO GRANDE DO SUL

Modalidade: Compra Direta 029/FHHL/2020

Vigência: 31/12/2020

Valor: R\$3.442,50

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO 158/FHHL/2020

OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de álcool em gel , tendo em vista à grande demanda desse material em decorrência da pandemia do covid-19.

CONTRATADO: ORLEANS INFORMÁTICA LTDA ME

Modalidade: Compra Direta 030/FHHL/2020

Vigência: 31/12/2020

Valor: R\$550,00

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO 214/FHHL/2020

OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de luvas de procedimentos devido ao surto do covid-19 a empresa vencedora do certame solicitou suspensão do item, sendo licitado novamente o mesmo foi deserto, a compra faz-se necessária até abertura de novo procedimento licitatório.

CONTRATADO: COOP CENTRAL DE COOPERATIVAS UNIMED RIO GRANDE DO SUL

Modalidade: Compra Direta 035/FHHL/2020

Vigência: 31/12/2020

Valor: R\$2.304,90

PORTARIA Nº 11/2020 - FHHL

Publicação Nº 2551804

Lauro Muller, 01 de julho de 2020.

Portaria nº 11/2020

Cleir Estevam, Diretor Geral da Fundação de Saúde de Lauro Muller, no uso de suas atribuições, consoante à Lei Municipal nº 1944/2017, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, ROSILANI BENEDET SCHU, para exercer a função de Copeira junto a Fundação de Saúde de Lauro M-ller, aprovada no Processo Seletivo nº 01/2019, pelo período de 02 de julho de 2020 à 02 de janeiro de 2021, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cleir Estevam

Diretor Administrativo

Fundação Hospitalar Henrique Lage

Rejani Amboni da Cunha

Diretora de Atenção à Saúde

Fundação Hospitalar Henrique Lage

PORTARIA Nº 12/2020 - FHHL

Publicação Nº 2551805

Lauro Muller, 01 de julho de 2020.

Portaria nº 12/2020

Cleir Estevam, Diretor Geral da Fundação de Saúde de Lauro Muller, no uso de suas atribuições, consoante à Lei Municipal nº 1944/2017 e,

CONSIDERANDO que a Fundação de Saúde de Lauro Muller realizou processo seletivo para a contratação de servidores, o qual foi homologado em 05/11/2019;

CONSIDERANDO que todos os candidatos aprovados no referido processo já foram convocados e nomeados, esgotando-se a lista de aprovados;

CONSIDERANDO que a Fundação não dispõe de tempo hábil, tampouco de previsão orçamentária para a imediata realização de novo processo seletivo;

CONSIDERANDO que a Fundação presta serviço público essencial na área da saúde, razão pela qual é imprescindível que conte com seu quadro completo;

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º da Lei Municipal nº 1862/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, LARISSA STANGHERLIN, para exercer a função de Técnica de Enfermagem junto a Fundação de Saúde de Lauro Muller, em caráter temporário, pelo período de 02 de julho de 2020 à 02 de outubro de 2020, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cleir Estevam
Diretor Administrativo
Fundação Hospitalar Henrique Lage

Rejani Diná Amboni da Cunha
Diretora de Atenção à Saúde
Fundação Hospitalar Henrique Lage

Lebon Regis

PREFEITURA

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº TP01/2020 - PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 14/2020

Publicação Nº 2552056

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC

ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº TP01/2020 - PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 14/2020.

Ato adjudicatório: O prefeito Municipal no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado, resolve: ADJUDICAR a presente licitação nestes termos: OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de quadra esportiva de grama sintética, bem como a revitalização na praça da gruta, incluindo fornecimento de materiais, localizada na rua Danilo Coferi, bairro Nossa Senhora de Lourdes no Município de Lebon Régis, conforme Termo de Referência, Memorial Descritivo e Projeto Básico (anexo I), partes integrantes deste Edital.

DATA DE ADJUDICAÇÃO: 06/07/2020.

- LOTE Nº 01 - UNIÃO FENILI ENGENHARIA EIRELI – CNPJ Nº 30.163.229/0001-08, com o valor total de R\$ 247.968,33 (duzentos e quarenta e sete mil, novecentos e sessenta e oito reais com trinta e três centavos), de acordo com o Contrato de Repasse nº 886716/2019/MC/CAIXA, celebrado com a União Federal, por intermédio do Ministério da Cidadania, representado pela Caixa Econômica Federal.

- LOTE Nº 02 - ESPORTE CENTER COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRELI - CNPJ: 22.528.813/0001-91, com o valor total de R\$ 92.808,55 (noventa e dois mil, oitocentos e oito reais com cinquenta e cinco centavos), que será executado exclusivamente com recursos próprios do Município de Lebon Régis/SC.

Lebon Regis, 06 de julho de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO – Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 14/2020 – TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2020

Publicação Nº 2552061

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 14/2020 – TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2020.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de quadra esportiva de grama sintética, bem como a revitalização na praça da gruta, incluindo fornecimento de materiais, localizada na rua Danilo Coferi, bairro Nossa Senhora de Lourdes no Município de Lebon Régis, conforme Termo de Referência, Memorial Descritivo e Projeto Básico (anexo I), partes integrantes deste Edital. DATA DE HOMOLOGAÇÃO: 06/07/2020. LICITANTES HOMOLOGADOS: LOTE 01 - UNIÃO FENILI ENGENHARIA EIRELI - CNPJ: 30.163.229/0001-08, com o valor total de R\$ 247.968,33.) será proveniente de recursos oriundos através do Contrato de repasse nº 886716/2019/MC/CAIXA, celebrado com a União Federal, por intermédio do Ministério da Cidadania, representado pela Caixa Econômica Federal.

LOTE 2 - ESPORTE CENTER COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRELI - CNPJ: 22.528.813/0001-91, com o valor total de R\$ 92.808,55, será executado exclusivamente com recursos próprios do Município de Lebon Régis.

Lebon Regis, 6 de julho de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO – Prefeito Municipal

Leoberto Leal

PREFEITURA

DECRETO N.º 064/2020

Publicação Nº 2552657

DECRETO N.º 064, DE 02 DE JULHO DE 2.020.

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR VENDEVAIS INTENSOS OU CICLONE EXTRA TROPICAL COBRADE - 12102, CONFORME IN/MI 02/2016.

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, SC, no uso de suas atribuições legais, e da competência que lhe confere o art.66, inciso VII e IX da Lei Orgânica do Município, e pelo inciso VI do Artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012.

CONSIDERANDO: O resultado dos estragos causados pelos fortes ventos derivados de ciclone bomba, assim classificado pela defesa civil, que atingiu todo o Município de Leoberto Leal, segundo dados da Defesa Civil, foram registrados destelhamentos, quedas de árvores, estragos na rede elétrica, desabamentos, obstrução de vias públicas, etc, conforme mapas das áreas afetadas que resultaram em danos e prejuízos, constantes no Sistema Integrado de Informações sobre desastres, parte integrante deste Decreto;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada situação de emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como 13215 - COBRADE, conforme IN/MI nº 02/2016.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto a comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência a população afetada pelo desastre, sob a coordenação do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do Artigo 5º da Constituição Federal autoriza-se as autoridades administrativas e os Agentes de Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo Único: Será responsabilizado o Agente Civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º Com base no inciso IV do Artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21/06/1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitações os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedados a prorrogação dos contratos.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011, revogada as disposições contrárias, devendo este Decreto vigor por um prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Leoberto Leal, 02 de julho de 2.020.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.378, DE 6 DE JULHO DE 2020.

Publicação Nº 2552326

DECRETO Nº 3.378, DE 6 DE JULHO DE 2020.

Nomeia Comissão de Credenciamento para atuarem no Credenciamento nº 1/2020 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º. Ficam nomeados, para compor a Comissão de Credenciamento para efetuarem a análise e aprovação dos documentos apresentados pelas empresas interessadas em participar do Edital de Credenciamento nº 1/2020, os seguintes servidores públicos:

I – Luciane Antônia Gugel.

II – Neiva Lúcia Pereira Chaves Von Dentz.

III – Odair Von Dentz.

IV – Tatiane Longo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 6 de julho de 2020.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LINDOIA DO SUL DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2551419

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2020 - 6º TA

O Secretário Municipal de Saúde de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: SANTA MARIA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

PROCESSO: 10/2016 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 06/2016

Objeto: Objetivando a alteração de horário, mantendo a carga horária

Vigência: Até 31 de dezembro de 2020.

Assinatura: 17 de junho de 2020.

Orvane Gherke Zanatta

Secretária Municipal de Saúde e Ação Social

EXTRATO DE ATAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDOIA DO SUL DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2551405

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2020 –

QUINTO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 76/2019

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: AUTO POSTO ATENA LTDA

PROCESSO: 67/2019 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 42/2019

Objeto: Objetivando a recomposição de preços para fornecimento de gasolina.

Valor: Supressão R\$ 3.226,41

Vigência: Até 31 de dezembro de 2020.

Assinatura: 12 de junho de 2020.

Genir Loli

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2020 –
SEXTO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 78/2019

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: SAFRA DIESEL LTDA
PROCESSO: 67/2019 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 42/2019
Objeto: Objetivando a recomposição de preços para fornecimento de óleo diesel.
Valor: Supressão R\$ 12.788,00
Vigência: Até 31 de dezembro de 2020.
Assinatura: 22 de junho de 2020.
Genir Loli
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2020 –
SETIMO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 78/2019

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: SAFRA DIESEL LTDA
PROCESSO: 67/2019 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 42/2019
Objeto: Objetivando a recomposição de preços para fornecimento de óleo diesel.
Valor: R\$ 10.988,00
Vigência: Até 31 de dezembro de 2020.
Assinatura: 25 de junho de 2020.
Genir Loli
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATOS DA CÂMARA LEGISLATIVA MUNICIPAL DE LINDOIA DO SUL DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2551434

PODER LEGISLATIVO DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 02/2020 - 5º TA

O Presidente do Poder Legislativo de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 56/2017 PREGÃO PRESENCIAL: 42/2017
Objeto: Objetivando o reajuste contratual.
Valor: R\$ 249,67
Vigência: Até 31 de agosto de 2020.
Assinatura: 30 de junho de 2020.

Genicler de Oliveira Luz Tombini
Presidente do Poder Legislativo de Lindóia do Sul

EXTRATO DE CONTRATOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDOIA DO SUL DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2551385

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 52/2020

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA - ME
Objeto: Objetivando a contratação de empresa especializada para realização de serviços de vistoria em caminhões, máquinas e equipamentos do município, com o objetivo de verificar se estão equipados com os dispositivos de segurança em consonância com o disposto na NR-12, com emissão de laudo técnico
Valor: R\$ 8.000,00
Vigência: 31 de dezembro de 2020.
Assinatura: 03 de junho de 2020.
Genir Loli -Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 53/2020 – 1º TA

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: KON MAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 16/2020 PREGÃO PRESENCIAL: 09/2020

Objeto: objetivando a reprogramação do valor do fornecimento de peças para conserto do trator de esteira komatsu, ano 2011, modelo D51EX.

Valor: R\$ 1.682,78

Vigência: Até 31 dezembro de 2020.

Assinatura: 03 de junho de 2020.

Genir Loli -Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL**EXTRATO DE CONTRATO****CONTRATO Nº 54/2020**

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: TOPSEG SERVIÇOS DE ENG. E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA

Objeto: Objetivando a prestação de serviços especializados em medicina e segurança do trabalho.

Valor: R\$ 14.532,20

Vigência: Até 31 dezembro de 2020.

Assinatura: 04 de junho de 2020.

Genir Loli -Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL**EXTRATO DE CONTRATO****CONTRATO Nº 55/2020 – 5º TA**

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 45/2017 PREGÃO PRESENCIAL: 35/2017

Objeto: Objetivando a prorrogação da vigência, e a reprogramação do valor do contrato de prestação de serviço de seguro de veículos da frota da prefeitura

Valor: R\$ 3.114,28

Vigência: Até 10 junho de 2021.

Assinatura: 05 de junho de 2020.

Genir Loli -Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL**EXTRATO DE CONTRATO****CONTRATO Nº 56/2020 – 6º TA**

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: GENTE SEGURADORA S.A.

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 45/2017 PREGÃO PRESENCIAL: 35/2017

Objeto: Objetivando a prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviço de seguro de veículos da frota da prefeitura

Vigência: Até 10 junho de 2021.

Assinatura: 05 de junho de 2020.

Genir Loli -Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL**EXTRATO DE CONTRATO****CONTRATO Nº 57/2020**

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: CONECT TURBO TELECOM EIRELI

Valor: R\$ 15.858,90

Objeto: Objetivando a contratação de empresa para implantação, operação e manutenção de links de acesso à internet para as repartições públicas municipais.

Vigência: Até 31 de agosto de 2020.

Assinatura: 10 de junho de 2020.

Genir Loli -Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL**EXTRATO DE CONTRATO****CONTRATO Nº 58/2020 – 2º TA**

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: KOPAV – PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 52/2019 TOMADA DE PREÇOS: 05/2019

Objeto: Prorrogação de prazo de execução de pavimentação asfáltica com c.b.u.q. nas Ruas Pequeno Príncipe e Travessa Iguaçu

Vigência: Até 06 julho de 2020.

Assinatura: 15 de junho de 2020.

Genir Loli - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 59/2020

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado VIAGENS ZONTA LTDA ME,

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 21/2020 PREGÃO PRESENCIAL: 13/2020

Objeto: objetivando a prestação de serviço de transporte coletivo, em regime de fretamento, de alunos da rede de ensino do município de Lindóia do Sul durante o ano letivo de 2020.

Valor: R\$ 88.366,40

Vigência: Até 31 de agosto de 2020.

Assinatura: 16 de junho de 2020.

Genir Loli -Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 60/2020 – 6º TA

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ANDRÉ LEMOS VIEIRA E CIA LTDA - ME

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 26/2019 TOMADA DE PREÇOS: 02/2019

Objeto: Objetivando a prorrogação do prazo de execução da obra de construção de ciclovia.

Vigência: Até 30 agosto de 2020.

Assinatura: 30 de junho de 2020.

Genir Loli -Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 61/2020

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: EPAGRI- EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 33/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2020

Objeto: Objetivando a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural

Valor: R\$ 28.000,00

Vigência: De 01 de julho até 31 de dezembro de 2020.

Assinatura: 30 de junho de 2020.

Genir Loli -Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 62/2020 – 10º TA

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 56/2017 PREGÃO PRESENCIAL: 42/2017

Objeto: objetivando o reajuste contratual.

Valor: R\$ 3.653,19

Vigência: Até 31 de agosto de 2020.

Assinatura: 30 de junho de 2020.

Genir Loli -Prefeito Municipal

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO 1-2020

Publicação Nº 2551819

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2020

GENIR LOLI – Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, torna público para conhecimento de todos os interessados que estão abertas a partir de 07/07/2020 as inscrições para o Credenciamento de empresas especializadas na realização de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de esgotos provenientes de limpeza de fossas de municípios de Lindóia do Sul que necessitarem dos serviços. O credenciamento inicia-se a partir do dia 7 de julho de 2020, sem data prevista para o encerramento.

A íntegra do Edital, esclarecimentos e informações aos interessados, poderão ser obtidos junto a Departamento de Compras e Licitações através do telefone (49) 3446-1177 Ramal 209, de segunda à sexta-feira, das 08h às 11h30 e das 13h30 às 17h, em dias considerados úteis, ou ainda pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br.

Lindóia do Sul-SC, 6 de julho de 2020.

GENIR LOLI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE EDITAL DE LEILÃO 02/2020 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDOIA DO SUL

Publicação N° 2552498

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE LEILÃO N° 02/2020

Genir Loli - Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de LEILÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO na forma da Lei nº 8.666/93, na alienação, pelo maior lance ofertado, De Bens Móveis considerados inservíveis e antieconômicos de propriedade do município de Lindóia do Sul, a se realizar no dia 24 de julho de 2020, as 14:30 horas. No site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.1177.

Lindóia do Sul - SC, 06 de julho de 2020.

Genir Loli - Prefeito Municipal

PORTARIA N° 179, DE 03 DE JULHO DE 2020.

Publicação N° 2552345

PORTARIA N° 179, DE 03 DE JULHO DE 2020.

Altera a Portaria n. 170, de 22 de junho de 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e, Considerando o Despacho proferido nos autos da Sindicância n. 2/2020 – Investigativa.

RESOLVE

Art. 1º. Alterar o art. 2º da Portaria n. 170, de 22 de junho de 2020, que passa a seguinte redação:

"Art. 2º. Irá assessorar os trabalhos a Procuradora Municipal Siméia Cristina Santin Pereira da Silva, matrícula n. 144."

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 03 de Julho de 2020.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Lontras

PREFEITURA

ADITIVO AO CONTRATO 33/2017

Publicação Nº 2551583

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO
Processo Nº 033/2017.

Objeto: locação de imóvel com área de 180,00 m² situado na Rua Rodolfo Leite, nº 61, centro de Lontras, para instalação da Secretaria de Assistência Social. Locador: Sindicato Dos Trabalhadores Rurais De Lontras, inscrito no CNPJ 83.781.815/0001-82. Prazo: 01 de julho de 2020 até 31 de dezembro de 2020. Valor: R\$ 1.215,70 (mil duzentos e quinze reais e setenta centavos) mensais. Lontras, 06 de julho de 2020 – MARCIONEI HILLESHEIM – PREFEITO.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 9, DE 3 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2551281

PORTARIA Nº 009/2020

GLAUCO ROLAND KÜHL, Presidente da Câmara de Vereadores de Lontras/SC, no uso de suas atribuições legais, resolve:

CONCEDER:
10 DIAS DE FÉRIAS EM PECÚNIA E 1/3 DE ABONO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS.

De acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 662/90 de 21 de dezembro de 1990 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lontras).

A ELÓI MARCONI, matrícula nº 4.987-0, admitido em 17/05/2016, ocupante do cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO do Quadro Efetivo da Câmara de Vereadores de Lontras/SC, CONCEDER o pagamento de 10 dias de férias em pecúnia e 1/3 de abono constitucional de férias, relativo ao período aquisitivo de 17/05/2019 à 17/05/2020.

Lontras/SC, 03 de julho de 2020
GLAUCO ROLAND KÜHL
Presidente

Ciente: _____

Luiz Alves**PREFEITURA****CONTRATO N.º 28/2020 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**

Publicação Nº 2551889

EXTRATO DO CONTRATO N.º 28/2020 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUIZ ALVES

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUIZ ALVES – CNPJ: 19.578.710/0001-21.

Contratado: PONTOGOV ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA LTDA. – CNPJ: 09.209.146/0001-16.

Do objeto: A CONTRATADA, na qualidade de única proprietária dos direitos do software GovGestão – Módulo SIOPS, confere à CONTRATANTE a licença de uso por prazo determinado, compreendendo locação do software a ser utilizado para efetuar a geração das planilhas dos relatórios da execução orçamentária e gestão fiscal, de acordo com a sua periodicidade, bem como, se obriga a prestar os serviços de atualização e atendimento técnico conforme especificado neste contrato.

Dos valores: Pela execução do objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais) por mês pela locação do software Gov Gestão – Módulo SIOPS, totalizando o montante de R\$ 1.380,00 (um mil e trezentos e oitenta reais), sendo a forma de pagamento em até 15 (quinze) dias após a data de emissão e entrega da nota fiscal do serviço acordado.

Do prazo: O prazo de vigência do presente contrato é de 06 (seis) meses, iniciando-se em 01 de julho de 2020 e término em 31 de dezembro de 2020.

Luiz Alves, 01 de julho de 2020.

Marcos Pedro Veber

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 144/2020

Publicação Nº 2552247

DECRETO N.º 144/2020

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária para o exercício de 2020 - Lei Municipal n.º 1.795, de 27 de novembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 08 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Unidade: 01 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

20.606.0007.2.017 – Manutenção das Atividades da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 41

Fonte de Recursos: 0.1.34.0001 – Convênio União: Aquisição de Trator Agrícola

Valor: R\$ 100.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recurso proveniente do excesso de arrecadação apurado no exercício de 2020, por conta de Recursos do Convênio União: Aquisição de Trator Agrícola, na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 06 de julho de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

DECRETO N.º 145/2020

Publicação N° 2552250

DECRETO N.º 145/2020

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária para o exercício de 2020 - Lei Municipal n.º 1.795, de 27 de novembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 79.900,00 (setenta e nove mil reais) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 08 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Unidade: 01 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

20.606.0007.2.017 – Manutenção das Atividades da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 41

Fonte de Recursos: 0.3.00.0098 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 79.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício de 2019, por conta dos Recursos Ordinários, na importância de R\$ 79.000,00 (setenta e nove mil reais).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 06 de julho de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

Luzerna

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO A ARP PML Nº 153/2019

Publicação Nº 2552672

1º TERMO ADITIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 153/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 089/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2019

Aos 06 (seis) dias do mês de julho ano de 2020, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, por intermédio da SECRETARIA DE SERVIÇOS INTEGRADOS DE INFRAESTRUTURA E AGROPECUÁRIA, representada neste ato por seu Secretário, Sr. VALDECIR RICHARDI, Órgão Gestor, denominado CONTRATANTE, e a empresa LOVATEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situado a Avenida Santa Terezinha nº 516, térreo, Centro, na cidade de Joaçaba/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 82.140.898/0001-68, neste ato representado por seu administrador Sr. ILOI LOVATEL, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 1.302.242 SSPSC e inscrito no CPF/MF sob o nº 486.420.539-68, denominado FORNECEDOR 06, ajustam entre si o presente termo aditivo ao REGISTRO DE PREÇO DESTINADO À AQUISIÇÃO, DE FORMA PARCELADA, DE FERRAGENS, FERRAMENTAS, MATERIAIS HIDRÁULICOS, ELÉTRICOS E DE CONSTRUÇÃO, ACESSÓRIOS E EQUIPAMENTOS PREVENTIVOS DE INCÊNDIO PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE LUZERNA/SC, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO VALOR

O presente Termo Aditivo tem como objeto, com a concordância das partes, aditar em 25% (vinte e cinco por cento) o item 439 (Telha ondulada 2,44x1,10m 6mm) correspondente a 25 (vinte e cinco) unidades, sem alteração de valor unitário, conforme estabelecido na Cláusula Décima da mencionada Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes do presente Termo Aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Ação (s): 04.002.20.606.0401.2421 - Manutenção da Subsecretaria de Agricultura e Meio Ambiente
04.008.15.451.0400.2408 – Manutenção e conservação de prédios públicos
07.001.12.361.0701.2711 – Manutenção da Educação – Fundamental
07.001.12.365.0701.2709 – Manutenção da Educação – Creche
07.001.12.365.0701.2710 – Manutenção da Educação – Pré escola
05.001.10.301.0500.2502 – Manutenção do bloco da Atenção Básica
06.001.08.244.0601.2603 – Manutenção do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

Modalidade de Aplicação:

3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fontes:

000 – Recursos Ordinários

001 – Receitas e Transferências de Impostos – Educação

002 – Receitas e Transferências de Impostos - Saúde

CLÁUSULA TERCEIRA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas na Ata permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 06 de julho de 2020.

VALDECIR RICHARDI

Secretário de Serviços Integrados de Infraestrutura e Agropecuária
CONTRATANTE

ILOI LOVATEL

LOVATEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
FORNECEDOR 06

TESTEMUNHAS:

1. ----- 2.-----

5º TERMO DE APOSTILAMENTO A ARP PML Nº 166.19

Publicação Nº 2552665

5º TERMO DE APOSTILAMENTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 166/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2019

Aos 06 (seis) dias do mês de julho do ano de 2020, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, nos termos da Portaria nº 097/20 de 26 maio de 2020, neste ato representado pelo Chefe de Gabinete, Sr. ITAMAR TONETTO, brasileiro, casado, servidor público, inscrito no CPF/MF sob o nº 014.174.411-19, e portador da cédula de identidade RG nº 8.363.186-4, denominado CONTRATANTE, e a empresa REDE PORTAL DE COMBUSTÍVEIS LTDA (filial 3), pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. 16 de fevereiro, 8-A, Box 1, Centro, no Município de Luzerna(SC), inscrita no CNPJ sob o nº 05.610.041/0004-66, neste ato representada por seu procurador, LAURI NITZ, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 041.625.659-70, portador da cédula de identidade nº 1.516.661-SESP/SC, residente e domiciliado no Município de Luzerna(SC), denominado FORNECEDOR 1, RESOLVEM, com supedâneo no artigo 65, § 8º, da Lei de Licitações e alterações posteriores, APOSTILAR a Ata de Registro de Preços n. 166/2019, nos termos que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO**

O presente Termo de Apostilamento tem por objeto, com a concordância das partes, com base na Cláusula 2.5. da ARP n. 166/2019, a partir de 07 de julho de 2020, reajustar o valor do item:

Item	Unid.	Descrição	Preço Unit. Reajustado
4	L	Gasolina Comum	R\$ 3,79

**CLÁUSULA SEGUNDA
DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas e condições firmadas na Ata e nos Aditivos permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 06 de julho de 2020.

ITAMAR TONETTO
MUNICÍPIO DE LUZERNA
CONTRATANTE

LAURI NITZ
REDE PORTAL DE COMBUSTÍVEIS LTDA (filial 3)
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. -----

Nome:

CPF:

2. -----

Nome:

CPF:

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 041/2020 - PE 022/2020 - MOBILIÁRIOS ESCOLARES PADRÃO FNDE - PML

Publicação Nº 2552575

MUNICÍPIO DE LUZERNA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Processo Licitatório 041/2020 - PML
Pregão Eletrônico nº 022/2020 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA, por intermédio da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, representada neste ato por sua Secretária, Sra. REGINA CARIN JACOBY CUREAU, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 041/2020, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preço

- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços destinado à aquisição eventual e futura de mobiliários escolares padrão FNDE para a Escola Municipal São Francisco, em conformidade com este Edital e Anexos que o integram.

- Proponente(s) Vencedora(s):
* PROJECLASSE INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS ESCOLARES LTDA.

- Valor total: R\$117.743,04

Luzerna (SC), 6 de julho de 2020.
REGINA CARIN JACOBY CUREAU
Secretária de Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 121/20

Publicação N° 2552371

PORTARIA N° 121/20 de 06 de Julho de 2020.
"DESIGNA SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- DESIGNAR o servidor ACASIR DUTRA, como responsável pelo abastecimento e lubrificação de máquinas e automóveis da Secretaria de Serviços Integrados em Infraestrutura e Agropecuária, durante o afastamento de ALDOMAR GUILHERME PASCOTTO, fazendo jus ao adicional de periculosidade, previsto nos arts.64 e 78 da Lei Complementar 164 de 25 de abril de 2017.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 07 Julho de 2020, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria n° 084 de 27 de Abril de 2020.

Luzerna(SC), 06 de Julho de 2020.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

Macieira

PREFEITURA

RELATÓRIO DE COMPRAS MÊS 06.2020 - FMAS

Publicação N° 2551238

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Junho/2020**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
Confecções Beli	Elastico	105	20,000	0,7500	15,00
Confecções Beli	Elastico 16	105	10,000	1,3900	13,90
Confecções Beli	Kit Joanelha	105	1,000	3,0000	3,00
Confecções Beli	LINHA	105	4,000	2,2500	9,00
Confecções Beli	Tecido Tergal	105	21,740	16,9000	367,41
Confecções Beli	Tecido Tricoline	105	28,560	18,9000	539,78
FARMÁCIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	Alcool Gel 5 Litros	104	2,000	59,9900	119,98
FARMÁCIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	Avental para proteção individual	104	20,000	8,9900	179,80
FARMÁCIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	Luva Latex	104	10,000	35,9000	359,00
FARMÁCIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	Mascara Descartavel em TNT	104	100,000	1,5900	159,00
FARMÁCIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	Mascara Tipo Viseira Simples	104	5,000	5,9900	29,95
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA ME	Comutador	109	1,000	160,0000	160,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA ME	MÃO DE OBRA	109	1,000	70,0000	70,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA ME	Socorro	109	1,000	40,0000	40,00
SERGIO FRANCISCO DOS SANTOS MEI	Bucha	107	5,000	0,2000	1,00
SERGIO FRANCISCO DOS SANTOS MEI	Cabo flexível 50 mm	107	6,000	3,0000	18,00
SERGIO FRANCISCO DOS SANTOS MEI	Cabo Telefone	107	6,000	1,5000	9,00
SERGIO FRANCISCO DOS SANTOS MEI	Canaleira	107	3,000	7,0000	21,00
SERGIO FRANCISCO DOS SANTOS MEI	MÃO DE OBRA	107	3,000	56,0000	168,00
SERGIO FRANCISCO DOS SANTOS MEI	PARAFUSO	107	10,000	0,2500	2,50
SERGIO FRANCISCO DOS SANTOS MEI	Tornada	107	1,000	28,0000	28,00
Total Geral do Mês ---->					2.313,32

RELATÓRIO DE COMPRAS MÊS 06.2020 - FMS

Publicação Nº 2551216

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Junho/2020**
 (Artigo 16 da Lei Nº. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
Agropecuária Abraão Eirili	Torneira Elétrica	489	5,000	145,0000	725,00
Ansileiro Manutenção	Troca de Ar Sala de vacina	496	1,000	200,0000	200,00
ARES GRAFICAS & EDITORA LTDA ME	Carimbo 4912	507	1,000	30,0000	30,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	abraçadeira	509	10,000	1,0000	10,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Alicate 6x6	509	1,000	15,5000	15,50
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	AREIA	509	1,000	100,0000	100,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Chapa 5/8	509	19,000	13,5000	256,50
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Cola de cano 75g	509	1,000	3,5000	3,50
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Desempenadeira	509	1,000	7,7200	7,72
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Desengraxante 5 L	509	1,000	35,5000	35,50
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Desengripante	509	2,000	12,5000	25,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	FECHADURA	509	1,000	43,0000	43,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Fita Veda Rosca	509	3,000	2,8000	8,40
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Flexinel	509	6,000	6,5000	39,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Joelho 100	509	15,000	2,0500	30,75
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Lampada Led 10 W	509	1,000	11,5000	11,50
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Liquikal	509	2,000	7,0000	14,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	LUVA	509	6,000	13,9000	83,40
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Massa corrida	509	2,000	11,5000	23,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	PARAFUSO	509	115,000	0,4000	46,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Pulverizador de Veneno	509	8,000	10,6000	84,80
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Saco de cimento	509	2,000	30,0000	60,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Tijolo	509	20,000	0,7800	15,60
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	tubo	509	36,500	2,6500	96,73
Copapel Comercio e Representações de papel Ltda	Refil Softcare Antisept Sumasept	508	37,000	38,6100	1.428,57
CS INFORMATICA LTDA	Capa Tablet	471	4,000	46,0000	184,00
CS INFORMATICA LTDA	Película p/ Tablet	471	4,000	31,0000	124,00
De Marco Ltda. Caçador	LAMPADA	477	2,000	150,0000	300,00
Eleiro Mecanica Ivonei Ltda ME	LAMPADA	474	2,000	25,0000	50,00
Eleiro Mecanica Ivonei Ltda ME	MÃO DE OBRA	474	1,000	20,0000	20,00
IVALDO MARTIN SCHULZE E CIA LTDA	Lona Impressão Digital	506	1,000	120,0000	120,00
FARMÁCIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	Azitromicina 500mg 1cp	513	3,000,000	2,4900	7.470,00
FARMÁCIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA	Totem Dispensador de gel	512	4,000	299,0000	1.196,00
FRANÇA & CIA LTDA - ME	Vulcanização de pneu	476	1,000	70,0000	70,00
IVORLEI RODRIGUES ME	Marmitas	511	40,000	13,0000	520,00
LGP MOVEIS	Lavadora de alta pressão, 740 libras, engate rápido e função auto stop e bio.	472	1,000	499,0000	499,00
MECANICA ATLAS LTDA	Lança com jato regulável.				
MECANICA ATLAS LTDA	Anel de vedação				
	Filtro Polern	505	1,000	1,4000	1,40
		505	1,000	130,0000	130,00

Página: 2/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Junho/2020**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECANICAATLAS LTDA	Kit Peças Filtro Ar Oleo	505	1,000	498,4100	498,41
MECANICAATLAS LTDA	Kit Revisão	505	1,000	41,8600	41,86
MECANICAATLAS LTDA	Oleo Sintetico 5 W 30	505	12,000	38,0200	456,24
MECANICAATLAS LTDA	Pano de limpeza	505	3,000	1,0300	3,09
MEDILAR IMPORT E DIST. DE PROD. MEDICO HO	Termometro Infravermelho	488	2,000	480,0000	960,00
SAVIAN ADMINISTRADORA LTDA	Bacia Ceramica	510	1,000	43,0000	43,00
SAVIAN ADMINISTRADORA LTDA	Buxinho	510	2,000	35,0000	70,00
SAVIAN ADMINISTRADORA LTDA	Buxinho Pequeno	510	7,000	15,0000	105,00
SAVIAN ADMINISTRADORA LTDA	Caixa de flores diversas	510	31,000	12,0000	372,00
SAVIAN ADMINISTRADORA LTDA	Cica	510	1,000	45,0000	45,00
SAVIAN ADMINISTRADORA LTDA	Espada Verde	510	1,000	15,0000	15,00
SAVIAN ADMINISTRADORA LTDA	Espada Amarela	510	1,000	15,0000	15,00
SAVIAN ADMINISTRADORA LTDA	Grama	473	70,000	10,4280	730,00
SAVIAN ADMINISTRADORA LTDA	Jarro de barro	510	1,000	65,0000	65,00
SAVIAN ADMINISTRADORA LTDA	Limitador de Grama	510	38,500	4,0000	154,00
SAVIAN ADMINISTRADORA LTDA	Palmeira Real	510	1,000	60,0000	60,00
SAVIAN ADMINISTRADORA LTDA	Pedra Blanca	510	8,000	15,0000	120,00
SAVIAN ADMINISTRADORA LTDA	Pedra Olho de Sapo	510	20,000	12,0000	240,00
SAVIAN ADMINISTRADORA LTDA	Vaso	510	1,000	130,0000	130,00
SAVIAN ADMINISTRADORA LTDA	Vaso Cimento Grande	510	1,000	35,0000	35,00
SERGIO FRANCISCO DOS SANTOS MEI	Arnela	523	2,000	0,5000	1,00
SERGIO FRANCISCO DOS SANTOS MEI	Bucha	523	2,000	0,2500	0,50
SERGIO FRANCISCO DOS SANTOS MEI	Carga de gás 13 Kg	523	1,500	100,0000	150,00
SERGIO FRANCISCO DOS SANTOS MEI	fita	523	1,000	10,0000	10,00
SERGIO FRANCISCO DOS SANTOS MEI	Fita isolante	523	1,000	6,0000	6,00
SERGIO FRANCISCO DOS SANTOS MEI	Lampada 15 w	523	2,000	15,0000	30,00
SERGIO FRANCISCO DOS SANTOS MEI	MÃO DE OBRA	523	6,000	71,3340	428,00
SERGIO FRANCISCO DOS SANTOS MEI	Pafionier Bocal	523	2,000	10,0000	20,00
SERGIO FRANCISCO DOS SANTOS MEI	PARAFUSOS	523	2,000	0,5000	1,00
SERGIO FRANCISCO DOS SANTOS MEI	Tomada	523	1,000	15,0000	15,00
VITAL TREINAMENTOS GERENCIAIS E PROFISSIONAL	Treinamento para equipe de Saude sobre enfrentamento do COVID 19	493	1,000	2.500,0000	2.500,00
Total Geral do Mês ---->					21.397,97

RELATÓRIO DE COMPRAS MÊS 06.2020 - PREFEITURA

Publicação Nº 2551211

Página: 1/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
 Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Junho/2020**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtd Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ALTO VALE DISTRIBUIDORA DE EPI EIRELLEPP	Alcool Gel 5 Litros	910	6,000	49,9000	299,40
BALANÇAS CRESGAL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	Aferição com o caminhão e peso Padrões	953	1,000	1,600,0000	1,600,00
BALANÇAS CRESGAL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	Cabo de Celula	953	1,000	150,0000	150,00
BALANÇAS CRESGAL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	Celulas de Carga	953	2,000	2,675,0000	5,350,00
BALANÇAS CRESGAL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	MÃO DE OBRA	953	1,000	1,200,0000	1,200,00
CASA DAS MANGUEIRAS CAÇADOR LTDA	Mangueira de Sucção e Descarga azul 4"	832	6,000	65,0000	390,00
CASA DOS PARAFUSOS CAÇADOR LTDA	Arruela	828	0,060	19,8300	1,19
CASA DOS PARAFUSOS CAÇADOR LTDA	ARRUELA LISA 1"	828	0,040	33,2400	1,33
CASA DOS PARAFUSOS CAÇADOR LTDA	ARRUELA LISA 5/8"	828	0,200	98,3300	19,67
CASA DOS PARAFUSOS CAÇADOR LTDA	Broca 4m	828	2,000	5,0800	10,17
CASA DOS PARAFUSOS CAÇADOR LTDA	Broca 5 mm	828	2,000	7,1700	14,34
CASA DOS PARAFUSOS CAÇADOR LTDA	Broca Aço 8,5mm	828	1,000	13,3400	13,34
CASA DOS PARAFUSOS CAÇADOR LTDA	macho Aço 2PC	828	1,000	151,7300	151,73
CASA DOS PARAFUSOS CAÇADOR LTDA	Parafuso 12 x 30	828	0,040	101,9300	4,08
CASA DOS PARAFUSOS CAÇADOR LTDA	Parafuso 16 x 40	828	0,200	237,2300	47,45
CASA DOS PARAFUSOS CAÇADOR LTDA	Parafuso 16 X 70	828	0,060	405,2100	24,31
CASA DOS PARAFUSOS CAÇADOR LTDA	Ponta Montagem B-136	828	2,000	3,0900	6,18
Chapemaquinas	Filtro Ar	899	1,000	84,3300	84,33
Chapemaquinas	Filtro Ar Condicionado	899	1,000	71,2300	71,23
Chapemaquinas	Filtro Ar Externo	899	1,000	178,5000	178,50
Chapemaquinas	Filtro Ar Interno	899	1,000	92,8100	92,81
Chapemaquinas	Filtro Combustível	899	1,000	99,5400	99,54
Chapemaquinas	FILTRO HIDR.	899	1,000	175,1000	175,10
Chapemaquinas	filtro lubrificante	899	1,000	88,5400	88,54
Chapemaquinas	Filtro separador	899	1,000	111,8500	111,85
Chapemaquinas	Filtro Transmissão	899	1,000	89,7100	89,71
Chapemaquinas	Óleo Dif	899	20,000	18,5300	370,60
Chapemaquinas	Óleo motor	899	20,000	16,2500	325,00
Chapemaquinas	Óleo Trans	899	20,000	18,5300	370,60
Chapemaquinas	Sensor	947	1,000	475,8500	475,85
Chapemaquinas	Termostato	947	1,000	389,2400	389,24
Chapemaquinas	Valvula de Expansão	947	1,000	483,5000	483,50
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Arame Galvanizado	876	1,000	13,0000	13,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	AREIA	864	1,000	120,0000	120,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Broca	876	2,000	6,5000	13,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Cabo	864	25,000	3,2000	80,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	caixa descarga	876	1,000	28,0000	28,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Cascalho Rio	864	2,000	280,0000	560,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Catracas	876	3,000	7,7000	23,10



Página: 2/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Junho/2020**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Cimento saco de 50 kg	876	1,000	28,0000	28,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Esguicho	864	2,000	7,0000	14,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	FECHADURA	864	1,000	43,5000	43,50
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	FECHADURA	876	2,000	43,0000	86,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Ferro	876	1,000	30,0000	30,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Fita isolante	864	1,000	4,5000	4,50
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Lima	876	1,000	20,6000	20,60
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Liquital	876	1,000	7,0000	7,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Oculos p/ proteção	864	4,000	8,6000	34,40
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Pá	864	1,000	32,5000	32,50
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	PARAFUSO	864	30,000	0,5000	15,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	PARAFUSO	876	20,000	0,4500	9,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Pincel	876	1,000	2,8000	2,80
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Prego 19x39	864	2,000	10,8000	21,60
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Pulverizador	913	4,000	75,0000	300,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Registro 20mm	864	1,000	5,0000	5,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Rolo de lá	876	2,000	9,3000	18,60
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Tamafine 20 c	876	1,000	14,0000	14,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Tinta esmalte sintético	876	1,000	8,2000	8,20
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Torneira	876	1,000	30,8000	30,80
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Trena	876	1,000	14,5000	14,50
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Válvula	876	1,000	3,0000	3,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	VASSOURA	876	1,000	17,5000	17,50
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Verniz	864	1,000	97,5000	97,50
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTI	Vidro incolor 3mm	876	0,480	77,0000	36,90
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Acendedor de fogão, com botão aperta click lume, com tamanho mínimo de 22 cm.	881	3,000	13,4000	40,20
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Acúcar refinado branco, pacotes de 5kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses	479	5,000	8,8000	44,00
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Acúcar refinado branco, pacotes de 5kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses	918	2,000	8,8000	17,60
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Alcool Liquido 70 INPM	907	30,000	6,9900	209,70
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Anies estrelado pacote c/ 20 gr	481	4,000	1,9000	7,60
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Anies estrelado pacote c/ 20 gr	881	3,000	1,9000	5,70
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Banana Caturra. Características: tamanho médio em processo de amadurecimento. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira.	918	113,200	2,5200	285,26
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Bomba de chimarrão.	881	1,000	13,0000	13,00

Página: 3/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Junho/2020**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Canela em casca - 10 Gr o pacote	918	1,000	1,7500	1,75
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Cera líquida incolor, embalagens de no mínimo 750 ml, polimentável para pisos rde alto fluxo de pessoas, bem como superfícies que requerem brilho e proteção, antiderrapante, com registro no Ministério da Saúde, embalagem intacta, bem vedada e com lacre do fabricante.	881	6,000	4,6000	27,60
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Chá em saquinho sabor cidreira. Acondicionado em caixas contendo 10 unidades, em embalagens vedada, com odor característico do produto.	479	8,000	3,1500	25,20
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Chá em saquinho sabor erva doce. Acondicionado em caixas contendo 10 unidades, em embalagens lacradas, devendo conter odor característico do produto.	479	4,000	3,3500	13,40
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Chá em saquinho sabor maçã. Acondicionados em caixa contendo 10 unidades, em embalagens vedada, com odor característico do produto.	479	4,000	3,2500	13,00
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Chá em saquinho sabor maçã. Acondicionados em caixa contendo 10 unidades, em embalagens vedada, com odor característico do produto.	918	2,000	3,2500	6,50
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Desinfetante, com princípio ativo cloro aquil benzil, composição básica monil fenol, etoxilado, essência, corante e outras substâncias química, permitidas, fragrâncias sortidas (pinho, talco, eucalipto, floral), embalagem de 5 litros, devendo conter informações do fabricante, notificação na ANVISA, responsável químico e registro no Ministério da Saúde. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante	481	10,000	9,9000	99,00
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Desinfetante, com princípio ativo cloro aquil benzil, composição básica monil fenol, etoxilado, essência, corante e outras substâncias química, permitidas, fragrâncias sortidas (pinho, talco, eucalipto, floral), embalagem de 5 litros, devendo conter informações do fabricante, notificação na ANVISA, responsável químico e registro no Ministério da Saúde. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante	881	6,000	9,9000	59,40
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Detergente líquido, frasco plástico de no mínimo 500 ml, contendo no mínimo os componentes ativos: linear alquil benzeno e sulfonato de sódio, contendo também no mínimo tensoativos aniónicos, conservantes, ser biodegradável e aprovado dermatologicamente, conter na embalagem número da ANVISA e autorização do Ministério da Saúde, com data de fabricação e validade. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante.	481	10,000	1,2500	12,50
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Detergente líquido, frasco plástico de no mínimo 500 ml, contendo no mínimo os componentes ativos: linear alquil benzeno e sulfonato de sódio, contendo também no mínimo tensoativos aniónicos, conservantes, ser biodegradável e aprovado dermatologicamente, conter na embalagem número da ANVISA e autorização do Ministério da Saúde, com data de fabricação e validade. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante.	881	15,000	1,2500	18,75
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Luva Latex	907	6,000	45,0000	270,00
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Luvas descartáveis transparente caixa c/ 100 unidades	881	4,000	2,8000	11,20
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Sal refinado e lodado pacotes de até 1 Kg e conforme descrições do anexo I do Edital.	918	100,000	1,1900	119,00
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Saponáceo líquido, com princípio ativo alquil benzeno, sulfonato de sódio, abrasivo, coadjuvantes, atenuador de espuma e fragrância, com tensoativo biodegradáveis, com informações na embalagem do fornecedor e notificação na ANVISA, embalagem plástica contendo no mínimo 300 ml. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante.	481	10,000	2,7100	27,10
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Touca descartável, gramatura, sanfonada confeccionada em TNT, pacote com 100 unidades, embalagem com informações do fabricante.	881	4,000	6,4500	25,80

Página: 4/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Junho/2020**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COMPE INFORMATICA LTDA	BATERIA 12A/7A	870	1,000	99,0000	99,00
COMPE INFORMATICA LTDA	Bateria p/ Relógio Ponto	908	1,000	120,0000	120,00
COMPE INFORMATICA LTDA	MÃO DE OBRA	870	1,000	80,0000	80,00
COMPE INFORMATICA LTDA	Serviço de Limpeza e Desoxidação.	908	1,000	150,0000	150,00
CS INFORMATICA LTDA	Fonte ATX	896	1,000	159,0000	159,00
CS INFORMATICA LTDA	Formatação.	896	1,000	100,0000	100,00
CS INFORMATICA LTDA	Serviço Técnico	896	1,000	100,0000	100,00
DELICR BOESING ME	Tubo de concreto de 0,30 x 1,00 mt	945	70,000	31,9600	2.237,20
DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES PETRO OEI	Graxa lubrificante multipla aplicação a base de lítio grau NL GL-2	889	1,000	2.200,0000	2.200,00
EDITORA FOLHA DE VIDEIRA LTDA	Publicação de aviso Concorrência Pública Nº 0001/2020	900	1,000	205,0000	205,00
EDITORA FOLHA DE VIDEIRA LTDA	Publicação de aviso de Leilão Público Nº 001/2020	900	1,000	155,0000	155,00
Eleiro Mecanica Ivonei Ltda ME	Balançamento	858	4,000	15,0000	60,00
Eleiro Mecanica Ivonei Ltda ME	Bieleira	932	2,000	48,0000	96,00
Eleiro Mecanica Ivonei Ltda ME	Cambagem	858	2,000	35,0000	70,00
Eleiro Mecanica Ivonei Ltda ME	Geometria	858	1,000	50,0000	50,00
Eleiro Mecanica Ivonei Ltda ME	Geometria	932	1,000	50,0000	50,00
Eleiro Mecanica Ivonei Ltda ME	GRAMPO	932	4,000	1,0000	4,00
Eleiro Mecanica Ivonei Ltda ME	Lâmpada meia luz	932	1,000	3,0000	3,00
Eleiro Mecanica Ivonei Ltda ME	Mão de obra colocação de peças	932	1,000	210,0000	210,00
Eleiro Mecanica Ivonei Ltda ME	Pivo	932	2,000	80,0000	160,00
ELEITROMECANICA IVONEI LTDA ME	Bateria de 48 Amperes	912	1,000	250,0000	250,00
Encanto Decoração e Acabamento	Persianas Vertical Tecido	873	6,000	307,2300	1.843,38
EVALDO MARTIN SCHULZE E CIA LTDA	Conjunto de Adesivo Impressão Digital com recorte Eletrônico Branco para portas e Traseira.	946	1,000	200,0000	200,00
ILÁRIO TOMAZI	FEIJÃO	898	30,000	5,0000	150,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Cenoura tenra, firme, sem manchas e batidas na casca. Embalados em plástico de polietileno transparente conform descrições do anexo I do Edital.	919	70,000	3,7000	259,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Arroz parbolizado tipo 1, longo fino, Pacotes de 5 Kg. O produto deve ser de boa qualidade, safra corrente, isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas. Não deve apresentar grãos distórficos (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 6 meses.	919	100,000	10,4000	1.040,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Cravo da Índia. Embalagem contendo 10g do produto e conforme descrições do anexo I do Edital.	919	2,000	1,8000	3,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Cuia média para chimarrão, em porongo, com pés fixos.	859	1,000	20,4000	20,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Desentupidor de banheiro, composto com soda	482	2,000	11,4000	22,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate, pacotes de 1 kg. O produto deverá apresentar cor e aroma característicos, sem sujidades, embalagens bem vedadas, intactas	482	10,000	7,9500	79,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate, pacotes de 1 kg. O produto deverá apresentar cor e aroma característicos, sem sujidades, embalagens bem vedadas, intactas	882	10,000	7,9500	79,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Escovão com cabo para calçada, com cerdas resistentes tipo piaçava com cabo de no mínimo 1,40cmx28mm, dimensões mínimas 60x6x8,5	482	1,000	10,8500	10,85

Página: 5/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Junho/2020**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Farinha de trigo especial, tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico. Pacotes de 5 kg. Cada 100g deve fornecer no mínimo 4,2 mg de ferro e 150 mcg de ácido fólico. Não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto. A rotulagem deverá apresentar registro no Ministério da Saúde.	919	50,000	10,5000	525,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Feijão preto, tipo 1, selecionado, da última safra, constando no mínimo 90% de grãos na cor característica, variedade correspondente de tamanho e formatos naturais, maduros, limpos e secos. Será permitido o limite de 2 de impurezas e materiais estranhos, obedecendo a Portaria 161 de 24/07/87 - M.A. Embalagem de 1 Kg, devendo estar intacta, bem vedada e constar data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto.	919	108,000	4,1500	448,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Filtro de papel para café nº 103, embalagens com no mínimo 30 unidades.	482	10,000	2,7500	27,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Leite UHT integral longa vida. Embalagem tetra pak contendo 1 litro. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, informação nutricional e registro no Ministério da Agricultura e apresentar Laudo Bromatológico.	919	470,000	2,5000	1.175,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Lixeira plástico c/ tampa 30 litros	482	2,000	19,7000	39,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Óleo de soja refinado, latas de 900 ml, não devendo estar amassadas, enterrujadas ou estufadas, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 3 meses da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	919	100,000	3,2000	320,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Ovo de galinha. Características: fresco, casca livre de rachaduras e sujidades. Embalagens contendo 1 dúzia cada, devendo estar intacta e constar prazo de validade.	919	100,000	4,9000	490,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel higiênico branco, fardo com 64 rolos, sendo embalagem plástica com 04 rolos de 60 metros, devendo constar na embalagem 100% fibras naturais ou 100% celulose e identificação do fabricante.	482	2,000	37,9500	75,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel toalha, com alto poder de absorção, contendo 02 rolos de no mínimo 60 toalhas cada, nas medidas mínimas de 20X22 cm, devendo conter informações do fabricante.	482	15,000	2,5000	37,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco p/ lixo 100 litros, com dimensão mínima de 75X90, na cor preta, de alta resistência. De acordo com as normas da ABNT. Pacotes com 05 unidades.	482	10,000	1,9300	19,30
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco p/ lixo 100 litros, com dimensão mínima de 75X90, na cor preta, de alta resistência. De acordo com as normas da ABNT. Pacotes com 05 unidades.	882	10,000	1,9300	19,30
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco p/ lixo 100 litros, com dimensão mínima de 75X90, na cor preta, de alta resistência. De acordo com as normas da ABNT. Pacotes com 05 unidades.	904	5,000	1,9300	9,65
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco plástico transparente, em polietileno, picotado, com medidas mínimas de 28x40 c/ 100 unidades, embalagem lacrada intacta, devendo conter informações do fabricante.	882	8,000	6,5500	52,40
KAROLINE MORESCO	Pedra brita mista	894	22,000	31,9000	701,80
KAROLINE MORESCO	Pedrisco -	894	22,000	37,8000	831,60
KAROLINE MORESCO	Pedrisco -	902	227,500	37,8000	8.599,50
KAROLINE MORESCO	Pedrisco -	906	227,500	37,8000	8.599,50
Leandro Jose Eulauterio	CONCERTO DE PNEU	951	1,000	10,0000	10,00
Leandro Jose Eulauterio	CONCERTO DE PNEU	951	2,000	35,0000	70,00
Leandro Jose Eulauterio	Lavação Completa	839	1,000	40,0000	40,00

Página: 6/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Junho/2020**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
Leandro Jose Eulauterio	Montagem e Desmontagem de pneu	950	1,000	20,0000	20,00
Leandro Jose Eulauterio	Montagem e Desmontagem de pneu	951	4,000	45,0000	180,00
LENOIR POMPEO COMERCIO DE PRODUTOS DE	Limpa vidros, embalagem de plástico contendo no mínimo 500 ml, composição mínima de: álcool etanol, solvente, fragrância, devendo constar na embalagem químico responsável, data de fabricação e ser notificado na ANVISA ou Ministério da Saúde. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante	884	10,000	3,0000	30,00
LENOIR POMPEO COMERCIO DE PRODUTOS DE	Luvas látex P/M/G (p/ limpeza) antiderrapante	884	20,000	3,5000	70,00
LENOIR POMPEO COMERCIO DE PRODUTOS DE	Luvas látex P/M/G (p/ limpeza) antiderrapante	905	1,000	3,5000	3,50
LENOIR POMPEO COMERCIO DE PRODUTOS DE	Pano para limpeza, composição 85% algodão, tamanhos mínimo 58x78 cm, cores predominantemente escuras (toalha de banho)	884	15,000	3,9000	58,50
LENOIR POMPEO COMERCIO DE PRODUTOS DE	Saco p/ lixo 50 litros, com dimensão mínima de 62x70, na cor preta, de alta resistência. De acordo com as normas da ABNT. Pacotes com 10 unidades.	884	20,000	1,9000	38,00
LENOIR POMPEO COMERCIO DE PRODUTOS DE	Saponáceo pó, com princípio ativo alquil benzeno, sulfonato de sódio, abrasivo, coadjuvantes, atenuador de espuma e fragrância, com tensioativo biodegradáveis, com informações na embalagem do fornecedor e notificação na ANVISA, embalagem plástica contendo no mínimo 300 gramas. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante.	884	8,000	2,2000	17,60
LENOIR POMPEO COMERCIO DE PRODUTOS DE	Toalha de papel, embalagem com 1.000 folhas, na cor creme, interfolha, nas dimensões mínimas 20x21 cm, embalagem contendo informações do fabricante.	884	21,000	6,6500	139,65
LGP MOVEIS	Luva Anti-vibração	923	1,000	129,0000	129,00
Luhirs Industria e Comércio de Produtos Metalurgico	Tubo redondo cortado	949	1,000	270,7200	270,72

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Junho/2020**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 7/11

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
M.R. CAMINHÕES EIRELI	<p>Caminhão novo, 0 km, 6x4, com 4° eixo com suspensão pneumática, equipado com plataforma para transporte de máquinas e equipamentos, compreendendo as seguintes especificações mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">- Ano 2020 ou superior;- Modelo 2020 ou superior;- Cor branca;- Motor diesel com no mínimo 06 cilindros;- Potência mínima de 280 cvs;- Protetor de Carter;- Direção hidráulica;- Freios com tambor e ABS;- Com ar condicionado;- Pneus novos radiais sem câmara, de escultura mista na dianteira e trativa fora de estrada na tração;- Com tacôgrafo digital;- Com sistema de som AM/FM/USB/ Bluetooth; <p>Plataforma para transporte de máquinas com no mínimo 9.500 mm de comprimento e largura de 2.800 mm, visando a legislação vigente;</p> <ul style="list-style-type: none">- Plataforma com rampa traseira escamotável com acionamento eletrohidráulico, com sapatas hidráulicas;- Plataforma com dispositivo para travamento de esteiras, evitando o deslizamento lateral;- Plataforma com assaolho estrutura de chapa de aço de no mínimo 4,75 mm revestido com madeira;- Rampas traseiras de no mínimo 70 mm x 2,50 metros;- Catraca longitudinal para fixação de cintas de amarração;- Deverá conter 02 (dois) trantes na longitudinais no chassi, dando maior resistência;- Com garantia mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega;- Demais equipamentos obrigatórios exigidos pelas Leis vigentes (Resoluções e Portarias do CONTRAN e DENATRAN). <p>Arame recozido</p> <p>AREIA</p> <p>Barra de ferro 3/8"</p> <p>cal virgem</p> <p>Carrinho de mão</p> <p>Cimento</p> <p>Cimento saco de 50 kg</p> <p>Desengripante</p> <p>Disco de corte</p> <p>Eletrodo 4,0mm</p> <p>Enchada</p> <p>Enchada Pequena</p> <p>Ferro</p> <p>Lima</p> <p>Óleo lubrificante</p> <p>Pá</p>		1,000	421,098,0000	421,098,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO		860	1,000	9,0000	9,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO		860	3,000	115,0000	345,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO		860	14,000	32,0000	448,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO		860	5,000	5,0000	25,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO		833	1,000	128,0000	128,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO		869	1,000	28,0000	28,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO		860	18,000	26,5000	477,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO		830	1,000	8,5000	8,50
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO		830	4,000	13,8000	55,20
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO		830	1,600	23,5000	37,60
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO		833	1,000	45,0000	45,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO		833	1,000	30,0000	30,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO		869	1,000	35,0000	35,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO		830	1,000	6,5000	6,50
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO		830	1,000	34,5000	34,50
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO		833	1,000	35,0000	35,00

Página: 8/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Junho/2020**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Pá Pequena	833	1,000	21,0000	21,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Rastel	833	1,000	38,0000	38,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Rastel Pequeno	833	1,000	24,0000	24,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Regador	833	1,000	16,0000	16,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Tesoura p/ poda	833	1,000	14,5000	14,50
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Tijolo	869	60,000	0,7500	45,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Tijolo c/ 6 furos	860	500,000	1,1000	550,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	tubo	830	12,000	5,0000	60,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Vidro Liso 3 mm	931	4,300	77,0000	331,10
MACROCEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	Fechadura Haga Milano	928	2,000	148,0000	296,00
MARILUCI BORGIA LOCATELLI	Mascara de Proteção em Tecido	948	50,000	10,0000	500,00
MECANICA FARENZENSA LTDA	Bateria 150 HP	877	1,000	695,0000	695,00
MECANICA FARENZENSA LTDA	Bomba d' agua	837	1,000	50,0000	50,00
MECANICA FARENZENSA LTDA	Bucha Dianteira Feixe Mola	829	4,000	55,0000	220,00
MECANICA FARENZENSA LTDA	Buchas	927	2,000	30,0000	60,00
MECANICA FARENZENSA LTDA	Buchas 347	927	2,000	48,0000	96,00
MECANICA FARENZENSA LTDA	Chave	837	1,000	100,0000	100,00
MECANICA FARENZENSA LTDA	Deslocamento	862	1,000	56,0000	56,00
MECANICA FARENZENSA LTDA	Deslocamento	877	1,000	112,0000	112,00
MECANICA FARENZENSA LTDA	HORIMETRO	862	1,000	240,0000	240,00
MECANICA FARENZENSA LTDA	Interruptor	862	1,000	50,0000	50,00
MECANICA FARENZENSA LTDA	Limpeza de peças	925	1,000	15,0000	15,00
MECANICA FARENZENSA LTDA	LUVÁ	837	2,000	0,5000	1,00
MECANICA FARENZENSA LTDA	MÃO DE OBRA	837	1,000	180,0000	180,00
MECANICA FARENZENSA LTDA	MÃO DE OBRA	862	1,000	180,0000	180,00
MECANICA FARENZENSA LTDA	MÃO DE OBRA	925	1,000	140,0000	140,00
MECANICA FARENZENSA LTDA	Mão de Obra Referente a teste elétrico e curto no Painel	877	1,000	340,0000	340,00
MECANICA FARENZENSA LTDA	PORTA ESCOVA	925	1,000	50,0000	50,00
MECANICA FARENZENSA LTDA	Relé auxiliar	862	1,000	20,0000	20,00
MECANICA FARENZENSA LTDA	Retentor	924	1,000	65,0000	65,00
MECANICA FARENZENSA LTDA	Terminal	837	2,000	0,7500	1,50
MECANICA FARENZENSA LTDA	Terminal	877	2,000	10,0000	20,00
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Arnela	879	1,000	190,0000	190,00
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	BATENTE	879	2,000	448,0000	896,00
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Borracha Estabilizador	879	2,000	24,0000	48,00
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	BUCHA ESTABILIZADOR	879	2,000	22,5800	45,16
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Embreagem Viscosa	836	1,000	1,135,7400	1,135,74
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Engrenagem Bloqueio Dif	879	1,000	2,350,0000	2,350,00
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Mancal	836	1,000	416,8200	416,82

Página: 9/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Junho/2020**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Prego Unitário	Prego Total
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Mangueira radiador	834	1,000	356,9800	356,98
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Mola Conjunto Mecanismo	879	1,000	176,0000	176,00
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Remover e revisar o Diferencial	879	1,000	800,0000	800,00
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Rolamento pinhão	879	1,000	220,0000	220,00
MEDILAR IMPORT E DIST. DE PROD. MEDICO HO	Termometro Infravermelho	857	2,000	480,0000	960,00
ORLANDO PATEL	Caixa de flores diversas	952	350,000	0,7800	273,00
ORLANDO PATEL	MUDAS DE FLOR	929	350,000	0,7800	273,00
PA MUNHOZ EIRELI	Detergente de alumínio para lavagem de motores para lavagem de motores, forjados, chassis de veículos. O produto deve ter registro na ANP. Tambor de 200 litros.	890	1,000	399,0000	399,00
PA MUNHOZ EIRELI	Detergente desengraxante para limpeza pesada de chassis, motores e peças	890	1,000	399,0000	399,00
Papelmax	Bobina 57 X 40 Termica para Relógio Ponto	930	1,000	119,0000	119,00
PEDREIRA TREZE TÍLIAS LTDA EPP	Pedra brita n° 01	861	163,000	42,0000	6.846,00
Radiadores Videira	Conserto radiador	835	1,000	350,0000	350,00
Radiadores Videira	Prestação de Serviço Troca Corneia Radiador , Conserto Radiador	835	1,000	2.040,0000	2.040,00
RONALDO CERRY	Película p/ janelas	872	1,000	630,0000	630,00
Sergio Felipe Locatelli	Abertura de Alumínio com Tela Mosquiteira	911	1,000	2.520,0000	2.520,00
Sergio Felipe Locatelli	Cerca de Ferro com portão de Correr	874	1,000	3.760,0000	3.760,00
SERGIO FRANCISCO DOS SANTOS MEI	Cabo Telefone	914	35,000	1,2000	42,00
SERGIO FRANCISCO DOS SANTOS MEI	Fita isolante	914	1,000	6,0000	6,00
SERGIO FRANCISCO DOS SANTOS MEI	MÃO DE OBRA	914	5,000	67,2000	336,00
SIVIERO DIESEL LTDA	Óleo diesel S10	826	9,700,000	2,6500	25.705,00
SIVIERO DIESEL LTDA	Óleo diesel S10	827	300,000	2,6500	795,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Água sanitária - 5 litro	483	8,000	6,7500	54,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Água sanitária - 5 litro	883	10,000	6,7500	67,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Álcool gel, etílico hidratado, 70 INPM, frasco de no mínimo 480 gramas, contendo na embalagem informações do fabricante, data de fabricação e validade, responsável químico, notificação na ANVISA.	883	9,000	9,7000	87,30
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Amaciante de roupas, contendo tensoativo catiônico, espessante, sequestrante, agente controlador de PH, corante, fragrância água, componente ativo biodegradável, embalagens de no mínimo 05 litros, com informações do fabricante, data de fabricação e validade, e notificação na ANVISA. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante.	483	8,000	10,7000	85,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Biscoito doce tipo maria, Pacotes de 740g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 1 ano, informação nutricional e ingredientes	920	90,000	6,4000	576,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Café torrado moído tradicional. De boa qualidade, com selo de pureza ABIC. Embalagens de 500 g, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de 12 meses.	480	15,000	6,8500	102,75

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Junho/2020**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 10/11

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Café torrado moído tradicional. De boa qualidade, com selo de pureza ABIC. Embalagens de 500 g, devendo estar intacta, bem vedada e constar, data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de 12 meses.	920	4,000	6,8500	27,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carga de gás, de 13 kg, botijão em boa conservação, bem vedado, intacto, dentro das normas da Agência Nacional de Petróleo, Gás natural e bio-combustível (ANP), instalado no local descrito na Autorização de Fornecimento.	483	1,000	79,6000	79,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carga de gás, de 13 kg, botijão em boa conservação, bem vedado, intacto, dentro das normas da Agência Nacional de Petróleo, Gás natural e bio-combustível (ANP), instalado no local descrito na Autorização de Fornecimento.	891	1,000	79,6000	79,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico descartável médio, capacidade mínima de 180 ml, cor branco ou transparente, sem rebarbas, material resistente, tiras com 100 unidades, embalagem com informações do fabricante.	483	20,000	2,3500	47,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico descartável médio, capacidade mínima de 180 ml, cor branco ou transparente, sem rebarbas, material resistente, tiras com 100 unidades, embalagem com informações do fabricante.	883	8,000	2,3500	18,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico descartável médio, capacidade mínima de 180 ml, cor branco ou transparente, sem rebarbas, material resistente, tiras com 100 unidades, embalagem com informações do fabricante.	891	1,000	2,3500	2,35
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico descartável médio, capacidade mínima de 180 ml, cor branco ou transparente, sem rebarbas, material resistente, tiras com 100 unidades, embalagem com informações do fabricante.	483	8,000	10,9500	87,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Macarrão com ovos tipo espaguete reto	920	110,000	4,5000	495,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Multi-uso de limpeza pesada, composto de dodecil benzeno sulfonato de sódio, tensoativos não iônicos, coadjuvantes, solubilizante, sequestrante, éter glicólico, álcool, corante, água, perfume e conservante, em embalagens de 05 litros, contendo informações do fabricante, químico responsável e notificação da ANVISA. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante.	483	6,000	10,3500	62,10
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sabão em pó, contendo tensoativos biodegradáveis com efeito multi-ação e partículas de extra limpeza, embalagem contendo no mínimo 01 kg, com informações do fabricante.	483	8,000	4,9000	39,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sabonete líquido, antibactericida, embalagem contendo 05 litros, contendo informações do fabricante, químico responsável e notificação na ANVISA.	883	8,000	25,0000	200,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Toalha de papel, embalagem com 1.000 folhas, na cor branca, interfolha, nas dimensões mínimas 20x21cm, embalagem contendo informações do fabricante não reciclado.	883	10,000	8,5000	85,00
Videquip Comercio de Ferramentas	Eletrodo 48,04 4,00	922	9,518	43,0000	409,27
Vielmaquinas Comercio e Serviço Ltda	Dente Central	856	5,000	92,4400	462,20
Vielmaquinas Comercio e Serviço Ltda	Filtro Ar Externo	831	1,000	121,5500	121,55
Vielmaquinas Comercio e Serviço Ltda	Filtro Ar Interno	831	1,000	58,4100	58,41
Vielmaquinas Comercio e Serviço Ltda	Filtro Combustivel	831	1,000	70,6000	70,60
Vielmaquinas Comercio e Serviço Ltda	Filtro separador	831	1,000	70,4800	70,48

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Junho/2020**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 11/11

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
Vielmaquinas Comercio e Serviço Ltda	Parafuso lamina	856	10,000	3,4000	34,00
Vielmaquinas Comercio e Serviço Ltda	Porca	856	10,000	1,0600	10,60
Total Geral do Mês ---->					532.045,21

Mafra

PREFEITURA

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2020

Publicação Nº 2552377

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Empresa Registrada: SAÚDE IMPERIAL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 00.301.460/0001-50

Valor registrado: R\$ 54.463,85 (cinquenta e quatro mil quatrocentos e sessenta e três reais e oitenta e cinco centavos).

Objeto: aquisição de material odontológico, que será destinado a todas as unidades de Saúde do Município de Mafra e Policlínica Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 029/2020, Pregão Eletrônico RP Nº 011/2020.

Data de assinatura: 30 de abril de 2020.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 30 de abril de 2021.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 119/2020

Publicação Nº 2552388

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 119/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA / FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Empresa Registrada: MP COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI-ME

CNPJ: 30.510.775/0001-78

Valor registrado: R\$ 48.416,30 (quarenta e oito mil quatrocentos e dezesseis reais e trinta centavos).

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios destinados a Secretaria Municipal de Assistência Social, através do Fundo Municipal de Assistência Social.

Origem: Processo nº 080/2020, Pregão Eletrônico RP Nº 033/2020.

Data de assinatura: 15 de junho de 2020.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 15 de junho de 2021.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 061/2019

Publicação Nº 2552353

EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 061/2019

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: GENTE SEGURADORA S.A

CNPJ nº 90.180.605/0001-02

Objeto: contratação de empresa especializada para realização de seguro com cobertura contra terceiros e seguro total 100% Fipe para os veículos Fiat Linea MHL-4236, Marcopolo Volare V8 MFT-3894, Fiat Uno 1.4 Attractive MIL-6106, Renault Sandero MLS-3747, Fiat Strada QHB-6193, Renault Sandero MLS-3597, Fiat Toro QIM-4507 e MB Sprinter QJG-1733, pertencentes a frota oficial da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Fica alterada a cláusula segunda, aditando o contrato, o veículo Mercedes Benz/Sprinter Martm4, RDV-2A61 ficando o valor do presente instrumento ajustado em R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais)

Modalidade: Processo Licitatório nº 061/2019 Pregão Presencial Nº 054/2019.

Data Assinatura do termo aditivo: 07 de abril de 2020.

Prazo: com vigência até 07 de abril de 2021.

Termo Aditivo do Contrato nº 061/2019.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 038/2020

Publicação Nº 2552365

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 038/2020

Contrato nº: 038/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratado: MURILO GIACOMELLI RIGO

CPF: 016.207.080-27

Objeto: contratação de prestadores de serviços de consultas clínicas médicas, para atendimento na unidade de saúde do município, através da Secretaria Municipal da Saúde de Mafra, contidos no presente edital, a serem ofertados aos usuários da rede municipal de saúde por meio da Secretaria Municipal de Saúde.

Credenciamento nº 015/2019 - Processo Licitatório nº 467/2019.

Valor: Considerando as quantidades estimadas no Anexo I do presente edital, o valor previsto para atender as despesas referentes a contratação de prestadores de serviços de consultas clínicas médicas, para atendimento nas unidades de saúde do município é de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) por mês, pelo período da vigência do Contrato;

Parágrafo único: sendo certo tratar-se de "credenciamento", o valor é apenas estimativo, não gerando por parte do CONTRATANTE a obrigação de pagamento de procedimento no valor total deste ajuste, que os serviços serão distribuídos aos credenciados conforme a necessidade da Secretaria onde a Secretaria irá alocar cada profissional.

Data Assinatura: 19 de junho de 2020.

Prazo: O presente CONTRATO terá vigência até dia 31.12.2020 podendo ser renovado a critério da Administração, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações correlatas.

Dotação Orçamentária:

- Despesa: 156 – Fonte 164
- Despesa: 157 – Fonte 102
- Despesa: 159 – Fonte 164
- Despesa: 163 – Fonte 164
- Despesa: 164 – Fonte 102

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 039/2020

Publicação Nº 2552369

EXTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 039/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA.

Contratado: KEY CONSTRUCTION SOLUÇÕES RODOVIARIAS EIRELI

CNPJ: 10.771.614/0001-20

Objeto: contratação de empresa especializada para construção de sede para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), conforme Contrato de Repasse OGU nº 874201/2018 Operação 1060619-22, conforme projeto, memorial descritivo, planilhas e demais documentos constantes no presente processo licitatório, através da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Processo Licitatório n.º 086/2020 – Tomada de Preço nº 005/2020.

Valor: R\$ 316.000,00 (trezentos e dezesseis mil reais)

Data Assinatura: 22 de junho de 2020.

Prazo: O presente contrato terá início na data de sua assinatura, pelas partes, e vigorará até 31/12/2020, podendo ser prorrogado conforme disposto na Lei Federal 8.666/1993.

Dotação Orçamentária:

430 - 3 . 14002 . 8 . 243 . 14 . 2.207 . 0 . 449000 Aplicações Diretas

Foro: Comarca de Mafra.

Maracajá

PREFEITURA

ATA 03 - TOMADA DE PREÇO N. 004/FMS/2020

Publicação Nº 2551936

ATA 03
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TOMADA DE PREÇO Nº 004/FMS/2020
Processo administrativo nº 249/2020

TERCEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ PARA ABERTURA DOS ENVELOPES Nº 2 – CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS.

OBJETO: contratação de empresa de engenharia, para execução dos serviços necessários de reforma e ampliação da Unidade de Saúde Centro Municipal de Assistência à Saúde Dejaire Rossa e Unidade Básica de Saúde José Thomaz da Silveira, no município de Maracajá/SC.

Às treze horas, do dia seis, do mês de julho, do ano de dois mil e vinte, na Sala de Licitações, no Prédio da Prefeitura Municipal, localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº 530, bairro Centro, nesta cidade de Maracajá, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações do Município designada pelo Decreto nº 22/2020, para dar continuidade para os procedimentos inerentes a abertura dos envelopes Nº. 2 - CONTENDO PROPOSTA DE PREÇOS do edital acima epigrafado. Abertos os trabalhos pelo Presidente Suplente da Comissão de Licitação, Adenauer Espindola Serafim, o mesmo informou que não houve nenhuma interposição de recursos. Estava presente na sessão o representante legal da empresa MV ROSA CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA LTDA ME, Sr. Paulo da Silva Maia Júnior. Ato contínuo, passou-se à abertura do envelope de nº 02, com a proposta de preços das licitantes habilitadas. Dá análise das propostas de preços, verificou-se que a empresa JHONATAN FERNANDES FELICIANO ME, restou DESCLASSIFICADA, vez que cotou o item 2.6.8 da planilha orçamentária acima do valor de referência do município, ou seja, cotou o valor unitário de R\$ 406,66 (quatrocentos seis reais e sessenta seis centavos), sendo que na planilha orçamentária municipal o valor de referência era de R\$ 301,30 (trezentos um reais e trinta centavos). Assim, descumpriu o item 4.1.1.g.1, do edital que prevê: "g.1) Os preços unitários e global do orçamento da licitante não poderão ultrapassar aos do orçamento oficial (Planilha Orçamentária – ANEXO 01 deste Edital), sob pena de desclassificação". Adiante, constatarem-se os seguintes resultados pela ordem de classificação:

CLASSIFICAÇÃO	EMPRESAS	VALOR GLOBAL R\$
1º	KAMILLA CONSTRUÇÕES E TRANSPORTES LTDA EPP	267.000,00
2º	MR ROSA CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA LTDA ME	284.713,33

Observado a documentação da licitante, foi constatado que a empresa KAMILLA CONSTRUÇÕES E TRANSPORTES LTDA EPP classificada em 1º lugar, é registrada em regime de Empresa de Pequeno Porte, por conseguinte, as demais empresas não podem se beneficiar do direito de preferência para contratação, conforme disciplinado na Lei Complementar Nº. 123/2006. Após análise e conferência das propostas, verificou-se que a de menor preço ofertado, a da empresa classificada em 1º Lugar, atende a planilha orçamentária oficial do Município e que os preços unitários e global são exequíveis, dentro dos praticados no mercado da região. Desta Forma, a Comissão, por unanimidade, decidiu declarar VENCEDORA a empresa KAMILLA CONSTRUÇÕES E TRANSPORTES LTDA EPP que ofertou o preço global de R\$ 267.000,00 (duzentos sessenta sete mil reais). Diante do resultado a Comissão de Licitação abre prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de eventuais recursos com as razões devidamente fundamentadas, ficando as demais empresas intimadas a apresentarem as contrarrazões conforme preconiza o art. 109 e 110 da Lei 8666/93. As empresas serão cientificadas desta decisão pelo Diário Oficial Eletrônico do Município de Maracajá - DOM, começando a contar o prazo a partir do primeiro dia útil subsequente a data de publicação. O processo encontra-se à disposição das licitantes e interessados para vistas (consultas e extração de cópias). Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão deu por encerrada a reunião e lavrou-se a presente Ata, que vai assinada por mim, Gisele da Silva Garcia Dal Pont que o secretariei, pela Presidente que dirigiu os trabalhos e pelos demais membros integrantes da Comissão de Licitações. Maracajá, 06 de julho de 2020.

ADENAUER ESPINDOLA SERAFIM	GISELE DA SILVA GARCIA DAL PONT	ROSANE ROLDÃO DE FAVERI	
Presidente	Secretária	Membro	Membro

MV ROSA CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA LTDA ME
Paulo da Silva Maia Júnior

DECRETO 068/2020

Publicação Nº 2551616

DECRETO Nº 068 DE 03 DE JULHO DE 2020.

"INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE FORNECEDOR e dá OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas no disposto no disposto do Inciso VII, do Artigo 73 da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal e ainda legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos do inciso I, do artigo 30 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a administração pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dos seus atos e ações, conforme determina o artigo 37, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 051/2019, que institui o rito do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade – PAAR, referente às infrações praticadas pelos fornecedores da Prefeitura Municipal de Maracajá/SC, bem como regulamenta a competência para aplicação das sanções administrativas cabíveis, conforme previsto nas leis, normas, contratos e instrumentos convocatórios;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 053/2019, alterado e consolidado pelo decreto nº 103/2019, que institui e designa a Comissão de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade, com a função de processar administrativamente às infrações praticadas pelos fornecedores da Prefeitura Municipal de Maracajá/SC, visando à apuração de sua respectiva responsabilidade;

CONSIDERANDO o teor dos documentos e justificativas apresentadas pela pregoeira Grasiela Becker em protocolo realizado sob nº 00471/2020, em 30 de junho do corrente ano;

CONSIDERANDO a ampla divulgação pela mídia na data de hoje da Operação Blackout, pelo GAECO - Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado, por meio de investigação do Ministério Público, Polícia Civil e Polícia Militar, que culminou em indícios de fraudes em licitações praticados pela empresa, levando a suspensão de contratos em outro município, com prática semelhante ao que se evidenciou ocorrido em processo licitatório realizado por este município;

CONSIDERANDO que é dever do Poder Público zelar pelo adequado funcionamento dos órgãos da Administração Municipal e fazer cumprir os regramentos destinados aos fornecedores municipais, especialmente aqueles que dizem respeito ao cumprimento de seus deveres legais e contratuais;

CONSIDERANDO que o Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade é o instrumento jurídico de que se vale a autoridade administrativa quando necessita aferir a responsabilidade de fornecedor e, se for o caso, aplicar a respectiva sanção;

CONSIDERANDO que ao fornecedor processado deve ser garantido o respeito ao devido processo administrativo, a ampla defesa e o contraditório;

CONSIDERANDO a importância do exercício do poder administrativo, como garantia da ordem jurídica;

CONSIDERANDO finalmente, o evidente interesse público e a necessidade administrativa na questão;

DECRETA:

Art. 1º A instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa, para apuração de supostas infrações praticadas pela empresa MILLENIUM CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.907.014/0001-19, na execução do processo licitatório nº 032/2020, realizado pelo Município de Maracajá/SC, com vistas a possível aplicação de penalidades, conforme constante do Processo PAAR nº 001/2020.

§ 1º O Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade de que trata o caput será conduzido pela Comissão de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade instituída e designada pelo Decreto nº 053/2019, alterado e consolidado pelo decreto nº 103/2019;

§ 2º Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade deverá cumprir as normas e procedimentos previstos nos Decretos nº 051/2019, 053/2019 e 103/2019;

§ 3º A Comissão de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade terá o prazo de 30 (trinta) dias, improrrogáveis (devido a relevância da situação), a partir da publicação do presente ato de autorização para instauração de procedimento, para concluir a apuração dos fatos e elaborar o relatório final, dando ciência ao Prefeito Municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 03 de julho de 2020.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado o presente Decreto Municipal na Secretaria de Administração em 03 de julho de 2020.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI

Secretária de Administração

EXTRATO DE CONTRATO Nº 051/2020

Publicação Nº 2552374

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
Extrato de Contrato

Espécie: Contrato nº 051/2020.

Contratante: Município de Maracajá/SC.

Contratada: JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA EPP

Objeto: Constitui objeto do presente a contratação de empresa de engenharia, para execução dos serviços necessários a pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização na Rodovia Municipal Demétrio José da Rocha, localidade de Cedro, no Município de Maracajá/SC. Valor: R\$ 570.606,97 (quinhentos e setenta mil seiscentos e seis reais e noventa e sete centavos).

Vigência: 24/06/2020 Até 19/12/2020.

Data de Assinatura: 23/06/2020.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

PREMEL MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA
CELSON PREVE FRAGNANI
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO Nº 045/2020

Publicação Nº 2552292

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
Extrato de Contrato

Espécie: Contrato nº 045/2020.

Contratante: Município de Maracajá/SC.

Contratada: PRE MOLDADOS PAGANI LTDA

Objeto: O presente contrato tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para aquisição de drenos de concreto, para aquisições futuras, em atendimento a ampliação e manutenção do sistema de drenagem pluvial de ruas e logradouros públicos no município de Maracajá/SC.

Valor: R\$ 39.530,00 (trinta e nove mil quinhentos e trinta reais).

Vigência: Até 31/12/2020

Data de Assinatura: 02/06/2020.

ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

PRE MOLDADOS PAGANI LTDA
REJANE PAGANI JEREMIAS
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO Nº 046/2020

Publicação Nº 2552308

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
Extrato de Contrato

Espécie: Contrato nº 046/2020.

Contratante: Município de Maracajá/SC.

Contratada: EVA NARCIZO GOMES COMICOLI

Objeto: O presente Instrumento tem por objetivo a aquisição de Pneus, com serviços técnicos de montagem e balanceamento para manutenção da frota de veículos e máquinas do Município de Maracajá/SC, durante o ano de 2020.

Valor: R\$ 82.080,00 (oitenta e dois mil e oitenta reais).

Vigência: Até 31/12/2020

Data de Assinatura: 09/06/2020.

ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

EVA NARCIZO GOMES COMICOLI
EVA NARCIZO GOMES COMICOLI
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO Nº 047/2020

Publicação Nº 2552317

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
Extrato de Contrato

Espécie: Contrato nº 047/2020.

Contratante: Município de Maracajá/SC.

Contratada: RODINEI MEDEIROS

Objeto: O presente Instrumento tem por objetivo a aquisição de Pneus, com serviços técnicos de montagem e balanceamento para

manutenção da frota de veículos e máquinas do Município de Maracajá/SC, durante o ano de 2020.

Valor: R\$ 51.930,00 (cinquenta e um mil novecentos e trinta reais).

Vigência: Até 31/12/2020

Data de Assinatura: 09/06/2020.

ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

RODINEI MEDEIROS
RODINEI MEDEIROS
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO N° 048/2020

Publicação N° 2552331

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
Extrato de Contrato

Espécie: Contrato n° 048/2020.

Contratante: Município de Maracajá/SC.

Contratada: MELCON CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de construção, pavimentação e reforma, na praça Frei Eusébio de Alfredo Chaves e Centro Histórico Cultura Avetti Paladini Zilli, localizada no centro do município de Maracajá/SC, compreendendo o fornecimento dos materiais, mão de obra, máquinas, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias.

Valor: R\$ 306.445,18 (trezentos e seis mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e dezoito centavos).

Vigência: 15/06/2020 até 11/03/2021.

Data de Assinatura: 10/06/2020.

ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

MELCON CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI
CESAR ROBERTO NETTO PIAZZA
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO N° 049/2020

Publicação N° 2552344

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
Extrato de Contrato

Espécie: Contrato n° 049/2020.

Contratante: Município de Maracajá/SC.

Contratada: PREMEL MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais e mão de obra para execução de serviços de deslocamento da Rede Elétrica nas Rodovias Jovelino Costa e Alcino de Freitas (NOTA PS N° 400544319 – CELESC), e na Rua Antônio Machado (NOTA PS N° 40045481 –CELESC), no município de Maracajá/SC.

Valor: R\$ 75.197,81 (setenta e cinco mil cento e noventa e sete reais e oitenta e um centavos).

Vigência: Até 18/12/2020.

Data de Assinatura: 22/06/2020.

ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

PREMEL MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA
CELSON PREVE FRAGNANI
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO N° 050/2020

Publicação N° 2552361

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
Extrato de Contrato

Espécie: Contrato n° 050/2020.

Contratante: Município de Maracajá/SC.

Contratada: SETEL ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais e mão de obra para execução de serviços de deslocamento da Rede Elétrica nas Rodovias Jovelino Costa e Alcino de Freitas (NOTA PS N° 400544319 – CELESC), e na Rua Antônio Machado (NOTA PS N° 40045481 –CELESC), no município de Maracajá/SC.

Valor: R\$ 46.372,72 (quarenta e seis mil trezentos e setenta e dois reais e setenta e dois centavos).

Vigência: Até 18/12/2020.

Data de Assinatura: 22/06/2020.

ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

PREMEL MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA
CELSO PREVE FRAGNANI
Contratada

Maravilha

PREFEITURA

DECRETO Nº 584/2020

Publicação Nº 2551407

DECRETO Nº 584, DE 6 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

A Solicitação Interna 191/2020 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

Que Marinês Schenkel Zago escolheu vaga em 28 de janeiro de 2020, mas estava em licença maternidade,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 1º de julho a 11 de dezembro de 2020, MARINÊS SCHENKEL ZAGO, brasileira, inscrita no CPF sob nº 072.854.219-60, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E. Carrossel, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de julho de 2020.

Maravilha – SC, 6 de julho de 2020.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 585/2020

Publicação Nº 2551862

DECRETO Nº 585, DE 6 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária emergencial de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

Que as visitas das agentes comunitárias de saúde estavam suspensas devido ao Coronavírus e voltaram a ser realizadas no mês de julho,

Que algumas micro áreas estão sem agentes comunitárias de saúde, devido ao teste seletivo realizado no início do ano ter aprovado poucas profissionais,

O cancelamento da realização de novo teste seletivo devido a pandemia do Coronavírus,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário emergencial, pelo período de 6 de julho a 6 de outubro de 2020, LI-SETE BAIERLE, brasileira, inscrita no CPF sob nº 827.770.209-49, para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 6 de julho de 2020.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 586/2020

Publicação Nº 2551865

DECRETO Nº 586, DE 6 DE JULHO DE 2020

Prorroga contratação temporária emergencial, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação da Secretaria Municipal de Saúde,

O adiamento do Teste Seletivo devido a Pandemia do Coronavírus,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato de caráter temporário emergencial, pelo período de 1º de julho a 1º de outubro de 2020, da servidora GIOVANA PANDOLFO, brasileira, inscrita no CPF sob nº 046.925.809-84, ocupante do cargo de Médico Pediatra, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de julho de 2020.

Maravilha – SC, 6 de julho de 2020.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda
Registrado e publicado na data supra.

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N. 097/2020

Publicação Nº 2552269

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Processo Licitatório n. 097/2020 – Modalidade de Tomada de Preço n. 012/2020.

A Excelentíssima Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, a homologação e adjudicação do Processo Licitatório n. 097/2020, à empresa Gaia Rodovias Ltda, pelo valor de R\$ 1.783.909,25, cujo objeto consiste na execução de pavimentação asfáltica com C.B.U.Q. no acesso a Linha Barro Preto, no município de Maravilha - SC.

Maravilha - SC, 06 de julho de 2020.

ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha – SC.

Massaranduba

PREFEITURA

DECRETO Nº 4224 DE 01 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2551168

DECRETO Nº 4224 DE 01 DE JULHO DE 2020
Abre crédito adicional suplementar

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal nº 2060 de 17 de dezembro de 2019, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no Orçamento de 2020 (Lei Municipal nº 2060/2019), no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), conforme classificação funcional programática abaixo:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
09.002 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
09.002.0010.0302.0027.2103- Manutenção do Hospital Municipal João Schreiber
09.002 – 3.3.00 – Outras Despesas Correntes
09.002 – 3.3.50 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
09.002 – 03380600 – Média e Alta Complexidade-MAC- R\$ 40.852,74

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º, são oriundos do Superávit Financeiro do Exercício anterior conforme art. 43 § 1º, I da lei federal nº 4.320/64.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 01 de julho de 2020.
ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO Nº12/2020 - CIGA

Publicação Nº 2551897

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Contrato Nº: 12/2020
Processo: Dispensa Licitação nº. 006/2020
Objeto: Prestação de serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, relativos ao Sistema de Gestão das Câmaras de Vereadores – CIGA Câmara – Versão 2.0, em plataforma web.
Valor R\$: 4.910,00 (Quatro mil, novecentos e dez reais)
Fundamento Legal: Artigo 24, inciso XVI, segunda parte, da Lei Federal 8.666/93
Fornecedor contratado: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA)
Data de assinatura: 06/07/2020
Vigência: 01/08/2020 a 31/12/2020

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO Nº 001/2020 AO CONTRATO Nº 074/2019

Publicação Nº 2551214

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 001/2020 (Prorroga Vigência)
Contrato n.º. 074/2019

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: PUBLIC & PRIVATE TECNOLOGIA E SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO LTDA ME

Objeto: Prestação de serviço de locação e licença de software controle interno e audiência pública, incluindo suporte telefônico, e-mail ou acesso remoto sem limites de usuários.

Vigência: Início: 15/07/2020 Término: 14/12/2020.

Data da assinatura: 06 de Julho de 2020.

EXTRATO ADITIVO Nº 002/2020 AO CONTRATO Nº 104/2018

Publicação Nº 2551169

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 002/2020 (Prorroga Vigência)
Contrato n.º. 104/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: DAIANE DE LUCA

Objeto: Locação de um imóvel urbano para funcionamento da Exatoria Municipal/Epagri, localizado na Rua 20 de Dezembro, esquina com a Rua Leandro Coral, nº 212, Bairro Estreito, Meleiro. O referido imóvel é uma sala comercial constituída de um único pavimento, com uma área total de 146,50m².

Vigência: Início: 12/07/2020 Término: 11/07/2021.

Data da assinatura: 06 de Julho de 2020.

EXTRATO ADITIVO Nº 003/2020 AO CONTRATO Nº 106/2018

Publicação Nº 2551183

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 003/2020 (Prorroga Vigência)
Contrato n.º. 106/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: IEXPERTISE TECNOLOGIA LTDA

Objeto: Contratação de empresa especializada em sistemas de informática, para provimento de licenciamento de programas para a secretaria de educação e serviços, que deverão ser desenvolvida em ambiente web, incluindo serviços de instalação, migração de dados, parametrização, implantação, treinamento, serviços de datacenter para alocação dos sistemas, manutenção legal e corretiva e suporte técnico conforme especificações do termo de referencia e demais condições deste edital, conforme especificações no termo de referência do edital.

Vigência: Início: 13/07/2020 Término: 12/07/2021.

Data da assinatura: 06 de Julho de 2020.

EXTRATO ADITIVO N° 007/2020 AO CONTRATO N° 001/2020

Publicação N° 2551259

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 007/2020 (Acréscimo de valor)

Contrato n.º. 001/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: SERRA DIESEL TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (óleo diesel), PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2020

Valor Acrescido: R\$ 27.950,00 (vinte e sete mil, novecentos e cinquenta reais)

Data da assinatura: 06 de julho de 2020.

EXTRATO ADITIVO N° 007/2020 AO CONTRATO N° 001/2020 - SAÚDE

Publicação N° 2551265

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 007/2020 (Acréscimo de Valor)

Contrato n.º. 001/2020

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

Contratado: SERRA DIESEL TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (Óleo diesel S10), PARA A FROTA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2020.

Valor Acrescido: R\$ 1.560,00 (um mil, quinhentos e sessenta reais)

Data da assinatura: 06 de julho de 2020.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N° 040-2020

Publicação N° 2552394

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE
PREÇOS PREGÃO N.º 040/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 21/07/2020 das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 040/2020, tem por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS para a possível e futura aquisição de peças novas para manutenção dos caminhões da frota municipal, conforme anexo I termo de referencia, do presente edital. A integra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 horas as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone (48) 3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou através do site www.meleiro.sc.gov.br

Meleiro/SC, 06 de julho de 2020.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Modelo

PREFEITURA

PORTARIA Nº 145/2020

Publicação Nº 2551439

PORTARIA Nº 0145/2020 DE 15 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.370/2018, 2397/2019 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,
Considerando em especial a programação de férias do Departamento e os requerimentos dos Servidores,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal relacionado abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Josimar Machado	15.06.2019 a 14.06.2020	15.06.2020 a 14.07.2020 (30 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 15 de junho de 2020
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
Secretária de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 155/2020

Publicação Nº 2551444

PORTARIA Nº 0155/2020 DE 26 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.370/2018, 2460/2020 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria.
Considerando em especial a programação de férias do Departamento e os requerimentos dos Servidores,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal relacionado abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Cleucir Vasiak	03.07.2018 a 02.07.2019	03.08.2020 a 12.08.2020 (10 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 26 de junho de 2020
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
Secretária de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 156/2020

Publicação Nº 2551446

PORTARIA Nº 156/2020 DE 29 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLECI LUVIZON MOREIRA DA SILVA, CONFORME ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal em especial de conformidade com o Art. 112 da Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida a Servidora Público Municipal Carla da Silva, ocupante do cargo efetivo de auxiliar educacional, conforme Decreto nº 0112/2014 de 23.03.2014, 30 (trinta) dias de LICENÇA PRÊMIO, conforme requerido e a que faz jus, de acordo com o disposto no artigo 112 da Lei Municipal 1.513/2002, relativo ao período aquisitivo de 03/2014 a 03/2019, a ser usufruída no período de 01.07.2020 a 30.07.2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, aos 29 de Junho de 2020.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

JANICE MARTINI MÜLLER

Secretária de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 157/2020

Publicação Nº 2551438

PORTARIA Nº 157/2020 DE 30 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE REMANEJAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JAINE ANDRESSA ALBANI CONFORME ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.370/2018, 2460/2020 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria.

Considerando a situação do Covid-19 que as escolas estão sem aulas presenciais.

Considerando que a Servidora Leocadia Wentz esta afastada por problemas de saúde.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica atribuído exercício, para a servidora pública municipal JAINE ANDRESSA ALBANI, ocupante do cargo de Auxiliar Educacional, com carga horária de 40 horas semanais, lotação no Departamento da Educação do Município, fica designado para a lotação no Departamento da Agricultura, a partir de 30.06.2020 até 07.07.2020 nos horários de atendimento das 12:00 às 18:00 horas.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 30 de junho de 2020.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER

Secretária de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 158/2020

Publicação Nº 2551441

PORTARIA Nº 0158/2020 DE 30 DE JUNHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.370/2018, 2460/2020 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria.

Considerando em especial a programação de férias do Departamento e os requerimentos dos Servidores,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal relacionado abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Juliana Pavalicini	02.04.2019 a 01.04.2020	01.07.2020 a 10.07.2020 (10 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 30 de junho de 2020
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
Secretária de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 161/2020

Publicação Nº 2551464

PORTARIA Nº 0161/2020 DE 03 DE JULHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.370/2018, 2460/2020 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria.

Considerando em especial a programação de férias do Departamento e os requerimentos dos Servidores,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal relacionado abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
CLEITON LUIZ ONGHERO	04.06.2019 a 03.06.2020	06.07.2020 a 25.07.2020 (20 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 03 de julho de 2020
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
Secretária de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 163/2020

Publicação Nº 2551463

PORTARIA Nº 0163/2020 DE 06 DE JULHO DE 2020.
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.370/2018, 2460/2020 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria.

Considerando em especial a programação de férias do Departamento e os requerimentos dos Servidores,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal relacionado abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
EDER A. JUNG	04.12.2018 a 03.12.2019	10.07.2020 a 19.07.2020 (10 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 06 de julho de 2020

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER

Secretária de Administração e Fazenda

Mondaí**PREFEITURA****EXTRATO CT Nº 042.2020 - PMM**

Publicação Nº 2552076

MUNICIPIO DE MONDAÍ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 042/2020

CONTRATANTE: Município de Mondaí

CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S/A, CNPJ/MF nº 90.180.605/0001-02. OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de proposta, visando a Contratação de seguro para veículos do Município de Mondaí/SC, conforme especificações constantes no anexo I- Especificações Técnicas, e quantitativos descritos no Anexo I. ORIGEM: Processo Licitatório nº 040/2020 – Pregão Eletrônico nº 005/2020. VALOR MENSAL: R\$ 6.000,00 (seis mil reais). VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. Mondaí – SC, 06 de julho de 2020. ELISEU BOHN - Secretário de Administração e Fazenda - Ordenador de Despesas

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGÃO Nº 16.2020 PMM

Publicação Nº 2551618

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 019/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ/SC. EMPRESAS REGISTRADAS: CLAUDIR SCHAFER, valor total registrado R\$ 514.180,00 (quinhentos e quatorze mil e cento e oitenta reais). OBJETO: Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresas especializadas em fornecimento de mão de obra para execução parcelada de serviços de pedreiro e ajudante de pedreiro na realização de serviços diversos e serviços de conserto de pavimentação com pedras irregulares, com fornecimento de material conforme necessidade do Município de Mondaí – SC, para período de 12 (doze) meses, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, do Edital. ORIGEM: Processo Licitatório nº 045/2020, Pregão Presencial nº. 016/2020. VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é a partir de sua homologação até 05 de julho de 2021. Mondaí – SC, 06 de julho de 2020. ELISEU BOHN - Secretário Municipal de Administração e Finanças - Ordenador de Despesas

EXTRATO DL Nº 008.2020 FMS

Publicação Nº 2551490

MUNICIPIO DE MONDAÍ – SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2020

Dispensa de Licitação nº. 008/2020

O Município de Mondaí – SC, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.386.903/0001-79, neste ato representado pelo seu gestor, torna público a Dispensa de Licitação, oriunda do Processo Administrativo nº. 025/2020, DL nº 008/2020, e com fulcro no Art. 24, Inciso IV, da Lei nº. 8.666/1993, cominado com o Art. 4º da Lei 13.979/2020, conforme segue: OBJETO: Aquisição emergencial de 1500 (mil e quinhentos) unidades de comprimidos do medicamento Nitazoxanida 500mg para o enfrentamento da epidemia do Coronavírus, destinados ao Fundo Municipal de Saúde de Mondaí/SC. CONTRATADA: F & F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, com sede na Rua Genuíno Piacentini, nº 59, Bairro Santa Terezinha, Pato Branco, PR, inscrita no CNPJ sob nº. 28.093.678/0001-85. VALOR TOTAL: R\$ 7.290,00 (sete mil, duzentos e noventa reais) VIGÊNCIA: 31/12/2020. Mondaí – SC, 06 de Julho de 2020. GINTHER OTTO DREHER - Gestor do Fundo Municipal da Saúde

CÂMARA MUNICIPAL**AUTÓGRAFO DE LEI Nº 7/2020 (PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº. 6/2020)**

Publicação Nº 2552683

AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 7/2020

(Projeto de Lei Ordinária nº 6/2020)

Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover a abertura de crédito especial no orçamento vigente, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber que votou e aprovou o Projeto de Lei e encaminha para a sanção do Prefeito Municipal a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal devidamente autorizado a realizar a abertura de crédito especial no orçamento vigente, até o valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), segundo classificações abaixo discriminadas:

Órgão: 09.00 – SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade Orçamentária: 09.03 – Departamento de Serviços Públicos

Função: 6 – Segurança Pública

Sub-função: 181 – Policiamento

Programa: 1250 – Serviços de Utilidade Pública
Fonte de Recursos: 0000 – Recursos Ordinários
Fonte de Recursos: 0300 – Recursos Ordinários – Superávit
Projeto: 1.030 – Aquisição de Veículo para o Corpo de Bombeiros

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas	xx	20.000,00
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0300 – Aplicações Diretas	xx	230.000,00

Art. 2º Os recursos no valor de até R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais) para atender o crédito especial acima especificado tem como origem o superávit financeiro apurado no exercício anterior na seguinte fonte de recurso:

I. 0300 – Recursos Ordinários – Superávit	230.000,00
---	------------

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal devidamente autorizado a reduzir saldos de dotações orçamentárias no orçamento vigente, para atender o crédito especial acima especificado, até o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), segundo classificações abaixo discriminadas:

Órgão: 09.00 – SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade Orçamentária: 09.03 – Departamento de Serviços Públicos

Projeto: 1.019 – Implantação Corpo de Bombeiros

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas	93	20.000,00
---	----	-----------

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mondaí, 6 de julho de 2020.

Volmir Miotto,

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

Monte Carlo

PREFEITURA

PORTARIA 260/2020

Publicação Nº 2552328

PORTARIA Nº 206/2020

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER a(o) servidor (a) CAMILA GUEDES DE MELO investida no cargo de ENFERMEIRA, do quadro de Pessoal com provimento EFETIVO, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; PROGRESSÃO FUNCIONAL DE INCENTIVO À FORMAÇÃO CONTINUADA, nos termos dos Arts. 22 da Lei Complementar 27/2007 com redação da Lei Complementar 42/2010, conforme Parecer Jurídico nº 055/2020.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros retroagindo na data de 01 de junho de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 22 de junho de 2020.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal.

Publicada a presente portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 261/2020

Publicação Nº 2552343

PORTARIA Nº 261/2020.

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER a FUNÇÃO GRATIFICADA V do servidor CLODOALDO ALVES CORREA, investida no cargo de OPERADOR DE MOTONIVELADORA, do quadro de Pessoal com Provimento EFETIVO, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, criado e aprovado Lei Complementar nº027/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações, para exercer a função de COORDENADOR DE MANUTENÇÃO DE ESTRADAS com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros retroagindo na data de 01 de junho de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 22 de junho de 2020.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 262/2020

Publicação Nº 2552354

PORTARIA Nº 262/2020.

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER a FUNÇÃO GRATIFICADA V do servidor CRESCENCIO ALVES PEPES, investida no cargo de SERVENTE, do quadro de Pessoal com Provimento EFETIVO, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, criado e aprovado Lei Complementar nº027/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações, para exercer a função de COORDENADOR DE MANUTENÇÃO DE LIMPEZA DE RUAS, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros retroagindo na data de 01 de junho de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 22 de junho de 2020.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 263/2020

Publicação N° 2552364

PORTARIA N° 263/2020

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. RETIFICAR A PORTARIA 249/2020 onde concede LICENÇA-PRÊMIO para os servidores lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA DESPORTO, deixando de constar o nome das o (s) seguintes servidor (es) relacionado(s) abaixo, uma vez que estes não se encontram usufruindo a LICENÇA-PRÊMIO, nos termos da portaria anteriormente citado.

COD	SERVIDOR
114	FABIANA CORREA DE DEUS
126	JOCELI DE FATIMA THIBES DE CAMPOS BARROS
1584	SAMARA RODRIGUES

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos a partir da data de 22 de junho de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em, 22 de junho de 2020.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 02/2020

Publicação N° 2552679

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.
EXTRATO CONTRATUAL

TERMO DE CONTRATO N°: 02/2020

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Monte Carlo/SC.

CONTRATADO: LUCIANO PILATTI ME, inscrito no CNPJ sob o n.º 34.180.582/0001-57

OBJETO: Compra de equipamentos e acessórios de informática para o Poder Legislativo do Município de Monte Carlo/SC, nos termos do edital e anexos

VALOR: R\$ 45.573,00 (quarenta e cinco mil, quinhentos e setenta e três reais)

Monte Carlo/SC, 06 de julho de 2020.

Volnir Stratmann – Presidente.

Morro da Fumaça

PREFEITURA

DECRETO Nº 088/2020

Publicação Nº 2551387

DECRETO Nº 088/2020, de 02 de junho de 2020.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2020.”

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.892, de 26 de Novembro de 2019,

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 194.780,59 (cento e noventa e quatro mil, setecentos e oitenta reais e cinquenta e nove centavos), para as seguintes dotações orçamentárias:

03 – Secretaria do Sistema Econômico

03.01 – Secretaria do Sistema Econômico

03.01.04.123.0003.2.019-4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 20.596,29

04 – Secretaria do Sistema de Infraestrutura

04.01 – Secretaria do Sistema de Infraestrutura

04.01.15.452.0009.1.017-4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 174.184,30

Art. 2º - O crédito que trata o artigo anterior, correrá por conta do superávit financeiro da fonte de recurso 3076- Cessão Onerosa Pré-Sal.

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 02 de junho de 2020.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

ERRATA EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2016

Publicação Nº 2551389

ERRATA

Edital de Convocação Referente Concurso Público Edital nº 001/2016

Nº 3189 DE 03/07/2020

Onde se lê: Edital de Convocação Referente Concurso Público Edital nº 001/2017

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca o aprovado no Concurso Público, referente ao edital 001/2017, conforme lista abaixo, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 para início dos procedimentos relativos à nomeação.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
10º	HELEN MORAES LUIZ

Leia-se: Edital de Convocação Referente Concurso Público Edital nº 001/2016

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca o aprovado no Concurso Público, referente ao edital 001/2016, conforme lista abaixo, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:00 às 17:00 para início dos procedimentos relativos à nomeação.

MECÂNICO

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
02º	MARLON MORAIS ALENCAR

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 06 de Julho de 2019

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SAVIO CAETANO

Secretário Municipal do Sistema Econômico

Publicado no site <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>

LEI Nº 2.005/2020

Publicação Nº 2551458

LEI Nº 2.005, de 06 de julho de 2020.

“INSTITUI O DIA MUNICIPAL DA MÚSICA E A SEMANA MUNICIPAL DA MÚSICA, NO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituído, no Município de Morro da Fumaça, o Dia Municipal da Música, que será levado a efeito, anualmente, no dia 01 de outubro.

§ 1º - Fica também instituída, através desta lei, no Município de Morro da Fumaça, a Semana Municipal da Música, que será levada a efeito, anualmente, na mesma semana que coincidir com a data estabelecida no caput deste artigo, a ser definida previamente, pelo setor competente, e será devidamente publicada pela Municipalidade, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 2º - Ambas as datas deverão passar a constar do Calendário Oficial de Eventos do Município de Morro da Fumaça.

§ 3º - Durante o dia referido no caput deste artigo, serão desenvolvidas atividades visando metas a serem alcançadas.

§ 4º - As metas propostas visam divulgar materiais publicitários, dentre outros, que enaltecem a importância da música na sociedade, bem como promover eventos musicais a nível municipal.

Art. 2º - Por ocasião da realização do Dia Municipal da Música, e também da Semana Municipal da Música, deverão ser desenvolvidas palestras, campanhas educativas e atividades didáticas e artísticas e musicais, com ênfase sobre qualidade de vida proporcionada, bem como sobre os benefícios advindos da música, em suas mais variadas formas, como meio de entretenimento social.

Art. 3º - Para a consecução das atividades que serão desenvolvidas neste dia, bem como na semana respectiva, poderão ser realizados convênios e parcerias com órgãos e entidades públicas e privadas.

Art. 4º - A Semana Municipal da Música deverá incluir, entre outras, as seguintes atividades:

I - campanhas institucionais nos meios de comunicação, com mensagens demonstrando os benefícios desta importante prática artística para as pessoas;

II - confecção de cartazes, panfletos e informativos, com textos que esclareçam, orientem e conscientizem sobre a história da música e informem todas as suas benesses;

III - Realização de palestras, cursos, seminários, debates e eventos atinentes ao tema em apreço.

IV - outras ações e procedimentos úteis para a consecução dos objetivos da presente Lei, a critério da Municipalidade.

Art. 5º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação próprias, constantes do orçamento municipal vigente.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se todas as disposições e contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 06 de julho de 2020.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

Publicado no Diário Oficial do Município e no site www.morrodafumaca.sc.gov.br

LEI Nº 2.006/2020

Publicação Nº 2551460

LEI Nº 2.006, de 06 de julho de 2020.

“INSTITUI O DIA MUNICIPAL DA CORRIDA E A SEMANA MUNICIPAL DA CORRIDA, NO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituído, no Município de Morro da Fumaça, o Dia Municipal da Corrida, que será levado a efeito, anualmente, no dia 07 de julho.

§ 1º - Fica também instituída, através desta lei, no Município de Morro da Fumaça, a Semana Municipal da Corrida, que será levada a efeito, anualmente, na mesma semana que coincidir com a data estabelecida no caput deste artigo, a ser definida previamente, pelo setor

competente, e será devidamente publicada pela Municipalidade, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 2º - Ambas as datas deverão passar a constar do Calendário Oficial de Eventos do Município de Morro da Fumaça.

§ 3º - Durante o dia referido no caput deste artigo, serão desenvolvidas atividades visando metas a serem alcançadas.

§ 4º - As metas propostas visam divulgar materiais publicitários, dentre outros, que enaltecem a importância do referido esporte na sociedade, bem como promover competições a nível municipal.

Art. 2º - Por ocasião da realização do Dia Municipal da Corrida, e também da Semana Municipal da Corrida, deverão ser desenvolvidas palestras, campanhas educativas e atividades didáticas, com ênfase sobre qualidade de vida proporcionada, bem como sobre os benefícios advindos da prática do referido esporte.

Art. 3º - Para a consecução das atividades que serão desenvolvidas neste dia, bem como na semana respectiva, poderão ser realizados convênios e parcerias com órgãos e entidades públicas e privadas.

Art. 4º - A Semana Municipal da Corrida deverá incluir, entre outras, as seguintes atividades:

I - campanhas institucionais nos meios de comunicação, com mensagens demonstrando os benefícios deste importante esporte à saúde das pessoas;

II - confecção de cartazes, panfletos e informativos, com textos que esclareçam, orientem e conscientizem sobre a história do aludido esporte e informem todas as suas benesses;

III - Realização de palestras, cursos, seminários, debates, eventos e competições atinentes ao tema em apreço.

IV - outras ações e procedimentos úteis para a consecução dos objetivos da presente Lei, a critério da Municipalidade.

Art. 5º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação próprias, constantes do orçamento municipal vigente.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se todas as disposições e contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 06 de julho de 2020.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

Publicado no Diário Oficial do Município e no site www.morrodafumaca.sc.gov.br

LEI Nº 2.007/2020

Publicação Nº 2551462

LEI Nº 2.007, de 06 de julho de 2020.

“INSTITUI O DIA MUNICIPAL DO FUTEBOL AMADOR E A SEMANA MUNICIPAL DO FUTEBOL AMADOR, NO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituído, no Município de Morro da Fumaça, o Dia Municipal do Futebol Amador, que será levado a efeito, anualmente, no dia 04 de junho.

§ 1º - Fica também instituída, através desta lei, no Município de Morro da Fumaça, a Semana Municipal do Futebol Amador, que será levada a efeito, anualmente, na mesma semana que coincidir com a data estabelecida no caput deste artigo, a ser definida previamente, pelo setor competente, e será devidamente publicada pela Municipalidade, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 2º - Ambas as datas deverão passar a constar do Calendário Oficial de Eventos do Município de Morro da Fumaça.

§ 3º - Durante o dia referido no caput deste artigo, serão desenvolvidas atividades visando metas a serem alcançadas.

§ 4º - As metas propostas visam divulgar materiais publicitários, dentre outros, que enaltecem a importância do referido esporte na sociedade, bem como promover competições a nível municipal.

Art. 2º - Por ocasião da realização do Dia Municipal do Futebol Amador, e também da Semana Municipal do Futebol Amador, deverão ser desenvolvidas palestras, campanhas educativas e atividades didáticas, com ênfase sobre qualidade de vida proporcionada, bem como sobre os benefícios advindos da prática do referido esporte.

Art. 3º - Para a consecução das atividades que serão desenvolvidas neste dia, bem como na semana respectiva, poderão ser realizados convênios e parcerias com órgãos e entidades públicas e privadas.

Art. 4º - A Semana Municipal do Futebol Amador deverá incluir, entre outras, as seguintes atividades:

I - campanhas institucionais nos meios de comunicação, com mensagens demonstrando os benefícios deste importante esporte à saúde das pessoas;

II - confecção de cartazes, panfletos e informativos, com textos que esclareçam, orientem e conscientizem sobre a história do aludido esporte e informem todas as suas benesses;

III - Realização de palestras, cursos, seminários, debates, eventos e competições atinentes ao tema em apreço.

IV - outras ações e procedimentos úteis para a consecução dos objetivos da presente Lei, a critério da Municipalidade.

Art. 5º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação próprias, constantes do orçamento municipal vigente.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se todas as disposições e contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 06 de julho de 2020.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico
Publicado no Diário Oficial do Município e no site www.morrodafumaca.sc.gov.br

LEI Nº 2.008/2020

Publicação Nº 2551468

LEI Nº. 2.008, DE 06 DE JULHO DE 2020.
"DENOMINA RUA JAIME BENINCÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se: Rua Jaime Benincá, a via pública deste Município, atualmente denominada: Rua Aberta nº 140, localizada no Desmembramento de Baltazar Pellegrin, do ano de 1998 e Prolongamento da Rua Existente, situada no Loteamento Orlando Cechinel, Bairro: Centro, iniciando-se na Rua Dorvina de Costa Cechinel, com a extensão de 186,00 metros, até encontrar-se com a Rua Lina Cechinel Vasconcelos, não havendo possibilidade, supervenientemente, de prolongamento de sua extensão, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, 06 de julho de 2020.

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal
REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO
Secretário do Sistema Econômico
Publicado no Diário Oficial do Município e no site www.morrodafumaca.sc.gov.br

LEI Nº 2.009/2020

Publicação Nº 2551470

LEI Nº. 2.009, DE 06 DE JULHO DE 2020.
"DENOMINA RUA MÁRIO CESÁR BORTOLATTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se: Rua Mário César Bortolatto, a via pública deste Município, atualmente denominada: Rua Projetada "H", situada no Loteamento Vitório Bortolatto, Bairro Barracão, tendo seu início na Rua Marginal Projetada SC-443 Esquerda, seguindo daí, à montante, em direção a Leste, com a extensão de 702,00 metros, até encontrar-se com o imóvel de propriedade do Sr. Juventino Saviato, com possibilidade, supervenientemente, de prolongamento de sua extensão, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, 06 de julho de 2020.

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal
REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO
Secretário do Sistema Econômico
Publicado no Diário Oficial do Município e no site www.morrodafumaca.sc.gov.br

LEI Nº 2.010/2020

Publicação Nº 2551474

LEI Nº. 2.010, DE 06 DE JULHO DE 2020.
"DENOMINA RUA MÁRIO BORTOLATTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se: Rua Mário Bortolatto, a via pública deste Município, atualmente denominada: Rua Projetada "L", situada no Loteamento Vitório Bortolatto, Bairro Barracão, iniciando no Bolsão de Retorno, entre os lotes 04 e 05 da quadra 'L', e a Área de Preservação Permanente, seguindo daí, à montante, em direção a Leste, com a extensão de 385,00 metros, até encontrar-se com a Rua Projetada "O", do referido loteamento, sem nenhuma possibilidade, supervenientemente, de prolongamento de sua extensão, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, 06 de julho de 2020.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

Publicado no Diário Oficial do Município e no site www.morrodafumaca.sc.gov.br

LEI Nº 2.011/2020

Publicação Nº 2551477

LEI Nº. 2.011, DE 06 DE JULHO DE 2020.

“DENOMINA RUA ALCEBÍADES TEIXEIRA PATRÍCIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se: Rua Alcebíades Teixeira Patrício, a via pública deste Município, atualmente denominada: Rua Projetada "E", situada no Loteamento Residencial Joacy, Bairro Graziela, tendo seu início na Rua Projetada "D", seguindo daí, à montante, em direção a Leste, com a extensão de 172,00 metros, até encontrar-se com a Rua Projetada "F", do referido loteamento, sem nenhuma possibilidade, supervenientemente, de prolongamento de sua extensão, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, 06 de julho de 2020.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

Publicado no Diário Oficial do Município e no site www.morrodafumaca.sc.gov.br

TOMADA DE PREÇO 100/2020

Publicação Nº 2551809

Morro da Fumaça. TOMADA DE PREÇO 100/2020. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES, conforme anexo. Data: 22/07/2020. Hora: 08:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 013/2020

Publicação Nº 2552694

DECRETO LEGISLATIVO Nº 008/2001

EMENTA:

“CESSA OS EFEITOS DO DECRETO LEGISLATIVO Nº 010/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Vereador ALISON FELIX BERTAN, Presidente da Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, no uso das suas atribuições legais, promulga o seguinte DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica cessado, a partir de 01 de julho de 2020, os efeitos do Decreto Legislativo nº 010/2019, que concedeu licença, por prazo indeterminado e sem remuneração, ao vereador: Miguel Zaccaron Darolt, haja vista seu oficial retorno ao exercício da vereança, junto a este Parlamento Fumacense, conforme teor do Ofício nº 02/2020, subscrito pelo referido parlamentar, que fora, devidamente, protocolizado junto ao gabinete presidencial da Mesa Diretora.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência: Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 01 de julho de 2020.

ALISON FELIX BERTAN

Presidente da Câmara Municipal

Registrado e publicado, nesta Secretaria, ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte.

RANGEL DE ROCHI
Agente Administrativo

RESOLUÇÃO Nº 020/2020

Publicação Nº 2552698

EMENTA: "DESIGNA O SERVIDOR: RANGEL DE ROCHI, COMO RESPONSÁVEL PELO SETOR JURÍDICO DA CÂMARA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Vereador ALISON FELIX BERTAN, Presidente da Câmara Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar o servidor: Rangel de Rochi, Matrícula 0045, Advogado, inscrito na OAB/SC 25.254, CPF: 024.160.649-75, como responsável pelo Setor Jurídico desta Câmara Municipal.

Parágrafo Único - A referida atribuição será desempenhada sem qualquer ônus para o Poder Legislativo Fumacense, motivada pela vacância verificada no respectivo cargo de assessor jurídico, com provimento comissionado, conforme previsão legal, bem como pela espontaneidade e capacidade técnica do referido servidor para realizar tal desiderato, inclusive.

Art. 2º - A referida designação tem seu início em 01/07/2020 e término em 31/12/2020, podendo ser cessada a qualquer tempo, mediante comunicação, oficial e expressa, dirigida ao Presidente da Câmara Municipal, devendo o referido servidor praticar todos os atos necessários ao regular desempenho desta função.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 01 de julho de 2020.

ALISON FELIX BERTAN
Presidente

Registrada e publicada, nesta Secretaria, ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte.

RANGEL DE ROCHI
Agente Administrativo

Navegantes

PREFEITURA

ATA DA 3ª SESSÃO 63/2020 PMN

Publicação Nº 2551164

ATA 63/2020 PMN

DANDO CONTINUIDADE AOS LANCES, CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE, ÀS OITO HORAS DO DIA TRÊS DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE. NO ITEM 13 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA CIG COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI COM O VALOR DE R\$ 3,00; NO ITEM 14 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA KLEBER DE MOURA DALABONA EIRELI COM O VALOR DE R\$ 1,80 SENDO DESCLASSIFICADO POR NÃO ATENDER AO DESCRITIVO (SEM PEGADOR), VOLTANDO A ETAPA DE LANCES ONDE SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA SEVEN COMÉRCIO DE EMBALAGENS E MATERIAIS DE LIMPEZA LTDA COM O VALOR DE R\$ 3,05; NO ITEM 15 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA SANTA RITA COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA COM O VALOR DE R\$ 2,60; NO ITEM 16 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA RC PAPÉIS LTDA COM O VALOR DE R\$ 0,55 SENDO DESCLASSIFICADO POR NÃO ATENDER AO DESCRITIVO, VOLTANDO A ETAPA DE LANCES ONDE SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA AV COMÉRCIO ATACADISTA LTDA COM O VALOR DE R\$ 0,55; NO ITEM 17 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA TECNOAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA COM O VALOR DE R\$ 1,94; NO ITEM 18 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA KLEBER DE MOURA DALABONA EIRELI COM O VALOR DE R\$ 8,48; NO ITEM 19 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA KLEIN E FILHOS PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA COM O VALOR DE R\$ 1,99 SENDO DESCLASSIFICADO POR NÃO ATENDER AO DESCRITIVO, VOLTANDO A ETAPA DE LANCES ONDE SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA JP DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP COM O VALOR DE R\$ 2,20 SENDO DESCLASSIFICADO POR NÃO ATENDER AO DESCRITIVO, VOLTANDO A ETAPA DE LANCES ONDE SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA SANTA RITA COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA COM O VALOR DE R\$ 4,38; NO ITEM 20 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA SANTA RITA COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA COM O VALOR DE R\$ 4,38; NO ITEM 21 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA SANTA RITA COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA COM O VALOR DE R\$ 4,38; NO ITEM 22 RESTOU FRACASSADO; NO ITEM 23 RESTOU FRACASSADO; NO ITEM 24 RESTOU FRACASSADO; NO ITEM 25 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA PJ SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA ME COM O VALOR DE R\$ 13,10; NO ITEM 26 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA KLEIN E FILHOS PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA COM O VALOR DE R\$ 3,74; NO ITEM 27 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA KLEIN E FILHOS PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA COM O VALOR DE R\$ 2,28; NO ITEM 28 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA ESTER MONTANHER AMORIM ME COM O VALOR DE R\$ 59,00 SENDO DESCLASSIFICADO POR NÃO ATENDER AO DESCRITIVO, VOLTANDO A ETAPA DE LANCES ONDE SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA KLEIN E FILHOS PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA COM O VALOR DE R\$ 62,50 SENDO DESCLASSIFICADO POR NÃO APRESENTAR O LAUDO CLASSE I, VOLTANDO A ETAPA DE LANCES ONDE SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA KLEBER DE MOURA DALABONA EIRELI COM O VALOR DE R\$ 62,98, SENDO DESCLASSIFICADO POR NÃO APRESENTAR OS LAUDOS, VOLTANDO A ETAPA DE LANCES, ONDE SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA PJ SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA ME COM O VALOR DE R\$ 75,00; NO ITEM 29 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA RGP LIMPEZA COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DE LIMPEZA EIRELI ME COM O VALOR DE R\$ 38,75, SENDO DESCLASSIFICADO POR NÃO ATENDER AO DESCRITIVO, VOLTANDO A ETAPA DE LANCES, ONDE SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA COMERCIAL MULTIVILLE LTDA EPP COM O VALOR DE R\$ 40,60; NO ITEM 30 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA RC PAPÉIS LTDA COM O VALOR DE R\$ 13,90 SENDO DESCLASSIFICADO POR NÃO APRESENTAR O LAUDO, VOLTANDO A ETAPA DE LANCES, ONDE SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA COMERCIAL MULTIVILLE LTDA EPP COM O VALOR DE R\$ 18,00; NO ITEM 31 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA SANTA RITA COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA COM O VALOR DE R\$ 1,16; NO ITEM 32 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA TECNOAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA COM O VALOR DE R\$ 5,59; NO ITEM 33 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA SANTA RITA COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA COM O VALOR DE R\$ 6,80; NO ITEM 34 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA JP DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP COM O VALOR DE R\$ 7,50 SENDO DESCLASSIFICADO POR NÃO ATENDER AO DESCRITIVO, VOLTANDO A ETAPA DE LANCES, ONDE SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA KLEBER DE MOURA DALABONA EIRELI COM O VALOR DE R\$ 8,89 SENDO DESCLASSIFICADO POR NÃO ATENDER AO DESCRITIVO, VOLTANDO A ETAPA DE LANCES, ONDE SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA AV COMÉRCIO ATACADISTA LTDA COM O VALOR DE R\$ 8,97; NO ITEM 38 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA SEVEN COMÉRCIO DE EMBALAGENS E MATERIAIS DE LIMPEZA LTDA COM O VALOR DE R\$ 2,65; NO ITEM 39 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA CIG COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI COM O VALOR DE R\$ 9,39, SENDO DESCLASSIFICADO POR NÃO ATENDER AO DESCRITIVO, VOLTANDO A ETAPA DE LANCES, ONDE SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA COMERCIAL MULTIVILLE LTDA EPP COM O VALOR DE R\$ 22,40; NO ITEM 40 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA CIG COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI COM O VALOR DE R\$ 6,90 SENDO DESCLASSIFICADO POR NÃO ATENDER AO DESCRITIVO, VOLTANDO A ETAPA DE LANCES, ONDE SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA AV COMÉRCIO ATACADISTA LTDA COM O VALOR DE R\$ 8,20; NO ITEM 41 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA SEVEN COMÉRCIO DE EMBALAGENS E MATERIAIS DE LIMPEZA LTDA COM O VALOR DE R\$ 8,56; NO ITEM 42 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA SANTA RITA COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA COM O VALOR DE R\$ 32,62; NO ITEM 43 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA PJ SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA ME COM O VALOR DE R\$ 33,90; NO ITEM 44 RESTOU FRACASSADO; NO ITEM 45 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA SANTA RITA COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA COM O VALOR DE R\$ 0,88; NO ITEM 46 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA JP DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP COM O VALOR DE R\$ 8,50; NO ITEM 47 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA MULTILIZZA COMERCIAL LTDA COM O VALOR DE R\$ 2,75; NO ITEM 48 RESTOU FRACASSADO; NO ITEM 49 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA HILEON CESAR SUCATELLI COM O VALOR DE R\$ 8,00 SENDO DESCLASSIFICADO POR NÃO ATENDER AO DESCRITIVO, VOLTANDO A ETAPA DE LANCES, ONDE SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA PJ SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA ME COM O VALOR DE R\$ 11,55; NO ITEM 50 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA VERDESAN COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA ME COM O VALOR DE R\$ 7,45; NO ITEM 51 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA MULTILIZZA COMERCIAL LTDA COM O VALOR DE R\$ 5,70; RESTANDO FRACASSADO OS ITENS 22, 23, 24, 44, 48. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, HAVENDO MENÇÃO DE RECURSO POR PARTE DA EMPRESA D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA EIRELI CONTRA SUA DESCLASSIFICAÇÃO NO ITEM 06 (GEL DENTAL INFANTIL) E PELA EMPRESA CIG COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI NOS ITENS 35 E 39. ENCERRA-SE O PRESENTE CERTAME, E ENCAMINHA-SE PARA AUTORIDADE COMPETENTE. EU, INGLID DIAS LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E CONFERIDO SEGUE ASSINADO PELOS CREDENCIADOS PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DA MESMA.

ATA DA SESSÃO 15/2020 FMS

Publicação Nº 2551676

Ata 15/2020 FMS

Aberto o certame as nove horas do dia vinte e oito de maio de dois mil e vinte, na sala de Administração, do Paço Municipal, com a presença da Comissão Permanente nomeada pela Portaria nº 952 de treze de fevereiro de dois mil e vinte para abertura dos envelopes da Concorrência 15/2020 FMS cujo objeto Concorrência pública visando a contratação de entidade hospitalar sem fins lucrativos para gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de assistência, internações hospitalares, atendimento ambulatorial e gestão administrativa do Hospital Municipal de Navegantes/SC, com a participação da licitante Associação da Redeh de Beneficência Cristã - REDEH representada por Camila Gottardi. Foi aberto o envelope de proposta, a empresa apresentou proposta no valor de R\$ 14.880.000,00 (quatorze milhões oitocentos e oitenta mil reais). Sagrou - se vencedora a empresa Redeh. Momento em que encerra a sessão.

ATA DE SESSÃO 126-2019 PMN

Publicação Nº 2552753

Ata da sessão 126/2019 PMN

Aberto o certame as nove horas do dia vinte e seis de junho de dois mil e vinte, na sala de Administração do Paço Municipal, com a presença da Comissão Permanente nomeada pela Portaria nº 952 de treze de fevereiro de dois mil e vinte para sessão de resultado da análise técnica e abertura de proposta do Regime Diferenciado de Contratação 126/2019 PMN, cujo objeto é contratação de empresa especializada em serviços de engenharia (com fornecimento de material), através do regime diferenciado de contratação - RDC, para elaboração de projetos executivos e construção do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Natalina Sabel do Amaral, localizado no bairro Machados, município de Navegantes, através da Secretaria Municipal de Educação de Navegantes/SC, com a participação da empresa Verdi Sistemas Construtivos Ltda representado por Jeferson Alexandre Dutra. A comissão Técnica apresentou o resultado da análise totalizando a nota da proposta técnico 9.8.a empresa renuncia ao recurso nesta fase. Momento em que encerra a sessão.

No dia vinte e seis de junho de dois mil e vinte, após a sessão de resultado da análise técnica, na sala de Administração do Paço Municipal, com a presença da Comissão Permanente nomeada pela Portaria nº 952 de treze de fevereiro de dois mil e vinte foi dado prosseguimento para abertura de proposta do Regime Diferenciado de Contratação 126/2019 PMN, cujo objeto é contratação de empresa especializada em serviços de engenharia (com fornecimento de material), através do regime diferenciado de contratação - RDC, para elaboração de projetos executivos e construção do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Natalina Sabel do Amaral, localizado no bairro Machados, município de Navegantes, através da Secretaria Municipal de Educação de Navegantes/SC, com a participação da empresa Verdi Sistemas Construtivos Ltda representado por Jeferson Alexandre Dutra. O envelope de proposta foi aberto e a empresa Verdi Sistemas Ltda apresentou proposta no valor de R\$ 6.497.512,36 (seis milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, quinhentos e doze reais e trinta e seis centavos.). A empresa apresentou um lance de 0.5 % do valor da proposta, sendo R\$ 32.487,55 (trinta e dois mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos), ficando a proposta final no valor de R\$ 6.465.024,81 (seis milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, e vinte e quatro reais e oitenta e um centavos). A comissão aceitou o valor final da proposta. Conforme o item 9.2 do edital, a nota final da empresa foi de 9,86. Devido a alteração do valor da proposta pelo lance, abre -se prazo de cinco dias uteis para regularização, conforme o item 8.2.9 do edital. A empresa renuncia ao recurso nesta fase. Momento em que encerra a sessão

ATA DE SESSÃO 126-2019 PMN -- SESSÃO FINAL

Publicação Nº 2552730

Ata 126/2019 PMN

Aberto o certame as nove horas do dia seis de julho de dois mil e vinte, no auditório do Paço Municipal, com a presença da Comissão Permanente nomeada pela Portaria nº 952 de treze de fevereiro de dois mil e vinte para abertura dos envelopes do Regime Diferenciado de Contratação 126/2019 PMN, cujo objeto é contratação de empresa especializada em serviços de engenharia (com fornecimento de material), através do regime diferenciado de contratação - RDC, para elaboração de projetos executivos e construção do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Natalina Sabel do Amaral, localizado no bairro Machados, município de Navegantes, através da Secretaria Municipal de Educação de Navegantes/SC, com a participação da empresa Verdi Sistemas Construtivos Ltda representado por Jeferson Alexandre Dutra. Foi aberto o envelope de habilitação e a comissão verificou que a mesma cumpriu com o exigido no edital. A empresa renuncia ao recurso. Sagrou - se vencedora desta licitação a empresa Verdi Sistemas Construtivos Ltda. Momento em que encerra a sessão.

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 39/2020 FMS

Publicação Nº 2552700

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 39/2020 FMS

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a contratação de clínica médica veterinária, para atendimentos de urgência e emergência, em animais de pequeno porte (cães e gatos), em sofrimento, vítimas de acidente, maus tratos, abandonados, que necessitem de atendimento cirúrgico, exames e testes rápidos para detecção de doenças, em cumprimento ao TAC - Termo de Ajustamento de Conduta nº 000302-18.2013.8.24.0135, firmado entre o Ministério Público e o município, através do Fundo Municipal de Saúde de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 17/07/2020 até às 7h50. Abertura/envelopes: 17/07/2020 às 8h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emilio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 026/2020 -- CLAUDIA MARIA TURCATTI

Publicação Nº 2552707

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.370-446 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 06 de julho de 2020

Ilmo Sra.
CLAUDIA MARIA TURCATTI

Assunto: CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 026/2020.

Senhora Candidata,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data desta publicação, para tratar da nomeação do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 026/2020, para o cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM 40 HORAS.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do PROCESSO SELETIVO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Meire Meschke Reis
Diretora de RH

Nathalia Zabel
Agente Téc. em Srv. Públicos – RH

CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 026/2020 -- KARINE DE OLIVEIRA PINTO SILVA

Publicação Nº 2552702

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.370-446 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 06 de julho de 2020

Ilmo Sra.
KARINE DE OLIVEIRA PINTO SILVA

Assunto: CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 026/2020.

Senhora Candidata,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data desta publicação, para tratar da nomeação do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 026/2020, para o cargo de ENFERMEIRA 40 HORAS. Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do PROCESSO SELETIVO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Meire Meschke Reis
Diretora de RH

Nathalia Zabel
Agente Téc. em Srv. Públicos – RH

CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 026/2020 -- NATAN PINTO DO NASCIMENTO

Publicação Nº 2552701

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.370-446 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 06 de julho de 2020

Ilmo Sr.
NATAN PINTO DO NASCIMENTO

Assunto: CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 026/2020.

Senhor Candidato,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data desta publicação, para tratar da nomeação do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 026/2020, para o cargo de PSICÓLOGO 40 HORAS. Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do PROCESSO SELETIVO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Meire Meschke Reis
Diretora de RH

Nathalia Zabel
Agente Téc. em Srv. Públicos – RH

CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 027/2020 -- ALESSANDRA PAULA DE OLIVEIRA

Publicação Nº 2552710

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.370-446 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 06 de julho de 2020

Ilmo Sra.
ALESSANDRA PAULA DE OLIVEIRA

Assunto: CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 027/2020.

Senhora Candidata,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data desta publicação, para tratar da nomeação do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 027/2020, para o cargo de AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS 40 HORAS.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do PROCESSO SELETIVO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Meire Meschke Reis
Diretora de RH

Nathalia Zabel
Agente Téc. em Srv. Públicos – RH

CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 027/2020 -- CRISTINA FATIMA SILVEIRA CASTRO

Publicação Nº 2552712

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.370-446 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 06 de julho de 2020

Ilmo Sra.
CRISTINA FATIMA SILVEIRA CASTRO

Assunto: CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 027/2020.

Senhora Candidata,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data desta publicação, para tratar da nomeação do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 027/2020, para o cargo de AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS 40 HORAS.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do PROCESSO SELETIVO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Meire Meschke Reis
Diretora de RH

Nathalia Zabel
Agente Téc. em Srv. Públicos – RH

CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 027/2020 -- JADIELSON CARLOS DANTAS VASCONCELOS

Publicação Nº 2552714

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.370-446 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 06 de julho de 2020

Ilmo Sr.
JADIELSON CARLOS DANTAS VASCONCELOS

Assunto: CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 027/2020.

Senhor Candidato,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data desta publicação, para tratar da nomeação do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 027/2020, para o cargo de AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS 40 HORAS.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do PROCESSO SELETIVO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Meire Meschke Reis
Diretora de RH

Nathalia Zabel
Agente Téc. em Srv. Públicos – RH

CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 027/2020 -- THAIS DA SILVA SANSÃO

Publicação Nº 2552709

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.370-446 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 06 de julho de 2020

Ilmo Sra.
THAIS DA SILVA SANSÃO

Assunto: CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 027/2020.

Senhora Candidata,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data desta publicação, para tratar da nomeação do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 027/2020, para o cargo de AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS 40 HORAS.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do PROCESSO SELETIVO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Meire Meschke Reis
Diretora de RH

Nathalia Zabel
Agente Téc. em Srv. Públicos – RH

DECRETO 133/2020

Publicação Nº 2552084

DECRETO N° 133, DE 02 DE JULHO DE 2020

NOMEIA MEMBROS PARA INSTITUÍREM O CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE NAVEGANTES E REVOGA O DECRETO 18/2020.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60,

CONSIDERANDO o respeito ao ser humano e o princípio da isonomia;

CONSIDERANDO a necessidade da nomeação de novos membros para compor o conselho que visa garantir os direitos da pessoa com deficiência, ampliando o conceito da inclusão social;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar 181/2013 e alterações posteriores;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por este ato, o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de Navegantes, cujos membros são os seguintes:

a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Titular – Luciana Salles Balarin

Suplente – Mary Cleide Tambosi

b) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

Titular – Danielle Loes de Oliveira

Suplente – Melissa Cristina Correa

c) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Titular – Rosemary Kertichyka

Suplente – Christiane Eufrazio

d) SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECEITA

Titular – Radames Abreu Montagna

Suplente – Juliana Krieger

e) SECRETARIA DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE

Titular – Nilceneia Scavin Motta

Suplente – Edinilça Paula Silva Vicente

f) FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Titular – Eduardo José Seara Mafra

Suplente – Eder Gonzales Nascimento

g) APAE:

Titular – Ana Paula de Col Boldori;

Suplente – Tatiane Coffi da Silva;

h) ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIADO DA SAÚDE DO HOSPITAL DE NAVEGANTES;

Titular – Rosângela Schneider Ristow

Suplente – Lígia Aparecida Kloppel

i) OAB:

Titular – Rodrigo Pereira Feijó;

Suplente – Inajara dos Santos Vieira;

j) REPRESENTANTE DO OBSERVATÓRIO SOCIAL DE NAVEGANTES

Titular – Maria Regina Decker

Suplente – Marcelo José dos Santos

k) Associação Deficientes Visuais de Itajaí e Região

Titular – Jairton Faben Domingos

Suplente – Bruno Carlos de Oliveira

l) Rotary Club de Navegantes

Titular – Magaly Percevallis Benatti

Suplente – Laércio Benatti

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando o decreto 18/2020 e demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JULHO DE 2020.

Emílio Vieira

PREFEITO

Márcio da Rosa

Secretário de Administração e Logística

DECRETO 134/2020

Publicação Nº 2552511

DECRETO Nº 134 DE 03 DE JULHO DE 2020.

“ALTERA O DECRETO 74, DE 16 DE MAIO DE 2017, QUE DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE DEFESA CIVIL DE NAVEGANTES”

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

Considerando a necessidade de atualizar os representantes da Comissão de Defesa Civil de Navegantes;

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os incisos I, II, IV e V, do art. 1º, do Decreto nº 74/2017, os quais passarão a ter as seguintes redações:

“I – Edemir de Souza – Coordenador de Defesa Civil;

II – Guilherme Nascimento dos Santos – Diretor Operacional de Defesa Civil;

IV – Marcelo de Tales Costa – Diretor Técnico;

V – Irani dos Santos – Diretor de Prevenção.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições constantes do Decreto nº 74/2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE JULHO DE 2020.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

MARCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EXTRATO DA ATA 72/2020 PMN

Publicação Nº 2552499

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 72/2020 PMN

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 72/2020, relativa ao Pregão Presencial nº 72/2020 PMN - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (LAJOTAS SEXTAVADAS E RETANGULARES, MEIOS-FIOS E PAVERS DE CONCRETO), PARA A UTILIZAÇÃO EM MANUTENÇÕES E PAVIMENTAÇÕES DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE NAVEGANTES/SC.

Conforme Pregão Presencial para Registro de Preços nº 72/2020 PMN.

Fornecedores: ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR EIRELI EPP

CNPJ nº: 72.567.076/0001-04

Proprietário: Gaian Carlos Alves

Valor: R\$ 2.558.500,00

Vigência: 03/06/2020 a 03/06/2021

DILUCCA COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

CNPJ nº: 32.672.237/0001-05

Sócia: Angela de Araujo Raimondi

Valor: R\$ 206.500,00

Vigência: 03/06/2020 a 03/06/2021

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 03 de julho de 2020.

LEI 3482/2020

Publicação Nº 2552531

LEI Nº 3482 DE 06 DE JULHO DE 2020.

"DENOMINAÇÃO DE LOGRADOURO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito do Município de Navegantes, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Que o Beco sem denominação oficial, localizado no Machados no lado esquerdo da Travessa Macarini próximo ao nº 42, passa a denominar-se oficialmente como Servidão: Helwino Mergem

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC, 06 DE JULHO DE 2020.

Emílio Vieira

PREFEITO

Márcio da Rosa

Secretário de Administração e Logística

PORTARIA Nº 2663 DE 03 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2552504

PORTARIA Nº 2663 DE 03 DE JULHO DE 2020

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar a Ata 72/2020 PMN do Pregão Presencial 72/2020 cujo objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (LAJOTAS SEXTAVADAS E RETANGULARES, MEIOS-FIOS E PAVERS DE CONCRETO), PARA A UTILIZAÇÃO EM MANUTENÇÕES E PAVIMENTAÇÕES DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE NAVEGANTES/SC.

Conforme Pregão Presencial nº 72/2020 PMN.

Fiscais:

FRANCISCO MANOEL COUTO NETO -- (titular)

ELEN DOS SANTOS PAIXÃO DANIEL AUGUSTO -- (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE JULHO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nova Erechim

PREFEITURA

DECRETO Nº 166/2020 DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR MÉRITO.

Publicação Nº 2551498

DECRETO Nº 166, DE 06 DE JULHO DE 2020.
Dispõe sobre a concessão de Progressão por Mérito.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o Art. 26 da Lei Complementar nº 126 de 20 de março de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida a Progressão por Mérito, na ordem de 1% (um por cento), referente ao período de 01.01.2019 a 31.12.2019, para os seguintes Servidores Municipais:

ADERCI DOS SANTOS VALLER, matrícula 2020/01, ocupante do cargo de Recepcionista, com carga horaria de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

ADRIANA MARCHETTO, matrícula 2399/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horaria de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

ALTEMIR ANTONIO BASSO, matrícula 1465/01, ocupante do cargo de Motorista, com carga horaria de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

ANDRÉ GUSTAVO MANOEL, matrícula 5406/01, ocupante do cargo de Médico, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

ANTONIO SKIERZYNSKI, matrícula 4081/01, ocupante do cargo de Motorista, com carga horaria de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

CLARICE PAGNUSSAT PAGLIARINI, matrícula 3255/01, ocupante do cargo de enfermeiro, com carga horaria de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

CLARICE PINTO, matrícula 4057/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horaria de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte.

CLAUDIA CARINE FROZZA, matrícula 701/01, ocupante do cargo de Psicólogo, com carga horaria de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

CLAUDIA MARIA SKOWRONSKI, matrícula 736/01, ocupante do cargo de Assistente Social, com carga horaria de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLAUDIR ISOTON, matrícula 5396/01, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

CLEDIR SALETE SAVI, matrícula 2461/01, ocupante do cargo de Secretária da Escola, com carga horaria de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte.

DALYNE VEIGA DARONCO, matrícula 5401/01, ocupante do cargo de farmacêutico, com carga horaria de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde

DILVANE PIROVANO, matrícula 3328/01, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horaria de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

DIRLEI JOSÉ PIROVANO, matrícula 3492/01, ocupante do cargo de Motorista, com carga horaria de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

DRIELI LAIZA MATOZO, matrícula 5579/01, ocupante do cargo de Secretária da Escola, com carga horaria de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte.

FRANCIMARA BORSATTO, matrícula 3360/01, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horaria de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

GEOVANI ARGENTA, matrícula 5413/01, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Obra e Serviços Públicos.

GRAZIANE CIVA, matrícula 2232/01, ocupante do cargo de Assistente Tributário, com carga horaria de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

IARA CRISTINA PERIN, matrícula 680/01, ocupante do cargo de Agente de Saúde Pública, com carga horaria de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Saúde.

IRACI TERESA CAVALHEIRO LADIK, matrícula 4847/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horaria de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte.

IVAN CARLOS ZENI, matrícula 2003/01, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Obra e Serviços Públicos.

IVANETE APARECIDA MERIGO, matrícula 355701, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horaria de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte.

IVONE HUBNER, Matrícula 5380/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte.

JAISON GOMES FERREIRA, matrícula 906/01, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

JEOVANO MARCELO DA SILVA, matrícula 3220/01, ocupante do cargo de Médico Veterinário, com carga horaria de 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

JOÃO CARLOS BABARESCO, matrícula 2011/01, ocupante do cargo de Técnico em Manutenção de Equipamentos e Informática, com carga horaria de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

JONER ANDRE TONON, matrícula 558/01, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

JOSÉ LORI DARONCO, matrícula 787/01, ocupante do cargo de Odontólogo, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

JULIANA NUNES DE GOIS, matrícula 4090/01, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horaria de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Saúde.

JUSCILEI ANA BRESOLIN SCHNORR, matrícula 3875/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horaria de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

KARINE KNAKIEWICZ, matrícula 5423/01, ocupante do cargo de Controlador Interno, com carga horaria de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

LIAMARA SCHUCK, matrícula 1864/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

LIANA ZUNKOWSKI, matrícula 1597/01, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, com carga horaria de 30 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde

LUCIANE WERNER, matrícula 5451/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horaria de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte.

LUIZ ALVACIR DE SOUZA, matrícula 3271/01, ocupante do cargo de Técnico em Administração, com carga horaria de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

LUIZ CARLOS RIBEIROS DOS SANTOS, matrícula 5403/01, ocupante do cargo de Motorista, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

MARCIANA MODZELESKI BOTEZINI, matrícula 3344/01, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horaria de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Saúde.

MAURICIO DAL BELLO, matrícula 5398/01, ocupante do cargo de Farmacêutico, com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

MIDIAN RACHELLE ZANCANARO DA SILVA, matrícula 3816/01, ocupante do cargo de Nutricionista, com carga horaria de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte.

NADIA FILIPE CHIELA, matrícula 4197/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horaria de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

NERY TEREZINHA CASTAGNA, matrícula 2690/02, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horaria de 40 horas

semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

OLINDA FÁTIMA BATISTA DA CRUZ GOSCH, matrícula 4553/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte.

PADRICIA MARIA GÊNERO, matrícula 922/01, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte.

PAMELA REGINA LADIK BREYER, matrícula 5207/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

PAULO KUCMANSKI, matrícula 4367/01, ocupante do cargo de Pedreiro de Manutenção e Conservação, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

RAFAEL NICHELELE, matrícula 5402/01, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

RUDI JOSÉ SCHNORR, matrícula 3395/01, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Saúde.

SILVANE INES PIEROZAN, matrícula 3905/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte.

SIRLEI DE FATIMA DE PAULA SOLIVO, matrícula 5415/01, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Saúde.

SOELI SONIA SARTORI MAROCCO, matrícula 3247/01, ocupante do cargo de Contadora, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

SOLANGE INES BAUMGRATZ, matrícula 4650/01, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Saúde.

VALDAIR LAZAROTTO, matrícula 566/01, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

VILSON SOLIVO, matrícula 3603/01, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

VINICIUS DOS SANTOS, matrícula 5399/01, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

VIVIANE ITANAJA COLETTTO, matrícula 4049/01, ocupante do cargo de Fonoaudiólogo, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Saúde.

VIVIANE REGINA SOLIVO, matrícula 671/01, ocupante do cargo de Agente de Saúde Pública, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Saúde.

VOLMIR ANIECEVSKI, matrícula 523/01, ocupante do cargo de Operador Máquinas, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

VOLMIR JOSÉ BRUSCHI, matrícula 4111/01, ocupante do cargo de Motorista, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

ZENILDE NUNES PORTELLA SALAMI, matrícula 1520/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de maio de 2020.

Nova Erechim (SC), em 06 de julho de 2020.

NEDIO ANTONIO CASSOL
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 167/2020 DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 2551579

Estado de Santa Catarina
Município de Nova Erechim
Av. Francisco Ferdinando Losina 139 – Centro – CNPJ: 83.021.840/0001-68
Fone: 49 3333 3100 - E-mail: prefeitura@novaerechim.sc.gov.br

DECRETO Nº. 167 de 30 de Junho de 2020.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1911, de 10 de Dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, na Prefeitura Municipal de Nova Erechim, no valor de R\$27.700,00 (Vinte e sete mil e setecentos reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	08	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade	01	Fundo Municipal de Assistência Social	
Função	08	Assistência Social	
Sub-função	244	Assistência Comunitária	
Programa	0018	ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO	
Atividade	2040	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 15.35	R\$27.700,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar mencionado nos Art. 1º. Utilizamos os recursos do excesso de arrecadação referente ao Incremento Temporário ao Bloco da Proteção Social Básica para Ações de Combate ao COVID-19, conforme art. 5º § 1º inciso I da Lei Orçamentária nº1911/2019 e art. 7º da Lei Federal nº4.320/64.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC), em 30 de Junho de 2020.

NÉDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

FABIELLI POLLI

Secretária da Administração, Finanças e Planejamento

EXTRATO CONTRATUAL DA ATA Nº 26/2020 CENTER MÓVEIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS

Publicação Nº 2551543

PROCESSO Nº: 50/2020	PREGÃO SRP Nº: 27/2020
-------------------------	---------------------------

EXTRATO CONTRATUAL DA ATA Nº 26/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC

CNPJ: 83.021.840/0001-68

CONTRATADA: CENTER MÓVEIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA

CNPJ: 36.160.222/0001-19

OBJETO: EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC

VALOR: R\$ R\$ 7.910,00 (Sete mil e novecentos e dez reais)

VIGÊNCIA = INÍCIO: 02/07/2020 TÉRMINO: 02/07/2021

Nova Erechim, 02 de julho de 2020.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL DA ATA Nº 27/2020 ESCOLATES INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA

Publicação Nº 2551544

PROCESSO
Nº: 50/2020PREGÃO SRP
Nº: 27/2020

EXTRATO CONTRATUAL DA ATA Nº 27/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC

CNPJ: 83.021.840/0001-68

CONTRATADA: ESCOLATES INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA

CNPJ: 34.832.381/0001-97

OBJETO: EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC

VALOR: R\$ 11.178,00 (Onze mil cento e setenta e oito reais)

VIGÊNCIA = INÍCIO: 02/07/2020 TÉRMINO: 02/07/2021

Nova Erechim, 02 de julho de 2020.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL DA ATA Nº 28/2020 EVANDRO DAVI ME

Publicação Nº 2551545

PROCESSO
Nº: 50/2020PREGÃO SRP
Nº: 27/2020

EXTRATO CONTRATUAL DA ATA Nº 28/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC

CNPJ: 83.021.840/0001-68

CONTRATADA: EVANDRO DAVI ME

CNPJ: 13.774.438/0001-79

OBJETO: EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC

VALOR: R\$ 37.430,00 (Trinta e sete mil e quatrocentos e trinta reais)

VIGÊNCIA = INÍCIO: 02/07/2020 TÉRMINO: 02/07/2021

Nova Erechim, 02 de julho de 2020.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL DA ATA Nº 29/2020 GESUL COMERCIAL EIRELI

Publicação Nº 2551546

PROCESSO
Nº: 50/2020PREGÃO SRP
Nº: 27/2020

EXTRATO CONTRATUAL DA ATA Nº 29/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC

CNPJ: 83.021.840/0001-68

CONTRATADA: GESUL COMERCIAL EIRELI

CNPJ: 14.711.959/0001-40

OBJETO: EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC

VALOR: R\$ 16.932,50 (Dezesseis mil novecentos trinta e dois reais com cinquenta centavos)

VIGÊNCIA = INÍCIO: 02/07/2020 TÉRMINO: 02/07/2021

Nova Erechim, 02 de julho de 2020.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL DA ATA Nº 30/2020 JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME

Publicação Nº 2551548

PROCESSO
Nº: 50/2020PREGÃO SRP
Nº: 27/2020

EXTRATO CONTRATUAL DA ATA Nº 30/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC
CNPJ: 83.021.840/0001-68
CONTRATADA: JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME
CNPJ: 09.552.508/0001-77

OBJETO: EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC

VALOR: R\$ 19.295,00 (Dezenove mil duzentos e noventa e cinco reais)

VIGÊNCIA = INÍCIO: 02/07/2020 TÉRMINO: 02/07/2021

Nova Erechim, 02 de julho de 2020.
NÉDIO ANTÔNIO CASSOL
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL DA ATA Nº 31/2020 MASTER ELETRODOMESTICOS EIRELI

Publicação Nº 2551550

PROCESSO
Nº: 50/2020PREGÃO SRP
Nº: 27/2020

EXTRATO CONTRATUAL DA ATA Nº 31/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC
CNPJ: 83.021.840/0001-68
CONTRATADA: MASTER ELETRODOMESTICOS EIRELI
CNPJ: 33.859.616/0001-71

OBJETO: EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC

VALOR: R\$ 4.450,00 (Quatro mil quatrocentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA = INÍCIO: 02/07/2020 TÉRMINO: 02/07/2021

Nova Erechim, 02 de julho de 2020.
NÉDIO ANTÔNIO CASSOL
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL DO CONTRATO Nº 36/2020 MS FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Publicação Nº 2551580

PROCESSO
Nº: 47/2020TOMADA DE PREÇO
Nº: 07/2020

EXTRATO CONTRATUAL DO CONTRATO Nº 36/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC
CNPJ: 83.021.840/0001-68
CONTRATADA: MS FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
CNPJ: 10.823.533/0001-27

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, OBJETIVANDO A CONSTRUÇÃO DE PAVILHÃO GARAGEM COM ESTRUTURA EM PRÉ-MOLDADO E UNIDADE RESIDENCIAL NO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC, CFE. PROJETO, MEMORIAL E ART EM ANEXO.

VALOR: R\$ R\$ 353.309,08 (Trezentos e cinquenta e três mil trezentos e nove reais com oito centavos).

VIGÊNCIA = INÍCIO: 03/07/2020 TÉRMINO: 30/12/2020

Nova Erechim, 03 de julho de 2020.
NÉDIO ANTÔNIO CASSOL
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 29/2020 REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES, HIDRÁULICOS, ELÉTRICOS E AFINS

Publicação Nº 2551403

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2020

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 29/2020

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL, Prefeito Municipal de Nova Erechim/SC, no uso das atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES, HIDRÁULICOS, ELÉTRICOS E AFINS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC. A abertura dos envelopes acontecerá às 09h15min do dia 16 de julho de 2020, junto a Secretaria Municipal da Administração, sito à Avenida Francisco F. Losina n.º 139, Fone (49) 3333-3109, no Município de Nova Erechim/SC. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou e-mail licitacoes.ne@gmail.com

Nova Erechim (SC), em 06 de julho de 2020.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 14-2020 - CONCEDE FÉRIAS PAULO ROBERTO DALLASTRA**

Publicação Nº 2551823



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE NOVA ERECHIM
Rua São Pedro - 19 – Centro - Nova Erechim
Fone: (49) 3333-0010
E-mail: camara@camaranovaerechim.sc.gov.br

PORTARIA Nº 014/2020**“FÉRIAS SERVIDOR PAULO ROBERTO DALLASTRA.”**

LUIZ CARLOS SILVANO, Presidente da Câmara de Vereadores de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a legislação em vigor, e conforme dispõe a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO:

Que conforme prevê o artigo 59 da Lei Complementar nº 025/01, de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido 30 (trinta) dias de Férias para o Servidor Municipal PAULO ROBERTO DALLASTRA, Matrícula 507/01, ocupante do cargo de Contador, lotado na Câmara de Vereadores de Nova Erechim, referente ao período 01.01.2019 a 31.12.2019, a ser usufruída:

10(dez) dias no período de 02.12.2020 a 11.12.2020, e

20(vinte) dias no período de 30.12.2020 a 18.01.2021.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Erechim-SC, 06 de Julho de 2020.

LUIZ CARLOS SILVANO

Presidente da Câmara de Vereadores de Nova Erechim

Registrado e Publicado
nesta Casa Legislativa
Em Data Supra no Local de Costume

Alfredo Carlos Merigo
Secretário Geral

Câmara de Vereadores de Nova Erechim
Publicado no Mural Público

Em ____/____/____ a ____/____/____

Nova Itaberaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 116-2020

Publicação Nº 2552766

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 116/2020
Edital: Tomada de Preços Nº.: 12/2020
Tipo: Menor preço / Global
Objeto: Pavimentação com Pedras Basalto Irregulares nas Estradas Municipais, no total de 5.536,42 m²
Entrega dos Envelopes: 830 horas do dia 23/07/20.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 23/07/20.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua José Marocco nº 1.525, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (049) 3327 0066.
NOVA ITABERABA, 06/07/20
MARCIANO MAURO PAGLIARINI
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 117-2020

Publicação Nº 2552761

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO de Nova Itaberaba
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão
Processo Adm. Nº.: 117/2020
Edital: Pregão Nº.: 42/2020
Tipo: Menor preço / Unitário
Objeto: Aquisição de Pneus para manutenção da frota de veículos do Município de Nova Itaberaba
Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 20 de julho de 2020.
Local de Entrega dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 20 de julho de 2020.
Local de Abertura dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua José Marocco nº 2226, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo fone (049) 3327 0066.
A licitação será regida pela Lei Nº 10.520/2002 e supletivamente pela Lei Nº 8.666/93.
NOVA ITABERABA, 06 de julho de 2020
MARCIANO MAURO PAGLIARINI
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 68/2020

Publicação Nº 2552771

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 68/2020 DE 26 de Junho de 2020
CONTRATO DE CESSÃO DE USO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA E A EMPRESA MESTRO LAVANDERIA INDUSTRIAL.

O MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 95.990.131-0001/70, sediada na Rua José Marocco, N.º 2226, Centro, Município de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, doravante denominada CEDENTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal Sr. MARCIANO MAURO PAGLIARINI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 021.563.329-67, portador, portador da RG nº 3.125.701SSP/SC, residente e domiciliado na Rua José Bottin, sn, Centro, Nova Itaberaba – SC, com a competência lhe confere a Lei Orgânica Municipal e a Constituição Federal e a Lei Municipal nº 1.205/2018, e a empresa MESTRO LAVANDERIA INDUSTRIAL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 35.592.700/0001-05, com sede administrativa Rua Quintino

Bocaiuva, nº 385D, Bairro Presidente Médice, Chapecó, SC, CEP 89801-112, representada por seu sócio proprietário, DOUGLAS CAMPIGOTTO, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº 039.404.259-07, portador da RG nº 4.733.084-8SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Quintino Bocaiuva, nº 185, Centro, Chapecó, SC, doravante denominada CESSIONÁRIA, resolvem celebrar o presente CONTRATO, mediante as cláusulas e condições ora pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto:

a) formalizar a transferência da posse precária direta ao CESSIONÁRIO, para instalação da empresa no Município, um terreno com área de 15.000,00m² (quinze mil metros quadrados), situado na área Industrial II, cujo terreno encontra-se matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó – SC, sob o nº 75.179 e 75194, em condomínio com área maior, de propriedade do Município de Nova Itaberaba. Permanecendo o domínio e a posse indireta do bem com a CEDENTE.

b) Fornecimento de água para desempenho das atividades da Cessionária pelo período de um ano;

c) Perfuração de um poço artesiano para suprir as necessidades de desempenho das atividades da empresa.

PARÁGRAFO ÚNICO – O Cessionário não terá nenhum ônus adicional para o uso do imóvel recebido, exceto aqueles necessários para o desenvolvimento de suas atividades.

CLÁUSULA SEGUNDA – O prazo máximo para o início das atividades da empresa será de 90 (noventa) a contar da data da assinatura do contrato, sob pena de suspensão do benefício.

CLÁUSULA TERCEIRA – O atraso nos prazos previstos na Cláusula anterior somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou força maior, plenamente justificáveis e aceitos pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, ou por força de fatos da Administração Municipal.

CLÁUSULA QUARTA – Na ocorrência de fatos previstos na Cláusula anterior, os pedidos de prorrogação, serão encaminhados por escrito a Prefeitura, com 15 (quinze) dias de antecedência, com justificativas circunstanciadas.

CLÁUSULA QUINTA – O CEDENTE poderá proceder, sempre que julgar necessário a fiscalização dos serviços, quando os fiscais deverão ser acompanhados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, a qual poderá solicitar a colaboração de Engenheiro Civil, os quais terão o poder de tomar todas as providências que se fizerem necessárias para a fiel execução dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA – É vedado ao CESSIONÁRIO

alienar o imóvel, no todo ou em parte, com exceção dos casos relacionados a seguir, onde poderá ser efetuada a transferência de titularidade:

I – ter cumprido parcialmente o projeto inicial, desde que o pedido seja acompanhado com justificativa técnica e/ou financeira da impossibilidade de cumprir integralmente o disposto no projeto;

II – constatar-se que o imóvel recebido tiver área insuficiente para comportar futura ampliação de produção.

CLÁUSULA SÉTIMA - A anuência para transferência a terceiros, quando solicitada nos moldes dos Incisos I e II da Cláusula anterior, somente será concedida após a transferência efetiva da empresa à suas novas instalações, devendo o adquirente se habilitar nos termos do artigo 10 da Lei Municipal N.º 1.205/2018 de 18 de setembro de 2018, e assumir todos os encargos que porventura recaírem sobre o imóvel, sendo vedado a empresa que desocupar o imóvel exigir qualquer indenização ou recompensa pela cessão do mesmo, seja a que título for.

CLÁUSULA OITAVA – Reverterão, antecipadamente, ao Poder Público Municipal o imóvel cedido pelo presente Contrato, bem como aquelas realizadas pelo beneficiário, quando:

I – não utilizados em sua finalidade;

II – não cumpridos os prazos estipulados;

III – falência da empresa.

CLÁUSULA NONA - Comprovado o desvio de finalidade ou má fé na utilização dos incentivos previstos neste Contrato o Município exigirá a imediata devolução do imóvel ao Poder Público, sem nenhum ônus adicional e, sem prejuízo das penalidades específicas.

CLÁUSULA DÉCIMA - Caso a Empresa cessar suas atividades, antes de decorrido o prazo de 05(cinco) anos, por qualquer dos motivos previstos neste Contrato e na Lei Municipal N.º 1.205/2018 de 18 de setembro de 2018 o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico dará o prazo de 30(trinta) dias, para a empresa retirar máquinas e equipamentos, sob pena de transcorrido tal prazo, passarem a pertencer ao Poder Público Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Em nenhuma hipótese haverá ressarcimento das benfeitorias que porventura forem construídas no local.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Os atrasos na execução dos serviços somente serão justificáveis em caso de força maior ou casos fortuitos, plenamente justificados e aceitos pelo CEDENTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – O CESSIONÁRIO deverá apresentar para o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, durante a vigência deste Contrato sempre no mês de março, um relatório anual das atividades da empresa, indicando a movimentação dos funcionários, número de funcionários, faturamento, balanço anual e demais informações que achar conveniente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – O benefício ora concedido não constituir-se-á em doação definitiva, podendo a empresa beneficiada utilizar o terreno pelo período de 05(cinco) anos, desde que cumpridas todas as cláusulas pactuadas e satisfeitas todas as exigências de ordem legal, sendo que decorrido tal prazo o CESSIONÁRIO deverá desocupar o imóvel, sem fazer jus a nenhum ônus adicional seja a que título for, sendo-lhe facultado a aquisição do terreno ao preço que será fixado, nos termos da decisão do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de acordo com a tabela de indexação estabelecida na Lei 1205/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato é competente o foro da Comarca de Chapecó – SC.

E, para firmeza do ajustado e contratado, é lavrado o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

Nova Itaberaba, SC 26 de Junho de 2020.

MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA - MARCIANO MAURO PAGLIARINI

PREFEITO MUNICIPAL

MESTRO LAVANDERIA INDUSTRIAL - DOUGLAS CAMPIGOTTO
CESSIONÁRIO

VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA

O presente contrato cumpre os requisitos exigidos pela Lei das licitações, pelo que de acordo com o que estabelece o art. 38 Parágrafo Único da referida Lei, o dou como aprovado.

MAURO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS

Assessor Jurídico

OAB/SC - 23.347

DECRETO Nº 264/2020 DE 02 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2552735

DECRETO Nº 264/2020 DE 02 DE JULHO DE 2020.

"ALTERA NOMINATA DE MEMBROS QUE COMPOE O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA ITABERABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com art. 3º da Lei Municipal nº 1.233/2019 de 03 de Maio de 1999.

CONSIDERANDO: O pedido de exoneração da representante da Secretaria de Educação e a necessidade de manter atualizada a representação dos segmentos que compõe o Conselho e em atendimento as exigências do PMAQ;

DECRETA:

Art. 1º - O conselho Municipal de Saúde do Município de Nova Itaberaba, com mandato pelo período de 14 de Maio de 2019 a 13 de Maio de 2021, passa a ter a seguinte composição:

I – REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE SAÚDE:

Titular: Cristiane Allebrantt Both

Suplente: Monia Cypel Santana

II – REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO:

Titular: Luan Maciel

Suplente: Tainara Skierzinski

III – REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES:

Titular: Cristiano Pavin

Suplente: Andressa Invernizze

IV - REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES DA SAÚDE:

Titular: Claudete Maria Eckert

Titular: Ritamar C. Breda Basso

Suplente: Luana Gabriel

Suplente: Carmen Vanazzi

Titular: Eliza Dalberto

Suplente: Elizandra F. Nunes

V – REPRESENTANTES DAS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS:

Titular: Cleci Salete Gabriel

Suplente: Zilma M. M. Machio

Titular: Euzébio Magnanti

Suplente: Izanete Cortelini

VI – REPRESENTANTES DO MOVIMENTO DAS MULHERES AGRICULTURAS:

Titular – Maria Bottin

Suplente – Ivanete Bottin

VI – REPRESENTANTES DOS CLUBES DE MÃES DO MUNICÍPIO:

Titular: Silvana Nalin

Suplente: Beatriz Zamboni

VII – REPRESENTANTES DOS GRUPOS DE IDOSOS:

Titular: Antonio Sotoriva
Suplente: Sergio Bedin

VIII – REPRESENTANTES DE AGRICULTURA:

Titular – Lauri Mendes de Medeiros
Suplente – Antônio Tramontina

Art. 2º - Os membros do conselho não serão remunerados, sendo seus serviços considerados de caráter relevante para o Município.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 327/2019.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, EM 02 DE JULHO DE 2020.
MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 270/2020 DE 06 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2552746

DECRETO Nº 270/2020 DE 06 DE JULHO DE 2020.

“Dispõe sobre alteração do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-Conselho do FUNDEB.”

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a lei complementar nº 708/2007 de 04 de Maio de 2007;

CONSIDERANDO: o vencimento do período de vigência do mandato dos membros que compõe o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-Conselho do FUNDEB;

CONSIDERANDO: O pedido de exoneração formulado pela representante da Secretaria de Educação e a necessidade de substituição de manter atualizado a composição dos membros nomeados para o conselho;

DECRETA:

Art. 1º- Ficam nomeados os membros que compõe o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-Conselho do FUNDEB, no âmbito do Município de Nova Itaberaba, pelo período de 05/03/2020 a 04/03/2022.

Art. 2º - O Conselho a que se refere o art. 1º é constituído por 11 membros Titulares, acompanhados de seus respectivos suplentes, passando a vigorar com a seguinte descrição:

I) dois representantes da Secretaria Municipal de Educação, indicado pelo Poder Executivo Municipal;

Titular : JAIMIR LUPATINI
Suplente: ANDRESSA INVERNIZZI
Titular : ISMAEL SCHNEIDER
Suplente: LEOCIR MENDES DE MEDEIROS

II) um representante dos professores das escolas públicas municipais;

Titular : JUCELIA DE SOUZA
Suplente: SIMONE NALIN

III) um representante dos diretores das escolas públicas municipais;

Titular : MARILETE FATIMA FICAGNA CARNIEL
Suplente: MARISETE CONSALTER FILIPPINI

IV) um representante dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas municipais;

Titular : AIRTON KERBES
Suplente: CRISTIANO PAVIN

V) dois representantes dos pais de alunos das escolas públicas municipais;

Titular : JACELINE MARIANA SEVERO REOLON

Suplente: MARCIA PRADELA VIDOR

Titular : CLEONICE LAND

Suplente: SILVANA TESTA

VI) dois representantes dos estudantes da educação básica pública;

Titular : IRMA ZÉLIA REGINATTO OLIVEIRA DA COSTA

Suplente: GILCE CASTANHA

Titular : EULA PAULA DUARTE DA SILVA

Suplente: MARINITA NALIN DA CUNHA

VII) um representante do Conselho Municipal de Educação;

Titular : GISELI ZIN LUBI

Suplente: REGINA ROLIN DE MOURA

VIII) um representante do Conselho Tutelar .

Titular : EDIPO GUERRA

Suplente: JOICE ELHETE PERUZZO DE CAPELETTI

Art. 3 – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, EM 06 DE JULHO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretario Mun. De Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

DECRETO Nº. 262/2020 DE 01 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2552734

DECRETO Nº. 262/2020 DE 01 DE JULHO DE 2020

“ DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO DICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS ”.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1.262/2019 de 17 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento do Município de Nova Itaberaba no exercício 2020, no valor de R\$ 158.339,33 (Cento e cinquenta e oito mil, trezentos e trinta e nove reais e trinta e três centavos) no Projeto Atividade 1.003 – Pavimentação de Logradouros Públicos, na modalidade de Aplicação Direta 4.4.90, criando a fonte 03.64 Superávit – Transferências de Convênios Estado/Outros e na fonte 03.00 – Superávit – Recursos Ordinários, conforme programação a seguir:

Órgão: 06 SECRETARIA MUN. URBANISMO E TRANSPORTES

Unidade Orçamentária:01 Departamento de Urbanismo

Função: 15 Urbanismo

Sub-Função: 451 Infraestrutura Urbana

Programa: 0011 URBANISMO

Projeto/Atividade: 1.003 PAVIMENTAÇÃO DE LOGRADOUROS PUBLICOS

Modalidade de Aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta

Fonte: 3.64 – Superávit - Transferências de Convênios Estado/Outros R\$ 130.058,69

Fonte: 03.00 – Superávit - Recursos Ordinários R\$ 28.280,64

Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos

Art. 2º - Os recursos para Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, decorrerá do disposto no art. 5º, inciso III da Lei Municipal nº 1.262/2019 – LOA, Superávit Financeiro do exercício de 2019, no valor de R\$ 158.339,33 (Cento e cinquenta e oito mil, trezentos e trinta e nove reais e trinta e três centavos)

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 01 DE JULHO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Sec. Mun. De Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

DECRETO Nº. 269/2020 DE 03 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2552741

DECRETO Nº. 269/2020 DE 03 DE JULHO DE 2020

“ALTERA A COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE NOVA ITABERABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.239/2019 de 06 de Junho de 2019.

CONSIDERANDO: O requerimento formulado pela representante suplente do CDL/ACINI e o pedido de exoneração formulado pela representante suplente da Secretaria de ADM e Fazenda e que o mesmo deverá estar atualizado

DECRETA:

Art. 1º Fica Alterado a composição dos membros do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social de Nova Itaberaba, e seus respectivos suplentes, com mandato de 26/07/2019 a 25/07/2021, tendo a seguinte composição:

I - Cinco representantes do Poder Público e respectivos suplentes, da seguinte forma:

A) DOIS REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO (UM DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E UM DA HABITAÇÃO):

Titular (Assistência Social): Marciane Althaus Suplente: Gisele Zin Lubi

Titular (Habitação): Luan Maciel Suplente: Tainara Skierzynski

B) UM REPRESENTANTE DA DEFESA CIVIL:

Titular: Gilberto S.dos Santos Suplente: Jaimir Antônio Lupatini

C) UM REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA;

Titular: Rodrigo Vanderlinde Suplente: Laline Maschio

D) UM REPRESENTANTE DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO;

Titular: Gelson Lucian Suplente: Rodrigo F. de Castro

II - CINCO REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL E RESPECTIVOS SUPLENTE, ELEITOS EM FORO PRÓPRIO, DA SEGUINTE FORMA:

A) DOIS REPRESENTANTES DE USUÁRIOS E/OU ORGANIZAÇÕES DE USUÁRIOS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E/OU REPRESENTANTES DE ASSOCIAÇÕES DE MORADORES:

Titular: Valdenio Barbieri Suplente: Gerci Tomchak

Titular: Alex Sandro de Abreu Suplente: Delaide Cogo

B) UM REPRESENTANTE DE ENTIDADES, SINDICATOS DE TRABALHADORES E/OU ORGANIZAÇÕES DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL:

Titular: Terezinha de Lourdes Gilioli Suplente: Maria Neusa de Toledo

C) UM REPRESENTANTE DE ENTIDADES RELIGIOSAS:

Titular: Idair Reolon Suplente: Izanete Cortelini

D) UM REPRESENTANTE DE ENTIDADES PATRONAIS (ACINI/CDL):

Titular: Clairi Bonotto Suplente:

Art. 2º - Como não há no município a entidade prevista no inciso II alínea b, do Art. 1º deste Decreto, foi substituído por mais um representante de usuário.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 203/2019.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA– SC, EM 03 DE JULHO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

PORTARIA N.º 119/2020 DE 01 DE JULHO DE 2020

Publicação N° 2552716

PORTARIA N.º 119/2020 DE 01 DE JULHO DE 2020.

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 1.228/2019;

CONSIDERANDO: o requerimento do servidor solicitando a concessão e o deferimento do chefe imediato.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER, gozo do período de férias da servidora municipal GISELE ZIN LUBI, ocupante do cargo de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social com período aquisitivo de 01/03/2019 a 29/02/2020, férias e período de gozo de 01/07/2020 a 10/07/2020.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, 01 DE JULHO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretario Municipal de Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

PORTARIA N.º 120/2020 DE 01 DE JULHO DE 2020

Publicação N° 2552717

PORTARIA N.º 120/2020 DE 01 DE JULHO DE 2020.

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 1.228/2019;

CONSIDERANDO: o requerimento da solicitando a concessão e o deferimento do Chefe imediato.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER, férias regulamentares ao servidor municipal LEOCIR GEORGIO, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com período aquisitivo de 03/08/2019 a 02/08/2020, férias e período de gozo de 01/07/2020 a 30/07/2020.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, 01 DE JULHO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretario Municipal de Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

PORTARIA N.º 121/2020 DE 01 DE JULHO DE 2020

Publicação N° 2552718

PORTARIA N.º 121/2020 DE 01 DE JULHO DE 2020.

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 1.228/2019;

CONSIDERANDO: o requerimento do servidor solicitando a concessão e o deferimento do chefe imediato.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER, gozo do período de férias da servidora municipal ELENIR FATIMA REBONATTO VICENZI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação com período aquisitivo de 09/06/2019 a 08/06/2020, férias e período de gozo de 01/07/2020 a 10/07/2020.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, 01 DE JULHO DE 2020.
MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Secretario Municipal de Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

PORTARIA N.º 122/2020 DE 01 DE JULHO DE 2020

Publicação N° 2552720

PORTARIA N.º 122/2020 DE 01 DE JULHO DE 2020.
"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 1.228/2019;

CONSIDERANDO: o requerimento apresentado pela servidora solicitando a concessão e o deferimento do chefe imediato.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER, gozo do período de férias a servidora municipal GIVANETE DA ROSA RIBOLI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação com período aquisitivo de 01/07/2019 a 30/06/2020, férias e período de gozo de 03/07/2020 a 01/08/2020.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, 01 DE JULHO DE 2020.
MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Secretario Municipal de Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

PORTARIA N.º 123/2020 DE 01 DE JULHO DE 2020

Publicação N° 2552721

PORTARIA N.º 123/2020 DE 01 DE JULHO DE 2020.
"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 1.228/2019;

CONSIDERANDO: o requerimento apresentado pela servidora solicitando a concessão e o deferimento do chefe imediato.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER, gozo do período de férias a servidora municipal SIMEIA C. DA SILVA CIQUELERO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação com período aquisitivo de 14/07/2019 a 13/07/2020, férias e período de gozo de 06/07/2020 a 04/08/2020.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, 01 DE JULHO DE 2020.
MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Secretario Municipal de Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

PORTARIA N.º 124/2020 DE 01 DE JULHO DE 2020

Publicação N° 2552723

PORTARIA N.º 124/2020 DE 01 DE JULHO DE 2020.

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 1.228/2019;

CONSIDERANDO: o requerimento apresentado pela servidora solicitando a concessão e o deferimento do chefe imediato.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER, gozo do período de férias a servidora municipal JORYE LOURDES MENDES DE MEDEIROS, ocupante do cargo de Nutricionista, lotada na Secretaria Municipal de Educação com período aquisitivo de 07/05/2019 a 06/05/2020, férias e período de gozo de 01/07/2020 a 15/07/2020.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, 01 DE JULHO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

PORTARIA N.º 125/2020 DE 01 DE JULHO DE 2020

Publicação N° 2552724

PORTARIA N.º 125/2020 DE 01 DE JULHO DE 2020.

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 1.228/2019;

CONSIDERANDO: o requerimento da solicitando a concessão e o deferimento do Chefe imediato.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER, férias regulamentares ao servidor municipal OLACIR MASCARELLO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com período aquisitivo de 23/04/2019 a 22/04/2020, férias e período de gozo de 01/07/2020 a 30/07/2020.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, 01 DE JULHO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

PORTARIA N.º 126/2020 DE 01 DE JULHO DE 2020

Publicação N° 2552726

PORTARIA N.º 126/2020 DE 01 DE JULHO DE 2020.

"CANCELA ADICIONAL DE PROGRESSÃO POR MÉRITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA- SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 1.225/2019 de 12 de Março de 2019;

CONSIDERANDO: ter sido concedida equivocadamente a Progressão por Mérito ao servidor Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - CANCELAR, o Adicional de Progressão por Mérito do Servidor Municipal FRANCISCO LUZA, ocupante do cargo de Mecânico, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, de acordo com o previsto na Lei Municipal nº 1.225/2019 de 12 de Março de 2019,

no percentual de 1% (um por cento).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Maio de 2020, revogando as disposições em contrário em especial a Portaria nº 091/2020.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, 01 DE JULHO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA Nº 404/2020 "B"

Publicação Nº 2551708

PORTARIA Nº 404/2020 "B"
Concede Licença Tratamento Saúde

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

Conceder Licença para Tratamento de Saúde, à Servidora Pública Municipal ROSÂNGELA APARECIDA CIPRIANI, matrícula nº 143, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Unidade Básica de Saúde Madre Paulina, pertencente ao Quadro de Pessoal efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 10(dez) dias, a contar de 20/03/2020 a 30/03/2020, conforme resultado pericial, datado de 29 de abril de 2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 29 de abril de 2020.
Adauton Raulino
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Rafael Visentainer Adami
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 527/2020 "A"

Publicação Nº 2551714

PORTARIA Nº 527/2020 "A"

Concede Licença Tratamento Saúde

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

Conceder Licença para Tratamento de Saúde, à Servidora Pública Municipal MAYSA ANDRADE SANTOS, matrícula nº 7899, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fonoaudiólogo, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Unidade Básica de Saúde Madre Paulina, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 07(dias) dias, a contar de 24/06/2020 a 30/06/2020, conforme atestado médico, datado de 24 de junho de 2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 24 de junho de 2020.

Adauton Raulino
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Rafael Visentainer Adami
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 574/2020 "A"

Publicação Nº 2551161

PORTARIA Nº 574/2020 "A"

Lotação Provisória

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, item VIII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o artigo 10 do Capítulo II (Da lotação provisória em outro órgão da Administração Pública), do Decreto nº 059/2020 de 27/04/2020,

RESOLVE:

Prorrogar a Portaria nº 494/2020 que determinou a lotação provisória da servidora pública municipal, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, DEISE OLIVEIRA DE LIMA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais – ACT, matrícula 8114, para o exercício das suas funções na Secretaria Municipal de Administração e Finanças – Terminal Rodoviário Ângelo Maurici, a partir de 01 de julho de 2020 até 31 de julho de 2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de julho de 2020.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios

DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 580/2020

Publicação Nº 2551716

PORTARIA Nº 580/2020

Concede Licença Tratamento Saúde

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

Conceder Licença para Tratamento de Saúde, à Servidora Pública Municipal MAYSA ANDRADE SANTOS, matrícula nº 7899, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fonoaudiólogo, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Unidade Básica de Saúde Madre Paulina, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 07(dias) dias, a contar de 06/07/2020 a 12/07/2020, conforme atestado médico, datado de 06 de julho de 2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de julho de 2020.

Adauton Raulino

Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios

DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 581/2020

Publicação Nº 2552757

PORTARIA Nº 581/2020

Aquisição de Estabilidade

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, item VIII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o artigo 31 da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto do Servidor Público do Município de Nova Trento), alterado pela Lei nº 2.584/2015,

RESOLVE:

Fica reconhecida a aquisição da estabilidade, na forma do Processo de Avaliação Executado, ao (a) servidor (a) em Estágio Probatório, TAIS MICHALSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, matrícula 6987, com efeitos a partir de 04 de Setembro de 2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de julho de 2020.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Isabel Cristina Cipriani Tell

Secretária Municipal de Educação

PROCESSO LICITATÓRIO N° 046/2020 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 005/2020

Publicação N° 2551262

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Origem: Edital de Licitação n° 046/2020, modalidade Inexigibilidade de Licitação n.º 005/2020. Homologação: 25/05/2020 – Fundamentação: fundamento no artigo 25, caput, da Lei n°. 8.666/93. Contratante: Prefeitura de Nova Trento Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: J. MALUCELLI EQUIPAMENTOS S/A, pessoa jurídica com sede na Rua Antônio Alfredo da Silva, n° 1495 – BR101 – KM210, Fazenda Santo Antônio, São José/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 95.424.321/0013-63.

Objeto: Aquisição de peças e serviços de manutenção do veículo 0010096, modelo 845B CAB, Chassi NEAF04023, placa MPC-485B. Valor total: R\$ 46.489,93 (quarenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e noventa e três centavos). Validade: 25/05/2020 até 31/12/2020.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

Nova Veneza

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO | AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação Nº 2551376

EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA

O MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, SC, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam se interessar, que será realizada audiência pública, no dia 17 de julho de 2020 (sexta-feira), às 10h (dez horas), no Teatro Municipal de Nova Veneza (Palazzo Delle Acque), situado na Rua Antônio Remor, n.º 468, Bairro Centro, Nova Veneza, SC, para apresentação da proposta de criação de uma unidade de conservação na região central do Município (Parque Natural Municipal Xokleng).

Devido às restrições causadas pela pandemia de Covid-19, a audiência será feita com público presencial reduzido, destinada apenas às autoridades, órgãos competentes e moradores do entorno imediato da área proposta para a criação do Parque. No entanto, os demais interessados podem participar de forma on-line da audiência na Rede Mundial de Computadores (Internet) por meio do site Zoom Meetings acessando o seguinte endereço eletrônico: <https://us02web.zoom.us/j/82652659441#success>

Os estudos técnicos e os demais documentos relativos à Audiência Pública ficarão à disposição dos interessados para consulta, por meio do sítio eletrônico oficial da Fundação do Meio Ambiente de Nova Veneza (<https://www.novaveneza.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/113052>).

Nova Veneza, SC, 06 de julho de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL PM N° 028/2020

Publicação N° 2552108

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 028/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: CONSTRUTORA VILLANI LTDA

Valor : 52.874,62 (cinquenta e dois mil, oitocentos e setenta e quatro reais e sessenta e dois centavos)

Vigência : Início: 06.07.2020 Término: 06.11.2020

Recursos : 50.01-142-15.451.0011-1.004.4.4.90.00.00.00.00-125- Pavimentação de Vias Urbanas

50.01-071-15.451.0011-1.004.4.4.90.00.00.00.00-109- Pavimentação de Vias Urbanas

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO DE CALÇADAS COM PAVER, SINALIZAÇÃO E PASSARELA EM CONCRETO ARMADO COM GUARDA-CORPO NA RUA SOTERIO CACCIATORI, LOCALIZADA NA SEDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, CONFORME CONDIÇÕES DESCRITAS NOS PROJETOS E MEMORIAIS DESCRITIVOS ANEXOS A ESTE EDITAL

Novo Horizonte/SC, em 06 de julho de 2020 - Vanderlei Sanagiotto – Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL N° 022/2020

Publicação N° 2552115

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 022/2020

TOMADA DE PREÇOS N° 004/2020

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 06.07.2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO DE CALÇADAS COM PAVER, SINALIZAÇÃO E PASSARELA EM CONCRETO ARMADO COM GUARDA-CORPO NA RUA SOTERIO CACCIATORI, LOCALIZADA NA SEDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, CONFORME CONDIÇÕES DESCRITAS NOS PROJETOS E MEMORIAIS DESCRITIVOS ANEXOS A ESTE EDITAL.

CONTRANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

CONTRATANTE: CONSTRUTORA VILLANI LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 52.874,62 (cinquenta e dois mil, oitocentos e setenta e quatro reais e sessenta e dois centavos)

DATA: 06.07.2020- VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito.

Orleans

PREFEITURA

ADITIVO DE PRAZO E VALOR CONTRATO Nº74/2020-1

Publicação Nº 2552624

ADITIVO DE PRAZO E VALOR

Aditivo Nº : 74/2020-1 - Contrato Nº: 74/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
Contratado...: SIODINEI DEL CANALLE ASCARI PERIN
Valor : R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).
Vigência : Início: 06/07/2020 Término: 06/01/2021
Licitação : DISPENSA DE LICITAÇÃO : 45/2020
Recursos : 106/2020 – MANUTENÇÃO DA GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Objeto : LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAMENTO DE FAMÍLIA BENEFICIÁRIA DO ALUGUEL SOCIAL.
Orleans, 06 de Julho de 2020
JORGE LUIZ KOCH
PREFEITO MUNICIPAL

ADITIVO DE PRAZO E VALOR CONTRATO Nº76/2020-1

Publicação Nº 2552615

ADITIVO DE PRAZO E VALOR

Aditivo Nº : 76/2020-1 - Contrato Nº: 76/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
Contratado...: DOMINGOS DEL CANALI TABACKI
Valor : R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).
Vigência : Início: 06/07/2020 Término: 06/01/2021
Licitação : DISPENSA DE LICITAÇÃO : 46/2020
Recursos : 106/2020 – MANUTENÇÃO DA GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Objeto : LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAMENTO DE FAMÍLIA BENEFICIÁRIA DO ALUGUEL SOCIAL.
Orleans, 06 de Julho de 2020
JORGE LUIZ KOCH
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO Nº 113/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2551767

Contrato Nº...: 113/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
Contratada...: BOA VISTA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI ME
Valor : R\$ 23.973,00 (vinte e três mil novecentos e setenta e três reais).
Vigência : Início: 06/07/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 35/2020
Recursos : Dotação: 81/2020 – Construção de Praças e Parques Infantis
Objeto : AQUISIÇÃO DE DUAS ACADEMIAS AO AR LIVRE.
Orleans, 06 de Julho de 2020
JORGE LUIZ KOCH
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO Nº 114/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2552114

Contrato Nº...: 114/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
Contratada...: GABRIELA LAFOURCADE KNIEST
Valor : R\$ 3.450,00 (três mil quatrocentos e cinquenta reais).
Vigência : Início: 06/07/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 36/2020
Recursos : Dotação: 29/2020 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUMREBOM
Objeto : AQUISIÇÃO DE PULÔVER PARA BOMBEIRO COMUNITÁRIO DE ORLEANS.
Orleans, 06 de Julho de 2020
JORGE LUIZ KOCH
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 25 2020 SAMAE

Publicação Nº 2552696

PORTARIA – 25/2020 Orleans-SC., 05 de junho de 2020

O Sr. FÁBIO ECHELI BETT, Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Orleans - SC, nomeado pela Portaria nº 017/2017 de 02/01/2017, no uso de suas atribuições, de acordo com o anexo IX do Plano de Cargos e Salários, aprovado pela lei nº 1786 de 25/11/2003

RESOLVE

1 – Alterar o horário de funcionamento do SAMAE de Orleans conforme o quadro abaixo:

SEÇÃO	ENTRADA	INTERVALO	SAÍDA	DESCANSO SEMANAL
Setor Administrativo	07:45	11:45 às 13:30	17:30	Domingo
Setor Técnico	07:45	11:45 às 13:30	17:30	Domingo
Estação de Tratamento	CONFORME ESCALA DE REVEZAMENTO			

2 – Esta portaria entra em vigor a partir de 08/06/2020, revogando-se as disposições em contrário.

FÁBIO ECHELI BETT

Diretor do SAMAE

PORTARIA 26 2020 SAMAE

Publicação Nº 2552697

PORTARIA – 26/2020 Orleans-SC., 06 de julho de 2020.

O Sr. FÁBIO ECHELI BETT, Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Orleans - SC, nomeado pela Portaria nº 017/2017 de 02/01/2017, no uso de suas atribuições, e de acordo com o anexo IX do Plano de Cargos e Salários, aprovado pela lei nº 1786 de 25/11/2003,

Considerando o item 9.2.1.2.2.4.4 Análise Econômica do Plano Municipal de Saneamento Básico elaborado no ano de 2009, as ações voltadas ao controle e redução de perdas visam obter a máxima eficiência estrutural e operacional do sistema de abastecimento de água, Considerando o cumprimento das metas do Plano Municipal de Saneamento Básico,

Considerando a participação de servidores do SAMAE desde 11/08/2017 das reuniões da Câmara Temática de Gestão de Perdas de Água, Considerando a Auditoria realizada em 18/04/2018 pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina,

Considerando o Relatório de Fiscalização do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB do CISAM-Sul – REG de Julho de 2018, onde foi constatado que o SAMAE vinha cumprindo algumas metas relativas à gestão de perdas, porém não havia um programa regulamentado,

RESOLVE

1 – Instituir o Programa de Redução de Perdas de Água no âmbito do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Orleans, e nomear os seguintes representantes para integrar a equipe de Gestão de Perdas:

Dilene Souza,

Édi Horácio Paladini,

Rossano Umberto Comelli,

Valmor Ceolin Alberton, e

Augusto de Andrade Quadra.

2 – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO ECHELI BETT

Diretor do SAMAE

PROCESSO Nº 149/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2552517

PROCESSO Nº 149/2020

PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 45/2020

REGISTRO DE PREÇO

Tipo: Menor Preço por lote

Objeto: AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VUNERABILIDADE SOCIAL CAUSADA PELA PANDEMIA DO COVID-19.

Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 14/07/2020 às 17h30min. Abertura dos Envelopes: dia 15/07/2020, às 16h30min.

Este processo licitatório destina-se exclusivamente as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Micro Empreendedores Individuais.

Fundamento legal: Lei Nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone: (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 06 de Junho de 2020.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

Ouro

PREFEITURA

PORTARIA 2020/226

Publicação Nº 2551635

PORTARIA Nº 226/2020, DE 17 DE JUNHO DE 2020.
Demite servidor na forma que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei 1.616, de 16 de dezembro de 1999;

RESOLVE:

Art. 1º Demitir por término de contrato Carla Patricia do Nascimento, matrícula nº 1072-4, RG nº 7.961.122 e CPF nº 028.408.830-74, do cargo de Professor Nível DOC -01, Educação Física, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Vilarino Dutra, contratado conforme portaria nº 0512019;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 17 de junho de 2020.
Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 2020/227

Publicação Nº 2551637

PORTARIA Nº 227/2020, DE 30 DE JUNHO DE 2020.
Demite servidor na forma que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei 1.616, de 16 de dezembro de 1999;

RESOLVE:

Art. 1º Demitir por término de contrato Leonardo Dambros, matrícula nº 497-3, RG nº 5.212.090 e CPF nº 055.414.219-85, do cargo de Professor Nível DOC -01, Educação Física, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social, contratado conforme portaria nº 092/2019;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 30 de junho de 2020.
Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 2020/228

Publicação Nº 2551639

PORTARIA Nº 228/2020, DE 01 DE JULHO DE 2020.
Exonerar por falecimento aposentado que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, usando das atribuições de seu cargo e de acordo com o art. 53, VI e IX, e de acordo com o art. 72, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 40 da Constituição Federal,

Considerando o falecimento da servidora pensionista, Itelvina da Rosa;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar por falecimento a pensionista Itelvina da Rosa conforme Óbito Matrícula 10640101552020400007275000081050, falecido em 27 de junho de 2020, às 11:30, no Hospital Nossa Senhora das Dores, em Capinzal - SC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 01 de julho de 2020.

Neri Luiz Miqueloto

Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 2020/229

Publicação N° 2551641

PORTARIA N° 229/2020, DE 01 DE JULHO DE 2020.

Concede Licença Maternidade a Servidora que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, usando da competência que lhe confere o art. 53, VI e IX, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Federal nº 11.770, de 09 de setembro de 2008 e Lei Municipal nº 2.256 de 09 de setembro de 2010;

Considerando que a Servidora Jucimara da Luz, apresentou atestado médico referente a Licença maternidade;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Maternidade à servidora Jucimara da Luz, matrícula 1172-4, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, Nível ATM-00, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desportos, no período de 25 de junho a 22 de dezembro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 01 de julho de 2020.

Neri Luiz Miqueloto

Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 2020/230

Publicação N° 2551642

PORTARIA N° 230/2020, DE 01 DE JULHO DE 2020.

Nomeia Secretário Municipal de Transportes.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, usando das atribuições de seu cargo e de acordo com o que estabelece o art. 53, VI e IX, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992, Lei nº 1.180, de 16 de dezembro de 1993, e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Alexsander Junior Matte, matrícula nº 832-4, RG nº 4.289.277, CPF nº 039.488.219-92, para exercer o cargo comissionado de Secretário Municipal de Transportes, Grupo Pessoal Comissionado do Município – PCM, na Secretaria Municipal de Transportes.

Art. 2º Conceder afastamento temporário do cargo de Operador de Máquinas, Nível SGM-05, para o exercício de atividade comissionada, o servidor Alexsander Junior Matté, pelo período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 01 de julho de 2020.

Neri Luiz Miqueloto

Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 2020/231

Publicação Nº 2551645

PORTARIA Nº 231/2020, DE 01 DE JULHO DE 2020.
Concede férias a servidor que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 68, da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor Vagner Grulke, matrícula nº 833-6, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, nível SGM-05, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, referente ao período de aquisição de 03 de agosto de 2018 a 02 de agosto de 2019, período de gozo de 02 a 31 de julho de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 01 de julho de 2020.
Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 2020/232

Publicação Nº 2551647

PORTARIA Nº 232/2020, DE 01 DE JULHO DE 2020.
Concede férias a servidor que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 68, da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor Edi Carlos Ries, matrícula nº 446-1, ocupante do cargo de Calceteiro, Nível SGM-03, lotado na Secretaria Municipal de Urbanismo, Obras e Habitação, referente ao período de aquisição de 1º de março de 2019 a 28 de fevereiro de 2020, período de gozo de 01 a 30 de julho de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 01 de julho de 2020.
Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 2020/233

Publicação Nº 2551650

PORTARIA Nº 233/2020, DE 01 DE JULHO DE 2020.
Concede férias a servidor que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 68, da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias a servidora Romilda Inácio de Jesus, matrícula nº 407-3, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível SGM-01, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de aquisição de 01 de julho de 2019 a 30 de junho de 2020, período de gozo de 01 a 30 de julho de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 01 de julho de 2020.
Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 2020/234

Publicação N° 2551653

PORTARIA N° 234/2020, DE 01 DE JULHO DE 2020.
Concede férias a servidor que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 68, da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor Moraci Denes, matrícula nº 224-8, ocupante do cargo de Operário Geral, Nível SGM-02, lotado na Secretaria Municipal de Urbanismo, Obras e Habitação, referente ao período de aquisição de 10 de janeiro de 2019 a 09 de janeiro de 2020, período de gozo de 01 a 30 de julho de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 01 de julho de 2020.
Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 2020/235

Publicação N° 2551657

PORTARIA N° 235/2020, DE 01 DE JULHO DE 2020.
Concede férias a servidor que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, usando das atribuições de seu cargo e de acordo com o que estabelece o art. 53, VI e IX, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 68, da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor Carlos Alberto Elicker, matrícula nº 259-7, ocupante do cargo de Mecânico, nível SGM-05, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, referente ao período de aquisição de 05 de novembro de 2015 a 04 de novembro de 2016, período de gozo de 03 de julho a 01 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 01 de julho de 2020.
Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 2020/236

Publicação N° 2551661

PORTARIA N° 236/2020, DE 01 DE JULHO DE 2020.

Demite servidor na forma que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei 1.616, de 16 de dezembro de 1999;

RESOLVE:

Art. 1º Demitir por término de contrato Maria Luiza Schons Basei, matrícula nº 1155-0, RG nº 6.106.378 e CPF nº 090.597.889-74, do cargo de Orientador Social, Nível ATM-08, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social, contratada conforme portaria nº 060/2020;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 01 de julho de 2020.

Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Ouro Verde

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO

Publicação Nº 2551757

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE OURO VERDE
EXTRATO DO TERMO ADITIVO III DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº075/2019
CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE OURO VERDE
CONTRATADO: CANCELIER & CIA LTDA

Objeto: Contratação de empresa especializada com a finalidade de estabelecer as condições que orientarão os serviços de construção, pelo sistema de empreitada global, sendo fornecimento de material e mão-de-obra, destinados a AMPLIAÇÃO DE CENTRO COMUNITÁRIO SERRA SÃO JOSÉ, totalizando uma área de 265,35 m², obra a ser realizada na Linha Serra São José – Interior, Município de Ouro Verde/SC. Vigência de:28/06/2020 à 27/08/2020. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 e a Lei Federal 10.520/02. Ouro Verde, 25 de junho de 2020. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal.

TERMO DE SUSPENSÃO DO CONTRATO Nº 007/2015

Publicação Nº 2551835

VIII TERMO DE SUSPENSÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0007/2015

CONSIDERANDO, a necessidade de adequações e procedimentos junto a FUNASA, ainda em andamento;

CONSIDERANDO, que os procedimentos e adequações demandam tempo;

CONSIDERANDO, a necessidade de prorrogação/evolução do convênio junto a FUNASA a fim de possibilitar a prorrogação contratual;

CONSIDERANDO, vistoria e levantamentos realizados pela FUNASA recentemente;

CONSIDERANDO, a necessidade de manutenção do contrato da obra até seu término;

CONSIDERANDO, a necessidade de preservação do interesse público;

O MUNICÍPIO DE OURO VERDE, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua João Maria Conrado, n. 425, Centro, Município de Ouro Verde, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 80.913.031/0001-72, representado pelo Prefeito Municipal, RESOLVE, estender por mais 60 (sessenta dias) o prazo de suspensão anteriormente fixado do contrato firmado com a Empresa DALBA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA, com sede na Rodovia PR 566, km 5,5, Bairro São Miguel, CEP. 85609-350, Francisco Beltrão/PR, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 03.222.465/0001-85;

Regularizada a questão junto a FUNASA e ajustada a questão com a contratada antes do prazo de suspensão estabelecido o contrato poderá ser retomado.

Comunique-se, publique-se.
Ouro Verde (SC), 26 de junho de 2020.

MUNICÍPIO DE OURO VERDE AMÉLIO REMOR JUNIOR Prefeito Municipal	
--	--

TERMO DE SUSPENSÃO DO CONTRATO Nº 049*/2018

Publicação Nº 2551822

VIII TERMO DE SUSPENSÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0049/2018

CONSIDRANDO, a necessidade de adequações e procedimentos junto a FUNASA;

CONSIDERANDO, que os procedimentos e adequações demandam tempo;

CONSIDERANDO, a necessidade de prorrogação do convênio junto a FUNASA a fim de possibilitar a prorrogação contratual;

CONSIDERANDO, vistoria e levantamentos realizados pela FUNASA recentemente;

CONSIDERANDO, a necessidade de manutenção do contrato da obra até seu término;

CONSIDERANDO, a necessidade de preservação do interesse público;

O MUNICÍPIO DE OURO VERDE, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua João Maria Conrado, n. 425, Centro, Município de Ouro Verde, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 80.913.031/0001-72, representado pelo Prefeito Municipal,

RESOLVE, estender por mais 60 (sessenta dias) o prazo de suspensão anteriormente fixado do contrato firmado com a Empresa VITAL ENGENHARIA LTDA – EPP, com sede na Av. Nereu Ramos, 75D, sala 1207-A, 12º andar, centro, Chapecó/SC, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 05.194.635/0001-90;

Regularizada a questão junto a FUNASA e ajustada a questão com a contratada antes do prazo de suspensão estabelecido o contrato poderá ser retomado.

Comunique-se, publique-se.

Ouro Verde (SC), 26 de junho de 2020.

MUNICÍPIO DE OURO VERDE AMÉLIO REMOR JUNIOR Prefeito Municipal	
--	--

Palhoça

PREFEITURA

ERRATA 001 - PREGÃO PRESENCIAL 127/2020

Publicação Nº 2552047

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
ERRATA Nº 001
PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/2020

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no Anexo I – Termo de Referência, do Edital Convocatório, ficando apurado para o dia 17/07/2020, às 09:00h, o recebimento dos envelopes do Pregão Presencial nº 127/2020, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de apoio diagnóstico laboratorial de análises clínicas e fornecimento de KIT para teste Molecular RT-PCR Sars-Cov-2 - (Polymerase Chain Reaction). Exame para detecção qualitativa do Coronavírus COVID-19, para identificação de casos suspeitos da COVID-19, realizados pela Secretaria Municipal de Saúde de Palhoça, através do Sistema de Registro de Preços, conforme especificação contida nos anexos, partes integrantes do Edital. O edital, que está embasado na lei de licitações, e as respectivas alterações encontram-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, das 07:00 às 13:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 06 de julho de 2020. A PREGOEIRA.

PORTARIA Nº. 1867/2020

Publicação Nº 2552512

PORTARIA Nº. 1867/2020.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO VANESSA ESTACIO ANDRADE, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, Matrícula nº. 3762397-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/04/2020.

Palhoça, SC, em 23 de março de 2020.
ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

RESULTADO - PG Nº 119/2020

Publicação Nº 2552240

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2020

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2020, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de papel A4 para suprir as necessidades do Centro Administrativo Municipal, Fundos e Autarquias do município de Palhoça, através de Registro de Preços.

EMPRESA CLASSIFICADA:

ELO BRASIL COBRANCAS EIRELI ficou classificada em 1º lugar nos itens 1 e 2, totalizando o valor de R\$185.535,00 (cento e oitenta e cinco mil e quinhentos e trinta e cinco reais).

Palhoça, 06 de julho de 2020.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 06/2020/CMP**

Publicação Nº 2551807

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
(Material de Expediente)

ARP N. 06/2020/CMP

PREGÃO ELETRÔNICO N. 07/2020/CMP.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 06/2020/CMP.

OBJETO: Escolha da proposta mais vantajosa para futuras e eventuais aquisições de materiais de expediente.

BENEFICIÁRIO: PH MÍDIA INFORMÁTICA LTDA EPP, CNPJ 08.255.734/0001-23, com sede no endereço Rua Padre Réus, n. 1674 – Caminho Novo – Palhoça/SC, representada por Celso Aroldo da Silva, inscrito no RG n. 2.569-204, CPF n. 932.812.509-04.

PRAZO: 12 meses.

Item	Especificações	Unidade	Quant.	V. Unit. Máximo (R\$)	V. Total Máximo (R\$)
01	Caneta Esferográfica Azul Especificação: a) carga de tinta azul; b) material transparente em plástico rígido resistente e sextavado; c) escrita média; d) tampa removível; e) ventilada com furo lateral (respiro); f) haste para adaptação ao bolso; g) com ponta de latão e esfera de tungstênio, h) de acordo com a norma da ANT NBR 15236; i) a tinta da caneta não poderá apresentar ressecamento pelo período fixado no prazo de validade, deverá atingir o rendimento, desempenho ou durabilidade definido pelo fabricante; j) gravada no corpo do produto. Marca: BIC	Unidade	300	0,85	255,00
03	Caneta Marca-Texto Especificação: a) cor verde; b) para destaque de texto; c) corpo em formato anatômico podendo ser cilíndrico, cônico ou retangular, confeccionado em material plástico rígido; d) tampa removível e quando retirada deverá encaixar perfeitamente na outra extremidade da caneta e) ponta de poliéster; f) deverá possuir ponta chanfrada dura e resistente com no mínimo 4 mm; g) validade do produto de, no mínimo, 24 meses; h) comprimento mínimo de 11 cm sem a tampa e botão; i) a tinta deverá ser transparente nas cores mencionadas, luminosa e de secagem rápida não podendo ser tóxica; j) tampa e botão na cor da tinta. Marca: MASTERPRIN	Unidade	20	1,10	22,00
04	Caneta Marca-Texto Especificação: a) cor azul; b) para destaque de texto; c) corpo em formato anatômico podendo ser cilíndrico, cônico ou retangular, confeccionado em material plástico rígido; d) tampa removível e quando retirada deverá encaixar perfeitamente na outra extremidade da caneta e) ponta de poliéster; f) deverá possuir ponta chanfrada dura e resistente com no mínimo 4 mm; g) validade do produto de, no mínimo, 24 meses; h) comprimento mínimo de 11 cm sem a tampa e botão; i) a tinta deverá ser transparente nas cores mencionadas, luminosa e de secagem rápida não podendo ser tóxica; j) tampa e botão na cor da tinta. Marca: MASTERPRIN	Unidade	20	1,10	22,00
07	Cola em Bastão Especificação: a) tubo plástico; b) sem glicerina, atóxica; c) regulagem giratória de altura para baixo e para cima; d) aplicação em papel; e) secagem rápida; f) de 8g a 10g; g) selo de qualidade do INMETRO e certificação ISO. Marca: MAXI COLA	Unidade	30	1,05	31,50
12	Pasta Plástica Transparente c/ Elástico Larga Especificação: a) pasta plástica polionda; b) fechamento com elástico; c) tamanho ofício; d) lombada de 30/35mm de largura; e) Cor: transparente. Marca: DELLO	Unidade	50	3,10	155,00
16	Pilha Alcalina 12v Especificação: a) para controle remoto de portão; b) deverão ser do tamanho 12v; c) deverão atender os critérios e as práticas de sustentabilidade previstas nas normas vigentes; d) a validade das pilhas deverá ser de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, a partir da data de entrega do material; e) deverão conter em sua embalagem as seguintes informações: Texto em português; Dados do Fabricante/ Importador/ Distribuidor; Origem do Produto; Tipo de pilha (AAA); Composição do Produto; Símbolo orientando destinação após o uso. Marca: ELGIN	Unidade	30	2,59	77,70

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 07/2020/CMP

Publicação Nº 2551810

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
(Material de Expediente)

ARP N. 07/2020/CMP
PREGÃO ELETRÔNICO N. 07/2020/CMP.
PROCESSO LICITATÓRIO N. 06/2020/CMP.

OBJETO: Escolha da proposta mais vantajosa para futuras e eventuais aquisições de materiais de expediente.

BENEFICIÁRIO: DGW BRASIL EIRELI, CNPJ 26.168.566/0001-10, com sede no endereço Rua Norberto Seara Heusi, 1143 – sala 01 – Escola Agrícola – Blumenau/SC, representada por Maraíza Nicoleti Geremias, inscrita no RG n. 4.895.89 e CPF n. 048.657.799-65.

PRAZO: 12 meses.

Item	Especificações	Unidade	Quant.	V. Unit. Máximo (R\$)	V. Total Máximo (R\$)
06	Clips n. 02 Especificação: a) número 02; b) niquelado ou cromado; c) fabricado com arame de aço com tratamento antiferrugem; d) caixa com 100 unidades. Marca: XR	Caixa	30	2,06	61,80
08	Fita Adesiva Especificação: a) para empacotamento; b) medindo no mínimo 48mm x 50m; c) validade do produto de, no mínimo, 24 meses; d) marca e validade da fita impressos pelo fabricante na parte interna do rolo; e) cada rolo deverá conter código de barras; f) material empacotado e acondicionado em embalagem do fabricante que suporte empilhamento. Marca: Neomundi	Unidade	30	2,90	87,00
10	Grampo Trilho Plástico Transparente Especificação: a) plástico; b) para fixação de papéis; c) capacidade para 200 folhas; d) composto de 2 peças, sendo 1 terminal fêmea e uma base com 2 hastes flexíveis de alta resistência que se encaixam na base, sendo fixadas no terminal fêmea; e) pacotes com 50 unidade Marca: Neomundi	Pacote	30	7,85	235,50
11	Pasta Plástica Transparente c/ Elástico Fina Especificação: a) pasta plástica polionda; b) fechamento com elástico; c) tamanho ofício; d) fina; e) Cor: transparente. Marcas: Dac	Unidade	50	1,70	85,00
13	Pasta Plástica Transparente Grampo Especificação: a) com grampo trilho; b) transparente; c) polipropileno; d) tamanho para folha A4; Marca: Polibras	Unidade	30	1,92	57,60
17	Tesoura Especificação: a) em aço inox b) com aproximadamente 15 cm; c) com 07 polegadas; d) com cabo PVC; e) para papel. Marca: Neomundi	Unidade	20	3,50	70,00

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 08/2020/CMP

Publicação Nº 2551811

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
(Material de Expediente)

ARP N. 08/2020/CMP
PREGÃO ELETRÔNICO N. 07/2020/CMP.
PROCESSO LICITATÓRIO N. 06/2020/CMP.

OBJETO: Escolha da proposta mais vantajosa para futuras e eventuais aquisições de materiais de expediente.

BENEFICIÁRIO: FRANCO & OLIVEIRA LTDA, CNPJ 34.049.507/0001-51, com sede no endereço Av. Europa, 787 – Loja 02 – Jardim Jacy – Campo Grande/MS, representada por Danilo Silva Oliveira, inscrito no RG n. 122.8207 SSP/MS, CPF n. 343.616.468-21.

PRAZO: 12 meses.

Item	Especificações	Unidade	Quant.	V. Unit. Máximo (R\$)	V. Total Máximo (R\$)
02	Caneta Marca-Texto Especificação: a) cor amarela; b) para destaque de texto; c) corpo em formato anatômico podendo ser cilíndrico, cônico ou retangular, confeccionado em material plástico rígido; d) tampa removível e quando retirada deverá encaixar perfeitamente na outra extremidade da caneta e) ponta de poliéster; f) deverá possuir ponta chanfrada dura e resistente com no mínimo 4 mm; g) validade do produto de, no mínimo, 24 meses; h) comprimento mínimo de 11 cm sem a tampa e botão; i) a tinta deverá ser transparente nas cores mencionadas, luminosa e de secagem rápida não podendo ser tóxica; j) tampa e botão na cor da tinta. Marca: Lyke	Unidade	60	1,04	62,40
05	Caneta Marca-Texto Especificação: a) cor rosa; b) para destaque de texto; c) corpo em formato anatômico podendo ser cilíndrico, cônico ou retangular, confeccionado em material plástico rígido; d) tampa removível e quando retirada deverá encaixar perfeitamente na outra extremidade da caneta e) ponta de poliéster; f) deverá possuir ponta chanfrada dura e resistente com no mínimo 4 mm; g) validade do produto de, no mínimo, 24 meses; h) comprimento mínimo de 11 cm sem a tampa e botão; i) a tinta deverá ser transparente nas cores mencionadas, luminosa e de secagem rápida não podendo ser tóxica; j) tampa e botão na cor da tinta. Marca: Lyke	Unidade	20	1,11	22,20
18	Umedecedor de Dedo Especificações: a) em pasta ou gel atóxico; b) inodoro ou ligeiramente perfumado; c) não gorduroso; d) que não manche documentos ou roupas; e) 12g. Marca: Radex	Unidade	10	1,90	19,00

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 09/2020/CMP

Publicação Nº 2551812

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

(Material de Expediente)

ARP N. 09/2020/CMP

PREGÃO ELETRÔNICO N. 07/2020/CMP.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 06/2020/CMP.

OBJETO: Escolha da proposta mais vantajosa para futuras e eventuais aquisições de materiais de expediente.

BENEFICIÁRIO: C KOZAR DOS SANTOS INFO ELETRO - CKS, CNPJ 32.314.972/0001-47, com sede no endereço Av. Tuiuti, n. 1370 – sala 01, Vila Moranguera, Maringá-PR, representada por Carolina Kozar dos Santos, inscrita no RG n. 14.469.457-0, CPF n. 116.101.419-54.

PRAZO: 12 meses.

Item	Especificações	Unidade	Quant.	V. Unit. Máximo (R\$)	V. Total Máximo (R\$)
14	Pilha Alcalina Plus AA Especificação: a) deverão possuir tensão nominal de 1,5V; b) deverão ser do tamanho AA; c) deverão atender os critérios e as práticas de sustentabilidade previstas nas normas vigentes; d) a validade das pilhas deverá ser de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, a partir da data de entrega do material; e) deverão conter em sua embalagem as seguintes informações: Texto em português; Dados do Fabricante/ Importador/ Distribuidor; Origem do Produto; Tipo de pilha (AA); Composição do Produto; Símbolo orientando destinação após o uso. Marca: Elgin	Unidade	150	2,50	375,00
15	Pilha Alcalina Plus AAA Especificação: a) deverão possuir tensão nominal de 1,5V; b) deverão ser do tamanho AAA; c) deverão atender os critérios e as práticas de sustentabilidade previstas nas normas vigentes; d) a validade das pilhas deverá ser de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, a partir da data de entrega do material; e) deverão conter em sua embalagem as seguintes informações: Texto em português; Dados do Fabricante/ Importador/ Distribuidor; Origem do Produto; Tipo de pilha (AAA); Composição do Produto; Símbolo orientando destinação após o uso. Marca: Elgin	Unidade	150	2,50	375,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 128/2019**

Publicação Nº 2551322

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
128/2019 – Pregão Presencial 162/2019 - Partes: MUNICÍPIO
DE PALHOÇA e a empresa: NUTRIPORT COMERCIAL
LTDA - OBJETO: Aquisição de fórmulas lácteas, especiais e
suplementos alimentares para atendimento de ações Judiciais
impetradas contra o Município de Palhoça.
DATA: 03/10/2019 à 02/10/2020.

Fornecedor: 1682822 - NUTRIPORT COMERCIAL LTDA					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
12	75260 - Neocate LCP, leite em pó, lata com 400 gramas. Cota Principal 90%	LATA	656,	R\$168,00	R\$110.208,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 129/2019

Publicação N° 2551325

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°
129/2019 – Pregão Presencial 162/2019 - Partes: MUNICÍPIO
DE PALHOÇA e a empresa: SEBMED PRODUTOS PARA A
SAUDE EIRELI - OBJETO: Aquisição de fórmulas lácteas,
especiais e suplementos alimentares para atendimento de ações
Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.
DATA: 03/10/2019 à 02/10/2020.

Fornecedor: 39582116 - SEBMED PRODUTOS PARA A SAUDE EIRELI					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
4	17392 - Nutren Jr, lata com 400 gramas.	LATA	262,	R\$45,00	R\$11.790,00
6	75257 - Nutren Active, sabor banana, lata com 400 gramas	LATA	16,	R\$43,00	R\$688,00
7	67773 - Nutren Active, sabor baunilha, lata com 400 gramas.	LATA	16,	R\$43,00	R\$688,00
8	67778 - Mucilon de Milho, lata com 400 gramas.	LATA	20,	R\$11,00	R\$220,00
9	67779 - Mucilon Multicereais, lata com 400 gramas	LATA	14,	R\$11,00	R\$154,00
10	67777 - Mucilon de Arroz, lata com 400 gramas.	LATA	4,	R\$11,00	R\$44,00
11	67776 - Mucilon de Arroz e Aveia, lata com 400 gramas	LATA	4,	R\$11,00	R\$44,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 75/2019

Publicação Nº 2551308

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 75/2019 –
 Pregão Presencial 86/2019 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e
 a empresa: PERFORM TECNOLOGIA EIRELI - EPP. - OBJETO:
 Aquisição de dispositivos móveis portáteis - Tablets, com garantia
 e suporte técnico, com vigência de 12 (doze) meses, para os
 Agentes Comunitário de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde
 de Palhoça.

DATA: 01/07/2019 à 30/06/2020.

Fornecedor: 3816346 - PERFORM TECNOLOGIA EIRELI - EPP						
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Qtde. Solicitada	Valor Unitário	Valor Total Disponível
1	74480 - Tablets Wi-Fi. Características mínimas: Processador quad core com velocidade 1.3GHz. Com tela tamanho 7.0" resolução 1280 x 800 (WXGA), Tecnologia TFT, profundidade de Cor 16M. Câmera com resolução CMOS 5.0 MP com foco automático para Câmera Traseira e resolução CMOS 2.0 MP para Câmera Frontal resolução - Gravação de Vídeos HD (1280 x 720) @30fps. Memória RAM de 1.5GB, Memória Total Interna de 8 GB e com suporte ao Cartão de Memória MicroSD (até 200 GB). Conexões Wi-Fi padrão 802.11 b/g/n 2.4GHz e suporte Wi-Fi Direct. Localização GPS, Glonass. Bluetooth v4.0 perfis de Bluetooth A2DP, AVRCP, DI, HID, HOGP, HSP, OPP, PAN. Sistema Operacional Android. Sensores Acelerômetro. Bateria Capacidade Padrão de 4000 mAh. Tensão bivolt. Acompanha na embalagem: aparelho, carregador, cabos de dados, película de vidro ou gel e capa compatível com o modelo do aparelho. Garantia do fornecedor de 12 Meses. (Cota principal 90%)	UN	100,	0,	R\$560,00	R\$56.000,00
2	74497 - Tablets Wi-Fi. Características mínimas: Processador quad core com velocidade 1.3GHz. Com tela tamanho 7.0" resolução 1280 x 800 (WXGA), Tecnologia TFT, profundidade de Cor 16M. Câmera com resolução CMOS 5.0 MP com foco automático para Câmera Traseira e resolução CMOS 2.0 MP para Câmera Frontal resolução - Gravação de Vídeos HD (1280 x 720) @30fps. Memória RAM de 1.5GB, Memória Total Interna de 8 GB e com suporte ao Cartão de Memória MicroSD (até 200 GB). Conexões Wi-Fi padrão 802.11 b/g/n 2.4GHz e suporte Wi-Fi Direct. Localização GPS, Glonass. Bluetooth v4.0 perfis de Bluetooth A2DP, AVRCP, DI, HID, HOGP, HSP, OPP, PAN. Sistema Operacional Android. Sensores Acelerômetro. Bateria Capacidade Padrão de 4000 mAh. Tensão bivolt. Acompanha na embalagem: aparelho, carregador, cabos de dados, película de vidro ou gel e capa compatível com o modelo do aparelho. Garantia do fornecedor de 12 Meses. (Cota reservada de 10% para ME e EPP)	UN	0,	0,	R\$560,00	R\$0,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 76/2019

Publicação Nº 2551314

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 76/2019 –
Pregão Presencial 74/2019 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e
a empresa: TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS
HOSPITALARES LTDA. - OBJETO: Aquisição de tiras para
verificação da glicemia capilar e demais insumos, para os pacientes
diabéticos cadastrados no Programa Cuidar Faz Bem, bem como
para os atendimento nas Unidades da Rede Municipal de Saúde do
Município de Palhoça..
DATA: 01/07/2019 à 30/06/2020.

Fornecedor: 1959336 - TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Solicitada	Valor Unitário	Valor Total Disponível
2	68701 - Lanceta descartável para punção digital; em aço inoxidável, ponta em bisel e embutida em corpo plástico ou outro material compatível com a finalidade, com tampa protetora de fácil remoção e que proteja a lanceta após o uso. Embalagem resistente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade e número de registro no Ministério da Saúde. Caixa com no máximo 200 unidades. Atender as determinações na NR32, parágrafo 32.2.4.15 e 32.2.4.16, Portaria 485, de 11 de novembro de 2005.	UN	0,	R\$0,18	R\$21.600,00
3	74453 - Seringa descartável de 01ml para insulina com agulha acoplada, com escala de graduação de 2 em 2 unidades, capacidade de 100 unidades, agulha 8,0 x 0,3 mm (30 G). COTA RESERVADA, correspondente a 10%.	UN	0,	R\$0,24	R\$0,00
8	74456 - Seringa descartável de 01ml para insulina com agulha acoplada, com escala de graduação de 2 em 2 unidades, capacidade de 100 unidades, agulha 8,0 x 0,3 mm (30 G). COTA PRINCIPAL, correspondente a 90%.	UN	0,	R\$0,24	R\$17.040,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 77/2019

Publicação Nº 2551316

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 77/2019
– Pregão Presencial 74/2019 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: MEDLEVENSOHN COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - OBJETO: Aquisição de tiras para verificação da glicemia capilar e demais insumos, para os pacientes diabéticos cadastrados no Programa Cuidar Faz Bem, bem como para os atendimento nas Unidades da Rede Municipal de Saúde do Município de Palhoça.
DATA: 01/07/2019 à 30/06/2020.

Fornecedor: 3965147 - MEDLEVENSOHN COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Solicitada	Valor Unitário	Valor Total Disponível
10	74458 - Tira teste/fita reagente, para dosagem de glicemia de sangue capilar fresco, por metodologia de aspiração capilar, faixa de leitura entre 10 a 600 MG/ DL, para uso em glicosímetro amperométrico. Resultado de exame em até 10 segundos, volume máximo de amostra de sangue de 5 microlitros. Capacidade de transferência dos dados para software de gerenciamento de dados glicêmicos. Caixa com 50 unidades. Devendo a empresa fornecer em comodato, um monitor/glicosímetro por paciente/ ano, independente da aquisição de qualquer quantidade, observando a quantidade máxima de 2.500 monitores. COTA PRINCIPAL, correspondente a 90%.	CX	0,	R\$17,00	R\$359.550,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 78/2019

Publicação Nº 2551318

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 78/2019 –
Pregão Presencial 74/2019 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e
a empresa: SANIMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE
PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP. - OBJETO:
Aquisição de tiras para verificação da glicemia capilar e demais
insumos, para os pacientes diabéticos cadastrados no Programa
Cuidar Faz Bem, bem como para os atendimento nas Unidades da
Rede Municipal de Saúde do Município de Palhoça..
DATA: 01/07/2019 à 30/06/2020.

Fornecedor: 4048512 - SANIMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Solicitada	Valor Unitário	Valor Total Disponível
4	74454 - Seringa descartável de 01ml para insulina com agulha acoplada, com escala de graduação de 2 em 2 unidade, capacidade de 100 unidades, agulha 6,0 x 0,25 mm (31 G). COTA RESERVADA, correspondente a 10% .	UN	0,	R\$0,37	R\$0,00
9	74457 - Seringa descartável de 01ml para insulina com agulha acoplada, com escala de graduação de 2 em 2 unidade, capacidade de 100 unidades, agulha 6,0 x 0,25 mm (31 G).COTA PRINCIPAL, correspondente a 90%.	UN	0,	R\$0,37	R\$25.900,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 79/2019

Publicação N° 2551319

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 79/2019 –
Pregão Presencial 74/2019 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e
a empresa: ASTRA CIENTÍFICA EIRELI. - OBJETO: Aquisição
de tiras para verificação da glicemia capilar e demais insumos, para
os pacientes diabéticos cadastrados no Programa Cuidar Faz Bem,
bem como para os atendimento nas Unidades da Rede Municipal de
Saúde do Município de Palhoça..
DATA: 01/07/2019 à 30/06/2020.

Fornecedor: 39592529 - ASTRA CIENTÍFICA EIRELI					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Solicitada	Valor Unitário	Valor Total Disponível
1	74452 - Lanceta descartável, em aço inox, esterilizada, para punção digital, bisel trifacetado para penetração fácil e suave, embutido firmemente em corpo plástico, com tampa protetora de fácil remoção que protege a lanceta após o uso, para uso com lancetadores. Acondicionada em embalagem resistente garantindo a integridade do produto até o momento do uso (caixa com 100 ou 200 unidades), trazendo externamente na embalagem os dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade e número de registro no Ministério da Saúde, de acordo com a legislação vigente. A empresa vencedora deverá fornecer os lancetadores em regime de comodato, um por ano por paciente. No mínimo 2500 lancetadores. A entrega dos lancetadores deverá ser realizada junto com a entrega da primeira ordem de compra.	UN	50.000,	R\$0,04	R\$400,00
5	68706 - Agulha descartável, universal, estéril, para caneta de insulina - 4 mm de comprimento, aço inoxidável, bisel trifacetado, integralmente siliconizada, cone externo com rosca, protetor interno e externo da agulha. Registro MS.	UN	0,	R\$0,17	R\$13.600,00
6	68707 - Agulha descartável, universal, estéril, para caneta de insulina - 5 a 6 mm de comprimento, aço inoxidável, bisel trifacetado, integralmente siliconizada, cone externo com rosca, protetor interno e externo da agulha. Registro no MS.	UN	0,	R\$0,17	R\$0,00

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N° 67/2020

Publicação N° 2551904

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.
TERMO ADITIVO N.º 067/2020, QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO N° 043/2014 – PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa física JULIANA DA SILVA. OBJETO: – Fica prorrogado até 31/12/2020 o prazo contratual anunciado na Cláusula Terceira do Contrato de Locação n° 043/2014.
DATA: 30/06/2020.

Palma Sola

PREFEITURA

PORTARIA 358/2020

Publicação Nº 2552337

Portaria 358/2020, de 22 de junho de 2020.

Suspende Contrato de Trabalho de Servidor ACT em virtude da COVID-19 e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, nos termos da Portaria 924/2020, de 23 de abril de 2020, que institui regime especial de atividades escolares para fins de calendário do ano de 2020

Resolve:

Art. 1º. Suspende o contrato de Trabalho do Servidor ACT Elizandra de Fátima Ribeiro, portadora do CPF 069.695.549-02 e RG 5.057.323, Professor licenciatura Plena, Nível A-O, em virtude do regime especial de atividades não presenciais.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 05/05/2020

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 22 de junho de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 359/2020

Publicação Nº 2552342

Portaria 359/2020, de 22 de junho de 2020.

Suspende Contrato de Trabalho de Servidor ACT em virtude da COVID-19 e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, nos termos da Portaria 924/2020, de 23 de abril de 2020, que institui regime especial de atividades escolares para fins de calendário do ano de 2020

Resolve:

Art. 1º. Suspende o contrato de Trabalho do Servidor ACT Fernanda de Oliveira, portadora do CPF 071.417.529-35 e RG 10.653.917-0, Professor licenciatura Plena, Nível A-O, em virtude do regime especial de atividades não presenciais.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 05/05/2020

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 22 de junho de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 360/2020

Publicação Nº 2552346

Portaria 360/2020, de 22 de junho de 2020.

Suspende Contrato de Trabalho de Servidor ACT em virtude da COVID-19 e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, nos termos da Portaria 924/2020, de 23 de abril de 2020, que institui regime especial de atividades escolares para fins de calendário do ano de 2020

Resolve:

Art. 1º. Suspender o contrato de Trabalho do Servidor ACT Ana Paola Sevald Goffi, portadora do CPF 088.427.709-73 e RG 5.625.112, Professor licenciatura Plena, Nível A-O, em virtude do regime especial de atividades não presenciais.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 05/05/2020

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 22 de junho de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 361/2020

Publicação Nº 2552351

Portaria 361/2020, de 22 de junho de 2020.

Suspende Contrato de Trabalho de Servidor ACT em virtude da COVID-19 e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, nos termos da Portaria 924/2020, de 23 de abril de 2020, que institui regime especial de atividades escolares para fins de calendário do ano de 2020

Resolve:

Art. 1º. Suspender o contrato de Trabalho do Servidor ACT Irisan José de Moura, portadora do CPF 088.427.709-73 e RG 5.625.112, Professor licenciatura Plena, Nível A-O, em virtude do regime especial de atividades não presenciais.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 05/05/2020

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 22 de junho de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 362/2020

Publicação Nº 2552357

Portaria 362/2020, de 22 de junho de 2020.

Suspende Contrato de Trabalho de Servidor ACT em virtude da COVID-19 e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, nos termos da Portaria

924/2020, de 23 de abril de 2020, que institui regime especial de atividades escolares para fins de calendário do ano de 2020

Resolve:

Art. 1º. Suspender o contrato de Trabalho do Servidor ACT Denir Ferraz, portadora do CPF 022.987.269-73 e RG 2.526.902, Auxiliar de Serviços Gerais, Nível SAL-1A, em virtude do regime especial de atividades não presenciais.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 05/05/2020

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 22 de junho de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

Palmeira

PREFEITURA

DECRETO N.º 1688_2020_DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Publicação Nº 2552500

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA/SC

DECRETO Nº 1688, DE 03 DE JULHO DE 2020.

Declara "situação de emergência" nas áreas do Município afetadas por estiagem (COBRADE - 14.110) conforme IN/MI 02/2016.

A Senhora FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, localizado no estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012.

CONSIDERANDO:

I – Que a ocorrência de estiagem, no período de outubro/2019 a maio/2020, na área rural ocasionou a diminuição considerável da capacidade de exploração da água e causaram perdas consideráveis nas lavouras de soja, arroz, feijão, milho, e hortifrutigranjeiros, na criação de gado de corte e leiteiro, e afetou seriamente a produção de leite, ovinos e caprinos, bem como afetou famílias causando sérios problemas em relação aos afazeres domésticos, racionamento de água e falta de água potável.

II- Que através de levantamento realizado por diversos órgãos deste Município, os quais fazem parte integrante deste Decreto, vislumbra-se grandes perdas ocorridas na agropecuária e nos grupos familiares, conforme estimados nos levantamentos acima mencionados;

III – Que o parecer da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC do Município de Palmeira/SC, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Estiagem – COBRADE - Código 1.4.1.1.0, conforme IN/MI nº 02/2016.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC do Município de Palmeira/SC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC do Município de Palmeira/SC.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em sentido contrário, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, aos 03 dias do mês de julho de 2020.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA

Prefeita Municipal

Certifico que o presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 03 de julho de 2020.

PL_35_PP_15_SERVIÇOS DE RECAPAGEM, DUPLAGEM E VULCANIZO

Publicação N° 2551870

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

**CONVOCAÇÃO DE INTERESSADOS NA LICITAÇÃO/
PREGÃO PRESENCIAL N° 15/2020**

O município de **PALMEIRA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CPNJ sob n°. 01.610.566/0001-06, com sede a Rua Roberto Hemkemaier, n°. 200, centro, em Palmeira/SC, representada por sua Prefeita Municipal, Sra. FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA e por meio da Comissão Permanente de Licitações, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL que tem por objeto a **Contração de empresa para fornecimento de serviços de duplagem, recapagem e vulcanizo de pneus para uso das Secretarias Municipais**. A entrega dos envelopes "PROPOSTA" E "HABILITAÇÃO" será feito a partir das **15h30min do dia 20.07.2020**. **Abertura da sessão será às 15h50min do mesmo dia**. A presente licitação será do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, consoante às condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Lei Federal n.º 8.666/93. Os interessados na aquisição do Edital e seus anexos em via impressa deverão apresentar comprovante de depósito bancário no valor de R\$ 10,00 (dez reais), em nome da Prefeitura Municipal de Palmeira, conta corrente n° 75-7, agência 3082, op. 006 do Banco CEF, ou poderão adquirir gratuitamente, em via digital, junto ao sítio <http://www.palmeira.sc.gov.br>. Palmeira, 06 de julho de 2020. **VIVIANE LOPES GODOY** – Presidente da Comissão.

Paraíso

PREFEITURA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 1º QUADRIMESTRE DE 2020

Publicação Nº 2552176

MUNICÍPIO DE PARAISO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Quadrimestre de 2020

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6		R\$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida		18.809.939,84	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		18.809.939,84	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		18.809.939,84	
DESPESAS COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP		8.781.192,99	46,68
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>		11.285.963,90	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>		10.721.665,71	57,00
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>		10.157.367,51	54,00
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		-4.123.159,76	-21,92
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		22.571.927,81	120,00
GARANTIA DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	0
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		4.138.186,76	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		3.009.590,37	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		1.316.695,79	7,00
RESTOS A PAGAR		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		0,00	0,00

FONTE:

PARAISO, 06/07/2020

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
PREFEITO MUNICIPAL

Leila Cristine Weizemann
Controladora Interna Matrícula nº 1978

CLEU JUNIOR RECKZIEGEL
Contador-CRC/SC 25142/O-3

MUNICÍPIO DE PARAISO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pa	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	4.581.688,14	4.123.159,76	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	4.581.688,14	4.123.159,76	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.437.613,90	4.882.225,63	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	855.925,76	759.065,87	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-4.581.688,14	-4.123.159,76	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	17.815.777,48	18.809.939,84	0,00	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	17.815.777,48	18.809.939,84	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	-25,72%	-21,92%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	21.378.932,98	22.571.927,81	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (Inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	19.241.039,68	20.314.735,03	0,00	0,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	101.088,36	132.637,99	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	1.745.325,27	5.238.417,11	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

PARAISO, 06/07/2020

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
PREFEITO MUNICIPAL

Leila Cristine Weizemann
Controladora Interna Matrícula nº 1978

CLEU JUNIOR RECKZIEGEL
Contador-CRC/SC 25142/O-3

FONTE:

MUNICÍPIO DE PARAISO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	18.809.939,84	—
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º da C)	0,00	—
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	18.809.939,84	—
OPERAÇÕES VEDADAS(VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	3.009.590,37	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.708.631,34	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.316.695,79	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE:

PARAISO, 06/07/2020

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
 PREFEITO MUNICIPAL

Leila Cristine Weizemann
 Controladora Interna Matrícula nº 1978

CLEU JUNIOR RECKZIEGEL
 Contador-CRC/SC 25142/O-3

MUNICÍPIO DE PARAISO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSORCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquid. e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras	(e)					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício								
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	3.027.829,28	209.903,81	437.180,05	807.498,78	66.872,88	0,00	1.506.373,66	2.516.723,22	0,00	0,00	(1.010.349,56)
Recursos Ordinários	1.453.517,67	89.939,46	244.845,05	464.463,78	49.856,43	0,00	604.412,95	1.863.564,76	0,00	0,00	(1.259.151,81)
Outros Recursos não Vinculados	1.574.311,61	119.964,35	192.335,00	343.035,00	17.016,55	0,00	901.960,71	653.158,46	0,00	0,00	248.802,25
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	1.854.396,35	0,00	111.982,01	347.529,97	65.765,01	0,00	1.329.119,36	1.566.665,14	0,00	0,00	(237.545,78)
Recalculas de Impostos e de Transferência de Impostos - Edu	90.688,05	0,00	22.373,30	0,00	9.494,23	0,00	58.820,52	568.018,45	0,00	0,00	(509.197,93)
Transferências do FUNDEB	58.075,08	0,00	33.451,78	0,00	32.967,55	0,00	(8.344,25)	85.999,42	0,00	0,00	(94.343,67)
Outros Recursos Vinculados à Educação	63.026,94	0,00	5.831,68	0,00	695,74	0,00	56.499,52	263.523,41	0,00	0,00	(207.023,89)
Recalculas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saiu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados à Saúde	458.554,23	0,00	46.994,40	0,00	22.607,49	0,00	388.952,34	317.223,50	0,00	0,00	71.728,84
Recursos Vinculados à Assistência Social	8.999,49	0,00	0,00	552,36	0,00	0,00	8.447,13	0,00	0,00	0,00	8.447,13
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Et	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Aterção de Bens/Ativos	221,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	221,29	0,00	0,00	0,00	221,29
Outros Recursos Vinculados	1.174.831,27	0,00	3.330,85	346.977,61	0,00	0,00	824.522,81	331.900,36	0,00	0,00	492.622,45
TOTAL (III) = (I + II)	4.882.225,63	209.903,81	549.162,06	1.155.028,75	132.637,99	0,00	2.835.493,02	4.083.388,36	0,00	0,00	(1.247.895,34)

PARAISO, 06/07/2020

VALDEIR ANTONIO CASAGRANDE
PREFEITO MUNICIPAL

Leila Cristine Wetzelmann
Controladora Interna Matrícula nº 1978

CLEU JUNIOR RECKZIEGEL
Contador-CRC/SC 251420-3

Município de PARAISO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2019 A ABRIL/2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 5º, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL														
DESPESAS EXECUCIOES (Últimos 12 Meses)														
LÍQUIDAS														
	Mar/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Sep/2019	Out/2019	Nov/2019	Dez/2019	Jan/2020	Fev/2020	Mar/2020	Abr/2020	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (c)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (d)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)														
Pessoal Ativo	65.189,96	670.865,85	905.629,74	727.453,37	690.696,26	670.284,74	663.773,39	1014.584,30	774.594,05	712.134,00	748.167,13	786.024,07	8.986.309,66	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	551.189,96	670.865,85	905.629,74	727.453,37	690.696,26	670.284,74	663.773,39	1014.584,30	774.594,05	712.134,00	748.167,13	786.024,07	8.986.309,66	0,00
Obrigações Patronais	529.061,97	547.836,35	779.770,71	600.833,29	537.727,86	545.008,12	542.690,94	792.924,94	662.734,48	596.044,19	622.987,16	682.562,19	7.419.952,50	0,00
Benefícios Previdenciários	122,817,79	123.029,00	126.659,03	126.870,08	122.970,40	125.276,62	121.085,15	221.659,96	111.659,57	116.689,81	125.179,97	123.461,88	1.596.357,16	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos, acordos ou contratação formal prevista (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPLETADAS (§ 1º do art. 19 da LRF - II)														
Indenizações por Demissão e Indenizações a Demissão Voluntária	0,00	2.898,95	8.423,92	39.276,23	9.439,64	3.133,12	4.114,46	45.495,32	34.601,08	41.705,08	2.410,02	13.628,65	205.116,67	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	2.898,95	8.423,92	39.276,23	9.439,64	3.133,12	4.114,46	45.495,32	34.601,08	41.705,08	2.410,02	13.628,65	205.116,67	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abono de permanência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)	65.189,96	667.976,30	897.465,82	688.177,14	651.256,62	667.151,62	659.659,53	969.089,96	739.992,97	670.428,92	746.757,11	772.395,22	8.791.192,99	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)														
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VI)			18.800.939,94	-										
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VII)			0,00	-										
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VIII) = (IV - VI - VII)			18.800.939,94	-										
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III) + (VIII)			8.791.192,99	46,98										
LIMITE MÁXIMO (IX) (Índices I, II e III, art. 20 da LRF)			11.295.695,90	60,00										
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)			10.721.685,70	57,00										
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (Índice II do § 1º do art. 59 da LRF)			10.157.367,51	54,00										

PARAISO - 06/07/2020

VALDIR ANTONIO CASAGRAN Laís Cristiane Webermann
PREFEITO MUNICIPAL Controladora Interna Matrícula nº 15 Contador CRCSC 25142/O-3

FONTE:

MUNICÍPIO DE PARAISO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2020

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	17.815.777,48	18.809.939,84	0,00	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	17.815.777,48	18.809.939,84	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	3.919.471,05	4.138.186,76	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	3.527.523,95	3.724.368,08	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

PARAISO, 06/07/2020

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
PREFEITO MUNICIPAL

Leila Cristine Weizemann
Controladora Interna Matrícula nº 1978

CLEU JUNIOR RECKZIEGEL
Contador-CRC/SC 25142/O-3

Passos Maia

PREFEITURA

DECRETO N. 0040/2020

Publicação N° 2551374

DECRETO N° 040/2020, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

“NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 53, § 1º da Lei 8.666/93;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para compor a Comissão Especial destinada à realização de avaliação de bens móveis pertencentes ao patrimônio do Governo Municipal, as pessoas abaixo nominadas:

I – Antônio Correa Neves;

II – Flávio Roberto Rossi;

III – Cleverson Luiz Alves De Santi;

IV - Milton Agostinho Canônica.

Art. 2º. A Comissão Especial ora nomeada deverá, ao final dos trabalhos, apresentar relatório circunstanciado indicando de forma detalhada as informações sobre os bens avaliados, o valor da avaliação, bem como a metodologia utilizada para identificar o valor.

Parágrafo único. Para execução dos trabalhos a Comissão poderá utilizar-se de serviços técnicos de empresas que prestam serviços na área.

Art. 3º. O presente Decreto terá vigência da data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia – SC, 30 de junho de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
PREFEITO MUNICIPAL

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

Paulo Lopes**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO - PL Nº 16/2020 - CC Nº 02/2020**

Publicação Nº 2551363

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2020
CONCORRÊNCIA Nº02/2020

O Município de Paulo Lopes torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob regime de empreitada por preço global do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando Contratação de empresa especializada para executar obra de drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização de parte da Rua Acácio Antônio Soares (Estaca 166+0,00 à estaca 176 + 0,00m) com extensão aproximada de 200 metros, localizada no bairro Ribeirão Grande. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “PROPOSTA” e nº. 2 – “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser apresentados no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, sito a Rua José Pereira da Silva, Centro, Paulo Lopes/SC, até as 08h55min do dia 07/08/2020. A sessão se dará a partir das 09h00min do dia 07/08/2020, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.paulolopes.sc.gov.br

Paulo Lopes, 03 de julho de 2020.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA
Secretária Municipal de Administração

DECRETO 45/2020

Publicação Nº 2552797

DECRETO Nº 45/2020

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, usando das atribuições a ele concedidas pela Lei 1.842 de 11 de dezembro de 2019, aprova o seguinte Decreto,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no orçamento fiscal, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0202 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 10.000,00

04.122.0002.2.005 – Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 10.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.03.0054 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo superávit do exercício anterior da fonte 03.0054 – Convênio de Trânsito – Militar – Exercícios Anteriores – no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NADIR CARLOS RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 07 de julho de 2020.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA
Secretária Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

ATA 050/2020 FMS

Publicação Nº 2552523

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2020 - FMS
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2020 - FMS
Sistema De Registro De Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO, JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE CAIXA TÉRMICA.

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA/SC, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede nesta Cidade, Rua Domingos Manoel Corrêa, nº 311, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado por seu Gestor, Sr. SÉRGIO DE MELLO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 712.792.459-72, RG nº 13/R 2.458480, residente e domiciliado à Rua Santa Lídia, nº. 175, Santa Lídia, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa BRUNO SILVESTRI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, estabelecida à Rua Jorge Alves Ribeiro nº 2341, na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.210.964/0001-46, representada, neste ato pelo Sr. Bruno Silvestri, CPF sob o nº 073.757.979-00, Cargo/Função Representante Legal, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 007/2020-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de caixa térmica, atendendo a demanda do departamento de vigilância epidemiológica da Secretaria de Saúde do Município de Penha, conforme solicitação nº 390/2020, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/1993, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

0.1. Os valores dos itens encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 5 (cinco) dias, podendo ser renovado a critério da Administração.

Item	Quant.	Unid.	Especificações	Marca	Valor Unitário	Valor Total
03	10	Un.	CAIXA TÉRMICA DE 38 LITROS – ISO-LAMENTO TÉRMICO EM POLIURETANO – ALÇAS E RODAS – TERMÔMETRO DIGITAL MAX E MIN. – FAIXA DE TEMPERATURA APROXIMADA: -50 +70 °C – MEDIDAS APROXIMADAS: ALTURA 42,5CM, LARGURA 59,5CM, PROFUNDIDADE 39CM, - PESO: 4,2KG.	COLEMAN	R\$ 700,00	R\$ 7.000,00
TOTAL DO FORNECEDOR R\$ 7.000,00						

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO.

4. O fornecimento deverá ser realizado pela Contratada, de forma parcelada, de acordo com a necessidade da Secretaria de Saúde, no prazo de até 05 (cinco) dias, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição do objeto registrado neste instrumento, serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Cumprir a data da entrega dos materiais/produtos, não sendo aceitos aqueles que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos materiais/produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento do objeto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - A falta dos materiais/produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 05 (cinco) dias, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

XIV - Cumprir rigorosamente o prazo de entrega e de vigência da garantia previsto nesta ata.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - Todo e qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - Toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

7.2. A(s) empresa(s) vencedora(s) das caixas térmicas será (ão) responsável (is) pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues e fornecidos incompatíveis com as especificações do edital, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais/produtos;

- II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;
 - III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;
 - IV - Fiscalizar o fornecimento do objeto, que ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria Municipal de Saúde. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.
 - V - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.
- 8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional por meio de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.
- 9.1. Caso for constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
- 9.1.a. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal, FGTS e CNDT.
- 9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.
- 9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;
- 9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.
- 10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
- 10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.
- 10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:
- a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;
 - b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
 - c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
 - d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.
- 11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.
- 11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
- 11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.
- 11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.
- 11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:
- a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
 - b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:
- a) Advertência;
 - b) Multa;
 - c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;
 - d) Declaração de inidoneidade.
- 13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.
- 13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º

(primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega dos materiais/equipamentos por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício do Fundo Municipal de Saúde do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 01 de Julho de 2020.

SÉRGIO DE MELLO
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

BRUNO SILVESTRI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
Bruno Silvestri
Contratado

Contratante

TESTEMUNHAS

Nome Completo: Nome Completo:
CPF nº.: CPF nº.:

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2019

ATA 051/2020 FMS

Publicação Nº 2552524

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2020 - FMS
 EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2020 - FMS
 Sistema De Registro De Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO, JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE CAIXA TÉRMICA.

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA/SC, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede nesta Cidade, Rua Domingos Manoel Corrêa, nº 311, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado por seu Gestor, Sr. SÉRGIO DE MELLO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 712.792.459-72, RG nº 13/R 2.458480, residente e domiciliado à Rua Santa Lídia, nº. 175, Santa Lídia, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa MARLUCE BEZERRA DOS SANTOS LORENÇONE ME, estabelecida à Rua Superagui nº 424, na cidade de Pontal do Paraná, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.992.596/0001-56, representada, neste ato pelo Sr. Marluce Bezerra dos Santos Lorençone, CPF sob o nº 077.232.338-09, Cargo/Função Proprietária, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 007/2020-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de caixa térmica, atendendo a demanda do departamento de vigilância epidemiológica da Secretaria de Saúde do Município de Penha, conforme solicitação nº 390/2020, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/1993, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

0.1. Os valores dos itens encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 5 (cinco) dias, podendo ser renovado a critério da Administração.

Item	Quant.	Unid.	Especificações	MARCA	Valor Unitário	Valor Total
01	30	Un.	CAIXA TÉRMICA DE 12 LITROS – ISOLAMENTO TÉRMICO EM EPS. – ALÇA PARA TRANSPORTE. – MEDIDAS APROXIMADAS: ALTURA 24 CM, LARGURA 34CM, PROFUNDIDADE 25 CM, PESO: 1 KG.	SOPRANO	R\$: 150,00	R\$ 4.500,00
02	30	Un.	CAIXA TÉRMICA DE 20 LITROS – CAPACIDADE: 20 LITROS – MATERIAL POLIETILENO – ISOLANTE POLIURETANO – TERMÔMETRO DIGITAL MAX E MIN. – FAIXA DE TEMPERATURA APROXIMADAS: -50 +70 °C – MEDIDAS EXTERNAS APROXIMADAS: ALTURA 30,5CM, LARGURA 31CM, PROFUNDIDADE 46CM. – PESO: 2,82 KG.	MOR	R\$ 399,90	R\$ 11.997,00
TOTAL DO FORNECEDOR R\$						
16.497,00						

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO.

4. O fornecimento deverá ser realizado pela Contratada, de forma parcelada, de acordo com a necessidade da Secretaria de Saúde, no prazo de até 05 (cinco) dias, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição do objeto registrado neste instrumento, serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Cumprir a data da entrega dos materiais/produtos, não sendo aceitos aqueles que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos materiais/produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento do objeto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - A falta dos materiais/produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 05 (cinco) dias, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

XIV - Cumprir rigorosamente o prazo de entrega e de vigência da garantia previsto nesta ata.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - Todo e qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - Toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

7.2. A(s) empresa(s) vencedora(s) das caixas térmicas será (ão) responsável (is) pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues e fornecidos incompatíveis com as especificações do edital, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais/produtos;

II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - Fiscalizar o fornecimento do objeto, que ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria Municipal de Saúde. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com

os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional por meio de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso for constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.1.a. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal, FGTS e CNDT.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega dos materiais/equipamentos por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício do Fundo Municipal de Saúde do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 01 de Julho de 2020.

SÉRGIO DE MELLO
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

MARLUCE BEZERRA DOS SANTOS LORENÇONE ME
Marluce Bezerra dos Santos Lorençone
Contratado

Contratante

TESTEMUNHAS

Nome Completo: Nome Completo:
CPF nº.: CPF nº.:

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2019

CONTRATO N ° 047/2020

Publicação Nº 2551720

4º TERMO ADITIVO Nº 047/2020-PMP
AO CONTRATO Nº 109/2016-PMP

Licitação: Processo Administrativo nº 50/2016 – PMP - Inexigibilidade de Licitação nº 01/2016 – PMP.

Objeto: prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a PREFEITURA, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho (PAT).

Através do presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Gestor Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409 - Centro, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A.-EPAGRI, empresa pública, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, com personalidade jurídica de direito privado, sob forma de sociedade por ações, constituída nos termos do inciso II do Art. 152 da Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005, neste ato representada em consonância ao Art. 38, inc. III e parágrafo Único, do Estatuto Social da EPAGRI, por RICARDO JOSÉ ZIMMERMANN DE NEGREIROS, inscrito(a) no CPF sob o nº 623.706.009-00, e portador(a) da Carteira de Identidade nº 18054587 (SSP/SC), Gerente Regional da Epagri de Itajaí, inscrita no CNPJ sob o nº 83.052.191/0002-43, com endereço à Rodovia Antônio Heil, Km 06, nº 6800, Bairro Itaipava, CEP: 88301-970, Itajaí/SC, telefone: 47 3398-6294 | 3398-6297, têm entre si justo ajustado o presente Termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

As partes de comum acordo, na forma convencionada na Cláusula Primeira 2º Termo Aditivo Nº 085/2018-PMP contrato principal nº 109/2016-PMP, decidem prorrogar o prazo de vigência por igual período, ou seja, 12 (doze) meses, a contar de 03/07/2020 à 03/07/2021, nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações.

CLAUSULA SEGUNDA

O valor dos serviços, objeto do presente Termo, fica reajustado conforme o índice de variação do INPC, perfazendo um valor anual de R\$ 38.914,26 (Trinta e Oito Mil, Novecentos e Quatorze Reais e Vinte e Seis Centavos).

CLAUSULA TERCEIRA

As despesas do presente Termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11 – Secretaria de Agricultura e Pesca

Unidade: 03 – Departamento de Administrativo

Proj. Ativ.:2.035 – Funcionamento e Manutenção do Departamento de Administrativo de Agricultura e Pesca

Elemento: (38) 3.3.90.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas

As demais cláusulas do contrato principal permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente Termo, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 07 de Junho de 2020

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração
Contratante

EPAGRI - EMP. PESQ. EXT. RURAL SC S.A.
Ricardo José Zimmermann de Negreiros
Contratado

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:

C.P.F. nº C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretária Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2019

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020 - FMEDUC

Publicação Nº 2552041

MUNICÍPIO DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020 - FMEDUC

Objeto: Chamada pública para aquisição de Gênero Alimentício da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado a atender os alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino do Município de Penha/SC para o ano letivo de 2020, conforme quantidades e cronograma de entrega anexo ao presente edital, para atender solicitação nº 100/2020 da Secretaria de Educação, conforme condições descritas no edital e anexos.

Entrega dos Envelopes e Abertura do Processo: 22/07/2020 até as 14 horas na Sala do Empreendedor, situado a Rua Nilo Anastácio Vieira, 180, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Patrick Paulo dos Santos – Presidente da CPL.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site

www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Rua Nilo Anastácio Vieira, 03, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-3428. Horário de atendimento: das 12h as 18:00h.

Penha/SC, 06 de julho de 2020.
JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário da Administração

PORTARIA Nº 1086/2020

Publicação Nº 2552533

PORTARIA N.º 1.086/2020

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "C", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a Portaria nº 960/2020, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão do Processo instaurado, (para apuração dos fatos apresentados através do Memorando 1doc 1.323/2020 referente ao Ofício MPSC nº 0108/2020/01PJ/BPI), a fim de possibilitar o contraditório e a ampla defesa, bem como o levantamento de todos os documentos necessários para instruir a Sindicância, composta pelos servidores MARIZETE DA COSTA, JULIANA BUENO PERCIANI e ELEANDRO GRANDI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de julho de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1087/2020

Publicação Nº 2552534

PORTARIA N.º 1.087/2020

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "C", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a Portaria nº 961/2020, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão do Processo instaurado, (para apuração dos fatos apresentados através do Memorando 1doc 2.005/2020), a fim de possibilitar o contraditório e a ampla defesa, bem como o levantamento de todos os documentos necessários para instruir a Sindicância, composta pelos servidores MARIZETE DA COSTA, JULIANA BUENO PERCIANI e ELEANDRO GRANDI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de julho de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N° 1088/2020

Publicação N° 2552535

PORTARIA N.º 1.088/2020

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "C", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a Portaria nº 962/2020, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão do Processo instaurado, (para apuração dos fatos apresentados através do Memorando 1doc 2.113/2020), a fim de possibilitar o contraditório e a ampla defesa, bem como o levantamento de todos os documentos necessários para instruir a Sindicância, composta pelos os servidores MARIZETE DA COSTA, JULIANA BUENO PERCIANI e ELEANDRO GRANDI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de julho de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N° 1089/2020

Publicação N° 2552537

PORTARIA N.º 1.089/2020

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "C", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a Portaria nº 968/2020, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão do Processo instaurado, (para apurar denúncia de passíveis irregularidades na entrega do Cartão Social do Município de Penha, para utilização das famílias carentes nos comércios do Município, solicitado através do Memorando 1doc 2.577/2020), a fim de possibilitar o contraditório e a ampla defesa, bem como o levantamento de todos os documentos necessários para instruir a Sindicância, composta pelos os servidores MARIZETE DA COSTA, JULIANA BUENO PERCIANI e ELEANDRO GRANDI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de julho de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N° 1090/2020

Publicação N° 2552538

PORTARIA N.º 1.090/2020

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "C", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a Portaria nº 972/2020, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão do Processo instaurado, (para apurar os fatos referente ao cancelamento da Ata de Registro de Preço nº 46/2019 – Processo Licitatório nº 53/2019 - empresa TARCILA FERNANDA PACHECO MARTINS DE ANDRADE – ME, solicitado através do Memorando 1doc 2.698/2020), a fim de possibilitar o contraditório e a ampla defesa, bem como o levantamento de todos os documentos necessários para instruir a Sindicância, composta pelos os servidores MARIZETE

DA COSTA, JULIANA BUENO PERCIANI e ELEANDRO GRANDI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de julho de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1091/2020

Publicação Nº 2552539

PORTARIA N.º 1.091/2020

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "C", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a Portaria nº 976/2020, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão do Processo instaurado Pela Portaria 764/2020, (para apuração de possíveis ou prováveis pagamentos em situações destoantes e não previstas pela referida norma jurídica instituída através da Lei Municipal 3.075/2019, solicitado através protocolo 1doc 1.696/2020), a fim de possibilitar o contraditório e a ampla defesa, bem como o levantamento de todos os documentos necessários para instruir a Sindicância, composta pelos os servidores MARIZETE DA COSTA, JULIANA BUENO PERCIANI e ELEANDRO GRANDI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de julho de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1092/2020

Publicação Nº 2552540

PORTARIA N.º 1.092/2020

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "C", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a Portaria nº 977/2020, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão do Processo instaurado Pela Portaria 765/2020, (para apuração de denúncia de utilização do veículo da fiscalização da saúde para fins particulares, solicitado através Memorando 1doc 1.696/2020), a fim de possibilitar o contraditório e a ampla defesa, bem como o levantamento de todos os documentos necessários para instruir a Sindicância, composta pelos os servidores MARIZETE DA COSTA, JULIANA BUENO PERCIANI e ELEANDRO GRANDI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de julho de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N° 1093/2020

Publicação N° 2552541

PORTARIA N.º 1.093/2020

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "C", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a Portaria nº 978/2020, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão do Processo instaurado Pela Portaria 766/2020, (para apurar fatos referentes ao CONTRATO 077/2018 PMP, alusivo ao pagamento de notas fiscais do POSTO DE GASOLINA SÃO MIGUEL LTDA, solicitado através Memorando 1doc 1.696/2019), a fim de possibilitar o contraditório e a ampla defesa, bem como o levantamento de todos os documentos necessários para instruir a Sindicância, composta pelos os servidores MARIZETE DA COSTA, JULIANA BUENO PERCIANI e ELEANDRO GRANDI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de julho de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N° 1094/2020

Publicação N° 2552542

PORTARIA N.º 1.094/2020

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "C", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a Portaria nº 979/2020, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão do Processo instaurado Pela Portaria 767/2020, (para apuração de irregularidades com veículos do Conselho Tutelar, solicitado através Memorando 1doc 1.696/2020), a fim de possibilitar o contraditório e a ampla defesa, bem como o levantamento de todos os documentos necessários para instruir a Sindicância, composta pelos os servidores MARIZETE DA COSTA, JULIANA BUENO PERCIANI e ELEANDRO GRANDI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de julho de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1095/2020

Publicação Nº 2552544

PORTARIA N.º 1.095/2020

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "C", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a Portaria nº 980/2020, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão do Processo instaurado Pela Portaria 768/2020, (para averiguar a situação de falta de fornecimento de medicamentos pela empresa SOMA/SC Produtos Hospitalares Ltda, conforme solicitação do Memorando 1doc 1.696/2020), a fim de possibilitar o contraditório e a ampla defesa, bem como o levantamento de todos os documentos necessários para instruir a Sindicância, composta pelos os servidores MARIZETE DA COSTA, JULIANA BUENO PERCIANI e ELEANDRO GRANDI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de julho de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1096/2020

Publicação Nº 2552545

PORTARIA N.º 1.096/2020

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "C", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a Portaria nº 981/2020, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão do Processo instaurado Pela Portaria 769/2020, (para apuração dos fatos apresentados pela Secretaria de Serviços Urbanos em relação a ausências, e abandono do setor de trabalho, do servidor Carlos Henrique Caldeira, conforme solicitação do memorando 1doc 1.696/2020), a fim de possibilitar o contraditório e a ampla defesa, bem como o levantamento de todos os documentos necessários para instruir a Sindicância, composta pelos os servidores MARIZETE DA COSTA, JULIANA BUENO PERCIANI e ELEANDRO GRANDI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de julho de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1097/2020

Publicação Nº 2552546

PORTARIA N.º 1.097/2020

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "C", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a Portaria nº 982/2020, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão do Processo instaurado Pela Portaria 770/2020, (para aplicar as penalidades em decorrência da falta do cumprimento do contrato com a Alzeli Moraes ME, bem como a falta de entrega de mercadoria, conforme Memorando 1doc nº 1.696/2020), a fim de possibilitar o contraditório e a ampla defesa, bem como o

levantamento de todos os documentos necessários para instruir a Sindicância, composta pelos os servidores MARIZETE DA COSTA, JULIANA BUENO PERCIANI e ELEANDRO GRANDI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de julho de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N° 1098/2020

Publicação N° 2552547

PORTARIA N.º 1.098/2020

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "C", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a Portaria nº 983/2020, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão do Processo instaurado Pela Portaria 771/2020, (para apuração dos fatos apresentados através do Despacho 1doc 1.696/2020 referente a empresa ALTERMED Mat. Med. Hosp. Ltda), a fim de possibilitar o contraditório e a ampla defesa, bem como o levantamento de todos os documentos necessários para instruir a Sindicância, composta pelos os servidores MARIZETE DA COSTA, JULIANA BUENO PERCIANI e ELEANDRO GRANDI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de julho de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N° 1099/2020

Publicação N° 2552548

PORTARIA N.º 1.099/2020

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "C", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a pedido, a Sra. EDINEA LUZIA CORREA do cargo em comissão de COORDENADORA DA DEFESA CIVIL, da SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1281/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de julho de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1100/2020

Publicação Nº 2552549

PORTARIA N.º 1.100/2020

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "C", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a pedido, a Sra. JESIANI MARIA CALDEIRA CUSTÓDIO do cargo em comissão de COORDENADORA DO NAM da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1299/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 03 de julho de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Peritiba

PREFEITURA

DECRETO 122/2020

Publicação N° 2551879

DECRETO N.º 122/2020
NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO
MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com a Lei n.º 735 de 17 de Setembro de 1991.

DECRETA:

Art. 1.º Ficam nomeados os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA do Município de Peritiba:

NOME	ENTIDADE	FUNÇÃO
FABIANO LUIZ RIFFEL	PREFEITURA	PRESIDENTE
CARLOS DERICEU HORN	EPAGRI	VICE-PRESIDENTE
ADEMAR GRAVE	PREFEITURA	SECRETÁRIO
SALETE S. DA COSTA	SINDICATO DOS TRAB.	MEMBRO
ALTAIR JACÓ LUNKES	SITRAF	MEMBRO
IVAN CARLOS VARGAS	COPERDIA	MEMBRO
MARCELO BERVIAN	COMÉRCIO	MEMBRO
INDELSINO MALTAURO	ACCS	MEMBRO
ZEFERINO A. KIRSTEN	COPAFAPER	MEMBRO
ANGELIN SPIELMANN	PRODUTOR RURAL	MEMBRO
VALDEMAR VERONESE	PRODUTOR RURAL	MEMBRO
JOSÉ KERBER	PRODUTOR RURAL	MEMBRO
MATHIAS VALCARENGHI	PRODUTOR RURAL	MEMBRO
NEI LAURO MALTAURO	PRODUTOR RURAL	MEMBRO
DARCI MACIEL	PRODUTOR RURAL	MEMBRO
AIRTO PIGOSSO	PRODUTOR RURAL	MEMBRO
ANDRÉ FINGER	PRODUTOR RURAL	MEMBRO
TEREZINHA SALETE BACCA	PRODUTOR RURAL	MEMBRO
NEIMAR LUZ SIMON	PRODUTOR RURAL	MEMBRO

Art. 2.º Os membros que compõe o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, não serão remunerados, sendo seu exercício considerado de relevante serviço prestado à comunidade.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se

MUNICIPIO DE PERITIBA/SC., 24 de junho de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado

Em., 24/junho/2020.

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

DECRETO 123/2020

Publicação N° 2552489

DECRETO N° 123/2020
NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO

NEUSA KLEIN MARASCHINI, Prefeita do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Comissão Permanente de Avaliação do Estágio Probatório, no Município de Peritiba, os seguintes servidores:

Presidente: Liziane Klein Gaertner

Secretário: Simone Sordi
Membro: Mariluci Sordi Klein
Membro: Paulo Cesar Saatkamp
Membro: Daniel Vieira de Britto

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 69/2018 de 29 de Maio de 2018.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC, em 03 de julho de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado
Em., 03/julho/2020.

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

DECRETO 124/2020

Publicação Nº 2552495

DECRETO N.º 124/2020
NOMEIA EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE DE AMOSTRAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso X, art. 111, da Lei Orgânica do município de Peritiba de 16 de Dezembro de 2009.

Considerando o Processo Licitatório nº 13/2020, Pregão Presencial nº 07/2020, REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição de materiais hospitalares e de enfermagem para o Fundo Municipal de Saúde de Peritiba (licitação complementar).

DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados para acompanhar os trabalhos de análise de amostras referentes ao Processo Licitatório acima citado, constituída pelos seguintes:

JULIANA APARECIDA DA SILVA THOMAZ
MARCIANE DAISE WUADEN FINGER
SIMONE SORDI

Parágrafo Único: Os membros da equipe em conjunto ou individualmente terão poderes para aprovar ou rejeitar os produtos amostrados conforme critérios usuais de mercado e conhecimento do uso destes produtos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC, em 03 de julho de 2020

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado
Em., 03/julho/2020.

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 213/2020

Publicação Nº 2551783

PORTARIA N° 213/2020
CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder a Servidora MARCELLY CRISTINA DEITOS VICINI ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRA, Grupo 3, Nível 4, Classe "E", férias nos dias 15 e 16/06/2020, sendo que o período de gozo de férias refere-se a Portaria 130/2020 CONVOCA SERVIDOR EM FÉRIAS.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 23 de junho de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 23/junho/2020	
--	--

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 214/2020

Publicação N° 2551785

PORTARIA N° 214/2020
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE
PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora MARCELLY CRISTINA DEITOS VICINI, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRA, Grupo 3, Nível 4, Classe "E", Licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 25 de Junho de 2020 no período vespertino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV- DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., em 26 de Junho de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 26/Junho/2020.	
---	--

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 215/2020

Publicação N° 2551786

PORTARIA N° 215/2020
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora SUELEN EDINEIA BORRÉ, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SAÚDE, Grupo 2, Nível 2, Classe "B", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 26 de junho de 2020 no período matutino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 26 de junho de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 26/junho/2020.	
---	--

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 216/2020

Publicação N° 2551787

PORTARIA N° 216/2020
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora LIZIANE TROMBETTA, ocupante do cargo efetivo de FARMACEUTICO, Grupo 2, Nível 8, Classe "B", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 29 de junho de 2020 no período vespertino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., em 29 de junho de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 29/junho/2020.	
---	--

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 217/2020

Publicação N° 2551788

PORTARIA N° 217/2020
CONVOCA SERVIDOR EM FÉRIAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, revisada em 16 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1.º CONVOCAR nos dias 01/07 a 05/07/2020, o servidor CESAR DE ALMEIDA, ocupante do cargo efetivo de TESOUREIRO, que se encontra em férias do período de 16/06 a 15/07/2020, sendo que o período de gozo para os referidos dias será definido posteriormente.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 30 de junho de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 30/junho/2020	
--	--

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 218/2020

Publicação N° 2551790

PORTARIA N° 218/2020
CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder a Servidora GEISE GROSS ocupante do cargo efetivo de CONTADOR, Grupo 2, Nível 7, Classe "B", 30 (trinta) dias de FÉRIAS, no período de 20/07 a 18/08/2020, relativo ao período aquisitivo de 18/04/2018 a 17/04/2019, em conformidade com (Título II - DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO, Capítulo IV - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Seção III - DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS) Art. 28, Parágrafo 2.º, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Peritiba de 16 de dezembro de 2009 e (Título II - DOS DIREITOS E VANTAGENS, Capítulo V - DOS BENEFÍCIOS, Seção I - DAS FÉRIAS) Art. 68, Do Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais de 02 de dezembro de 1999.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 01 de julho de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 01/julho/2020	
--	--

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 219/2020

Publicação N° 2551791

PORTARIA N° 219/2020
CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder ao Servidor GLADISTONE COGHETTO JUNIOR ocupante do cargo efetivo de MEDICO DA FAMILIA, Grupo 3, Nível 8, Classe "B", 30 (trinta) dias de FÉRIAS, no período de 20/07 a 18/08/2020, relativo ao período aquisitivo de 05/01/2019 a 04/01/2020, em conformidade com (Título II - DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO, Capítulo IV - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Seção III - DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS) Art. 28, Parágrafo 2.º, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Peritiba de 16 de dezembro de 2009 e (Título II - DOS DIREITOS E VANTAGENS, Capítulo V - DOS BENEFÍCIOS, Seção I - DAS FÉRIAS) Art. 68, Do Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais de 02 de dezembro de 1999.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 01 de julho de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 01/julho/2020	
--	--

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 220/2020

Publicação N° 2551792

PORTARIA N° 220/2020
CONVOCA SERVIDOR EM FÉRIAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, revisada em 16 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1.º CONVOCAR nos dias 03 a 14/07/2020, a servidora ALEXANDRA BRESAN BOLL, ocupante do cargo de SECRETÁRIO ADJUNTO, que se encontra em férias do período de 15/06 a 14/07/2020, sendo que o período de gozo para os referidos dias será definido posteriormente.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 02 de julho de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 02/julho/2020	
--	--

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 221/2020

Publicação N° 2551794

PORTARIA N° 221/2020
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor GLADISTONE COGHETTO JUNIOR, ocupante do cargo efetivo de MÉDICO DA FAMÍLIA, Grupo 3, Nível 8, Classe "B", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 02 de julho de 2020, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., em 03 de julho de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 03/julho/2020.	
---	--

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 222/2020

Publicação N° 2551795

PORTARIA N° 222/2020
CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder a Servidora JULIANA APARECIDA DA SILVA THOMAZ ocupante do cargo efetivo de TECNICO EM ENFERMAGEM, Grupo 3, Nível 1, Classe "A", férias nos dias 23 e 31/07/2020, sendo que o período de gozo de férias refere-se a Portaria 08/2020 CONVOCA SERVIDOR EM FÉRIAS.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 03 de julho de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 03/julho/2020	
--	--

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 223/2020

Publicação N° 2551799

PORTARIA N° 223/2020
CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder ao Servidor LADIMIR RIFFEL ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS, Grupo 1, Nível 7, Classe "D", 30 (trinta) dias de FÉRIAS, no período de 03/08 a 01/09/2020, relativo ao período aquisitivo de 02/02/2019 a 01/02/2020, em conformidade com (Título II - DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO, Capítulo IV - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Seção III - DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS) Art. 28, Parágrafo 2.º, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Peritiba de 16 de dezembro de 2009 e (Título II - DOS DIREITOS E VANTAGENS, Capítulo V - DOS BENEFÍCIOS, Seção I - DAS FÉRIAS) Art. 68, Do Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais de 02 de dezembro de 1999.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 03 de julho de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 03/julho/2020	
--	--

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 224/2020

Publicação N° 2551800

PORTARIA N° 224/2020
CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder ao Servidor TIAGO FERNANDO SEFRIN ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS, Grupo 1, Nível 7, Classe "A", 30 (trinta) dias de FÉRIAS, no período de 15/07/2020 a 13/08/2020, relativo ao período aquisitivo de 19/10/2019 a 18/10/2020, em conformidade com (Título II - DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO, Capítulo IV - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Seção III - DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS) Art. 28, Parágrafo 2.º, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Peritiba de 16 de dezembro de 2009 e (Título II - DOS DIREITOS E VANTAGENS, Capítulo V - DOS BENEFÍCIOS, Seção I - DAS FÉRIAS) Art. 68, Do Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais de 02 de dezembro de 1999.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 03 de julho de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 03/julho/2020	
--	--

Franciéli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 225/2020

Publicação N° 2551801

PORTARIA N° 225/2020
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor EDER LUIZ KRINDGES, ocupante do cargo efetivo de PEDREIRO/CONSTRUTOR, Grupo 1, Nível 7, Classe "A", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 02 de julho de 2020, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 03 de julho de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 03/julho/2020.	
---	--

Franciéli Schoenell
Responsável pela publicação

Pescaria Brava

PREFEITURA

DECRETO Nº 545, DE 07 DE JULHO DE 2020.

Publicação Nº 2552747

DECRETO Nº 545, de 07 de Julho de 2020.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, no uso de suas atribuições legais e conforme disposto no Artigo 9, caput, da Lei nº 308, de 20 de Dezembro de 2019 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar por remanejamento no valor de R\$ 35.000,00 (Trinta e Cinco mil reais) para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	09	Fundo de Desenvolvimento e Assistência Social
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Assistência Social
FUNÇÃO	08	Assistência Social
PROGRAMA	05	Gestão das Ações de Inclusão e Desenvolvimento Social
SUBFUNÇÃO	244	Assistência Comunitária
RECURSO	5052	COVID-19-Recursos transferidos da União destinados ações da Saúde e Assistência Social
PROJETO/ATIVIDADE	2.037	Manutenção do Fundo Municipal da Assistência Social
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	21	

Valor R\$: 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais)

Art. 2º Para atendimento da realocação de que trata o artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da redução da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	09	Fundo de Desenvolvimento e Assistência Social
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Assistência Social
FUNÇÃO	08	Assistência Social
PROGRAMA	05	Gestão das Ações de Inclusão e Desenvolvimento Social
SUBFUNÇÃO	244	Assistência Comunitária
RECURSO	5000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.037	Manutenção do Fundo Municipal da Assistência Social
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	04	

Valor R\$: 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais)

Art. 3º A suplementação por remanejamento mencionada no Artigo 1º, dar-se-á conforme Artigo 9, da Lei nº 308, de 20 de Dezembro de 2019 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em Pescaria Brava, 07 de Julho de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 546, DE 07 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2552752

DECRETO Nº 546, de 07 de Julho de 2020.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, no uso de suas atribuições legais e conforme disposto no Artigo 9, caput, da Lei nº 308, de

20 de Dezembro de 2019 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar por remanejamento no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	08	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	06	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	5053	COVID – 19 – Recursos transferidos da União sem destinação específica
PROJETO/ATIVIDADE	2.025	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	39	

Valor R\$: 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais)

Art. 2º Para atendimento da realocação de que trata o artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da redução da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	08	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	06	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	5002	Receitas e Transferências de Impostos - Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.025	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	04	

Valor R\$: 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais)

Art. 3º A suplementação por remanejamento mencionada no Artigo 1º, dar-se-á conforme Artigo 9, da Lei nº 308, de 20 de Dezembro de 2019 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em Pescaria Brava, 07 de Julho de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 547, DE 07 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2552764

DECRETO Nº 547, de 07 de Julho de 2020.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, no uso de suas atribuições legais e conforme disposto no Artigo 9, caput, da Lei nº 308, de 20 de Dezembro de 2019 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar por remanejamento no valor de R\$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais) para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	08	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	06	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	5053	COVID – 19 – Recursos transferidos da União sem destinação específica

PROJETO/ATIVIDADE	2.028	Manutenção do Bloco de Atenção Básica – Saúde da Família SF
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	40	

Valor R\$: 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)

Art. 2º Para atendimento da realocação de que trata o artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da redução da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	08	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	06	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	5002	Receitas e Transferências de Impostos - Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.028	Manutenção do Bloco de Atenção Básica – Saúde da Família SF
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	16	

Valor R\$: 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)

Art. 3º A suplementação por remanejamento mencionada no Artigo 1º, dar-se-á conforme Artigo 9, da Lei nº 308, de 20 de Dezembro de 2019 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em Pescaria Brava, 07 de Julho de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 548, DE 07 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2552768

DECRETO Nº 548, de 07 de Julho de 2020.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, no uso de suas atribuições legais e conforme disposto no Artigo 9, caput, da Lei nº 308, de 20 de Dezembro de 2019 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar por remanejamento no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	08	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	06	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	5052	COVID – 19 – Recursos transferidos da União destinados a ações de Saúde e Assistência Social
PROJETO/ATIVIDADE	2.025	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	41	

Valor R\$: 40.000,00 (Quarenta mil reais)

Art. 2º Para atendimento da realocação de que trata o artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da redução da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	08	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	06	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde

SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	5002	Receitas e Transferências de Impostos – Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.025	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	06	

Valor R\$: 40.000,00 (Quarenta mil reais)

Art. 3º A suplementação por remanejamento mencionada no Artigo 1º, dar-se-á conforme Artigo 9, da Lei nº 308, de 20 de Dezembro de 2019 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em Pescaria Brava, 07 de Julho de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 16/2020 - PMPB PL Nº. 27/2020 PMPB DL Nº. 13/2020 PMPB

Publicação Nº 2551552

PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 16/2020 - PMPB

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA - CNPJ Nº. 16.780.795/0001-38

CONTRATADA: LEONARDO SILVA BORGES ME - CNPJ Nº. 11.044.760/0001-17

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 27/2020 PMPB

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.: 13/2020 PMPB

OBJETO: LOCAÇÃO DE CAMINHÕES EQUIPADOS COM AUTO TANQUES (PIPAS) PARA TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE ÁGUA POTÁVEL, CONFORME NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA/SC.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Código Reduzido: 93

Unidade Orçamento: 05.01

Projeto/Atividade: 2.016

Elemento Despesa: 3.3.90.000000.5000

VALOR CONTRATADO: R\$ 49.021,00 (QUARENTA E NOVE MIL E VINTE E UM REAIS)

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 23/06/2020 À 31/12/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 34/2020 PMPB PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2020 PMPB

Publicação Nº 2551291

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA – S.C.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 34/2020 PMPB

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2020 PMPB

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA, através de seu Prefeito Municipal, Sr. Deyvisonn da Silva de Souza, informa que será realizada licitação na modalidade pregão, tipo menor preço por lote, visando o Registro de Preços para eventual FORNECIMENTO DE INSUMOS DIVERSOS À PREFEITURA DE PESCARIA BRAVA, E AUTARQUIAS MUNICIPAIS E AOS ÓRGÃOS CONVENIADOS – TAIS COMO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E SANITÁRIOS, ESQUADRIAS, VIDROS E ACESSÓRIOS, E MADEIRAS –, CONSTANTES NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL–SINAPI, conforme quantidades e especificações constantes no Edital e seus anexos. Licitação regida nos termos das Leis Federais nº.s 10.520/02 e 8.666/93 e da Lei Complementar nº. 123/06. Data de Abertura: 17/07/2020 às 08:00 horas. Informações poderão ser obtidas através do fone: (048) 3647-6312 - Setor de Licitações e no endereço de e-mail: licitacao@pescariabrava.sc.gov.br (site: www.pescariabrava.sc.gov.br) ou diretamente na Sede administrativa: Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, Rod. SC 437, Km 8, s/n – Centro, Pescaria Brava/SC.

Pescaria Brava, 06 de julho de 2020.

DEYVISOnN DA SILVA DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

Pinhalzinho

PREFEITURA

AVISO TOMADA DE PREÇOS 006-2020 - PMP - COBERTURA NA PRAÇA AVELINO FIORINI

Publicação Nº 2552451

MUNICIPIO DE PINHALZINHO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS - Nº 006/2020 – PMP

Objeto: Contratação de Empresa Especializada em Obras e Serviços de Engenharia, objetivando a EXECUÇÃO DE COBERTURA NA PRAÇA AVELINO FIORINI, NO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO/SC de acordo com os projetos e anexos do Edital.

Modalidade: Tomada de Preços.

Regime de Execução: Indireta.

Tipo: Empreitada por Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 09:00h do dia 23/07/2020.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.pinhalzinho.atende.net ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.Informações através do e-mail: compras.01@pinhalzinho.sc.gov.br ou compras.00@pinhalzinho.sc.gov.br.

Pinhalzinho, SC, 06 de julho de 2020.

Algacir Dall Agnol

Secretário Municipal de Transportes e Obras

PORTARIA Nº 419 DE 01 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2552274

PORTARIA Nº 419 DE 01 DE JULHO DE 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 130/2009, 131/2009 e 140/2012,

Resolve,

Artigo 1º CONCEDER férias aos servidores públicos municipais abaixo mencionados, nos seguintes períodos:

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO CONCESSIVO		DIAS DE GOZO
	Início	Final	Início	Final	
ADEMIR ARI GUBIANI	01/02/2019	31/01/2020	01/07/2020	15/07/2020	15
CAMILA SOLIGO BERNARDI	15/03/2019	14/03/2020	06/07/2020	10/07/2020	05
CLAUDIR ANTONIO KOLLETT	01/08/2018	31/07/2019	06/07/2020	18/07/2020	13
CLEIDE MARIA HOFMANN	02/09/2018	01/09/2019	15/07/2020	29/07/2020	15
CRISTINA ZANELLA	16/04/2018	15/04/2019	20/07/2020	31/07/2020	12
DAIANE APARECIDA BERGAMASCHI	18/07/2017	17/07/2018	21/07/2020	04/08/2020	15
FELIPE FIORINI PINHEIRO	09/03/2018	08/03/2019	01/07/2020	20/07/2020	20
GABRIELE ANA PAULA DANIELI SCHMITZ	02/05/2018	01/05/2019	22/07/2020	31/07/2020	10
GERTRUDES K. VALMORBIDA	13/01/2019	12/01/2020	08/07/2020	22/07/2020	15
GRACIELA RAMOS ALBUQUERQUE	01/02/2019	31/01/2020	06/07/2020	20/07/2020	15
IVANICE FÁTIMA VALMORBIDA BERGER	01/02/2019	31/01/2020	06/07/2020	20/07/2020	15
JESSICA WEIRICK DE LIMA	05/08/2017	04/08/2018	01/07/2020	10/07/2020	10
JOCELI INES BOURS-CHEIDT BOTH	10/09/2018	09/09/2019	20/07/2020	03/08/2020	15

MÁRCIO BOSING	07/03/2018	06/03/2019	15/07/2020	13/08/2020	30
MARCOS ALFREDO DEUFEL	09/11/2018	08/11/2019	01/07/2020	15/07/2020	15
MARGARETE DE ANDRADE	03/03/2018	02/03/2019	01/07/2020	15/07/2020	15
MARINES MAROCO BASSOLI	09/04/2019	08/04/2020	21/07/2020	04/08/2020	15
MARTA CREMONINI	23/01/2019	22/01/2020	16/07/2020	30/07/2020	15
MICHEL A. DAMAZIO DONDONI	13/02/2019	12/02/2020	03/07/2020	17/07/2020	15
PAULO AIRTON BRISOLA	02/01/2019	01/01/2020	03/07/2020	27/07/2020	25
PAULO ERNESTO CEASAR	22/02/2019	21/02/2020	01/07/2020	15/07/2020	15
RENATA JOANA KUNZLER	02/04/2019	01/04/2020	01/07/2020	10/07/2020	10
ROSANGELA DA SILVA	03/03/2019	02/03/2020	20/07/2020	29/07/2020	10
SUZANE LUVIZON	11/07/2019	10/07/2020	01/07/2020	15/07/2020	15
TAYNARA NATHANA ARENHART	14/05/2019	13/05/2020	27/07/2020	31/07/2020	05

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 01 de julho de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito

WANDERLEI BORBA

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

PORTARIA Nº 420 DE 01 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2552275

PORTARIA Nº 420 DE 01 DE JULHO DE 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 130/2009, 131/2009 e 140/2012,

Resolve,

Artigo 1º CONCEDER licença prêmio aos servidores públicos municipais abaixo mencionados, nos seguintes períodos:

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO CONCESSIVO		DIAS DE GOZO
	Início	Final	Início	Final	
CLEVIO MAGRI KROTH	13/02/2012	12/02/2017	01/07/2020	30/07/2020	30
FELICIANA CORÁ PERONDI	08/03/2011	07/03/2016	01/07/2020	15/07/2020	15
IGNES MORETO KOHNLEIN	05/07/2014	04/07/2019	15/07/2020	29/07/2020	15
KARINE CLEIDE GEMELLI	03/02/2014	02/02/2019	13/07/2020	27/07/2020	15
MARCIA ELENICE A. MEZZALIRA	28/10/2010	27/10/2015	13/07/2020	27/07/2020	15
PRISCILA JAMARA HENTZ	12/03/2012	11/03/2017	01/07/2020	30/07/2020	30
STELA REGINA DILL	21/01/2014	23/03/2019	16/07/2020	30/07/2020	15

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 01 de julho de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito

WANDERLEI BORBA
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig
Supervisora

PORTARIA Nº 421 DE 01 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2552277

PORTARIA Nº 421 DE 01 DE JULHO DE 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 130/2009, 131/2009 e 140/2012, bem como o Decreto n. 081/2020, art. 3º, § 2º, alínea "c" e alínea "d",

Resolve,

Artigo 1º CONCEDER férias aos servidores públicos municipais abaixo mencionados, nos seguintes períodos:

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO CONCESSIVO		DIAS DE GOZO
	Início	Final	Início	Final	
ANDRÉIA DE MATOS WAGNER	20/10/2019	19/10/2020	06/07/2020	04/08/2020	30
CLARICE INES DREYER	02/01/2020	01/01/2021	06/07/2020	04/08/2020	30
LURDES GRACIOLLI	30/12/2019	29/12/2020	01/07/2020	30/07/2020	30
LURDES SCHEREN	22/03/2020	21/03/2021	03/07/2020	01/08/2020	30
MARISETE LODI	02/01/2020	01/01/2021	01/07/2020	30/07/2020	30
TATIANE DA SILVA MONTEIRO	02/01/2020	01/01/2021	01/07/2020	30/07/2020	30

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 01 de julho de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito

WANDERLEI BORBA
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig
Supervisora

PORTARIA Nº 422 DE 03 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2552278

PORTARIA Nº 422 DE 03 DE JULHO DE 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 130/2009, 131/2009 e 140/2012,

Resolve,

Artigo 1º CONCEDER licença prêmio à servidora pública municipal abaixo mencionada, no seguinte período:

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO CONCESSIVO		DIAS DE GOZO
	Início	Final	Início	Final	
TAIS DALILA NEVES	03/02/2014	02/02/2019	03/07/2020	17/07/2020	15

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 03 de julho de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito

WANDERLEI BORBA

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Sílvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. 040/2020

Publicação Nº 2551501

AVISO DE ALTERAÇÃO EDITAL DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2020

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos os interessados que o Edital de Licitação PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2020, QUE VISA A COMPRA DE 02 (DOIS) ÔNIBUS NOVOS PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SENDO: 01(UM) ÔNIBUS TIPO 'ESCOLAR' E 01(UM) ÔNIBUS TIPO 'RODOVIÁRIO', SENDO AQUISIÇÃO ATRAVÉS DO PROGRAMA FINISA, PARA O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO: Considerando o princípio da ampla concorrência e considerando a proposta mais vantajosa para o município, conforme certidão da Secretaria de Educação e parecer da Comissão de Licitação, ACOLHE impugnação ref. Processo Administrativo n.079/2020 e passa a vigorar com a seguinte alteração:

Item 01 ônibus escolar e Item 02 ônibus Rodoviário:

Onde se Lê: Farol de neblina com assistente direcional

Leia-se: Farol de neblina

Item 14.12 - Assistência técnica deverá ser realizada em uma distância máxima de 400km

Diante do exposto fica alterada a data de abertura da sessão das propostas para 20/07/2020 COM PROTOCOLO ATÉ 08:15h E ABERTURA DOS ENVELOPES NA MESMA DATA AS 08:30h, na Sede Administrativa de Pinheiro Preto Av. Mal. Costa e Silva, n. 111 centro em Pinheiro Preto.

PINHEIRO PRETO-SC, 06 DE JULHO DE 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 429, DE 06 DE JULHO DE 2020.

Publicação Nº 2552811

PORTARIA Nº 429, DE 06 DE JULHO DE 2020.

NOMEIA NOVO PRESIDENTE E COORDENADOR DA COMISSÃO MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL – COMDEC DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a portaria 274, de 01 de abril de 2020;

CONSIDERANDO o gozo de férias concedidas ao presidente;

CONSIDERANDO a necessidade de nomear um coordenador municipal da defesa civil,

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada como presidente da Comissão Municipal da Defesa Civil – COMDEC do Município de Pinheiro Preto, a servidora municipal LIGIANE ZAGO SILVA.

Art. 2º Fica nomeada a servidora BARBARA VENTURIN ZUCCO como Coordenadora Municipal da Defesa Civil de Pinheiro Preto.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Pinheiro Preto – SC, 06 de julho de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

Piratuba

PREFEITURA

DECRETO 1348/2020

Publicação Nº 2551176

DECRETO Nº 1.348/2020, de 03 de Julho de 2020.

Abre crédito suplementar por conta da anulação parcial de dotações no valor de R\$ 3.400,93 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do § 2º do artigo 26 da Lei 1.518/2019, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2020 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64.

Considerando: a Necessidade de aquisição de testes rápidos para detecção de infectados por covid 19;

Considerando: que o consórcio não dispõe mais de exames a disposição;

Considerando: a possibilidade de utilização dos recursos vinculados recebidos especificamente para esta finalidade;

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão: 13.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 13.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.041 – Ações de Atenção Básica do FMS

Modalidade: 51 – 3.3.90.00.00.00.00.0.1.1301 – Outras Despesas Correntes R\$ 3.400,93

TOTAL: R\$ 3.400,93

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos da anulação parcial das seguintes dotações:

Órgão: 13.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 13.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.041 – Ações de Atenção Básica do FMS

Modalidade: 43 – 3.3.93.00.00.00.00.0.1.1301 – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe R\$ 3.400,93

TOTAL: R\$ 3.400,93

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 03 de Julho de 2020.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei 1.388/2017 e Lei nº226/93
Em 03 de Julho de 2020

Giovani Gelson Meneghel

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 234/2020

Publicação Nº 2552737

PORTARIA Nº234/2020

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

CONCEDE

CARLOS ALBERTO SCHAEFFER, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Leopoldo Ko Freitag, s/nº, município de Piratuba-SC,

portador da carteira de identidade nº11/R2.144.171 e CPF sob o nº 715.619.609-00, ocupante do cargo efetivo de Mecânico, LICENÇA PRÊMIO, de 03 (três) meses, sendo nos meses de julho de 2020, julho de 2021 e julho de 2022, referente ao período de 16/03/2015 a 26/03/2020.

Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 02 de julho de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei 1.388/2017.
Em 02 de julho de 2.020

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 235/2020

Publicação Nº 2552738

PORTARIA Nº235/2020

PRORROGA CONTRATO TEMPORÁRIO DE SERVIDORA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 67/2015, que Dispõe sobre a alteração da estrutura da Lei Complementar nº 29, de 02 de maio de 2007 que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para os Servidores Públicos do Município de Piratuba, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2018, resultado através do Decreto nº 1.115/2019, de 11 de março de 2019.

PRORROGA

FABIANA APARECIDA RODRIGUES PEREIRA HORLLE, brasileira, casada, residente e domiciliada na Linha Serraria, s/n, município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº5.182.158 e CPF sob o nº 051.966.739-54, para exercer em caráter temporário do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS, constante no Anexo I, Grupo D, da lei complementar nº 67/2015, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível 10-INI do Anexo III da mesma lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de julho de 2020, até 21 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 02 de julho de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.
Em 02 de julho de 2020

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 236/2020

Publicação Nº 2552744

PORTARIA Nº 236/2020

ALTERA PORTARIA Nº277/2019

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, e considerando,

ALTERA

JULIANO COWACICZ, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Emilio Freitag, nº61, nesta Cidade e Município de Piratuba-SC, portador da carteira de identidade nº 3.157.808 e CPF sob o nº 950.769.999-68, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Controle Interno, LICENÇA PRÊMIO, de 03 (três) meses, sendo nos meses de Julho/2018, Julho/2021 e Julho/2022, referente ao período de 01/03/2013 a 01/03/2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 02 de julho de 2.020.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.
Em 02 de julho de 2.020

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 237/2020

Publicação Nº 2552749

PORTARIA Nº 237/2020

ALTERA PORTARIA Nº071/2019

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, e considerando,

ALTERA

MARCIA DA SILVA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Emílio Ko Freitag, s/nº, município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº4.373.226 e CPF sob o nº 047.355.189-67, ocupante do cargo efetivo de Escriturária, LICENÇA PRÊMIO, de 03 (três) meses, sendo, novembro de 2017, fevereiro de 2019 e julho de 2021, convertendo 1/3 da Licença em dinheiro, sendo o mês de novembro de 2017, referente ao período de 13/10/2012 à 13/10/2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 02 de julho de 2.020.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei 1.388/2017.
Em 02 de julho de 2.020

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 238/2020

Publicação Nº 2552755

PORTARIA Nº238/2020

ALTERA PORTARIA Nº193/2020.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

ALTERA

ROSINHA DUTRA, brasileira, solteira, residente e domiciliado na Rua Uruguai, s/nº, na cidade e Município de Ipira, portadora da carteira de identidade nº 5.708.267 e CPF sob o nº 691.072.389-91, ocupante do cargo efetivo de Professora Ensino Fundamental (Matrícula 853) e Professora Educação Infantil (Matrícula 1941), LICENÇA PRÊMIO, de 03 (três) meses, sendo nos meses de maio e junho de 2020 e outubro de 2021, referente aos períodos de 25/02/2012 a 25/02/2017 (Matrícula 853) e 04/02/2013 a 04/02/2018 (Matrícula 1941).

Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 02 de julho de 2020.
Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei 1.388/2017.
Em 02 de julho de 2.020

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 239/2020

Publicação Nº 2552770

PORTARIA Nº 239/2020
EXONERA SERVIDORA

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

EXONERA

GIANDRA GOLIN GHIGNATTI, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Linha Serraria, Município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº3.246.028 e CPF sob o nº 005.766.799-33, para exercer em caráter temporário o cargo de FARMACÊUTICO 20 HORAS, conforme Portaria nº128/2020, de 03 de março de 2020, prorrogada pela Portaria nº211/2020, de 01 de junho de 2020.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 06 de julho de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.
Em 06 de julho de 2020

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2020

Publicação Nº 2551955

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2020

Objeto: Registro de Preço para aquisição de gêneros alimentícios destinados à preparação de refeição aos servidores públicos municipais em atividades no interior do Município.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h20 do dia 20/07/2020.

Abertura: às 08h30 do dia 20/07/2020.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.piratuba.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 03 de julho de 2020.

Carlos Alberto Maltauro
Supervisor de Compras

Planalto Alegre

PREFEITURA

PORTARIA 076/2020

Publicação Nº 2551874

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 076/2020
EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL SENHOR ANDRÉ ZUCCO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 32 da Lei Municipal nº 279, de 29 de novembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido o (s) Servidor (es) Público (s) Municipal Senhor ANDRÉ ZUCCO, Engenheiro Civil, lotado (s) na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, a partir do dia 25 de Junho de 2020, conforme requerimento em anexo, cargo que exercia desde 04 de Fevereiro de 2019 .

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 25 de Junho de 2020.

JUARES BET
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA 077/2020

Publicação Nº 2551875

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 077/2020
NOMEIA A SENHORA SARA CAROLINE DE SOUZA RAUBER PARA ASSUMIR O CARGO DE ENGENHEIRO CIVIL LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal 279/2001 e Relatório Geral de Classificação do Concurso Público Edital nº 01/2018.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear conforme o Art. 9 e o Art. 10 da Lei Municipal 279/2001 e Relatório Geral de Classificação do Concurso Publico Edital nº 01/2018 a Senhora SARA CAROLINE DE SOUZA RAUBER, para o cargo de Engenheiro Civil, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, regime estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo valores fixados no anexo III da Lei Complementar 11 de 12 de março de 2009 e suas alterações.

Parágrafo Único. A posse ocorrerá no prazo de até trinta dias contados da publicação do ato de provimento. É de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes desta portaria serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Planalto Alegre – SC, em 25 de Junho de 2020.

JUARES BET
Prefeito Municipal
Registre-se e Publique-se

PORTARIA 078/2020

Publicação Nº 2551912

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 078/2020

DESLOCA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 35 da Lei Municipal nº 279, de 29 de novembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º Desloca o Servidor Publico Municipal, Sr. Jorge Luiz Agne, Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social para desempenhar suas atividades na Secretaria Municipal de Transportes, obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 06 de Julho de 2020.

JUARES BET
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA 079/2020

Publicação Nº 2551913

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 079/2020

CONCEDE LICENÇA REMUNERADA POR MOTIVO DE DOENÇA AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL CRISTIAN LUCAS MATTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 76 da Lei Municipal nº 279, de 29 de novembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidos 45 (quarenta e cinco) dias de licença por motivo de doença ao Servidor Público Municipal CRISTIAN LUCAS MATTE, lotado (a) na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos do dia 05/07/2020 a 18/08/2020, conforme atestado médico apresentado.

Paragrafo Único. De conformidade com o atestado médico o servidor ficará em benefício do INSS a partir do dia 20/07/2020.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 06 de Julho de 2020.

JUARES BET
Prefeito Municipal
Registre-se e Publique-se.

DECRETO 5023/2020

Publicação Nº 2551366



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

DECRETO Nº 5023, DE 6 DE JULHO DE 2020

**DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO
ADICIONAL SUPLEMENTAR, REDUÇÃO DE
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e em conformidade com a Lei Municipal nº 842/2019, etc;

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, no orçamento do MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, no valor de R\$ 46.500,00 (quarenta e seis mil e quinhentos reais), para as dotações orçamentárias constantes do Anexo I deste Decreto.

Art. 2 - Os recursos para cobertura do Crédito Adicional de que trata o art. 1 serão anulados dentro das categorias de programação de despesa do orçamento vigente, no valor correspondente, nas dotações constantes do Anexo I deste decreto.

Art. 3 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4 - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em 6 de julho de 2020

JUARES BET
PREFEITO MUNICIPAL



Data Lançamento: 06/07/2020
Código da Suplementação: 16

JUARES BET
PREFEITO MUNICIPAL

Pomerode

PREFEITURA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 015 / 2020 - PRORROGAÇÃO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Publicação N° 2551873

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 015 / 2020 PRORROGAÇÃO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Processo Administrativo n.º 010 / 2020. Pregão Presencial n.º 006 / 2020. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: ACESSE CONCURSOS LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO PARA PROVIMENTO DE CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DIRETA, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Justificativa: Prorrogação de execução contratual por mais 90 (noventa) dias, iniciando-se em 04/06/2020 e cessando em 03/09/2020, em virtude da paralisação das atividades contratadas devido ao enfrentamento da pandemia do coronavírus – COVID-19, conforme justificativa constante no termo aditivo. Ass.: Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode, Contratante / Luzia Geruza Ferreira, Representante Legal, Acesse Concursos Ltda, Contratada.

Pomerode / SC, 22 de Maio de 2020.
ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

RESOLUÇÃO Nº 008/2020/COMID

Publicação N° 2552199

RESOLUÇÃO Nº 008/2020/COMID

Dispõe sobre as Entidades inscritas no processo de Escolha da Sociedade Civil do Conselho Municipal do Idoso de Pomerode, Gestão 2020/2022.

O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE POMERODE, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 176, de 31 de Agosto de 2009, pelo Regimento Interno aprovado pelo Decreto Municipal nº 3.064 de 14 de Março de 2016 e em conformidade com o Edital nº 001/2020,

RESOLVE:

Art. 1º - Informar as entidades inscritas no processo de Escolha da Sociedade Civil do Conselho Municipal do Idoso de Pomerode, Gestão 2020/2022.

- 1) Centro de Convivência Pommernheim;
- 2) Ordem dos Advogados do Brasil – OAB- Subseção Blumenau;
- 3) Hospital e Maternidade Rio do Texto;
- 4) Paróquia Evangélica de Confissão Luterana São Lucas;
- 5) Clube Sênior de Pomerode;

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 06 de Julho de 2020.
Fabiana Bertagnolli
Presidente do Conselho Municipal do Idoso de Pomerode – COMID

RESOLUÇÃO Nº 3.540/2020

Publicação N° 2552058

MUNICÍPIO DE POMERODE
Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos – FAP

RESOLUÇÃO Nº 3.540/2020

RETIFICA O ART. 1º DA RESOLUÇÃO Nº 3.539 QUE CONCEDEU O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ COM PROVENTOS INTEGRAIS E COM DIREITO À PARIDADE PARA A SERVIDORA ROSELI MARIA WECK ANDRÉ

O Conselho Administrativo do FAP – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Inciso III do no Art. 68, parágrafo único, da Lei Complementar nº 122/2005,

RESOLVE

Art. 1º RETIFICAR o Art. 1º da Resolução nº 3.539, de 26 de junho de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º CONCEDER o benefício APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, com fundamento no Art. 12, Inciso I, Alínea “a” e Art. 14, da Lei Complementar Municipal nº 122/2005, com o Art. 40, §1º, I, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com redação dada pela EC 41/2003 e com o Art. 6-A da EC 41/2003 acrescido pela EC 70/2012, com provento calculado proporcionalmente sobre o último vencimento e com direito à paridade remuneratória, em favor de Roseli Maria Weck André, servidora pública efetiva, nomeada por concurso público em 01/06/1998 para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Escolar – Nível I, lotada com 40 horas semanais na Escola de Educação Básica Municipal “Duque de Caxias” e com vencimentos de Referência 204, Classe E, Grupo 1, Anexo IV, da Lei Complementar Municipal nº 292, 09 de março de 2016, em conformidade com o Processo Administrativo FAP nº 2.224/2020.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Pomerode, 03 de julho de 2020.

Edson Tafner
Presidente do Conselho Administrativo

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 375/2020

Publicação Nº 2552141

DECRETO Nº 375/2020, DE 16 DE JUNHO DE 2020.

“DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Art. 7º da Lei Municipal nº. 2.386, de 12 de novembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento do exercício de 2020 no valor de até R\$ 357.302,15 (Trezentos e Cinquenta e Sete Mil e Trezentos e Dois Reais e Quinze Centavos), destinado a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTE SERRADA

Unidade: 11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.1001.2036 - MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA SAÚDE

Modalidade de Aplicação: 31.90.00.00

Fonte de Recursos: 0.1.53.1153.00 – 4 - R\$ 120.000,00

Órgão: 03.001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Unidade: 03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

04.122.402.2004 - MANUTENÇÃO DAS ATIV. ADMINISTRATIVAS

Modalidade de Aplicação: 31.90.00.00

Fonte de Recursos: 0.1.53.1153.00 – 7 - R\$ 50.000,00

Órgão: 06.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 06.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.801.2017 - MANUT. FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Modalidade de Aplicação: 31.90.00.00

Fonte de Recursos: 0.1.53.1153.00 – 50 - R\$ 100.000,00

Órgão: 08.001 - SECRETARIA TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS / DEPARTAMENTO DE TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS

Unidade: 08.01 – DEPARTAMENTO DE TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS

26.782.2601.2027 - MANUT. DEPTO DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS

Modalidade de Aplicação: 31.90.00.00

Fonte de Recursos: 0.1.53.1153.00 – 86 - R\$ 42.172,09

Órgão: 09.001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Unidade: 09.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

28.846.2800.2034 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA E ENCARGOS

Modalidade de Aplicação: 33.90.00.00

Fonte de Recursos: 0.1.53.1153.00 – 91 - R\$ 3.153,18

Órgão: 09.001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Unidade: 09.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

28.846.2800.2034 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA E ENCARGOS

Modalidade de Aplicação: 33.90.00.00

Fonte de Recursos: 0.1.52.1152.00 – 91 - R\$ 419,83

Órgão: 06.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 06.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.801.2017 - MANUT. FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Modalidade de Aplicação: 33.90.00.00

Fonte de Recursos: 0.1.53.1152.00 – 52 - R\$ 41.557,05

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento do exercício de 2020 no valor de R\$ 185.679,00 (Cento e Oitenta e Cinco Mil e Seiscentos e Setenta e Nove Reais), destinado a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTE SERRADA

Unidade: 11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.1001.1063 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS – SAÚDE

Modalidade de Aplicação: 44.90.00.00

Fonte de Recursos: 0.1.63.1163.00 – 2 - R\$ 185.679,00

Art. 3º. Para cobertura do crédito de que trata o Art. 1º, no valor de R\$ 357.302,15 (Trezentos e Cinquenta e Sete Mil e Trezentos e Dois Reais e Quinze Centavos) serão utilizados recursos do Excesso de Arrecadação.

Art. 4º. Para cobertura do crédito de que trata o Art. 3º, no valor de R\$ 185.679,00 (Cento e Oitenta e Cinco Mil e Seiscentos e Setenta e Nove Reais), serão utilizados recursos do Excesso de Arrecadação do convênio 2020TR000133.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE JUNHO DE 2020.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.

Porto Belo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PRG 052/2020 - PMPB

Publicação N° 2551340

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

MULTIENTIDADES

Modalidade de licitação: Pregão Presencial - Registro de Preço - N° 052/2020 - PMPB

Tipo de licitação: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: REGISTRO DE PREÇO - Aquisição de óleo diesel S500 destinado à manutenção da frota mecanizada das Secretarias, Fundos e Fundações do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I deste edital.

Recebimento das Propostas: Até 08h30min do dia 17/07/2020, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 09h00min do dia 17/07/2020, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 248 ou pelo e-mail licitacao2@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 07 de Julho de 2020.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

DECRETO N° 2466, DE 6 DE JULHO DE 2020

Publicação N° 2551844

DECRETO N° 2466, DE 6 DE JULHO DE 2020

Declara situação de emergência no Município de Porto Belo, especificamente na área determinada, Cobrade 1.3.2.1.5, conforme IN/MI nº 02/2016.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, e:

Considerando que no dia 30 de junho de 2020 o Município Porto Belo foi atingido por fortes ventos (Vendaval), caracterizado por rajadas de vento estimadas entre 100 Km/h, tendo como consequência do desastre, os danos e prejuízos, constantes do Formulário de Informações do Desastre, apresentado pela Defesa Civil do Município;

Considerando que o Relatório do Parecer do Ciclone Extra Tropical nº 062/DCPB/COMPDEC/2020 de 3 de julho de 2020, da Diretoria da Defesa Civil de Porto Belo, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência;

Considerando que concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário, da população e o despreparo da Defesa Civil local, frente ao Desastre, considerado de padrão súbito e de difícil previsibilidade, DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência em todo o território do Município de Porto Belo, em virtude do desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos anexos a este Decreto classificado e codificado como VENDAVAL - (COBRADE:1.3.2.1.5), conforme IN/MI nº 02/2016.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Diretoria de Proteção e Defesa Civil de Porto Belo nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Diretoria da Defesa Civil de Porto Belo.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do art. 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I - penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º Com base no inciso IV do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Porto Belo - SC, aos 6 dias do mês de julho de 2020.

EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

DECRETO Nº 2467, DE 6 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2551853

DECRETO Nº 2467, DE 6 DE JULHO DE 2020

Estabelece medidas e procedimentos para o enfrentamento da emergência de Saúde Pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e,

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde, de 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus;

Considerando o Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020, que declarou estado de calamidade pública em todo o território catarinense, para fins de enfrentamento à epidemia da COVID-19;

Considerando o aumento dos casos confirmados de COVID-19 no Município de Porto Belo e a necessidade de regulamentar medidas para a contenção do vírus, DECRETA:

Art. 1º Fica determinado que os mercados, supermercados e estabelecimentos similares deverão obedecer às seguintes medidas:

- I - o controle de acesso a 1 (uma) pessoa por família, de preferência fora do grupo de risco;
- II - a fixação, de um horário exclusivo para o atendimento de clientes do grupo de risco da pandemia;
- III - a proibição de entrada de pessoas acompanhadas, independentemente de laços familiares;
- IV - a proibição de entrada de criança menores de 10 (dez) anos.

Parágrafo Único. As demais medidas de higienização e afastamento mínimo deverão ser mantidas, conforme legislação vigente.

Art. 2º Fica determinado que as igrejas, templos religiosos e afins deverão obedecer às seguintes medidas:

- I - a proibição a participação de criança menores de 10 (dez) anos e pessoas com mais de 60 (sessenta) anos em cerimônias, celebrações, missas e cultos presenciais.

Parágrafo Único. Deverão ser obedecidas as demais medidas estabelecidas na Portaria SES nº 254, de 20 de abril de 2020, da Secretaria de Estado de Saúde.

Art. 3º Os efeitos deste Decreto se aplicam durante o prazo indeterminado, sendo que a liberação dependerá da melhora dos quadros apresentados pelos boletins emitidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 6 dias do mês de julho de 2020.

EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

DECRETO Nº 2468 DE 06 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2551575

DECRETO Nº 2.468, DE 06 DE JULHO DE 2020.

"Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 17 da Lei Municipal nº 2.840/2019". O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 92.591,12 (Noventa e dois mil, quinhentos e noventa e um reais e doze centavos), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 11 – Fundo Municipal de Segurança Pública
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Segurança Pública
Funcional Programática: 0006.0182.0007
Atividade: 2.027 – Manutenção do Convênio de Trânsito/Polícia Militar
Modalidade de Aplicação: 3.3.30.00.00.00.00 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal
Fonte de Recurso: 03100000 - SF: Convênio de Trânsito - Militar
Valor: R\$ 92.591,12

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado no Exercício de 2019 por conta dos recursos Convênio de Trânsito - Militar na importância de R\$ 92.591,12 (Noventa e dois mil, quinhentos e noventa e um reais e doze centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 06 de julho de 2020.

EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO 035/2020 - FMS

Publicação Nº 2551303

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de PORTO BELO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 035/2020 – FMS

O Município de Porto Belo (SC), torna público a dispensa de licitação nº 034/2020 - FMS em conformidade com fulcro no artigo 2º, caput e § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; nos artigos 3º e 18 do Decreto Federal nº 6.017/07; nos artigos 2º, 4º, 7º, 13, 33, II, 43, 49, no artigo 24, inciso XVI, segunda parte, da Lei Federal nº 8.666/93.

Processo nº 083/2020 - FMS

Objeto: Aquisição de teste rápido para sorologia de pacientes e profissionais de saúde com suspeita de COVID-19 para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Belo.

Contratado: UNIK COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA

Valor: R\$ 17.988,00 (dezesete mil, novecentos e oitenta e oito reais).

Homologado: 03/07/2020.

Porto Belo / SC, 03 de Julho de 2020

Jainara S. Nordio
Secretária de Saúde

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 132, DE 6 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2551180

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 132, DE 6 DE JULHO DE 2020

Altera a Lei Complementar Municipal nº 130/2020, que Institui o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Porto Belo - REFIS, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o art. 2º da Lei Complementar Municipal nº 130, de 29 de abril de 2020, que instituiu o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Porto Belo - REFIS, que passará a ter a seguinte redação:

Art. 2º O interessado em aderir ao REFIS poderá fazê-lo até 31 de agosto de 2020, através da assinatura do Termo de Opção ao REFIS.

Art. 2º Os demais dispositivos legais da Lei Complementar Municipal nº 130, de 29 de abril de 2020, não modificados por esta Lei, permanecem inalterados

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 6 dias do mês de julho de 2020.

EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

Porto União

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 005/2020 - F.A.S

Publicação Nº 2551987

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 008/2020 – F.A.S.
Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 005/2020 – Exclusivo – ME – EPP – MEI.

O Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por ITEM, do tipo Eletrônico, para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site "www.portaldecompraspublicas.com.br" até às 08h00min do dia 14 de julho de 2020, com início da mesma às 08h30min no mesmo site e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União "www.portouniao.sc.gov.br" e no site "www.portaldecompraspublicas.com.br". Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 06 de julho de 2020.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 043/2020

Publicação Nº 2551991

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 125/2020.
Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 043/2020 – Exclusivo – ME – EPP – MEI.

O Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por ITEM, do tipo Eletrônico, para a AQUISIÇÃO DE CARGAS DE GÁS, somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site "www.portaldecompraspublicas.com.br" até às 08h00min do dia 20 de julho de 2020, com início da mesma às 08h30min no mesmo site e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União "www.portouniao.sc.gov.br" e no site "www.portaldecompraspublicas.com.br". Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 06 de julho de 2020.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 011/2020

Publicação Nº 2552012

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório nº 126/2020
Inexigibilidade de Licitação nº 011/2020

Caracterização da Situação: O Município necessita contratar empresa que preste serviços de gerenciamento, divulgação e publicação dos Atos Legais.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente a contratação de empresa que preste serviços de gerenciamento, divulgação e publicação dos Atos Legais, compreendendo:

IMPLANTAÇÃO, CONSOLIDAÇÃO POR DENTRO DO TEXTO, COMPILAÇÃO E VERSIONAMENTO DOS ATOS OFICIAIS com a disponibilização em plataforma online para consulta direcionada no portal oficial da Prefeitura e via aplicativo mobile para sistemas Android e iOS;

INTEGRAÇÃO DAS LEIS ESTADUAIS no banco de dados da legislação municipal, inclusive quando citadas dentro das próprias normas municipais, para consulta e acesso em um único ambiente de pesquisa;

PUBLICAÇÃO E CONSULTA DE DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS de efeito interno (pareceres, ofícios, despachos, etc.), com possibilidade de acesso exclusivo e restrito aos servidores municipais; e

ACESSO EXCLUSIVO A BANCO DE DADOS COMPREENDENDO A LEGISLAÇÃO DE MUNICÍPIOS E ESTADOS BRASILEIROS em um único ambiente de pesquisa, com mais de 4 milhões de normas disponibilizadas.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa Liz Serviços Online Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 03.725.725/0001-35, uma vez que está configurada, conforme as Declarações de Exclusividade expedidas pela Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da

Informação, Software e Internet – ASSESPRO e pela Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação – ABRAT – anexas ao processo -, a exclusividade do serviço, contatando-se portanto a inviabilidade de competição.

Do Preço: O valor total a ser pago será de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), sendo em 12 (doze) parcelas.

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o: Órgão 0200 – Poder Executivo Porto União

Unidade 0204 – Secret. Municipal de Administração e Esportes

Atividade 2005 – Manutenção Secret. Municipal de Administração e Esportes

Modalidade 3390-100 – Aplicações Diretas

Cód. 12

Complemento 33903999 – Outros Serviços de Terceiros - PJ

Da Justificativa: A presente inexigibilidade encontra respaldo no art. 25 da Lei 8.666/93, já que restou evidenciada a inviabilidade de competição, face os motivos já expostos.

Porto União, 06 de julho de 2020.

LUIZ RICARDO FANTIN

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Decreto 912/2020

PORTARIA Nº 042/2020

Publicação Nº 2552157

PORTARIA Nº 042, de 03 de julho de 2020.

Prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada pela Portaria nº 022, de 05 de maio de 2020, alterada pela Portaria nº 026, de 28 de maio de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, da Lei Orgânica do Município,

DETERMINA:

Art. 1º PRORROGA por mais 60 (sessenta) dias, sem ônus para o Município, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada pela Portaria nº 022, de 05 de maio de 2020, alterada pela Portaria nº 026, de 28 de maio de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de julho de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 043/2020

Publicação Nº 2552161

PORTARIA Nº 043, de 03 de julho de 2020.

Prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada pela Portaria nº 019, de 29 de abril de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, da Lei Orgânica do Município,

DETERMINA:

Art. 1º PRORROGA por mais 60 (sessenta) dias, sem ônus para o Município, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada pela Portaria nº 019, de 29 de abril de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, tendo seus efeitos retroagidos a 29 de junho de 2020.

Porto União (SC), 03 de julho de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 003/2020

Publicação Nº 2552032

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 003/2020

Nº DO ESTADO _____/_____

Termo de Cessão de Uso que entre si celebram o Município de Porto União e o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC.

O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO situado à Rua Padre Anchieta nº 126, Centro, inscrito no CNPJ nº 83.102.541/0001-58, doravante denominado CEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Eliseu Mibach, portador da Carteira de Identidade nº 1.331.349 - SSP/SC e CPF nº 501.086.709-53, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, situado à Rua Almirante Lamego, 381, Centro – Florianópolis, inscrito no CNPJ nº 06.096.391/0001-76, doravante denominado CESSIONÁRIO, neste ato representado por seu Comandante-Geral Coronel BM Charles Alexandre Vieira, portador do CPF nº 822.869.149-15, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Uso, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente termo é a cessão de uso pelo CEDENTE em favor do CESSIONÁRIO, a título gratuito, o seguinte bem móvel adquirido com recursos da CONTA CONVÊNIO-PREFEITURA/CBMSC, em cumprimento ao Convênio Nº 021/2016, firmado entre as partes:

I- 01 (um) veículo marca GM, modelo Corsa Corsa Hatch Maxx, combustível álcool/gasolina, ano de fabricação/modelo 2009, cor vermelha, chassi nº 9BGXH68P09B275233, placa MGQ4494, Código Renavam 141161841, com todos os equipamentos obrigatórios.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO

O bem destina-se à manutenção e execução dos serviços do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, ficando o CESSIONÁRIO responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES

I - São obrigações do CESSIONÁRIO:

- a) usar o bem exclusivamente para o fim a que se destina;
- b) não transferir ou ceder o bem a terceiros;
- c) zelar pela guarda do bem, comunicando ao CEDENTE a ocorrência de qualquer acidente;
- d) responsabilizar-se por eventuais transgressões à legislação de trânsito (ou análoga) e pelos efeitos dessas;
- e) arcar com os custos de abastecimento, conservação, manutenção e reposição das peças necessárias à conservação e uso do bem, além de pagar todos os impostos e taxas incidentes sobre os bens deste termo, inclusive Seguro Total do veículo.

II - São obrigações do CEDENTE:

- a) arcar com os custos elencados na letra "e", item I, da cláusula terceira em casos de justificada emergência administrativo-operacional através da conta/Convênio nº 021/2016, autorizado pela Lei Municipal nº 4.427, de 30 de novembro de 2016, entre o município e o CBMSC.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento do Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros - FUMCBM e, nos casos de necessidade, da conta/convênio, conforme item II da cláusula terceira.

CLÁUSULA QUINTA - DA CARACTERIZAÇÃO

Enquanto durar a presente Cessão de Uso o bem integrará a frota do CESSIONÁRIO, caracterizado por suas cores, símbolos e placas (licenças) específicos.

CLÁUSULA SEXTA - DA DEPRECIÇÃO

Por conta do presente acordo, o objeto desta Cessão de Uso será utilizado no serviço de bombeiro, o qual será devolvido, quando da rescisão ou expiração deste instrumento, no estado em que se encontrar, desgastado pelo seu uso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO

Este Termo de Cessão de Uso reger-se-á, no que couber, pelas normas estabelecidas no inciso IX do Artigo 8º da Constituição Estadual, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações e na Lei Municipal nº 4.626, de 26 de novembro de 2019.

CLÁUSULA OITAVA - PRAZO E VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará por 05 (cinco) anos, a contar da data de assinatura, podendo ser denunciado a qualquer

tempo, se assim for do interesse de qualquer dos acordantes, mediante comunicação prévia de, no mínimo, 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA NONA - DOS TERMOS ADITIVOS

Este Termo de Cessão de Uso poderá ser alterado e/ou prorrogado através de Termos Aditivos, de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Porto União – SC, renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo, junto com duas testemunhas.

_____ (SC), _____ de _____ de 2020.

Eliseu Mibach
Prefeito Municipal de Porto União

Coronel BM – Charles Alexandre Vieira
Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros
Militar de Santa Catarina

Testemunhas:

Ruan Guilherme Wolf
Secretário M. de Administração e Esporte
CPF nº 088.388.169-13

Marcos Luciano Colla
Capitão BM Comandante da 3ª/9ª BBM
CPF nº 925.582.919-04

Praia Grande

PREFEITURA

DECRETO Nº 052/2020 - SITUAÇÃO EMERGÊNCIA VENDAVAL

Publicação Nº 2551297

DECRETO Nº 052/2020

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NA ÁREA DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE EM RAZÃO DA TEMPESTADE LOCAL/CONVECTIVA - VENDAVAL – 1.3.2.1.5 COBRADE.

HENRIQUE MATOS MACIEL, Prefeito do Município de Praia Grande, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 83, VII, da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a competência do Município para disciplinar, por meio de ato normativo, os assuntos de interesse local;

Considerando que compete ao Prefeito Municipal o reconhecimento de condições anormais que possam ser caracterizadas como situação de emergência, na forma do art. 1º da Instrução Normativa n. 2, de 20 de dezembro de 2016 do então denominado Ministério da Integração Nacional;

Considerando que há manifestação favorável da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Praia Grande quanto ao reconhecimento da situação de emergência.

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado Situação de Emergência em razão da Tempestade Local/Convectiva - Vendaval (Cobrade 1.3.2.1.5) no município de Praia Grande/SC.

Art. 2º Para enfrentamento da Situação de Emergência no município, ficam designadas para o desencadeamento das ações necessárias as Secretarias de Assistência Social, Desenvolvimento Urbano e Obras, Educação, Saúde, Administração e Finança, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 4º - Revogam-se o decreto nº 049/2020.

Praia Grande, 02 de julho de 2020.

Henrique Matos Maciel
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria de Administração e Finanças na data supracitada.

Varner de Oliveira
Secretário de Administração e Finanças

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 63/2020

Publicação Nº 2551390

EXTRATO DE CONTRATO

Nº 63/2020

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
CONTRATADA:	RODAMAX COMÉRCIO DE PNEUS, LUBRIFICANTES E ACESSÓRIOS LTDA ME
OBJETO:	O objeto do presente instrumento consiste na contratação de empresa especializada para a aquisição de óleos lubrificantes e hidráulicos, a fim de atender a demanda da frota de veículos e maquinários do Município de Presidente Castello Branco/SC, no ano de 2020.
VALOR:	O preço total ajustado para o fornecimento dos itens é a importância de R\$ 15.166,00 (quinze mil, cento e sessenta e seis reais, valor este que o Contratante pagará à Contratada. O pagamento devido à Contratada será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens e efetiva apresentação da nota fiscal, que será feito através de crédito em conta, na instituição financeira Caixa Econômica Federal, Agência: 0481-2 e Conta Corrente Nº 0030011348.
FISCAL DO CONTRATO:	O presente contrato será fiscalizado pelo servidor municipal Sr. Eduardo Vinicio Nardi, representando neste ato o Município, conforme Portaria nº P/0875/2020, de 06 de julho de 2020, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.
VIGÊNCIA:	31/12/2020

EXTRATO DE CONTRATO Nº 64/2020

Publicação Nº 2551563

EXTRATO DE CONTRATO

Nº 64/2020

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
CONTRATADA:	CONCEITO COMERCIO E DISTRIBUIDORA EIRELI
OBJETO:	O objeto do presente instrumento consiste na contratação de empresa especializada para a aquisição de óleos lubrificantes e hidráulicos, a fim de atender a demanda da frota de veículos e maquinários do Município de Presidente Castello Branco/SC, no ano de 2020.
VALOR:	O preço total ajustado para o fornecimento dos itens é a importância de R\$ 17.039,80 (dezesete mil, trinta e nove reais e oitenta centavos), valor este que o Contratante pagará à Contratada. O pagamento devido à Contratada será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens e efetiva apresentação da nota fiscal, que será feito através de crédito em conta, na instituição financeira Banco do Brasil, Agência: 5395-3 e Conta Corrente Nº 8594-4.
FISCAL DO CONTRATO:	O presente contrato será fiscalizado pelo servidor municipal Sr. Eduardo Vinicio Nardi, representando neste ato o Município, conforme Portaria nº P/0875/2020, de 06 de julho de 2020, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.
VIGÊNCIA:	31/12/2020

EXTRATO DE CONTRATO Nº 65/2020

Publicação Nº 2551780

EXTRATO DE CONTRATO

Nº 65/2020

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
CONTRATADA:	DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES PETRO OESTE EIRELI,
OBJETO:	O objeto do presente instrumento consiste na contratação de empresa especializada para a aquisição de óleos lubrificantes e hidráulicos, a fim de atender a demanda da frota de veículos e maquinários do Município de Presidente Castello Branco/SC, no ano de 2020.
VALOR:	O preço total ajustado para o fornecimento dos itens é a importância de R\$ 4.826,00 (quatro mil, oitocentos e vinte e seis reais), valor este que o Contratante pagará à Contratada. O pagamento devido à Contratada será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens e efetiva apresentação da nota fiscal, que será feito através de crédito em conta, na instituição financeira Sicoob 756, Agência: 4351 e Conta Corrente Nº 38022-9.
FISCAL DO CONTRATO:	O presente contrato será fiscalizado pelo servidor municipal Sr. Eduardo Vinicio Nardi, representando neste ato o Município, conforme Portaria nº P/0875/2020, de 06 de julho de 2020, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.
VIGÊNCIA:	31/12/2020

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE TÍTULOS Nº 02/2020

Publicação Nº 2552128

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE TÍTULOS Nº 02/2020

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público que estão abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE TÍTULOS Nº 02/2020, para contratação em caráter temporário pelo prazo inicial de 90 (noventa) dias prorrogáveis por mais 90 (noventa) dias, para preenchimento do cargo de Contador. A presente Seleção Pública Simplificada ocorrerá no âmbito do Município de Presidente Castello Branco, sendo que as inscrições serão realizadas gratuitamente no período do dia 06 de julho de 2020 ao dia 20 de julho de 2020, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 7:30h às 11:30h e das 13h00min às 16h30min, na Secretaria Municipal de Administração localizada na sede administrativa municipal, situada à Rua Alberto Ernesto Lang, 29, Centro, do Município de Presidente Castello Branco/SC, Telefone (49)3457 -1122. O edital e maiores informações poderão ser obtidas no site do município www.castellobranco.sc.gov.br.

Presidente Castello Branco (SC), 06 de julho de 2020.

ADEMIR DOMINGOS MIOTTO.
Prefeito Municipal.

Presidente Getúlio

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 694/2020

Publicação Nº 2551988

PORTARIA Nº 694/2020
NOMEIA PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 10 e 11 da Lei Complementar nº 2287/2008 de 28 de fevereiro de 2008, combinado com o artigo 9º da Lei Complementar nº 2289/2008 de 28 de fevereiro de 2008 e considerando o resultado do Concurso Público homologado em 20 de janeiro de 2020, de que trata o Edital nº 01/2019, resolve,
NOMEAR:

A partir de 06 de julho de 2020, LISSANDRA KRENKEL DA SILVA, para o cargo de PROFESSORA DE ARTES, Nível 01, Classe A, do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, com uma carga horaria de 10 (dez) horas semanais de trabalho na EMEB Tancredo Neves e 30 (trinta) horas semanais na EMEB Guilherme Rotermeil, subordinada à Secretaria da Educação, Cultura e Desporto –SECULDE.
Presidente Getúlio - SC em, 06 de julho de 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO, 06 DE JULHO DE 2020
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.238/2018

PORTARIA Nº. 695/2020

Publicação Nº 2551995

PORTARIA Nº 695/2020
NOMEIA PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 10 e 11 da Lei Complementar nº 2287/2008 de 28 de fevereiro de 2008, combinado com o artigo 9º da Lei Complementar nº 2289/2008 de 28 de fevereiro de 2008 e considerando o resultado do Concurso Público homologado em 20 de janeiro de 2020, de que trata o Edital nº 01/2019, resolve,
NOMEAR:

A partir de 06 de julho de 2020, PRISCILA ROZA, para o cargo de PROFESSORA DE INGLÊS, Nível 01, Classe A, do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, com uma carga horaria de 20 (vinte) horas semanais de trabalho nas EMEB Caminho Helvécia. EMEB Franz Schneider e EMEB Walter Buss, subordinada à Secretaria da Educação, Cultura e Desporto –SECULDE.
Presidente Getúlio - SC em, 06 de julho de 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO, 06 DE JULHO DE 2020
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.238/2018

PORTARIA Nº. 696/2020

Publicação Nº 2552219

PORTARIA Nº 696/2020
ADMITE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 98, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 1º e 2º, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 2338/2013, e tendo em vista o resultado do Chamada Publica nº 02/2020, quadro de vagas 001, resolve,

ADMITIR:

A partir do dia 06 de julho de 2020, DENISE HEINZEN, para o cargo de Professor de Ciências, com função do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo – em Caráter Contratual - da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, subordinada à Secretaria de Educação Cultura e

Desporto – SECULDE, com designação para a EMEB Tancredo Neves, com carga horária semanal de 10 (dez) horas, até abertura de Concurso Público, com prazo até 11 de dezembro de 2020.

Presidente Getúlio - SC em, 06 de julho de 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA
PRESIDENTE GETÚLIO/SC, 06 DE JULHO DE 2020.
ATO OFICIAL NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL N° 3.237/2018

PORTARIA N°. 697/2020

Publicação N° 2552220

PORTARIA N° 697/2020
ADMITE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal do Brasil, e de acordo com o Artigo 1º e Artigo 2º, Inciso VII e artigo 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 2.338/2013 e inciso IX, do artigo 98 da Lei Orgânica Municipal, considerando o resultado do Chamamento Público 06/2020, resolve,

ADMITIR:

A partir do dia 07 de julho de 2020, JULIA SOARES PEREIRA, como Médica da Estratégia da Saúde da Família - ESF, para o Quadro de Pessoal de Provimento Contratual da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, com designação para o Posto de Atendimento Básico, subordinado à Secretaria da Saúde - SESA, cumprindo a carga horária de 40 horas semanais, contrato com vigência de até 12 (doze) meses.

Presidente Getúlio - SC em, 06 de julho de 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO, 06 DE JULHO DE 2020.
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N° 3.237/2018.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 30/2020

Publicação N° 2551210

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO

TOMADA DE PRÇOS N°. 3/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 30/2020

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

ATA DE AVALIAÇÃO DA PROPOSTA

Finalidade: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LEVANTAMENTO CADASTRAL, PROCESSAMENTO DE DADOS, FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS (SIG) MULTIFINALITÁRIO, FORNECIMENTO DE IMAGEM DE ALTA RESOLUÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO

Às nove hora(s) e dezoito minuto(s), do terceiro dia, do mês de Julho de dois mil e vinte na sala de licitações do(a) MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, presentes a presidente da comissão Cilene Joice Dietrich, a secretária Margarete Caxoeira Possamai e a membro Elisiane Ignês Braatz; ausente a vice-presidente da comissão Valéria Effting, em razão de procedimento cirúrgico a ser realizado. Compareceu ainda o Representante Legal da licitante, Felipe Holanda Santos. Foi realizada a abertura do Envelope de Proposta de Preços. A classificada GEOMAS GEOTECNOLOGIA LTDA. apresentou a proposta de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), e obteve pontuação de preço de 20. De acordo com o item 09.3.6 do Edital, portanto, ficou definida a pontuação de 20 na Proposta de Preços. Em seguida, em razão da técnica de 25 pontos obtida pela licitante, realizou-se a Classificação Final de acordo com o item 09.4, obtendo-se a nota final de 23,50 pontos. Em razão da pontuação obtida, a empresa GEOMAS GEOTECNOLOGIA LTDA. foi classificada na primeira colocação para execução do objeto da Tomada de Preços nº 03/2020.

Nada mais havendo a tratar após ser lida e aprovada será assinada e encerrada a presente ata.

PRESENTES



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

CILENE JOICE DIETRICH
Presidente

MARGARETE CAXOEIRA POSSAMAI
Secretária

ELISIANE IGNES BRAATZ
Membro

FELIPE HOLANDA DOS SANTOS
Representante Legal
GEOMAIIS GEOTECNOLOGIA LTDA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53/2020

Publicação Nº 2552528

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 4/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53/2020

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

Presentes: Comissão Permanente de Licitações do(a) MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO, na oportunidade integrada pelas servidoras CILENE JOICE DIETRICH, ELISIANE IGNES BRAATZ, MARGARETE CAXOEIRA POSSAMAI, VALERIA EFFTING, presidente e membros, respectivamente.

Pauta: Julgamento das propostas de preços modalidade Tomada de Preços nº 4/2020, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS NO PARQUE EXPOSIÇÃO THEODOR RICHARD MAIER.

Síntese dos fatos e deliberação: Participam desta fase a empresa CONSTRUTORA F & F EIRELI - EPP. Analisadas as propostas apresentadas e de acordo com o mapa de preços em anexo, a Comissão de Licitações decidiu:

1) Classificar, pelo critério de menor preço, em 1º lugar as empresas que seguem para os respectivos itens:
Fornecedor: CONSTRUTORA F & F EIRELI - EPP

CONSTRUÇÃO DO CENTRO MÚLTIPLO USO E PAVIMENTAÇÃO DO PATIO NO PARQUE EXPOSIÇÃO THEODOR RICHARD MAIER

Total do Vencedor: R\$1.124.233,04

Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, a Comissão de Licitações encerrou os trabalhos. A presente Ata vai assinada pelos membros da Comissão.

Presidente Getúlio, 06 de julho de 2020.

CILENE JOICE DIETRICH
Presidente

VALERIA EFFTING
Vice-Presidente

MARGARETE CAXOEIRA POSSAMAI
Secretária

ELISIANE IGNES BRAATZ
Membro

Presidente Nereu

PREFEITURA

PORTARIA 311/2020

Publicação Nº 2552708

PORTARIA Nº 311, DE 01 DE JULHO DE 2020.
NOMEIA FISCAL DE CONTRATO

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas no inciso VII, do Art. 65, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990.

CONSIDERANDO a Constituição da República Federativa de 1988, em especial o artigo 37, a Lei Federal nº 10.520/02, que institui a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências, o Decreto Federal nº 7.892/13, que Regulamenta o Sistema de Registro de Preço e o artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que dispõem sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal.

CONSIDERANDO as recomendações contidas na Recomendação 009/2017/05PJ/RSL, de 23 de maio de 2017, da 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Rio do Sul - SC.

RESOLVE:

Art. 1º Designar como Fiscal de Contratos a Servidora IZALENE THEISS DA ROSA, matrícula nº 45454-0, servidora efetiva no cargo de Assistente Social.

Art. 2º Ao Fiscal de Contratos, ora nomeado, garantidas pela administração as condições para o desempenho do cargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá, no que for compatível com os contratos em execução relacionados à área da Secretaria Municipal de Assistência Social.

I – Acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

II – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

III – Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;

IV – Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

V – Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

VI – Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

VII – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

VIII – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

IX – Encaminhar à autoridade competente eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

X – Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

XI – Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;

XII – Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.

Art. 3º Ao Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Compras, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, dos Editais de Licitação e de todos os seus anexos e dos Contratos com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos e de outros documentos pertinentes aptos a garantir-lhe o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.

Art. 4º Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 5º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, revogando-se a Portaria Nº 353/2019 de 10/12/2019.

Presidente Nereu, 01 de Julho de 2020.

ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

Princesa

PREFEITURA

DECRETO Nº 616 DE 06 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2551597

DECRETO Nº 616 DE 06 DE JULHO DE 2020

REVOGA O DECRETO Nº 588 DE 04 DE JUNHO DE 2020 QUE SUSPENDEU OS CONTRATOS CELEBRADOS COM MEIOS DE COMUNICAÇÃO – RÁDIOS AM E FM, PARA DIVULGAÇÃO DOS ATOS INSTITUCIONAIS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRINCESA, EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 69, II, VI, IX, X, da Lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO que o Poder Público possui como obrigação fundamental a observância da legislação vigente, especialmente da Constituição Federal e legislação eleitoral,

CONSIDERANDO, as Resoluções e normas que disciplinam as eleições de 2020, disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral;

CONSIDERANDO, a Emenda Constitucional nº 107 que autorizou para o segundo semestre de 2020, a realização de publicidade institucional de atos e campanhas dos órgãos públicos municipais destinados ao enfrentamento à pandemia da Covid-19, à orientação da população quanto a serviços públicos e a outros temas afetados pela pandemia;

DECRETA:

Art. 1º A revogação do decreto nº 588 de 04 de junho de 2020.

Art. 2. Comunique-se a retomada dos contratos mencionados no referido decreto.

Art. 3. Este decreto entra em vigência na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa,
Estado de Santa Catarina, 6 de julho de 2020.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 80.2020-PM - TOMADA DE PREÇOS 07.2020 - ASFALTO VISTA ALEGRE

Publicação Nº 2551430

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC
Processo Licitatório 80/2020-PM
Tomada de Preços 07/2020-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que está realizando licitação, na modalidade Tomada de Preços, do tipo Menor Preço Global, cujo objeto é "Contratação de pessoa jurídica especializada, para realizar a execução de REPERFILAGEM ASFÁLTICA sobre calçamento e sinalização viária na estrada geral de acesso a comunidade de Linha Vista Alegre, com área total de 9.437,40m²." A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC no dia 27 de julho de 2020 às 08h00min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 06 de julho de 2020. Edilson Miguel Volkweis, Prefeito Municipal.

Quilombo

PREFEITURA

DECRETO N° 180/2020 - DE 07 DE JULHO DE 2020

Publicação N° 2552785

DECRETO N°. 180/2020 - DE 07 DE JULHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE O CREDENCIAMENTO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS COM FINALIDADES DIAGNÓSTICAS POR ULTRASSONOGRAFIA, RESSONÂNCIA E TOMOGRAFIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal, em conformidade com o estabelecido na Lei Municipal 2.646/2017, de 04 de agosto de 2017 e o Edital de Credenciamento nº 03/2019/FMS;

DECRETA

Art.1º De acordo com o processo relativo ao Edital de credenciamento nº 03/2019/FMS, fica declarada credenciada a empresa CDIPSUL CLINICA DE DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM DO SUL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 09.427.099/0001-87, com sede na Av. Brasil, nº 230, Centro, Pato Branco/PR, para prestação de serviços de PROCEDIMENTOS COM FINALIDADES DIAGNÓSTICAS POR ULTRASSONOGRAFIA, RESSONÂNCIA E TOMOGRAFIA, para atendimento de pacientes usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme Edital de Credenciamento nº 03/2019/FMS.

Art. 2º Os termos da contratação e a vigência serão estabelecidos em contrato de credenciamento, de acordo com a minuta anexa ao Edital de Credenciamento nº 03/2019/FMS.

Art. 3º As despesas do presente decreto correrão por conta do Fundo Municipal de Saúde da Secretaria de Saúde do município de Quilombo/SC.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 07 de julho de 2020.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicado

Em ____/07/2020.

Lei Municipal nº 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos

Funcionário Designado

DECRETO N° 178/2020 - DE 30 DE JUNHO DE 2020

Publicação N° 2552806

DECRETO N° 178/2020 – DE 30 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O ANO DE 2020.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IX do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.838/2020, de 29 de junho de 2020,

DECRETA:

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento Fundo Municipal de Saúde de Quilombo no ano de 2020, no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 2.794/2019 de 14 de novembro de 2019, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	07.00
Unidade	FDO MUN.DE SAÚDE DE QUILOMBO	07.01
Função	Saúde	10
Subfunção	Atenção Básica	301
Programa	GESTÃO DE SAÚDE MUNICIPAL	0016
Ação	SAÚDE DA FAMÍLIA/SF/FMS	2.077
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
		Valor (R\$)

(33)	Aplicação Direta-3.3.90	01.38 –Transf. SUS/União	200.000,00
Valor Total R\$:			200.000,00

Art.2º O recurso para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior, decorrerá da anulação da importância de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 2.794/2019 de 14 de novembro de 2019, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	07.00
Unidade	FDO MUN.DE SAÚDE DE QUILOMBO	07.01
Função	Saúde	10
Subfunção	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa	GESTÃO DE SAÚDE MUNICIPAL / REGIONAL	0017
Ação	MÉDIA/ALTA COMPLEX/CAPS/FMS	2.083
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(61)	Aplicação Direta-3.3.90	01.38 –Transf. SUS/União
Valor Total R\$:		

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 30 de junho de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicado
Em __/07/2020 EDGAR D.BERLANDA
Lei Municipal nº 1087/1993 TC/CRC/SC 15.171/0/1

Tairone Padilha dos Santos
Funcionário Designado

DECRETO Nº 179/2020 - DE 30 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2552801

DECRETO Nº 179/2020 – DE 30 DE JUNHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2020.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IX do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.839/2020, de 29 de junho de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado ao Executivo Municipal proceder à abertura de Crédito Especial no Orçamento da Prefeitura Municipal, no valor de R\$ 29.850,00 (Vinte e nove mil, oitocentos e cinquenta reais), destinando a suprir o seguinte projeto e respectivo detalhamento/modalidade de aplicação, conforme segue:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	
Órgão	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	12	
Unidade	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	01	
Função	Urbanismo	15	
Sub-função	Infraestrutura Urbana	451	
Programa	QUILOMBO MAIS OBRAS	0025	
Atividade	IMÓVEL/SOSU	1.071	
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
()	Aplicações Diretas – 4.4.90	01.00 – Recursos Ordinários	29.850,00
Valor Total R\$:			29.850,00

Art.2º O recurso para abertura do crédito especial, de que trata o artigo anterior, decorrerá da anulação da importância de R\$ 29.850,00 (Vinte e nove mil, oitocentos e cinquenta reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº. 2.794/2019 de 14 de novembro de 2019, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	03
Unidade	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	01

Função	Administração		4
Sub função	Administração Geral		122
Programa	ADMINISTRAÇÃO EFICIENTE		0004
Atividade	FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO		2.007
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
(16)	Aplicação Direta – 3.3.90	01.00 – Recursos Ordinários	29.850,00
Valor Total R\$:			29.850,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 30 de junho de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

EDGAR D.BERLANDA
TC/CRC/SC 15.171/0/1
Registrada e Publicado
Em __/06/2020
Lei Municipal nº 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos
Funcionário Designado

DESPACHO DE EXPEDIENTE Nº 065/2020

Publicação Nº 2552430

Despacho de Expediente nº 065/2020

Assunto: Ressarcimento de danos casado a terceiros em decorrência de atos do Poder Público.

Considerando o requerimento da Sra. Sandra Maria Grassioli Rigon, protocolado sob o nº 6638, no dia 30 de janeiro de 2020, informando que seu veículo foi atingido por uma pedra no estacionamento da Policlínica Quilombo;

Considerando a Sindicância Administrativa 03/2020, designada por meio da Portaria nº 088/2020, de 11 de fevereiro de 2020, e as provas anexas aos autos;

Considerando o Boletim de Ocorrência lavrado no local do acidente, no dia 24 de janeiro de 2020, sob o registro nº 0071052/2020-BOPM-02452.2020.0000013;

Considerando a responsabilidade objetiva do Município por força do §6º do Art. 37 da Constituição Federal de 1988, no que tange ao dever do Poder Público indenizar o terceiro prejudicado;

Considerando o dano causado no veículo Fiat/Strada Fire Flex, da Sra. Sandra Maria Grassioli Rigon, no estacionamento público da Policlínica Quilombo, conforme fotos anexos ao Boletim de Ocorrência;

Considerando a Decisão Administrativa nº 03/2020, publicada no Diário Oficial do Município em 24 de junho de 2020;

Determino que o setor de contabilidade de o procedimento pertinente a fim de empenhar o valor de R\$ 1.337,00 (um mil trezentos e trinta e sete reais), conforme consta no menor orçamento, anexo a Sindicância Administrativa 03/2020, a favor da Sra. Sandra Maria Grassioli Rigon, CPF nº 023.439.209-66, conta corrente 8465-4, agência 13935, Banco do Brasil, a título de indenização pelos danos causados no veículo Fiat/Strada Fire Flex, de sua propriedade, devido ao acidente ocorrido no estacionamento da Policlínica Quilombo, nos termos do §6º do Art. 37 da Constituição Federal de 1988.

É a decisão.

Gabinete do Prefeito, 03 de julho de 2020.

Silvano De Pariz
Prefeito Municipal de Quilombo

DESPACHO Nº 067/2020

Publicação Nº 2552436

Despacho nº 067/2020

Assunto: Sindicância Administrativa Instaurada Pelo Decreto Nº 056/2020

Trata-se de Sindicância Administrativa instaurada por meio do Decreto nº 056 de 10 de março de 2020, para investigar possível ocupação irregular de imóvel de propriedade do Município.

Considerando o ofício do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, a partir da manifestação nº 20.28.1308.000.1017/2020-69, por meio do sistema de ouvidoria;

Considerando o excelente trabalho realizado pelos membros da Comissão Administrativa, que realizaram pesquisa a campo, com levantamento de dados e imagens fotográficas do local;

Considerando o relatório elaborado pela Comissão, concluindo que há ocupação do imóvel público constante na matrícula de registro de imóvel nº7.798, de forma irregular;
 Considerando as hipóteses de soluções pontuadas pela Comissão de Sindicância, quais sejam, o despejo mediante indenização das benfeitorias realizadas pelas famílias no local ou a regularização fundiária;
 Acolho o relatório da Comissão de Sindicância Administrativa instaurada por meio do Decreto 056/2020 e determino a remessa dos autos à Secretária de Administração a fim de que proceda com os atos pertinentes para a Regularização Fundiária das ocupações irregulares.
 É a decisão.

Gabinete do Prefeito, 06 de julho de 2020.

SILVANO DE PARIZ
 Prefeito Municipal

EXTRATO 110/2020

Publicação Nº 2552040

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	110/2020.
Contratante.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA
Objeto :	AQUISIÇÃO DE EMPREITADA INTEGRAL P/EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA RUA PRESIDENTE CASTELO BRANCO, RUA DAS CAMÉLIAS E RUA DAS ACÁCIAS DO BAIRRO TRÊS PINHEIROS, RUA SANTACATARINA DO BAIRRO STA.INÊS, TRAVESSA PE.STO.FORTUNATO GUERRA DO BAIRRO INDUSTRIAL, E RUA OSVALDO ARANHA, RUA SANTO ANTÔNIO, TRAVESSA BENTO GONÇALVES E TRAVESSA MONTE BELO DO CENTRO, DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC, COM ÁREA TOTAL DE 11.780,13 M2, CONFORME PROJETOS DO MUNICÍPIO, E APLICAR RECURSOS DE EMENDA PARLAMENTAR DE TRANSFERÊNCIA ESPECIAL 202025690009.
Valor :	R\$ 506.912,14 (Quinhentos e seis mil e novecentos e doze reais e quatorze centavos).
Vigência :	Início: 03/07/2020 Término: 02/09/2020.
Licitação :	TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 49/2020.
Dotação :	1.057 4.4.90.00 1000 e 1076
QUILOMBO, 03 de julho de 2020.	
Silvano de Pariz Prefeito Municipal	
Extrato Contratual	

PORTARIA Nº.0478/2020 - DE 06 DE JULHO DE 2020.

Publicação Nº 2551778

PORTARIA Nº.0478/2020 - DE 06 DE JULHO DE 2020.
 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Artigo 83 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Complementar nº.32 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER FÉRIAS, ao servidor público municipal abaixo relacionado, para gozo no período de 06 de julho a 04 de agosto de 2020, conforme segue:

Período Aquisitivo:

Gian Douglas Both (1857) 06/02/2019 a 05/02/2020

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 06 de julho de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/____/____
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

Rancho Queimado

PREFEITURA

PORTARIA 181-2020 PRORROGA CONT TEMP 22 2019 ARMANDO T JUNIOR

Publicação Nº 2552100

PORTARIANº 181/2020

PRORROGA CONTRATO TEMPORÁRIO

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado,
CONSIDERANDO a manutenção e a continuidade dos serviços médicos prestados,
RESOLVE PRORROGAR o Contrato Administrativo de Trabalho Temporário nº 022/2019 firmado com ARMANDO TARANTO JUNIOR, a partir de 30 de junho a 31 de dezembro de 2020.

Rancho Queimado, em 29 de junho de 2020.

CLECI APARECIDA VERONEZI
Prefeita Municipal

PORTARIA 182-2020 PRORROGA CONT TEMP 11 2018 E LIC MEDICA ERICKSON A SOUZA

Publicação Nº 2552101

PORTARIANº 182/2020

PRORROGA CONTRATO TEMPORÁRIO
E LICENÇA MÉDICA

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado,
CONSIDERANDO a perícia do INSS ter concedido o benefício até 07 de agosto de 2020,
RESOLVE PRORROGAR o Contrato Administrativo de Trabalho Temporário nº 11/2018 firmado com ERICKSON ANDRADE E SOUZA, e também sua licença médica, a partir de 09 de junho a 07 de agosto de 2020.

Rancho Queimado, em 30 de junho de 2020.

CLECI APARECIDA VERONEZI
Prefeita Municipal

PORTARIA 183-2020 CONCEDE FERIAS GILSON J SCHMITZ

Publicação Nº 2552103

PORTARIA Nº 183/2020
CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, usando da competência que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, RESOLVE CONCEDER 30 (trinta) dias de FÉRIAS de 01 a 30 de julho de 2020, a GILSON JOSÉ SCHMITZ, referente ao período aquisitivo de 2019/2020.

Rancho Queimado, em 01 de julho de 2020.

CLECI APARECIDA VERONEZI
Prefeita Municipal

PORTARIA 184-2020 CONCEDE FERIAS ANTECIPADAS LUANA S RIBEIRO

Publicação Nº 2552105

PORTARIA Nº 184/2020
CONCEDE FÉRIAS ANTECIPADAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, usando da competência que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, e com base na Lei Complementar nº 04/2020, RESOLVE CONCEDER 30 (trinta) dias de FÉRIAS de 02 a 31 de julho de

2020, a LUANA DA SILVEIRA RIBEIRO, referente ao período aquisitivo de 2019/2020.

Rancho Queimado, em 02 de julho de 2020.

CLECI APARECIDA VERONEZI
Prefeita Municipal

PORTARIA 185-2020 PRORROGA CONT TEMP 25 2020 HAIDI R MARTENDAL

Publicação N° 2552107

PORTARIANº 185/2020

PRORROGA CONTRATO TEMPORÁRIO

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado,
RESOLVE PRORROGAR o Contrato Administrativo de Trabalho Temporário nº 25/2020 firmado com HAIDI RAUBER MARTENDAL, 03 de julho a 01 de agosto de 2020.

Rancho Queimado, em 02 de julho de 2020.

CLECI APARECIDA VERONEZI
Prefeita Municipal

Rio do Campo

PREFEITURA

312 PORTARIA Nº 312 CONCEDE FÉRIAS EM GOZO AO SERVIDOR SERGIO LUIZ MERISIO

Publicação Nº 2551604

Portaria nº. 312, de 06 de julho de 2020.

“Concede Férias em gozo ao Servidor SERGIO LUIZ MERISIO”.

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor SERGIO LUIZ MERISIO, matrícula 9100, 10 (dez) dias de férias em gozo, referentes ao período de 01 de junho de 2017 à 31 de maio de 2018, tendo como período de gozo 20 de julho de 2020 à 29 de julho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 20 de julho de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 06 de julho de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Elite Zanghelini
Secretaria de Administração e Finanças

Rio do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA 8500

Publicação N° 2551351

PORTARIA N° 8500 DE 03 DE JULHO DE 2020

“Transfere Lotação de Servidor”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 244 da Lei Complementar nº 21/2006 – Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Rio do Oeste,

RESOLVE

Art. 1º TRANSFERE de lotação a servidora NAIR MAGNESKI FELTRIN, matrícula 63401-00, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, para a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 2º Esta portaria entra vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2020.

Rio do Oeste, 03 de julho de 2020.

HUMBERTO PESSATTI
Prefeito Municipal

FLAVIO MALIKOSKI
Chefe de Gabinete

CIENTE:

NAIR MAGNESKI FELTRIN

Rio do Sul

PREFEITURA

CONTRATO Nº 099/2020

Publicação Nº 2552110

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 099/2020

Credenciamento n. 062/2020

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: Michael Adriano Gaio

Objeto: Prestação de serviços de trator de pneus em determinadas localidades do município de Rio do Sul.

Valor da hora: R\$140,00 (cento e quarenta reais), conforme Decreto Nº 8965, de 13 de abril de 2020.

Quantidade estimada de horas: 400 (quatrocentas)

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura.

Recurso: 93.03.2102.3390.3699 e demais dotações conforme orçamento vigente.

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 25 de junho de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

DECRETO N. 9.146, DE 06 DE JULHO DE 2020.

Publicação Nº 2552736

DECRETO Nº 9.146, DE 06 DE JULHO DE 2020.

“DISPÕE SOB A NECESSIDADE DE ANUÊNCIA DO MUNICÍPIO PARA RECONSTRUÇÃO, EM REGIME DE EMERGÊNCIA, DE EDIFICAÇÕES ATINGIDAS POR DESASTRES NATURAIS”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com inciso VI, art. 37 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a decretação de Situação de Emergência, mediante a edição do Decreto nº 9.142, de 03 de julho de 2020;

DECRETA:

Art. 1º Para fins de realização das obras de reconstrução de edificações atingidas por desastres naturais, a Secretaria de Infraestrutura – SEINFRA do Município de Rio do Sul poderá emitir “Declaração de Anuência”, mediante a apresentação do registro da ocorrência, emitido pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município.

Art. 2º A reconstrução em regime de emergência fica restrita à edificação existente antes do evento que a danificou, devendo ser utilizados os mesmos tipos de materiais da edificação danificada.

Art. 3º As edificações que não possuem aprovação do Alvará ou Habite-se, perante o Município, não ficarão isentas de regularização, devendo ser iniciado o processo em até 90 (noventa) dias da emissão da Declaração de Anuência.

Parágrafo único. Ultrapassado o prazo previsto no caput deste artigo, as irregularidades serão passíveis de notificação.

Art. 4º As disposições do art. 1º não são limitadas ao Decreto 9.142, de 03 de julho de 2020.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

06 de julho de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 028/2020

Publicação Nº 2552104

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC
FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 028/2020**

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE CIENTIFICADOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 119, § 6º, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2003 DE 17/12/2003, DO LANÇAMENTO EM SEU DESFAVOR DE TRIBUTOS E PENALIDADES, CONFORME RESPECTIVA NOTIFICAÇÃO, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR).

FICAM TAMBÉM OS CONTRIBUINTES, CIENTIFICADOS DE QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ARTIGO 147, § 1º (TRINTA DIAS ÚTEIS), A CONTAR DA DATA MENCIONADA NO INCISO III, DO § 2º, DO ARTIGO 187, PARA IMPETRAR RECLAMAÇÃO CONTRA O LANÇAMENTO, NOS MOLDES DO ARTIGO 175, § 1º, TODOS DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2003 DE 17/12/2003.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº	DATA	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
48/2020	26/05/20	MARILEI ANTUNES RODRIGUES DOS SANTOS 04766020928	32.957.579/0001-71
49/2020	26/05/20	NILTON CESAR MARCELINO PORCE-NO 258468009	28.672.267/0001-44
53/2020	03/06/20	JAIRO RODRIGO VIEIRA 05301644939	24.180.695/0001-07

Rio do Sul, 06 de julho de 2020.

Alexandre Matos Pereira Secretário Municipal de Administração e Fazenda	José Luiz do Nascimento Diretor Técnico da Fazenda
--	---

ERRATA AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2020.

Publicação Nº 2551594

ERRATA AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2020.

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E O AERoclube PLANADORES RIO DO SUL, OBJETIVANDO ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DO AEROPORTO MUNICIPAL

O Município de Rio do Sul, na pessoa do Prefeito Municipal, JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas e, de acordo com a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, RETIFICA a publicação do Termo de Chamamento Público nº 006/2020, veiculado ao diário Oficial do Município - DOM/SC no dia 01 de junho de 2020, tão somente o cronograma de repasse da Cláusula terceira do presente termo, devendo-se ler e considerar o exposto transcrito abaixo:

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

(...)

E será repassado conforme cronograma abaixo:

PARCELAS	VALOR	DATA DA LIBERAÇÃO
1	R\$ 3.750,00	10/07/2020
2	R\$ 3.750,00	10/08/2020
3	R\$ 3.750,00	10/09/2020
4	R\$ 3.750,00	10/10/2020
5	R\$ 3.750,00	10/11/2020
6	R\$ 3.750,00	10/12/2020
7	R\$ 3.750,00	10/01/2021
8	R\$ 3.750,00	10/02/2021
9	R\$ 3.750,00	10/03/2021
10	R\$ 3.750,00	10/04/2021
11	R\$ 3.750,00	10/05/2021
12	R\$ 3.750,00	10/06/2021

(...)

Rio do Sul, 24 de junho de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

PORTARIA N. 0700/DGP DE 01 DE JULHO DE 2020.

Publicação Nº 2551469

PORTARIA N. 0700/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 27/06/2020 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 025/2020, designada pela Portaria n. 0586/DGP de 27 de maio de 2020 (publicada no DOM em 28/05/2020), para conclusão da Instrução da Sindicância Administrativa n. 025/2020.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309/2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 002/SA/025/2020, de 25 de junho de 2020, devido a instrução ainda estar em andamento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de julho de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA N. 0701/DGP DE 01 DE JULHO DE 2020.

Publicação Nº 2551467

PORTARIA N. 0701/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 27/06/2020 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 024/2020, designada pela Portaria n. 0585/DGP de 27 de maio de 2020 (publicada no DOM em 28/05/2020), para conclusão da Instrução da Sindicância Administrativa n. 024/2020.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309/2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 002/SA/025/2020, de 25 de junho de 2020, devido a instrução ainda estar em andamento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de julho de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA N. 0702/DGP DE 01 DE JULHO DE 2020.

Publicação Nº 2551459

PORTARIA N. 0702/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 27/06/2020 à Comissão de Sindicância Administrativa n.

023/2020, designada pela Portaria n. 0584/DGP de 27 de maio de 2020 (publicada no DOM em 28/05/2020), para conclusão da Instrução da Sindicância Administrativa n. 023/2020.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309/2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 002/SA/023/2020, de 25 de junho de 2020, devido a instrução ainda estar em andamento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de julho de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA N. 0703/DGP DE 01 DE JULHO DE 2020.

Publicação Nº 2551456

PORTARIA N. 0703/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 27/06/2020 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 022/2020, designada pela Portaria n. 0583/DGP de 27 de maio de 2020 (publicada no DOM em 28/05/2020), para conclusão da Instrução da Sindicância Administrativa n. 022/2020.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309/2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 002/SA/022/2020, de 25 de junho de 2020, devido a instrução ainda estar em andamento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de julho de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA N. 0704/DGP DE 01 DE JULHO DE 2020.

Publicação Nº 2551452

PORTARIA N. 0704/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 27/06/2020 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 021/2020, designada pela Portaria n. 0581/DGP de 27 de maio de 2020 (publicada no DOM em 28/05/2020), para conclusão da Instrução da Sindicância Administrativa n. 021/2020.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309/2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 002/SA/021/2020, de 25 de junho de 2020, devido a instrução ainda estar em andamento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de julho de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA N. 0705/DGP DE 01 DE JULHO DE 2020.

Publicação Nº 2551450

PORTARIA N. 0705/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 03/07/2020 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 034/2019, designada pela Portaria n. 1178/DGP de 06 de agosto de 2019 (publicada em 09/08/2019), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 034/2019.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 229, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão por meio do Ofício SEFAZ n. 011/P.A.D. 034/2019, de 29 de junho de 2020, devido a necessidade de esclarecimentos e oitivas de servidores envolvidos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de julho de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA N. 0706/DGP DE 01 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2551443

PORTARIA N. 0706/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 03/07/2020 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 035/2019, designada pela Portaria n. 1180/DGP de 06 de agosto de 2019 (publicada em 09/08/2019), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 035/2019.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 229, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão por meio do Ofício SEFAZ n. 011/P.A.D. 035/2019, de 29 de junho de 2020, devido a necessidade de esclarecimentos e oitivas de servidores envolvidos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de julho de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA N. 0707/DGP DE 02 DE JULHO DE 2020.

Publicação Nº 2551440

PORTARIA N. 0707/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar o artigo 2º, da Portaria n. 2005/DGP de 19 de dezembro de 2019, publicada em 20 de dezembro de 2019, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º. Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 1189/DGP de 07 de agosto de 2019, publicada em 09 de agosto de 2019, alterada pela Portaria n. 0134/DGP de 06 de fevereiro de 2020, publicada em 10 de fevereiro de 2020, para apurar tais fatos, eventuais irregularidades e responsabilidades. ”

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de julho de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

TERMO ADITIVO Nº 001/2020 AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 021/2019, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E O CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA E ASSOCIAÇÃO MOVER CAMINHOS.

Publicação Nº 2551551

TERMO ADITIVO Nº 001/2020 AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 021/2019, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E O CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA E ASSOCIAÇÃO MOVER CAMINHOS.

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, nº 01 – Centro, em Rio do Sul – SC, neste ato representado pelo Prefeito, Exmo. Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, com sede na Rua Verde Vale, nº 60 – Bairro Canta Galo, em Rio do Sul – SC, neste ato representada pela secretária, Sra. DANIELLE CRISTINA ZANELLA RADKE e o CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, com sede na Rua Verde Vale, nº 60 – Bairro Canta Galo, em Rio do Sul – SC, neste ato representada pela presidente, Karise Robetti, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO/FIA, e de outro lado a associação MOVER CAMINHOS pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 23.956.941/0001-07, com sede na Rua Vitório Fronza, nº 62 – Taboão, em Rio do Sul – SC, neste ato representado pela seu responsável legal, Sr. PATRICK MÜNZFELD, doravante denominado simplesmente ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO, resolvem celebrar o presente Termo de Colaboração, de acordo com as normas contidas na Constituição Federal e com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, mediante as cláusulas e condições seguintes,

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO VALOR DO CONVÊNIO

Fica autorizado o repasse dos valores de R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais) a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para complementar o valor já repassado no termo de colaboração 021.2019, totalizando o valor do repasse em R\$ 22.529,40 (vinte e dois mil, quinhentos e vinte e nove reais e quarenta centavos) conforme o valor descrito na Resolução 36/2019/CMDCA

O presente Termo Aditivo tem por objeto necessidade de correção de erro material referente ao complemento do valor total a ser repassado a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL no termo de colaboração 021.2019.

Ratificam-se, na integralidade, as cláusulas do Termo de Colaboração nº 021/2019.

E, para firmeza do que foi pactuado, assinam este instrumento perante as testemunhas abaixo assinadas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Rio do Sul (SC), 23 de junho de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

MARIA APARECIDA DOS ANJOS PANDINI
Secretária Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social

PATRICK MÜNZFELD
Presidente da Associação Mover Caminhos

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

TERMO DE CONVOCAÇÃO ALEXSANDER KOERICH

Publicação Nº 2551288

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ALEXSANDER KOERICH, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de Operador de equipamentos, 40 horas semanais, conquistado por meio do Concurso Público nº 002/2019, homologado por meio do Decreto nº 9087 de 15/06/2020 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. Sª foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 0683/DGP de 29/06/2020, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 06/07/2020. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. Sª deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. RX DE BACIA; 6. ECG (acima 40 anos) – com laudo; 7. CREATININA (acima 40 anos); 8. LAUDO DO PSIQUIATRA; 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 06 de Julho de 2020.

Departamento de Gestão de Pessoas
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO IDALICIO FRANCISCO ZUCATELLI

Publicação Nº 2551283

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) IDALÍCIO FRANCISCO ZUCATELLI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. Sª., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de Calceteiro, 40 horas semanais, conquistado por meio do Concurso Público nº 002/2019, homologado por meio do Decreto nº 9087 de 15/06/2020 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. Sª foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 0681/DGP de 29/06/2020, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 06/07/2020. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. Sª deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. RX DE BACIA; 6. ECG (acima 40 anos) – com laudo; 7. CREATININA (acima 40 anos); 8. LAUDO DO PSIQUIATRA; 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 06 de Julho de 2020.

Departamento de Gestão de Pessoas
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO JEFFERSON DOS SANTOS

Publicação Nº 2551271

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) JEFFERSON DOS SANTOS, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de Calceteiro, 40 horas semanais, conquistado por meio do Concurso Público nº 002/2019, homologado por meio do Decreto nº 9087 de 15/06/2020 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 0680/DGP de 29/06/2020, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 06/07/2020. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. RX DE BACIA; 6. ECG (acima 40 anos) – com laudo; 7. CREATININA (acima 40 anos); 8. LAUDO DO PSQUIATRA; 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 06 de Julho de 2020.

Departamento de Gestão de Pessoas
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO RICARDO DA SILVA

Publicação Nº 2551284

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) RICARDO DA SILVA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de Calceteiro, 40 horas semanais, conquistado por meio do Concurso Público nº 002/2019, homologado por meio do Decreto nº 9087 de 15/06/2020 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 0682/DGP de 29/06/2020, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 06/07/2020. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com

o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.

2) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. RX DE BACIA; 6. ECG (acima 40 anos) – com laudo; 7. CREATININA (acima 40 anos); 8. LAUDO DO PSQUIATRA; 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 06 de Julho de 2020.

Departamento de Gestão de Pessoas
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 1098, DE 3 DE JULHO DE 2020**

Publicação Nº 2551166



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariodosul.sc.gov.br

**RESOLUÇÃO Nº 1098, DE 3 DE JULHO DE 2020.**

Dispõe sobre as ações da Câmara Municipal de Rio do Sul no enfrentamento à Covid-19, em razão da declaração de estado de calamidade pública no Estado de Santa Catarina,

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que no uso de suas atribuições regimentais a Câmara Municipal decreta e a Mesa Diretora promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Enquanto perdurar o estado de calamidade pública no Estado de Santa Catarina, nos termos do Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020, ficam estabelecidas as medidas de combate e enfrentamento à Covid-19 prevista na presente Resolução.

Art. 2º. O atendimento da comunidade pelos diversos setores da Câmara Municipal de Rio do Sul será feito de forma individual, mantidas todas as medidas preventivas, como manutenção de distância mínima de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) entre atendente e atendido, bem como uso de máscaras e álcool em gel.

Parágrafo único. O atendimento presencial deverá ocorrer somente quando não for possível realizá-lo por telefone ou correio eletrônico.

Art. 3º As reuniões e sessões da Câmara Municipal, incluídas as audiências públicas, serão abertas ao público, com limitação de 50% (cinquenta por cento) da capacidade do Plenário, mantido o afastamento de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) entre os presentes, sendo obrigatório o uso de máscaras.

Parágrafo único. Não poderão fazer-se presentes nos eventos estabelecidos no caput as pessoas:

- I – que apresentam doenças respiratórias crônicas, cardiopatias, diabetes, hipertensão ou outras afecções que deprimam o sistema imunológico;
- II – com 60 anos ou mais;
- III – gestantes;
- IV – que convivam com pessoas acometidas pela Covid-19;
- V – consideradas suspeitas de estarem acometidas pela Covid-19.

Resolução nº 1098/2020 – Folhas 1 de 3

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1052/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariodosul.sc.gov.br



Art. 4º As Sessões Ordinárias, em número de seis ao mês, ocorrerão todas as segundas-feiras, e as restantes às quintas-feiras, às 10 horas, conforme calendário aprovado pelo Presidente da Câmara, salvo Resolução específica aprovada pela maioria absoluta dos vereadores.

Parágrafo único. Os vereadores inscritos para fazer uso da palavra, dentro do Grande Expediente, deverão fazê-la de suas próprias mesas, vedado o uso do púlpito.

§ 1º Durante o período estabelecido no art. 1º, os seguintes vereadores participarão das reuniões e sessões através de videoconferência:

- I – que apresentam doenças respiratórias crônicas, cardiopatias, diabetes, hipertensão ou outras afecções que deprimam o sistema imunológico;
- II – com 60 anos ou mais;
- III – gestantes;
- IV – que coabitam com idosos que apresentam doenças crônicas;
- V – que convivam com pessoas acometidas pela Covid-19;
- VI – consideradas suspeitas de estarem acometidas pela Covid-19..

§ 2º Durante as deliberações da matéria, nas votações simbólicas, os vereadores que participarem de forma virtual deverão se manifestar expressamente quando contrários à matéria.

Art. 5º Os servidores e demais colaboradores que se enquadrarem nos casos elencados no §1º do art. 4º não poderão exercer suas atividades de forma presencial, devendo comunicar sua situação ao setor de Recursos Humanos.

§1º Os servidores que apresentarem sintomas análogos aos de gripe deverão se afastar do local de trabalho, permanecendo em tratamento domiciliar até seu completo restabelecimento.

§2º Nas hipóteses previstas neste artigo, o servidor poderá exercer suas atividades sob o regime excepcional de home office, no qual a Chefia imediata estabelecerá, de comum acordo com o afastado, a metodologia deste trabalho remoto, que se encerrará tão logo a condição que o ensejou não mais subsista.

§3º Não sendo possível a realização de home office, o servidor poderá ter antecipadas as suas férias, ainda que não possua o período aquisitivo completo, ou adotar o regime de compensação de jornada.

Art. 6º A Presidência da Câmara poderá vir a adotar outras medidas administrativas necessárias ao cumprimento desta Resolução, inclusive a redução temporária das jornadas de trabalho ou a divisão dos servidores em equipes e por expediente.

Resolução nº 1098/2020 – Folhas 2 de 3

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1052/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariodosul.sc.gov.br



Art. 7º As ações ou omissões que violem o disposto na presente Resolução sujeitam o autor a sanções penais, civis, éticas e administrativas

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Ficam revogadas a Resolução nº 1.083, de 16 de março de 2020, e a Resolução nº 1.090, de 8 de maio de 2020.

Rio do Sul, 3 de julho de 2020.

CARISO SAVIO Assinado de forma digital
por CARISO SAVIO
GIACOMINI:52865762904
865762904 Dados: 2020.07.03
12:51:27 -03'00'

CARISO SÁVIO GIACOMINI
Presidente da Mesa
[Assinada digitalmente]

FERNANDO CESAR Assinado de forma digital
por FERNANDO CESAR
SOUZA:06069926935
35 Dados: 2020.07.03
11:09:18 -03'00'

FERNANDO CESAR SOUZA
Vice-Presidente da Mesa
[Assinada digitalmente]

JAMES RIDES DA Assinado de forma
digital por JAMES
RIDES DA
SILVA:67453848920 SILVA:67453848920
Dados: 2020.07.03
11:39:19 -03'00'

SARGENTO JAMES
1º Secretário
[Assinada digitalmente]

MARCOS Assinado de forma digital
por MARCOS NORBERTO
NORBERTO ZANIS:00340358939
ZANIS:00340358939
9 Dados: 2020.07.03
11:09:42 -03'00'

MARCOS NORBERTO ZANIS
2º Secretário
[Assinada digitalmente]

Resolução nº 1098/2020 – Folhas 3 de 3

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1052/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>

Rio dos Cedros

PREFEITURA

4º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 085/2019 DE 08/04/2019 DATA: 01/06/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº12/2019. CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA CONTRATO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Publicação Nº 2552543

4º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 085/2019 de 08/04/2019

DATA: 01/06/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº12/2019. CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

CONTRATO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA CNPJ 03.620.927/0001-12

OBJETO: OBJETO DO PRESENTE CONTRATO, EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO DO TRECHO DA RODOVIA MUNICIPAL RDC 080, DA ESTACA DE Nº 344 ATÉ A ESTACA DE Nº 507 + 1,06, COM EXTENSÃO TOTAL DE 3.261,061M – ACRÉSCIMOS NOS ITENS 4 (de 4.7 até 4.14); 5 (5.1 e 5.2) e 6 (6.2)

INÍCIO: 01/06/2020

TÉRMINO: 08/10/2020

VALOR: Total de R\$ 252.541,91 (duzentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e quarenta e um reais e noventa e um centavos)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 119/2020 DATA: 30/06/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2020. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: INOVA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

Publicação Nº 2552551

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 119/2020

DATA: 30/06/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2020. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: INOVA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA CNPJ 26.886.394/0001-10

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MEIO FIO Prensado PARA UTILIZAÇÃO NAS RUAS QUE SERÃO PAVIMENTADAS PELO SISTEMA MUTIRÃO

INÍCIO: 30/06/2020

TÉRMINO: 30/06/2021

VALOR: Total de R\$ 72.250,00 (setenta e dois mil, duzentos e cinquenta reais)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 120/2020 DATA: 30/06/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2020. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO TIPO COMPARAÇÃO: POR LOTE JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP

Publicação Nº 2552556

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 120/2020

DATA: 30/06/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2020. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO COMPARAÇÃO: Por Lote JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP CNPJ 82.989.096/0001-27

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA.

INÍCIO: 30/06/2020

TÉRMINO: 30/06/2021

VALOR: Total de R\$ 99.975,39 (noventa e nove mil, novecentos e setenta e cinco reais e trinta e nove centavos)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 121/2020 DATA: 30/06/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2020. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: MP COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI EPP

Publicação Nº 2552559

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 121/2020

DATA: 30/06/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2020. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: MP COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI EPP CNPJ 30.510.775/0001-78

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS PARA COPA/COZINHA.

INÍCIO: 30/06/2020

TÉRMINO: 30/06/2021

VALOR: Total de R\$ 18.864,30 (dezoito mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e trinta centavos)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 122/2020 DATA: 30/06/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2020. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: MARLUCE BEZERRA DOS SANTOS LORENCONE (COMERCIAL MADEMAR ME EIRELI EPP

Publicação Nº 2552565

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 122/2020

DATA: 30/06/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2020. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: MARLUCE BEZERRA DOS SANTOS LORENCONE (COMERCIAL MADEMAR ME EIRELI EPP CNPJ 17.992.596/0001-56

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS PARA COPA/COZINHA.

INÍCIO: 30/06/2020

TÉRMINO: 30/06/2021

VALOR: Total de R\$ 1.571,60 (um mil, quinhentos e setenta e um reais e sessenta centavos)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 123/2020 DATA: 06/07/2020 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 011/2019, LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI CNPJ Nº 03.111.139/0001-09. CONTRATO: FREITAS MELO TOPOGRAFIA LTDA ME

Publicação Nº 2552569

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 123/2020

Data: 06/07/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 011/2019, LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI CNPJ Nº 03.111.139/0001-09.

CONTRATO: FREITAS MELO TOPOGRAFIA LTDA ME CNPJ nº 13.278.051/0001-21

OBJETO: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA EM AGRIMENSURA PARA LEVANTAMENTO TOPOGRAFICOS E AFINS (ITEM 3.1) PARA ATENDER, EM REGIME DE RODÍZIO, A DEMANDA DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA, AGRIMENSURA, ARQUITETURA, GEOLOGIA E SONDAGEM

INÍCIO: 06/07/2020

TÉRMINO: 06/07/2021

VALOR: R\$ 5.968,46 (cinco mil, novecentos e sessenta e oito reais e quarenta e seis centavos).

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 124/2020 DATA: 06/07/2020 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 011/2019, LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI CNPJ Nº 03.111.139/0001-09. CONTRATO: GREIDE ENGENHARIA LTDA EPP

Publicação Nº 2552573

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 124/2020

Data: 06/07/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 011/2019, LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI CNPJ Nº 03.111.139/0001-09.

CONTRATO: GREIDE ENGENHARIA LTDA EPP CNPJ nº 00.894.553/0001-35

OBJETO: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA EM AGRIMENSURA PARA LEVANTAMENTO TOPOGRAFICOS E AFINS (ITEM 3.1) E DE ENGENHARIA CIVIL PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS VIÁRIOS E AFINS (ITEM 3.2) PARA ATENDER, EM REGIME DE RODÍZIO, A DEMANDA DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA, AGRIMENSURA, ARQUITETURA, GEOLOGIA E SONDAGEM

INÍCIO: 06/07/2020

TÉRMINO: 06/07/2021

VALOR: R\$ 11.800,00 (onze mil e oitocentos reais).

Rio Fortuna

PREFEITURA

RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 041/2020 - PREGÃO PRESENCIAL N° 017/2020

Publicação N° 2551432

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

EXTRATO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 041/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 017/2020

OBJETO: Aquisição de um veículo novo para o Município de Rio Fortuna.

VENCEDOR: LR COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA

VALOR GLOBAL HOMOLOGADO/ADJUDICADO:

R\$ 67.900,00 (sessenta e sete mil e novecentos reais)

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 28/05/2020

DATA DA ADJUDICAÇÃO: 28/05/2020

Rio Fortuna/SC, 28 de maio de 2020.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N° 094/2020

OBJETO: Aquisição de um veículo novo para o Município de Rio Fortuna.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

CONTRATADO: LR COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA

VALOR: R\$ 67.900,00 (sessenta e sete mil e novecentos reais)

DATA DO CONTRATO: 28/05/2020

VIGÊNCIA: 06 meses.

Rio Fortuna/SC, 28 de maio de 2020.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

Rio Negrinho

PREFEITURA

LEI N° 3355 - DE 03 DE JULHO DE 2020.

Publicação N° 2551167

“CRIA A MARCA CIDADE DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina;

Faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Cria a Marca-cidade do Município de Rio Negrinho, parte integrante dos anexos desta Lei, elaborada através do conceito que insere Rio Negrinho como destino turístico. O objetivo da marca é oferecer tanto para moradores como para os turistas um ambiente com experiências acessíveis, acolhedoras, encantadoras e positivas para todos.

Art. 2º. A Marca-cidade de Rio Negrinho que trata o caput do art. 1º desta Lei passa a ser um dos símbolos do Município de Rio Negrinho.

Art. 3º. A Marca-cidade do Município de Rio Negrinho poderá ser aposta em todos os meios de divulgação oficial do Município, em seus documentos oficiais, nas chancelas dos serviços permissionários e concessionários, na divulgação dos eventos da municipalidade, nos veículos oficiais e em todas as atividades promovidas pelo Poder Público Municipal.

Art. 4º. O Poder Executivo Municipal através do comitê responsável, poderá autorizar o uso da marca, inclusive para iniciativa privada e terceiro setor, orientando através do Manual da Marca a forma correta de aplicação.

Art. 5º. Se constatado que o solicitante não respeitou o Manual de Utilização da Marca ou está utilizando em produtos inadequados ao conceito da marca, o Município suspenderá o direito de uso por tempo indeterminado e tomará as providências legais cabíveis.

Art. 6º. A regulamentação do uso da marca será feita através de decreto posterior.

Art. 7º. Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 03 de julho de 2020.

JULIO CÉSAR RONCONI

Prefeito Municipal

Rio Rufino

PREFEITURA

REMARCAÇÃO PREGÃO 09/2020

Publicação N° 2551970

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO RUFINO
AVISO DE REMARCAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 09/2020
PARA REGISTRO DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de Rio Rufino, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CPNJ sob nº.95.991.071/0001-00, com sede a Av. José Oselame, 206, Centro em Rio Rufino/SC, representada por seu prefeito Municipal, Sr. THIAGO COSTA, por meio da Pregoeira e Comissão Permanente de Licitações, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGAO PRESENCIAL que tem por objeto "O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA MADEIRA". Que ocorreria na data 02/07/2020 as 13:30 horas, em virtude da falta de energia a mesma foi prorrogada para 08/07/2020 recebimento de envelopes as 10:00 e início da abertura dos envelopes 10:15do mesmo dia consoante às condições estatuídas neste Edital, e será regida pelo Decreto Municipal N° 061/2017, Lei Federal n.º 10.520/2002 e pela Lei Federal n.º 8.666/93, nos casos omissos. Os interessados na aquisição do Edital e seus anexos poderão adquirir gratuitamente, em via digital, junto ao sítio <http://www.riorufino.sc.gov.br>. Questionamentos acerca do edital, serão respondidos pela Pregoeira exclusivamente por meio eletrônico por meio do endereço licitacao@riorufino.sc.gov.br, desde que enviados a este e-mail no prazo de até 03 (três) dias úteis da data designada para a abertura da sessão, sendo de responsabilidade dos interessados a consulta ao sítio <http://www.riorufino.sc.gov.br> para obter informações sobre esta licitação antes da participação nas sessões e também pelo fone 49 3279 0000. Rio Rufino, 06/07/2020

Thiago Costa – Prefeito Municipal
Juliane Pereira de Souza – Pregoeira

Rodeio

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO 24/2020

Publicação N° 2551357

Estado de Santa Catarina - Município de Rodeio – Extrato de ata de registro de preço - Modalidade: Pregão Presencial - Registro de Preço 17/2020, Processo 27/2020. Órgão Gerenciador: Município de Rodeio - SC. Vigência: até 03/07/2021. Objeto: Registro de Preços para aquisição de 855 cestas básicas de gêneros alimentícios para distribuição as pessoas carentes e necessitadas do município conforme levantamento efetuado pelo setor de assistência e promoção social. Ata 24/2020 - Supermercado Dallagnolo Ltda Epp, Valor estimado: R\$ 92.201,80. Rodeio 03/07/2020. Paulo Roberto Weiss - Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 47/2018

Publicação N° 2552791

Estado de Santa Catarina - Município de Rodeio - Extrato 4º termo aditivo ao contrato N° 47/2018 ref. Concorrência N° 01/2018. Contratante: Município de Rodeio. Contratada: Rcpa Empreiteira Ltda Epp. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato original. Vigência: 05/07/2020 a 05/01/2021. Rodeio 04 de julho de 2020. Paulo Roberto Weiss - Prefeito Municipal

Romelândia

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 44/2020

Publicação Nº 2551881

EXTRATO DO CONTRATO 44/2020

O Município de Romelândia (SC) comunica CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA FORNECIMENTO DE MARMITA E LANCHES PARA SERVIDORES QUE TRABALHAM EM REGIME DE PLANTÃO NA UBS – UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE ROMELÂNDIA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES OU OUTRO DEPARTAMENTO DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, através do Credenciamento 05/2020. Contratado: ROBERTO ANTONIO GUILARDI.. Validade do Contrato 31/12/2020. Romelândia, 29/06/2020. VALDIR BUGS - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 45/2020

Publicação Nº 2551915

EXTRATO DO CONTRATO 45/2020

O Município de Romelândia (SC) comunica CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA FORNECIMENTO DE MARMITA E LANCHES PARA SERVIDORES QUE TRABALHAM EM REGIME DE PLANTÃO NA UBS – UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE ROMELÂNDIA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES OU OUTRO DEPARTAMENTO DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, através do Credenciamento 05/2020. Contratado: LUANA EDUARDA VERZA. Validade do Contrato 31/12/2020. Romelândia, 29/06/2020. VALDIR BUGS - Prefeito Municipal

PORTARIA 10008/2020

Publicação Nº 2551894

PORTARIA Nº 10008/2020

NOMEIA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Servidora Pública Municipal, Sra LORENA DE FATIMA ASSIS BIONDO, para desempenhar as funções de Secretaria Municipal de Saúde, conforme Lei Complementar nº 010/2013, de 26 de dezembro de 2013, e inciso II, do artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 2º - A referida contratação será de 06 de julho de 2020 a 20 de julho de 2020, período em que a titular da pasta, Sra DEBORA GLEMBOTZKI, está afastada em Licença Maternidade.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 06 de julho de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

PORTARIA 10009/2020

Publicação Nº 2551901

PORTARIA Nº 10009/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. NILCE KOHLS, cargo de carreira AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 02 de setembro de 2018 a 01 de setembro de 2019.

Art. 2º - O período de concessão será de 06 de julho de 2020 a 04 de agosto de 2020.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 06 de julho de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

PORTARIA 10010/2020

Publicação N° 2552409

PORTARIA N° 10010/2020

EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar Servidor Público Municipal, Sr. ITACIR BELUSSO, do cargo em comissão de DIRETOR ADJUNTO CC-11, 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 06 de julho de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

DECRETO Nº 4.254/2020

Publicação Nº 2552522

LEI Nº 2.389/2020

Dispõe sobre Revogação de Concessão de Direito Real de Uso e dá outras providências.

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes, faço a todos os habitantes do Município saber que a Câmara de Vereadores aprovou e EU sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica revogada a concessão de direito real de uso do imóvel e benfeitorias de propriedade do Município, dos Lotes Urbanos nºs 59, 60 e 63, da quadra nº 07, com áreas respectivas de 783,80m², cada lote num total em conjunto de 2.351,40m² (dois mil trezentos e cinquenta e um metros e quarenta centímetros quadrados), situado na Linha São Jorge, concedida ao Clube Comunitário São Jorge, através das Leis Municipais nºs 1.507/2003 e 1.610/2005.

Art. 2º. O Clube Comunitário São Jorge apresentou solicitação de revogação através de Ofício.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis Municipais nºs 1.507/2003 e 1.610/2005.

Romelândia, SC, 30 de abril de 2020.

Valdir Bugs
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada em data supra

Milton Aimi
Secretario de Administração e Fazenda

Saltinho

PREFEITURA

PREGÃO 021/2020

Publicação Nº 2551845

ESTADO DE SANTA CATARNA
MUNICÍPIO DE SALTINHO
Aviso de Licitação
Processo N.º 030/2020 - Pregão Presencial nº 021/2020

O Município de Saltinho – SC, torna público aos interessados que encontra-se aberto o PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2020 – decorrente do PROCESSO 030/2020, visando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO VIA ALARME. De acordo com as especificações contidas no Edital, disponível no Setor de Licitações. O recebimento dos Envelopes Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados e CREDENCIAMENTO dar-se-á até às 08:00MIN DO DIA 20 DE JULHO DE 2020, no Setor de Licitações deste Município, sito a Rua Álvaro Costa nº 545, Saltinho - SC. A abertura dos Envelopes n. 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 08:15MIN DO DIA 20 DE JULHO DE 2020, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações do Município de Saltinho/SC. Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente pelo fone (49) 3656.0044, ou diretamente no Setor Administrativo sito Rua Álvaro Costa nº 545, Saltinho - SC, 06 de julho de 2020. Deonir Luiz Ferronato - Prefeito Municipal

PREGÃO 022/2020

Publicação Nº 2551861

ESTADO DE SANTA CATARNA
MUNICÍPIO DE SALTINHO
Aviso de Licitação
Processo N.º 031/2020 - Pregão Presencial com Registro de Preços nº 022/2020

O Município de Saltinho – SC, torna público aos interessados que encontra-se aberto o PREGÃO PRESENCIAL 022/2020 – decorrente do PROCESSO 031/2020, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, de acordo com as especificações contidas no Edital, disponível no Setor de Licitações. O recebimento dos Envelopes Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados e CREDENCIAMENTO dar-se-á até às 09:45MIN DO DIA 17 DE JULHO DE 2020, no Setor de Licitações deste Município, sito a Rua Álvaro Costa nº 545, Saltinho - SC. A abertura dos Envelopes n. 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 10:00MIN DO DIA 17 DE JULHO DE 2020, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações do Município de Saltinho.. Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente pelo fone (49) 3656.0044, ou diretamente no Setor Administrativo sito Rua Álvaro Costa nº 545, Saltinho - SC, 06 de julho de 2020. Deonir Ferronato - Prefeito Municipal.

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 57/2020

Publicação Nº 2551473

DECRETO 057/2020. – DE 09.06.2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 1.684/2019 de 29.11.2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2010 – MAN. DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Modalidade de Aplicação: 4490 – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 150.000,00

Fonte: 1162.000000

RED: 190

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 09 de Junho de 2020.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 59/2020

Publicação Nº 2551475

DECRETO Nº 059/2020, DE 25 DE JUNHO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 1.684/2019 de 29.11.2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Projeto/Atividade: 2047 – MAN. DO PROGRAMA SUS- ESTADO

Modalidade de Aplicação: 3190 – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 40.000,00

Fonte: 1167.000000

RED: 29

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito indicado no artigo anterior serão utilizadas o mesmo valor da Anulação da seguinte Dotação Orçamentaria:

Órgão: 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Projeto/Atividade: 2047 – MAN. DO PROGRAMA SUS- ESTADO

Modalidade de Aplicação: 3390 – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 40.000,00

Fonte: 1167.000000

RED: 36

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 25 de Junho de 2020.

ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

LEI Nº 1.697, DE 06 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2552790

LEI Nº 1.697, DE 06 de JULHO de 2020.

FIXA OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, DO VICE-PREFEITO, BEM COMO A REMUNERAÇÃO DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS PARA A LEGISLATURA 2021 A 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara de Vereadores elaborou, aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º. O subsídio mensal do Prefeito Municipal para a Legislatura 2021 a 2024, será em parcela única no valor de R\$ 14.710,00 (catorze mil setecentos e dez reais).

§ 1º. Quando o Prefeito detiver cargo efetivo na Prefeitura, deverá fazer a opção pelo vencimento do cargo ou pelo subsídio de prefeito.

§ 2º. O Prefeito Municipal terá direito ao 13º (décimo terceiro) salário.

Art. 2º. O subsídio mensal do Vice-Prefeito, para a Legislatura 2021 a 2024, será em parcela única no valor de R\$ 3.797,00 (três mil setecentos e noventa e sete reais)

§ 1º. O Vice-Prefeito, quando no exercício de um cargo comissionado ou lotado em cargo efetivo, deverá fazer a opção pelo subsídio.

§ 2º. Caso o servidor efetivo opte pelo subsídio legalmente instituído para o cargo de Vice-Prefeito do mesmo Município, somente poderá perceber o valor correspondente ao subsídio, sem outro adicional, gratificação ou qualquer outro estipêndio, nos termos do §4º do art. 39 da Constituição Federal.

§ 3º. O Vice Prefeito não terá direito ao 13º (décimo terceiro) salário.

Art. 3º. O subsídio mensal dos Secretários Municipais, para a Legislatura 2021 a 2024 será em parcela única no valor de R\$ 5.736,00 (cinco mil setecentos e trinta e seis reais).

§ 1º. Quando o Servidor Municipal lotado em cargo efetivo for nomeado para exercer um cargo de Secretário, o mesmo deverá fazer a opção pelo vencimento do cargo efetivo ou pelo subsídio da função comissionada.

§ 2º. O Secretário Municipal terá direito ao 13º (décimo terceiro) salário.

Art. 4º. Os subsídios de que trata esta lei serão revisados nas mesmas datas e nos mesmos índices em que for concedida revisão geral aos demais servidores municipais, conforme o art. 37, inciso X da Constituição Federal.

Parágrafo único. No primeiro ano do mandato a revisão geral será somente do período da posse até a data da concessão da referida reposição.

Art. 5º. As Despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente do Executivo Municipal.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor em 01 de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso/SC, 06 de julho de 2020.

ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

EDIVAR ANTONIO DONADEL
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 1.698, DE 06 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2552794

LEI Nº 1.698, DE 06 de JULHO de 2020.

FIXA OS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES PARA A LEGISLATURA 2021 A 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara de Vereadores elaborou, aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º. O subsídio mensal dos Vereadores para a Legislatura 2021 a 2024, será fixado em parcela única no valor de R\$ 1.964,00 (um mil novecentos e sessenta e quatro reais)

§ 1º. Não terá redução proporcional do subsídio o Vereador presente na sessão quando não houver matéria a ser votada na pauta do dia e quando não se realizar a sessão por falta de quórum para deliberação.

§ 2º. Durante o período de recesso parlamentar será devido ao Vereador o subsídio integral.

§ 3º. O Vereador não terá direito ao 13º (décimo terceiro) salário.

Art. 2º. Quando o Vereador for servidor municipal lotado em cargo efetivo, o mesmo receberá o vencimento do cargo efetivo e o valor do subsídio, desde que haja compatibilidade de horários.

Art. 3º. O subsídio mensal do Presidente da Câmara, para a Legislatura 2021 a 2024, será em parcela única no valor de R\$2.946,00 (dois mil novecentos e quarenta e seis reais), vedado o recebimento de qualquer espécie de gratificação adicional.

Art. 4º. Os subsídios de que tratam esta lei serão revisados nas mesmas datas e nos mesmos índices em que for concedida revisão geral da remuneração aos servidores públicos municipais, conforme o art. 37, inciso X da Constituição Federal.

Parágrafo único - No primeiro ano de mandato a revisão geral será somente do período da posse até a data da concessão da referida reposição.

Art. 5º. As Despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente da Câmara Municipal.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor em 01 de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso/SC, 06 de julho de 2020.

ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

EDIVAR ANTONIO DONADEL
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Santa Cecília

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.385. DE 03 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2551774

Estado de Santa Catarina
Prefeitura do Município de Santa Cecília

DECRETO Nº 1.385, DE 03 DE JULHO DE 2020

“DISPÕE SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DE NOVAS MEDIDAS PREVENTIVAS E DE ENFRENTAMENTO À COVID-19 NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o aumento de casos de pessoas infectadas com a COVID-19 no Município de Santa Cecília; e

Considerando que compete a cada Município, dentro de sua competência legislativa, estabelecer medidas preventivas e restritivas no sentido de evitar a propagação do vírus do COVID-19 em seu território,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suspensos, em todo o território do Município de Santa Cecília, sob regime de quarentena:

I – até o dia 02 de Agosto de 2020, o calendário de eventos esportivos organizados pela Fundação Municipal de Esportes, bem como o esporte amador, bem como o acesso a eventos e competições da iniciativa privada;

II – até o dia 02 de Agosto de 2020, as atividades de casas noturnas, bem como a realização de eventos, shows e espetáculos que acarretam reunião de público;

III – até o dia 02 de Agosto de 2020, o transporte escolar realizado pelo Município.

Art. 2º. Fica proibida a realização de eventos que acarretem reunião de público, em todos os logradouros e praças públicas, bem como no Parque Municipal de Exposições, até o dia 02 de Agosto de 2020.

Art. 3º. Fica sendo como obrigatório, o uso de máscara em todas as vias públicas (ruas), praças e logradouros públicos, bem como fica proibido o acesso de pessoas sem o uso da máscara a todos os órgãos que integram a estrutura administrativa do Município.

Estado de Santa Catarina
Prefeitura do Município de Santa Cecília

DECRETO Nº 1.385, DE 03 DE JULHO DE 2020

FL. 02

Art. 4º. Fica o Departamento de Vigilância Sanitária e Epidemiológica do Município, autorizado a adotar todas as medidas necessárias para a fiscalização, bem como para a notificação e encaminhamento de representação ao Ministério Público Local, com relação às violações às disposições contidas no presente Decreto, podendo inclusive, solicitar apoio e reforço policial para auxiliar nas medidas de fiscalização e notificação dos infratores.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Santa Cecília, 03 de Julho de 2020

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA
PREFEITA MUNICIPAL

Este decreto foi publicado na data de 03 de Julho de 2020.

ELIANI TERESINHA DUFFECK
Secretária de Administração

DECRETO Nº 1.386, DE 06 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2552123

Estado de Santa Catarina
Prefeitura do Município de Santa Cecília

DECRETO Nº 1.386, DE 06 DE JULHO DE 2020

“DISPÕE SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DE NOVAS MEDIDAS PREVENTIVAS E DE ENFRENTAMENTO À COVID-19 NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o aumento de casos de pessoas infectadas com a COVID-19 no Município de Santa Cecília;

Considerando que compete a cada Município, dentro de sua competência legislativa, estabelecer medidas preventivas e restritivas no sentido de evitar a propagação do vírus do COVID-19 em seu território;

Considerando também, a necessidade de preservação da saúde e da integridade física dos servidores que prestam serviços junto aos órgãos que integram a estrutura administrativa do Município, no atendimento ao público;

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido horário especial de funcionamento, até o dia 02 de Agosto de 2020, para os seguintes órgãos que integram a estrutura administrativa do Município:

I – Unidades Básicas de Saúde – ESF's, Sede Administrativa da Secretaria de Saúde e Farmácia Municipal, terão horário de funcionamento das 08:00 às 13:00 horas;

II – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Secretaria de Assistência Social e Sede Administrativa do Município (Prefeitura Municipal), das 13:00 às 18:00 horas;

III – Conselho Tutelar, das 13:00 às 18:00 horas, devendo tal horário ser dividido entre trabalho na sede do Conselho bem como em rondas nas vias públicas, praças e demais logradouros, com a finalidade de fiscalizar e orientar que crianças e adolescentes permaneçam em casa e somente se desloquem pela cidade, em casos de extrema necessidade e com o uso de máscara.

Estado de Santa Catarina
Prefeitura do Município de Santa Cecília

DECRETO Nº 1.386, DE 06 DE JULHO DE 2020

FL. 02

Art. 2º. Com relação à realização de cultos religiosos e missas, a sua realização deverá se dar respeitando-se a capacidade máxima de 30% de lotação dos templos religiosos, sendo vedada a entrada e permanência de pessoas nestes locais sem o uso de máscara.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Santa Cecília, 06 de Julho de 2020

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA
PREFEITA MUNICIPAL

Este decreto foi publicado na data de 06 de Julho de 2020.

ELIANI TERESINHA DUFFECK
Secretária de Administração

Santa Rosa de Lima

PREFEITURA

EXTRATO DO DECIMO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO 02/2020 FMS

Publicação N° 2551240

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

EXTRATO DO DECIMO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO N° 02/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL SANTA ROSA DE LIMA

CONTRATADA: R. L. VANDRESEN & CIA LTDA.

OBJETO DO ADITIVO: Alterar a Cláusula I do Contrato n° 02/2020, datado de 23 de janeiro de 2020, passando o preço da Gasolina comum de R\$ 3,877 (três reais e oitenta e sete centavos) para R\$ 3,894 (três reais e oitenta e nove centavos) passando o preço do óleo diesel Comum de R\$ 3.180 (três reais e dezoito centavos) para R\$ 3,27 (três reais e vinte e sete centavos) a partir desta data.

Todas as demais cláusulas do Contrato n° 02/2020, datado 23 de janeiro de 2020, permanecem inalteradas.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 26 de junho de 2020.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

RESULTADO DO PREGÃO 13/2020 FMS

Publicação N° 2551175

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA ROSA DE LIMA

RESULTADO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 13/2020

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 16/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS DE 07 (SETE) LUGARES PARA TRANSPORTE DE PACIENTES.

EMPRESAS VENCEDORAS: KOLINA ARARANGUAENSE VEÍCULOS LTDA.

VALOR HOMOLOGADO: R\$ 165.100,00.

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 02 de julho de 2020.

Santa Rosa de Lima, em 02 de julho de 2020.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N° 32/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS DE 07 (SETE) LUGARES PARA TRANSPORTE DE PACIENTES.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.

EMPRESA CONTRATADA: KOLINA ARARANGUAENSE VEÍCULOS LTDA.

CNPJ/MF: 03.903.881/0003-00

VALOR DO CONTRATO: R\$ 165.100,00.

VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2020. Com possível prorrogação, Sempre atendendo o disposto na Lei das Licitações.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 02 de julho de 2020.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

ATA RESPOSTA IMPUGNAÇÃO PR 013/2020 - 2

Publicação Nº 2552479

Assunto: Resposta às impugnações interpostas relativas ao Processo Licitatório nº 013/2020- Pregão Presencial, para a contratação de empresas para o fornecimento de materiais de consumo hospitalar, equipamentos e medicamentos a serem adquiridos parceladamente no exercício de 2020.

DO RELATÓRIO

Trata-se de impugnação ao edital do Processo Licitatório nº 013/2020- Pregão Presencial, formulada pela empresa ISAMED MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES EIRELI ME, alegando, numa breve síntese, sobre a exigência de apresentação de CERTIFICADOS DO ISO nele constante acabam por limitar a competição e direciona a licitação a um determinado fabricante em especial.

TEMPESTIVIDADE:

Inicialmente, comprova-se a tempestividade das impugnações, tendo sido, portanto, cumprido o prazo pretérito de dias úteis, previstos na Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Federal 10.520/02.

Diante disso, a impugnação protocolada pela empresa ISAMED MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES EIRELI ME no dia 21/05/2020 é tempestiva.

DA DECISÃO:

Certifica-se que a recorrente protocolou seu pedido de impugnação ao edital no prazo concedido, sendo assim a Pregoeira decide por conhecer as impugnações e acolhe-las em partes, quanto a:

· Sobre exigência de apresentação de CERTIFICADOS DO ISO constante no edital, a Pregoeira decide por retirar esta exigência.

A Pregoeira e os membros da equipe de apoio determinam a revogação deste edital e publicação de um novo certame com as devidas alterações que a administração achar conveniente e as correções necessárias no termo de referência, como atualização dos valores e regras editalícias.

Santa Rosa do Sul, 03 de Julho de 2020.

Luana de Souza Pereira
Pregoeira

Fabio de Souza Machado
Membro

Marcia Josane Silveira Velhos
Membro

AVISO DE REVOGAÇÃO LIC. 013/2020 PR

Publicação Nº 2552507

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC
AVISO DE REVOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2020

PUBLICADO NO DOM EM 04/03/2020 - EDIÇÃO Nº 3071 PG 1378

A Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições torna Público a revogação do Processo de Licitação nº 013/2020, que tem por objeto "FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO HOSPITALAR, EQUIPAMENTOS E MEDICAMENTOS A SEREM ADQUIRIDOS PARCELADAMENTE NO EXERCÍCIO DE 2020". CONSIDERANDO que a autoridade competente para determinar a contratação pode REVOGAR a licitação em face de razões de interesse e/ou necessidade pública derivadas de fatos supervenientes.

Santa Rosa do Sul, 03 de Julho de 2020.

Nelson Cardoso de Oliveira
Prefeito Municipal

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 055/2020 PR

Publicação Nº 2552493

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO 055/2020- PR 055/2020

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa para o FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO HOSPITALAR, EQUIPAMENTOS E MEDICAMENTOS A SEREM ADQUIRIDOS PARCELADAMENTE NO EXERCÍCIO DE 2020. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 13h15min do dia 16 de Julho de 2020. Com início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento até as 13h30min do dia 16 de Julho de 2020. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (0xx48)3534-1113.

E-mail: licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul, 06 de Julho de 2020.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 057/2020 PR

Publicação Nº 2552510

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

Edital de Licitação nº 057/2020 – Tomada de Preços nº 057/2020

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul – SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa especializada para execução dos serviços de pavimentação em blocos de concreto sextavados da Rua Manoel Norberto Fraga, no município de Santa Rosa do Sul/SC. Com recebimento da documentação e proposta até às 09h45min do dia 22 de Julho de 2020, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 10h00min do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul.

Fone:(0xx48)3534-1113.

E-mail: licitacao@santarosadosul.sc.gov.br.

Santa Rosa do Sul, 06 de Julho de 2020.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO 02/2020 AO CONTRATO 53/2019

Publicação Nº 2552254

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 53/2019

ESTADO DE SANTA CATARINA / MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC. PL nº. 05/2019 TP 03/2019 Contratante: Município de Santa Terezinha do Progresso – SC. Contratado: SOCIEDADE BENEFICENTE HOSPITALAR MARAVILHA.

Objeto: reajuste de valor do contrato administrativo nº 53/2019 de 31/05/2019 em + R\$ 6,51%, nos termos da cláusula terceira do referido contrato, nos termos do requerimento e justificativa apresentados pela contratada e autorização da autoridade competente, que integram o presente, como se aqui transcritos, aplicando a variação do IGPM acumulado nos últimos 12 (doze) meses, conforme publicado pelo IG. a contar do dia 01 de julho de 2020.

Valor: A parcela mensal era no valor de R\$ 20.456,00 (vinte mil quatrocentos e cinquenta e seis reais) e o novo valor a ser pago mensalmente é de R\$ 21.787,69 (vinte e um mil setecentos e oitenta e sete reais e sessenta e nove centavos). Assinatura do termo: 01 de julho de 2020. DERLI FURTADO, PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO CONTRATO 46/2020 PL 05/2020 FMS PP 02/2020 FMS

Publicação Nº 2552192

EXTRATO DE CONTRATO 46/2020

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC

Processo Licitatório 05/2020 FMS.

Pregão Presencial 02/2020.

Contratante: Município de Santa Terezinha do Progresso – SC.

Contratado: SOCIÉTÉ COMERCIO DE VEICULOS LTDA,

CNPJ: 29.987.662/0001-89.

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO TIPO VAN PARA TRANSPORTE DE PACIENTES FORA DO DOMICÍLIO PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS, CONDICIONADO A LIBERAÇÃO DE RECURSOS POR MEIO DE PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA 0000022268, COM O FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE.

Assinatura: 06 de julho de 2020.

Vigência: 06/07/2020 até 31/12/2020.

Valor total: R\$ 189.000,00 (cento e oitenta e nove mil reais).

DERLI FURTADO

PREFEITO MUNICIPAL

PL 67-2020 PP 44-2020

Publicação Nº 2552816

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 67/2020

PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº. 44/2020

O MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, Sr. DERLI FURTADO, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que as 08:00 horas do dia 17 de julho de 2020, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, SRP, tendo como objeto: A PRESENTE LICITAÇÃO VISA O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE LÍQUIDO AURIFICADOR CTA, PARA ATENDIMENTO DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME DESCRIÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS. O processo será regido pelas Leis Federais, nº. 8666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto a comissão de Licitações do Município, sito a Av. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Telefone (49) 36570046, e-mail:compras@staterezhaprogresso.sc.gov.br ou pelo site www.staterezhaprogresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso – SC – 07 de julho de 2020.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

ARP PL 61-2020 PP 26-2020

Publicação Nº 2551518

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 1/8
Processo Nº.: 61/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 26/2020

No dia 3 do mês de Julho do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.612.847/0001-90, com sede administrativa localizada na Avenida Tancredo Neves, 337, bairro Centro, CEP nº. 89983-000, nesta cidade de Santa Terezinha do Progresso/SC, representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a) DERLI FURTADO, inscrito no CPF sob o nº. 219.982.219-20, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 39/2020, Processo Licitatório nº. 61/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) A PRESENTE LICITAÇÃO VISA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS DE CAMINHÕES, MÁQUINAS PESADAS, IMPLEMENTOS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, ÔNIBUS E CAMINHÕES PARA ATENDER DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
305	A. R. PNEUS LTDA - EPP	11, 12, 13, 14, 20, 21, 22, 23
267	F.M. PNEUS LTDA	7, 8, 24, 25, 9, 10, 28, 29
1196	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	32, 33, 5, 6
306	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	1, 2, 3, 4
307	RECAPADORA MARREAS LTDA - EPP	26, 27
4	RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA	16, 17, 15, 34, 18, 19, 30, 31

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
A. R. PNEUS LTDA - EPP	09.243.567/0001-63	ANDREI BORSATTO	006.005.239-26
F.M. PNEUS LTDA	81.374.845/0001-49	IVO BADIA	642.610.349-72
JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	02.570.797/0001-98	CIMAR JOÃO PICININI	758.599.209-20
R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	04.223.949/0001-01	MICHEL DE ALMEIDA MARMENTINI	065.997.479-73
RECAPADORA MARREAS LTDA - EPP	05.689.415/0001-38	JEFERSON MACHADO DE SOUZA	034.504.169-01
RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA	83.230.888/0001-86	RENATO SADI BAUERMANN	249.543.819-91

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

A PRESENTE LICITAÇÃO VISA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS DE CAMINHÕES, MÁQUINAS PESADAS, IMPLEMENTOS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, ÔNIBUS E CAMINHÕES PARA ATENDER DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço por Lote, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 4 - RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
15	RECAPAGEM PNEU 7-50 ARO 16	Und	BOREX	10,000	341,9699	3.419,70
16	RECAPAGEM PNEU 900/20 COMUN	Und	BOREX	10,000	471,0091	4.710,09
17	VULCANIZAÇÃO PNEU 900/20 COMUN	Und	BOREX	10,000	137,9909	1.379,91
18	RECAPAGEM PNEU 900/20 RADIAL	Und	BOREX	10,000	492,2152	4.922,15
19	VULCANIZAÇÃO PNEU 900/20 RADIAL	Und	BOREX	5,000	139,5695	697,85
30	RECAPAGEM PNEU 23.1 ARO 26	Und	BOREX	4,000	2.577,6562	10.310,62

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 2/8

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Processo Nº.: 61/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2020

Fornecedor: 4 - RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
31	VULCANIZAÇÃO PNEU 23.1 ARO 26	Und	BOREX	6,000	396,5625	2.379,38
34	VULCANIZAÇÃO PNEU 7-50 ARO 16	Und	BOREX	20,000	99,5151	1.990,30

Fornecedor: 267 - F.M. PNEUS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	RECAPAGEM PNEU 18.4 ARO 30	Und		8,000	1.796,5278	14.372,22
8	VULCANIZAÇÃO PNEU 18.4 ARO 30	Und		15,000	368,5185	5.527,78
9	RECAPAGEM PNEU 12.4 ARO 24	Und		8,000	890,1887	7.121,51
10	VULCANIZAÇÃO PNEU 12.4 ARO 24	Und		20,000	317,9245	6.358,49
24	RECAPAGEM PNEU 17.5 ARO 25	Und		4,000	1.869,5745	7.478,30
25	VULCANIZAÇÃO PNEU 17.5 ARO 25	Und		8,000	370,2128	2.961,70
28	RECAPAGEM PNEU 12-16.5	Und		8,000	735,3191	5.882,55
29	VULCANIZAÇÃO PNEU 12-16.5	Und		15,000	183,8298	2.757,45

Fornecedor: 305 - A. R. PNEUS LTDA - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
11	RECAPAGEM PNEU 18.4 ARO 34	Und	DREBOR	4,000	1.870,0000	7.480,00
12	VULCANIZAÇÃO PNEU 18.4 ARO 34	Und	DREBOR	8,000	340,0000	2.720,00
13	RECAPAGEM PNEU 14.9 ARO 24	Und	DREBOR	6,000	1.123,0797	6.738,48
14	VULCANIZAÇÃO PNEU 14.9 ARO 24	Und	DREBOR	20,000	315,5761	6.311,52
20	RECAPAGEM PNEU 12.5/80 ARO 18	Und	DREBOR	5,000	815,2941	4.076,47
21	VULCANIZAÇÃO PNEU 12.5/80 ARO 18	Und	DREBOR	10,000	222,3529	2.223,53
22	RECAPAGEM PNEU 19.5 ARO 24	Und	DREBOR	10,000	1.785,4183	17.854,18
23	VULCANIZAÇÃO PNEU 19.5 ARO 24	Und	DREBOR	15,000	349,7211	5.245,82

Fornecedor: 306 - R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	RECAPAGEM PNEU 1000/20 COMUN	Und	BOREX	20,000	486,4384	9.728,77
2	VULCANIZAÇÃO PNEU 1000/20 COMUN	Und	VIPAL	25,000	146,8493	3.671,23
3	RECAPAGEM PNEU 1000/20 RADIAL	Und	BOREX	20,000	525,2700	10.505,40
4	VULCANIZAÇÃO PNEU 1000/20 RADIAL	Und	VIPAL	40,000	159,8649	6.394,60

Fornecedor: 307 - RECAPADORA MARRECCAS LTDA - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
26	RECAPAGEM PNEU 1400/24	Und	BOREX	15,000	1.168,5864	17.528,80
27	VULCANIZAÇÃO PNEU 1400/24	Und	RAYTAK	30,000	315,7068	9.471,20

Fornecedor: 1196 - JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	RECAPAGEM PNEU 275/80 ARO 22	Und	DREBOR	25,000	568,3038	14.207,60
6	VULCANIZAÇÃO PNEU 275/80 ARO 22	Und	RJ PNEUS	30,000	139,7468	4.192,40
32	RECAPAGEM PNEU 215-75/17.5	Und	BOREX	10,000	344,3260	3.443,26
33	VULCANIZAÇÃO PNEU 215-75/17.5	Und	RJ PNEUS	10,000	111,6735	1.116,74

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 3/8
Processo Nº.: 61/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2020

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 4/8
Processo N°. 61/2020
PREGÃO PRESENCIAL N°. 39/2020

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração;

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 5/8
Processo Nº.: 61/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2020

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 6/8
Processo Nº.: 61/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2020

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observadas as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSOPágina: 7/8
Processo N°.: 61/2020
PREGÃO PRESENCIAL N°. 39/2020

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Terezinha do Progresso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Santa Terezinha do Progresso, 3 de Julho de 2020.

DERLI FURTADO
PREFEITO

Empresas Participantes:

A. R. PNEUS LTDA - EPP	CNPJ: 09.243.567/0001-63	_____
F.M. PNEUS LTDA	CNPJ: 81.374.845/0001-49	_____
JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	CNPJ: 02.570.797/0001-98	_____
R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	CNPJ: 04.223.949/0001-01	_____

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 8/8

Processo Nº.: 61/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2020

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Santa Terezinha do Progresso, 3 de Julho de 2020.

DERLI FURTADO
PREFEITO

Empresas Participantes:

RECAPADORA MARREAS LTDA - EPP

CNPJ: 05.689.415/0001-38 _____

RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA

CNPJ: 83.230.888/0001-86 _____

ATA DE JULGAMENTO DO PL 61-2020 PP 26-2020

Publicação Nº 2551514

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 39/2020 - PR
CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 61/2020 Data do Processo: 08/06/2020
	Folha: 1/4

OBJETO DA LICITAÇÃO:

A PRESENTE LICITAÇÃO VISA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS DE CAMINHÕES, MÁQUINAS PESADAS, IMPLEMENTOS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, ÔNIBUS E CAMINHÕES PARA ATENDER DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.

Ao(s) 3 de Julho de 2020, às 08:36 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 01/2020, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 61/2020, Licitação nº 39/2020 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aberto o 2º Envelope do Licitante que apresentou a melhor proposta e analisados os documentos de habilitação, foi verificado o atendimento dos requisitos estabelecidos no Edital. Os documentos de habilitação examinados e as propostas dos credenciados foram rubricados pela Pregoeira e pelos membros da Equipe de Apoio e colocados à disposição dos Licitantes para exame e rubrica. Não houve objeção. Questionados sobre a fase recursal nenhum licitante manifestou interesse em interpor recursos do que foi decidido na sessão pública. Sendo assim, encerramos a presente sessão pública, lavrando a presente ata que vai assinada por todos, e encaminhada a autoridade superior para apreciação e deliberação. Santa Terezinha do Progresso - SC, 03 de julho de 2020.

LOTE: 1**Participante: 306 - R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA**

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde. Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	RECAPAGEM PNEU 1000/20 COMUN	Und	20,00	BOREX	0,0000	486,4384	9.728,77
2	VULCANIZAÇÃO PNEU 1000/20 COMUN	Und	25,00	VIPAL	0,0000	146,8493	3.671,23

Total do Participante -----> 13.400,00

LOTE: 2**Participante: 306 - R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA**

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde. Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	RECAPAGEM PNEU 1000/20 RADIAL	Und	20,00	BOREX	0,0000	525,27	10.505,40
4	VULCANIZAÇÃO PNEU 1000/20 RADIAL	Und	40,00	VIPAL	0,0000	159,8649	6.394,60

Total do Participante -----> 16.900,00

LOTE: 3**Participante: 1196 - JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA**

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde. Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
32	RECAPAGEM PNEU 215-75/17.5	Und	10,00	BOREX	0,0000	344,326	3.443,26
33	VULCANIZAÇÃO PNEU 215-75/17.5	Und	10,00	RJ PNEUS	0,0000	111,6735	1.116,74

Total do Participante -----> 4.560,00

LOTE: 4**Participante: 1196 - JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA**

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde. Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
5	RECAPAGEM PNEU 275/80 ARO 22	Und	25,00	DREBOR	0,0000	568,3038	14.207,60
6	VULCANIZAÇÃO PNEU 275/80 ARO 22	Und	30,00	RJ PNEUS	0,0000	139,7468	4.192,40

Total do Participante -----> 18.400,00

LOTE: 5**Participante: 267 - F.M. PNEUS LTDA**

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde. Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
7	RECAPAGEM PNEU 18.4 ARO 30	Und	8,00		0,0000	1.796,5278	14.372,22

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

CNPJ: 01.612.847/0001-90
 Avenida Tancredo Neves, 337
 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 39/2020 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 61/2020
 Data do Processo: 08/06/2020

Folha: 2/4

LOTE: 5

Participante: 267 - F.M. PNEUS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
8	VULCANIZAÇÃO PNEU 18.4 ARO 30	Und	15,00		0,0000	368,5185	5.527,78

Total do Participante -----> 19.900,00

LOTE: 6

Participante: 305 - A. R. PNEUS LTDA - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
11	RECAPAGEM PNEU 18.4 ARO 34	Und	4,00	DREBOR	0,0000	1.870,00	7.480,00
12	VULCANIZAÇÃO PNEU 18.4 ARO 34	Und	8,00	DREBOR	0,0000	340,00	2.720,00

Total do Participante -----> 10.200,00

LOTE: 7

Participante: 4 - RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
16	RECAPAGEM PNEU 900/20 COMUN	Und	10,00	BOREX	0,0000	471,0091	4.710,09
17	VULCANIZAÇÃO PNEU 900/20 COMUN	Und	10,00	BOREX	0,0000	137,9909	1.379,91

Total do Participante -----> 6.090,00

LOTE: 8

Participante: 305 - A. R. PNEUS LTDA - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
13	RECAPAGEM PNEU 14.9 ARO 24	Und	6,00	DREBOR	0,0000	1.123,0797	6.738,48
14	VULCANIZAÇÃO PNEU 14.9 ARO 24	Und	20,00	DREBOR	0,0000	315,5761	6.311,52

Total do Participante -----> 13.050,00

LOTE: 9

Participante: 305 - A. R. PNEUS LTDA - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
20	RECAPAGEM PNEU 12.5/80 ARO 18	Und	5,00	DREBOR	0,0000	815,2941	4.076,47
21	VULCANIZAÇÃO PNEU 12.5/80 ARO 18	Und	10,00	DREBOR	0,0000	222,3529	2.223,53

Total do Participante -----> 6.300,00

LOTE: 10

Participante: 305 - A. R. PNEUS LTDA - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
22	RECAPAGEM PNEU 19.5 ARO 24	Und	10,00	DREBOR	0,0000	1.785,4183	17.854,18
23	VULCANIZAÇÃO PNEU 19.5 ARO 24	Und	15,00	DREBOR	0,0000	349,7211	5.245,82

Total do Participante -----> 23.100,00

LOTE: 11

Participante: 267 - F.M. PNEUS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
24	RECAPAGEM PNEU 17.5 ARO 25	Und	4,00		0,0000	1.869,5745	7.478,30
25	VULCANIZAÇÃO PNEU 17.5 ARO 25	Und	8,00		0,0000	370,2128	2.961,70

Total do Participante -----> 10.440,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

CNPJ: 01.612.847/0001-90
 Avenida Tancredo Neves, 337
 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 39/2020 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 61/2020
 Data do Processo: 08/06/2020

Folha: 3/4

LOTE: 12

Participante: 267 - F.M. PNEUS LTDA

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
9	RECAPAGEM PNEU 12.4 ARO 24	Und	8,00		0,0000	890,1887	7.121,51
10	VULCANIZAÇÃO PNEU 12.4 ARO 24	Und	20,00		0,0000	317,9245	6.358,49

Total do Participante -----> 13.480,00

LOTE: 13

Participante: 4 - RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
15	RECAPAGEM PNEU 7-50 ARO 16	Und	10,00	BOREX	0,0000	341,9699	3.419,70
34	VULCANIZAÇÃO PNEU 7-50 ARO 16	Und	20,00	BOREX	0,0000	99,5151	1.990,30

Total do Participante -----> 5.410,00

LOTE: 14

Participante: 4 - RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
18	RECAPAGEM PNEU 900/20 RADIAL	Und	10,00	BOREX	0,0000	492,2152	4.922,15
19	VULCANIZAÇÃO PNEU 900/20 RADIAL	Und	5,00	BOREX	0,0000	139,5695	697,85

Total do Participante -----> 5.620,00

LOTE: 15

Participante: 307 - RECAPADORA MARRECCAS LTDA - EPP

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
26	RECAPAGEM PNEU 1400/24	Und	15,00	BOREX	0,0000	1.168,5864	17.528,80
27	VULCANIZAÇÃO PNEU 1400/24	Und	30,00	RAYTAK	0,0000	315,7068	9.471,20

Total do Participante -----> 27.000,00

LOTE: 16

Participante: 267 - F.M. PNEUS LTDA

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
28	RECAPAGEM PNEU 12-16.5	Und	8,00		0,0000	735,3191	5.882,55
29	VULCANIZAÇÃO PNEU 12-16.5	Und	15,00		0,0000	183,8298	2.757,45

Total do Participante -----> 8.640,00

LOTE: 17

Participante: 4 - RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
30	RECAPAGEM PNEU 23.1 ARO 26	Und	4,00	BOREX	0,0000	2.577,6562	10.310,62
31	VULCANIZAÇÃO PNEU 23.1 ARO 26	Und	6,00	BOREX	0,0000	396,5625	2.379,38

Total do Participante -----> 12.690,00

Total Geral -----> 215.180,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO**

CNPJ: 01.612.847/0001-90
Avenida Tancredo Neves, 337
C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 39/2020 - PR**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 61/2020
Data do Processo: 08/06/2020

Folha: 4/4

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Santa Terezinha do Progresso, 3 de Julho de 2020

COMISSÃO:

ELENICE ELECIR PORSCHE	- - Pregoeiro(a)
ELENICE ELECIR PORSCHE	- - ASSESSOR DE PLANEJAMENTO
MARGARETE ROSA ALVES	- - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
ERONI ALLEBRANDT	- - TECNICO EM ADMINISTRAÇÃO
MARCIANE ELENI PINNO	- - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
SOLANGE BRAGA	- - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
JULIANA DAL MAGO	- - PSICÓLOGA
ANGÉLICA APARECIDA GARMATZ	- - ATENDENTE DE FARMÁCIA
LUANA CAROLINE STEIN HUPPES	- - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

RENATO SADI BAUERMANN	- - Representante
IVO BADIA	- - Representante
ANDREI BORSATTO	- - Representante
MICHEL DE ALMEIDA MARMENTINI	- - Representante
JEFERSON MACHADO DE SOUZA	- - Representante
CIMAR JOÃO PICININI	- - Representante

Santiago do Sul

PREFEITURA

20-2020 VETTA MOTORS

Publicação Nº 2552382

PROCESSO DE DISPENSA DE
LICITAÇÃO Nº 20/2020

1. DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO:

Art. 4, da Lei nº13.979/2020:

É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO:

Aquisição de 04 termômetros sem contato, com infravermelho para medição e monitoramento intermitentes da temperatura do corpo humano dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. Medida é preventiva de enfrentamento a situação de emergência de saúde pública decorrente da infecção humano pelo novo coronavírus (COVID19). (Lei 13.979/2020 Art.4, W.D.F. OAB/SC 48.265)

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO:

Fornecedor: VETTA MOTORS - EIRELI
Endereço: AV RIO BRANCO, 3854, PAVLH 2
CNPJ: 09252274000142
Município: Caxias do Sul U.F.: RS

4. RAZÃO DA ESCOLHA:

Trata-se de uma compra organizada de forma coletiva através do CIS-AMOSC. O Fornecedor menor preço e disponibilidade de entrega do produto no prazo exigido.

5. PREÇO:

1.036,00 (um mil e trinta e seis reais)

6. JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

Compatível com o praticado no mercado.

Santiago do Sul, SC,01/07/2020.

MAIKON TIAGO LUNEDO TIAGO DE PARIS GERSON CARLOS RISSARDO
Presidente da Com. de Licitações Membro da Comissão Membro da Comissão

6. DESPACHO

À vista da exposição das Informações que compõem este processo, referente à realização da despesa, independente de Licitação, e com minha aprovação, com fundamento nos motivos expostos acima, e de conformidade com a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriormente alterações.

(x) Homologo a realização da despesa.
() indefiro a realização da despesa.

Santiago do Sul, 01/07/2020.

JULSIMAR ANTONIO LORENZETTI JULIANO JOÃO SOMAVILLA
Prefeito Municipal Secretaria de Educação

52.2020 COMBUSTIVEIS

Publicação N° 2551950

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
CONTRATO ADMINISTRATIVO nº.52/2020
Processo Administrativo Nº.58/2020
Edital: Pregão Presencial Nº.29/2020
Empresa: Casanova, Lorenzetti & Cia Ltda - EPP
Objeto: Aquisição de Combustíveis para abastecimento dos veículos da frota do Município e do Fundo Municipal de Saúde de Santiago do Sul.
Valor R\$ 120.246,80 (Cento e vinte mil, duzentos e quarenta e seis reais e oitenta centavos)
Validade de contrato de 01 de julho à 31 de dezembro de 2020.
SANTIAGO DO SUL, 01 de julho de 2020.
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO 19.2020 FMS

Publicação N° 2551940

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
CONTRATO ADMINISTRATIVO FMS nº 19/2020
Processo Administrativo Nº.58/2020
Edital: Pregão Eletrônico Nº.29/2020
Empresa: Casanova, Lorenzetti & Cia Ltda - EPP
Objeto: Aquisição de Combustíveis para abastecimento dos veículos do Fundo Municipal de Saúde de Santiago do Sul.
Valor R\$ 34.373,30 (Trinta e quatro mil, trezentos e setenta e três reais e trinta centavos)
Validade de contrato de 01 de junho à 31 de dezembro de 2020.
SANTIAGO DO SUL, 01 de junho de 2020.
Ana Raquel Brites de Oliveira
Gestora FMS

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 116/2020

Publicação Nº 2552774

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 116/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE ÓLEO DIESEL S 10, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INCLUSO O COMODATO DE UM TANQUE PLENO, EQUIPADO COM BOMBA DE ABASTECIMENTO, COM CAPACIDADE MÁXIMA DE 14.000 LITROS, A SER INSTALADO NO PÁTIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, NA RUA EXPEDICIONÁRIO OSCAR SCHNEIDER, Nº 80, BAIRRO BOEHMERWALD, SÃO BENTO DO SUL (SC), RESPEITANDO AS NORMAS TÉCNICAS E LEGISLAÇÃO VIGENTE, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

Forma do Pregão: ELETRÔNICO

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Recebimento das propostas: até às 08h30min do dia 20/07/2020

Início da sessão: dia 20/07/2020, às 09h00min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e saobentodosul.atende.net. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos e Patrimônio – Divisão de Compras – do município de São Bento do Sul, situado à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, das 08h00 às 12h00min e das 13h00 as 16h00, ou através do telefone (47) 3631-6170.

São Bento do Sul, 29 de junho de 2020.

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES

Secretário Interino de Obras e Serviços Urbanos

MARCELO HUBEL

Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

DANIELE CELESKI WOJAKIEVICZ

Pregoeira Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 119/2020

Publicação Nº 2552795

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 119/2020

Registro de Preços para aquisição de materiais para compor o kit natalidade de mães carentes, a serem disponibilizados pelo Serviço de Benefícios Eventuais da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme preconiza a Lei Orgânica da Assistência Social e, regulamentado no município por meio do Decreto nº 625, de 20 de dezembro de 2017.

Forma do Pregão: ELETRÔNICO

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Recebimento das propostas: até às 08h30min do dia 22/07/2020

Início da sessão: dia 22/07/2020, às 09h00min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e saobentodosul.atende.net. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos e Patrimônio – Divisão de Compras – do município de São Bento do Sul, situado à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, das 08h00 às 12h00min e das 13h00 as 16h00, ou através do telefone (47) 3631-6170.

São Bento do Sul, 02 de julho de 2020.

FABIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO

Secretária de Assistência Social

DANIELE CELESKI WOJAKIEVICZ

Pregoeira Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 120/2020

Publicação Nº 2552783

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 120/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA TRANSFORMAÇÃO DE UM FURGÃO MERCEDES SPRINTER 416, EM UMA

VIATURA AUTO SOCORRO DE URGÊNCIA - ASU, CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO, PARA SER UTILIZADO EM OCORRÊNCIAS DE ATENDIMENTO PRÉ HOSPITALAR PELO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR EM SÃO BENTO DO SUL.

Forma do Pregão: ELETRÔNICO

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Recebimento das propostas: até às 13h30min do dia 21/07/2020

Início da sessão: dia 21/07/2020, às 14h00min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

Informações e saobentodosul.atende.net Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos e Patrimônio – Divisão de Compras – do município de São Bento do Sul, situado à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, das 08h00 às 12h00min e das 13h00min às 16h00min ou através do telefone (47)3631-6163.complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br.

São Bento do Sul, 03 de julho de 2020.

NILVA MARLI LARSEN HOLZ

Chefe de Gabinete

DÉBORAH CINTIA DE QUADROS PEREIRA

Pregoeira Municipal

DECRETO Nº 1833/2020

Publicação Nº 2551414

DECRETO Nº 1833, DE 6 DE JULHO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, da Lei 4.320/64, que dispõe que a Lei Orçamentária poderá conter autorizações do Poder Executivo;

Considerando o art. 4º, da Lei Municipal nº 4167/19, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 370.000,00 (trezentos e setenta mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação:

Órgão: 23 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

Unidade: 005 - Sistema de Resíduos Sólidos

Atividade: 2069 - Coleta e Transbordo dos Resíduos Sólidos

4490510000 - Obras e instalações (06060600) R\$ 370.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, na fonte de recursos 06060600 (Superávit Recursos Diretamente Arrecadados p/Administração Indireta e Fundos), no valor de R\$ 370.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 6 de julho de 2020.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1835/2020

Publicação Nº 2552776

DECRETO Nº 1835, DE 7 DE JULHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE O FORNECIMENTO DE AUXÍLIO AO MUNICÍPIO DE GARUVA/SC, NA FORMA DA LEI MUNICIPAL N. 3121, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais disciplinadas na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO o Ofício/GP/Nº071/2020 recebido do Exmo. Sr. Prefeito da cidade de Garuva/SC, e o Decreto nº 116/2020 que declarou situação de emergência naquele município;

CONSIDERANDO os termos da Lei Municipal nº 3121, de 17 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica cedido ao Município de Garuva/SC, pelo prazo máximo de 5 (cinco) dias, os equipamentos do patrimônio público municipal e os servidores abaixo mencionados para auxiliar nas respostas ao desastre do dia 30/06/2020:

I – Equipamento:

a) CAMINHÃO VW 17.230 WORKER, CARROCERIA ABERTA, ANO 2017, PLACA QJK 8881, EQUIPADO COM MUNCK, NÚMERO DE PATRIMÔNIO 424

II – Servidores:

a) ROENFLEN LEITE DE MORAIS - Chefe de Divisão de Inovação e Desenvolvimento da Malha Viária Urbana e Rural Não Pavimentada, Matrícula n. 44745;

b) JOSÉ RENATO NANIAS - Chefe de Divisão de Inovação e Desenvolvimento da Malha Viária Urbana e Rural Pavimentada, Matrícula n. 9251.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 7 de julho de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 085/2020

Publicação Nº 2552787

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 085/2020

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Pavimentação Asfáltica de nº 093/2019, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA, em 07 de junho de 2019, conforme Edital de Concorrência Pública nº 72/2019.

Considerando o objeto do Contrato de nº 093/2019, que consiste no fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para execução de serviços de terraplenagem, drenagem pluvial, sinalização viária, pavimentação asfáltica das Ruas João Muhlbauer e Estrada Conrado Liebl no Bairro Serra Alta, conforme memorial descritivo, projetos e Contrato firmado com o BADESC nº 2018 0214 01, em anexo ao Edital de Concorrência Pública nº 72/2019.

Considerando a prorrogação do Contrato de Repasse firmado com o BADESC nº 2018 0214 01 até 31 de dezembro de 2020, conforme documento em anexo ao Termo Aditivo.

Considerando o vencimento do prazo de execução da obra em 19 de maio de 2020 e do prazo de vigência em 30 de junho de 2020, e devido a paralisação temporária das obras em decorrência do COVID-19 conforme Decreto Estadual nº 515/2020 e Decreto Municipal nº 1715/2020 conforme documentos em anexo ao Termo Aditivo, o que acarretou em atraso no cronograma de execução da obra, e visto também a necessidade de ajustes quanto ao projeto inicial, em análise pela fiscalização do contrato, se faz necessária a prorrogação do prazo de execução e do prazo de vigência para continuidade e finalização, com base no Art. 57, Incisos II e V da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos: Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 20 de maio de 2020 e com término em 19 de julho de 2020.

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 01 de julho de 2020 e com término em 30 de setembro de 2020.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo firmado em 07 de junho de 2019, Termo Aditivo nº 219/2019 de 06 de dezembro de 2019 e Termo Aditivo nº 038/2020 de 27 de fevereiro de 2020, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 18 de maio de 2020.

Ass: LUIZ CLÁUDIO GAYER SCHUVES, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.
INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA, como Contratada.

PORTARIA Nº 10917/2020

Publicação Nº 2551417

PORTARIA Nº 10917, DE 3 DE JULHO DE 2020.

Altera Portaria nº 10480/2020 que Nomeia os membros do Conselho da Cidade de São Bento do Sul - CONCIDADE

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 1680 de 10 de outubro de 2006 e do Decreto nº 304/2013,

RESOLVE:

Art. 1º. O art. 1º da Portaria nº 10480, de 23 de abril de 2020, que nomeia os membros do Conselho da Cidade de São Bento do Sul, passa

a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:
(...)

g) 02 (dois) representantes de Associações de Moradores

· Do Bairro Schramm

Titular: Eliel de Campos

Suplente: Edson Detetiz

· Da União São Bentense das Associações de Moradores

Titular: Arnaldo José de Conto

Suplente: Gentil Zacaluzne

q) 01 (um) representante do Consórcio Ambiental Quiriri

Titular: Cristiana Maria Demarchi Hastreiter

Suplente: Carlos Arakaki

(...)”

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

São Bento do Sul, 3 de julho de 2020.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10918/2020

Publicação Nº 2551418

PORTARIA Nº 10918, DE 6 DE JULHO DE 2020.

Designa Gestor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, a servidora ROSEMARE AUGUSTIN, CPF n. 710.680.909-87, RG n. 2.373.519 como gestora do CONCEDENTE no Termo de Colaboração Nº 001/2020, entabulado entre o Município de São Bento do Sul e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, conforme Lei Municipal nº 4258, de 3 de julho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entre em vigor na data de publicação

São Bento do Sul, 6 de julho de 2020.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IP-RESBS

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2020

Publicação Nº 2552729

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2020

ESTADO DE SANTA CATARINA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2020

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de transmissão de dados via internet banda larga por meio de fibra óptica com IP fixo na sede do IPRESBS, localizada à Rua Alfredo Klimmek, 439, Centro, na cidade de São Bento do Sul/SC, CEP 89280-334, no período de 07 de julho de 2020 até 07 de julho de 2021, com velocidade de 80 MBPS download e 40 MBPS de upload no mínimo.

Contratante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL – IPRESBS

Contratada: UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S.A., CNPJ 02.255.187/0001-08.

Valor: O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela efetiva prestação dos serviços, objetos do Contrato, o valor mensal de R\$ 199,90 (cento e noventa e nove reais e noventa centavos), totalizando o referido contrato em R\$ 2.398,80 (dois mil trezentos e noventa e oito reais e oitenta centavos) para o período contratado.

Recursos: Órgão:19 – IPRESBS; Unidade: 01 – IPRESBS; Ação: 4062 – Administração e Funcionamento do IPRESBS; Referência: 39 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica; Modalidade de Aplicação: 3.33.90.40.04 – Comunicação de dados.

São Bento do Sul, 07 de julho de 2020.

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE
Diretor-Presidente

JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2020

Publicação Nº 2552733

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2020

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de transmissão de dados via internet banda larga por meio de fibra óptica com IP fixo na sede do IPRESBS, localizada à Rua Alfredo Klimmek, 439, Centro, na cidade de São Bento do Sul/SC, CEP 89280-334, no período de 07 de julho de 2020 até 07 de julho de 2021, com velocidade de 80 MBPS download e 40 MBPS de upload no mínimo.

II – Contratado: UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S.A., CNPJ 02.255.187/0001-08.

III – Caracterização da Situação que Justifica a Dispensa: A dispensa de licitação para a referida contratação se funda no Inciso II do Art. 24 da Lei 8.666/93 (Dispensa por baixo valor), e se justifica pelos seguintes motivos: A empresa apresentou o segundo menor preço para a prestação dos serviços, após pesquisa de preço. Porém a primeira classificada por critério de preço não atendia órgãos públicos por processo licitatório. O preço está dentro da média do mercado, sendo inclusive compatível com a contratação feita pelo IPRESBS há um ano, deste mesmo serviço. O serviço de internet é necessário para os diversos setores do IPRESBS, para uso dos sistemas de gestão, folha de pagamento, compras, perícias e gestão de dados dos segurados (SIPREV), e-mails e afins.

IV – Razão da escolha do fornecedor: A empresa apresentou o segundo menor preço, após pesquisa de preço, tendo todas as certidões negativas em dia. Considerando que a primeira colocada por critério de preço não atende órgãos públicos. Outras duas empresas consultadas não oferecem o serviço no endereço do IPRESBS.

V – Justificativa do Preço: O preço contratado de R\$ 199,90 (cento e noventa e nove reais e noventa centavos) mensal com o valor global contratado de R\$ 2.398,80 (dois mil trezentos e noventa e oito reais e oitenta centavos) é compatível com o mercado, segundo a pesquisa de preço realizada, considerando o aumento de velocidade de internet disponibilizado ao Instituto.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial, por extrato em no máximo, 5 dias para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

São Bento do Sul, 07 de julho de 2020

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE
DIRETOR PRESIDENTE

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 70/2020

Publicação Nº 2551770

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 71/2019
Contrato nº: 70/2020 – 1º Termo Aditivo ao CT 188/2019
Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
Contratada: PALETA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
Vigência: Início: 08/11/2020 - Término: 15/08/2020

OBJETO: Execução de obra de construção da nova sede administrativa e técnica do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul, com fornecimento de matérias, em área localizada a Rua João Wenceslau Pscheidt, Bairro Brasília.

ADITIVO: Através do presente termo aditivo fica acrescido ao valor total do contrato ora aditado o valor de R\$ 143.572,53 (Cento e quarenta e três mil quinhentos e setenta e dois reais e cinquenta e três centavos) correspondente a 2,47% do valor inicial, conforme tabela abaixo:

DO RECURSO: 23.03 1.056 4.4.90.51.00.00.00.00.0206 - OBRAS E INSTALAÇÕES – exercícios 2019/2020 e 23.03 1.056 4.4.90.51.00.00.00.00.0183 - OBRAS E INSTALAÇÕES – exercícios 2019/2020.

São Bento do Sul, 01 de Julho de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 72/2020

Publicação Nº 2551771

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 34/2019

Contrato nº: 72/2020 – 1º Termo Aditivo CT 66/2019

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: JOVISERV SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI

VIGÊNCIA: Início: 14/06/2020 - Término: 14/06/2021

OBJETO: SERVIÇO DE PORTEIRO PARA A SEDE ADMINISTRATIVA DA AUTARQUIA, COM CONTROLE DE ENTRADA E SAÍDA DE PESSOAS E VEÍCULOS.

ADITIVO: Fica renovada a vigência do contrato ora aditado pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de 14 de junho de 2020, podendo o mesmo ser renovado, por interesse das partes, na forma da lei e do contrato aditado.

REAJUSTE: Fica reajustado o valor, conforme cláusula prevista no Contrato, sendo corrigido pelo IGP-M em 6,5103, (Índice Acumulado nos últimos 12 meses) passando então para R\$ 194.807,34 (Cento e noventa e quatro mil oitocentos e sete reais e trinta e quatro centavos). A CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA, mensalmente, o valor de R\$ 16.233,94 (Dezesseis mil duzentos e trinta e três reais e noventa e quatro centavos) sem qualquer atualização monetária neste período, a contar da data de entrega da Nota Fiscal/Fatura, que deverá ser emitida em nome da CONTRATANTE, juntamente com as Certidões Negativas de Débito do INSS, FGTS e CNDT atualizadas; RECURSOS: 23.1.2063.3.3.3.90.37-01 – Setor Administrativo – Exercício Vigente.

São Bento do Sul, 01 de Julho de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 73/2020

Publicação Nº 2551772

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Inexigibilidade de Licitação nº 38/2018

Contrato nº: 73/2020 – 2º Termo Aditivo ao CT 69/2019

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: SÃO BENTO COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA

Vigência: Início: 25/06/2020 - Término: 25/06/2021

OBJETO: Habilitar periódicos impressos e portais eletrônicos da internet, para veiculação de mídias fornecidas pelo SAMAE, a fim de dar ampla publicidade de atos e ações institucionais, como propagandas e campanhas, observando os ditames do Art. 37, § 1 da Constituição Federal.

ADITIVO: Através do presente fica renovada a vigência do contrato ora aditado pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir de 25 de Junho de 2020, podendo o mesmo ser renovado, por interesse das partes, na forma da lei e do contrato aditado.

DO REAJUSTE: Fica reajustado o valor, conforme cláusula prevista no Contrato, sendo corrigido pelo IGP-M em 6,5103% , (Índice Acumulado nos últimos 12 meses) onde os serviços prestados serão pagos conforme demonstrativo abaixo:

Item	Unid	Descrição	Valor Unitário
01	Anúncio	Publicidade institucional do SAMAE de São Bento do Sul/SC, em portal eletrônico da Internet, com conteúdo e acesso, prioritários em São Bento do Sul.	R\$ 573,33 (banner com medida mínima de 600x600 pixels em página principal) por mês.

RECURSO: Dotação: 23.01-3.3.90.39 – Setor de Administração – Exercício Vigente.
São Bento do Sul, 06 de julho de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 74/2020

Publicação Nº 2551773

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 42/2019
Contrato nº: 74/2020 – 1º T.A. CT 71/2019
Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE
Contratada: GIMAVE MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA
VIGÊNCIA: Início: 28/06/2020 - Término: 27/07/2020
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE CARTÃO MAGNÉTICO PARA PAGAMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES DO SAMAE.
ADITIVO: Fica renovada a vigência do contrato ora aditado pelo período de 30 (trinta) dias, contados a partir de 28 de Junho de 2020, podendo o mesmo ser renovado, por interesse das partes, na forma da lei e do contrato aditado.

RECURSOS: 23.1.2063.3.3.3.90.46.01 – Setor Administrativo – Exercício Vigente.
23.2.2064.3.3.3.90.46.01 – Setor de Abastecimento de Água – Exercício Vigente.
23.3.2065.3.3.3.90.46.01 – Setor de Esgotamento Sanitário – Exercício Vigente

São Bento do Sul, 06 de Julho de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 75/2020

Publicação Nº 2552570

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 23/2020
Contrato nº: 75/2020 – 1º Termo Aditivo ao CT 54/2020
Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
Contratada: OI S.A.
Vigência: Início: 01/02/2020 - Término: 11/05/2021
OBJETO: Prestação de serviço de telefonia fixa comutado, STFC para atender as necessidades do SAMAE.
ADITIVO: Fica acrescido ao contrato inicial, uma linha telefônica no Aterro Sanitário, situado na Estrada dos Banhados III, Bairro Rio Vermelho, São Bento do Sul, correspondente a 5,9166% do Ítem 01 do Contrato nº 54/2020, referente a taxa de instalação no valor de R\$ 47,18 (Quarenta e sete reais e dezoito centavos) e mensalidade de R\$ 99,90 (Noventa e nove reais e noventa centavos), mesmo plano das demais linhas que estão instaladas.
DO VALOR CONTRATUAL: O preço total do contrato passa a ser de R\$ 27.146,18 (Vinte e sete mil cento e quarenta e seis reais e dezoito centavos).

RECURSOS: As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:
23.1.2063.3.3.3.90.40.05 – Setor de Serviços Administrativos – Exercício Vigente.

São Bento do Sul, 06 de Julho de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 76/2020

Publicação Nº 2552571

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 56/2017

Contrato Nº: 76/2020 – 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 71/2017

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: PAINEL PESQUISAS, CONSULTORIA E PUBLICIDADE LTDA – EPP

Vigência: Início: 03/07/2020 - Término: 13/07/2020

Objeto: Execução de projeto de Trabalho Técnico Socioambiental durante a obra de implantação do sistema de esgotamento sanitário da Bacia do Rio São Bento/São Bento do Sul – SC.

Aditivo: Através do presente termo aditivo fica reajustado o valor contratado de acordo com o previsto na Cláusula Décima do Contrato ora aditado e conforme o índice de reajuste do período retroativo ao IGP-M Julho/18 a Julho/2019, no percentual de 6,4113% sobre o valor inicial do contrato, referente ao período entre a 1ª e a 12ª medição, conforme abaixo:

Valor inicial do contrato: R\$ 164.000,00

Índice de reajuste do período IGP-M 09/Julho/2018 a 08/Julho/2019: 6,4113%

Valor do reajuste: R\$ 10.514,53

Recursos: Dotação:

23.031.0034.4.90.51.00.00.00.00.0134-OBRASE INSTALAÇÕES–exercícios 2017/2018/2019/2020 e 23.031.0034.4.90.51.00.00.00.0200 – OBRAS E INSTALAÇÕES – exercícios 2017/2018/2019/2020.

São Bento do Sul, 06 de julho de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

São Bernardino

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCES. 05/2020 PREGÃO ELETRÔNICO

Publicação N° 2552134

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO-SC
PROCESSO LICITATÓRIO N° 05/2020
MODALIDADE Pregão Eletrônico N° 04/2020.

O Fundo Municipal de Saúde de São Bernardino, torna público aos interessados que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Eletrônico tipo menor preço, por item, para aquisição de material ambulatorial, fraldas geriátricas para distribuição, material para manutenção dos equipamentos e materiais de higiene para bebês. Estará recebendo as propostas e habilitação a partir das 07:30 horas do dia 08/07/2020 até as 07:45 hs, do dia 20/07/2020 através do site www.portaldecompraspublicas.com.br. A íntegra deste Edital estará disponível no site www.saobernardino.sc.gov.br, no www.portaldecompraspublicas.com.br e junto ao setor de licitações, maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 36540054/0014. São Bernardino-SC, aos 06/07/2020. Agostinho Luzzi - Ordenador da Despesa.

CONTRATO N° 102/2020

Publicação N° 2551766

CONTRATO N° 102/2020

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

O Município de São Bernardino-SC, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ N° 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid n° 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, n° 1070, neste Município, inscrito no CPF n° 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa HIPERPAVI ASFALTOS LTDA EPP, inscrita no 13480684000118, localizada na RUA TIMBIRA 1300 PROLONGAMENTO CHACARA 5, na Cidade de Pato Branco – PR, empresa devidamente credenciada, neste ato representada pelo Sr. SAMUEL PIASSA DAL ROSS, brasileiro, casado, residente e domiciliado na RUA TIMBIRA 1300 PROLONGAMENTO CHACARA 5, na Cidade de Pato Branco – PR, inscrito no CPF sob n° 054.065.239-37, doravante denominado FORNECEDOR, resolvem celebrar o presente termo regido pelas cláusulas e condições a seguir.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Rescisão parcial do Contrato n° 76/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL, VALOR E VIGÊNCIA.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal n° 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal n° 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal n° 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório n° 23/2020, modalidade Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia e Contrato n° 76/2020.

VALOR – O valor do presente contrato é de R\$ 1.611,64 (um mil seiscentos e onze reais e sessenta e quatro centavos).

VIGÊNCIA – A vigência é do período de 06/07/2020 ate o dia 31/12/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS QUANTIDADES E DESCRIÇÃO

Com base no Processo Licitatório n° 23/2020, modalidade Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia e o fornecimento parcial dos serviços contratados, não sendo mais necessário o fornecimento dos demais, conforme estabelecido no Contrato n° 76/2020, fica rescindido o valor de R\$ 1.611,64 (um mil seiscentos e onze reais e sessenta e quatro centavos), assim composto:

Item	Quant	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
8	01,00	Und	BOCA DE LOBO EM ALVENARIA MACIÇA C/ GRADE DE FERRO D=40CM	HIPERPAVI	805,82	805,25
9	1,00	Und	BOCA DE LOBO EM ALVENARIA MACIÇA C/ GRADE DE FERRO D=60CM	HIPERPAVI	805,82	805,82
Total						1.611,64

CLAUSULA QUARTA - DA RESCISÃO



Face acordo entre as partes, fica rescindido o valor de R\$ 1.611,64 (um mil seiscentos e onze reais e sessenta e quatro centavos), parte do Processo Licitatório já referido, sendo que o fornecedor manifesta sua quitação dos serviços já fornecidos, valores estes vinculados a Secretaria Municipal da infraestrutura.

CLAUSULA QUINTA - DO FORO

Para todas as questões oriundas do presente contrato será competentes o Foro da Comarca de Campo Erê, com renúncia de qualquer outro, por mais especial que se apresente.

O presente Contrato é redigido em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino-SC, em 6 de Julho de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

SAMUEL PIASSA DAL ROSS
Fornecedor Município

RUDIMAR BORCIONI
Assessor Jurídico
OAB-SC 15.411

TESTEMUNHAS: _____

CONTRATO Nº 103/2020

Publicação Nº 2551769

CONTRATO Nº 103/2020

TERMO ADITIVO PRIMEIRO AO CONTRATO Nº 76/2020, REALIZADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E A EMPRESA HIPERPAVI ASFALTOS LTDA EPP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Município de São Bernardino-SC, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa HIPERPAVI ASFALTOS LTDA EPP, inscrita no 13480684000118, localizada na RUA TIMBIRA 1300 PROLONGAMENTO CHACARA 5, na Cidade de Pato Branco – PR, empresa devidamente credenciada, neste ato representada pelo Sr. SAMUEL PIASSA DAL ROSS, brasileiro, casado, residente e domiciliado na RUA TIMBIRA 1300 PROLONGAMENTO CHACARA 5, na Cidade de Pato Branco – PR, inscrito no CPF sob nº 054.065.239-37, doravante denominado FORNECEDOR, de comum acordo resolvem celebrar o presente contrato pelas seguintes cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O OBJETO DO PRESENTE CONSISTE NA REALIZAÇÃO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 76/2020, QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE COM PINTURAS DE SINALIZAÇÃO NA RUA DA PRAIA, BAIRRO SCHEID, SÃO BERNARDINO-SC (Rua A e B) com área total de 2.850,59 m2, DE ACORDO COM O PROJETO DE ENGENHARIA.

CLÁUSULA SEGUNDA DO FUNDAMENTO LEGAL, VALOR E VIGÊNCIA.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 23/2020, modalidade Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia e Contrato nº 76/2020.

VALOR – O valor do presente Termo Aditivo Contratual é de R\$ 2.287,09 (dois mil duzentos e oitenta e sete reais e nove centavos).

VIGÊNCIA – A vigência do presente contrato será de 06/07/2020 até o dia 31/12/2020 .

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS QUANTIDADES E ADITAMENTO

As partes integrantes deste instrumento com base no Processo Licitatório nº 23/2020, modalidade Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia e Contrato nº 76/2020, contratam as quantidades, conforme demonstrativo no quadro abaixo:

Item	Quant	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
3	30,76	M3	ESCAVAÇÃO MECÂNICA DE VALAS, SOLO 1ª CATEGORIA	HIPERPAVI	5,62	172,87

4	20,00	M	FORNECIMENTO DE TUBO DE CONCRETO DN=40 CM	HIPERPAVI	46,25	925,00
5	20,00	M	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO DN=40CM	HIPERPAVI	14,76	295,20
6	4,00	M	FORNECIMENTO DE TUBO DE CONCRETO DN=60	HIPERPAVI	83,64	334,56
7	4,00	M	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO DN=60	HIPERPAVI	19,68	78,72
10	27,13	M3	REATERRO MECANIZADO DE VALAS	HIPERPAVI	17,72	480,74
Total						2.287,09

CLAUSULA QUARTA - DO ADITAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO E FISCALIZAÇÃO

DO ADITAMENTO - Face acordo mútuo entre as partes neste termo ampliam os quantitativos supra demonstrados, objeto do Contrato nº 76/2020.

DA FORMA DE PAGAMENTO - O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, sendo que as datas de pagamentos e reajustes, são os mesmos constantes no Processo Licitatório nº 23/2020, modalidade Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia e Contrato nº 76/2020.

DA FISCALIZAÇÃO - Fica por desde já, designado o Sr. ODIMAR TALIAN, portador do CPF nº 026.435.119-30, Secretário da Infraestrutura, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLAUSULA QUINTA DO FORO

Para todas as questões oriundas do presente contrato será competentes o Foro da Comarca de Campo Erê, com renúncia de qualquer outro, por mais especial que se apresente.

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato nº 76/2020.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino-SC, em 6 de Julho de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal
Município

SAMUEL PIASSA DAL ROSS
Fornecedor

RUDIMAR BORCIONI
Assessor Jurídico
OAB-SC 15.411

TESTEMUNHAS: _____

DECRETO Nº 171/2020

Publicação Nº 2551383

DECRETO Nº 171/2020 DE 01/07/2020

	DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO FINANCEIRO DE 2020 DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial a letra "b" Art. 5º da Lei nº 1.299/2019 de 18/12/2019;

DECRETA:

Art. 1º - Fica remanejado o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), do Orçamento Financeiro de 2020 do Município de São Bernardino-SC, conforme fica a seguir demonstrado:

DE:

ÓRGÃO: 04.00 – Secretaria da Educação Cultura e Esportes

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04.01 – Departamento da Educação

12.000.0000.0.000.000 – Educação

12.367.0000.0.000.000 – Educação Especial

12.367.0009.0.000.000 – Ensino Especial
12.367.0009.2.020.000 – Apoio ao Ensino Especial
3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes
3.1.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Direta F – 1001 – Aplic. Dir. Rec. Imp. e Transf. P/ Educa. R\$ 5.000,00

PARA:

ÓRGÃO: 04.00 – Secretaria da Educação Cultura e Esportes

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04.01 – Departamento da Educação

12.000.0000.0.000.000 – Educação

12.367.0000.0.000.000 – Educação Especial

12.367.0009.0.000.000 – Ensino Especial

12.367.0009.2.020.000 – Apoio ao Ensino Especial

3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Direta F – 1001 – Aplic. Dir. Rec. Imp. e Transf. P/ Educa. R\$ 5.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 01 de Julho de 2020.
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER

Sec. da Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 172/2020

Publicação Nº 2552018

DECRETO Nº 172/2020 DE 01/07/2020

	DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021, INCLUI NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO/2019 E NO ORÇAMENTO 2020 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o inciso II do § 1º, do Art. 43 da Lei 4.320/64 e inciso I da letra “C”, do Art. 5º da Lei nº 1.299/2019 de 18/12/2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Saúde é Vida

AÇÃO ==> Manutenção da Saúde Pública

VALOR ==> R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Art. 2º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), serão utilizados recursos proveniente da tendência de excesso de arrecadação para o exercício financeiro de 2020 do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino - SC.

Art. 3º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2019, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.284/2019 de 04/09/2019 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Saúde é Vida

AÇÃO ==> Manutenção da Saúde Pública

VALOR ==> R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Art. 4º - Para abertura do Crédito Adicional Suplementar, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2019, do Fundo Municipal de Saúde do

Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.284/2019 de 04/09/2019 e em suas alterações posteriores, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), serão utilizados recursos proveniente da tendência de excesso de arrecadação para o exercício financeiro de 2020 do Município de São Bernardino - SC.

Art. 5º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), no Orçamento Financeiro de 2020, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.299/2019 de 18/12/2019, conforme fica a seguir demonstrado:

ÓRGÃO: 05.00 – Secretaria de Saúde
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde
 10.000.0000.0.000.000 – Saúde
 10.301.0000.0.000.000 – Atenção Básica
 10.301.0012.0.000.000 – Saúde é Vida
 10.301.0012.2.008.000 – Manutenção da Saúde Pública
 3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes
 3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Direta F – 1402 – Transf. Rec. União SUS – Custeio R\$ 30.000,00

Art. 6º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Financeiro de 2020, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.299/2019 de 18/12/2019, na ordem de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), serão utilizados recursos proveniente da tendência de excesso de arrecadação para o exercício financeiro de 2020 do Município de São Bernardino - SC.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 01 de Julho de 2020.
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
 Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
 Sec. Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 173/2020

Publicação Nº 2552020

DECRETO Nº 173/2020 DE 03/07/2020

	DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021, INCLUI NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO/2019 E NO ORÇAMENTO 2020 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei nº 1.315/2020 de 03/07/2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Saúde é Vida
 AÇÃO =====> Contribuição para Consórcios Regionais - Saúde
 VALOR =====> R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Art. 2º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), serão utilizados recursos de anulação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino – SC, conforme abaixo demonstrados.

PROGRAMA ==> Saúde é Vida
 AÇÃO =====> Manutenção da Saúde Pública
 VALOR =====> R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Art. 3º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2019, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.284/2019 de

04/09/2019 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Saúde é Vida

AÇÃO =====> Contribuição para Consórcios Regionais - Saúde

VALOR =====> R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Art. 4º - Para abertura do Crédito Adicional Suplementar, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2019, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.284/2019 de 04/09/2019 e em suas alterações posteriores, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), serão utilizados recursos de anulação orçamentária, do Município de São Bernardino – SC, conforme abaixo demonstrados.

PROGRAMA ==> Saúde é Vida

AÇÃO =====> Manutenção da Saúde Pública

VALOR =====> R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Art. 5º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), no Orçamento Financeiro de 2020, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.299/2019 de 18/12/2019, conforme fica a seguir demonstrado:

ÓRGÃO: 05.00 – Secretaria da Saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.000.0000.0.000.000 – Saúde

10.302.0000.0.000.000 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

10.302.0012.0.000.000 – Saúde é Vida

10.302.0012.2.025.000 – Contribuição para Consórcios Regionais - Saúde

3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.93.00.00.00.00 – Aplicações Diretas F. 1002 – Decorrente de Operações entre Órgãos Transferências Para Saúde 15%
..... R\$ 5.000,00

Art. 6º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Financeiro de 2020, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.299/2019 de 18/12/2019, na ordem de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), serão utilizados recursos de anulação orçamentária, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino – SC, conforme abaixo demonstrados.

ÓRGÃO: 05.00 – Secretaria da Saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.000.0000.0.000.000 – Saúde

10.301.0000.0.000.000 – Atenção Básica

10.301.0012.0.000.000 – Saúde é Vida

10.301.0012.2.008.000 – Manutenção da Saúde Pública

3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas F. 1002 – Rec. do Imp. e Transf. P/ Saúde 15% .. R\$ 5.000,00

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina
em 03 de Julho de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER

Sec. Adm. e Fazenda

LEI Nº 1313/2020

Publicação Nº 2551384

LEI Nº 1.313/2020 DE 06/07/2020

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR SERVIÇOS DE
TELEFONIA MÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa
Catarina, Faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu
sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar serviços de telefonia móvel por intermédio da Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina – AMNoroeste.

§1º. O Município fica autorizado a contratar até 05 (cinco) linhas de telefonia móvel, ao preço unitário máximo de até R\$ 54,90 (cinquenta e quatro reais e noventa centavos), valor este estipulado pelos planos oferecidos por operadoras que tem cobertura no Município e que atende as necessidades da administração.

§2º. O Município poderá pagar o reajuste do valor sempre que for autorizado pela empresa contratada.

Art. 2º. Para cobertura das despesas desta Lei serão utilizados recursos previstos no orçamento Municipal em cada exercício.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina
em 03 de Julho de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm e Fazenda

LEI Nº 1314/2020

Publicação Nº 2551386

LEI Nº 1.314/2020 DE 03/07/2020

AUTORIZA RECEBER VEÍCULO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL INCORPORÁ-LO AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município de São Bernardino-SC, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Município de São Bernardino - SC, autorizado a receber através da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª Região Fiscal, localizada na Cidade de Joaçaba - SC, o bem patrimonial abaixo identificado:

QUANT.	UNID. MED.	MERCADORIA/MARCA/MODELO/SÉRIE	VALOR EM R\$
01	Und	Caminhão/FORD/CARGO 1521/Placa ILP9456, ano fabricação/modelo 2003/2003 / cor prata / combustível diesel / carroceria aberta / Chassi 9BFXTMBF33BB29115	50.000,00
		TOTAL GERAL	50.000,00

Art. 2º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a incorporar ao patrimônio público municipal, o bem patrimonial supra identificado, com a referida descrição patrimonial e valor, bem como através de ato administrativo, vincular o mesmo a Secretaria Municipal, conforme necessidade.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina,
em 03 de Julho de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

LEI Nº 1315/2020

Publicação Nº 2551388

LEI Nº 1.315/2020 DE 03/07/2020

	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021, INCLUI NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO/2019 E NO ORÇAMENTO 2020 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes que a CÂMARA DE VEREADORES aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Saúde é Vida

AÇÃO =====> Contribuição para Consórcios Regionais - Saúde

VALOR =====> R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Art. 2º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, no valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), serão utilizados recursos de anulação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino – SC, conforme abaixo demonstrados.

PROGRAMA ==> Saúde é Vida

AÇÃO =====> Manutenção da Saúde Pública

VALOR =====> R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Art. 3º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2019, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.284/2019 de 04/09/2019 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Saúde é Vida

AÇÃO =====> Contribuição para Consórcios Regionais - Saúde

VALOR =====> R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Art. 4º - Para abertura do Crédito Adicional Suplementar, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2019, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.284/2019 de 04/09/2019 e em suas alterações posteriores, no valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), serão utilizados recursos de anulação orçamentária, do Município de São Bernardino – SC, conforme abaixo demonstrados.

PROGRAMA ==> Saúde é Vida

AÇÃO =====> Manutenção da Saúde Pública

VALOR =====> R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Art. 5º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), no Orçamento Financeiro de 2020, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.299/2019 de 18/12/2019, conforme fica a seguir demonstrado:

ÓRGÃO: 05.00 – Secretaria da Saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.000.0000.0.000.000 – Saúde

10.302.0000.0.000.000 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

10.302.0012.0.000.000 – Saúde é Vida

10.302.0012.2.025.000 – Contribuição para Consórcios Regionais - Saúde

3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.93.00.00.00.00 – Aplicações Diretas F. 1002 – Decorrente de Operações entre Órgãos Transferências Para Saúde 15%
..... R\$ 5.000,00

Art. 6º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Financeiro de 2020, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.299/2019 de 18/12/2019, na ordem de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), serão utilizados recursos de anulação orçamentária, do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino – SC, conforme abaixo demonstrados.

ÓRGÃO: 05.00 – Secretaria da Saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde



10.000.0000.0.000.000 – Saúde
10.301.0000.0.000.000 – Atenção Básica
10.301.0012.0.000.000 – Saúde é Vida
10.301.0012.2.008.000 – Manutenção da Saúde Pública
3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes
3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas F. 1002 – Rec. do Imp. e Transf. P/ Saúde 15% .. R\$ 5.000,00

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 03 de Julho de 2020.
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 252/2020

Publicação Nº 2551170

PORTARIA Nº 252/2020 DE 01/07/2020

	DISPÕE SOBRE A ANTECIPAÇÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PERTENCENTE AO GRUPO DE RISCO DO COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997, o Artigo 2º, I da Lei nº 1.311/2020 de 05/05/2020 e o Artigo 1º do Decreto nº 127/2020 de 29/04/2020;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder antecipação de férias à Servidora Pública Municipal, Sra. SILVANA KUMM DA SILVA MOURA, matrícula 487/02, do dia 01/07/2020 à 30/07/2020, referente ao período aquisitivo de 01/01/2020 à 31/12/2020, em razão de pertencer ao grupo de risco do Covid-19.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, em 01 de julho de 2020.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 253/2020

Publicação Nº 2551234

PORTARIA Nº 253/2020 DE 01/07/2020

	DISPÕE SOBRE A ANTECIPAÇÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PERTENCENTE AO GRUPO DE RISCO DO COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997, o Artigo 2º, I da Lei nº 1.311/2020 de 05/05/2020 e o Artigo 1º do Decreto nº 127/2020 de 29/04/2020;
--	--

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder antecipação de férias à Servidora Pública Municipal, Sra. SONIA MARIA DOS REIS, matrícula 564/01, do dia 01/07/2020 à 30/07/2020, referente ao período aquisitivo de 22/08/2019 a 21/08/2020, em razão de pertencer ao grupo de risco do Covid-19.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, em 01 de julho de 2020.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 254/2020

Publicação Nº 2551378

PORTARIA Nº 254/2020 DE 01/07/2020

	DISPÕE SOBRE A ANTECIPAÇÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PERTENCENTE AO GRUPO DE RISCO DO COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997, o Artigo 2º, I da Lei nº 1.311/2020 de 05/05/2020 e o Artigo 1º do Decreto nº 127/2020 de 29/04/2020;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder antecipação de férias à Servidora Pública Municipal, Sra. LUANA KERKHOFF FERRON MOCELIN, matrícula 548/03, do dia 01/07/2020 à 30/07/2020, referente ao período aquisitivo de 02/10/2019 à 01/10/2020, em razão de pertencer ao grupo de risco do Covid-19.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, em 01 de julho de 2020.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINÉ GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda**PORTARIA Nº 255/2020**

Publicação Nº 2551380

PORTARIA Nº 255/2020 DE 01/07/2020

	DISPÕE SOBRE A ANTECIPAÇÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PERTENCENTE AO GRUPO DE RISCO DO COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997, o Artigo 2º, I da Lei nº 1.311/2020 de 05/05/2020 e o Artigo 1º do Decreto nº 127/2020 de 29/04/2020;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder antecipação de férias à Servidora Pública Municipal, Sra. JANILCE ZUCHI, matrícula 500/02, do dia 01/07/2020 à 30/07/2020, referente ao período aquisitivo de 01/01/2020 à 31/12/2020, em razão de pertencer ao grupo de risco do Covid-19.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, em 01 de julho de 2020.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINÉ GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda**PORTARIA Nº 256/2020**

Publicação Nº 2551381

PORTARIA Nº 256/2020 DE 01/07/2020

	DISPÕE SOBRE A ANTECIPAÇÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PERTENCENTE AO GRUPO DE RISCO DO COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997, o Artigo 2º, I da Lei nº 1.311/2020 de 05/05/2020 e o Artigo 1º do Decreto nº 127/2020 de 29/04/2020;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder antecipação de férias à Servidor Público Municipal, Sr. APARICIO DE SOUZA MACHADO, matrícula 430/01, do dia 01/07/2020 à 30/07/2020, referente ao período aquisitivo de 04/09/2019 à 03/09/2020, em razão de pertencer ao grupo de risco do Covid-19.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, em 01 de julho de 2020.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 257/2020

Publicação Nº 2551980

PORTARIA Nº 257/2020 DE 03/06/2020

	CONCEDE ABONO POR AUSÊNCIA AO TRABALHO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe o Artigo 104, Inciso III, da Lei Municipal 004/1997;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Servidora Pública Municipal, Sra. JULIANA BORGES, ocupante da função de Técnica em atividade financeira, matrícula nº 294/03 - 40hs semanais, abono por ausência ao trabalho de 01/07/2020 à 07/07/2020 (sete dias), por motivo de falecimento da sua Mãe TERESINHA DONIDA BORGES.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01/07/2020.

Art. 4º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, em 03 de julho de 2020.	

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 258/2020

Publicação Nº 2551983

PORTARIA Nº 258/2020 DE 03/06/2020

	CONCEDE ABONO POR AUSÊNCIA AO TRABALHO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe o Artigo 104, Inciso III, da Lei Municipal 004/1997;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Servidora Pública Municipal, Sra. MARISA BORGES SBERSE, ocupante da função de Professora com licenciatura Pedagogia, matrícula nº 496/04 - 20hs semanais, abono por ausência ao trabalho de 01/07/2020 à 07/07/2020 (sete dias), por motivo de falecimento da sua Mãe TERESINHA DONIDA BORGES.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01/07/2020.

Art. 4º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, em 03 de julho de 2020.	

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 259/2020

Publicação Nº 2551521

PORTARIA Nº 259/2020 DE 06/07/2020

	ALTERA A REDAÇÃO DA PORTARIA 230/2020 DE 17/06/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e Art. 117 e 118 da Lei Municipal nº 004/97;

RESOLVE:

Art. 1º - O artigo 1º da Portaria 230/2020 de 17/06/2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Conceder à Servidora Pública Municipal, Sra. LUCIANA CONTE, ocupante do cargo de Agente Administrativo, matrícula nº 489/02 - 40hs semanais, licença para tratamento de saúde no período de 15/06/2020 à 14/07/2020 (30 dias), conforme Comunicado de Decisão do INSS, em anexo”.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 15/06/2020.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina
em 06 de julho de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 260/2020

Publicação Nº 2551523

PORTARIA Nº 260/2020 DE 06/07/2020

ALTERA A REDAÇÃO DA PORTARIA 229/2020 DE 17/06/2020 E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa
Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei
Orgânica Municipal e Art. 117 e 118 da Lei Municipal nº 004/97;

RESOLVE:

Art. 1º - O artigo 1º da Portaria 229/2020 de 17/06/2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Conceder à Servidora Pública Municipal, Sra. LUCIANA CONTE, ocupante do cargo de Agente Administrativo, matrícula nº 489/02 - 40hs semanais, licença para tratamento de saúde no período de 15/07/2020 a 29/07/2020 (15 dias), conforme atestado médico do Dr. Olides Lunardi (CRM/SC 1330) em anexo e em razão da antecipação do benefício junto ao INSS para os 30 primeiros dias do atestado”.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 15/06/2020.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina
em 17 de junho de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 261/2020

Publicação Nº 2551526

PORTARIA Nº 261/2020 DE 01/07/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido férias normais a Servidor Público Municipal, Sr. RONALDO ANTONIO DA SILVA, matrícula 575/02, do dia 06/07/2020 a 04/08/2020, referente ao período aquisitivo de 11/06/2019 a 10/06/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 06 de julho de 2020.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 262/2020

Publicação Nº 2552805

PORTARIA Nº 262/2020 DE 06/07/2020

	ALTERA A REDAÇÃO DA PORTARIA 207/2020 DE 03/06/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e Art. 117 e 118 da Lei Municipal nº 004/97;

RESOLVE:

Art. 1º - O artigo 1º da Portaria 207/2020 de 03/06/2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Conceder à Servidora Pública Municipal, Sra. MARILEI DA SILVA GALUPO, ocupante do cargo de Agente Bibliotecário, matrícula nº 85/02 - 40hs semanais, licença para tratamento de saúde no período de 14/05/2020 à 12/06/2020 (30 dias), conforme comunicado de decisão do INSS, em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 03/06/2020.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 06 de julho de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 263/2020

Publicação Nº 2552807

PORTARIA Nº 263/2020 DE 06/07/2020

ALTERA A REDAÇÃO DA PORTARIA 206/2020 DE 03/06/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e Art. 117 e 118 da Lei Municipal nº 004/97;

RESOLVE:

Art. 1º - A Portaria 206/2020 de 03/06/2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Conceder à Servidora Pública Municipal, Sra. MARILEI DA SILVA GALUPO, ocupante do cargo de Agente Bibliotecário, matrícula nº 85/02 - 40hs semanais, licença para tratamento de saúde no período de 13/06/2020 a 27/06/2020 (15 dias), conforme atestado médico da Dra. Lia Regina de Sampaio (CRM/SC 20647) e em razão da antecipação do benefício junto ao INSS para os 30 (trinta) primeiros dias do atestado.

Art. 2º - O pagamento destes 15 (quinze) dias foi efetuado na folha de pagamento do mês de MAIO/2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 14/05/2020.

Art. 4º - Revoga-se as disposições em contrário.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 14/05/2020.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 06 de julho de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 264/2020

Publicação Nº 2552808

PORTARIA Nº 264/2020 DE 06/07/2020

	CONCEDE AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES LABORATIVAS PRESENCIAIS E ISOLAMENTO DOMICILIAR À MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal, Art. 117 e 118 da Lei Municipal nº 004/97 e Artigo 83, IV da Lei 1267/2019;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Sra. CRISTIANE MARIA WOLFART, ocupante da função de membro do conselho tutelar, matrícula nº 168/02 - 30hs semanais, afastamento das atividades laborativas presenciais e isolamento domiciliar no período de 06/07/2020 a 12/07/2020 (07 dias), conforme atestado médico da Dra. Karine Krindges (CRM/SC 27432), em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 06 de julho de 2020.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 264/2020

Publicação Nº 2552809

PORTARIA Nº 264/2020 DE 06/07/2020

	CONCEDE AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES LABORATIVAS PRESENCIAIS E ISOLAMENTO DOMICILIAR À MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal, Art. 117 e 118 da Lei Municipal nº 004/97 e Artigo 83, IV da Lei 1267/2019;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Sra. CRISTIANE MARIA WOLFART, ocupante da função de membro do conselho tutelar, matrícula nº 168/02 - 30hs semanais, afastamento das atividades laborativas presenciais e isolamento domiciliar no período de 06/07/2020 a 12/07/2020 (07 dias), conforme atestado médico da Dra. Karine Krindges (CRM/SC 27432), em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 06 de julho de 2020.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA N° 265/2020

Publicação N° 2552810

PORTARIA N° 265/2020 DE 06/07/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido férias normais a Servidora Pública Municipal, Sra. ROZINHA WEIZMANN, matrícula 499/01, do dia 07/07/2020 a 23/07/2020 (17 dias), referente ao período aquisitivo de 20/02/2018 a 19/02/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 06 de julho de 2020.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA N° 266/2020

Publicação N° 2552814

PORTARIA N° 266/2020 DE 06/07/2020

	CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
--	--

	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e Art. 117 e 118 da Lei Municipal nº 004/97;
--	--

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Servidora Pública Municipal, Sra. NEUSA FÁTIMA SAUER FELDMANN DE SOUZA MELLO, ocupante do cargo de Professora com licenciatura em pedagogia – 20 horas semanais sob a matrícula 371/04 e do cargo de Professora com licenciatura em pedagogia – 20 horas semanais sob a matrícula 371/05, licença para tratamento de saúde no período de 30/06/2020 à 14/07/2020 (15 dias), conforme atestado médico do Dr. Andre Ricardo Ampessan Melani (CRM/PR 29461), em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 30/06/2020.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 06 de julho de 2020.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO N. 05/2020 PREGÃO ELETRÔNICO N. 04/2020

Publicação Nº 2552139



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

EDITAL DE LICITAÇÃO**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/2020****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2020****PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA****Artigo 48 Lc nº 123 de 14 de Dezembro de 2006, Inciso I**

(Destinado exclusivamente a participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais))

Data de Abertura: 20/07/2020 às 08:00 no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br

OBJETO: O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE MATERIAL AMBULATORIAL PARA UTILIZAÇÃO NOS PROCEDIMENTOS REALIZADOS NA UNIDADE DE SAÚDE, FRALDAS GERIÁTRICAS PARA DISTRIBUIÇÃO À PACIENTES QUE NECESSITAR, MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DA UNIDADE E MATERIAIS DE HIGIENE PARA BEBÊS PARA COMPOR O KIT DISTRIBUIDO AS PACIENTES PARTICIPANTES DO PROGRAMA DE GESTANTES.

Valor máximo aceitável: R\$ 62.660,90

Forma de Julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM

Modo de Disputa: Aberto

Diferença Mínima entre lances : SIM

Documentos de Habilitação (Veja item 14 do Edital)

Pedidos de Esclarecimentos : Até 03(três) dias úteis antes da abertura

Impugnações: Até 03(três) dias úteis antes da abertura

Envio da Proposta e Documentação: No momento do cadastro da sua proposta eletrônica é necessário também o envio de toda documentação relativa à habilitação da empresa, para mais informações acessar o site www.portaldecompraspublicas.com.br.

Justificativa do processo: O município de São Bernardino – SC está localizado no Oeste do Estado de Santa Catarina, conta com uma população de 2.336 habitantes (IBGE/2019), distância da Capital de 635 km, Possui uma área territorial de 144,96 km². A economia é basicamente agrícola, com ênfase na produção leiteira. No município tem uma Unidade de Saúde e o hospital de referência se localiza a uma distância de aproximadamente 52 quilômetros.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2020
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA**

Artigo 48 Lc nº 123 de 14 de Dezembro de 2006, Inciso I

(Destinado exclusivamente a participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais))

1. PREÂMBULO

1.1 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO -SC, inscrito no CNPJ sob n.º 11.431.615/0001-99, sediado à Rua Verônica Scheid, nº 1012, Centro, São Bernardino-SC, CEP n. 89.982-000, por intermédio do Ordenador da Despesa, Sr. Agostinho Luzzi, torna pública a realização de procedimento de licitação, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

1.2 O certame deverá ser processado e julgado em conformidade na forma das **Leis Federais nº 10.520/2002, 123/2006, 147/2014**, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 170/2020 e demais legislação vigente e pertinente à matéria, mediante condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.3 O pregoeiro(a) deste órgão foi designado pela Portaria nº 236/2020 publicado no Diário Oficial dos Municípios de São Bernardino-SC.

1.4 O recebimento das propostas, dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.portaldecompraspublicas.com.br, conforme datas e horários definidos abaixo:

DATA E HORÁRIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: De 08/07/2020 as 7:30 horas até as 07:45 horas do dia 20/07/2020

DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 08:00 horas do dia 20/07/2020

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO – SC

1.5 Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

endereço eletrônico: compras@saobernardino.sc.gov.br ou no portal www.portaldecompraspublicas.com.br.

1.6 As respostas aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sítio do município – www.saobernardino.sc.gov.br, bem como no endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br, para ciência de todos, no prazo de 2 (dois) dias úteis.

1.7 É vedada a identificação dos proponentes licitantes no sistema, em qualquer hipótese, antes do término da fase competitiva do pregão.

2. DO OBJETO

2.1 O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE MATERIAL AMBULATORIAL PARA UTILIZAÇÃO NOS PROCEDIMENTOS REALIZADOS NA UNIDADE DE SAÚDE, FRALDAS GERIÁTRICAS PARA DISTRIBUIÇÃO À PACIENTES QUE NECESSITAR, MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DA UNIDADE E MATERIAIS DE HIGIENE PARA BEBÊS PARA COMPOR O KIT DISTRIBUIDO AS PACIENTES PARTICIPANTES DO PROGRAMA DE GESTANTES.

2.2 Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.portaldecompraspublicas.com.br e www.saobernardino.sc.gov.br.

2.3 A licitação é composta pelos ITENS, conforme tabela do ANEXO I do edital.

2.4 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrito no portal www.portaldecompraspublicas.com.br e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2.5 As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo telefone nº (49) 36540054 ou por e-mail compras@saobernardino.sc.gov.br.

3. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1 O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM, observada às especificações técnicas constantes do Anexo I e demais condições definidas neste Edital.

4. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

4.1 Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico compras@saobernardino.sc.gov.br, até as 16 horas e 45 minutos, no horário oficial de Brasília-DF.

4.2 A impugnação deverá ser encaminhada por e-mail, dirigida ao Pregoeiro(a) e conter o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, a denominação social da empresa, número do CNPJ, telefone com DDD e endereço eletrônico.

4.3 O(a) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação.

4.4 Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1 A presente licitação é destinada exclusivamente à contratação de microempresa – ME, empresa de pequeno porte – EPP e micro empreendedor individual - MEI, na forma do disposto no art. 48, I, da Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei 147/2014, cujo objeto social seja pertinente e compatível com o objeto licitado, que atenderem a todas as exigências deste Edital e que estiverem cadastradas junto ao órgão provedor do sistema www.portaldecompraspublicas.com.br, desde que não se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006.

5.1.1 As empresas que se enquadram no item anterior não cadastradas junto ao órgão provedor do sistema www.portaldecompraspublicas.com.br, que tiverem interesse em participar do presente PREGÃO, deverão providenciar o seu cadastramento.

5.1.2 A regularidade do cadastramento do licitante participante será confirmada por meio de consulta ao sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, no ato da abertura do Pregão.

5.2 Será vedada a participação de empresas:

a) proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

b) estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

c) enquadradas nas disposições no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, ou ainda;

d) que estejam sob falência, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial, exceto empresas com plano de recuperação acolhido judicialmente e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente.

5.3 O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1 O licitante deverá estar credenciado junto ao órgão provedor do sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.

6.2 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

6.3 O credenciamento do licitante, bem como sua manutenção, é de inteira responsabilidade do licitante.

6.4 O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de responsabilidade exclusiva do licitante, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou do Município de São Bernardino - SC responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.5 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

6.6 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

6.7 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7. CADASTRAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS E APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

7.1 A proposta e todos os documentos de habilitação exigidos no Edital, deverão ser encaminhados exclusivamente por meio do sistema do Portal de Compras Públicas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, a partir da liberação do Edital, até a data e horário supracitado.

7.1.1 O licitante deverá descrever detalhadamente as especificações do objeto ofertado em campo próprio do sistema, em conformidade com o Termo de Referência, constante do Anexo I deste Edital.

7.1.2 Até a data limite para recebimento da proposta e habilitação, o Licitante poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

7.2 O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

7.3 Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do PREGÃO, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, de sua desconexão ou por sua omissão quando chamado à manifestação via “chat”.

7.4 A apresentação da proposta e dos documentos de habilitação implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital.

7.5 Ocorrendo discordância entre o valor unitário e o total, prevalecerá o primeiro.

7.6 As propostas não podem conter qualquer identificação do licitante proponente (tais como nome, CNPJ, papel timbrado da empresa, telefone, e-mail, etc), sob pena de desclassificação.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

8.1 Na data e horário supracitados a sessão pública na internet, no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, será aberta por comando do pregoeiro(a), com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.

8.2 A comunicação entre o(a) pregoeiro(a) e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

8.3 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

8.4 Aberta a sessão, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, ou que identifiquem o licitante.

8.5 A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.6 O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.7 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do(a) pregoeiro(a) em contrário.

9. FORMULAÇÃO DOS LANCES

9.1 Aberta a etapa competitiva, os licitantes com propostas classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

9.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

9.3 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

9.4 A diferença entre os lances enviados não poderá ser inferior a **R\$ 2% (dois por cento)**, e incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor proposta.

9.5 Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante.

9.6 Caso o licitante não ofereça lances, permanecerá o valor da última proposta eletrônica para efeito da classificação final.

9.7 Será adotado, para envio de lances, o modo de disputa **ABERTO**.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

9.8 No modo de disputa aberto, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado neste edital;

9.9 No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

§ 1º A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

§ 2º Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no § 1º, a sessão pública será encerrada automaticamente.

§ 3º Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no § 1º, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º, mediante justificativa.

9.10 O pregoeiro poderá suspender a sessão de lances caso seja imprescindível à realização de eventual diligência.

9.11 Realizada a diligência, o pregoeiro notificará os licitantes sobre a data, horário e local onde será dado prosseguimento à sessão pública.

9.12 Se ocorrer a desconexão do pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.13 Caso a desconexão do pregoeiro persista por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação expressa aos participantes no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br

10. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1 Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos na LC 123/06, seguido da aplicação do critério estabelecido no §2º do art. 3º da Lei 8666/93, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

10.2 Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do subitem anterior, no caso de ausência de envio de lances após o início da fase competitiva.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

10.3 Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

11. NEGOCIAÇÃO

11.1 Após o encerramento da etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) deverá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor máximo para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.

11.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

12.1 A proposta de preços escrita adequada ao último lance ofertado deverá ser anexada no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br, pelo licitante convocado, em até **duas horas**.

12.1.1 O prazo de envio poderá ser alterado por solicitação do licitante convocado ou por decisão do(a) Pregoeiro(a), ambas as opções devidamente justificadas.

12.2 O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no item anterior, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

12.3 A proposta deverá conter:

12.3.1 proposta de preços, **conforme modelo constante do Anexo II do presente Edital**, vedado o preenchimento desta com dados aleatórios, sob pena de desclassificação da proposta;

12.3.2 preços unitários e totais, em moeda corrente nacional (Real), em algarismo, com até duas casas após a vírgula (0,00), sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;

12.3.3 indicação de que nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto;

12.3.4 O prazo de validade das propostas será de no mínimo 60 (sessenta) dias;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

12.2.5 Na proposta deverá conter a indicação do produto, marca e fabricante. Não serão aceitas expressões do tipo “diversas”, “marcas diversas”, fabricantes diversos, ou quaisquer outras. Como também deverá ser especificado uma única marca e um único fabricante para cada item ofertado. No campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO ITEM” da proposta eletrônica, deverão ser incluídas somente informações que complementem a especificação do produto.

12.3.6 A proposta, enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, deve atender todas as especificações técnicas obrigatórias do Edital e Anexos, inclusive com nome e assinatura do representante legal, sob pena de desclassificação.

12.3.7 O(a) pregoeiro(a) reserva o direito de realizar diligências para instrução do processo sobre informações que não estejam claras, bem como de solicitar documentos complementares que julgar necessários para os respectivos esclarecimentos.

12.3.8 A proposta apresentada terá que refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação.

12.4 A apresentação da proposta implicará:

12.4.1 Conhecimento e aceitação plena e total de todas as cláusulas e condições estabelecidas por este Edital e seus Anexos;

12.4.2 Conhecimento das especificações, quantitativos, encargos gerais, e, condições.

13. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA
--

13.1 Encerrada a etapa de lances e depois de concluída a negociação e verificação de possível empate, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto às especificações do objeto ofertado e compatibilidade do preço em relação ao valor máximo para a contratação.

13.2. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

13.3. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

13.4. Não serão aceitas propostas que possuam valores unitários e totais superiores aos máximos ou preço manifestamente inexequível.

13.5. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

13.6. Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma parágrafo 3º do artigo 43 da Lei n.º 8.666 de 1993, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

13.6.1 Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em Relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

13.6.2 Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

13.6.3 Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

13.6.4. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

13.6.5. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

13.6.6. Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;

13.6.7. Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social;

13.6.8. Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

13.6.9. Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

13.6.10. Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;

13.6.11. Estudos setoriais;

13.6.12. Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos equipamentos.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

13.6.13. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

13.7. No julgamento da habilitação e das propostas, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos os licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.8. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item anterior, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

13.9. A adequação da proposta na forma acima não poderá acarretar majoração de seu valor global.

13.10. Serão também desclassificadas as propostas:

13.10.1. Que estejam em desacordo com as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;

13.10.2. Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais proponentes;

13.10.3. Que contiverem vícios, por omissão, irregularidades e/ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e que não sejam passíveis de saneamento na própria sessão;

13.10.4. Que para sua viabilização indiquem condições genéricas de cobertura de outras propostas, ou de subsídios condicionados que não estejam autorizados em Lei, ou se refiram a repasse de descontos ou de isenção de tributos ou ainda aquelas em desacordo com o edital, ou qualquer norma jurídica aplicável à contratação.

13.10.5. Que após diligências não forem corrigidas ou justificadas.

13.11. Se a proposta não for aceitável, ou for desclassificada, o(a) Pregoeiro(a) examinará a subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

13.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

14. DA HABILITAÇÃO



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

14.1 Para a habilitação dos licitantes, será exigida a documentação relativa:

14.1.1. À habilitação jurídica;

14.1.2. À regularidade fiscal e trabalhista;

14.1.3. À qualificação econômico-financeira;

14.1.4. À qualificação técnica;

14.1.5. Documentação Complementar;

14.2 Os documentos de habilitação remetidos por meio da opção “Incluir Anexo” do sistema _ deverão estar válidos e em vigor na data da sessão de abertura e deverão ser apresentados:

a) em cópia do documento original (digitalizado).

b) Documentos obtidos na rede Internet serão aceitos e considerados como originais, ainda que sejam apresentados através de cópia simples, desde que seja possível a sua verificação e confirmação de validade pelo Pregoeiro, na fase de habilitação.

14.2.1 Os documentos de habilitação se não oferecerem condições de análise pelo servidor poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo(a) **Pregoeiro(a)**.

14.2.2 Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados a Prefeitura Municipal de São Bernardino à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, Setor de Licitações, situado na Rua Verônica Scheid, n. 1008, Centro, São Bernardino-SC, CEP n. 89.982-000.

14.2.3 Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos no Edital.

14.3 É facultado ao pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública.

14.3.1 Se a proposta não for aceitável ou se a LICITANTE não atender às exigências habilitatórias, o(a) pregoeiro(a) **DECLASSIFICARÁ** e examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

14.4 A habilitação da licitante será verificada por meio do Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br especificada neste Edital.

14.4.1 As licitantes que não atenderem às exigências de habilitação serão **INABILITADAS**.

14.5 O licitante deverá anexar no portal todos os documentos de habilitação exigidos no Edital.

***14.6 OS LICITANTES DEVERÃO CUMPRIR AS SEGUINTE EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:**

14.6.1 Habilitação Jurídica:

- a)** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b)** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- c)** No caso de Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- d)** No caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país: Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

14.6.1.1 Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.6.1.2 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)

14.6.1.3 Em conformidade com a Lei Complementar n. 123/2006 alterada pela Lei Complementar n. 147/2014, deverão apresentar obrigatoriamente: para ME/EPP Certidão Simplificada, emitida pela Junta Comercial do Estado de domicílio da licitante, MEI – Certificado da condição de Microempreendedor Individual, ambos com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data de abertura

14.6.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) prova de regularidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante com a apresentação das seguintes certidões:



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

a.1) a prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede do licitante.

a.2) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, por meio da apresentação da respectiva certidão negativa de débito (ou positiva com efeito de negativa), ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição estadual;

a.3) a prova de regularidade com a Fazenda Municipal será feita por meio da certidão negativa ou positiva com efeito negativo, ou se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição municipal.

b) prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

c) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT).

14.6.2.1 As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

14.6.2.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis prorrogáveis por igual período, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.6.2.3 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

14.6.2.4 A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

14.6.2.5 A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro(a) convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances,



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.

14.6.2.6 A não regularização da documentação, no prazo previsto no item supra, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

14.6.2.7 Os sites oficiais poderão ser consultados para efeito de comprovação da regularidade fiscal de documento.

14.6.3. Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de falência e concordata, e recuperação judicial e extra judicial expedida pelo(s) cartório(s) distribuidor(es) da sede da proponente, expedida a menos de 90 (noventa) dias. Para empresas com sede no Estado de Santa Catarina - Considerando as alterações no sistema do TJ-SC, a certidão exigida deverá ser emitida nos dois sistemas:

- SAJ (<https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/sco/abrirCadastro.do>) e;

- eproc (<https://certeproc1g.tjsc.jus.br>)

As duas certidões deverão ser apresentadas conjuntamente, caso contrário não terão validade.

14.6.4. Qualificação Técnica:

a) Autorização de Funcionamento da empresa – AFE emitida pela ANVISA/MS.

b) Licença de funcionamento emitida pela Vigilância Sanitária do município de domicílio da mesma.

14.6.5. Documentação Complementar:

a) Declaração Unificada (conforme modelo – Anexo IV);

14.6.6. Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

14.6.7. Serão inabilitados os licitantes que não cumprirem as exigências deste edital para tal fim.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

14.6.8. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para pagamento das mensalidades, se for o caso):

- a)** se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou;
- b)** se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização, ou;
- c)** se a licitante for a matriz e a prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente, e
- d)** serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.6.9. O(a) pregoeiro(a) reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre os documentos, fixando-lhes prazo para atendimento.

14.6.10. O não atendimento das exigências constantes deste item 14. Edital implicará na inabilitação do licitante.

15. DO ENCAMINHANDO DA DOCUMENTAÇÃO

15.1 O licitante deverá anexar no sistema do www.portaldecompraspublicas.com.br, juntamente com o cadastro da proposta eletrônica, até a data e horário estabelecido no Edital, os documentos de habilitação.

15.2. É dever do licitante encaminhar a respectiva documentação atualizada, em conjunto com a apresentação da proposta.

15.3. O descumprimento do subitem acima implicará inabilitação do licitante, exceto se a consulta feita pelo Pregoeiro(a) aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a certidão válida.

16. DA VERIFICAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

16.1 Visando à comprovação da habilitação do licitante, serão consultadas online, em campo específico no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, as seguintes situações:

16.1.1 Ter declarado no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, que:

a) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.

b) Sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

c) Para fins do disposto no inciso V do art. 27 da n° Lei 8666, de 21 junho de 1993, acrescido pela Lei n° 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7° da Constituição Federal.

d) Declara para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/COOP conforme Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.

16.2 Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação pelo licitante classificado em primeiro lugar, ao pregoeiro(a) o declarará vencedor.

17. DOS RECURSOS

17.1 Declarado o vencedor, ao pregoeiro(a) abrirá prazo de 15 (quinze) minutos, durante o qual, qualquer licitante poderá de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

17.2 A falta de manifestação motivada quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito.

17.3 Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 3 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

17.4 Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no site: www.portaldecompraspublicas.com.br.

17.5 O recurso contra decisão do pregoeiro(a) não terá efeito suspensivo;

17.6 Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, ao pregoeiro(a) terá até 5 (cinco) dias para:

17.6.1 Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;

17.6.2 Motivadamente, reconsiderar a decisão;

17.6.3 Manter a decisão, encaminhando o recurso a autoridade julgadora, que terá 5 (cinco) dias úteis para decidir;

17.7 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.8 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.

17.9 Não havendo recurso, o(a) pregoeiro(a) adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

18. DA CONTRATAÇÃO

18.1 Após a homologação da licitação, o contrato será enviado ao licitante vencedor para assinatura.

18.2. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido neste edital.

§ 1º Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 2º Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

registro de preços, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste edital.

18.3 O licitante vencedor terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do Contrato ou Ata de Registro de Preços, para devolvê-lo assinado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.4 O prazo para devolução do Contrato poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pelo Município de São Bernardino-SC.

18.5 A pessoa que assinar o instrumento contratual deverá demonstrar que possui poderes para praticar o ato, mediante a apresentação de cópias autenticadas dos atos constitutivos, alterações e demais documentos necessários à comprovação de seus poderes.

19. DO PAGAMENTO

19.1 O pagamento será efetuado através do Departamento Financeiro da PREFEITURA MUNICIPAL em até 10 (dez) dias após o recebimento e aceitação da nota fiscal pela Secretaria solicitante responsável pelo recebimento, controle e fiscalização.

19.2 A vencedora do certame deverá apresentar as certidões fiscais mais a CNDT em validade para o pagamento.

20. DO VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1 Valor máximo estimado da licitação é de R\$ 62.660,90 (Sessenta e dois reais, seiscentos e sessenta reais e noventa centavos).

20.2 Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente Edital correrão por conta da seguinte dotação:

Exercício da Despesa – 2020 - 2.027.3390.00 - 3383 - 57/2020 - Manutenção
Programa Sorrir 2.008.3390.00 - 1002 - 3/2020 - Manutenção da Saúde Pública
2.018.3390.00 - 3673 - 58/2020 - Manutenção do Programa PSF

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

21.1 - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor do Contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

21.2 Nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02 e do art. 49 do Decreto Federal nº 10.024/19, o licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, nos casos de:

- a) não assinar o Contrato ou a Ata de Registro de Preços;
- b) não entregar a documentação exigida no Edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) falhar na execução do Contrato;
- g) fraudar a execução do Contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

21.3. Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos e os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei Federal nº 8.666/93.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

21.4 A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho 1993 e implicará na aplicação de sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores garantidos o direito ao contraditório e a ampla defesa.

22. REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

22.1 Fica assegurado ao Fundo Municipal de Saúde de São Bernardino - SC o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

22.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

22.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

22.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

22.5. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

23. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO/EXECUÇÃO DO OBJETO

23.1 O prazo de entrega do objeto será de acordo com o ANEXO I do edital, após a solicitação e emissão e recebimento das solicitações da Secretaria solicitante interessada.

23.1.1 O prazo de entrega poderá ser prorrogado, no interesse da Administração e a critério da Secretaria requisitante, diante de pedido formalizado, até 2 (dois) dias antes do término do prazo original.

23.1.1.1 Compete a área requisitante, no interesse e a critério da Administração, determinar o prazo total da prorrogação.

23.2 Constatadas irregularidades no objeto contratual, a qualquer tempo, a Contratante poderá:



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

23.2.1 Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinar sua substituição ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

23.2.1.1 Na hipótese de substituição, o contratado deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

23.2.2 Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

23.2.2.1 Na hipótese de complementação, o contratado deverá fazê-la em conformidade com a indicação do contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

23.3 O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente dentro do exercício financeiro vigente, conforme Execução Orçamentária.

23.4 O objeto deverá atender às exigências de qualidade, observados os padrões, legislação, regras e normas baixadas pelos órgãos competentes.

24. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DAS CONDIÇÕES GERAIS

24.1 Constituir-se-ão obrigações da CONTRATADA as seguintes, para a totalidade dos serviços:

1 - Tratar as questões inerentes ao serviço com o fiscal do Contrato, através do(s) responsável(is) (preposto), não se admitindo aos demais empregados da CONTRATADA tratarem de questões técnicas com o fiscal, a não ser por iniciativa deste último;

2 - Responsabilizar-se por qualquer dano causado, por sua culpa ou dolo, a qualquer órgão público, empresa privada ou pessoa física, não cabendo ao Município suportar qualquer ônus, nos termos do art. 70 da Lei nº. 8.666/1993;

3 - Responder por quaisquer danos morais, materiais, patrimoniais e/ou pessoais causados ao Município ou a terceiros, provocados ou negligenciados por seus profissionais e/ou prepostos, culposa ou dolosamente, ainda que por omissão involuntária, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município;

4 - Realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas com o objeto deste CONTRATO, de acordo com as especificações determinadas no Processo Licitatório, assumindo a responsabilidade técnica pelos serviços prestados e pelos equipamentos/acessórios disponibilizados;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

5 - Além destas obrigações, ainda compete à CONTRATADA:

- a)** Entregar o objeto de acordo com as orientações do fiscal;
- b)** Responsabilizar-se, civil e ético-profissional e responder pela qualidade;
- c)** Substituir produtos, defeituosos ou executados em desacordo com as especificações e normas, não cabendo à firma executante o direito de indenização;
- d)** Providenciar a regularização de falhas, defeitos ou omissões definidas pela Fiscalização do Município.

6- Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado, serão aplicados à CONTRATADA sanção prevista no edital e na legislação vigente.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 O resultado e demais atos do presente certame será divulgado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Santa Catarina DOM/SC através do endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br e no Portal de Transparência do Município através do endereço eletrônico www.saobernardino.sc.gov.br.

25.2 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Fundo Municipal de Saúde de São Bernardino - SC não será, em caso algum, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório, bem como o licitante deverá formular seus preços incluindo na contraprestação todos os custos inerentes ao objeto, inclusive a despesa de entrega do objeto.

25.3 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

25.4 Com fundamento na norma do art. 43, § 3º, da Lei Federal n.º 8.666/93, é facultado ao pregoeiro(a) ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública.

25.5 Das sessões públicas serão geradas atas circunstanciadas.

25.6 Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) pregoeiro(a), que decidirá, com base na legislação vigente.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

25.7 No julgamento das propostas e da habilitação, ao pregoeiro(a) poderá relevar omissões puramente formais, sanar erros ou falhas, desde que não contrariem a legislação vigente.

25.8 Na hipótese de divergência entre este Edital e quaisquer condições apresentadas pelos licitantes, prevalecerão sempre, para todos os efeitos, os termos deste Edital e dos documentos que o integram.

25.9 Todos os documentos exigidos deverão ser apresentados **em cópia do original digitalizado** ou por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada ou em publicação de órgão da imprensa, na forma da lei.

25.10 Todos os documentos expedidos pelo licitante deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

25.11 Os documentos emitidos através da Internet poderão se julgar necessário ser conferidos pelo(a) Pregoeiro(a).

25.12 Os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome do licitante, com número de CNPJ. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

25.13 Salvo as exceções previstas neste Edital, os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, serem substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.

25.14 O presente PREGÃO poderá ser anulado ou revogado, nos termos do artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

25.15 O licitante vencedor deverá manter, durante a vigência do respectivo Contrato ou da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e de participação exigidas no procedimento licitatório.

25.16 Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

25.17 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente no mesmo horário, desde que não haja comunicação do(a) pregoeiro(a) em contrário.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

25.18 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de São Bernardino-SC.

25.19 Casos omissos e dúvidas serão resolvidos pelo(a) pregoeiro(a).

25.20 As normas deste PREGÃO serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, e o desatendimento de exigências formais, desde que não comprometa a aferição da habilitação do licitante nem a exata compreensão de sua proposta, não implicará o afastamento de qualquer licitante.

25.21 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I Termo de Referência - Especificações Técnicas e Condições de Fornecimento;

ANEXO II Modelo Padrão de Proposta Comercial;

ANEXO III Modelo de Contrato;

ANEXO IV Modelo de Declaração Unificada;

São Bernardino – SC em 06/07/2020

Agostinho Luzzi
Ordenador da Despesa

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica
Rudimar Borcioni
OAB-SC 15411
ASSESSOR(A) JURÍDICO



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

ANEXO – I

TERMO DE REFERÊNCIA

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

1 – OBJETO:

1.1. O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE MATERIAL AMBULATORIAL PARA UTILIZAÇÃO NOS PROCEDIMENTOS REALIZADOS NA UNIDADE DE SAÚDE, FRALDAS GERIÁTRICAS PARA DISTRIBUIÇÃO ÀS PACIENTES QUE NECESSITAM, MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DA UNIDADE E MATERIAIS DE HIGIENE PARA BEBÊS PARA COMPOR O KIT DISTRIBUIDO ÀS PACIENTES PARTICIPANTES DO PROGRAMA DE GESTANTES.

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	ABOCATH Nº 24	Und	50,00	2,05	102,50
2	ABOCATH Nº 20	Und	30,00	2,05	61,50
3	ABOCATH Nº 22	Und	50,00	2,05	102,50
4	AGUA PARA INJECAO 10 ML	Und	150,00	1,00	150,00
5	AGULHA 25X8 C/ 100 UN	CX	15,00	13,40	201,00
6	AGULHA DESCARTÁVEL 20X55 CX C/100 UNID.	CX	15,00	13,40	201,00
7	AGULHA DESCARTÁVEL 40X12 C/100 UN	Und	15,00	16,30	244,50
8	AGULHAS DESCARTÁVEIS 25X7 C/100UN	CX	15,00	13,40	201,00
9	ALCOOL 70% 1000ML	Und	112,00	14,50	1624,00
10	ALCOOL 70% 100ML	Und	96,00	4,50	432,00
11	ALGODAO 500 GR	Und	300,00	17,90	5370,00
12	ATADURA ELASTICA 15 CM C/ 8 MT	Und	700,00	3,50	2450,00
13	ATADURA ELASTICA DE 13CM / 8 M	Und	600,00	3,10	1860,00
14	CANULA NASAL TIPO ÓCULOS PARA OXIGENOTERAPIA, COM COMPRIMENTO DE 2,5 M, COM CONECTOR DE OXIGÊNIO TIPO UNIVERSAL.	Und	50,00	1,50	75,00
15	COLETOR DE MATERIAL 13 LITROS PÉRFULO CORTANTE	Und	100,00	6,50	650,00
16	COMPRESSA CIRURGICA 45X50CM4 CAMADAS PACOTE COM 50UM	PCT	120,00	77,40	9288,00
17	EMBALAGEM P/ ESTERILIZAÇÃO AUTO CLAVE 10CM X 200METROS	RL	12,00	65,00	780,00
18	EMBALAGEM P/ ESTERILIZAÇÃO AUTO CLAVE 15CM X 200METROS	RL	2,00	99,00	198,00
19	EQUIPO MACROGOTAS	Und	150,00	2,50	375,00
20	ESPARADRAPO HIPOALERGICO 10 CM X4,5 MT	Und	50,00	11,50	575,00
21	FITA CIRURGICA MICROPORE 5 CM X 4,5 M	RL	30,00	5,50	165,00
22	FITA CIRURGICA MICROPOROSA 10 CM X 4,5 M	RL	40,00	8,00	320,00
23	FRALDA TAMANHO P COM 10 UNIDADE POLPA DE CELULOSE, GEL SUPER ABSORVENTE, FILME DE POLIETILENO, NÃO TECIDO DE POLIPROPILENO, PAPEL ABSORVENTE, FIOS DE ELÁSTICO, ADESIVOS, FITAS ADESIVAS READERENTES, BARREIRAS ANTIVAZAMENTO.	PCT	50,00	24,00	1200,00
24	FRALDA GERIÁTRICA TAMANHO G COMPOSIÇÃO: FIBRAS DE CELULOSE, PAPEL ABSORVENTE, FIBRAS DE POLIPROPILENO, POLÍMEROS TERMOPLÁSTICO, POLÍMEROS SUPERABSORVENTE, FITA REPOSICIONÁVEL, FILME DE POLIETILENO E ELÁSTICOS.	Und	2.500,00	1,47	3675,00
25	HASTES FLEXÍVEIS COM PONTA DE ALGODÃO COM 75UN	CX	50,00	1,50	75,00
26	INDICADOR BIOLÓGICO P/ MONITORIZAÇÃO E	Und	80,00	61,50	4920,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO

	AVALIAÇÃO DOS CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVES.				
27	LANCETA G-TECH AUTOMATICA CAIXA C/100 (A descrição justifica-se tendo em vista que os aparelhos que a Unidade possui são da marca G-TECH)	CX	15,00	12,00	180,00
28	LUVA ESTERIL EM LÁTEX Nº 6,5	Und	50,00	3,50	175,00
29	LUVA ESTERIL N.7,0	Und	30,00	3,75	112,50
30	LUVAS PARA PROCEDIMENTO TAM P C/100	CX	100,00	75,00	7500,00
31	ÓLEO PARA BEBES RECÉM-NASCIDOS 100ML	Und	50,00	3,50	175,00
32	PAPEL LENÇOL HOSPITALAR 50CM X 50 MT	RL	150,00	15,50	2325,00
33	PILHAS ALCALINAS AA PEQUENA	Und	40,00	8,50	340,00
34	PILHAS ALCALINAS AAA PEQUENA	Und	40,00	9,00	360,00
35	PILHAS ALCALINAS C MEDIA	Und	15,00	19,00	285,00
36	PINÇA ANATÔMICA 14CM	Und	10,00	19,50	195,00
37	PINÇA KELLY 16CM CURVA	Und	10,00	49,50	495,00
38	SABONETE LIQUIDO PRA BEBÊ DA CABEÇA AOS PÉS 200ML	Und	50,00	14,50	725,00
39	SABONETE PARA BEBÊ (25 ROSA E 25 AUL)	Und	50,00	2,50	125,00
40	SCALP N.21 Dispositivo De Infusão Intravenosa	Und	100,00	0,75	75,00
41	SCALP N.23 Dispositivo De Infusão Intravenosa	Und	100,00	0,95	95,00
42	SERINGA DESCARTAVEL 10 ML S/AGULHA	Und	2.000,00	0,50	1000,00
43	SERINGA DESCARTAVEL 20ML	Und	500,00	0,75	375,00
44	SERINGA DESCARTAVEL 5ML S/AGULHA	Und	1.500,00	0,35	525,00
45	SERINGAS DESCARTÁVEIS 3 ML S/ AGULHA	Und	1.200,00	0,25	300,00
46	SHAMPOO PARA BEBE, PH NEUTRO, HIPOALERGICO 200 ML	Und	50,00	12,50	625,00
47	SOLUÇÃO DE DIGLICONATO DE CLOREXIDINA TÓPICA 2% 1000ML	Und	2,00	8,70	17,40
48	SONDA VESICAL DE ALIVIO N. 08	Und	500,00	0,85	425,00
49	SORO FISIOLÓGICO 100 ML	Und	1.200,00	3,50	4200,00
50	SORO FISIOLÓGICO 9% 250 ML	Und	600,00	5,75	3450,00
51	SORO FISIOLÓGICO 9% 500 ML	Und	100,00	6,50	650,00
52	SORO GLICOSADO 5% 500 ML	Und	10,00	5,25	52,50
53	SORO GLICOSE 5% 1000 ML	Und	10,00	8,25	82,50
54	TERMOMETRO CLINICO DIGITAL	Und	10,00	22,50	225,00
55	TESOURA MULTI USO 8 POLEGADAS, CABO EMBORRACHADO, FORMATO ANATÔMICO, FORMATO PARA 3 DEDOS, RESINA E BORRACHA TERMOPLÁSTICA, EM AÇO INÓX, 21CM.	Und	5,00	45,00	225,00
56	TOALHA UMEDECIDA INFANTIL SEM ALCOOL COM 48 UND	Und	50,00	6,00	300,00
57	SERINGA P/ INSULINA 1 ML C/ AGULHA 13 X 045	Und	5.000,00	0,35	1750,00
				Total	62.660,90

1.2. Valor máximo estimado da licitação é de R\$ 62.660,90 (Sessenta e dois mil, seiscentos e sessenta reais e noventa centavos).

2 – JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Aquisição de material ambulatorial para ser utilizado nos procedimentos realizados na Unidade de Saúde e aquisição de material para distribuição (fraldas para pacientes acamados e materiais de higiene para bebês, para compor o kit que é distribuído às pacientes gestantes participantes do programa).

3– DISPOSIÇÃO DO(S) LOTE(S)

3.1 Licitação é exclusiva para a participação de todos os interessados, que se enquadrem na condição de “Microempresa – ME” ou “Empresa de Pequeno Porte – EPP” e que atuem no ramo de atividade referente ao objeto licitado em conformidade



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

com o artigo 48, Inciso I da Lei Complementar nº 123/2006, que fundamenta sobre a realização de processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

4 – SOBRE A PROPOSTA

4.1 O preço da contratação do objeto licitado será aquele constante da proposta.

4.2 No preço total por item/lote do objeto licitado, deverá constar até duas (0,00) casas decimais, expressos em moeda corrente nacional, não superior ao preço máximo estabelecido no edital.

4.3 As propostas que apresentarem valor superior ao máximo estabelecido serão automaticamente desclassificadas para esse certame pelo(a) pregoeiro(a).

4.4 A empresa deverá incluir na contraprestação todos os custos, inclusive a despesa de entrega do objeto.

5 – PRAZO, FORMA E LOCAL DE ENTREGA:

5.1 Da entrega: Os produtos deverão ser entregues de forma fracionada mediante solicitação e autorização do responsável pela Unidade de Saúde em até (10) dias, a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.

5.2 A proponente deverá entregar os materiais de acordo com a quantidade solicitada, caso contrário não serão aceitos.

5.3 Local de entrega: O objeto desta licitação deverá ser entregue na Unidade de Saúde do Município de São Bernardino – SC, conforme endereço constante neste Edital.

5.4 Do horário da entrega: A entrega deverá ser feita em horário de expediente de segunda a sexta feira exceto feriados.

6 – SOBRE O OBJETO

6.1 A descrição do objeto, o preço máximo para cada item/lote, foram estabelecidas pelo Secretário interessado responsável conforme justificativas, solicitação e orçamentos constantes no processo, a modalidade da licitação e a forma de disputa/julgamento pelo Ordenador da despesa do Fundo Municipal de Saúde e analisadas pelo jurídico do município.

6.2 O critério utilizado para balizar o preço, foi o menor preço apurado dentre as pesquisas realizadas anexo ao processo.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

7 – OBSERVAÇÕES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 O objeto deverá ser de primeira qualidade.

7.2 O objeto deverá estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega serão verificadas quantidades e especificações conforme descrição no Contrato, bem como estado de conservação do objeto e embalagens quando for o caso.

7.3 O proponente vencedor deverá entregar, durante toda a vigência do Contrato ou da Ata de Registro de Preços, a mesma marca do objeto apresentado na proposta.

7.4 Responsabilizar-se e arcar por quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto da presente licitação, bem como demais custos, encargos inerentes e necessários para a completa execução das obrigações assumidas.

7.5 A contratada deverá manter durante toda a execução do Contrato ou da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8 – GESTOR E FISCAL

8.1 Fica designado pela Administração como gestor do Contrato ou da Ata de Registro de Preços, o Secretário(a) solicitante responsável;

8.2 A fiscalização do Contrato ou da Ata de Registro de Preços será de responsabilidade do secretário(a), responsável.

9 - VIGÊNCIA E FONTE DO RECURSO

9.1 Vigência do Contrato ou da Ata de Registro de Preços será até final do exercício.

9.2 Fonte do recurso: 2.027.3390.00 - 3383 - 57/2020 - Manutenção Programa Sorrir
2.008.3390.00 - 1002 - 3/2020 - Manutenção da Saúde Pública 2.018.3390.00 - 3673
- 58/2020 - Manutenção do Programa PSF

10 - OUTRAS PRESCRIÇÕES

10.1 Na entrega ou execução serão verificadas quantidades e especificações descritas neste anexo e demais documentos equivalentes ao presente certame.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

ANEXO – II

MODELO- PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL

(uso obrigatório por todas as licitantes)

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE:

CPF:

RG:

ENDEREÇO: TELEFONE e E-MAIL:

DADOS BANCÁRIOS: Banco - Agência - C/C:

A empresa propõe fornecer ao Fundo Municipal de São Bernardino - SC, em estrito cumprimento ao previsto no Edital de Pregão Eletrônico nº4/2020, conforme abaixo discriminado:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Marca	Fabricante	Preço Unit.	Preço Total
Total							

Informar número do Item; Informar a quantidade; Informar especificação do produto; Informar marca; Informar o Fabricante, Informar Valor Unitário e Total;

Informar que a proponente obriga-se a cumprir todos os termos da Nota de Empenho a ser firmada com a vencedora do certame.

Informar que a validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de PREGÃO ELETRÔNICO.

Prazo máximo de entrega dos produtos será de acordo com o ANEXO I do edital.

Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto.

Município, (dia) de (mês) de 2020.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

(nome e assinatura do representante legal do licitante)

(A PROPONENTE QUE NÃO INFORMAR MARCA OU NÃO INFORMAR O FABRICANTE, SERÁ AUTOMATICAMENTE DESCLASSIFICADA (Para comprovação os registros poderão ser solicitados como documentação completar).



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

ANEXO – III (MINUTA DO CONTRATO)

CONTRATO Nº

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2020

Pelo presente instrumento particular de Contrato de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo senhor AGOSTINHO LUZZI, Ordenador da Despesa, de ora em diante denominado simplesmente de CONTRATANTE e de outro lado a empresa, CNPJ/MF nº, com sede à Rua....., Cidade de, Estado do, E-mail:..... e telefone: (....)....., neste ato representada pelo Senhor....., inscrito no CPF nº, aqui denominada simplesmente de CONTRATADA estando as partes sujeitas às normas da Lei nº 10.520/2002, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar Federal n.º 147/2014, Decreto Federal n. 10.024 de 20/09/2019, Decreto Municipal n. 170/2020, e subsidiariamente no que couber da Lei Federal n.º 8.666/1993, obedecidas as condições estabelecidas na licitação realizada na modalidade Pregão Eletrônico nº4/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE MATERIAL AMBULATORIAL PARA UTILIZAÇÃO NOS PROCEDIMENTOS REALIZADOS NA UNIDADE DE SAÚDE, FRALDAS GERIÁTRICAS PARA DISTRIBUIÇÃO À PACIENTES QUE NECESSITAR, MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DA UNIDADE E MATERIAIS DE HIGIENE PARA BEBÊS PARA COMPOR O KIT DISTRIBUIDO AS PACIENTES PARTICIPANTES DO PROGRAMA DE GESTANTES., , conforme edital e proposta que ficam fazendo parte integrante deste instrumento.

Tabela

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Os preços do objeto estão registrados na tabela acima, perfazendo um total de R\$(.....).

Parágrafo Primeiro

Integram e completam o presente termo contratual, para todos os fins de direito, obrigando às partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

Pregão Eletrônico nº4/2020, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

Parágrafo Segundo

Todos os produtos/serviços deverão atender eficazmente às finalidades que deles naturalmente se esperam, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente Contrato terá a duração deaté, contados a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

Parágrafo Primeiro

Da entrega: Os materiais deverão ser entregues em até (10) dias, a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.

Parágrafo Segundo

Caso o produto não atenda as especificações constantes no edital não serão aceitos

Parágrafo Terceiro

Local de entrega: O objeto desta licitação deverá ser entregue na Secretaria solicitante sito a Rua Verônica Scheid, n. 1012, Centro, São Bernardino-SC, CEP. 89.982-000.

Parágrafo Quarto

A empresa deverá ter autorização de Funcionamento da ANVISA compatível aos produtos cotados.

Parágrafo Quinto

Do horário da entrega: A entrega deverá ser feita em horário de expediente da Secretaria de Saúde, no período matutino (07:30 as 11:30 horas) e vespertino (13:00 as 17:00 horas) de segunda a sexta-feira, exceto feriados.

Parágrafo Sexto

Os materiais deverão ser de qualidade.

Parágrafo Sétimo

Da Fraude e da Corrupção: Os licitantes devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Parágrafo Oitavo

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “Prática Corrupta” oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato ou Ata de Registro de Preços;
- b) “Prática Fraudulenta” a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato ou Ata de Registro de Preços;
- c) “Prática Conluída” esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “Prática Coercitiva” causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços.
- e) “Prática Obstrutiva” destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado através do Departamento Financeiro da Prefeitura Municipal em até 10 (dez) dias, após a aceitação da nota fiscal pelo Departamento de Compras.

Parágrafo Primeiro

A nota fiscal deverá estar acompanhada das certidões negativas fiscais e CNDT, devidamente válidas, sendo que é de responsabilidade da contratada, manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação (regularidade fiscal), conforme prevê o Art. 55 da Lei 8.666/93.

O Município efetuará o desconto do INSS, ISSQN e IRRF do valor contratado, neste edital, conforme Legislação vigente;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

Parágrafo Segundo

Deverá constar na Nota Fiscal o Número da Licitação, do Contrato, e número da Autorização de Fornecimento;

Parágrafo Terceiro

Se a empresa for optante do Simples Nacional, deverá constar na Nota Fiscal;

Parágrafo Quarto

A data para entrega das Notas Fiscais será até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, após esta data, deverão ser encaminhadas a partir do primeiro dia do mês subsequente;

Parágrafo Quinto

O Fundo Municipal de Saúde de São Bernardino -SC receberá apenas notas fiscais emitidas eletronicamente, conforme legislação vigente, exceto para prestação de serviços;

Parágrafo Sexto

As empresas com sede em outros Estados que ainda não se adequaram ao sistema de Notas eletrônicas, poderão emití-las conforme legislação vigente no Estado sede;

Parágrafo Sétimo

Caso se verifique erro na fatura, o pagamento será susinado até que providências pertinentes sejam tomadas por parte da proponente, emitente da fatura;

Parágrafo Oitavo

Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais;

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos recursos constantes na Lei Orçamentária vigente.

2.027.3390.00 - 3383 - 57/2020 - Manutenção Programa Sorrir 2.008.3390.00 - 1002 - 3/2020 - Manutenção da Saúde Pública 2.018.3390.00 - 3673 - 58/2020 - Manutenção do Programa PSF

CLÁUSULA SÉTIMA – DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO e da FISCALIZAÇÃO



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

Quando da convocação dos adjudicatários para assinarem o termo de contrato, este terá até 5 (cinco) dias úteis para assinar o termo, sob pena de decair do seu direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666/93.

Parágrafo Primeiro

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO – SC, poderá quando o adjudicatário não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos no ato convocatório, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo, de conformidade com o presente ato convocatório, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei no 8.666/93.

Parágrafo Segundo

Caberá a gestão e fiscalização deste contrato o(a) Secretário(a) solicitante.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor do Contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

Nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02 e do art. 49 do Decreto Federal nº 10.024/19, o licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, nos casos de:

- a) não assinar o Contrato ou a Ata de Registro de Preços;
- b) não entregar a documentação exigida no Edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

- f) falhar na execução do Contrato;
- g) fraudar a execução do Contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos e os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei Federal nº 8.666/93.

A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho 1993 e implicará na aplicação de sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores garantidos o direito ao contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Primeiro

As sanções previstas nesta cláusula poderão ser aplicadas, facultada a defesa prévia do licitante, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

Parágrafo Segundo

A multa devida será descontada dos pagamentos devidos pelo FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO - SC ou quando for o caso, cobrada judicialmente;

Parágrafo Terceiro

A critério da administração municipal, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega/execução dos materiais/serviços for devidamente justificado pela empresa detentora do contrato, por escrito, no prazo máximo até 5 (cinco) dias da ocorrência do evento e aceito pelo Fundo Municipal de saúde de São Bernardino - SC, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

Parágrafo Quarto



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

Além das já especificadas neste instrumento sujeitam-se a contratada inadimplente as demais penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da lei federal nº 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis preconizadas no código de defesa do consumidor - lei federal nº 8.078 de 11/09/90;

Parágrafo Quinto

Se discordar das penalidades que porventura lhe tenham sido aplicadas, poderá a contratada apresentar recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade competente através da que lhe tenha dirigido a respectiva notificação, desde que o faça devidamente fundamentado e dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Constituem direitos de a CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Primeiro

Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento ajustado;
- b) dar à CONTRATADA as condições necessárias para a execução do Contrato;

Parágrafo Segundo

Constituem obrigações da CONTRATADA:

- 1 - Tratar as questões inerentes ao serviço ou entrega com o fiscal do contrato, através do(s) responsável(is) (preposto), não se admitindo aos demais empregados da CONTRATADA tratarem de questões técnicas com o fiscal, a não ser por iniciativa deste último;
- 2 - Responsabilizar-se por qualquer dano causado, por sua culpa ou dolo, a qualquer órgão público, empresa privada ou pessoa física, não cabendo ao Município suportar qualquer ônus, nos termos do art. 70 da Lei nº. 8.666/1993;
- 3 - Responder por quaisquer danos morais, materiais, patrimoniais e/ou pessoais causados ao Fundo Municipal de Saúde de São Bernardino ou a terceiros, provocados ou negligenciados por seus profissionais e/ou prepostos, culposa ou dolosamente, ainda que por omissão involuntária, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

4 - Realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas com o objeto deste CONTRATO, de acordo com as especificações determinadas no Processo Licitatório, assumindo a responsabilidade técnica pelos serviços prestados e pelos equipamentos/acessórios disponibilizados;

5- Além destas obrigações, ainda compete à CONTRATADA:

- a)** Entregar o objeto de acordo com as orientações do fiscal;
- b)** Responsabilizar-se, civil e ético-profissional e responder pela qualidade;
- c)** Substituir produtos, defeituosos ou executados em desacordo com as especificações e normas, não cabendo à firma executante o direito de indenização;
- d)** Providenciar a regularização de falhas, defeitos ou omissões definidas pela Fiscalização do Município.

6- Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado, serão aplicados à CONTRATADA sanção prevista no edital e na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo Primeiro

A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo Segundo

Verificada qualquer infração do Contrato, o Fundo Municipal de Saúde de São Bernardino, independentemente de notificação judicial, poderá rescindir o Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições da Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado e demais legislação pertinente à matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CASOS OMISSOS



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 8.666/93 e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Fundo Municipal de Saúde de São Bernardino - SC revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

Parágrafo Único

O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Campo – Erê - SC, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja. E, por estarem justos e acordados, assinam as partes o presente instrumento, em 2 (dois) vias de igual teor e forma e para um só efeito de direito.

São Bernardino – SC, em DataAssinatura

Agostinho Luzzi

.....

Ordenador da Despesa

Contratado

Rudimar Borcioni

Assessor Jurídico

OAB/SC 15411

Testemunhas.....

.....



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

ANEXO IV DECLARAÇÃO UNIFICADA (modelo)

À Comissão de Licitações

Fundo Municipal de Saúde de São Bernardino Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO nº
NumLicitação

RAZÃO SOCIAL e CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

1- Declaro para os devidos fins legais, conforme o disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

2- Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública.

3- Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este órgão que o(a) responsável legal da empresa (sócio administrador) é o(a) Sr.(a) _____, Portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____.

4- Declaro para os devidos fins que NENHUM sócio desta empresa exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública.

5- Declaramos de que a empresa não contratará empregados com INCOMPATIBILIDADE com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

6- Declara para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ()

Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto a este Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO**

7 - Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como declaro cumprir os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme parágrafos 4º e 5º do art. 26 do decreto 10.024/2019.

8 - Declaro para os devidos fins legais, em cumprimento ao exigido no edital, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

9 - A proposta apresentada para essa licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa nº2 de 16 de setembro de 2009 da SLTI/MP.

10- Declaro para os devidos fins legais que conheço todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação e que minha proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

11-Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/COOP conforme Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.

....., de 2020.

Local e Data _____ Assinatura do
Responsável Legal da empresa Carimbo do CNPJ da empresa

São Bonifácio

PREFEITURA

DECRETO Nº 118/2020

Publicação Nº 2552692

DECRETO Nº 118, DE 06 DE JULHO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A JORNADA ESPECIAL E TEMPORÁRIA DE TRABALHO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 60, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO o disposto nas Leis Complementares números 144/2020 e 146/2020, que dispõe respectivamente sobre o regime jurídico dos servidores públicos municipais de São Bonifácio e sobre reestruturação e gestão do plano da carreira dos servidores públicos municipais; CONSIDERANDO a necessidade de se tomar medidas que venham a diminuir os gastos do Município, frente à diminuição da receita em razão da pandemia do COVID-19;

DECRETA:

Art. 1º O expediente dos servidores da sede administrativa da prefeitura municipal de São Bonifácio, será das 12 horas às 18 horas.

Art. 2º Os servidores dos demais órgãos e repartições públicas do município cumprirão carga horária de 8 (oito) horas diárias, exceto para os cargos em que o concurso previa carga horária menor do que 40 horas semanais.

Art. 3º Durante o período de emergência decretada em razão da pandemia do COVID -19, as Secretarias de Saúde, Educação, Assistência Social e outros órgãos do Município, poderão a critério de cada Secretária reduzir a carga de horário de trabalho presencial, dando ciência aos servidores, que eventuais horas extras somente serão pagas das horas realizadas após a jornada normal de trabalho.

§ Único: Findo o período da pandemia do COVID -19, as referidas secretarias voltarão a prestar atendimento normal de 8 horas diárias.

Art. 4º Durante o período da pandemia, os membros do Conselho Tutelar prestação atendimento presencial na sede do referido conselho, com rodízio de 02 (dois) conselheiros em cada horário, como forma de respeitar o espaçamento e evitar aglomeração de pessoas no mesmo ambiente de trabalho, respeitando ainda as normas de higiene estabelecidas pelos órgãos de saúde e vigilância sanitária.

Art. 5º Os servidores públicos municipais com que estiverem laborando em horário especial de trabalho, somente poderão compensar ou receber horas extras após a realização das horas normais do cargo efetivo em que foram concursados.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Bonifácio, 06 de julho de 2020.

Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 117/2020

Publicação Nº 2552633

DECRETO Nº 117, DE 06 DE JULHO DE 2020.

AUTORIZA DESMEMBRAMENTO.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que o requerimento de desmembramento de área urbana satisfaz todos os requisitos da legislação municipal em vigor e da Lei Federal nº 6766 de 19/12/1979,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado por este ato o desmembramento de 01(um) lote do imóvel urbano com área total 942,25m2, situado na esquina da Rua Jorge Lehmkuhl com a Avenida 29 de Dezembro, nesta cidade de São Bonifácio – SC, de propriedade de Ana Nienkoetter Buss, matriculado sob o nº 27.972, livro 2, do Registro de Imóveis de Santo Amaro da Imperatriz/SC, sendo desmembrada a área total de 471,12m2 (01 lote), remanescendo a área de 471,13m2, conforme descrito no Levantamento Topográfico e Memorial descrito datado de junho de 2020, que se encontra arquivado nesta municipalidade.

Art. 2º A área a ser desmembrada possui a seguinte característica e coordenada, medidas e azimutes:

ÁREA DESMEMBRADA:

“Um terreno urbano situado na Rua Jorge Lehmkuhl, no Bairro Centro, no município de São Bonifácio/SC, com a área total de 471,12m² (quatrocentos e setenta e um metros e doze decímetros quadrados), com a seguinte confrontação: ao NOROESTE, confronta com a propriedade de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 27.975); ao SUDOESTE confronta com a propriedade de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 27.973); ao NORDESTE, confronta com a Área Remanescente de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 27.972); e ao SUDESTE, confronta com a Rua Jorge Lehmkuhl”.

COORDENADAS, MEDIDAS E AZIMUTES DA ÁREA À DESMEMBRAR:

“Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice Pt-01, de coordenadas N 6.912.354,035m e E 703.795,778m, deste segue com azimute de 324°43'3" e distância 30,32m, confrontando neste trecho com Ana Nienkötter Buss (Matrícula nº 27.973), até o vértice Pt-02, de coordenadas N 6.912.378,783m e E 703.778,267m; deste segue com azimute de 59°25'54" e distância de 16,10m, confrontando neste trecho com Ana Nienkötter Buss (Matrícula nº 27.975), até o vértice Pt-07, de coordenadas N 6.912.386,972m e E 703.792,120m; deste segue com azimute de 144°43'3" e distância de 28,40m, confrontando neste trecho com a Área Remanescente de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 27.972), até o vértice Pt-06, de coordenadas N 6.912.363,786m e E 703.808,525m; deste segue com azimute de 232°36'31" e distância de 16,06m, confrontando neste trecho com a Rua Jorge Lemkuhl, até Pt-01, o ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Mediano Central 51° WGr, tendo como Datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes, distâncias, áreas e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM”.

ÁREA REMANESCENTE:

“Um terreno urbano situado na esquina da Rua Jorge Lehmkuhl, com a Avenida 29 de Dezembro, no Bairro Centro, no município de São Bonifácio/SC, com a área total de 471,13m² (quatrocentos e setenta e um metros e treze decímetros quadrados), com a seguinte confrontação: ao SUDOESTE confronta com a Área à Desmembrar de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 27.972); ao NOROESTE, confronta com a propriedade de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 27.975); ao NORTE confronta com a propriedade de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 27.975); ao LESTE, confronta com a Avenida 29 de Dezembro; e ao SUDESTE, confronta com a Rua Jorge Lehmkuhl”.

COORDENADAS, MEDIDAS E AZIMUTES DA ÁREA REMANESCENTE:

“Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice PT-07, de coordenadas N 6.912.386,972m e E 703.792,120m; deste segue com azimute de 59°25'54" e distância de 2,53m, confrontando neste trecho com Ana Nienkötter Buss (Matrícula nº 27.975), até o vértice Pt-03, de coordenadas N 6.912.388,260m e E 703.794,312m; deste segue com azimute de 91°22'45" e distância de 28,61m, confrontando neste trecho com Ana Nienkötter Buss (Matrícula nº 27.975), até o vértice Pt-04, de coordenadas N 6.912.387,571m e E 703.822,916m; deste segue com azimute de 181°15'58" e distância de 13,02m, confrontando neste trecho com a Avenida 29 de Dezembro, até o vértice Pt-05, de coordenadas N 6.912.374,557m e E 703.822,628m; deste segue com azimute de 232°36'31" e distância de 17,73m, confrontando neste trecho com a Rua Jorge Lemkuhl, até o vértice PT-06, de coordenadas N 6.912.363,786m e E 703.808,525m; deste segue com azimute de 324°43'3" e distância de 28,40m, confrontando neste trecho com a Área à Desmembrar de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 27.972), até PT-07, o ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Mediano Central 51° WGr, tendo como Datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes, distâncias, áreas e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM”.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Bonifácio, 06 de julho de 2020.

Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

São Domingos

PREFEITURA

DECRETO Nº 1144 DE 07 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2552007

DECRETO Nº 1144, DE 06 DE JULHO DE 2020.

Dispõe sobre a admissão de pessoal por tempo determinado em caráter emergencial.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; Lei Complementar 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal 0043, de 26/07/2012; e:

- Considerando a solicitação da Secretária Municipal de Saúde, Juliana Dutra do Prado, solicitando a contratação emergencial de profissional Agente Comunitário de Saúde;
- Considerando que o Agente Comunitário de Saúde tem a atribuição o exercício de atividades e prevenção de doenças e de promoção da saúde, a partir dos referenciais da Educação Popular em Saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com diretrizes do SUS, com o objetivo de ampliar o acesso da comunidade assistida às ações e aos serviços de informação, de saúde, de promoção social e de proteção da cidadania;
- Considerando que o Agente Comunitário de Saúde funciona como elo entre a comunidade e a equipe de saúde, estando em contato permanente com as famílias, o que facilita o trabalho de vigilância e promoção da saúde;
- Considerando o pedido de demissão da Agente Comunitária de Saúde Marta Alves Pereira da Silva Maróstica, com atuação na micro área 05 da Equipe de Estratégia de Saúde da Família área 002;
- Considerando que esta microárea está localizada na área rural e toda a comunidade está desassistida e desacompanhada pelo Agente Comunitário de Saúde;
- Considerando que esta microárea não poderá vir a ser prejudicada pela ausência deste profissional, nem tão pouco, comprometer a qualidade no atendimento prestado pela equipe de Saúde da Família;
- Considerando o Decreto nº 06, de 20 de março de 2020, que reconhece estado de calamidade pública em todo o território nacional, por conta COVID-19;
- Considerando o Decreto nº 507, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre medidas de prevenção e controle ao Coronavírus - COVID-19 nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta;
- Considerando o Decreto 515, de 17 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo o território catarinense;
- Considerando o Decreto nº 515, de 17 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo o território catarinense;
- Considerando o Decreto nº 521, de 19 de março de 2020, com suas atualizações;
- Considerando a portaria ministerial nº 1.579, de 19 de junho de 2020, que credencia temporariamente municípios a receberem incentivos financeiros, referentes aos centros de atendimento para enfrentamento da covid-19, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);
- Considerando que não há em vigência, Processo Seletivo Público ou Simplificado para o emprego de Agente Comunitário de Saúde, micro área 05, ESF 002;
- Considerando o Parecer Jurídico sobre a matéria;
- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária emergencial de excepcional interesse público, a Senhora Marciana Casagrande Pereira, para exercer o emprego público de Agente Comunitário de Saúde Admitida em Caráter Temporário Emergencial, com 40 (quarenta) horas semanais deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º O período de admissão da servidora será até a realização de Processo Seletivo Público, tendo por base o período de doze meses, com base no art.4º II da LCM 043/2012.

§ 2º A servidora integrará o Quadro Anexo VI – Empregos Públicos – Grupo 1 – ATIVIDADES DE NÍVEL FUNDAMENTAL (ANF), Código 91.01, com 40 (quarenta) horas semanais, Lei Complementar Municipal nº 042, de 04/04/ 2012, e Lei Complementar Municipal nº 0017, de 21/12/2007.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 06 de julho de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PRIMEIRO TERMO ADITIVO: PREFE N. 022 DE 03/07/2020

Publicação Nº 2552383

DADOS E TEXTO DE ADITIVO DE CONTRATO

MÊS/ANO: JULHO/2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVO: PREFE n. 022 de 03/07/2020

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 03/07/2020

DESCRIÇÃO: o objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR E CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

VALOR DA TAXA: -1,40% (menos um virgula quarenta por cento)

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: Biq Benefícios LTDA

CNPJ nº 07.878.237/0001-19

DATA FINAL VIGÊNCIA: 22/07/2021

PROCESSO LICITATÓRIO FMS 025/2020

Publicação Nº 2551260

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO FMS 025/2020

PREGÃO PRESENCIAL FMS N. 007/2020

A Pregoeira Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 17 de julho de 2020, estará recebendo as propostas dos interessados para REGISTRO DE PREÇOS para eventuais futuras AQUISIÇÃO DE GÁS MEDICINAL COM FORNECIMENTO DE CILINDROS EM COMODATO, PARA UTILIZAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA NAS UNIDADES DE SAÚDE, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA NO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL E PARA OS VEÍCULOS (AMBULÂNCIA). TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02 e demais normas pertinentes. O edital na íntegra encontra-se no site do Município (www.saodomingos.sc.gov.br). Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 03 de julho de 2020.

Paula Natana Comachio – Pregoeira Oficial do Município

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 108/2020

Publicação Nº 2551404

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 108/2020

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 038/2020

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

A Pregoeira Oficial do Município, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 21 de julho de 2020, estará recebendo as propostas dos interessados para REGISTRO DE PREÇOS para eventuais futuras AQUISIÇÃO DE PNEUS E CÂMARAS DE AR PARA A FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS PESADAS, CAMINHÕES E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, SC. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02 e demais normas pertinentes. O edital na íntegra encontra-se no site do Município (www.saodomingos.sc.gov.br). Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 06 de julho de 2020.

Paula Natana Comachio – Pregoeira Oficial do Município

RESOLUÇÃO CMI N º 002/2020, DE 06 DE JULHO DE 2020.

Publicação Nº 2551293

Resolução CMI n º 002/2020, de 06 de Julho de 2020.

Emite parecer favorável e aprova a prestação de contas do Fundo Municipal do Idoso referente ao exercício de 2019.

O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE SÃO DOMINGOS-SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº1.605, de 09 de outubro de 2009;

Considerando o Decreto Estadual 562/2020 que declara estado de calamidade pública em todo território catarinense, nos termos do COBR-DE nº 1.5.1.1.0 – doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências;

Considerando a Resolução nº001/2020 de 02 de julho de 2020, que regulamenta reuniões em tempos de isolamento social diante da situação vivenciada;

RESOLVE:

Art.1º Aprovar a prestação de contas referente à aplicação de recursos do Fundo Municipal do Idoso relativo ao período de 2019. Verificando que os recursos recebidos no exercício, foram aplicados em conformidade com o que estabelece as normas do Fundo Municipal do Idoso, não encontrando nenhuma irregularidade.

;
. Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos/SC, 06 de julho de 2020.

Dozolina Marcante
Presidente Conselho Municipal do Idoso

São Francisco do Sul

PREFEITURA

EXTRATO PR 001.2020

Publicação Nº 2552666

EDITAL DE LICITAÇÃO 001/2020
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL
TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Francisco do Sul/SC, torna público que às 09:00 horas do dia 20/07/2020, procederá a sessão de abertura da licitação destinada à Contratação de horas técnicas de informática para manutenção preventiva e corretiva dos hardwares e softwares da área administrativa e técnica do SAMAE. Demais informações podem ser obtidas, diariamente das 08:00 às 13:00 horas, no escritório do SAMAE (Departamento de Compras), sito à Rua: Sete de Setembro, 93 – Centro- São Francisco do Sul/SC, ou pelo site: www.samaesaofranciscodosul.sc.gov.br

CAROLYNE GOMES ESPINDOLA
Diretora Presidente do SAMAE.

LEI Nº 2330-2020

Publicação Nº 2552660

Lei Nº 2330/2020
INSTITUI O BANCO DE ARMAÇÕES DE ÓCULOS PARA FORNECIMENTO GRATUITO.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, em acordo com os arts. 30, II e 46, § 8º da Lei Orgânica municipal e art. 43, II do Regimento Interno, faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Banco de Armações de Óculos para o fornecimento gratuito, provenientes de doações, às pessoas carentes.

Parágrafo único. Os beneficiados com esta Lei deverão apresentar receituário médico que ateste a necessidade do uso de óculos.

Art. 2º As doações de armações de óculos poderão ser realizadas por qualquer pessoa, que os depositarão em urnas coletoras a serem disponibilizadas em postos de saúde e outros locais públicos.

Art. 3º O Banco de Armações de Óculos ficará sob a responsabilidade do Poder Executivo Municipal que preliminarmente procederá a retirada das lentes de grau dos óculos, para posterior distribuição das armações e que disponibilizará às urnas coletoras.

Art. 4º Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 5º Esta Lei entra vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul, 01 de julho de 2020.

Edson Luiz Duarte

Vice-Presidente da Mesa Diretora

LEI Nº 2331-2020

Publicação Nº 2552664

Lei Nº 2331/2020

CRIA O PROGRAMA AMIGOS DA SAÚDE NO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, em acordo com os arts. 30, II e 46, § 8º da Lei Orgânica municipal e art. 43, II do Regimento Interno, faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Programa Amigos da Saúde, que tem por objetivo a expansão das condições para a melhoria da qualidade dos serviços de saúde pública no âmbito do Município de São Francisco do Sul.

Art. 2º Todas as Unidades Básicas de Saúde, Postos de Atendimento Médico e Hospitais Públicos estabelecidos no Município poderão ser atendidos pelo Programa em todas as suas áreas.

Art. 3º A participação de pessoas físicas e jurídicas de direito privado no Programa dar-se-á mediante as seguintes ações:

I - execução de obras de ampliação, manutenção e reforma em relação à infraestrutura das unidades selecionadas;

II - doação de material hospitalar, medicamentos, equipamentos de informática, e outros recursos materiais;

III - custeio de serviços que sejam necessários ou úteis à unidade, como exames, procedimentos cirúrgicos, serviços de lavanderia, alimentação, transporte, manutenção de equipamentos, entre outros;

IV - promoção de projetos, cursos e palestras sobre temas de interesse da saúde direcionados aos pacientes e servidores.

§ 1º As obras de ampliação, manutenção e reformas deverão ser realizadas de acordo com as necessidades sugeridas pela direção da unidade, com a devida avaliação pelos órgãos competentes da Administração Municipal.

§ 2º Os materiais, medicamentos, equipamentos e outros bens móveis doados em benefício das unidades, que contribuam para a consecução dos objetivos desta lei, serão incorporados ao patrimônio público municipal.

§ 3º A realização de projetos, atividades e cursos deverá ser desenvolvida por profissionais capacitados e após a devida aprovação dos responsáveis pela unidade.

Art. 4º Os interessados em participar do Programa deverão apresentar à Secretaria de Saúde do Município a proposta que expresse em que área pretende atuar, apresentando projetos específicos para cada uma delas.

Parágrafo único. Cabe exclusivamente à Secretaria de Saúde e à Administração do Município a aprovação das parcerias.

Art. 5º Será conferido um "Selo Amigos da Saúde", emitido pela municipalidade, às pessoas físicas e jurídicas por sua participação no Programa.

Art. 6º Os participantes poderão divulgar, por meio de propaganda institucional, o cunho social alusivo às ações praticadas em benefício da unidade beneficiada durante o prazo em que perdurar a ação.

§ 1º A divulgação de que dispõe o "caput" deste artigo far-se-á mediante:

I - publicidade por meio de cartazes, banners, placas informativas ou outras formas de comunicação visual no local em que o parceiro prestar o serviço ou tiver efetuado a doação às expensas da pessoa física ou jurídica proponente,

II - publicidade em eventos realizados pela Secretaria de Saúde, nos quais o parceiro esteja envolvido pela área de atuação;

III - utilização do "Selo Amigos da Saúde" em todos os seus materiais publicitários e operacionais.

§ 2º Toda divulgação deverá contar com a anuência prévia, expressa e escrita da Administração Municipal.

Art. 7º A participação de pessoas físicas ou jurídicas no Programa Amigos da Saúde não implicará em:

I - ônus de qualquer natureza ao Poder Público Municipal;

II - quaisquer outros direitos aos participantes selecionados, ressalvado o disposto nos artigos 5º e 6º desta Lei.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, no prazo de até 90 (noventa) dias.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul, 01 de julho de 2020.

Edson Luiz Duarte
Vice-Presidente da Mesa Diretora

P.E 010-2020 FMAS

Publicação Nº 2551486

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO LICITAÇÃO Nº 010/2020

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, através do Fundo Municipal de Assistência Social de São Francisco do Sul, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o(a) Pregoeiro(a) designado(a) pela Portaria Nº 16.339 de 12 de março de 2020 torna público para 2020, na Sala de Reuniões do Setor de Licitações, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06,

nº. 127/07, nº. 147/14, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos.

1. DA LICITAÇÃO

1.1 – DO OBJETO

1.1.1. O objeto da presente licitação é aquisição de materiais para compor 75 kits natalidade de distribuição gratuita para serem entregues as gestantes em situação de vulnerabilidade social decorrente de pobreza, no ano de 2020, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

1.1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço do LOTE, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

2.1. Local: www.comprasgovernamentais.gov.br, UASG 988319

2.2. Referência de Tempo

Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2.3. Data e horário para início da entrega das propostas:

Data e horário: 07 de julho de 2020 às 08:00hrs.

2.4 - Data e horário limite para entrega das propostas:

Dia 20 de julho de 2020 às 08:30hrs.

2.5. Início da Sessão de Disputa de Preços

Data/Hora: 20 de julho de 2020 às 09:00hrs.

2.6. Modo de Disputa: "aberto e fechado" O intervalo mínimo de diferença de valores entre lances será de 1% (um por cento)

2.7. Término da Sessão Principal

15 minutos após o início da sessão de disputa.

2.8. Término do Período Adicional

Encerrado o prazo previsto no item 2.7, o sistema encaminhará o aviso de fechamento dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

2.9. Da Execução da Licitação

A Unidade de Processos, na qualidade de interveniente Promotora, processará a presente licitação, destinando-se o seu objeto à Secretaria requisitante.

2.10 - Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço

eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br e as especificações técnicas constantes deste edital, prevalecerão as constantes do Edital.

3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

3.1. MODALIDADE: Pregão Eletrônico

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR POR LOTE nas propostas classificadas pelo Pregoeiro (a).

3.4. PRAZO e LOCAL DE ENTREGA: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária	001 – Fundo Municipal de Assistência Social
Ação	2131 – Expansão da área de abrangência do Serviço Sócio assistenciais das áreas de Vulnerabilidade de/risco social;
Vínculo do Recurso	1000000 – Recursos Ordinários
Elemento de Despesa	33903299 – Outros materiais de distribuição gratuita

4. DOS ANEXOS

Anexos I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;

Anexo II – Minuta de Contrato

5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 8h às 14h, até a data aprazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br no canto superior da janela clique em serviços > fornecedores e então > PREGÕES E LICITAÇÕES e <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>.

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 horas, conforme lei.

6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, qualquer interessado poderá:

a) solicitar esclarecimentos: por e-mail licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br licitacao.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias úteis antes do certame;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro, pessoalmente ou encaminhada via Correios/Sedex, devendo esta ser entregue ao destinatário 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro.

6.2. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24h antes da realização do pregão no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/> e www.comprasgovernamentais.gov.br Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designado para outra data.

6.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

6.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

6.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO

7.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

7.2. A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico através do site www.comprasgovernamentais.gov.br, observando a data e o horário limite estabelecido no item 01 deste Edital.

7.3. O proponente declarará no sistema, antes de registrar sua proposta, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

7.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, proposta comercial e enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, sujeitará o proponente às sanções previstas neste edital.

7.5. Caberá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6. No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.7. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

7.8. O proponente deverá comunicar imediatamente ao www.comprasgovernamentais.gov.br qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

7.9. Não poderão participar desta licitação os interessados:

7.9.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

7.9.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

7.9.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

7.9.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

7.9.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

7.9.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

7.10 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;

- Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

- Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

- Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

- Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

- Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

- Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

- Que a proposta foi elaborada de forma independente;

- Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

- Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

7.11 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Chaves Publicas – ICP - Brasil

8.1.1. Eventuais dúvidas para obtenção da senha, deverão ser solicitadas pelos telefones 0800 9789001

8.2. O credenciamento da licitante, bem assim a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

8.2.1. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

8.3. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) do interessado proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

8.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

8.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.5.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.6. Todos os representantes deverão identificar o tipo do segmento de atividade que representam.

8.7. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa no(s) mesmo(s) item (ns)/lote(s) deste processo, sob pena de exclusão sumária de ambos os proponentes representados.

9 – DO ENVIO DA PROPOSTA PELO SISTEMA ELETRÔNICO

9.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

9.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

9.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances

10. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

10.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

10.1.1. Valor unitário e total do lote

10.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

10.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

10.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

10.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos.

11 - DA ABERTURA DA SESSÃO ELETRÔNICA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

11.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

11.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

11.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

11.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.

11.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

11.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1.0% (um por cento).

11.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

11.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

11.11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.11.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

11.12.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.13. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

11.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

11.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

11.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será

suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11.18 O Critério de julgamento adotado será o menor preço por total do LOTE, conforme definido neste Edital e seus anexos.

11.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

11.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.20.2 A melhor classificada nos termos do LOTE anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

11.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

11.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.21 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

11.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

11.22.1 No país;

11.22.2 Por empresas brasileiras;

11.22.3 Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

11.22.4 Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

11.23 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

11.24 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

11.24.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.24.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

11.25 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

12.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

12.1.1 . Para fins do disposto no item 12.9, o valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

12.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

12.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

12.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

12.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

12.5 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas horas), sob pena de não aceitação da proposta.

12.5.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

12.5.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

12.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

12.7 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

12.8 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

12.8.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que

seja obtido preço melhor.

12.8.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.9 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

12.10 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

13 DA HABILITAÇÃO

13.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação mediante consulta.

13.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

13.1.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

13.1.1.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

13.1.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

13.1.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

13.1.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

13.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

13.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

13.2.3. O descumprimento do item acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

13.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

13.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

13.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

13.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

13.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

13.7. Ressalvado o disposto no item 9.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

13.8. Habilitação jurídica:

13.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldompreendedor.gov.br;

13.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

13.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

13.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

13.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

13.8.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

13.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

13.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

13.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

13.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

13.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

13.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

13.9.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu

ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.9.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

13.9.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

13.10. Qualificação Econômico-Financeira.

13.10.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

13.11. Qualificação Técnica

13.11.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o lote pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

13.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

13.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

13.13.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

13.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

13.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no item anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

13.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

13.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

13.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13.19. O licitante provisoriamente vencedor do lote, que estiver concorrendo em outro lote ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do lote em que venceu às do lote em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

13.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

14. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

14.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

14.1.2 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

14.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

14.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

14.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

14.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

14.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

14.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

14.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

15 DOS RECURSOS

15.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

15.1 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

15.1.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

15.1.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

15.1.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema

eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.2 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.3 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

16 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

16.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

16.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

17 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

17.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

18 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

18.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

19. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

19.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

19.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

19.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

19.2.2. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

19.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

19.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

19.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

19.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

19.4. O prazo de entrega dos kits e de 30 trinta dias prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

19.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público.

19.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

19.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

20. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

20.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

21.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

22.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

23. DO PAGAMENTO

23.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

24.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

24.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

24.1.2. Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

24.1.3. Apresentar documentação falsa;

24.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

24.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

24.1.6. Não manter a proposta;

24.1.7. Cometer fraude fiscal;

24.1.8. Comportar-se de modo inidôneo;

24.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

24.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

24.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

24.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

24.4.2. Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato sobre o valor estimado do(s) LOTE(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

24.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

24.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com o Município pelo prazo de até cinco anos;

24.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

24.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

24.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, poderá ser cobrado o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

24.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

24.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

24.10. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.10. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.saofranciscodosul.sc.gov.br, <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/> www.comprasgovernamentais.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no setor de licitações e contratos sito à Praça Getúlio Vargas, 01 – bairro Centro, neste município nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 14:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

25.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

25.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

25.11.2. ANEXO II – Minuta de Contrato

São Francisco do Sul, 03 de julho de 2020

TAIANE B. DE OLIVEIRA FURTADO

Gestora do Fundo Municipal de
Assistência Social

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO

Aquisição de materiais para compor 75 (setenta e cinco) kits natalidade para serem entregues as gestantes em situação de vulnerabilidade social decorrente de pobreza.

2 FINALIDADE

Aquisição de materiais para compor 75 kits natalidade para serem entregues as gestantes em situação de vulnerabilidade social decorrente

de pobreza, custeio dos benefícios eventuais, ofertados pelo nosso município, com recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.

3 JUSTIFICATIVA

Faz-se necessário a aquisição dos 75 kits natalidade de distribuição gratuita, na modalidade de Benefício Eventual, para serem entregues a gestantes em situação de vulnerabilidade social decorrente de pobreza, no ano de 2020.

4 ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

Produto	Qtde.	Valor Unitário Referência	Total
Cobertor para bebê 100% microfibra poliéster medindo 0,90cmx1,10m nas cores Bege/Branco/verde claro/amarelo claro.	1		
Cueiro flanelado medindo 0,90cm x 1,00m estampados nas cores Bege/Branco/verde claro/amarelo claro.	4		
Fraldas de pano com bainhas medindo 0,70x 0,68cm, pacote contendo 5 unidades.	7		
Calça plástica tamanho P nas cores Bege/Branco/verde claro/amarelo claro.	7		
Bodys em malha canelada 100% algodão com botões de pressão.	7		
Macacão em plush tamanho P nas cores Bege/Branco/verde claro/amarelo claro.	5		
Macacão em malha tamanho M nas cores Bege/Branco/verde claro/amarelo claro.	3		
Toalha de banho com capuz.	2		
Sapatinho de lã tamanho P	5		
Jogo de lençol com e fronhas / lençol com elástico e sobre lençol em malha	2		
Manta de poliéster 0,80x0,80cm.	1		
Meia para bebê.	6		
Casaquinho de lã tamanho P nas cores Bege/Branco/verde claro/amarelo claro.	2		
Calça em malha tamanho P nas cores Bege/Branco/verde claro/amarelo claro.	5		
Calça em soft tamanho P nas cores Bege/Branco/verde claro/amarelo claro.	5		
Total do Kit			
Kit natalidade contendo os itens descritos acima	75		
Obs. Todos esses itens devem compor um kit que deverá ser entregue em embalagem plástica resistente.			

5 FORMA DE PAGAMENTO:

Por empenho, em até 30(trinta) dias após a entrega da nota fiscal, devidamente visada pela Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

6 FORMA DE ENTREGA:

Entrega em um único pedido, 30 (trinta) dias após a solicitação, mediante apresentação e envio da Ordem de Compra.

7 PRAZO/VIGENCIA DO CONTRATO:

Prazo de execução do Pregão presencial pelo período de 30(trinta) dias com vigência do contrato de 90(noventa) dias.

8 LOCAL DE ENTREGA:

Fundo Municipal de Assistência Social situada na Rua Coronel Oliveira, Nº 274 – Centro – São Francisco do Sul – SC, no horário das 8h00m até as 14h00m., de segunda à sexta feiras.

TAIANE B. DE OLIVEIRA FURTADO

Gestora do Fundo Municipal de
Assistência Social

ANEXO II**MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL – PMSFS ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E A EMPRESA.

Aos XX dias do mês de XXXXXXXX do ano de 2020, a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, sediada a Rua Coronel Oliveira, nº 274, Centro, doravante denominada apenas CONTRATANTE, neste ato representada pela Gestora Sra. Taiane Bittencourt de Oliveira Furtado, brasileira, portador do RG n.º XXXXXXXX, inscrito no CPF n.º XXX.XXX.XXX-XX, e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ. sob nº XXXXXXXXXXXXXXXX estabelecida na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada por XXXXXXXXXXXXX, brasileira, empresária, portadora do CPF sob nº XXXXXXXXXXXXX residente e domiciliada XXXXXXXXXXXXX, celebram o presente contrato, decorrente da Licitação n.º 009/2020 na Modalidade Pregão Eletrônico, em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é aquisição de materiais para compor 75 kits natalidade de distribuição gratuita para serem entregues as gestantes em situação de vulnerabilidade social decorrente de pobreza, no ano de 2020, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto: XXX

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de é de 90 (noventa) dias, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993 e a execução de 30 (trinta) dias, ambos contados de sua assinatura.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

Unidade Orçamentária	001 – Fundo Municipal de Assistência Social
Ação	2131 – Expansão da área de abrangência do Serviço Sócio assistenciais das áreas de Vulnerabilidade de/risco social;
Vínculo do Recurso	1000000 – Recursos Ordinários
Elemento de Despesa	33903299 – Outros materiais de distribuição gratuita

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento será de no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

5.2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.4. Antes do pagamento, a Contratante verificará condições de habilitação e qualificação da Contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal, que poderá ser feita em sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

5.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira: 0.0001643

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.5. Somente será possível a realização de aditivo contratual, nos termos do art. 65, §1º da Lei n. 8.666/93, dentro do prazo de vigência do contrato de fornecimento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 Os kits serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta e sua consequente aceitação, que se dará no prazo fixado no Termo de Referência.

7.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos kits em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

8. CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

8.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

a) Receber provisoriamente os kits, disponibilizando local, data e horário;

b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos kits recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;

d) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9.2. São obrigações da CONTRATADA:

a) Efetuar a entrega dos kits em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos bens, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do

Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990). Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o bem com avarias ou defeitos;

c) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

d) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitam o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

g) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;
- III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

10.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- 11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

- a) caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. É eleito o Foro da Comarca de São Francisco do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de de 20

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-

PP 034-2020 LARVICIDA

Publicação Nº 2551483

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SULSC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034-2020
AVISO DE ABERTURA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, leva ao conhecimento dos interessados que, em conformidade com a Lei nº 10.520/2002, e a Lei Complementar 8.666/93, e suas modificações, a abertura do certame licitatório, cujo objeto é a aquisição de Larvicida Biológico na comunidade do Estaleiro – Distrito do Saí que estava suspensa, fica agendada para:

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES: 21/07/2020 - 08:30HS

DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES: 21/07/2020 -09:00hs

São Francisco do Sul, 06 de julho de 2020.

Maria José Costa

Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

São João Batista

PREFEITURA

DECRETO FUNCIONAL N° 136/2020

Publicação N° 2551311

DECRETO FUNCIONAL 136/2020

Exoneração

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração decreta:

Art. 1º Fica exonerada JULIANA DA SILVA, ocupante do Cargo em Comissão de COORDENADORA DE SAÚDE BUCAL, a contar de 06 de julho de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 06 de julho de 2020.

Daniel Netto Cândido	
Prefeito Municipal	

DECRETO FUNCIONAL N° 137/2020

Publicação N° 2552112

DECRETO FUNCIONAL N° 137, DE 06 DE JULHO DE 2020.

Concede Aposentadoria por Idade, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição da República c/c §9º do art. 4º da EC 103/2019, autoriza o pagamento dos proventos nos termos da metodologia definida no art. 1º, da Lei Federal nº 10.887/2004, declara a vacância do cargo público do servidor ADELINO DE ABREU, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São João Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Idade, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição da República c/c §9º do art. 4º da EC 103/2019, ao servidor ADELINO DE ABREU, detentor da matrícula funcional nº 977, portador do CPF nº 193.573.209-97, RG nº 499.012, inscrito no PASEP nº 10233577235, ocupante do cargo de provimento efetivo de Condutor de Veículo Pesado II - 40 horas, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Idade, em caráter proporcional, correspondente a 70,52% (setenta vírgula cinquenta e dois por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observada a aplicação da metodologia de cálculo disposta na Lei Federal nº 10.887/2004, perfazendo a importância de R\$ 1.454,57 (um mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos) que será paga mensalmente pelo IPRESJB.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 48 da Lei Complementar nº 001/2003 - Estatuto dos Servidores do Município de São João Batista.

Art. 4º Este Decreto Funcional entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos operam-se a partir de 30/06/2020.

Gabinete do Prefeito, em 06 de julho de 2020.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 343/2020

Publicação N° 2552093

PORTARIA N° 343/2020

Designa Servidor para exercer, em caráter de urgência e de modo temporário, a função de Fiscal de Obras e Meio Ambiente

O Secretário de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, e

Art. 1º Fica designada TAISE HERMES, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, para exercer, em caráter de urgência e de modo temporário, a função de Fiscal de Obras e Meio Ambiente, em razão do afastamento por Licença Maternidade da Servidora Izabella Magally de Amorim, a contar de 06 de julho de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data de designação.

São João Batista, 06 de julho de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário de Administração

DECRETO Nº 3979/2020

Publicação Nº 2552341

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 3979/20

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003949/19 de 10 de Dezembro de 2019.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 338.835,53 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**

10.301.0004.2.030 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.1.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicações Diretas

Valor - 279.645,80

10.301.0004.2.032 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - Odont.

3.1.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicações Diretas

Valor - 36.061,58

10.301.0004.2.030 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicações Diretas

Valor - 15.675,00

10.304.0004.2.034 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - Vig. San.

3.1.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicações Diretas

Valor - 7.453,15

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do auxílio financeiro aos municípios sem destinação específica.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 30 de Junho de 2020

DANIEL NETTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 30/06/2020

Assessoria de Comunicação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO N° 3979/20

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003949/19 de 10 de Dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 338.835,53 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

10.301.0004.2.030 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.1.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicações Diretas

Valor - 279.645,80

10.301.0004.2.032 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - Odont.

3.1.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicações Diretas

Valor - 36.061,58

10.301.0004.2.030 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicações Diretas

Valor - 15.675,00

10.304.0004.2.034 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - Vig. San.

3.1.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicações Diretas

Valor - 7.453,15

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do auxílio financeiro aos municípios sem destinação específica.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 30 de Junho de 2020

DANIEL NETTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 30/06/2020

Assessoria de Comunicação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO N° 3979/20

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003949/19 de 10 de Dezembro de 2019.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 338.835,53 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

10.301.0004.2.030 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.1.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicações Diretas

Valor - 279.645,80

10.301.0004.2.032 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - Odont.

3.1.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicações Diretas

Valor - 36.061,58

10.301.0004.2.030 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicações Diretas

Valor - 15.675,00

10.304.0004.2.034 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - Vig. San.

3.1.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicações Diretas

Valor - 7.453,15

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do auxílio financeiro aos municípios sem destinação específica.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 30 de Junho de 2020

DANIEL NETTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 30/06/2020

Assessoria de Comunicação

DECRETO N° 3980/2020

Publicação N° 2552349

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO N° 3980/20

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003949/19 de 10 de Dezembro de 2019.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 73.725,45 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL**09.01 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL****08.243.0005.2.059 - Proteção Social Básica**

3.1.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicacoes Diretas

Valor - 15.417,51

08.243.0005.2.053 - Proteção Especial de Média Complexidade

3.1.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicacoes Diretas

Valor - 8.443,18

08.244.0005.2.055 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria

3.1.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicacoes Diretas

Valor - 48.819,76

08.244.0005.2.055 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria

3.3.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicacoes Diretas

Valor - 1.045,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do auxílio financeiro aos municípios sem destinação específica.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 30 de Junho de 2020**DANIEL NETTO CÂNDIDO****Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado em 30/06/2020

Assessoria de Comunicação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 3980/20

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003949/19 de 10 de Dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 73.725,45 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL

09.01 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.243.0005.2.059 - Proteção Social Básica

3.1.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicacoes Diretas

Valor - 15.417,51

08.243.0005.2.053 - Proteção Especial de Média Complexidade

3.1.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicacoes Diretas

Valor - 8.443,18

08.244.0005.2.055 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria

3.1.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicacoes Diretas

Valor - 48.819,76

08.244.0005.2.055 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria

3.3.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicacoes Diretas

Valor - 1.045,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do auxílio financeiro aos municípios sem destinação específica.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 30 de Junho de 2020

DANIEL NETTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 30/06/2020

Assessoria de Comunicação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 3980/20

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003949/19 de 10 de Dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 73.725,45 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL

09.01 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.243.0005.2.059 - Proteção Social Básica

3.1.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicacoes Diretas

Valor - 15.417,51

08.243.0005.2.053 - Proteção Especial de Média Complexidade

3.1.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicacoes Diretas

Valor - 8.443,18

08.244.0005.2.055 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria

3.1.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicacoes Diretas

Valor - 48.819,76

08.244.0005.2.055 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria

3.3.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicacoes Diretas

Valor - 1.045,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do auxílio financeiro aos municípios sem destinação específica.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 30 de Junho de 2020

DANIEL NETTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 30/06/2020

Assessoria de Comunicação

Publicação Nº 2552355

Valor - 10.299,88

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

18 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

18.01 - Fundação Municipal do Meio Ambiente

18.541.0006.2.103 - Manut. da Fundação Municipal do Meio Ambiente

3.1.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicacoes Diretas

Valor - 12.507,18

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do Auxílio Financeiro aos Municípios conforme Lei Complementar 173/2020.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 30 de Junho de 2020

DANIEL NETTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 30/06/2020

Assessoria de Comunicação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 3981/20

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003949/19 de 10 de Dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 605.357,83 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0001.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicacoes Diretas

Valor - 47.765,25

08.243.0005.2.062 - Manutenção do Conselho Tutelar

3.1.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicacoes Diretas

Valor - 9.263,75

03 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO

03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO

04.122.0001.2.003 - Manutenção da Secretaria da Administração

3.1.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicacoes Diretas

Valor - 130.978,38

04.122.0001.2.003 - Manutenção da Secretaria da Administração

3.3.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicacoes Diretas

Valor - 13.585,00

04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

04.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

12.361.0002.2.008 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicacoes Diretas

Valor - 177.516,73

12.361.0002.2.016 - Manutenção da Secretaria da Educação

3.3.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicacoes Diretas

Valor - 2.090,00

05 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA

05.01 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA

15.452.0006.2.068 - Manutenção da Secretaria da Infra-estrutura

3.1.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicacoes Diretas

Valor - 149.021,48

15.452.0006.2.068 - Manutenção da Secretaria da Infra-estrutura

3.3.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicacoes Diretas

Valor - 2.730,93

06 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO

06.01 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO

23.695.0007.2.081 - Manut da Secretaria do Desenvolvimento

3.1.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicacoes Diretas

Valor - 5.117,70

07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA

07.01 - SECRETARIA DA AGRICULTURA

20.606.0007.2.085 - Manutenção da Secretaria da Agricultura

3.1.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicacoes Diretas

Valor - 34.302,36

14 - ENCARGOS GERAIS

14.01 - ENCARGOS GERAIS

28.845.0000.0.094 - Contribuições ao PASEP

3.3.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicacoes Diretas

Valor - 10.179,19

17 - FUNJUVE

17.01 - FUNJUVE

13.392.0008.2.092 - Manutenção e Funcionamento da FUNJUVE

3.1.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicacoes Diretas

Valor - 10.299,88

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

18 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

18.01 - Fundação Municipal do Meio Ambiente

18.541.0006.2.103 - Manut. da Fundação Municipal do Meio Ambiente

3.1.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicacoes Diretas

Valor - 12.507,18

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do Auxílio Financeiro aos Municípios conforme Lei Complementar 173/2020.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 30 de Junho de 2020

DANIEL NETTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 30/06/2020

Assessoria de Comunicação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 3981/20

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003949/19 de 10 de Dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 605.357,83 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0001.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicacoes Diretas

Valor - 47.765,25

08.243.0005.2.062 - Manutenção do Conselho Tutelar

3.1.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicacoes Diretas

Valor - 9.263,75

03 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO

03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO

04.122.0001.2.003 - Manutenção da Secretaria da Administração

3.1.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicacoes Diretas

Valor - 130.978,38

04.122.0001.2.003 - Manutenção da Secretaria da Administração

3.3.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicacoes Diretas

Valor - 13.585,00

04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

04.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

12.361.0002.2.008 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicacoes Diretas

Valor - 177.516,73

12.361.0002.2.016 - Manutenção da Secretaria da Educação

3.3.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicacoes Diretas

Valor - 2.090,00

05 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA

05.01 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA

15.452.0006.2.068 - Manutenção da Secretaria da Infra-estrutura

3.1.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicacoes Diretas

Valor - 149.021,48

15.452.0006.2.068 - Manutenção da Secretaria da Infra-estrutura

3.3.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicacoes Diretas

Valor - 2.730,93

06 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO

06.01 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO

23.695.0007.2.081 - Manut da Secretaria do Desenvolvimento

3.1.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicacoes Diretas

Valor - 5.117,70

07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA

07.01 - SECRETARIA DA AGRICULTURA

20.606.0007.2.085 - Manutenção da Secretaria da Agricultura

3.1.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicacoes Diretas

Valor - 34.302,36

14 - ENCARGOS GERAIS

14.01 - ENCARGOS GERAIS

28.845.0000.0.094 - Contribuições ao PASEP

3.3.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicacoes Diretas

Valor - 10.179,19

17 - FUNJUVE

17.01 - FUNJUVE

13.392.0008.2.092 - Manutenção e Funcionamento da FUNJUVE

3.1.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicacoes Diretas

Valor - 10.299,88

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

18 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

18.01 - Fundação Municipal do Meio Ambiente

18.541.0006.2.103 - Manut. da Fundação Municipal do Meio Ambiente

3.1.90.00.00.00.00.00.0063 - Aplicacoes Diretas

Valor - 12.507,18

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do Auxílio Financeiro aos Municípios conforme Lei Complementar 173/2020.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 30 de Junho de 2020

DANIEL NETTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 30/06/2020

Assessoria de Comunicação

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 91/2019 E CONTRATO 39.2020

Publicação Nº 2552302

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 91/2020 E CONTRATO 39.2020

PARTES: Município de São João do Oeste e E. B. Instalações Elétricas

ORIGEM: Pregão Presencial nº 58/2020

OBJETO: "Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de deslocamento e regularização de rede de distribuição de energia, conforme projeto/nota PS nº 400550308 em anexo."

VALOR: R\$ 100.000,00

PRAZO: 07.07.2020 até 31.12.2020

São João do Oeste – 06 de julho de 2020

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

LEI 1849/2020

Publicação Nº 2552081

LEI Nº 1849/2020, DE 30/06/2020

FIXA O SUBSÍDIO DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE PARA A LEGISLATURA 2021 A 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e que ele sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º O subsídio mensal do vereador do município de São João do Oeste, a vigorar na legislatura que se inicia em 1º de janeiro de 2021 e termina em 31 de dezembro de 2024, será de R\$ 3.039,72 (três mil e trinta e nove reais e setenta e dois centavos).

Parágrafo Único: Diante da pandemia hodiernamente vivenciada, o valor do subsídio, previsto neste artigo, corresponderá ao valor atualmente auferido pelos vereadores, sem ganho real.

Art. 2º O suplente de vereador, quando convocado, receberá o mesmo subsídio do titular, a partir de sua posse até o término da substituição. Parágrafo Único: Para efeito de cálculo do subsídio do suplente tomar-se-á por base as sessões da Câmara realizadas e comparecidas.

Art. 3º O vereador Presidente, enquanto mantida esta condição, receberá o subsídio mensal de R\$ 4.559,59 (quatro mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e nove centavos).

Art. 4º O vereador receberá, sempre no mês de dezembro de cada ano, décimo terceiro (13º) subsídio, correspondente a 1/12 (um doze avos), ou proporcional aos meses de exercício do mandato ou fração superior a 15 (quinze) dias.

Art. 5º A ausência do vereador às sessões, sem justificativa legal, implicará em desconto de seu subsídio mensal, em valor proporcional ao número total de sessões realizadas no mês.

Art. 6º O subsídio de que trata esta lei será revisto, na mesma data e índice aplicado ao vencimento dos servidores municipais, na forma do disposto no inciso X, do artigo 37, da Constituição Federal Brasileira.

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão à conta das dotações consignadas nos orçamentos correspondentes a cada período.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

São João do Oeste – SC, 30 de junho de 2020.

FERNANDO BISIGO
Prefeito Municipal

LEI 1850/2020

Publicação Nº 2552095

LEI Nº 1850/2020, DE 30/06/2020

FIXA OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, VICE-PREFEITO E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE PARA O PERÍODO DE JANEIRO DE 2021 A DEZEMBRO DE 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e que ele sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º. O subsídio mensal do Prefeito de São João do Oeste, a vigorar no período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024, será de R\$ 15.198,62 (quinze mil, cento e noventa e oito reais e sessenta e dois centavos).

Art. 2º. O Vice-Prefeito receberá, a título de subsídio, o valor mensal de R\$ 7.599,31 (sete mil, quinhentos e noventa e nove reais e trinta e um centavos).

Parágrafo único: O Vice-Prefeito, quando no exercício do cargo de Prefeito, perceberá o subsídio fixado para o Prefeito, disposto no artigo 1º desta Lei.

Art. 3º. O subsídio dos Secretários Municipais de São João do Oeste será de R\$ 7.092,69 (sete mil e noventa e dois reais e sessenta e nove centavos) mensais.

Art. 4º. Diante da pandemia hodiernamente vivenciada, bem com diante das incertezas acerca dos reflexos na economia, o valor dos subsídios, descritos nesta Lei, corresponderão aos valores atualmente auferidos pelos respectivos agentes políticos, sem ganho real.

Art. 5º. O Prefeito, Vice-Prefeito e os Secretários Municipais receberão, também, sempre no mês de dezembro de cada ano, 13º (décimo terceiro) subsídio, correspondente a um subsídio mensal, ou proporcional a 1/12 avos, correspondente aos meses de exercício do mandato ou fração superior a 15 dias.

Art. 6º. O Prefeito terá direito de gozo de trinta dias de férias anuais, sem prejuízos de percepção do subsídio.

Art. 7º. Os Secretários Municipais também farão jus, após 12 (doze) meses de exercício do cargo, a 30 (trinta) dias de férias, acrescido o subsídio em 1/3 (um terço).

Parágrafo único: Considera-se, para efeitos desta Lei, Secretários Municipais, os agentes políticos assim determinados pela Lei Orgânica do Município de São João do Oeste.

Art. 8º. Os subsídios de que trata esta lei serão revisados sempre na mesma data e índice aplicado ao vencimento dos servidores municipais, na forma do disposto no inciso X, do artigo 37, da Constituição Federal Brasileira.

Art. 9º. As despesas decorrentes com a aplicação da presente lei terão consignações específicas nos orçamentos correspondentes a cada período.

Art. 10º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

São João do Oeste – SC, 30 de junho de 2020.

FERNANDO BISIGO
Prefeito Municipal

PORTARIA 075

Publicação Nº 2551905

PORTARIA Nº 75, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

ALTERA A PORTARIA Nº 69, DE 12 DE MAIO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Decreto Municipal nº 28 de 18 de Março de 2020, bem como em conformidade com a Portaria nº 56, de 19 de Março de 2020, e ainda em conformidade com as Portarias nº 57, de 23 de Março de 2020, e nº 69, de 12 de Maio de 2020,

RESOLVE

Art. 1º. Alterar a composição da comissão de acompanhamento e monitoramento dos casos suspeitos e/ou concretos da Covid-19, prevista no artigo 1º da Portaria nº 69, de 12 de Maio de 2020, que passa a ter a seguinte formação:

I – Vitus Ritter;

II – Gabriele Zuanazzi Tonello;

III – Marcelo Mustifaga;

IV – Ana Raquel Camargo

V – José Francisco Acosta Briceno;

VI – Jéssica Roberta Molinet;

VII – Morgana Maura Brum Grade;

VIII – Celina Lasarotto Grasel;

IX – Karine Aparecida Dellbrugger;

X – Alysson Fonseca;

XI – Hildor Schroeder.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste – SC, 23 de junho de 2020.

VITUS RITTER

Secretário Municipal da Saúde

PORTARIA076/2020

Publicação N° 2551907

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA N° 076 DE 01 DE JULHO DE 2020.

EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE ESCOLA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade da Lei Municipal nº 885/05 de 02 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR a servidora Sra. ALINE MARIA WIEST, a partir do dia 01 de julho de 2020, ocupante do cargo de provimento comissionado de diretor de escola, sendo seu último dia de trabalho o dia 30 de junho de 2020, tornando sem efeito a Portaria 033/17 de 01 de fevereiro de 2017.

Art. 2 º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 01 de julho de 2020.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

PORTARIA N° 357/2020

Publicação N° 2552034

PORTARIAN° 357/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS a servidora CARLA MEIRELLES ORSINI, ocupante da função de Médica - ESF, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 01/07/2020 à 15/07/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de julho de 2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 02 de julho de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 358/2020

Publicação N° 2552039

PORTARIAN° 358/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS a servidora EZOLENE DE PAULA PADILHA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/07/2020 à 31/07/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 02 de julho de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 359/2020

Publicação N° 2552043

PORTARIAN° 359/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Emergencial n° 001/2020, homologado em 06/03/2020, Lei N° 4.323/2015, Lei N° 4.324/2015 e Lei N° 4.183/2013; fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA ao senhor FILIPE DA SILVEIRA, para exercer a função de Vigia, No C.E.I. Jardim Minuano, no bairro Jardim Minuano, com 40 horas semanais, período noturno, a contar do dia 03/07/2020, vaga excedente devido a exoneração de Juçara Borges.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo o mesmo ser exonerado em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 03 de julho de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 360/2020

Publicação Nº 2552044

PORTARIANº 360/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a Chamada Pública nº 009/2020, homologado em 29/06/2020, Lei Nº 4.323/2015, Lei Nº 4.324/2015, Lei Nº 4.183/2013, Lei Nº 4.398/2016 e Decreto Nº 390/2018; ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS a senhora: - RENATA SILVERIO DE SOUZA, para exercer a função de Professora Substituta na E.B.M. Domingos Pereira Portela, bairro Jardim Bandeira, período matutino, Profª. Normalista, na área de Língua Inglesa, com 20 horas semanais, a contar do dia 06/07/2020, vaga vinculada a licença maternidade da professora Silvana Florêncio e Silva. - RENATA SILVERIO DE SOUZA, para exercer a função de Professora Substituta na E.B.M. João Inácio de Melo, localidade de Santa Isabel, período vespertino, Profª. Vespertino, na área de Língua Inglesa, com 20 horas semanais, a contar do dia 06/07/2020, vaga vinculada a licença maternidade da professora Silvana Florêncio e Silva.

Parágrafo Único – As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de julho de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 361/2020

Publicação Nº 2552045

PORTARIANº 361/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes servidores: - CLAUDIOMIR PEREIRA NUNES, ocupante do cargo de Operador de Máquina, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 06/07/2020 à 04/08/2020. – FABRICIO HASCKEL, ocupante do cargo de Motorista, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 06/07/2020 à 04/08/2020. – LUIZ AFONSO PEREIRA VELHO, ocupante do cargo de Agente Administrativo, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 06/07/2020 à 04/08/2020. – NAIZI ARTISMO PADILHA, ocupante do cargo de Psicóloga, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 06/07/2020 à 04/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de julho de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PROCESSO 73/2020 PMSJ

Publicação N° 2552671

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo N° 73/2020

Pregão Presencial 17/2020

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios a fim de atender as necessidades da Prefeitura Municipal e das diversas Secretarias.

Tipo: Menor Preço por item

Data: 20/07/2020 – 09h30min

Valor estimado: R\$ 593.732,26

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400.

São Joaquim, 06 de julho de 2020.

Giovani Nunes
Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

ABERTURA DA CONCORRÊNCIA N.º 007/2020

Publicação Nº 2552109

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA CONCORRÊNCIA Nº 007/2020 - Processo nº 205/2020 – Proc. Adm. 3002/2020. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL PARA RECUPERAÇÃO E EXECUÇÃO DE MUROS E GALERIAS NAS SITUAÇÕES EMERGENCIAIS, EM DIVERSOS LOCAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 10 de agosto de 2020. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 10 de agosto de 2020, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Mais informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS N.º 009/2020

Publicação Nº 2552097

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2020 - Processo nº 210/2020 – Proc. Adm. 3141/2020. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI) TARUMÃ COM SISTEMA MODULAR, EM SÃO JOSÉ/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 23 de julho de 2020. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 23 de julho de 2020, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Mais informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100

ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2020

Publicação Nº 2551560

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2020 – Processo nº 038/2020 – Proc. Adm. 1413/2020. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE COMBATE A INCÊNDIO, BUSCA E SALVAMENTO, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E PRODUTOS PARA O ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR, QUE RESTARAM DESERTOS OU REVOGADOS NOS PREGÕES ELETRÔNICOS DE Nº 90/2019 E 109/2019 DESTINADOS AO USO DAS GUARNIÇÕES DE SERVIÇO A 1ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITARES DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 07 de julho de 2020 às 13h00min até o dia 20 de julho de 2020, às 09h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 09h00min do dia 20 de julho de 2020, INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h01min do dia 20 de julho de 2020. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Fone: (48) 33810002.

ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2020

Publicação Nº 2551564

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2020 – Processo nº 173/2020 – Proc. Adm. 2473/2020. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A 1ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITARES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 07 de julho de 2020 às 13h00min até o dia 17 de julho de 2020, às 09h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 09h00min do dia 17 de julho de 2020, INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h01min do dia 17 de julho de 2020. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Fone: (48) 33810002.

ACÓRDÃO Nº 19/2020

Publicação Nº 2552677

RECURSO VOLUNTÁRIO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11.032/2019

RECORRENTE: DYONATAN DE SOUZA

OBJETO: CANCELAMENTO DE TFPU DE 2015 A 2019

CONSELHEIRO RELATOR: MÁRIO ANTÔNIO VIEIRA

ACÓRDÃO Nº 19/2020

RELATÓRIO:

O recorrente interpôs recurso voluntário visando à reforma da decisão de primeira instância para obter o cancelamento de débitos de TFPU atinentes aos anos de 2015 a 2019.

O requerimento de cancelamento dos referidos débitos fora manejado de forma incidental (fls. 19/21) a pedido de concessão de licença (alvará) de funcionamento da pessoa jurídica enquadrada como Microempreendedor Individual (MEI).

Alegou o requerente que, em síntese, que gozaria de benefício legal de redução a zero de todos os custos relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao funcionamento, ao alvará, à licença, ao cadastro, às alterações e procedimento de baixa e encerramento, o que incluiria a taxa de funcionamento referente aos anos posteriores à sua abertura, por força do § 3º do artigo 4º da Lei Complementar federal nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar federal nº 147/2014.

Argumentou que o Poder Público deve deixar de cobrar do microempreendedor individual quaisquer valores a não ser aqueles ressalvados na referida lei complementar federal.

O setor de fiscalização tributária opinou pelo indeferimento do pedido de cancelamento de débitos tributários, conforme manifestação de fls. 22/24.

A autoridade de primeira instância, em decisão fundamentada (fls. 26/27), indeferiu o pedido de cancelamento, eis que legislação municipal somente previu a possibilidade de isenção da TFPU no ano de abertura/registro do MEI, retomando a tributação normal nos anos posteriores, ante a impossibilidade da União isentar tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Inconformado, o requerente interpôs o recurso voluntário de fls. 30/32, no qual repetiu os argumentos apresentados em sua defesa (fls. 19/21), aduzindo, em síntese, que o MEI somente deveria recolher os valores expressos na Lei Complementar nº 123/2006, excluindo a cobrança qualquer outro valor a título de taxas, oriundas de qualquer ente federado.

À fl. 33, o recurso foi recebido pela Presidência deste Conselho de Contribuintes e encaminhado para manifestação do representante da Fazenda Municipal e posterior distribuição.

Por meio do Parecer CMC/SC nº 16/2020, o representante da Fazenda Municipal manifestou-se pelo recebimento e desprovidimento do recurso, mantendo-se integralmente a decisão de primeira instância administrativa.

É o relatório.

VOTO CONDUTOR:**1. Da admissibilidade do recurso voluntário:**

O recurso voluntário ora analisado, ao meu ver, preenche os pressupostos para a sua admissibilidade, eis que cabível e tempestivo.

Portanto, entendo que o recurso merece ser conhecido.

2. Do mérito do recurso:

Acerca do mérito, o cerne da questão do presente recurso trata acerca da possibilidade de cancelamento dos débitos da Taxa de Fiscalização (TFPU) referentes aos anos de 2015 a 2019, ante a aplicação da Lei Complementar federal nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar federal nº 147/2014.

Com as escusas que pensa de forma diversa, após análise dos autos, firmei a convicção de que a autoridade de primeira instância agiu acertadamente ao indeferir o pleito de cancelamento de débitos de TFPU.

De fato, não cabe à União a instituição de isenções de tributos estaduais ou municipais. Tal regra origina-se de vedação de ordem constitucional, prevista no artigo 151 da Constituição Federal, a saber:

Artigo 151. É vedado à União:

III – instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Neste sentido, a disposição de norma em lei federal, que determinou “redução a zero dos custos relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao funcionamento, ao alvará, à licença, ao cadastro, às alterações e procedimentos de baixa e encerramento” (art. 4º, § 3º, da LC federal nº 123/2006, com redação da LC federal nº 147/2014), configura verdadeira concessão de isenção genérica de tributos, a qual somente pode ser considerada em relação aos tributos municipais se houver lei municipal no mesmo sentido.

Em São José, o legislador municipal editou norma parecida, por meio da Lei Complementar municipal nº 038/2009 (art. 3º, § 2º), regulamentada por meio do Decreto nº 1.795/2013, a qual concede isenção apenas referente “à abertura, à inscrição, ao alvará, à licença e ao cadastro do MEI no Município”, retomando a tributação normal a partir do segundo ano de funcionamento da empresa.

Conforme se pode analisar dos autos, a data de registro do MEI foi o ano de 2014. Logo, é possível a cobrança da Taxa de Fiscalização a partir do ano de 2015.

Convém, ainda, destacar a existência de precedentes análogos aos destes autos julgados por este egrégio Conselho Municipal de Contribuintes, no qual fora confirmado o entendimento explicitado neste voto para aplicar as regras da Lei Complementar municipal nº 038/2009, em detrimento da norma isentiva prevista no artigo 3º, § 2º, da Lei Complementar federal nº 123/2006, com a redação dada pela Lei Complementar federal nº 147/2014. Trata-se do julgamento do Recurso Voluntário no Processo Administrativo nº 10.722/2017, da relatoria da Cons. Cristina Zart de Souza, julgado em 10/05/2018, no qual, por votação unânime, este Conselho desproveu aquele recurso. No mesmo sentido, deu-se o julgamento do Recurso Voluntário no Processo Administrativo nº 2.674/2018, de minha relatoria, julgado em 21/07/2018, com o desprovidimento do recurso (Acórdão nº 17/2018 deste Conselho).

Por tais motivos, analisando o caso concreto, entendo ser cabível a cobrança dos débitos de TFPU ora questionados, não sendo o caso de aplicação da isenção prevista na Lei Complementar federal nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar federal nº 147/2014.

3. Da Conclusão:

Pelo exposto, voto pelo conhecimento e desprovemento do recurso voluntário, mantendo-se inalterada a decisão da autoridade julgadora de primeira instância.

É como voto.

São José, 23 de junho de 2020.

Conselheiro MÁRIO ANTÔNIO VIEIRA
Relator

DECISÃO FINAL – ACÓRDÃO N° 19/2020

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Voluntário no Processo Administrativo nº 11.032/2019:

O Conselho Municipal de Contribuintes de São José, reunido na sua 411ª Sessão, decidiu, por unanimidade, pelo conhecimento e desprovemento do recurso voluntário, mantendo-se inalterada a decisão da autoridade julgadora de primeira instância, nos termos do voto do Conselheiro Sr. Mário Antônio Vieira (Relator).

O julgamento, realizado nesta data, foi presidido pelo Conselheiro Sr. Júnior Spies, sem voto, e dele participaram o Conselheiro Sr. Mário Antônio Vieira (Relator), o Conselheiro Sr. Rodrigo Koerich da Silva, a Conselheira Sra. Lânea Aparecida Madeira e o Conselheiro Sr. Valdeci Sagaz.

Esteve presente ao julgamento e fez uso da palavra o Sr. Rodrigo João Machado, na qualidade de representante da Fazenda Pública.

São José, 23 de junho de 2020.

Júnior Spies
Presidente

Mário Antônio Vieira	Graziela Besen Petry Mariot
Conselheiro Relator	Secretária-Geral

Rodrigo João Machado
Procurador-Geral do Município
Representante da Fazenda Pública

DECRETO N.º 13515/2020

Publicação N° 2552688

DECRETO N.º 13515/2020

DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DE CORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, I, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Estado de Santa Catarina, conforme Decreto Estadual nº 562/2020;

CONSIDERANDO o tempo de exposição dos frequentadores destes estabelecimentos sem a proteção de máscaras e o seu reflexo para a disseminação do novo coronavírus (COVID-19);

DECRETA:

Art. 1º. Autoriza, em todo o território municipal, o funcionamento de quadras esportivas de futebol 7 particulares, para fins de locação e funcionamento de escolinhas, de segunda a sexta, das 18h às 23h, mediante a observância das seguintes medidas protetivas:

I. Realizar a aferição de temperatura corporal dos clientes e funcionários, antes de adentrarem ao recinto, através de termômetros infravermelhos ou outro instrumento correlato;

II. Disponibilizar de álcool 70% em todas as instalações do estabelecimento para higienização das mãos;

III. Todos os atletas e colaboradores deverão fazer uso de máscaras enquanto permanecerem no local, ressalvado o período em que estiver realizando a prática de esporte;

IV. Proibir a utilização de todas churrasqueiras, vestiários e demais ambientes de uso comum e/ou de recreação;

V. Proibir o acompanhamento dos atletas, principalmente por crianças;

VI. Proibir a locação e a prática de esporte por menor de 18 anos, ressalvado para as atividades de escolinha, respeitando as regras do parágrafo único deste decreto;

VII. Intensificar a higienização das mãos dos atletas com água e sabão ou álcool a 70%;

VIII. cada atleta deverá utilizar seu próprio fardamento, ficando vedado o uso compartilhado, devendo obedecer a rotina de higienização após única utilização;

IX. Bolas e demais equipamentos de uso coletivo devem ser obrigatoriamente higienizados com álcool 70% ou preparações antissépticas de efeito similar, após cada utilização, respeitando as características e as informações da rotulagem;

X. Manter os lavatórios e sanitários providos de sabonete líquido, toalha descartável, álcool 70% ou preparações antissépticas de efeito similar e lixeiras com tampa de acionamento sem as mãos;

XI. Intensificar a higienização de locais, utensílios, equipamentos e superfícies com álcool 70% ou preparações antissépticas de efeito similar;

XII. Informar toda a equipe envolvida com o retorno aos treinamentos e jogos sobre as regras de funcionamento autorizadas e as instruções

sanitárias adotadas;

XIII. Proibir a presença de público nos estabelecimentos;

XIV. Proibir o uso de bebedouros ou qualquer equipamento similar;

XV. Todos os atletas e/ou colaboradores que apresentarem sintomas respiratórios como tosse, febre, dor de garganta e mal estar geral devem ser proibidos de adentrar ao local;

XVI. Programar a utilização das quadras para que tenha um período mínimo de 10min entre um jogo e outro, de forma que possa garantir a higienização do local;

XVII. Proibir a participação de pessoas idosas e consideradas do grupo de risco;

XVIII. Fica proibida a permanência dos atletas após a realização das atividades;

XIX. Os estabelecimentos que possuem bar anexo deverão respeitar a capacidade máxima de 20%, bem como as regras de funcionamento de bares e afins, conforme decretos específicos;

XX. Realizar o controle de todas as pessoas que utilizarem os estabelecimentos contendo, nome, contato e horário de utilização;

Parágrafo Único. Os estabelecimentos que funcionarem como escolinhas de futebol, somente poderão funcionar no formato "funcional", das 08h às 18h, com o limite máximo de 10 atletas por quadra.

Art. 2º. Fica proibida a prática de futebol amador e profissional em todo território municipal, ressalvado os descritos no artigo 1º deste decreto.

Art. 3º. O descumprimento do disposto neste Decreto poderá ensejar sua interdição e/ou a penalidade prevista no art. 268 do Código Penal (infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa), passível de detenção e multa, bem como a apuração de eventual infração administrativa.

Parágrafo Único: A penalidade de interdição será aplicada caso a conduta infratora não seja imediatamente cessada, no momento da constatação da infração, e dar-se-á pelo prazo de 7 (sete) dias consecutivos.

Art. 4º. A fiscalização das medidas específicas, na forma deste Decreto e dos que lhe antecedem, ficará a cargo das equipes de Vigilância Sanitária e das equipes de Segurança Pública, conforme Decreto 13.459/2020.

Art. 5º. As diretrizes previstas neste Decreto poderão ser revogadas a qualquer tempo diante da evolução da pandemia e seu impacto na rede de atenção à saúde.

Art. 6º. Este Decreto não revoga outras normas sanitárias vigentes que se aplicam a pandemia COVID-19.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de julho de 2020.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Saúde

DECRETO Nº 13511/2020

Publicação Nº 2552481

DECRETO Nº 13511/2020

EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora MARLENE ROSA BATISTA do cargo de Assessor Administrativo III – CCM-3, com lotação na Secretaria da Educação.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir 06 de julho de 2020.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de julho de 2020.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ERRATA EXTRATO EDUCANDARIO

Publicação Nº 2552613

ERRATA DO EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 008/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO:002843/2020.

Levamos ao conhecimento dos interessados a correção no extrato do 1º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 008/2019 publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC) Edição 3182 – Página 923 do dia 26/06/2020.

Onde se lê:

SIGNATÁRIOS:Adeliana Dal Pont, LilianSandin BoeingeMarlyZiliotto Gomes.

Leia-se

SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont, Lilian Sandin Boeing e João Moacir Will.

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2020

Publicação Nº 2551437

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2020 – Processo nº 074/2020 – Proc. Adm. 1355/2020 Fornecedores: SOCIMAQ EQUIPAMENTOS E PEÇAS LTDA – EPP, HBJ COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI, JMC JUNKES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E NEUZA SILVEIRA DOS SANTOS EIRELI. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO BEM COMO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 779.586,00 (setecentos e setenta e nove mil, quinhentos e oitenta e seis reais). Vera Suely de Andrade – Secretária de Administração.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 144/2019

Publicação Nº 2552642

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 144/2019 – Processo nº 553/2019 – Proc. Adm. 10429/2019 Fornecedores: ASA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA ME, TJ SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA, BIO SAN SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA ME E CLEVERSON JEAN DARTORA EXTINSETO ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FOSSAS, CAIXAS DE GORDURAS, CAIXAS D'ÁGUA, CISTERNAS, DESRATIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO E SANITIZAÇÃO AMBIENTAL, PARA ATENDER A DIVERSOS ÓRGÃOS PERTENCENTES A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 209.820,70 (duzentos e nove mil, oitocentos e vinte reais e setenta centavos). Vera Suely de Andrade – Secretária de Administração.

CÂMARA MUNICIPAL**MANIFESTAÇÃO ACERCA DE IMPUGNAÇÃO - PP 011/2020**

Publicação Nº 2552608

MANIFESTAÇÃO ACERCA DE IMPUGNAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 077/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2020

ASSUNTO: Trata-se de Impugnação interposta pela empresa ACESSOLINE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., protocolada no dia 03/07/2020, referente ao edital do Pregão Presencial nº 011/2020 – Processo Administrativo 077/2020 – que tem como objeto “A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA FORNECEDORA DE 01 (UM) LINK DEDICADO DE INTERNET PARA ATENDER A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC, DE ACORDO COM O QUADRO DE QUANTIDADES E CUSTOS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.”

Assim, o Pregoeiro, efetuando a análise da impugnação, resolve tecer, com a devida orientação técnica, os seguintes esclarecimentos:

– DA ALEGAÇÃO DA IMPUGNANTE / QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

A alegação da IMPUGNANTE cita o seguinte argumento para contestar as exigências editalícias:

“As exigências editalícias não preveem a alternatividade prevista na legislação basilar, atendo-se apenas aos índices contábeis. Cabe ressaltar que a exigência de um único e singular modo de comprovação da boa situação financeira da empresa interessada em participar do certame é ilegal, uma vez que o art. 31, §2º, da Lei 8.666/93 dispõe sobre a alternatividade para cumprimento de tal exigência em relação à qualificação econômica.” (grifo da empresa impugnante).

Pois bem, vejamos o que discorre literalmente o §2º do art. 31, da Lei 8.666/93:

“A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.” (grifo nosso).

Sendo assim, a alternatividade mencionada pela licitante não é obrigatória nos certames licitatórios. Nitidamente há uma diferença semântica entre o verbo "poder" e "dever", bem como uma diferença de conjunções entre "ou" e "e".

Ademais, a própria Súmula nº 275 do Tribunal de Contas da União, apresentada pela impugnante, também utiliza o verbo "poder" e a conjunção "ou". Vejamos:

"Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços." (grifo nosso).

- DA ANÁLISE

Assim, o Pregoeiro, efetuando a análise da Lei 8.666/93, do Edital do mencionado pregão e da impugnação da empresa, resolve decidir o que segue:

CONSIDERANDO o art. 3º. da Lei 8.666/93, que traz em seu escopo os princípios constitucionais básicos para a administração e também sintetiza que nos processos licitatórios, a Administração Pública deve atender aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO;

CONSIDERANDO que o verbo "dever" tem o sentido de obrigatoriedade à norma, já o verbo "poder" indica faculdade ou possibilidade, não perdendo o seu caráter imperativo quando empregado;

CONSIDERANDO que "e" é conjunção coordenativa aditiva. Já o "ou" é conjunção coordenativa que traz uma ideia de opção, escolha e possibilidade.

DA CONCLUSÃO

Desta forma, recebo a impugnação apresentada para no mérito negar-lhe provimento, considerando os termos e fundamentos ora expostos. Mantém-se o prazo para recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até às 13hs:50min do dia 17/07/2020, bem como o início da sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação na mesma data, às 14hs:00min, imediatamente ao término do prazo para recebimento dos envelopes lacrados.

São José/SC, 06 de julho de 2020.

Bruno Gabriel Mello Machado
Pregoeiro da CMSJ

BALANCETE FINANCEIRO DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2552673

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Período: Junho
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		ORÇAMENTÁRIAS	1.569.961,75
		DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.577.924,27
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.441.888,57
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	136.035,70
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	-7.962,52
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-7.962,52
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.050.000,00
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.050.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	2.250.000,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.050.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	2.250.000,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.050.000,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.689.374,92	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.781.443,26
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	230.692,28	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	231.279,19
VALORES RESTITUIVEIS	230.692,28	VALORES RESTITUIVEIS	231.279,19
VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDAÇÃO	230.692,28	VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDAÇÃO	231.279,19
CONSIGNAÇÕES	230.225,58	CONSIGNAÇÕES	231.279,19
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENT	24.940,63	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENT	24.940,63
INSS	58.676,15	INSS	58.676,15
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA F	99.951,40	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA F	99.951,40
ISS	1.556,10	ISS	2.609,71
PENSÃO ALIMENTÍCIA	6.355,15	PENSÃO ALIMENTÍCIA	6.355,15
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANC	20.823,21	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANC	20.823,21
RETENÇÃO RELATIVA A SALÁRIO MATER	2.468,69	RETENÇÃO RELATIVA A SALÁRIO MATER	2.468,69
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	15.454,25	OUTROS CONSIGNATÁRIOS	15.454,25
OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	466,70	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	1.772.362,49
RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANC	466,70	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.774.753,98
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	1.692.186,55	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	3.047,60
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.766.496,09		
SALDOS ANTERIORES	3.887.914,30	SALDOS ATUAIS	3.425.884,21
BANCO C/ MOVIMENTO	3.887.914,30	BANCO C/ MOVIMENTO	3.425.884,21
TOTAL	9.827.289,22	TOTAL	9.827.289,22

São José, 06/07/2020

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER PRESIDENTE	ROBERVAL ROGÉRIO WAN-DALL DIRETOR FINANCEIRO	WILMAR HINCKEL TEC EM CONTAB. CRC 10.613/SC
---	---	--

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 3º BIMESTRE DE 2020

Publicação Nº 2552676

Município de São José - SC
CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2020/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	8.029.674,23	—	—
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	8.029.674,23	0,00	-8.029.674,23
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de São José - SC
CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2020/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
(d)	(e)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(i) = (e-h)	(j)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)									
DESPESAS CORRENTES	26.340.000,00	21.290.000,00	2.816.574,46	8.650.200,05	12.639.799,95	2.938.542,00	7.733.173,81	13.556.826,19	7.679.525,71
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.984.000,00	19.984.000,00	2.792.693,98	8.594.835,70	11.389.164,30	2.891.853,65	7.677.809,46	12.306.190,54	7.624.161,36
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.872.000,00	14.872.000,00	2.346.813,38	6.386.737,34	8.485.262,66	2.346.813,38	6.386.737,34	8.485.262,66	6.386.737,34
DESPESAS DE CAPITAL	5.112.000,00	5.112.000,00	445.880,60	2.208.098,36	2.903.901,64	545.040,27	1.291.072,12	3.820.927,88	1.237.424,02
INVESTIMENTOS	6.356.000,00	1.306.000,00	23.880,48	55.364,35	1.250.635,65	46.688,35	55.364,35	1.250.635,65	55.364,35
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.356.000,00	1.306.000,00	23.880,48	55.364,35	1.250.635,65	46.688,35	55.364,35	1.250.635,65	55.364,35
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	660.000,00	0,00	296.500,42	363.499,58	103.524,51	296.500,42	363.499,58	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	660.000,00		103.524,51	296.500,42	363.499,58	103.524,51	296.500,42	363.499,58	296.500,42
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	27.000.000,00	21.950.000,00	2.920.098,97	8.946.700,47	13.003.299,53	3.042.066,51	8.029.674,23	13.920.325,77	7.976.026,13
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	27.000.000,00	21.950.000,00	2.920.098,97	8.946.700,47	13.003.299,53	3.042.066,51	8.029.674,23	13.920.325,77	7.976.026,13
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	27.000.000,00	21.950.000,00	2.920.098,97	8.946.700,47	—	3.042.066,51	8.029.674,23	—	7.976.026,13
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de São José - SC
CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2020/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
Despesas Intra-Orçamentárias	660.000,00	660.000,00	103.524,51	296.500,42	363.499,58	103.524,51	296.500,42	363.499,58	296.500,42
DESPESAS CORRENTES	660.000,00	660.000,00	103.524,51	296.500,42	363.499,58	103.524,51	296.500,42	363.499,58	296.500,42
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	660.000,00	660.000,00	103.524,51	296.500,42	363.499,58	103.524,51	296.500,42	363.499,58	296.500,42
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

São José, 02/07/2020

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER PRESIDENTE	ROBERVAL ROGÉRIO WAN-DALL DIRETOR FINANCEIRO	WILMAR HINCKEL TEC EM CONTAB. CRC 10.613/SC
---	---	--

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA DO MÊS DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2552674

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Período: Junho
Página 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE

Títulos	Autorizada R\$		Realizada		Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	No Período	Até o Período
01 CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE	21.950.000,00	0,00	21.950.000,00	1.569.961,75	8.946.700,47
01.01 CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE	21.950.000,00	0,00	21.950.000,00	1.569.961,75	8.946.700,47
0101.01 Legislativa	21.950.000,00	0,00	21.950.000,00	1.569.961,75	8.946.700,47
0101.01.031 Ação Legislativa	21.950.000,00	0,00	21.950.000,00	1.569.961,75	8.946.700,47
01.01.01.031.0101 Processo Legislativo	21.950.000,00	0,00	21.950.000,00	1.569.961,75	8.946.700,47
01.01.01.031.0101.1.556 Construção da Nova Sede da Câmara Municipal de São José	118.000,00	0,00	118.000,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.01.0080 Aplicações Diretas	118.000,00	0,00	118.000,00	0,00	0,00
4.4.90.51.00.00.00.00.01.0080 Obras e Instalações	118.000,00	0,00	118.000,00	0,00	0,00
01.01.01.031.0101.2.001 Manutenção da Câmara Municipal	21.832.000,00	0,00	21.832.000,00	1.569.961,75	8.946.700,47
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0080 Aplicações Diretas	14.872.000,00	0,00	14.872.000,00	1.441.888,57	6.386.737,34
3.1.90.01.00.00.00.00.01.0080 Aposentadorias e Reformas	264.000,00	0,00	264.000,00	24.903,97	107.917,22
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0080 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	12.708.000,00	0,00	12.708.000,00	1.242.487,31	5.536.388,89
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0080 Obrigações Patronais	1.838.000,00	0,00	1.838.000,00	174.497,29	742.431,23
3.1.90.16.00.00.00.00.01.0080 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00
3.1.90.92.00.00.00.00.01.0080 Despesas de Exercícios Anteriores	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00
3.1.90.94.00.00.00.00.01.0080 Indenizações Restituições Trabalhistas	12.000,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0080 Aplicações Diretas - Oper Intra-Orçamentárias	660.000,00	0,00	660.000,00	-7.962,52	296.500,42
3.1.91.13.00.00.00.00.01.0080 Obrigações Patronais - Op. Intra-Orçamentárias	660.000,00	0,00	660.000,00	-7.962,52	296.500,42
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0080 Aplicações Diretas	5.112.000,00	0,00	5.112.000,00	136.035,70	2.208.098,36
3.3.90.08.00.00.00.00.01.0080 Outros Benefícios Assistenciais	84.000,00	0,00	84.000,00	0,00	0,00
3.3.90.14.00.00.00.00.01.0080 Diárias - Civil	45.000,00	0,00	45.000,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0080 Material de Consumo	480.000,00	0,00	480.000,00	4.748,71	26.277,59
3.3.90.32.00.00.00.00.01.0080 Material de Distribuição Gratuita	35.000,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00
3.3.90.33.00.00.00.00.01.0080 Passagens e Despesas com Locomoção	35.000,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00
3.3.90.34.00.00.00.00.01.0080 Outras Despesas de Pessoal Dec. de Contratos de Terc.	1.141.000,00	0,00	1.141.000,00	0,00	334.740,33
3.3.90.36.00.00.00.00.01.0080 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	201.000,00	0,00	201.000,00	2.901,99	31.572,96



Betha Sistemas
Exercício de 2020
Período: Junho
Página 2

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE

Títulos	Autorizada R\$			Realizada		Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	No Período	Até o Período	
01 CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE	21.950.000,00	0,00	21.950.000,00	1.569.961,75	8.946.700,47	13.003.299,53
01.01 CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE	21.950.000,00	0,00	21.950.000,00	1.569.961,75	8.946.700,47	13.003.299,53
0101.01 Legislativa	21.950.000,00	0,00	21.950.000,00	1.569.961,75	8.946.700,47	13.003.299,53
0101.01.031 Ação Legislativa	21.950.000,00	0,00	21.950.000,00	1.569.961,75	8.946.700,47	13.003.299,53
01.01.01.031.0101 Processo Legislativo	21.950.000,00	0,00	21.950.000,00	1.569.961,75	8.946.700,47	13.003.299,53
01.01.01.031.0101.2.001 Manutenção da Câmara Municipal	21.832.000,00	0,00	21.832.000,00	1.569.961,75	8.946.700,47	12.885.299,53
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0080 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.735.000,00	0,00	1.735.000,00	32.530,28	1.244.085,70	490.914,30
3.3.90.46.00.00.00.00.01.0080 Auxílio-Alimentacao	1.328.000,00	0,00	1.328.000,00	95.854,72	571.421,78	756.578,22
3.3.90.47.00.00.00.00.01.0080 Obrigacoes Tributarias e Contributivas	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00
3.3.90.92.00.00.00.00.01.0080 Despesas de Exercicios Anteriores	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0080 Aplicacoes Diretas	1.188.000,00	0,00	1.188.000,00	0,00	55.364,35	1.132.635,65
4.4.90.51.00.00.00.00.01.0080 Obras e Instalacoes	488.000,00	0,00	488.000,00	0,00	0,00	488.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Período: Junho

Página 3

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE

Títulos	Autorizada R\$			Realizada		Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	No Período	Até o Período	
01 CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE	21.950.000,00	0,00	21.950.000,00	1.569.961,75	8.946.700,47	13.003.299,53
01.01 CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE	21.950.000,00	0,00	21.950.000,00	1.569.961,75	8.946.700,47	13.003.299,53
0101.01 Legislativa	21.950.000,00	0,00	21.950.000,00	1.569.961,75	8.946.700,47	13.003.299,53
0101.01.031 Ação Legislativa	21.950.000,00	0,00	21.950.000,00	1.569.961,75	8.946.700,47	13.003.299,53
01.01.031.0101 Processo Legislativo	21.950.000,00	0,00	21.950.000,00	1.569.961,75	8.946.700,47	13.003.299,53
01.01.01.031.0101.2.001 Manutenção da Câmara Municipal	21.832.000,00	0,00	21.832.000,00	1.569.961,75	8.946.700,47	12.885.299,53
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0080 Equipamentos e Material Permanente	700.000,00	0,00	700.000,00	0,00	55.364,35	644.635,65
Total por Entidade:	21.950.000,00	0,00	21.950.000,00	1.569.961,75	8.946.700,47	13.003.299,53
Total Geral:	21.950.000,00	0,00	21.950.000,00	1.569.961,75	8.946.700,47	13.003.299,53

São José, 02/07/2020

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTE

ROBERVAL ROGÉRIO WAN-DALL
DIRETOR FINANCEIRO

WILMAR HINCKEL
TEC EM CONTAB. CRC 10.613/SC

DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR 3º BIMESTRE DE 2020

Publicação Nº 2552675

Município de São José - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2020/BIMESTRE MAIO - JUNHO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE

RREO - Anexo 7 (LRF art. 53, inciso V) R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (i+j) - (-j)	Saldo Total L=(e+k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2019 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2019 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) LEGISLATIVO CAMARA DE VERADORES DE SAO JOSE RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	7.349,23	7.349,23	-	-	-	457.220,19	304.829,91	304.829,91	6.048,78	146.341,50	146.341,50
	0,00	7.349,23	7.349,23	0,00	0,00	0,00	457.220,19	304.829,91	304.829,91	6.048,78	146.341,50	146.341,50
	0,00	7.349,23	7.349,23	0,00	0,00	0,00	457.220,19	304.829,91	304.829,91	6.048,78	146.341,50	146.341,50
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	7.349,23	7.349,23	0,00	0,00	0,00	457.220,19	304.829,91	304.829,91	6.048,78	146.341,50	146.341,50

FONTE:

FONTE:

São José, 02/07/2020

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTEROBERVAL ROGERIO WAN-DALL
DIRETOR FINANCEIROWILMAR HINCKEL
TEC EM CONTAB. CRC 10.613/SC

São José do Cedro

PREFEITURA

PORTARIA Nº 387/2020

Publicação Nº 2551223

PORTARIA Nº 387/2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 96 da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de Gozo de Licença Prêmio – Assiduidade, relativa ao quinquênio de 12/01/2015 a 11/01/2020, ao servidor público municipal, Claudiomir Joel Kleinibing, ocupante do cargo efetivo de Administrador de Cemitério, matrícula nº 3116, para ser gozada no período de 06 de julho a 04 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 06 de julho de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 01 de julho de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

MARCOS AURÉLIO BORTOLOTO,
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 388/2020

Publicação Nº 2551226

PORTARIA Nº 388/2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com as disposições contidas no Art. 16, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, a partir de 01 de julho de 2020, a servidora pública municipal, Fabiane Maria da Rocha Smaniotto, ocupante do cargo comissionado de Diretor de Secretaria, matrícula nº 4113, para ter exercício junto a Secretaria Municipal de Saúde, junto ao setor de epidemiologia e controle de doenças, enquanto perdurar o estado de calamidade pública.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de julho de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 01 de julho de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

IDENE PAULI,
Secretária Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 389/2020

Publicação Nº 2551232

PORTARIA Nº 389/2020.

ANTONIO PLINO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições contidas no Art. 92, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores;

RESOLVE:

Art.1º Prorrogar, a partir de 03 de julho de 2020, os efeitos da Portaria nº 346/2020, que concedeu licença para tratamento da saúde de familiar, a servidora pública municipal, Zenaide Ines Escher, ocupante do efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 2618, até 03 de maio de 2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 03 de julho de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 02 de julho de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

MAURO WEBER,
Secretário Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 390/2020

Publicação Nº 2551236

PORTARIA Nº 390/2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, de acordo com Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal, combinado a Lei Municipal nº 4.623/2017, de 20 de junho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Suspende, a partir de 01 de julho de 2020, os efeitos da Portaria 449/2019, de 11 de julho de 2019, que concedeu gratificação devido ao desempenho de função membro de comissão permanente para condução e acompanhamento de processos administrativos disciplinares, à servidora pública municipal, Ana Paula da Luz Bianchini, ocupante do cargo efetivo de Psicólogo, Grupo ANS, matrícula nº 1887, por não mais integrar a mesma.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 02 de julho de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 391/2020

Publicação Nº 2551239

PORTARIA Nº 391/2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e de acordo com Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Municipal nº 4.623, de 20 de junho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder gratificação devido ao desempenho de função como membro de comissão permanente para condução e acompanhamento de processos administrativos disciplinares, criada através do Decreto nº 6.781, de 01 de julho de 2020, ao servidor público municipal, Leonardo Picon, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, Grupo SAU, matrícula nº 3366, com os vencimentos previstos em lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 02 de julho de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

IDENE PAULI,
Secretária Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 392/2020

Publicação Nº 2552116

PORTARIA Nº 392/2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, combinado com o Art. 7º, da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016 e Art. 2º da Portaria nº 121/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar por término de contrato, a partir de 01 de julho de 2020, a servidora pública municipal, Eduarda Noro, admitida em 16 de março de 2020, através da Portaria nº 192/2020, ocupante do cargo temporário de Professor Habilitado, matrícula nº 4098.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 03 de julho de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

MAURO WEBER,
Secretário Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 393/2020

Publicação Nº 2552118

PORTARIA Nº 393/2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, de acordo com Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal, combinado a Lei Municipal nº 4.623/2017, de 20 de junho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Suspende, a partir de 02 de julho de 2020, os efeitos da Portaria 397/2018, de 22 de junho de 2018, que concedeu gratificação devido ao desempenho de função membro de comissão permanente para condução e acompanhamento de processos administrativos disciplinares, ao servidor público municipal, Diego Smanhotto, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro Sanitarista, Grupo ANS, matrícula nº 004, junto a Autarquia Serviço Municipal de Água e Esgoto - SEMAE, por não mais integrar a mesma.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de julho de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 03 de julho de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
Prefeito.

JUNIOR KUNZ,
Diretor Geral do SEMAE.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 394/2020

Publicação Nº 2552119

PORTARIA Nº 394/2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e de acordo com Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Municipal nº 4.623, de 20 de junho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder gratificação devido ao desempenho de função como membro de comissão permanente para condução e acompanhamento de processos administrativos disciplinares, criada através do Decreto nº 6.783, de 03 de julho de 2020, à servidora pública municipal, Emanuele Fernanda Fantinelli, ocupante do cargo efetivo de Agente da Dengue, matrícula nº 3486, com os vencimentos previstos em lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 03 de julho de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 03 de julho de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

IDENE PAULI,
Secretária Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 395/2020

Publicação Nº 2552121

PORTARIA Nº 395/2020

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora pública municipal, Alexandra Sehn Heck, ocupante do cargo comissionado de Chefe de Gabinete de Secretário, matrícula nº 3693, referente ao período aquisitivo de 01/03/2019 a 29/02/2020, para serem gozadas no período de 06 de julho a 04 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 06 de julho de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 06 de julho de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

MARCOS AURÉLIO BORTOLOTTO,
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 396/2020

Publicação Nº 2552122

PORTARIA Nº 396/2020

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 85, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor público municipal, Valdemir José De Bona, ocupante do cargo comissionado de Diretor de Secretaria, matrícula nº 3392, referente ao período aquisitivo de 04/07/2019 a 03/07/2020, para serem gozadas no período de 08 de julho a 06 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 08 de julho de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 06 de julho de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

MAURO WEBER,
Secretário Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 098/2020 - TP Nº 014/2020

Publicação Nº 2551969

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 22/07/2020, às 08h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 098/2020. MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. ENG. Nº 014/2020. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE READEQUAÇÃO DA ESTRUTURA E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PARA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO (PPCI) DA EBM SÃO ROQUE, EBM NOSSA SRA. DE LURDES E EBM SANTA MARIA GORETTI (PRÉDIO ANTIGO SENAI) TODAS VINCULADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, CONFORME PROJETOS EM ANEXO. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 06 de Julho de 2020.

RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 099/2020 - SRP - 055/2020

Publicação Nº 2551973

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 20/07/2020, às 08h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 099/2020. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2020. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAMBAGEM, ALINHAMENTO, GEOMETRIA, BALANCEAMENTO E MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEUS PARA ATENDER A NECESSIDADE DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 06 de Julho de 2020.

RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 6.745, DE 06 DE JULHO DE 2020.

Publicação Nº 2551254

DECRETO Nº 6.745, DE 06 DE JULHO DE 2020.

Abre crédito adicional especial, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.555, de 02 de julho de 2020, e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito especial por anulação de dotação, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF
06.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF
06.01.06.181.4503.2.008.3.3.93.00.00.00.00.01.0000 187 Aplicação Direta R\$ 140.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o artigo 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.555, de 02 de julho de 2020, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

16.00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO - EGM
16.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO - EGM
16.01.28.843.0000.0.003.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 142 Aplicação Direta R\$ 140.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de julho de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 752, DE 06 DE JULHO DE 2020.

Publicação Nº 2551596

PORTARIA Nº 752, DE 06 DE JULHO DE 2020.

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX, do artigo 55 da Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o fim da licença maternidade da servidora pública municipal Juliana Meira, em 11 de julho de 2020;

RESOLVE:

Art.1º Exonerar, a partir de 13 de julho de 2020, a servidora pública municipal JULIANA MEIRA, matrícula nº 3085/07, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do cargo de Educador Social V.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de julho de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC em:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 753, DE 06 DE JULHO DE 2020.

Publicação Nº 2551796

PORTARIA Nº 753, DE 06 DE JULHO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem os Incisos V e IX, art. 55 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR a partir de 06 de julho de 2020, a Servidora Pública Municipal ADRIANE GORETE DE JESUS, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula 3312/01, para atuar na Secretaria Municipal de Educação por tempo indeterminado.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de julho de 2020.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de julho de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 754, DE 06 DE JULHO DE 2020.

Publicação Nº 2551599

PORTARIA Nº 754, DE 06 DE JULHO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a Servidora Pública Municipal SOLANGE HERBERTS, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, matrícula nº 3358/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de 06 a 10 de julho de 2020.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de julho de 2020.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de julho de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 755, DE 06 DE JULHO DE 2020.

Publicação Nº 2551601

PORTARIA Nº 755, DE 06 DE JULHO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a Servidora Pública Municipal VIVIANE DO NASCIMENTO ERBES DA MAIA, ocupante do cargo de Psicólogo, matrícula nº 1882/03, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de 06 a 10 de julho de 2020.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de julho de 2020.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de julho de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 756, DE 06 DE JULHO DE 2020.

Publicação Nº 2551818

PORTARIA Nº 756, DE 06 DE JULHO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o

artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal FRANCIELLE HONESKO, matrícula nº 3293/01, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, no período de 17 a 31 de agosto de 2020, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de julho de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2020 - SRP - 019/2020 - FMS

Publicação Nº 2552060

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
RETIFICAÇÃO DO EDITAL

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que resolve RETIFICAR o ANEXO I do Edital de abertura do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2020. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2020. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA A UPA-24H VINCULADA AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. (Publicado no DOM/SC em 26/06/20, ed. 3182, p. 1399) Designando-se nova data para entrega e abertura dos envelopes para o dia 21/07/2020, às 08h00min e 08h15min respectivamente, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 06 de Julho de 2020.

RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

10-2020 FMS CONTRATO ADM - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO COMO EPI PELOS PROFISSIONAIS DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, NA PREVENÇÃO AO CORONAVIRUS - LUVAS DE LATEX

Publicação Nº 2551353

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº.10/2020 FMS

Contrato de compra

O Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz 210, inscrito no CNPJ Nº. 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. VILMAR SCHMAEDECKE, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Anta Gorda, s/nº, interior, neste Município, inscrito no CPF nº. 938.411.089-20, RG nº. 3.299.783, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa SCS COMÉRCIO LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, estabelecida na Rua Santa Catarina, 813, Sala 02, Bairro Morada do Sol, município de Maravilha/SC, inscrito no CNPJ sob nº. 13.995.853/0001-52, neste ato representado pelo seu representante legal SOLANGE CASTANHA SCHIMELFENING, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Maravilha/SC, doravante denominado de CONTRATADA, resolvem contratar o objeto do presente, em conformidade com a lei 8.666-93, pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO COMO EPI PELOS PROFISSIONAIS DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, NA PREVENÇÃO AO CORONAVIRUS, conforme quantidade e especificações a seguir:

Item	Qnt	Und	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
01	12	CAIXA	LUVA LATEX PARA PROCEDIMENTOS, CAIXA COM 100 UNIDADES TAMANHO P.	R\$ 34,00	R\$ 408,00
02	12	CAIXA	LUVA LATEX PARA PROCEDIMENTOS, CAIXA COM 100 UNIDADES TAMANHO M.	R\$ 34,00	R\$ 408,00

CLAUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS

DO PREÇO

I - O preço total do(s) item(ns) adjudicado(s) é de R\$ 816,00 (Oitocentos e dezesseis reais), incluindo-se nele o frete, tributos e demais custos, como instalação e outros.

DA FORMA DE PAGAMENTO

I - O pagamento será feito, pela Prefeitura, de forma fracionada, conforme o valor exato dos itens fornecidos, em moeda nacional, Mediante Depósito Bancário, até o 10º dia útil após a liquidação, apresentação da Fatura/Nota Fiscal, a entrega e instalação do(s) objeto(s) solicitados e/ou execução dos serviços, devidamente atestada pelos fiscais do Contrato/ata, observando-se, antes do pagamento, a comprovação da regularidade da documentação pelo departamento financeiro.

DO REAJUSTAMENTO.

I - Os preços apresentados não sofrerão nenhum tipo de reajuste ou reequilíbrio.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento da presente licitação, correrão por conta do orçamento vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS

I - O prazo de vigência deste Instrumento tem início a partir de sua assinatura até 30/07/2020, sendo que a entrega será imediata após a emissão da ordem de empenho e o prazo máximo para entrega dos objetos será de no máximo 3 dias úteis.

CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - realizar a prestação dos serviços, objeto do presente contrato, nos prazos e condições previstos no Edital, seus anexos e neste Contrato Ata;

II - pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais fornecidos;

III - cumprir fielmente os prazos estipulados no objeto;

IV - atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação;

V - manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

VI - Manter o Município permanentemente informado sobre o andamento do que se refere o objeto do presente contrato.

VII - Permitir que os prepostos do Município inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento dos serviços.

VIII - Cumprir todas as demais obrigações constantes no contrato.

IX - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais, previdenciários entre outros.

X - O presente contrato não será, de nenhuma forma, fundamento para a Constituição de vínculo trabalhista com a(o) contratada(o), seus colaboradores, funcionários, prepostos ou terceiros que a contratada colocar a serviço.

XI - É da contratada a responsabilidade pelos danos que possam afetar o Município ou terceiros em qualquer caso, durante a execução do objeto contratado, bem como custos para reparação dos mesmos.

XII - Entregar os produtos/serviços deverão ser executados/entregues em, no máximo, 3 dias úteis após a emissão da AF, conforme solicitação, junto ao órgão solicitante do Município, sendo que a solicitação se dará via fax e/ou e-mail.

XIII - O prazo para substituição de produtos recusados pela administração será de, no máximo, 2 dias a partir do comunicado expedido pela

administração municipal a qual se dará através de documento físico ou via fax e/ou e-mail.

CLAUSULA QUINTA - DAS OBRIGACOES DO MUNICIPIO

I - Fiscalizar por intermédio do Secretário da Pasta, a entrega dos objetos licitados, bem como atestar nas notas fiscais/faturas o cumprimento das obrigações da Contratada, além de aplicar as sanções cabíveis para este edital e contrato administrativo em caso de necessidade.

II - efetuar os pagamentos à Contratada.

III - aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais

CLAUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES

I - A contratada que deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na entrega do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste e das demais cominações legais.

II - Em caso de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

II.I - advertência;

II.II - multas:

a) Multa de 1% (um por cento) sobre o valor global do contrato/ata, por dia de atraso na execução/entrega do objeto, limitando-se a 30%, entendendo-se por atraso o não cumprimento do prazo estipulado no contrato;

b) Multa de 1% (um por cento) sobre o valor global do contrato/ata, por dia de atraso na correção/substituição de produtos rejeitados pela fiscalização do contrato, limitando-se a 20%, aplicado em dobro em caso de reincidência;

c) de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato/ata, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

d) de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do contrato/ata, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso de rescisão unilateral por interesse da contratada.

III - No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

IV - No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

V - O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

VI - As sanções previstas inciso II.I da cláusula sexta poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.II.

CLAUSULA SÉTIMA - DAS DISPOSICOES GERAIS

I - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93, de 21/06/93.

II - Constituem motivo para rescisão do Contrato:

a) Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade do fornecimento nos prazos estipulados;

d) O atraso injustificado da conclusão do contrato sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

e) A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

f) O descumprimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

g) O cometimento reiterado de falta na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

h) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;

i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

j) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, desde que prejudique a execução do Contrato;

k) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contrato e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;

l) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

m) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

n) A não liberação, por parte da Administração, de área ou local para o fornecimento dos materiais, nos prazos contratuais;

o) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato;

p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, ainda que indireta, das normas que disciplinam as licitações.

III - Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:

a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de Licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicial, nos termos da legislação.

CLAUSULA OITAVA - FORO

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, em duas vias ou mais vias de igual forma e teor, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Miguel da Boa Vista/SC, 03 de julho de 2020.

VILMAR SCHMAEDECKE Prefeito Municipal	SCS COMÉRCIO LTDA Sob nº. 13.995.853/0001-52 Representante Legal	

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 10/2020 FMS
Contrato de Compra

BALANÇO ORÇAMENTARIO PRIMEIRO BIMESTRE, ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

Publicação Nº 2552751

SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Administração Direta

Beta Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 1/2

<u>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</u>	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES	16.203.524,40	16.203.524,40	12.232.240,30	-3.971.284,10
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	453.362,79	453.362,79	582.191,99	128.829,20
Impostos	409.150,19	409.150,19	546.839,75	137.689,56
Taxas	44.212,60	44.212,60	35.352,24	-8.860,36
Contribuições	32.400,00	32.400,00	35.007,63	2.607,63
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	32.400,00	32.400,00	35.007,63	2.607,63
Receita Patrimonial	37.919,02	37.919,02	52.696,17	14.777,15
Valores Mobiliários	37.919,02	37.919,02	52.696,17	14.777,15
Receita Agropecuária	0,00	0,00	27.129,94	27.129,94
Receita de Serviços	66.420,60	66.420,60	33.806,32	-32.614,28
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	66.420,60	66.420,60	0,00	-66.420,60
Outros Serviços	0,00	0,00	33.806,32	33.806,32
Transferências Correntes	15.507.668,80	15.507.668,80	11.470.930,52	-4.036.738,28
Transferências da União e de suas Entidades	8.778.728,42	8.778.728,42	7.232.835,89	-1.545.892,53
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	6.075.705,01	6.075.705,01	3.536.382,05	-2.539.322,96
Transferências de Outras Instituições Públicas	653.235,37	653.235,37	701.712,58	48.477,21
Outras Receitas Correntes	105.753,19	105.753,19	30.477,73	-75.275,46
Demais Receitas Correntes	105.753,19	105.753,19	30.477,73	-75.275,46
RECEITAS DE CAPITAL	970.165,32	970.165,32	910.530,00	-59.635,32
Operações de Crédito	716.000,00	716.000,00	549.500,00	-166.500,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	716.000,00	716.000,00	549.500,00	-166.500,00
Alienação de Bens	25.638,11	25.638,11	361.030,00	335.391,89
Alienação de Bens Móveis	25.638,11	25.638,11	361.030,00	335.391,89
Transferências de Capital	228.527,21	228.527,21	0,00	-228.527,21
Transferências da União e de suas Entidades	228.527,21	228.527,21	0,00	-228.527,21
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	17.173.689,72	17.173.689,72	13.142.770,30	-4.030.919,42
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)	17.173.689,72	17.173.689,72	13.142.770,30	-4.030.919,42
DEFICIT (IV)	-	-	-	-
TOTAL (V) = (III + IV)	17.173.689,72	17.173.689,72	13.142.770,30	-4.030.919,42
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	1.223.284,98	952.976,77	-
Superávit Financeiro	-	1.223.284,98	952.976,77	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	0,00	-

<u>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</u>	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES	8.772.926,30	9.903.458,02	8.253.721,78	8.172.910,93	8.046.685,52	1.649.736,24
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.281.970,51	5.252.716,79	4.781.094,65	4.781.094,65	4.781.094,65	471.622,14
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	20.000,00	49.166,86	26.167,40	26.167,40	26.167,40	22.999,46
OUTRAS DESPESAS CORRENTE	3.470.955,79	4.601.574,37	3.446.459,73	3.365.648,88	3.239.423,47	1.155.114,64
DESPESAS DE CAPITAL	4.691.029,42	4.524.272,39	1.204.141,68	1.127.759,51	1.054.995,51	3.320.130,71
INVESTIMENTOS	4.491.029,42	4.268.839,25	948.765,99	872.383,82	799.619,82	3.320.073,26
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	200.000,00	255.433,14	255.375,69	255.375,69	255.375,69	57,45
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00

SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA
 Anexo 12 - Balanço Orçamentário
 Administração Direta

Beth a Sistemas
 Exercício de 2019
 Período: Janeiro à Dezembro
 Página: 2/2

<u>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</u>	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
RESERVA DE CONTINGENCIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	13.468.955,72	14.432.730,41	9.457.863,46	9.300.670,44	9.101.681,03	4.974.866,95
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	13.468.955,72	14.432.730,41	9.457.863,46	9.300.670,44	9.101.681,03	4.974.866,95
SUPERÁVIT (IX)	3.704.734,00	2.740.959,31	3.684.906,84	-	-	-943.947,53
TOTAL (X) = (VIII + IX)	17.173.689,72	17.173.689,72	13.142.770,30	9.300.670,44	9.101.681,03	4.030.919,42

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

<u>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</u>	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO (f) = (a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES	5.913,27	78.958,49	77.042,23	77.042,23	7.829,53	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.913,27	78.958,49	77.042,23	77.042,23	7.829,53	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	18.748,34	180.712,95	177.389,00	177.389,00	3.323,95	18.748,34
INVESTIMENTOS	18.748,34	180.712,95	177.389,00	177.389,00	3.323,95	18.748,34
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	24.661,61	259.671,44	254.431,23	254.431,23	11.153,48	18.748,34

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

<u>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS</u>	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO (e) = (a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
DESPESAS CORRENTES	0,00	10.200,46	10.200,46	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	10.200,46	10.200,46	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	9.731,00	0,00	9.731,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	9.731,00	0,00	9.731,00	0,00	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	9.731,00	10.200,46	19.931,46	0,00	0,00

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 11/03/2020

Vilmar Schmaedecke
 Prefeito Municipal

Serlei Fatima Puntel
 Contadora - CRC-SC 021.445/O-3

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS COM SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE, SEGUNDO BIMESTRE 2020

Publicação Nº 2552758

Página 1/5

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS					PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
							Até o Bimestre(b)	%(b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)					279.773,40	279.773,40	98.644,78	35,26	
Recella Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU					-21.000,00	-21.000,00	-13.917,96	66,28	
IPTU					-21.000,00	-21.000,00	-13.917,96	66,28	
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do IPTU					0,00	0,00	0,00	0,00	
Recella Resultante do Imposto Sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI					0,00	0,00	0,00	0,00	
ITBI					0,00	0,00	0,00	0,00	
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do ITBI					0,00	0,00	0,00	0,00	
Recella Resultante do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS					0,00	0,00	0,00	0,00	
ISS					0,00	0,00	0,00	0,00	
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do ISS					0,00	0,00	0,00	0,00	
Recella Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF					300.773,40	300.773,40	112.562,74	37,42	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)					16.313.682,59	16.313.682,59	4.121.910,52	25,27	
Cota-Parte FPM					11.064.716,75	11.064.716,75	2.660.094,49	24,04	
Cota-Parte ITR					336,77	336,77	11,13	3,30	
Cota-Parte IPVA					179.605,59	179.605,59	46.516,65	25,90	
Cota-Parte ICMS					5.007.284,06	5.007.284,06	1.399.081,14	27,94	
Cota-Parte IPI-Exportação					61.739,42	61.739,42	16.207,11	26,25	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais					0,00	0,00	0,00	0,00	
Desoneração ICMS (LC 87/96)					0,00	0,00	0,00	0,00	
T TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (III) = I + II					16.593.455,99	16.593.455,99	4.220.555,30	25,44	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA			DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)*100	Até Bimestre (e)	% (e/c)*100	Até Bimestre (f)	% (f/c)*100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)			2.405.497,00	29,04	507.845,09	21,11	472.251,13	19,63	-
Despesas Correntes			2.088.510,00	32,93	497.022,09	23,80	466.688,13	22,35	-
Despesas de Capital			315.000,00	3,41	10.823,00	3,41	5.563,00	1,75	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)			498.800,00	97,37	128.600,77	25,78	125.960,97	25,25	-
Despesas Correntes			498.800,00	97,37	128.600,77	25,78	125.960,97	25,25	-
Despesas de Capital			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)			135.000,00	12,86	14.650,85	10,85	11.256,73	8,34	-
Despesas Correntes			135.000,00	12,86	14.650,85	10,85	11.256,73	8,34	-
Despesas de Capital			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)			1.500,00	90,88	1.063,16	70,88	1.063,16	70,88	-
Despesas Correntes			1.500,00	90,88	1.063,16	70,88	1.063,16	70,88	-
Despesas de Capital			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)			70.200,00	26,50	18.604,75	26,50	17.137,52	24,41	-
Despesas Correntes			70.200,00	26,50	18.604,75	26,50	17.137,52	24,41	-
Despesas de Capital			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-

Município de SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)*100	Até Bimestre (e)	% (e/c)*100	Até Bimestre (f)	% (f/c)*100	
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	3.109.010,00	3.110.997,00	1.221.652,37	39,27	670.764,62	21,56	627.669,51	20,18	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS									
DESPESAS EMPENHADAS (d)					DESPESAS LIQUIDADAS (e)				
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)					623.751,61				
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)					0,00				
(+/-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)					0,00				
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)					0,00				
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)					623.751,61				
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)					633.083,30				
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVIII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)					0,00				
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVIII)					37.681,32				
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)					-				
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)					15,89				

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012						LIMITE NÃO CUMPRIDO	
Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência	Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	Saldo Final (não aplicado)* (F - h - (ou j))		
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)						-	-

Município de SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO²	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Insc. Indivíduo em Exercício sem Disp. Financeira q = (XIIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + p)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)
Empenhos de 2019	0,00	0,00	0,00	299.838,22	0,00	299.838,22	45.288,46	254.549,76	12.850,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS										
CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 §1º E 2º DA LC 141/2012				Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))		
					Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)			
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019 a compensar(XXV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)		0,00		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO										
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII) Proveniente da União - Fundo a Fundo Proveniente dos Estados Proveniente de outros Municípios RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX) OUTRAS RECEITAS (XXX)				PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		% (b/a)*100		
						Até o Bimestre (b)				
		750.900,00	750.900,00	476.275,39	63,43					
		653.400,00	653.400,00	452.444,68	69,24					
		97.500,00	97.500,00	23.830,71	24,44					
		0,00	0,00	0,00	0,00					
		0,00	0,00	0,00	0,00					
		52.600,00	52.600,00	764,39	1,45					
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO O DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)		803.500,00	803.500,00	477.039,78	59,37					

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)*100	Até Bimestre (e)	% (e/c)*100	Até Bimestre (f)	% (f/c)*100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	687.300,00	1.181.107,73	402.519,32	34,08	245.755,01	20,81	217.387,47	18,41	-
Despesas Correntes	637.150,00	1.105.718,42	378.783,32	34,26	242.980,01	21,97	214.612,47	19,41	-
Despesas de Capital	50.150,00	75.389,31	23.736,00	31,48	2.775,00	3,68	2.775,00	3,68	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	36.000,00	105.594,38	38.514,84	36,47	37.327,48	35,35	15.297,48	14,49	-
Despesas Correntes	36.000,00	105.594,38	38.514,84	36,47	37.327,48	35,35	15.297,48	14,49	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	22.300,00	70.549,65	27.078,61	38,38	20.869,14	29,58	19.327,84	27,40	-
Despesas Correntes	22.300,00	70.549,65	27.078,61	38,38	20.869,14	29,58	19.327,84	27,40	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	30.000,00	37.790,92	2.943,40	7,79	2.943,40	7,79	2.943,40	7,79	-
Despesas Correntes	30.000,00	37.790,92	2.943,40	7,79	2.943,40	7,79	2.943,40	7,79	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	25.400,00	38.921,22	8.885,66	22,83	8.885,66	22,83	8.885,66	22,83	-
Despesas Correntes	25.400,00	38.921,22	8.885,66	22,83	8.885,66	22,83	8.885,66	22,83	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	801.000,00	1.433.963,90	479.941,83	33,47	315.780,69	22,02	263.841,85	18,40	-

Página 5/5

Município de SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2020/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)x100	Até Bimestre (e)	% (e/c)x100	Até Bimestre (f)	% (f/c)x100	
ATENÇÃO BÁSICA (XI) = (IV + XXXII)	3.090.810,00	3.586.604,73	1.101.177,55	30,70	753.600,10	21,01	689.638,60	19,23	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	534.800,00	604.394,38	524.176,40	86,73	165.928,25	27,45	141.258,45	23,37	-
SUORTE PROFIÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	157.300,00	205.549,65	44.443,28	21,62	35.519,99	17,28	30.584,57	14,88	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	31.500,00	39.290,92	4.306,56	10,96	4.006,56	10,20	4.006,56	10,20	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	95.600,00	109.121,22	27.490,41	25,19	27.490,41	25,19	26.023,18	23,85	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (IX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	3.910,010,00	4.544.960,90	1.701.594,20	37,44	986.545,31	21,71	891.511,36	19,62	-
(c) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)	3.910,010,00	4.544.960,90	1.701.594,20	37,44	986.545,31	21,71	891.511,36	19,62	-

FONTE:

¹ Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
² Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).
³ Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, 06/07/2020

Vilmar Schmaedecke
Prefeito Municipal

Serlei Fatima Puntel
Contadora - CRC-SC 031529/O-9

Maristela Schmaedecke
Secretaria Administração e F

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA SAFGP/DDP N. 0874/2020

Publicação Nº 2551339

PORTARIA SAFGP/DDP N. 0874/2020

DECISÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA INSTITUÍDO PELA PORTARIA SGPT/DDP N. 0605/2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere os incisos VIII e XIV, do artigo 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990, e a Lei Complementar n. 009/2012,

RESOLVE:

Art. 1º ARQUIVAR nos termos da alínea "a)" do art. 145 da LCM 009/2012 o processo de sindicância instituído pela portaria n. SGPT/DDP N. 0605/2020 conforme decisão exarada nos autos do processo de sindicância em função do disposto no § 2º do art. Art. 144 da Lei Complementar Municipal n. 009/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE.

Em 03 de julho de 2020.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

PORTARIA SAFGP/DDP N. 0880/2020

Publicação Nº 2551485

PORTARIA SAFGP/DDP N. 0880/2020

DECISÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA INSTITUÍDO PELA PORTARIA SGPT/DDP N. 0729/2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que me confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinada com as competências atribuídas pelo artigo 103, VIII da LCM 024/2013.

Considerando que do Processo Administrativo de Sindicância poderá resultar o arquivamento do processo, a aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta dias) ou a instauração de processo administrativo disciplinar.

Considerando que a autoridade competente deve levar em consideração o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.

RESOLVE:

Art. 1º ARQUIVAR nos termos da alínea 'a' do Art. 145 o Processo Administrativo de Sindicância instituída pela portaria SGPT/DDP N. 0729/2020 que apurou possíveis violações aos deveres funcionais por parte do Servidor W.P, conforme decisão exarada nos autos do processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE.

Em 03 de julho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

PORTARIA SAFGP/DDP N. 0881/2020

Publicação Nº 2551487

PORTARIA SAFGP/DDP N. 0881/2020

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR POSSÍVEL VIOLAÇÃO DE DEVERES FUNCIONAIS COMETIDAS POR SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário de Municipal de Administração e Finanças as atribuições dos Incisos VIII, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinada com as competências atribuídas pela LCM 024/2013, e alterações posteriores, e;

CONSIDERANDO os termos do Art. 143 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor) que dispõe que a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa e o contraditório;

CONSIDERANDO que a comissão de Processo Administrativo Disciplinar será designada pelo Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e

Transparência nos termos do Art. 3º do Decreto 9.229/2020.

CONSIDERANDO a conclusão do relatório final da Comissão de Sindicância instituída pela portaria SGPT/DDP nº. 0464/2020, o qual concluiu pela abertura do Processo Administrativo Disciplinar diante dos fatos apurados;

CONSIDERANDO que nos autos da sindicância instituída pela portaria SGPT/DDP n. 0464/2020 há indícios de possível violação de deveres funcionais, quais sejam: tratar com cordialidade e urbanidade as pessoas (Inciso XI, Art. 124, da LCM n. 009/2012).

CONSIDERANDO a decisão proferida nos autos da sindicância instituída pela portaria SGPT/DDP n. 0464/2020.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os servidores Karla Miotto Utzig, matrícula funcional nº 21489202, ocupante do cargo de Jornalista, Caroline Bello, matrícula funcional nº 22004401, ocupante do cargo de Farmecêutica e Sergion Klein, matrícula funcional nº 22004001, ocupante do cargo de Fiscal Sanitário, todos membros da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, nomeada pelo Decreto n. 9.229/2020 para compor Comissão para apurar supostas violações de deveres funcionais por parte da Servidora Público L.F.S. dos S.

Parágrafo único. A Presidência da Comissão ficará a cargo da servidora Caroline Bello.

Art. 2º Os membros ora nomeados, quando reunidos para efetuar os trabalhos da Comissão instituída por meio desta Portaria, ficam dispensados de suas funções normais de trabalho.

Art. 3º A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos, nos termos do Parágrafo Único do Artigo 145 do Estatuto do Servidor, devendo seguir o procedimento estabelecido no Título V, da Lei Complementar Municipal n. 009/2012, de 02/04/12.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE.

Em 03 de julho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0868/2020

Publicação Nº 2551295

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0868/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Saúde;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Edital de Processo Seletivo 001/2019;

Considerando que a servidora titular Angela Antonia de Matia, encontra-se em licença maternidade.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. NEREIDE FILIPPIN STIEVEN, pelo regime Estatutário, ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, junto ao ESF Central, na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 01 de julho de 2020 até que perdue o afastamento da titular ou até 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único é Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 01 de julho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0869/2020

Publicação Nº 2551298

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0869/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

Considerando o retorno das atividades esportivas junto a Secretaria Adjunta de Esportes.

Considerando a vacância do Cargo de Chefe de Divisão de Projetos, em função da exoneração da servidora em 04 de maio de 2020, conforme portaria SGPT/DDP 0658/2020 de 04 de maio de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a Senhora CLACI RABER, brasileira, residente e domiciliada neste Município, pelo regime Estatutário, portadora do CPF 605.340.799-20, RG 1948752 SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em Comissão de Chefe de Divisão de Projetos, 40 horas semanais, junto a Secretaria Adjunta de Esportes, a partir de 01 de julho de 2020.

Art. 2º As atribuições do titular do cargo referido no artigo anterior, são as estabelecidas na Lei Complementar 024/2013 de 10 de outubro de 2013.

Art. 3º A remuneração mensal será a prevista em conformidade com o estabelecido na Lei Complementar 024/2013, de 10 de outubro de 2013.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 01 de julho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0870/2020

Publicação Nº 2551329

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0870/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO

DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 025/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

CONSIDERANDO os termos do art. 24, da LCM 009/2012; CONSIDERANDO os termos do Art. 27 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor), o qual dispõe que, o início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor por intermédio de portaria ou ato similar;

CONSIDERANDO a portaria de nomeação SGTP/DDP N. 0786/2020.

RESOLVE:

Art. 1º DAR POSSE E INICIO DE EXERCÍCIO a MARCIO

SCHAKER, pelo Regime Estatutário, para exercer o Cargo da Categoria Funcional de Técnico Administrativo, com carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo, do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com lotação junto ao Órgão Central da Administração Municipal, designado para atuar junto ao Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, em razão de aprovação no Concurso Público, Edital nº 010/2019, homologado em 18 de março de 2020, a partir de 01 de julho de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 01 de julho de 2020.

WILSON TREVISAN: 34599886904

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada na presente data.

Assinado digitalmente por WILSON TREVISAN:34599886904

DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=34028316000103, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil
- RFB, OU=ARCORREIOS, OU=RFB e-CPF A1, CN=WILSON TREVISAN:34599886904

Razão: Eu sou o autor deste documento Localização:

Data: 2020-07-03 10:13:39

Foxit Reader Versão: 9.4.1

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0871/2020

Publicação Nº 2551333

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0871/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

Considerando a Emenda Constitucional 107, que adiou, em razão da pandemia da Covid-19, as eleições municipais para 15 de novembro de 2020 e consequentemente os prazos eleitorais para a desincompatibilização.

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a licença para atividade política concedida a JANETE MARIA RIES, efetiva, ocupante do cargo de Assistente Social, 40 horas semanais, atuando junto ao NASF, na Secretaria Municipal de Saúde, concedida pela portaria SGPT/DDP0851/2020 de 29 de junho de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 02 de julho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0872/2020

Publicação Nº 2551336

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0872/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

Considerando a Emenda Constitucional 107, que adiou, em razão da pandemia da Covid-19, as eleições municipais para 15 de novembro de 2020 e consequentemente os prazos eleitorais para a desincompatibilização.

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a licença para atividade política concedida a JOSÉ CLAUDIR XAVIER, servidor efetivo, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, com carga horária de 40 horas semanais, atuando junto a Secretaria Municipal de Obras, concedida pela portaria SGPT/DDP0857/2020 de 30 de junho de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 02 de julho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0873/2020

Publicação Nº 2551337

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0873/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO a servidora pública municipal efetiva, IVETE WEBER, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 02 de julho de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 02 de julho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0875/2020

Publicação Nº 2551341

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0875/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO a servidora pública municipal contratada, CARINE KESSLER, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03 de julho de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 03 de julho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0876/2020

Publicação Nº 2551342

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0876/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 025/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

CONSIDERANDO os termos do art. 24, da LCM 009/2012;

CONSIDERANDO os termos do Art. 27 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor), o qual dispõe que, o início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor por intermédio de portaria ou ato similar;

RESOLVE:

Art. 1º DAR POSSE E INÍCIO DE EXERCÍCIO a ENI SALETE BATISTA LOPES, pelo Regime Estatutário, para exercer o Cargo da Categoria Funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo, do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com lotação junto ao EMEIEF Tranquilo José Rigoni da Secretaria Municipal de Educação, em razão de aprovação no Concurso Público, Edital nº 008/2019, homologado em 14 de novembro de 2019, a partir de 03 de julho de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 03 de julho de 2020.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0877/2020

Publicação Nº 2551347

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0877/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 025/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

CONSIDERANDO os termos do art. 24, da LCM 009/2012;

CONSIDERANDO os termos do Art. 27 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor), o qual dispõe que, o início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor por intermédio de portaria ou ato similar;

RESOLVE:

Art. 1º DAR POSSE E INÍCIO DE EXERCÍCIO a MARIA ROSELAINÉ BEDIN, pelo Regime Estatutário, para exercer o Cargo da Categoria Funcional de Coordenador Pedagógico, com carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo, do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com lotação junto ao CEI Mundo Mágico da Secretaria Municipal de Educação, em razão de aprovação no Concurso Público, Edital nº 008/2019, homologado em 14 de novembro de 2019, a partir de 03 de julho de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 03 de julho de 2020.

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0878/2020

Publicação Nº 2551423

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0878/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 025/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

CONSIDERANDO os termos do art. 24, da LCM 009/2012;

CONSIDERANDO os termos do Art. 27 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor), o qual dispõe que, o início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor por intermédio de portaria ou ato similar;

RESOLVE:

Art. 1º DAR POSSE E INÍCIO DE EXERCÍCIO a JESSICA CRIS TRESOLDI, pelo Regime Estatutário, para exercer o Cargo da Categoria Funcional de Auxiliar de Creche, com carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo, do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com lotação junto ao CEI Ciranda da Alegria da Secretaria Municipal de Educação, em razão de aprovação no Concurso Público, Edital nº 021/2014, homologado em 28 de abril, a partir de 03 de julho de 2015.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 03 de julho de 2020.

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0879/2020

Publicação Nº 2551482

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0879/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

Considerando o cronograma encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde por meio do protocolo 9353/2020 informando que o servidor irá substituir os seguintes servidores efetivos ocupantes do cargo de Técnico Administrativo:

Denise Maria Wenning da Silva, encontra-se em gozo de licença prêmio até 06 de julho de 2020;

Sergio Antônio Sbruzzi, encontra-se em gozo de férias até 30 de julho de 2020 e posteriormente gozo de licença prêmio até 28 de outubro de 2020.

RESOLVE:

Art.1º- PRORROGAR a contratação do servidor público municipal GUILHERME MARCOM, contratado pelo Processo Seletivo 001/2019, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde, no período de 07 de julho de 2020 até 06 de janeiro de 2021.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Saúde será o órgão responsável para acompanhar as substituições, bem com comunicar a Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas sobre qualquer alteração do cronograma.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 03 de julho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0882/2020

Publicação Nº 2551488

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0882/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO a servidora pública municipal efetiva, ROSIMAR SILVEIRA HIBNER, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de julho de 2020.

Art.2º Esta portaria tem efeito retroativo a 01 de julho de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 03 de julho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0883/2020

Publicação Nº 2552516

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0883/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

Considerando a suspensão por ordem judicial do Concurso Público 022/2014 para o cargo de Motorista não sendo possível o preenchimento das vagas por meio de Concurso Público.

RESOLVE:

Art.1º- PRORROGAR a contratação do servidor público municipal DOUGLAS ZATTI, contratado pelo Processo Seletivo 001/2019, ocupante do cargo de Motorista, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, no período de 19 de julho de 2020 até 18 de julho de 2021.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 03 de julho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0884/2020

Publicação Nº 2552520

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0884/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

Considerando os termos do artigo 10, alínea "b" da ADCT de 1988.

Considerando que a servidora apresentou atestado de gestação de 13 semanas.

RESOLVE:

Art.1º- PRORROGAR a contratação da servidora pública municipal MARLENE STEFANON PAGANINI, contratada pelo Processo Seletivo 001/2019, ocupante do cargo de Enfermeiro, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde, no período de 15 de julho de 2020 até o término de sua licença maternidade.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 03 de julho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0885/2020

Publicação Nº 2552526

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0885/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

Considerando o retorno da servidora Julia Grasel da licença maternidade e das férias;

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR os efeitos da portaria SGPT/DDP 1358/2019 da servidora pública municipal efetiva ANA PAULA TOSIN, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, 30 horas semanais, que designou para o cargo de Chefe de Divisão de Fisioterapia e Reabilitação, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de julho de 2020.

Art. 2º Esta portaria tem efeito retroativo a 01 de julho de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 03 de julho de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SAFGP/DDP N° 0886/2020

Publicação N° 2552527

PORTARIA SAFGP/DDP N° 0886/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

Considerando o requerimento do Prefeito Municipal para nomeação da servidora.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a Senhora BRUNA DA CRUZ, brasileira, residente e domiciliada neste Município, portadora do CPF 095.937.519-80, RG 5918.250 SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em Comissão de Diretor de Agricultura, Pecuária e Piscicultura, 40 horas semanais, em regime estatutário, para atuar junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Piscicultura, a partir de 03 de julho de 2020.

Art. 2º As atribuições do titular da Pasta prevista no artigo primeiro, são as estabelecidas na Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990, na Lei Complementar n. 024/2013 e Legislação vigente e suas regulamentações.

Art. 3º A remuneração mensal será a prevista em conformidade com o estabelecido na Lei Complementar 024/2013, de 10 de outubro de 2013 e nas demais legislações municipais.

Art. 4º Fica revogada a Portaria SGPT/DDP 0013/2019 de 01 de janeiro de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 03 de julho de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SAFGP/DDP N° 0887/2020

Publicação N° 2552529

PORTARIA SAFGP/DDP N° 0887/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

Considerando o requerimento do Prefeito Municipal para nomeação do servidor.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o Senhor NEDIO JEZIORSKI, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, portador do CPF 707.960.929-15, RG 1657192-4 SSP/SC, para exercer o cargo de Confiança de Diretor de Gestão Administrativa, 40 horas semanais, em regime estatutário, para atuar junto a Secretaria Municipal de Obras, a partir de 03 de julho de 2020.

Art. 2º As atribuições do titular da Pasta prevista no artigo primeiro, são as estabelecidas na Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990, na Lei Complementar n. 024/2013 e Legislação vigente e suas regulamentações.

Art. 3º A remuneração mensal será a prevista em conformidade com o estabelecido na Lei Complementar 024/2013, de 10 de outubro de 2013 e nas demais legislações municipais.

Art. 4º Fica revogada a Portaria ADM/DRH 0024/2017 de 02 de janeiro de 2017.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 03 de julho de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PROCESSO Nº 113/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2551784

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 113/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/2020

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na modalidade de dispensa de licitação tendo como objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento, gerenciamento, implantação e administração de cartões destinados à concessão do auxílio social referente ao Programa Vale Merenda, de acordo com a Lei Municipal nº 7.725/2020, para os alunos da Rede Municipal de Ensino (creches, pré-escola e fundamental) do Município de São Miguel do Oeste/SC, beneficiários do Programa Bolsa Família, em razão da pandemia causada pela COVID-19, segundo a Lei Federal nº 13.979/2020, que dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, conforme Anexo I, Termo de Referência deste Edital.

Contratado: Associação Empresarial de São Miguel do Oeste.

CNPJ: 86.251.428/0001-22.

Vigência contratual: 90 (noventa) dias.

Valor total de R\$ 123.000,00 (cento e vinte e três mil reais).

Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, situado na Rua Marcílio Dias, 1199, telefone (0xx49) 36312006.

São Miguel do Oeste – SC, 06 de julho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário de Administração e Finanças

PROCESSO Nº 115/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2552427

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2020

O Município de São Miguel do Oeste/SC, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo menor preço por lote.

OBJETO: Registro de preços para eventual contratação de empresa para prestação de serviços com fornecimento de materiais de fotocópias, impressões, encadernações e digitalizações, para atender as necessidades das Secretarias de Administração do Município de São Miguel do Oeste, de acordo com anexo I, termo de referência do edital.

Cadastro das propostas: Às 08h do dia 09 de julho de 2020 até às 08h15min do dia 21 de julho de 2020.

Abertura da sessão pública: Às 8h30min do dia 21 de julho de 2020.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações vigentes, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Federal nº 10.024/2019.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, telefone (0xx49) 36312006, e o edital consta na íntegra no site: www.portaldecompraspublicas.com.br, no qual os fornecedores deverão cadastrar as propostas e acompanhar a sessão pública, e no site www.saomiguel.sc.gov.br.

São Miguel do Oeste/SC, 06 de julho de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Schroeder

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 26/2020-FMS

Publicação Nº 2551768

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 26/2020-FMS

Dispensa nº. 22/2020-FMS

Processo nº. 37/2020-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: VIVA COMÉRCIO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 05.624.146/0003-93, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº 3507, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a Contratação da empresa de ótica e joalheria para atender aos usuários da política municipal de saúde referente a concessão de lentes progressivas, conforme legislação vigente no Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Contratação de empresa de optica e joalheria para atender aos usuarios da politica municipal de saúde referente à concessão de lentes progressivas, para o paciente S.M	1	Unidade	1.010,00	1.010,00
TOTAL R\$					1.010,00

Valor total: R\$ 1.010,00 (um mil e dez reais)

Data da Assinatura: 06/07/2020 – Vigência: 31/12/2020

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO Nº. 03/2020-SPGF/SEM

Publicação Nº 2552229

NOTIFICAÇÃO Nº. 03/2020-SPGF/SEM

Ata de Registro de Preços nº. 20/2020-PMS

Processo de licitação nº. 61/2020 - PMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 29/2020 – PMS

Fica a empresa ESCOLARES INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA inscrita no CNPJ sob o nº. 34.832.381/0001-97 estabelecida na Rua Frederico Willig, nº 255, bairro Distrito Industrial na cidade de Três de Maio, Estado do Rio Grande do Sul, CEP: 98910-000, NOTIFICADA do inadimplemento da Ata de Registro de Preços nº 20/2020-PMS, firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido a Ordem de Compra, cujo empenho nº 2935/2020 não efetuou a entrega dos produtos no prazo estipulado pela Cláusula Quinta, item 5.3.10, da ata de registro de preços supramencionada.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula décima primeira do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações .

Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Onde se lê:

Empenho (O.C)	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobedecido
2935/2020	CADEIRA ESCRITÓRIO, material estrutura em aço, revestimento assento e encosto com tecido 100% poliéster, material encosto e assento em espuma poliuretano injetado, tratamento superficial, estrutura em pintura epóxi preto, base giratória com regulagem de altura, pistão a gás, tipo encosto espaldar médio regulável, apoio braço forma "T"/altura regulável, cor preta, tipo sistema regulagem vertical back system. Cadeira ergonômica, espuma 55 a 60 Kg/m³, 5 pés, rodízios.	15/06/20	29/06/20.

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 06 de julho de 2020.

Vanderléia Cristina Fischer
Setor De Segurança do Trabalho

A
ESCOLARES INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA
CNPJ sob o nº. 34.832.381/0001-97

PORTARIA Nº 8.354/2020, DE 06 DE JULHO DE 2020.

Publicação Nº 2552782

PORTARIA Nº 8.354/2020, DE 06 DE JULHO DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a partir desta data, a carga horária da servidora Sra. Natascha Luize Kopper Strelow, no cargo de Assessora de Educação, de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 06 de julho de 2020.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EBERTON VARGAS TRENTIN
Secretário de Educação e Cultura

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 8.356/2020, DE 06 DE JULHO DE 2020.

Publicação Nº 2552784

PORTARIA Nº 8.356/2020, DE 06 DE JULHO DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a Lei nº. 2.474/2020, de 16 de abril de 2020, que autoriza a concessão de licença não remunerada aos servidores públicos municipais, em razão da pandemia do Coronavírus (COVID-19);

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR, o pedido de prorrogação da licença não remunerada de 01/07/2020 a 31/07/2020 da servidora Sra. Juliana Christine Ferreira Martins, que desempenha a função de Agente Comunitária de Saúde - ESF.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008, com efeitos retroativos à 01/07/2020.

Publique-se, Comunique-se e Cumpra-se

Schroeder, 06 de julho de 2020.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

RESOLUÇÃO Nº. 002/2020 - CMAS

Publicação Nº 2552231

Resolução nº. 002/2020 - CMAS

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Schroeder.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe confere a Lei Municipal nº. 971 de 30/12/1975, alterada pelas Leis nº. 1.050 de 10/04/1997, e nº. 1.578 de maio de 2007 em conformidade com os preceitos da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, da Norma Operacional Básica – NOB/SUAS;

Considerando o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS.

Considerando a reunião ordinária, realizada na data de 26/03/2020;

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, conforme Resolução Nº 01 de 20 de março de 2020, para o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, no valor de R\$19.897,95 a serem transferidos para o FMAS referente à primeira parcela ano de 2020 e a serem executados em forma de custeio conforme estabelecido no referido Plano.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Trabalho do Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 26 de março de 2020.

Milton Trapp Junior
Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO Nº. 003/2020 - CMAS

Publicação Nº 2552233

Resolução nº. 003/2020 - CMAS

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Schroeder.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe confere a Lei Municipal nº. 971 de 30/12/1975, alterada pelas Leis nº. 1.050 de 10/04/1997, e nº. 1.578 de maio de 2007 em conformidade com os preceitos da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, da Norma Operacional Básica – NOB/SUAS;

Considerando o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS.

Considerando a reunião ordinária, realizada na data de 20/05/2020;

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, conforme Resolução Nº 01 de 20 de março de 2020, no valor total de R\$ 38.775,50, a serem transferidos para o FMAS referente à 2ª e 3ª parcelas do ano de 2020 e a serem executados para custeio de Benefícios Eventuais conforme percentual estabelecido no referido Plano.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Trabalho do Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 20 de maio de 2020.

Milton Trapp Junior
Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO Nº. 004/2020 - CMAS

Publicação Nº 2552234

Resolução nº. 004/2020 - CMAS

Dispõe sobre o Termo de Aceite do Repasse emergencial de recursos federais oriundos do Ministério da Cidadania, por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social, da Secretaria Especial de Desenvolvimento Social para execução de ações socioassistenciais (Covid19) para o município de Schroeder – SC

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe confere a Lei Municipal nº. 971 de 30/12/1975, alterada pelas Leis nº. 1.050 de 10/04/1997, e nº. 1.578 de maio de 2007 em conformidade com os preceitos da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, da Norma Operacional Básica – NOB/SUAS;

Considerando o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS.

Considerando a reunião extraordinária, realizada na data de 04/05/2020;

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Termo de Aceite do Repasse emergencial de recursos federais para execução de ações socioassistenciais (Covid19), no valor de R\$ 12.150,00, valor destinado para Execução de Ações Socioassistenciais e estruturação da rede devido à situação de Emergência Covid-19.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 04 de maio de 2020.

Milton Trapp Junior
Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO Nº. 005/2020 - CMAS

Publicação Nº 2552236

Resolução nº. 005/2020 - CMAS

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação relativo ao recurso federal recebido em razão do Covid-19 para o município de Schroeder/SC

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe confere a Lei Municipal nº. 971 de 30/12/1975, alterada pelas Leis nº. 1.050 de 10/04/1997, e nº. 1.578 de maio de 2007 em conformidade com os preceitos da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, da Norma Operacional Básica – NOB/SUAS;

Considerando o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS.

Considerando a reunião ordinária, realizada na data de 16 de junho de 2020;
Resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação relativo ao recurso federal recebido no valor de R\$ 4.800,00 destinados ao cofinanciamento de ações socioassistenciais visando ao enfrentamento das situações de emergência em decorrência do Covid19, para compra de EPIs e produtos de consumo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 16 de junho de 2020.

Milton Trapp Junior
Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO Nº. 006/2020 - CMAS

Publicação Nº 2552238

Resolução nº. 006/2020 - CMAS

Dispõe sobre a prorrogação do mandato de membros do Conselho Municipal da Assistência Social do município de Schroeder/SC

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe confere a Lei Municipal nº. 971 de 30/12/1975, alterada pelas Leis nº. 1.050 de 10/04/1997, e nº. 1.578 de maio de 2007 em conformidade com os preceitos da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, da Norma Operacional Básica – NOB/SUAS; CONSIDERANDO a Lei Federal 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pela pandemia do surto covid-19, bem como todas as demais medidas adotadas pelas autoridades em saúde pública;

CONSIDERANDO que, em razão da pandemia do covid-19, que afeta todo o país com números de casos crescentes, e conforme orientação das autoridades sanitárias se faz necessário o distanciamento e isolamento social de todos os setores da sociedade para conter a transmissão do vírus;

CONSIDERANDO a reunião ordinária, realizada na data de 16 de junho de 2020;

Resolve:

Art. 1º Que o mandato dos atuais membros do Conselho Municipal de Assistência Social, cuja vigência tenha se encerrado ou venha a encerrar neste período de pandemia, sejam devidamente prorrogados até 30 dias após o encerramento das medidas de isolamento social, e que as pessoas tenham plenas e seguras condições de circulação.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 20 de junho de 2020.

Milton Trapp Junior
Presidente do CMAS

ATA PREGÃO PRESENCIAL 05/2020-FAS (SEQUÊNCIA 03)

Publicação Nº 2551494

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 5/2020 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 8/2020 Data do Processo: 10/06/2020
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de alimentos, produtos de higiene e limpeza para concessão de benefício eventual (cesta básica) aos usuários da Política de Assistência Social que são atendidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Schroeder/SC ao longo de 12 meses

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 10/2020 (Sequência: 3)

Ao(s) 6 de Julho de 2020, às 11:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 8266/2020, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 8/2020, Licitação nº 5/2020 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se para recebimento da CND Estadual da empresa ROSAR ALIMENTOS LTDA. - EPP, a qual foi protocolada dentro do prazo estipulado em ata anteriormente. Constatando que a empresa ROSAR ALIMENTOS LTDA. - EPP apresentou CND estadual com vencimento em 31/08/2020, a mesma está válida, portanto está de acordo com o edital, resultando assim a empresa ROSAR ALIMENTOS LTDA. - EPP habilitada. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata às empresas.

Participante: 10124 - J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	Creme dental composição: 1500ppm de Flúor, Carbonato de Cálcio, Lauril Sulfato de Sódio, Sacarina Sódica, Pirofosfato Tetrassódico, Silicato de Sódio, Polietilenoglicol, Sorbitol, Carboximetil Celulose, Metilparabeno, Propilparabeno, Composição Aromática e Água. Contém Monoflourfosfato de Sódio, peso líquido 90g	UN	1.290,00		0,0000	1,12	1.444,80
Total do Participante ----->							1.444,80

Participante: 12754 - COMERCIAL STORINNY LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Sabonete para banho, suave, em barra, peso líquido 150g	UN	2.580,00	SENSUS	0,0000	1,34	3.457,20
15	Macarrão - Massa com ovos tipo parafuso, peso líquido 500g.	UN	2.580,00	DIANA	0,0000	1,96	5.056,80
Total do Participante ----->							8.514,00

Participante: 14033 - A.V. COMERCIO ATACADISTA EIRELI

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	Lava roupas azul perfumado, em pó, com alvejante seguro com poder e amaciante para uso domiciliar, embalagem plástica, peso líquido 1kg	UN	1.290,00	ULTRA CLASS	0,0000	2,99	3.857,10
4	Papel higiênico branco, gofrado, folha simples, 100% fibras naturais, picotado, não perecível, embalagem com 4 rolos cada de 60m x 10cm	UN	1.290,00	FAMILIAR	0,0000	2,39	3.083,10
7	Arroz parbozizado polido, longo fino, tipo 1, embalagem de 1kg, validade de 1 ano.	UN	3.930,00	SAFRA	0,0000	2,65	10.414,50
10	Extrato de tomate, base de tomate para molho com tomate, açúcar e sal. NÃO CONTÉM GLÚTEN, embalagem lata, peso líquido mínimo 340g, validade 18 meses.	UN	1.290,00	BONARE	0,0000	1,40	1.806,00
12	Óleo de soja refinado, rico em vitamina E, sem gorduras trans, sem colesterol. Embalagem Pet 900 ml, validade 360 dias.	UN	1.740,00	COAMO	0,0000	3,96	6.890,40
16	Feijão preto, tipo 1, embalagem com 1Kg, validade de 1 ano	UN	2.580,00	RESERVA	0,0000	4,99	12.874,20
Total do Participante ----->							38.925,30

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 5/2020 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 8/2020
 Data do Processo: 10/06/2020

Folha: 2/2

Participante: 14034 - RGP LIMPEZA COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DE LIMP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
5	Detergente líquido de louça, frasco plástico squeeze de 500 ml. Validade: 02 anos, neutro.	UN	1.290,00		0,0000	1,15	1.483,50
Total do Participante ----->							1.483,50

Participante: 14058 - ROSAR ALIMENTOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
6	Açúcar refinado especial, branco, embalagem de 1kg, validade de 1 ano.	UN	3.030,00	Caravelas	0,0000	2,22	6.726,60
8	Biscoito de leite, dupla embalagem, peso líquido 400g, validade de 1 ano	UN	2.580,00	Orquidea	0,0000	2,97	7.662,60
9	Café torrado e moído, tradicional, embalado a vácuo, peso líquido 500g, validade de 1 ano	UN	1.290,00	Odebrecht	0,0000	5,48	7.069,20
11	Leite em pó integral instantâneo, embalagem: Lata, enriquecido com vitaminas A, C e D, ferro, peso líquido 400g, validade embalagem fechada no mínimo de 180 dias.	UN	2.800,00	Itambe	0,0000	9,80	27.440,00
13	Farinha de milho tipo fubá amarelo, enriquecido com ferro e ácido fólico, embalagem de 1kg, validade de 360 dias.	UN	1.290,00	Tio Macarini	0,0000	2,20	2.838,00
14	Farinha de trigo tipo 1, fortificada com ferro e ácido fólico, (vitamina B9), para uso doméstico, embalagem plástica de 1kg, validade 5 meses.	UN	3.930,00	Isabela	0,0000	2,25	8.842,50
Total do Participante ----->							60.578,90
Total Geral ----->							110.946,50

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 6 de Julho de 2020

COMISSÃO:

Daniela Samulescki - - Pregoeiro(a)
 Ivandra de Souza - - Equipe de Apoio
 Guilherme Sandmann Da Silva Vianna - - Equipe de Apoio
 Valderi Rocha de Camardo - - Equipe de Apoio
 Rafaela Susan Kienen - - Equipe de Apoio
 Natascha Luize Kopper Strelow - - Equipe de Apoio

<div>ESTADO DE SANTA CATARINA</div> <div>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</div> <div>CNPJ: 83.102.491/0001-09</div> <div>RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201</div> <div>C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</div>		<div>PREGÃO PRESENCIAL</div> <div>Nr.: 9/2020 - PR</div>
		<div>Processo Administrativo: 31/2020</div> <div>Processo de Licitação: 10/06/2020</div> <div>Data do Processo:</div>
		<div>Folha: 1/1</div>

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 15/2020 (Sequência: 2)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos de ações judiciais para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e a equipe de apoio reuniram-se após recebimento do parecer técnico da Técnica de Enfermagem Roseane Finta da Secretaria de Saúde. De acordo com Parecer técnico foi constatado que as empresas F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. e A. G. KIENEN & CIA. LTDA. - EPP, apresentaram as documentações das propostas totalmente corretas e apresentadas conforme o exigido no edital. Diante do exposto fica marcada a data de 10 de julho de 2010, às 13h30min para continuação do processo com a etapa de lances, caso contrário será enviada nova ata determinado a nova data da etapa de lances. Encerra-se a sessão e pede-se para serem enviadas as empresas participantes a cópia da ata, bem como quadro comparativo de preços com classificação.

COMISSÃO:

Schroeder, 6 de Julho de 2020

- Daniela Samulescki
- Ivandra de Souza
- Guilherme Sandmann Da Silva Vianna
- Valderi Rocha de Camargo
- Natascha Luize Kopper Strelow
- Rafaela Susan Kienen
- - Pregoeiro(a)
- - Equipe de Apoio
- - Equipe de Apoio
- - Equipe de Apoio
- - Equipe de Apoio
- - Equipe de Apoio

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 05/2020-FAS

Publicação Nº 2551496

Página: 1/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2020

Número do Registro de Preços: 5/2020		Data do Registro: 06/07/2020		Válido até: 06/07/2021		Objeto da Compra:	
						Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de alimentos, produtos de higiene e limpeza para concessão de benefício eventual (cesta básica) aos usuários da Política de Assistência Social que são atendidos pela Secretaria Municipal de Ass	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Sabonete para banho, suave, em barra, peso líquido 150g	UN	COMERCIAL STORINNY LTDA (12754)	SENSUS	0	1,3400	1
2			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	fontana	0	2,3000	2
2	Lava roupas azul perfumado, em pó, com alvejante seguro com poder e amaciante para uso domiciliar, embalagem plástica, peso líquido 1kg	UN	A.V. COMERCIO ATACADISTA EIRELI (14033)	ULTRA CLAS	0	2,9900	1
2			SANTA RITA COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA (14358)		0	3,0000	2
3			MAXIMA ATACADISTA EIRELI (13668)	Breeze	0	3,6000	3
3	Creme dental composição: 1500ppm de Fluor, Carbonato de Cálcio, Lauril Sulfato de Sódio, Sacarina Sódica, Pirofosfato Tetrasódico, Silicato de Sódio, Polietilenoglicol, Sorbitol, Carboximetil Celulose, Metilparabeno, Propilparabeno, Composição Aromática e Água. Contém Monofluorofosfato de Sódio, peso líquido 90g	UN	J.P. DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	1,1200	1
2			A.V. COMERCIO ATACADISTA EIRELI (14033)	FREEDENT	0	1,1300	2
3			COMERCIAL STORINNY LTDA (12754)	FREE DENTE	0	1,5900	3
4	Papel higiênico branco, gofrado, folha simples, 100% fibras naturais, picotado, não perçível, embalagem com 4 rolos cada de 60m x 100m	UN	A.V. COMERCIO ATACADISTA EIRELI (14033)	FAMILIAR	0	2,3900	1
2			BILLIG COMERCIO E SERVICOS EIRELI (14209)		0	2,4000	2
3			J.P. DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	2,4400	3
4			MAXIMA ATACADISTA EIRELI (13668)	Delly	0	2,9000	4

Página: 2/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2020

Número do Registro de Preços: 5/2020 Data do Registro: 06/07/2020 Válido até: 06/07/2021

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de alimentos, produtos de higiene e limpeza para concessão de benefício eventual (cesta básica) aos usuários da Política de Assistência Social que são atendidos pela Secretaria Municipal de Ass

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	Detergente líquido de louça, frasco plástico squeeze de 500 ml. Validade: 02 anos, neutro.	UN	RGP LIMPEZA COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DE LIMP (14034)		0	1,1500	1
			SANTA RITA COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA (14358)		0	1,1700	2
			A.V. COMERCIO ATACADISTA EIRELI (14033)	BONZAO	0	1,1800	3
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	1,2500	4
6	Açúcar refinado especial, branco, embalagem de 1kg, validade de 1 ano.	UN	ROSAR ALIMENTOS LTDA (14058)	Caravelas	0	2,2200	1
			A.V. COMERCIO ATACADISTA EIRELI (14033)	CARAVELAS	0	2,2400	2
			COMERCIAL STORINNY LTDA (12754)	GUARANI	0	2,2900	3
			SANTA RITA COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA (14358)		0	2,5500	4
7	Arroz parboizado polido, longo fino, tipo 1, embalagem de 1kg, validade de 1 ano.	UN	A.V. COMERCIO ATACADISTA EIRELI (14033)	SAFRA	0	2,6500	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA (12754)	KIKA	0	2,6600	2
			ROSAR ALIMENTOS LTDA (14058)	Sitio Cerc	0	2,7100	3
8	Biscoito de leite, dupla embalagem, peso líquido 400g, validade de 1 ano	UN	ROSAR ALIMENTOS LTDA (14058)	Orquidea	0	2,9700	1
			A.V. COMERCIO ATACADISTA EIRELI (14033)	ORQUIDEA	0	2,9900	2

Página: 3/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2020

Número do Registro de Preços: 5/2020		Data do Registro: 06/07/2020		Válido até: 06/07/2021			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de alimentos, produtos de higiene e limpeza para concessão de benefício eventual (cesta básica) aos usuários da Política de Assistência Social que são atendidos pela Secretaria Municipal de Ass							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

9	Café torrado e moído, tradicional, embalado a vácuo, peso líquido 500g, validade de 1 ano	UN	ROSAR ALIMENTOS LTDA (14058)	Odebrecht	0	5,4800	1
			MAXIMA ATACADISTA EIRELI (13668)	Estrela	0	3,4500	3
			A.V. COMERCIO ATACADISTA EIRELI (14033)	JUPERE	0	5,4900	2
			SANTA RITA COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA (14358)		0	5,6200	3
10	Extrato de tomate, base de tomate para molho com tomate, açúcar e sal. NÃO CONTÉM GLUTEN, embalagem lata, peso líquido mínimo 340g, validade 18 meses.	UN	A.V. COMERCIO ATACADISTA EIRELI (14033)	BONARE	0	1,4000	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA (12754)	BONARE	0	1,4400	2
			ROSAR ALIMENTOS LTDA (14058)	Bonare	0	1,7500	3
11	Leite em pó integral instantâneo, embalagem: Lata, enriquecido com vitaminas A, C e D, ferro, peso líquido 400g, validade embalagem fechada no mínimo de 180 dias.	UN	ROSAR ALIMENTOS LTDA (14058)	Itambe	0	9,8000	1
			A.V. COMERCIO ATACADISTA EIRELI (14033)	ITAMBE	0	9,8900	2
			LICIFRANN COMERCIO E SERVICOS LTDA (14356)	ITAMBÉ	0	9,9800	3
			MP COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI (14357)	ITAMBÉ	0	10,9800	4
12	Óleo de soja refinado, rico em vitamina E, sem gorduras trans, sem colesterol, Embalagem Pet 900 ml, validade 360 dias.	UN	A.V. COMERCIO ATACADISTA EIRELI (14033)	COAMO	0	3,9600	1
			COMERCIAL STORINNY LTDA (12754)	COAMO	0	3,9900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2020

Página: 4/6

Número do Registro de Preços: 5/2020 Data do Registro: 06/07/2020 Válido até: 06/07/2021						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de alimentos, produtos de higiene e limpeza para concessão de benefício eventual (cesta básica) aos usuários da Política de Assistência Social que são atendidos pela Secretaria Municipal de Ass						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
13	Farinha de milho tipo 1, fortificada com ferro e ácido fólico, enriquecido com ferro e ácido fólico, embalagem de 1kg, validade de 360 dias.	UN	MP COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI (14357)	COAMO	0	4,0000
			LICIFRANN COMERCIO E SERVICOS LTDA (14356)	COAMO	0	4,0000
			ROSAR ALIMENTOS LTDA (14058)	Tio Macari	0	2,2000
			A.V. COMERCIO ATACADISTA EIRELI (14033)	SINHA	0	2,2200
14	Farinha de trigo tipo 1, fortificada com ferro e ácido fólico, (vitamina B9), para uso doméstico, embalagem plástica de 1kg, validade 5 meses.	UN	COMERCIAL STORINNY LTDA (12754)	ZANIN	0	2,4900
			ROSAR ALIMENTOS LTDA (14058)	Isabela	0	2,2500
			A.V. COMERCIO ATACADISTA EIRELI (14033)	AURIVERDE	0	2,2900
			COMERCIAL STORINNY LTDA (12754)	FIDALGA	0	2,4000
15	Macarrão - Massa com ovos tipo parafuso, peso líquido 500g.	UN	COMERCIAL STORINNY LTDA (12754)	DIANA	0	1,9600
			A.V. COMERCIO ATACADISTA EIRELI (14033)	DIANA	0	1,9700
			RGP LIMPEZA COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DE LIMP (14034)		0	2,1700
			A.V. COMERCIO ATACADISTA EIRELI (14033)	RESERVA	0	4,9900
16	Feijão preto, tipo 1, embalagem com 1kg, validade de 1 ano	UN	ROSAR ALIMENTOS LTDA (14058)	Santo dia	0	5,0200

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2020

Página: 5/6

Número do Registro de Preços: 5/2020 **Data do Registro:** 06/07/2020 **Válido até:** 06/07/2021

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de alimentos, produtos de higiene e limpeza para concessão de benefício eventual (cesta básica) aos usuários da Política de Assistência Social que são atendidos pela Secretaria Municipal de Ass

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIAL STORINNY LTDA (12754)	RESERVA	0	5,0500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2020

Número do Registro de Preços: 5/2020		Data do Registro: 06/07/2020		Válido até: 06/07/2021			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de alimentos, produtos de higiene e limpeza para concessão de benefício eventual (cesta básica) aos usuários da Política de Assistência Social que são atendidos pela Secretaria Municipal de Ass							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2020
PROCESSO Nº 8/2020

- (6852) - DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD
- (10124) - J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
- (12754) - COMERCIAL STORINNY LTDA
- (13668) - MAXIMA ATACADISTA EIRELI
- (14033) - A.V. COMERCIO ATACADISTA EIRELI
- (14034) - RGP LIMPEZA COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DE LIMP
- (14058) - ROSAR ALIMENTOS LTDA
- (14209) - BILLIG COMERCIO E SERVICOS EIRELI
- (14356) - LICIFRANN COMERCIO E SERVICOS LTDA
- (14357) - MP COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI
- (14358) - SANTA RITA COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA

Schroeder, 6 de Julho de 2020.

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 08/2020-FMS

Publicação Nº 2551427

Página: 1/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2020

Número do Registro de Preços: 7/2020			Data do Registro: 30/06/2020		Válido até: 30/06/2021		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de veículos novos zero quilômetro para atender a demanda da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Aquisição de um veículo para TFD (transporte de pacientes fora de domicílio) van 416 BI iURBO, para 15+1 passageiros, bancos fixos em vinil, original de fábrica, zero KM, ano 2019, modelo 2020, teto alto, direção elétrica, com porta lateral deslizante, ar condicionado digital original de fábrica com 2 compressor, vidros elétricos, alarme, keyless Star, airbag motorista e acompanhante, farol de neblina, volante com ajuste de altura e profundidade, rádio AM FM com USB, e bluetooth, freio a disco nas 4 rodas abs, volante com regulagem de altura e profundidade, Comprimento total: 5.930 mm; Distância entre eixos 3.665 mm; Altura externa 2.820mm; Combustível: Diesel; Capacidade do tanque de combustível mínima: 71 litros; Potência de pelo menos 163 cv; Cilindrada 2.200 alternador 14V 250A cc; Sistema de antibloqueio de freios (ABS), veículo balanceado, Cor Branca. Itens de série em todos os pacotes: entrada USB - C,em todas as fileiras de bancos, Bluetooth, keyless Start, tacômetro, airbag para motorista e acompanhante, vidros dianteiros elétricos, espelhos retrovisores elétricos com aquecimento, alarme,fechamento central das portas via controle remoto, faróis de neblina e luzes de circulação diurna	UN	RFP MAQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA (14414)	MERCEDES B	0	184.250,0000	1
PGL COMERCIO DE VEICULOS EIRELI (14415)							
ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA (14416)							
Mercedes Sprii							
						0	184.300,0000
						0	190.000,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2020

Número do Registro de Preços: 7/2020		Data do Registro: 30/06/2020		Válido até: 30/06/2021			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de veículos novos zero quilômetro para atender a demanda da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

2	<p>Veículo zero km, bancos fixos em vinil, original de fábrica, ano 2019, modelo 2020, teto alto, direção elétrica, com porta lateral deslizante, ar condicionado digital, vidros elétricos, airbag motorista e acompanhante, farol de neblina, volante com ajuste de altura e profundidade, rádio AM FM, USB, e bluetooth, freio a disco nas 4 rodas, volante com regulagem de altura, Comprimento total 5.930 mm; Distância entre eixos 3.665 mm; Altura externa 2.667mm; Combustível: Diesel; Capacidade do tanque de combustível mínima: 71 litros; Potência de pelo menos 163 cv; Cilindrada 2.200 cc; Sistema de antibloqueio de freios (ABS), veículo balanceado, cor Branca.</p> <p>Itens de série em todos os pacotes: entrada USB - C, Bluetooth, Keyless Start, airbag para motorista e acompanhante, volante com ajuste de altura e profundidade, vidros dianteiros elétricos, espelhos retrovisores elétricos com aquecimento, alarame, fechamento central das portas via controle remoto, faróis de neblina, luzes de circulação diurna, piso naval com ancoragem, revestimento lateral (até a metade da zona de carga), estirbo traseiro e abertura total da porta traseira, para uma ambulância de SIMPLES REMOÇÃO; DESCRIÇÃO CONFORME EM ANEXO. Equipado com todos os equip. de série não especificados e exigidos pelo CONTRAN; O painel elétrico interno, deverá possuir 2 tomadas p/ 12V (DC); As tomadas elétricas deverão manter uma dist. mín. de 31 cm de qualquer tomada de Oxigênio. A ilum. do comp. de atend. deve ser de 2 tipos: Natural e Artificial - deverá ser feita estampada em alumínio ou injetada em plástico em modelo LED. A iluminação ext. deverá contar com holofote tipo farol articulado reg. manualmente na parte traseira da carroceria, c/ acionamento independente e foco direcional ajustável 180º na vertical. Deverá possuir 1 sinalizador principal do tipo barra linear ou em formato de arco ou similar, com módulo único; 2 sinalizadores na parte traseira da AMB na cor vermelha, com freq. Min. de 90 flashes por minuto, quando acionado com lente injetada de policarbonato. Podendo utilizar um dos conceitos de Led. Sinalizador acústico c/ amplificador de pot. mínima de 100 W RMS @13.8 Vcc, min. de 3 tons distintos, sist. de megafone c/ ajuste de ganho e pressão sonora a 1 m, de no mín. 100 dB @13.8 Vcc; Sist. fixo de Oxigênio (rede integrada), contendo 1 cilindro de oxigênio de no mín. 16l. Em suporte individual, com cintas reguláveis e mecanismo confiável resistente a vibrações, trepidações e/ou capotamentos, possibilitando receber cilindros de capacidade diferentes, equipado com válvula pie-regulada p/ 3,5 a 4,0 kgf/cm2 e manômetro; Na região da bancada, deverá existir uma régua e possuir: fluxômetro, unificador p/ Oz e aspirador tipo venturi, c/ roscas padrão ABNT. Conexões IN/OUT normalizadas pela ABNT. A climatização do salão deverá permitir o resfri/aquec.. O compart. do motorista deverá ser fornecido c/ o sist. original do fabricante do chassi ou homologado pela fábrica p/ ar condicionado, ventilação, aquecedor e desembaçador. P/ o compart. paciente, deverá ser fornecido original do fabricante do chassi ou homologado pela fábrica um sist. de Ar Condicionado, c/ aquecimento e ventilação tipo exaustão lateral nos termos do item 5.12 da NBR 14.561. Sua capacidade térmica deverá ser com mín. de 26.000 BTUs e unidade condensadora de teto. Maca retrátil, com no mín. 1.900 mm de compr., com a cabeceira voltada para frente; c/ pés dobráveis; sist. escamoteável; provida de rodízios, 3 cintos de segurança fixos, que permitam perfeita segurança e desengate rápido. Acompanham: colchonete. Balaústre: Deverá ter 2 pega-mão no teto do salão de atendimento. Ambos posicionados próximos às bordas da maca, sentido traseira-frente do veículo. Confeccionado em alumínio de no mínimo 1 polegada de diâmetro, com 3 pontos de fixação no teto, instalados sobre o eixo longitudinal do comp. através de parafusos e c/ 2 sist. de suporte de soro deslizável, devendo possuir 02 ganchos cada para frascos de soro. Piso: Deverá ser resistente a tráfego pesado, revestido com material tipo vinil ou similar em cor clara, de alta resistência, lavável, impermeável, antiderrapante mesmo quando molhado.</p> <p>Armário: Armário em um só lado da vista (lado esquerdo). As portas devem ser dotadas de trinco para impedir a abertura espontânea das mesmas durante o deslocamento. Deverá possuir um armário tipo bancada para acomodação de equipamentos com batente frontal de 40 mm para apoio de instrumentos e material auxiliar, com aproximadamente 1 m de</p>	UN	PGL COMERCIO DE VEICULOS EIRELI (14415)		0	195.000,0000	1
---	--	----	---	--	---	--------------	---

Página: 3/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2020

Número do Registro de Preços: 7/2020		Data do Registro: 30/06/2020		Válido até: 30/06/2021			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de veículos novos zero quilômetro para atender a demanda da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

020 100110 para aplicação nos veículos para atendimento de serviços de emergência, sendo: 01 unidade de 0,40 m de comprimento por 0,40 m de profundidade, com uma altura de 0,70 m; Fornecedor de vinil adesivo para grafismo do veículo, composto por (cruzes) e palavra (ambulância) no capô, vidros laterais e vidros traseiros.

RFP MAQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA (14414) MERCEDEZ B 0 195.100.0000 2

Página: 4/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2020

Número do Registro de Preços: 7/2020		Data do Registro: 30/06/2020		Válido até: 30/06/2021			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de veículos novos zero quilômetro para atender a demanda da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA (14416)	Mercedes Sprii	0	197.000,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 7/2020

Página: 5/5

Número do Registro de Preços: 7/2020		Data do Registro: 30/06/2020		Válido até: 30/06/2021			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de veículos novos zero quilômetro para atender a demanda da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descrto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS N° 7/2020
PROCESSO N° 30/2020

- (14414) - RFP MAQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA
- (14415) - PGL COMERCIO DE VEICULOS EIRELI
- (14416) - ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

Schroeder, 30 de Junho de 2020.

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 74/2020-PMS TRANSFERENCIA ITEM 64 E 80

Publicação Nº 2552037

Página: 1/29

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 63/2019

Número do Registro de Preços: 63/2019		Data do Registro: 16/10/2019		Válido até: 16/10/2020			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oler.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

1	AGUA SANITÁRIA COM CLORO ATIVO - GALÃO DE 5 LITROS. Com registro No Ministério da Saúde ou ANVISA.	GL	BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	CLASSLIMP	1
2	Alcool etílico hidratado 70%, produto saneante notificado na ANVISA Nº25.351... "ou a expressão" REG.MS Nº3.XXXX.XXXX. Frasco 1 Litro.	LT	PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	CLASS LIMP	2
3	ÁLCOOL LÍQUIDO HIDRATADO (92,8° INPM) COM 01 LITRO CADA.	LT	PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	ITAJÁ	1
4			A.V. COMERCIO ATACADISTA EIRELI (14033)	SAUBA	2
5			BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	FLOPS	1
6			LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	ARAUCÁRIA	2
7			VILLA PAPÉIS LTDA. - EPP (13449)	TUPI	3
8			RGP LIMPEZA COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DE LIMP (14034)	FLOPS	4
9			CIG COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI (14266)	FLOPS	5
10			PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	ITAJÁ	6
11			A.V. COMERCIO ATACADISTA EIRELI (14033)	SAUBA	7
12	AMACIANTE DE ROUPAS, COM 2 LTS Composição: Tensioativo catiônico, ceramidas, preservante, umectante, corante, opacificante, perfume e água. Componente ativo: Cloreto de diaquil dimetil amônio.	LT	LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	BLUE	1
13			BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	SUPER SOFT	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 63/2019

Página: 2/29

Número do Registro de Preços: 63/2019 Data do Registro: 16/10/2019 Válido até: 16/10/2020

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de E

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MAXIMA ATACADISTA EIRELI (13668)	CHEIROS DO	0	3.9500	3
5	Aplicador de cera com cabo de alumínio, luva de látex lavável e resistente, base 45cm.	UN	PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	BRALIMPIA	0	54,7900	1
			LIGHT DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	PITA	0	54.8000	2
			BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	BRALIMPIA	0	59.9000	3
6	Balde plástico com capacidade para 15 litros, diversas cores.	UN	BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	FORMPLAST	0	2.8200	1
			MAXIMA ATACADISTA EIRELI (13668)	ARG PLAST	0	4.3000	2
			CIG COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI (14266)	ARGOPLAST	0	4.4800	3
7	Bloqueador solar fator mínimo FPS 30, contra raios UVA 95% e UVB, com vitamina E, frasco com quantidade mínima de 110ml. Fabricação brasileira.	UN	GOLDEN CLEAN PRODUTOS COMERCIAIS EIRELI (14267)		0	7.3000	1
			BMI PROSPER EIRELI - EPP (13454)	SUNLAU	0	13.5000	2
			A.V. COMERCIO ATACADISTA EIRELI (14033)	ALG SUN	0	13.9000	3
8	Borrifador plástico 500ml, azul, vermelho e transparente	UN	BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	BRIPLAST	0	2.6900	1
9	Caixa de Palito de fosforo com 240un de 5cm, com fosforo clorado de potássio e aglutinantes.	CX	BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	FIAT	0	2.5500	1
			A.V. COMERCIO ATACADISTA EIRELI (14033)	FIAT LUX	0	3.1000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 63/2019

Página: 3/29

Número do Registro de Preços: 63/2019 Data do Registro: 16/10/2019 Válido até: 16/10/2020						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de E						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário
			BILLIG COMERCIO E SERVICOS EIRELI (14209)	FIAT LUX	0	3.6000
10	Cera líquida incolor com polímero acrílico, emulsão de polietileno, antidesbrapante, surfactante, plastificantes, dispersantes, conservante, essência e água. GALÃO 5 LITROS	GL	BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	WORKER	0	17,9200
			PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	G. SOL	0	20,0000
			QIG COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI (14286)	QUIMBEL	0	21,1400
11	Colheres descartáveis, plástica, sobremesa medindo aproximadamente 12 cm super resistente, pacote com 50 unidades.	PCT	DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	magitus	0	2,1800
			BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	PRAFESTA	0	2,1900
			VILLA PAPEIS LTDA - EPP (13449)	STRAWPLAS TM	0	2,4300
12	COPO DESCARTAVEL DE 50 ML, PACOTE COM 100 UNIDADES, PESO MÍNIMO POR COPO DE 2,2GR, PRODUZIDO CONFORME NBR Nº. 14865/202	PCT	BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	TOTALPLAST	0	1,1100
			MAXIMA ATACADISTA EIRELI (13668)	TOTALPLAST	0	1,1900
			LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14288)	FORFEST	0	1,1900
			PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	TOTALPLAST	0	1,2000
13	Copo descartável para água em poliestireno branco, capacidade de 180 ml, pesando 2,2g cada copo, medindo aproximadamente 7cm de diâmetro da boca, 4,2cm de diâmetro do fundo e 7,5cm de altura. O copo deve trazer gravado em relevo, com caracteres visíveis e de forma indelevel, a marca do fabricante, a capacidade e o símbolo de identificação de material para reciclagem. Embalados em mangas invioláveis com 100un. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência e quantidade em conformidade com a NBR14865 e NBR 13230 da ABNT.	PCT	MAXIMA ATACADISTA EIRELI (13668)	TOTALPLAST	0	2,3000

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 63/2019

Página: 4/29

Número do Registro de Preços: 63/2019		Data do Registro: 16/10/2019		Válido até: 16/10/2020			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

14	Copo Termico/Isopor 100 ml. Pote 25 un	PCT	PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	TOTALPLAST	0	2,3900	2
			LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	FORFEST	0	2,3900	3
			RGP LIMPEZA COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DE LIMP (14034)	ECOCOPO	0	2,5400	4
			VILLA PAPÉIS LTDA. - EPP (13449)	DART	0	3,5800	1
15	Desinfetante para uso geral de eucalipto ou lavanda, concentrado, bactericida, biodegradável, com Registro no Ministério da Saúde. Galão de 5lt.	GL	LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	DART	0	3,8800	2
			MAXIMA ATACADISTA EIRELI (13668)	CHEIROS DO	0	5,2400	1
			BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	VERDESAN	0	5,2500	2
			OIG COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI (14266)	C. DO VALE	0	5,2600	3
16	DESODORIZADOR EM AEROSOL DE AMBIENTE NO MÍNIMO 360 ML, FRAGRÂNCIAS DIVERSAS, COMPOSTO ALCÓOL ETÍLICO, PROPILENOGLÍCOL, ANTIOXIDANTES, FRAGRÂNCIA E PROPOLENTE.	UN	PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	VERDESAN	0	5,6500	4
			OIG COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI (14266)	U. FRASH	0	5,8100	1
			BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	ULTRA FRESH	0	5,8200	2
			LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	ULTRA FRESH	0	5,8500	3
17			PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	ULTRA FRESH	0	5,9500	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 63/2019

Página: 5/29

Número do Registro de Preços: 63/2019 Data do Registro: 16/10/2019 Válido até: 16/10/2020

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de E

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
			A.V. COMERCIO ATACADISTA EIRELI (14033)	ULTRA FRES+	0	6,2100	5
17	Detergente líquido neutro biodegradável, para lavagem de louça, composto por matéria ativa detergente, pH entre 5,5 e 8,0. O produto deverá ser transparente, diversos perfumes, partículas insolúveis ou material precipitante e inócuo à pele. Deverá garantir a remoção de resíduos gordurosos e sujidades em geral e enxágue rápido. Embalado em frasco plástico flexível e inquebrável, provido de tampa fixada sob pressão e bico aplicador (frasco com 500 ml) Com registro No Ministério da Saúde ou ANVISA.	UN	RGP LIMPEZA COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DE LIMP (14034)	GOTA LIMPA	0	1,0900	1
			OIG COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI (14286)	SUPERCLEAN	0	1,1000	2
			LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	KLIP	0	1,1500	3
18	Disco para máquinas industriais de lavar pisos, super removedor preto 350mm. Composto por filamentos de nylon e partículas abrasivas espalhadas por todo o disco.	UN	PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	BRITISH	0	13,0000	1
			LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	BRITISH	0	13,5000	2
19	ESCOVA COM CERDAS PLASTICAS PARA LAVAR ROUPA COM NO MÍNIMO 102mmX260mm.	UN	PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	L. MANIA	0	1,8000	1
			LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	PLASTGRAN	0	2,0000	2
			BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	VERPLAST	0	2,1700	3
20	Escova para limpeza de vaso sanitário, em nylon, cabo plástico, com cerdas arredondadas e suporte (estojo) de plástico.	UN	OIG COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI (14286)	PROPRIA	0	2,6000	1
			BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	OPEN	0	2,6900	2
			MAXIMA ATACADISTA EIRELI (13668)	NINA	0	2,9500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 63/2019

Página: 6/29

Número do Registro de Preços: 63/2019 Data do Registro: 16/10/2019 Válido até: 16/10/2020						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de E						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descoto. (%)	Preço Unitário
21	ESCOVÃO COM CERCAS DE PLÁSTICO COM CABO DE MADEIRA, MEDINDO 30CMx8CM	UN	BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	VERPLAST	0	5.8900
22			PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	VERPLAST	0	7.1000
23			A.V. COMERCIO ATACADISTA EIRELI (14033)	CANADA	0	7.8000
23	Esponha de lã de aço com agente antibactericida, fibra 100% virgem, pesando 60gr e 8 unidades por pacote.	UN	BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	MEGA	0	0.9100
24			LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	TOP BRILHO	0	0.9200
24			OIG COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI (14266)	TOP BRILHO	0	0.9800
24			PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	TOP LIMP	0	1.0000
24	Esponha de limpeza, dupla face, uma face macia e outra áspera, espuma/fibra sintética, formato retangular, abrasividade alta/mínima, aplicação impeza em geral.	UN	BMI PROSPER EIRELI - EPP (13454)	ESPONFLOR	0	0.4100
25			OIG COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI (14266)	BETTANIN	0	0.4200
25			LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	BRITISH	0	0.4900
25			PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	SPON LIMPA	0	0.4900
25	Flanela extra macia. Composição: 100% algodão. Tamanho: 28 x 38 cm. Cor: Laranja.	UN	OIG COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI (14266)	ITATEX	0	0.7400
25			LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	ITATEX	0	0.8500

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 63/2019

Página: 7/29

Número do Registro de Preços: 63/2019 Data do Registro: 16/10/2019 Válido até: 16/10/2020

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de E

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descot. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MAXIMA ATACADISTA EIRELI (13668)	MARTINS	0	0,9500	3
26	Guardanapos 100% fibras naturais, tamanho 30cm X32,5cm, pacote c/ 50und.	PCT	PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	PRACTICE	0	1,0900	1
			LIGHT DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	ALCOR	0	1,1000	2
			CIG COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI (14266)	SOL	0	1,1600	3
27	Lenço de Papel, cor branca, medidas mínimas de 14,2 x 21,4cm, embalagem com 50 unidades, produzido com matéria prima 100% natural. Ideais também para limpeza de objetos delicados, como cubetas.	PCT	BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	KISS	0	2,9900	1
			COMERCIAL MULTIVILLE LTDA - EPP (11915)		0	3,6400	2
			LIGHT DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	KISS	0	3,8900	3
28	LIMPA VIDROS COM NO MÍNIMO 500 ML, EM EMBALAGEM COM GATILHO.	UN	CIG COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI (14266)	SUPER BOA	0	2,8200	1
			A.V. COMERCIO ATACADISTA EIRELI (14033)	SALUBA	0	2,8300	2
			BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	PRATIK	0	3,8400	3
29	LIMPADOR / DESENGRAXANTE DE MÚLTIPLAS FUNÇÕES (para remoção de óleos, graxas impregnadas e sujeiras diversas de piso, vidros, mármores, banheiros, máquinas, formicas, metais, estofados e carpetes) diluição máxima de 10% em água. Galão com 5 litros.	GL	CIG COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI (14266)	QUIMIBEL	0	14,5300	1
			PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	VERDESAN	0	18,0000	2
			LIGHT DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	BELLPLUS	0	28,5000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 8/29

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 63/2019

Número do Registro de Preços: 63/2019		Data do Registro: 16/10/2019		Válido até: 16/10/2020			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
30	Limpador de tapetes e carpetes, sem enxague, com tampa dosadora, frasco com 500ml	FR	CIG COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI (14266)	WORKER	0	2,3300	1
			BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	PRATIK	0	2,9500	2
			LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	SUPERPLUS	0	3,9800	3
31	LIMPADOR MULTI-USO C/ 500ML. VARIAS FRAGANCIAS. COMPOSIÇÃO: Tensioativo catiônico, ceramidas, preservante, umectante, corante, opacificante, perfume e água. Componente ativo: Cloreto de diálcool dimetil amônio.	FR	CIG COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI (14266)	WORKER	0	1,4900	1
			PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	POLWAX	0	1,5000	2
			A.V. COMERCIO ATACADISTA EIRELI (14033)	SAUBA	0	1,5800	3
			BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	WORKER	0	1,6000	4
32	Lixeira de 20lt, em formato redondo, confeccionada polietileno rotomoldado, liso interno e externamente, com tampa basculante, na cor branca.	UN	PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	PLASVALE	0	35,0000	1
			BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	BRALIMPIA	0	40,0000	2
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	arqplast	0	45,0000	3
33	Lixeira de 50lt, em formato redondo, confeccionada polietileno rotomoldado, liso interno e externamente, com tampa basculante, na cor branca.	UN	RGP LIMPEZA COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DE LIMP (14034)	LAR	0	39,5400	1
			PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	CAJOVIL	0	44,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 63/2019

Página: 9/29

Número do Registro de Preços: 63/2019 Data do Registro: 16/10/2019 Válido até: 16/10/2020

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de E

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	beloch	0	86,5000	3
34	Lixeira plástica vazada capacidade mínima 9 litros. Cores diversas.	UN	BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	FORMPLAST	0	1,4800	1
			BILLIG COMERCIO E SERVICOS EIRELI (14209)	AROPLAST	0	2,1000	2
			QIG COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI (14266)	AROPLAST	0	2,1100	3
35	LUSTRA MOVEIS CREMOSO, FRAGRÂNCIA DE JASMIM, QUE PROJETA DE MANCHAS DE ÁGUA - FRASCO COM 200ML	UN	BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	WORKER	0	1,6000	1
			A.V. COMERCIO ATACADISTA EIRELI (14033)	WORKER	0	1,6800	2
			PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	WORKER	0	1,8000	3
36	LUVAS DE LÁTEX DESCARTÁVEIS,TAMANHOS P - M - G - CAIXA COM 100 PARES	CX	PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	DESCARPAC	0	14,2500	1
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	descapack	0	14,2900	2
			A.V. COMERCIO ATACADISTA EIRELI (14033)	DESCARPAC	0	15,7000	3
			LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	NOBRE	0	15,9000	4
			QIG COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI (14266)	TALGE	0	16,2000	5
37	LUVAS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA FORRADA INTERNAMENTE AVELUDADA, ANTIDERRAPANTE, ELABORADA COM LÁTEX DE BORRACHA NATURAL, TAM. G (PAR)	PAR	PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	VOLK	0	1,6000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 63/2019

Página: 10/29

Número do Registro de Preços: 63/2019		Data do Registro: 16/10/2019		Válido até: 16/10/2020			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			A.V. COMERCIO ATACADISTA EIRELI (14033)	VOLK	0	1,6400	2
			BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	VOLK	0	1,6700	3
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	Ialan	0	1,7000	4
			RGF LIMPEZA COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DE LIMP (14034)	VOLK	0	1,7500	5
			BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	VOLK	0	1,5900	1
38	LUVAS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA FORRADA, INTERNAMENTE AVELUDADA, ANTIDERRAPANTE, ELABORADA COM LATEX DE BORRACHA NATURAL, TAM. M (PAR)	PAR		VOLK	0	1,6000	2
			PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	VOLK	0	1,6400	3
			A.V. COMERCIO ATACADISTA EIRELI (14033)	Ialan	0	1,7000	4
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	VOLK	0	1,7500	5
			RGF LIMPEZA COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DE LIMP (14034)	VOLK	0	1,5000	1
			PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	VOLK	0	1,6400	2
39	LUVAS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA FORRADA, INTERNAMENTE AVELUDADA, ANTIDERRAPANTE, ELABORADA COM LATEX DE BORRACHA NATURAL, TAM. P (PAR)	PAR		VOLK	0	1,6700	3
			A.V. COMERCIO ATACADISTA EIRELI (14033)	VOLK	0	1,6400	2
			BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	VOLK	0	1,6700	3
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	Ialan	0	1,7000	4
			RGF LIMPEZA COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DE LIMP (14034)	VOLK	0	1,7500	5
			PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	VOLK	0	1,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 11/29

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 63/2019

Número do Registro de Preços: 63/2019 Data do Registro: 16/10/2019 Válido até: 16/10/2020

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de E

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RGF LIMPEZA COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DE LIMP (14034)	VOLK	0	1,7500	5
40	MULTI-INSETICIDA AEROSOL - FRASCO C/ NO MÍNIMO 300ML	UN	BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	INSECT FREE	0	5,4700	1
			PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	ULTRA INSET	0	5,8000	2
			QIG COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI (14266)	U. INSET	0	5,8300	3
			A.V. COMERCIO ATACADISTA EIRELI (14033)	ULTRA INSET	0	5,9400	4
			LIGHT DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	ULTRA INSET	0	5,9800	5
41	PÁ DE LIXO DE PLÁSTICO, 20CMX30CM=	UN	BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	VERPLAST	0	1,2200	1
			QIG COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI (14266)	VERPLAST	0	1,4500	2
			BILLIG COMERCIO E SERVICOS EIRELI (14209)	AROPLAST	0	1,5000	3
			PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	VERPLAST	0	1,5000	4
42	PANO CRU PARA TIRAR PÓ NA COR BRANCA, MEDINDO 40CMX20CM	UN	QIG COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI (14266)	ITATEX	0	0,8000	1
			BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	MARTINS PAN	0	0,9300	2
			BMI PROSPER EIRELI - EPP (13454)	MARTINS	0	1,0800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 63/2019

Página: 12/29

Número do Registro de Preços: 63/2019 Data do Registro: 16/10/2019 Válido até: 16/10/2020

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de E

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
43	PANO DE CHÃO ALVEJADO COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 0,60 X 0,80 CM	UN	DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	brumila	0	3,0900	1
			BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	MARTINS PAN	0	3,1000	2
			LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	MARTINS	0	3,3900	3
44	PANO DE CHÃO CRU COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 0,60 X 0,80 CM	UN	DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	brumila	0	2,7400	1
			OIG COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI (14266)	ITATEX	0	2,7500	2
			MAXIMA ATACADISTA EIRELI (13668)	MARTINS	0	2,7800	3
			RGP LIMPEZA COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DE LIMP (14034)	SHI	0	3,0100	4
			COMERCIAL MULTVILLE LTDA - EPP (11915)		0	3,0800	5
45	PANO DE PRATO GRANDE, NAS MEDIDAS MÍNIMAS DE 40 X 62 CM	UN	BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	MARTINS PAN	0	1,2400	1
			OIG COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI (14266)	DANTEX	0	1,2600	2
			RIO FLEX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO (14272)	TECELAGEM	0	1,7400	3
			BMI PROSPER EIRELI - EPP (13454)	MARTINS	0	1,7400	4
46	PAPEL HIGIÊNICO ESPECIAL, BRANCO, FOLHA DUPLA, NEUTRO COM NO MÍNIMO 30 M - FARDOS COM 64 ROLOS.	FD	PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	QUALITÉ	0	50,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 13/29

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 63/2019

Número do Registro de Preços: 63/2019 Data do Registro: 16/10/2019 Válido até: 16/10/2020

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de E

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIAL MULTVILLE LTDA - EPP (11915)		0	56,7000	2
			VILLA PAPÉIS LTDA - EPP (13449)	DELICATE PR	0	57,6000	3
47	PAPEL HIGIENICO ROLÃO BRANCO SIMPLES COM 500 METROS - PACOTE C/ 08 ROLOS	PCT	PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	BRIQARAGU	0	31,8900	1
			LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	PARANÁ	0	31,9000	2
			BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	BARRA	0	35,3100	3
48	PAPEL TOALHA FOLHA SIMPLES 100% CELULOSE VIRGEM, medidas mínimas 19 cm X 20 cm com 2 dobras, pacote com mínimo 1000 folhas.	PCT	PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	BRIQARAGU	0	6,4900	1
			LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	PARANÁ	0	6,5000	2
			RIO FLEX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO (14272)	FLOR DE LIS	0	6,9700	3
			CIG COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI (14266)	SIGPAPER	0	7,0800	4
49	PAPEL TOALHA FOLHA SIMPLES 100% CELULOSE VIRGEM, PARA TOALHEIRO, FOLHAS COM NO MÍNIMO 19 CM X 21 CM - CAIXA COM NO MÍNIMO 4.800 FOLHAS.	CX	CIG COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI (14266)	SIGPAPER	0	31,8900	1
			LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	PARANÁ	0	31,9000	2
			RIO FLEX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO (14272)	FLOR DE LIS	0	33,4900	3
50	PAPEL TOALHA FOLHAS DUPLAS SUPER ABSORVENTE PARA COZINHA, BOBINAS COM NO MÍNIMO 60 FOLHAS PICOTADAS, EMBALAGEM COM 2 BOBINAS.	PCT	BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	SORELLA	0	2,6300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 63/2019

Página: 14/29

Número do Registro de Preços: 63/2019 Data do Registro: 16/10/2019 Válido até: 16/10/2020

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretária de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretária de Educação e Cultura, Secretária de E

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIAL MULTVILLE LTDA - EPP (11915)		0	2,6600	2
			A.V. COMERCIO ATACADISTA EIRELI (14033)	SORELA	0	2,9700	3
51	PEDRA SANITÁRIA PERFUMADA COM NO MÍNIMO 25 G COM HASTE - AROMAS DIVERSOS	UN	QIG COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI (14266)	PERFECT	0	0,6300	1
			BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	SANY	0	0,6400	2
			LIGHT DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	DESORAL	0	0,7000	3
			RGP LIMPEZA COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DE LIMP (14034)	PERFECT	0	0,7300	4
52	Pratos de papelão Nº 4 medida 20 cm de diâmetro, pacote com 100 unidades.	PCT	BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	FRITZKE	0	9,0300	1
			BILLIG COMERCIO E SERVICOS EIRELI (14209)	FRITZKE	0	9,5000	2
			RGP LIMPEZA COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DE LIMP (14034)	INDEPAL	0	10,3900	3
53	Prendedor de roupas de madeira. Pacote com 12un.	PCT	VILLA PAPÉIS LTDA - EPP (13449)	BOMPACK	0	1,1800	1
			A.V. COMERCIO ATACADISTA EIRELI (14033)	GABOARDI	0	1,1900	2
			MAXIMA ATACADISTA EIRELI (13668)	BOLTH	0	1,3000	3
54	Protetor Solar facial FPS 60, para todos os tipos de pele. Formula Oil Free. Embalagem 50 ml.	UN	GOLDEN CLEAN PRODUTOS COMERCIAIS EIRELI (14267)		0	9,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 63/2019

Página: 15/29

Número do Registro de Preços: 63/2019		Data do Registro: 16/10/2019		Válido até: 16/10/2020			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

55	Refil para aplicador de cera 45cm, confeccionado em tecido acrílico ultra absorvente - 100% microfibras.	UN	PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	BRALIMPIA	0	23,0000	1
56	Removedor de cera e de impermeabilizante, com princípio ativo butil glicol. Frasco 5lit	GL	LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	CLARALUX	0	24,9000	1
57	Repelente contra insetos para uso de crianças acima de 6 meses de idade, testado Dermatologicamente, frasco com mínimo 100ml.	UN	GOLDEN CLEAN PRODUTOS COMERCIAIS EIRELI (14267)	BARUEL	0	8,9000	1
58	Repelente contra insetos para uso de crianças acima de 2 anos de idade, testado Dermatologicamente, frasco com mínimo 100ml.	UN	GOLDEN CLEAN PRODUTOS COMERCIAIS EIRELI (14267)	BARUEL	0	8,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 63/2019

Página: 16/29

Número do Registro de Preços: 63/2019		Data do Registro: 16/10/2019		Válido até: 16/10/2020			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

59	RODO REFORÇADO todo em Alumínio com 60 CM, COM BORRACHA. CABO MEDINDO 1,40 M.	UN	RGP LIMPEZA COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DE LIMP (14034)	KUBA	0	13.9000	1
			LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	ODIM	0	19.8000	2
			PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	VERPLAST	0	25.0000	3
60	Sabão em pasta biodegradavel, com 500gr. Composição: ácidos graxos, hidróxido de potássio, sal sódico do edna, corante, fragância e água.	UN	QIG COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI (14266)	SANY	0	3.4900	1
			PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	ZAVASKI	0	3.5000	2
			LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	CRISTAL	0	3.5900	3
61	SABÃO EM PEDRA GLICERINADO, PACOTE COM 200 G - 5 UNIDADES POR EMBALAGEM.	UN	BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	ZAVASKI	0	3.8300	1
			LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	BARRA NOVA	0	3.9800	2
			QIG COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI (14266)	BARRA NOVA	0	4.7200	3
62	SABÃO EM PÓ DE 1ª QUALIDADE. PACOTE 5KG. Composição: Alquil benzeno sulfonato de sódio, linear, bentonita sódica, carbonato de sódio, tripolifosfato de sódio, sulfato de sódio, silicato de sódio, 4,4 Bis (2 sulfatoetil bifenil dissódico), pigmento azul 15, enzimas, CMC, perfume e água. Contém: Tensioativo biodegradável.	PCT	PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	ARCO FLASH	0	15.0000	1
63	Sabão líquido lava roupas remoção de manchas, maior rendimento, diluição instantânea sem deixar resíduos, branco incrível, perfume e naidez. Composição mínima: tensioativo não iônico, estabilizantes, branqueador óptico, aditivo, corante, coadjuvantes, conservante, fragância, queratino e água. Embalagem 5 litros. Com registro No Ministério da Saúde ou ANVISA.	GL	LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	HIPERPLUS	0	8.9500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 63/2019

Página: 17/29

Número do Registro de Preços: 63/2019 Data do Registro: 16/10/2019 Válido até: 16/10/2020

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de E

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
64	SABONETE LIQUIDO CONCENTRADO PEROLADO, CREMOSO,VARIAS FRAGANCIAS PARA HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS, GALÃO 05 LITROS.Com registro No Ministério da Saude ou ANVISA.	GL	CIG COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI (14266)	QUIMBEL	0	10,8000	2
			BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	PRATIK	0	11,1400	3
			PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	NATUME	0	10,8500	1
			BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	PRATIK	0	10,8900	2
65	SACO PLASTICO BRANCO DE LIXO, 20 LITROS (38X52X0,04) C/ EMBLEMA INFECTANTE, C/ 100 UND.	PCT	MAXIMA ATACADISTA EIRELI (13668)	NATSUME	0	11,5000	3
			LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	AUDAX	0	11,5000	4
			RGP LIMPEZA COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DE LIMP (14034)	NATSUME	0	11,7200	5
			LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	VALPLASTIC	0	6,4900	1
66	SACO PLASTICO BRANCO DE LIXO, 50 LITROS (62X75X0,04) C/ EMBLEMA INFECTANTE, C/ 100 UND.	PCT	PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	NEKPLAST	0	8,5000	2
			BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	TALGE	0	9,1600	3
			LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	VALPLASTIC	0	13,2500	1
			CIG COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI (14266)	PROPRIA	0	19,0300	2
67	SACO PLASTICO BRANCO DE LIXO, 50 LITROS (62X75X0,04) C/ EMBLEMA INFECTANTE, C/ 100 UND.	PCT	MAXIMA ATACADISTA EIRELI (13668)	VALPLASTIC	0	21,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 63/2019

Página: 18/29

Número do Registro de Preços: 63/2019 Data do Registro: 16/10/2019 Válido até: 16/10/2020

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de E

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
67	SACO PLÁSTICO PRETO DE LIXO, 100 LITROS (73X87X0,07) 7 MICRAS ESPESSURA, C/ 100 UND.	PCT	BMI PROSPER EIRELI - EPP (13454)	BMI	0	17,5000	1
			GIG COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI (14266)	PROPRIA	0	17,5900	2
			LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	VALPLASTIC	0	22,2900	3
68	SACO PLÁSTICO PRETO DE LIXO, 30 LITROS (39X52X0,04) C/ 100 UND.	PCT	LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	VALPLASTIC	0	4,2900	1
			PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	NAVEPLAST	0	5,1500	2
			VILLA PAPÉIS LTDA - EPP (13449)	GERAPLAST	0	5,6200	3
69	SACO PLÁSTICO PRETO DE LIXO, 50 LITROS (62X75X0,07) C/ 100 UND.	PCT	LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	VALPLASTIC	0	10,4800	1
			MAXIMA ATACADISTA EIRELI (13668)	IDEAL	0	12,8000	2
			BMI PROSPER EIRELI - EPP (13454)	BMI	0	13,3300	3
70	SACO PLÁSTICO PRETO DE LIXO, 60 LITROS (62X75X0,07) C/ 100 UND.	PCT	LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	VALPLASTIC	0	10,9000	1
			MAXIMA ATACADISTA EIRELI (13668)	IDEAL	0	12,8000	2
			BMI PROSPER EIRELI - EPP (13454)	BMI	0	13,3300	3
71	SAPONACEO LÍQUIDO CREMOSO - FRASCO 200 ML	UN	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS EIRELI (13184)	WORKER	0	1,5900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 63/2019

Página: 19/29

Número do Registro de Preços: 63/2019 Data do Registro: 16/10/2019 Válido até: 16/10/2020

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretária de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretária de Educação e Cultura, Secretária de E

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
			OIG COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI (14266)	PERFECT	0	1.6100	2
			LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	PERFECT	0	1.8500	3
72	Suporte (dispenser) para Papel Higiênico Rolão 500 m. Dimensão do Produto (Altura x Largura x Profundidade): 28,5 x 27,5 x 13,5 cm. Peso do Produto com Embalagem: 551g. Peças para fixação. Branco em polipropileno.	UN	PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	BELL PLUS	0	16.4900	1
			LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	BELLPLUS	0	16.5000	2
			OIG COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI (14266)	PREMISSE	0	17.5500	3
73	Suporte em acrílico para copos descartáveis de 180 ml	UN	BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	PREMISSE	0	12.7900	1
			PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	TRILHA	0	15.0000	2
			LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	BELLPLUS	0	18.9000	3
74	Suporte para pano multiuso de 300mt em chapa metálica. Largura 40cm, profundidade 40cm; superfície para fixação de 21cm.	UN	BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	BOMPACK	0	34.4400	1
			PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	BOMPACK	0	36.0000	2
			MAXIMA ATACADISTA EIRELI (13668)	BOMPACK	0	39.0000	3
75	VASSOURA COM CERDAS PIACAVA SINTETICA PLUMADA COM CABO DE MADEIRA.	UN	BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	DALCIN	0	4.0000	1
			RGP LIMPEZA COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DE LIMP (14034)	PEROVINHA	0	4.4700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 20/29

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 63/2019

Número do Registro de Preços: 63/2019 Data do Registro: 16/10/2019 Válido até: 16/10/2020

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de E

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	VERPLAST	0	4.5000	3
76	VASSOURA DE PALHA DE COR UNIFORME CARACTERISTICA, REFORÇADA 5 FIOS COM CABO DE MADEIRA SEM REVESTIMENTO	UN	BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	COLONIAL	0	10,9900	1
			PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	COLONIAL	0	11,0000	2
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	bruximinha	0	11,1000	3
			SUELEN DAIANE KANIS (14270)		0	11,1800	4
77	Rodo de mão 14 cm. Composição: plástico, dimensões: 18 x 14 x 2 cm.	UN	BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	DALCIN	0	3,5200	1
			LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	PLASVALE	0	4,8500	2
78	Lixeira com pedal fabricada em polipropileno 24 litros cor branca. Formato redondo.	UN	LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	JSN	0	39,8500	1
			COMERCIAL MULTVILLE LTDA - EPP (11915)		0	48,1600	2
			PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	PLASVALE	0	49,0000	3
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	plasvale	0	49,0000	4
79	Refil p/ rodo profissional medindo 10 mm de largura X 350 mm de altura X 600 mm de comprimento, encaixado em guia de alumínio. Material EVA	UN	BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	PERFECT	0	24,9600	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 63/2019

Página: 21/29

Número do Registro de Preços: 63/2019 Data do Registro: 16/10/2019 Válido até: 16/10/2020

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de E

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
80	SABONETE LÍQUIDO ANTISSEPTICO/BACTERICIDA PARA MÃOS, INODORO, GALÃO DE 5 LITROS. Recomendado para higienização das mãos. Com Ph Neutro. Eliminação de 99,99% das bactérias. Tem aplicação em cozinhas industriais, indústrias alimentícias, laboratórios, hospitais, etc.	UN	MAXIMA ATACADISTA EIRELI (13668)	VERDESAN	0	22,1000	1
81	ÁLCOOL EM GEL, 70%, PARA ANTISSEPSE DAS MÃOS, GALÃO DE 5 LITROS. Recomendado para profissionais das áreas de saúde e alimentos. Elimina 99,99% dos germes e bactérias. Com álcool 70%. Aprovado pela ANVISA. Propriedades físico-químicas: pH 100%: 6,8 - 7,0. Solubilidade na água: 100%. Diluição: pronto para usar. Sem diluir.	UN	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS EIRELI (13184)	FLOP'S	0	21,4400	1
83	HIPOCLORITO DE SÓDIO A 2,5%. Para higienização de alimentos. Embalagem com 5 litros.	UN	MAXIMA ATACADISTA EIRELI (13668)	CHEIROS DO	0	5,4500	1
84	SABONETEIRA/FRASCO MULTIUSO, de 450 a 500ml, para sabonete líquido. Plástico resistente, com válvula dosadora (tipo "pump").	UN	VILLA PAPÉIS LTDA. - EPP (13449)	NOBRE	0	2,8500	1
85	LIXEIRA 13,5L, COR BRANCA. REDONDA OU RETANGULAR, COM PEDAL. Tampa e corpo em plástico rígido. Pedal com haste rígida. Capacidade: 13,5 litros.	UN	PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	JAGUAR	0	19,9900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 63/2019

Página: 22/29

Número do Registro de Preços: 63/2019		Data do Registro: 16/10/2019		Válido até: 16/10/2020			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de E					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	JAGUAR	0	22,9000	2
			COMERCIAL MULTVILLE LTDA - EPP (11915)		0	33,6000	3
86	LIXEIRA 50L, COR BRANCA, RETANGULAR, COM PEDAL. Tampa e corpo em plástico rígido. Pedal com haste rígida. Capacidade: 50 litros.	UN	BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	POLWAX	0	67,9700	1
			BMI PROSPER EIRELI - EPP (13454)	AROPLAST	0	73,5000	2
			MAXIMA ATACADISTA EIRELI (13668)	PLASÚTIL	0	79,0000	3
87	BOBINA PLÁSTICA PICOTADA 1 KG. Utilizada para alimentos. Capacidade para 1 kg. Saco plástico de alta densidade, tamanho 20x30cm. Rolo com 1000 unid.	RL	DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	gioca	0	9,9000	1
88	BOBINA PLÁSTICA PICOTADA 5 KG. Utilizada para alimentos. Capacidade para 5 kg. Saco plástico de alta densidade, tamanho 35x45cm. Rolo com 1000 unid.	UN	DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	gioca	0	23,0000	1
89	BOBINA PLÁSTICA PICOTADA 15 KG. Utilizada para alimentos. Capacidade para 15 kg. Saco plástico de alta densidade, tamanho 40x60cm. Rolo com 1000 unid	UN	BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	MEGA	0	47,3600	1
			LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	VALPLASTIC	0	54,9500	2
			PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	LUMAR	0	60,0000	3
90	ROLO FILME DE PVC para alimentos. Medidas mínimas (LxC): 28 cm x 30 metros.	UN	BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	BOMPACK	0	2,7700	1
			LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	VABENE	0	2,9800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 63/2019

Página: 23/29

Número do Registro de Preços: 63/2019 Data do Registro: 16/10/2019 Válido até: 16/10/2020

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de E

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	LIFE CLEAN	0	3.6500	3
91	PANO MULTIUso, VERDE OU AZUL, BOBINA PICOTADA, COM 300 METROS. Bobina de pano multiuso descartável em fibra de rayon, aglutinadas com resina sintética, resistente, absorvente, com ação antibacteriana. Composto por 70% de viscose e 30% de Poliéster. Medidas mínimas: 300 metros x 30 cm (cada pano com tamanho mínimo de 30x50cm). Cores: verde ou azul.	UN	PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	LIFE CLEAN	0	73.4900	1
			LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	LIFE CLEAN	0	73.5000	2
			OIG COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI (14266)	NOBRE	0	81.9000	3
92	Refil para dispenser de sabonete líquido ou álcool em gel, com capacidade de 800 ml.	UN	LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	BELLPLUS	0	4.5000	1
			OIG COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI (14266)	PREMISSE	0	4.7200	2
			A.V. COMERCIO ATACADISTA EIRELI (14033)	BELLPLUS	0	5.1300	3
93	Lixeira plástica com pedal aço galvanizado. Capacidade mínima 20 litros e máxima 30 litros, na cor branca, formato redondo.	UN	PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	BELOSH	0	75.0000	1
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	beloch	0	78.0000	2
			MAXIMA ATACADISTA EIRELI (13668)	BELLOSCH	0	83.9900	3
94	Lixeira plástica com pedal. Capacidade mínima 100 litros, na cor branca.	UN	BMI PROSPER EIRELI - EPP (13454)	AROPLAST	0	113.9900	1
			PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	PERFECT	0	114.0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 63/2019

Página: 24/29

Número do Registro de Preços: 63/2019 Data do Registro: 16/10/2019 Válido até: 16/10/2020

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretária de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretária de Educação e Cultura, Secretária de E

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descoto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RGP LIMPEZA COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DE LIMP (14034)	PERFECT	0	122.9800	3
95	Refil para mop confeccionado com fios cortados sem sistema de looping, parte superior em tecido lavável. Fechamento com laços. Dimensão de 60 cm x 12 cm.	UN	PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	PERFECT	0	15.0000	1
			LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	PITA	0	17.8200	2
			OIG COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI (14266)	BRALIMPIA	0	20.2200	3
96	Refil para mop confeccionado com fios cortados sem sistema de looping, parte superior em tecido lavável. Fechamento com laços. Dimensão de 45 cm x 12 cm.	UN	OIG COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI (14266)	BRALIMPIA	0	13.8900	1
			LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	BRALIMPIA	0	13.9000	2
			RGP LIMPEZA COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DE LIMP (14034)	NOBRE	0	17.5300	3
97	Reservatório para Dispenser de sabonete líquido ou álcool em gel, com capacidade mínima de 800 ml.	UN	PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	BELL PLUS	0	4.0000	1
			VILLA PAPÉIS LTDA. - EPP (13449)	BELL PLUS	0	4.4200	2
			MAXIMA ATACADISTA EIRELI (13668)	BELL PLUS	0	4.5000	3
98	Filtro de papel para coador de café, nº 103 – mínimo 30 unidades na caixa.	CX	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS EIRELI (13184)	BRIGITA	0	2.5400	1
			PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	TRES CORAÇ	0	2.5500	2
			A.V. COMERCIO ATACADISTA EIRELI (14033)	BRIGITA	0	2.5600	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 63/2019

Página: 25/29

Número do Registro de Preços: 63/2019			Data do Registro: 16/10/2019		Válido até: 16/10/2020		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
99	Dispensador de papel toalha em PVC, na cor branca, dimensões aproximadas: 250 x 305 x 130 mm. (Com parafusos inclusos para instalar na parede)	UN	CIG COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI (14266)	BRIGITTE	0	2,6800	4
			CIG COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI (14266)	PREMISSE	0	15,8900	1
			PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	BELLPLUS	0	15,9000	2
			LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	BELLPLUS	0	16,5000	3
			A.V. COMERCIO ATACADISTA EIRELI (14033)	BELLPLUS	0	17,9000	4
100	HIPOCLORITO DE SÓDIO A 1 %. Embalagem com 5 litros.	GL	CIG COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI (14266)	QUIMBEL	0	6,7300	1
			COMERCIAL MULTVILLE LTDA - EPP (11915)		0	8,4000	2
			LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	DA CASA	0	8,9000	3
101	Bandeja Plástica, cor branca. Medidas aproximadas: 30 cm (C) x 20 cm (L) x 6 cm (A). Volume: 2,2 Litros.	UN	MAXIMA ATACADISTA EIRELI (13668)	PLASC	0	8,5000	1
			CIG COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI (14266)	NACIONAL	0	30,0000	2
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	jprolab	0	38,0000	3
102	Escova de plástico com cerdas em nylon. Com cerdas macias é ideal para limpezas delicadas. Dimensões: 4,5cm x 9,5cm x 2,5cm.	UN	VILLA PAPEÍS LTDA. - EPP (13449)	BOMPACK	0	1,6800	1
			PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	L. MANIA	0	1,8000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 63/2019

Página: 26/29

Número do Registro de Preços: 63/2019 Data do Registro: 16/10/2019 Válido até: 16/10/2020

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretária de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretária de Educação e Cultura, Secretária de E

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
103	Escova com cerdas de aço com cabo plástico. Medidas aproximadas: escova 4 cm x 2 cm. Cabo 18 cm.	UN	PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	M.N	0	34,9000	1
			MAXIMA ATACADISTA EIRELI (13668)	TUDO FER	0	34,9800	2
			LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	VONDER	0	37,9000	3
104	Avental impermeável em PVC, com tiras em PVC para amarrar na cintura. Cor branca. Medidas aproximadas: 1,28 cm altura x 67 cm de largura.	UN	MAXIMA ATACADISTA EIRELI (13668)	EQUIPROIND	0	16,9800	1
			BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	BOMPACK	0	16,9900	2
			LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	PVC	0	34,9500	3
105	Gatilho pulverizador, bocal da válvula 28mm, rosca sem lacre com 3 voltas. Material plástico.	UN	MAXIMA ATACADISTA EIRELI (13668)	PLASC	0	10,0000	1
			PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	SAUBA	0	10,5000	2
106	RODO REFORÇADO todo em Alumínio com 100 CM. COM BORRACHA. CABO MEDINDO 1,40 M.	UN	RGP LIMPEZA COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DE LIMP (14034)	SANCHES	0	40,9700	1
			PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	CANADA	0	40,9800	2
			CIG COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI (14266)	CANADA	0	41,9800	3
			BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	DALCIN	0	42,2400	4
107	Rodo mágico, nas dimensões 137,5 x 275,5, x 8cm, rodo catraca (sistema de auto torção), modelo parafusado, acompanha refil - esponja em PVA.Com cabo de alumínio.	UN	BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	SIMPLUS	0	20,4800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 27/29

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 63/2019

Número do Registro de Preços: 63/2019		Data do Registro: 16/10/2019		Válido até: 16/10/2020			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de E							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MAXIMA ATACADISTA EIRELI (13668)	BOMPACK	0	21,9000	2
			PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	S. RODO	0	32,5000	3
108	Refil para rodo mágico, aproximadamente 28 cm, esponja em PVA, modelo parafusado.	UN	BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI (13184)	SIMPLUS	0	7,5600	1
			MAXIMA ATACADISTA EIRELI (13668)	BOMPACK	0	8,0000	2
			PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	S. RODO	0	10,9000	3
109	Caixa organizadora grande e baixa com tampa multiuso, possui travas nas laterais coloridas, confeccionada em plástico super resistente transparente. Dimensões: Largura 38,5cm; Comprimento: 56,4cm e Altura: 20,1cm	UN	MAXIMA ATACADISTA EIRELI (13668)	PLASC	0	58,8000	1
			LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	BETTANIM	0	88,0000	2
			PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	PLASVALE	0	90,0000	3
110	Caixa organizadora média alta com tampa multiuso, possui travas nas laterais coloridas, confeccionada em plástico super resistente transparente. Dimensões: Comprimento: 40 cm; Altura: 36 cm e Largura: 27 cm	UN	MAXIMA ATACADISTA EIRELI (13668)	PLASC	0	58,8000	1
			LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI (14268)	BETTANIM	0	78,0000	2
			PAULO ROBERTO DOS SANTOS (14271)	PLASVALE	0	90,0000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 63/2019

Página: 28/29

Número do Registro de Preços: 63/2019 Data do Registro: 16/10/2019 Válido até: 16/10/2020

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de E

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

111 Espeto para papel com base em metal (espeto para senhas)

UN MAXIMA ATACADISTA EIRELI (13668)

CARBRINK

0

8,5000

1

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 63/2019

Número do Registro de Preços: 63/2019		Data do Registro: 16/10/2019		Válido até: 16/10/2020			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação e Cultura, Secretária de E					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2019
PROCESSO Nº 120/2019

- (6852) - DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD
- (11915) - COMERCIAL MULTVILLE LTDA - EPP
- (13184) - BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS EIRELI
- (13449) - VILLA PAPÉIS LTDA - EPP
- (13454) - BMI PROSPER EIRELI - EPP
- (13668) - MAXIMA ATACADISTA EIRELI
- (14033) - A.V. COMERCIO ATACADISTA EIRELI
- (14034) - RGP LIMPEZA COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DE LIMP
- (14209) - BILLIG COMERCIO E SERVICOS EIRELI
- (14266) - CIG COMERCIO DE EMBALAGENS - EIRELI
- (14267) - GOLDEN CLEAN PRODUTOS COMERCIAIS EIRELI
- (14268) - LIGTH DISTRIBUIDORA EIRELI
- (14270) - SUELEN DAIANE KANIS
- (14271) - PAULO ROBERTO DOS SANTOS
- (14272) - RIO FLEX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO

Schroeder, 16 de Outubro de 2019.

DECRETO Nº 5.176/2020, DE 19 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2552775

DECRETO Nº 5.176/2020, DE 19 DE JUNHO DE 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.448/2019 de 18 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

04.05 - SETOR DE SAÚDE

04.05.10.301.0013.2.055 - Ações Estratégicas da Saúde da Família
3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0213 - Auxílio-Alimentação R\$ 42.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

04.05 - SETOR DE SAÚDE

04.05.10.301.0013.2.055 - Ações Estratégicas da Saúde da Família
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0213 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 42.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 19 de Junho de 2020.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

FERNANDO RODRIGO DA ROSA

Resp.Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 5.180/2020, DE 2 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2552777

DECRETO Nº 5.180/2020, DE 2 DE JULHO DE 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.448/2019 de 18 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 18.258,00 (dezoito mil duzentos e cinquenta e oito reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

09.02.08.244.0015.2.065 - Proteção Social Especial de Média Complexidade (CREAS)		
3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.03.0232 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$	4.590,00
3.3.90.47.00.00.00.00 - 00.03.0232 - Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$	918,00
09.02.08.244.0015.2.066 - Proteção Social Básica (CRAS)		
3.3.90.40.00.00.00.00 - 00.03.0043 - Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.	R\$	12.750,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 2 de Julho de 2020.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

FERNANDO RODRIGO DA ROSA
Resp.Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 5.181/2020, DE 2 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2552778

DECRETO Nº 5.181/2020, DE 2 DE JULHO DE 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.448/2019 de 18 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 9.422,86 (nove mil quatrocentos e vinte e dois reais e oitenta e seis centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

04.04 - ASSESSORIA DE SAÚDE

04.04.10.301.0013.2.050 - Manutenção das Ações de Atenção Básica de Saúde

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.03.0033 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 9.422,86

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 2 de Julho de 2020.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

FERNANDO RODRIGO DA ROSA
Resp.Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 5.182/2020, DE 3 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2552779

DECRETO Nº 5.182/2020, DE 3 DE JULHO DE 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.481/2020 de 2 de julho de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 109.700,00 (cento e nove mil e setecentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**04.04 - ASSESSORIA DE SAÚDE**

04.04.10.301.0013.2.050 - Manutenção das Ações de Atenção Básica de Saúde
4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0226 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 11.000,00

04.05 - SETOR DE SAÚDE

04.05.10.305.0013.2.054 - Vigilância Epidemiológica
3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Obrigações Patronais R\$ 33.000,00
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 58.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Auxílio-Alimentação R\$ 7.700,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA**

04.02.10.301.0013.1.033 - Construção, Reforma e Ampliação de Unidades de Saúde e Academias ao Ar Livre
4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0226 - Obras e Instalações R\$ 10.000,00
4.4.90.93.00.00.00.00 - 00.01.0226 - Indenizações e Restituições R\$ 500,00
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0226 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 500,00

04.04 - ASSESSORIA DE SAÚDE

04.04.10.301.0013.2.050 - Manutenção das Ações de Atenção Básica de Saúde
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 98.700,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 3 de Julho de 2020.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

FERNANDO RODRIGO DA ROSA

Resp.Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

DISPENSA 22/2020-FMS

Publicação Nº 2551755

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 22/2020 - DL**

Processo Nr.: 37/2020
Data: 06/07/2020

Folha: 1/2

Fornecedor: VIVA COMERCIO LTDA
Endereço: R MARECHAL CASTELO BRANCO, 3507, SALA 0
Cidade: Schroeder - SC
CNPJ: 05.624.146/0003-93

Código: 10824

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Contratação da empresa de ótica e joalheria para atender aos usuários da política municipal de saúde referente a concessão de lentes progressivas, conforme legislação vigente no Município de Schroeder/SC.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Contratação de empresa de ótica e joalheria para atender aos usuários da política municipal de saúde referente à concessão de lentes progressivas, para o paciente S.M	UN	1.010,00	1.010,00

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Diante do exposto e conforme indicação médica, referente a concessão das lentes progressivas para o usuário, garantindo assim, o acesso a seus direitos previstos em lei e a possibilidade de uma qualidade de vida melhor. O contrato será feito com a Otica Viva (Schroeder) devido as outras oticas terem pendencias com as documentações.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 6 de Julho de 2020

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER		DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 22/2020 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 37/2020 Data: 06/07/2020	
		Folha: 2/2

01/07/2020

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 1 de Julho de 2020

Valor da Despesa:

1.010,00 (um mil e dez reais)

Pagamento.....:

15 dias após recebimento do documento fiscal

Seara

PREFEITURA

DECRETO Nº 1931

Publicação Nº 2552525

DECRETO Nº 1931, DE 06 DE JULHO DE 2020

Altera composição do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS, nomeado pelo Decreto nº 1409, de 02 de abril de 2018 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei e nos termos do inciso X, artigo 108 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com art. 2º da Lei nº 1506, de 31 de março de 2008 que Cria o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS e dá outras providências, e,

CONSIDERANDO a continuidade da proibição de reuniões de grupos e similares objetivando o enfrentamento ao estado de emergência conforme normas das legislações vigentes a nível nacional, estadual e municipal;

CONSIDERANDO que as disposições acima inviabilizam a realização de plenária específica, convocada pelo Conselho Municipal de Habitação Interesse Social – CMHIS, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº 1506, de 31 de março de 2008, com fim, de que os membros representantes da sociedade civil sejam eleitos por seus pares, e por inviabilidade técnica da realização da plenária por teleconferência, o que culminou com a expedição do Decreto nº 1926, de 26 de junho de 2020, o qual prorrogou a vigência do mandato dos conselheiros até 31 de março de 2021;

Considerando, a necessidade de recomposição dos membros em vista do pedido de afastamento de titulares, que requereram seu desligamento em razão de serem pré-candidatos no pleito eleitoral de 2020, os quais figuram como representantes do Poder Executivo,

DECRETA:

Art. 1º Ficam alteradas as alíneas "a" e "b" do inciso IV, do art. 1º do Decreto nº 1409, que passam a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 1º ...

....

IV – 4 (quatro) representantes do Poder Executivo, sendo:

a) Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário:

Titular: Jairo Zaia Zanoluchi;

Suplente: Márcia Aparecida Urbanski.

b) 3 (três) indicados pelo Executivo:

Titulares: 1º Renê Paulo Ritter;

2º Carlos Alberto Paludo;

3º Cladenir Chiarello.

Suplentes:

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, em 06 de julho de 2020.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 06 de julho de 2020

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária da Administração

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA PROCESSO SELETIVO N° 64/2020

Publicação N° 2551752

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 64/2020

O Município de Seara – SC, torna público que se encontram abertas nos dias 07 a 09 de julho de 2020, inscrições para escolha de Técnico de Enfermagem da SAMU a ser admitido em caráter temporário para atuação em substituição de servidor titular, prorrogável caso haja a manutenção da situação. Demais informações poderão ser obtidas no Departamento de Recursos Humanos, telefone (49) 3452-8312 ou (49) 3452-8313, pelo site <http://www.seara.sc.gov.br> através do link "TRANSPARÊNCIA/ CONCURSOSPÚBLICOS E PROCESSO SELETIVO", listado na "Aba" superior do site.

Seara - SC – 06 de julho de 2020.

EDEMILSON CANALE
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N° 112/2020 - RETIFICAÇÃO

Publicação N° 2552396

Retificação Processo Licitatório nº 112/2020.
Retificação Edital de Pregão Presencial nº 058/2020.

Tramita junto ao Município de Seara, processo licitatório nº 112/2020, na modalidade Pregão Presencial nº 058/2020, datado de 02/07/2020, que objetiva a aquisição de uma escavadeira hidráulica nova para renovação da frota do município de Seara/SC. No decorrer do prazo de abertura do aludido processo licitatório foi constatada a necessidade de retificação do instrumento convocatório, considerando a imprescindibilidade de modificação do descritivo do item, a fim de que conste que o plano de assistência técnica conforme determinação do fabricante deve ser gratuito e limitado a 2.000 horas de utilização.

Diante dessa conjectura, tendo em vista que a retificação altera substancialmente a formulação das propostas em conformidade com o § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93, o prazo de entrega dos envelopes fica alterado para o dia 17/07/2020, às 13:30 horas, sendo a abertura dos invólucros realizada nesta mesma data, às 13:35 horas, tudo de acordo com a lei n.º 10.520/02 e da lei n.º 8.666/93. Os demais itens, cláusulas e anexos do Edital do Pregão Presencial nº 058/2020 – permanecem inalterados.

Publique-se.

Seara, SC, aos 06 do mês de julho de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

TERMO HOMOL AJDUDIC PL N° 110/2020

Publicação N° 2551184

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA CNPJ: 83.024.505/0001-13 AV ANITA GARIBALDI, 371 C.E.P.: 89770-000 - Seara - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 34/2020 - DL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 110/2020 Data do Processo: 30/06/2020 Folha: 1/1
--	---

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, EDEMILSON CANALE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 110/2020
- b) Licitação Nr.: 34/2020-DL
- c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
- d) Data Homologação: 30/06/2020
- e) Data da Adjudicação: 30/06/2020 Sequência: 0
- f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE LAUDOS TÉCNICOS DA NR-12.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)				
	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
MLB - ASSESSORIA & CONSULTORIA LTDA (12861)					
1 ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO EM ATENDIMENTO A NR-12, POR PROFISSIONAL QUALIFICADO.	UN	1,00	0,0000	5.850,00	5.850,00
Total do Fornecedor:					5.850,00
Total Geral:					5.850,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.251.3.3.90.00.00.00.00 (159) Saldo: 1.043.128,42

Seara, 30 de Junho de 2020.

EDEMILSON CANALE
PREFEITO MUNICIPAL

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO N° 148/2020 DE 07 DE JULHO DE 2020

Publicação N° 2552411

DECRETO N°. 148/2020, DE 07 DE JULHO DE 2020.

“INSTITUI E DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 002/2020 DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são atribuídas pelo art. 40, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a comissão de acompanhamento e fiscalização do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2020, designando os seguintes membros para sua composição:

CRISTIANE FRANCIO - Presidente

ARLETE MARISTELA TREVISAN - Secretário

LUIZ NICOLLI – Membro

CINARA MICHELS CARNEIRO – Membro

ALTAIR REGINATTO - Membro

Art. 2º. Os membros designados, nos termos do artigo anterior, não receberão remuneração extra para o exercício do presente mandato, podendo ausentar-se das atribuições normais dos respectivos cargos, para dedicar-se ao acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2020.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando às demais disposições em contrários.

Serra Alta/SC, 07 de julho de 2020.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

Siderópolis

PREFEITURA

34/2020 PREGÃO EPI - SUSPENSAO

Publicação Nº 2552414

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO DE LICITAÇÃO FMS Nº. 34/2020
AVISO DE SUSPENSÃO DO EDITAL DE PREGÃO FMS Nº. 11/2020

O Município de Siderópolis comunica aos interessados, que a abertura da licitação designada para o dia 10/07/2020 às 09h00min, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada no fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual para o enfrentamento ao combate à COVID-19, encontra-se suspensa em virtude de problemas apontados no Termo de Referência. Desta feita, oportunamente, será designada nova data para abertura da licitação. Informações: Fone: (48) 3435 8900 ou e-mail: licitação@sideropolis.sc.gov.br.

Siderópolis, 06 de julho de 2020.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO FMS 07/2020

Publicação Nº 2552052

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2020
(Referente Pregão Presencial nº. 08/2020)

O MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS, através do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Presidente Dutra, 01 – bairro Centro, Siderópolis/SC., inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 11.270.545/0001-34, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, neste ato representado pelo Sr. HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, e a(s) empresa(s) ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, estabelecida na Rua Marechal Deodoro, nº Cristo Rei, Pato Branco/PR, CEP 85501250, inscrita no CNPJ/MF, sob n.º 12.014.370/0001-67, ora denominada CONTRATADA, representada pelo Sr. Justo Goya Dornelles Junior, CPF nº025.861.029-83; FRONTIERE LTDA, CNPJ/MF n.º 10.972.600/0001-51, Rua 26 de Maio, 905, Caravaggio, Nova Venzá/SC doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Rafael Sarott, brasileiro, CPF 034.285.149-71; MENDES & SILVA COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, estabelecida na Rua Linha Três Ribeirões, 639, São Luiz, Criciúma/SC, inscrita no CNPJ/MF, sob n.º 00.513.785/0001-04, ora denominada CONTRATADA, representada pelo Sr. Maristela Dal Agnol, CPF nº 176.835.128-77; METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, estabelecida na Estrada Boa Esperança, nº 1918, Rio do Sul - SC, CEP 89160-000 inscrita no CNPJ/MF, sob n.º 83.157.032/0001-22, ora denominada CONTRATADA, representada pelo Sr. Jefferson Mendes, CPF nº 987.128.109-91; NICOLAU SATURNINO VIEIRA CNPJ/MF n.º 34.413.040/0001-87, estabelecida na Rua Pedro Hoffmann, 215, Bairro Rio Vermelho, em Orleans/SC, representado neste ato por Artedanio Silva Vieira, CPF nº 715.671.949-15; RARIDADE INDUSTRIA QUÍMICA LTDA ME, CNPJ/MF n.º 85.101.731/0001-86, estabelecida na Avenida Rio Maina, 709, Cidade Mineira Nova, Criciúma/SC, representado neste ato por Enivaldo Jose Gava, CPF nº 534.707.379-91, doravante denominados DETENTORA(S) DA ATA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 08/2020, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Registro de Preços para empresa especializada no fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual para o enfrentamento ao combate à COVID-19.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

1. Os valores unitários dos materiais registrados nesta ata são os constantes no anexo.

1.2. Os preços registrados são absolutamente líquidos, compreendendo as despesas concernentes a impostos, taxas, serviços de entrega, carga, descarga, frete/transporte, e demais tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre o preço final do produto. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

3.1. O DETENTOR DA ATA, quando solicitado pelo município, deverá atender as seguintes exigências:

a) Os produtos deste edital serão requisitados parceladamente, conforme necessidade do Fundo Municipal de Saúde, durante o ano de 2020, e deverão ser entregues num prazo de carência máximo de 05 (cinco) dias úteis ou em situações emergenciais num prazo menor a ser acordado entre as partes, contados da data de recebimento da ordem de fornecimento, pôr conta e risco da licitante, na Prefeitura Municipal de Siderópolis, ou em local diverso a ser designado entre as partes, em perfeito estado de conservação, com as respectivas garantias de validade, data de validade superior a 01 (um) ano, em horário a ser estabelecido, através do Departamento de Compras;

b) Os materiais com data de validade inferior a 01 (um) ano, quando da entrega serão devolvidos.

c) Caso não seja entregue os materiais no prazo previsto, a empresa licitante será multada nas condições previstas neste Edital.

d) A DETENTORA DA ATA deverá observar estritamente as regras referente à entrega dos materiais, não sendo permitido alegar problemas na entrega em relação a fato de terceiro (distribuidor, fornecedor, fabricante, transportadora) alheios a relação contratual, aplicando-se, para tanto, a multa prevista no item neste Edital no caso de atraso no fornecimento.

e) A DETENTORA DA ATA ficará isenta de responsabilização somente nos casos de caso fortuito e força maior, devidamente comprovados, previstos na Lei 8.666/93.

f). O prazo constará expressamente nas requisições e/ou ordens de fornecimento que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste edital e anexos.

- g) considerar-se-á como início de contagem de tempo para efeito de fornecimento dos materiais, a data de recebimento das requisições e/ou ordens de fornecimento.
- h) O prazo de entrega estabelecido nas requisições e/ou ordens de fornecimento é fixo e improrrogável, salvo motivo considerado de "força maior", previsto em lei, comunicado pela DETENTORA DA ATA, por escrito, ao ORGAO GERENCIADOR, antes do vencimento do prazo.
- i). aceito e oficializado por escrito, pelo ORGAO GERENCIADOR, o prazo de entrega será prorrogado automaticamente, e por igual número de dias em que perdurar o evento causador do atraso.
- j) Os produtos somente serão considerados devidamente aceitos após analisados e aprovados pelo órgão competente do Município de Siderópolis, com base nas exigências previstas no Edital e anexos, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste Termo Contratual.
- k) Todos os produtos rejeitados deverão ser pronta e imediatamente substituídos pelo DETENTOR DA ATA, dentro das especificações, qualidade e quantidade exigidas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DA ATA E REVISÃO DOS PREÇOS

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93.
2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLAUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos, em até 30 (trinta) dias, contados da atestação da nota fiscal/fatura, por meio de transferência eletrônica a crédito do contratado, na agência e estabelecimento bancário a serem especificadas pela licitante contratada na nota fiscal/fatura, observando a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8.666/93, ou ainda, em casos excepcionais por emissão de cheque.

a) A atestação da Nota Fiscal se dará mediante o "CERTIFICO" pelo responsável do órgão competente autorizado para o recebimento dos produtos, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

b) a empresa fornecedora contratada deverá mencionar obrigatoriamente na nota fiscal/fatura os seguintes elementos

- no campo "informações complementares", o número da Autorização de Fornecimento e número do Processo de Licitação;
- dados bancários: Banco, Agência e nº Conta-Corrente.
- marca dos produtos cotados de acordo com a proposta.

c) O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Siderópolis-SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

2. Os pagamentos somente serão liberados mediante a apresentação nas datas de liquidação, obrigatoriamente, dos certificados de regularidade perante a Seguridade Social (CND do INSS), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS) e Certidão Negativa de Débito Municipal, devidamente atualizados, assim como, a Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) – Lei 12.440/2011), sob pena do órgão competente do CONTRATANTE aplicar as penalidades previstas em lei.

3. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo o CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.

4. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

1. Do Município:

- 1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;
- 1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;
- 1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;
- 1.4. efetuar o pagamento à DETENTORA DA ATA no prazo estabelecido, após a entrega da nota fiscal no setor competente;
- 1.5. Notificar, por escrito, à DETENTORA DA ATA da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

- 2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;
- 2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.
- 2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;
- 2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta/lances;
- 2.5. Fornecer os produtos dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

CLAUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

1-A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta/lance, falhar ou fraudar na execução do contrato ou instrumento equivalente, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato/documento equivalente e das demais cominações legais.

2 – suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com o Município, pelo período de até 05 (cinco) anos, caso haja recusa em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido.

3 – multas pecuniárias, nas seguintes proporções:

- 3.1 – de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, nos casos de recusa da detentora da Ata de Registro de Preços em aceitá-la, ato que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida;
- 3.2 – moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do material não entregue dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado, após o que poderá a critério da Administração, não mais ser recebido e aceito, configurando-se a inexecução total do ajuste, com as consequências previstas em lei e nesta cláusula;
- 3.3 – de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do material não entregue – observando-se que independentemente da data de emissão

do documento fiscal da empresa, a efetividade da entrega se dá no momento em que é atestado o recebimento definitivo – hipótese que caracteriza, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste;

4 – A apresentação das razões do atraso, antes da data avençada para entrega do material, embora não elida por si a penalidade, poderá contar favoravelmente à empresa quando da decisão da Administração, se cabíveis os argumentos apresentados.

5 – Nos termos do parágrafo 3º do art. 86 e do parágrafo 1º do art. 87 da Lei 8.666/93, a multa, caso aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica;

6 – Além das multas, à detentora da Ata de Registro de Preços que apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta/lance, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal poderão, garantida a prévia defesa, ser aplicadas as seguintes sanções legais:

6.1 – advertência;

6.2 – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

6.3 – declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

8. A aplicação das sanções previstas não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados ao Município de Siderópolis.

9. Os valores das multas aplicadas, previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pelo município.

CLAUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificadas pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido

CLAUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

1. A aquisição dos produtos, objeto da presente Ata de registro de Preços, serão autorizados, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio instrumento de contrato, ou de emissão de nota de empenho de despesa, ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas correrão por conta das dotações específicas do orçamento de 2020:

Recursos da Atenção Básica SUS/União

Recursos do SUS/Estado

Recursos Ordinários.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata de Registro de Preços, processo nº o Edital de Pregão Presencial nº 05/2020, seus anexos e a proposta/lance da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

1. As partes elegem o Foro da Comarca de Siderópolis/SC., com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que for, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da presente ata.

2. E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, aceitam cumprir fielmente as normas legais e regulamentares, assinam a presente ata em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

Siderópolis/SC, 09 de junho de 2020.

HELIO ROBERTO CESA Prefeito Municipal ORGÃO GERENCIADOR	JUSTO GOYA DORNELLES JUNIOR Abc Distribuidora De Medicamentos Ltda DETENTOR
RAFAEL SAROTT Frontiere Ltda DETENTOR	MARISTELA DAL AGNOL Mendes & Silva Comercio, Importação E Exportação Ltda Ltda Me DETENTOR
JEFFERSON MENDES Metromed Comércio De Material Médico Hospitalar Ltda DETENTOR	ARTEDANIO SILVA VIEIRA Nicolau Saturnino Vieira DETENTOR
ENIVALDO JOSE GAVA Raridade Industria Química Ltda Me DETENTOR	

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 06/2020

Publicação Nº 2552050

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 06/2020
(Referente Pregão Presencial nº. 11/2020)

O MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS, com sede na Rua Presidente Dutra, 01 – bairro Centro, Siderópolis/SC., inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 82.929.407/0001-62, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, neste ato representado pelo Sr. HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, e a(s) empresa(s): PAXIMIX ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.547.252/0001-14, com sede na Estrada Feral rio Ferreira, s/n, Treviso/SC, representada neste ato pelo Sr. VILMAR STANGHERLIN, doravante designado DETENTOR DA ATA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº.9/2020, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Registro de Preços para fornecimento parcelado de tubos de concreto, com recursos provenientes do FINISA.

CLAUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

1. Os valores unitários dos materiais registrados são os constantes no anexo deste ata.

1.2. Os preços registrados são absolutamente líquidos, compreendendo as despesas concernentes a impostos, taxas, serviços de entrega, carga, descarga, frete/transporte, e demais tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre o preço final do produto.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Entregar os produtos de forma parcelada, conforme solicitação do ÓRGÃO GERENCIADOR, e deverão ser entregues em até 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de recebimento da ordem de fornecimento, pôr conta e risco da DETENTORA DA CONTRATADA, em perfeito estado de conservação e com as respectivas garantias de validade de consumo.

2. Os produtos somente serão considerados devidamente aceitos após analisados e aprovados pelo órgão competente da CONTRATANTE, com base nas exigências previstas no Edital e anexos e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento.

3. Todos os produtos rejeitados deverão ser pronta e imediatamente substituídos pela CONTRATADA, dentro das especificações, qualidade e quantidade exigidas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

4. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos registrados.
5. A CONTRATADA deverá constar na nota fiscal a data e a hora em que a entrega dos produtos foi feita, além da identificação de quem procedeu ao recebimento dos produtos.
- 6- Na entrega os produtos serão rigorosamente conferidos pela equipe técnica da Secretaria do Sistema de Infraestrutura, Planejamento e Mobilidade Urbana, de acordo com os termos do Termo de referência, que faz parte integrante deste instrumento.
7. Os produtos somente serão considerados devidamente aceitos após analisados e aprovados pelo órgão competente do Município de Siderópolis, com base nas exigências previstas no Edital, seus anexos e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DA ATA E REVISÃO DOS PREÇOS

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93.
2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLAUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos, em até 30 (trinta) dias, contados da atestação da nota fiscal/fatura, por Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito bancário em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário a serem especificadas pela licitante contratada na nota fiscal/fatura, observando a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8.666/93.
- a) A atestação da Nota Fiscal se dará mediante o “CERTIFICADO” pelo responsável do órgão competente autorizado para o recebimento dos produtos, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.
- b) a empresa fornecedora contratada deverá destacar na nota fiscal/fatura, além do número e a data de assinatura do contrato, os dados bancários: Banco, Agência e nº Conta-Corrente.
- c) O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Siderópolis-SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

2. Os pagamentos somente serão liberados mediante a apresentação nas datas de liquidação, obrigatoriamente, dos certificados de regularidade perante a Seguridade Social (CND do INSS), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS) e Certidão Negativa de Débito Municipal, devidamente atualizados, assim como, a Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) – Lei 12.440/2011), sob pena do órgão competente do CONTRATANTE aplicar as penalidades previstas em lei.

- 2.1. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo o CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

1. Do Município:

- 1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;
- 1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;
- 1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;
- 1.4. efetuar o pagamento à DETENTORA DA ATA no prazo estabelecido, após a entrega da nota fiscal no setor competente;
- 1.5. Notificar, por escrito, à DETENTORA DA ATA da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

- 2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;
- 2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.
- 2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;
- 2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta/lances;
- 2.5. Fornecer os produtos dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

CLAUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

1-A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta/lance, falhar ou fraudar na execução do contrato ou instrumento equivalente, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato/documento equivalente e das demais cominações legais.

2 – suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com o Município, pelo período de até 05 (cinco) anos, caso haja recusa em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido.

3 – multas pecuniárias, nas seguintes proporções:

3.1 – de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, nos casos de recusa da detentora da Ata de Registro de Preços em aceitá-la, ato que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida;

3.2 – moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do material não entregue dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado, após o que poderá a critério da Administração, não mais ser recebido e aceito, configurando-se a inexecução total do ajuste, com as consequências previstas em lei e nesta cláusula;

3.3 – de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do material não entregue – observando-se que independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da entrega se dá no momento em que é atestado o recebimento definitivo – hipótese que caracteriza, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste;

4 – A apresentação das razões do atraso, antes da data avençada para entrega do material, embora não elida por si a penalidade, poderá contar favoravelmente à empresa quando da decisão da Administração, se cabíveis os argumentos apresentados.

5 – Nos termos do parágrafo 3º do art. 86 e do parágrafo 1º do art. 87 da Lei 8.666/93, a multa, caso aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica;

6 – Além das multas, à detentora da Ata de Registro de Preços que apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta/lance, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo

inidôneo ou cometer fraude fiscal poderão, garantida a prévia defesa, ser aplicadas as seguintes sanções legais:

6.1 – advertência;

6.2 – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

6.3 – declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

8. A aplicação das sanções previstas não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados ao Município de Siderópolis.

9. Os valores das multas aplicadas, previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pelo município.

CLAUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificadas pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

1. A aquisição dos produtos, objeto da presente Ata de registro de Preços, serão autorizados, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio instrumento de contrato, ou de emissão de nota de empenho de despesa, ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: “105”.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata de Registro de Preços, processo nº 05/2020, o Edital de Pregão Presencial nº 09/2020, seus anexos e a proposta/lance da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

1. As partes elegem o Foro da Comarca de Siderópolis/SC., com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que for, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da presente ata.

2. E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, aceitam cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinam a presente ata em 01 (uma) via de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

Siderópolis/SC, 10 de junho de 2020.

HELIO ROBERTO CESA	VILMAR STANGHERLIN
PREFEITO	PAXIMIX ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
ÓRGÃO GERENCIADOR	DETENTOR

ANEXO I – PREÇOS REGISTRADOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 07/2020

Publicação Nº 2552051

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 07/2020
(Referente Pregão Presencial nº. 14/2020)

O MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS, com sede na Rua Presidente Dutra, 01 – bairro Centro, Siderópolis/SC., inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 82.929.407/0001-62, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, neste ato representado pelo Sr. HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, e a(s) empresa(s): PAXIMIX ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.547.252/0001-14, com sede na Estrada Feral rio Ferreira, s/n, Treviso/SC, representada neste ato pelo Sr. VILMAR STANGHERLIN; ANGELINA VOLPATO BAGIO, inscrita no CNPJ nº 27.382.228/0001-40, com sede na Rua Jose Dalsasso, Barro Vermelho, Orleans/SC, neste ato representado neste ato por EDSON BAGIO; AFM ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, inscrito no CNPJ nº 00.196.198/0001-20, com sede na Estrada Linha Ferreira Ponte, s/n, pavilhão, Cocal do Sul/SC, neste ato representado por ADENIR ANTONIO MENEGON, doravante designados DETENTORES DA ATA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº.014/2020, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Registro de Preços para fornecimento parcelado de tubos de concreto, com recursos provenientes do FINISA.

CLAUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

1. Os valores unitários dos materiais registrados são os constantes no anexo deste ata.

1.2. Os preços registrados são absolutamente líquidos, compreendendo as despesas concernentes a impostos, taxas, serviços de entrega, carga, descarga, frete/transporte, e demais tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre o preço final do produto.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Entregar os produtos de forma parcelada, conforme solicitação do ÓRGÃO GERENCIADOR, e deverão ser entregues em até 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de recebimento da ordem de fornecimento, pôr conta e risco da DETENTORA DA CONTRATADA, em perfeito estado de conservação e com as respectivas garantias de validade de consumo.

2. Os produtos somente serão considerados devidamente aceitos após analisados e aprovados pelo órgão competente da CONTRATANTE, com base nas exigências previstas no Edital e anexos e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento.

3. Todos os produtos rejeitados deverão ser pronta e imediatamente substituídos pela CONTRATADA, dentro das especificações, qualidade e quantidade exigidas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

4. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos registrados.

5. A CONTRATADA deverá constar na nota fiscal a data e a hora em que a entrega dos produtos foi feita, além da identificação de quem procedeu ao recebimento dos produtos.

6- Na entrega os produtos serão rigorosamente conferidos pela equipe técnica da Secretaria do Sistema de Infraestrutura, Planejamento e Mobilidade Urbana, de acordo com os termos do Termo de referência, que faz parte integrante deste instrumento.

7. Os produtos somente serão considerados devidamente aceitos após analisados e aprovados pelo órgão competente do Município de Siderópolis, com base nas exigências previstas no Edital, seus anexos e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DA ATA E REVISÃO DOS PREÇOS

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLAUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos, em até 30 (trinta) dias, contados da atestação da nota fiscal/fatura, por Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito bancário em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário a serem especificadas pela licitante contratada na nota fiscal/fatura, observando a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8.666/93.

a) A atestação da Nota Fiscal se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do órgão competente autorizado para o recebimento dos produtos, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

b) a empresa fornecedora contratada deverá destacar na nota fiscal/fatura, além do número e a data de assinatura do contrato, os dados bancários: Banco, Agência e nº Conta-Corrente.

c) O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Siderópolis-SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

2. Os pagamentos somente serão liberados mediante a apresentação nas datas de liquidação, obrigatoriamente, dos certificados de regularidade perante a Seguridade Social (CND do INSS), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS) e Certidão Negativa de Débito Municipal, devidamente atualizados, assim como, a Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) – Lei 12.440/2011), sob pena do órgão competente do CONTRATANTE aplicar as penalidades previstas em lei.

2.1. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo o CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste

instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à DETENTORA DA ATA no prazo estabelecido, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à DETENTORA DA ATA da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta/lances;

2.5. Fornecer os produtos dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

CLAUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

1-A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta/lance, falhar ou fraudar na execução do contrato ou instrumento equivalente, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato/documento equivalente e das demais cominações legais.

2 – suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com o Município, pelo período de até 05 (cinco) anos, caso haja recusa em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido.

3 – multas pecuniárias, nas seguintes proporções:

3.1 – de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, nos casos de recusa da detentora da Ata de Registro de Preços em aceitá-la, ato que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida;

3.2 – moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do material não entregue dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado, após o que poderá a critério da Administração, não mais ser recebido e aceito, configurando-se a inexecução total do ajuste, com as consequências previstas em lei e nesta cláusula;

3.3 – de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do material não entregue – observando-se que independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da entrega se dá no momento em que é atestado o recebimento definitivo – hipótese que caracteriza, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste;

4 – A apresentação das razões do atraso, antes da data avençada para entrega do material, embora não elida por si a penalidade, poderá contar favoravelmente à empresa quando da decisão da Administração, se cabíveis os argumentos apresentados.

5 – Nos termos do parágrafo 3º do art. 86 e do parágrafo 1º do art. 87 da Lei 8.666/93, a multa, caso aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica;

6 – Além das multas, à detentora da Ata de Registro de Preços que apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta/lance, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal poderão, garantida a prévia defesa, ser aplicadas as seguintes sanções legais:

6.1 – advertência;

6.2 – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

6.3 – declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

8. A aplicação das sanções previstas não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados ao Município de Siderópolis.

9. Os valores das multas aplicadas, previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pelo município.

CLAUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificadas pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

1. A aquisição dos produtos, objeto da presente Ata de registro de Preços, serão autorizados, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por

intermédio instrumento de contrato, ou de emissão de nota de empenho de despesa, ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: “105”.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata de Registro de Preços, processo nº 14/2020, o Edital de Pregão Presencial nº 09/2020, seus anexos e a proposta/lance da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

1. As partes elegem o Foro da Comarca de Siderópolis/SC., com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que for, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da presente ata.

2. E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, aceitam cumprir fielmente as normas legais e regulamentares, assinam a presente ata em 01 (uma) via de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

Siderópolis/SC, 06 de junho de 2020.

HELIO ROBERTO CESA	VILMAR STANGHERLIN	ADENIR MENEGON	EDSON BAGIO
PREFEITO MUNICIPAL	PAXIMIX ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	AFM ARTEFATOS DE CIMENTO	ANGELINA VOLPATO BAGIO
ORGAO GERENCIADOR	DETENTOR	DETENTOR	DETENTOR

ANEXO I – PREÇOS REGISTRADOS**DISPENSA PARA COMPRAS EMERGENCIAIS CORONA 06/2020**

Publicação Nº 2551738

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Siderópolis

Dispensa de Licitação: AF 157/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis

Contratada: Olim agro cereais LTDA

CNPJ: 03.451.117/0005-03

Valor: R\$ 162,00

Objeto: Respiradores dobráveis com e sem válvulas.

Lei nº 13.979/2020 | Contratações emergenciais coronavírus / COVID-19

Siderópolis, 02 de julho de 2020.

Dispensa de Licitação: AF 225/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis

Contratada: Irio Gonzales

CNPJ: 31.481.035/0001-13

Valor: R\$ 2.200,00

Objeto: Divulgação de carro de som.

Lei nº 13.979/2020 | Contratações emergenciais coronavírus / COVID-19

Siderópolis, 02 de julho de 2020.

Dispensa de Licitação: AF 219/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis

Contratada: Agropecuário Siderópolis LTDA

CNPJ: 05.124.528/0001-96

Valor: R\$ 5.951,00

Objeto: EPIS

Lei nº 13.979/2020 | Contratações emergenciais coronavírus / COVID-19

Siderópolis, 02 de julho de 2020.

Dispensa de Licitação: AF 217/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis

Contratada: Cristal Tecidos Profissionais LTDA

CNPJ: 09.686.283/0001-41

Valor: R\$ 5.952,46

Objeto: Tecido para confecção de máscaras para uso dos funcionários públicos, pacientes monitorados e distribuição para população do município.

Lei nº 13.979/2020 | Contratações emergenciais coronavírus / COVID-19

Siderópolis, 02 de julho de 2020.

Dispensa de Licitação: AF 203/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis

Contratada: Raridade Industria Química LTDA

CNPJ: 85.101.731/0001-86

Valor: R\$ 3.500,00

Objeto: Compra de álcool para hospital.

Siderópolis, 02 de julho de 2020.

Dispensa de Licitação: AF 301/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis

Contratada: Sarita Comercio de Embalagens

CNPJ: 78.874.542/0001-80

Valor: R\$ 315,02

Objeto: Compra de bisnagas plásticas e embalagens para uso em materiais utilizados para o combate ao corona vírus.

Lei nº 13.979/2020 | Contratações emergenciais coronavírus / COVID-19

Siderópolis, 02 de julho de 2020.

Dispensa de Licitação: AF 212/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis

Contratada: Teciza Tecidos Zanette LTDA

CNPJ: 11.270.545/0001-34

Valor: R\$ 1.760,81

Objeto: Compra de tecido para confecção de mascaras para os profissionais de saúde do município.

Lei nº 13.979/2020 | Contratações emergenciais coronavírus / COVID-19

Siderópolis, 02 de julho de 2020.

Dispensa de Licitação: AF 209/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis

Contratada: Raridade Indústria Química LTDA

CNPJ: 85.101.731/0001-86

Valor: R\$ 91,00

Objeto: Compra de cloro para as unidades de saúde do município.

Lei nº 13.979/2020 | Contratações emergenciais coronavírus / COVID-19

Siderópolis, 02 de julho de 2020.

Dispensa de Licitação: AF 231/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis

Contratada: Helia da Silva Brogni - ME

CNPJ: 09.431.557/0001-51

Valor: R\$ 4.400,00

Objeto: Confecção de adesivos informativos de distanciamento para ambientes "espere aqui respeite esta distancia" campanha de combate ao corona virus covid19.

Lei nº 13.979/2020 | Contratações emergenciais coronavírus / COVID-19

Siderópolis, 02 de julho de 2020.

Dispensa de Licitação: AF 216/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis

Contratada: Raridade Indústria Química LTDA

CNPJ: 85.101.731/0001-86

Valor: R\$ 637,00

Objeto: Compra de cloro para as unidades de saúde do município.

Lei nº 13.979/2020 | Contratações emergenciais coronavírus / COVID-19

Siderópolis, 02 de julho de 2020.

Dispensa de Licitação: AF 222/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis

Contratada: Controle Ambiental Trombin

CNPJ: 20.015.143/0001-84

Valor: 4.000,00

Objeto: sanitização microbiológica executada em todas as unidades de saúde do município.

Lei nº 13.979/2020 | Contratações emergenciais coronavírus / COVID-19

Siderópolis, 02 de julho de 2020.

Dispensa de Licitação: AF 319/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis

Contratada: Janio Carminatti

CNPJ: 15.059.127/0001-53

Valor: 2.400,00

Objeto: Locação de tenda para atendimento de triagem de pacientes.

Lei nº 13.979/2020 | Contratações emergenciais coronavírus / COVID-19

Siderópolis, 02 de julho de 2020.

Dispensa de Licitação: AF 238/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis

Contratada: Agropecuária Siderópolis LTDA

CNPJ: 05.124.528/0001-96

Valor: R\$ 4.094,00

Objeto: Compra de macacão para profissionais da saúde.

Lei nº 13.979/2020 | Contratações emergenciais coronavírus / COVID-19

Siderópolis, 02 de julho de 2020.

Dispensa de Licitação: AF 223/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis

Contratada: Raridade Indústria Química LTDA

CNPJ: 85.101.731/0001-86

Valor: 1.440,00

Objeto: Compra de álcool para hospital.

Lei nº 13.979/2020 | Contratações emergenciais coronavírus / COVID-19

Siderópolis, 02 de julho de 2020.

Dispensa de Licitação: AF 241/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis

Contratada: Sarita Comercio de Embalagens

CNPJ: 78.874.542/0001-80

Valor: R\$ 119,20

Objeto: Compra de embalagens plásticas para embalar mascaras para distribuição no município.

Lei nº 13.979/2020 | Contratações emergenciais coronavírus / COVID-19

Siderópolis, 02 de julho de 2020.

Dispensa de Licitação: AF 237/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis

Contratada: Nova Construção

CNPJ: 03.591.623/0001-74

Valor: 6.000,00

Objeto: Locação de 4 lavatórios em pontos específicos da cidade para higienização da população da cidade.

Lei nº 13.979/2020 | Contratações emergenciais coronavírus / COVID-19

Siderópolis, 02 de julho de 2020.

Dispensa de Licitação: AF 240/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis

Contratada: Sarita Comercio de Embalagens

CNPJ: CNPJ: 78.874.542/0001-80

Valor: R\$ 166,88

Objeto: Compra de embalagens plásticas para embalar mascaras para distribuição no município.

Lei nº 13.979/2020 | Contratações emergenciais coronavírus / COVID-19

Siderópolis, 02 de julho de 2020.

Dispensa de Licitação: AF 259/2020

Contratada: Sarita Comercio de Embalagens

CNPJ: 78.874.542/0001-80

Valor: R\$ 262,54

Objeto: Compra de embalagens plásticas para embalar mascaras que serão distribuídas no município.

Lei nº 13.979/2020 | Contratações emergenciais coronavírus / COVID-19

Siderópolis, 02 de julho de 2020.

Dispensa de Licitação: AF 244/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis

Contratada: Irio Gonzales

CNPJ: 31.481.035/0001-13

Valor: R\$ 2.850,00

Objeto: Divulgação em carro de som.

Lei nº 13.979/2020 | Contratações emergenciais coronavírus / COVID-19

Siderópolis, 02 de julho de 2020.

Dispensa de Licitação: AF 252/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis

Contratada: Raridade Indústria Química LTDA

CNPJ: 85.101.731/0001-86

Valor: R\$ 455,00

Objeto: Compra de cloro para higienização das unidades de saúde do município.

Lei nº 13.979/2020 | Contratações emergenciais coronavírus / COVID-19

Siderópolis, 02 de julho de 2020.

Dispensa de Licitação: AF 194/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis

Contratada: Pazetto Albonico Maquinas

CNPJ: 13.452.663/0001-99

Valor: R\$ 1.579,00

Objeto: Compra de pulverizador para aspergir cloro para sanitizar as unidades de saúde e demais locais considerados de risco por alto índice de circulação.

Lei nº 13.979/2020 | Contratações emergenciais coronavírus / COVID-19

Siderópolis, 02 de julho de 2020.

Dispensa de Licitação: AF 212/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis

Contratada: Teciza Tecidos Zanette LTDA

CNPJ: 11.270.545/0001-34

Valor: R\$ 7.450,00

Objeto: Compra de tecido para confecção de mascaras para os profissionais de saúde do município.

Lei nº 13.979/2020 | Contratações emergenciais coronavírus / COVID-19

Siderópolis, 02 de julho de 2020.

Dispensa de Licitação: AF 282/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis

Contratada: Nereu de Souza Restaurante ME

CNPJ: 85.351.153/0001-36

Valor: R\$ 9.855,00

Objeto: Fornecimento de alimentos para os funcionários - frente ao covid-19.

Lei nº 13.979/2020 | Contratações emergenciais coronavírus / COVID-19

Siderópolis, 02 de julho de 2020.

Dispensa de Licitação: AF 284/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis

Contratada: Robvile Comercio de Moveis

CNPJ: 09.021.728/0001-74

Valor: R\$ 238,90

Objeto: Compra de ferro e tabua de passar roupa para a unidade de saúde São Lucas.

Lei nº 13.979/2020 | Contratações emergenciais coronavírus / COVID-19

Siderópolis, 02 de julho de 2020.

Dispensa de Licitação: AF 285/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis

Contratada: Robvile Comercio de Moveis

CNPJ: 09.021.728/0001-74

Valor: R\$ 319,80

Objeto: Compra de ferro e tabua de passar roupa para a unidade de saúde São Lucas.

Lei nº 13.979/2020 | Contratações emergenciais coronavírus / COVID-19

Siderópolis, 02 de julho de 2020.

Dispensa de Licitação: AF 276/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis

Contratada: Superlav lavanderia LTDA

CNPJ: 03.383.669/0001-06

Valor: R\$ 7.641,15

Objeto: Lavagem de roupas hospitalares.

Lei nº 13.979/2020 | Contratações emergenciais coronavírus / COVID-19

Siderópolis, 02 de julho de 2020.

Dispensa de Licitação: AF 318/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis

Contratada: Vivian Berto Beckhauser Delfino

CNPJ: 20.524.813/0001-98

Valor: R\$ 19.500,00

Objeto: Hospedagens de funcionários municipais que trabalharam no período emergencial da pandemia covid-19.

Lei nº 13.979/2020 | Contratações emergenciais coronavírus / COVID-19

Siderópolis, 02 de julho de 2020.

Dispensa de Licitação: AF 296/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis

Contratada: Raridade Industria Quimica LTDA

CNPJ: 85.101.731/0001-86

Valor: R\$ 546,00

Objeto: Compra de cloro.

Lei nº 13.979/2020 | Contratações emergenciais coronavírus / COVID-19

Siderópolis, 02 de julho de 2020.

Dispensa de Licitação: AF 304/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis

Contratada: Controle Ambiental Trombin LTDA

CNPJ: 20.015.143/0001-84

Valor: R\$ 8.000,00

Objeto: SANITIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAUDE PARTE INTERNA E EXTERNA.

Lei nº 13.979/2020 | Contratações emergenciais coronavírus / COVID-19

Siderópolis, 02 de julho de 2020.

Dispensa de Licitação: AF 310/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis

Contratada: Raridade Industria Quimica LTDA

CNPJ: 85.101.731/0001-86

Valor: R\$ 637,00

Objeto: Compra de cloro.

Lei nº 13.979/2020 | Contratações emergenciais coronavírus / COVID-19

Siderópolis, 02 de julho de 2020.

Dispensa de Licitação: AF 382/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis

Contratada: Janio Carminatti
CNPJ: 15.059.127/0001-53
Valor: 2.400,00
Objeto: Locação de tenda para atendimento de triagem de pacientes.
Lei nº 13.979/2020 | Contratações emergenciais coronavírus / COVID-19
Siderópolis, 02 de julho de 2020.
Dispensa de Licitação: AF 320/2020
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis
Contratada: Irio Gonzales
CNPJ: 31.481.035/0001-13
Valor: 2.650,00
Objeto: Divulgação de carro de som.
Lei nº 13.979/2020 | Contratações emergenciais coronavírus / COVID-19
Siderópolis, 02 de julho de 2020.

EXTRATO DE CONTRATO FMAS 06/2020

Publicação Nº 2552049

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL DE SIDEROPOLIS
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 02/2020
Contratante.: FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL DE SIDEROPOLIS
Contratada...: VALDENIR PÉRICO
Valor : 63.400,00 (sessenta e três mil e quatrocentos reais)
Vigência : Início: 01/06/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2020
Recursos : Dotação: 2.035.3.3.90.00.00.00.00 (11),
2.038.3.3.90.00.00.00.00 (18)
Objeto : Contratação de empresa especializada na distribuição de
cestas básicas às pessoas carentes do Município de Siderópolis.

Siderópolis, 6 de Julho de 2020
Aditivo Nº : 5-04/2017 - Contrato Nº: 04/2017
Contratante.: FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL DE SIDEROPOLIS
Contratada...: IHS CONSTRUÇÕES EIRELI - ME
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 30/06/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2017
Recursos : Dotação:
Objeto : Construção de Piscina Térmica para uso Fisioterápico (1ª
etapa), com área de 204,12m², no Município de Siderópolis/SC, conforme
o convênio nº 2017TR001139 entre o Estado de Santa Catarina por meio
da Agência de Desenvolvimento Regional de Criciúma e o Município de
Siderópolis/SC, nos termos do Processo nº SDR214687/2016.

Siderópolis, 6 de Julho de 2020
Contrato Nº.: 03/2020
Contratante.: FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL DE SIDEROPOLIS
Contratada...: ROSILEIA RAUPP DE BEM MACHADO
Valor : 57.929,75 (cinquenta e sete mil novecentos e vinte e nove
reais e setenta e cinco centavos)
Vigência : Início: 30/06/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2020
Recursos : Dotação: 2.035.3.3.90.00.00.00.00 (11),
2.036.3.3.90.00.00.00.00 (15), 2.038.3.3.90.00.00.00.00 (18)
Objeto : Fornecimento parcelado de materiais de consumo para a
Manutenção dos serviços do Fundo Municipal de Assistência Social de
Siderópolis.

Siderópolis, 6 de Julho de 2020

EXTRATO DE CONTRATO FMS 06/2020

Publicação Nº 2552048

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 25/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS

Contratada...: DIVIPLAN COMERCIO DE MOVEIS E DIVISORIAS LTDA - ME

Valor : 5.418,00 (cinco mil quatrocentos e dezoito reais)

Vigência : Início: 10/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2020

Recursos : Dotação: 2.024.4.4.90.00.00.00.00 (48)

Objeto : Aquisição de mobílias para as unidades de Saúde do Município

Contrato Nº.: 21/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS

Contratada...: AGESPLAN ASSESSORIA E PLANEJAMENTO LTDA - ME

Valor : 35.100,00 (trinta e cinco mil e cem reais)

Vigência : Início: 08/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 9/2020

Recursos : Dotação: 2.032.3.3.90.00.00.00.00 (28)

Objeto : Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria na Gestão do Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis, compreendendo as ações e serviços da Atenção Básica e Média Complexidade, se acordo com a legislação, portarias e instruções normativas do SUS, acompanhamento e orientações quanto aos instrumentos de gestão, licitações, contratualizações, PMAQ, blocos de financiamento e outro instrumentos necessários para eficiência da gestão do fundo.

Contrato Nº.: 22/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS

Contratada...: AMORE DE MADRE CLINICA LTDA

Valor : 184.800,00 (cento e oitenta e quatro mil e oitocentos reais)

Vigência : Início: 08/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 10/2020

Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (8)

Objeto : Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços médicos de urgência e emergência, como forma de atender as demandas dos pacientes no Pronto Atendimento 24 (vinte e quatro) horas do Município de Siderópolis, conforme cláusulas e condições previstas no Edital de Chamamento.

Contrato Nº.: 23/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS

Contratada...: GRÁFICA E PAPELARIA FRASSETTO LTDA ME

Valor : 46.505,00 (quarenta e seis mil quinhentos e cinco reais)

Vigência : Início: 09/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 10/2020

Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (8),
2.026.3.3.90.00.00.00.00 (17), 2.034.3.3.90.00.00.00.00 (44),
2.030.3.3.90.00.00.00.00 (46)

Objeto : Fornecimento parcelado de materiais gráficos, formulários e demais itens relacionados para atendimento as Unidades de Saúde do município, durante o exercício de 2020.

Contrato Nº.: 24/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS

Contratada...: ESCOLARES INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA

Valor : 49.276,00 (quarenta e nove mil duzentos e setenta e seis reais)

Vigência : Início: 10/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2020

Recursos : Dotação: 2.024.4.4.90.00.00.00.00 (48)

Objeto : Aquisição de mobílias para as unidades de Saúde do

Município

Contrato Nº.: 26/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS

Contratada...: METROMED-COM.MATERIAL MEDICO HOSPITALAR

Valor : 2.715,00 (dois mil setecentos e quinze reais)

Vigência : Início: 10/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2020

Recursos : Dotação: 2.024.4.4.90.00.00.00.00 (48)

Objeto : Aquisição de mobílias para as unidades de Saúde do Município

Contrato Nº.: 27/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS

Contratada...: MARCELLA RICKEN DE MATTIA - ME

Valor : 2.350,00 (dois mil trezentos e cinq-enta reais)

Vigência : Início: 10/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2020

Recursos : Dotação: 2.024.4.4.90.00.00.00.00 (48)

Objeto : Aquisição de mobílias para as unidades de Saúde do Município

Contrato Nº.: 28/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS

Contratada...: ANDREIA LORENZI

Valor : 14.100,00 (quatorze mil cem reais)

Vigência : Início: 10/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2020

Recursos : Dotação: 2.024.4.4.90.00.00.00.00 (48)

Objeto : Aquisição de mobílias para as unidades de Saúde do Município

Contrato Nº.: 29/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS

Contratada...: MEGA ESCRITORIO COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

Valor : 4.076,00 (quatro mil e setenta e seis reais)

Vigência : Início: 10/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2020

Recursos : Dotação: 2.024.4.4.90.00.00.00.00 (48)

Objeto : Aquisição de mobílias para as unidades de Saúde do Município

Contrato Nº.: 30/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS

Contratada...: D.S.E. INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS DE ACO LTDA

Valor : 12.950,00 (doze mil novecentos e cinq-enta reais)

Vigência : Início: 10/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2020

Recursos : Dotação: 2.024.4.4.90.00.00.00.00 (48)

Objeto : Aquisição de mobílias para as unidades de Saúde do Município

Contrato Nº.: 31/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS

Contratada...: MULTIBAN LOCACAO DE BENS MOVEIS EIRELI

Valor : 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)

Vigência : Início: 30/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2020

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa especializada no Serviço de Locação de Lavatórios, destinados às ações de combate à COVID-19 no Município de Siderópolis/SC

EXTRATO DE CONTRATO PMS 06/2020

Publicação Nº 2552038

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 2-43/2018 - Contrato Nº: 43/2018
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
Contratada...: SCPLAN TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA.
Valor : 14.400,00 (quatorze mil quatrocentos reais)
Vigência : Início: 05/06/2020 Término: 07/06/2021
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2018
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00 (26)
Objeto : Implantação de Sistema de Análise e Gestão de Contas
Contábeis.

Contrato Nº.: 39/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
Contratada...: RIO JORDAO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA
Valor : 78.275,21 (setenta e oito mil duzentos e setenta e cinco reais e vinte e um centavos)
Vigência : Início: 08/06/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 25/2020
Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00 (9),
2.009.3.3.90.00.00.00.00 (49), 2.015.3.3.90.00.00.00.00 (116)
Objeto : Fornecimento parcelado de óleos lubrificantes e demais produtos para eventuais trocas e/ou manutenção dos veículos e equipamentos da frota municipal.

Contrato Nº.: 40/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
Contratada...: DANIEL EREDITÁRIO DE BONA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 09/06/2020 Término: 09/06/2021
Licitação : Outras Modalidades Nº.: 1/2020
Recursos : Dotação:
Objeto : Credenciamento para permissão de uso a título precário à agricultores familiares individuais, em cooperativas ou em associações de agricultores familiares ou grupos informais de agricultores familiares, interessados em ocupar os espaços destinados à comercialização de produtos nas feiras municipais da agricultura familiar para comercialização de hortaliças e frutas, no Município de Siderópolis, de acordo com a Lei Municipal nº 2233/2017.

Contrato Nº.: 41/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
Contratada...: DELLABRUNA CONSTRUcoes EIRELI
Valor : 131.679,24 (cento e trinta e um mil seiscentos e setenta e nove reais e vinte e quatro centavos)
Vigência : Início: 10/06/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 9/2020
Recursos : Dotação: 1.006.4.4.90.00.00.00.00 (110)
Objeto : Contratação de empresa especializada para construção de uma ponte de concreto armado, com 7,20 m de comprimento e 9,10m de largura, na Rodovia SID 159, próximo ao Restaurante Somariva.

Contrato Nº.: 42/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
Contratada...: DELLABRUNA CONSTRUcoes EIRELI
Valor : 151.030,84 (cento e cinq-enta e um mil e trinta reais e oitenta e quatro centavos)
Vigência : Início: 16/06/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 8/2020
Recursos : Dotação: 1.005.4.4.90.00.00.00.00 (105)
Objeto : Contratação de empresa especializada para construção de ponte molhada em concreto pré-fabricados e tubos de concreto armado sobre o Rio São Bento, na Rodovia Municipal SID 157, na localidade de São Pedro, de acordo com as especificações contidas no Projeto Básico,

com recursos provenientes do FINISA.

Contrato Nº.: 43/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
Contratada...: LUCIO JUAREZ ZUCHINALLI
Valor : 72.236,93 (setenta e dois mil duzentos e trinta e seis reais e noventa e três centavos)
Vigência : Início: 15/06/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 10/2020
Recursos : Dotação: 1.004.4.4.90.00.00.00.00 (97)
Objeto : Contratação de empresa especializada para execução de serviços de construção de uma praça no Município de Siderópolis, conforme disposições contidas no projeto básico.

Aditivo Nº : 5-97/2017 - Contrato Nº: 97/2017
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
Contratada...: ARAUJO CONSTRUÇÕES EIRELI
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 30/06/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 8/2017
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa especializada na execução de serviços de melhoramento de estradas rurais no município de Siderópolis/SC, conforme Convênio nº 732/2015 entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Infraestrutura por meio do programa SC Rural e o Município de Siderópolis.

Contrato Nº.: 44/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
Contratada...: JANIO CARMINATTI 37678639953
Valor : 66.400,00 (sessenta e seis mil e quatrocentos reais)
Vigência : Início: 24/06/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 20/2020
Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00 (9)
Objeto : Contratação de empresa especializada em serviços de locação de tendas.

Aditivo Nº : 1-02/2020 - Contrato Nº: 02/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
Contratada...: PROVIAS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA
Valor : 22.280,00 (vinte e dois mil duzentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 25/06/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 36/2019
Recursos : Dotação: 1.005.4.4.90.00.00.00.00 (102)
Objeto : Execução de serviços técnicos especializados na elaboração de projetos de engenharia para pavimentação de vias no município de Siderópolis.

Aditivo Nº : 3-05/2019 - Contrato Nº: 05/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
Contratada...: BCL EMPREENDIMENTOS LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 30/06/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2018
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação e drenagem nas Ruas Roberto Rosso, José Antônio Agostinho e Rodrigo Bernardo, de acordo com o Contrato de Repasse nº 868463/2018 entre a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Município de Siderópolis/SC.

Aditivo Nº : 2-06/2019 - Contrato Nº: 06/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
Contratada...: BCL EMPREENDIMENTOS LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 30/06/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 4/2018
Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação e drenagem na Rua 03 no Bairro Rio Fiorita, de acordo com o Contrato de Repasse nº 868464/2018 entre a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Município de Siderópolis/SC.

Aditivo Nº : 2-53/2015 - Contrato Nº: 53/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
Contratada...: BRAMAC CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 09/06/2020 Término: 09/06/2021
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa especializada para execução de serviços de implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário, tudo em conformidade com os projetos arquitetônicos e complementares

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO Nº 0241-2020 DE 03-07-2020- SUPL SUPERÁVIT 2019

Publicação Nº 2552558

DECRETO Nº 0241/2020 DE 06/07/2020

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL DE ESPECIE SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Orçamentária Anual- LOA nº 1.227/2019 de 05 de dezembro de 2019.

Artigo 1º – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional de Espécie Suplementar por Superávit Financeiro R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinados a suplementar os seguintes Projetos/Atividades do Orçamento Municipal do vigente:

06.002.0015.0782.0012.1.004- Pavimentação de Vias Urbanas

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00(356)	0300.3000	Investimentos- Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00

Artigo 2º – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1º valor R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), proveniente Superávit Financeiro de apurado no Exercício de 2019.

Artigo 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e está vinculada a Lei nº 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 03 de julho de 2020.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal
Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

JOÃO PAULO GUBERT
Diretor de Administração

Tigrinhos

PREFEITURA

LEI Nº 973 DE 07 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2552798

LEI Nº. 973, DE 07 DE JULHO DE 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO PELO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 286.474,02 (Duzentos e oitenta e seis mil quatrocentos e setenta e quatro reais e dois centavos), através do REFORÇO de dotações orçamentárias constantes no orçamento da Prefeitura Municipal conforme segue:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

UNIDADE: 01 – DEPTO DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIV.: 2.022– MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

MODALIDADE: 3.1.90.0001 – Aplicações Diretas (65) R\$ 286.474,02

FONTE DE RECURSO: 00001 – Recursos de Impostos p/ MDEF - Mínimo de 27%

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de R\$ 286.474,02 (Duzentos e oitenta e seis mil quatrocentos e setenta e quatro reais e dois centavos) de que trata o artigo 1º do presente Projeto, ficam utilizados os recursos das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 02 – GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01 – CHEFIA DO GABINETE

PROJ./ATIV.: 2.002– MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

MODALIDADE: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas (04) R\$ 33.000,00

FONTE DE RECURSO: 0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

UNIDADE: 01 – DEPTO DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIV.: 2.019– CAPACITAÇÃO PARA DOCENTES

MODALIDADE: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (64) R\$ 13.104,30

FONTE DE RECURSO: 0000 – Recursos Ordinários Livres

PROJ./ATIV.: 2.023– MANUTENÇÃO DO LABORATORIO DE INFORMATICA

MODALIDADE: 3.3.90.00001 – Aplicações Diretas (71) R\$ 10.920,25

FONTE DE RECURSO: 00001 – Recursos de Impostos p/ MDEF - Mínimo de 27%

MODALIDADE: 4.4.90.00001 – Aplicações Diretas (72) R\$ 10.920,25

FONTE DE RECURSO: 00001 – Recursos de Impostos p/ MDEF - Mínimo de 27%

PROJ./ATIV.: 2.024– APOIO A ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

MODALIDADE: 3.3.90.00001 – Aplicações Diretas (102) R\$ 8.736,20

FONTE DE RECURSO: 00001 – Recursos de Impostos p/ MDEF - Mínimo de 27%

PROJ./ATIV.: 2.032– AUXILIO FINANCEIRO A ACADEMICOS DO MUNICIPIO

MODALIDADE: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (82) R\$ 7.306,77

FONTE DE RECURSO: 0000 – Recursos Ordinários Livres

PROJ./ATIV.: 2.041– ATENDIMENTO A ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

MODALIDADE: 3.3.90.0001 – Aplicações Diretas (103) R\$ 7.940,19

FONTE DE RECURSO: 00001 – Recursos de Impostos p/ MDEF - Mínimo de 27%

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

UNIDADE: 03 – DEPTO DE CULTURA

PROJ./ATIV.: 2.037– FESTIVIDADES DE ANIVERSARIO DO MUNICIPIO

MODALIDADE: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (111) R\$ 51.325,18

FONTE DE RECURSO: 0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE OBRA SER.URB.AGRIC.INTER

UNIDADE: 01 – DEPTO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

PROJ./ATIV.: 2.048– MANUTENÇÃO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA URBANA

MODALIDADE: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas (118) R\$ 38.220,88

FONTE DE RECURSO: 0000 – Recursos Ordinários Livres

MODALIDADE: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (119) R\$ 50.000,00
FONTE DE RECURSO: 0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE OBRA SER.URB.AGRIC.INTER
UNIDADE: 02 – DEPTO DE TRANSPORTES
PROJ./ATIV.: 1.026– AQUISIÇÃO DE VEICULO PARA DMER
MODALIDADE: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas (122) R\$ 55.000,00
FONTE DE RECURSO: 0000 – Recursos Ordinários Livres

Art. 3º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 421.497,50 (Quatrocentos e vinte e um mil, quatrocentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos), através do REFORÇO de dotações orçamentárias constantes no orçamento do Fundo Municipal de Saúde conforme segue:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DA SAUDE
UNIDADE: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PROJ./ATIV.: 2.062– PROGRAMA ESTRATEGIA SAUDE DA FAMILIA - ESF
MODALIDADE: 3.1.90.0002 – Aplicações Diretas (17) R\$ 421.497,50
FONTE DE RECURSO: 0002 – Recursos de Impostos para ASPS - Mínimo de 17%

Art. 4º Para dar cobertura ao valor de R\$ 421.497,50 (Quatrocentos e vinte e um mil, quatrocentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos) de que trata o artigo 3º do presente Projeto, ficam transferidos para o Fundo Municipal de Saúde os recursos das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 02 – GABINETE DO PREFEITO
UNIDADE: 01 – CHEFIA DO GABINETE
PROJ./ATIV.: 2.002– MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO
MODALIDADE: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas (04) R\$ 142.000,00
FONTE DE RECURSO: 0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE: 01 – ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROJ./ATIV.: 2.014– DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO
MODALIDADE: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas (23) R\$ 36.036,82
FONTE DE RECURSO: 0000 – Recursos Ordinários Livres
MODALIDADE: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (24) R\$ 8.736,20
FONTE DE RECURSO: 0000 – Recursos Ordinários Livres
MODALIDADE: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas (25) R\$ 5.460,12
FONTE DE RECURSO: 0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE: 03 – FUNDO DE HABITAÇÃO
PROJ./ATIV.: 2.068– INCENTIVO A HABITAÇÃO
MODALIDADE: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (155) R\$ 20.000,00
FONTE DE RECURSO: 0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
UNIDADE: 01 – DEPTO AGRICULTURA
PROJ./ATIV.: 1.025– AQUISIÇÃO DE VEICULO PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA
MODALIDADE: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas (158) R\$ 50.000,00
FONTE DE RECURSO: 0000 – Recursos Ordinários Livres

PROJ./ATIV.: 2.053– MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA
MODALIDADE: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas (159) R\$ 100.000,00
FONTE DE RECURSO: 0000 – Recursos Ordinários Livres

PROJ./ATIV.: 2.055– MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE BONUS FISCAL
MODALIDADE: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (163) R\$ 31.963,73
FONTE DE RECURSO: 0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
UNIDADE: 02 – DEPTO MEIO AMBIENTE
PROJ./ATIV.: 1.008– PROTEÇÃO DE FONTES DE AGUA
MODALIDADE: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (165) R\$ 16.380,38
FONTE DE RECURSO: 0000 – Recursos Ordinários Livres
MODALIDADE: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas (166) R\$ 10.920,25
FONTE DE RECURSO: 0000 – Recursos Ordinários Livres

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tigrinhos SC, 07 de julho de 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito

LEI Nº 974 DE 07 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2552800

LEI Nº. 974, DE 07 DE JULHO DE 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO PELO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 93.185,10 (Noventa e três mil cento e oitenta e cinco reais e dez centavos), através do REFORÇO de dotações orçamentárias constantes no orçamento do Fundo Municipal de Saúde conforme segue:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DA SAUDE
UNIDADE: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PROJ./ATIV.: 2.062– PROGRAMA ESTRATEGIA SAUDE DA FAMILIA - ESF
MODALIDADE: 3.1.90.0002 – Aplicações Diretas (17) R\$ 93.185,10
FONTE DE RECURSO: 0002 – Recursos de Impostos p/ ASPS - Mínimo de 17%

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de R\$ 93.185,10 (Noventa e três mil cento e oitenta e cinco reais e dez centavos) de que trata o artigo 1º do presente Projeto, ficam utilizados os recursos das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DA SAUDE
UNIDADE: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PROJ./ATIV.: 1.032– AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA SAUDE
MODALIDADE: 4.4.90.0002 – Aplicações Diretas (01) R\$ 32.760,75
FONTE DE RECURSO: 0002 – Recursos de Impostos p/ ASPS - Mínimo de 17%

PROJ./ATIV.: 2.061– AGENTES DE SAUDE
MODALIDADE: 3.3.90.0002 – Aplicações Diretas (16) R\$ 17.760,75
FONTE DE RECURSO: 0002 – Recursos de Impostos p/ ASPS - Mínimo de 17%

PROJ./ATIV.: 2.063– MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE CENTRO DE SAUDE
MODALIDADE: 3.3.90.0002 – Aplicações Diretas (21) R\$ 8.062,35
FONTE DE RECURSO: 0002 – Recursos de Impostos p/ ASPS - Mínimo de 17%
MODALIDADE: 4.4.90.0002 – Aplicações Diretas (22) R\$ 10.920,25
FONTE DE RECURSO: 0002 – Recursos de Impostos p/ ASPS - Mínimo de 17%

PROJ./ATIV.: 2.065– MANUTENÇÃO DO MAC
MODALIDADE: 3.3.90.0002 – Aplicações Diretas (33) R\$ 23.681,00
FONTE DE RECURSO: 0002 – Recursos de Impostos p/ ASPS - Mínimo de 17%

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tigrinhos SC, 07 de julho de 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito

LEI Nº 975 DE 07 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 2552813

LEI Nº. 975, DE 07 DE JULHO DE 2020

DISPÕE SOBRE A OFICIALIZAÇÃO DO PADROEIRO DO MUNICÍPIO, FERIADOS MUNICIPAIS, E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º. Fica por esta Lei instituído e oficializado o Santo Antônio, como Padroeiro do Município de Tigrinhos, cuja comemoração se dará sempre no dia 13 do mês de junho.

Art. 2º. Ficam igualmente oficializados como feriados municipais as seguintes datas:
* 11 de junho: Corpus Christi;

- * 13 de junho: Padroeiro do Município;
- * 29 de setembro: Dia do Município;
- * 31 de outubro: Dia da Reforma;
- * Sexta-feira Santa.

Art. 3º. Os feriados municipais serão respeitados dentro do território municipal.

Art. 4º. As despesas decorrentes da realização da presente Lei correm por conta de dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº. 320/2003, de 09 de junho de 2003.

Tigrinhos SC, 07 de julho de 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito

PORTARIA 206/2020

Publicação Nº 2551553

PORTARIA Nº. 206/2020, DE 06 DE JULHO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 035/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedida Licença para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal, Sr. HEDERSON BONELLI, portador do CPF nº. 056.158.939-90, efetivo no cargo de Motorista, cadastrado sob a matrícula nº 408/01, pelo período de 07 (sete) dias, a partir de 06 de Julho de 2020 a 12 de Julho de 2020, retornando as atividades normais em 13 de Julho de 2020, nos termos do art. 109 da Lei Municipal Complementar nº. 035/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado.

Lei Municipal Complementar nº 035/2015.

Art. 109 Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em exame médico, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus pelo período de 15 (quinze) dias, sendo que após, o funcionário deverá encaminhar o devido procedimento junto ao Instituto Nacional de Seguro Social. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 06 DE JULHO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em seis de julho de dois mil e vinte.

Cleiton Soethe
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 207/2020

Publicação Nº 2551555

PORTARIA Nº. 207/2020, DE 06 DE JULHO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 035/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedida Licença para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal, Sr. JONAS CLEOMAR GRASS, portador do CPF nº. 061.949.879-01, efetivo no cargo de Motorista, cadastrado sob a matrícula nº 583/25, pelo período de 07 (sete) dias, a partir de 06 de Julho de 2020 a 12 de Julho de 2020, retornando as atividades normais em 13 de Julho de 2020, nos termos do art. 109 da Lei Municipal Complementar nº. 035/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado.

Lei Municipal Complementar nº 035/2015.

Art. 109 Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em exame médico, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus pelo período de 15 (quinze) dias, sendo que após, o funcionário deverá encaminhar o devido procedimento junto ao Instituto Nacional de Seguro Social. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 06 DE JULHO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em seis de julho de dois mil e vinte.

Cleiton Soethe
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 208/2020

Publicação Nº 2551556

PORTARIA Nº. 208/2020, DE 06 DE JULHO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 035/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedida Licença para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal, Sr. MARCELINO FEDRIZZI, portador do CPF nº. 463.014.610-53, efetivo no cargo de Motorista, cadastrado sob a matrícula nº 583/26, pelo período de 07 (sete) dias, a partir de 06 de Julho de 2020 a 12 de Julho de 2020, retornando as atividades normais em 13 de Julho de 2020, nos termos do art. 109 da Lei Municipal Complementar nº. 035/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado.

Lei Municipal Complementar nº 035/2015.

Art. 109 Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em exame médico, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus pelo período de 15 (quinze) dias, sendo que após, o funcionário deverá encaminhar o devido procedimento junto ao Instituto Nacional de Seguro Social. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 06 DE JULHO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em seis de julho de dois mil e vinte.

Cleiton Soethe
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 209/2020

Publicação Nº 2551557

PORTARIA Nº. 209/2020, DE 06 DE JULHO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 035/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedida Licença para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal, Sr. CLEITON DA SILVA, portador do CPF nº. 006.796.910-06, efetivo no cargo de Motorista, cadastrado sob a matrícula nº 413/01, pelo período de 07 (sete) dias, a partir de 06 de Julho de 2020 a 12 de Julho de 2020, retornando as atividades normais em 13 de Julho de 2020, nos termos do art. 109 da Lei Municipal Complementar nº. 035/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado.

Lei Municipal Complementar nº 035/2015.

Art. 109 Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em exame médico, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus pelo período de 15 (quinze) dias, sendo que após, o funcionário deverá encaminhar o devido procedimento junto ao Instituto Nacional de Seguro Social. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 06 DE JULHO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em seis de julho de dois mil e vinte.

Cleiton Soethe
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 210/2020

Publicação Nº 2551559

PORTARIA Nº. 210/2020, DE 06 DE JULHO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 035/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedida Licença para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal, Sr. JACI JOSE DA SILVA OLIVEIRA, portador do CPF nº. 492.393.179-53, efetivo no cargo de Motorista, cadastrado sob a matrícula nº 487/01, pelo período de 07 (sete) dias, a partir de 06 de Julho de 2020 a 12 de Julho de 2020, retornando as atividades normais em 13 de Julho de 2020, nos termos do art. 109 da Lei Municipal Complementar nº. 035/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado.

Lei Municipal Complementar nº 035/2015.

Art. 109 Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em exame médico, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus pelo período de 15 (quinze) dias, sendo que após, o funcionário deverá encaminhar o devido procedimento junto ao Instituto Nacional de Seguro Social. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 06 DE JULHO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em seis de julho de dois mil e vinte.

Cleiton Soethe
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 211/2020

Publicação Nº 2551561

PORTARIA Nº. 211/2020, DE 06 DE JULHO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 035/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedida Licença para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal, Sr. ALDERI PAULO SCHAFFER, portador do CPF nº. 020.387.959-75, efetivo no cargo de Fiscal de Tributos, cadastrado sob a matrícula nº 288/01, pelo período de 13 (treze) dias, a partir de 06 de Julho de 2020 a 18 de Julho de 2020, retornando as atividades normais em 19 de Julho de 2020, nos termos do art. 109 da Lei Municipal Complementar nº. 035/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado.

Lei Municipal Complementar nº 035/2015.

Art. 109 Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em exame médico, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus pelo período de 15 (quinze) dias, sendo que após, o funcionário deverá encaminhar o devido procedimento junto ao Instituto Nacional de Seguro Social. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 06 DE JULHO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em seis de julho de dois mil e vinte.

Cleiton Soethe
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 212/2020

Publicação Nº 2551565

PORTARIA Nº. 212/2020, DE 06 DE JULHO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 035/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedida Licença para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal, Sra. ESTELA REGINA DE LIMA SCHAFER, portadora do CPF nº. 018.350.219-13, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, cadastrada sob a matrícula nº 369/01, pelo período de 13 (treze) dias, a partir de 06 de Julho de 2020 a 18 de Julho de 2020, retornando as atividades normais em 19 de Julho de 2020, nos termos do art. 109 da Lei Municipal Complementar nº. 035/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado.

Lei Municipal Complementar nº 035/2015.

Art. 109 Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em exame médico, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus pelo período de 15 (quinze) dias, sendo que após, o funcionário deverá encaminhar o devido procedimento junto ao Instituto Nacional de Seguro Social. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 06 DE JULHO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em seis de julho de dois mil e vinte.

Cleiton Soethe
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 213/2020

Publicação Nº 2551566

PORTARIA Nº. 213/2020, DE 06 DE JULHO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 035/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedida Licença para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal, Sra. MARINÊS KIRTEN DA SILVA, portadora do CPF nº. 085.117.949-56, efetiva no cargo de Merendeira, cadastrada sob a matrícula nº 435/01, pelo período de 07 (sete) dias, a partir de 06 de Julho de 2020 a 12 de Julho de 2020, retornando as atividades normais em 13 de Julho de 2020, nos termos do art. 109 da Lei Municipal Complementar nº. 035/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado.

Lei Municipal Complementar nº 035/2015.

Art. 109 Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em exame médico, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus pelo período de 15 (quinze) dias, sendo que após, o funcionário deverá encaminhar o devido procedimento junto ao Instituto Nacional de Seguro Social. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 06 DE JULHO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em seis de julho de dois mil e vinte.

Cleiton Soethe
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 214/2020

Publicação Nº 2552780

PORTARIA Nº. 214/2020, DE 07 DE JULHO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 035/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedida Licença para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal, Sr. LEUMAR PAULO FRANZ, portador do CPF nº. 086.747.519-62, efetivo no cargo de Operador, cadastrado sob a matrícula nº 683/01, pelo período de 08 (sete) dias, a partir de 06 de Julho de 2020 a 13 de Julho de 2020, retornando as atividades normais em 14 de Julho de 2020, nos termos do art. 109 da Lei Municipal Complementar nº. 035/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado.

Lei Municipal Complementar nº 035/2015.

Art. 109 Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em exame médico, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus pelo período de 15 (quinze) dias, sendo que após, o funcionário deverá encaminhar o devido procedimento junto ao Instituto Nacional de Seguro Social. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 06 de Julho de 2020.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 07 DE JULHO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em sete de julho de dois mil e vinte.

Cleiton Soethe
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

Tijucas

PREFEITURA

DECRETO Nº 1568-2020

Publicação Nº 2552703

DECRETO Nº 1568, 06 DE JULHO DE 2020.

Altera o Decreto nº 1554, 07 de junho de 2020, que dispõe sobre as novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID19), e dá outras providências.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito do Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 82, na forma da alínea "e", do inciso I, do parágrafo único do art. 31-A, ambos da Lei Orgânica Municipal, e demais disposições legais, e ainda,

CONSIDERANDO as recomendações da Secretaria Municipal de Saúde, órgão competente para a coordenação técnica das ações necessárias ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), bem como a necessidade de medidas de vigilância epidemiológica com fundamento nas Leis Federais nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO o estabelecido no art. 36 do Decreto Estadual nº 630, de 1º de junho de 2020, onde os Municípios do Estado, por meio dos respectivos Prefeitos, poderão estabelecer medidas específicas de enfrentamento mais restritivas do que as previstas nos Decretos Estaduais ou em Portarias do Secretário de Estado da Saúde, observadas as informações técnicas do COES e de acordo com a necessidade apresentada, a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus em seus territórios;

CONSIDERANDO o aumento alarmante de novos casos confirmados de infectados pelo novo coronavírus (COVID-19), bem como o aumento de pacientes com COVID-19 que evoluíram a óbito, demonstrados nos boletins epidemiológico dos últimos 10 (dez) dias do Município de Tijucas,

DECRETA:

Art.1º Os incisos III e IV do art. 1º do Decreto nº 1554, 07 de junho de 2020, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º (...)

(...)

III – até 31 de julho de 2020, o calendário de eventos esportivos organizados pela Fundação Municipal de Esporte de Tijucas (FME), bem como o acesso público a eventos e competições da iniciativa privada; e

IV – até 31 de julho de 2020, as atividades em cinemas, teatros, casas noturnas, museus, parques temáticos, bem como a realização de eventos, shows e espetáculos que acarretam reunião de público.

(...)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Tijucas (SC), 06 de julho de 2020.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito do Município de Tijucas

DECRETO Nº 1569-2020

Publicação Nº 2552705

DECRETO Nº 1569, 07 DE JULHO DE 2020.

Autoriza abertura de processo seletivo simplificado para contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público e de urgência na forma da lei e dá outras providências.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito do Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 82, na forma da alínea "e", do inciso I, do parágrafo único do art. 31-A, ambos da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o disposto no art. 2º da Lei Municipal nº 2.325, de 15 de dezembro de 2010, e demais disposições legais, e ainda,

Considerando o pedido formulado pela Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, objetivando a contratação emergencial e excepcional de preenchimento dos cargos vacantes, bem como, diante da necessidade de formar um cadastro de reserva para garantir os serviços de engenharia, que inclui análise de projetos, fiscalização e acompanhamento de obras, atendimento ao público, fiscalização

da implantação de loteamentos, atendimento de projetos de outras secretarias entre outros serviços de engenharia e topografia, diante da necessidade de completar o quadro técnico do Setor de Engenharia, em função de demissão de servidor do quadro, do acúmulo de férias dos servidores efetivos do Setor, e ainda, aumento da demanda dos serviços, proporcionado pelos pedidos de abertura de loteamento e novas construções civis, e pelas diversas obras públicas em execução, situação agravada pelo impedimento da realização de concurso público, em virtude da aplicação das medidas de afastamento social para contenção da disseminação da COVID-19, que culmina na necessidade de restrição drástica da circulação e aglomeração de pessoas em função da pandemia;

Considerando as informações prestadas pela Diretoria de Recursos Humanos, que no caso específico da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, que verificado no cadastro de reserva do último concurso público e dos processos seletivos simplificados anteriores não existem candidatos aprovados a serem chamados, se que comprometa o atendimento a comunidade, o retardamento nas contratações inviabilizaria os serviços anteriormente citados;

CONSIDERANDO como alternativa viável para realização do processo seletivo simplificado efetuar a avaliação por meio de prova de títulos, conforme orientação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, através do Prejulgado 2041, onde manifesta que nos casos de contratação de pessoal por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, pode o Município escolher os critérios que serão adotados no processo seletivo simplificado, respeitados a publicidade, normatização e objetividade na avaliação, que poderá ocorrer unicamente com base no exame de títulos, evitando desta maneira, aglomeração de pessoas em espaço fechado, respeitando as medidas estabelecidas para o afastamento social, sendo a única forma de inviabilizar os serviços de engenharia, tanto para análise dos pedidos nesta área pelos munícipes interessados na aprovação de seus projetos, como, no atraso de execução e fiscalização de obras públicas;

CONSIDERANDO, ainda, o disposto no Decreto Municipal nº 1516, de 18 de março de 2020, que decretou situação de emergência em saúde pública, em função da pandemia do coronavírus e no Decreto Municipal nº 1566, de 1º de julho de 2020, que declarou situação de emergência em função de evento climático adverso, causado por vendaval, que causou danos elevados, inclusive em residências, estabelecimentos comerciais, propriedades rurais, igrejas e edificações públicas, tendo como principais problemas decorrentes do desastre destelhamentos, quedas de árvores em vias públicas e rede elétrica, queda de postes de energia elétrica, desmoronamento de galpões, danos significativos em toda a rede elétrica e de telefonia móvel e internet em todo território do Município, ocasionando danos econômicos e humanos,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a imediata abertura de processo seletivo simplificado para contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público e de urgência da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, na forma da Lei Municipal nº 2.325, de 15 de dezembro de 2010, mediante a contratação dos profissionais abaixo identificados:

I – 01 (uma) vaga para o cargo de Arquiteto, carga horária de 40 (vinte) horas semanais;

II – 01 (uma) vaga para o cargo de Engenheiro Civil, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

III – 01 (uma) vaga para o cargo de Técnico em Topografia, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

IV – 01 (uma) vaga para o cargo de Técnico em Edificações, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º A responsabilidade e a coordenação do processo seletivo simplificado caberão a Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, sob a orientação da Secretaria de Administração, através da Diretoria de Recursos Humanos, da Procuradoria-Geral e do Controle Interno.

§ 1º Como forma de conter gastos públicos, a Secretaria envolvida no processo seletivo simplificado, se necessário, deverá solicitar a colaboração técnica, pessoal e material dos demais órgãos e unidades da estrutura básica da Administração Pública do Município de Tijucas, enumeradas no art. 10 da Lei Complementar nº 2, de 16 de novembro de 2010.

§ 2º Objetivando a lisura do processo seletivo simplificado, visando à manutenção dos princípios constitucionais voltados para a administração pública, em especial da impessoalidade, moralidade e transparência, poderão ser convidados para participar de todos os atos do processo, membros das entidades representativas dos servidores públicos municipais, ou seja, Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Município de Tijucas.

Art. 3º As contratações autorizadas, que serão feitas por tempo determinado, nos termos da lei anteriormente mencionada, observarão o prazo máximo de 1 (um) ano de vigência, sendo admitida prorrogação, mediante justificativa fundamentada, caso não seja homologado o concurso público no período.

Parágrafo único. Dentro da validade do processo seletivo e mediante justificativa da autoridade competente, poderá ser reconduzida a lista de aprovados, respeitada a ordem de classificação.

Art. 4º Aplica-se ao pessoal contratado nos termos deste decreto, o regime estatutário (jurídico-administrativo), respeitados os termos do contrato, as disposições referentes à gratificação natalina, ao pagamento de hora extra e adicional noturno, as férias, insalubridade ou periculosidade nos termos de lei ou conforme apurado em regular perícia, aos direitos de ausência do serviço, aos direitos de petição e deveres, proibições, responsabilidades e penalidades, excluindo-se todas e quaisquer vantagens pessoais e impessoais concedidas exclusivamente aos servidores efetivos ocupantes de cargos tomados como paradigma.

Art. 5º O candidato aprovado, obedecendo à ordem classificatória e dentro da validade do processo seletivo simplificado, deverá ser obrigatoriamente chamado, se por ventura, houver necessidade de nova contratação para ocupar vaga do mesmo cargo em que foi aprovado,

mesmo sendo para outra divisão dentro da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos ou até mesmo para outra Secretaria, desde que a habilitação e as funções sejam compatíveis.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas (SC), 07 de julho de 2020.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito do Município de Tijucas

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 019/FMS/2020 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/FMS/20 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/FMS/2020

Publicação Nº 2551290

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 019/FMS/2020 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/FMS/20 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/FMS/20
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: MUNDIAL SOLUÇÕES LABORATORIAIS LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TESTES RÁPIDOS PARA DIAGNÓSTICO DA COVID-19, PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

Valor: R\$ 42.000,00 (QUARENTA E DOIS MIL REAIS).

Amparo Legal: ART. 23, INCISO II, "A" E ART. 24, II, DA LEI 8.666/93, C/C ART. 4º DA LEI 13.979/2020 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES C/C PARECER JURÍDICO FAVORÁVEL N. 200/2020/PGM.

TIJUCAS/SC, 02 DE JULHO DE 2020.

PORTARIA 905/2020

Publicação Nº 2552691

PORTARIA Nº 905, 06 DE JULHO DE 2020.

MAYCOM WOLLINGER DE MELO, Secretário Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de 18 de outubro de 2005, e na forma da Lei Municipal nº 2325, de 15 de novembro de 2010, e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores Carla Alves, Gabrielli Cota Wolinger e Miguel Arcanjo de Azevedo Neto, respectivamente portadores das matrículas nºs 10.494, 10.345 e 7.643, para comporem, sob a presidência do terceiro, a COMISSÃO ORGANIZADORA, EXAMINADORA E JULGADORA DOS PROCESSOS SELETIVOS DA Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos PARA EXERCÍCIO DE 2020.

Art. 2º A Comissão Municipal de Coordenação e de Fiscalização dos Processos Seletivos da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos para o exercício de 2020 terá a função de coordenar, receber, examinar, fiscalizar, julgar e homologar, todos os documentos e procedimentos relativos aos Editais dos Processos Seletivos para admissão de servidores em caráter temporário da própria Secretaria.

Art. 3º A Comissão de Coordenação e de Fiscalização dos Processos Seletivos da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos para Exercício de 2020 poderá contratar serviços de terceiros para o perfeito desempenho de suas atribuições.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MAYCOM WOLLINGER DE MELO
Secretário Municipal de Obras,
Transportes e Serviços Públicos

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 066/2020**

Publicação Nº 2552686

PORTARIA N.º 66/2020/CMT, DE 06 DE JULHO DE 2020.

Dispõe sobre a suspensão do expediente externo, bem como, a dispensa de ponto dos servidores no período de 07 a 10 de julho de 2020, inclusive.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei, com fulcro no artigo 46 e 47, inciso XXI, do Regimento Interno

Considerando o Princípio da legalidade que destaca que o Estado deverá respeitar as próprias leis que editou;

Considerando o Princípio da publicidade que determina que os atos praticados pela Administração Pública devem ser amplamente divulgados;

Considerando o princípio da razoabilidade que busca o interesse público primário e exige justificativa e adequada ponderação administrativa;

Considerando a conveniência e oportunidade da Administração Pública para tratar da organização e funcionamento dos serviços;

Considerando o ciclone Bomba extratropical, na data de 30/06/20, que ocasionou destruição nos Municípios de Santa Catarina;

Considerando o Decreto Municipal n. 1566, de 01 de julho, que declara situação de emergência no Município afetado por vendaval conforme COBRADE 1.3.2.1.5;

Considerando a necessidade de aguardar a instalação das vidraças e porta da frente, destruídas com o vendaval, e ainda em processo de licitação (contratação por dispensa de licitação); e

Considerando que o retorno do serviço na Câmara Municipal deve ocorrer com segurança aos servidores;

RESOLVE:

Art. 1º Fica determinada a suspensão do expediente externo da Câmara Municipal de Tijucas, com a dispensa do ponto pelos servidores no período de 07(terça-feira) a 10 de julho de 2020 (sexta-feira), inclusive.

Art. 2º O expediente interno será mediante trabalho remoto, executado através da ferramenta 1Doc.

Parágrafo único. O sistema mencionado no caput comporta as atividades rotineiras, que não precisem da presença física.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas, 06 de julho de 2020.

VILSON NATALIO SILVINO
Presidente

PORTARIA 067/2020

Publicação Nº 2552687

PORTARIA N.º 67/2020/ DE 06 DE JULHO DE 2020

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

CONCEDER, nesta data ao servidor NORBERTO LIMA, comissionado, matrícula nº 201, do cargo de ASSESSOR PARLAMENTAR, 20 (vinte) dias de férias, a serem gozadas em 01/07/2020 à 20/07/2020, referente ao período aquisitivo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de julho, revogadas as disposições em contrário.

VILSON NATALIO SILVINO
Presidente

Timbé do Sul

PREFEITURA

ATO CONVOCATÓRIO 10/2020; PROCESSO SELETIVO EDITAL 01/2019

Publicação N° 2551289

ATO CONVOCATÓRIO 10/2020
PROCESSO SELETIVO N° 001/2019

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Processo Seletivo Edital 001/2019, torna público o que segue:

1. Ficam CONVOCADOS os candidatos abaixo identificados, aprovados no Processo Seletivo Edital nº 001/2019;
2. Os candidatos devem apresentar-se imediatamente, a não apresentação do candidato no prazo de 05 dias úteis será considerada desistente, sendo convocados os seguintes da lista de classificação.

Timbé do Sul, 06 de julho de 2020.

Roberto Biava
Prefeito Municipal

ANEXO I
ATO CONVOCATÓRIO 10/2020

CARGO: ENFERMEIRO
002 /161534 / DIANA DE PRÁ PIZZONI

Timbé do Sul, 06 de julho de 2020.

Roberto Biava
Prefeito Municipal

DECRETO 125-2020 ERRATA

Publicação N° 2551348

ERRATA: DECRETO 125/2020

LEIA-SE

DECRETO N°. 125, DE 1º DE JULHO DE 2020.

DEMITE SERVIDOR TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º - Fica demitido a pedido, a servidora abaixo identificada, Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul:

Nome	Matrícula	Cargo
Débora Cristiana de Araújo	3700	Auxiliar de Serviços Gerais I

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 1º de julho de 2020.

ROBERTO BIAVA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

FERNANDO FAVARIN
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 126/2020 DEMITE SERVIDOR TEMPORÁRIO A PEDIDO

Publicação Nº 2551350

DECRETO Nº. 126, DE 02 DE JULHO DE 2020.

DEMITE SERVIDOR TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º - Fica demitido a pedido, o servidor abaixo identificado, Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul:

Nome	Matrícula	Cargo
Marco Aurélio Zanoni	3670	Enfermeiro

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 02 de julho de 2020.

ROBERTO BIAVA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

FERNANDO FAVARIN
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 17/2020 NOMEIA SERVIDOR CONTRATADO POR PRAZO DETERMINADO

Publicação Nº 2551352

DECRETO Nº 127, DE 02 DE JULHO DE 2020.

NOMEIA SERVIDOR CONTRATADO POR PRAZO DETERMINADO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.960, de 16/07/2019, que: Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências;
Considerando Atestado Médico da Servidora Gessica Scot Tramontin. Matrícula nº 3666;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada no Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul a Senhora Rejane Martins João Monteiro, no cargo de Contadora, inscrito no CRC/ SC sob nº 019934/0-0, pelo período de 14 dias.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL, 02 de julho de 2020.

ROBERTO BIAVA
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

FERNANDO FAVARIN
Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 04 2020 FME

Publicação Nº 2551860

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2020 - FME

A Central de Licitações convoca, através do presente, os representantes legais das empresas, REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME, CNPJ nº 79.912.788/0001-62; a JOSÉ PAULO BITENCOURT ME, CNPJ nº 08.272.612/0001-45; ASTOR STAUDT COMÉRCIO DE PRODUTOS EDUCATIVOS EIRELI, CNPJ nº 91.824.383/0001-78; BIANCA RICACHESKI RAUBER, CNPJ nº 28.584.842/0002-38; ISZA COMÉRCIO E ATACADO EIRELI, CNPJ nº 35.436.095/0001-75 e SOS PARQUES IND. COM. E MANUTENÇÃO DE PARQUES E ARTEFATOS DE METAL LTDA-ME, CNPJ nº 68.723.998/0001-96, a comparecerem para assinatura das respectivas atas de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 14/07/2020.

HORÁRIO: das 08hs 12hs e das 14hs às 17hs.

Necessário trazer carimbo comercial da empresa para validação da assinatura.

Timbó, 06 de julho de 2020.

RAFAELA DOS SANTOS GUEDES

Central de Licitações

DECISÃO - CONCORRÊNCIA 25 2020 PMT - CAPELA MORTUARIA

Publicação Nº 2551622

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 25/2020

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA

OBJETO: CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO REMUNERADA DO IMÓVEL PÚBLICO DENOMINADO "CASA MORTUÁRIA JARDIM DA PAZ", COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 397,36 M², SOBRE O LOTE DE TERRAS COM 2.555,92 M², SITUADA NO LADO ÍMPAR DA RUA SÃO PAULO, BAIRRO DAS CAPITAIS, EM TIMBÓ.

RECORRENTES: FUNERÁRIA BUTZKE LTDA. ME e CASA FUNERÁRIA GUILHERME BUTZKE LTDA. ME

I. RELATÓRIO

O Município de Timbó/SC, através da Secretaria da Fazenda e Administração, lançou o processo licitatório - Edital de Concorrência nº 25/2020, tendo como objeto a "CONCESSÃO REMUNERADA DO IMÓVEL PÚBLICO DENOMINADO "CASA MORTUÁRIA JARDIM DA PAZ", COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 397,36 M², SOBRE O LOTE DE TERRAS COM 2.555,92 M², SITUADA NO LADO ÍMPAR DA RUA SÃO PAULO, BAIRRO DAS CAPITAIS, EM TIMBÓ.", com data de entrega dos envelopes para 15/06/2020 as 09:00h.

Da sessão pública de abertura dos envelopes de habilitação participaram duas empresas, sendo elas a FUNERÁRIA BUTZKE LTDA. ME e CASA FUNERÁRIA GUILHERME BUTZKE LTDA. ME, apresentando na oportunidade os envelopes de habilitação e proposta de preço, tendo a comissão, após a abertura da habilitação, suspenso a sessão e encaminhado os documentos apresentados pelo licitantes à análise técnica contábil, cientificando-os que seriam julgados em sessão posterior.

Em 18/06/2020 a Comissão Permanente de Licitações, após o recebimento e com fundamento na referida análise técnica contábil, decidiu por INABILITAR TODAS AS EMPRESAS, sendo a Funerária Butzke Ltda. ME pelo descumprimento da alínea "b" do item 6.1.5 do edital e a Casa Funerária Butzke Ltda. ME. por descumprir as alíneas "a" e "b" do mesmo item do edital.

Após comunicação da decisão os licitantes apresentaram tempestivamente recurso onde reconhecem o descumprimento das normas/condições editalícias que motivaram a sua inabilitação, tanto que promoveram, com o intuito de sanar tal vício, a juntada de novos documentos.

Ambos os recursos foram submetidos ao contraditório que, transcorrido o prazo, culminou no envio dos autos a esta Secretaria para decisão.

Esse é o resumo dos fatos. Passamos a decisão.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Vistos e examinados constata-se que além de cumpridos, pela municipalidade, todos os requisitos formais atinentes a espécie e embora

ambas as empresas tenham apresentado recurso nos termos do art. 109 da lei 8.666/93, tal intervenção teve como objetivo único e específico reconhecer os motivos que ensejaram a inabilitação e apresentar novos documentos buscando solucionar tal questão, o que caracteriza o voluntário e antecipado uso, pelos licitantes, da premissa normativa lhes garantida por força do que estabelece o art. 48, §3º da respectiva norma, qual seja a possibilidade de, em sendo inabilitados todos os concorrentes, ser conferido prazo de oito dias úteis para apresentação de nova documentação.

Apesar do recurso pela regra geral, constituir o meio procedimental à motivar a revisão do ato, não é o que as recorrentes buscam no presente recurso, eis que reconhecem acertada a decisão, porém pleiteiam a inclusão de novos documentos para, então, cumprir as exigências editalícias, o que, quando muito, por serem as únicas licitantes e face a expressa disposição/determinação normativa (art. 48 §3º da Lei 8.666/93), poderia lhes ser deferido.

Não bastasse tal realidade, mesmo após pontualmente instadas a se manifestar acerca dos recursos (o que também constitui requisito formal legal), as licitantes sequer apresentara manifestação.

III. DECISÃO

ANTE O EXPOSTO, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, vinculação ao instrumento convocatório e considerando os fundamentos acima apresentados, decide pelo INDEFERIMENTO DOS RECURSOS (pois além de não buscarem a revisão da decisão, reconhecem os motivos que ensejaram a inabilitação e juntam documentos para sanar este vício), determinando porém, o RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS INSERIDOS NO RECURSO como sendo o exercício das condições previstas no art. 48, §3º da lei 8.666/93, CONCEDENDO O PRAZO DEFINIDO NESTE ÚLTIMO, para que, querendo, os licitantes apresentem documentos complementares aos ora recebidos, ou manifestem expressamente a abdicação ao prazo, de modo a viabilizar a análise dos documentos entregues com o propósito de escoimar o vício que gerou a inabilitação de todos os licitantes.

DETERMINO a ciência aos Licitantes, e, após manifestação ou transcorrido o prazo legal, o retorno dos autos à Comissão para que submetam a nova análise e profiram decisão acerca da habilitação dos licitantes.

Publique-se, registre-se e intime-se.

Timbó, 02 de julho de 2020

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
SECRETÁRIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

DECISÃO - IMPUGNAÇÃO - PREGÃO 44-2020 PMT

Publicação Nº 2551623

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MASCARAS CIRÚRGICAS DESCARTÁVEIS DESTINADAS A UTILIZAÇÃO PELOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA DA SAÚDE E DEFESA CIVIL NO ENFRENTAMENTO AO CORONA VÍRUS. AQUISIÇÃO NOS MOLDES DA LEI 13.979/2020.

IMPUGNANTE: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

DECISÃO

I. DOS FATOS

Trata-se de impugnação intentada em 02/07/2020 por ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. aos termos do edital de Pregão Presencial nº 44/2020, que objetiva a AQUISIÇÃO DE MASCARAS CIRÚRGICAS DESCARTÁVEIS DESTINADAS A UTILIZAÇÃO PELOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA DA SAÚDE E DEFESA CIVIL NO ENFRENTAMENTO AO CORONA VÍRUS. AQUISIÇÃO NOS MOLDES DA LEI 13.979/2020., publicado em 29/06/2020 com data de entrega dos envelopes e abertura das propostas agendada para 10/07/2020 as 09:05 horas.

Em suas razões, na síntese necessária, o impugnante alega vício no edital que compromete a sua tramitação e qualidade da compra, notadamente por não exigir expressamente ao autorização de funcionamento (AFE) da empresa junto à ANVISA. Assevera que a exigência deflui do que dispõe a Lei Federal 5.991/73 – art. 21 c/c art. 1, 2 e 66 da Lei Federal nº 6360/76. Diante destes fatos, requer a alteração do edital para que se inclua a exigência do licitante possuir AFE para participar do certame.

Sendo este, em síntese, o relatório, passamos à análise e decisão da impugnação.

II. DA TEMPESTIVIDADE

A impugnação é tempestiva, eis que intentada em 02/07/2020 para certame com previsão de entrega dos envelopes em 10/07/2020, motivo pelo qual a impugnação deve ser conhecida.

III. DO MÉRITO

Vistos e analisados os autos da impugnação apresentada, com o devido respeito a idiosincrasia do requerente, não há razão para qualquer retificação dos termos consignados no edital, estando hígido em sua legalidade, senão vejamos:

III. I – DA INEXISTENCIA DE CONTRARIEDADE A DISPOSIÇÕES NORMATIVAS APLICÁVEIS A ESPÉCIE.

Consoante infere-se da impugnação, não há qualquer dúvida acerca do adequado descrito e exigências do objeto da licitação, restringindo-se a impugnação ao entendimento do licitante de que deveria o poder público exigir no edital a comprovação por parte dos licitantes de possuir autorização específica (AFE) fornecida pela ANVISA para participar e comercializar produtos destinados à área da saúde.

Subsume-se da impugnação que não se discute que o edital busca material de qualidade, eis que inexistente qualquer discussão nesse sentido, tratando-se exclusivamente de suposta irregularidade pela falta da exigência expressa da aludida AFE para aqueles que pretendam participar da licitação.

Todavia, com o devido respeito ao entendimento do impugnante, em momento algum o edital está contrariando ou isenta a observância pelos licitantes de antederem as normas aplicáveis pelos órgãos de controle para exercício da atividade, inclusive para comercialização de produtos como os objetos da presente licitação.

Tanto assim que estabelece nos itens , 3.1, 3.2, 6.7 e 6.7.1 que:

“3.1 - Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante neste Edital e seus anexos.

3.2 - Serão admitidos a participar os que estejam legalmente constituídos para os fins do objeto pleiteado.

...

6.7 - Juntamente à proposta, a licitante deverá apresentar:

a) Registro do produto no Ministério da Saúde, bem como a solicitação de sua revalidação dentro do prazo previsto em lei, ou Certificado de Isenção de Registro, conforme o caso. Deverá ser apresentada cópia legível da publicação no Diário Oficial ou emitido através do site da ANVISA, indicando, grifando ou destacando o número do item a que se refere;

6.7.1 - Considerando que deverão participar da etapa de lances somente os fornecedores que atendam às exigências técnicas de apresentação do Registro do produto no Ministério da Saúde, o referido documento deverá ser solicitados em anexo à proposta comercial, proporcionando economicidade e eficiência ao processo licitatório (etapa de lances), uma vez que não será necessário abrir os envelopes de habilitação (das vencedoras) se estas não estiverem classificadas regularmente.

...

6.10 - A apresentação da proposta será considerada como evidência e atestado de que a licitante examinou criteriosamente este edital e todos os seus documentos e anexos, aceitando integralmente os seus termos, e que o objeto cotado apresenta todas as características e especificações mínimas exigidas neste edital.”

Infere-se dos dispositivos editalícios que somente poderão participar da licitação as empresas que além de estarem legalmente constituídas, atenderem a todos os requisitos legalmente aplicáveis à espécie, inclusive os constantes do edital, ou seja, se para comercializar determinado produto a empresa deve, por determinação legal, possuir registro em determinado órgão, ao dispor o edital da forma como dispõe, impõe a licitante a aludida determinação.

Não obstante, não é o processo licitatório que irá controlar o exercício da atividade profissional das empresas, sendo que qualquer atitude praticada por licitante que atente aos preceitos legais, como tentar comercializar produto sem ter autorização legal para isso, sujeitará ao infrator as consequências jurídicas, independente do edital prever ou não tal disposição.

O que deve-se observar, é que o processo licitatório busca a eficiência nas compras públicas, através da imparcialidade, assegurando a qualidade do objeto ao melhor custo benefício. Nesse ponto, reiteramos, que o edital garante a qualidade do produto, que inclusive deve ser registrado na ANVISA.

Ademais, vale destacar ainda que a própria ANVISA, através da Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 356, de 23 de março de 2020, estabeleceu expressamente em seu art. 2º que:

“Art. 2º A fabricação, importação e aquisição de máscaras cirúrgicas, respiradores particulados N95, PFF2 ou equivalentes, óculos de proteção, protetores faciais (face shield), vestimentas hospitalares descartáveis (aventais/capotes impermeáveis e não impermeáveis), gorros e propés, válvulas, circuitos e conexões respiratórias para uso em serviços de saúde ficam excepcionais e temporariamente dispensadas de Autorização de Ministério da Saúde – MS Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA Funcionamento de Empresa, da notificação à Anvisa, bem como de outras autorizações sanitárias. (Redação dada pela RDC nº 379, de 30 de abril de 2020)

§ 1º A importação dos produtos descritos no caput terá o deferimento automático do licenciamento de importação no SISCOMEX.

§ 2º O deferimento automático do licenciamento de importação no SISCOMEX independe da realização de qualquer outra análise técnica ou procedimental, conforme previsto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 81, de 2008.

§ 3º O deferimento automático do licenciamento de importação no SISCOMEX não impede que a autoridade sanitária, a qualquer tempo, motivada por critérios tecnicamente justificados ou indícios de irregularidade, determine que se proceda à fiscalização pertinente ao caso.

§ 4º Não será exigida autorização de funcionamento emitida pela Anvisa quando a empresa importar os produtos previstos no caput.

§ 5º Os produtos previstos no caput podem ser importados de quaisquer países, desde que a importadora garanta a procedência, a qualidade, segurança e a sua eficácia.”

Do exposto, ainda que desnecessária a exigência expressa no edital, diante das normas já colacionadas, no que tange especificamente ao produto “máscaras cirúrgicas” a própria ANVISA no exercício da sua competência legal, já isentou a cobrança da AFE durante o período pandêmico que estamos vivenciando, sendo, portanto também por esse viés, improcedente a impugnação ora apresentada.

IV. DA CONCLUSÃO:

Ante todo o exposto e atendendo aos princípios que regem as licitações públicas, DECIDE-SE PELO CONHECIMENTO da impugnação, eis

que tempestiva, INDEFERINDO-SE, no mérito, os pedidos formulados, MANTENDO NA ÍNTEGRA TODOS OS ITENS DO EDITAL 44/2020.

Dê-se ciência à Impugnante e publicidade da presente decisão, bem como se procedam às demais formalidades (publicidade e outras) determinadas em lei.

Timbó, 03 de julho de 2020

JEAN MESSIAS RODRIGUES VARGAS
PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ
PORTARIA N° 1.788/2020

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 41 2020 PMT - SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DE VEÍCULOS

Publicação N° 2551629

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N°. 41/2020 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de lavação, enceramento e polimento de veículos pertencentes à frota municipal, destinados a atender as necessidades da administração direta e indireta (autarquias, fundos e fundações) do município de Timbó.

EMPRESA FORNECEDORA: GILMAR DE ASSIS CORREA (MEI) e LAVAÇÃO SCHUMANN LTDA ME.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 187.754,83 (cento e oitenta e sete mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e três centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 06/07/2021

Timbó, 07/07/2020
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

PARECER - PREGÃO PRESENCIAL SRP 42 2020 PMT

Publicação N° 2551628

PARECER - PREGÃO PRESENCIAL N° 42/2020

Em análise técnica das propostas do Pregão n° 42/2020, destinado a aquisição de lubrificantes, aditivos e combustível destinados à manutenção e abastecimentos dos equipamentos da administração direta e indireta do município de Timbó/SC, solicitada pelo pregoeiro, Sr. Jean M. R. Vargas, informamos que não temos em nossa frota nenhuma máquina ou equipamento da marca Azus, portanto não aceitaremos os lubrificantes da marca Lucheti, em respeito ao que solicitamos no Edital n°42/2020, Anexo I, 2.1.a.

MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR

Secretário de Obras e Serviços Urbanos e Agrícola

Timbó, 3 de julho de 2020.

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 09 2020 PMT

Publicação N° 2545917

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N°. 09/2020 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó, através da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas, do Fundo Municipal de Saúde, do Fundo Municipal de Trânsito e do Fundo Municipal de Defesa Civil.

OBJETO: Registro de preço destinado ao fornecimento de oxigênio medicinal, recarga de oxigênio e mistura para solda, com concessão de equipamentos em comodato, em atendimento às necessidades ao Fundo Municipal de Saúde, a Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas, ao Fundo Municipal de Defesa Civil e Fundo Municipal de Trânsito.

EMPRESAS: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA, e OXIGENIO JOACABA COMERCIO DE GASES ATMOSFERICOS E PRODUTOS PARA SAUDE LTDA EPP – EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 38.011,25 (trinta e oito mil onze reais e vinte e cinco centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 02/04/2021

Timbó, 03/04/2020
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

RESOLUÇÃO Nº 01/2020/CMDCA

Publicação Nº 2552013

RESOLUÇÃO Nº 01/2020/CMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal n 1375 de 01/07/92, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 04 de março de 2020, resolve dispor sobre a criação do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência e dá outras providência.

1375 de 01/07/92, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 04 de março de 2020.

CONSIDERANDO a LEI 13.431/17, que Estabelece o Sistema de Garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

CONSIDERANDO que o Decreto 9603/18, em seu art. 9º, inciso II, § 1º dispõe a escuta especializada dentre os procedimentos possíveis do atendimento intersetorial;

CONSIDERANDO que o Decreto Presidencial n.º 9.603/2018 regulamenta a Lei n.º 13.431/2017, que estabelece o sistema de garantias de direito da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, reiterando que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, que devem receber proteção integral.

CONSIDERANDO que o Decreto Presidencial n.º 9.603/2018, especifica que o sistema de garantia de direitos intervirá nas situações de violência contra crianças e adolescentes com a finalidade de mapear as ocorrências das formas de violência e suas particularidades no País.

CONSIDERANDO que o Decreto Presidencial n.º 9.603/2018, afirma que é preciso prevenir, fazer cessar e evitar a reiteração da violência, promovendo o atendimento de crianças e adolescentes para minimizar as sequelas da violência sofrida, bem como para garantir a reparação integral de seus direitos.

CONSIDERANDO a Lei 13.431/17, que define ser a escuta especializada um procedimento realizado pelos órgãos da rede de proteção nos campos da educação, da saúde, da assistência social, da segurança pública e dos direitos humanos, com o objetivo de assegurar o acompanhamento da vítima em suas demandas, na perspectiva de superação das consequências da violação sofrida, inclusive no âmbito familiar. Deve-se limitar estritamente ao necessário para o cumprimento da finalidade de proteção.

CONSIDERANDO que nas políticas intersetoriais é imprescindível que haja integração dos serviços e o estabelecimento de fluxo de atendimento, sendo que os atendimentos devem ser realizados de maneira articulada; não havendo a superposição de tarefas; necessária a prioridade na cooperação entre os entes; exigindo a fixação de mecanismos de compartilhamento das informações; e a definição do papel de cada instância/serviço e do profissional de referência que supervisionará as atividades.

CONSIDERANDO que o Decreto fixou o prazo de 180 dias, a partir de sua publicação, para a criação, preferencialmente no âmbito dos conselhos de direitos das crianças e adolescentes, de um Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência.

RESOLVE:

Art. 1º - Criar o Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência.

Art. 2º - O Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas, será composto por 02 representantes da política de saúde, 02 da política de educação, 02 da política de assistência social, 02 representantes do CMDCA e 02 representantes do Conselho Tutelar.

Art. 3º - As reuniões do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas, serão mensais.

Art. 4º - O Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas, definirá um coordenador e um vice-coordenador para responderem sempre que necessário pelo Comitê Gestor e representa-lo, quando necessário.

Art. 5º - Cabe ao Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, conforme Art. 9, do Decreto Presidencial n.º 9.603/2018:

I - articular, mobilizar, planejar, acompanhar e avaliar as ações da rede intersetorial, além de colaborar para a definição dos fluxos de atendimento e o aprimoramento da integração do referido comitê;

II - definir o fluxo de atendimento, observados os seguintes requisitos:

- a) os atendimentos à criança ou ao adolescente serão feitos de maneira articulada;
- b) a superposição de tarefas será evitada;
- c) a cooperação entre os órgãos, os serviços, os programas e os equipamentos públicos será priorizada;
- d) os mecanismos de compartilhamento das informações serão estabelecidos;
- e) o papel de cada instância ou serviço e o profissional de referência que o supervisionará será definido; e

III - criar grupos intersetoriais locais para discussão, acompanhamento e encaminhamento de casos de suspeita ou de confirmação de violência contra crianças e adolescentes.

§ 1º O atendimento intersetorial poderá conter os seguintes procedimentos:

I - acolhimento ou acolhida;

II - escuta especializada nos órgãos do sistema de proteção;

III - atendimento da rede de saúde e da rede de assistência social;

IV - comunicação ao Conselho Tutelar;

V - comunicação à autoridade policial;

VI - comunicação ao Ministério Público;

- depoimento especial perante autoridade policial ou judiciária; e

V - aplicação de medida de proteção pelo Conselho Tutelar, caso necessário.

§ 2º Os serviços deverão compartilhar entre si, de forma integrada, as informações coletadas junto às vítimas, aos membros da família e a outros sujeitos de sua rede afetiva, por meio de relatórios, em conformidade com o fluxo estabelecido, preservado o sigilo das informações.

§ 3º Poderão ser adotados outros procedimentos, além daqueles previstos no § 1º, quando o profissional avaliar, no caso concreto, que haja essa necessidade.

Art. 6º - Os casos omissos na presente Resolução serão avaliados pelo Comitê de Gestão Colegiada e submetidos à Sessão Plenária do CMDCA.

Art 6º - Aprovar a seguinte composição do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas

02 Representantes da Política de Saúde

Fernanda Vicenzi Pavan
Margot Friedmann Zetzsche

02 Representantes da Política de Educação

Giovana Salvador
Pedro Henrique Silva Ferreira

02 Representantes da Política de Assistência Social

Micheli Alves de Almeida Riboli
Cristiane Elisabeth Longo

02 Representantes do CMDCA

Eloise Betanin
Luize Amanda Salvador

02 Representantes do Conselho Tutelar.

Cristiana Raquel Giovanela
Cleusa Bommel

Timbó, 26 de junho de 2020.

Raquel Zanolla
Presidente do CMDCA- Gestão 2020-2022

RESOLUÇÃO Nº 03/2020

Publicação Nº 2551743

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TIMBÓ

Criado pela Lei Municipal nº 1.713/94
Avenida Sete de Setembro, 595 – Centro – CEP89120-000.
Timbó- Santa Catarina

RESOLUÇÃO Nº 03/2020

DISPÕE SOBRE O PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, PARA APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CONVÊNIO PARA ESTRUTURAR A REDE DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS DO SUAS

O Conselho Municipal de Assistência Social de Timbó/SC, em Reunião Plenária Ordinária realizada no dia 17 de abril de 2020, no uso da competência que lhe confere a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993- Lei Orgânica de Assistência Social- LOAS e a Lei Municipal nº 1713, de 19 de dezembro de 1994, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social.

RESOLVE:

Art 01- Declarar que APROVA a Proposta de Convênio para Estruturar a Rede de Serviços Socioassistenciais do SUAS.

Objeto: aquisição de Veículo de passeio (CRAS/CREAS) 2 unidades

Objeto: Aquisição de Micro-ônibus (CRAS)

Objeto: Aquisição de Veículo de Passeio para Unidade socioassistencial Beneficiária: APAE

Art 02- Essa Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Silvia Fernanda Brandt Dalagnolo
Presidente do CMAS

CÂMARA MUNICIPAL

PARECER DA COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 7/2020

Publicação Nº 2551492

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL

Processo: 21/2020

Parecer: 14/2020

Matéria: PLC 7/2020

Autor: Poder Executivo

Relator: Ver. Fabricio Dalcastagné

Conclusão: Favorável

Data: 03/07/2020

Ementa do Projeto: Adequa dispositivos da Lei Complementar n. 411, de 26 de dezembro de 2011, que "Dispõe sobre o Regime de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Timbó, cria o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos municipais de Timbó – TIMBOPREV" e da Lei Complementar n. 01, de 22 de outubro de 1993 que "Institui o Regime Jurídico Único para os Servidores públicos do Município, das Autarquias e das Fundações Públicas instituídas e mantidas pelo Município, estabelece diretrizes gerais para sua implantação e dá outras providências." em atenção aos preceitos estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária de iniciativa do Poder Executivo que pretende alterar dispositivos do Lei Complementar nº 411/2011 (Timboprev) e da Lei Complementar nº 1/1993 (Institui o regime jurídico dos servidores públicos municipais de Timbó).

Referido Projeto foi protocolado na Secretaria Legislativa em 11 de maio corrente. O Presidente da Mesa Diretora o despachou a esta Comissão no dia 2 de julho.

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, em seu parecer nº 25/2020 se manifestou pela tramitação da matéria, por atender aos preceitos constitucionais e legais de competência e de conteúdo, com as alterações promovidas pela Emenda Modificativa nº 6/2020.

A Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas concluiu, em seu parecer nº 28/2020, que a matéria não apresenta incompatibilidade com a legislação orçamentária, bem como não trará um impacto financeiro capaz de abalar a normalidade das contas públicas municipais. Por se tratar de matéria relacionada ao regime previdenciário dos servidores públicos municipais, o projeto é colocado à apreciação desta Comissão, para a verificação da existência do interesse público na ação ora pretendida pelo Poder Executivo.

No dia 3 de julho esta Comissão analisou o respectivo projeto, exarando o parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

a) Da emenda apresentada

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final apresentou em seu parecer a Emenda Modificativa nº 6/2020, que, de acordo com a justificativa que a segue, seria necessária para a correção de impropriedades redacionais do texto original do projeto, bem como adequá-lo a técnica legislativa.

Sendo assim, como a revisão da redação das proposições é de competência da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, não compete a esta Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento e Bem-Estar Social fazer quaisquer objeções nesse sentido, razão pela qual este Relator se manifesta pela tramitação da emenda.

b) Do mérito

Pelo que se observa da proposição em análise, a mesma visa adequar a legislação previdenciária aplicável aos servidores públicos municipais de Timbó ao que determina a Emenda Constitucional nº 103/2019, em especial naquilo que diz respeito a alíquota mínima a ser recolhida pelos servidores.

Por se tratar tão somente de atendimento a um comando constitucional, as alterações pretendidas não encontram óbices por parte desse Relator, que, assim, se manifesta de maneira favorável à sua aprovação em Plenário.

III – CONCLUSÃO

VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação da Projeto de Lei Complementar nº 7/2020, com as alterações promovidas pela Emenda Modificativa nº 6/2020.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o relator, aprovando o parecer:
Vereador Guilherme Voigt Júnior
Vereador Rubens Borchardt

Sala das Comissões, 3 de julho de 2020.

Fabricio Dalcastagné
Presidente/Relator

Guilherme Voigt Júnior
Relator

Rubens Borchardt
Membro

PARECER DA COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 14/2020

Publicação Nº 2551491

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL

Processo: 23/2020

Parecer: 13/2020

Matéria: PLO 14/2020

Autor: Poder Executivo

Relator: Ver. Guilherme Voigt Júnior

Conclusão: Favorável

Data: 03/07/2020

Ementa do Projeto: Institui o Programa de Desenvolvimento e Incentivo Econômico ao Empreendedorismo do Município de Timbó.

I – RELATÓRIO

Trata-se Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo que visa instituir o Programa de Desenvolvimento e Incentivo Econômico ao Empreendedorismo do Município de Timbó

Respectivo Projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 11 de maio corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o projeto à esta Comissão no dia 3 de julho corrente.

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, em seu parecer nº 28/2020 se manifestou pela tramitação da matéria, por atender aos preceitos constitucionais e legais de competência e de conteúdo.

A Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas concluiu, em seu parecer nº 27/2020, que a matéria não apresenta incompatibilidade com a legislação orçamentária, bem como não trará um impacto financeiro capaz de abalar a normalidade das contas públicas municipais.

Por se tratar de matéria relacionada à concessão de incentivos para empreendedores sediados no Município de Timbó, o projeto é colocado à apreciação desta Comissão, para a verificação da existência do interesse público na ação ora pretendida pelo Poder Executivo.

No dia 3 de julho esta Comissão analisou o respectivo projeto, exarando o parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Pelo que se observa da proposição em análise, a mesma visa incentivar financeiramente os micro e pequenos empreendedores de Timbó, em especial no momento de pandemia pelo qual estamos passando. Tal incentivo consistirá em auxiliar os empreendedores em questão na tomada de microcrédito com instituições financeiras ou cooperativas de crédito previamente cadastradas, na qual o Município assume o pagamento dos juros decorrentes de tais operações.

Evidente que a situação econômica pela qual nosso País vem passando é por demais gravosa a todos, mas atinge de maneira mais grave ainda os microempreendedores e profissionais liberais, que por conta da pandemia de Covid-19, se viram quase que impossibilitados de prestarem seus serviços e desenvolverem suas atividades econômicas.

Nesse sentido, a iniciativa do Poder Executivo é por demais salutar e, certamente, socorrerá aos que, pelo menos no que diz respeito a área econômica, que mais precisam de auxílio no momento, razão pela qual este Relator se manifesta pela aprovação da proposição em Plenário.

III – CONCLUSÃO VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação da Projeto de Lei Ordinária nº 14/2020.
Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o relator, aprovando o parecer:
Vereador Fabricio Dalcastagné
Vereador Rubens Borchardt

Sala das Comissões, 3 de julho de 2020.

Fabrizio Dalcastagné
Presidente

Guilherme Voigt Júnior
Relator

Rubens Borchardt
Membro

PARECER DA COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL À MENSAGEM RETIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 8/2020

Publicação Nº 2551493

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL

Processo: 22/2020

Parecer: 15/2020

Matéria: MRPLC 8/2020

Autor: Poder Executivo

Relator: Ver. Rubens Borchardt

Conclusão: Favorável

Data: 03/07/2020

Ementa do Projeto: Altera as Leis Complementares nº 196/00, nº 194/00, nº 212/01 e nº 171/00

I – RELATÓRIO

Trata-se de Mensagem Retificativa ao Projeto de Lei Complementar de iniciativa do Poder Executivo que pretende alterar as Leis Complementares nº 196/00, nº 194/00, nº 212/01 e nº 171/00. Referido Projeto foi protocolado na Secretaria Legislativa em 11 de maio corrente. O Presidente da Mesa Diretora o despachou a esta Comissão no dia 2 de julho.

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, em seu parecer nº 29/2020 se manifestou pela tramitação da matéria, por atender aos preceitos constitucionais e legais de competência e de conteúdo.

Por se tratar de matéria relacionada as funções de servidores públicos municipais, o projeto é colocado à apreciação desta Comissão, para a verificação da existência do interesse público na ação ora pretendida pelo Poder Executivo.

No dia 3 de julho esta Comissão analisou o respectivo projeto, exarando o parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Pelo que se observa da proposição em análise, a mesma visa cumprir comando judicial imposto pela ADIN nº 8000088-63.2017.8.24.0000, a qual determinou fossem estabelecidas por lei a descrição das funções dos cargos comissionados dos quadros da Administração Pública Municipal.

Por se tratar tão somente de atendimento a um comando judicial, as alterações pretendidas não encontram óbices por parte desse Relator, que, assim, se manifesta de maneira favorável à sua aprovação em Plenário.

III – CONCLUSÃO

VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação da Projeto de Lei Complementar nº 8/2020.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o relator, aprovando o parecer:

Vereador Fabrizio Dalcastagné

Vereador Guilherme Voigt Júnior

Sala das Comissões, 3 de julho de 2020.

Fabrizio Dalcastagné
Presidente

Rubens Borchardt
Relator

Guilherme Voigt Júnior
Membro

Três Barras

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 53/2020 – PMTB

Publicação Nº 2551802

EXTRATO DO CONTRATO Nº 53/2020 – PMTB.

Contratante: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.400/0001-35, com sede na Avenida Santa Catarina, nº. 616, em Três Barras – SC, por seu Prefeito Municipal o Sr. LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Três Barras - SC, doravante denominado CONTRATANTE.

Contratado: AM PROJETOS E SOLUÇÕES EM ILUMINAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privada inscrito no CNPJ nº 30.323.800/0001-04, com endereço na Rua Vereador Acácio Julio Porfírio, nº 610, Bairro Barra Grande Km 06 em Três Barras – SC, telefone (47) 3623 9018 e e-mail am.arquenge@gmail.com, doravante denominado CONTRATADO.

Base Legal: Este contrato fica vinculado ao Direito Obrigacional e a Lei de Licitações, em face de peculiaridade da função e de sua necessidade, sendo parte integrante do presente contrato e para os efeitos legais dele decorrentes, bem como das regras previstas na legislação em vigor, em especial ao disposto no artigo 24, inciso I da Lei nº 8.666/1993, alterada pelo Decreto nº 9.412/2018, operando este pelo regime de “Dispensa de Licitações”.

Objeto: O presente termo tem por objeto, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARQUITETURA PARA:

a) Reforma e Revitalização do Ginásio de Esportes do Centro de Atenção Especial a Criança - CAIC no Distrito de São Cristóvão, compreendendo os seguintes Projetos: Arquitetônico, Elétrico, Hidráulico, Memorial Descritivo e Preventivo de Incêndio, conforme Proposta de Serviços em anexo pelo valor total de R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

b) Reforma e Revitalização da Cozinha e Refeitório do Centro de Atenção Especial a Criança - CAIC no Distrito de São Cristóvão, compreendendo os seguintes Projetos: Arquitetônico, Elétrico, Hidráulico, Memorial Descritivo e Preventivo de Incêndio, conforme Proposta de Serviços em anexo pelo valor total de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Vigência: O presente Contrato terá sua vigência iniciada em 02 de julho de 2020 com término 01 de agosto de 2020.

Valor: O presente contrato possui valor total de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Previsão Orçamentária: As despesas decorrentes desta contratação correrão a conta de dotação orçamentária específica da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 06 de julho de 2020.

PREGÃO N° 08/2020.

Publicação N° 2552482

*Prefeitura Municipal de Três Barras***ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N° 15/2020.****EDITAL DE PREGÃO N° 08/2020.**

Interessado: * **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;**
* **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;**
* **SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS;**
* **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;**
* **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.**

Aos 06 dias do mês de julho do ano de 2020, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa **ERICK ROBERTO SUDOSKI EIRELI - ME**, CNPJ nº **06.342.234/0001-01**, com sede e foro na Cidade de Três Barras - SC, cito a RUA RIGESA, nº 1194, Bairro VILA NOVA; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente ao item abaixo discriminado, com seu respectivo preço unitário:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
4	TECLADO SEM FIO, MULTIMÍDIA, ABNT2 CARACTERÍSTICAS: - MARCA: MAXPRINT - MODELO: 6013174 ESPECIFICAÇÕES: - 105 TECLAS - 12 TECLAS MULTIMÍDIA - TECLADO PADRÃO ABNT 2 - FÁCIL INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO - COMPATÍVEL COM WINDOWS 00/XP/VISTA/7 - CONEXÃO USB 2.0	UNIDADE	MULTILASER	20,00	R\$67,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 08/2020 – Procedimento Administrativo nº. 15/2020 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 06 de julho de 2020.

NILTON AVANIR HURMUS
Pregoeiro

ERICK ROBERTO SUDOSKI EIRELI - ME
CONTRATADA

Testemunhas:

1

LUCIANE TOMCZYK

2

ALCEMIR SOARES DE LIMA

Av. Santa Catarina, 616 - Centro
89490-000 / 47 3623 0121
prefeitura@tresbarras.sc.gov.br
:: www.tresbarras.sc.gov.br ::

PREGÃO Nº. 08/2020.

Publicação Nº 2552487

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 15/2020.
EDITAL DE PREGÃO Nº. 08/2020.

Interessado: * **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;**
 * **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;**
 * **SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS;**
 * **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;**
 * **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.**

Aos 06 dias do mês de julho do ano de 2020, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa **LEONARDO A. VERZA - EIRELI**, CNPJ nº **07.460.912/0002-76**, com sede e foro na Cidade de Porto União - SC, cito a RUA PEDRO MARUZECH, nº 133, Bairro SAO PEDRO; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
1	COMPUTADOR COM PROCESSADOR COM CONFIGURACAO MINIMA DE TECNOLOGIA INTEL PENTIUM; PROCESSADOR INTEL 1151 PENTIUM G5400 3.7 GHZ 4MB 8° GERAQAO OU SUPERIOR (OU COMPATIVEL); MEMORIA DDR4 4GB 2133 MHZ OU SUPERIOR; PLACA MAE S1151 CHIPSET H310 OU SUPERIOR (SENDO A BIOS PROPRIO DO FABRICANTE E O MESMO POSSUINDO COPYRIGHT); HD SATA3 3.5" 1 TB 7200 RPM 64 MB; PLACA WIRELESS INTERNA PCIEXPRESS; VELOCIDADE MINIMA DE 300 MBPS ENO MINIMO DUAS ANTENAS EXTERNAS; MONITOR LEDCOM TAMANHO MINIMO DE 19,5"(SENDO DA MESMA MARCA DO COMPUTADOR); TECLADO CONEXAO USB PORTUGUES ABNT2 COM NU MERICO, CABO COM TAMANHO MINIMO DE 1,20M COR PRETO; MOUSE CONEXAO USB RESOLUCAO MINIMA DE 1000 DPI, CABO TAMANHO MINIMO DE 1,20M COR PRETO; GABINETE SFF 1 BAIA EXTERNA, FONTE ATX COM NO MINIMO 300W REAIS 80PLUS; SOM INTERNO 3W RMS; APRESENTAR CATALOGO PC E CERTIFICACOES: - PPB - COMPATIBILIDADE: WHCK MICROSOFT WINDOWS 10 E HCL LINUXREDHAT. - ROTULO ECOLOGICO ABNT (ISO 14020:2002 E ISO 14024:2004) - COMPATIBILIDADE ELETROMAGNETICA/EFICIENCIA ENERGETICA (PORTARIA 170/2012 (IEC 60950, CISPR22, CISPR24) - ISO 9001 E 14001 - NBR 10152 (ISO7779 E ISO 9296) - DMI 2.0 DMTF - MEMBRO UEFI - EPEAT GOLD - ROHS - MEMBRO TCG - TRUSTEC COMPUTING GROUP. ESTABILIZADOR 300 VA, ENTRADA BIVOLT ATENDENDO A NORMA BRASILEIRA PARA ESTABILIZADORES DE TENSÃO NBR	UNIDADE	POSITIVO	50,00	R\$2.950,00

Av. Santa Catarina, 616 - Centro
 89490-000 / 47 3623 0121
 prefeitura@tresbarras.sc.gov.br
 :: www.tresbarras.sc.gov.br ::


Prefeitura Municipal de Três Barras


	14373/2006; LICENQA SOFTWARE WINDOWS 10 PRO;				
3	MOUSE SEM FIO, SENSOR LASER, CONECTIVIDADE WIFI, RESOLUCAO MINIMA DE 1.600 DPI 3 BOTOES; DISP. USO MOUSE PAD; TRABALHA EM TODAS AS SUPERFICIES E ALIMENTAÇÃO A PILHA, COR PRETA	UNIDADE	C3TECH	20,00	R\$32,00
7	ESTABILIZADOR COM 7 ESTAGIOS DE REGULAÇÃO, BIVOLT (EM REDE 115V), 300 VA, NO MINIMO 5 TOMADAS ELETRICAS DE SAIDA NO PADRAO NBR 14136, FUNÇÃO TRUE RMS - ANALISA CORRETAMENTE OS DISTURBIOS DA REDE ELETRICA PERMITINDO A ATUAÇÃO PRECISA, MICROPROCESSADO COM MICROPROCESSADOR RISC DE ALTA VELOCIDADE COM MEMORIA FLASH, INTEGRANDO DIVERSAS FUNÇÕES PERIFERICAS, AUMENTANDO A CONFIABILIDADE E O DESEMPENHO DO CIRCUITO ELETRONICO, QUE ATENDA A NORMA BRASILEIRA PARA ESTABILIZADORES DE TENSÃO NBR 14373/2006 INDICADA PARA TODOS OS TIPOS DE REDE, PRINCIPALMENTE PARA REDES INSTAVEIS, BOTÃO LIGA/DESLIGA TEMPORIZADO PARA EVITAR ACIONAMENTO/DESLIGAMENTO ACIDENTAL OU INVOLUNTARIO, 1 LED NO PAINEL FRONTAL, PARA INDICAR O FUNCIONAMENTO DO ESTABILIZADOR, SINALIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO REDE, SUB/SOBRETENSÃO E SOBRECARGA GABINETE EM PLASTICO ANTICHAMA	UNIDADE	TS SHARA	5,00	R\$103,00
10	NOTEBOOK; COR: PRETO; TAMANHO MÍNIMO DA TELA: 15.6"; PROCESSADOR COM CONFIGURAÇÃO MÍNIMA DE TECNOLOGIA INTEL CORE I3; MODELO DO PROCESSADOR COM CONFIGURAÇÃO MÍNIMA DE 6100U 6ª GERAÇÃO OU SUPERIOR; MEMÓRIA RAM MÍNIMA DE 4GB HD 1TB; PLACA DE SOM DE ALTA DEFINIÇÃO, COM NO MÍNIMO DOIS ALTO-FALANTES ESTÉREO; PLACA DE VÍDEO COM CONFIGURAÇÃO MÍNIMA DE INTEL HD GRAPHICS 520; PLACA DE REDE E WIRELESS PADRÃO 802.11 AC/A/B/G/N; BLUETOOTH INTEGRADO; LEITOR E GRAVADOR DE DVD/CD; CONEXÕES HDMI, USB; LEITOR DE CARTÃO SD; TECLADO NUMÉRICO; ALIMENTAÇÃO BIVOLT; ACOMPANHANDO FONTE CARREGADORA DE BATERIA BIVOLT NO PADRÃO AC1, 1 CABO DE ENERGIA, 1 KIT DE MANUAIS E TERMO DE GARANTIA; GARANTIA DO FORNECEDOR 12 MESES; LICENÇA SOFTWARE MS WINDOWS 7 PROFESSIONAL OU WINDOWS 8.1 PRO OU WINDOWS 10 PRO; LICENÇA SOFTWARE MS OFFICE 2013 PROFESSIONAL OU OFFICE 2016 PROFESSIONAL..	UNIDADE	LENOVO	5,00	R\$2.862,60

Av. Santa Catarina, 616 - Centro
89490-000 / 47 3623 0121
prefeitura@tresbarras.sc.gov.br
:: www.tresbarras.sc.gov.br ::



Prefeitura Municipal de Três Barras



Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 08/2020 – Procedimento Administrativo nº. 15/2020 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrealizáveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 06 de julho de 2020.

NILTON AVANIR HURMUS
Pregoeiro

LEONARDO A. VERZA - EIRELI
CONTRATADA

Testemunhas:

1

LUCIANE TOMCZYK

2

ALCEMIR SOARES DE LIMA

Av. Santa Catarina, 616 - Centro
89490-000 / 47 3623 0121
prefeitura@tresbarras.sc.gov.br
:: www.tresbarras.sc.gov.br ::

PREGÃO Nº. 08/2020.

Publicação Nº 2552491



Prefeitura Municipal de Três Barras

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 15/2020.
EDITAL DE PREGÃO Nº. 08/2020.

Interessado: * **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;**
 * **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;**
 * **SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS;**
 * **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;**
 * **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.**

Aos 06 dias do mês de julho do ano de 2020, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa **RAFAEL RODRIGO LAMIN**, CNPJ nº **25.027.024/0001-65**, com sede e foro na Cidade de Blumenau - SC, cito a RUA AMERICANA, nº 365, Bairro PASSO MANSO; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
2	FONTE ATX 450W ESPECIFICACOES: - COOLER DE FUNCIONAMENTO SILENCIOSO EMBUTIDO - DESIGN "HONEY COMB" (FAVO DE MEL) PARA FACILITAR A VENTILAGAO - PROTEGAO INTERNA CONTRA CURTO-CIRCUITO, SOBRETENSAO, SOBRECORRENTE E SOBREPOTENCIA - ENTRADA AC COM CHAVEAMENTO MANUAL (115V E 230V) - PINOS: 1X 20/24 PINOS, 1X AUXILIAR ATX, 4X ALIMENTAGAO PERIFERICOS, 1X ALIMENTAGAO DRIVE 2X SERIAL ATA E 2X IDE - TENSÃO ENTRADA: 115V/230V - TENSÃO SAÍDA: SAÍDA +12V: 9A - SAÍDA -12V: 0,5A - SAÍDA +5V: 14A - SAÍDA +3,3V: 6A - - SAÍDA +5V VSB: 1,5 VENTILADORES: 1 COOLER 8CM EMBUTIDO	UNIDADE	LITE/ATX450W	20,00	R\$65,00
5	MEMORIA DESKTOP 4GB DDR3 1333MHZ KINGSTON	UNIDADE	KINGSTON	10,00	R\$125,00
8	HD INTERNO 1TB SATA 3 5400RPM 3,5" ESPECIFICACOES: - CAPACIDADE: 1TB - TIPO: SATA - FORM FACTOR: 3.5" - RPM: INTELLIPOWER - CARGA / DESCARGA DE CICLOS: 300.000 MINIMO PERFORMANCE: - CACHE: 64MB - INTERFACE: SATA 6 GB/S - TAXA DE TRANSFERENCIA: 110 MB/S DISSIPAGAO DE ENERGIA: LEITURA / GRAVAGAO: 3,30 WATTS - INATIVO: 2,90 WATTS - STANDBY: 0,70 WATTS TEMPERATURA: - OPERACIONAL: -0° ~ 65° C	UNIDADE	WESTER DIGITAL	5,00	R\$248,00

Av. Santa Catarina, 616 - Centro
 89490-000 / 47 3623 0121
 prefeitura@tresbarras.sc.gov.br
 :: www.tresbarras.sc.gov.br ::


Prefeitura Municipal de Três Barras


	- NAO OPERACIONAL: -40° ~ 70° C ACUSTICA: - IDLE MODE: 21 DBA (MEDIA) - MODO DE BUSCA: 22 DBA (MEDIA) COMPATIBILIDADE: - WINDOWS (XP / VISTA / 7 / 8) - MAC CONTEUDO DA EMBALAGEM: 01 HD WD				
11	SCANNER DE MESA BIVOLT CARACTERÍSTICAS: SCANNER DE ALTA VELOCIDADE; DIGITALIZAÇÃO A VELOCIDADES DE 35 PPM/70 IPM1; DIGITALIZAÇÃO DOS DOIS LADOS EM UMA ÚNICA LEITURA; RENDIMENTO: CICLO DE TRABALHO DE 4.000 FOLHAS POR DIA; DETECÇÃO DE ALIMENTAÇÃO DUPLA QUE EVITA A DUPLA ALIMENTAÇÃO DE PAPEL; DIGITALIZAÇÃO DE PÁGINAS DOBRADAS, CRACHÁS E CARTÕES DE VISITA, FOLHAS INDIVIDUAIS, ENTRE OUTROS; SOFTWARE INCLUSO DISPONIVEL NA INTERNET PARA DOWNLOAD E INSTALAÇÃO; SUPORTE PARA DRIVER TWAIN; 4 BOTÕES: DETECÇÃO DE ALIMENTAÇÃO DUPLA, MODO DE SCANEAMENTO LENTO, SCAN, PARAR; REQUISITOS DE 'WINDOWS® 7, 8/8.1, 10 MAC OS® X 10.6.8 ? 10.11.X DIGITALIZAÇÃO DIRETAMENTE PARA OS SERVIÇOS DE ARMAZENAMENTO DE DADOS MAIS CONHECIDOS- COMO DROPBOX, EVERNOTE, GOOGLEDRIVE, ETC; CONECTIVIDADE: USB 3.0 SCANNER: RESOLUÇÃO ÓTICA 600 DPI RESOLUÇÃO DE SAÍDA 75 A 1200 DPI CAPACIDADE DO ALIMENTADOR 50 FOLHAS: AUTOMÁTICO DE DOCUMENTOS (ADF): DETECÇÃO DE ALIMENTAÇÃO DUPLA, MODO DE DIGITALIZAÇÃO LENTA PARA PAPÉIS DANIFICADOS, SCAN, PARAR; CONECTIVIDADE USB 3.0 MÓDULO DE REDE OPCIONAL (RJ-45, 10BASET/100BASETX).	UNIDADE	EPSON	1,00	R\$2.190,00

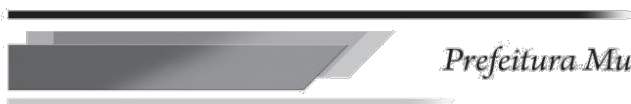
Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 08/2020 – Procedimento Administrativo nº. 15/2020 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irredutíveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Av. Santa Catarina, 616 - Centro
 89490-000 / 47 3623 0121
 prefeitura@tresbarras.sc.gov.br
 :: www.tresbarras.sc.gov.br ::



Prefeitura Municipal de Três Barras



Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 06 de julho de 2020.

NILTON AVANIR HURMUS
Pregoeiro

RAFAEL RODRIGO LAMIN
CONTRATADA

Testemunhas:

1 _____
LUCIANE TOMCZYK

2 _____
ALCEMIR SOARES DE LIMA

Av. Santa Catarina, 616 - Centro
89490-000 / 47 3623 0121
prefeitura@tresbarras.sc.gov.br
:: www.tresbarras.sc.gov.br ::

PREGÃO N° 08/2020.

Publicação N° 2552488

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N° 15/2020.
EDITAL DE PREGÃO N° 08/2020.

Interessado: * **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;**
* **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;**
* **SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS;**
* **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;**
* **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.**

Aos 06 dias do mês de julho do ano de 2020, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa **LIBERTY PRO INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRELI**, CNPJ n° **33.848.018/0001-05**, com sede e foro na Cidade de Santo Antônio da Platina - PR, cito a RUA WENCESLAU BRAZ, n° 784, Bairro CENTRO; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal n° 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos item abaixo discriminado, com seu respectivo preço unitário:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
9	PROCESSADOR CORE I5 3470 QUAD CORE 3.2GHZ 6MB 1155	UNIDADE	INTEL	5,00	R\$322,45

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão n° 08/2020 – Procedimento Administrativo n° 15/2020 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irredutíveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 06 de julho de 2020.

NILTON AVANIR HURMUS
Pregoeiro

LIBERTY PRO INDUSTRIA E COMERCIO DE
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRELI
CONTRATADA

Testemunhas:

1

LUCIANE TOMCZYK

2

ALCEMIR SOARES DE LIMA

Av. Santa Catarina, 616 - Centro
89490-000 / 47 3623 0121
prefeitura@tresbarras.sc.gov.br
:: www.tresbarras.sc.gov.br ::

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2020

Publicação Nº 2552408

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 62/2020.
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2020.

Interessado: * FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Aos 06 dias do mês de julho do ano de 2020, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito a Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa **JULIAN ODACHOWOSKI E FILHOS LTDA**, CNPJ nº **02.672.502/0001-94**, com sede e foro na Cidade de Canoinhas - SC, cito a RUA GUSTAVO BRANDES, nº 484, Bairro JARDIM ESPERANÇA; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente ao item abaixo discriminado, com seu respectivo preço unitário:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
1	"CARNE DE FRANGO - COXA E SOBRECOXA", CONGELADAS, SEM TEMPERO, ACONDICIONADAS EM EMBALAGENS PLÁSTICAS, INTEGRAS, DE 1 KG, SELADAS PELA INDÚSTRIA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PESO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E CARIMBOS OFICIAIS, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ANVISA. VALIDADE MÍNIMA NA ENTREGA: 06 MESES.	QUILO	AVE SERRA	40.000,00	R\$6,80

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafo.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 38/2020 – Procedimento Administrativo nº. 62/2020 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irredutíveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 06 de julho de 2020.

NILTON AVANIR HURMUS
Pregoeiro

JULIAN ODACHOWOSKI E FILHOS LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

1

LUCIANE TOMCZYK

2

ALCEMIR SOARES DE LIMA

Treze Tílias

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 056/2020 - CONCURSO PÚBLICO TREZE TÍLIAS - 001/2017/ DECRETO Nº 2.346/2017

Publicação Nº 2551413

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 056/2020

EDITAL Nº 001/2017 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 2.346/2017 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

CONVOCA APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER PERMANENTE

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em CONCURSO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.346/2017 de 22 de dezembro de 2017 e Decreto nº 2.527/2019 de 16 de dezembro 2019 (Prorroga prazo de validade do Concurso Público – Edital 001/2017), para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

- T.M.N.S MÉDICO – 40H

ROBERTA GOLDMEIER

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de até 03 (três) dias úteis, após o recebimento deste edital, para manifestar interesse em tomar posse e de 10 (dez) dias corridos para o servidor entrar em exercício, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,
- b) Conforme o Item 15.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (Retificação anexa ao Edital), requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 15.6 (Retificação anexa ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar no prazo máximo de 03 dias úteis nos termos da Lei Complementar nº 40/2011 e suas alterações após o recebimento deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art.3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, item 3.1.1;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Exames médicos conforme item 3.3, letra "J" do Edital;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Os exames médicos são de "caráter eliminatório" conforme item 2.2 do Edital 001/2017 de 01 de novembro de 2017, sendo excluídos do Concurso Público o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do serviço público, conforme parecer da Junta médica, sendo inclusive de total responsabilidade do candidato a apresentação e os custos dos exames solicitados (item 3.3, letra J). Salientamos ainda que os exames apresentados permanecerão arquivados nesta Prefeitura juntamente com os demais documentos apresentados.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
06 de julho de 2020.

MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 094/2020

Publicação Nº 2551416

PORTARIA Nº 094/20 DE 03 DE JULHO DE 2020

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares a servidora municipal abaixo mencionada.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Maíra Godinho Cazarin Neves	03/02/2019 à 02/02/2020	07/07/2020 à 05/08/2020	30
	Recesso	06/08/2020 à 20/08/2020	15

* Conforme Lei Complementar Nº 106/2017 de 14 de setembro de 2017: Art.23:

I – quando na função de professor, em regência de classe: 30 (trinta) dias de férias e 15 (quinze) dias de recesso escolar, sendo que o recesso se dará conforme interesse da rede municipal de ensino e será definido pela Secretaria Municipal de Educação;

III – As vantagens remuneratórias relativas ao inciso I, deste artigo, incidirão sobre 30 (trinta) dias de férias.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as portarias contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 03 DE JULHO DE 2020.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN
Chefe De Gabinete Do Prefeito
Designado pela Portaria Nº 193/2019

PORTARIA Nº 095/2020

Publicação Nº 2551871

PORTARIA Nº 095/20 DE 06 DE JULHO DE 2020

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares a servidora municipal abaixo mencionada.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Edinéia Aparecida Ansiliero	25/06/2019 à 24/06/2020	08/07/2020 à 22/07/2020	15

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 06 DE JULHO DE 2020.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN
Chefe De Gabinete Do Prefeito
Designado pela Portaria Nº 193/2019

Tunápolis

PREFEITURA

PORTARIA Nº 5409/2020

Publicação Nº 2551393

PORTARIA Nº. 5.409/2020
Em 03 de Julho de 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº 013/2006 de 17 de Maio de 2006, artigo 27, inciso IV;

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR DE OFICIO, o servidor público municipal MAURO LUIZ BAMBERG, do cargo de MOTORISTA DE VEICULO PESADO, cargo este de provimento efetivo, com lotação na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo.

Art. 2º. A presente exoneração decorre em virtude de sua CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, pelo regime RGPS (Regime Geral da Previdência Social - INSS).

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tunápolis
Em 03 de Julho de 2020.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

BRUNO LENGERT
Secretário Municipal da Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na
Presente data.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 5410/2020

Publicação Nº 2551394

PORTARIA Nº. 5.410/2020
Em 06 de Julho de 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº 013/2006 de 17 de Maio de 2006, artigo 73, parágrafo 1º ao 4º conforme Decreto Municipal nº 2110, de 24 de março de 2020, que decretou situação de emergência em saúde pública e definiu medidas para combate à pandemia do coronavírus, ficam sujeitos à concessão das seguintes medidas administrativas, CONCEDER o que segue;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder GOZO DE LICENÇA PRÊMIO, ao servidor (a), MARLI TERESINHA DALLEMOLE, com o cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM ESF, conforme portaria de nomeação nº 2.524/2010, desta municipalidade.

Período de Aquisição da Licença Prêmio: 21.06.2010 à 20.06.2020, 60 (sessenta) dias, sendo que já requeridos e usufruídos 20 (vinte) dias. Gozo da Licença Prêmio: 06.07.2020 à 14.08.2020, 40 (quarenta) dias, dando como quites o referido período aquisitivo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.
Em 06 de Julho de 2020.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

BRUNO LENGERT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico de Controladoria Interna

PORTARIA Nº 5411/2020

Publicação Nº 2551396

PORTARIA Nº. 5.411/2020
Em 06 de Julho de 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº 013/2006 de 17 de Maio de 2006, artigo 73, parágrafo 1º ao 4º conforme Decreto Municipal nº 2110, de 24 de março de 2020, que decretou situação de emergência em saúde pública e definiu medidas para combate à pandemia do coronavírus, ficam sujeitos à concessão das seguintes medidas administrativas, CONCEDER o que segue;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder GOZO DE LICENÇA PRÊMIO, ao servidor (a), ADELAR LUIS KAEFER, com o cargo de OPERADOR DE EQUIPAMENTO PESADO, conforme portaria de nomeação nº 2.524/2010, desta municipalidade.

Período de Aquisição da Licença Prêmio: 22.04.2013 à 21.04.2018, 60 (sessenta) dias.

Gozo da Licença Prêmio: 06.07.2020 à 04.08.2020, 30 (trinta) dias, sendo que os demais 30 (trinta) dias fruídos a posterior.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 06 de Julho de 2020.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

BRUNO LENGERT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na

Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico de Controladoria Interna

PORTARIA Nº 5412/2020

Publicação Nº 2551749

PORTARIA Nº. 5.412/2020
Em 06 Julho de 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 060/2019 e alterações posteriores;

Art. 1º - Designar: ROSELI GABRIEL BONAVIDO, GRACIELA MONICA FISCHER, SILIANE MEIER, MARCIANE MORAS IMMG E BRUNO LENGERT, brasileiros, servidores públicos municipais, sob a presidência do primeiro, para comporem a COMISSÃO MUNICIPAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2020, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos dos processos, instaurada para este processo seletivo simplificado 004/2020.

Art. 2º - Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 06 de Julho de 2020

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

BRUNO LENGERT

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Esta portaria foi publicada na

Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico de Controladoria Interno

União do Oeste

PREFEITURA

3 TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2020

Publicação Nº 2551346

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

3º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 02/2020.

As partes firmam o presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços n.º 02/2020, referente ao Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 01/2020, que registrou os preços apresentados pela empresa AUTO POSTO FRANKOFF LTDA, com fundamento no item 11 .2 do edital supra citado, item 3.5 da Ata de Registro de Preços N.º 02/2020 e artigo 14 do Decreto Municipal n.º 206/2007, conforme segue:

Cláusula Primeira. Fica alterado, por acordo entre as partes e a partir da data deste aditivo, o valor unitário do item 03, registrado na Ata de Registro de Preços n.º 02/2020, resultante do Processo Licitatório na modalidade de Pregão para Registro de Preços n.º 01/2020, passando a valer o seguinte valor:

Item	Descrição	Un. Medida	Marca	Preço Unt.
03	GASOLINA COMUM	Lt	MAXSUL	4,01

Cláusula Segunda. A alteração objetiva manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, como permitido pelo artigo 65, inciso II, letra 'd', da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira. As demais cláusulas da ata permanecem inalteradas e válidas.

União do Oeste, 06 de julho 2020.

CELSO MATIELLO
PREFEITO MUNICIPAL

CLAUDEMIR KOFF
AUTO POSTO FRANKOFF LTDA

Testemunhas:

01. _____ 02. _____
Andressa G. Donzelli Joel Fernando Capeleto
CPF 090.534.369-79 CPF 061.870.909.69

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 36/2020 - PREGÃO Nº 22/2020

Publicação Nº 2551520

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 36/2020
Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 22/2020
Tipo: Menor Preço/preço por item
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE TUBOS DE CONCRETO, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS.
Entrega dos Envelopes: 08:15 horas do dia 17 de julho de 2020.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 17 de julho de 2020.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:00 às 13:00 horas, fone (049) 3348 1202, pelo site: www.uniaoadooeste.sc.gov.br , ou através do e-mail: compras@uniaoadooeste.sc.gov.br
União do Oeste - SC, 06 de julho de 2020.
CELSO MATIELLO
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO 003/2020**

Publicação N° 2551349

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 003/2020

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UNIÃO DO OESTE

CNPJ: 02.323.196/0001-80

CONTRATADO: PC INFO TELECOM EIRELI

CNPJ: 26.642.521/0001-36

OBJETO: INTERNET COM TECNOLOGIA EM FIBRA ÓPTICA, COM LINK FULL DE 50 MB (100% DE BANDA GARANTIDA), COM IP PÚBLICO PARA OS MESES DE JULHO À DEZEMBRO DE 2020.

VALOR: R\$ 480,00 (Quatrocentos e oitenta reais)

RECURSOS: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 3.3.90.40.04 – Comunicação de dados.

DATA DA ASSINATURA: 01 de Julho de 2020.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/07/2020 à 31/12/2020.

Vitório Gubert

Presidente da Câmara

Urussanga

PREFEITURA

DECRETO GP/Nº 66/2020

Publicação Nº 2551945

DECRETO GP/Nº 66, de 24 de junho de 2020.

Constitui o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1.305, de 16 de setembro de 1991, alterada pela Lei nº 1.502, de 20 de junho de 1994,

DECRETA:

Art. 1º É constituído o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado pela Lei 1.305, de 16 de setembro de 1991 e alterada pela Lei nº 1.502, de 20 de junho de 1994, integrado pelas seguintes entidades e seus representantes:

I – representantes dos órgãos governamentais:

- a) DANIELA DA SILVA, titular e THAISE DE OLIVEIRA, suplente, representantes da Secretaria de Assistência Social;
- b) CRISTIANE MOTINI FRECCIA, titular e LARISSA TRAMONTIN, suplente, representantes da Secretaria de Educação;
- c) JOÃO BATISTA RIBEIRO, titular e TATIANA ZABOTTI TALAMINI, suplente, representantes da Secretaria de Administração;
- d) SHEILLA DE BRIDA, titular e CLEZIO FRECCIA, suplente, representantes da Diretoria de Esportes e Lazer;
- e) MARIANA CARDOSO BARBOSA, titular e DANIELA FRASSETTO, suplente, representantes da Secretaria de Saúde.

II – representantes dos órgãos não governamentais:

- a) GRAZIELLA MAESTRELLI, titular, e JAQUELINE IZABEL PEREIRA, suplente, representantes do Paraíso da Criança;
- b) RITA APARECIDA INNOCENTI, titular e KAMILA CITTADIN, suplente, representantes do Hospital Nossa Senhora da Conceição;
- c) BRÍGIDA MARIOTI, titular e VANESSA MATIOLA VOLPATO, suplente, representantes do Centro Espírita Emmanuel;
- d) SOPHIA SERAFIN COUTO MENEGON, titular, e GABRIELA SARTOR CONNER BENETTON, suplente, representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE;
- e) GERALDO ANTÔNIO DE SOUZA, titular e ARNALDO MACHADO DE JESUS, suplente, representantes da Liga Urussanguense de Desportos - LUD.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se os Decretos GP/Nº 233, de 18 de dezembro de 2018 e Decreto GP/Nº 69, de 11 de setembro de 2019.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 24 de junho de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DANIELA CARRER ARENT
Agente Administrativo

DECRETO GP/Nº 69/2020

Publicação Nº 2551962

DECRETO GP/Nº 69, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área que menciona e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 9, da Lei Orgânica Municipal, combinado com os artigos 5º, letra "i", e 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1.941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para aquisição pelo Município, por desapropriação amigável ou judicial, a área de terras abaixo descrita:

I – uma área de terras de 1.850,65m² (um mil e oitocentos e cinquenta metros e sessenta e cinco centímetros quadrados), inserida dentro da área total do imóvel registrado sob a matrícula nº 35.028, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Urussanga, de propriedade de ANGELIN DENONI (CPF nº 375.856.069-15), com as seguintes confrontações:

NORTE: 42,11m com terras do Município de Urussanga;

SUL: em forma ponteaguda;

LESTE: 88,60m com terras da Cerâmica Belém Ltda;

OESTE: 104,61m com terras de Angelin Denoni.

Art. 2º A área de que trata o art. 1º deste Decreto destina-se à abertura de estrada de acesso para a Área Industrial Olympio De Villa, na Rodovia Genésio Mazon – SC 455, Urussanga/SC.

Art. 3º O valor da desapropriação será de R\$ 40.325,66 (quarenta mil e trezentos e vinte e cinco reais e sessenta e seis centavos) conforme laudo de avaliação emitido pela Comissão nomeada pelo Decreto nº 197, de 28 de setembro de 2017.

Art. 4º As despesas inerentes à execução desta lei correm às expensas da seguinte dotação orçamentária: Órgão 08 Secretaria de Infraestrutura; Unidade 01 Secretaria de Infraestrutura; Proj/Ativ. 1.008 Infraestrutura para Área Industrial; dotação 106-4.4.90.00.00.00.00.00 1000.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 30 de junho de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

ALECKSSANDRA MACCARI RODRIGUES
Secretária de Administração

DECRETO Nº 2/2020

Publicação Nº 2551782

DECRETO GP/Nº 02, 2 DE JANEIRO DE 2020.

Suplementa itens orçamentários do orçamento vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 2.913, de 04 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, na importância mencionada, a seguinte dotação:

I - do orçamento vigente da UG-Prefeitura:

Proj/Ativ	Código da Dotação	Valor
1.007	123-4.4.90.00.00.00.00.1034	R\$ 1.118.000,00
1.007	124-4.4.90.00.00.00.00.1064	R\$ 250.000,00
1.002	126-4.4.90.00.00.00.00.1064	R\$ 400.000,00
1.011	16-4.4.90.00.00.00.00.1034	R\$ 287.000,00

Art. 2º Para dar suporte à suplementação mencionada no artigo anterior, foi subtraído do excesso de arrecadação.

Art. 3º Fica suplementada, na importância mencionada, a seguinte dotação:

I - do orçamento vigente da UG-Prefeitura:

Proj/Ativ	Código da Dotação	Valor
1.004	125-4.4.90.00.00.00.00.1083	R\$ 40.631,50
2.026	113-3.3.90.00.00.00.00.1105	R\$ 147.000,00
1.002	126-4.4.90.00.00.00.00.1064	R\$ 560.000,00
2.010	56-3.3.90.00.00.00.00.1062	R\$ 138.980,00
2.010	53-3.3.90.00.00.00.00.1001	R\$ 230.000,00
2.019	92-4.4.90.00.00.00.00.1010	R\$ 110.990,00
2.004	18-3.1.71.00.00.00.00.1000	R\$ 247,59
2.004	20-3.3.71.00.00.00.00.1000	R\$ 4.795,26
1.002	128-4.4.90.00.00.00.00.1032	R\$ 29.000,00
2.003	129-3.1.90.00.00.00.00.3072	R\$ 692.000,00
1.011	15-4.4.90.00.00.00.00.1000	R\$ 91.100,00
2.011	59-3.3.90.00.00.00.00.1037	R\$ 5.000,00
2.009	50-3.3.90.00.00.00.00.1036	R\$ 47.849,00

1.008	107-4.4.90.00.00.00.00.1083	R\$ 245.000,00
-------	-----------------------------	----------------

II – do orçamento do Fundo Municipal de Saúde:

Proj/Ativ	Código da Dotação	Valor
4.007	30-3.1.71.00.00.00.00.1002	R\$ 9.266,60
4.007	32-4.4.71.00.00.00.00.1002	R\$ 112,76
4.001	8-3.3.90.00.00.00.00.1002	R\$ 352.000,00
4.011	35-3.3.90.00.00.00.00.1038	R\$ 51.100,00
4.002	11-3.3.90.00.00.00.00.1038	R\$ 182.386,00
4.008	23-3.3.90.00.00.00.00.1038	R\$ 227.012,00

Art. 4º Para dar suporte à suplementação mencionada no artigo anterior, foi subtraído do superávit financeiro.

Art. 5º Fica suplementada, na importância mencionada, a seguinte dotação:

I - do orçamento vigente da UG-Prefeitura:

Proj/Ativ	Código da Dotação	Valor
2.026	115-3.3.93.00.00.00.00.1000	R\$ 103.865,72

Art. 6º Para dar suporte à suplementação mencionada no artigo anterior, fica anulado, a seguinte dotação:

I - do orçamento vigente da UG-Prefeitura:

Proj/Ativ	Código da Dotação	Valor
2.026	111-3.3.90.00.00.00.00.1000	R\$ 103.865,72

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 2 de janeiro de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração aos dois dias de janeiro de 2020 e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DANIELA CARRER ARENT

Agente Administrativo

DECRETO Nº 3/20

Publicação Nº 2551803

DECRETO GP/Nº 03, 2 DE JANEIRO DE 2020.

Suplementa itens orçamentários do orçamento vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 2.907, de 03 de outubro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, na importância mencionada, a seguinte dotação:

I – do orçamento do Fundo Municipal de Saúde:

Proj/Ativ	Código da Dotação	Valor
4.001	63-3.3.50.00.00.00.00.1038	R\$ 239.000,00

Art. 2º Para dar suporte à suplementação mencionada no artigo anterior, foi subtraído do superávit financeiro.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 2 de janeiro de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração aos dois dias de janeiro de 2020 e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DANIELA CARRER ARENT

Agente Administrativo

DECRETO Nº 7/20

Publicação Nº 2551815

DECRETO GP/Nº 7, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020.

Cessa os efeitos do Decreto GP/Nº 144, de 7 de junho de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Cessar os efeitos do Decreto GP/Nº 144, de 7 de junho de 2017, que cedeu a servidora efetiva SIBELE DA ROLT MATTOS MORETO, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para prestar serviços no Cartório da 34ª Zona Eleitoral de Urussanga, a partir de 10 de janeiro de 2020.

Parágrafo único. A referida servidora passa a desenvolver suas atividades junto a Secretaria de Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem à 10 de janeiro de 2020.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 3 de fevereiro de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 124/2020

Publicação Nº 2551949

PORTARIA GP/Nº 124, DE 30 DE ABRIL DE 2020.

Concede afastamento para tratamento de saúde a servidora ANA CAROLINA CUCKE, ocupante da vaga de Monitor Escolar-ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 6º da Lei 2.680, de 12 de setembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder afastamento para tratamento de saúde a servidora ANA CAROLINA CUCKE, ocupante da vaga de Monitor Escolar – ACT, na Secretaria de Educação, a partir de 23 de abril de 2020.

Art. 2º Ao retorno do servidor as suas atividades, cessam os efeitos da presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e seus efeitos retroagem a 23 de abril de 2020.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 30 de abril de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, aos trinta dias do mês de abril de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 125/2020

Publicação Nº 2551951

PORTARIA GP/Nº 125, DE 30 DE ABRIL DE 2020.

Exonera a servidora MARIANI LIBERATO DE MORAES, ocupante da vaga de Monitor Escolar – ACT, na Secretaria de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar por término de contrato antecipado pelo contratado, a servidora MARIANI LIBERATO DE MORAES, ocupante da vaga de Monitor Escolar - ACT, na Secretaria de Educação, a partir de 29 de abril de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e seus efeitos retroagem a 29 de abril de 2020.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 30 de abril de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JANEIA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos trinta dias do mês de abril de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 126/2020

Publicação Nº 2551947

PORTARIA GP/Nº 126, DE 30 DE ABRIL DE 2020.

Concede o benefício do art. 132 da Lei Complementar nº 14, para a servidora MARIA CLEUSA DAS NEVES CITTADIN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e de acordo com as informações constante no Processo Administrativo nº 428/2020,

RESOLVE:

Art. 1º Concede o benefício do art. 132, da Lei Complementar nº 14, de 27 de setembro de 2016 à servidora MARIA CLEUSA DAS NEVES CITTADIN, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria de Educação, autorizando a perceber vencimentos correspondente a 40 horas/semanais, laborando por 20 horas/semanais, a partir de 1º de maio de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 30 de abril de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, aos trinta dias do mês de abril de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 127/2020

Publicação Nº 2551952

PORTARIA GP/Nº 127, DE 30 DE ABRIL DE 2020.

Admite candidatos aprovados no concurso público municipal regido pelo Edital nº 02/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e com base na Lei Municipal nº 2.776, de 27 de setembro de 2016,

CONSIDERANDO o resultado final do Concurso Público Municipal (Emprego Público), devidamente homologado através do Decreto GP/Nº 206, de 29 de outubro de 2018;

CONSIDERANDO o Edital de Chamamento para Efetivação datado de 26 de fevereiro de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir MARIA APARECIDA SILVEIRA DE LIMA, aprovada em 2º lugar no Concurso Público Municipal, para exercer o Cargo de Emprego Público de MONITOR/FACILITADOR DE OFICINA DE DANÇA E EXPRESSÃO CORPORAL, com carga horária de 20 horas/semanais, a partir de 1º de maio de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 30 de abril de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JANEIA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal Interina de Assistência Social

Registrada na Secretaria de Administração, aos trinta dias do mês de abril de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 128/2020

Publicação Nº 2551956

PORTARIA GP/Nº 128, DE 4 DE MAIO DE 2020.

Exonera da função por término de contrato, a servidora JULIA DE JESUS, ocupante da vaga de Odontólogo/ESF – ACT, na Secretaria de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar da função por término de contrato, a servidora JULIA DE JESUS, ocupante da vaga de Odontólogo/ESF – ACT, na Secretaria de Saúde, a partir de 4 de maio de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 4 de maio de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

MARCOS ROBERTO SILVEIRA
Secretário Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração, aos quatro dias do mês de maio de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 129/2020

Publicação Nº 2551954

PORTARIA GP/Nº 129, DE 5 DE MAIO DE 2020.

Contratar temporariamente a servidora DÉBORA FORNASA BONETTI, para atuar na vaga de Médico Clínico Geral/ESF.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis nºs 2.776/2016 e 2.680/2014,

RESOLVE:

Art. 4º Contratar temporariamente a servidora DÉBORA FORNASA BONETTI, para atuar na vaga de Médico Clínico Geral/ESF, com carga horária de 40 horas/semanais, a partir de 5 de maio de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 5 de maio de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

MARCOS ROBERTO SILVEIRA
Secretário Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração aos cinco dias do mês de maio de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 130/2020

Publicação Nº 2551953

PORTARIA GP/Nº 130, DE 11 DE MAIO DE 2020.

Exonera a servidora MAIRA RIBEIRO DE ANDRADE, ocupante da vaga de Agente de Serviços Gerais – ACT, na Secretaria de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar por término de contrato antecipado pelo órgão, a servidora MAIRA RIBEIRO DE ANDRADE, ocupante da vaga de Agente de Serviços Gerais – ACT, na Secretaria de Educação, a partir de 11 de maio de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 11 de maio de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JANEA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos onze dias do mês de maio de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 131/2020

Publicação Nº 2551957

PORTARIA GP/Nº 131, DE 11 DE MAIO DE 2020.

Altera a carga horária do servidor GUILHERME DE LORENZI CANEVER, ocupante da vaga de Médico Clínico Geral/ESF – ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Alterar a carga horária do servidor GUILHERME DE LORENZI CANEVER, ocupante da vaga de Médico Clínico Geral/ESF – ACT, de 20hs/semanais para 40hs/semanais, na Secretaria de Saúde, a partir de 1º de maio de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e seus efeitos retroagem a 1º de maio de 2020.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 11 de maio de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, aos onze dias do mês de maio de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 132/2020

Publicação Nº 2551958

PORTARIA GP/Nº 132, DE 11 DE MAIO DE 2020.

Contratar temporariamente o servidor DEMETRIO BARROS DE LIMA, para atuar na vaga de Enfermeiro.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis nºs 2.777/2016 e 2.680/2014,

RESOLVE:

Art. 4º Contratar temporariamente o servidor DEMETRIO BARROS DE LIMA, para atuar na vaga de Enfermeiro, em substituição a servidora Beatriz Rosseti, gestante, afastada por ser do grupo de risco do COVID-19 e após vai usufruir licença maternidade, com carga horária de 40

horas/semanais, a partir de 11 de maio de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 11 de maio de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

MARCOS ROBERTO SILVEIRA
Secretário Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração aos onze dias do mês de maio de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 133/2020

Publicação Nº 2551960

PORTARIA GP/Nº 133, DE 20 DE MAIO DE 2020.

Nomeia a servidora ALEXANDRA GOULARTH DOS SANTOS MOREIRA DE CESARO CAVALER para o cargo de Assessor de Comunicação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 2.777, de 26 de setembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora ALEXANDRA GOULARTH DOS SANTOS MOREIRA DE CESARO CAVALER para o cargo de Assessor de Comunicação – GDA-29, vinculado ao Gabinete do Prefeito, a partir de 20 de maio de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 20 de maio de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração aos vinte dias do mês de maio de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 135/2020

Publicação Nº 2551961

PORTARIA GP/Nº 135, DE 1º DE JUNHO DE 2020.

Concede licença maternidade as servidoras que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença maternidade a servidora DYANDRA DOS SANTOS COLLE MARIANO, ocupante da vaga de Agente Comunitário de Saúde, na Secretaria de Saúde, no período de 24 de maio de 2020 a 19 de novembro de 2020.

Art. 2º Conceder licença maternidade a servidora DIANA D'OLIVEIRA CESCO, ocupante da vaga de Professor-ACT, na Secretaria de Educação, no período de 26 de maio de 2020 a 21 de novembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura e seus efeitos retroagem a 24 de maio de 2020.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 1º de junho de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, ao primeiro dia do mês de junho de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 136/2020

Publicação Nº 2551963

PORTARIA GP/Nº 136, DE 1º DE JUNHO DE 2020.

Demitir, a pedido, sem justa causa, o servidor AMAURI RICARDO DE MARCO, da vaga de Médico Clínico Geral/ESF.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Portaria GP/Nº 151, de 6 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Demitir, a pedido, sem justa causa, o servidor AMAURI RICARDO DE MARCO, da vaga de Médico Clínico Geral/ESF, a partir de 31 de maio de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e seus efeitos retroagem a 31 de maio de 2020.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 1º de junho de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, ao primeiro dia do mês de junho de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

MARIANA BONETTI
Agente Administrativo

PORTARIA GP/Nº 142/2020

Publicação Nº 2552008

PORTARIA GP/Nº 142, DE 1º DE JUNHO DE 2020.

Declara vacância do cargo em virtude de exoneração compulsória da servidora CECÍLIA NEUSA LAVINA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 50, III, da Lei Complementar nº 14, de 27 de setembro de 2016 e com base no Decreto GP/Nº 63, de 6 de agosto de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar vacância do cargo, em virtude de exoneração compulsória da servidora CECÍLIA NEUSA LAVINA, portadora da cédula de identidade nº 969.265, inscrita no CPF sob o nº 415.594.289-53, servidora pública ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Museu, com carga horária de 40 horas/semanais, inscrita no quadro de pessoal sob a matrícula nº 41, aposentada pelo Regime Geral da Previdência Social, a partir de 1º de junho de 2020.

Parágrafo único. Com a exoneração compulsória da servidora, fica extinto o cargo de Técnico em Museu, de acordo com o Anexo XI, da Lei nº 2.777, de 27 de setembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga 1º de junho de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

SÉRGIO LUIZ MACCARI JUNIOR
Diretor de Turismo

Registrada na Secretaria de Administração, ao primeiro dia do mês de junho de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/N° 143/2020

Publicação N° 2552006

PORTARIA GP/N° 143, DE 1º DE JUNHO DE 2020.

Exonera do cargo, por pedido de demissão sem justa causa, o servidor efetivo VANDERLEI BENTA, ocupante da vaga de Agente de Conservação Urbana e Predial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e de acordo com as informações constante no Processo Administrativo nº 569/20520,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar do cargo, por pedido de demissão sem justa causa, o servidor efetivo VANDERLEI BENTA, ocupante da vaga de Agente de Conservação Urbana e Predial, na Secretaria de Infraestrutura, a partir de 1º de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 1º de junho de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JUCEMAR SANGALETTI
Secretária Municipal de Infraestrutura

Registrada na Secretaria de Administração, ao primeiro dia do mês de junho de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/N° 152/2018.

PORTARIA GP/N° 144/2020

Publicação N° 2552005

PORTARIA GP/N° 144, DE 1º DE JUNHO DE 2020.

Contratar temporariamente a servidora CAMILA BELLETTINI HIRSH, para atuar na vaga de Médico Pediatra - NASF.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis nºs 2.776/2016 e 2.680/2014,

RESOLVE:

Art. 4º Contratar temporariamente a servidora CAMILA BELLETTINI HIRSH, para atuar na vaga de Médico Pediatra/NASF, em substituição a servidora Katrini Cittadin Bardini, gestante, afastada por ser do grupo de risco do COVID-19 e após vai usufruir licença maternidade, com carga horária de 20 horas/semanais, a partir de 1º de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 1º de junho de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração ao primeiro dia do mês de junho de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/N° 152/2018.

PORTARIA GP/N° 145/2020

Publicação N° 2552011

PORTARIA GP/N° 145, DE 1º DE JUNHO DE 2020.

Altera a carga horária do servidor LUCAS MACCARI, ocupante da vaga de Agente Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e de acordo com as informações contidas no Processo Administrativo nº 438/2020,

RESOLVE:

Art.1º Alterar a carga horária do servidor LUCAS MACCARI, ocupante da vaga de Agente Administrativo, de 40hs/semanais para 20hs/semanais, na Secretaria de Assistência Social, a partir de 1º de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 1º de junho de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JANEA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal Interina de Assistência Social

Registrada na Secretaria de Administração, ao primeiro dia do mês de junho de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 146/2020

Publicação Nº 2551989

PORTARIA GP/Nº 146, DE 1º DE JUNHO DE 2020.

Contratar temporariamente a servidora THAYNA CUSTÓDIO TREVISOL, para atuar na vaga de Agente Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com as Leis nºs 2.777/2016 e 2.680/2014, com base na Exposição de Motivos SMS nº 18/2020 e na Comunicação Interna nº 27/2020-JUR,

RESOLVE:

Art. 4º Contratar temporariamente a servidora THAYNA CUSTÓDIO TREVISOL, para atuar na vaga de Agente Administrativo, com carga horária de 40 horas/semanais, a partir de 1º de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 1º de junho de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração ao primeiro dia do mês de junho de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 147/2020

Publicação Nº 2551986

PORTARIA GP/Nº 147, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

Concede afastamento para tratamento de saúde a servidora MARILU BORGES ZUCHINALLI, ocupante da vaga de Professor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 109 da Lei Complementar nº 14, de 27 de setembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder afastamento para tratamento de saúde a servidora MARILU BORGES ZUCHINALLI, ocupante da vaga de Professor, na Secretaria de Educação, a partir de 10 de junho de 2020.

Art. 2º Ao retorno do servidor as suas atividades, cessam os efeitos da presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 10 de junho de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JANEA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos dez dias do mês de junho de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 148/2020

Publicação Nº 2551984

PORTARIA GP/Nº 148, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Contratar temporariamente o servidor RAFAEL ZANELATO, para atuar na vaga de Agente Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com as Leis nºs 2.777/2016 e 2.680/2014, com base na Exposição de Motivos SMS nº 20/2020 e na Comunicação Interna nº 27/2020-JUR,

RESOLVE:

Art. 4º Contratar temporariamente o servidor RAFAEL ZANELATO, para atuar na vaga de Agente Administrativo, com carga horária de 40 horas/semanais, a partir de 15 de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 15 de junho de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

INGRID ZANELATO

Secretário Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração aos quinze dias do mês de junho de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 149/2020

Publicação Nº 2551981

PORTARIA GP/Nº 149, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Contratar temporariamente o servidor EDSON ROBERTO DIEFENTHALER NETO, para atuar na vaga de Agente Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com as Leis nºs 2.777/2016 e 2.680/2014, com base na Exposição de Motivos SMS nº 19/2020 e na Comunicação Interna nº 27/2020-JUR,

RESOLVE:

Art. 4º Contratar temporariamente o servidor EDSON ROBERTO DIEFENTHALER NETO, para atuar na vaga de Agente Administrativo, com carga horária de 40 horas/semanais, a partir de 15 de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 15 de junho de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

INGRID ZANELATO

Secretário Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração aos quinze dias do mês de junho de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 150/2020

Publicação Nº 2551978

PORTARIA GP/Nº 150, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Contratar temporariamente o servidor EDUARDO CARDOSO, para atuar na vaga de Agente Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com as Leis nºs 2.777/2016 e 2.680/2014, com base na Exposição de Motivos SMS nº 23/2020 e na Comunicação Interna nº 27/2020-JUR,

RESOLVE:

Art. 4º Contratar temporariamente o servidor EDUARDO CARDOSO, para atuar na vaga de Agente Administrativo, com carga horária de 40 horas/semanais, a partir de 15 de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 15 de junho de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

INGRID ZANELATO
Secretário Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração aos quinze dias do mês de junho de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 151/2020

Publicação Nº 2551979

PORTARIA GP/Nº 151, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Contratar temporariamente a servidora SUELEN CITTADIN JACINTHO, para atuar na vaga de Agente Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com as Leis nºs 2.777/2016 e 2.680/2014, com base na Exposição de Motivos SMS nº 21/2020 e na Comunicação Interna nº 27/2020-JUR,

RESOLVE:

Art. 4º Contratar temporariamente a servidora SUELEN CITTADIN JACINTHO, para atuar na vaga de Agente Administrativo, com carga horária de 30 horas/semanais, a partir de 15 de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 15 de junho de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

INGRID ZANELATO
Secretário Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração aos quinze dias do mês de junho de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 152/2020

Publicação Nº 2551971

PORTARIA GP/Nº 152, DE 15 DE JUNHO DE 2020.

Nomeia a servidora JOSIANE BONETTI para o cargo de Coordenador do COMBEA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 2.918, de 19 de dezembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora JOSIANE BONETTI para o cargo de Coordenador do Conselho Municipal do Bem Estar Animal – COMBEA, vinculado a Secretaria de Saúde, a partir de 15 de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 15 de junho de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

INGRID ZANELATO
Secretário Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração aos quinze dias do mês de junho de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 153/2020

Publicação Nº 2551975

PORTARIA GP/Nº 153, DE 17 DE JUNHO DE 2020.

Concede licença maternidade à servidora BEATRIZ ROSSETI, ocupante da vaga de Enfermeiro – ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições, conforme artigo 7º da Lei nº 2.860, de 12 de setembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença maternidade a servidora BEATRIZ ROSSETI, ocupante da vaga de Enfermeiro – ACT, na Secretaria de Saúde, no período de 17 de junho de 2020 a 13 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 17 de junho de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

INGRID ZANELATO
Secretário Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração, aos dezessete dias do mês de junho de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 154/2020

Publicação Nº 2551968

PORTARIA GP/Nº 154, DE 17 DE JUNHO DE 2020.

Contratar temporariamente a servidora MARIZILDA ALESSANDRA DE JESUS ROSSO, para atuar na vaga de Técnico de Enfermagem.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com as Leis nºs 2.777/2016 e 2.680/2014 e com base na Exposição de Motivos SMS nº 24/2020,

RESOLVE:

Art. 4º Contratar temporariamente a servidora MARIZILDA ALESSANDRA DE JESUS ROSSO, para atuar na vaga de Técnico de Enfermagem, com carga horária de 40 horas/semanais, a partir de 17 de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 17 de junho de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

INGRID ZANELATO
Secretário Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração aos quinze dias do mês de junho de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 155/2020

Publicação Nº 2551972

PORTARIA GP/Nº 155, DE 18 DE JUNHO DE 2020.

Contratar temporariamente a servidora TAMARA GONÇALVES DA ROSA, para atuar na vaga de Médico Clínico Geral - ESF.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis nºs 2.776/2016 e 2.680/2014,

RESOLVE:

Art. 4º Contratar temporariamente a servidora TAMARA GONÇALVES DA ROSA, para atuar na vaga de Médico Clínico Geral - ESF, com carga horária de 40 horas/semanais, a partir de 18 de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 18 de junho de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

INGRID ZANELATO
Secretário Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração aos dezoito dias do mês de junho de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 156/2020

Publicação Nº 2551964

PORTARIA GP/Nº 156, DE 22 DE JUNHO DE 2020.

Contratar temporariamente a servidora MALU MANARIN NUNES DE SOUZA, para atuar na vaga de Enfermeiro.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com as Leis nºs 2.777/2016 e 2.680/2014 e com base na Exposição de Motivos SMS nº 29/2020,

RESOLVE:

Art. 4º Contratar temporariamente a servidora MALU MANARIN NUNES DE SOUZA, para atuar na vaga de Enfermeiro, com carga horária de 40 horas/semanais, a partir de 22 de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 22 de junho de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

INGRID ZANELATO
Secretário Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração aos vinte e dois dias do mês de junho de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 157/2020

Publicação Nº 2551966

PORTARIA GP/Nº 157, DE 22 DE JUNHO DE 2020.

Contratar temporariamente a servidora ERICA SANTANA DA SILVA SANTOS DAS NEVES, para atuar na vaga de Técnico de Enfermagem.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com as Leis nºs 2.777/2016 e 2.680/2014 e com base na Exposição de Motivos SMS nº 25/2020,

RESOLVE:

Art. 4º Contratar temporariamente a servidora ERICA SANTANA DA SILVA SANTOS DAS NEVES, para atuar na vaga de Técnico de Enfermagem, com carga horária de 40 horas/semanais, a partir de 22 de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 22 de junho de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

INGRID ZANELATO
Secretário Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração aos vinte e dois dias do mês de junho de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 158/2020

Publicação Nº 2551990

PORTARIA GP/Nº 163, DE 22 DE JUNHO DE 2020.

Declara vacância do cargo em virtude de exoneração compulsória da servidora SILVIA TIBES DA SILVA BONETTI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 50, III, da Lei Complementar nº 14, de 27 de setembro de 2016 e com base no Decreto GP/Nº 63, de 6 de agosto de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar vacância do cargo, em virtude de exoneração compulsória da servidora SILVIA TIBES DA SILVA BONETTI, portadora da cédula de identidade nº 1.749.913, inscrita no CPF sob o nº 586.772.759-91, servidora pública ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, com carga horária de 40 horas/semanais, inscrita no quadro de pessoal sob a matrícula nº 365, aposentada pelo Regime Geral da Previdência Social, a partir de 3 de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga 22 de junho de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JANEIA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte e dois do mês de junho de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 159/2020

Publicação Nº 2551967

PORTARIA GP/Nº 159, DE 22 DE JUNHO DE 2020.

Altera a carga horária do servidor ALEXANDRE REGIO GOMES, ocupante da vaga de Médico Clínico Geral/ESF – ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Alterar a carga horária do servidor ALEXANDRE REGIO GOMES, ocupante da vaga de Médico Clínico Geral/ESF – ACT, de 32hs/semanais para 40hs/semanais, na Secretaria de Saúde, a partir de 22 de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 22 de junho de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

INGRID ZANELATO
Secretário Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte e dois dias do mês de junho de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 160/2020

Publicação Nº 2551996

PORTARIA GP/Nº 160, DE 22 DE JUNHO DE 2020.

Determina as datas de fruição da licença prêmio concedida a servidora JUDITH TEREZINHA PILLON.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o § 1º, inciso VII, do art. 65, da Lei Complementar nº 7, de 24 de novembro de 2004 e com base nas informações contidas no Processo nº. 353/2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o período para fruição da licença prêmio concedida a servidora JUDITH TEREZINHA PILLON, I – referente ao período aquisitivo de 03/07/2004 à 02/07/2009, sendo ele:

a) 28 de junho de 2020 à 27 de setembro de 2020;

II – referente ao período aquisitivo de 03/07/2009 à 02/07/2014, sendo ele:

a) 28 de setembro de 2020 à 27 de dezembro de 2020;

III – referente ao período aquisitivo de 03/07/2014 à 02/07/2019, sendo ele:

a) 28 de dezembro de 2020 à 27 de fevereiro de 2021;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 22 de junho de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

JANEA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI

Secretária Municipal Interina de Assistência Social

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte e dois dias do mês de junho de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 161/2020

Publicação Nº 2551999

PORTARIA GP/Nº 161, DE 22 DE JUNHO DE 2020.

Determina as datas de fruição da licença prêmio concedida a servidora MICHELLE ZACCARON DOS SANTOS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o § 1º, inciso VII, do art. 65, da Lei Complementar nº 7, de 24 de novembro de 2004,

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o período para fruição da licença prêmio concedida a servidora MICHELLE ZACCARON DOS SANTOS,

I – referente ao período aquisitivo de 06/03/2011 à 05/03/2016, sendo ele:

a) 1º à 31 de julho de 2020;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 22 de junho de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

JANEA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI

Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte e dois dias do mês de junho de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 162/2020

Publicação Nº 2551997

PORTARIA GP/Nº 162, DE 22 DE JUNHO DE 2020.

Determina as datas de fruição da licença prêmio concedida a servidora TAINARA APARECIDA MENDES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 123 da Lei Complementar nº 14, de 27 de setembro de 2016 e de acordo com o Processo Administrativo nº 621/2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o período para fruição da licença prêmio concedida a servidora TAINARA APARECIDA MENDES,

I – referente ao período aquisitivo de 18/02/2012 à 11/06/2017, sendo ele:

a) 1º de julho de 2020 à 31 de agosto de 2020;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 22 de junho de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JANEIA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte e dois dias do mês de junho de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 163/2020

Publicação Nº 2552002

PORTARIA GP/Nº 163, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Declara vacância do cargo em virtude de exoneração compulsória da servidora SUZANA CONCEIÇÃO DARELA SOUZA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 50, III, da Lei Complementar nº 14, de 27 de setembro de 2016 e com base no Decreto GP/Nº 63, de 6 de agosto de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar vacância do cargo, em virtude de exoneração compulsória da servidora SUZANA CONCEIÇÃO DARELA SOUZA, portadora da cédula de identidade nº 1.326.513-6, inscrita no CPF sob o nº 494.058.709-63, servidora pública ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, com carga horária de 40 horas/semanais, inscrita no quadro de pessoal sob a matrícula nº 485, aposentada pelo Regime Geral da Previdência Social, a partir de 30 de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga 30 de junho de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JANEIA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos trinta do mês de junho de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 164/2020

Publicação Nº 2551993

PORTARIA GP/Nº 164, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Exonera da função, por pedido de demissão sem justa causa, a servidora BRUNA GABRIELA SALVADOR, ocupante da vaga de Agente Administrativo – ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e de acordo com as informações constante no Processo Administrativo nº 650/2020,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar da função, por pedido de demissão sem justa causa, a servidora BRUNA GABRIELA SALVADOR, ocupante da vaga de Agente Administrativo – ACT, na Secretaria de Infraestrutura, a partir de 30 de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 30 de junho de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

INGRID ZANELATO
Secretário Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração, aos trinta dias do mês de junho de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

Vargem

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N° 1060/2020, DE 06 DE JULHO DE 2020

Publicação N° 2551948

DECRETO MUNICIPAL N° 1060/2020, DE 06 DE JULHO DE 2020

Abre Crédito Adicional Suplementar.

A PREFEITA MUNICIPAL DE VARGEM/SC, EXMA SRA. MILENA ANDERSEN LOPES BECHER, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, e com amparo na Lei Municipal nº 836/2019...

DECRETA:

Art 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade: 11.01 / SAMAE

Projeto 1.016 – Construções, Ampliações e Reformas da Rede de Água e Esgoto

Modalidade 4.4.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da anulação parcial da seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade: 11.01 / SAMAE

Projeto 1.016 – Construções, Ampliações e Reformas da Rede de Água e Esgoto

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Art 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Vargem/SC, em 06 de julho de 2020.

Milena Andersen Lopes Becher,
Prefeita Municipal.

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra

Danielly Cavalli,
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

Vargem Bonita

PREFEITURA

DECRETO Nº 055/2020

Publicação Nº 2552513

DECRETO N.º 055/2020, de 02 de julho de 2020

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

MELANIA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 6º da Lei Municipal n.º 1.176/2019 de 20 de novembro de 2019, e

Considerando a Lei Complementar Federal nº 172/2020 de 15/04/2020, que dispõe sobre a transposição e a transferência de saldos financeiros constantes dos Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, provenientes de repasses federais:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor de Contabilidade, autorizado a abrir crédito suplementar a seguinte dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde:

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

UNIDADE 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE 1.020 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE UNIDADE DE SAÚDE

Modalidade 449000.00.01.0033.0000 – Aplicações Diretas R\$ 26.069,54

Parágrafo primeiro - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 0033.0000 – Transferência de Convênios – União Saúde, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 R\$ 26.069,54

Parágrafo Segundo - O recurso orçamentário no valor de R\$ 26.069,54, é originário de rendimentos de aplicação financeira, do saldo de Emenda Parlamentar da Proposta de Aquisição de Equipamentos/Material Permanente nº 10536.938000/1160-01, do Ministério da Saúde.

Art. 2º - Fica o Setor de Contabilidade, autorizado a abrir crédito suplementar a seguinte dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde:

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

UNIDADE 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE 1.020 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE UNIDADE DE SAÚDE

Modalidade 449000.00.01.0033.0000 – Aplicações Diretas R\$ 14.631,11

Parágrafo Primeiro - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 0033.0000 – Transferência de Convênios – União Saúde, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 R\$ 14.631,11

Parágrafo Segundo - O recurso orçamentário no valor de R\$ 14.631,11, é originário de rendimentos de aplicação financeira, da Proposta nº 10536938000113001 e Portaria nº 1.380/2013 de 09/07/2013, do Ministério da Saúde, com a finalidade de Construção e Ampliação de Unidade Básica de Saúde (UBS).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 02 de julho de 2020

MELANIA ROMAN MENEZHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 06/07/2020, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUELEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 056/2020

Publicação Nº 2552515

DECRETO Nº 056/2020, DE 06 DE JULHO DE 2020.

“NOMEIA COMISSÃO DE ANÁLISE, SELEÇÃO, E CLASSIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS INSCRITOS NO PROGRAMA HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL DO LOTEAMENTO BOM JESUS DE VARGEM BONITA – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar nº 128/2019, de 05 de Novembro de 2019, Edital nº 001/2019 que regulamento o processo de inscrição dos beneficiários do Programa Habitacional de interesse social do Loteamento Bom Jesus de Vargem Bonita – SC e demais legislação vigente;

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão de Análise, Seleção e Classificação dos Candidatos inscritos no Programa Habitacional de Interesse Social do Loteamento Bom Jesus de Vargem Bonita – SC, formada pelos seguintes componentes, a qual será presidida pelo primeiro:

I - TIAGO MAESTRI

II – FERNANDA CRISTINA FAVERO

III – JUSSARA APARECIDA DA CRUZ SEMIONI

Art. 2º - A Comissão ora formada poderá solicitar, a qualquer tempo, assessoria dos órgãos técnicos especializados da Municipalidade para o assessoramento ou emissão de pareceres, em partes ou na totalidade do processo.

Art. 3º - O prazo para a conclusão dos trabalhos é de 150 (cento e cinquenta) dias, a contar da data a expedição deste Decreto.

Art. 4º - Os casos omissos serão decididos à luz da legislação vigente pelo Conselho Municipal de Habitação, em conjunto com a presente Comissão.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 06 de julho de 2020.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 07/07/2020, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 17.449/2020

Publicação Nº 2552496

DECRETO Nº 17.449/2020, DE 3 DE JULHO DE 2020.

Nomeia os membros para compor o Conselho Municipal de Cultura de Videira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.766/2019,

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Cultura de Videira:

I - Representantes da Administração Pública Municipal, indicados pelo Chefe do Poder Executivo.

Titular: Francini Lira de Oliveira

Suplente: João Batista Fernandes da Rocha

Titular: Márcia Maria Modzeleski

Suplente: Leonilde Maria Bonetti Ribeiro

Titular: Gislei Sagais Zornitta

Suplente: Lauana Cenci

Titular: Monica Andres

Suplente: Simone Danielli

Titular: Sandra Baldo

Suplente: Fábio de Oliveira Wonzoski

Titular: Mara Lucia Secchi Mezaroba

Suplente: Glaucia Perazzoli

II - Representantes escolhidos por segmentos culturais e artísticos atuantes no município, sendo eles:

a) 01 (um) representante dos segmentos culturais e artísticos ligados à área de artes cênicas abrangendo: teatro, dança, circo, ópera, mímica e congêneres:

Titular: Kleber Ribeiro

Suplente: Wattana Girotto

b) 01 (um) representante dos segmentos culturais e artísticos ligados à área de Música:

Titular: Aimoré Pereira de Souza

Suplente: Guilherme Bolsani

c) 01 (um) representante dos segmentos culturais e artísticos ligados à área de produção cinematográfica, videográfica, discográfica, rádio e televisão educativas e culturais de caráter não-comercial, área de artes visuais, artes gráficas:

Titular: José Renatho Machiavelli Borges

Suplente: Kelly Regina Dandolini

d) 01 (um) representante dos segmentos culturais e artísticos ligados à área de patrimônio cultural, abrangendo: artesanato, folclore, culturais étnicas, história, arquitetura, arqueologia, memória, arquivologia, museologia, antropologia, sociologia; ou representante dos segmentos culturais e artísticos ligados à área de Livro, Literatura e obras de referência, abrangendo: escritores, bibliotecas e editores:

Titular: Márcia Elizabéte Sch-ler

Suplente: Jairo Viebrantz

III - 02 (dois) Conselheiros titulares e 02 (dois) Conselheiros suplentes escolhidos por segmentos representativos da sociedade, sendo eles:

a) 01 (um) representante da área de ensino superior abrangendo cursos de graduação, centros e institutos de pesquisa, programas de extensão, vinculados às ações culturais e artísticas:

Titular: Angela Maria Crotti da Rosa

Suplente: Ana Paula Ariotti

b) 01 (um) membro escolhido entre instituições da sociedade civil e movimentos sociais, abrangendo: associações; grupos étnicos; grupos e entidades estudantis e de defesa dos direitos humanos; sistema "S"; outras entidades que promovam ações culturais e artísticas e produtores independentes na área cultural:

Titular: Ana Cláudia Vailatti
Suplente: Mônica Machado

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 3 de julho de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 3 dias do mês de julho de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0188/2020

Publicação Nº 2551285

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0188/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: LEANDRO MARCELO SCHNEIDER CPF: 812.096.909-00

VIGÊNCIA: de 02 de março de 2020 até 31 de janeiro de 2021

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0189/2020

Publicação Nº 2551287

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0189/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: LUCAS EDUARDO BORGES CENCI CPF: 104.141.899-06

VIGÊNCIA: de 02 de março de 2020 até 31 de janeiro de 2021

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0190/2020

Publicação Nº 2551292

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0190/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: FELIPE CARVALHO DOS ANJOS CPF: 066.041.439-29

VIGÊNCIA: de 02 de março de 2020 até 31 de janeiro de 2021

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0191/2020

Publicação Nº 2551294

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0191/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: EVANDRO FAGNER GONÇALVES DA SILVA CPF: 107.459.689-70

VIGÊNCIA: de 02 de março de 2020 até 31 de janeiro de 2021

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0192/2020

Publicação Nº 2551296

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0192/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: JOÃO LUIZ MACIEL CPF: 599.753.009-44

VIGÊNCIA: de 02 de março de 2020 até 31 de janeiro de 2021

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0193/2020

Publicação Nº 2551299

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0193/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: ITAMAR PADILHA DOS SANTOS CPF: 949.601.439-91

VIGÊNCIA: de 02 de março de 2020 até 31 de janeiro de 2021

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PORTARIA Nº 0431/20

Publicação Nº 2552492

PORTARIA nº 0431/2020

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Prefeito Municipal de Videira, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE

Art. 1º. Designar ROBERTO FELIPE GUGELMIN, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 536.713.849-72, nomeado no cargo efetivo de Arquiteto e Urbanista, matrícula nº 18.835, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do Processo Licitatório Tomada de Preços nº 06/2020-PMV, contrato administrativo nº CT 87/2020, cujo objeto é a aquisição com instalação de estrutura em alumínio revestida em acm, chapa galvanizada, placas de sinalização e indicação externa e interna, para o terminal urbano do município por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos.

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução das obras acima referidas, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 3 de julho de 2020.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 3 dias do mês de julho de 2020.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0432/2020

Publicação Nº 2552490

PORTARIA nº 0432/2020

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 13024/2020,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 01 (um) mês a servidora RAIMUNDA APARECIDA ZAGO BORBA, Agente Administrativo II, no período

de 2 de julho de 2020 a 2 agosto de 2020, referente ao quinquênio de 23 de setembro de 2007 até 22 de setembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 2 de julho de 2020.

Videira, 3 de julho de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 3 dias do mês de julho de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0433/2020

Publicação Nº 2552485

PORTARIA nº 0433/2020
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 12525/2020,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 01 (um) mês a servidora FATIMA ZANON, Auxiliar de Enfermagem, no período de 6 de julho de 2020 a 6 agosto de 2020, referente ao quinquênio de 5 de dezembro de 2007 até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 6 de julho de 2020.

Videira, 3 de julho de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 3 dias do mês de julho de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0434/2020

Publicação Nº 2552478

PORTARIA nº 0434/2020
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 13018/2020,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 01 (um) mês ao servidor MAURICIO PENSO, Motorista IV – Caminhões e Caminhonetes, no período de 2 de julho de 2020 a 2 agosto de 2020, referente ao quinquênio de 2 de abril de 2015 até 1º de abril de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 2 de julho de 2020.

Videira, 3 de julho de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 3 dias do mês de julho de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0435/2020

Publicação Nº 2552474

PORTARIA nº 0435/2020
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 13019/2020,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 01 (um) mês ao servidor ALDAIR JOSE DA SILVA, Mecânico de Manutenção de Trator, no período de 2 de julho de 2020 a 2 agosto de 2020, referente ao quinquênio de 5 de abril de 2015 até 26 de abril de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 2 de julho de 2020.

Videira, 3 de julho de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 3 dias do mês de julho de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0436/2020

Publicação Nº 2552467

PORTARIA nº 0436/2020

Declara estável servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 13030/2020;

RESOLVE

Art. 1º Declarar estável, a partir de 5 de junho de 2020, a servidora ELOISA DA SILVA, Bioquímica Farmacêutica, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 5 de junho de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 3 de julho de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 3 dias do mês de julho de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0437/2020

Publicação Nº 2552470

PORTARIA nº 0437/2020

Declara estável servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 13026/2020;

RESOLVE

Art. 1º Declarar estável, a partir de 3 de junho de 2020, a servidora IZOLETE CASTILHO DOS SANTOS, Auxiliar de Serviços Gerais, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 3 de junho de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 3 de julho de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 3 dias do mês de julho de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0438/2020

Publicação Nº 2552465

PORTARIA nº 0438/2020

Declara estável servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 13031/2020;

RESOLVE

Art. 1º Declarar estável, a partir de 3 de junho de 2020, a servidora DEBORA HONORATO FERREIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 3 de junho de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 3 de julho de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 3 dias do mês de julho de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0439/2020

Publicação Nº 2552461

PORTARIA nº 0439/2020

Declara estável servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 13032/2020;

RESOLVE

Art. 1º Declarar estável, a partir de 5 de junho de 2020, a servidora PRISCILA SILVA DE OLIVEIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 5 de junho de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 3 de julho de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 3 dias do mês de julho de 2020.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0440/2020

Publicação Nº 2552458

PORTARIA nº 0440/2020

Declara estável servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 13025/2020;

RESOLVE

Art. 1º Declarar estável, a partir de 3 de junho de 2020, a servidora ALESSANDRA RIBEIRO PONTES, Auxiliar de Serviços Gerais, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 3 de junho de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 3 de julho de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 3 dias do mês de julho de 2020.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0441/2020

Publicação Nº 2552454

PORTARIA nº 0441/2020

Declara estável servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 13033/2020;

RESOLVE

Art. 1º Declarar estável, a partir de 3 de junho de 2020, a servidora ADRIANA DE FATIMA DE ANDRADE DOS SANTOS, Auxiliar de Serviços Gerais, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 3 de junho de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 3 de julho de 2020.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 3 dias do mês de julho de 2020.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0442/2020

Publicação Nº 2552449

PORTARIA nº 0442/2020

Declara estável servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 13034/2020;

RESOLVE

Art. 1º Declarar estável, a partir de 3 de junho de 2020, a servidora GRAZIELE APARECIDA NOVAKOSKI DE OLIVEIRA, Professora, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 3 de junho de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 3 de julho de 2020.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 3 dias do mês de julho de 2020.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0443/2020

Publicação Nº 2552445

PORTARIA nº 0443/2020

Declara estável servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 13029/2020;

RESOLVE

Art. 1º Declarar estável, a partir de 19 de junho de 2020, o servidor DIRCEU ANTONIO RIBEIRO, Técnico em Vigilância Sanitária, por ter cumprido e sido aprovado no estágio probatório previsto em lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 19 de junho de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 3 de julho de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 3 dias do mês de julho de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0444/2020

Publicação Nº 2552442

PORTARIA nº 0444/2020

Declara estável servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 13028/2020;

RESOLVE

Art. 1º Declarar estável, a partir de 5 de junho de 2020, a servidora LUCIANA DE SOUZA, Auxiliar de Serviços Gerais, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 5 de junho de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 3 de julho de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 3 dias do mês de julho de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

TERMO ADITIVO Nº 102/2020 - FMAS

Publicação Nº 2551542

Termo Aditivo nº 102/2020

Contrato/CT nº 171/2018

Processo: PR 08/2018-FMAS

Contratado: ORSEGUPS SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA

Objeto: Inclusão de mais dois pontos de monitoramento para o Abrigo institucional do Bairro Vila Verde (item 01), alterando o valor mensal para R\$ 444,93.

Valor total: R\$ 1.586,91

Data: 03/07/2020.

TERMO ADITIVO Nº 103/2020 - PMV

Publicação Nº 2551925

Termo Aditivo nº 103/2020

Contrato/ATA nº 247/2019

Processo: PR 135/2019-PMV

Contratado: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA

Objeto: Reequilibrar o valor dos itens 62 e 76 (leite integral) da Ata de Registro de Preços nº 247/2019, passando o valor dos itens para R\$ 2,76.

Data: 06/07/2020.

TERMO ADITIVO Nº 104/2020 - PMV

Publicação Nº 2552167

Termo Aditivo nº 104/2020

Contrato/ATA nº 246/2019

Processo: PR 135/2019-PMV

Contratado: AGN FRIOS LTDA

Objeto: Reequilibrar o valor dos itens 58 e 64 da Ata de Registro de Preços nº 246/2019, passando o valor do item 58 para R\$ 12,00, e do item 64 para R\$ 8,45.

Data: 06/07/2020.

TERMO ADITIVO Nº 105/2020 - FME

Publicação Nº 2552532

Termo Aditivo nº 105/2020

Contrato/CT nº 112/2019

Processo: DL 01/2019-FME

Contratado: ALCEBIADES ZANELATO

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Locação nº 112/2019, por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 23/07/2020 até 22/07/2021, bem como reajustar o valor contratual com base no IGP-M (FGV) acumulado dos últimos 12 (doze) meses, no percentual de 7,313320%.

Valor total: R\$ 25.755,24.

Data: 06/07/2020.

INPREVID**CONTRATO 03-2020**

Publicação Nº 2551864

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - INPREVID

CONTRATO INPREVID Nº 03/2020

Licitação: Dispensa de Licitação nº 007/2020 (Fundamento: Art. 24, IV – Lei 8666/93)

Objeto: Contratação de Empresa de Tecnologia de Informação para Fornecimento de Sistema Integrado de Gestão Pública Municipal e Serviços Correlatos.

Contratado: Betha Sistemas Ltda

Contratante: INPREVID- Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira

Data assinatura: 29/06/2020

Período de Contratação: 01/07/2020 a 28/12/2020 .
Valor Total : R\$ 13.272,42

Videira/SC, 29 de Junho de 2020.

VILSO VANZ
Presidente do INPREVID

VISAN - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PORTARIA Nº 002/2020 - VISAN

Publicação Nº 2551205

PORTARIA Nº 002/2020

Designa Fiscais de Obra decorrente de
Contrato Administrativo.

LEONARDO ANTUNES MENEGOTTO, Diretor Geral Interino do Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Videira - VISAN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar Débora Peliser, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 021.641.920-44, nomeada no cargo efetivo de ENGENHEIRA SANITÁRIA, matrícula nº 5 e Igor Marin Magno da Cruz, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 058.893.189-69, nomeado no cargo efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 20, para acompanhamento e fiscalização dos serviços decorrente do Processo Licitatório Tomada de Preços nº 02/2020-VISAN, contrato administrativo nº CT 19/2020, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR PADRÃO DE ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA DE 225 KVA NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA) DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN, LOCALIZADA NA RUA JOSÉ BOITEUX, BAIRRO MARAFON, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

Art. 2º. Incumbe aos fiscais acima designados acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços acima referidos, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 16 de junho de 2020.

Videira SC, 03 de julho de 2020.

LEONARDO ANTUNES MENEGOTTO
Diretor Geral Interino VISAN

PORTARIA Nº 003/2020 - VISAN

Publicação Nº 2551208

PORTARIA Nº 003/2020

Designa Fiscais de Obra decorrente de
Contrato Administrativo.

LEONARDO ANTUNES MENEGOTTO, Diretor Geral Interino do Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Videira - VISAN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar Débora Peliser, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 021.641.920-44, nomeada no cargo efetivo de ENGENHEIRA SANITÁRIA, matrícula nº 5 e Igor Marin Magno da Cruz, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 058.893.189-69, nomeado no cargo efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 20, para acompanhamento e fiscalização dos serviços decorrente do Processo Licitatório Tomada de Preços nº 03/2020-VISAN, contrato administrativo nº CT 18/2020, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA NA RUA ROSÁLIO BOGONI COM EXTENSÃO DE 460M. INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO.

Art. 2º. Incumbe aos fiscais acima designados acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços acima referidos, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 16 de junho de 2020.

Videira SC, 03 de julho de 2020.

LEONARDO ANTUNES MENEGOTTO
Diretor Geral Interino VISAN

Vitor Meireles

PREFEITURA

PORTARIA Nº 160/2020

Publicação Nº 2551268

PORTARIANº 160/2020

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve
FIXAR HORÁRIO DE TRABALHO:

de acordo com o Artigo 27, da Lei Complementar Municipal nº 007, de 13 de maio de 2003,

Nome: JULIO CESAR TOMAZ

Cargo: MOTORISTA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, tendo seu período de trabalho fixado das 08h00min às 12h00min, e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 06 de julho de 2020, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 090/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 06 DE JULHO DE 2020.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 161/2020

Publicação Nº 2551280

PORTARIANº 161/2020

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve
FIXAR HORÁRIO DE TRABALHO:

de acordo com o Artigo 27, da Lei Complementar Municipal nº 007, de 13 de maio de 2003,

Nome: EDSON STEUCK

Cargo: MOTORISTA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, tendo seu período de trabalho fixado das 08h00min às 12h00min, e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 06 de julho de 2020, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 080/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 06 DE JULHO DE 2020.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0031/2020

Publicação Nº 2551691

Processo nº 0127/2020 – Dispensa de Licitação nº 0031/2020

O Município de Xanxerê, através do Fundo Municipal de Saúde, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Avelino Menegolla, justifica a Dispensa de Licitação para contratação de empresa para fornecimento de alimentação (marmitas), para os funcionários em escala de plantão 12 horas da Secretaria Municipal de Saúde e funcionários em plantão do SAMU, no valor de R\$ 11.175,00 (onze mil cento e setenta e cinco reais) com o fornecedor LAURA ALIMENTOS EIRELI, CNPJ: 36.446.181/0001-21, de acordo com a lei 8.666/93 e suas alterações, em seu Art. 24, inciso II.

Xanxerê/SC, 06 de julho de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0013/2020

Publicação Nº 2551207

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, Decreto nº 10.024/2019, torna público que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0013/2020, do tipo menor preço global, tendo como objeto a Contratação de empresa especializada em eventos esportivos para prestação de serviços de fornecimento de Passagens Aéreas nacionais e internacionais, Serviços de Transporte Terrestre, serviços de Hospedagem, Fornecimento de Alimentação, Uniformes, Premiação, Recursos Humanos diversos, Recursos Materiais, Confecção Serviços de Lavanderia, Serviços de Ambulância e Paramédicos e Locação de Som, Iluminação, Palco e estruturas de aço e serviços diversos visando a realização do 1º Torneio Internacional de futsal Feminino, a ser realizado no mês de novembro de 2020 na Arena Ivo Sguissardi no Município de Xanxerê, conforme especificações constante no Edital e seus anexos. Com recursos do Convenio nº 893848/2019 com o Ministério da Cidadania. O recebimento das propostas será até às 08h30min do dia 17 de julho de 2020, e o início da disputa às 09h00min do mesmo dia no site www.bll.org.br. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br e www.bll.org.br. Informações complementares email: licita@xanxere.sc.gov.br.

Xanxerê-SC, 03 de julho de 2020. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal de Xanxerê.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº JARI/003/2020

Publicação Nº 2547905

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº JARI/003/2020

OBJETO: Convocação dos membros da Junta Administrativa de Recursos e Infrações - JARI Municipal de Xanxerê, para terceira reunião ordinária de 2020.

O presidente da Junta Administrativa de Recursos e Infrações - JARI Municipal de Xanxerê, designado pelo Decreto Municipal Nº 039/2019, Publicado no Diário Oficial dos Municípios do dia 20/02/2019, CONVOCA:

Os integrantes da JARI para a terceira reunião ordinária do ano de 2020, para julgamento de recursos de infrações de trânsito e discussão de assuntos de interesse da JARI, a ser realizada no dia 14 de julho de 2020, com início às 08h30, em sala localizada na sede da Prefeitura Municipal de Xanxerê – SC.

Em caso de impedimento do comparecimento do membro titular, o suplente deve comparecer e, se ainda houver ausência, esta deve ser justificada à luz da Resolução 357/10 do CONTRAN, sem prejuízo do que consta no Regimento Interno da JARI do Município.

Fica a secretária responsável para notificar os integrantes desta JARI da referida convocação.

Xanxerê - SC, 07 de julho de 2020.

JOACIR FRANCISCON
PRESIDENTE

De ordem do Sr. Presidente, publico o presente Edital de Convocação.

KELIN REGINA BIANCHI
SECRETÁRIA

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0072/2019

Publicação Nº 2551219

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0072/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Contratado: CILIA TECNOLOGIA LTDA.

Objeto: Tem por objeto a Contratação de empresa capacitada para fornecimento de licenciamento de software de orçamentação e demais serviços/características descritos no Edital e seus anexos.

Fica prorrogado o prazo de vigência para mais 12 (doze) meses, contados a partir de 12 de junho de 2020, vigorando até 11 de junho de 2021, conforme Parecer do Comitê Gestor, anexo ao presente.

Xanxerê-SC, 12 de junho de 2020. Avelino Menegolla- Prefeito Municipal

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0051/2016

Publicação Nº 2551326

Extrato 5º Aditivo ao Contrato nº 0051/2016

Contratante: Município de Xanxerê, através do Fundo Municipal de Assistência Social.

Contratada: PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA - ME

Objeto: Contratação de empresa capacitada para Fornecimento de licença de uso de sistema de gestão da Assistência Social; hospedagem dos sistemas em servidor virtual "datacenter"; conversão de dados de sistema atualmente utilizado; treinamento dos usuários; suporte técnico e demais serviços/características.

Fica prorrogado prazo de vigência do contrato originário por mais 30 (trinta) dias, contados a partir de 01 de julho de 2020, vigorando até 31 de julho de 2020, conforme Parecer do Comitê Gestor nº 347/2020, em anexo.

Xanxerê-SC, 30 de junho de 2020. Olci A. Leonardo – Secretário de Assistência Social.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0098/2020

Publicação Nº 2551709

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0098/2020

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: JOLEMAQUINAS COM. DE PEÇAS E SERV. MECÂNICOS LTDA ME

Objeto: Registro de Preços para a futura e eventual contratação de empresa para a prestação de serviços preventivos e corretivos, incluindo serviços mecânicos em geral, elétricos, chapeação e funilaria, pintura, tapeçaria, entre outros, e o fornecimento de Peças, componentes e acessórios originais de fábrica ou homologadas pelas montadoras, para as Máquinas e Equipamentos Pesados pertencentes à frota o Município de Xanxerê, conforme quantitativos, especificações e condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência e demais anexos.

LOTE	DESCRIÇÃO	Valor total estimado R\$	Percentual (%) Ofertado
01	Serviços Técnicos Especializados para Manutenção Preventiva e Corretiva, incluindo o fornecimento de Peças, componentes e acessórios originais ou homologadas para os Equipamentos e Máquinas Pesadas do Município de Xanxerê. Valor ref. Serviços M.O: R\$ 102,00 p/hora	100.000,00	15%
02	Serviços Técnicos Especializados para Manutenção Preventiva e Corretiva, incluindo o fornecimento de Peças, componentes e acessórios originais ou homologadas para os Equipamentos e Máquinas Pesadas do Município de Xanxerê. Valor ref. Serviços M.O: R\$ 100,80 p/hora	70.000,00	16%
03	Serviços Técnicos Especializados para Manutenção Preventiva e Corretiva, incluindo o fornecimento de Peças, componentes e acessórios originais ou homologadas para os Equipamentos e Máquinas Pesadas do Município de Xanxerê. Valor ref. Serviços M.O: R\$ 102,00 p/hora	60.000,00	15%
04	Serviços Técnicos Especializados para Manutenção Preventiva e Corretiva, incluindo o fornecimento de Peças, componentes e acessórios originais ou homologadas para os Equipamentos e Máquinas Pesadas do Município de Xanxerê. Valor ref. Serviços M.O: R\$ 102,00 p/hora	70.000,00	15%

05	Serviços Técnicos Especializados para Manutenção Preventiva e Corretiva, incluindo o fornecimento de Peças, componentes e assessorias originais ou homologadas para os Equipamentos e Máquinas Pesadas do Município de Xanxerê. Valor ref. Serviços M.O: R\$ 103,20 p/hora	50.000,00	14%
----	---	-----------	-----

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 30 de junho de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO N° 0060/2020

Publicação N° 2551344

Extrato de Contrato n° 0060/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: INOVA TECH INFORMATICA EIRELI

Objeto: Aquisição de materiais, equipamentos e mobiliários para a realização do projeto Revitalização da Biblioteca Pública Municipal Caldas Júnior aprovado no Prêmio Elisabeth Anderle de incentivo à cultura – Edição 2019.

Item	Especificação dos materiais	Marca/Mo- delo	Qtidade	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
09	Notebook: Processador, Número de núcleos 2, N° de threads 2, Frequência baseada em processador, 1.10 GHz, Frequência de aumento 2.60 GHz, Cache 4 MB, TDP 6 W SDP (Scenario Design Power) 4.8 W, Sistema operacional, Windows 10, Leitor de cartão, SD, SDHC, MMC, SDXC, Tamanho da tela, 15.6", Webcam integrada, Características Gerais, Tela TN HD Antirreflexo, com abertura de 180° e resolução de 1366 x 768, Conector combo para fone de ouvido / microfone, Alto-falantes: 2 x 1.5W, Cache, 4 MB, Chipset, Integrado, Tipo de tela, LCD LED, Conexão s/ fio (wireless), 802.11ac, Memória RAM, 4 GB DDR4 2400 MHz, Expansão da memória até, 8 GB, Disco rígido (HD), 500 GB 5400 RPM, Portas USB, 2 (3.1), 1 (2.0), Tensão/Voltagem, Bivolt, Conexão HDMI, Bateria, 2 células 30 Wh, Placa de vídeo, Integrada, com tecnologia Intel® UHD Graphics 600, Placa de som, Integrada, Teclado, Português-BR, com teclado numérico integrado, Mouse, Touchpad	Lenovo, S145	1	1.700,00	1.700,00

Valor Total: R\$ 1.700,00

Prazo de vigência: 31/12/2020

Xanxerê-SC, 06 de julho de 2020. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO N° 0061/2020

Publicação N° 2551354

Extrato de Contrato n° 0061/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME

Objeto: Aquisição de materiais, equipamentos e mobiliários para a realização do projeto Revitalização da Biblioteca Pública Municipal Caldas Júnior aprovado no Prêmio Elisabeth Anderle de incentivo à cultura – Edição 2019.

Item	Especificação dos materiais	Marca/ Modelo	Qtidade	Preço Uni- tário R\$	Preço Total R\$
11	Conjunto Mesa Redonda Com 6 Cadeiras coloridas Juvenil. Descrição: Mesa com tampo em MDF 15 mm revestido em fórmica branca, acabamento em perfil de PVC tipo T, diâmetro do tampo único de 1.00 cm e altura do chão até o tampo de 68 cm. Pés com 6 arcos em tubo 7/8 p.0,90 unidos por solda especial tipo mig. Cadeira escolar infantil 4 pés com reforço, confeccionado em tubo 3/4 parede 0,90 mm com ponteiros externos para os pés em polipropileno de alta resistência tipo bola; assento/encosto em compensado semi-anatômico 10 mm revestido em fórmica lisa brilhante colorida com medidas: assento 34 x 34 cm e encosto 34 x 18 cm. Do chão até o assento a cadeira possui 38 cm e do chão até o final do encosto 68 cm. Fixação das estruturas por meio de 7 rebites de alumínio maciço de 5 mm cabeça lentilha. Todos os metais são soldados através do processo tipo mig, tratados por banho de imersão anti-ferrugem e recebem pintura epóxi pó na cor preto semi-brilho.	Dellus, 511	1	800,00	800,00

Valor Total: R\$ 800,00
 Prazo de vigência: 31/12/2020
 Xanxerê-SC, 06 de julho de 2020. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0062/2020

Publicação Nº 2551364

Extrato de Contrato nº 0062/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: KELEN REGINA LUNARDI EIRELE

Objeto: Aquisição de materiais, equipamentos e mobiliários para a realização do projeto Revitalização da Biblioteca Pública Municipal Caldas Júnior aprovado no Prêmio Elisabeth Anderle de incentivo à cultura – Edição 2019.

Item	Especificação dos materiais	Marca/Modelo	Qtidade	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
06	<p>Impressora Multifuncional laser - Tanque de Tinta Colorido Wi-Fi US Tipo de Multifuncional. Impressão: Tecnologia de impressão: Jato de tinta MicroPiezo® de 4 cores (CMYK), Tamanho mínimo de gotícula de tinta: 3 picolitros, Resolução máxima de impressão: Até 5760 x 1440 dpi de resolução otimizada em vários tipos de papel, Velocidade de impressão: Em preto 33 ppm e em cores 15 ppm, Velocidade de impressão ISO: Em preto 10.5 ISO ppm e em cores 5 ISO ppm, Cópia: Quantidade de cópias: 1-20 cópias (sem PC), Tamanho máximo da cópia: A4, carta, Scanner: Tipo de scanner: Base plana com sensor de linhas CIS colorido, Resolução óptica: 1200 dpi, Resolução de hardware: 1200 x 2400dpi, Resolução interpolada: 9600 x 9600 dpi, Profundidade de bit de cor: 48 bits de entrada, 24 bits de saída, Características do Scanner: Digitalização para PC (PDF e WSD), Área máxima de digitalização: 21,6 x 29,7 cm, Manuseio do Papel: Tamanhos de papel: 8,9 x 12,7 cm, 10,2 x 15,2 cm, 12,7 x 17,8 cm, 20,3 x 25,4 cm, ofício 9 (21,5 x 31,5 cm), ofício ou folio (21,6 x 33 cm), ofício México (21,6 x 34 cm), carta (21,6 x 28 cm), A4 (21 x 29,7 cm), executivo (18,4 x 26,7 cm), meia carta (14 x 21,6 cm), A6 (10,5 x 14,8 cm), tamanhos personalizados (mín. 5,4 x 8,6 cm - máx. 21,5 x 120 cm), Tipos de papel: Suporta distintos papéis Epson, papel sulfite comum e papel fotográfico para jato de tinta, Tamanhos sem margens: 9 x 13 cm (3,5 x 5"), 10 x 15 cm (4 x 6"), Tipos de envelope: Nº 10 (10,5 x 24,1 cm), Gramatura máxima do papel: 64 ~ 90 g/m², Capacidade de papel: 100 folhas de papel normal, 20 folhas de papel Premium Glossy Photo Paper, 10 envelopes ou 30 cartões postais, Capacidade de bandeja de saída: 30 folhas de papel normal, 20 folhas de papel Premium Glossy Photo Paper, 30 cartões postais, Conectividade: Conectividade padrão: USB de alta velocidade (compatível com a especificação USB 2.0) (802.11 b/g/n)5, Wi-Fi Direct, Voltagem: Bivolt, Sistemas operacionais compatíveis, Windows Vista®/Windows® 7/Windows® 8/8.1/Windows® 10 (32bit/ 64bit), Windows Server® 2003 SP2 ? Windows Server® 2016/7, Mac OS X 10.6.8 ? Mac OS 10.13.x8</p>	Epson/L380	1	1.068,00	1.068,00

Valor Total: R\$ 1.068,00
 Prazo de vigência: 31/12/2020
 Xanxerê-SC, 06 de julho de 2020. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0063/2020

Publicação Nº 2551367

Extrato de Contrato nº 0063/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: DISTRIBUIDORA LIMA LTDA EPP

Objeto: Aquisição de materiais, equipamentos e mobiliários para a realização do projeto Revitalização da Biblioteca Pública Municipal Caldas Júnior aprovado no Prêmio Elisabeth Anderle de incentivo à cultura – Edição 2019.

Item	Especificação dos materiais	Marca/Modelo	Qtidade	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
10	Puff Perinha Pop em Courino diferentes cores Stay Puff, a decoração mais aconchegante! Principais Características: Formato de pera Confeccionado em courino Enchimento em flocos de isopor recarregável Acabamento reforçado nas laterais.	Dafiti	6	160,00	960,00

Valor Total: R\$ 960,00

Prazo de vigência: 31/12/2020

Xanxerê-SC, 06 de julho de 2020. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0064/2020

Publicação Nº 2551370

Extrato de Contrato nº 0064/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: METALPOX INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MOVEIS LTDA

Objeto: Aquisição de materiais, equipamentos e mobiliários para a realização do projeto Revitalização da Biblioteca Pública Municipal Caldas Júnior aprovado no Prêmio Elisabeth Anderle de incentivo à cultura – Edição 2019.

Item	Especificação dos materiais	Marca/Modelo	Qtidade	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
01	Estante para Livros Face Simples, confeccionada em aço com baixo teor de carbono. Composta por: 04 Prateleiras Planas, 01 Base Retangular Fechada, 01 Travessa Superior e 02 Laterais de Sustentação (Acabamento Final). - 04 Prateleiras com dimensões de 99,8 cm de comprimento e 23,5 cm de profundidade, confeccionadas em chapa de aço com espessura de 0,90mm, com dobras nas laterais que permitem as mesmas a união as laterais pelo sistema de encaixe (sem parafusos). - 01 Base retangular fechada útil confeccionada em chapa de aço 0,90mm, com altura de 17,5 cm; 02 anteparos laterais soldados a base e fixado nas laterais da estante através de 04 parafusos "m8" de cada lado. - 01 Travessa superior horizontal (chapéu), confeccionado em chapa de aço 0,90mm e dobrado em U com altura de 7 cm, confeccionado em chapa 0,90mm; 02 anteparos laterais em chapa 1,50mm soldados a travessa superior e fixado nas laterais da estante através de 04 parafusos "m8" de cada lado. - 02 Laterais de sustentação que unem em uma única peça tanto a função estrutural quanto de acabamento final, contém 02 reforços soldados as extremidades, feitos em chapa de aço 1,50mm, sendo o superior com 7 cm de altura para receber o chapéu e o inferior com 17,5 cm de altura para receber a base, as laterais são confeccionadas em chapa de aço 1,20mm, altura de 200 cm e largura de 32 cm, com dobras arredondadas evitando rebarbas e arestas cortantes e acabamento interno em PVC rígido, com angulação de 45°, fixado através de encaixe. Cada lateral contém 18 rasgos com repuxos de 2,8 cm de altura por 10,5 cm de largura os quais enrijecem a lateral, garantem estabilidade da estante e permitem o encaixe das bandejas em passos de 17,5 cm. Para fixação estrutural possui furação sextavada com rebite de rosca embutida, o que permite fixação das travessas sem utilização de porcas, precisão na montagem e evita danos ao material, usuários e colaboradores. O processo de solda é MIG. Base das laterais com sistema de niveladores sextavados em nylon que permitam regulagem de altura. Possui laudo emitido por laboratório de ensaio devidamente acreditado pelo INMETRO, que atesta: grau de corrosão por exposição a atmosfera úmida saturada, nos termos da NBR 8095/2015, mediante ensaio com duração mínima de 800 horas; NBR 8094:1983, relatório de ensaio corrosão por exposição à névoa salina de pelo menos 800 horas, em conformidade com a norma ABNT NBR 5841, seccionados de partes retas e que contenham uniões soldadas. Pintura aplicada através do sistema eletrostático a pó, aplicação com camada mínima de tinta com 90 micras uniformemente distribuída e tratamento anterior com banho químico, antiferruginoso e fosfatizante. Dimensões Gerais - Largura 100 cm Altura: 200 cm Profundidade: 32 cm. COLORIDO (COR A DEFINIR)	Metalpox, 3FE104	4	1.011,32	4.045,28

02	<p>Expositor para livros e periódicos duplo, confeccionado em aço com baixo teor de carbono. Composto por: 08 Prateleiras Inclínadas, 01 Base Retangular Fechada, 01 Travessa Superior e 02 Laterais de Sustentação (Acabamento Final). - 08 Prateleiras inclinadas a 60° com dimensões de 98,6 cm de comprimento e 32 cm de profundidade, sem rasgos ou furos em sua superfície, confeccionadas em chapa de aço 0,90mm. - 01 Base retangular fechada útil confeccionada em chapa de aço 0,90mm, com altura de 17,5 cm, 01 reforço interno em "Ômega" soldado à base, confeccionado em chapa 0,90mm, 02 anteparos laterais soldados a base e fixado nas laterais da estante através de 04 parafusos "m8" de cada lado. - 01 Travessa superior horizontal (chapéu), confeccionado em chapa de aço 0,90mm e dobrado em "U" com altura de 07 cm, 02 anteparos laterais em chapa 1,50mm soldados a travessa e fixado nas laterais da estante através de 04 parafusos "m8" de cada lado. - 02 Laterais de sustentação que unem em uma única peça tanto a função estrutural quanto de acabamento final, contém 02 reforços soldados as extremidades, feitos em chapa de aço 1,50mm, sendo o superior com 7 cm de altura para receber o chapéu e o inferior com 17,5 cm de altura para receber a base, as laterais são confeccionadas em chapa de aço 1,20mm, altura de 200 cm e largura de 58 cm, com dobras arredondadas evitando rebarbas e arestas cortantes e acabamento interno em PVC rígido, com angulação de 45°, fixado através de encaixe. Cada lateral contém 36 rasgos com repuxos de 2,8 cm de altura por 10,5 cm de largura os quais enrijecem a lateral, garantem estabilidade da estante e permitem o encaixe das bandejas em passos de 17,5 cm. Para fixação estrutural possui furação sextavada com rebite de rosca embutida, o que permite fixação das travessas sem utilização de porcas, precisão na montagem e evita danos ao material, usuários e colaboradores. O processo de solda é MIG. Base das laterais com sistema de niveladores sextavados em nylon que permitam regulagem de altura. Possui laudo emitido por laboratório de ensaio devidamente acreditado pelo INMETRO, que atesta: estabilidade, resistência e carga máxima suportada do móvel, segurança oferecida ao usuário e aos objetos depositados, no que diz respeito a componentes perfurocortantes, nos termos da NBR 13961:2010; Grau de corrosão por exposição a atmosfera úmida saturada, nos termos da NBR 8095/2015, mediante ensaio com duração mínima de 800 horas; NBR 8094:1983, relatório de ensaio corrosão por exposição à névoa salina de pelo menos 800 horas, em conformidade com a norma ABNT NBR 5841, seccionados de partes retas e que contenham uniões soldadas. Pintura - Aplicada através do sistema eletrostático a pó, aplicação com camada mínima de tinta com 90 micras uniformemente distribuída e tratamento anterior com banho químico, antiferruginoso e fosfatizante. Dimensões Gerais - Largura 100 cm Altura: 200 cm Profundidade: 58 cm. COLORIDO (COR A DEFINIR)</p>	Metalpox, 2FE208	2	2.807,00	5.614,00
05	<p>Caixa para periódicos confeccionada com espessura 0,90mm com fechamento superior frontal contendo uma estampa para porta etiqueta na chapa, sendo está com largura de 100mm e altura de 70mm. Pintura aplicada através do sistema eletrostático a pó, aplicação com camada mínima de tinta de 70 micras uniformemente distribuída e tratamento anterior com banho químico, antiferruginoso e fosfatizante. Possui laudo emitido por laboratório de ensaio acreditado pelo INMETRO, que atesta: grau de corrosão por exposição atmosfera úmida saturada, nos termos da NBR 8095/2015, mediante ensaio com duração mínima de 800 horas; NBR 8094:1983, relatório de ensaio corrosão por exposição à névoa salina de pelo menos 800 horas, em conformidade com as normas ABNT NBR 5841 e 5770, seccionados de partes retas e que contenham uniões soldadas; NBR 8096:1983, relatório de ensaio corrosão por exposição ao dióxido de enxofre de pelo menos 120 horas. Dimensões gerais: Largura 10cm x Altura: 20cm x Profundidade: 20 cm. COLORIDO (COR A DEFINIR)</p>	Metalpox, 1PI020	20	58,99	1.179,80

Valor Total: R\$ 10.839,08

Prazo de vigência: 31/12/2020

Xanxerê-SC, 06 de julho de 2020. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0065/2020

Publicação Nº 2551373

Extrato de Contrato nº 0065/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: CELI PRODUTOS DE AÇO LTDA

Objeto: Aquisição de materiais, equipamentos e mobiliários para a realização do projeto Revitalização da Biblioteca Pública Municipal Caldas Júnior aprovado no Prêmio Elisabeth Anderle de incentivo à cultura – Edição 2019.



Item	Especificação dos materiais	Marca/Modelo	Qtidade	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
03	Estante com 08 vãos Multiuso em aço carbono com 07 níveis de armazenagem, sendo: 05 (cinco) prateleiras planas reguláveis, sem rasgos e furos em sua superfície, com dobras nas laterais que permitem que as mesmas unam-se diretamente nas colunas através de encaixe, ou seja, não são necessários parafusos, cada prateleira com terceira dobra na extensão dos 920mm, que suportam, cada uma, carga de até 125kg, Dimensões de 920mm de largura e 300mm de profundidade, com espessura de chapa 0,90mm. 01 (uma) base retangular fechada, medindo 920mm de largura, 130mm de altura e 300mm de profundidade, com espessura de chapa 0,90mm. 01 (um) chapéu retangular, medindo 920mm de largura, 70mm de altura e 300mm de profundidade, com espessura de chapa 0,90mm. 02 laterais de sustentação compostas por 02 (duas) colunas confeccionadas em chapa de aço de 2mm de espessura, com repuxos a passo de 137,5mm, que permite os encaixes das prateleiras para até 11 níveis de armazenagem; Observação: Todas as partes em aço possuem baixo teor de carbono, com tratamento com banho químico, antiferruginoso e fosfatizante e recebem pintura aplicada através do sistema eletrostático a pó, aplicação com camada mínima de tinta com 70 micras uniformemente distribuída. Demais componentes: 16 (dezesesseis) parafusos 3/8"; 04 (quatro) pés niveladores sextavados em nylon para regulagem de altura. Possui ensaio fornecido por Laboratório acreditado pelo INMETRO, para demonstrar o atendimento aos requisitos contemplados pela norma NBR 13961:2010: estabilidade, resistência da estrutura, carga máxima total e em conformidade com o item 4.4.2; NBR 8094:1983, relatório de ensaio corrosão por exposição à névoa salina de pelo menos 300 horas, em conformidade com as normas ABNT NBR 5841 e ABNT NBR 5770, seccionados de partes retas e que contenham uniões soldadas; NBR 8095/83, ASTM D 714/2009 e ASTM D 610/2008, relatório de ensaio de corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada de pelo menos 400 horas; Certificado de Regularidade em Atividades Potencialmente Poluidoras, conforme instrução normativa IBAMA nº 31 de 3/12/2009. Dimensões gerais: Largura 92 cm x Altura 200 cm x Profundidade 30 cm COLORIDO (COR A DEFINIR)	Celi, EDCME	1	1.700,00	1.700,00
04	Bibliocanto em aço com formato de "L", com espessura de 1,20 mm (18usg); Observação: o aço possui baixo teor de carbono, com tratamento com banho químico, antiferruginoso e fosfatizante e recebem pintura aplicada através do sistema eletrostático a pó, aplicação com camada mínima de tinta com 70 micras uniformemente distribuída. Possui ensaio fornecido por Laboratório acreditado pelo INMETRO, para demonstrar o atendimento aos requisitos contemplados pela norma NBR 8094:1983, relatório de ensaio corrosão por exposição à névoa salina de pelo menos 300 horas, em conformidade com as normas ABNT NBR 5841 e ABNT NBR 5770, seccionados de partes retas e que contenham uniões soldadas; NBR 8095/83, ASTM D 714/2009 e ASTM D 610/2008, relatório de ensaio de corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada de pelo menos 400 horas; Certificado de Regularidade em Atividades Potencialmente Poluidoras, conforme instrução normativa IBAMA nº 31 de 3/12/2009. Dimensões - Largura 10cm Altura: 20 cm Profundidade: 13 cm. COLORIDO (COR A DEFINIR)	Celi, BBL	100	9,90	900,00

Valor Total: R\$ 2.600,00

Prazo de vigência: 31/12/2020

Xanxerê-SC, 06 de julho de 2020. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO N° 0089/2020

Publicação N° 2551448

Extrato de Contrato n° 0089/2020

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: MAP CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI

Objeto: Construção da Sede da APADAVIX, com área de 250,00 m² a ser edificada no Lote n° 50, quadra 5, Loteamento São Francisco, Bairro São Pedro, no Município de Xanxerê-SC, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme descrito no Memorial Descritivo, Orçamento, Cronograma e Projetos anexos ao presente.

Valor Total: R\$ 238.464,16

Prazo de vigência: 12 meses

Xanxerê-SC, 06 de julho de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito de Xanxerê.

PORTARIA 549-2020

Publicação N° 2551171

PORTARIA N° 549/2020

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Municipal n° HW 1.775/91, Lei Municipal n° AM 2.907/06 e Lei Municipal BLB n° 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 06.07.2020 a 04.08.2020, ao Servidor Público Municipal Sr. VALMOR JOSÉ MORESCHI, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Xanxerê - SC, portador do RG n° 2.871.340 e CPF n° 788.928.059-91, nomeado pelo Decreto Municipal n° JB 278/94, para o cargo de MOTORISTA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, e posteriormente designado para exercer função comissionada de COORDENADOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, vinculado Secretaria Municipal de Educação.

A licença prêmio concedida refere-se aos períodos de 08.07.2004 a 24.07.2006 = 05 dias, 25.07.2006 a 08.06.2009 = 18 dias e 09.06.2009 a 08.06.2012 = 07 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 03 de Julho de 2020

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA 550-2020

Publicação N° 2551172

PORTARIA N° 550/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto n° AJG n° 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, a partir de 13.07.2020 a 11.08.2020, 30 (trinta) dias de férias à Servidora Pública Municipal Sra. HELIETE FIORENTINI, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portadora do RG n° 3.369.372 e CPF n° 023.173.369-00, nomeada pelo Decreto Municipal EB 223/2007 para o cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

As férias referem-se aos períodos aquisitivos 02.07.2019 a 01.07.2020.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 06 de Julho de 2020

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 551-2020

Publicação Nº 2552704

PORTARIA Nº 551/2020
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Municipal nº HW 1.775/91, Lei Municipal nº AM 2.907/06 e Lei Municipal BLB nº 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER por determinação da Secretaria Municipal da Saúde, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 24 (vinte e quatro) dias a partir de 06.07.2020 a 29.07.2020, ao Servidor Público Municipal Sr. LUIZ ALBERTO BAGGIO, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Xanxerê - SC, portador do RG nº 900.159 e CPF nº 400.806.099-53, nomeado pelo Decreto Municipal nº JB 376/94 para o cargo de CIRUJÃO DENTISTA com 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

A licença prêmio concedida refere-se aos períodos de 09.06.2015 a 08.06.2018 = 24 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 06 de Junho de 2020

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 552-2020

Publicação Nº 2552706

PORTARIA Nº 552/2020
AUTORIZAR EXCEPCIONALMENTE O TRABALHO REMOTO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

AUTORIZAR, excepcionalmente o afastamento do servidor público municipal:

SONIA MARIA DE LIMA, ocupante do cargo de COZINHEIRA, nomeada pelo Decreto Municipal nº AM 125/2002, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Fica determinado que as horas de afastamento deverão ser computadas para posterior compensação, conforme programação da Secretaria de Origem.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 06 de Julho de 2020

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

ATA 034/2020 ENIOMAR DAL BELLO 89805305953

Publicação Nº 2551863

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2020 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2020 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 016/2020 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO e a empresa ENIOMAR DAL BELLO 89805305953, inscrita no CNPJ nº 36.789.036/0001-43, nesta Ata representada pelo seu Proprietário, Sr. ENIOMAR DAL BELLO, portador do CPF nº 898.053.059-53, nos termos das Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 016/2020 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A Ata tem por objeto o registro de preços para possível contratação de empresa objetivando a prestação de serviços de pedreiro, para atender as necessidades do Município de Xavantina-SC, incluindo Fundo Municipal de Saúde de Xavantina-SC, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Preço Unit.	Preço Total
1	1.000,00	HORA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PEDREIRO. HORA/HOMEM.	55,00	55.000,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 016/2020 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Eugênio Frana.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 06 de julho de 2020.

MUNICÍPIO DE XAVANTINA

ENOIR FAZOLO – Prefeito

EMPRESA DETENTORA DA ATA

ENIOMAR DAL BELLO 89805305953

ENIOMAR DAL BELLO - Representante

Fiscal da Ata

EUGÊNIO FRANA

Xaxim

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 0045/2020

Publicação N° 2551775

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 0045/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

CONTRATADO: PROJEPAV ENGENHARIA E OBRAS EIRELI

Objeto: Contratação de empresa para obra de pavimentação asfáltica da rua Justo Eugênio Soccol - trecho entre as ruas Rio Grande e Santo Antônio, incluindo materiais e mão de obra, de acordo com o Contrato de Repasse n° 889483/2019/MDR/CAIXA, firmado entre o Ministério de Desenvolvimento Regional e o Município de Xaxim, conforme Projeto, Memorial Descritivo, Planilha de Orçamento e Cronograma Físico-Financeiro.

Valor do Contrato: R\$ 276.563,85 (duzentos e setenta e seis mil quinhentos e sessenta e três reais com oitenta e cinco centavos).

Vigência: 06/07/2020 a 31/10/2020.

Dotação Orçamentária: 44.90.51.99.00.00.00 (59, 60/2020).

Licitação: Processo de Compra 069/2020 – Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n° 0014/2020.

Xaxim-SC, 06 de julho de 2020. LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 0044/2020

Publicação N° 2551431

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 0044/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

CONTRATADO: ANDERSON RENATO SUHRE BAPTISTA 09551806948

Objeto: Contratação de empresa para obra de reforma de quadras esportivas dos Ginásios Pedro Ivo Campos, no Bairro Alvorada e Ginásio Guarani, no Bairro Guarani, incluindo materiais e mão de obra, conforme Projeto, Memorial Descritivo, Planilha de Orçamento e Cronograma Físico-Financeiro.

Valor do Contrato: R\$ 71.507,86 (setenta e um mil, quinhentos e sete reais e oitenta e seis centavos).

Vigência: 06/07/2020 a 31/10/2020.

Dotação Orçamentária: 44.90.51.99.00.00.00 (116/2020).

Licitação: Processo de Compra 067/2020 – Tomada de Preços n° 0013/2020.

Xaxim-SC, 07 de julho de 2020. LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal

Consórcios

AGIR

DECISÃO Nº 134/2020 - PROCEDIMENTO DE OUVIDORIA Nº 209/2020 - AGIR

Publicação Nº 2551680

DECISÃO Nº 134/2020

PROCEDIMENTO DE OUVIDORIA Nº 209/2019

OBJETO: Vazamento oculto por alta pressão na rede de abastecimento de água na Rua Henrique Henn, nº, Bairro Ponta Aguda, em Blumenau (SC).

RECLAMANTE: Sr. Arthur Henrique Henn, filho do usuário BRUNO JORGE HENN (CDC 81729)

DEMANDADOS: AGIR – Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí e Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau/SC – SAMAE.

Com base nas informações constantes dos autos do presente Procedimento, ratifico e convalido em todos os seus termos, o Parecer da Ouvidoria nº 059/2020 e Parecer Jurídico nº 242/2020, que integra a presente decisão independentemente de sua transcrição, adotando-o como razão de decidir, por suas próprias razões e fundamentos e nos termos do Parágrafo único da Cláusula 66, do Protocolo de Intenções, devidamente ratificado pelos entes consorciados, para efeitos da decisão monocrática, ressaltando-se as partes o direito de interpor recurso ao Comitê de Regulação, nos termos do Parágrafo Único da Cláusula 31 c/c o item II da Cláusula 32, do já citado Protocolo de Intenções da AGIR.

DECISÃO:

Conhecer do recurso interposto pelo usuário Sr. Arthur Henrique Henn (titular Sr. Bruno Jorge Henn – CDC 81729) e julgá-lo IMPROCEDENTE, visto que o usuário à época dos fatos encontrava-se cadastrado na categoria TEMPORÁRIA, cuja negativa em promover a revisão da fatura está fundamentada no artigo 116 do Decreto nº 10.809/2015.

I - Intime-se o usuário Sr. ARTHUR HENRIQUE HENN, filho do usuário BRUNO JORGE HENN (CDC 81729), bem como o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BLUMENAU/SC – SAMAE;

II – Publique-se a presente Decisão;

III – Aguarde-se o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de recurso para o Comitê de Regulação, em havendo interesse.

IV – Não ocorrendo, neste prazo a interposição de recurso ou qualquer outra manifestação, proceda-se o encerramento do procedimento e o seu arquivamento.

Blumenau, 6 de julho de 2020.

HEINRICH LUIZ PASOLD
Diretor Geral da AGIR

DECISÃO Nº 136/2020 - PROCEDIMENTO DE OUVIDORIA Nº 124/2018 - AGIR

Publicação Nº 2551719

DECISÃO Nº 136/2020

PROCEDIMENTO DE OUVIDORIA Nº 124/2018

OBJETO: Reclamação da aplicação de TOI – Termo de Ocorrência de Irregularidade em virtude de dificuldade de acesso ao hidrômetro para leitura e/ou manutenção.

RECLAMANTE: Sra. Maria Valdete Emiterio (CDC 36429)

DEMANDADOS: AGIR – Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí e Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau/SC – SAMAE.

Com base nas informações constantes dos autos do presente Procedimento, ratifico e convalido em todos os seus termos, o Parecer da Ouvidoria nº 067/2020 e o Parecer Jurídico nº 241/2020, que integra a presente decisão independentemente de sua transcrição, adotando-o como razão de decidir, por suas próprias razões e fundamentos e nos termos do Parágrafo único da Cláusula 66, do Protocolo de Intenções, devidamente ratificado pelos entes consorciados, para efeitos da decisão monocrática, ressaltando-se as partes o direito de interpor recurso ao Comitê de Regulação, nos termos do Parágrafo Único da Cláusula 31 c/c o item II da Cláusula 32, do já citado Protocolo de Intenções da AGIR.

DECISÃO:

Conhecer do recurso interposto pela usuária Sra. Maria Valdete Emiterio (CDC 36429) e julgá-lo IMPROCEDENTE, mantendo a multa aplicada pela autarquia Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau/SC – SAMAE, com base na alínea "a" do inciso III do art. 126; nos incisos I e IV do art. 127; inciso II do art. 129, c/c 89 do Decreto nº 10.809/2015, e c/c com o inciso XII do art. 134 da Resolução 001/2013 da AGIR, referente a infração grave 15x (quinze vezes) do valor da tarifa mínima, equivalente a R\$ 449,70 (quatrocentos e quarenta e nove reais e setenta centavos); a ser atualizado monetariamente desde a ocorrência do fato gerador.

I - Intime-se usuária SRA. MARIA VALDETE EMITERIO (CDC 36429), bem como o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BLUMENAU/SC – SAMAE;

II – Publique-se a presente Decisão;

III – Aguarde-se o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de recurso para o Comitê de Regulação, em havendo interesse.

IV – Não ocorrendo, neste prazo a interposição de recurso ou qualquer outra manifestação, proceda-se o encerramento do procedimento e o seu arquivamento.

Blumenau, 6 de julho de 2020.

HEINRICH LUIZ PASOLD
Diretor Geral da AGIR

DECISÃO Nº 137/2020 - PROCEDIMENTO DE OUVIDORIA Nº 157/2019 - AGIR

Publicação Nº 2551739

DECISÃO Nº 137/2020

PROCEDIMENTO DE OUVIDORIA Nº 157/2019

OBJETO: Reclamação de alta pressão na rede de abastecimento de água e alto consumo da fatura de competência 02-2019.

RECLAMANTE: Sra. Inez Maria Griebeler (CDC 66706).

DEMANDADOS: AGIR – Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí e Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau/SC – SAMAE.

Com base nas informações constantes dos autos do presente Procedimento, ratifico e convalido em todos os seus termos, o Parecer da Ouvidoria nº 023/2019 e o Parecer Jurídico nº 253/2020, que integra a presente decisão independentemente de sua transcrição, adotando-o como razão de decidir, por suas próprias razões e fundamentos e nos termos do Parágrafo único da Cláusula 66, do Protocolo de Intenções, devidamente ratificado pelos entes consorciados, para efeitos da decisão monocrática, ressaltando-se as partes o direito de interpor recurso ao Comitê de Regulação, nos termos do Parágrafo Único da Cláusula 31 c/c o item II da Cláusula 32, do já citado Protocolo de Intenções da AGIR.

DECISÃO:

Conhecer da reclamação feita pela usuária Sra. Inez Maria Griebeler (CDC66706) e julgá-la PROCEDENTE, para determinar o recálculo da fatura de competência 02/2019 em decorrência da ocorrência de alta pressão, bem como a correção da pressão para os padrões aceitáveis (entre 10mca até 50mca).

I - Intime-se usuária Sra. Inez Maria Griebeler (CDC66706), bem como o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau/SC – SAMAE;

II – Publique-se a presente Decisão;

III – Aguarde-se o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de recurso para o Comitê de Regulação, em havendo interesse.

IV – Não ocorrendo, neste prazo a interposição de recurso ou qualquer outra manifestação, proceda-se o encerramento do procedimento e o seu arquivamento.

Blumenau, 6 de julho de 2020.

HEINRICH LUIZ PASOLD
Diretor Geral da AGIR

DECISÃO Nº 138/2020 - PROCEDIMENTO DE OUVIDORIA Nº 150/2019 - AGIR

Publicação Nº 2551683

DECISÃO Nº 138/2020

PROCEDIMENTO DE OUVIDORIA Nº 150/2018

OBJETO: Recurso Administrativo à AGIR devido ao indeferimento do Processo Administrativo nº 279/1706 do SAMAE Blumenau/SC.

RECLAMANTE: Sra. Márcia Goedert (CDC nº 5938)

DEMANDADOS: AGIR – Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí

e Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau/SC – SAMAE.

Com base nas informações constantes dos autos do presente Procedimento, ratifico e convalido em todos os seus termos, o Parecer Ouvidoria nº 057/2019 e Parecer Jurídico nº 239/2020, que integram a presente decisão independentemente de sua transcrição, adotando-os como razões de decidir, por suas próprias razões e fundamentos e nos termos do Parágrafo único da Cláusula 66, do Protocolo de Intenções, devidamente ratificado pelos entes consorciados, para efeitos da decisão monocrática, ressaltando-se as partes o direito de interpor recurso ao Comitê de Regulação, nos termos do Parágrafo Único da Clausula 31 c/c o item II da Cláusula 32, do já citato Protocolo de Intenções da AGIR.

DECISÃO:

Encerrar o Procedimento Administrativo de Ouvidoria nº 150/2019, instaurado devido o recurso interposto pela usuária Sra. Márcia Goedert (CDC nº 5938), para contestar a decisão exarada no Processo Administrativo nº 279/1706 – SAMAE de Blumenau, devido a satisfação da pretensão do Usuária/Requerente na esfera administrativa, ocorrendo a perda do objeto, sendo cabível a extinção sem resolução do mérito, nos termos do inciso VI do Art. 485 do CPC, devido configurado a ausência do interesse processual, c/c o Inciso I do Art. 15 da Resolução Normativa da AGIR, que estabelece que cabe o encerramento do Processos de Ouvidoria quando solucionado a demanda.

I - Intime-se usuária Sra. MÁRCIA GOEDERT (CDC nº 5938), bem como o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BLUMENAU/SC – SAMAE;

II – Publique-se a presente Decisão;

III – Aguarde-se o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de recurso para o Comitê de Regulação, em havendo interesse.

IV – Não ocorrendo, neste prazo a interposição de recurso ou qualquer outra manifestação, proceda-se o encerramento do procedimento e o seu arquivamento.

Blumenau, 6 de julho de 2020.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR

(original assinado)

DECISÃO Nº 139/2020 - PROCEDIMENTO DE OUVIDORIA Nº 139/2018 - AGIR

Publicação Nº 2551685

DECISÃO Nº 139/2020

PROCEDIMENTO DE OUVIDORIA Nº 0139/2018

OBJETO: Reclamação de revisão de valores ante o indeferimento do Processo Administrativo 662/1712 do SAMAE de Blumenau.

RECLAMANTE: Sr. Edson Rogério Schuart (CDC 8616).

DEMANDADOS: AGIR – Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí e Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau/SC – SAMAE.

Com base nas informações constantes dos autos do presente Procedimento, ratifico e convalido em todos os seus termos, o Parecer Jurídico nº 243/2020, que integra a presente decisão independentemente de sua transcrição, adotando-o como razão de decidir, por suas próprias razões e fundamentos e nos termos do Parágrafo único da Cláusula 66, do Protocolo de Intenções, devidamente ratificado pelos entes consorciados, para efeitos da decisão monocrática, ressaltando-se as partes o direito de interpor recurso ao Comitê de Regulação, nos termos do Parágrafo Único da Clausula 31 c/c o item II da Cláusula 32, do já citato Protocolo de Intenções da AGIR.

DECISÃO:

Encerrar o Procedimento de Ouvidoria nº 139/2018, instaurado devido o recurso interposto pelo usuário Sr. Edson Rogério Schuart (CDC 8616), para contestar a decisão exarada no Processo Administrativo nº 662/1712 – SAMAE de Blumenau, devido a satisfação da pretensão do Usuário/Requerente na esfera administrativa como se extrai das contrarrazões apresentada no presente autos (fls. 70/73), onde em suma reconheceu a nulidade do TOI – Termo de Ocorrência de Irregularidade, ocorrendo assim a perda do objeto, sendo cabível a extinção sem resolução do mérito, nos termos do inciso VI do art. 485 do CPC, devido configurado a ausência do interesse processual, c/c o inciso I do art. 15 da Resolução Normativa da AGIR, que estabelece que cabe o encerramento do Processos de Ouvidoria quando solucionado a demanda.

I - Intime-se o usuário SR. EDSON ROGÉRIO SCHUART (CDC 8616), bem como o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BLUMENAU/SC – SAMAE;

II – Publique-se a presente Decisão;

III – Aguarde-se o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de recurso para o Comitê de Regulação, em havendo interesse.

IV – Não ocorrendo, neste prazo a interposição de recurso ou qualquer outra manifestação, proceda-se o encerramento do procedimento e o seu arquivamento.

Blumenau, 6 de julho de 2020.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR

CIMVI**EDITAL DE PUBLICIDADE - INDEFERIMENTO E ARQUIVAMENTO DEFINITIVO DE PROCESSO 2020**

Publicação Nº 2551797

**CIMVI**
AMBIENTAL**- Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí**
APIUNA - ASQUERRA - BENEDITO NOVO - BOTUMERA - DOUTOR PEDRINHO - INDAIAL - LUZ ALVES - MASSARANDUBA - POMERODE - RIO DOS CEDROS - RODEIO - TIMBÓ

Ofício nº 3.731/2020

Timbó, 09 de março de 2020.

À

AUTO POSTO VITÓRIA RÉGIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 30.822.119/0001-00, com sede na rua João Hennings Filho, nº 90, Bairro das Nações, em Indaial/SC, CEP 89.082-009.

1

Nesta,

Referência: **Processo de Renovação de Licença Ambiental de operação da requerente - Cód. Ativ. Res. CONSEMA nº 99/2017 – 42.32.10**
Protocolo CIMVI nº 160/2019
Protocolo Prefeitura de Indaial nº 1.509/2019

Através do presente o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI**, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, Departamento Ambiental, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070, Bairro Araponguinhas, em Timbó, Santa Catarina, CEP 89120-000, em parceria técnico-jurídica com o **MUNICÍPIO DE INDAIAL**, vem, com referência ao processo de licenciamento mencionado em epígrafe expor e requerer o que segue:

CONSIDERANDO que o empreendedor formulou pedido de Licença Ambiental de Operação para a atividade citada na referência acima (**42.32.10 - Comércio de combustíveis líquidos e gasosos em postos revendedores, postos flutuantes e instalações de sistema retalhista, com lavagem ou lubrificação de veículos**).

CONSIDERANDO ser ônus do empreendedor promover as diligências necessárias ao regular processamento do feito e que após ter sido devidamente instado pela municipalidade para apresentar documentos indispensáveis ao prosseguimento do processo de análise o mesmo deixou fluir *in albis* o prazo para tanto, abandonando o processo desde então;

CONSIDERANDO que o empreendedor foi instado pelos Ofícios CIMVI nº 1202/2019, de 27 de março de 2019, sendo prorrogado pelo Ofício CIMVI nº 1981/2019, a resposta da requerente foi protocolada em 26/08/2019, gerando novo Ofício CIMVI nº 2563/2019 em 25 de setembro de 2019, o mesmo foi intimado através do Ofício CIMVI nº 3122/2019 em 06 de dezembro de 2019, o qual venceu sem a manifestação do requerente, tendo deixado fluir *in albis* os prazos concedidos sem qualquer manifestação, o que demonstra além do abandono, conduta que não se coaduna com os princípios de boa fé e lealdade processuais, estando o processo paralisado por longo período em razão da desídia do empreendedor;

Fica a Vossa Senhoria **COMUNICADO** sobre o **INDEFERIMENTO** do pedido de Licença Ambiental de Operação, bem como o **ARQUIVAMENTO DEFINITIVO** do processo administrativo respectivo, diante do abandono do mesmo.

Eventual recurso poderá ser formulado no endereço do Órgão Ambiental Municipal de Indaial, em horário de expediente, no prazo de **20 (vinte) dias**, contados do recebimento do presente.

Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Timbó – SC – E-mail: contatoamb@cimvi.sc.gov.br
Telefone: (47) 3380-1345

**CIMVI**
AMBIENTAL**- Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí**

APIÚNA - ASQUIRRA - BENEDITO NOVO - BOTUMERÁ - DOUTOR PEDRINHO - INDAIAL - LUZ ALVES - MASSARANDUBA - POMERODE - RIO DOS CEDROS - RODEIO - TIMBÓ

Considerando que a atividade desenvolvida por Vossa Senhoria é licenciável conforme listagem definida pela Resolução CONSEMA/SC nº 99/17 “**42.32.10 - Comércio de combustíveis líquidos e gasosos em postos revendedores, postos flutuantes e instalações de sistema retalhista, com lavagem ou lubrificação de veículos**”, fica Vossa Senhoria desde já advertido, de que possui o prazo de **01 (um) mês** para promover a **IMEDIATA** regularização do empreendimento, dando entrada ao processo de licenciamento ambiental e recolhendo as taxas respectivas, o que deverá ser efetuado junto ao órgão ambiental competente.

2

Desde já fica Vossa Senhoria advertida de que o não cumprimento tempestivo das diligências solicitadas acima acarretará a adoção de todas as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, quer na esfera civil, criminal e administrativa, com remessa de informações a todos os órgãos públicos para que executem suas atribuições no âmbito de competências das respectivas searas.

O processo administrativo ambiental encontra-se com vista aberta para o intimado, podendo ter acesso aos autos de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, junto a sede do CIMVI Ambiental, na Rua Tupiniquim, nº 1.070, Bairro Araponguinhas, em Timbó, Santa Catarina, CEP 89.120-000.

Certos de que o assunto merecerá pronta acolhida e compreensão de Vossa Senhoria, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de elevada consideração e estima. Qualquer dúvida estamos à disposição.

Atenciosamente,

Ricardo Augusto de Oliveira Xavier
Araujo
Advogado – OAB/SC 17.721

Paula Cristina de Moraes
Estagiária de Engenharia
Ambiental

Decisão:

Homologo as razões acima, as quais utilizo como fundamento e com base em tais motivos, INDEFIRO o pedido de emissão de Licença Ambiental de Operação formulado, e DETERMINO o ARQUIVAMENTO DEFINITIVO do processo administrativo respectivo, diante do abandono do processo.

Eventual recurso poderá ser formulado no endereço do órgão ambiental municipal de Indaial, em horário de expediente, no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do presente.

P.R.I.A.C.-se.

Indaial, 09 de março de 2020.

Secretário de Urbanização e Meio Ambiente
Paulo Roberto Ledra
Decretos nº 907/2017 e 1811/2019

Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Timbó – SC – E-mail: contatoamb@cimvi.sc.gov.br
Telefone: (47) 3380-1345

EDITAL DE PUBLICIDADE 2020 - CASSAÇÃO DE AUA

Publicação Nº 2551445

Ofício nº 4.602/2020 Timbó, 02 de Julho de 2020.

À

RAFAEL CARDOSO GARCIA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 32.656.074/0001-77, com sede na Rua Ribeirão Areia, nº 2.132, Bairro Ribeirão Areia, em Pomerode, Estado de Santa Catarina, CEP 89.107-000.

PROCURADOR (A)

JOÃO JAIR DOS SANTOS, engenheiro ambiental, inscrito no CPF sob nº 020.650.059-98, com endereço na Rua Alemanha, nº 640, Bairro Centro, em Pomerode, Estado de Santa Catarina, CEP 89107-000.

Nesta,

Referência: Autorização Ambiental (AuA) nº 95/2019 - Cód. Ativ. Res. CONSEMA nº 99/2017 – 12.80.00

Protocolo CIMVI nº 281/2019

Protocolo Prefeitura de Pomerode nº 1.797/2019

Através do presente o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, Departamento Ambiental, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070, bairro Ara-pinguinhas, em Timbó, Santa Catarina, CEP 89.120-000, em parceria técnica com o MUNICÍPIO DE POMERODE, vem COMUNICAR acerca dos fatos que passamos a reproduzir:

Aportou no CIMVI Ambiental na data de 18/06/2020, solicitação de Cancelamento da Autorização Ambiental – AuA – nº 95/2019 obtida para a atividade 12.80.00 – Serviço industrial de usinagem, soldas e semelhantes.

CONSIDERANDO a documentação e informações prestadas, comunicando o encerramento das atividades desenvolvidas relacionadas à Autorização Ambiental nº 95/2019, bem como o atual uso do local do empreendimento para moradia, DEFERE-SE o pedido de cancelamento da referida Autorização Ambiental.

Fica a Vossa Senhoria COMUNICADO sobre o CANCELAMENTO da Autorização Ambiental, bem como do ARQUIVAMENTO do processo administrativo respectivo.

Fica Vossa Senhoria cientificado do teor do que dispõe o artigo 82 do Decreto Nacional nº 6.514, de 22 de julho de 2008: "Elaborar ou apresentar informação, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso, enganoso ou omissivo, seja nos sistemas oficiais de controle, seja no licenciamento, na concessão florestal ou em qualquer outro procedimento administrativo ambiental: Multa de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)."

Certos de que o assunto merecerá pronta acolhida e compreensão de Vossa Senhoria, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de elevada consideração e estima. Qualquer dúvida estamos à disposição.

Atenciosamente,

Jessica Lara Nunes de Souza Engenheira Ambiental CREA/SC 172809-0	Milena Nasato Engenheira Ambiental CREA/SC 158127-6
---	---

Decisão:

Homologo as razões acima, as quais utilizo como fundamento e com base em tais motivos, CANCELO a Autorização Ambiental nº 95/2019 emitida, e DETERMINO o ARQUIVAMENTO DEFINITIVO do processo administrativo respectivo, diante do encerramento da atividade.

P.R.I.A.C.-se.

Pomerode, 02 de julho de 2020.

Jaime Eduardo Jensen
Município de Pomerode
Portaria nº 22.240/2017

CINCATARINA**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CONSOLIDADA NºATC173_2020**

Publicação Nº 2551992

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO ELETRÔNICO "e-PAL" Nº 000173/2020 - e
PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 0015/2020 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CONSOLIDADA Nº ATC000173/2020

Aos seis dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, Consórcio Público multifinalitário, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na RUA GENERAL LIBERATO BITTENCOURT, 1885, 13º ANDAR - SALA 1305, CENTRO EXECUTIVO IMPERATRIZ - BAIRRO CANTO, NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS-SC, CEP: 88.070-800, neste ato representado por seu DIRETOR EXECUTIVO, Sr. ELÓI RONNAU, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, e o CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PINHEIRO PRETO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AV MARECHAL COSTA E SILVA, 111 - CENTRO, PINHEIRO PRETO-SC CEP: 89.570-000 inscrito no CNPJ sob nº. 08.484.593/0001-10, neste ato representado pelo PRESIDENTE Sr. IRENE EGGERS FARINA; CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA GENERAL LIBERATO BITTENCOURT, 1885, 13º ANDAR - SALA 1305, CENTRO EXECUTIVO IMPERATRIZ - BAIRRO CANTO, FLORIANÓPOLIS-SC CEP: 88.070-800 inscrito no CNPJ sob nº. 12.075.748/0001-32, neste ato representado pelo DIRETOR EXECUTIVO Sr. ELÓI RÖNNAU; FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R GREGORIO MATHIOSKI, 225 - SÃO JOSÉ MARIA D GOSTINE, MONTE CASTELO-SC CEP: 89380-000 inscrito no CNPJ sob nº. 11.455.792/0001-05, neste ato representado pelo SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE Sr. RENI MARIA MEISTER; FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ABELARDO LUZ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA EGIDIO JOÃO GUERRA, 1533 - CENTRO, ABELARDO LUZ -SC CEP: 89.830-000 inscrito no CNPJ sob nº. 11.738.894/0001-38, neste ato representado pelo SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Sr. ROSANE FÁTIMA CORONETTI DOMANSKI GUSSO; FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA J.B. ALMEIDA, 323 - CENTRO, CAMPOS NOVOS-SC CEP: 89.620-000 inscrito no CNPJ sob nº. 01.850.671/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO; FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MONTE CASTELO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA ALFREDO BECKER, 385 - CENTRO, MONTE CASTELO-SC CEP: 89380000 inscrito no CNPJ sob nº. 13.497.205/0001-76, neste ato representado pelo SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Sr. GILVANE CARNEIRO; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA AGRIPINO VARGAS, 303, SAIDA ARACA - PARQUE EXPOSICOES, ABELARDO LUZ -SC CEP: 89.830-000 inscrito no CNPJ sob nº. 10.532.003/0001-20, neste ato representado pelo SECRETÁRIA DE SAÚDE Sr. SANDRA MARA DE SOUZA; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA JOÃO PEREIRA D'AVILA, 91 - CENTRO, ÁGUAS MORNAS-SC CEP: 88150-000 inscrito no CNPJ sob nº. 10.714.485/0001-39, neste ato representado pelo SECRETÁRIA DE SAÚDE Sr. REGINA MARIA MARTINS GARCIA; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA DE LOURDES, 47 - NOSSA SENHORA DE LOURDES, ASCURRA-SC CEP: 89138000 inscrito no CNPJ sob nº. 11.241.709/0001-03, neste ato representado pelo SECRETÁRIO DE SAÚDE Sr. ENILSON ERLEY DE FREITAS; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA NEREU RAMOS, 333 - CENTRO, CAMPOS NOVOS-SC CEP: 89620-000 inscrito no CNPJ sob nº. 08.595.042/0001-24, neste ato representado pelo SECRETÁRIA DE SAÚDE Sr. MAYARA DA SILVA ANTUNES SERENA; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA CARMELO ZOCOLLI, 155, PRÉDIO - CENTRO, CAPINZAL-SC CEP: 89.665-000 inscrito no CNPJ sob nº. 05.029.092/0001-56, neste ato representado pelo GESTORA DO FUNDO DE SAÚDE Sr. KAMILLE SARTORI BEAL; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA DUQUE DE CAXIAS, 2828 - CENTRO, CATANDUVAS-SC CEP: 89670-000 inscrito no CNPJ sob nº. 10.391.817/0001-91, neste ato representado pelo SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE Sr. ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MOTERLE; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R NEREU RAMOS, 277, ANEXO POSTO DE SAÚDE - CENTRO, HERVAL D'OESTE-SC CEP: 89.610-000 inscrito no CNPJ sob nº. 17.799.033/0001-46, neste ato representado pelo SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE Sr. EUGÊNIA BUCCO; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA 22 DE JULHO, 1070 - CENTRO, IRINEÓPOLIS-SC CEP: 89440000 inscrito no CNPJ sob nº. 06.089.125/0001-16, neste ato representado pelo GESTORA Sr. GISELI KEMPINSKI; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA JOAQUIM BOEING, 40 - CENTRO, ITUPORANGA-SC CEP: 88400000 inscrito no CNPJ sob nº. 11.407.443/0001-18, neste ato representado pelo SECRETÁRIA DE SAÚDE Sr. ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA TAMANDARÉ, SN - CENTRO, LINDÓIA DO SUL-SC CEP: 89735000 inscrito no CNPJ sob nº. 78.510.112/0001-80, neste ato representado pelo SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE Sr. ORVANE GERHKE ZANATTA; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA MIGUEL COUTO, 800 - CENTRO, ORLEANS-SC CEP: 88870-000 inscrito no CNPJ sob nº. 03.230.443/0001-67, neste ato representado pelo SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE Sr. FERNANDO DE FAVERI MARCELINO; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA NATALINO CATAPAN, S/N - CENTRO, OURO VERDE -SC CEP: 89.834-000 inscrito no CNPJ sob nº. 11.323.964/0001-97, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. AMELIO REMOR JUNIOR; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R JOSE PEREIRA DA SILVA, S/N - CENTRO, PAULO LOPES-SC CEP: 88.490-000 inscrito no CNPJ sob nº. 08.289.417/0001-28, neste ato representado pelo SECRETÁRIO DE SAÚDE Sr. ALFREDO RODOLFO SCHMIDT HEBBEL BUSH; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AV 17 DE FEVEREIRO, 374, TERREO - CENTRO, PRESIDENTE CASTELLO BRANCO-SC CEP: 89.745-000 inscrito no CNPJ sob nº. 11.333.647/0001-51, neste ato representado pelo SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE Sr. NEIVA KLEEMANN TONIELO; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AV. RICHARD SCHWEITZER DE ALBUQUERQUE, 40 - CENTRO, RIO NEGRINHO-SC CEP: 89295-000 inscrito no CNPJ sob nº. 10.377.912/0001-30, neste ato representado pelo SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE Sr. MARIA DE FÁTIMA MENDES AFONSO; FUNDO MUNICIPAL DE

SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA RUI BARBOSA,291 - CENTRO, SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC CEP: 89990-000 inscrito no CNPJ sob nº. 11.359.214/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RAFAEL CALEFFI; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na PRAÇA LEOPOLDO FRANCISCO KRETZER,01 - CENTRO, SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA-SC CEP: 88.125-000 inscrito no CNPJ sob nº. 08.971.900/0001-98, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na OSCAR VON HOHENBRUCK,S/N - CENTRO, TREZE TÍLIAS -SC CEP: 89650-000 inscrito no CNPJ sob nº. 03.347.885/0001-98, neste ato representado pelo SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE Sr. ALCIR DE RÓS; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na PC FRANCISCO PEREIRA DE SOUZA,53 - CENTRO, URUBICI-SC CEP: 88.650-000 inscrito no CNPJ sob nº. 12.488.175/0001-79, neste ato representado pelo SECRETÁRIA DE SAÚDE Sr. GISIANE LETICIA RIBEIRO DE SOUZA; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA CORONEL SANTOS MARINHO,116 - CENTRO, XANXERÊ-SC CEP: 89820-000 inscrito no CNPJ sob nº. 10.396.929/0001-35, neste ato representado pelo SECRETÁRIA MUNICIPAL Sr. IRENE SALETE GORALSKI; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R 1590 ,430 - CENTRO , ITAPOÁ-SC CEP: 89.249-000 inscrito no CNPJ sob nº. 11.485.410/0001-96, neste ato representado pelo SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE Sr. SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA; HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA PARANA ,168 - CENTRO, IRINEÓPOLIS-SC CEP: 88440000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.145.375/0001-77, neste ato representado pelo PRESIDENTE Sr. WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS ; HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA RIO DE JANEIRO,22 - CENTRO, TANGARÁ-SC CEP: 89642-000 inscrito no CNPJ sob nº. 80.640.782/0001-62, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NADIR BAÚ DA SILVA; INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA FIORINDO PIRES,15 , ANDAR 1 SALA 1 - ALVORADA , VIDEIRA-SC CEP: 89.560-000 inscrito no CNPJ sob nº. 05.002.371/0001-26, neste ato representado pelo PRESIDENTE Sr. VILSO VANZ; MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA JOÃO SANTIN,30 - CENTRO, ABDON BATISTA-SC CEP: 89636-000 inscrito no CNPJ sob nº. 78.511.052/0001-10, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LUCIMAR ANTÔNIO SALMÓRIA; MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AV. PADRE JOÃO SMEDT,1605 - CENTRO, ABELARDO LUZ-SC CEP: 89.830-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.009.886/0001-61, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. WILAMIR DOMINGOS CAVASSINI; MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA DOS PIONEIROS,109 - CENTRO, AGROLÂNDIA-SC CEP: 88.420-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.582/0001-44, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. URBANO JOSE DALCANALE; MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na PRAÇA JOÃO MACAGNAN,322 - CENTRO, ÁGUA DOCE-SC CEP: 89654-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ANTONIO JOSÉ BISSANI; MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na PÇA. JOSÉ ADÃO LEHMKUHL,62 - CENTRO, ÁGUAS MORNAS-SC CEP: 88.150-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.892.266/0001-50, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. OMERO PRIM; MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA DO COMÉRCIO,1015 - CENTRO, ALTO BELA VISTA-SC CEP: 89.730-000 inscrito no CNPJ sob nº. 01.614.374/0001-60, neste ato representado pelo PREFEITA MUNICIPAL Sr. CATIA TESSMANN REICHERT; MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na PÇA. PAULINO GRANZOTTO,20 - CENTRO, ANITA GARIBALDI-SC CEP: 88.590-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.777.335/0001-85, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JOÃO CIDINEI DA SILVA; MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na PRAÇA ANCHIETA,10 - CENTRO, ANTÔNIO CARLOS-SC CEP: 88.180-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.892.290/0001-90, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GERALDO PAULI; MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA ARMINDO LEOBET,441 - CENTRO, BRUNÓPOLIS-SC CEP: 89634-000 inscrito no CNPJ sob nº. 01.613.853/0001-61, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ADEMIL ANTONIO DA ROSA; MUNICÍPIO DE CAÇADOR pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA SANTA CATARINA,195 - CENTRO, CAÇADOR-SC CEP: 89500-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.074.302/0001-31, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. SAULO SPEROTTO; MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. EXPEDICIONÁRIO JOÃO BATISTA DE ALMEIDA,323 - CENTRO, CAMPOS NOVOS-SC CEP: 89.620-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.939.232/0001-74, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO; MUNICÍPIO DE CAPINZAL pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. CARMELO ZOCOLLI,155 - CENTRO, CAPINZAL-SC CEP: 89.665-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.939.406/0001-07, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NILVO DORINI; MUNICÍPIO DE CATANDUVAS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. FELIPE SCHIMIT,1435 - CENTRO, CATANDUVAS-SC CEP: 89.670-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.939.414/0001-45, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS; MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AV. POLIDORO SANTIAGO,519 - CENTRO, COCAL DO SUL-SC CEP: 88.845-000 inscrito no CNPJ sob nº. 95.778.056/0001-88, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ADEMIR MAGAGNIN; MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. PORTO ALEGRE,47 - CENTRO, CORONEL MARTINS-SC CEP: 89.837-000 inscrito no CNPJ sob nº. 95.993.093/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ADEMIR MADELLA; MUNICÍPIO DE CURITIBANOS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA CORONEL VIDAL RAMOS,860 - CENTRO, CURITIBANOS-SC CEP: 89520-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JOSÉ ANTONIO GUIDI; MUNICÍPIO DE DONA EMMA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA ALBERTO KOGLIN,3493 - CENTRO, DONA EMMA-SC CEP: 89.155-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.426/0001-83, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NERCI BARP; MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA NEREU RAMOS,204 - CENTRO, ERVAL VELHO-SC CEP: 89613.000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.939.422/0001-91, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR; MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AV RIO GRANDE DO SUL,50 - CENTRO, FAXINAL DOS GUEDES-SC CEP: 89694-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.009.910/0001-62, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL

Sr. GILBERTO ANGELO LAZZARI; MUNICÍPIO DE FRAIBURGO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA RIO DAS ANTAS,185 - CENTRO, FRAIBURGO-SC CEP: 89580-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.947.979/0001-74, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CLAUDETE GHELLER MATHIAS; MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA ADOLFO SOLETTI,750 - CENTRO, FREI ROGÉRIO-SC CEP: 89530-000 inscrito no CNPJ sob nº. 01.616.039/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JAIR DA SILVA RIBEIRO; MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. MANOEL ROLIM DE MOURA,825 - CENTRO, GUATAMBÚ-SC CEP: 89.817-000 inscrito no CNPJ sob nº. 95.990.206/0001-12, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LUIZ CLOVIS DAL PIVA; MUNICÍPIO DE HERVAL DOESTE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. NEREU RAMOS,389 - CENTRO, HERVAL D'OESTE-SC CEP: 89.610-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MAURO SÉRGIO MARTINI ; MUNICÍPIO DE IBIAM pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na TRAVESSA LEONIZA CARVALHO AGOSTINI,20 - CENTRO, IBIAM-SC CEP: 89652-000 inscrito no CNPJ sob nº. 01.612.745/0001-74, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. IVANIR ZANIN; MUNICÍPIO DE IOMERÊ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA JOÃO RECH,500 - CENTRO, IOMERÊ-SC CEP: 89558-000 inscrito no CNPJ sob nº. 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LUCIANO PAGANINI; MUNICÍPIO DE IPUMIRIM pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. DOM PEDRO II,230 - CENTRO, IPUMIRIM-SC CEP: 89.790-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.814.575/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. VOLNEI ANTONIO SCHMIDT; MUNICÍPIO DE IRANI pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA ELIRIO DE GREGORI,67 - CENTRO, IRANI-SC CEP: 89680-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.939.455/0001-31, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES; MUNICÍPIO DE ITAPOÁ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA 1590,430 - BALNEÁRIO ITAPOÁ, ITAPOÁ-SC CEP: 89.249-000 inscrito no CNPJ sob nº. 81.140.303/0001-01, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MARLON ROBERTO NEUBER; MUNICÍPIO DE ITUPORANGA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. VEREADOR JOAQUIM BOING,40 - CENTRO, ITUPORANGA-SC CEP: 88.400-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.640/0001-30, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GERVÁSIO JOSÉ MACIEL; MUNICÍPIO DE JOAÇABA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AV. XV DE NOVEMBRO,378 - CENTRO, JOAÇABA-SC CEP: 89600-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.939.380/0001-99, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DIOCLELIO RAGNINI; MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA 31 DE MARÇO,1050 - CENTRO, LACERDÓPOLIS-SC CEP: 89660-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.939.471/0001-24, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. SÉRGIO LUIZ CALEGARI; MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. VITÓRIA,503 - CENTRO, LAJEADO GRANDE-SC CEP: 89.828-000 inscrito no CNPJ sob nº. 95.993.077/0001-16, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NOELI JOSÉ DAL MAGRO; MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA TAMANDARÉ,98 - CENTRO, LINDÓIA DO SUL-SC CEP: 89.735-000 inscrito no CNPJ sob nº. 78.510.112/0001-80, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GENIR LOLI; MUNICÍPIO DE LUZERNA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA 16 DE FEVEREIRO,151 - CENTRO, LUZERNA-SC CEP: 89609-000 inscrito no CNPJ sob nº. 01.613.428/0001-72, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MOISES DIERSMANN; MUNICÍPIO DE MATOS COSTA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA MANOEL LOURENÇO DE ARAÚJO,137 - CENTRO, MATOS COSTA-SC CEP: 89420-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.566/0001 -51, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RAUL RIBAS NETO; MUNICÍPIO DE MONTE CARLO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RODOVIA SC 456, ESQ. COM RUA VILMA GOMES,KM 15 - CENTRO, MONTE CARLO-SC CEP: 89618-000 inscrito no CNPJ sob nº. 95.996.104/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. SONIA SALETE VEDOVATTO; MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. ALFREDO BECKER ,385 - CENTRO, MONTE CASTELO-SC CEP: 89.380-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.525/0001-65, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA; MUNICÍPIO DE ORLEANS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA XV DE NOVEMBRO,12 - CENTRO, ORLEANS-SC CEP: 88.870-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.926.544/0001-43, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JORGE LUIZ KOCH; MUNICÍPIO DE OURO VERDE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. JOÃO MARIA CONRADO,425 - CENTRO, OURO VERDE-SC CEP: 89.834-000 inscrito no CNPJ sob nº. 80.913.031/0001-72, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. AMELIO REMOR JUNIOR; MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. PADRE JOÃO BOTERO,485 - CENTRO, PASSOS MAIA-SC CEP: 89.687-000 inscrito no CNPJ sob nº. 95.993.085/0001-62, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LEOMAR ROBERTO LISTONI; MUNICÍPIO DE PAULO LOPES pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. SANTA CATARINA,196 - CENTRO, PAULO LOPES-SC CEP: 88.490-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.892.365/0001-32, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NADIR CARLOS RODRIGUES; MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA MARECHAL ARTHUR COSTA E SILVA,111 - CENTRO, PINHEIRO PRETO-SC CEP: 89570-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.827.148/0001-69, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. PEDRO RABUSKE; MUNICÍPIO DE PIRATUBA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. GOVERNADOR JORGE LACERDA,133 - CENTRO, PIRATUBA-SC CEP: 89.667-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.815.481/0001-58, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. OLMIR PAULINHO BENJAMINI; MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA JOÃO DA SILVA CALOMENO,243 - CENTRO, PONTE ALTA DO NORTE-SC CEP: 89535-000 inscrito no CNPJ sob nº. 95.991.287/0001-75, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA; MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. MADRE MARIA THEODORA,264 - CENTRO, PONTE SERRADA-SC CEP: 89.683-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.777.236/0001-01, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ALCEU ALBERTO WRUBEL; MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. ALBERTO ERNESTO LANG,29 - CENTRO, PRESIDENTE CASTELLO BRANCO-SC CEP: 89.745-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.777.244/0001-40, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ADEMIR DOMINGOS MIOTTO; MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA DO COMÉRCIO,780 - CENTRO, RIO DAS ANTAS-SC CEP: 89550-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.074.294/0001-23, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RONALDO DOMINGOS LOSS; MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA NEREU RAMOS,205 - CENTRO, RIO DOS CEDROS-SC CEP:

89.121-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.806/0001-18, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MARILDO DOMINGOS FELIPPI; MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AV. RICHARD SCHWEITZER DE ALBUQUERQUE,200 - CENTRO, RIO NEGRINHO-SC CEP: 89295-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.756/0001-79, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JULIO CESAR RONCONI; MUNICÍPIO DE SALETE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA DO SANTUÁRIO,162 - CENTRO, SALETE-SC CEP: 89.196-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.723/0001-29, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. SOLANGE APARECIDA BITENCOURT SCHLICHTING; MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. JOÃO GOETHEN SOBRINHO,555 - CENTRO, SANTA CECÍLIA-SC CEP: 89.540-000 inscrito no CNPJ sob nº. 85.997.237/0001-41, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ALESSANDRA APARECIDA GARCIA; MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. BRUNO PIECZARKA,154 - CENTRO, SANTA TEREZINHA-SC CEP: 89.199-000 inscrito no CNPJ sob nº. 95.951.323/0001-77, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. VALQUIRIA SCHWARZ; MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. GETÚLIO VARGAS,750 - CENTRO, SÃO DOMINGOS-SC CEP: 89.835-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.009.894/0001-08, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ELIEZE COMACHIO; MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA DUQUE DE CAXIAS,789 - CENTRO, SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC CEP: 89990-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.021.873/0001-08, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RAFAEL CALEFFI; MUNICÍPIO DE TANGARÁ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA IRMÃOS PICOLLI,267 - CENTRO, TANGARÁ-SC CEP: 89642-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.827.999/0001-01, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NADIR BAÚ DA SILVA; MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA SANTA CECÍLIA,385 - CENTRO, TIMBÓ GRANDE-SC CEP: 89545-000 inscrito no CNPJ sob nº. 78.497.492/0001-60, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ARI JOSE GALESKI; MUNICÍPIO DE URUBICI pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na PÇA. FRANCISCO PEREIRA SOUZA,53 - CENTRO, URUBICI-SC CEP: 88.650-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.843.582/0001-32, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ANTONIO ZILLI; MUNICÍPIO DE VARGÃO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. 7 DE SETEMBRO,477 - CENTRO, VARGÃO-SC CEP: 89.690-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.009.928/0001-64, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. VOLMIR FELIPE; MUNICÍPIO DE VIDEIRA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA MANOEL ROQUE,188 - ALVORADA, VIDEIRA-SC CEP: 89560-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.039.842/0001-84, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DORIVAL CARLOS BORGIA; MUNICÍPIO DE XANXERÊ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. JOSÉ DE MIRANDA RAMOS,455 - CENTRO, XANXERÊ-SC CEP: 89.820-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.009.860/0001-13, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. AVELINO MENEGOLLA; MUNICÍPIO DE XAXIM pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA RUI BARBOSA,347 - CENTRO, XAXIM-SC CEP: 89825-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.854.670/0001-30, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LIRIO DAGORT; SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R MANOEL ROQUE,188 - ALVORADA, VIDEIRA -SC CEP: 89560-000 inscrito no CNPJ sob nº. 30.753.960/0001-93, neste ato representado pelo DIRETOR Sr. LEONADO ANTUNES MENEGOTTO; SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO JOAÇABA HERVAL DOESTE E LUZERNA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA TIRADENTES , 123 - CENTRO, JOAÇABA-SC CEP: 89600-000 inscrito no CNPJ sob nº. 84.591.890/0001-43, neste ato representado pelo DIRETORA PRESIDENTE Sr. PATRÍCIA CALLEGARI WARKEN doravante denominado ÓRGÃO PARTICIPANTE, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: GIGA1.COM EIRELI pessoa jurídica de direito privado, situada na AVENIDA ANITA GARIBALDI, Nº 452 - SANTO ANTONIO, FRAIBURGO-SC CEP: 89.580-000, inscrita no CNPJ sob o nº 03.374.872/0001-08, neste ato representada Pelo seu Sócio Gerente, Sr. Amarildo Antonio Kuster; I A LAZZAROTTO ATACADISTA EPP pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA JOÃO TORTELLI, Nº15 - CENTRO, JACUTINGA-RS CEP: 99.730-000, inscrita no CNPJ sob o nº 27.950.607/0001-99, neste ato representada Pelo seu Procurador, Sr. Carlos Eduardo Lazzarotto; JUNCES DISTRIBUIDORA LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na AVENIDA 24 DE OUTUBRO, SN - CENTRO, BOM RETIRO-SC CEP: 88.680-000, inscrita no CNPJ sob o nº 25.267.561/0001-82, neste ato representada Pela sua Sócia Administradora, Sr. Camila Arosi; LPK LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA LUIZ GUALBERTO, Nº 231 - ESTREITO, FLORIANÓPOLIS-SC CEP: 88.070-360, inscrita no CNPJ sob o nº 00.535.560/0001-40, neste ato representada Pela sua Sócia Administradora, Sr. Vitória Parcianello Kilpp; MULTISUL COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA EPP pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA RAIMUNDO CAPELETTI, Nº 42 - LINHO, ERECHIM-RS CEP: 99.700-000, inscrita no CNPJ sob o nº 12.811.487/0001-71, neste ato representada Pela sua Sócia Gerente, Sr. Franciele Rover Bianchi; PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA DO COMÉRCIO, S/N - CENTRO, PLANALTO ALEGRE-SC CEP: 89.882-000, inscrita no CNPJ sob o nº 24.170.620/0001-37, neste ato representada Pelo seu Procurador, Sr. Marlon Eising; RAÇA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA-EPP pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA VICENTE ROOS, Nº 563 - JD COOPAGRO, TOLEDO-PR CEP: 85.903-390, inscrita no CNPJ sob o nº 09.449.195/0001-26, neste ato representada Pelo seu Sócio Administrador, Sr. Leandro Colla; ROBERTO TESSARO & CIA LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na AVENIDA XV DE NOVEMBRO, Nº 818, SALA 06 - CENTRO, JOAÇABA-SC CEP: 89.600-000, inscrita no CNPJ sob o nº 85.248.680/0001-10, neste ato representada Pelo seu Procurador, Sr. Roberto Antonio Tessaro; SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA PADRE BIAGIO SIMONETTI, 184, SALA - CENTRO, FRAIBURGO -SC CEP: 89.580-000, inscrita no CNPJ sob o nº 29.222.667/0001-10, neste ato representada Pelo seu Proprietário, Sr. Sandro Kasburg; SURFLUX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E ILUMINAÇÃO EIRELI pessoa jurídica de direito privado, situada na AVENIDA JÚLIO DE CASTILHOS, Nº 3658, FUNDOS - CENTRO, CAXIAS DO SUL-RS CEP: 95.010-002, inscrita no CNPJ sob o nº 32.896.970/0001-03, neste ato representada Pelo seu Sócio Proprietário, Sr. Diego Soares; VOA COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA GILBERTO JOÃO DEUCHER, Nº 182, LOTE 08, SALA 02 - VILA BECKER, SANTO AMARO DA IMPERATRIZ-SC CEP: 88.140- 000, inscrita no CNPJ sob o nº 29.303.183/0001-04, neste ato representada Pelo seu Proprietário, Sr. Edson Alberto Lima Filho, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto seguir, sujeitando- se as partes às determinações da Resolução nº 22, de 12 de março de 2020, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores nos casos omissos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso dos órgãos e entidades dos entes da federação consorciados, na condição de Órgão participante desta licitação de acordo com os quantitativos estimados, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO CADASTRO DE RESERVA DE FORNECEDORES/ESTIMATIVA DE CONSUMO/REMANEJAMENTO

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

2.2 – As alterações dos quantitativos dos itens serão realizadas através do remanejamento entre os Órgãos participantes.

2.2.1 – Cabe ao Órgão gerenciador controlar, autorizar e operar a realização do remanejamento dos quantitativos dos itens.

2.2.2 – O Fornecedor deverá aceitar o remanejamento dos quantitativos dos itens.

2.3 – Nos casos de remanejamento entre os Órgãos Participantes, fica o Fornecedor ciente da área territorial de atuação do consórcio CINCATARINA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.3 – A data de validade ou a garantia dos produtos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e Arquivo XML, emitida em nome/CNPJ do Órgão Participante.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do Fornecedor cumprir todas as obrigações constantes nesta ata, no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas;

b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência;

d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas, bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;

f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no Sistema de Controle de Execução de Licitação Compartilhada do CINCATARINA(L-CIN), "on line", disponibilizado pelo CINCATARINA;

g) manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto ao Órgão Gerenciador através do Sistema (L-CIN);

h) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. Se o prazo final deste item recair em final de semana ou feriado, será prorrogado ao próximo dia útil.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;
8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores; 8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e
- c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
 - b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; f) For impedido de licitar e contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA ou qualquer um dos Municípios Consorciados, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
- g) Não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2020 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO 11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório Eletrônico nº 000173/2020 - e, Pregão, na forma Eletrônica nº 0015/2020 - CINCATARINA, Registro de Preços, realizado pelo CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 06/07/2020 à 31/03/2021.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

12.2.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador (CINCATARINA) ou para os Órgãos Participantes, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir (independentemente da sua estimativa de consumo).

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Órgão Gerenciador (Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA) e os Órgãos Participantes, nos termos do Edital

da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DE REGISTRO DE PREÇOS DOM

14.1 – Tabela de itens e preços registrados:

Item	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	FRASCO	ÁGUA SANITÁRIA, SOLUÇÃO AQUOSA COMPOSTA DE CLORO ATIVO NA CONCENTRAÇÃO DE 2,0% A 2,5% NA FORMA DE HIPOCLORITO DE SÓDIO E ÁGUA. PRODUTO SEM AROMATIZANTE. FRASCO OPACO COM 1L, CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE DE 6 MESES APÓS ABERTO. (CIN11812)	YPÊ	3.070	R\$ 2,97	R\$ 9.117,90
2	FRASCO	ÁGUA SANITÁRIA, SOLUÇÃO AQUOSA COMPOSTA DE CLORO ATIVO NA CONCENTRAÇÃO DE 2,0% A 2,5% NA FORMA DE HIPOCLORITO DE SÓDIO E ÁGUA. PRODUTO SEM AROMATIZANTE. FRASCO OPACO COM 2L, CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE DE 6 MESES APÓS ABERTO. (CIN11568)	YPÊ	42.708	R\$ 5,31	R\$ 226.779,48
3	GALÃO	ÁGUA SANITÁRIA, SOLUÇÃO AQUOSA COMPOSTA DE CLORO ATIVO NA CONCENTRAÇÃO DE 2,0% A 2,5% NA FORMA DE HIPOCLORITO DE SÓDIO E ÁGUA. PRODUTO SEM AROMATIZANTE. GALÃO OPACO COM 5L, CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE DE 6 MESES APÓS ABERTO. (CIN11569)	YPÊ	43.298	R\$ 12,49	R\$ 540.792,02
4	GALÃO	ALVEJANTE SEM CLORO, COMPOSIÇÃO BÁSICA PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO, ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO, FRAGRÂNCIA, VEÍCULO E DEMAIS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. NÃO AGRIDE OS TECIDOS, ESPECIAL PARA ROUPAS COLORIDAS. DILUIÇÃO PADRÃO 100ML DE PRODUTO PARA 10L DE ÁGUA. GALÃO OPACO COM NO MÍNIMO 3L CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. (CIN11679)	VANISH	5.574	R\$ 35,95	R\$ 200.385,30
5	FRASCO	AMACIANTE DE ROUPAS DILUÍDO, COMPOSIÇÃO BÁSICA SURFACTANTE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO, FRAGRÂNCIAS, CORANTES, CONSERVANTES, ESPESANTES E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS, VALOR DO PH ENTRE 3,5 E 4,5, DEVE APRESENTAR ÓTIMA VISCOSIDADE (NO MÍNIMO 250 CP) E NÃO POSSUIR GRUMOS. FRASCO COM 2L CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. DEVERÁ SER FORNECIDO CATÁLOGO DE AROMAS JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O AROMA QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. (CIN11571)	YPÊ	12.760	R\$ 6,67	R\$ 85.109,20

6	GALÃO	AMACIANTE DE ROUPAS DILUÍDO, COMPOSIÇÃO BÁSICA SURFACTANTE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO, FRAGRÂNCIAS, CORANTES, CONSERVANTES, ESPESSANTES E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS, VALOR DO PH ENTRE 3,5 E 4,5, DEVE APRESENTAR ÓTIMA VISCOSIDADE (NO MÍNIMO 250 CP) E NÃO POSSUIR GRUMOS. GALÃO COM 5L CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. DEVERÁ SER FORNECIDO CATÁLOGO DE AROMAS JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O AROMA QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. (CIN11570)	YPÊ	21.808	R\$ 14,59	R\$ 318.178,72
7	GALÃO	AROMATIZADOR LÍQUIDO PARA AMBIENTES, COMPOSIÇÃO BÁSICA FRAGRÂNCIA, VEÍCULO, CONSERVANTE E DEMAIS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. GALÃO COM 5L CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. DEVERÁ SER FORNECIDO CATÁLOGO DE AROMAS JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O AROMA QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. (CIN11572)	RCD	7.772	R\$ 36,90	R\$ 286.786,80
8	UNIDADE	BACIA PLÁSTICA REDONDA COM CAPACIDADE DE 20L. FABRICADA EM PLÁSTICO RESISTENTE, COM ALÇA. (CIN11573)	PLASNEW	2.721	R\$ 14,19	R\$ 38.610,99
9	UNIDADE	BACIA PLÁSTICA REDONDA COM CAPACIDADE DE 30L. FABRICADA EM PLÁSTICO RESISTENTE, COM ALÇA. (CIN11574)	JAGUAR	1.963	R\$ 26,15	R\$ 51.332,45
10	UNIDADE	BALDE GIRATÓRIO COM DOIS COMPARTIMENTOS E SISTEMA DE ROTAÇÃO (VÁLVULA DE DESÁGUE) PARA REMOVER O EXCESSO DE ÁGUA NO ESFREGÃO, COM ALÇA PARA FACILITAR O TRANSPORTE. FABRICADO EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE. ACOMPANHA UM ESFREGÃO COM CABO E NO MÍNIMO UM REFIL PARA TROCA. (CIN11575)	MOP MOR 13L	2.178	R\$ 139,00	R\$ 302.742,00
11	UNIDADE	BALDE PLÁSTICO PARA LIMPEZA COM NO MÍNIMO 12L, FABRICADO EM MATERIAL RESISTENTE, COM ALÇA EM AÇO OU PLÁSTICO REFORÇADO PARA TRANSPORTE, REDONDO. (CIN11576)	SANREMO 12L	2.186	R\$ 26,14	R\$ 57.142,04
12	UNIDADE	BALDE PLÁSTICO PARA LIMPEZA COM NO MÍNIMO 14L, FABRICADO EM MATERIAL RESISTENTE, COM ALÇA EM PLÁSTICO REFORÇADO PARA TRANSPORTE, OVAL, PARA USO COM RODO MÁGICO. (CIN11577)	SANREMO	1.895	R\$ 28,49	R\$ 53.988,55
13	UNIDADE	BALDE PLÁSTICO PARA LIMPEZA COM NO MÍNIMO 15L, FABRICADO EM MATERIAL RESISTENTE, COM ALÇA EM AÇO OU PLÁSTICO REFORÇADO PARA TRANSPORTE, REDONDO. (CIN11578)	SANREMO	2.568	R\$ 35,29	R\$ 90.624,72
14	UNIDADE	BALDE PLÁSTICO PARA LIMPEZA COM NO MÍNIMO 18L, FABRICADO EM MATERIAL RESISTENTE, COM ALÇA EM AÇO OU PLÁSTICO REFORÇADO PARA TRANSPORTE, REDONDO. (CIN11579)	JAGUAR	2.470	R\$ 20,21	R\$ 49.918,70
15	UNIDADE	BALDE PLÁSTICO PARA LIMPEZA COM NO MÍNIMO 30L, FABRICADO EM MATERIAL RESISTENTE, COM ALÇA EM AÇO OU PLÁSTICO REFORÇADO PARA TRANSPORTE, REDONDO. (CIN11580)	ARQPLAST	1.773	R\$ 18,74	R\$ 33.226,02

16	UNIDADE	BASE PARA RODO EM BORRACHA DUPLA FABRICADA EM EVA COM NO MÍNIMO 40CM DE LARGURA E CEPA FABRICADA EM PLÁSTICO OU MADEIRA. (CIN11581)	BETTANIN NOVIÇA MÁXIMA ADERÊNCIA TAMANHO M	4.122	R\$ 21,25	R\$ 87.592,50
17	UNIDADE	BASE PARA RODO EM ESPUMA COM FIBRA COM NO MÍNIMO 27CM DE LARGURA E CEPA FABRICADA EM PLÁSTICO OU MADEIRA. (CIN11582)	QUIMITOL	4.527	R\$ 14,50	R\$ 65.641,50
18	UNIDADE	BASE PARA RODO EM ESPUMA SEM FIBRA COM NO MÍNIMO 27CM DE LARGURA E CEPA FABRICADA EM PLÁSTICO OU MADEIRA. (CIN11583)	QUIMITOL	3.216	R\$ 13,75	R\$ 44.220,00
19	LATA	CERA EM PASTA, COMPOSIÇÃO BÁSICA PARAFINA, SOLVENTES, FRAGRÂNCIA E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. LATA COM NO MÍNIMO 400G CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. DISPONÍVEL NAS CORES INCOLOR, VERMELHA E AMARELA. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADA A COR QUE DEVERÁ SER FORNECIDA. (CIN11584)	INGLEZA	5.593	R\$ 25,00	R\$ 139.825,00
20	FRASCO	CERA LÍQUIDA, COMPOSIÇÃO BÁSICA EMULSIONANTES, RESINAS, PLASTIFICANTE, SOLVENTES, CONSERVANTES, FRAGRÂNCIA, VEÍCULO E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. FRASCO COM 750ML CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. DISPONÍVEL NAS CORES INCOLOR, VERMELHA E AMARELA. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADA A COR QUE DEVERÁ SER FORNECIDA. (CIN11585)	BRILHO FÁCIL	15.108	R\$ 10,63	R\$ 160.598,04
21	GALÃO	CERA LÍQUIDA, COMPOSIÇÃO BÁSICA EMULSIONANTES, RESINAS, PLASTIFICANTE, SOLVENTES, CONSERVANTES, FRAGRÂNCIA, VEÍCULO E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. GALÃO COM 5L CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. DISPONÍVEL NAS CORES INCOLOR, VERMELHA E AMARELA. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADA A COR QUE DEVERÁ SER FORNECIDA. (CIN11586)	GIRANDO SOL	7.238	R\$ 25,60	R\$ 185.292,80
22	FRASCO	COLOR, SOLUÇÃO AQUOSA COM CONCENTRAÇÃO MÍNIMA DE 5% DE COLOR ATIVO NA FORMA DE HIPOCLORITO DE SÓDIO E ÁGUA. PRODUTO SEM AROMATIZANTE. FRASCO OPACO COM 1L, CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE DE 6 MESES APÓS ABERTO. (CIN11587)	AUDAX BUTTERFLY	16.376	R\$ 10,00	R\$ 163.760,00
23	FRASCO	CONDICIONADOR PARA CABELOS, COMPOSIÇÃO BÁSICA TENSOATIVO CATIONICO, COADJUVANTES, CONSERVANTE, ÁGUA, FRAGRÂNCIA E DEMAIS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. USO ADULTO. FRASCO COM 200ML CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. (CIN11588)	NEUTROX CLÁSSICO	2.844	R\$ 5,92	R\$ 16.836,48

24	GALÃO	CONDICIONADOR PARA CABELOS, COMPOSIÇÃO BÁSICA TENSOATIVO CATIÔNICO, COADJUVANTES, CONSERVANTE, ÁGUA, FRAGRÂNCIA E DEMAIS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. USO ADULTO. GALÃO COM 5L CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. (CIN11589)	ARGOS PROFESSIONAL	451	R\$ 66,40	R\$ 29.946,40
25	UNIDADE	CONJUNTO PÁ DE LIXO COM VASSOURINHA. FABRICADAS EM PLÁSTICO RESISTENTE, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 24 X 28CM. A PÁ DEVE POSSUIR LOCAL PARA ENCAIXE COMPLETO DO CABO DA VASSOURINHA PARA FACILITAR O ARMAZENAMENTO. (CIN11590)	NOVIÇA CLIPÁ E ESCOVA	4.013	R\$ 24,90	R\$ 99.923,70
26	CAIXA	COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL 50ML. FABRICADO EM RESINA TERMOPLÁSTICA, HOMOGENEO, ISENTO DE RACHADURAS, BOLHAS, DEFEITOS E DEMAIS CARACTERÍSTICAS QUE PREJUDIQUEM A QUALIDADE DO PRODUTO. COR BRANCA OU CRISTAL. APROVADO PELO INMETRO. CAIXA COM 5.000 COPOS. (CIN11697)	CRISTALCOP O	3.520	R\$ 70,94	R\$ 249.708,80
27	CAIXA	COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL 180ML. FABRICADO EM RESINA TERMOPLÁSTICA, HOMOGENEO, ISENTO DE RACHADURAS, BOLHAS, DEFEITOS E DEMAIS CARACTERÍSTICAS QUE PREJUDIQUEM A QUALIDADE DO PRODUTO. COR BRANCA OU CRISTAL. APROVADO PELO INMETRO. CAIXA COM 2.500 COPOS. (CIN11696)	CRISTALCOP O	7.067	R\$ 64,66	R\$ 456.952,22
28	GALÃO	DESENGRAXANTE LÍQUIDO, COMPOSIÇÃO BÁSICA TENSOATIVOS, UMECTANTE, EMULSIONANTE, VEÍCULO E DEMAIS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. LÍQUIDO ROSA ALTAMENTE ALCALINO. GALÃO COM 5L CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. (CIN11591)	DETERSID SOLUPAN	5.720	R\$ 26,00	R\$ 148.720,00
29	FRASCO	DESINFETANTE LÍQUIDO, AÇÃO GERMICIDA E BACTERICIDA, COMPOSIÇÃO BÁSICA CLORETO DE BENZALCÔNIO, TENSOATIVOS, CORANTES, FRAGRÂNCIAS, VEÍCULO E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. FRASCO COM 500ML OU 1L CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. DEVERÁ SER FORNECIDO CATÁLOGO DE AROMAS JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O AROMA QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. (CIN11592)	YPÊ	32.628	R\$ 2,44	R\$ 79.612,32
30	GALÃO	DESINFETANTE LÍQUIDO, AÇÃO GERMICIDA E BACTERICIDA, COMPOSIÇÃO BÁSICA CLORETO DE BENZALCÔNIO, TENSOATIVOS, CORANTES, FRAGRÂNCIAS, VEÍCULO E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. GALÃO COM 5L CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. DEVERÁ SER FORNECIDO CATÁLOGO DE AROMAS JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O AROMA QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. (CIN11593)	YPÊ	45.384	R\$ 18,50	R\$ 839.604,00

31	FRASCO	DESUMIDIFICADOR PARA AMBIENTES, TIRA MOFO. COM FRAGRÂNCIA AGRADÁVEL, FRASCO COM NO MÍNIMO 100G CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. (CIN11680)	SANY	3.196	R\$ 8,93	R\$ 28.540,28
32	FRASCO	DETERGENTE LÍQUIDO, COMPOSIÇÃO BÁSICA LINEAR ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO, TENSOATIVOS, COADJUVANTES, PRESERVANTES, ESPESSANTES, ÁGUA E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS, VALOR DO PH ENTRE 6,0 E 8,0, COMPOSIÇÃO AROMÁTICA AGRADÁVEL, COM ÓTIMA VISCOSIDADE (NO MÍNIMO 200 CP). FRASCO COM 500ML COM BICO DOSADOR, CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. DEVERÁ SER FORNECIDO CATÁLOGO DE AROMAS JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O AROMA QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. (CIN11594)	YPÊ	118.622	R\$ 1,56	R\$ 185.050,32
33	GALÃO	DETERGENTE LÍQUIDO, COMPOSIÇÃO BÁSICA LINEAR ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO, TENSOATIVOS, COADJUVANTES, PRESERVANTES, ESPESSANTES, ÁGUA E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS, VALOR DO PH ENTRE 6,0 E 8,0, COMPOSIÇÃO AROMÁTICA AGRADÁVEL, COM ÓTIMA VISCOSIDADE (NO MÍNIMO 200 CP). GALÃO COM 5L, CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. DEVERÁ SER FORNECIDO CATÁLOGO DE AROMAS JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O AROMA QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. (CIN11595)	YPÊ	14.752	R\$ 17,53	R\$ 258.602,56
34	UNIDADE	DISPENSER DE PAREDE PARA PAPEL HIGIÊNICO DO TIPO ROLÃO. FABRICADO EM PLÁSTICO RESISTENTE A IMPACTOS, COR BRANCA. DEVE ACONDICIONAR ROLOS DE 300 A 600M DE COMPRIMENTO. (CIN11596)	JSN	2.477	R\$ 28,49	R\$ 70.569,73
35	UNIDADE	DISPENSER DE PAREDE PARA PAPEL TOALHA INTERFOLHADO COM DUAS DOBRAS. FABRICADO EM PLÁSTICO RESISTENTE A IMPACTOS, COR BRANCA. (CIN11597)	ARTPLAS	3.757	R\$ 32,90	R\$ 123.605,30
36	UNIDADE	DISPENSER DE PAREDE PARA SABONETE LÍQUIDO. FABRICADO EM PLÁSTICO RESISTENTE A IMPACTOS, COR BRANCA. COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 800ML E SISTEMA DE DOSAGEM POR PRESSÃO. (CIN11598)	VELOX PREMISSE	5.561	R\$ 28,20	R\$ 156.820,20
37	UNIDADE	ESCOVA COM CERDAS EM NYLON PARA LIMPEZA DE VASO SANITÁRIO COM CABO E SUPORTE EM PLÁSTICO RESISTENTE. (CIN11599)	BETTANIN NOVIÇA	7.822	R\$ 12,45	R\$ 97.383,90
38	UNIDADE	ESCOVA OVAL COM CERDAS EM NYLON PARA LIMPEZA DOMÉSTICA. BASE EM PLÁSTICO OU MADEIRA E CERDAS RESISTENTES PARA REMOÇÃO DE SUJEIRAS PESADAS. DIMENSÕES APROXIMADAS 12 X 6CM. (CIN11600)	BETTANIN MULTIUSO OVAL	6.065	R\$ 4,45	R\$ 26.989,25
39	UNIDADE	ESFREGÃO FABRICADO EM AÇO INOX. EMBALAGEM UNITÁRIA. (CIN11601)	BETTANIN ESFREBOM	8.170	R\$ 5,95	R\$ 48.611,50

40	UNIDADE	ESPANADOR COM PENAS DE AVESTRUZ, COMPRIMENTO APROXIMADO DO CABO DE 40CM. (CIN11602)	SHANGRILÁ	1.500	R\$ 36,00	R\$ 54.000,00
41	UNIDADE	ESPANADOR ELETROSTÁTICO, FABRICADO COM FIOS EM 100% ACRÍLICO OU MICROFIBRA, PARA REMOVER O PÓ SEM ESPALHÁ-LO, E CABO FABRICADO EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE. (CIN11603)	BRALIMPIA	1.550	R\$ 30,00	R\$ 46.500,00
42	PACOTE	ESPONJA DE FIBRA ABRASIVA PARA LIMPEZAS PESADAS. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 12 X 8CM. PACOTE COM 5 UNIDADES. (CIN11604)	SCOTCH BRITE FIBRAÇO	10.285	R\$ 8,00	R\$ 82.280,00
43	PACOTE	ESPONJA DE LÁ EM AÇO CARBONO, FORMATO RETANGULAR, ISENTA DE PARTES OXIDADAS. PACOTE COM 8 UNIDADES E NO MÍNIMO 60G. (CIN11605)	BOMBRIIL	24.859	R\$ 1,45	R\$ 36.045,55
44	PACOTE	ESPONJA DUPLA FACE EM FORMATO RETANGULAR PARA LAVAGEM DE LOUÇAS. COM UMA FACE VERDE DE FIBRA SINTÉTICA E OUTRA AMARELA EM POLIURETANO. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 11 X 8 X 2CM. PACOTE COM NO MÍNIMO 3 UNIDADES. (CIN11606)	BETTANIN ESFREBOM	57.837	R\$ 2,12	R\$ 122.614,44
45	UNIDADE	FLANELA LARANJA FABRICADA EM 100% ALGODÃO COM COSTURA NAS BORDAS PARA NÃO DESFIAR. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 40 X 60CM. (CIN11607)	M&B EMBALAGENS	30.724	R\$ 2,12	R\$ 65.134,88
46	PACOTE	GUARDANAPO COM DIMENSÃO MÍNIMA DE 20X23CM. FOLHA SIMPLES, FABRICADO COM CELULOSE 100% VIRGEM, NÃO RECICLADO, MACIO, SEM FUROS OU SUJICIDADES, NA COR BRANCA. PACOTES COM 50 GUARDANAPOS CADA. (CIN11825)	SNOB	6.175	R\$ 1,84	R\$ 11.362,00
47	GALÃO	HIPOCLORITO DE SÓDIO, SOLUÇÃO AQUOSA COM CONCENTRAÇÃO DE 1% DE CLORO ATIVO NA FORMA DE HIPOCLORITO DE SÓDIO E ÁGUA. PRODUTO SEM AROMATIZANTE. GALÃO OPACO COM 5L, CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE DE 6 MESES APÓS ABERTO. (CIN11608)	RIOQUÍMICA CLORORIO	8.626	R\$ 27,44	R\$ 236.697,44
48	FRASCO	LIMPA ALUMÍNIO, COMPOSIÇÃO BÁSICA LINEAR ALQUIL BENZENO SULFÔNICO, COADJUVANTES, CONSERVANTES, VEÍCULO E DEMAIS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. FRASCO COM NO MÍNIMO 500ML CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. (CIN11609)	LIMPOL	4.766	R\$ 13,40	R\$ 63.864,40
49	FRASCO	LIMPA VIDROS, COMPOSIÇÃO BÁSICA LAURIL ÉTER SULFATO DE SÓDIO, FRAGRÂNCIAS, TENSOATIVOS, SOLVENTES E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. FRASCO COM 500ML COM VÁLVULA PULVERIZADORA, CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. (CIN11610)	VEJA VIDREX	21.638	R\$ 7,85	R\$ 169.858,30
50	FRASCO	LIMPADOR DE BOLOR, MOFO E LIMO. COMPOSIÇÃO BÁSICA TENSOATIVO, COADJUVANTE, CONSERVANTE E DEMAIS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. FRASCO COM NO MÍNIMO 300ML CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. (CIN11675)	VEJA X14	4.566	R\$ 10,50	R\$ 47.943,00

51	FRASCO	LIMPADOR DE TELA. UTILIZADO PARA REMOÇÃO DE GORDURAS E LIMPEZA DE TELAS DE APARELHOS MULTIMÍDIA, COMPUTADORES, APARELHOS CELULARES E AFINS. ACOMPANHA UMA FLANELA. FRASCO COM NO MÍNIMO 60ML. (CIN11677)	3M	1.535	R\$ 26,00	R\$ 39.910,00
52	FRASCO	LIMPADOR MULTIUSO, LÍQUIDO, COMPOSIÇÃO BÁSICA ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO OU LAURAMINA ÓXIDA, COADJUVANTES, CONSERVANTES, FRAGRÂNCIA, ÁGUA E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. COM TAMPA DOSADORA TIPO FLIP TOP, FRASCO COM 500ML CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. (CIN11611)	LIMPOL MULTIUSO	34.686	R\$ 3,70	R\$ 128.338,20
53	FRASCO	LIMPADOR PERFUMADO COM ÁLCOOL, COMPOSIÇÃO BÁSICA LAURIL ÉTER SULFATO DE SÓDIO, ÁGUA, CORANTES, ESSÊNCIA E DEMAIS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. ACONDICIONADO EM FRASCO COM 1L CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. DEVERÁ SER FORNECIDO CATÁLOGO DE ESSÊNCIAS JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA, NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADA A ESSÊNCIA QUE DEVERÁ SER FORNECIDA. (CIN11612)	VERDES MARES	11.905	R\$ 5,95	R\$ 70.834,75
54	GALÃO	LIMPADOR PERFUMADO COM ÁLCOOL, COMPOSIÇÃO BÁSICA LAURIL ÉTER SULFATO DE SÓDIO, ÁGUA, CORANTES, ESSÊNCIA E DEMAIS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. ACONDICIONADO EM GALÃO COM 5L CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. DEVERÁ SER FORNECIDO CATÁLOGO DE ESSÊNCIAS JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA, NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADA A ESSÊNCIA QUE DEVERÁ SER FORNECIDA. (CIN11613)	VERDES MARES	9.315	R\$ 25,99	R\$ 242.096,85
55	UNIDADE	LIXEIRA FABRICADA EM PLÁSTICO RESISTENTE, NA COR BRANCA, COM CAPACIDADE DE 10L. SEM TAMPA. (CIN11616)	MB	2.648	R\$ 22,00	R\$ 58.256,00
56	UNIDADE	LIXEIRA FABRICADA EM PLÁSTICO RESISTENTE, NA COR BRANCA, COM CAPACIDADE DE 10L. DEVE POSSUIR TAMPA E PEDAL ANTIDERRAPANTE PARA SUA ABERTURA. (CIN11615)	PARAMOUNT	2.856	R\$ 41,16	R\$ 117.552,96
57	UNIDADE	LIXEIRA FABRICADA EM PLÁSTICO RESISTENTE, NA COR BRANCA, COM CAPACIDADE DE 30L. DEVE POSSUIR TAMPA E PEDAL ANTIDERRAPANTE PARA SUA ABERTURA. (CIN11617)	BETTANIN SUPERPRO	2.988	R\$ 69,60	R\$ 207.964,80
58	UNIDADE	LIXEIRA FABRICADA EM PLÁSTICO RESISTENTE, NA COR BRANCA, COM CAPACIDADE DE 40L. DEVE POSSUIR TAMPA E PEDAL ANTIDERRAPANTE PARA SUA ABERTURA. (CIN11618)	JAGUAR	2.100	R\$ 86,85	R\$ 182.385,00
59	UNIDADE	LIXEIRA FABRICADA EM PLÁSTICO RESISTENTE, NA COR BRANCA, COM CAPACIDADE DE 100L. DEVE POSSUIR TAMPA E PEDAL ANTIDERRAPANTE PARA SUA ABERTURA. (CIN11614)	ARTLIMP	2.028	R\$ 162,15	R\$ 328.840,20
60	UNIDADE	LIXEIRA TIPO CONTAINER, FABRICADA EM PLÁSTICO RESISTENTE, NA COR AZUL OU VERDE, COM CAPACIDADE DE 120L. DEVE POSSUIR TAMPA E RODAS PARA TRANSPORTE. (CIN11619)	BETTANIN SUPERPRO	1.280	R\$ 299,99	R\$ 383.987,20

61	FRASCO	LUSTRA MÓVEIS CREMOSO, COMPOSIÇÃO BÁSICA AGENTE FORMADOR DE PELÍCULA, ESPESSANTES, EMULSIONANTES, FRAGRÂNCIA, ÁGUA E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. COM ÓTIMA VISCOSIDADE (NO MÍNIMO 800 CP) E SEM GRUMOS. FRASCO COM 200ML CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. (CIN11620)	DESTAC	8.973	R\$ 5,98	R\$ 53.658,54
62	FRASCO	LUSTRA MÓVEIS CREMOSO, COMPOSIÇÃO BÁSICA AGENTE FORMADOR DE PELÍCULA, ESPESSANTES, EMULSIONANTES, FRAGRÂNCIA, ÁGUA E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. COM ÓTIMA VISCOSIDADE (NO MÍNIMO 800 CP) E SEM GRUMOS. FRASCO COM 500ML CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. (CIN11826)	POLIFLOR	210	R\$ 14,50	R\$ 3.045,00
63	PAR	LUVA DE LÁTEX MULTIUSO. FABRICADA EM LÁTEX NATURAL, NA COR AMARELA. FORMATO ANATÔMICO, TEXTURIZADA NA PALMA E NOS DEDOS PARA EVITAR DESLIZAMENTOS. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS P, M E G. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. (CIN11621)	BETTANIN SUPERPRO	41.625	R\$ 4,70	R\$ 195.637,50
64	PAR	LUVA DE SEGURANÇA PARA LIMPEZA. FABRICADA EM BORRACHA, COM PALMA E DEDOS ANTIDERRAPANTES, RESISTENTE A PRODUTOS QUÍMICOS COMO DETERGENTES, ÁLCOOL E ÁCIDOS. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 7, 8, 9 E ENTRE OUTROS. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. (CIN11622)	SUPER SAFETY	19.303	R\$ 7,78	R\$ 150.177,34
66	UNIDADE	PÁ DE LIXO SEM VASSOURINHA. FABRICADA EM PLÁSTICO RESISTENTE, COM CABO HORIZONTAL E DIMENSÕES APROXIMADAS DE 24 X 28CM. (CIN11624)	BETTANIN SUPERPRO	3.477	R\$ 7,50	R\$ 26.077,50
67	UNIDADE	PÁ DE LIXO. FABRICADA EM MADEIRA E PLÁSTICO RESISTENTE, COM CABO VERTICAL E DIMENSÕES APROXIMADAS DA BASE 25 X 15 X 8CM E DO CABO 80CM DE COMPRIMENTO. (CIN11625)	BETTANIN SUPERPRO	2.755	R\$ 17,90	R\$ 49.314,50
68	PACOTE	PALHA DE AÇO Nº 1, PACOTE COM NO MÍNIMO 25G. (CIN11626)	ASSOLAN	9.305	R\$ 3,00	R\$ 27.915,00
70	UNIDADE	PANO DE CHÃO DO TIPO SACO, ALVEJADO. FABRICADO EM TECIDO 100% ALGODÃO, COR BRANCA. DIMENSÕES APROXIMADAS 65 X 50CM FECHADO. (CIN11628)	LARFAN	19.505	R\$ 3,99	R\$ 77.824,95
71	UNIDADE	PANO DE PRATO. LISO, FABRICADO COM TECIDO 100% ALGODÃO ALVEJADO, BRANCO. COM BAINHA, TRAMA GROSSA E FECHADA. DIMENSÕES MÍNIMAS 40 X 70CM. (CIN11678)	MC FLANELAS	33.051	R\$ 3,55	R\$ 117.331,05
72	ROLO	PANO DESCARTÁVEL MULTIUSO PARA LIMPEZA. FABRICADO EM VISCOSE E POLIÉSTER, ROLO COM NO MÍNIMO 28CM X 300M. (CIN11629)	DESCARPACK	3.155	R\$ 136,00	R\$ 429.080,00
73	UNIDADE	PANO PARA LIMPEZA E POLIMENTO FABRICADO EM MICROFIBRA. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 36 X 36CM. CORES DIVERSAS. (CIN11630)	CONDOR	8.657	R\$ 5,49	R\$ 47.526,93
74	PACOTE	PAPEL HIGIÊNICO 10CM X 300M. FOLHA SIMPLES, PICOTADO, FABRICADO COM CELULOSE 100% VIRGEM, NÃO RECICLADO, SEM PERFUME, MACIO, NA COR BRANCA, GRAMATURA MÍNIMA DE 20G/M2. PACOTE COM NO MÍNIMO 8 ROLOS. (CIN11631)	CIA CANOINHAS FOFINHO	20.450	R\$ 53,19	R\$ 1.087.735,50

75	PACOTE	PAPEL HIGIÊNICO 10CM X 30M. FOLHA DUPLA, PICOTADO, FABRICADO COM CELULOSE 100% VIRGEM, NÃO RECICLADO, SEM PERFUME, MACIO, NA COR BRANCA, GRAMATURA MÍNIMA DE 20G/M2. PACOTE COM 64 ROLOS. (CIN11632)	DELICATE PREMIUM	16.937	R\$ 56,20	R\$ 951.859,40
76	PACOTE	PAPEL HIGIÊNICO 10CM X 60M. FOLHA SIMPLES, PICOTADO, FABRICADO COM CELULOSE 100% VIRGEM, NÃO RECICLADO, SEM PERFUME, MACIO, NA COR BRANCA, GRAMATURA MÍNIMA DE 20G/M2. PACOTE COM NO MÍNIMO 16 ROLOS. (CIN11633)	CIA CANOINHAS FOFINHO	51.548	R\$ 16,80	R\$ 866.006,40
77	CAIXA	PAPEL HIGIÊNICO INTERFOLHADO 10 X 20CM. FOLHA DUPLA, FABRICADO COM CELULOSE 100% VIRGEM OU FIBRAS NATURAIS, NÃO RECICLADO, SEM PERFUME, MACIO, NA COR BRANCA. COMPATÍVEL COM DISPENSER DO TIPO CAI-CAI. CAIXA COM NO MÍNIMO 8000 FOLHAS. (CIN11686)	MILI PROFESSIONAL CAI CAI DUO	1.088	R\$ 98,00	R\$ 106.624,00
78	PACOTE	PAPEL TOALHA 20 X 200M. PICOTADO, FABRICADO COM CELULOSE 100% VIRGEM, NÃO RECICLADO, SEM PERFUME, MACIO, NA COR BRANCA. PACOTE COM 6 ROLOS. (CIN11634)	MILLI PROFESSIONAL BOBINA SUPREMA FARDO	18.612	R\$ 59,10	R\$ 1.099.969,20
79	PACOTE	PAPEL TOALHA INTERFOLHA COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 20 X 21CM. FABRICADO COM FIBRAS CELULÓSICAS DE ALTA QUALIDADE OU 100% CELULOSE VIRGEM, SEM PERFUME, MACIO, NA COR BRANCA. PACOTE COM 1000 FOLHAS. (CIN11635)	TULIPA CELULOSE	154.762	R\$ 7,60	R\$ 1.176.191,20
80	UNIDADE	PASTA DESENGORDURANTE MULTIUSO ROSA. COMPOSIÇÃO BÁSICA SABÃO, CONSERVANTES, CORANTES, ESSÊNCIA, ÁGUA E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. POTE COM 500G CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. (CIN11636)	SANY MIX	3.820	R\$ 3,29	R\$ 12.567,80
81	UNIDADE	PEDRA SANITÁRIA, COMPOSIÇÃO BÁSICA COMPOSTOS ANIÔNICOS, FRAGRÂNCIAS, CORANTES E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. CAIXA CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE, COM UMA PEDRA SANITÁRIA DE 25G EMBALADA EM PLÁSTICO E UM GANCHO PARA FIXAÇÃO NO VASO SANITÁRIO. (CIN11637)	SANY BRILL	34.496	R\$ 0,71	R\$ 24.492,16
83	CAIXA	PRATO PLÁSTICO DESCARTÁVEL 150MM. FABRICADO EM RESINA TERMOPLÁSTICA, HOMOGÊNEO, ISENTO DE RACHADURAS, BOLHAS, DEFEITOS E DEMAIS CARACTERÍSTICAS QUE PREJUDIQUEM A QUALIDADE DO PRODUTO. COR BRANCA OU CRISTAL. APROVADO PELO INMETRO. CAIXA COM 500 PRATOS. (CIN11828)	KEROCOPO	775	R\$ 41,99	R\$ 32.542,25
84	CAIXA	PRATO PLÁSTICO DESCARTÁVEL 210MM. FABRICADO EM RESINA TERMOPLÁSTICA, HOMOGÊNEO, ISENTO DE RACHADURAS, BOLHAS, DEFEITOS E DEMAIS CARACTERÍSTICAS QUE PREJUDIQUEM A QUALIDADE DO PRODUTO. COR BRANCA OU CRISTAL. APROVADO PELO INMETRO. CAIXA COM 500 PRATOS. (CIN11827)	CRISTALCOP O	774	R\$ 72,00	R\$ 55.728,00
85	PACOTE	PRENDEDOR PLÁSTICO PARA ROUPAS, EMBORRACHADO, FABRICADO EM MATERIAL RESISTENTE. PACOTE COM 24 UNIDADES. (CIN11676)	PARAMOUNT COLOR	5.622	R\$ 31,00	R\$ 174.282,00

86	UNIDADE	REFIL DE ESPUMA DE PVA, COMPATÍVEL COM O RODO MÁGICO (CÓDIGO CIN11643). (CIN11671)	BETTANIN NOVIÇA MOP SEKITO	1.700	R\$ 35,00	R\$ 59.500,00
87	GALÃO	REMOVEDOR DE CERA E RESÍDUOS PARA PISOS. GALÃO COM 5L, CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. (CIN11639)	SPARCLEAN	2.497	R\$ 92,00	R\$ 229.724,00
88	UNIDADE	RODO COM CABO PLASTIFICADO FABRICADO EM MADEIRA OU ALUMÍNIO RESISTENTE, COM NO MÍNIMO 120CM DE COMPRIMENTO. BASE EM BORRACHA DUPLA FABRICADA EM EVA COM NO MÍNIMO 40CM DE COMPRIMENTO. (CIN11640)	BETTANIN NOVIÇA	7.514	R\$ 21,85	R\$ 164.180,90
89	UNIDADE	RODO COM CABO PLASTIFICADO FABRICADO EM MADEIRA OU ALUMÍNIO RESISTENTE, COM NO MÍNIMO 120CM DE COMPRIMENTO. BASE EM BORRACHA DUPLA FABRICADA EM EVA COM NO MÍNIMO 80CM DE COMPRIMENTO. (CIN11641)	SANCHES RODOS	3.292	R\$ 74,00	R\$ 243.608,00
90	UNIDADE	RODO COM CABO PLASTIFICADO FABRICADO EM MADEIRA OU ALUMÍNIO RESISTENTE, COM NO MÍNIMO 120CM DE COMPRIMENTO. BASE EM ESPUMA SEM FIBRA NO MÍNIMO 27CM DE COMPRIMENTO. (CIN11642)	CANADÁ PASSA CERA 30 CM	3.197	R\$ 9,67	R\$ 30.914,99
91	UNIDADE	RODO MÁGICO RETRÁTIL COM CABO FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL, ESPONJA DE PVA ALTAMENTE ABSORVENTE, COM LARGURA MÍNIMA DE 25CM E ALAVANCA PARA TORÇÃO. (CIN11643)	BETTANIN NOVIÇA MOP SEKITO	2.117	R\$ 74,90	R\$ 158.563,30
92	PACOTE	SABÃO EM BARRA, COMPOSIÇÃO BÁSICA LINEAR ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO, GLICERINA, FRAGRÂNCIA, ÁGUA E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. PACOTE COM 1KG, CONTENDO CINCO BARRAS DE SABÃO DE 200G CADA. O PACOTE DEVE CONTER A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. DEVERÁ SER FORNECIDO CATÁLOGO DE AROMAS JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O AROMA QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. (CIN11644)	MINUANO	14.920	R\$ 8,31	R\$ 123.985,20
93	CAIXA	SABÃO EM PÓ PARA ROUPAS, COMPOSIÇÃO BÁSICA ATIVO ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO OU DODECILBENZENOSULFONATO DE SÓDIO, TENSOATIVOS, CORANTES, ESPESSANTES, CONSERVANTES, CORANTES, FRAGRÂNCIAS, ENZIMAS, ÁGUA E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. CAIXA COM NO MÍNIMO 400G, CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. (CIN11646)	YPÊ	18.008	R\$ 6,77	R\$ 121.914,16
94	CAIXA	SABÃO EM PÓ PARA ROUPAS, COMPOSIÇÃO BÁSICA ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO OU DODECILBENZENOSULFONATO DE SÓDIO, TENSOATIVOS, CORANTES, ESPESSANTES, CONSERVANTES, CORANTES, FRAGRÂNCIAS, ENZIMAS, ÁGUA E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. CAIXA COM NO MÍNIMO 1,6KG, CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. (CIN11645)	YPÊ	43.889	R\$ 16,72	R\$ 733.824,08

95	FRASCO	SABÃO LÍQUIDO PARA ROUPAS, COMPOSIÇÃO BÁSICA ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO OU DODECILBENZENOSULFONATO DE SÓDIO, TENSOATIVOS, CORANTES, ESPESSANTES, CONSERVANTES, CORANTES, FRAGRÂNCIAS, ENZIMAS, ÁGUA E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS, COM ÓTIMA VISCOSIDADE. FRASCO COM 900ML OU 1L, CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. (CIN11648)	YPÊ	2.989	R\$ 8,94	R\$ 26.721,66
96	GALÃO	SABÃO LÍQUIDO PARA ROUPAS, COMPOSIÇÃO BÁSICA ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO OU DODECILBENZENOSULFONATO DE SÓDIO, TENSOATIVOS, CORANTES, ESPESSANTES, CONSERVANTES, CORANTES, FRAGRÂNCIAS, ENZIMAS, ÁGUA E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS, COM ÓTIMA VISCOSIDADE. GALÃO COM NO MÍNIMO 3L, CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. (CIN11647)	YPÊ	7.508	R\$ 33,12	R\$ 248.664,96
97	PACOTE	SABONETE HIDRATANTE EM BARRA, COMPOSIÇÃO BÁSICA SURFACTANTE, CONSERVANTE, ÁGUA, FRAGRÂNCIA E DEMAIS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM CONTENDO NO MÍNIMO CINCO SABONETES COM NO MÍNIMO 80G CADA, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE. A EMBALAGEM EXTERNA DEVE CONTER A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. (CIN11649)	DOVE	6.114	R\$ 14,50	R\$ 88.653,00
98	FRASCO	SABONETE LÍQUIDO PARA AS MÃOS, COMPOSIÇÃO BÁSICA LAURIL ÉTER SULFATO DE SÓDIO, COCOAMIDOPROPIL BETAÍNA, CONSERVANTES, ANTIOXIDANTES, ÁGUA, FRAGRÂNCIA E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS, COM ÓTIMA VISCOSIDADE. PRODUTO ACONDICIONADO EM FRASCO DE 250ML COM VÁLVULA DO TIPO PUMP, CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. DEVERÁ SER FORNECIDO CATÁLOGO DE AROMAS JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O AROMA QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. (CIN11650)	PROTEX	5.989	R\$ 17,90	R\$ 107.203,10
99	GALÃO	SABONETE LÍQUIDO PARA AS MÃOS, COMPOSIÇÃO BÁSICA LAURIL ÉTER SULFATO DE SÓDIO, COCOAMIDOPROPIL BETAÍNA, CONSERVANTES, ANTIOXIDANTES, ÁGUA, FRAGRÂNCIA E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS, COM ÓTIMA VISCOSIDADE. PRODUTO ACONDICIONADO EM GALÃO COM 5L, CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. DEVERÁ SER FORNECIDO CATÁLOGO DE AROMAS JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O AROMA QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. (CIN11651)	PREMISSE	13.566	R\$ 21,95	R\$ 297.773,70

100	PACOTE	SACO DE LIXO CLASSE I, COM CAPACIDADE DE 15L. FABRICADO EM POLIETILENO, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 5 MICRAS. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 39 X 58CM. PACOTE COM 100 UNIDADES. (CIN11653)	EXTRUSA PACK	13.277	R\$ 9,80	R\$ 130.114,60
101	PACOTE	SACO DE LIXO CLASSE I, COM CAPACIDADE DE 20L. FABRICADO EM POLIETILENO, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 6 MICRAS. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 39 X 50CM. PACOTE COM 100 UNIDADES. (CIN11655)	FÁBRICA DOS SACOS	10.042	R\$ 16,24	R\$ 163.082,08
102	PACOTE	SACO DE LIXO CLASSE I, COM CAPACIDADE DE 30L. FABRICADO EM POLIETILENO, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 4 MICRAS. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 59 X 62CM. PACOTE COM 100 UNIDADES. (CIN11656)	EXTRUSA PACK	25.180	R\$ 10,25	R\$ 258.095,00
103	PACOTE	SACO DE LIXO CLASSE I, COM CAPACIDADE DE 50L. FABRICADO EM POLIETILENO, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 5 MICRAS. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 63 X 80CM. PACOTE COM 100 UNIDADES. (CIN11657)	EXTRUSA PACK	24.434	R\$ 17,40	R\$ 425.151,60
104	PACOTE	SACO DE LIXO CLASSE I, COM CAPACIDADE DE 60L. FABRICADO EM POLIETILENO, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 8 MICRAS. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 60 X 70CM. PACOTE COM 100 UNIDADES. (CIN11658)	FÁBRICA DOS SACOS	7.899	R\$ 37,19	R\$ 293.763,81
105	PACOTE	SACO DE LIXO CLASSE I, COM CAPACIDADE DE 100L. FABRICADO EM POLIETILENO, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 10 MICRAS. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 75 X 105CM. PACOTE COM 100 UNIDADES. (CIN11652)	EXTRUSA PACK	26.514	R\$ 42,50	R\$ 1.126.845,00
106	PACOTE	SACO DE LIXO CLASSE I, COM CAPACIDADE DE 200L. FABRICADO EM POLIETILENO, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 12 MICRAS. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 90 X 110CM. PACOTE COM 100 UNIDADES. (CIN11654)	FÁBRICA DOS SACOS	8.815	R\$ 127,00	R\$ 1.119.505,00
107	FRASCO	SAPONÁCEO MULTIUSO CREMOSO COM CLORO ATIVO. COMPOSIÇÃO BÁSICA TENSOATIVO ANIÔNICO, AGENTE DE BRANQUEAMENTO, VEÍCULO E DEMAIS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. DEVE APRESENTAR ÓTIMA VISCOSIDADE (NO MÍNIMO 800 CP) E NÃO POSSUIR GRUMOS. FRASCO COM NO MÍNIMO 250ML CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. (CIN11659)	BOMBIL SAPÓLIO	24.411	R\$ 5,65	R\$ 137.922,15
108	FRASCO	SAPONÁCEO MULTIUSO CREMOSO COM DETERGENTE. COMPOSIÇÃO BÁSICA TENSOATIVO ANIÔNICO, AGENTE DE BRANQUEAMENTO, FRAGRÂNCIA, VEÍCULO E DEMAIS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. DEVE APRESENTAR ÓTIMA VISCOSIDADE (NO MÍNIMO 800 CP) E NÃO POSSUIR GRUMOS. FRASCO COM NO MÍNIMO 250ML CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. DEVERÁ SER FORNECIDO CATÁLOGO DE FRAGRÂNCIAS JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADA A FRAGRÂNCIA QUE DEVERÁ SER FORNECIDA. (CIN11660)	BOMBIL SAPÓLIO	22.823	R\$ 4,56	R\$ 104.072,88

109	FRASCO	SAPONÁCEO MULTIUSO EM PÓ COM CLORO ATIVO. COMPOSIÇÃO BÁSICA TENSOATIVO ANIÔNICO, AGENTE DE BRANQUEAMENTO E DEMAIS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. FRASCO PLÁSTICO OPACO COM NO MÍNIMO 300G CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. (CIN11661)	SANY	9.947	R\$ 1,93	R\$ 19.197,71
110	FRASCO	SHAMPOO PARA CABELOS, COMPOSIÇÃO BÁSICA TENSOATIVO ANIÔNICO, COADJUVANTE, CONSERVANTE, ÁGUA, FRAGRÂNCIA E DEMAIS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS. USO ADULTO. FRASCO COM 350ML CONTENDO A MARCA, DADOS DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. (CIN11662)	NEUTROX CLÁSSICO	4.667	R\$ 9,10	R\$ 42.469,70
112	FRASCO	SPRAY DESODORIZADOR DE AMBIENTES EM AEROSOL. FRASCO COM 360ML. DEVERÁ SER FORNECIDO CATÁLOGO DE AROMAS JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O AROMA QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. (CIN11664)	AIR WICK	20.913	R\$ 10,64	R\$ 222.514,32
113	UNIDADE	SUPORTE PARA PAPEL HIGIÊNICO COM VENTOSA. FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 7 X 13 X 8CM. (CIN11665)	WP CONNECT	1.487	R\$ 65,00	R\$ 96.655,00
114	UNIDADE	VASSOURA COM CERDAS FIRMES E MACIAS, FABRICADAS EM NYLON E CABO FABRICADO EM MADEIRA PLASTIFICADA COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 120CM. BASE RETANGULAR COM LARGURA MÍNIMA DE 22CM E ALTURA MÍNIMA DE 18CM. (CIN11666)	BETTANIN NOVIÇA IDEAL CANTOS CERTA	11.778	R\$ 10,65	R\$ 125.435,70
115	UNIDADE	VASSOURA COM CERDAS FIRMES E MACIAS, FABRICADAS EM NYLON E CABO FABRICADO EM MADEIRA PLASTIFICADA COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 120CM. BASE RETANGULAR COM LARGURA MÍNIMA DE 30CM E ALTURA MÍNIMA DE 10CM. (CIN11667)	CONDOR MADRI	10.326	R\$ 8,54	R\$ 88.184,04
116	UNIDADE	VASSOURA COM CERDAS FIRMES, FABRICADAS EM NYLON E CABO FABRICADO EM MADEIRA OU PLÁSTICO, PARA USO NA PIA. (CIN11668)	ROSSI	2.168	R\$ 8,00	R\$ 17.344,00
117	UNIDADE	VASSOURA COM CERDAS FIRMES, TIPO GARI, FABRICADAS EM NYLON E CABO FABRICADO EM MADEIRA COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 120CM. BASE RETANGULAR COM LARGURA MÍNIMA DE 50CM E ALTURA MÍNIMA DE 10CM. (CIN11669)	CANADÁ	3.911	R\$ 19,20	R\$ 75.091,20
118	UNIDADE	VASSOURA DE PALHA. FABRICADA COM PALHA GUINÉ, FIBRAS LONGAS E RESISTENTES, ISENTA DE ACABAMENTOS EM METAL, COM NO MÍNIMO 4 AMARRAÇÕES. CABO FABRICADO EM MADEIRA SEM REVESTIMENTO COM NO MÍNIMO 120CM DE COMPRIMENTO, LISO E SEM FARPAS. (CIN11670)	CANADÁ	11.702	R\$ 20,69	R\$ 242.114,38
Total Global (R\$):						22.893.983,10

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item:

Fornecedor	Itens	Valor Total
GIGA1.COM EIRELI	50; 62; 98	R\$ 158.191,10
I A LAZZAROTTO ATACADISTA EPP	100; 102; 103; 105	R\$ 1.940.206,20
JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA	1; 2; 3; 5; 6; 9; 11; 12; 13; 14; 15; 20; 26; 27; 29; 30; 31; 32; 33; 38; 43; 44; 46; 60; 74; 77; 83; 86; 90; 91; 93; 94; 95; 96; 101; 104; 106; 108; 109; 118	R\$ 8.904.617,54
LPK LTDA	34; 58; 92	R\$ 376.939,93
MULTISUL COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA EPP	81	R\$ 24.492,16
PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI	36; 76	R\$ 1.022.826,60
RAÇA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA-EPP	75	R\$ 951.859,40
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	19; 42	R\$ 222.105,00
SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME	4; 7; 8; 10; 16; 17; 18; 22; 23; 24; 25; 28; 35; 37; 39; 40; 41; 48; 51; 52; 53; 55; 56; 57; 59; 61; 63; 64; 66; 67; 68; 70; 71; 72; 78; 84; 85; 87; 89; 97; 99; 110; 113; 114; 116; 117	R\$ 6.544.577,56
SURFLUX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E ILUMINAÇÃO EIRELI	79	R\$ 1.176.191,20
VOA COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI	21; 45; 47; 49; 54; 73; 80; 88; 107; 112; 115	R\$ 1.571.976,41
Total Global (R\$):		22.893.983,10

CIS/AMARP**EXTRATO 191/2020 - CHIPS CELULAR OI**

Publicação Nº 2552259

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 191/2020, Processo Administrativo nº 08/2020. Dispensa de Licitação 07/2020. CONTRATANTE: CISAMARP - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.023.771/0001-10, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque nº 99 Térreo, Bairro Alvorada na cidade de Videira/SC, CEP 89.562-036, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. PEDRO RABUSKE, inscrito no CPF sob nº 508.424.129-72 e RG nº 1.700.903. CONTRATADA: OI MÓVEL S.A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, pessoa jurídica de direito privado, sito à St. Setor Comercial Norte, quadra 03, Bl. A, s/n, Complemento, Andar Térreo-Parte 2 Ed. Estação Tel. Centro Norte, Bairro Asa Norte, Brasília-DF, inscrita no CNPJ sob o nº 05.423.963/0001-11, em consórcio com a TELEMAR Norte Leste S.A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, pessoa jurídica de direito privado, sito a Rua Lavradio, nº 71, 2º andar, bairro Centro, Rio de Janeiro- RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 33.000.118/0001-79 e com a CONTRATADA: OI S.A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, pessoa jurídica de direito privado, sito a Rua Lavradio, nº 71, 2º andar, bairro Centro, Rio de Janeiro –RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 76.535.764/0001-43, neste ato por Marcela Matos Chastinet Mesquita, brasileira, Casada, Administradora – matrícula 260025317, portador da Carteira de Identidade nº 0979322480, expedido pelo SSP/BA, inscrita no CPF/MF sob nº 027.722.015-70, e Gustavo Giraldes Bettoni, Brasileiro, Casado, Administrador – matrícula 357114, portador do CPF nº 003.773.439-35, e cédula de identidade nº39471558 SSP/PR, a seguir denominada CONTRATADA, ajustam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições dessa contratação direta. OBJETO - Plano de serviço de telefonia móvel ILLIMITADO pessoal (SMP), tipo corporativo, pós-pago OI MAIS CELULAR 3GB (AQUISIÇÃO). VALOR mensal é de R\$ 83,70 sendo o valor para 3 LINHAS, mais R\$ 1,00 (um real) por cada chip uma única vez TOTALIZANDO R\$ 1.007,40 para 12 meses. RECURSOS FINANCEIROS - As despesas decorrentes da execução do presente aditivo correrão por conta da dotação orçamentária 3.3.90.39 do ano de 2020 do CISAMARP. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL - O presente Instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações. DA VIGÊNCIA – 10/06/2020 A 09/06/20201 Videira/SC, 03 de julho de 2020.

EXTRATO DE SERVIDOR DE DADOS 193/2020 - BR DRIVE

Publicação Nº 2552239

EXTRATO DE COMPRA SERVIDOR DE DADOS – BR DRIVE

CONTRATANTE: CISAMARP - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque nº 99 Térreo, Bairro Alvorada, CEP 89.562-036, inscrito no CNPJ sob nº 11.023.771/0001-10, neste ato representado pelo Presidente, Sr. PEDRO RABUSKE. CONTRATADA: BR DRIVE TECNOLOGIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.937.631/0001-43, situada na Rua Visconde de Mauá nº 15 Sl 01, Caçador/SC. BASE LEGAL: Processo Administrativo nº 11/2020, Processo de Dispensa de Licitação 10/2020, DISPENSA DE LICITAÇÃO, conforme disposto no Art. 24, inciso II da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, e Art. 73 da lei 12.715/2012. DO OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de servidor de dados, visando atender as demandas do CISAMARP. VALOR GLOBAL: R\$ 3.260,48 (três mil, duzentos e sessenta reais e quarenta e oito centavos), sendo 12 parcelas de R\$ 222,54 (duzentos e vinte e dois reais e cinquenta e quatro centavos) referentes à mensalidade e R\$590,00 (quinhentos e noventa reais) referente à implantação. Modalidade orçamentária: 3.3.90.39. Videira, 06 de julho de 2020.

CIS/AMURES**4º TERMO ADITIVO HUMANNITY CLINICA LTDA - CIS/AMURES**

Publicação Nº 2551530

4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 09/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISAMURES E HUMANNITY PSICOLOGIA E EDITORA LTDA.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISAMURES, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF nº 07.383.800/0001-88, estabelecido na cidade de Lages-SC, à Rua Nossa Senhora dos Prazeres, nº 62, Centro, CEP 88.502-230, neste ato representado por sua Diretora Executiva, Sra. BEATRIZ BLEYER RODRIGUES MONTEMEZZO no uso de suas atribuições designada pela portaria nº 10/2020, inscrita no RG nº 3.048.291 e CPF nº 019.764.929-71, e do outro lado, a HUMANNITY PSICOLOGIA E EDITORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 09.463.664/0001-61, com endereço à Rua Lauro Muller, nº 40, Centro, Cep: 88.501-130, Lages/SC, neste ato representada por MARJORIE JASPER DALL'ASTA, inscrita no CPF nº 048.317.479-39, têm justo e firmado entre si este Termo Aditivo, mediante as Cláusulas e Condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a inclusão de serviços ao contrato celebrado em 28 de Janeiro de 2019.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA INCLUSÃO DE SERVIÇOS

Fica incluso ao objeto, o serviço de consulta médica especializada em ginecologia conforme autoriza a cláusula primeira do contrato original.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato original, não alteradas por este instrumento.

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente termo aditivo em 02(duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02(duas) testemunhas.

Lages, 03 de Julho de 2020

BEATRIZ BLEYER RODRIGUES MONTEMEZZO
Diretora Executiva CISAMURES

MARJORIE JASPER DALL'ASTA
Humannity Psicologia Ltda

Testemunha:

Testemunha:

ALTERAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020 - CIS/AMURES

Publicação Nº 2551539

ALTERAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020 - CISAMURES

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMURES – CISAMURES, com sede, domicílio e foro na Cidade de Lages - SC, à Rua Nossa Senhora dos Prazeres, 62, Centro, CEP: 88.502-230, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF 07.383.800/0001-88, neste ato representado por sua Diretora Executiva, Sra. BEATRIZ BLEYER RODRIGUES MONTEMEZZO no uso de suas atribuições designada pela portaria nº 10/2020, resolve, tornar pública a seguinte alteração ao Edital de Licitação nº. 03/2020 – CISAMURES:

- No item 7.1, alínea f, onde lê-se:

- O prazo de entrega será de até 15 (quinze) dias contados do recebimento da ordem de compra emitida pelo município ou CISAMURES, na sede de cada ente solicitante.

Leia-se:

- O prazo de entrega será de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da ordem de compra emitida pelo município ou CISAMURES, na sede de cada ente solicitante.

- No item 7.8, onde lê-se:

7.8 O fornecedor deverá entregar os itens no prazo de 10 dias e no local indicado pelo órgão participante ou CISAMURES, com respectiva nota fiscal eletrônica.

Leia-se:

7.8 O fornecedor deverá entregar os itens no prazo de 30 (trinta) dias e no local indicado pelo órgão participante ou CISAMURES, com respectiva nota fiscal eletrônica.

- No item 4.1 do anexo II, onde lê-se:

4.1 O prazo de entrega será de até 10 (dez) dias contados do recebimento da ordem de compra emitida pelo município através do sistema eletrônico disponibilizado pelo CISAMURES, na sede de cada município participante.

Leia-se:

4.1 O prazo de entrega será de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da ordem de compra emitida pelo município ou CISAMURES, na sede de cada município participante ou CISAMURES.

Considerando que a presente alteração ocorreu ainda no prazo legal, e não altera a proposta, mantém-se a data de abertura da sessão, conforme prevista no edital de licitação nº 03/2020.

Esta alteração entra em vigor na data de sua publicação, ficando ratificadas as demais cláusulas não alteradas por este instrumento.

Lages - SC, 06 de Julho de 2020.

BEATRIZ BLEYER RODRIGUES MONTEMEZZO
Diretora Executiva CISAMURES

CIS/AMVI**ANÁLISE COMISSÃO PERMANENTE - MEDICINA NUCLEAR**

Publicação Nº 2551644

CHAMADA PÚBLICA - PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2018

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2018

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços médicos (consultas e procedimentos diagnósticos) para atendimento da demanda da rede básica municipal de saúde dos 15 (quinze) municípios consorciados ao CISAMVI.

VALOR ESTIMADO: R\$328.701,12 (trezentos e vinte e oito mil e setecentos e um reais e doze centavos).

FORNECEDOR: CENTRO CATARINENSE DE MEDICINA NUCLEAR S/S LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 72.406.002/0002-77.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.3.9.0.00.00.00.00 – Aplicações Diretas.

I – DOS FATOS

Diante da necessidade de atendimento da demanda de consultas e procedimentos com finalidade diagnóstica de média e alta complexidade dos usuários da rede pública dos municípios consorciados, devidamente justificada e pormenorizada no Termo de Referência constante dos autos, às fls. 4-48; restando comprovada a disponibilidade orçamentária para pagamento das obrigações decorrentes à fl. 49, culminando na autorização de instauração do processo à fl. 69 e, por fim, restando autorizadas as minutas do Instrumento convocatório e anexos às fls. 71-74; foi publicado Edital de Chamamento Público nº 04/2018.

Recebida a documentação apresentada pela interessada no credenciamento, supramencionada, com fornecedor, visando a prestação de serviços médicos constantes do Edital mencionado, a Comissão de Licitações do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, designada por intermédio da Resolução nº. 217/2018, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina em 18/06/2018, passou a análise quanto a possibilidade de contratação através de inexigibilidade de licitação do prestador de serviço retro identificado.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

A contratação de serviços através de credenciamento trata-se de uma situação oposta à prevista no inciso I do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93, uma vez que nesta condição apenas uma empresa dispõe do serviço pretendido pela Administração, enquanto no credenciamento a Administração pretende contratar todos aqueles que se habilitarem a prestar os referidos serviços pelo mesmo valor e nas mesmas condições.

Neste sentido, citado procedimento se enquadra no que preceitua o caput do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, que rege que as contratações desta natureza não exigem a realização de procedimento licitatório, uma vez que não há competição entre os participantes, conforme se verifica: "Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição[...]"

A respeito da inexigibilidade de licitação em decorrência de credenciamento, Joel de Menezes Niebuhr foi bastante preciso (grifo nosso): [...] a hipótese de credenciamento não foi prevista na Lei n.º 8.666/93. Não há qualquer dispositivo que aborde o assunto, regendo suas premissas. Impende reafirmar, por oportuno, que a inexigibilidade não depende de autorização legal, tanto que ocorre em todas as situações de inviabilidade de competição, o que remonta à questão fática. Destarte, a ausência de dispositivos normativos em torno das hipóteses de credenciamento não obsta lhes reconhecer a existência, bem como a inviabilidade de competição, o que acarreta a inexigibilidade. (NIE-BUHR, Joel de Menezes. Dispensa e inexigibilidade de licitação pública. 4. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2015, p.195).

O entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina converge nesse sentido, senão vejamos:

PREJULGADO 680

A regra geral expressa no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, compele à realização de prévia licitação para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, objetivando assegurar a igualdade de condições a todos os concorrentes. Em conformidade com o art. 197 da Constituição Federal, combinado com a Lei Federal nº 8080, de 19.09.90, a execução das ações e serviços de saúde deve ser feita diariamente ou através de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, ressalvando-se que o art. 199 da Carta Magna estabelece que as instituições privadas poderão participar, no que se refere à constituição do Sistema Único de Saúde, de forma complementar.

Quando se tratar da execução das ações e serviços de saúde, compreendendo a prestação dos serviços médico-assistenciais, médico-hospitalares e laboratoriais, entre outros, nada impede que o poder público utilize o sistema de credenciamento, que se vincula ao manifesto interesse da administração em colocar à disposição da comunidade toda a rede de serviços de profissionais da área da saúde, bem como de pessoas jurídicas que prestam serviços assistenciais, hospitalares ou laboratoriais, mediante condições, incluindo o preço a ser pago, previamente definidas e amplamente difundidas, as quais os interessados poderão aderir livremente a qualquer tempo.

Caracterizado o interesse de observar todos os profissionais e pessoas jurídicas que satisfaçam os requisitos e que expressamente acatem as condições do poder público, configurar-se-á a inviabilidade de competição contemplada no caput do art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com as alterações subsequentes, estando plenamente atendidos os princípios previstos pelo art. 3º da Lei de Licitações. Grifo nosso (Processo: CON-TC0733103/95 – Parecer nº 169/99 – Origem: Prefeitura Municipal de Criciúma – Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques – Data da Sessão: 31/05/1999).

PREJULGADO 2055

1. Serviços médicos ambulatoriais, pequenos procedimentos cirúrgicos, expedição de carteiras de saúde, verificação de exames e demais procedimentos constantes da Tabela do SUS podem ser compreendidos como serviços complementares de saúde a serem oferecidos à população, dentro das normas prescritas pela Lei (federal) n. 8.080/90 e pela Portaria n. 3.277/06, do Ministério da Saúde.

2. A contratação de serviços complementares de saúde pode ocorrer para:

2.1. atividades-meio, desde que não inseridas por lei no Sistema Único de Saúde.

2.2. atividades finalísticas em razão do volume, quando a demanda ultrapassar a capacidade instalada da rede pública, tanto própria quanto à vinculada a outro nível de governo.

a) neste caso, a dimensão do serviço público deve ser reavaliada periodicamente, tendo em conta variáveis como a evolução populacional, evolução da demanda, evolução científica etc., de forma que o volume físico e/ou financeiro dessas contratações não descaracterize o

caráter subsidiário em relação às atividades estatais.

2.3. atividades finalísticas, em razão da urgência.

a) neste caso, a Administração deve, quando for o caso, promover as medidas necessárias para restabelecer o sistema público potencial existente antes da situação de urgência que implicou a diminuição de sua capacidade potencial;

b) a contratação junto à iniciativa privada ocorrerá somente durante o período necessário para que sejam adotadas as medidas para o restabelecimento do serviço público.

3. A contratação de serviços complementares de saúde deve atender ainda aos seguintes requisitos:

3.1. Preferência às entidades filantrópicas e às sem fins lucrativos;

3.2. Celebração de convênio ou contrato conforme as normas de direito administrativo, prevalecendo o interesse público sobre o particular;

3.3. Integração dos serviços privados às diretrizes organizativas do SUS;

3.4. Prevalência dos princípios da universalidade, equidade, integralidade, etc.

4. Deve o poder público utilizar o sistema de credenciamento a todos os interessados, que se vincula ao manifesto interesse da administração em colocar à disposição da comunidade uma rede de profissionais da área da saúde, incluindo o preço a ser pago, previamente definidas e amplamente difundidas, às quais os interessados possam aderir. (Processo: COM-09/00592710 - Parecer nº 694/09 – Origem: Prefeitura Municipal de Videira – Relator: Auditor Júlio Garcia – Data da Sessão: 05/07/2010).

Diante do exposto, esta Comissão de Licitações, vislumbrando o enquadramento de aludida contratação direta, bem como a necessidade da referida contratação, devidamente justificada no Termo de Referência integrante do presente feito, resolveu instruir o processo com os elementos abaixo transcritos, atendendo à determinação da Lei de Licitações.

III – RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA

A contratação supracitada deve-se ao fato da contratada ter atendido aos requisitos estabelecidos no Chamamento Público nº 04/2018.

IV – DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO – HABILITAÇÃO

A interessada no credenciamento, supramencionada como fornecedor, demonstrou estar devidamente habilitada, apresentando a seguinte documentação:

1. Contrato Social;
2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal/Tributos Federais/Dívida Ativa da União;
4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;
6. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
8. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
9. Alvará Sanitário Municipal;
10. Alvará de Localização e Funcionamento;
11. Certificado de Regularidade do Estabelecimento junto ao Conselho Regional de Classe;
12. Registro no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde;
13. Comprovação da inscrição do Responsável Técnico junto ao Conselho Regional de Classe;
14. RQEs registrados no CREMESC;
15. Ficha de Requerimento de Credenciamento;
16. Declaração de capacidade instalada e disponibilidade para SUS;
17. Listagem de profissionais, atualizada, emitida no site do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES;

Após a análise cabível, a Comissão de Licitações deste Consórcio Público entende justificada a inexigibilidade de licitação para esta contratação.

V – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

A vigência da contratação será pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser renovado nos termos da legislação.

VI – JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os valores unitários a serem pagos para os serviços objeto desta inexigibilidade, quais sejam os valores constante da Tabela SIGTAP/SUS (com acréscimo de complemento em determinados procedimentos, conforme indicado no Termo de Referência) estão devidamente justificados nos autos do Chamamento Público/Processo de Credenciamento nº 04/2018.

Blumenau/SC, 04 de junho de 2020.

Marcos da Rocha
Presidente

Mônica Márcia Campos de Menezes Silva
Membro

Gislaine dos Santos
Membro

ANÁLISE COMISSÃO PERMANENTE - SKOPIA

Publicação Nº 2551632

CHAMADA PÚBLICA - PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2018

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2018

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços médicos (consultas e procedimentos diagnósticos) para atendimento da demanda da rede básica municipal de saúde dos 15 (quinze) municípios consorciados ao CISAMVI.

VALOR ESTIMADO: R\$ 470.546,40 (quatrocentos e setenta mil e quinhentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos).

FORNECEDOR: SKÓPIA CLÍNICA DE ENDOSCOPIA E CIRURGIA LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 01.377.078/0001-92.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.3.9.0.00.00.00.00 – Aplicações Diretas.

I – DOS FATOS

Diante da necessidade de atendimento da demanda de consultas e procedimentos com finalidade diagnóstica de média e alta complexidade dos usuários da rede pública dos municípios consorciados, devidamente justificada e pormenorizada no Termo de Referência constante dos autos, às fls. 4-48; restando comprovada a disponibilidade orçamentária para pagamento das obrigações decorrentes à fl. 49, culminando na autorização de instauração do processo à fl. 69 e, por fim, restando autorizadas as minutas do Instrumento convocatório e anexos às fls. 71-74; foi publicado Edital de Chamamento Público nº 04/2018.

Recebida a documentação apresentada pela interessada no credenciamento, supramencionada, com fornecedor, visando a prestação de serviços médicos constantes do Edital mencionado, a Comissão de Licitações do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, designada por intermédio da Resolução nº. 217/2018, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina em 18/06/2018, passou a análise quanto a possibilidade de contratação através de inexigibilidade de licitação do prestador de serviço retro identificado.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

A contratação de serviços através de credenciamento trata-se de uma situação oposta à prevista no inciso I do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93, uma vez que nesta condição apenas uma empresa dispõe do serviço pretendido pela Administração, enquanto no credenciamento a Administração pretende contratar todos aqueles que se habilitarem a prestar os referidos serviços pelo mesmo valor e nas mesmas condições.

Neste sentido, citado procedimento se enquadra no que preceitua o caput do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, que rege que as contratações desta natureza não exigem a realização de procedimento licitatório, uma vez que não há competição entre os participantes, conforme se verifica: "Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição[...]"

A respeito da inexigibilidade de licitação em decorrência de credenciamento, Joel de Menezes Niebuhr foi bastante preciso (grifo nosso): [...] a hipótese de credenciamento não foi prevista na Lei n.º 8.666/93. Não há qualquer dispositivo que aborde o assunto, regendo suas premissas. Impende reafirmar, por oportuno, que a inexigibilidade não depende de autorização legal, tanto que ocorre em todas as situações de inviabilidade de competição, o que remonta à questão fática. Destarte, a ausência de dispositivos normativos em torno das hipóteses de credenciamento não obsta lhes reconhecer a existência, bem como a inviabilidade de competição, o que acarreta a inexigibilidade. (NIE-BUHR, Joel de Menezes. Dispensa e inexigibilidade de licitação pública. 4. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2015, p.195).

O entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina converge nesse sentido, senão vejamos:

PREJULGADO 680

A regra geral expressa no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, compele à realização de prévia licitação para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, objetivando assegurar a igualdade de condições a todos os concorrentes. Em conformidade com o art. 197 da Constituição Federal, combinado com a Lei Federal nº 8080, de 19.09.90, a execução das ações e serviços de saúde deve ser feita diariamente ou através de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, ressalvando-se que o art. 199 da Carta Magna estabelece que as instituições privadas poderão participar, no que se refere à constituição do Sistema Único de Saúde, de forma complementar.

Quando se tratar da execução das ações e serviços de saúde, compreendendo a prestação dos serviços médico-assistenciais, médico-hospitalares e laboratoriais, entre outros, nada impede que o poder público utilize o sistema de credenciamento, que se vincula ao manifesto interesse da administração em colocar à disposição da comunidade toda a rede de serviços de profissionais da área da saúde, bem como de pessoas jurídicas que prestam serviços assistenciais, hospitalares ou laboratoriais, mediante condições, incluindo o preço a ser pago, previamente definidas e amplamente difundidas, as quais os interessados poderão aderir livremente a qualquer tempo.

Caracterizado o interesse de observar todos os profissionais e pessoas jurídicas que satisfaçam os requisitos e que expressamente acatem as condições do poder público, configurar-se-á a inviabilidade de competição contemplada no caput do art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com as alterações subsequentes, estando plenamente atendidos os princípios previstos pelo art. 3º da Lei de Licitações. Grifo nosso (Processo: CON-TC0733103/95 – Parecer nº 169/99 – Origem: Prefeitura Municipal de Criciúma – Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques – Data da Sessão: 31/05/1999).

PREJULGADO 2055

1. Serviços médicos ambulatoriais, pequenos procedimentos cirúrgicos, expedição de carteiras de saúde, verificação de exames e demais procedimentos constantes da Tabela do SUS podem ser compreendidos como serviços complementares de saúde a serem oferecidos à população, dentro das normas prescritas pela Lei (federal) n. 8.080/90 e pela Portaria n. 3.277/06, do Ministério da Saúde.

2. A contratação de serviços complementares de saúde pode ocorrer para:

2.1. atividades-meio, desde que não inseridas por lei no Sistema Único de Saúde.

2.2. atividades finalísticas em razão do volume, quando a demanda ultrapassar a capacidade instalada da rede pública, tanto própria quanto à vinculada a outro nível de governo.

a) neste caso, a dimensão do serviço público deve ser reavaliada periodicamente, tendo em conta variáveis como a evolução populacional, evolução da demanda, evolução científica etc., de forma que o volume físico e/ou financeiro dessas contratações não descaracterize o caráter subsidiário em relação às atividades estatais.

2.3. atividades finalísticas, em razão da urgência.

a) neste caso, a Administração deve, quando for o caso, promover as medidas necessárias para restabelecer o sistema público potencial

existente antes da situação de urgência que implicou a diminuição de sua capacidade potencial;

b) a contratação junto à iniciativa privada ocorrerá somente durante o período necessário para que sejam adotadas as medidas para o restabelecimento do serviço público.

3. A contratação de serviços complementares de saúde deve atender ainda aos seguintes requisitos:

3.1. Preferência às entidades filantrópicas e às sem fins lucrativos;

3.2. Celebração de convênio ou contrato conforme as normas de direito administrativo, prevalecendo o interesse público sobre o particular;

3.3. Integração dos serviços privados às diretrizes organizativas do SUS;

3.4. Prevalência dos princípios da universalidade, equidade, integralidade, etc.

4. Deve o poder público utilizar o sistema de credenciamento a todos os interessados, que se vincula ao manifesto interesse da administração em colocar à disposição da comunidade uma rede de profissionais da área da saúde, incluindo o preço a ser pago, previamente definidas e amplamente difundidas, às quais os interessados possam aderir. (Processo: COM-09/00592710 - Parecer nº 694/09 – Origem: Prefeitura Municipal de Videira – Relator: Auditor Júlio Garcia – Data da Sessão: 05/07/2010).

Diante do exposto, esta Comissão de Licitações, vislumbrando o enquadramento de aludida contratação direta, bem como a necessidade da referida contratação, devidamente justificada no Termo de Referência integrante do presente feito, resolveu instruir o processo com os elementos abaixo transcritos, atendendo à determinação da Lei de Licitações.

III – RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA

A contratação supracitada deve-se ao fato da contratada ter atendido aos requisitos estabelecidos no Chamamento Público nº 04/2018.

IV – DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO – HABILITAÇÃO

A interessada no credenciamento, supramencionada como fornecedor, demonstrou estar devidamente habilitada, apresentando a seguinte documentação:

1. 9ª Alteração/Contrato Social;
2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal/Tributos Federais/Dívida Ativa da União;
4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;
6. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
8. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
9. Alvará Sanitário Municipal;
10. Alvará de Localização e Funcionamento;
11. Certificado de Regularidade do Estabelecimento junto ao Conselho Regional de Classe;
12. Registro no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde;
13. Comprovação da inscrição do Responsável Técnico junto ao Conselho Regional de Classe;
14. RQEs registrados no CREMESC;
15. Ficha de Requerimento de Credenciamento;
16. Declaração de capacidade instalada e disponibilidade para SUS;
17. Listagem de profissionais, atualizada, emitida no site do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES;

Após a análise cabível, a Comissão de Licitações deste Consórcio Público entende justificada a inexigibilidade de licitação para esta contratação.

V – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

A vigência da contratação será pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser renovado nos termos da legislação.

VI – JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os valores unitários a serem pagos para os serviços objeto desta inexigibilidade, quais sejam os valores constante da Tabela SIGTAP/SUS (com acréscimo de complemento em determinados procedimentos, conforme indicado no Termo de Referência) estão devidamente justificados nos autos do Chamamento Público/Processo de Credenciamento nº 04/2018.

Blumenau/SC, 30 de junho de 2020.

Marcos da Rocha
Presidente

Mônica Márcia Campos de Menezes Silva
Membro

Gislaine dos Santos
Membro

ATA - HABILITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 07/2020

Publicação Nº 2552650

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI
ATA DE ANÁLISE E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E AMOSTRAS
PREGÃO ELETRÔNICO 07/2020

Aos seis dias do mês de julho de dois mil e vinte, substanciada nas informações prestadas pela Gerência de Serviços do CISAMVI, na pessoa da Sra. Mônica Márcia Campos de Menezes Silva, quanto às amostras encaminhadas pelos licitantes arrematantes, a Pregoeira designada para condução dos trabalhos do certame passou à análise da habilitação no Pregão Eletrônico no Pregão Eletrônico nº 07/2020, cujo objeto é o Registro de Preços, do tipo menor preço por item, para futura e eventual aquisição de Equipamentos de Proteção Individual para enfrentamento da Pandemia de COVID-19, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.

Altermed Material Médico Hospitalar LTDA. (CNPJ 00.802.002/0001-02)

- Não encaminhou as amostras do item vencido, conforme exigência do subitem 12.10 e seguintes do instrumento convocatório. Considerando que a análise das amostras é imprescindível para atestar o atendimento dos requisitos técnicos e a qualidade do(s) produto(s) que será(ão) disponibilizado(s) aos entes consorciados, e por conseguinte à população, a licitante é desclassificada do item 03 nos termos do subitem 12.10.1 do Edital de Licitação correspondente.

Bascel Soluções LTDA. (CNPJ 21.515.353/0001-02)

- Não encaminhou as amostras do item vencido, conforme exigência do subitem 12.10 e seguintes do instrumento convocatório. Considerando que a análise das amostras é imprescindível para atestar o atendimento dos requisitos técnicos e a qualidade do(s) produto(s) que será(ão) disponibilizado(s) aos entes consorciados, e por conseguinte à população, a licitante é desclassificada do item 01 nos termos do subitem 12.10.1 do Edital de Licitação correspondente.

BMH Produtos Médicos Hospitalares EIRELI (CNPJ 27.300.682/0001-04)

- Conforme constante dos autos, as amostras encaminhadas para o item 09 foram reprovadas, visto que a Gerência de Serviços do CISAMVI, área técnica responsável pela definição dos descritivos dos itens objeto da licitação e exigências a serem cumpridas, identificou que há "divergência entre o item encaminhado para análise e o item cadastrado na documentação da proposta". Ao passo que o item cadastrado na proposta é fabricado por JSM Indústria e Comércio de Produtos Manufaturados LTDA. - CNPJ 04.782.901/0001-33 (com Registro vigente junto à ANVISA nº 8085440008 e Certificado de Aprovação nº 14.880 vencido em 06/12/2018); o item enviado para análise é fabricado por Descartes Indústria e Comércio LTDA. - CNPJ 03.530.602/0001-49 (não tendo sido encontrado Registro vigente junto à ANVISA, e Certificado de Aprovação válido nº 35.123). Isto posto, a licitante é desclassificada do item 09 nos termos do subitem 12.10.2 do Edital de Licitação correspondente.

BMI PROSPER EIRELI (CNPJ 14.012.375/0001-86)

- Conforme constante dos autos, as amostras encaminhadas para os itens 05, 06 e 07 foram reprovadas, visto que a Gerência de Serviços do CISAMVI, área técnica responsável pela definição dos descritivos dos itens objeto da licitação e exigências a serem cumpridas, identificou que "o certificado de Aprovação - CA No. 15.112 do produto restringe a utilização para procedimentos cirúrgicos e demais procedimentos hospitalares. O descritivo do produto indica que não é recomendável para uso médico hospitalar e odontológico, não atendendo esta forma ao fim que se destina." Isto posto, a licitante é desclassificada dos itens 05, 06 e 07 nos termos do subitem 12.10.2 do Edital de Licitação correspondente.

DL Distribuidora de Medicamentos EIRELI (CNPJ 31.556.536/0001-11)

- Não encaminhou as amostras do item vencido, conforme exigência do subitem 12.10 e seguintes do instrumento convocatório. Considerando que a análise das amostras é imprescindível para atestar o atendimento dos requisitos técnicos e a qualidade do(s) produto(s) que será(ão) disponibilizado(s) aos entes consorciados, e por conseguinte à população, a licitante é desclassificada do item 12 nos termos do subitem 12.10.1 do Edital de Licitação correspondente.

Gpack Eco Embalagens LTDA. (CNPJ 04.948.894/0001-05)

- Conforme constante dos autos, as amostras encaminhadas para o item 11 foram reprovadas, visto que a Gerência de Serviços do CISAMVI, área técnica responsável pela definição dos descritivos dos itens objeto da licitação e exigências a serem cumpridas, identificou a "ausência de registro na ANVISA". Isto posto, a licitante é desclassificada do item 11 nos termos do subitem 12.10.2 do Edital de Licitação correspondente.

Hera Medical Representações, Comércio e Serviços LTDA. (CNPJ 28.655.764/0001-34)

- Conforme constante dos autos, as amostras encaminhadas para o item 14 foram reprovadas, visto que a Gerência de Serviços do CISAMVI, área técnica responsável pela definição dos descritivos dos itens objeto da licitação e exigências a serem cumpridas, identificou a "ausência de registro na ANVISA". Isto posto, a licitante é desclassificada do item 14 nos termos do subitem 12.10.2 do Edital de Licitação correspondente.

Nairobi Produtos Químicos LTDA. (CNPJ 36.698.046/0001-73)

- Não encaminhou as amostras do item vencido, conforme exigência do subitem 12.10 e seguintes do instrumento convocatório. Considerando que a análise das amostras é imprescindível para atestar o atendimento dos requisitos técnicos e a qualidade do(s) produto(s) que será(ão) disponibilizado(s) aos entes consorciados, e por conseguinte à população, a licitante é desclassificada do item 02 nos termos do subitem 12.10.1 do Edital de Licitação correspondente.

Ngtex Equipamentos e Acessórios de Segurança LTDA. (CNPJ 24.353.808/0001-10)

- As amostras dos itens vencidos não foram enviadas no prazo de 3 (três) dias úteis contados da convocação da Pregoeira. Considerando que não pode a Pregoeira acatar o envio extemporâneo de amostras ou documentos, sob pena de se configurar tratamento desigual aos

participantes do certame, a licitante é desclassificada dos itens 08 e 10, nos termos do subitem 12.10.1 do Edital de Licitação correspondente.

Sauber Serviços de Limpeza e Higienização LTDA. (CNPJ 34.639.324/0001-96)

- Não encaminhou as amostras dos itens vencidos, conforme exigência do subitem 12.10 e seguintes do instrumento convocatório. Considerando que a análise das amostras é imprescindível para atestar o atendimento dos requisitos técnicos e a qualidade do(s) produto(s) que será(ão) disponibilizado(s) aos entes consorciados, e por conseguinte à população, a licitante é desclassificada dos itens 04, 13 e 15 nos termos do subitem 12.10.1 do Edital de Licitação correspondente.

Quanto às desclassificações pormenorizadas acima, convocam-se os próximos colocados abaixo indicados, que deverão anexar em campo próprio da Plataforma Compras Públicas a proposta atualizada e toda a documentação complementar necessária para habilitação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas (até 10hs00min de 08/07/2020), além de promover o despacho das amostras para o endereço do CISAMVI no prazo de 3 (três) dias úteis (até 10/07/2020), conforme subitem 12.10.1 do Edital:

Azulmed Indústria e Comércio de Produtos de Proteção Hospitalar LTDA.

CNPJ 37.041.236/0001-86

Convocação para: item 11

BMH Produtos Médicos Hospitalares EIRELI

CNPJ 27.300.682/0001-04

Convocação para: itens 08 e 10

Comercial Multiville LTDA.

CNPJ 06.220.022/0001-43

Convocação para: itens 02 e 04

G D C da Silva Costa & Costa LTDA.

CNPJ 09.721.729/0001-21

Convocação para: item 12

Nairobi Produtos Químicos LTDA.

CNPJ 36.698.046/0001-73

Convocação para: item 01

N C Carvalho EIRELI

CNPJ 04.745.673/0001-21

Convocação para: item 15

Ngtx Equipamentos e Acessórios de Segurança LTDA.

CNPJ 24.353.808/0001-10

Convocação para: item 09

Noeli Vieira Distribuidora de Soros e Equipamentos Médicos EIRELI

CNPJ 01.733.345/0001-17

Convocação para: item 03

Sauber Serviços de Limpeza e Higienização LTDA.

CNPJ 34.639.324/0001-96

Convocação para: item 14

Saúde Imperial Comércio de Produtos Hospitalares LTDA.

CNPJ 00.301.460/0001-50

Convocação para: item 13

S.V.M. Emergências Médicas EIRELI

CNPJ 28.439.173/0001-20

Convocação para: itens 05, 06 e 07

Encerrada a conferência foi lavrada e firmada a presente Ata pela Pregoeira.

Pregoeira Daniella Martins Tarouco

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2020 - ATONS BRASIL DISTRIB PRODUT HOSPIT LTDA.

Publicação Nº 2551338

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - Nº 49/2020
POR FORNECEDOR
PREGÃO ELETRÔNICO 02/2020
(Vigência de 06/07/2020 até 23/10/2020)

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, em Blumenau/SC, inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, considerando que a licitante vencedora S & R DISTRIBUIDORA LTDA. – CNPJ 04.889.315/0001-92 solicitou o reequilíbrio econômico-financeiro do item 87 da Ata de Registro de Preços 32/2020; e considerando que dentre os licitantes classificados para fornecimento do item ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., manifestou aceite em fornecer o saldo remanescente do fármaco em condição mais vantajosa, RESOLVE, nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 02/2020, habilitar ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.192.829/0001-08, situada à Q1112, Sul, Alameda 05, QI J – Lote 07, Plano Diretor Sul, CEP 77024-171, Palmas/TO, neste ato representada pelo Sr. Luis Tadeu Strongolli, para fornecimento dos saldos remanescentes dos itens abaixo relacionados, constantes da ATA GERAL DE REGISTRO DE PREÇOS – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2020, e sujeitando-se ao disposto na Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de MEDICAMENTOS, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 02/2020.

1.2 Os produtos deverão ser entregues nos endereços indicados pelas 15 (quinze) Secretarias de Saúde das cidades catarinenses da região do Médio Vale do Itajaí, consorciadas junto ao CISAMVI, conforme endereços discriminados no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 02/2020.

1.3 As solicitações de fornecimento serão realizadas diretamente pelas Secretarias Municipais de Saúde, por intermédio de sistema informatizado disponibilizado pelo CISAMVI, conforme a necessidade de cada município, e a entrega deverá obedecer ao prazo estabelecido, sob pena de multa pelo atraso registrado.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas pelo fornecedor são os que seguem:

Item	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
87	Clopidogrel Bissulfato, 75 mg, comprimido, embalagem com no máximo 100 comprimidos	DR. REDDYS	541.160 CPR	R\$ 0,2650	R\$ 143.407,40

3. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será da data da sua publicação até 23/10/2020 (06/07/2020 até 23/10/2020).

4. DAS BOAS PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS

3.1 A fornecedora declara ter ciência do dever de conduzir os seus negócios de maneira legal, ética e transparente, conforme os requisitos das Normas Anticorrupção, incluindo, mas não se limitando, à Lei Federal nº 12.846/13 e Decreto Federal nº 8.420/15, e de estender a todos os seus dirigentes, empregados, contratados, colaboradores e terceiros que a representem a obrigação de cumprir as diretrizes estabelecidas na legislação indicada.

3.2 A fornecedora declara que nenhum valor pago a ela com base na presente Ata de Registro de Preços será utilizado na prática de atos que infrinjam ou possam infringir as Normas Anticorrupção.

3.3 A fornecedora fica obrigada a informar ao CISAMVI, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da sua ciência, qualquer ato praticado por si, seus acionistas/sócios, administradores, diretores, empregados, contratados, representantes e/ou terceiros que, sendo relacionado com o CISAMVI ou com esta Ata de Registro de Preços, infrinja ou represente uma potencial infração às Normas Anticorrupção.

3.4 O CISAMVI poderá, a qualquer tempo, solicitar à fornecedora documentos com a finalidade de verificar o cumprimento das Normas Anticorrupção.

5. DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao CISAMVI promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

4.2 Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser protocolados/encaminhados para a sede do CISAMVI, não sendo conhecidos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro encaminhados por e-mail ou fac-símile.

5.2.1 Todas as Autorizações de Fornecimento emitidas até o protocolo do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser atendidas considerando o valor até então registrado, ficando o item suspenso para novos pedidos desde a data do protocolo do pedido até a análise final do requerimento.

4.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o CISAMVI poderá:

4.3.1 Consultar os demais licitantes que tenham apresentado lance para o lote em questão, questionando-lhe sobre a possibilidade de assunção do registro, nas condições originalmente pactuadas pelo licitante vencedor ou, ainda, nas condições de sua melhor proposta no certame ou nas condições atuais de mercado.

4.3.1.1 Obtendo-se possibilidade de inclusão do lote na Ata de Registro de Preços com outro licitante, por valor inferior ao da proposta de realinhamento, convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

4.3.1.2 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes de esgotado o prazo para fornecimento da Autorização de Fornecimento.

5.3.2 Cancelar o item cujo valor foi comprovado como inexequível, a fim de inseri-lo em novo processo licitatório.

4.4 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando estas medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.5 Independentemente de solicitação, o Consórcio poderá convocar o fornecedor, após a aprovação da Ata, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicados na proposta, em virtude de redução dos preços de mercado.

4.6 A critério do CISAMVI, o item poderá ter seu registro cancelado por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

4.7 Caso a beneficiária do registro venha a se locupletar com a redução efetiva dos preços de mercado, não a repassando à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

5.8 Será possível a subrogação de direitos e obrigações do fornecedor, nos casos de fusão, cisão ou incorporação, conforme artigo 78, inciso VI da Lei nº 8.666/93.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 É de responsabilidade do fornecedor registrado:

5.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, ao fabricante, ao modelo, à procedência, e ao prazo de validade, constando na embalagem do produto a observação "PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO";

5.1.2 Apresentar o Certificado de Controle de Qualidade do Lote de cada produto;

5.1.3 Reparar, corrigir e remover às suas expensas, no todo ou em parte, dos objetos licitados, em que se verifique danos em decorrência do transporte, ou técnico, bem como, providências à substituição dos mesmos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

5.1.4 Comunicar por escrito, ao CISAMVI a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o cumprimento das obrigações assumidas, tão logo esta seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;

5.1.5 Manter durante todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.1.6 Observar rigorosamente as normas técnicas em vigor;

5.1.7 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da produção, fornecimento e entrega do produto, inclusive as despesas de embarque e transporte, embalagens, frete e seguro, e eventuais perdas e danos;

5.1.8 Acessar o Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas do CISAMVI a fim de efetuar o recebimento das Autorizações de Fornecimento;

5.1.9 Incluir a Nota Fiscal em formato .pdf no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas do CISAMVI Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da contratação objeto desta licitação ou a ela relacionada

5.1.10 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CISAMVI e aos municípios consorciados em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações editalícias ou legais a que estiver sujeito;

5.1.11 Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do Edital e seus anexos.

7. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 Aos fornecedores que não cumprirem com o prazo estabelecido para a entrega será aplicada automaticamente multa, nos seguintes termos:

6.0.1 Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto ficam os fornecedores sujeitos a multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, calculada desde o 1º (primeiro) dia de atraso, incidente sobre o valor total do item, na respectiva Autorização de Fornecimento (AF).

6.0.2 Finda a contagem da multa no momento da entrega ou no fim do período de 30 dias.

6.0.3 Ficará suspensa a exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 5,00 (cinco reais), facultando-se ao CISAMVI exigí-las no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar este limite.

7.2 Nos atrasos de entrega acima de 30 (trinta) dias o fornecedor estará sujeito, além da multa automática prevista no subitem 7.1, à aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93, com a observância do devido processo administrativo previsto na Resolução nº 293/2019 do CISAMVI:

7.2.1 Advertência por escrito.

7.2.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CISAMVI, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o CISAMVI incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP.

7.3 São consideradas ainda situações de aplicação das sanções previstas no subitem 7.2:

7.3.1 Recusa do licitante vencedor em assinar a Ata de Registro de Preços e/ou Contrato Administrativo dentro do prazo estabelecido pelo CISAMVI.

7.3.2 Não atendimento às especificações técnicas previstas neste Termo de Referência ou na Autorização de Fornecimento.

7.3.3 Entrega de objeto/mercadoria falsificado, furtado, deteriorado, danificado ou inadequado para o uso ou em desconformidade com a referência técnica da ANVISA, como se verdadeiro ou perfeito fosse.

8. DAS CONDIÇÕES GERAIS

7.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega, acondicionamento e transporte do objeto, recebimento provisório e definitivo, as obrigações do CISAMVI e do(s) fornecedor(es) registrado(s) e demais condições do ajuste encontram-se definidos no

Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 02/2020 e no Termo de Referência correspondente.

7.2 O CISAMVI não se obriga a adquirir dos fornecedores vencedores os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

7.3 A quantidade relacionada neste documento serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento.

7.4 Todas as obrigações estabelecidas no Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 02/2020 em relação aos fornecedores vencedores ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

7.5 Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes das Leis nºs 8.666/93 e 10.520/02, e do Decreto nº 7.892/13.

Blumenau-SC, 03 de julho de 2020.

Cleones Hostins
Diretor Executivo – CISAMVI

Luis Tadeu Strongolli
ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2020 - ATONS BRASIL DISTRIB PRODUT HOSPIT LTDA.

Publicação Nº 2551343

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - Nº 50 / 2020

PO R FORNECEDOR

PREGÃO ELETRÔNICO 02 / 2020

(Vigência de 06/07/2020 até 23/10/2020)

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, em Blumenau/SC, inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, considerando que a licitante vencedora MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES S/A – CNPJ 07.752.236/0001-23 solicitou o cancelamento do item 325 da Ata de Registro de Preços 23/2020; e considerando que dentre os licitantes classificados para fornecimento do item ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., manifestou aceite em fornecer o saldo remanescente do fármaco em condição mais vantajosa, RESOLVE, nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 02/2020, habilitar ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.192.829/0001-08, situada à Q1112, Sul, Alameda 05, QI J – Lote 07, Plano Diretor Sul, CEP 77024-171, Palmas/TO, neste ato representada pelo Sr. Luis Tadeu Strongolli, para fornecimento dos saldos remanescentes dos itens abaixo relacionados, constantes da ATA GERAL DE REGISTRO DE PREÇOS – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2020, e sujeitando-se ao disposto na Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de MEDICAMENTOS, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 02/2020.

1.2 Os produtos deverão ser entregues nos endereços indicados pelas 15 (quinze) Secretarias de Saúde das cidades catarinenses da região do Médio Vale do Itajaí, consorciadas junto ao CISAMVI, conforme endereços discriminados no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 02/2020.

1.3 As solicitações de fornecimento serão realizadas diretamente pelas Secretarias Municipais de Saúde, por intermédio de sistema informatizado disponibilizado pelo CISAMVI, conforme a necessidade de cada município, e a entrega deverá obedecer ao prazo estabelecido, sob pena de multa pelo atraso registrado.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas pelo fornecedor são os que seguem:

Item	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
325	Venlafaxina Cloridrato, 75 mg, cápsula ou comprimido, embalagem com no máximo 600 unidades	TORRENT	438.000 CPR	R\$ 0,5140	R\$ 225.132,00

3. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será da data da sua publicação até 23/10/2020 (06/07/2020 até 23/10/2020).

4. DAS BOAS PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS

3.1 A fornecedora declara ter ciência do dever de conduzir os seus negócios de maneira legal, ética e transparente, conforme os requisitos das Normas Anticorrupção, incluindo, mas não se limitando, à Lei Federal nº 12.846/13 e Decreto Federal nº 8.420/15, e de estender a todos os seus dirigentes, empregados, contratados, colaboradores e terceiros que a representem a obrigação de cumprir as diretrizes estabelecidas na legislação indicada.

3.2 A fornecedora declara que nenhum valor pago a ela com base na presente Ata de Registro de Preços será utilizado na prática de atos que infrinjam ou possam infringir as Normas Anticorrupção.

3.3 A fornecedora fica obrigada a informar ao CISAMVI, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da sua ciência, qualquer ato praticado por si, seus acionistas/sócios, administradores, diretores, empregados, contratados, representantes e/ou terceiros que, sendo relacionado com o CISAMVI ou com esta Ata de Registro de Preços), infrinja ou represente uma potencial infração às Normas Anticorrupção.

3.4 O CISAMVI poderá, a qualquer tempo, solicitar à fornecedora documentos com a finalidade de verificar o cumprimento das Normas Anticorrupção.

5. DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao CISAMVI promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

4.2 Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser protocolados/encaminhados para a sede do CISAMVI, não sendo conhecidos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro encaminhados por e-mail ou fac-símile.

5.2.1 Todas as Autorizações de Fornecimento emitidas até o protocolo do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser atendidas considerado o valor até então registrado, ficando o item suspenso para novos pedidos desde a data do protocolo do pedido até a análise final do requerimento.

4.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o CISAMVI poderá:

4.3.1 Consultar os demais licitantes que tenham apresentado lance para o lote em questão, questionando-lhe sobre a possibilidade de assunção do registro, nas condições originalmente pactuadas pelo licitante vencedor ou, ainda, nas condições de sua melhor proposta no certame ou nas condições atuais de mercado.

4.3.1.1 Obtendo-se possibilidade de inclusão do lote na Ata de Registro de Preços com outro licitante, por valor inferior ao da proposta de realinhamento, convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

4.3.1.2 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes de esgotado o prazo para fornecimento da Autorização de Fornecimento.

5.3.2 Cancelar o item cujo valor foi comprovado como inexequível, a fim de inseri-lo em novo processo licitatório.

4.4 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando este as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.5 Independentemente de solicitação, o Consórcio poderá convocar o fornecedor, após a aprovação da Ata, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicados na proposta, em virtude de redução dos preços de mercado.

4.6 A critério do CISAMVI, o item poderá ter seu registro cancelado por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

4.7 Caso a beneficiária do registro venha a se locupletar com a redução efetiva dos preços de mercado, não a repassando à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

5.8 Será possível a subrogação de direitos e obrigações do fornecedor, nos casos de fusão, cisão ou incorporação, conforme artigo 78, inciso VI da Lei nº 8.666/93.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 É de responsabilidade do fornecedor registrado:

5.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, ao fabricante, ao modelo, à procedência, e ao prazo de validade, constando na embalagem do produto a observação "PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO";

5.1.2 Apresentar o Certificado de Controle de Qualidade do Lote de cada produto;

5.1.3 Reparar, corrigir e remover às suas expensas, no todo ou em parte, dos objetos licitados, em que se verifique danos em decorrência do transporte, ou técnico, bem como, providências à substituição dos mesmos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

5.1.4 Comunicar por escrito, ao CISAMVI a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o cumprimento das obrigações assumidas, tão logo esta seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;

5.1.5 Manter durante todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.1.6 Observar rigorosamente as normas técnicas em vigor;

5.1.7 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da produção, fornecimento e entrega do produto, inclusive as despesas de embarque e transporte, embalagens, frete e seguro, e eventuais perdas e danos;

5.1.8 Acessar o Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas do CISAMVI a fim de efetuar o recebimento das Autorizações de Fornecimento;

5.1.9 Incluir a Nota Fiscal em formato .pdf no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas do CISAMVI Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da contratação objeto desta licitação ou a ela relacionada

5.1.10 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CISAMVI e aos municípios consorciados em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações editalícias ou legais a que estiver sujeito;

5.1.11 Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do Edital e seus anexos.

7. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 Aos fornecedores que não cumprirem com o prazo estabelecido para a entrega será aplicada automaticamente multa, nos seguintes termos:

6.0.1 Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto ficam os fornecedores sujeitos a multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, calculada desde o 1º (primeiro) dia de atraso, incidente sobre o valor total do item, na respectiva Autorização de Fornecimento (AF).

6.0.2 Finda a contagem da multa no momento da entrega ou no fim do período de 30 dias.

6.0.3 Ficará suspensa a exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 5,00 (cinco reais), facultando-se ao CISAMVI exigí-las no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar este limite.

7.2 Nos atrasos de entrega acima de 30 (trinta) dias o fornecedor estará sujeito, além da multa automática prevista no subitem 7.1, à aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93, com a observância do devido processo administrativo previsto na Resolução nº 293/2019 do CISAMVI:

7.2.1 Advertência por escrito.

7.2.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CISAMVI, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o CISAMVI incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP.

7.3 São consideradas ainda situações de aplicação das sanções previstas no subitem 7.2:

7.3.1 Recusa do licitante vencedor em assinar a Ata de Registro de Preços e/ou Contrato Administrativo dentro do prazo estabelecido pelo CISAMVI.

7.3.2 Não atendimento às especificações técnicas previstas neste Termo de Referência ou na Autorização de Fornecimento.

7.3.3 Entrega de objeto/mercadoria falsificado, furtado, deteriorado, danificado ou inadequado para o uso ou em desconformidade com a referência técnica da ANVISA, como se verdadeiro ou perfeito fosse.

8. DAS CONDIÇÕES GERAIS

7.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega, acondicionamento e transporte do objeto, recebimento provisório e definitivo, as obrigações do CISAMVI e do(s) fornecedor(es) registrado(s) e demais condições do ajuste encontram-se definidos no Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 02/2020 e no Termo de Referência correspondente.

7.2 O CISAMVI não se obriga a adquirir dos fornecedores vencedores os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

7.3 A quantidade relacionada neste documento serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento.

7.4 Todas as obrigações estabelecidas no Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 02/2020 em relação aos fornecedores vencedores ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

7.5 Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes das Leis nºs 8.666/93 e 10.520/02, e do Decreto nº 7.892/13.

Blumenau-SC, 03 de julho de 2020.

Cleones Hostins

Diretor Executivo – CISAMVI

Luis Tadeu Strongolli

ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2020 - CENTERMEDI COM PRODUT HOSPIT LTDA.

Publicação Nº 2551174

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - Nº 51 / 2020

PO R F O R N E C E D O R

P R E G Ã O E L E T R Ô N I C O 0 2 / 2 0 2 0

(Vigência de 06/07/2020 até 23/10/2020)

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, em Blumenau/SC, inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, considerando que a licitante vencedora COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA. – CNPJ 67.729.178/0004-91 solicitou o reequilíbrio econômico-financeiro do item 253 da Ata de Registro de Preços 13/2020; e considerando que dentre os licitantes classificados para fornecimento do item CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., manifestou aceite em fornecer o saldo remanescente do fármaco em condição mais vantajosa, RESOLVE, nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 02/2020, habilitar CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.652.030/0001-70, situada à BR 480, nº 795, bairro Centro, CEP 99740-000, Barão de Cotegipe/RS, neste ato representada pelo Sr. Edivar Szymanski, para fornecimento dos saldos remanescentes dos itens abaixo relacionados, constantes da ATA GERAL DE REGISTRO DE PREÇOS – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2020, e sujeitando-se ao disposto na Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de MEDICAMENTOS, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 02/2020.

1.2 Os produtos deverão ser entregues nos endereços indicados pelas 15 (quinze) Secretarias de Saúde das cidades catarinenses da região do Médio Vale do Itajaí, consorciadas junto ao CISAMVI, conforme endereços discriminados no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 02/2020.

1.3 As solicitações de fornecimento serão realizadas diretamente pelas Secretarias Municipais de Saúde, por intermédio de sistema informatizado disponibilizado pelo CISAMVI, conforme a necessidade de cada município, e a entrega deverá obedecer ao prazo estabelecido, sob

pena de multa pelo atraso registrado.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas pelo fornecedor são os que seguem:

Item	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
253	Óleo Mineral, 100%, uso oral, adulto e pediátrico, frasco com 60 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos	FARMACE	289.000 MLS	R\$ 0,0210	R\$ 6.069,00

3. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será da data da sua publicação até 23/10/2020 (06/07/2020 até 23/10/2020).

4. DAS BOAS PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS

3.1 A fornecedora declara ter ciência do dever de conduzir os seus negócios de maneira legal, ética e transparente, conforme os requisitos das Normas Anticorrupção, incluindo, mas não se limitando, à Lei Federal nº 12.846/13 e Decreto Federal nº 8.420/15, e de estender a todos os seus dirigentes, empregados, contratados, colaboradores e terceiros que a representem a obrigação de cumprir as diretrizes estabelecidas na legislação indicada.

3.2 A fornecedora declara que nenhum valor pago a ela com base na presente Ata de Registro de Preços será utilizado na prática de atos que infrinjam ou possam infringir as Normas Anticorrupção.

3.3 A fornecedora fica obrigada a informar ao CISAMVI, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da sua ciência, qualquer ato praticado por si, seus acionistas/sócios, administradores, diretores, empregados, contratados, representantes e/ou terceiros que, sendo relacionado com o CISAMVI ou com esta Ata de Registro de Preços, infrinja ou represente uma potencial infração às Normas Anticorrupção.

3.4 O CISAMVI poderá, a qualquer tempo, solicitar à fornecedora documentos com a finalidade de verificar o cumprimento das Normas Anticorrupção.

5. DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao CISAMVI promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

4.2 Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser protocolados/encaminhados para a sede do CISAMVI, não sendo conhecidos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro encaminhados por e-mail ou fac-símile.

5.2.1 Todas as Autorizações de Fornecimento emitidas até o protocolo do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser atendidas considerando o valor até então registrado, ficando o item suspenso para novos pedidos desde a data do protocolo do pedido até a análise final do requerimento.

4.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o CISAMVI poderá:

4.3.1 Consultar os demais licitantes que tenham apresentado lance para o lote em questão, questionando-lhe sobre a possibilidade de assunção do registro, nas condições originalmente pactuadas pelo licitante vencedor ou, ainda, nas condições de sua melhor proposta no certame ou nas condições atuais de mercado.

4.3.1.1 Obtendo-se possibilidade de inclusão do lote na Ata de Registro de Preços com outro licitante, por valor inferior ao da proposta de realinhamento, convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

4.3.1.2 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes de esgotado o prazo para fornecimento da Autorização de Fornecimento.

5.3.2 Cancelar o item cujo valor foi comprovado como inexequível, a fim de inseri-lo em novo processo licitatório.

4.4 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando este as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.5 Independentemente de solicitação, o Consórcio poderá convocar o fornecedor, após a aprovação da Ata, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicados na proposta, em virtude de redução dos preços de mercado.

4.6 A critério do CISAMVI, o item poderá ter seu registro cancelado por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

4.7 Caso a beneficiária do registro venha a se locupletar com a redução efetiva dos preços de mercado, não a repassando à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

5.8 Será possível a subrogação de direitos e obrigações do fornecedor, nos casos de fusão, cisão ou incorporação, conforme artigo 78, inciso VI da Lei nº 8.666/93.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 É de responsabilidade do fornecedor registrado:

5.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, ao fabricante, ao modelo, à procedência, e ao prazo de validade, constando na embalagem do produto a observação "PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO";

5.1.2 Apresentar o Certificado de Controle de Qualidade do Lote de cada produto;

5.1.3 Reparar, corrigir e remover às suas expensas, no todo ou em parte, dos objetos licitados, em que se verifique danos em decorrência

do transporte, ou técnico, bem como, providências à substituição dos mesmos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

5.1.4 Comunicar por escrito, ao CISAMVI a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o cumprimento das obrigações assumidas, tão logo esta seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;

5.1.5 Manter durante todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.1.6 Observar rigorosamente as normas técnicas em vigor;

5.1.7 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da produção, fornecimento e entrega do produto, inclusive as despesas de embarque e transporte, embalagens, frete e seguro, e eventuais perdas e danos;

5.1.8 Acessar o Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas do CISAMVI a fim de efetuar o recebimento das Autorizações de Fornecimento;

5.1.9 Incluir a Nota Fiscal em formato .pdf no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas do CISAMVI Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da contratação objeto desta licitação ou a ela relacionada

5.1.10 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CISAMVI e aos municípios consorciados em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações editalícias ou legais a que estiver sujeito;

5.1.11 Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do Edital e seus anexos.

7. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 Aos fornecedores que não cumprirem com o prazo estabelecido para a entrega será aplicada automaticamente multa, nos seguintes termos:

6.0.1 Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto ficam os fornecedores sujeitos a multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, calculada desde o 1º (primeiro) dia de atraso, incidente sobre o valor total do item, na respectiva Autorização de Fornecimento (AF).

6.0.2 Finda a contagem da multa no momento da entrega ou no fim do período de 30 dias.

6.0.3 Ficará suspensa a exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 5,00 (cinco reais), facultando-se ao CISAMVI exigí-las no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar este limite.

7.2 Nos atrasos de entrega acima de 30 (trinta) dias o fornecedor estará sujeito, além da multa automática prevista no subitem 7.1, à aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93, com a observância do devido processo administrativo previsto na Resolução nº 293/2019 do CISAMVI:

7.2.1 Advertência por escrito.

7.2.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CISAMVI, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o CISAMVI incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP.

7.3 São consideradas ainda situações de aplicação das sanções previstas no subitem 7.2:

7.3.1 Recusa do licitante vencedor em assinar a Ata de Registro de Preços e/ou Contrato Administrativo dentro do prazo estabelecido pelo CISAMVI.

7.3.2 Não atendimento às especificações técnicas previstas neste Termo de Referência ou na Autorização de Fornecimento.

7.3.3 Entrega de objeto/mercadoria falsificado, furtado, deteriorado, danificado ou inadequado para o uso ou em desconformidade com a referência técnica da ANVISA, como se verdadeiro ou perfeito fosse.

8. DAS CONDIÇÕES GERAIS

7.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega, acondicionamento e transporte do objeto, recebimento provisório e definitivo, as obrigações do CISAMVI e do(s) fornecedor(es) registrado(s) e demais condições do ajuste encontram-se definidos no Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 02/2020 e no Termo de Referência correspondente.

7.2 O CISAMVI não se obriga a adquirir dos fornecedores vencedores os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

7.3 A quantidade relacionada neste documento serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento.

7.4 Todas as obrigações estabelecidas no Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 02/2020 em relação aos fornecedores vencedores ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

7.5 Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes das Leis nºs 8.666/93 e 10.520/02, e do Decreto nº 7.892/13.

Blumenau-SC, 03 de julho de 2020.

Cleones Hostins
Diretor Executivo – CISAMVI

Edivar Szymanski
CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

AUTORIZAÇÃO DISPENSA 051.2020

Publicação Nº 2551522

A U T O R I Z A Ç Ã O
DISPENSA DE LICITAÇÃO 051/2020

Objeto: Contratação de Instituição de Ensino para ministrar capacitações com os temas: Fonte de dados para o planejamento em saúde; Uso de indicadores na administração; Gestão do faturamento SUS; Regulação em saúde; Auditoria e gestão em saúde; Técnicas de trabalho e teleconsulta. As capacitações serão oferecidas aos gestores e técnicos municipais da Região do Médio Vale do Itajaí vinculados ao CISAMVI a ser realizado através de ensino remoto em plataforma virtual.

Após análise da Justificativa do Processo de Dispensa de Licitação nº 051/2020, e afigurando-me que a contratação é legal, nos termos permissivos do artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com artigo 17, Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005, AUTORIZO o procedimento que se cogita, objetivando a aquisição do objeto supramencionado por intermédio de contratação direta com UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí – CNPJ 84.307.974/0001-02, pelo valor de R\$ 14.844,00 (quatorze mil, oitocentos e quarenta e quatro reais).

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau/SC, 03 de julho de 2020.

Cleones Hostins
Diretor Executivo

AUTORIZAÇÃO DISPENSA 052.2020

Publicação Nº 2551534

A U T O R I Z A Ç Ã O
DISPENSA DE LICITAÇÃO 052/2020

Objeto: Contratação de Instituição de Ensino para ministrar capacitações com os temas: Utilização de recursos em período de pandemia; Tecnologia de gestão e Departamento pessoal. As capacitações serão oferecidas aos gestores e técnicos municipais da Região do Médio Vale do Itajaí vinculados ao CISAMVI a ser realizado através de ensino remoto em plataforma virtual.

Após análise da Justificativa do Processo de Dispensa de Licitação nº 052/2020, e afigurando-me que a contratação é legal, nos termos permissivos do artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com artigo 17, Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005, AUTORIZO o procedimento que se cogita, objetivando a aquisição do objeto supramencionado por intermédio de contratação direta com FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau – CNPJ 82.958.662/0001-02, pelo valor de R\$ 11.700,00 (onze mil e setecentos reais).

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau/SC, 03 de julho de 2020.

Cleones Hostins
Diretor Executivo

CONTRATO 36_2020 - SKOPIA

Publicação Nº 2551631

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 36/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI E SKÓPIA CLÍNICA DE ENDOSCOPIA E CIRURGIA LTDA.

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, em Blumenau/SC, inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, doravante denominado CISAMVI e, de outro lado, SKÓPIA CLÍNICA DE ENDOSCOPIA E CIRURGIA LTDA, pessoa jurídica, com sede na Rua Amazonas, nº 560, Salas 08-11, Garcia – CEP 89.020-200, na cidade de Blumenau/SC, inscrita no CNPJ nº 01.377.078/0001-92, neste ato representado por seu sócio Roberto Leandro Demarchi, inscrito no CPF nº. 317.547.409-87, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.839.869-9 SSP/PR, doravante denominado CREDENCIADO, tem entre si justo acordado o presente Contrato de Prestação de Serviços, nos termos do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 04/2018, na melhor forma de direito e de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1 – O CREDENCIADO prestará aos usuários da rede municipal de saúde dos Municípios consorciados ao CISAMVI, serviços de SAÚDE PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA ou cirurgica, Ambulatorial, DE MÉDIA ou ALTA COMPLEXIDADE,

conforme descrito na Declaração de Capacidade de Instalação e Disponibilidade ao SUS, do edital de Credenciamento nº 04/2018, destacado no quadro a seguir:

Código do Procedimento	Nome do Procedimento	Qtd mensal proposta	Valor do Procedimento
02.01.01.037	BIÓPSIA DE PELE E PARTES MOLES	100	R\$ 25,83
02.09.01.002	COLONOSCOPIA (COLOSCOPIA)	30	R\$ 268,00
90.01.01.067	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - Gastroenterologia	20	R\$ 60,00
02.09.01.003	ESOFAGOGASTRODUODENOSCOPIA	100	R\$ 158,07
02.02.03.028	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI- -HELICOBACTER PYLORI	100	R\$ 17,16
04.07.02.039	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO/ PÓLIPOS DO RETO/COLO SIGMÓIDE (INCLUI ALÇA DE POLIPECTOMIA)	30	R\$ 133,63
04.07.01.025	RETIRADA DE PÓLIPO DO TUBO DIGESTIVO POR ENDOSCOPIA (IN- CLUI ALÇA DE POLIPECTOMIA)	30	R\$ 129,84
02.09.01.005	RETOSSIGMOIDOSCOPIA	10	R\$ 196,21

0.2 - Os procedimentos solicitados serão prestados na(s) seguinte(s) instalação(ões): Rua Amazonas, nº 560, Salas 08-11, Garcia – CEP 89.020-200, na cidade de Blumenau/SC.

0.3 - Este contrato possui um teto financeiro de R\$ 470.546,40 (quatrocentos e setenta mil e quinhentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos).

0.4 CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO CREDENCIAMENTO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

2.1 – Este contrato terá sua vigência a contar da data de publicação do mesmo, pelo período de 12 (doze) meses, e poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, por ato do CISAMVI, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57 §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E QUANTITATIVO

3.1 - Os serviços de saúde prestados pelo CREDENCIADO serão remunerados por cada procedimento realizado.

3.2 - O preço ajustado entre as partes são os constantes no “Termo de Referência - Anexo I” do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 04/2018, estando inclusos taxas de administração, taxas de sala, custos diretos e indiretos, mão-de-obra, impostos, tarifas, encargos e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços.

3.3 A demanda de consumo dependerá única e exclusivamente da procura dos municípios pelas especialidades oferecidas, e a forma de distribuição escolhida pelos municípios.

3.4 Por se tratar de uma quantidade estimativa não está a Administração obrigada a adquirir toda ou qualquer quantidade indicada no presente credenciamento

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 – O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a entrega da documentação necessária (item 4.2), mediante apuração e comprovação dos serviços que foram prestados, acompanhados da respectiva Nota Fiscal, solicitada após auditoria dos procedimentos faturados.

4.2 – A comprovação da realização dos serviços será feita mediante:

4.2.1 – Faturamento da requisição, por parte do credenciado, executada em sistema “on-line”, disponibilizado pelo CISAMVI, por meio do código de barras impresso na requisição (substitui o preenchimento de informações da produção BPA, SAI/SUS e BPA-I).

4.2.2 – Apresentação da Requisição emitida pelo município, a qual autoriza o seu atendimento, devidamente assinada pelo paciente ou responsável devidamente identificado, e já faturada no sistema indicado pelo CISAMVI, juntamente com a prescrição médica dos procedimentos (encaminhada pelo município, junto com a autorização).

4.2.2.1 – As requisições de autorização, deverão ser encaminhadas ao CISAMVI, após o período de produção (1º à 30 ou 31 de cada mês), agrupado por município, em ordem alfabética, sempre com a requisição do CISAMVI fixada na frente de todos os documentos adicionais.

4.3 – Após receber a aprovação do faturamento realizado no sistema “on-line” (item 4.2.1), o Credenciado poderá encaminhar a nota fiscal para cobrança.

4.4 – Havendo divergência ou erros entre serviços contratados e os serviços prestados, fica assegurado ao CISAMVI a realização de auditoria para aferição correta dos serviços executados, devendo o credenciado emitir nota fiscal conforme o valor aferido.

4.5 – Em caso de atraso na entrega das informações pelo credenciado, o pagamento feito pelo CISAMVI será retardado proporcionalmente.

4.6 – O CISAMVI fará a retenção de tributos na fonte quando a lei assim o determinar.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CISAMVI

5.1 – Compete ao CISAMVI:

- Efetuar o pagamento ao CREDENCIADO em função dos serviços prestados de acordo com os valores constantes no “Termo de Referência” – Anexo –I do Edital;
- Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados;
- Fiscalizar o cumprimento das disposições deste Contrato e a prestação dos serviços, bem como esclarecer eventuais dúvidas;
- Fornecer requisições para execução dos serviços.
- Fornecer os formulários padrões para a prescrição de remédios, referencia, contra-referência e procedimentos, necessários para

continuidade do atendimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

6.1 – Compete ao Credenciado:

- a) Executar os serviços nas condições estipuladas, observando-se os parâmetros de boa técnica e resolutividade, bem como as normas legais aplicáveis;
- b) Prestar os serviços apenas mediante apresentação da "requisição", autorizada pelo órgão municipal responsável pelos encaminhamentos;
- c) Prestar atendimento adequado aos usuários e fornecer as informações ao CISAMVI sobre os serviços prestados de maneira correta e nos prazos estabelecidos neste Edital;
- d) Faturar a requisição em sistema "on-line", disponibilizado pelo CISAMVI, por meio do código de barras impresso no documento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a execução do serviço prestado.
- e) Apresentar laudo técnico juntamente com os resultados do exame, quando necessário;
- f) Após aprovação do faturamento, apresentar documento fiscal dos serviços prestados no mês anterior;
- g) Manter todas as condições de habilitação exigidas para o credenciamento durante todo o período em que se mantiver credenciado;
- h) Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, responsabilidade técnica e plena execução dos serviços contratados;
- i) Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CISAMVI, e atender e/ou responder as reclamações relativas aos serviços prestados;
- j) Executar diretamente os serviços contratados, sem transferência de responsabilidade;
- k) Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CISAMVI, e atender e/ou responder as reclamações relativas aos serviços prestados;
- l) Assumir o pagamento de todos os tributos, taxas, contribuições previdenciárias e trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre os serviços realizados e/ou necessárias ao cumprimento do objeto do credenciamento;
- m) Comunicar ao CISAMVI, por escrito e com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços ou quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços;
- n) O Credenciado deverá afixar aviso, em local visível, sobre sua condição de entidade integrante do SUS e da gratuidade dos serviços prestados pela mesma em razão do vínculo junto ao SUS/CISAMVI;
- o) Utilizar formulário padrão, quando disponibilizado pelo CISAMVI, para a prescrição de remédios, referencia, contra-referência e procedimentos, necessários para continuidade do atendimento (a fim de que este paciente seja facilmente identificado na rede municipal de saúde).

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESCREDENCIAMENTO

7.1 - Constituem motivo para o descredenciamento:

- a) Deixar de atender a requisição para prestação do serviço e/ou a atualização dos documentos de habilitação e de regularidade fiscal;
- b) Apuração de fatos supervenientes que importem no comprometimento da capacidade jurídica, técnica e/ou fiscal do Credenciado;
- c) Conduta profissional que fira o padrão ético ou operacional exigido para a prestação dos serviços;
- d) As hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

7.2 - O Credenciado poderá descredenciar-se voluntariamente, mediante requerimento por escrito com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, e desde que não prejudique os atendimentos já agendados, ou que venham a ser agendados antes de decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias. Decorrido o prazo mencionado, será lavrado o termo de descredenciamento e/ou rescisão contratual, quando cessará as obrigações para ambas as partes.

7.3 - O descredenciamento não exime a aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, se for o caso.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

7.1 Quando o Credenciado não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais serão aplicadas as seguintes penalidades, cumulativas ou não, conforme o caso:

7.1.1 Advertência.

7.1.2 Multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor contratual quando:

- a) Os serviços estiverem em desacordo com as especificações contidas no contrato ou em descumprimento com uma das cláusulas;
- b) Se houver rescisão por culpa ou requerimento da Contratada sem causa justificada ou amparo legal;
- c) Pela descontinuidade dos serviços, a ser cobrada por dia parado, até o limite de 10 (dez) dias;

8.2 Sem prejuízo da multa estabelecida pela Contratante, a Contratada responderá pelas perdas e danos causados, os quais serão mensurados caso a caso.

7.3 Caso a Contratada não venha a recolher a multa devida dentro do prazo determinado, a mesma será descontada do valor das parcelas de pagamento vincendas, garantindo a esta o pleno direito de defesa;

7.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante o CISAMVI, que ocorrerá sempre que o faltoso ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

7.5 Impedimento de participar de licitações e contratar com o CISAMVI, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

7.6 Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores do CISAMVI e, no que couber às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1 - Em caso de atraso na entrega das faturas pelo CREDENCIADO, o pagamento feito pelo CISAMVI será retardado proporcionalmente.

9.2 - É vedado ao CREDENCIADO cobrar ou receber qualquer outra importância a título de honorários pelos serviços prestados, além da prevista na Cláusula Terceira deste contrato, seja do CISAMVI, do usuário, paciente ou terceiro.

9.3 - O CISAMVI reserva-se ao direito de, após a conferência técnica e administrativa efetuada por profissionais habilitados e solicitação de perícias e informações adicionais, glosar despesas e procedimentos das faturas apresentadas.

9.4 - A remuneração recebida pelo CREDENCIADO não gerará nenhum vínculo de natureza trabalhista ou previdenciária de seus profissionais com o CISAMVI.

9.5 - O credenciamento de que trata o Processo de Inexigibilidade nº. 04/2018 será de caráter precário e "intuito personae", podendo ser

revogado a qualquer momento, a juízo de conveniência e oportunidade do CISAMVI.

9.6 – Aplica-se a este contrato, as condições e preceitos contidos no Processo de Inexigibilidade nº 04/2018 e na Ficha de Credenciamento firmada pelo CREDENCIADO, independentemente de transcrição.

9.7 - Os casos omissos serão discutidos e analisados pelo CISAMVI, sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre o melhor atendimento aos usuários.

9.8 - As despesas decorrentes das contratações realizadas a partir deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária própria consignada no Orçamento Programa Anual do CISAMVI (3390 – Manutenção das Atividades de Procedimento Médico Hospitalar).

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau/SC para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes.

Blumenau, 3 de julho de 2020.

Cleones Hostins
Diretor Executivo – CISAMVI

Roberto Leandro Demarchi
SKÓPIA CLÍNICA DE ENDOSCOPIA E CIRURGIA LTDA

CONTRATO 37_2020 - MEDICINA NUCLEAR

Publicação Nº 2551643

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 37/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI E CENTRO CATARINENSE DE MEDICINA NUCLEAR S/S LTDA.

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, em Blumenau/SC, inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, doravante denominado CISAMVI e, de outro lado, CENTRO CATARINENSE DE MEDICINA NUCLEAR S/S LTDA, pessoa jurídica, com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 300, Centro – CEP 89.010-500, na cidade de Blumenau/SC, inscrita no CNPJ nº 72.406.002/0002-77, neste ato representado por seu administrador Bruno Flesch de Albuquerque Fernandes, inscrito no CPF nº 055.482.139-70, doravante denominado CREDENCIADO, tem entre si justo acordado o presente Contrato de Prestação de Serviços, nos termos do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 04/2018, na melhor forma de direito e de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1 – O CREDENCIADO prestará aos usuários da rede municipal de saúde dos Municípios consorciados ao CISAMVI, serviços de SAÚDE PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA ou cirurgica, Ambulatorial, DE MÉDIA ou ALTA COMPLEXIDADE, conforme descrito na Declaração de Capacidade de Instalação e Disponibilidade ao SUS, do edital de Credenciamento nº 04/2018, destacado no quadro a seguir:

Código do Procedimento	Nome do Procedimento	Qtd mensal proposta	Valor do Procedimento
02.08.05.001	CINTILOGRAFIA DE ARTICULACOES E/OU EXTREMIDADES E/OU OSSO	2	180,32
02.08.01.001	CINTILOGRAFIA DE CORACAO C/ GALIO 67	1	457,55
02.08.09.001	CINTILOGRAFIA DE CORPO INTEIRO C/ GALIO 67 P/ PESQUISA DE NEOPLASIAS	1	906,80
02.08.02.001	CINTILOGRAFIA DE FIGADO E BACO (MINIMO 5 IMAGENS)	1	133,26
02.08.02.002	CINTILOGRAFIA DE FIGADO E VIAS BILIARES	1	187,93
02.08.02.003	CINTILOGRAFIA DE GLANDULAS SALIVARES C/ OU S/ ESTIMULO	1	87,89
02.08.09.003	CINTILOGRAFIA DE MAMA (BILATERAL)	1	289,43

02.08.01.002	CINTILOGRAFIA DE MIOCARDIO P/ AVALIACAO DA PERFUSAO EM SITUACAO DE ESTRESSE (MINIMO 3 PROJECCOES)	15	408,52
02.08.01.003	CINTILOGRAFIA DE MIOCARDIO P/ AVALIACAO DA PERFUSAO EM SITUACAO DE REPOUSO (MINIMO 3 PROJECCOES)	15	383,07
02.08.01.004	CINTILOGRAFIA DE MIOCARDIO P/ LOCALIZACAO DE NECROSE (MINIMO 3 PROJECCOES)	2	166,47
02.08.05.003	CINTILOGRAFIA DE OSSOS C/ OU S/ FLUXO SANGUINEO (CORPO INTEIRO)	10	190,99
02.08.03.001	CINTILOGRAFIA DE PARATIREOIDES	1	324,54
02.08.07.002	CINTILOGRAFIA DE PULMAO P/ PESQUISA DE ASPIRACAO	1	127,51
02.08.07.004	CINTILOGRAFIA DE PULMAO POR PERFUSAO (MINIMO 4 PROJECCOES)	2	130,50
02.08.05.004	CINTILOGRAFIA DE SEGMENTO OSSEO C/ GALIO 67	1	457,55
02.08.08.001	CINTILOGRAFIA DE SISTEMA RETICULO-ENDOTELIAL (MEDULA OSSEA)	1	112,61
02.08.03.002	CINTILOGRAFIA DE TIREOIDE C/ OU S/ CAPTACAO	2	77,28
02.08.01.005	CINTILOGRAFIA P/ AVALIACAO DE FLUXO SANGUINEO DE EXTREMIDADES	10	114,02
02.08.02.005	CINTILOGRAFIA P/ ESTUDO DE TRANSITO ESOFAGICO (LIQUIDO)	5	135,38
02.08.02.006	CINTILOGRAFIA P/ ESTUDO DE TRANSITO ESOFAGICO (SEMI-SOLIDO)	5	135,38
02.08.02.007	CINTILOGRAFIA P/ ESTUDO DE TRANSITO GASTRICO	5	144,22
02.08.02.008	CINTILOGRAFIA P/ PESQUISA DE DIVERTICULOSE DE MECKEL	5	114,86
02.08.02.011	CINTILOGRAFIA P/ PESQUISA DE REFLUXO GASTRO-ESOFAGICO	10	135,38
02.08.03.004	CINTILOGRAFIA P/ PESQUISA DO CORPO INTEIRO	10	338,70
02.08.01.008	CINTILOGRAFIA SINCRONIZADA DE CAMARAS CARDIACAS EM SITUACAO DE REPOUSO (VENTRICULO-GRAFIA)	5	176,72

0.2 - Os procedimentos solicitados serão prestados na(s) seguinte(s) instalação(ões): Rua Floriano Peixoto, nº 300, Centro – CEP 89.010-500, na cidade de Blumenau/SC.

0.3 - Este contrato possui um teto financeiro de R\$328.701,12 (trezentos e vinte e oito mil e setecentos e um reais e doze centavos).

0.4 CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO CREDENCIAMENTO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

2.1 – Este contrato terá sua vigência a contar da data de publicação do mesmo, pelo período de 12 (doze) meses, e poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, por ato do CISAMVI, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57 §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E QUANTITATIVO

3.1 - Os serviços de saúde prestados pelo CREDENCIADO serão remunerados por cada procedimento realizado.

3.2 - O preço ajustado entre as partes são os constantes no "Termo de Referência - Anexo I" do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 04/2018, estando inclusas taxas de administração, taxas de sala, custos diretos e indiretos, mão-de-obra, impostos, tarifas, encargos e outros prorpêndios necessários para a realização dos serviços.

3.3 A demanda de consumo dependerá única e exclusivamente da procura dos municípios pelas especialidades oferecidas, e a forma de distribuição escolhida pelos municípios.

3.4 Por se tratar de uma quantidade estimativa não está a Administração obrigada a adquirir toda ou qualquer quantidade indicada no presente credenciamento

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 – O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a entrega da documentação necessária (item 4.2), mediante apuração e comprovação dos serviços que foram prestados, acompanhados da respectiva Nota Fiscal, solicitada após auditoria dos procedimentos faturados.

4.2 – A comprovação da realização dos serviços será feita mediante:

4.2.1 – Faturamento da requisição, por parte do credenciado, executada em sistema "on-line", disponibilizado pelo CISAMVI, por meio do código de barras impresso na requisição (substitui o preenchimento de informações da produção BPA, SAI/SUS e BPA-I).

4.2.2 – Apresentação da Requisição emitida pelo município, a qual autoriza o seu atendimento, devidamente assinada pelo paciente ou responsável devidamente identificado, e já faturada no sistema indicado pelo CISAMVI, juntamente com a prescrição médica dos procedimentos (encaminhada pelo município, junto com a autorização).

4.2.2.1 – As requisições de autorização, deverão ser encaminhadas ao CISAMVI, após o período de produção (1º à 30 ou 31 de cada mês), agrupado por município, em ordem alfabética, sempre com a requisição do CISAMVI fixada na frente de todos os documentos adicionais.

4.3 – Após receber a aprovação do faturamento realizado no sistema "on-line" (item 4.2.1), o Credenciado poderá encaminhar a nota fiscal para cobrança.

4.4 – Havendo divergência ou erros entre serviços contratados e os serviços prestados, fica assegurado ao CISAMVI a realização de auditoria para aferição correta dos serviços executados, devendo o credenciado emitir nota fiscal conforme o valor aferido.

4.5 – Em caso de atraso na entrega das informações pelo credenciado, o pagamento feito pelo CISAMVI será retardado proporcionalmente.

4.6 – O CISAMVI fará a retenção de tributos na fonte quando a lei assim o determinar.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CISAMVI

5.1 – Compete ao CISAMVI:

a) Efetuar o pagamento ao CREDENCIADO em função dos serviços prestados de acordo com os valores constantes no "Termo de Referência" – Anexo –I do Edital;

b) Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados;

c) Fiscalizar o cumprimento das disposições deste Contrato e a prestação dos serviços, bem como esclarecer eventuais dúvidas;

d) Fornecer requisições para execução dos serviços.

e) Fornecer os formulários padrões para a prescrição de remédios, referencia, contra-referência e procedimentos, necessários para continuidade do atendimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

6.1 – Compete ao Credenciado:

a) Executar os serviços nas condições estipuladas, observando-se os parâmetros de boa técnica e resolutividade, bem como as normas legais aplicáveis;

b) Prestar os serviços apenas mediante apresentação da "requisição", autorizada pelo órgão municipal responsável pelos encaminhamentos;

c) Prestar atendimento adequado aos usuários e fornecer as informações ao CISAMVI sobre os serviços prestados de maneira correta e nos prazos estabelecidos neste Edital;

d) Faturar a requisição em sistema "on-line", disponibilizado pelo CISAMVI, por meio do código de barras impresso no documento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a execução do serviço prestado.

e) Apresentar laudo técnico juntamente com os resultados do exame, quando necessário;

f) Após aprovação do faturamento, apresentar documento fiscal dos serviços prestados no mês anterior;

g) Manter todas as condições de habilitação exigidas para o credenciamento durante todo o período em que se mantiver credenciado;

h) Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, responsabilidade técnica e plena execução dos serviços contratados;

i) Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CISAMVI, e atender e/ou responder as reclamações relativas aos serviços prestados;

j) Executar diretamente os serviços contratados, sem transferência de responsabilidade;

k) Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CISAMVI, e atender e/ou responder as reclamações relativas aos serviços prestados;

l) Assumir o pagamento de todos os tributos, taxas, contribuições previdenciárias e trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre os serviços realizados e/ou necessárias ao cumprimento do objeto do credenciamento;

m) Comunicar ao CISAMVI, por escrito e com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços ou quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços;

n) O Credenciado deverá afixar aviso, em local visível, sobre sua condição de entidade integrante do SUS e da gratuidade dos serviços prestados pela mesma em razão do vínculo junto ao SUS/CISAMVI;

o) Utilizar formulário padrão, quando disponibilizado pelo CISAMVI, para a prescrição de remédios, referencia, contra-referência e procedimentos, necessários para continuidade do atendimento (a fim de que este paciente seja facilmente identificado na rede municipal de saúde).

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESCREDENCIAMENTO

7.1 - Constituem motivo para o descredenciamento:

a) Deixar de atender a requisição para prestação do serviço e/ou a atualização dos documentos de habilitação e de regularidade fiscal;

b) Apuração de fatos supervenientes que importem no comprometimento da capacidade jurídica, técnica e/ou fiscal do Credenciado;

c) Conduta profissional que fira o padrão ético ou operacional exigido para a prestação dos serviços;

d) As hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

7.2 - O Credenciado poderá descredenciar-se voluntariamente, mediante requerimento por escrito com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, e desde que não prejudique os atendimentos já agendados, ou que venham a ser agendados antes de decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias. Decorrido o prazo mencionado, será lavrado o termo de descredenciamento e/ou rescisão contratual, quando cessará as obrigações para ambas as partes.

7.3 - O descredenciamento não exime a aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, se for o caso.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

7.1 Quando o Credenciado não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais serão aplicadas as seguintes penalidades, cumulativas ou não, conforme o caso:

7.1.1 Advertência.

7.1.2 Multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor contratual quando:

- a) Os serviços estiverem em desacordo com as especificações contidas no contrato ou em descumprimento com uma das cláusulas;
- b) Se houver rescisão por culpa ou requerimento da Contratada sem causa justificada ou amparo legal;
- c) Pela descontinuidade dos serviços, a ser cobrada por dia parado, até o limite de 10 (dez) dias;

8.2 Sem prejuízo da multa estabelecida pela Contratante, a Contratada responderá pelas perdas e danos causados, os quais serão mensurados caso a caso.

7.3 Caso a Contratada não venha a recolher a multa devida dentro do prazo determinado, a mesma será descontada do valor das parcelas de pagamento vincendas, garantindo a esta o pleno direito de defesa;

7.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante o CISAMVI, que ocorrerá sempre que o faltoso ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

7.5 Impedimento de participar de licitações e contratar com o CISAMVI, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

7.6 Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores do CISAMVI e, no que couber às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1 - Em caso de atraso na entrega das faturas pelo CREDENCIADO, o pagamento feito pelo CISAMVI será retardado proporcionalmente.

9.2 - É vedado ao CREDENCIADO cobrar ou receber qualquer outra importância a título de honorários pelos serviços prestados, além da prevista na Cláusula Terceira deste contrato, seja do CISAMVI, do usuário, paciente ou terceiro.

9.3 - O CISAMVI reserva-se ao direito de, após a conferência técnica e administrativa efetuada por profissionais habilitados e solicitação de perícias e informações adicionais, glosar despesas e procedimentos das faturas apresentadas.

9.4 - A remuneração recebida pelo CREDENCIADO não gerará nenhum vínculo de natureza trabalhista ou previdenciária de seus profissionais com o CISAMVI.

9.5 - O credenciamento de que trata o Processo de Inexigibilidade nº. 04/2018 será de caráter precário e "intuito personae", podendo ser revogado a qualquer momento, a juízo de conveniência e oportunidade do CISAMVI.

9.6 - Aplica-se a este contrato, as condições e preceitos contidos no Processo de Inexigibilidade nº 04/2018 e na Ficha de Credenciamento firmada pelo CREDENCIADO, independentemente de transcrição.

9.7 - Os casos omissos serão discutidos e analisados pelo CISAMVI, sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre o melhor atendimento aos usuários.

9.8 - As despesas decorrentes das contratações realizadas a partir deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária própria consignada no Orçamento Programa Anual do CISAMVI (3390 – Manutenção das Atividades de Procedimento Médico Hospitalar).

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau/SC para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes.

Blumenau, 6 julho de 2020.

Cleones Hostins
Diretor Executivo – CISAMVI

Bruno Flesch de Albuquerque Fernandes
CENTRO CATARINENSE DE MEDICINA NUCLEAR S/S LTDA

ERRATA - AUTORIZAÇÃO INEXIGIBILIDADE 03.2020

Publicação Nº 2551998

ERRATA - AUTORIZAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2020

DIRETOR EXECUTIVO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 182/2017, RETIFICA a publicação da Autorização da Inexigibilidade de Licitação nº 02/2020, veiculada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina – DOM/SC, Edição 3186, de 30 de junho de 2020, página nº 1243, nos seguintes termos:

Onde se lê:

AUTORIZAÇÃO INEXIGIBILIDADE 002.2020

[...]

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 002/2020

[...]

Após análise da Justificativa do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2020

Leia-se:

AUTORIZAÇÃO INEXIGIBILIDADE 003.2020

[...]

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 003/2020

[...]

Após análise da Justificativa do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 003/2020

Blumenau - SC, 06 de julho de 2020.

Cleones Hostins
Diretor Executivo

ERRATA - EXTRATO INEXIGIBILIDADE 03.2020

Publicação Nº 2552000

ERRATA - EXTRATO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2020

DIRETOR EXECUTIVO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 182/2017, RETIFICA a publicação do Extrato da Inexigibilidade de Licitação nº 02/2020, veiculada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina – DOM/SC, Edição 3186, de 30 de junho de 2020, página nº 1243, nos seguintes termos:

Onde se lê:

EXTRATO INEXIGIBILIDADE 002.2020

[...]

Processo: 016/2020

Inexigibilidade: 002/2020

Leia-se:

EXTRATO INEXIGIBILIDADE 003.2020

[...]

Processo: 62/2020

Inexigibilidade: 003/2020

Blumenau - SC, 06 de julho de 2020.

Cleones Hostins
Diretor Executivo

ERRATA - RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE 03.2020

Publicação Nº 2552004

ERRATA - RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2020

DIRETOR EXECUTIVO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 182/2017, RETIFICA a publicação da Ratificação da Inexigibilidade de Licitação nº 02/2020, veiculada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina – DOM/SC, Edição 3186, de 30 de junho de 2020, página nº 1243 e 1244, nos seguintes termos:

Onde se lê:

EXTRATO INEXIGIBILIDADE 002.2020

[...]

DISPENSA DE INEXIGIBILIDADE 002/2020

Leia-se:

EXTRATO INEXIGIBILIDADE 003.2020

[...]

DISPENSA DE INEXIGIBILIDADE 003/2020

Blumenau - SC, 06 de julho de 2020.

Cleones Hostins
Diretor Executivo

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - MEDICINA NUCLEAR

Publicação Nº 2551646

CHAMADA PÚBLICA – PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2018
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2018

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, na cidade de Blumenau/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.269.695/0001-08, torna público que contratará mediante Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no caput do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a empresa CENTRO CATARINENSE DE MEDICINA NUCLEAR S/S LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 72.406.002/0002-77, para prestação de serviços médicos (consultas e procedimentos diagnósticos) para atendimento da demanda da rede básica municipal de saúde dos 15 (quinze) municípios consorciados ao CISAMVI, pelo valor global de R\$328.701,12 (trezentos e vinte e oito mil e setecentos e um reais e doze centavos). Ratificado por Cleones Hostins – Diretor Executivo CISAMVI.

Blumenau/SC, 04 de junho de 2020.

Cleones Hostins

Diretor Executivo - CISAMVI

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - SKOPIA

Publicação Nº 2551633

CHAMADA PÚBLICA – PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2018
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2018

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, na cidade de Blumenau/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.269.695/0001-08, torna público que contratará mediante Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no caput do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a empresa SKÓPIA CLÍNICA DE ENDOSCOPIA E CIRURGIA LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 01.377.078/0001-92, para prestação de serviços médicos (consultas e procedimentos diagnósticos) para atendimento da demanda da rede básica municipal de saúde dos 15 (quinze) municípios consorciados ao CISAMVI, pelo valor global de R\$ 470.546,40 (quatrocentos e setenta mil e quinhentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos). Ratificado por Cleones Hostins – Diretor Executivo CISAMVI.

Blumenau/SC, 30 de junho de 2020.

Cleones Hostins

Diretor Executivo - CISAMVI

EXTRATO DISPENSA 051.2020

Publicação Nº 2551529

EXTRATO
DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo: 060/2020

Dispensa: 051/2020

Objeto: Contratação de Instituição de Ensino para ministrar capacitações com os temas: Fonte de dados para o planejamento em saúde; Uso de indicadores na administração; Gestão do faturamento SUS; Regulação em saúde; Auditoria e gestão em saúde; Técnicas de trabalho e teleconsulta. As capacitações serão oferecidas aos gestores e técnicos municipais da Região do Médio Vale do Itajaí vinculados ao CISAMVI a ser realizado através de ensino remoto em plataforma virtual.

Contratado: UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí – CNPJ 84.307.974/0001-02

Valor total: R\$ 14.844,00 (quatorze mil, oitocentos e quarenta e quatro reais)

Data de vigência: Início imediato após a publicação deste Extrato e entrega do serviço conforme programação prevista na justificativa.

Base legal: Artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o artigo 17, parágrafo único da Lei Federal nº 11.107/2005.

Blumenau/SC, 03 de julho de 2020.

Cleones Hostins

Diretor Executivo

EXTRATO DISPENSA 052.2020

Publicação Nº 2551536

EXTRATO
DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo: 061/2020

Dispensa: 052/2020

Objeto: Contratação de Instituição de Ensino para ministrar capacitações com os temas: Utilização de recursos em período de pandemia; Tecnologia de gestão e Departamento pessoal. As capacitações serão oferecidas aos gestores e técnicos municipais da Região do Médio Vale

do Itajaí vinculados ao CISAMVI a ser realizado através de ensino remoto em plataforma virtual.

Contratado: FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau – CNPJ 82.958.662/0001-02

Valor total: R\$ 11.700,00 (onze mil e setecentos reais).

Data de vigência: Início imediato após a publicação deste Extrato e entrega do serviço conforme programação prevista na justificativa.

Base legal: Artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o artigo 17, parágrafo único da Lei Federal nº 11.107/2005.

Blumenau/SC, 03 de julho de 2020.

Cleones Hostins
Diretor Executivo

RATIFICAÇÃO DISPENSA 051.2020

Publicação Nº 2551531

TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 051/2020

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o artigo 17, parágrafo único da Lei Federal nº 11.107/2005, RATIFICO os atos do procedimento em favor de UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí – CNPJ 84.307.974/0001-02, para a contratação de Instituição de Ensino para ministrar capacitações com os temas: Fonte de dados para o planejamento em saúde; Uso de indicadores na administração; Gestão do faturamento SUS; Regulação em saúde; Auditoria e gestão em saúde; Técnicas de trabalho e teleconsulta. As capacitações serão oferecidas aos gestores e técnicos municipais da Região do Médio Vale do Itajaí vinculados ao CISAMVI a ser realizado através de ensino remoto em plataforma virtual.

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau/SC, 03 de julho de 2020.

Cleones Hostins
Diretor Executivo

RATIFICAÇÃO DISPENSA 052.2020

Publicação Nº 2551538

TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 052/2020

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o artigo 17, parágrafo único da Lei Federal nº 11.107/2005, RATIFICO os atos do procedimento em favor de FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau – CNPJ 82.958.662/0001-02, para a contratação de Instituição de Ensino para ministrar capacitações com os temas: Utilização de recursos em período de pandemia; Tecnologia de gestão e Departamento pessoal. As capacitações serão oferecidas aos gestores e técnicos municipais da Região do Médio Vale do Itajaí vinculados ao CISAMVI a ser realizado através de ensino remoto em plataforma virtual.

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau/SC, 03 de julho de 2020.

Cleones Hostins
Diretor Executivo

TERMO DE RATIFICAÇÃO - MEDICINA NUCLEAR

Publicação Nº 2551648

TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2018

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços médicos para atendimento da demanda da rede básica municipal de saúde dos 15 (quinze) municípios consorciados ao CISAMVI.

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no parecer jurídico de fls. 71-74, do Processo de Credenciamento nº 04/2018, devidamente justificado, reconheço e RATIFICO a Inexigibilidade de Licitação nº 04/2018, fundamentada no caput do artigo 25, da Lei nº 8.666/93 e alterações, e os atos do procedimento em favor do CENTRO CATARINENSE DE MEDICINA NUCLEAR S/S LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 72.406.002/0002-77, para prestação dos serviços médicos de procedimentos médicos constantes do Termo de Referência anexo à Chamada Pública nº 04/2018 para os quais solicitou se credenciar.

Ordeno que se proceda a formalização do Contrato Administrativo correspondente e realização da respectiva Nota de Empenho, bem como

seja perfectibilizada a publicação do referido instrumento contratual, para sua eficácia.

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau/SC, 04 de junho de 2020.

Cleones Hostins
Diretor Executivo - CISAMVI

TERMO DE RATIFICAÇÃO - SKOPIA

Publicação N° 2551634

TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 04/2018

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços médicos para atendimento da demanda da rede básica municipal de saúde dos 15 (quinze) municípios consorciados ao CISAMVI.

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no parecer jurídico de fls. 71-74, do Processo de Credenciamento n° 04/2018, devidamente justificado, reconheço e RATIFICO a Inexigibilidade de Licitação n° 04/2018, fundamentada no caput do artigo 25, da Lei n° 8.666/93 e alterações, e os atos do procedimento em favor da SKÓPIA CLÍNICA DE ENDOSCOPIA E CIRURGIA LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ n° 01.377.078/0001-92, para prestação dos serviços médicos de procedimentos médicos constantes do Termo de Referência anexo à Chamada Pública n° 04/2018 para os quais solicitou se credenciar.

Ordeno que se proceda a formalização do Contrato Administrativo correspondente e realização da respectiva Nota de Empenho, bem como seja perfectibilizada a publicação do referido instrumento contratual, para sua eficácia.

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau/SC, 30 de junho de 2020.

Cleones Hostins
Diretor Executivo - CISAMVI

CISAM

RESOLUÇÃO CISAM MEIO OESTE N° 27/2020

Publicação N° 2551415

RESOLUÇÃO N° 027/2020

"Estabelece horário especial de funcionamento do CISAM Meio Oeste, na forma que especifica"

O Presidente Interino do CISAM Meio Oeste, no uso de suas atribuições legais, em observância ao que dispõe o Estatuto Social e suas alterações e considerando os DECRETOS ESTADUAIS N°s 515/2020, 525/2020, 535/2020 e 550/2020 e Decreto Municipal da Prefeitura de Capinzal N° 96 de 03 de julho de 2020, que, estabelece horário especial de funcionamento nas repartições públicas municipais, na forma que especifica, considerando a intensificação de ações visando o enfrentamento ao COVID-19.

RESOLVE:

Art. 1º - Os servidores lotados no CISAM Meio Oeste deverão cumprir, no que lhes couber, às determinações dos Decretos n°s 515/2020, 525/2020, 535/2020 e 550/2020, expedidos pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Mantem-se o teletrabalho como o regime preferencial de desempenho das funções cujas características assim o permita, no âmbito do Consórcio CISAM Meio Oeste, por período indeterminado, a critério de sua Diretoria Administrativa e Financeira, especialmente para:

I – os maiores de 60 (sessenta) anos;

II – os portadores de doenças crônicas, comprovadas por laudo ou relatório médico;

III – as gestantes; e

IV – os servidores que tenham retornado de viagem internacional, nos 14 (quatorze) dias posteriores ao retorno.

Art. 3º - Fica estabelecido expediente interno de turno único, das 7 horas às 13 horas, no Consórcio CISAM Meio Oeste, a partir de 06 de julho de 2020, devendo ser garantida a circulação de ar externo no ambiente de trabalho, preferencialmente mantendo-se as janelas abertas e com a não utilização de aparelhos de ar condicionado.

Parágrafo Único. Os Servidores deverão intensificar os protocolos de higiene, higienizando as mãos com álcool em gel 70% (setenta por cento), utilizando máscaras, mantendo o distanciamento controlado e seguir as demais orientações das autoridades de Saúde pública.

Art. 4º - Cumpra-se e publique-se.

Capinzal/SC, 06 de julho de 2020.

Sidnei Penzo
Presidente Interino do CISAM Meio Oeste

CISNORDESTE

TERMO DE EXONERAÇÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 02/2019

Publicação N° 2552358

TERMO DE EXONERAÇÃO
Processo Seletivo Simplificado 02/2019

Processo Administrativo 22/2019
Edital 05/2019

A Diretora Executiva do CISNORDESTE/SC, no uso das atribuições previstas no art. 31, inciso III do Contrato de Consórcio Público, vem comunicar o encerramento do contrato de trabalho com a colaboradora Larissa Casett Amorim, inscrita no CPF sob o nº 083.305.689-11, por ter sido contratada por tempo determinado e o referido período ter findado. A referida colaboradora trabalhou no CISNORDESTE/SC no período compreendido entre 02/09/2019 e 20/06/2020.

Joinville, 22 de junho de 2020.

Ana Maria Groff Jansen
Diretora Executiva do CISNORDESTE/SC